

Licença

Licença



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/). Fonte:

<https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/768>. Acesso em: 14 set. 2026.

Referência

ENCONTRO ANPUH-DF, 11., 2024, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de História, 2026. DOI: <https://doi.org/10.26512/plunb.768>. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/768>. Acesso em: 14 set. 2026.

Anais do XI Encontro da ANPUH-DF

XI ENCONTRO ANPUH-DF

GÊNERO, RAÇA E CLASSE
E OS 60 ANOS DO GOLPE CIVIL-MILITAR



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – ICH
Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS
Departamento de História

Anais do XI Encontro ANPUH-DF

Gênero, Raça e Classe

e os 60 anos do Golpe civil-militar

Organizadores:

Mateus Gamba Torres
Thalita Coelho Dantes
Rafael Nascimento Gomes
Renata Melo Barbosa do Nascimento
Nathanael Martins Pereira
Gino de Castro Pinori
Dayane Augusta Santos da Silva
Camila Cristina Silva
Ada Dias Pinto Vitenti



Título: Anais do X Encontro da ANPUH-DF

Subtítulo: Gênero, Raça e Classe e os 60 anos do Golpe civil-militar

Organizadores: Mateus Gamba Torres
Thalita Coelho Dantes
Rafael Nascimento Gomes
Renata Melo Barbosa do Nascimento
Nathanael Martins Pereira
Gino de Castro Pinori
Dayane Augusta Santos da Silva
Camila Cristina Silva
Ada Dias Pinto Vitenti

Parecerista: Anna Clara Félix

Diagramação: Nathanael Martins Pereira

Capa: Nathanael Martins Pereira

Publicação: Selo Caliandra

Editora: Biblioteca Central

Edição: 1

Ano: 2025

ISBN: 978-65-985159-7-3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

E56a Encontro ANPUH-DF (11. : 2024 : Brasília).
 Anais do XI Encontro ANPUH-DF [recurso
 eletrônico] : gênero, raça e classe e os 60 anos
 do golpe civil-militar / organizadores: Mateus
 Gamba Torres ... [et al.]. - Brasília :
 Universidade de Brasília, Departamento de
 História, 2026.
 914 p. : il.

 Inclui bibliografia.
 Modo de acesso: World Wide Web:
 <https://caliandra.unb.br/>.
 ISBN 978-65-985159-7-3.

 1. Brasil - História. 2. Ditadura -
 História. 3. Democracia. 4. Relações raciais.
 I. Torres, Mateus Gamba (org.). II. Associação
 Nacional de História (Brasil). Seção Distrito
 Federal. III. Título.

CDU 94(81)

Diretoria Nacional da ANPUH – Biênio 2023–2025

Presidenta: Ana Maria Veiga – UFPB

Vice-presidenta: Rita de Cássia Marques – UFMG

Diretoria Nacional da ANPUH – Biênio 2025–2027

Presidente: Francivaldo Alves Nunes – UFPA

Vice-presidente: Paulo Eduardo Dias de Mello – UEPG

Diretoria Regional da ANPUH DF – Biênio 2022–2024

Diretora: Renata Melo Barbosa do Nascimento – UnB

Diretora adjunta: Dayane Augusta Santos da Silva – IFB

Diretoria Regional da ANPUH DF – Biênio 2024–2026

Diretora: Renata Melo Barbosa do Nascimento – UnB

Diretora adjunta: Liz Andréa Dalfré – UnB

Comitê científico:

Ma. Thalita Coelho Dantes – SEDF/UnB

Dr. Rafael Nascimento Gomes – UnB

Dra. Renata Melo Barbosa do Nascimento – UnB

Me. Nathanael Martins Pereira – UnB

Me. Gino de Castro Pinori – USP

Dra. Dayane Augusta Santos da Silva – IFB/UnB

Dra. Camila Cristina Silva – UniProjeção/UnB

Dra. Ada Dias Pinto Vitenti – UnB

Dr. Mateus Gamba Torres – UnB - UnB

Dr. Jonas Wilson Pegoraro – UnB

Dr. Luiz Cesar de Sá Junior – UnB

Dr. Daniel Gomes de Carvalho – USP

Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria – UnB

Dra. Neuma Brilhante Rodrigues – UnB

Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho – UnB

Dra. Susane Rodrigues de Oliveira – UnB

Comissão organizadora:

Ma. Thalita Coelho Dantes – SEDF/UnB

Dr. Rafael Nascimento Gomes – UnB

Dra. Renata Melo Barbosa do Nascimento – UnB

Me. Nathanael Martins Pereira – UnB

Me. Gino de Castro Pinori – USP

Dra. Dayane Augusta Santos da Silva – IFB/UnB

Dra. Camila Cristina Silva – UniProjeção/UnB

Dra. Ada Dias Pinto Vitenti – UnB



caliandra

Conselho Editorial

Membros internos:

Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (HIS) **Presidente**

Profa. Dra. Maria Lucia Lopes da Silva (SER)

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL)

Profa. Dra. Ruth Elias de Paula Laranja (GEA)

Membros externos

Profa. Dra. Ângela Santana do Amaral (UFPE)

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de
Olavide - Espanha)

Profa. Dra. Ilía Alvarado-Sizzo (Universidad Autonoma de
México)

Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)

Profa. Dra. Marine Pereira (Universidade Federal do ABC)

Profa. Dra. Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)

Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex)

Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 14

Mateus Gamba Torres

Thalita Coelho Dantes

Rafael Nascimento Gomes

Renata Melo Barbosa do Nascimento

Nathanael Martins Pereira

Gino de Castro Pinori

Dayane Augusta Santos da Silva

Camila Cristina Silva

Ada Dias Pinto Vitenti

HANNAH ARENDT E O LOBBY DO BATOM: DIÁLOGOS E POLÍTICAS FEMINISTAS NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (1980-1990) 18

Álvaro Ribeiro Regiani

A CONSTRUÇÃO DE FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1975): LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE BLOGS GRUPAIS SOBRE O TEMA 39

Ana Clara Borges Costa

Georgete Medleg Rodrigues

HISTÓRIA DOS DIREITOS INDÍGENAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: OS DEBATES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE 1967 E O ESTATUTO DO ÍNDIO (C. 1967-C.1973) 54

Ana Júlia Joaquim da Paz

UMA FIEL REPRESENTANTE BRASILEIRA: A MULHER E A SEXUALIDADE NA INTERPRETAÇÃO DE GILBERTO FREYRE EM CASA GRANDE & SENZALA 72

Ana Letícia Araújo Duarte

A APLICAÇÃO DO DIRETÓRIO POMBALINO NA CAPITANIA DE GOIÁS: O GOVERNO DO BARÃO DE MOSSÂMEDES E SUA POLÍTICA INDIGENISTA (1772-1778) 84

Bruna Souza Soares

REPRESSÃO E VIOLÊNCIA POLICIAL EM RECIFE NO PRÉ-ESTADO NOVO: O CASO JOSÉ LOURENÇO BEZERRA 102

Bruno Sousa Lima

TRAUMA HISTÓRICO COMO CHAVE DE LEITURA DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA E O CASO DOS GINÁSIOS VOCACIONAIS DE SÃO PAULO (1961-1969) 122

Caio Rodrigo Carvalho Lima

PERFORMANCES E EXPERIMENTAÇÕES ARTÍSTICAS COM CRIANÇAS EM CONTEXTO DE MIGRAÇÃO 141

Camila Damas

O ANTILUSITANISMO NOS SAMBAS DE NOEL ROSA E NOS TEXTOS DE ORESTES BARBOSA: A DISCUSSÃO SOBRE A MÚSICA NACIONAL E O AFASTAMENTO DA EX-METRÓPOLE 153

Carolina de Moraes Souza

GÊNERO, RAÇA E CLASSE NO AUDIOVISUAL: UM OLHAR INTERSECCIONAL PARA O CINEMA NOVO..... 173

Carolinne Mendes da Silva

ENTRE O PASSADO E O IMAGINÁRIO: A “NAÇÃO” NA RETÓRICA DA NOVA EXTREMA-DIREITA 190

Cássio Lopes Aquino

A PRODUÇÃO DE TECIDO DE ALGODÃO NAS AMÉRICAS: UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA 200

Daniel Moreira de Souza

A REPARAÇÃO HISTÓRICA ENQUANTO IMPOSSIBILIDADE: O CONCEITO DE SOBREVIVÊNCIA DA ESCRAVIDÃO EM SAIDIYA HARTMAN..... 212

Daniela Oliveira da Silva

O MASSACRE DO PARALELO 11: UMA LEITURA CRÍTICA.. 224

Davi Serra da Conceição

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA RURAL COMO FONTE DE PESQUISA: ANÁLISES E REFLEXÕES SOBRE SUA EVOLUÇÃO AO LONGO DE 17 ANOS 236

Eliane Silva Santos Rodrigues

MEMÓRIA COLETIVA E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES: UMA ANÁLISE SOBRE MEMÓRIA COLETIVA E LUGARES DE MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL..... 250

Enize Neves Lopes

POR UMA HISTÓRIA DE ÁFRICA NO ENSINO MÉDIO: INFERÊNCIAS SOBRE O TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS E O COMÉRCIO DE PRODUTOS..... 260

Francilazaro Santos Duarte

A OBRA MEMORIALISTA E OS DIÁRIOS PUBLICADOS DE CELSO FURTADO: APONTAMENTOS PARA UMA PESQUISA SOBRE O TESTEMUNHO E A ELABORAÇÃO DE TRAUMAS A PARTIR DA ESCRITA RETROSPECTIVA DURANTE A REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA (1979-1989)..... 278

Gabriel Cruz Queiroz

ARQUITETURA MODERNA E A DESIGUALDADE EM BRASÍLIA.....	297
--	------------

Guilherme Goulart Teixeira Santos

O PAPEL DAS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO E DAS ACISO AO LONGO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA.....	317
---	------------

Guilherme Rodrigues Maia Pimenta

DA ARGENTINA AO BRASIL: O MOVIMENTO DAS MÃES DA PRAÇA DE MAIO NO JORNAL DO BRASIL EM 1980.....	334
---	------------

Helen Rocha de Oliveira

O STF NA ABERTURA E NA CONSTRUÇÃO DA NOVA REPÚBLICA (1979-1988).....	351
---	------------

Isabella Nascimento Machado

REPRESENTATIVIDADE FEMININA NEGRA NA HISTÓRIA EM AULA OFICINA.....	361
---	------------

Jaqueline Monteiro Medeiros Nascimento

INSTRUMENTALIZAÇÃO DA PRÁTICA CENSÓRIA AO TEATRO NO BRASIL, DURANTE A DITADURA MILITAR (1964- 1985)	380
--	------------

João Pedro Galeno de Sousa

ORGANIZAÇÃO SINDICAL EM OLIVEIRA VIANNA: OS CAMINHOS PARA A “DEMOCRACIA AUTORITÁRIA”	396
---	------------

José Sarto Fulgêncio de Lima Filho

GÊNERO E POLÍTICA: O CORPO DA MULHER NA VISÃO DE MARIA LACERDA DE MOURA	416
--	------------

Juliana Santos Alves

TELA ALIADA: O PAPEL DA GLOBO NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE LEGITIMIDADE DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA	430
---	------------

Klabston Herbson do Nascimento

PARA ALÉM DAS TRANÇAS: UM MAPA.....	449
--	------------

Layla Maryzandra Costa Silva

MATERNIDADE NA SOCIOEDUCAÇÃO: PROBLEMATIZANDO OS INDICADORES DO DISTRITO FEDERAL	465
---	------------

Laysa Lima de Azevedo

Nayara Ribeiro de Moraes Vilas Boas

PRODUTO DO MORRO E PARTIDEIRO SEM NÓ NA GARGANTA: BEZERRA DA SILVA E O RIO DE JANEIRO QUE NÃO SE VÊ DO PÃO DE AÇÚCAR..... 480

Lellison de Abreu Souza

A ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO (ASI) NA UNB: UMA LEITURA HISTORIOGRÁFICA..... 491

Levy de Oliveira Porfírio

FIGUEIREDO EM MANCHETE: A TRANSFORMAÇÃO DO GENERAL EM HÉROI SALVADOR DA DEMOCRACIA (1979-1983)..... 514

Lucas de Souza Melo

TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO CONE SUL: AS ELEIÇÕES DE 1983 NA ARGENTINA SOB A PERSPECTIVA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL 527

Luiz Gustavo Assunção Silva

O PROCESSO DE RETERRITORIALIZAÇÃO E ESTABELECIMENTO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE (DO NORTE) (1597 - 1633): HIPÓTESES PRELIMINARES..... 544

Marcelo Igor de Araujo Oliveira

VALORES AXIOLÓGICOS NA EDUCAÇÃO: UM OLHAR ATRAVÉS DO ESTÁGIO 563

Marcelo Augusto Ferreira Andrade

Marcos Vinicius de Souza Marcelino

Roseli Martins Tristão Maciel

MEU CORAÇÃO, MINHA PLANALTINA: UMA INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA PLANALTINENSE 572

Maria Gabriella Amaral Badu

"A REPRESENTAÇÃO DOS MOVIMENTOS AFRO-AMERICANOS DURANTE A DITADURA MILITAR: UMA ANÁLISE DO JORNAL CORREIO DA MANHÃ (RJ) ENTRE 1964 E 1968" 590

Mariana Lopes Lima

"ENTRE A PESQUISA E A PRÁTICA: DESAFIOS NA DIVULGAÇÃO HISTÓRICA EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS" 605

Izabel March Mieto de Sá

Mariana Lopes Lima

A IMPUNIDADE MILITAR NO URUGUAI: A "LEY DE CADUCIDAD" 619

Matheus Cosme de Souza

A CONSTRUÇÃO DO PELÉ COMO UM MITO E O FORTALECIMENTO DO NACIONALISMO NA SELEÇÃO BRASILEIRA ATÉ A COPA DE 1970 634

Matheus Siqueira Lobão Morais

DO OURO À MARMELADA: A ECONOMIA DE ABASTANÇA E A PRESERVAÇÃO CULTURAL DE SANTA LUZIA-GO 652

Milena Juliana do Nascimento

ESTADO, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO: NARRATIVAS SOBRE POLÍTICA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA 666

Miquéias Baruque do Nascimento Souza

UMA ALEGORIA CHAMADA COMÉDIA HISTÓRICA, OU PENSAR A HISTÓRIA ATRAVÉS DO HUMOR..... 675

Míriam Silvestre Limeira

SOBRE A SEMIOSE DOS CORPOS ABJETOS REPRESENTAÇÃO QUEER NOS SEMINÁRIOS CATÓLICOS 691

Pedro dos Santos Veras

1964, UMA REVOLUÇÃO DE “SUCESSO”: COMPARANDO USOS DO CONCEITO DE REVOLUÇÃO POR REGIMES AUTORITÁRIOS E TOTALITÁRIOS 703

Rafael Bernardes Lucca

OS PASSADOS SENSÍVEIS E OS EFEITOS DO NEGACIONISMO NOS DISCURSOS HISTÓRICOS ATRAVÉS DAS PLATAFORMAS DIGITAIS DE COMUNICAÇÃO. O CASO DO INSTAGRAM..... 720

Rafaella Karem Silva Ribeiro

“TERRITÓRIO LIVRE”: UMA EXPERIÊNCIA DE PERCURSOS, MEMÓRIA E ESPAÇOS UNIVERSITÁRIOS 738

Marcela Carvalho de Jesus

Raphael Oliveira Sipriano

SESSENTA ANOS DE MEMÓRIA: O LEGADO SOMBRIO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL 749

Robério da Silva de Andrade

QUERIDA LIBERDADE, A ESCRITA FEMININA EM CARTAS COMO FORMA DE RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR .. 763

Sarah Mylles Alves de Oliveira

ENTRE O CÉU DO CERRADO E O CHÃO: A MÚSICA E A ORALIDADE COMO FERRAMENTAS HISTÓRICAS NO

ESTUDO DA DITADURA MILITAR EM BRASÍLIA NO FINAL DOS ANOS 1970 779

Sofia Bicalho Resende De Brot

FIOS DE TRADIÇÃO: AS JORNADAS DOS TECIDOS AFRICANOS E SUAS NARRATIVAS DIASPÓRICAS ENTRE OS SÉCULOS XVII-XXI 799

Thaiane Miranda dos Santos

FRANKENSTEIN, NAPOLEÃO E A REVOLUÇÃO (1789-1818). 816

Thaís da Costa Cardoso

AS TRADIÇÕES CERAMISTAS DAS COMUNIDADES INDÍGENAS PRÉ-CABRALINAS E SUAS PRÁTICAS PRODUTIVAS: FORMULANDO HIPÓTESES A PARTIR DO SÍLEX E DO BARRO..... 834

Thiago Macedo

AS CONTINUIDADES DA DITADURA MILITAR: OPOSIÇÃO ENTRE A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA E A REALIDADE DAS PRISÕES BRASILEIRAS DE 1987 A 2017..... 853

Valentina de Carvalho Calderon

DEMOGRAFIA, GÊNERO E RAÇA: A ESTERILIZAÇÃO FEMININA, A BIOPOLÍTICA E O DISPOSITIVO DE RACIALIDADE NO BRASIL DA REDEMOCRATIZAÇÃO (1984-1992) 875

Victoria Carvalho Junqueira

“A MEMÓRIA NO MEMORIAL: SOBRE O DIREITO À MEMÓRIA POR MEIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA” 895

Yuri Barbosa Santos

APRESENTAÇÃO

No final de 2024, o filme *Ainda estou aqui* chegou aos cinemas nos lembrando não apenas dos 60 anos do golpe civil-militar, mas, sobretudo, da importância de operadores de memória sobre passados que ainda estão em intensa disputa no presente. Enquanto o discurso negacionista era disseminado por empresas, redes sociais e até pelo próprio Estado – como aconteceu durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) – o sucesso do filme demonstrou que o interesse pela história dos nossos passados sensíveis pode ser mobilizado a partir de narrativas éticas e que acompanham as pesquisas recentes ancoradas nos direitos humanos.

Inscriver na memória pública o reconhecimento dos crimes cometidos por agentes do Estado durante a última ditadura brasileira não tem sido tarefa fácil. O grande ator desse processo é, sem dúvida, o movimento de sobreviventes e familiares de pessoas que foram diretamente atingidas - de mortos, desaparecidos, torturados, presos arbitrariamente e perseguidos institucionalmente. Como aliados desse processo, pesquisadores(as), organizações de direitos humanos, órgãos e comissões criados pelo Estado têm atuado dentro de limites elásticos do cenário transicional brasileiro, reconfigurado de governo a governo. Mas, infelizmente, se há uma estabilidade da nossa justiça de transição ela está na forma como governantes, de ambos os lados do jogo político, olham para e usam o passado da ditadura. Algo que não foi diferente em 2024, quando observamos pouca movimentação do governo brasileiro em demarcar a efeméride.

Partindo dessa lacuna preocupante na condução das políticas de memória e na promoção da justiça de transição, organizamos o XI Encontro ANPUH-DF para reafirmar a urgência de manter viva a memória dos crimes da ditadura, como condição necessária para a

democracia. Como propõe Mariana Joffily (2018), os “aniversários ‘redondos’ de eventos como a ditadura civil-militar, são momentos de ativação da memória que conclamam a debates, ‘des-comemorações’ e balanços historiográficos”. Momentos como este nos permitem refletir não só sobre os acontecimentos históricos em si, mas como eles ensejaram projetos de futuro que se relacionam com a nossa contemporaneidade e como as disputas sobre esses passados repercutem no nosso presente. Desse modo, pensamos o golpe de 1964 enquanto um “evento-processo”, “no qual operam, dialeticamente, ações planejadas e reativas, a um só tempo” (Napolitano, 2024).

Por isso, a temática escolhida para o XI Encontro ANPUH-DF, *Gênero, Raça e Classe e os 60 anos do Golpe civil-militar*, reflete não apenas sobre os passados sensíveis e silenciados do período, mas sobre seus desdobramentos na contemporaneidade. Dos 60 anos do golpe à democracia brasileira, ainda é crucial refletir sobre como a repressão política, o autoritarismo e as políticas econômicas e sociais implementadas durante a ditadura impactaram de forma desigual diferentes grupos sociais. Ao mesmo tempo, é fundamental novos olhares sobre as lutas, ações e resistências ao projeto autoritário que não surgiram em 1964, mas que foram se amplificando a partir de então, em uma miríade de movimentos e estratégias não só políticos, mas também culturais.

Partindo de uma perspectiva que reconhece as interseccionalidades e que propõe mobilizar o direito à História (Araújo, 2017), o encontro buscou desvelar as múltiplas formas de opressão enfrentadas pelos mais diversos grupos, sobretudo, pelas mulheres, populações LGBTQIAPN+, pelas populações negras, pelos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, camponeses e demais grupos marginalizados em seus múltiplos agenciamentos de gênero, raça e classe em cenários autoritários e pós-autoritários.

Nesse sentido, o evento contou com conferências (2), mesas-redondas (6), minicursos (11) e simpósios temáticos (21) que de forma interdisciplinar ampliaram nossa proposta e cuja participação excedeu em muito todas as expectativas, demonstrando não apenas a urgência da temática, mas também a importância do conhecimento acadêmico como aliado das transformações sociais.

Os artigos aqui apresentados são pesquisas de pessoas que estão tanto na graduação quanto na pós-graduação, além de docentes da educação básica e superior. Essa troca entre diferentes níveis de pesquisa e de atuação foi uma premissa da gestão 2022-2024, que buscou ampliar esse diálogo a fim de fortalecer a comunidade historiadora do DF e entorno. Como resultado, apresentamos os ANAIS do XI Encontro ANPUH-DF, *Gênero, Raça e Classe e os 60 anos do Golpe civil-militar*, composto por 54 artigos. Além de artigos sobre a ditadura civil-militar e o pós-autoritarismo, apresentamos trabalhos de História Pública, Ensino de História, História do Direito e Política, História Social da Escravidão e Pós-Abolição, História Regional, História Indígena e Afro-brasileira, História Econômica e do Trabalho, História Política e Biografias, Metodologia da Pesquisa Histórica, Teoria da História, Estudos de Gênero e Estudos Africanos e Diáspóricos.

Por fim, gostaríamos de agradecer a todas as pessoas que participaram do evento, em especial, as/aos estudantes monitores, sem os quais, não há universidade ou docência. Nosso compromisso foi e será, sempre, com a partilha de vivências, pesquisas e produções que façam emergir historicidades mais democráticas e acreditamos que o XI Encontro ANPUH-DF foi um grande canal para isso.

Boa leitura!

Thalita Coelho Dantes
Rafael Nascimento Gomes
Renata Melo Barbosa do Nascimento
Nathanael Martins Pereira
Gino de Castro Pinori
Dayane Augusta Santos da Silva
Camila Cristina Silva
Ada Dias Pinto Vitenti

Referências

ARAUJO, Valdei Lopes de. O direito à história: o(a) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In: GUIMARÃES, Gêssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo (orgs.). Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. p. 191-216.

JOFFILY, Mariana. “Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas”. Tempo e Argumento, v. 10, n. 23, 2018b, pp. 204-51.

NAPOLITANO, Marcos. A história política do golpe de 1964 e do regime militar: balanços e perspectivas. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 16, n. 42, p. 01-41, 2024.

HANNAH ARENDT E O LOBBY DO BATOM: DIÁLOGOS E POLÍTICAS FEMINISTAS NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (1980-1990)

Álvaro Ribeiro Regiani¹

RESUMO: Pretende-se nesta comunicação apresentar os resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado “O direito a ter direitos e os direitos das mulheres: Hannah Arendt e os movimentos feministas brasileiros” através dos diálogos e as conexões entre a teoria política de Hannah Arendt e as ações de feministas que conduziram o *Lobby do Batom* durante a transição democrática, especialmente, ao longo da Constituinte 1987-88. Por meio de perspectivas historiográficas alicerçadas nas epistemologias de gênero e na história das ideias, analisou-se a memória sobre esses eventos através de capítulos escritos pela presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Jacqueline Pitanguy, em sua ressignificação do conceito arendtiano de “ação”. Também foi objeto de estudo, os artigos de opinião publicados no Jornal do Brasil de Ruth Escobar quando esteve à frente do CNDM, em que ela escreve sobre a ação política voltada à emancipação das mulheres brasileiras, algo que Arendt, sem mencionar, obviamente, definia como o “direito a ter direitos” por meio do “agir em conjunto”. Dessa maneira, objetiva-se interpretar a ampliação dos debates públicos e os enquadramentos no engendramento das ideias de Hannah Arendt com os movimentos feministas no Brasil da virada democrática.

Palavras-chave: Feminismos; Hannah Arendt; CNDM.

Introdução

Por que produzir um diálogo entre o pensamento político de Hannah Arendt e os estudos de gênero ainda é pertinente no contexto atual? A questão não é nova no campo filosófico ou nos estudos de gênero, neste último, as interpretações sobre ela vão de uma anti-feminista até uma proto-feminista (Cf. Honkasalo, 2016). Porém, como se verá, entre suas interlocutoras mais favoráveis, a socióloga e feminista brasileira Jacqueline Pitanguy, encontra em suas leituras sobre Arendt uma ferramenta analítica para explicar a movimentação de mulheres através do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

¹ Professor de História das Américas na Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Nordeste: Pós-graduando em História no PPHIS-UFG.

(CNDM) durante a constituinte entre 1987-88. Nesse arranjo entre a filosofia e a política, os princípios pensados por Hannah Arendt aproximam-se dos caminhos construídos pelas presidentas do CNDM, respectivamente, a atriz e produtora cultural Ruth Escobar e Jacqueline Pitanguy durante o chamado *Lobby do Batom*.

Apesar das ideias e reflexões de Hannah Arendt não estarem condicionadas à generificação, o que pode levar a uma incoerência nas leituras sobre um saber político consistente para engendrar uma ação para o gênero. A teoria política arendtiana parte da condição de desproteção jurídica e política de apátridas durante as Guerras Mundiais do século XX. Evidentemente, ela não objetivou refundar os contratos sociais do liberalismo, apoiar-se na ideia de revolução socialista ou na emancipação da mulher para demonstrar a importância do “direito a ter direitos” e da “ação” como condição para recuperar os domínios públicos. Neste âmbito, interroga-se como autoras articularam ações feministas a partir do pensamento político de Arendt, sem contudo endossar parte da perspectiva anti-feminista dela.

Por um lado, ao colocar em diálogo a prática política de Ruth Escobar e a leitura de Jacqueline Pitanguy com as ideias de Hannah Arendt, pretende-se evidenciar as aproximações entre as discussões políticas com os debates em torno do gênero. Mas, por outro lado, a contraposição feita por Arendt à noção de corpo e a identidade política que, por consequência, confronta o feminismo, cria uma aparente contradição teórica. Assim, questiona-se: como pensar as ideias arendtianas ao lado das epistemologias de gênero, sem desvirtuar o argumento da autora ou mesmo torná-lo utilitário e, simplesmente, favorável aos feminismos?

Evidentemente, o sentido desses questionamentos não seria afirmar que a teoria política de Hannah Arendt seria um bloco monolítico irretocável, mas, é inegável que o corpo de seus textos fazem dela uma autoridade intelectual sobre a política. Assim, sem

criar uma falsa dicotomia, observa-se na prática política de Ruth Escobar e na leitura de Jacqueline Pitanguy uma compreensão dialógica entre Arendt e o feminismo na luta por direitos políticos e sociais das mulheres durante a virada democrática no Brasil.

Hannah Arendt e os feminismos

A perspectiva teórica de Hannah Arendt não era destinada à emancipação das mulheres, mas a construção de domínios públicos por meio da ação de homens e, quiçá, de mulheres. Segundo o crítico literário Alfred Kazin, amigo íntimo de Arendt, ela tinha um desprezo “por obras feministas como *O segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir” e não se interessava pelos movimentos de emancipação, afirmando que “duvido que ela tivesse mais interesse pelo feminismo, pró ou contra que Immanuel Kant” (Kazin, 1983, p. 12).

No rastro dos relatos de Alfred Kazin, igualar a posição de Hannah Arendt à de Kant interpõe certos questionamentos. Para o filósofo de Königsberg, os homens eram o gênero nobre e sublime voltados ao âmbito moral e ao direito, destinados a fazerem a si mesmo pela razão e ao agir livremente no âmbito público. Já as mulheres, conforme consta em *Antropologia de um ponto de vista pragmático* (1789), Kant as caracterizam, “como um animal doméstico” (Kant, 2006, p. 199 [§304]) que:

Só se pode chegar à característica desse sexo utilizando como princípio não aquilo que tomamos por nosso fim, mas aquilo que era o fim da natureza na instituição da feminilidade, e uma vez que, mesmo por intermédio da tolice dos homens, e no entanto conforme o propósito natural, tal fim tem de ser sabedoria, esses seus supostos fins podem servir também para indicar o princípio dela, que não depende de nossa escolha, mas de um propósito superior que ela tem para com o gênero humano. São eles: 1. a conservação da espécie, 2. a cultura e o refinamento da sociedade por meio da feminilidade (Kant, 2006, p. 201 [§305-306]).

Kant, ao sublinhar a ‘conservação da espécie’ como um ‘propósito superior’, postula sobre uma “providência da natureza”

que dotou homens e mulheres de racionalidade para “o fim que mais interessa a ela mesma”. Mas, para tal desígnio, era preciso ir além da razão e criar “inclinações sociais para manter duradouramente sua comunidade sexual numa união doméstica”. Ao alinhar o matrimônio a finalidade comunitária como condição necessária para o progresso e para a manutenção da espécie, Kant, filosoficamente, estrutura a ordem masculina:

Uma das partes tem de estar submetida a outra e, reciprocamente, uma ser superior à outra em algum aspecto, para poder dominá-la ou governá-la. Pois se entre duas pessoas que não podem prescindir uma da outra há pretensões iguais, nelas o amor-próprio gera apenas discórdia. No progresso da civilização, cada uma das partes tem de ser superior de maneira heterogênea: o homem tem de ser superior à mulher por sua capacidade física e sua coragem, mas a mulher, por seu dom natural de dominar a inclinação do homem por ela; porque, pelo contrário, no estado ainda não civilizado, a superioridade está simplesmente do lado do homem (Kant, 2006, p. 199 [§303]).

O ‘propósito superior’ do ‘gênero humano’ enquadra-se, perfeitamente, na generificação do universal masculino, o que levanta uma série de dúvidas sobre a posição de Hannah Arendt. Contudo, sabe-se que para Arendt não há uma natureza humana ou uma transcendência histórica, mas uma condição humana, perspectiva esta que a afasta de Kant. Porém, o constante emprego da autora da palavra “homem” como sinônimo de um “universal”, transparece um sentido em que somente um gênero pode participar do domínio público e, em sentido inverso, um lugar para as mulheres, a privacidade.

Em uma polêmica passagem do livro *A condição humana* (1958), Hannah Arendt estabelece uma distinção entre os domínios público e privado na antiguidade e na modernidade pelo ponto de vista da privacidade do corpo, entre o que deve ser exibido e o que deve ser escondido. Na antiguidade, interpreta Arendt, os trabalhos corporais das mulheres mantinham viva a espécie, mas deveriam ser escondidos

da visibilidade política, bem como eram privados por elas não viverem entre iguais, ou seja, entre pessoas livres:

Escondidos eram os trabalhadores que, “com seus corpos, cuidavam das necessidades [corporais] da vida”, e as mulheres que, com seus corpos, garantem a sobrevivência física da espécie. Mulheres e escravos pertenciam à mesma categoria e eram escondidos não somente porque eram propriedade de outrem, mas porque sua vida era “trabalhosa” [*laborious*], dedicada a funções corporais (Arendt, 2020, p. 89).

Com a passagem da antiguidade para a modernidade, continua Hannah Arendt, a emancipação das mulheres, ao lado da classe trabalhadora, demonstrou que as funções privadas e as preocupações materiais não deveriam mais ser escondidas por conta da “transformação do interesse privado pela propriedade privada em uma preocupação pública” (Arendt, 2020, p. 83). No que chamou de inversão de valores, o que antes era privado e pertencente ao reino das necessidades ganhou outra dimensão, despolitizando o domínio público, transformando-o em uma esfera da administração de pessoas. Assim, a perda do mundo em comum ocorreu pela crescente burocratização, caracterizada por Arendt, como um novo domínio, sobreposto ao privado e ao público, o social.

O domínio social, onde homens e mulheres vivem somente para trabalhar, produzir e consumir, implica a publicidade da privacidade. Ou seja, a elevação do corpo sobre todos os interesses humanos: “o fato de que a era moderna emancipou as classes operárias e as mulheres quase no mesmo momento histórico deve, certamente, ser incluído entre as características de uma era que já não acreditava que as funções corporais e as preocupações materiais deviam ser escondidas” (Arendt 2020, pp. 89-90). O corpo, em sua necessidade, é um problema em Hannah Arendt, como condição não-humana, pertencente à natureza ou, de forma implícita, como condição de ser mulher na antiguidade e na era moderna: “E é ainda mais sintomático da natureza desses fenômenos que os poucos vestígios da estrita privacidade, mesmo em nossa civilização,

tenham a ver com “necessidades” no sentido original de sermos demandados pelo fato de termos um corpo” (Arendt, 2020, p. 90).

Hannah Arendt considerava as necessidades corporais como algo pertencente ao domínio privado, mas com a perda da fronteira que existia entre a privacidade e a publicidade do mundo pela emergência do domínio social, o corpo passa a engendrar valores a serem incorporados pelo Estado, tornando-se assunto para a administração pública. Entretanto, chama a atenção que a consolidação da burguesia no século XIX, conforme interpreta Rachel Soihet, firma-se na “separação das esferas de atuação entre gêneros”, assim, “o masculino na órbita pública e o feminino no âmbito privado”. Essa distinção, evidentemente, ocorria entre “segmentos mais elevados”, “já que as mulheres pobres, por sua condição social, continuavam a ter a rua como espaço preferencial” (Soihet, 2013, p. 24).

De fato, pode-se argumentar contra Hannah Arendt que *A condição humana* não dirigia-se às mulheres por conta das condições sociais de sua época e, por isso, a ausência de uma reflexão sobre o gênero. Mas, se assim o for, para quem esse texto era destinado? Em resposta, mas ainda de forma incerta, talvez haja um valor androcêntrico no pensar de Arendt, fundamentalmente, voltado a pensar a crise da europeidade e, conseqüentemente, do homem europeu. Sob este pano de fundo, há fortes indícios de que a perda do mundo comum foi apenas a perda da Europa.

Embora, possa argumentar com Judith Butler, que a visibilidade de homem e de mulher não está oculta por uma universalização da ação, mas sim que a mulher está ausente na filosofia e na política para “manter o gênero em sua estrutura binária” (Butler, 2017, p. 242). Dessa maneira, sustenta-se que o homem da ação no domínio público em Hannah Arendt, ainda é genérico e universal, mesmo flexionado para o plural. Porém, isto não invalida as questões propostas por Arendt, em particular, a sua articulação entre a

pluralidade e a recuperação do mundo público: “dada sua tendência intrínseca de desvelar o agente juntamente com o ato, a ação requer, para seu pleno aparecimento, a luz intensa que outrora tinha o nome de glória e que só é possível no domínio público” (Arendt, 2020, p. 223).

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)

Hannah Arendt esboça a noção “o direito a ter direitos” em *Origens do totalitarismo* (1951) em oposição aos Direitos do homem (1789). A questão de um direito sobre os demais direitos refletia o drama dos refugiados ao longo das grandes guerras européias do século XX e intensificado pela política genocida do Estado hitlerista. O núcleo do argumento seria pensar estratégias para contornar a perda do mundo público, no caso a transformação de milhões de cidadãos em apátridas, para a construção de uma política inteiramente nova, dado que as antigas soluções políticas como o liberalismo e o socialismo não tinham força suficiente para conter o avanço do totalitarismo. Mas, foi em *A condição humana* que ela explorou os sentidos políticos do “direito a ter direito”, substancializando-o e o transformando-o na condição humana da pluralidade que, por suas palavras: “é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá” (Arendt, 2020, p. 10).

Pensar e insistir em um direito sobre os demais direitos amplia as discussões sobre a transformação da esfera jurídica pela ação política, algo que aproxima as lutas e reivindicações de diversos grupos feministas no Brasil ao longo de décadas. As lógicas que naturalizaram e normalizaram o genocídio na Alemanha hitlerista e, guardadas as devidas proporções, que configuram a cultura machista precisam ser expostas a luz pública para assim, pensar o que antes não foi pensado. Constantemente as estratégias de subalternização das mulheres foram construídas discursivamente por “argumentos

biológicos” fundados na “tese da inferioridade estrutural do sexo feminino” que colocam o “masculino uma posição de superioridade em relação ao feminino” (Muniz, 2017, p. 38).

Entre a “cultura machista” e as lógicas sexuadas que definem “os lugares, papéis, atividades e posições das pessoas” a política brasileira orientou-se por definições do “sexo social” e do “gênero, masculino ou feminino”. Desse modo, o “ordenamento” da sociedade contemporânea está fundado em uma histórica desigualdade entre homens e mulheres e os crimes de “estupro, assassinato de mulheres e feminicídio são a expressão mais cruel dessa desigualdade, uma ferida aberta e exposta em nosso cotidiano social” (Muniz, 2017, p. 37). Sob esse aspecto, a filosofia política de Hannah Arendt reflete um imperativo necessário à evidente crise dos direitos humanos a partir da Segunda Guerra Mundial e uma ação política voltada à construção de uma cidadania ampla para as mulheres brasileiras.

Em 8 de março de 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) institui o Ano Internacional da Mulher e, pouco tempo depois, estabelece o período entre 1976 e 1985 como a “Década das mulheres” para tornar significativo as lutas pela equidade de gênero e engendrar movimentos e organizações sociais. A importância dessas promulgações influenciaram positivamente a criação de grupos, associações, centros, núcleos e coletivos feministas no Brasil. Aqui, coincidentemente, o ano de 1985 marca o encerramento da Década das Mulheres, o fim da ditadura militar e a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

O CNDM foi fruto da reorganização cidadã dos espaços institucionais com a criação de conselhos estaduais em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e do desdobramento das lutas emancipatórias de feministas iniciadas na década de 70, representadas pela “Associação latino americana de mulheres”, “Círculo de estudos e realizações em cinema e TV Mulher”, “Frente democrática da mulher londrinense”, Grupo aqualtune defesa da mulher negra”, Grupo de

assistência jurídica a mulher”, Frente feminista e casa da mulher”, “Grupo de mulheres de Volta Redonda”, “Grupo de teatro dentro da penitenciária feminina”, “Movimento de mulheres profissionais em direito”, “Conselho nacional de mulheres”, “Grupo de pesquisa a força na mulher de trabalho”, “Associação de mulheres do Mato Grosso”, “Centro de defesa dos direitos da mulher”, “Sociedade Brasil mulher de São Paulo do Rio”, “Casa da mulher do Nordeste”, “Sociedade Brasil mulher de Salvador”, “Sociedade Brasil mulher de janeiro”, “Grupo de mulheres da ilha de São Luiz”, “Centro da mulher de João Pessoa”, “Núcleo feminino de Ouro Preto”, “Experiência feminista em advocacia”, “SOS corpo de mulher”, “Grupo Maria sem vergonha”, “Grupo volantes de Campinas”, “Coletivo de mulheres do Rio de Janeiro”, “SOS mulher de São Paulo”, “Centro de estudos da mulher”, “Grupo encontro de mulheres”, “Grupo Brasília mulher”, “Grupo radio da capital”, “Grupo costela de Adão”, “Núcleo de estudos sobre a mulher”, “Frente feminista 4 de janeiro”, “Núcleo feminino de cultura”, “Centro da mulher mineira”, “Grupo Eva de novo”, “SOS mulher”, “Grupo Ceres”, “Grupo gesta”, “Grupo da rádio Solimões”, “CEAMI”, “Grupo “F” de reflexão”, “Federação brasileira pelo progresso feminino”, “Coletivo de mulheres de Campinas”, “Grupo feminino de estudos”, “Centro da mulher brasileira”, “APEM” e “AMARAS” (Jornal do Brasil, 1982, p. 1).

Evidentemente que nem todos os grupos acima citados participaram da organização do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, mas este passou a representar esta pluralidade de associações e coletivos. Politicamente, o CNDM “nasceu” em 1979, com o “racha” do Centro da Mulher Brasileira, dividido entre o Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro chefiado por Maria José da Silva e o Ceres tendo a frente Branca Moreira Alves, Jacqueline Pitanguy, Leila Basted e Mariska Ribeiro. O ingresso oficial na administração pública ocorreu com o envio do projeto de lei nº 7. 353 ao Congresso Nacional pelo Presidente da República José Sarney. Aprovado em regime de

urgência e pelo voto unânime dos líderes partidários da Câmara dos Deputados, a criação do CNDM visou promover políticas públicas para eliminar qualquer forma de discriminação da mulher (Brasil, 1985, p. 1).

“Algo mudou radicalmente e, para sempre, neste país”, escrevia a primeira presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Ruth Escobar no artigo “O voto da mulher” publicado em 13 de novembro de 1985 no Jornal do Brasil. Em referência aos históricos movimentos feministas, ela indicava os objetivos do CNDM: “algo que as pioneiras, de mais de um século de lutas, sempre tiveram certeza de que aconteceriam um dia, realmente aconteceu: libertamos nossas cabeças, queremos ser cidadãs de pleno direito” (Jornal do Brasil, 1985, p. 11).

Porém, o reconhecimento da cidadania plena não foi o resultado de proposições partidárias a favor de reformas jurídicas, mas o resultado de ações concretas e suprapartidárias, tal qual relata Ruth Escobar: “tenho viajado de Norte a Sul, e em todos os lugares encontrei mulheres assumindo a liderança de comitês partidários, associações de bairros, mutirões comunitários, movimentos sociais”. Muito antes da definição jurídica do status cidadã no Brasil, Escobar narra a capacidade organizacional de várias mulheres em agir em conjunto para mudar a opinião pública sobre seus direitos, inclusive “sendo reconhecida pelos homens como se isso fosse a coisa mais natural do mundo” (Jornal do Brasil, 1985, p. 11).

Apesar de hoje a frase acima transpareça a existência de uma dependência entre gêneros, há “dez anos atrás”, explica Ruth Escobar, “isso seria inimaginável. Éramos tidas como loucas, como bruxas que queriam subverter a ordem natural das coisas”. Mas, infelizmente, o que ainda se mantém no imaginário social é o “grande medo dos homens” da “guerra entre os sexos”, pelo qual “o medo de que a libertação de séculos de opressão doméstica, de sujeição social, de abaixar a cabeça em silêncio, produzisse uma explosão de fúria”,

porém, pondera Escobar, “uma guerra entre os sexos, demonstrou-se, à luz do sol, completamente absurdo” (Jornal do Brasil, 1985, p. 11).

De modo propositivo, ela explica: “nada mais sensato e realista do que o espírito feminino na política”, dado que “as bruxas eram um mito masculino nascido do medo e do sentimento de culpa. A libertação está se dando sem a menor demonstração de ressentimento, como se o mundo começasse agora” (Jornal do Brasil, 1985, p. 11). Mesmo sem ter uma conexão direta com as ideias de Ruth Escobar ou do contexto político em que viveu, a compreensão de Hannah Arendt no qual a, “natalidade” como “a faculdade da ação se radica ontologicamente” reforça a argumentação da presidenta do CNDM: “Em outras palavras, é o nascimento de novos seres humanos e o novo começo, a ação de que são capazes em virtude de terem nascido. Só a plena experiência dessa capacidade de conferir aos assuntos humanos fé e esperança” (Arendt, 2020, p. 306).

A natividade na política aproxima Hannah Arendt de Ruth Escobar, porque, para a primeira, “o milagre que salva o mundo de sua ruína normal” (Arendt, 2020, p. 306) e, para a segunda, “e essa é a grande verdade da vida, algo que as mulheres sempre souberam: a vida recomeça a cada instante” (Jornal do Brasil, 1985, p. 11). Sem sombras de dúvidas os sentidos são análogos e certamente isto confirmaria um aproximação com a teoria política arendtiana, principalmente, quando Arendt explica o que foi a ação humana nas experiências anteriores à modernidade e a necessidade de pensar a novidade inerente a cada temporalidade.

Apesar da intercomunicação entre Hannah Arendt e Ruth Escobar confluírem para reflexões teóricas comuns, um ponto discordante seria a noção de identidade que precede a ação, no caso, os feminismos. Para Escobar, “essa mobilização gigantesca das mulheres enfrenta uma estrutura legal completamente arcaica, que serviu até algumas décadas atrás para nos manter na rédea curta”. Porém, como dito anteriormente, Arendt não nutria simpatias pelos

movimentos feministas, mas, certamente, as proposições de Escobar fariam coro a compreensão da teórica alemã:

A maior parte das mulheres, especialmente as jovens acostumadas desde cedo a uma maior igualdade com seus colegas homens, fica boquiaberta quando descobre que, juridicamente, é uma cidadã de segunda categoria. Que não pode ser a cabeça do casal na declaração do imposto de renda, mesmo se do ponto de vista financeiro isso for mais convincente (Jornal do Brasil, 1985, p. 11).

O “direito a ter direitos” esboçado em *Origens do totalitarismo* por Hannah Arendt adquire outro sentido quando a garantia política se constitui como uma ação em concerto ou por suas palavras: “a força que as mantém unidas, distinta do espaço da aparência no qual se reúnem e do poder que conserva a existência desse espaço público, é a força da promessa ou dos contratos mútuos” (Arendt, 2020, p. 303). O rompimento com a ordem anterior pela promessa da política infere uma ação voltada para o convívio com os outros pelos “mecanismos de controle instaurados na própria faculdade de iniciar processos novos e intermináveis” (Arendt, 2020, p. 304).

De modo análogo ao escrito, a imprevisibilidade desencadeada pela ação do CNDM propiciou em um curto espaço de tempo um foro de discussões inédito no Brasil. A “reforma da legislação referente à mulher”, escreve Ruth Escobar, “no tocante à igualdade dos direitos econômicos é uma questão de tempo e de luta, muita luta, com certeza. Mas ela virá juntamente com uma forma de viver mais civilizada, menos brutal para as mulheres”. Ela, assim como milhões de mulheres brasileiras, sofria com a remuneração desigual no trabalho, mesmo exercendo a mesma função. Além disso, a falta de uma legislação voltada para as creches impedia o ingresso de muitas mulheres no mundo do trabalho e, por fim, o oportunismo de “um número de políticos homens, com seu aguçado instinto para captar votos, se colocará do nosso lado, ao mesmo tempo em que elegeremos um número considerável de mulheres conscientes” (Jornal do Brasil, 1985, p. 11).

Por isso, ela advertia as leitoras, “repito, isto não virá sem muita luta e participação” e, à frente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, centrou a discussão em um “objetivo de luta imediata”: a “mobilização pela Constituinte”. Mas, consciente da história brasileira, Ruth Escobar explicou a existência de um “ponto de vista cínico bastante difundido de que as constituições no Brasil tem pouca importância, já que elas são periodicamente rasgadas”. Na época, ainda era incerto os caminhos abertos até a Constituinte, mas mesmo assim Escobar sustentava que historicamente a única garantia política estaria no reconhecimento dos direitos das mulheres e sua incorporação na Constituição:

Quero fazer notar que os grandes direitos sociais e políticos, conquistados pelas pioneiras que nos precederam, de uma forma ou de outra foram mantidos, mesmo nas constituições espúrias que sucederam às livremente feitas por Assembleias Constituintes em 1934 e 1946. O reconhecimento dos direitos das mulheres e sua incorporação à Constituição, argumenta-se terá um valor puramente simbólico, já que “na regulamentação das leis ordinárias é que está a fraude”. Na Constituição - uma fachada - tudo fica muito bonito, mas nas leis práticas tira-se com uma mão o que se concedeu com a outra (Jornal do Brasil, 1985, p. 11).

Cética em relação aos contratos sociais assentados pelos governos e, igualmente, pelas reivindicações dos representantes da nação, Ruth Escobar direciona as futuras ações para as “leis ordinárias” e para o “Código Civil” que “devem ser reformados desde já, sem esperar pela Constituinte”. Assim, ela propõe uma mudança de base fundada em reformas, “centímetro por centímetro, Estado por Estado, município por município, já que de fato, o preço da liberdade é a eterna vigilância”. Dessa maneira, ela ao conciliar a ação política com a reforma institucional pretendia que a “liberdade se torne um hábito inconsciente e entranhado” (Jornal do Brasil, 1985, p. 11).

Embora ciente da necessidade das reformas da base política, Ruth Escobar compreendia o peso e a legitimidade da Constituinte frente aos poderes municipais e estaduais, por isso conclamava “todas

as mulheres (e nossos companheiros realmente democratas) a participar de uma grande campanha nacional, cujo objetivo será marcar em letras maiúsculas, simples e inesquecíveis, os direitos da cidadã brasileira em nossa Carta Magna”. De modo inovador, ela pretendia transmutar as leis mortas das constituições passadas em uma intervenção vigilante que possibilitasse “transformá-la num documento que permita, em nossas futuras batalhas e nas de nossas filhas, citá-las como nossa inexpugnável trincheira de direitos adquiridos ao longo de mais de um século de lutas” (Jornal do Brasil, 1985, p. 11).

Assim, com a simplicidade de quem inicia algo, Ruth Escobar dirigia-se as mulheres: “participe conosco, mobilize suas amigas e companheiras, comunique-se com o Conselho, sugira, organize, discuta, informe-se, prepare-se para a nossa campanha “Mulher e Constituinte””. Na certeza de tempos extraordinários ou, novamente para ficar com Hannah Arendt, na certeza que o milagre salva o mundo, Ruth Escobar escrevia: “reflita desde já sobre o que podemos e devemos exigir. Vivemos grandes dias de nossa história. Estejamos à altura deles” (Jornal do Brasil, 1985, p. 11).

O “novo”, escreve Hannah Arendt, “sempre aparece na forma de milagre”, bem como a “ação, como início, corresponde ao fato do nascimento” como “efetivação da condição humana da natalidade”. Assim, o discurso corresponde ao “fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como um ser distinto e único entre iguais” (Arendt, 2020, pp. 220-221). Não é possível precisar o alcance do discurso feita por Ruth Escobar no jornal, mas certamente ecoou entre diversas mulheres, principalmente com a atuação nacional do *Lobby* do batom que, após o discurso de Escobar, articulou duas outras campanhas como a “Constituinte Para Valer tem que ter Palavra de Mulher” e a “Constituinte para Valer tem que ter Direitos da Mulher”, ambas, para a promoção dos direitos das mulheres na Constituição de 1988.

Ruth Escobar foi sucedida na presidência do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres pela socióloga Jacqueline Pitanguy em 1986. O discurso de posse de Pitanguy também faria coro com a perspectiva existencial da política de Hannah Arendt: “Diferentes, mas não desiguais”. Na véspera da Constituinte esse seria o mote de outra campanha para sensibilizar a opinião pública e, politicamente, assessorar parlamentares para “defender os lobbies femininos na Constituinte e no Congresso” (Jornal do Brasil, 1986, p. 7). De modo mais sofisticado do que a reportagem, na Carta das Mulheres aos constituintes, elaborado pelo CNDM, propôs um conjunto de reivindicações específicos:

Ênfase na igualdade entre os sexos, na luta contra o racismo e outras formas de discriminação, afirmando o caráter multicultural e multirracial dos brasileiros; tornar obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira; zelar por uma educação e cultura igualitária a ser promovida pelos meios de comunicação; zelar pela imagem social da mulher sem preconceitos e estereótipos discriminatórios; discriminar as estatísticas por sexo, raça e cor (Pitanguy, 2019, p. 85).

Na emissão da Carta, havia os nomes de Maria, Ana, Joana, Amparo, Raimunda, Vera, Sônia, Carla, Francisca, Patricia, Márcia, Simone, Maria de Fátima, Neusa, Teresa, Conceição, Socorro, Paula, Angela, Cristina, Valéria, Selma, Cremilda, Rosa, Carmem, Eliana, Marisa, Cecília, Regina... “nós, Mulheres Brasileiras” que representavam coletivos políticos na reivindicação de direitos para mulheres que fossem garantidos pelas leis do país e pelo ordenamento social.

Em 2019, no capítulo “A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro” que integra a coletânea *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto* (2019), Pitanguy relembra e interpreta as ações feministas durante a Constituinte de 1988. O *lobby* do batom propunha a instituição e ampliação dos direitos das mulheres por meio da “*advocacy*”, ou seja, uma “ação política desenvolvida junto ao Estado, ou a outras instâncias nacionais

ou internacionais no sentido de alcançar determinado objetivo". Neste enquadramento, Pitanguy explica a característica do movimento feminista brasileiro em sua capacidade de "realizar ações de *advocacy* por leis e políticas públicas, definindo objetivos e estratégias de atuação" (Pitanguy, 2019, pp. 79-80).

Sem se aprofundar em questões teóricas ou filosóficas e com a finalidade explicitar as 'estratégias de atuação', Jacqueline Pitanguy recorre à noção de "ação política" e escreve: "a análise de Hannah Arendt sobre a importância da ação política (*práxis*) na construção de um conceito dinâmico de cidadania poderia ser utilizada para descrever a ação política do feminismo como um ator social no cenário do Brasil". Por meio desse viés, Pitanguy retrata as lutas feministas nas três últimas décadas do século XX e descreve a "clara conexão entre o ativismo feminista e as mudanças em legislação discriminatórias" com a proposição de novas leis e a implementação de políticas públicas para assim rememorar e refletir sobre este percurso, da "resistência aos retrocessos" (Pitanguy, 2019, p. 80).

Ainda no artigo, Jacqueline Pitanguy distancia-se dos usos e representações da filósofa no Brasil e não enquadra a perspectiva de Hannah Arendt nas lutas feministas ou mesmo utiliza as suas ideias como princípios teóricos para as ações políticas. Porém, deixa clara a sua 'importância' e correspondência entre a 'ação política' e a '*advocacy*'. De fato, não seria difícil para os leitores e interlocutores de Arendt desdobrar a analogia feita por Pitanguy, "o direito a ter direitos" e da "ação".

Como se pode observar, a aproximação entre o "conceito dinâmico" de Hannah Arendt com a história do CNDM, narrado por Jacqueline Pitanguy no artigo "A carta das mulheres brasileiras aos constituintes", foi, sobretudo, no campo da ação política, algo que certamente iria agradar Arendt. Mas, se por um lado, as campanhas políticas durante a redemocratização lutavam contra o estado autoritário, as ações feministas objetivavam pautas específicas e nem

toda agenda era aceita, pois: “o conceito de povo não comportava diferenças de sexo, raça ou etnia, o que dificultava a construção de uma agenda identitária naquele contexto” (Pitanguy, 2019, p. 80).

Mesmo que este caminho não fosse teórico, a *‘práxis’*, como sublinhou Jacqueline Pitanguy, reflete as ações desenvolvidas entre 1985 a 1989: “O movimento ressaltava o fato de que aquele momento constituía uma oportunidade única de retirar as mulheres da condição de cidadãs de segunda categoria a que estavam reduzidas” (Pitanguy, 2019, p. 84). Ao instituir uma ‘agenda identitária’ como princípio da ação política do CNDM, não estava indo contra os aspectos da teoria de Hannah Arendt, dado que o funcionamento das instituições e dos enquadramentos normativos estava em concomitância com a espontaneidade da ação política. O pensamento político de Arendt partia da liberdade existencial, mas estaria entre a dimensão da espontaneidade e do “fazer” político por meio do poder, porque este indicaria os caminhos decididos entre os atores públicos. Contextualizado em ações, a espontaneidade do CNDM, ocorria quando:

Organizamos uma grande articulação nacional, envolvendo todos os Conselhos Estaduais de Direitos da Mulher. Conselhos Municipais, as mais diversas organizações de mulheres como trabalhadoras rurais, empregadas domésticas, trabalhadoras das centrais sindicais como a CGT, a CUT, associações profissionais, grupos feministas e movimentos sociais de todo o país. O CNDM visitou todas as capitais onde, em parceria com os movimentos locais, conclamava as mulheres a apresentarem propostas para a nova constituição, e participando deste momento crucial da vida política do país (Pitanguy, 2008, p. 70).

Os efeitos dessa articulação nacional engendrou elementos de uma cultura cívica ainda presente hoje em dia. A Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes foi capaz de transformar a relação entre o Estado e a sociedade civil, ou seja, a ordenação normativa da Carta serviu como prerrogativa para a institucionalização da igualdade entre homens e mulheres na Constituição de 1988:

Cerca de 80% das proposições foram incorporadas ao texto constitucional, outras levaram a mudanças nos códigos civil e penal, em leis complementares, ou na criação de novas leis e serviços, como as Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (Deam) e as Casas Abrigo (Pitanguy, 2019, p. 86).

A ‘ação política’ voltada a ‘retirar as mulheres’ da condição de ‘cidadãs de segunda categoria’ retoma o sentido do “direito a ter direitos” de Hannah Arendt, cuja compreensão origina-se do “direito de pertencer a algum tipo de comunidade organizada, quando surgiram milhões de pessoas que haviam perdido esses direitos e não podiam recuperá-los devida à nova situação política global”. Neste cenário de desterramento forçado pela invasão nazista, Arendt afirma que “o homem pode perder os chamados Direitos do Homem sem perder a sua qualidade essencial de homem, sua dignidade humana. Só a perda da própria comunidade é que o expulsa da humanidade” (Arendt, 2009, pp.330-331).

A “privação fundamental dos direitos humanos”, explica Hannah Arendt, é a “privação de um lugar no mundo que torne a opinião significativa e a ação eficaz”. Para ela, a palavra e a ação era “algo mais fundamental do que a liberdade e a justiça”, dado que os dois últimos compõem o núcleo dos “direitos do cidadão”. O extremo oposto, a que Arendt se refere “é a situação dos que são privados dos seus direitos humanos”, ou seja, “são privados não do seu direito à liberdade, mas do direito à ação; não do direito de pensarem o que quiserem, mas do direito de opinarem” (Arendt, 2009, p. 330).

De fato, é inegável que o pensamento teórico de Hannah Arendt amplia a capacidade crítica para distanciar-se de noções pré-concebidas ou aceitas sobre a política contemporânea. Porém, é importante ressaltar que ela não tratou da constitucionalidade de uma democracia, e sim da ação participativa nos domínios públicos. O mérito do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi mediar os ativismos feministas a favor das mudanças de legislações

discriminatórias no Brasil, o que produziu uma ação em conjunto própria da pluralidade.

Considerações finais

O diálogo entre as ideias de Hannah Arendt e as lideranças do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher indica uma complexa e entrelaçada História das mulheres e dos feminismos. Embora se situem como experiências distintas, sobrepor a teoria política de Arendt aos Estudos de Gênero e a ação política do CNDM demanda uma compreensão sobre a pluralidade de percepções e visões que a filosofia política produz, especialmente, quando se torna correspondente dois conceitos-chave como política e gênero.

Dessa maneira, através de discussões sobre a emancipação das mulheres e do gênero na História, compreende-se dois distintos, mas interconectados, usos de Hannah Arendt nas epistemologias de gênero e em sua aproximação com as ações políticas que instrumentalizou a institucionalização dos direitos das mulheres na Constituição de 1988. Mas, apesar dos avanços jurídicos algumas hierarquizações continuam sendo produzidas e reproduzidas, “diuturnamente até ser internalizada, naturalizada como pertencente à ordem das coisas, em nossas práticas cotidianas” (Muniz, 2017, p. 38).

Contrapor essa dimensão da violência pela *vita activa* não só aproxima Hannah Arendt dos feminismos brasileiros, mas demonstra como a história do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher pode indicar um percurso que começa com o ‘direito a ter direitos’ até a ‘ação política’ na construção de um domínio dialógico entre mulheres e homens políticos. O que reflete a “condição humana da pluralidade, isto é, do viver como um ser distinto e único entre iguais” (Arendt, 2020, p. 221).

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução Roberto Raposo; revisão técnica e apresentação Adriano Correia. 13. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

BENHABIB, Seyla. *Situando o self: Gênero, comunidade e pós-modernismo na ética contemporânea*. Tradução de Ana Claudia Lopes; Renata Romolo Brito. Brasília: Editora UnB, 2021.

BRASIL. *Lei nº 7.353, de 29 de Agosto de 1985*. Institui o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM. Brasília: Presidência da República, 1985.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

HONKASALO, Julian. *Sisterhood, Natality, Queer: Reframing Feminist Interpretation of Hannah Arendt*. Helsinki: University Helsinki, 2016.

JORNAL DO BRASIL. Jacqueline ganha disputa com Ruth e preside CNDM. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12 de Dez. 1986. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 06 de Março de 2020.

JORNAL DO BRASIL. O dia era da mulher e a cidade ficou mais alegre. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 09 de Mar de 1983. 1º Caderno. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 15 de Maio de 2024.

Jornal do Brasil. O voto da mulher. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 de Ago. 1985. 1º Caderno. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 06 de Março de 2020.

JORNAL DO BRASIL. “Feminismo militante: Excesso de entidades, carência de filiadas”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 04 de Abr de 1982. Caderno B. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 15 de Maio de 2024.

JORNAL DO BRASIL. “Mulheres fazem trégua para ir à guerra”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 07 de Mar de 1983. 1º Caderno. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 15 de Maio de 2024.

KANT, Immanuel. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Tradução Célia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006.

KAZIN, Alfred. Hannah Arendt: O amor e a solidão. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 de set. 1983. Ano IV - Número 70. Suplemento Cultura. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 15 de Maio de 2024.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. As feridas abertas da violência contra as mulheres no Brasil: estupro, assassinato e feminicídio. In. STEVENS, Cristina: OLIVEIRA, Suzane: ZANELLO, Valeska: SILVA, Edlene: PORTELA, Cristiane (Orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília, DF: Technopolitik, 2017.

PITANGUY, Jacqueline. A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: Memórias para o futuro. In. HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20 (2), 1995.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In. BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

SOIHET, Rachel. *Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

**A CONSTRUÇÃO DE FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE A
DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1975):
LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE BLOGS GRUPAIS SOBRE O
TEMA¹**

Ana Clara Borges Costa²

Georgete Medleg Rodrigues³

Resumo: Esta pesquisa tem por objetivo mapear blogs com a temática “Ditadura Militar no Brasil”, no intuito de identificar a produção e a difusão de arquivos, referentes ao assunto. É também investigado como os próprios blogs podem ser construtores de fontes sobre o período, assim como serem repositórios divulgadores de documentos da época aqui destacada. Os procedimentos metodológicos se consistiram na definição do *corpus* (os blogs a serem mapeados), na descrição dos blogs (mediante a sua análise; compreensão das referências aos arquivos da Ditadura) e a elaboração de uma planilha eletrônica com os dados dos blogs pesquisados. Considerando a possibilidade da volta da indisponibilização dos arquivos da Ditadura; a efemeridade dos arquivos contidos na internet; a diminuição da criação de novos blogs após o ano de 2012 (criações da Comissão Nacional da Verdade e da Lei de Acesso à Informação), concluiu-se que pesquisas como esta são de suma importância para comprovar a existência de cada situação anteriormente citada, assim como ser garantia e fomento do direito à informação aos cidadãos brasileiros.

Palavras-Chave: Ditadura Militar. Internet. Blogs. Produção Arquivística Contemporânea.

Abstract: This research has as objective to map blogs with the thematic of "Military Dictatorship in Brazil", in order to identify the production and the diffusion of archives, in relation to the subject. It is also investigated how the own blogs may be builders of sources about the period and how they can be repository promoters of documents about the time here highlighted. The methodological procedures are

1 Projeto de Iniciação Científica, realizado em 2017/2018, financiado em pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

2 Universidade de Brasília - UnB. anaclaraborgescosta@gmail.com. Graduanda em Museologia pela Faculdade de Ciência da Informação - Universidade de Brasília - UnB (2016-2022).

3 Universidade de Brasília - UnB. georgete@unb.br. Doutora em História pela Université de Paris (Paris IV - Sorbonne), pós Doutora pela Université de Paris X (Nanterre, França), Professora da Universidade de Brasília, na Faculdade de Ciência da Informação.

constituted in the definition of *corpus* (the blogs to be mapped), in the blogs' description (by means of its description; the understanding of the references to the Dictatorship's archives) and the elaboration of a eletronic spreadsheet with the blogs' data researched. Considering the possibility of the return of the Dictatorship archives' unavailability; the ephemerality of the archives on internet; the decrease of the new blogs' creation after 2012 (creation of Comissão Nacional da Verdade and Lei de Acesso à Informação), it was concluded that researches like these are very important to prove the existence of each situation previously mentioned, as being guarantee and incentive to the information right to the brazilian citizens.

Key-words: Military Dictatorship. Internet. Blogs. Contemporary Archival Production.

1. Introdução

O presente artigo visa discutir e constatar a produção e o legado da arquivística sobre a Ditadura Militar de 1964, no Brasil, por meio da análise de blogs grupais, produzidos na contemporaneidade. Consiste-se em uma investigação sobre provas documentais que poderão servir de subsídio para futuras pesquisas históricas, mas também para guardar a memória dos arquivos históricos que vieram a público e daqueles que foram produzidos subsequentemente, no intuito de ser comprovação da existência de tais documentos. Assim, estudando e compreendendo as informações registradas em blogs grupais, preserva-se dados tão diversos e efêmeros, retendo a impermanência das informações, uma vez que provêm da internet.

Além da visibilidade, a temática traz a tona questões intrínsecas à negação e ao esquecimento do período histórico, no intuito de compreender e difundir as novas produções arquivísticas inerentes a esse questionamento. Dessa forma, os documentos, que até então estavam fora do domínio público, serão analisados, concatenando com aquilo que foi e que é produzido atualmente em blogs grupais.

Sendo assim, foi feito um levantamento quantitativo de blogs grupais, que tivessem como temática a Ditadura Militar no Brasil, por meio de uma pesquisa simples a partir do buscador *Google*. Mediante a sondagem, observou-se os tipos de arquivos que são veiculados,

quais eram os objetivos propostos nos blogs, suas datas de criação e suas tipologias (grupais, pessoais ou organizacionais). Para tanto, foi feita uma planilha discriminando cada um desses critérios, listando-os, classificando-os e analisando-os de forma básica e sintética.

2. Blogs

A produção sobre a Ditadura Militar no Brasil, existente nos blogs, é de cunho popular, civil e institucional (institucional se aplica em alguns casos, como em organizações). Ao serem observadas e quantificadas, percebe-se que as novas produções arquivísticas em blogs ainda são tímidas e incompletas, mas suficientes para serem subsídios para discussões acerca da temática que abordam.

Por conseguinte, ao investigar o tema proposto, constata-se que por conterem, em sua maioria, arquivos inéditos e que são intrínsecos àquele que escreve, vê-se a necessidade de buscar a sua preservação e o seu registro. Sua permanência é merecida, por se tratar de uma evidência histórica, memorialística e, por vezes, humanitária, com registros, pela sua própria essência, fugazes.

Sendo assim, ao se pensar em blogs, se faz necessária sua conceituação. Segundo Alex Primo, em seu texto “Blogs e seus gêneros: Avaliação estatística dos 50 blogs mais populares em língua portuguesa”, em citação à Marcuschi (2005), os blogs são um gênero eletrônico em constante ascensão, capaz de se modificar, segundo as necessidades e desejos do autor. Podem se classificar como tipologia textual ou mesmo um veículo de informação.

A partir dessa forma de manifestação, pelo meio eletrônico, muitos pesquisadores e pensadores da área resolveram conceituá-la e tipificá-la. Segundo Thiago Oliveira Rio, em seu texto “Blog como um Veículo de Comunicação”, a palavra “blog” deriva de “weblog”

(...) O termo foi criado a partir da junção da palavra *web* (página da internet) e *log* (diário de bordo). A ideia inicial era a criação de um diário pessoal onde o autor (ou seus autores) pudesse compartilhar suas experiências com outras pessoas que tivessem interesse no seu dia a dia (RIO, 2010, p.13)

Em vista disso, os blogs passaram a compreender uma forma de escrita e expressão, capaz de transmitir o que o autor pensa ou mesmo aquilo que deseja relatar das suas vivências e experiências. Ainda segundo Thiago Rio, os blogs teriam surgido no início dos anos 1990, com o único fim de apresentar o crescimento da internet, à medida que novos sites eram criados e colocados *on-line*. O criador do blog teria sido Tim Berners Lee e o blog tinha o formato de um site.

Para se ter um blog basta estar conectado à internet, independente do tipo de conexão. O usuário tem acesso ao aplicativo sem custo algum, bastando para isso acessar um site que disponibilize o serviço e cadastrar um nome para seu blog. Cumprida essa etapa, seu diário virtual já está apto a receber seus textos que são chamados *posts*. Estes estão dispostos em ordem cronológica inversa e podem ter mais de um autor, dependendo do perfil do blog. Neles também podem ser inseridas imagens, vídeos ou links para outros sites. Há também a possibilidade do autor interagir com os seus leitores através de comentários deixados cada vez que um texto é publicado. O blog, em sua essência, possui um caráter de abertura à conversações. (RIO, 2010, p.13)

Levando em conta aquilo que Thiago Rio fala em seu texto, os blogs seriam diários pessoais eletrônicos, capazes de interagir com aqueles que o acessam, criando uma rede de comunicação e compartilhamento de opiniões e ideias. Normalmente aqueles que acessam determinado perfil, de certa forma, concordam com aquilo que o autor se propôs a falar. No entanto, Alex Primo, comenta que os blogs não seriam diários pessoais, pois se assim fossem classificados seria um grande equívoco e uma visão extremamente reducionista. Esse pensamento deriva do fato de que ao se pensar os blogs grupais e organizacionais (ou mesmo os pessoais), diferentemente dos diários íntimos, os blogs se dirigem para outras pessoas e não a tão somente ao autor. No caso dos blogs grupais e organizacionais, além de se direcionarem a outros leitores, são produzidos e construídos por vários autores. Sendo assim, considerar blogs como um diário pessoal, acaba por subestimar essa tipologia textual eletrônica.

(...) diários pessoais e blogs apresentam características muito distintas que prejudicam sua

equiparação. Sim, ambos são formas de registro escrito que seguem uma explícita organização cronológica. Uma parcela de blogs de fato baseia-se na escrita de percepções e reflexões sobre o cotidiano e os sentimentos do autor. (...) A principal distinção entre diários e blogs os opõem de maneira inconciliável. Diários pessoais se voltam para o intrapessoal, tem como destinatário o próprio autor. Blogs, por outro lado, visam o interpessoal, o grupal. (PRIMO, 2008, p. 122)

2.1 Blogs Grupais

A investigação que aqui se propõe, busca em especial por blogs grupais, que têm como tema a Ditadura Militar no Brasil, em 1964. Tais blogs deveriam conter temáticas e arquivos relevantes ao assunto, como entrevistas, relatos, acontecimentos históricos inerentes ao período, dados, documentos referentes à Ditadura, vídeos, artigos de opinião, entre outros.

Assim, se faz também necessária a conceituação de blogs grupais. Alex Primo, em sua série de artigos referentes à blogs, critica a forma como se vinha compreendendo o que era essa tipologia. Além de criticar a comparação com diários pessoais, se viu na missão de tipificá-los.

No artigo “Blogs e seus gêneros: Avaliação estatística dos 50 blogs mais populares em língua portuguesa”, a partir de características próprias de cada blog foi criada uma classificação, considerando, para tanto, suas finalidades, suas temáticas, a quantidade de autores e ainda sua funcionalidade. Para tanto, foram identificados cerca de 16 tipos diferentes de blogs, com tipos principais e, pra cada um, subgrupos respectivos. Levando em consideração esta perspectiva classificatória, foi observado pelo autor, 50 blogs em língua portuguesa e cerca de 5233 posts feitos nessas páginas na web. Tais blogs foram analisados a partir da nova tipificação proposta pelo autor.

A classificação feita por Primo propõe quatro tipos principais de blogs: profissional, pessoal, grupal e organizacional. Cada um desses tipos possuem subclassificações: auto-reflexivo, informativo interno,

informativo, reflexivo. Foram criados métodos e resoluções, citando autores da área que já haviam trabalhado com o mesmo assunto, enriquecendo assim a área de conhecimento, ainda pouco explorada.

Alex Primo fala que blogs grupais “são aqueles produzidos por, pelo menos, duas ou mais pessoas” (PRIMO, 2008), com foco voltado para temas de interesse do grupo: cada participante pode assinar individualmente, mas também há publicações assinadas em grupo. Um blog grupal pode se contradizer, uma vez que não há a necessariamente um consenso entre os componentes, por se tratarem de “registros de opiniões individuais de cada membro do grupo” (PRIMO, 2008).

Os blogs grupais não possuem a mesma formalidade que um blog organizacional. Ou seja, não assinarão em nome de uma organização. O que é importante em um blog grupal é o convívio dos participantes e a troca de informações.

Entre as subclassificações auto – reflexivo, informativo interno, informativo e reflexivo, propostas por Alex Primo, a que se deu preferência nessa pesquisa foram as ‘grupais auto – reflexivo’ e ‘grupais reflexivo’. Foi assim escolhido por se tratarem de formas de classificação dos blogs referentes às produções internas do grupo, seja para discutirem atividades internas, seja para criticarem determinado tema.

3. Apresentação, Metodologia e Análise de Dados

Pensando exclusivamente em blogs grupais, auto-reflexivos ou reflexivos, foram feitas exaustivas buscas, no intuito de coletar resultados satisfatórios para a presente pesquisa. Obteve-se dados para a pesquisa por meio de uma investigação simples, com uso de palavras-chave, feita por meio eletrônico – no buscador *Google* –, em blogs brasileiros em língua Portuguesa.

Grande parte dos blogs que foram encontrados, a partir da recuperação da informação desejada, não tinha como temática

principal a Ditadura em si. Muitos se tratavam de locais para livre expressão do autor (blogs pessoais, segundo Alex Primo), sendo que, dentre os vários artigos de opinião ali contidos, poucos eram sobre a Ditadura Militar no Brasil.

Há que se considerar que blogs nascem de maneira natural e espontânea, sendo, por vezes (se não em quase todas as vezes) uma iniciativa do(s) próprio(s) autor(es), no intuito de expressar aquilo que pensa(m), buscando a mudança na concepção daquele(s) que o lê(em) ou mesmo sua mobilização. Logo, investigar e preservar tais dados, de forma a comprovar fatos, direitos e atos, torna visível a luta popular e política, inerente à democracia.

Os blogs analisados, por serem quase como diários pessoais (e, então, se discorda de Alex Primo), têm caráter intimista e revolucionário, capazes de operar no sentido crítico e intelectual. Além dessa face, tais blogs são como fontes históricas, pelo seu testemunho popular e social. A divulgação de arquivos que estavam fora do domínio público, assim como a produção contemporânea referente à entrevistas, à relatos, à fatos, à mobilizações e à divulgações etc, dá sentido a cada blog e, por conseguinte, para a própria pesquisa também.

Aqueles blogs, que de fato tratam do tema, abordam relatos contrários ao Ditadura Milita; promovem mobilizações de grupos ativos contra o legado desse período da história do país; e são forma de luta contra o anseio atual da população brasileira pela volta da ditadura.

Constatou-se que existem poucos blogs que se autodenominem grupais ou mesmo que sejam grupais, uma vez que poucos deles escrevem em grupo. A maioria dos blogs grupais encontrados estava de alguma forma ligada a alguma instituição, seja ela governamental ou não. Além do que a grande luta atual, registrada nos blogs, contra a herança da Ditadura Militar, é intrínseca a fatos que vêm ocorrendo nos dias de hoje, capazes de “ressuscitar” os ideais e a própria

ditadura. Sendo assim, os blogs, ora pesquisados, não constituem apenas instrumentos a serviço da história. Tratam-se do presente.

Inicialmente, as palavras-chave utilizadas foram “blog Ditadura Militar”. Ao assim pesquisar, havia a preocupação em encontrar dados de forma mais neutra e simples. No entanto, no decorrer da exploração, foi constatada a ineficácia dessas palavras-chave, resultando exclusivamente em blogs pessoais ou que tinham apenas alguns *posts* sobre a Ditadura Militar, não trazendo como temática principal a Ditadura em si. Assim, foi feita a alteração na forma de busca, decidindo-se buscar por servidores de blogs, como *Blogspot* e *Wordpress*, seguido das palavras “lista de blogs da Ditadura”. Os resultados foram, então, mais eficazes. É válido ressaltar que como resultado dessa nova metodologia de busca, encontrou-se também blogs que contêm *links* para outros blogs e que divulgam conteúdo pertinente àqueles que foram buscados, mas que não se classificam como blogs grupais.

Para entender e organizar a pesquisa, a fim de quantificá-la e analisá-la, foi elaborada uma planilha, contendo quesitos relevantes para a compreensão dos dados encontrados. São eles: Nome do Blog, Endereço Eletrônico, Autor, Data de Criação, Conteúdo, Temas que Veiculam e as suas classificações (pessoal, grupal e organizacional). Foram listados 29 (vinte e nove) blogs, sendo que apenas 11 (onze) são grupais. Os demais dividem-se em pessoais, 11 (onze), e organizacionais, 7 (sete). Tais dados podem ser verificados no gráfico a seguir:



Gráfico 1 – Blogs sobre a Ditadura Militar no Brasil

Dentre os blogs grupais encontrado, foram registrados os seguintes dados:

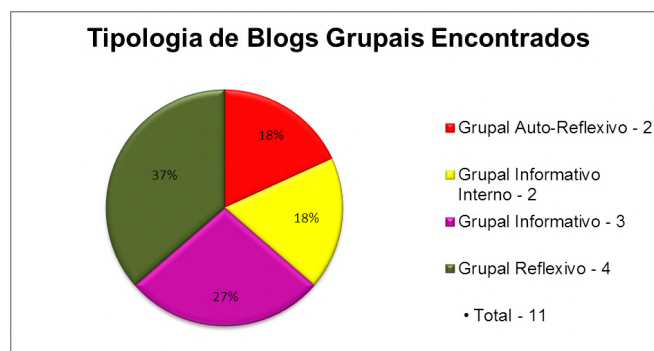


Gráfico 2 – Tipologia de blogs grupais encontrados

Em sua maioria, os blogs são extremamente recentes, surgidos principalmente depois da Comissão Nacional da Verdade – CNV (lei nº 12.528/2011, sendo meio para a criação da comissão em 16 de maio de 2012) e da Lei de Acesso à Informação– LAI (lei nº 12.527/2011, em vigor desde 16 de maio de 2012). Há aqueles criados anteriormente a esses fatos, entre os anos de 2008 e 2010. Existem também alguns sem data precisa e ainda um único blog que é do ano de 1998. A partir da presente investigação, constatou-se que houve uma queda significativa (46,7%) na produção de novos blogs referentes à ditadura militar após a criação da CNV e da LAI. Tal fator pode significar que, com a oficialização das buscas pelo acesso à informação, com a disponibilização de arquivos secretos para domínio público – por parte do Governo Federal brasileiro –, a luta em favor da visibilidade ou viabilização por aquilo que os blogueiros buscavam, foi contemplado. Os dados podem ser verificados no gráfico a seguir:

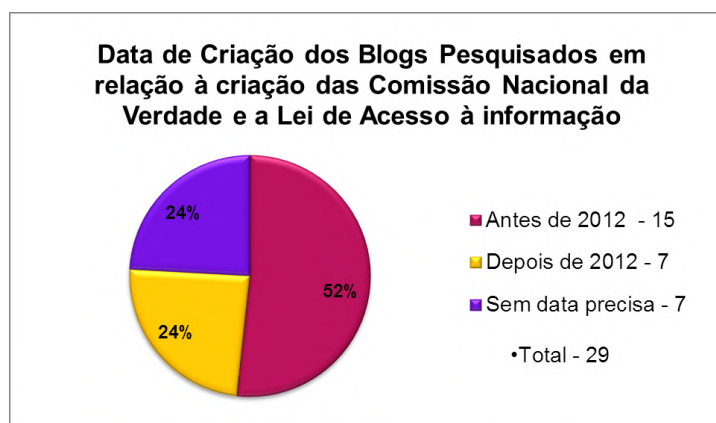


Gráfico 3 – Data de criação dos blogs pesquisados em relação à criação da Comissão Nacional da Verdade e a Lei de Acesso à Informação

Os blogs com autores únicos se caracterizam pela escrita incisiva e extremamente crítica, feita em primeira pessoa e expondo opiniões do próprio autor. No entanto, a maioria dos blogs pessoais veicula mais de um tema, sendo sempre um espaço de exposição das ideias e ideais do autor. Aqueles que são grupais têm por perfil serem ligados a instituições ou a movimentos sociais ou mesmo a comissões estaduais e municipais, ligadas às CNV, com estilo de escrita mais amena e expositiva. Apenas três blogs grupais são independentes, relacionados a causas individuais, como arte, questões de gênero e educação.

Há algo muito interessante na análise dos conteúdos veiculados nos blogs: apesar da temática principal comum, a Ditadura Militar, cada blog trata de um aspecto específico do período histórico estudado. Eles comentam, cada um à sua maneira, sobre a censura, a repressão, as políticas, os atentados aos direitos humanos e etc.

Grande parte dos blogs fala sobre as questões inerentes à censura na imprensa, na arte ou na difusão da informação. Tudo isso pode ter a ver com o atual momento histórico vivido, com tendências muito próximas ao que foi experienciado. Dentre os blogs selecionados, existem aqueles que tratam das questões de gênero, principalmente ligadas ao feminismo, como a tortura feminina.

Em meio aos temas, vê-se a presença do debate dos genocídios indígenas; o uso da copa do mundo de 1970 para a promoção do patriotismo e ufanismo – como forma de “pão e circo” –; materiais para o ensino sobre o período histórico; apresentação de fóruns e comissões; divulgação de eventos e arquivos da Ditadura; relatos de sobreviventes ou da memória daqueles que lutaram contra a Ditadura e etc. Dentro dos subtemas derivados do tema principal “Ditadura Militar no Brasil”, existem outros assuntos, abordagens e perspectivas. Cada blog, em sua especificidade, procura explicar e divulgar o seu conteúdo, de forma a criticar e a fazer conhecido o legado da Ditadura, mas também o que foi modificado ou que pode vir a se transformar, por conta daquilo que ficou presente no imaginário social ou mesmo nas estruturas do Estado.

4. Considerações Finais

A modernidade líquida e efêmera, segundo Zygmunt Bauman, permeia os mais diversos tipos de relações dentro da sociedade, principalmente aquelas ligadas ao tempo. Tudo é extremamente fluido e passageiro e a impermanência do que existe de moderno no presente faz das coisas inconstantes e incertas. Por conseguinte, o registro da história e da memória, em todas as esferas da sociedade, é de extrema importância, seja para relatar ou atestar fatos, seja para expor o presente e para contribuir com o futuro, buscando sempre a justiça social, a fim de cumprir com os deveres para com as sociedades vindouras.

Segundo as propostas e objetivos citados ao longo do artigo, faz-se relevante ressaltar a necessidade existente de serem feitos registros, de forma a expor e armazenar a produção arquivística referente ao período histórico da Ditadura Militar no Brasil, de 1964, existente – particularmente aqui tratado – na internet, em blogs grupais. Portanto, levantamentos quantitativos e qualitativos, como forma de contenção da impermanência dos arquivos produzidos no meio eletrônico são

interessantes para o estudo do período histórico e seu legado, assim como para a devida aplicação da Lei de Acesso à Informação.

A possibilidade da volta da indisponibilização de arquivos referentes à Ditadura Militar, hoje em domínio público, ou mesmo pela invalidação da história hoje sabida, ressalta-se a importância do registro e da luta pelos direitos à informação verdadeira. Essa pesquisa é, portanto, atestado de que um dia esses documentos existiram.

Todo documento é produzido para desempenhar algum tipo de relato, como forma de tornar verídico determinado fato, mesmo sendo um documento falso. Assim, pensando na importância de documentos arquivísticos, a relação conflituosa da memória dos arquivos (naquilo que deve ser lembrado ou esquecido), a permanência ou a destruição de determinados documentos acaba por ser um processo comum e contínuo. No entanto, esse processo não é saudável quando a destruição se dá de forma proposital – para favorecer determinado aspecto – mudando as histórias, em detrimento das memórias. Ditaduras Militares em todo o mundo foram “mestras” no assunto, usando dos documentos como forma de autobenefício, seja com a sua produção, seja na sua destruição.

Para tanto, Shirley Carvalhêdo Franco, em seu texto “A Noção de ramificação: uma contribuição para a Arquivologia”, busca explicar a impossibilidade de documentos ligados a fatos históricos, como a Ditadura Militar de 1964, no Brasil, não poderem ser destruídos em sua totalidade, uma vez que existe uma espécie de “rede” de interligação entre arquivos produzidos. Por mais que documentos sejam destruídos, há outros que atestem a sua existência. Segundo a autora, para esse fenômeno é dado o nome de Noção de Ramificação, que não é um conceito, ainda, por falta de estudos para a sua aprofundação.

Elementos de uma definição preliminar de ramificação, portanto, poderiam incluir a seguinte elaboração: há indícios de que existe uma

comunicação implícita, entre os conjuntos documentais, ou fundos, de instituições distintas envolvidas no cumprimento de um objetivo "superior", cuja consecução extrapola a missão e as funções de cada instituição separadamente. Não é necessário que essa missão superior (ou única), conducente à produção dos documentos, seja explícita ou publicada oficialmente. (FRANCO, 2013, p.5).

Por meio da sapiência dos objetivos e resultados da pesquisa, novas investigações poderão ser desenvolvidas, no intuito de construir mais conhecimentos acerca do assunto, ainda tão pouco discutido – frente ao que foi o fato histórico –, assim como a própria aprofundação dessa presente exploração.

É necessária a incessante busca pelo acesso à informação, assim como pela sua difusão. A procura, por parte da população civil, por conhecer o passado de sua sociedade e de seu país, as relações de poder, o “como” e o “por que” dos acontecimentos contemporâneos, mas também na sua própria história, em todas as esferas (internacional, nacional, estatal e municipal) é extremamente significativo. Esse valor é atribuído ao sentido da construção do pensamento crítico, assim como a autovalorização das questões nacionais, sejam elas boas ou ruins.

As evidências arquivísticas sobre a Ditadura Militar no Brasil tornam o fato digno e precisado de explorações, fazendo-se necessárias mudanças que desvelem e alarguem as políticas públicas e institucionais acerca do assunto. Portanto, é fato que a criação da Comissão Nacional da Verdade – CNV e da Lei de Acesso à Informação– LAI foram grandes passos para a compreensão, o esclarecimento e a valorização das memórias e dos legados daqueles que lutaram na Ditadura, no intuito de valorizar aqueles que batalharam pela democracia.

5. Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º o art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)

[2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)> Acesso em: 10 de junho de 2018, às 15:00

BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, DF. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm)

[2014/2011/lei/l12528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm)> Acesso em: 10 de junho de 2018, às 14:57.

CARVALHÊDO, Shirley do Prado. O "Mito" da destruição Total de Documentos: um estudo dos arquivos relacionados à guerrilha do Araguaia à luz de noções e princípios arquivísticos. Tese (doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília. 2012.]

CARVALHÊDO, Shirley do Prado. A Noção de Ramificação: uma Contribuição para a Arquivologia. In: XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013), 14, 2013, Florianópolis, GT 1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação, Florianópolis, 2013, p. 3-5.

CONARQ. Diretrizes gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

PRIMO, Alex. Blogs e seus Gêneros. Avaliação Estatística dos 50 Blogs mais Populares em Língua Portuguesa. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, INTERCOM, 2008, Natal. Anais, 2008. Disponível em:

<http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/118/231>>. Acesso em: 09 de junho de 2018, às 11:36.

PRIMO, Alex. Os Blogs não são Diários Pessoais Online: Matriz para a Tipificação da Blogosfera. In: Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, n^o. 36, agosto, 2008, pp. 122-128. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495550192017> . Acesso em: 10 de junho de 2018, às 14:03.

RIO, Thiago Oliveira. **O Blog como um Veículo de Informação: Análise da Evolução do Diário Virtual**. 2010. Instituto A Vez do Mestre, Rio de Janeiro, 2010. p. 6-32.

HISTÓRIA DOS DIREITOS INDÍGENAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: OS DEBATES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE 1967 E O ESTATUTO DO ÍNDIO (C. 1967-C.1973)

Ana Júlia Joaquim da Paz¹

Introdução

Para a compreensão da política indigenista da Ditadura Militar é fundamental uma análise dos dispositivos jurídicos impostos às populações indígenas aliada à avaliação das práticas e dos discursos que reverberavam as intenções e o programa indigenista do governo militar. Conforme demonstra Ana Catarina Zema, o fim da década de 1960 foi particularmente significativo para a história dos direitos dos povos indígenas no Brasil. Após a publicação do Relatório Figueiredo², em 1967, revelando uma série de crimes cometidos, em sua maioria, por funcionários do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e ignorados por outras esferas do poder público “fez com que a questão indígena fosse amplamente discutida naquela época” (RESENDE, 2015, p. 498).

A repercussão no plano nacional e internacional fez surgir diversas matérias jornalísticas expondo os crimes cometidos contra indígenas e agitou diferentes esferas do Estado brasileiro diante das acusações de genocídio. Durante o século XX, o paradigma da integração orientou as diferentes ações indigenistas favorecendo interesses alinhados a política nacional-desenvolvimentista, “que possui seus alicerces em setores de grandes empreendimentos como a

¹ Graduanda em História pela Universidade de Brasília (UnB). anajuliapaz47@gmail.com

²Em 1967, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso Nacional para averiguar as denúncias de violações dos direitos indígenas no país. Como presidente da comissão, o procurador Jader Figueiredo percorreu mais de 1.6000 quilômetros, visitando cerca de 130 Postos Indígenas e entrevistando dezenas de agentes do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). A equipe concluiu um relatório com mais de cinco mil páginas contendo denúncias de corrupção financeira, apropriações ilegais de terras indígenas e informações sobre graves violações de direitos praticadas contra diversos grupos étnicos.

mineração, o agronegócio, hidrelétricas, rodovias, hidrovias e portos de exportação” (BANIWA, 2021, p. 55).

O foco historiográfico brasileiro nas últimas décadas tem se dedicado cada vez mais à história dos povos indígenas e das políticas indigenistas. É significativo ressaltar, contudo, que essas pesquisas se concentram nos períodos colonial ou imperial, deixando uma grande lacuna historiográfica na história recente sobre a política indigenista e na compreensão dos povos indígenas em recortes mais contemporâneos. Essa vertente historiográfica excludente configurou um apagamento das memórias sobre os povos indígenas e das violências perpetradas contra eles.

Nesse estudo, portanto, objetivamos entender de que maneira o Estatuto do Índio³ foi articulado politicamente pelo Estado como estratégia para se esquivar das acusações externas e, com efeito, evitar interferências sobre o regime militar. Ou seja, busca-se compreender as bases de elaboração desse dispositivo jurídico, uma vez que sua tramitação ocorreu em uma conjuntura que a Ditadura buscava utilizá-lo como meio de propaganda do regime e demonstração material de uma política indigenista comprometida com a proteção indígena.

Isto será feito a partir da análise de um seletor corpus documental, sob guarda dos arquivos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, disponibilizados em formato digital em diferentes suportes online. O processo de seleção dos discursos parlamentares no recorte entre 1967-1973, período em que foi extinto o SPI e promulgada a Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, foi realizado sob diferentes critérios de seleção devido ao excesso de dados disponíveis. A partir do inteiro teor da proposição, buscou-se entender o “projeto original”

³Estatuto do Índio (Lei 6.001 de 19 de dezembro de 1973) é subdividido em sete títulos que tratam de princípios e definições, direitos civis e políticos, terras indígenas, patrimônio indígena, educação, cultura e saúde, além de conter normas penais e outras disposições gerais.

para então iniciar a seleção dos discursos pronunciados nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Em um primeiro momento, foi feita a pesquisa nas sessões plenárias dos discursos realizados por deputados que incluíam o termo “índio” dentro do nosso recorte. Esse critério de pesquisa apresentou 35 discursos, sendo alguns deles proferidos em uma mesma sessão. A partir da leitura de todos os discursos proferidos na Câmara, a seleção apresentada neste trabalho foi feita de acordo com a relevância para a discussão proposta. Em relação à pesquisa nos Livros de Anais do Senado Federal, utilizou-se o mesmo recorte temporal e termo na busca textual. No entanto, foi necessário recorrer a outras estratégias de seleção, tendo em vista a extensão dos resultados encontrados e a ausência de ferramentas de filtro no próprio acervo, sendo então priorizados os pronunciamentos que citam as acusações de genocídio indígena.

A “nova” política indigenista do estado brasileiro

No início do século XX, o tratamento da questão indígena está associado à própria luta quanto à imagem de um novo regime e o estabelecimento de controle sobre o território nacional, sendo a república que se pretendia constituir a “portadora” da figura de uma nação e de um povo a serem “formados” (ANTONIO, 1995, p. 100). A política indigenista, sob o formato de uma burocracia estatal especializada, ganhou materialidade institucional com a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN),⁴ primeiro órgão indigenista a buscar soluções

⁴O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais foi criado pelo decreto n. 8.072, de 20 de junho de 1910, para “prestar assistência aos índios do Brasil, quer vivam aldeados, reunidos em tribus, em estado nômade ou promiscuamente com civilizados” (Brasil, 1910). A partir de 1918, passa a ser chamado apenas de Serviço de Proteção ao Índio, uma vez que o Decreto-Lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, excluiu do Serviço a “Localização de Trabalhadores Nacionais” (Brasil, 1918).

para os conflitos envolvendo as terras indígenas (GARFIELD, 2011, p. 36). Dentre suas atribuições, incluía-se o exercício da tutela, atribuída ao Estado pelo Decreto n.º 5.484, de 27 de junho de 1928.

A partir dessa institucionalização, as ações indigenistas passaram a ser orientadas em favor da manutenção de projetos políticos, econômicos e ideológicos do Estado-Nação cuja missão era evitar que os povos indígenas impedissem a expansão das frentes econômicas do capital (BIGIO, 2007, p. 21). Por outro lado, a criação do SPI foi uma tentativa de solucionar os conflitos agrários resultantes, em grande parte, dos processos de esbulho realizados durante o Império, uma vez que a Lei de Terras⁵ intensificou os conflitos no campo e teve efeitos praticamente “nulos no que tange ao maior controle da propriedade da terra” (ANTONIO, 1995, p. 99). Contudo, os efeitos desse instrumento para as comunidades indígenas, sobretudo aquelas aldeadas, foram arrasadores, tendo como resultado prático diversos processos de espoliação em que “cada passo é uma pequena burla, e o produto final, resultante desses passos mesquinhos, é uma expropriação total” (CUNHA, 2012, p. 82).

A aprovação, na Constituição Federal de 1934, da competência exclusiva da União sobre os assuntos coletivos e territórios indígenas garantiu força ao projeto político-econômico de Getúlio Vargas. O plano de realizar uma ampla integração nacional foi reforçado e o SPI adaptado para cumprir a renovada agenda do governo federal. Esse reordenamento do órgão fortaleceu uma política indigenista guiada por fortes interesses econômicos. Almejava-se o “avanço” do indígena rumo ao “progresso da humanidade” ao mesmo tempo em que se realizava a expansão das “fronteiras internas” mediante uma política de colonização direcionada à ocupação e exploração dos territórios

⁵Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0601-1850.htm#:~:text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais. Acesso em: 16 jun. 2024.

tradicionais indígenas (BIGIO, 2007, p. 14-15). O regime autoritário intensificou violentamente essa realidade. A partir de uma reformulação jurídico-administrativa, marcada pela ausência de democracia, as políticas econômicas da ditadura objetivavam realizar o maior número de empreendimentos nas frentes de expansão capitalista. O custo social e ambiental desses megaprojetos foi oneroso, especialmente para as populações indígenas que tiveram seus territórios tradicionais cortados por estradas, inundados por hidrelétricas, expropriados e explorados pelos setores agropecuário e da mineração. Diversas entidades e programas governamentais foram criados para atender o grande capital nacional e internacional e servir aos propósitos da ideologia de Segurança Nacional da Ditadura⁶. A finalidade era promover o desenvolvimento interno através da expansão da infraestrutura, industrialização e da modernização agrícola e reforçar “a presença institucional do Estado” em todo o interior do Brasil (GARFIELD, 2011, p. 214).

O governo militar ao desempenhar um papel central na política indigenista, além de garantir o controle sobre os territórios indígenas, objetivava a manutenção da “segurança nacional” em tempos de Guerra Fria. Os territórios da Amazônia Legal, expressivamente ocupados por indígenas, camponeses e povos tradicionais, passaram a ser considerados, devido aos conceitos e orientações provenientes da Doutrina de Segurança Nacional, vulneráveis à infiltração de “inimigos internos” e suscetíveis às “ameaças externas”⁷. O regime

⁶ Durante o período do “milagre econômico”, entre 1968-1973, a natureza do envolvimento federal em direção ao Centro-oeste brasileiro e as regiões da Amazônia Legal se intensificou. A propaganda política do governo do General Emílio Médici “ressaltava que a colonização da Amazônia diminuiria o desequilíbrio demográfico e acalmaria as tensões sociais do país, assim como protegeria a região da suposta ameaça de ‘internacionalização’.” (Garfield, 2011. p. 238).

⁷ Uma das principais questões relacionados à segurança nacional no período do Regime Militar era a necessidade de proteção das regiões fronteiriças. Dessa forma, surge a necessidade de integração indígena, isto é, transformá-los em trabalhadores-cidadãos sob tutela militar. A partir disso, tem-se dois objetivos principais: a realização de uma colonização interna e a segurança estratégica das fronteiras

passou a pautar o tema indígena como questão de segurança nacional, dinâmica na qual indígenas passaram a ser o “inimigo interno” sob a alegação de serem influenciados por interesses estrangeiros ou, simplesmente, por estarem no caminho de algum projeto de desenvolvimento (CNV, 2014).

Neste rearranjo político manteve-se a tutela sobre os povos indígenas exercida pelo SPI, subordinado ao Ministério da Agricultura, órgão que por muitas vezes direcionou a política e ação indigenista em favor da exploração e ocupação das terras indígenas⁸. A intenção de “liberar” as terras indígenas para a colonização ficou evidente com a divulgação do Relatório Figueiredo, que denunciou a corrupção financeira, a apropriação ilegal do patrimônio indígena e as graves violações dos direitos territoriais e humanos praticadas contra diversas comunidades indígenas em todo o país. No mesmo ano em que os crimes cometidos vieram a público, a Fundação Nacional do Índio (Funai), em substituição ao SPI, foi criada para a preparação e execução de uma “nova” política indigenista⁹. Essa foi a primeira de uma série de ações estratégicas empreendidas pelo regime para se esquivar das denúncias de genocídio e minimizar a crise política de imagem decorrente da divulgação dos resultados das investigações do então procurador Jader Figueiredo.

O Estatuto do Índio, portanto, é analisado dentro da gama de estratégias empregadas pelo regime militar para negar os crimes cometidos por funcionários do SPI sob a conivência ou omissão do poder público. A repercussão ampla do genocídio em curso no país

políticas do Estado (BIGIO, 2007, p. 86). Nessa perspectiva, o indígena deveria servir ao país no que fosse necessário, especialmente, na proteção e defesa da nação diante de inimigos internos e externos.

⁸O SPI esteve vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio no período de 1910-1930, ao Ministério do Trabalho no período de 1930-1934, ao Ministério da Guerra no período de 1934-1939 e, novamente, ao Ministério da Agricultura de 1940 até sua extinção em 1967 (Bigio, 2007, p. 15).

⁹No período que abrange este estudo, entre 1967 e 1973, a FUNAI permaneceu vinculada ao Ministério do Interior. (Brasil, 1967).

gerou intensas mobilizações da imprensa, partidos políticos e organizações internacionais, colocando o “problema indígena” no cerne das discussões públicas num dos momentos de maior repressão política da ditadura. A importância dada ao andamento da proposição no Congresso Nacional revela a preocupação do governo militar em definir “novos” contornos para a política indigenista do país e, principalmente, recuperar a imagem do regime.

"um retrato irreal do Brasil"

A vigência de uma ampla legislação repressiva, no fim da década de 1960 e início da década de 1970, marcou um maior recrudescimento do governo militar¹⁰. Com a edição do Ato Institucional nº 5¹¹, em 1968, o regime autoritário passou a operar “fora de qualquer ‘sutileza jurídica’ ou mesmo humanitária” (NAPOLITANO, 2014, p. 119). Nesse período, intensificaram-se os empreendimentos públicos nos territórios indígenas, cujas populações, consideradas “empecilhos ao progresso”, foram realocadas forçadamente para áreas reservadas, “o que favoreceu a desintegração cultural dos índios e a liberação de suas terras originais para o desenvolvimento do país” (BICALHO, 2010, p. 131). A escalada da violência contra as populações indígenas foi tanta, que se chegou a criar, no Posto Indígena Guido Marlière (MG), uma instituição para a “corrigir e recuperar” indígenas considerados criminosos, sujeitando-

¹⁰Como a Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 898, de 29 de set. de 1969), as leis de censura, dentre elas o Decreto-lei nº 1.077, de 26 de jan. de 1970), os Atos Institucionais e Complementares e a Constituição de 1967.

¹¹O AI-5 marcou um novo período para o regime autoritário, intensificando a repressão aos grupos “subversivos”, culminando na institucionalização da tortura, do assassinato e dos desaparecimentos como instrumentos de ação do Estado. Desse modo, se anteriormente o regime fazia prisioneiros ou forjava incidentes e fugas para justificar as mortes sob tortura, a partir de 1971, incrementou-se um novo elemento: o desaparecimento forçado (Napolitano, 2014, p. 135). Durante a ditadura, havia divergências entre os diversos grupos militares em relação à melhor maneira de conduzir o regime. Aqueles que queriam uma radicalização, sobretudo, em relação à forma de conduzir a repressão à guerrilha ganharam força e a partir desse momento “uma grande máquina repressiva que recaiu sobre a sociedade, baseada em um tripé: vigilância-censura-repressão” (*Idem*, p. 128).

os às arbitrariedades e violências da administração tutelar, constituindo uma verdadeira prisão clandestina (CORRÊA, 2003, p. 130)¹².

É, portanto, em meio a essa conjuntura político-social que ocorreu a formulação e a aprovação do Estatuto do Índio, instrumento fundamental na construção das bases legais que orientaram as ações indigenistas do regime e que, pelo menos em parte, permanecem em vigor atualmente. O Estatuto é o principal instrumento de gestão da política indigenista no país até a promulgação da Constituição Federal de 1988. O anteprojeto originado no Poder Executivo, por iniciativa do então ditador General Emílio Garrastazu Médici, contou em sua formulação e redação com a participação do Ministro Themístocles Cavalcanti e dos Ministros do Interior e da Justiça¹³.

A proposta de “aculturamento natural”, que guiou o projeto inicialmente, se mantém na redação final dada à lei e é constantemente reafirmada nos pronunciamentos parlamentares. Para esses agentes o processo de integração é visto como a “oportunidade para que ele [o indígena] possa integrar o processo de desenvolvimento da civilização brasileira por certo” (RIBEIRO, 1973, p. 692)¹⁴. Os preceitos que orientaram a formulação do Estatuto podem parecer contraditórios,

¹²O Reformatório Agrícola Indígena Krenak instituído em Minas Gerais, na região onde hoje é demarcada a Terra Indígena Krenak, explicita as articulações entre política indigenista e repressão política. O reformatório durante seus anos de funcionamento (1969-1972), além de controlar e punir, serviu às necessidades de desenvolvimento econômico que orientaram a política indigenista à época. A necessidade de realização de atividades tinha como intuito garantir a recuperação dos índios para o trabalho, bem como combater aqueles elementos considerados como os maiores responsáveis pelas “desordens” nos postos (CORRÊA, 2003, p. 134).

¹³Themístocles Brandão Cavalcanti, em 1967, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, pelo então presidente Costa e Silva, cargo que exerceu por dois anos. José Costa Cavalcanti, entre 1969 e 1974 exerceu o cargo de Ministro do Interior e, juntamente com o Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, participou, em 13 de dezembro de 1968, da 43ª sessão do Conselho de Segurança Nacional que aprovou unanimemente a vigência do Ato Institucional nº 5.

¹⁴Ribeiro, Nina. Discurso proferido na Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 06 de abril. 1973. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 20 ago. 2024.

pois ao mesmo tempo que se preocupava com “a necessidade de preservar os usos e costumes das populações indígenas e de prestá-lhes ampla assistência”, tinha-se como principal objetivo “sua integração na comunidade nacional”¹⁵. No escopo das articulações discursivas e jurídicas da época, essas intenções foram apresentadas como a melhor solução diante do “problema indígena”. Na prática, no entanto, o real interesse do regime junto aos órgãos de proteção era a continuidade dos projetos nas frentes de ocupação econômica.

O regime militar brasileiro, diante da perda de legitimidade junto à sociedade civil e uma crise de imagem perante a imprensa internacional, influenciada por diversos fatores, dentre eles a publicação do Relatório Figueiredo, como mencionado anteriormente, articulou os debates em torno da questão indígena de modo a dissimular as violências fomentadas pelo próprio órgão de assistência indigenistas em desfavor das comunidades indígenas, sendo o Serviço de Proteção ao Índio o maior vetor dessas violações durante o século XX. A partir de 1967, a continuidade da expansão das frentes econômicas em direção às terras indígenas foi dada pela Funai por atuação direta ou indireta, essa subordinada ao Ministério do Interior, responsável pela política desenvolvimentista militar. O paradigma integracionista, caracterizado pelo contato forçado e sucessivo, bem como pelo controle e imposição de condutas “civilizatórias”, tem sua formulação legal definida no Estatuto do Índio a partir de 1973.

Os instrumentos jurídicos acionados para, de certo modo, “pacificar” a questão indígena se deram sob uma ideologia protecionista que, apesar de aparentemente contrária aos meios violentos e traumáticos de integração, por sua vez, serviram para justificar as remoções forçadas, a descaracterização dos modos de vida indígena e a negação da identidade étnica desses povos. Os discursos parlamentares durante a votação do Estatuto do Índio acionavam por

¹⁵Ministros do Interior e da Justiça. Exposição de Motivos ao Projeto de Lei 2328/1970, GM 827-B. Brasília, 12 out. 1970.

diferentes razões essa “preocupação” diante dos fatos denunciados pela imprensa ou necessidade de proteção do indígena¹⁶, seja para, a partir desses preceitos, reforçar a necessidade de integração desses povos, ou então valorizar a política indigenista do regime, o qual “a filosofia revolucionária implantada em 1964 mudou os conceitos que se imprimia à vida do índio” (BOAVENTURA, 1972, p. 2906)¹⁷. Esses aspectos são evidentes, por exemplo, no discurso do Deputado Célio Borja ao votar em favor da matéria¹⁸:

[...] [o projeto] resulta efetivamente não apenas de uma determinação governamental, que nunca será demais louvar no sentido de proteger o índio brasileiro e a sua cultura, não permitindo se desfigure a sua identidade [...]. cremos que desta maneira estaremos todos dando uma contribuição positiva para a causa da humanidade e não apenas atendendo aos interesses do nosso país. [...] (BORJA, 1973, p. 691).

Apesar de um aparente respeito diante das especificidades indígenas, o integracionismo guiou, em diferentes momentos do século XX, “missões civilizatórias” em direção às populações indígenas sob a justificativa de incluí-los na marcha da humanidade para o desenvolvimento e progresso, cujo objetivo final era o confinamento dos indígenas em reservas delimitadas e liberação das terras para a política de colonização interna. Diante do cumprimento de uma política econômica desenvolvimentista, o próprio órgão indigenista promoveu atividades econômicas nos postos indígenas,

¹⁶As ações governamentais em direção às populações indígenas se guiaram, em grande parte, pela reprodução da ideia de que “os povos indígenas demandam uma proteção especial pelo seu caráter sempre tomado como ‘infantil’, ‘puro’, ‘selvagem’, desse modo, esses não possuem os conhecimentos essenciais para o exercício da vida civil e política no Estado nacional brasileiro contemporâneo e necessitam ser “conduzidos à civilização” (Lima, 2012, p.785)

¹⁷Boaventura, Sinval. Discurso proferido na Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 24 de ago. 1972. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 20 ago. 2024.

¹⁸Borja, Célio. Discurso proferido na Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 06 de abril. 1973. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 20 ago. 2024.

reforçando a mercantilização das terras indígenas. O objetivo não deixava de ser a integração das comunidades indígenas, isto é, a incorporação do indígena aos hábitos e costumes da civilização brasileira e, conseqüente, inserção de suas terras no mercado econômico, uma vez que, no entendimento do Estado, ao integrar-se o indígena perderia o direito originário à terra.

O pronunciamento do Deputado Antônio Bresolin, à época presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural, ao criticar o Art. 18 do Estatuto que proíbe que as terras indígenas sejam “objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena” (Brasil, 1973), é sintomático dessa mentalidade integracionista. A suposta falta de produtividade nas terras indígena serviu de justificativa às violações das terras e para a expropriação do patrimônio indígena¹⁹:

[...] Eu, que conheço muito bem aquela região [Rio Grande do Sul] e o trabalho dos índios, posso afirmar que não existem, naquele toldo, indígenas capazes de cultivar essa faixa de terra [...] creio mesmo que a presença de alguém do gabarito, como aqueles que cultivam as terras do toldo de Tenente Portela, contribui muito - dando exemplo ao indígena - para que ele amanhã integrando-se na sociedade brasileira seja também capaz trabalhador. (Bresolin, 1973, p. 691)

O arrendamento em terras indígenas foi uma das estratégias de exploração encontrada pelo SPI, e continuada pela Funai, para o desenvolvimento de atividades econômicas nos territórios tradicionais buscando inseri-los no comércio regional. Vale ressaltar que essas ações exploratórias do solo e subsolo indígena como a extração de madeira e minérios, à colonização, obras de infraestrutura e outras foram intensificadas durante a década de 1970, período no qual se submeteu os direitos indígenas às políticas econômicas

¹⁹Bresolin, Antônio. Discurso proferido na Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 06 de abril. 1973. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 20 ago. 2024.

interferindo-se diretamente na reprodução física e cultural indígena. A própria redação do Estatuto do Índio dispõe de brechas legais que que são manipuladas para seguir violando a posse territorial indígena. A justificativa dada para a continuidade dessas violações durante o regime militar foi principalmente o ímpeto em “atender ao chamamento do Governo de produzir mais” (BRESOLIN, 1972, p. 2822)²⁰.

A elaboração e aprovação do Estatuto do Índio por um grupo restrito de agentes estatais conservou a ideologia integracionista, sujeitou a existência indígena à “estágios de transição” e reiterou conceitos técnicos legais já existentes, como a tutela. Desse modo, firmou-se uma ideologia que “irá favorecer a função social que assumiu esse diploma legal como meio de assistência e proteção aos índios, pelo menos no discurso” (BIGIO, 2007, p. 33). O Estado brasileiro, ao discriminar as maneiras como os povos indígenas podiam ser considerados para fins de alcance de políticas públicas e, é claro, direito à terra, assume o “ser” indígena como uma condição transitória, ou seja, para o Estatuto, o indivíduo “está” indígena²¹. Nessa lógica, a partir do momento em que este era “incorporado à comunhão nacional”, ocorreria sua emancipação, acarretando a perda dos direitos reservados, especialmente em relação ao território, pois este direito é fundado no reconhecimento do Indigenato, ou seja, o direito originário dos índios sobre as terras que ocupam. O Deputado Nunes Leal, por exemplo, consente com esse paradigma assimilacionista ao ignorar a existência de povos indígenas em São Paulo e em outros estados do sul do Brasil, ao compreender que esses

²⁰Bresolin, Antônio. Discurso proferido na Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 19 de ago. 1972. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 20 ago. 2024

²¹O Estatuto em seus artigos 3º e 4º, reitera a crença na transitoriedade da condição indígena, sendo essa passível de ser superada com a incorporação indígena à sociedade nacional, a partir disso, classificaram-se os indígenas em “estágios de transição” dando as seguintes definições: I - Isolados; II - Em vias de integração; III - Integrados (Brasil, 1973)

indígenas integrados não fazem parte da “verdadeira missão dos serviços especializados”, como o SPI ou a Funai²²:

“A alegação de que em São Paulo ou outros Estados do Sul ainda existem descendentes de índios que precisam de auxílio não nos parece de maior significação. Outras entidades de assistência social poderão encarregar-se de mais essa missão utilizando-se de suas próprias organizações.” (LEAL, 1968, p. 3053).

Essa ideologia de negação da indianeidade caracteriza os arcabouços jurídicos dos séculos XIX e XX, e é utilizada como principal suporte teórico para a negação do direito territorial, uma vez que este está diretamente associado à identidade indígena e à ocupação tradicional. Sendo assim, historicamente o Estado faz uso de aparatos legais para criar definições e classificações que (des)caracterizam as pessoas e coletividades indígenas para desse modo negar-lhes seus direitos tradicionais à terra e promover políticas de ocupação interna (FERNANDES, 2020, p. 131).

Pensando a continuidade histórica dos dispositivos jurídicos, no que tange ao direcionamento da ação indigenista, é importante dar atenção ao mecanismo que minou por séculos a autonomia indígena: a tutela. Tratados como relativamente incapazes, desde o Código Civil de 1916, de exercer determinados direitos civis e políticos, atualiza-se a orientação jurídico tutelar com o Estatuto do Índio em 1973.²³ Os índios do Brasil eram então tutelados pela União e, a partir de 1967, o órgão que exercia a tutela passou a ser a Fundação Nacional do Índio (Funai).

A tutela orfanológica, instrumento que surge como política temporária destinada a proteger os indígenas das vilas ou aldeias

²²Leal, Nunes. Discurso proferido na Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 04 de jun. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>. Acesso em: 20 ago. 2024

²³O Art. 7º do Estatuto do índio submete “os índios e as comunidades indígenas ainda não integrados à comunhão nacional” ao regime tutelar exercido pela União através do órgão federal de assistência aos silvícolas. (Brasil, 1973)

passíveis de serem lesados em seus contratos de trabalho, teve profunda repercussão na condição jurídica das populações indígenas no decorrer dos séculos XIX e XX²⁴. Desde então, a configuração tutelar estabelecida “decorria assim de uma recusa contingente ao trabalho, ‘demência’ da perspectiva de um século que conectou firmemente os conceitos de cidadania e participação na produção.” (CUNHA, 1987, p. 108). A inserção da tutela no Código Civil de 1916²⁵, feita sob novas disposições, converte aquilo que antes era um instrumento de defesa do indivíduo e das terras tradicionais termos que privilegiam “o aspecto da proteção dada aos índios em razão de seu suposto infantilismo, em detrimento da tutela pública sobre os bens dos índios, e singularmente, sobre suas terras.” (ibidem, p. 114)²⁶.

Na prática, no entanto, os “guardiões da tutela”, primeiramente o SPI, e depois a FUNAI, funcionaram como a face mais violenta do indigenismo brasileiro. Esse instrumento serviu historicamente como meio de controle, vigilância e coerção em detrimento do que foi inicialmente previsto em suas bases de formulação. A continuidade no tempo desse dispositivo, que remete ao empreendimento colonial, revela como a violência que acomete os indígenas é perene e não os afeta apenas fisicamente, afetando também seus modos de ser, viver e existir. As estratégias utilizadas para o aniquilamento dos povos indígenas, desde a empresa colonial portuguesa até os dias atuais, são

²⁴A tutela orfanológica surgiu em uma configuração específica na América Portuguesa, em meados do século XVIII, com a edição do Diretório dos Índios por D. José I, quando a administração temporal dos aldeamentos passou para o clero secular e aos indígenas se restituiu a liberdade. Após a publicação das ‘leis das liberdades’, o medo de evasão dos índios libertos preocupava os governos coloniais e a alternativa “temporária” encontrada para se garantir a permanência da mão-de-obra indígena foi colocá-los sob o Regimento dos Órfãos (CUNHA, 1987, p. 107-108).

²⁵É crucial esclarecer que, desde a Colônia, havia uma independência entre a tutela individual, que disciplinava o trabalho indígena, daquela coletiva, que objetivava conservar os bens dos índios, ou seja, suas terras. A confusão que coletiviza a tutela individual se dá em 1833 quando as duas tutelas são colocadas a cargo dos juízes de órfãos (ibidem, p. 112-113).

²⁶O Decreto nº 5.484 de 1928, veio a abolir a tutela orfanológica, substituindo-a pela do Estado.

parte fundante do projeto societário brasileiro, tendo na opressão indígena “característica fundamental da história do nosso país, indissociável, portanto, do *modus operandi* dos poderes políticos centralizados que aqui foram instituídos” (BANIWA *et al*, 2021, p. 24).

Assim sendo, por mais que o Estatuto do Índio possa ser reinterpretado e mobilizado em favor da causa indígena, como foi e segue sendo feito por aqueles comprometidos com a justiça social e histórica, este instrumento jurídico, diante da conjuntura em que foi articulado, desvela a continuidade de um plano de extermínio. As necessidades que direcionaram as políticas indigenistas através da história têm como base a exploração de bens materiais das terras indígenas (BANIWA, 2021, p. 123). Seja nas primeiras invasões europeias ou na contemporaneidade com o Estado brasileiro, o genocídio se mantém como projeto político, ora de forma evidente ora encoberto, impedindo a demarcação dos territórios originários e, conseqüentemente, a plena existência dos povos indígenas.

Conclui-se que a formulação do Estatuto do Índio foi uma tentativa de reparação da imagem do regime militar buscando desassociá-lo das práticas genocidas e etnocidas denunciadas no Relatório Figueiredo. Essa solução jurídica articulada em consonância com os ideais de “progresso” e “avanço da humanidade”, resultou em um instrumento legal insuficiente para garantir a inviolabilidade dos territórios tradicionais e, conseqüentemente, a vida indígena. Diante da urgência, entre 1967 e 1973, em reformular e divulgar uma política indigenista sob “novas bases”, articulou-se no plano institucional um discurso integracionista travestido de “pacificidade democrática” e negou-se o genocídio em curso provocado pelos projetos econômicos do Estado-Nação. A articulação de discursos anti-indígenas e políticas integracionistas não apenas reflete o poder institucional em fazer valer seus interesses, mas também de fundamentar narrativas que justifiquem a opressão e a violência. O Estatuto do índio em meio a essa conjuntura não é uma exceção à regra, esse por sua vez está

inserido em um projeto amplo e contínuo de aniquilamento das sociedades indígenas.

A contínua imposição de dispositivos jurídicos às populações indígenas ao longo da história serviu a espoliação dos territórios tradicionais, à negação da identidade étnica indígena e da autonomia dessas comunidades. Vale destacar que não se pretende aqui invalidar as formas históricas de apropriação política dos dispositivos legais por diferentes comunidades indígenas para servir aos seus próprios interesses ou negar a importância dos direitos até aqui conquistados pela resistência e articulação do movimento dos povos indígenas. Cabe, no entanto, enfatizar a necessidade de reformulação dos dispositivos jurídicos que atualmente orientam a questão indígena, como o Estatuto do Índio, de modo que, enfim, se reconheça o direito indígena diferenciado, pois esse “é fundamental para a luta por autonomia e pela reafirmação positiva das identidades étnicas como símbolo de alteridade e autoafirmação humana, e principalmente para a recuperação da autoestima e autorrealização individual e coletiva” (BANIWA, 2021, p, 58).

Fontes:

BRASIL. Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o **Estatuto do Índio**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 24 jun. 2024.

Brasil. Decreto nº 5.484, de 27 de junho de 1928. Dispõe sobre a **situação dos índios**. Disponível em: DECRETO Nº 5.484, DE 27 DE JUNHO DE 1928. Acesso em: 24 jun. 2024.

Brasil. Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910. Regulamenta a aplicação da lei nº 3.029, de 9 de janeiro de 1886, sobre a **criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores**

Nacionais. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8072-20-junho-1910-504520-publicacaooriginal-58095-pe.html>.
 Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 5371, de 5 de dezembro de 1967. **Autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio** e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5371.htm. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre **as terras devolutas do Império.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm#:~:text=L0601%2D1850&text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais. Acesso em: 24 jun. 2024.

RELATÓRIO FIGUEIREDO. Processo nº 4.483, 1968, 30 Volumes. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspx?bib=museudoindio&pagfis=>. Acesso em: 24 jun. 2024.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). **Violações de direitos humanos dos povos indígenas.** Relatório (Volume II). Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/cnv>. Acesso em: 20 de jun. 2024.

BANIWA, Braulina; et al. **Genocídio indígena e políticas integracionistas:** demarcando a escrita no campo da memória. 1. ed. São Paulo: Instituto de Políticas Relacionais, 2021.

BIGIO, Elias. **A ação indigenista brasileira sob a influência militar e da nova república (1967-1990)**. Revista Estudos e Pesquisas – Funai, Brasília, v. 4, n. 2, p. 13-93, 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os direitos dos índios**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

FERNANDES, Juliana Ventura de Souza. **A "guerra dos 18 anos": repertórios para existir e resistir à ditadura e a outros fins de mundo. Uma perspectiva do povo indígena Xakriabá e suas cosmopolíticas de memória**. 2020. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

GARFIELD, Seth. **A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a marcha para o oeste e os índios Xavante (1937-1988)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RESENDE, Ana Catarina Zema de. **O Relatório Figueiredo, as violações dos direitos dos povos indígenas no Brasil dos anos 1960 e a "Justa Memória"**. Florianópolis, 2015.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

UMA FIEL REPRESENTANTE BRASILEIRA: A MULHER E A SEXUALIDADE NA INTERPRETAÇÃO DE GILBERTO FREYRE EM CASA GRANDE & SENZALA

Ana Letícia Araújo Duarte¹

Resumo

Essa pesquisa surgiu de um interesse em compreender o contexto e o conteúdo de uma das obras consideradas essenciais para a interpretação do Brasil: Casa Grande & Senzala é essa obra. O conteúdo escrito por Freyre marca um desejo de explicar o que é ser brasileiro, o que forma nossa sociedade. A sexualidade é explorada por ele como um elemento essencial nessa sociedade. A partir da ideia de que a compreensão de um discurso deve se dar no contexto de sua produção (GANTUS, 2005) esse artigo busca contemplar a sexualidade na teoria freyreana como elemento indissociável de nossa formação cultural, que se inicia no contexto de colonização.

Palavras-chave: Colonização brasileira; Identidade; Sexualidade; Raça; Cultura.

1 Introdução

Diz-se que ao historiador cabe olhar o passado. Esse passado que parece tão distante, nunca está o suficiente longe para que não esteja aqui. Casa Grande & Senzala é uma obra que ainda está aqui, em nossa sociedade. Os eventos e publicações que abordam os 90 anos da publicação da obra -publicada pela primeira vez em 1933 - evidenciam essa presença. Essa concepção da importância do que Freyre supostamente fez para a sociedade brasileira se baseia sobretudo na valorização de sua tentativa de explicar o que é ser brasileiro, seu “pioneirismo” em dizer o que forma a nação. O conteúdo da obra é vasto e trabalha com conceitos vários. Dentre eles, a ideia de hibridismo – ou sociedade híbrida - e de democracia racial.

¹ Graduanda em História pela Universidade de Brasília. Contato: analehad@gmail.com

Dentre todos esses conceitos que conversam entre si, a sexualidade me salta aos olhos.

A “perversão sexual” é objeto de grande atenção de Freyre, que a entende como parte da escravidão. Ricardo Benzaquen de Araújo em sua interpretação acerca de CG&S aponta que o conceito de raça para Freyre é dúbio - hora parece exaltação, hora parece permeado de racismo (ARAÚJO, 1994). Ao longo dessa pesquisa, compreendi a sexualidade como outro elemento dúbio aos olhos do autor que ora a considera pecaminosa, ora a considera elemento de confraternização. Proponho com a pesquisa que se segue demonstrar como a sexualidade em Casa-Grande & Senzala é indissociável da escravidão no processo de colonização brasileira. Para Gilberto Freyre, a colonização é onde se forma a identidade do Brasil. Nesse sentido, a sexualidade seria elemento específico na formação identitária brasileira.

A metodologia utilizada na elaboração dessa pesquisa foi análise da fonte primária: Casa Grande & Senzala. Além dessa fonte, houve utilização de pesquisas e obras que também buscam compreender o espaço em que CG&S se faz, se consolida e se perpetua. Algumas dessas pesquisas fazem parte de estudos conhecidos e amplamente divulgados. Outras, constituem a pesquisa a partir de uma vista militante e com ênfase no tempo presente. A utilização de ambas abre possibilidades maiores a essa pesquisa. Como linha teórica, Koselleck permitiu uma forma de pensar o uso das palavras e a construção de ideias de Freyre. Para o autor, a linguagem e a história possuem uma relação recíproca. Isto é, a história se constrói por meio da linguagem e vice-versa. Portanto, observar a construção de uma linguagem específica do contexto em que viveu Freyre é essencial para compreender também o momento histórico em que a obra se constrói.

A justificativa para a pesquisa que se apresenta é, sobretudo, uma compreensão individual minha da manutenção de ideias de

sexualidade ligada às mulheres brasileiras que não surge dos dias atuais. O Brasil é, segundo a TV Brasil, o país latino americano que é principal destino de turismo sexual. Por acreditar que nossas condições de hoje podem – e têm- uma relação com o passado, trago uma interpretação acerca dessa relação.

2 O canto das três raças

A ideia de democracia racial é hoje extremamente contestada diante da evidente desigualdade que existe entre brancos e não brancos no país. Essa “igualdade” ganha tamanha amplitude por influência de Gilberto Freyre. Para o autor, o Brasil representaria como a miscigenação enriqueceu as culturas e pelo reconhecimento disso, não haveria qualquer diferença entre as “raças” que compõem nossa sociedade. Seríamos então uma sociedade democrática entre as raças que a formam. Idelber Avelar relembra que a expressão democracia racial jamais foi dita por Gilberto Freyre mas foi a ele atribuída (AVELAR, 2012). De fato, em nenhum momento a expressão aparece em CG&S. Mas foi ele quem primeiro abordou essa ideia de formas de relação que poderiam ser de “igualdade”. Segundo ele, “(...) tendência genuinamente portuguesa e brasileira, que sempre foi no sentido de favorecer o mais possível a ascensão social do negro” (FREYRE, 1933, n. p.). Alexandre Marcussi muito bem elucidou em seu trabalho sobre mestiçagem e perversão essa ideia de democracia das raças como sistematicamente utilizada pelas elites para manter a sociedade patriarcal (MARCUSSE, 2013, P.180). Não há o que precise melhorar se somos todos iguais – ou os homens que mandavam nessa sociedade precisavam que aparentasse ser.

Essa nossa harmonia, igualdade, existiria até mesmo no contexto de colonização. A essa sociabilidade entre diferentes raças que ganha nuances não só de “amizade”, mas também de laços amorosos, Freyre chama de hibridismo. O hibridismo seria recurso típico brasileiro que também favoreceria esse ambiente democrático e

harmônico de ambos elementos: “Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio - e mais tarde de negro - na composição” (FREYRE, 1933, n.p.). Por meio dessa mistura, dessa heterogeneidade criadora de relações de intimidade tão específica e relações interpessoais tão calorosas e fraternas, seria o Brasil sociedade de relações extremamente afetuosas e arbitrarias. Em virtude da convivência pelos diferentes, nos adaptamos a lidar e nos ligar uns com os outros e viver de forma tão única. O hibridismo é indispensável para interpretação das práticas de sexualidade, que seriam um elemento dessa “aceitação” dos colonizadores perante os colonizados: “Entre brancos e mulheres de cor estabeleceram-se relações de vencedores com vencidos-sempre perigosas para moralidade sexual” (idem).

Pela compreensão das práticas de sexualidade marcadas nesse contexto também pelo poder, a visão da sociedade híbrida perde suas nuances de harmonia e reafirma a violência da colonização brasileira.

3 Brasil! Meu Brasil brasileiro

De todos os momentos de nossa história até o ano de 1933, quando Freyre publicou *Casa Grande & Senzala*, foi a colonização escolhida pelo autor como mais importante para a identidade brasileira. Na década de 30 do século passado, não foi apenas ele quem tentou descobrir o que havia de específico em ser brasileiro. Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior são outros nomes conhecidos que tentaram explicar de alguma forma quem somos como nação. A esses pesquisadores, chamamos intérpretes do Brasil.

Tentar explicar quem somos como nação não é aleatório ou coincidência de três estudiosos. Essa busca de identidade se situa em um movimento internacional de nacionalismos, principalmente com as rivalidades entre nações europeias (BRESCIANI, 2001, P. 405). Não à toa a obra é publicada entre as duas grandes guerras, muito

marcadas pela presença de ideais nacionalistas. Diante da valorização das culturas nacionais, para esses autores o Brasil também deveria pensar em si e questionar os valores da República.

Em Freyre, esses valores são colocados diante de outro momento de novos valores no Brasil: o período colonial. Para entender o Brasil de 1930 é preciso entender os processos primordiais. Nesse sentido, é a colonização a origem de uma formação identitária brasileira que permaneceria até os anos 1930 em que os intérpretes questionam nossa formação social. Logo :“(...) na formação brasileira, agiu do alto das casas-grandes, que foram centros de coesão patriarcal e religiosa: os pontos de apoio para a organização nacional” (FREYRE, 1933, n.p). Na relação de colonização se dão os alicerces, a base do que viríamos a ser. Saliento que na obra analisada, a ideia de cultura ganha profundo valor. É, em fato, o que se busca descobrir: o que seria a cultura brasileira. O que há de relevante dentro desse contexto é que Freyre é o primeiro autor a fazer isso considerando outros grupos – indígenas e negros - como parte dessa cultura ‘híbrida’ e ‘igualitária’. Evidente que o autor o faz de forma a agraciá-las as violências que existiam no cotidiano dessa sociedade como partes de um mundo que não existe no Brasil: o da democracia racial.

Os conflitos não eram ignorados. Eram, pelo contrário, parte dessas nossas relações afetivas. Freyre denomina esse processo como antagonismos. No entanto, nossos espaços de confraternização anulariam esses processo já que existiria espaço para isso dentro da democracia da raças que aqui vivíamos. Havia violências que apontavam para o tamanho a que podiam chegar esses antagonismo, como mulheres da Casa Grande – chamadas de *sinhas* – que pediam que fossem arrancadas partes de mulheres que se envolviam com seus maridos.

Para reafirmar sua teoria, nosso autor também faz uso de diversos relatos dos viajantes, diálogos, casos e acontecimentos cotidianos para embasar sua teoria. O uso dessas fontes unido a outros

elementos como documentos oficiais é destacado por Peter Burke como uma nova forma de fazer história que traria para parte do texto o que dizem também grupos outrora excluídos (BURKE, 1997, P. 5). Não à toa, há citação a grande quantidade de fontes. Considerar a proeminência da cultura sobre a natureza também é considerada uma grande contribuição a pesquisas da época. A forma como esses grupos considerados às margens da sociedade – homens e mulheres indígenas e negros – são ‘representadas’ reafirma o uso de violências também simbólicas na forma de referencia-los. Faz-se necessário lembrar que por mais irreal e imaginativo que nos pareça o que é dito em CG&S, não era apenas Gilberto Freyre quem acreditava e escrevia conteúdos similares: ele se apoia em fontes que fazem descrições similares do Brasil. Ao longo da leitura, quanto a esses ideais que não se sustentam mais, é imprescindível entender o contexto em que surgem e como é contestada ou sustentada por diferentes grupos sociais (GANTUS, P. 28, 2005). Os donos das Casas Grandes se beneficiavam, é claro, de uma ideia de igualdade de raças no tratamento e mobilidade social no Brasil. A partir desse pressuposto, ainda que se aproveitando da mão de obra escravizada, há um discurso que de certa forma os protege de responsabilização pela violência. Afinal, haveria mobilidade social e os negros e indígenas brasileiros apenas não conseguiram ascender. Para esses donos, sustentar esse discurso é também sustentar que a escravidão não seria tão violenta.

4 Sexo é imaginação, fantasia

“Bahia de todos os santos e de quase todos os pecados”: “Bahia de cores quentes, carnes morenas, gostos picantes/ (...) Negras velhas da Bahia/ peitos caídos/ mães das mulatas mais belas dos Brasis/ mulatas de gordo peito em bico como pra dar de mamar/ a todos os meninos do

Brasil./ Mulatas de mãos quase de anjos/
 mãos agradando ioiôs/ criando grandes
 sinhôs quase iguais aos do Império/
 penteando iaiás/ dando cafuné nas sinhás/
 (...) índias nuas/ vergonhas / (...) ranger de
 camas de vento/ corpos ardendo suando de
 gozo”

Maria Lugones ao pensar o feminismo em uma perspectiva decolonial, traz a colonialidade para além de classe e raça mas também como: “(...) toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade” (LUGONES, 2020, n.p). Quando falamos da colonialidade em Casa Grande & Senzala estamos falando de todos esses elementos unificados. Podemos observar a raça dos indivíduos escravizados – negros e indígenas – e de quem os escravizava – brancos. Lugones abre a perspectiva do gênero como parte dessa discussão, sobretudo se pensarmos nas descrições de mulheres negras e indígenas que são feitas que reafirmam a lógica de sexualidade das mulheres brasileiras que permeiam as ideias de Freyre, como quando o autor no diz: “Negra ou mulata. Peitos de mulheres sãs, rijas, cor das melhores terras agrícolas da colônia. Mulheres cor de massapé e de terra roxa” (FREYRE, 1933, n.p) ou afirmando preferência pelas mulheres nativas: “Já não seria então, como no primeiro século, essa união de europeus com índias, ou filhas de índias, por escassez de mulher branca ou brancarana, mas por decidida preferência sexual” (idem). Existe então essa ideia de que as relações sexuais inicialmente se dariam por ausência das mulheres brancas no Brasil, porém as mulheres negras e indígenas passam a ser “preferidas” para essas relações. Além da evidente relação de poder, podemos pensar também como processo que não é consequência da colonização, mas parte do conjunto de artimanhas do colonizador de exercer sua força. A procriação do homem branco com a mulher escravizada garante, inclusive, o sucesso

do empreendimento colonial: a terra é ocupada por filhos entre eles que trabalham nela (MARCUSSE, 2013).

Se a escravidão forma essa nação única, democrática quanto à raça e com possibilidade de mobilidade social, não há forma de desvinculá-la da sexualidade no Brasil. "Em primeiro lugar, o próprio interesse econômico favorece a depravação, criando nos proprietários de homens imoderado desejo de possuir o maior número possível de crias" (idem).

É de importante compreensão perceber que as descrições das mulheres escravizadas não apenas em Casa Grande & Senzala mas também em grande parte da literatura que aborda o período colonial, demonstra como um elemento fundamental da relação entre escrava e família branca (GIACOMINI, 1968, P. 66). Para a lógica freyreana, a escravidão ocasionava essas relações sexuais como o elemento que une essas duas partes. É a "confraternização", zona de aproximação e socialização para ele. Ao falar tanto acerca dessas mulheres e seus atributos físicos, há uma função justificadora para os ataques sexuais que ocorriam (idem). Na obra que buscamos compreender, esses atributos são constantemente abordados.

Outra característica imprescindível para entender nossa leitura é também a ideia de que: "A precoce voluptuosidade, a fome de mulher que aos treze ou quatorze anos faz de todo brasileiro um don-juan não vem do contágio ou do sangue da "raça inferior" mas do sistema econômico e social da nossa formação; e um pouco, talvez, do clima (...) (FREYRE, 1933, n.p). Freyre tenta argumentar que essa valorização do sexo não está ligada a raça mas sim a uma "classe" da sociedade que é economicamente desprivilegiada. Curiosamente, ele mesmo nota que as escravizadas são mulheres negras e indígenas: "Mas no ambiente voluptuoso das casas-grandes, cheias de crias, negrinhas, molecas, mucamas, é que as doenças venéreas se propagaram mais à vontade, através da prostituição doméstica - sempre menos higiênica que a dos bordéis" (idem). Ainda que tente

fazer esse afastamento entre raça e escravidão – afinal, somos um país em teoria democrático socialmente – nem mesmo Freyre consegue contestar: a escravidão tem cor e as mulheres que são consideradas “depravadas” pelo sistema de escravidão também. E é a mesma. São indissociáveis.

Ao pensar nos homens brancos da Casa Grande, falamos de uma elite que não nega ou busca conter essas relações entre eles e as mulheres escravizadas por valores morais. Pelo contrário, utilizam como forma de aproximação e perpetuação da colonialidade.

Ao falar desse homem colonizador, Freyre aponta que entre as relações sexuais e sociais há uma semelhança: o sadomasoquismo do homem e masoquismo da mulher – “índias” e escravas negras (FREYRE, 1933, n.p). O que ele nos diz, em outras palavras, é que acredita em uma relação em que a mulher escravizada sentiria prazer em suas experiências de dor e violências que ocorrem no âmbito do Brasil escravista. Seriam relações marcadas fortemente por prazer e violências e principalmente, uma relação de domínio que forma essa sociedade. Sobretudo: “Sobre a criança do sexo feminino, principalmente, se aguçava o sadismo, pela maior fixidez e monotonia nas relações da senhora com a escrava” (idem). Previamente, Freyre nos disse que existe uma democracia entre raças e espaços híbridos para que pudessem se relacionar e enriquecer a cultura brasileira com a “mistura” entre as portuguesas, indígenas e negros. Aqui, me parece que essas relações sexuais marcadas por um poder que também é sexual são pra ele um desses espaços. No entanto, o que leva Freyre a afirmar que as mulheres sentem prazer diante dessa realidade? Sobretudo, quando ela é marcada por poder e a elas podiam ser aplicados castigos em caso de negação a atender o desejo do patriarca? A vivência social que é estendida nessa interpretação freyreana à sexual e vice-versa, é marcada pela perpetuação de violências que não apenas são mantidas em toda a extensão da Casa Grande e da Senzala, como também são parte da identidade formadora brasileira. Nossa

identidade estaria portanto, nessa relação de ambiguidade. Retorno ao que foi dito no início desse texto: Casa Grande & Senzala, mais do que um espaço físico que existiu no período colonial brasileiro, é uma construção discursiva. Nessa construção, nossa identidade se forma no período colonial e baseado em relações entre a sociedade de poder e agressividade, observada na perversão sexual brasileira. Se pensamos na colonialidade de subjetividades e sexo que Lugones aborda, re-pensamos a narrativa de Freyre de um ambiente “democrático” (LUGONES, 2020, n.p).

Helena Bocayuva considera o gênero um idioma, uma linguagem de representação do Brasil como ele vê. O gênero utilizado ao longo de toda a busca de identidade nacional representaria a forma como os grupos são observados: quem é subalternizado e quem domina nesse universo (BOCAYUVA, 2001, P. 112).

Um elemento que também faz parte dessa relação e exemplifica essa perspectiva do idioma gênero para entender a sociedade é que, nessa realidade que abordo, apenas o homem branco seria representante do domínio sexual e social. Gilberto Freyre aponta que: “É uma sexualidade, a dos negros africanos, que para excitar-se necessita de estímulos picantes. Danças afrodisíacas. Culto fálico. Orgias. Enquanto no civilizado o apetite sexual de ordinário se excita sem grandes provocações. Sem esforço” (FREYRE, 1933, n.p). O homem patriarca, “civilizado”, seria aquele que faria parte, no idioma de gênero de CG&S, da posição de sadomasoquista, do poder, do uso da violência.

Considerações Finais

Casa Grande & Senzala não é obra fácil de se ler por suas nuances. São diversos os elementos que Gilberto Freyre cita como importante na formação da identidade brasileira, sua preocupação. Há quem defenda sua importância por considerar as contribuições de indígenas e negros ao Brasil. Mas não há como ignorar a agressividade

com que a sexualidade aparece, sobretudo para mulheres negras, na obra.

O papel que vejo na sexualidade em Freyre para a formação do Brasil é de elemento intrínseco a nossas relações sociais marcadas pela violência da escravidão. Não creio que a perversão sexual nasça do regime de escravidão, mas que a escravidão brasileira foi um regime em que as violências foram naturalizadas como parte de nossa sociabilidade e dentre essas violências está a sexual. O sexo, que aparece como zona de confraternização e parte do nosso hibridismo é na verdade uma afirmação do domínio sob as terras e as subjetividades. Bocayuva trata do gênero como idioma que aponta para esse domínio. Acredito que o gênero e a raça nessa sociedade vista são elementos que constituem a sociedade que jamais se apresenta como racialmente democrática.

Se é a escravidão elemento de formação de nossa história e identidade e o excesso sexual uma parte indissociável da escravidão, a sexualidade em sua forma de perversão – com mulheres negras escravizadas masoquistas e homens brancos sadomasoquistas – é parte da nossa identidade nacional. Ela promove confraternização. O prazer e a violência desse processo também é parte de quem somos como sociedade em Gilberto Freyre. A marca de poder social e sexual do período colonial brasileiro é parte de nossa história e nesse sentido, não posso discordar de Freyre. Afinal, é possível ver essas marcas até hoje.

Referências

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. São Paulo: Ed. 34, 1994.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Identidades inconclusas no Brasil do século XX.
- Fundamentos de um lugar-comum. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 21., 2001,

Niterói. Livro de resumos – XXI Simpósio Nacional de História. A História no Novo Milênio: entre o individual e o coletivo. Niterói: ANPUH/UFF, 2001, p. 78. Resumo.

CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & Senzala: Formação da sociedade brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

GOMES, A. M. C.. Gilberto Freyre: algumas considerações sobre o contexto historiográfico de Casa Grande Senzala. Remate de Males, Campinas, n. 20, p. 7 57, 2001.

JASMIN, M, G. . História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, n. 57, p. 27 – 38, fev. 2005.

NICOLAZZI, Fernando Felizardo. Um estilo de história : a viagem a memória, o ensaio, sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. 2008. Tese (Doutorado) - 2008.

<https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/154274>

https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17067-08072013-170906.pdf

Oliveira Silva da Cruz, C. (2021). A VISÃO DE GILBERTO FREYRE SOBRE AS MULHERES NEGRAS EM CASA GRANDE & SENZALA: UM OLHAR CRÍTICO A PARTIR DA PERSPECTIVA NEGRA. *Revista Textos Graduated*, 7(1), 37-46. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/tg/article/view/36202>

O genocídio do negro brasileiro

Indiciário, história íntima e gênero na casa-grande e na senzala de Gilberto Freyre

Margarida Cardoso and the Women of Casa-Grande: reconfiguring (post)colonial memory from whiteness

A APLICAÇÃO DO DIRETÓRIO POMBALINO NA CAPITANIA DE GOIÁS: O GOVERNO DO BARÃO DE MOSSÂMEDES E SUA POLÍTICA INDIGENISTA (1772-1778)

Bruna Souza Soares¹

RESUMO: Esse trabalho investiga a implantação do Diretório Pombalino na Capitania de Goiás durante o governo de José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho (1772-1778) – mais conhecido como Barão de Mossâmedes. Nossa intenção é contribuir com os debates historiográficos no que diz respeito à história de Goiás na segunda metade dos setecentos, pois fala-se pouco de como se deu a aplicação do Diretório nas capitanias da fronteira oeste da América Portuguesa, em especial a de Goiás. Foram delineadas como fontes desta pesquisa, quatro cartas administrativas. No tocante à investigação, buscou-se evidenciar as peculiaridades do Diretório aplicado em uma região marcada por disputas territoriais e a forma como o governador José de Almeida utilizou o seu governo para ganhar mercês da Coroa.

Palavras-chaves: Diretório Pombalino; Capitania de Goiás; Barão de Mossâmedes; Política Indigenista; Cultura Política do Antigo Regime.

1. Introdução

Sendo o resultado da sistematização das diretrizes aprovadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, ao longo da década de 1750 – exemplificadas pela Lei que concedeu a liberdade aos indígenas (6 de junho de 1755) e pela Lei que retirou os missionários da administração temporal (7 de junho de 1755) –, o *Directorio que se deve observar nas povoaçoens dos Indios do Pará, e Maranhão em quanto sua Magestade não mandar o contrario*² teve como objetivo corrigir as falhas do Regimento das Missões (1686) e de outras legislações indigenistas. Essa Lei pombalina foi assinada no dia 3 de maio de 1757 pelo governador e capitão-general da Capitania do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, e foi extinta no dia 12 de maio de 1798 por meio da carta régia, redigida pelo então

¹ Graduanda em História pela UnB. Email: bruna.soares28@hotmail.com

² Foi mantida a grafia original do título do Diretório. Ao longo deste artigo, as citações da documentação também terão a sua grafia original preservada.

secretário, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (JULIO, 2016, p. 34; ALMEIDA, 1997, p. 152, p. 162).

Na medida em que o Diretório Pombalino foi sendo transposto para as outras capitanias, a partir do alvará aprovado em 17 de agosto de 1758, percebeu-se que a legislação deveria ser adaptada conforme as peculiaridades locais, visto que a realidade do restante das capitanias da América Portuguesa era diferente daquela vista no mundo amazônico. No caso do Antigo Regime português, era comum as leis terem a sua aplicação variada em cada região e isso não foi diferente com o Diretório (CHAVES JR, 2019, p. 96). Este artigo irá explorar o caso da aplicação do Diretório na Capitania de Goiás durante o governo de José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho (1772-1778) – mais conhecido como Barão de Mossâmedes. Antes de adentrarmos no foco deste trabalho, iremos contextualizar brevemente o ambiente onde José de Almeida e outros governadores foram forjados: o ambiente do reformismo ilustrado entre as décadas de 1750 e 1770. Tendo como base a cultura política do Antigo Regime, será mostrado que o Diretório teve a sua adaptação reivindicada principalmente pelos governadores e que os próprios utilizaram a aplicação desta Lei, com o intuito de ascenderem socialmente e ganharem recompensas da Coroa – como foi o caso do governador de Goiás.

2. A posição dos governadores na segunda metade do século XVIII

Durante os anos de 1750 a 1777, a política reformista encabeçada pelo ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, provocou transformações tanto em Portugal quanto em seus domínios ultramarinos. Uma delas foi o deslocamento institucional das decisões políticas: no lugar de um regime conciliar, onde havia a consulta aos conselhos e tribunais, passou-se a dar prioridade às Secretarias de Estado e às Juntas. Já as mudanças ocorridas no ultramar, particularmente na América Portuguesa, são exemplificadas pela

transferência da sede do vice-reinado para o Rio de Janeiro e pelo aumento do poder dos governadores e vice-reis em detrimento dos poderes locais. No entanto, após essa transferência, os vice-reis apenas conseguiam exercer a sua autoridade efetiva sobre a sede do vice-reinado. As outras capitanias, que estavam sob o comando dos governadores, continuavam fora do controle dos vice-reis (MONTEIRO, 2014, p. 132-133; RAMINELLI, 2021, p. 08).

Aliada à ampliação do poder dos governadores, percebe-se que a categoria de homens para assumir o governo das capitanias mudou ao longo do século XVIII, havendo um aumento de recrutados da primeira nobreza de corte e da fidalguia. Em capitanias recém-fundadas na segunda metade daquele século, como Goiás e Mato Grosso, os governadores escolhidos eram, em sua maioria, fidalgos (MONTEIRO, 2005, p. 103). Esse foi o caso do primeiro governador da capitania de Mato Grosso (1751-1765), D. Antonio Rolim de Moura Tavares, que veio do seio aristocrático de Portugal e teve experiência no estudo de muitas áreas, como filosofia, ciências exatas, teologia e história (CANOVA, 2008, p. 80). Outro recrutado com base nesses requisitos foi o governador de Goiás, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho. Adepto às teorias iluministas, o governador fidalgo “era do Conselho de Sua Majestade, Comendador de Santa Maria de Alcofra na Ordem de Cristo e amigo pessoal do Marquês de Pombal” (APOLINÁRIO, 2006, p. 169). Isso prova que os homens recrutados para governadores das capitanias principais – que foi o caso de Goiás e Mato Grosso desde 1749 – na segunda metade do século XVIII, compartilhavam uma posição social e uma educação em comum, sendo que esse último aspecto foi o responsável por tornar esses homens filiados às ideias iluministas e, conseqüentemente, serem colaboradores do reformismo pombalino.

Esses homens ilustrados e do mesmo círculo de Pombal estavam atentos sobre o que fazer com as populações indígenas dentro do espírito do Diretório. Porém, trata-se dos mesmos homens que

também reconheceram que nem todas as regras presentes na legislação poderiam ser aplicadas de forma literal na região onde eles estavam. A “Direção com que interinamente se devem regular os índios das novas vilas e lugares eretos nas aldeias da Capitania de Pernambuco e suas anexas” é o exemplo mais conhecido de adaptação do Diretório. Redigida pelo governador e capitão-general de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva (1756-1763), no ano de 1759, essa transposição divergiu do Diretório no que diz respeito à “forma de repartição das terras e a distribuição da mão de obra indígena” (CHAVES JR, 2019, p. 96-97). Essa necessidade de adaptar a legislação pombalina também foi levantada pelos governadores das capitanias da fronteira oeste.

Em um momento que os regulares haviam sido retirados da administração temporal das aldeias, cuja norma havia sido decretada pela Lei de 7 de junho de 1755 e, dois anos depois, reforçada pelo Diretório dos Índios, o governador da Capitania do Mato Grosso, D. Antonio Rolim de Moura, defendeu a permanência do padre jesuíta Agostinho Lourenço na administração da aldeia de São José, em uma correspondência enviada ao governador do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, no dia 15 de novembro de 1758. O governador mencionou a dedicação de Agostinho Lourenço em ter feito o seu trabalho durante as epidemias de doenças que estavam assolando as minas da Capitania, como também a ausência de infidelidade por parte do padre jesuíta. Rolim de Moura diz que o viu como um aliado, pois durante o tempo em que o padre esteve nas Missões espanholas, ele era o seu correspondente e o atualizava sobre as intenções dos hispânicos no que diz respeito às demarcações de terra (AHU-MT, Cx 10, D. 585).

Vale ressaltar que o governador do Mato Grosso e os administradores das missões espanholas procuravam ter uma boa relação, mesmo havendo uma desconfiança de ambas as partes. Esse clima aparentemente cordial se desfez quando os missionários castelhanos fizeram uma expedição aos seus antigos aldeamentos no

lado oriental do rio Guaporé, que naquele momento pertencia ao território português após as negociações do Tratado de Madri (1750)³ (ARAÚJO, 2000, p. 108; p. 114). Em decorrência disso, haveria uma preocupação por parte do governador com a presença dos castelhanos nos territórios recém-anexados à capitania. Como solução, ele instalou uma guarda no Sítio das Pedras, localizado na margem oriental do Guaporé (ARAÚJO, 2000, p. 115). Esse temor também induziu Rolim de Moura a passar por cima da regra do Diretório e manter o padre Agostinho Lourenço na administração temporal da aldeia de São José⁴, visto que ele viu como vantagem ter por perto uma pessoa que tinha conhecimento das pretensões dos espanhóis.

Seguindo a mesma ideia de Rolim de Moura, mas em outro contexto e outra capitania, José de Almeida Vasconcelos salientou a situação em que se encontrava a Capitania de Goiás como uma justificativa para fazer adaptações na versão original do Diretório. A seguir, veremos como se deu a política indigenista deste governador ilustrado após Goiás ter passado por um período em que a aplicação do Diretório havia sido mal sucedida.

3. O Diretório aplicado na Capitania de Goiás

3.1. Adaptação

Antes do início do governo de José de Almeida, em 1772, os aldeamentos de Goiás haviam passado por uma primeira fase: entre 1741 e 1751, foram fundados quarteis-aldeamentos na capitania goiana devido à mineração aurífera. Dois deles foram os aldeamentos do Duro (1750) e da Formiga (1751), que compunham a Missão de São Francisco Xavier. Todavia, os habitantes destes aldeamentos – os Akroá e os Xakriabá – fizeram uma rebelião, provocando a desativação desta Missão, em 1757. O episódio desta rebelião provocou “um período de

³ O Tratado de Madri (1750), extinto em 1761, foi substituído pelo Tratado de Pardo (1761).

⁴ É importante mencionar que Rolim de Moura não era contra a secularização dos aldeamentos, mas que apenas abriu uma exceção ao padre Agostinho Lourenço, devido à sua condição de aliado.

incertezas” em relação à política de aldeamento. Enquanto estava sendo questionado a eficiência dos quartéis-aldeamentos, ocorreram confrontos ofensivos entre os moradores e os grupos indígenas, de modo que as diretrizes do Diretório não estavam sendo postas em prática (JULIO, 2016, p. 32-33; MARCONDES, 2011, p. 42-43). Foi durante esse momento de incertezas que José de Almeida assumiu o governo da Capitania.

Durante as séries de visitas que o governador fez aos arraiais mineradores, ao longo de 1773 e 1774, ele visitou os antigos aldeamentos do Duro e da Formiga com o intuito “de conhecer as problemáticas administrativas que influenciaram nos seus declínios” (APOLINÁRIO, 2006, p. 173). Em meio ao diagnóstico dessas problemáticas, foram constatados erros na forma como os jesuítas conduziam a conversão dos aldeados: ao invés de introduzi-los aos valores civis primeiramente, eles começavam pela doutrinação religiosa e induziam os aldeados a decorarem as orações cristãs. Outro erro constatado pelo governador foi a elevada quantia de trezentos mil cruzados, custeada pela Real Fazenda para o sustento daqueles aldeamentos, não ter produzido resultados no que se refere à “civilização” dos indígenas (APOLINÁRIO, 2006, p. 176). Tendo consciência de que os aldeamentos da Missão de São Francisco Xavier haviam fracassado e que, por conta disso, não havia indígenas aldeados, José de Almeida percebeu que Goiás apresentava uma peculiaridade que a diferenciava de outras capitanias. Dessa forma, ele chegou à conclusão de que a aplicação do Diretório em Goiás teria que ser feita de forma adaptada.

No momento em que o aldeamento de São José de Mossâmedes fora construído para acomodar os Akroá, o Intendente e Provedor da Fazenda Real de Goiás, Joaquim José Freire de Andrade, foi nomeado para o cargo de Diretor Geral dos Indígenas. Na correspondência enviada ao recém-nomeado, datada em 15 de novembro de 1774, José de Almeida ressaltou que as instruções do Diretório direcionadas à

administração temporal não iriam servir para Goiás e que, assim, viu a necessidade de escrever novas instruções para Freire de Andrade, que estivessem ajustadas às condições locais:

Estas sagradas Leis, e ordens de Sua Magestade, compreendo o Directório, que se mandou observar nas povoações dos Indios do Grão Pará, e Maranhão, não deixão necessidade de recorrer a providencias interinas para proseguir na execuçam das predictas Reaes ordens; porem como aquele Directorio, foi feito para Indios domésticos, e para Aldêyas estabelecidas⁵ | posto que de baixo das venenôzas máximas da prepotência Jezuitica | se faz preciso dar a Vossa Mercê, hua sumária instruçam dos princípios por onde deve conduzir-se, emquanto não chegar ao estado em que as dispoziçoens do Soberano forão concebidas (AHU-GO, Cx. 27, D. 1795).

O governador quis dizer que quando o Diretório foi implantado nas capitanias do Grão-Pará e Maranhão, em 1757, as Vilas e Lugares recém-criadas eram anteriormente Missões de ordens regulares (ALMEIDA, 1997, p. 189). O que houve foi um aproveitamento daquelas antigas Missões – que passaram por um processo de secularização –, como também dos indígenas, que já se encontravam aldeados naqueles espaços. Em Goiás, o caso foi outro: em virtude dos aldeamentos criados na década de 1750 não terem sido bem sucedidos, a implantação do Diretório no governo de José de Almeida teve que ser diferente, pois os estabelecimentos pombalinos foram criados do zero e, com isso, houve a necessidade de convencer os grupos indígenas, que viviam nos sertões, a aldearem-se nos novos estabelecimentos (JULIO, 2016, p. 35).

Essa ausência de indígenas domesticados em Goiás foi vista como uma vantagem pelo futuro Barão de Mossâmedes. Nas instruções enviadas ao Intendente, ele comenta que o fato dos Akroá não terem sido “pervertidos” pelos jesuítas na primeira fase dos aldeamentos facilitaria a sua pacificação, visto que a administração do novo aldeamento não iria enfrentar qualquer desafio com relação ao poder dos antigos missionários. Segundo o governador, eles não iriam

⁵ Grifos meus.

passar pela mesma dificuldade que o governo do Grão-Pará e Maranhão teve “em desterrar aquelas péssimas doutrinas com que todos os moradores se haviam educado” (AHU-GO, Cx. 27, D. 1795).

Como forma de adaptar a prescrição do Diretório no que diz respeito ao papel do Diretor, José de Almeida compilou as legislações indigenistas de 1702 a 1761 para que Freire de Andrade tomasse consciência de que a civilização dos indígenas sempre foi uma das prioridades da Coroa, mas que essa pretensão não havia sido cumprida nos governos anteriores. Ele determinou ao novo Diretor que não seguisse a lógica dos seus antecessores em iniciar o plano de conversão dos Akroá pela evangelização, e sim que os introduzisse aos valores civis primeiramente para depois inseri-los à educação religiosa (APOLINÁRIO, 2006, p. 174-177). Se preocupando em não reproduzir as despesas excessivas feitas nos aldeamentos do Duro e da Formiga, ele determinou a Freire de Andrade que “regulle os gastos fuctúros” e que contabilizasse as solicitações de gastos com os aldeados em um livro de registros, no qual o Diretor e o Escrivão da Tesouraria deveriam assinar (AHU-GO, Cx. 27, D. 1795).

Além disso, havia nas Instruções o reconhecimento do zelo que o novo Diretor teve com as finanças da capitania, enquanto esteve à frente do cargo de Intendente e Provedor da Fazenda Real (*Ibidem*, D. 1795). Como hipótese, pode-se dizer que essa confiança no Intendente foi o motivo que levou José de Almeida a adaptar o primeiro parágrafo do Diretório, que tinha como regra haver “em cada uma das sobreditas Povoações, enquanto os Índios não tiverem capacidade para se governarem, um Diretor[...]”⁶. Ao invés de ter nomeado um Diretor para cada aldeamento, como prescrevia a lei, o governador criou o cargo de Diretor Geral dos Indígenas, cuja função era ser responsável pela administração de todos os indígenas aldeados (APOLINÁRIO, 2006, p. 173). Dessa forma, Freire de Andrade foi nomeado como o

⁶ Ver o parágrafo 1 do Diretório, que está presente no apêndice de Almeida (1997).

único administrador temporal da Capitania: ele se tornou Diretor Geral de São José de Mossâmedes, como também do aldeamento de Nova Beira (*Ibidem*, p. 209).

Ademais, as adaptações realizadas na direção temporal dos aldeamentos foram em decorrência das circunstâncias que a capitania goiana se encontrava no começo da década de 1770. Em uma carta enviada a Martinho de Mello e Castro, no dia 02 de maio de 1773, José de Almeida criticou a mentalidade dos moradores e lideranças locais, pois segundo o fidalgo, eles estavam interessados em fazer guerras ofensivas contra os indígenas para escravizá-los ou exterminá-los (AHU-GO, Cx. 27, D. 1730). Sendo assim, essa dificuldade em encontrar pessoas que estivessem aptas a cumprir a tarefa de “civilizar” os indígenas, além do cuidado em não se repetir as elevadas despesas dos aldeamentos da primeira fase, podem ter levado o governador a escolher Joaquim José Freire de Andrade como o único Diretor dos aldeamentos. Na visão do fidalgo, o Diretor estando na condição de funcionário da Fazenda Real, saberia racionalizar os gastos.

3.2. Cooptação dos indígenas e ascensão social

O fim do governo de José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho se deu no dia 07 de maio de 1778. Ao invés de ter esperado pela chegada do seu sucessor, D. Luís da Cunha, o fidalgo instalou um governo provisório, composto pelo Ouvidor Geral e Corregedor, Antônio Jozé Cabral de Almeida; pelo Tenente Coronel, João Pinto Barboza Pimentel; e pelo Vereador, Pedro da Costa (AHU-GO, Cx. 31, D. 1959). Ao retornar para Lisboa, o então ex-governador vivenciou uma tensão política: o declínio do Marquês de Pombal após o mesmo ter sido exonerado do cargo de ministro pela rainha D. Maria I, que assumiu a Coroa no lugar de D. José I, morto em 1777 (MONTEIRO, 2014, p. 139-140).

Se preocupando em preservar a sua reputação e não ter o mesmo destino que Pombal, José de Almeida aproveitou esse

momento para mostrar um dos últimos atos de sua política indigenista à Coroa: em uma carta enviada ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, no dia 20 de dezembro de 1778, ele comentou que retornou ao reino juntamente com alguns homens indígenas dos grupos étnicos, que foram aldeados na Capitania de Goiás – os Karajá, Javaé, Akroá e Xakriabá. O seu objetivo era “distribuir estes rapazes por colégios, seminários, ou comunidades consignando-lhe hua ordinária racionável para comedoria, vestuário [...]” (AHU-GO, Cx. 30, D. 1957).

É importante salientar que o ex-governador era um ávido leitor da história da colonização inglesa e francesa na América Setentrional. Foi por meio dessas leituras que, provavelmente, o fidalgo teve conhecimento das idas de representantes indígenas para Londres e que isso o inspirou a tomar a decisão em levar algumas lideranças para serem educadas em Lisboa. Ao replicar a política indigenista inglesa, José de Almeida tinha como intuito transformar esses representantes em homens “civilizados” para que servissem de modelo aos seus parentes, quando retornassem aos aldeamentos goianos (APOLINÁRIO, 2006, p. 202-203).

O ex-governador não obteve resposta quanto à sua solicitação. Sendo assim, no dia 02 de janeiro de 1779, ele enviou outra carta ao Secretário, solicitando que a Congregação do Oratório da Cidade de Viseu⁷ tomasse conta dos indígenas, mas não há registros que mostrem se o seu desejo foi atendido ou não (*Ibidem*, p. 202-203). O que importa destacar é que ele anexou junto desta última carta as Instruções que deixou para o governo interino e seu sucessor, onde fez um balanço dos seus seis anos de governo.

⁷ O Oratório era localizado na cidade natal do ex-governador. José de Almeida Vasconcelos (1737-1812) era natural de São Pedro do Sul, Viseu, Portugal. Disponível em:

<https://www.geni.com/people/Jos%C3%A9-de-Almeida-e-Vasconcelos-1-%C2%BA-visconde-da-Lapa/6000000020640181424> Acesso em: 14 jul. 2024.

Uma das partes marcantes desta carta é quando José de Almeida discorreu sobre as contribuições que o seu governo trouxe para a “civilização” dos indígenas e o próprio reconheceu que “vio a impraticabilidade de se povoar a dita Capitania, nem outra qualquer parte da América Portuguesa, senão com os naturaes da mesma America [...]” (AHU-GO, Cx. 31, D. 1959). Esse trecho da carta se trata de uma reprodução que Mossâmedes fez de um dos parágrafos das Instruções que recebeu antes de assumir o governo. Devido a sua experiência na gestão da Capitania goiana, ele reconheceu a legitimidade de tal parágrafo, que considerava a civilização dos indígenas “objeto muito mais importante, pelas suas consequências, que todas as outras riquezas” (ALENCASTRE, 1979, p. 182). Ao ter dado prioridade a esse objeto, o ex-governador implantou o paradigma da cooptação e da integração dos indígenas, que teve longa duração ao longo da história do Brasil. A pouca presença de não-indígenas em Goiás após o enfraquecimento da mineração aurífera possibilitou a reformulação do papel dos nativos no projeto colonial, de maneira que eles passaram a ser vistos como os principais povoadores do território (MARCONDES, 2011, p. 46-48).

O discurso colonial de José de Almeida acerca dos povos indígenas foi pautado em uma pretensão de contato pacífico com os mesmos, diferindo-se das posturas de governadores anteriores. A política indigenista dos governos das décadas de 1750 e 1760 não sabia o que fazer ao certo com esses povos: enquanto que havia uma condenação ao tratamento violento contra eles, também havia o incentivo de guerras ofensivas contra alguns grupos indígenas – exemplo disso foi o envio de um parecer pelo governador João Manoel de Melo ao rei D. José I, em 1761, sugerindo uma ofensiva armada contra os Akroá e Xakriabá (*Ibidem*, p. 43-44). Como já foi mencionado, os moradores dos arraiais ainda aspiravam por um conflito armado contra os indígenas quando José de Almeida assumiu o governo, de modo que a tarefa de implantar as diretrizes pombalinas na Capitania

se tornou desafiadora (JULIO, 2016, p. 41-42; MARCONDES, 2011, p. 66). Mas isso não impediu o ex-governador de realizar esse trabalho.

Nas Instruções, José de Almeida comentou os frutos das bandeiras organizadas para explorar o território, em 1774. A principal delas foi a que saiu do arraial de Traíras “para o mesmo certam, que medêya entre o Maranhão ou Tocantins, com Araguáya” (AHU-GO, Cx. 31, D. 1959). Nesta região localizava-se a Ilha do Bananal, cujo território pertencia aos Karajá e Javaé. Ao deparar-se com a abundância natural desta região e seus habitantes, o comandante da Bandeira, José Machado, regressou à capital da Capitania goiana – Vila Boa – para informar o então governador sobre tal Ilha. Em junho de 1775, foi organizada uma nova bandeira, comandada pelo Alferes da Companhia de Dragões, José Pinto da Fonseca, com o objetivo de entrar em contato com esses povos. Os Karajá foram os primeiros habitantes da Ilha com quem o comandante e os soldados contactaram, porém, esse contato foi visto com desconfiança pelos indígenas deste grupo, já que eles haviam sido atacados pela bandeira do sertanista Antônio Pires de Campos, cerca de 20 anos antes. Visando superar o ceticismo dos indígenas, José Pinto usou estratégias políticas para conquistar a confiança deles. Com a ajuda da intérprete Karajá Xuanam-piá – uma das indígenas raptadas pela Bandeira de Antônio Pires –, o comandante pôde oferecer acordos ao maioral Karajá, Aboé-Noná, como o envio de tropas para defender o seu território das invasões feitas pelos Xavante e outros grupos étnicos. Também foi levada em consideração as exigências feitas pelo maioral, que incluíam o fato dos não-indígenas não poderem ir às terras dos Karajá sem a sua autorização. Graças ao papel de Xuanam-piá como intermediária entre os seus parentes e os luso-brasileiros, foi possível um acordo de paz acompanhado de juramentos de fidelidade tanto do maioral Karajá quanto do maioral Javaé, Acabedú-ani. A partir deste acordo, foram fundados o presídio de São Pedro do Sul e o aldeamento de Nova Beira na Ilha do Bananal, em 1775, onde os Karajá e os Javaé

ficaram alojados (APOLINÁRIO, 2006, p. 178-198; JULIO, 2016, p. 36-40).

O ex-governador elogiou a redução destes dois grupos étnicos, ressaltando “que nesta conquista aliançou mais de oito mil vassalos, abrindo nos ao mesmo certam entrada franca e facilitando a atracçam das inumeráveis Nasçoens, que o habitão” (AHU-GO, Cx. 31, D. 1959). O que se depreende disso é que a construção do presídio e do aldeamento dentro das terras dos Karajá e Javaé fazia parte da “política de defesa do território” colonial. Enquanto que, anteriormente, os aldeamentos eram construídos dentro da lógica de “fechamento do território”, ou seja, para segregar os indígenas e, assim, preservar a continuidade da exploração aurífera nos arraiais, a partir do governo de José de Almeida, esses estabelecimentos foram construídos em localidades estratégicas e os indígenas foram vistos pela Coroa como os defensores do território colonial português (MARCONDES, 2011, p. 61-63). Estando os Karajá e Javaé convertidos em vassalos do rei e estabelecidos em Nova Beira e no presídio de São Pedro do Sul, eles teriam a função em defender o rio Araguaia dos ataques dos indígenas considerados “hostis” para que a navegação dos luso-brasileiros sobre este rio permanecesse segura (JULIO, 2016, p. 40).

Nas Instruções, Mossâmedes apenas deu os créditos a José Pinto da Fonseca pelo acordo de paz feito com os grupos indígenas da Ilha do Bananal e não fez menção ao papel decisivo que a intérprete Xuanam-piá teve nesta tarefa. Todavia, quando ele discorreu sobre o processo de aldeamento dos Akroá, ele citou a cooperação de um indígena pertencente a este povo. Tratou-se do “Cabo da Aldeya da Formiga da Nasçam Acroá, Roque da Costa Maciel” (AHU-GO, Cx. 31, D. 1959). Durante a sua visita ao aldeamento da Formiga, em 1773, o ex-governador fez uma aliança com o militar indígena, para que este convencesse os seus parentes Akroá a aceitarem um acordo de paz. O Cabo liderou uma bandeira para entrar em contato com o grupo

Akroá-Mirim e, ao final, mais de 200 indígenas desta etnia aceitaram o acordo (APOLINÁRIO, 2006, p. 135). Após isso, José de Almeida ordenou construir um aldeamento para os Akroá em “hua paráge agradável de campo vazo, boas águas, e muitos matos [...] passando a estabelecer grandes róssas, hua boa fazenda de gado vacuum cas manufaturas que o numero dos habitantes podia animar [...]” (AHU-GO, Cx. 31, D. 1959).

O fruto deste projeto colonial foi a fundação do aldeamento de São José de Mossâmedes, em 1775, que recebeu esse nome em homenagem ao governador fidalgo. O aldeamento foi planejado para seguir as idealizações concebidas pelo Diretório pombalino: um espaço onde indígenas e não-indígenas iriam conviver juntos e que possuiria estrutura de trabalho agrícola e manufatureiro, a fim de que os seus habitantes pudessem se auto-sustentar. O intuito era evitar o que houve com os aldeamentos da primeira fase, que ficaram dependentes do sustento feito pela Fazenda Real. Tal como Nova Beira, São José de Mossâmedes também foi construído em uma localidade estratégica – próximo à Vila Boa –, pois a pretensão da administração colonial era que os Akroá servissem como barreira defensiva, principalmente por conta da presença dos Kayapó na região⁸ (APOLINÁRIO, 2006, p. 135-137; MARCONDES, 2011, p. 69-71).

Voltando ao contexto da carta escrita no dia 02 de janeiro de 1779, a intenção do ex-governador em ter escrito esta correspondência e ter colocado as Instruções no anexo dela não foi apenas com o objetivo de conseguir a ajuda da Coroa para financiar a educação dos indígenas que ele levou para o reino, mas para se autodefender, pois como ele era um dos nomes do reformismo pombalino, ele poderia entrar em ruína como Pombal. José de Almeida queria ter uma folha

⁸ Os Xakriabá foram aldeados em Santa Anna do Rio das Velhas com essa mesma pretensão. Devido ao limite de páginas deste trabalho, decidi focar só no processo de aldeamento dos Akroá, Karajá e Javaé.

de serviços bem vista e convencer D. Maria I e os demais da Corte que ele fez um bom governo na Capitania. Essa busca do fidalgo em demonstrar seu empenho, com o intuito de obter ascensão social, era típica da cultura política do Antigo Regime. Segundo Maria Fernanda Bicalho, o pacto político entre a Coroa e seus vassallos era movido pela “economia das mercês” – esses últimos prestavam serviços nos territórios ultramarinos e, em troca, eram recompensados (BICALHO, 2005, p. 31).

Em relação ao ex-governador, suas reivindicações foram atendidas, visto que a sua trajetória administrativa após o governo de Goiás foi bem sucedida. No dia 13 de agosto de 1779, José de Almeida Vasconcelos – antes 13º Senhor de Mossâmedes – recebeu o título nobiliárquico de Barão de Mossâmedes pela rainha D. Maria I (ZÚQUETE, 1989, p. 749-750). Cinco anos depois, ele tornou-se governador de Angola (1784-1790) (ANGOLA, 1949, p. 21) e, no começo do século XIX, ele ocupou o cargo de Conselheiro Ultramarino (JULIO, 2016, p. 42).

Diante disso, percebe-se que a “Viradeira” – o reinado de D. Maria I – não foi um cenário de desconstrução completa do reformismo pombalino e de suas principais trajetórias administrativas. Houve a permanência das ideias ilustradas, mas sob novas facetas, como também a permanência de alguns dos antigos colaboradores do governo pombalino em cargos de prestígio (MONTEIRO, 2014, p. 140), exemplificada pela trajetória do Barão de Mossâmedes.

4. Considerações finais

Inferimos que o Diretório aplicado durante o governo do Barão de Mossâmedes sofreu modificações em virtude da situação que a Capitania goiana se encontrava após os governos anteriores. A crise na exploração aurífera, o declínio da única Missão existente na Capitania e a questão de não haver indígenas aldeados indicavam as peculiaridades de Goiás no começo da década de 1770. Ademais, o

governo do fidalgo foi responsável por implantar o paradigma da cooptação e integração dos indígenas, visto agora como vassalos de Sua Majestade, e por construir os primeiros aldeamentos dentro de uma nova lógica que prescrevia sua atuação como os principais guardas do território colonial português. Isso ocorreu não apenas porque José de Almeida era adepto ao pombalismo, mas porque ele visava utilizar o seu governo para se inserir em um ambiente maior de prestígio e nobilitação por meio da administração colonial.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Rita Heloísa de. O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: UnB, 1997.

APOLINÁRIO, Juciene R. Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão. Políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás, atual Estado do Tocantins. Século XVIII. Goiânia: Kelps, 2006.

ARAUJO, Renata Malcher de. A Urbanização do Mato Grosso no século XVIII: Discurso e método. Dissertação de Doutorado em História da Arte. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2000.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América Portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. Fórum almanack braziliense nº 02 novembro 2005. p. 21-34.

CANOVA, Loiva. Antônio Rolim de Moura: Um Ilustrado na Capitania de Mato Grosso. COLETÂNEAS DO NOSSO TEMPO, Rondonópolis - MT, v. VII, nº 8, 2008. p. 75-86.

CHAVES, Jr., José Inaldo. Reforma dos territórios e das jurisdições nas capitanias do Norte do Estado do Brasil: as atuações do capitão-general Luís Diogo Lobo da Silva e do juiz de fora Miguel Carlos de Pina Castelo Branco na aplicação do Diretório dos índios (1757-1764). LOCUS (UFJF), v. 24, p. 93-120, 2019.

JULIO, Suelen Siqueira. Damiana da Cunha: uma índia entre a “sombra da cruz” e os caiapós do sertão (Goiás, c.1780-1831). Niterói: Editora da UFF, 2016.

MARCONDES, Javã Isvi Pinheiro. O problema da defesa do território na Capitania de Goiás no século XVIII. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO, 2011.

MONTEIRO, Nuno. Governadores e capitães-mores do império atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, M.F, FERLINI V.L.A. Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005. p. 93-115.

_____. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In: FRAGOSO, J. GOUVÊA, M.F. O Brasil Colonial 1720-1821, 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 111-156.

RAMINELLI, Ronald. Construir colônias: reformas nas Américas c. 1760-1790. Anos 90, Porto Alegre, v. 28 - e2021007 - 2021.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins. Nobreza de Portugal e do Brasil. 2 ed. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1989.

Fontes:

AHU - GO

Ofício do governador e capitão-general de Goiás, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Vila Boa, 2 de maio de 1773. AHU_ACL_CU_008, Cx. 27, D. 1730.

Carta (anexo) do governador e capitão-general da capitania de Goiás, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho, ao provedor da Fazenda Real da capitania de Goiás e Diretor Geral dos Índios, José Freire de Andrade. Vila Boa, 15 de novembro de 1774. AHU_ACL_CU_008, Cx. 27, D. 1795.

Ofício do ex-governador e capitão-general de Goiás, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Lisboa, 20 de dezembro de 1778. AHU_ACL_CU_008, Cx. 30, D. 1957.

Ofício do ex-governador da capitania de Goiás, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Lisboa, 2 de janeiro de 1779. AHU_ACL_CU 008, Cx. 31, D. 1959.

AHU - MT

OFÍCIO do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura Tavares, ao governador e capitão-general da capitania do Grão Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela, 15 de novembro de 1758. AHU_ACL_CU_010, Cx 10, D. 585.

Outras fontes:

Civil, Angola Direcção dos Servicos de Administração (1949). Mensário administrativo. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola. p. 21.

Instruções dadas ao Governador José de Almeida Vasconcellos de Soveral e Carvalho. In: ALENCASTRE, J.P.M. Annaes da Província de Goyaz. Brasília, Ed. Gráfica Ipiranga, Convênio SUDECO/Governo de Goiás, 1979 [1864], p. 173-192.

REPRESSÃO E VIOLÊNCIA POLICIAL EM RECIFE NO PRÉ-ESTADO NOVO: O CASO JOSÉ LOURENÇO BEZERRA

Bruno Sousa Lima¹

RESUMO

Este trabalho debruça-se sobre a trajetória do gazeteiro José Lourenço Bezerra, preso em agosto de 1936 por, supostamente, exercer atividades comunistas, aparecendo morto na cela poucos dias depois. A morte foi noticiada como suicídio, mas diante da denúncia de que ele havia sido torturado e executado, o corpo foi exumado e um processo aberto para apurar as circunstâncias da morte. O objetivo deste artigo é analisar os acontecimentos envoltos na morte de Bezerra, a disputa política em Recife, o comportamento da opinião pública e da imprensa e a repressão policial em Pernambuco nos meses que antecederam o golpe do Estado Novo.

Palavras chave: José Lourenço Bezerra, Pernambuco, Estado Novo, repressão

Em 19 de agosto de 1936, uma imagem publicada no jornal pernambucano *Diário da Manhã* excedia o habitual da prática jornalística daquela época (e também da atual). Entre anúncios de remédios e automóveis e uma notícia sobre os trabalhos da Assembleia Legislativa do estado, o periódico estampava a fotografia de um homem morto, em pé, atrás das grades de uma cela. O defunto aparecia com fios enrolados no pescoço e as mãos inchadas penduradas para fora das barras de ferro que se entrecruzavam, emoldurando a sinistra cena em pequenos retângulos simétricos. A imagem ocupava quase um terço do lado direito da página 2, na seção *A polícia: por dentro e por fo'ra*, espaço dedicado a noticiar acidentes, afogamentos, homicídios, roubos e outros tipos de violência. A manchete não deixava dúvidas sobre o que havia se passado: “O SUICÍDIO OCORRIDO, HONTEM, NA SECRETARIA DA

¹ Universidade de Brasília. brunolimahistoria@gmail.com.

SEGURANÇA PÚBLICA". O subtítulo instigava a curiosidade do leitor: "Como se desenrolou o caso — As providências da polícia — O inquérito instaurado a respeito".

A edição daquele mesmo dia do *Diário de Pernambuco* oferecia mais detalhes do caso. Sem a imagem perturbadora, o concorrente do *Diário da Manhã* trazia em seu título informações mais precisas e menos sensacionalistas: "Suicidou-se, hontem, no Brasil Novo, um preso comunista". No subtítulo: "José Lourenço utilizou-se de um fio electrico para realizar seu intento".

Ambos os jornais afirmavam que José Lourenço Bezerra era jornalista, casado, tinha 35 anos e havia sido preso por estar envolvido em atividades comunistas. As informações também davam conta que o sujeito havia sido preso antes, mas foi colocado em liberdade por falta de provas. Dias depois, o gazeteiro foi novamente detido e levado às instalações da Secretaria de Segurança Pública, de onde não sairia mais com vida.

Os minutos que antecederam a morte de José Lourenço foram descritos em detalhes. Por volta de 12h, o preso teria começado a insultar as autoridades policiais e foi repreendido por um investigador, que tentou acalmá-lo. Bezerra manifestou que estava com fome e pediu café com pão. Após 20 minutos, outro detento foi até a cela levar a refeição. Ao abrir a porta de madeira que dava acesso ao local onde ficavam os presos "incomunicáveis", no térreo do prédio, viu o corpo da vítima junto à grade, com o pescoço envolvido em fios elétricos da iluminação que havia sido instalada provisoriamente no teto da cela. O 1º delegado auxiliar foi chamado e determinou o levantamento do cadáver, que foi levado para o necrotério de Santo Amaro. Os jornais concluíram suas reportagens afirmando que o delegado do 2º distrito havia instaurado inquérito para apurar o fato.

Apesar de algumas contradições - como o endereço onde residia a vítima -, a consonância de versões entre as duas reportagens mostra que as informações trazidas pelos jornais haviam sido

divulgadas pela polícia. Além do mais, o retrato de José Lourenço morto que foi publicado em *Diário da Manhã* só poderia ter sido feito pela polícia ou pelo fotógrafo do jornal. Na primeira hipótese, o registro só poderia ter sido feito para ser propositalmente divulgado à imprensa ou para colaborar nas investigações, tendo sido vazado posteriormente ao periódico. Na segunda possibilidade, o fotógrafo do jornal só poderia ter adentrado ao local com autorização do delegado. Em ambas as situações, a fotografia só foi feita e publicada por interesse das autoridades em divulgar a imagem do suposto comunista José Lourenço Bezerra morto.

Apesar de toda narrativa contada pela polícia e propagandeada pela imprensa, a opinião pública não se conformou com as explicações sobre o caso. Um mês após a tragédia, o corpo do jornalista foi exumado no cemitério Santo Amaro diante das denúncias de que a morte não havia sido um suicídio, mas sim um assassinato, precedido de sessões de extrema tortura.

O presente artigo pretende analisar os acontecimentos envoltos na morte de José Lourenço Bezerra, seus desdobramentos, o comportamento da opinião pública e da imprensa e a repressão policial em Pernambuco nos meses que antecederam o golpe do Estado Novo.

Nesse sentido, as obras que mais contribuem com informações sobre esse personagem são duas autobiografias escritas no final da década de 1970. A primeira é de autoria do líder revolucionário Gregório Bezerra, intitulada *Memórias*, e traz poucas curiosidades sobre a vida do irmão José Lourenço, sua prisão e morte. Já em *O caso eu conto como o caso foi: da coluna Prestes à queda de Arraes*, Paulo Cavalcanti dedica 13 páginas ao ocorrido com o jornalista, com muito mais detalhes sobre a investigação e sobre a impressão do autor do impacto causado pelo falecimento de José Lourenço na sociedade recifense.

As informações dos relatos das duas obras serão confrontadas com documentos do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), o prontuário de José Lourenço Bezerra no Departamento de Ordem Política e Social (Dops), os jornais que circularam em Recife na época dos fatos e, por fim, com uma decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) anos após a morte do gazeteiro. Juntamente com o cruzamento documental, as fontes elencadas serão analisadas com o objetivo de reconhecer aspectos que possam ajudar a compreender não só as circunstâncias do falecimento, mas também os interesses e divergências que estariam por trás da investigação.

Quem foi José Lourenço Bezerra?

A morte de José Lourenço foi uma das muitas ocorridas em Pernambuco em um contexto de grande repressão e violência policial. Após o fracasso da tentativa revolucionária de novembro de 1935, comunistas, simpatizantes da Aliança Nacional Libertadora (ANL), militares oposicionistas e até mesmo integralistas foram presos, torturados e assassinados pelas forças de segurança. A perseguição era ainda mais ferrenha nos estados que haviam se rebelado contra Getúlio Vargas, no episódio que ficou conhecido como Intentona Comunista.

Apesar de ter causado grande repercussão em Recife, o caso de José Lourenço Bezerra ficou à margem da historiografia que se debruçou sobre a história da repressão getulista. As menções ao jornalista são raras, e quando aparecem são em referência a seu irmão mais velho, Gregório Bezerra, este sim, considerado um dos grandes nomes do levante em Recife.

José Lourenço Bezerra nasceu em 1903, era filho de Lourenço Bezerra e Belarmina de Jesús, alfabetizado, casado e pai de cinco filhos. Definir exatamente seu local de nascimento não é tarefa simples, mas as memórias escritas por Gregório Bezerra sugerem que

ambos tenham nascido em um sítio de nome Mocóis, no município de Panelas de Miranda, em Pernambuco. (BEZERRA, 1979, p. 7-8)

Aos 10 anos, José foi para Recife morar com Gregório, onde começou a vender bolos e beijos-de-moça em uma casa de família. Mas, dois meses depois, insatisfeito com o salário mensal de dez mil-réis, convenceu seu irmão mais velho a deixá-lo trabalhar com ele vendendo jornais pelas ruas da capital pernambucana, juntamente com outro irmão chamado Tomás. (BEZERRA, 1979, p. 141-148) Ele se casou, comprou um sítio e continuou vendendo jornais, aparentemente sem se envolver com militância política.

Nas 32 páginas de seu prontuário no Dops há poucas informações sobre sua vida particular. A maior parte dos registros é referente às suas prisões e morte. Também não há qualquer menção de que ele tenha participado da revolta de novembro de 1935, fosse filiado ao Partido Comunista do Brasil (PCB) ou à ANL, apesar de distribuir e vender o jornal comunista *Classe Operária* em toda a rede ferroviária do Nordeste. Sua ficha também não revela problemas pretéritos com a polícia, até quatro de agosto de 1936, quando foi preso pela primeira vez.

Prisão e tortura

A justificativa para a prisão de José Lourenço Bezerra teria sido a utilização de sua casa para o envio de correspondência de lideranças comunistas do Rio Grande do Norte para Recife. De acordo com a polícia, seu endereço servia como destino de cartas do comunista Agostinho Dias de Oliveira, suposto membro do Secretariado do Nordeste do PC, aos camaradas da capital pernambucana.

O gazeteiro ficou encarcerado por 9 dias, sendo posto em liberdade em 13 de agosto de 1936. Quando saiu da cadeia, seu corpo estava cheio de hematomas e ferimentos. Um vizinho que era enfermeiro lhe prestou atendimento, mas os cuidados não tiveram

tempo de fazer efeito. Sentado à mesa de jantar coberto de ataduras e curativos, o jornalista teve a casa invadida pela polícia, foi algemado e levado novamente para a detenção. (BEZERRA, 1979, p. 266)

A crueldade que teria se passado na cela de José Lourenço está detalhada minuciosamente no relato de Gregório Bezerra. Segundo Gregório, as surras eram intercaladas com banhos em um tonel de água e duravam cinco dias consecutivos. No dia 18, pressentindo que seria morto, José Bezerra se recusou a sair da cela do Brasil Novo para mais uma sessão de tortura. Diante da resistência, o delegado auxiliar de polícia Ranulfo Cunha, acompanhado dos investigadores Humberto Fernandes, vulgo Manuel da Farinha, e João Belarmino Rocha, além do comissário Wandenkolk Nunes de Souza Wanderley, entraram no local empunhando canos de ferro. Os golpes teriam aberto em José Bezerra “uma grande brecha no frontal, onde cabia o dorso da mão de um homem; fraturam-lhe os dois úmeros, os dois fêmures e seis costelas, além de golpes no estômago, intestinos, etc”. (BEZERRA, 1979, p. 266) No entanto, conforme o próprio Gregório revela, a única testemunha visual do assassinato de José Lourenço foi “um homem desajustado na vida, que prestava alguns serviços aos policiais, fazia faxina quando havia presos e comprava lanches para os detidos”. (BEZERRA, 1979, p. 267)

Se a versão não pode ser corroborada, uma vez que Gregório também estava preso e não presenciou aqueles momentos, certamente ganha credibilidade diante das acusações de torturas apresentadas por outros presos políticos que estiveram detidos em Recife no mesmo período.

Em março de 1938, durante a tramitação do processo 204 do Tribunal de Segurança Nacional, que apurava as razões do movimento revolucionário de 1935, os denunciados tiveram a oportunidade de apresentarem defesas prévias às autoridades. Muitos aproveitaram a ocasião para expor os momentos de terror que haviam passado no Brasil Novo. As surras de cassetetes nas celas e em

automóveis da polícia, quase sempre de madrugada, faziam parte da rotina dos detidos. O objetivo era conseguir delações e confissões, mesmo que não fossem verdadeiras. Os homens apontados como agressores também eram os mesmos.

O gráfico João Bezerra de Lima definiu a atmosfera nas instalações da Secretaria de Segurança Pública como “um ambiente só comparável ao Inferno de Dante”. Em uma carta de quatro páginas escrita à mão, o preso afirmou ter sido “bárbara e selvaticamente seviciado” por Wandenkolk Nunes de Souza Wanderley, Humberto Fernandes, vulgo 208, e outros. Segundo Lima, a ordem para a sequência de pancadas partiu do então secretário de Segurança Pública, capitão Malvino Reis Neto. Ele ainda declarou ter ficado cinco dias em jejum contínuo. O gráfico contou que foi obrigado a assinar um depoimento forjado pela polícia que foi ditado pelo presidente do inquérito sob “espancamentos de cassetetes de borracha do investigador Francisco de Assis Lima, vulgo Chico Pinote”. Teriam assinado como testemunhas do falso depoimento o próprio Chico Pinote e Matusalém de Sousa Wanderlei, irmão de Wandenkolk. No documento havia acusações contra um sujeito chamado José Brasileiro da Silva. No dia seguinte, foi realizada uma acareação entre os dois e ambos foram espancados para confirmar as acusações e a confissão. João Bezerra de Lima garantiu ter assistido “trucidamentos, espancamentos e aplicações dos mais bárbaros e primitivos suplícios, em que sucubiram vários presos políticos”. Por fim, lamentou estar hospitalizado “tudo devido, exclusivamente, aos suplícios tenebrosos de que foi vítima, dentro de um tenebroso regime de humilhação e toda sorte de suplicamentos”. Os fatos teriam se passado entre 23 de março a quatro de abril de 1936.

Além das agressões físicas, os presos também indicaram a prática de torturas psicológicas. A doméstica Maria Medina Machado, esposa de Caetano Machado, secretário-geral do PCB no Nordeste, relatou que teve sua casa invadida por policiais em 16 de fevereiro de

1936 e foi levada juntamente com sua filha de dois meses para o Brasil Novo. No local estariam Malvino Reis Neto e Wandenkolk Nunes de Souza Wanderley, além de outros funcionários da polícia. Os agentes a teriam apresentado alguns bilhetes a fim de confirmar que os mesmos estavam sob sua responsabilidade. Segundo a doméstica, ao dizer que desconhecia os recados, Wandenkolk lhe perguntou se “sabia que no Rio de Janeiro estavam espancando os presos políticos, para contarem tudo o que sabiam e os que negavam eram mortos pela polícia”. Na madrugada seguinte, ela disse ter sido levada ao Gabinete de Investigações onde encontrou o esposo deitado no chão. Na ocasião, teria ouvido de Malvino e Wandenkolk a seguinte coação: “seu marido está quase morto, se a senhora não confirmar o que a polícia quer, iremos acabar de matá-lo”. Maria novamente afirmou não saber de nada e passou a ser seviciada, ficando com “as mãos inchadas a ponto de não poder amamentar”. A doméstica ainda disse que, por mais de uma vez, os investigadores pegaram sua filha e a ameaçaram de estrangulamento em sua presença. O testemunho foi escrito na Casa de Detenção de Recife, em 23 de março de 1938.

Os mesmos policiais e práticas estão presentes em uma carta escrita à mão, em 17 de março de 1938, pelo jornalista Lourival da Mota Cabral, um dos líderes do movimento de 1935 em Pernambuco. Cabral afirmou que por volta de meia-noite de 16 de abril de 1937 foi conduzido à Secretaria de Segurança Pública por ordem do capitão Frederico Mindelo Carneiro Monteiro, sob a chefia do delegado Ranulfo da Cunha França e do policial João Trindade Henriques. Segundo o prisioneiro, ele foi espancado por um grupo de policiais composto por Wandenkolk Wanderley, Manoel Marques da Cunha, vulgo Manuel da Farinha, um outro agente chamado Oto, que teve seu sobrenome escrito de forma ilegível no documento, e o irmão de Wandenkolk. Após a surra, que contou até com golpes nas partes íntimas, foi atirado num cubículo de castigo, onde permaneceu

completamente despido durante 10 dias, dormindo no chão de cimento.

Mota Cabral ainda relata episódios similares que resultaram em uma internação de cerca de dois meses na enfermaria do presídio. O revolucionário lista uma relação de outros presos que estavam sofrendo maus tratos como José Maria de Souza, José Caetano Machado, Manuel Batista Cavalcanti, Gregório Bezerra, José Clodoaldo Alexandrino da Silva, Epifânio José Bezerra, Maria Medina Machado e Alfredo Lima. Alguns deles eram dados como desaparecidos ou foragidos pelas autoridades. O jornalista também cita o caso de José Lourenço Bezerra, afirmando que o assassinato do jornaleiro estaria “agitando os tribunais do país e por ele se pode calcular a extensão da tirania policial em Pernambuco”.

De fato, o julgamento dos eventuais responsáveis pela morte de José Lourenço Bezerra realmente reverberou nas instâncias do Judiciário brasileiro, chegando inclusive a ser analisado pelo STF, como veremos a seguir. A investigação do caso mostraria que as denúncias dos presos políticos de Recife não eram infundadas, sendo endossadas inclusive por agentes das forças de segurança, que depuseram como testemunhas no processo nº 26.799.

Opinião pública e poder

Um mês após a morte de José Lourenço Bezerra, o mesmo *Diário da Manhã*, que havia publicado a foto do gazeteiro morto, noticiou a exumação do cadáver em uma modesta nota. Segundo o jornal, a decisão partiu do 2º promotor público de Recife, que solicitou o desenterramento ao juiz municipal da 2ª Vara Criminal. O magistrado autorizou o procedimento e nomeou os médicos Ageu Magalhães e Edgard Altino para realizarem a necropsia do cadáver. O jornal reforçou a tese de que o “extremista” havia se suicidado com fios elétricos e que o exame do defunto seria para “melhor elucidar-se

a verdade do que ocorrera”. O *Jornal do Comércio*, de 17 de setembro, replicou as mesmas informações, acrescentando que o promotor havia requerido a exumação para “esclarecimento de certos e determinados pontos julgados indispensáveis”.

No entanto, o que nenhum dos periódicos informaram foi que a exumação de José Lourenço Bezerra foi consequência da repercussão causada pela morte do jornalista na opinião pública de Recife, conforme registrado por Paulo Cavalcanti em seu livro de memórias.

“Na cidade, porém, logo se espalhou que se tratava de assassinato por espancamento. Um grupo de estudantes de direito, ligado à ANL e ao PC, espalhou pelo Recife boletins esclarecendo a morte de José Lourenço Bezerra e acusando a polícia pelo crime. A cidade ficou sabendo a verdade sobre o “suicídio” deveras curioso: a eletrocução de um homem por si próprio, fazendo uso de fios da instalação do xadrez. Um enorme clamor se levantou pela cidade, repercutindo na imprensa e no parlamento”. (CAVALCANTI, 1980, p. 163)

Segundo Gregório Bezerra, as denúncias do movimento estudantil extravasaram os limites das ruas de Recife e ecoaram no púlpito do Congresso Nacional, no Rio de Janeiro.

“Enquanto isso, o movimento estudantil mandou imprimir e distribuiu dezenas de milhares de boletins denunciando o bárbaro crime que a própria polícia cometera e desmascarando a farsa do suicídio de José Bezerra. A imprensa oposicionista local também denunciou o crime. Na Assembléia Legislativa de Pernambuco a questão foi levantada. Finalmente chegou ao Congresso Nacional, onde a oposição fez uma grande agitação, acusando o governo de crimes cometidos pela polícia política de Pernambuco. A imprensa do Rio também noticiou em manchetes o assunto. O Congresso Nacional exigiu a criação de uma Comissão de Inquérito Policial sigilosa para apurar o monstruoso crime. Foram nomeados dois juizes, dois promotores e um escrivão, que, depois de tomarem as informações possíveis, deram início aos trabalhos. Primeiramente foram ao cemitério, em companhia de médicos, examinaram o cadáver, cujo estado comprovou o crime. Daí por diante, foi fácil para a Justiça prosseguir o inquérito”. (BEZERRA, 1979, p. 267)

Difícil defender que a organização de estudantes ligados à esquerda conseguisse sozinha, em um período de extrema repressão e

censura, desencadear uma investigação para apurar a morte de um “extremista”. Por trás da exumação do corpo do gazeteiro também há uma rixa de elites políticas locais, resultado de um desgaste na aliança entre dois ex-aliados: Carlos de Lima Cavalcanti e Agamenon Magalhães.

Carlos de Lima Cavalcanti provinha de uma família tradicional de Pernambuco, formou-se em Direito e ainda jovem ingressou na vida política de Recife. Nas eleições de 1922, conquistou uma cadeira de deputado estadual, reelegendo-se em 1925. Em 1927 se afastou das atividades parlamentares para fundar, junto com o seu irmão, os jornais *Diário da Manhã* e *Diário da Tarde*. Os periódicos defendiam as causas tenentistas e criticavam as oligarquias tradicionais. Em 1930, apoiou a chapa de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência da República e após a derrota passou a figurar entre um dos principais articuladores do golpe que deporia Washington Luís, integrando o grupo dos “tenentes civis” da chamada Revolução de 1930. (PANDOLFI, 2007, p. 17)

Com o golpe consolidado, foi nomeado por Vargas interventor de Pernambuco, cargo que exerceu alinhado aos interesses do governo federal. Demonstrando sua lealdade, enviou cerca de seis mil homens a São Paulo durante a Revolução Constitucionalista de 1932 para combater os rebeldes paulistas. A relação estreita com Vargas o possibilitou indicar Agamenon Magalhães, seu conterrâneo e então aliado político, para assumir o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1934. Mas a aliança não duraria muito. As primeiras fissuras no relacionamento vieram à tona em abril de 1935, quando Cavalcanti elegeu-se governador de Pernambuco em eleição indireta. Em novembro do mesmo ano, quando a chamada Intentona Comunista estourou no Nordeste brasileiro, Cavalcanti estava na Europa. Nomes fortes de seu secretariado foram apontados como envolvidos no movimento e Cavalcanti acusado de conivência. Um

dos principais críticos foi Agamenon Magalhães, que a essa época já nutria um forte posicionamento anticomunista.

Filho de um juiz e deputado federal, Agamenon Magalhães também pertencia à elite pernambucana. Seguindo os passos do pai, formou-se em direito e elegeu-se deputado estadual em 1918 e federal em 1924. Assim como Lima Cavalcanti, foi entusiasta da candidatura de Vargas e da Revolução de 1930, participando ativamente da tomada de Recife. Com a fuga do então governador Estácio Coimbra, apoiou o nome de Lima Cavalcanti para assumir o governo estadual. Eleito deputado constituinte em 1933, exerceu papel de destaque na bancada pernambucana, conciliando divergências entre os parlamentares do estado e Lima Cavalcanti. Após assumir a pasta do Trabalho, Indústria e Comércio, por indicação de Lima Cavalcanti, assumiu a interlocução entre o governo pernambucano e o Executivo federal. O cargo ministerial aproximou Magalhães de Vargas, ao mesmo tempo que o afastou de Lima Cavalcanti. O interventor avaliava que estava perdendo espaço para Magalhães e se via cada vez mais podado de suas atribuições. O rompimento total veio com o levante comunista. Magalhães acusava seu ex-aliado Lima Cavalcanti de cumplicidade com os revolucionários.

Quando a morte de José Lourenço veio a público, Agamenon Magalhães usou toda sua influência para atingir Lima Cavalcanti, agora já convertido em adversário político. Conforme registrou Paulo Cavalcanti, “os deputados ligados a Agamenon, que já rompera com Carlos de Lima, fizeram coro às denúncias, exigindo a apuração das causas da morte”. (CAVALCANTI, 1980, p. 163)

Mas a atuação de Magalhães para desgastar a imagem de Lima Cavalcanti não se restringiu a retóricas políticas e discursos parlamentares. O promotor do caso, ao receber o inquérito policial sobre a morte do gazeteiro poderia ter opinado pelo arquivamento da investigação, mas preferiu solicitar novas diligências, como a exumação do corpo, nova necropsia e oitivas de testemunhas que não

havam sido convocadas a depor no inquérito policial. No entanto, para Paulo Cavalcanti, a disposição do promotor Arnóbio Tenório Wanderley em elucidar a morte de José Lourenço teve outras motivações que pouco teriam relação com o clamor público por respostas. “Apesar de agir com energia, no fundo o Promotor Arnóbio Tenório Wanderley, como elemento ligado a Agamenon Magalhães, tinha o objetivo de, indiretamente, atingir Carlos de Lima”. (CAVALCANTI, 1980, p. 167) Com o golpe do Estado Novo, em 1937, Vargas expulsou Lima Cavalcanti do cargo de governador de Pernambuco e para seu lugar nomeou Agamenon Magalhães. O novo interventor escolheu o promotor Arnóbio Tenório Wanderley para assumir a Secretaria de Interior e Justiça.

Há ainda outro elemento que desperta curiosidade e demonstra o quanto a morte do jornalista movimentou o tabuleiro político de Pernambuco. Ao aceitar o requerimento por novas diligências feito pelo promotor Arnóbio Tenório Wanderley, o juiz Aureliano João Dias, da 2ª Vara Criminal de Recife, nomeou dois peritos para realizarem a exumação do corpo de José Lourenço e elaborar um parecer sobre a *causa mortis*. O primeiro nome foi sugerido pelo promotor e era o de Edgar Altino, professor de medicina legal da Faculdade de Direito de Recife. O segundo foi designado pelo juiz e se chamava Ageu Magalhães, professor de anatomia e fisiologia patológicas da Faculdade de Medicina de Pernambuco e irmão de Agamenon Magalhães.

A investigação

O laudo de 18 páginas apresentado pelos médicos Edgar Altino e Ageu Magalhães apontou diversas falhas cometidas na primeira perícia. Entre elas estão a discrepância entre a descrição dos fios enrolados no pescoço de José Lourenço feitos no inquérito e o que mostra a fotografia publicada em *Diário da Manhã*; a falta de

iluminação necessária para o exame do corpo devido o horário do levantamento do cadáver; ausência de explicação se a morte foi causada por enforcamento ou eletrocussão; carência de fotografias em ângulos distintos; inexistência de informações sobre a rigidez cadavérica que pudessem determinar o momento da morte; entre outras inconsistências. (CAVALCANTI, 1980, p. 165-166)

Os peritos apontaram que, no caso de suicídio por enforcamento, deveria haver alguma espécie de laço em volta do pescoço de José Lourenço e um ferimento mais profundo do que o que foi constatado. Na hipótese de morte por descarga elétrica, além de marcas de queimaduras que não foram encontradas, seria impossível uma pessoa suportar uma corrente de 220 volts por tanto tempo. Além disso, para provocar as lesões descritas pela polícia seria necessária uma descarga elétrica contínua. No entanto, a cidade de Recife utilizava corrente alternada.

Diante da argumentação, a promotoria passou a convocar novas testemunhas. Além de Gregório Bezerra e Justina da Silva Bezerra, respectivamente irmão e viúva de José Lourenço, uma grande quantidade de policiais foi ouvida. A maioria deles confirmou a prática de torturas nas instalações da Secretaria de Segurança Pública e apontou como principais responsáveis pelo assassinato do jornalista o delegado auxiliar de polícia Ranulfo Cunha França e o comissário Wandenkolk Nunes de Souza Wanderley.

Os depoimentos revelaram que na Seção de Investigação da Secretaria Pública havia um preso estrangeiro que estava detido para averiguação de falência fraudulenta e que era retirado da cela para que não presenciasse as surras dadas em José Lourenço. Outros depoimentos também foram precisos ao detalharem que no dia da morte, Ranulfo Cunha França e Wandenkolk Nunes de Souza Wanderley desceram ao térreo, o segundo empunhando um cassetete. Momento depois foi possível ouvir gritos e sons de pancadas abafadas até que a voz fosse silenciada. Quando os policiais voltaram ao

gabinete, o delegado auxiliar de polícia Ranulfo Cunha França teria ligado para o secretário de Segurança Pública capitão Frederico Mindelo Carneiro Monteiro anunciando que haviam dado um “calmante de flor de laranja” em José Lourenço. A expressão foi ouvida por mais de uma testemunha pertencente aos quadros das forças de segurança, o que afasta equívocos e reforça a precisão dos relatos devido a especificidade da fala. As oitivas ainda indicaram que outros dois presos políticos, Luiz Bispo de França e um operário do porto conhecido por Cabelo de Rato, dados como foragidos, na verdade haviam sido mortos pela polícia e enterrados em lugares desconhecidos. (CAVALCANTI, 1980, p. 168-174)

Os depoimentos, assim como o laudo da necropsia, estão detalhados minuciosamente no livro de memórias de Paulo Cavalcanti, inclusive com a citação nominal das testemunhas. De acordo com o autor, as informações estão disponíveis na ação penal 26.799, arquivada no Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Com o possível envolvimento do secretário de Segurança nos acontecimentos, a legislação determinava que os autos fossem enviados à Corte de Apelação, uma instância superior do Poder Judiciário. Foram denunciados o investigador João Belarmino Rocha; o comissário Wandenkolk Nunes de Souza Wanderley; o delegado auxiliar de polícia Ranulfo Cunha França e o secretário de Segurança Pública, Frederico Mindelo Carneiro Monteiro. Com a abertura do indiciamento, a legislação penal previa a prisão preventiva dos denunciados. Os advogados dos réus apresentaram pedido de *habeas corpus*, que foi negado pela Corte de Apelação em 9 de novembro de 1937. Mas a prisão não seria efetuada. No dia seguinte ao indeferimento, foi instaurada no país a ditadura do Estado Novo por Getúlio Vargas e os acusados pelo assassinato de José Lourenço se livraram do cárcere.

O encerramento do caso?

O processo só foi encerrado em 1942, com o julgamento de um novo *habeas corpus* apresentado no STF pela defesa dos indiciados. O argumento dos advogados era que o processo criminal era nulo, pela falta de “justa causa, pela ausência de corpo de delito”. O caso foi a julgamento em 19 de agosto no Tribunal Pleno, órgão que reúne todos os ministros do Supremo, mas os debates entre os magistrados se basearam em questões técnicas sobre a legitimidade de um *habeas corpus* para se conseguir a absolvição dos acusados e não sobre o mérito do caso.

O relator da ação, ministro Annibal Freire, lembrou que o primeiro laudo dos médicos legistas concluiu que a morte de José Lourenço foi causada por “eletroplessão” e que o resultado da necropsia realizada após a exumação não foi capaz de determinar a *causa mortis*, apesar de afastar a possibilidade de suicídio. Em seu voto, o ministro considerou que os médicos Ageu Magalhães e Edgar Altino não conseguiram responder com exatidão se houve contato da vítima com a corrente elétrica e se o falecimento teria sido devido à descarga elétrica.

Ante a inconsistência, o relator alegou que “controvérsia científica que no terreno científico deve ser apurado, mas, que não pode servir de base decisiva para uma decisão do julgador”. Além disso, o ministro acolheu o argumento dos denunciados de que algumas testemunhas ouvidas nas investigações eram “inimigas” dos mesmos, o que desqualificaria os depoimentos. Por fim, o relator no STF ressaltou um trecho do voto do desembargador João Aureliano no julgamento da denúncia perante o Tribunal de Apelação de Pernambuco, no qual o magistrado entendeu que existia prova material do homicídio. Desta forma, o relator do caso no STF, ministro Annibal Freire, votou pelo deferimento do *habeas-corpus*. O voto foi seguido pelos ministros Bento de Faria, José Linhares, Barros Barreto, Castro Nunes e Waldemar Falcão.

Mas a decisão não foi unânime. O ministro Goulart de Oliveira abriu divergência e negou o pedido por considerar que o meio escolhido pelos advogados, um *habeas-corpus*, não seria o instrumento legal correto para a apreciação da matéria. Goulart de Oliveira destacou que “o processo esteve parado durante dois anos, por falta de provocação dos interessados. Com efeito, o processo só veio a este Tribunal após esse longo prazo, porque os interessados não prepararam as suas razões”, sem explicar quem eram os “interessados” que atrasaram o trâmite processual.

Em seguida, o ministro Orosimbo Nonato pediu vista dos autos, só retornando o caso para a pauta no dia 26 do mesmo mês. Nonato defendeu que a divergência entre os dois laudos não poderia “tolher a ação da justiça na produção de outras provas da existência do delito e de sua autoria” e que o “fato não pode servir de fundamento a impunidade do criminoso, si do crime e de sua autoria há testemunhas diretas”. O ministro sustentou que o caso “não trata de ausência de auto de corpo de delito, mas da prova resultante da divergência de duas perícias – questão inapreciável por via do *habeas corpus*”, seguindo o voto de Goulart de Oliveira.

Por fim, o ministro Laudo de Camargo encerrou a argumentação do grupo vencido limitando-se a concluir que a matéria “não pode ser julgada por *habeas corpus*”.

No dia seguinte, o *Jornal do Comércio* trazia em suas páginas a manchete: “Encerrado, o caso do gazeteiro José Lourenço”, informando que o STF encerraram o processo diante dos laudos que concluíram “haver o gazeteiro José Lourenço falecido em virtude de suicídio por electroplessão”.

Apesar de o processo legal ter chegado ao fim, o caso não foi totalmente esquecido. Em 21 de agosto de 1949, mais de 10 anos após a morte, o jornal comunista *Folha do Povo* celebrava a memória do gazeteiro com a manchete “Mais um aniversário de assassinio de José Lourenço Bezerra”. O longo texto afirmava que o nome de José

Lourenço era uma “glória para as tradições de lutas do povo pernambucano”. Contradizendo as memórias de Gregório Bezerra e Paulo Cavalcanti e os dados do prontuário do Dops, o periódico do PCB confirmava que o jornalista “foi um soldado do proletariado, um militante comunista, tendo ingressado nas fileiras do Partido Comunista do Brasil onde aprendeu a lutar contra os opressores do povo”.

Se José Lourenço era ou não um militante comunista, não há como ter certeza. O certo é que sua morte o transformou em um mártir da causa revolucionária e seu nome, por muito tempo, estampou a bandeira da luta contra os horrores da repressão e da violência policial em Recife nos anos que antecederam o golpe do Estado Novo.

Considerações finais

Noticiada em jornais, explorada politicamente e negligenciada pela historiografia, a morte de José Lourenço Bezerra foi uma das muitas que ocorreram em Recife após a tentativa revolucionária de 1935. As circunstâncias de seu falecimento pautaram a imprensa, a sociedade civil, o parlamento e o Poder Judiciário. Envolto em uma atmosfera repressiva e de intensa disputa política, a investigação do caso esteve exposta à influência das elites locais, ao mesmo tempo que serviu de estandarte para os grupos oposicionistas do governo de Getúlio Vargas e de Lima Cavalcanti.

Os desdobramentos da morte do gazeteiro foram pouco analisados à luz do rigor metodológico da historiografia, sendo relegados a memórias escritas no final da década de 1970. Nesse sentido, há uma escassez de estudos fundamentados em documentos que possam ajudar a elucidar questões relativas ao episódio. Essas mesmas pesquisas podem contribuir para o aprofundamento do entendimento das práticas de repressão política, violência policial e autoritarismo no Brasil contemporâneo.

Desta forma, a modesta pretensão deste artigo foi explorar as minúcias da morte, investigação e conclusão do caso de José Lourenço Bezerra, cruzando informações dos dois livros de memórias já citados com documentos pouco examinados, ou até mesmo inéditos, na tentativa de colaborar com os trabalhos já existentes sobre a chamada Era Vargas, com foco nas especificidades da conjuntura política de Pernambuco.

Ficou evidente durante a pesquisa que a imprensa foi um importante instrumento para a divulgação de informações que, ora eram veiculadas por interesse das autoridades, ora eram censuradas pelas mesmas. Também foi demonstrado que a conjuntura política de Pernambuco naquele momento foi determinante para o desenrolar das investigações, assim como a protelação do trâmite da ação penal pelas diferentes instâncias do Judiciário.

Referências

Fontes

BRASIL. Acervo Diário da Manhã. Companhia Editora de Pernambuco. 1927 a 1985. Disponível em: <http://www.acervocepe.com.br/acervo/colecao-do-jornal-diario-da-manha--1927-1985--1> Acesso em 28/03/2022.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional (C8). Apelações.

Apelação nº. 183, Apelantes Silo Furtado Soares de Meireles e outros. Volume 9.

Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0183_v_09/br_rjanrio_c8_0_apl_0183_v_09_d0001de0001.pdf

Acesso em 12/03/2022.

BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas. Departamento de Ordem

Pública e Social de Pernambuco. Prontuário de José Lourenço Bezerra. Disponível

em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/ind/0/05707/br_peapeje_dpe_prt_ind_0_05707_d0001de0001.pdf Acesso em 27/03/2022.

BRASIL. Diário de Pernambuco (PE). Hemeroteca Digital Brasil: Fundação Biblioteca

Nacional. 1825 a 1996. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&pesq=> Acesso em 31/10/2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Julgamento do dia 26 de agosto de 1942 do HC 28.225.

Bibliografia

BEZERRA, Gregório. **Memórias** – primeira parte: 1900-1945. 2ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi:** da Coluna Prestes à queda de Arraes. 3ª edição. Recife, PE, Editora Guararapes, 1980.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil.

PANDOLFI, Dulce. **Os anos 1930:** as incertezas do regime. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). O Brasil republicano: o tempo do naci-

onal-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 13-37.

TRAUMA HISTÓRICO COMO CHAVE DE LEITURA DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA E O CASO DOS GINÁSIOS VOCACIONAIS DE SÃO PAULO (1961-1969)

Caio Rodrigo Carvalho Lima¹

Resumo:

O objetivo deste trabalho é discutir sobre o conceito de trauma histórico como chave para compreender a ditadura militar brasileira com base na experiência dos Ginásios Vocacionais (GVs) de São Paulo, escolas experimentais destruídas pelos militares em 1969. O trauma histórico resulta de crises catastróficas que dificultam a constituição de sentido histórico, essencial para a orientação no tempo. Aplicando-se esse conceito à experiência dos GVs, percebe-se a interrupção dos futuros potenciais dessas escolas como crises catastróficas tanto para a memória de seus participantes quanto para a memória da história da educação e do ensino de história. Assim, encarar a ditadura como trauma histórico permite reimaginar experiências como essa e reabrir caminhos para repensar a educação pública no Brasil.

Palavras-chave: ditadura militar; trauma histórico; Ginásios Vocacionais; história do ensino de história; história da educação.

Introdução

O objetivo principal deste texto é apresentar a importância de se utilizar o conceito de trauma histórico como categoria de análise da ditadura militar brasileira (LIMA, 2016; RÜSEN, 2001; 2010; 2015). Isso serve para interpretar como uma crise de tipo catastrófica a interrupção abrupta e violenta aplicada pelos agentes do Estado Militar (GERMANO, 2011) às equipes que compunham os Ginásios Vocacionais (GVs) e o Serviço de Ensino Vocacional (SEV).

Para isso, dividiu-se o texto em dois tópicos. No primeiro, serão apresentados o contexto de criação, o desenvolvimento e as características dos GVs e do SEV. No segundo, o foco será posto sobre o período de encerramento da experiência, cuja culminância foram as invasões do dia 12 de dezembro de 1969. Esse processo, por sua vez, será interpretado a partir do conceito de trauma histórico a fim de

¹ PPGH-UFRN. crodrigoclima@gmail.com.

identificar consequências disso para a maneira com que os GVs e o SEV foram e continuam sendo lembrados, bem como com a finalidade de superar tais interpretações.

Considera-se a ditadura militar, acontecimento do passado brasileiro, um trauma histórico a partir da análise de experiências como a dos GVs e do SEV. Em outras palavras, neste texto, a ditadura militar corresponde a um período da história brasileira no qual ocorreram diversas interrupções violentas e acontecimentos traumáticos, tendo isso já sido abordado pela historiografia (BAUER, 2017; FICO, 2013). Aqui, no entanto, propõe-se a observação desse caráter traumático sob o ponto de vista da história do ensino de história e da história da educação, enxergando-se no caso dos GVs e do SEV um evento significativo. Conhecer essa experiência e analisá-la sob essa perspectiva abre caminhos para imaginar futuros possíveis para a educação pública no Brasil atual.

Ginásios Vocacionais e Serviço de Ensino Vocacional

Em matéria publicada na revista “Realidade” em fevereiro de 1967, José Hamilton Ribeiro classificou os GVs como “escolas de amanhã” (RIBEIRO, 1967). O autor as descreveu um novo tipo de ginásio no qual tudo era diferente. Nele não havia exames, quase não havia aulas e até a “cola” seria livre: “[...] o aluno pode recorrer ao que quiser – anotações, cadernos, mapas e livros. A única exigência é que faça com seu próprio esforço. Não importa que erre” (RIBEIRO, 1967, p. 99).

Àquela época, os GVs passavam por um momento de avaliação por parte do Governo do Estado. Isso se deveu ao fato de essas escolas terem sido criadas sob circunstâncias específicas, de modo que sua avaliação e a consequente continuação ou descontinuação estavam em aberto.

Os GVs foram criados por meio da Lei nº 6.052, de 3 de fevereiro de 1961, e regulamentados pelo Decreto nº 38.643, de 27 de junho do mesmo ano, instrumentos legais que ficaram conhecidos como Lei de Reforma do Ensino Industrial (MASCELLANI, 2010; NEVES, 2010; SÃO PAULO, 1961A; 1961B). Assim sendo, deveriam atender às expectativas de formação pessoas aptas a, além de prosseguir com os estudos, assumir um local no mercado de trabalho industrial que se ampliava principalmente em São Paulo.

De acordo com o Artigo 21 da referida lei, os GVs corresponderiam a cursos de tipo vocacional (isto é, de preparação para o trabalho) com duração de 2 a 4 anos e correspondentes ao, então chamado, 1º Ciclo do Ensino de Grau Médio (SÃO PAULO, 1961A, ART. 21). Como tais, deveriam ter o caráter de cursos básicos cujos objetivos eram “[...] proporcionar cultura geral, explorar as aptidões dos educandos e desenvolver suas capacidades, dando-lhes iniciação técnica e orientando-os em face das oportunidades de trabalho e para estudos posteriores” (SÃO PAULO, 1961A, ART. 21).

O texto do decreto, por sua vez, além de regulamentar o estabelecido na lei, subordinou os GVs ao SEV, órgão autônomo, apesar de vinculado à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. De acordo com o texto legal, o SEV deveria manter relações com os departamentos da Secretaria, deveria ser composto unicamente por especialistas em educação e disporia de uma “[...] equipe de Assistentes Sociais e Psicólogos destinados a assistir os alunos dos vários cursos e complementar a ação dos elementos escolares” (SÃO PAULO, 1961B, ART. 324).

Por outro lado, esse contexto de criação foi repleto de debates e discussões públicas envolvendo educadores e políticos em torno da mudança do Ensino Secundário. Segundo Nunes (1979), essa etapa acumulava muitos gargalos, desde a dificuldade de acesso por parte da maioria da população, até a baixíssima taxa de concluintes. Ademais, a intensificação da urbanização e da industrialização de

estados como São Paulo aumentaram a demanda por mão de obra qualificada para o trabalho nas indústrias (MASCELLANI, 2010; NEVES, 2010).

Dessa forma, em 1958, o Ministério da Educação (MEC) publicou a 1ª Circular da Diretoria do Ensino Secundário responsável, conforme destacou Mascellani (2010), por instruir acerca das classes experimentais. Dada a rigidez da legislação educacional do período, essa foi a saída encontrada para promover algum tipo de mudança no Ensino Secundário.

Dessa experiência participaram vários estados da Federação (CUNHA; ABREU, 1963), dentre eles, São Paulo, e, nesse estado, na cidade interiorana de Socorro, existiu a classe experimental do Instituto “Narciso Pieroni”, da qual participou como coordenadora Maria Nilde Mascellani (CHIOZZINI, 2003; 2010; LIMA, 2024; MASCELLANI, 2010; NEVES, 2010; TAMBERLINI, 1998). A historiografia associa as práticas pedagógicas e de currículo estabelecidas nesse Instituto como “gênese” daquelas que, mais tarde, seriam aplicadas nos GVs. Isso, pois, desde então, por se tratar de uma classe experimental, pode-se construir um currículo com base nas necessidades locais, integrar as atividades de todas as disciplinas em torno de um problema central e propor métodos inovadores e estratégias diferenciadas de avaliação (CHIOZZINI, 2003; 2010; LIMA, 2024; MASCELLANI, 2010; NEVES, 2010; TAMBERLINI, 1998).

Luciano de Carvalho, então secretário da educação do Estado de São Paulo, tomou conhecimento da experiência de Socorro e, após visitá-la, convidou Maria Nilde Mascellani para participar do grupo de trabalho que preparava a reforma do ensino industrial. Com isso, pode-se ampliar o que vinha sendo feito em Socorro para a rede estadual de ensino, haja vista a Portaria do MEC não permitir um projeto tão amplo quanto aquele que o secretário almejava (MASCELLANI, 2010).

Após a aprovação da lei e o decreto, Mascellani tornou-se coordenadora geral do SEV. A partir do segundo semestre de 1961, iniciaram-se os trabalhos de contratação de pessoal, formação profissional e seleção de alunas e alunos para as três primeiras unidades que começariam a funcionar em 1962: uma na capital, o GV “Oswaldo Aranha”; uma em Americana, “João XXIII”, e uma em Batatais, “Cândido Portinari”. Entre 1962 e 1967, ano de publicação do texto de Ribeiro, os GVs ampliaram-se e o SEV planejava mudanças ainda mais significativas para 1968.

De três unidades, esse órgão passaria a coordenar seis. Além das duas criadas em 1963, uma em Barretos, “Embaixador Macedo Soares”, e outra em Rio Claro, “Chanceler Raul Fernandes”, em 1968 iniciavam-se os trabalhos na unidade de São Caetano do Sul, bem como os do 2º Ciclo, previsto inicialmente somente para a unidade da capital. Este, por sua vez, era profissionalizante e exigia da e do estudante a comprovação de trabalhar meio-período a fim de poder matricular-se (CHIOZZINI, 2003; 2010; LIMA, 2024; MASCELLANI, 2010; NEVES, 2010; TAMBERLINI, 1998). Tal exigência não existia por acaso. O currículo do 2º Ciclo previa a incorporação da experiência de trabalho ao currículo, devendo esta ser objeto de análise e reflexão por todas as áreas que o compunham (CHIOZZINI, 2003; 2010; LIMA, 2024; MASCELLANI, 2010; NEVES, 2010; TAMBERLINI, 1998).

Além do 2º Ciclo, em 1968 as equipes dos GVs e do SEV inauguraram o ensino noturno voltado para trabalhadoras e trabalhadores (CHIOZZINI, 2003; 2010; LIMA, 2024; MASCELLANI, 2010; NEVES, 2010; TAMBERLINI, 1998). Todas essas mudanças exigiram daquelas equipes adaptações a um novo regime de trabalho. Até 1968, os GVs eram escolas de tempo integral, mas, a partir daquele ano, tornaram-se escolas de turno regular. Essas e outras mudanças marcaram 1968 como um ano de transformações significativas.

Embora os GVs tenham sido criados em meio aos debates pela reforma do ensino industrial e tenha sido estipulado como um de seus

objetivos a formação de mão de obra, na prática, as equipes que atuaram neles fizeram muito mais. O texto de Ribeiro (1967) permite visualizar tal singularidade. Segundo o autor, naquelas escolas se aprendia, fazendo. Como exemplo, Ribeiro citou o banco escolar, o qual era gerenciado pelos próprios estudantes, e a existência do Governo Estudantil, instituição também coordenada pelos discentes, que, por meio dela, aprendiam sobre cidadania (RIBEIRO, 1967).

Ribeiro (1967, p. 99) citou o caso de João Afonso, aluno que concluiria o ginásio em 1967 e que cogitou “[...] tomar bomba e poder ficar mais um ano”. Ressalte-se que, naquele ano, o 2º Ciclo ainda não existia. Então, João Afonso deveria buscar outra instituição de ensino se quisesse continuar os estudos. Ele, no entanto, concluiu o ginásio e foi aconselhado pela orientadora educacional acerca de seu futuro profissional e educacional – afinal, os GVs eram, ao fim e ao cabo, escolas de ensino vocacional (RIBEIRO, 1967).

A experiência dele não foi única. Olga Bechara, orientadora pedagógica, em entrevista concedida a Daniel Chiozzini (2003), relatou-lhe a surpresa de Luciano de Carvalho com a repercussão das atividades dos GVs ao visitar o SEV quando não era mais secretário.

“Olha, eu nunca ia imaginar que essa escola ia ficar assim. Eu estou querendo conhecer o que é que eu consegui porque eu tenho amigos [...] que são pais de alunos e que dizem: ‘olha, é uma escola que o filho quer ir. Se você quiser ameaçar um castigo para seu filho, você diz: você não vai para a escola amanhã!’”. E de fato era isso. Eu, como orientadora pedagógica, era muito rigorosa com o horário. [...] O aluno chegava atrasado e ele tinha a opção: ou ele ficava com falta jornada [e assistia aula] ou ele podia ir embora. Eu não tive um caso de aluno que quisesse ir embora [...] (CHIOZZINI, 2003, p. 53).

O interesse dos estudantes pela escola pode ser facilmente compreendido. Eles eram integrados aos trabalhos pedagógicos desde o momento de elaboração do currículo, por meio da chamada Aula Plataforma (NEVES, 2010). Nessa situação, estudantes, docentes e técnicos decidiam, em conjunto, os temas que atravessariam as Unidades Pedagógicas (UPs), que duravam, aproximadamente, dois

meses e tinham como objetivo elaborar gradativamente respostas para o problema central que deveria ser resolvido naquele ano, o chamado *core curriculum* (MASCELLANI, 2010; NEVES, 2010).

Em se tratando de metodologias, aquelas aplicadas nos GVs foram similares às aquelas defendidas pelos teóricos da Escola Nova (OLIVEIRA; STAMATTO; FREITAS, 2014): Estudo Dirigido, Estudo Supervisionado, Estudo Livre e Estudo do Meio (CHIOZZINI, 2003; 2010; LIMA, 2024; MASCELLANI, 2010; NEVES, 2010; TAMBERLINI, 1998). Ao longo dos anos de formação ginásial, alunas e alunos eram levados a descobrir o mundo ao redor, começando pelo que havia de mais próximo (a escola, a comunidade) e chegando ao mais distante e complexo (as relações entre o mundo e o estado, a cidade).

Entretanto, ainda que os métodos se assemelhassem, havia algo singular no sentido dado aos resultados obtidos por meio da aplicação deles. Tal especificidade encontrava-se na transformação social. A fim de concluir o curso ginásial, a turma, dividida em grupos desde o primeiro ano, deveria elaborar um projeto de ação comunitária. Assim, aplicavam-se os conhecimentos adquiridos à realidade local, transformando-a (MASCELLANI, 2010).

No decorrer dos anos de formação, alunas e alunos eram avaliados por diferentes meios, abrindo-se mão da avaliação somativa tradicionalmente aplicada. O objetivo era a autodescoberta, o qual era perseguido no dia a dia das atividades escolares. Aliás, isso acontecia desde o exame de admissão, comum para ingressar no Ginásio, mas adaptado pelas equipes do SEV a fim de conhecer melhor os potenciais estudantes e sua disponibilidade para participar de uma prática escolar experimental. A observação das e dos (prováveis) alunos começava ali e se estendia por todos os anos de formação.

A cada dois meses, os dados dessas observações eram lançados em fichas de avaliação enviadas para o SEV e acopladas ao mapa individual de cada estudante (CAVALHEIRO, 1970). A partir deles, as equipes docentes e de orientação educacional aprimoravam

técnicas de observação necessárias para averiguar o desenvolvimento das atitudes para a formação do sujeito atuante e que se reconhecesse como cidadão e defensor de uma sociedade democrática. Ademais, os próprios discentes se avaliavam. A autoavaliação era um dos instrumentos fundamentais para se alcançar a autodescoberta (CAVALHEIRO, 1970).

Dessa forma, alunas e alunos que concluíam o ginásio nos GVs tinham acesso a meios diversos para descobrirem suas aptidões não somente para o trabalho, mas para a vida. A eles eram dadas as oportunidades de se reconhecerem como agentes da própria educação, fazendo-se “[...] educação para a liberdade” (CAVALHEIRO, 1970, p. 73). Naquelas escolas, formava-se o sujeito para o mundo, entendendo-o, não obstante, como alguém que necessitaria de uma ocupação, de um emprego, para sobreviver. Porém, isso não implicava uma formação *para* o trabalho. Isso significava uma formação para a pessoa que se reconhecia como dotada de habilidades capazes de fazê-la sentir-se realizada, também, no mundo do trabalho.

A interrupção violenta e a instauração do trauma histórico

Narrar os acontecimentos que levaram ao dia 12 de dezembro de 1969 é uma tarefa arduosa. Ela o é não somente porque é difícil estabelecer relação entre causa e consequência (ou do presente), mas principalmente porque os eventos que ocasionaram as invasões de militares a todas as unidades dos GVs e ao SEV são controversos. Isso, pois, o sentido desses eventos foi constituído, em grande medida, com base nos significados atribuídos a essa experiência pelos militares (os responsáveis por sua destruição) e podem ser acessados por meio do Inquérito Policial-Militar (IPM) instaurado em 1970 (BRASIL, 1971). Por falta de provas, ele seria arquivado em 1973.

Essas instituições não deixaram de existir porque fracassaram, nem porque não atingiram os pré-requisitos de qualidade de uma prática escolar experimental. Elas foram destruídas por agentes do Estado brasileiro que as viram como ameaças, promotoras de uma educação “comunizante”, socializante; de esquerda (BRASIL, 1971). É importante frisar isso, pois se observa na historiografia sobre os GVs e o SEV um debate intenso por, ou afastar essas instituições de um ensino envolvido com questões típicas da esquerda política, ou associá-las a um ensino transformador, revolucionário, até, mas não “de esquerda” como os militares quiseram (CHIOZZINI, 2003; 2010; MASCELLANI, 2010; NEVES, 2010; TAMBERLINI, 1998).

Entre 1967 e 1969, o Estado brasileiro foi gradativamente sendo tomado por uma ditadura militar que se consolidava e fechava o cerco em torno de seus adversários (REIS, 2014). Paralelamente à imposição de Atos Institucionais que revogavam direitos e transformavam a máquina pública estatal em espaço de gerência de um grupo diminuto da sociedade, os agentes do Estado Militar brasileiro desenvolviam e buscavam implementar seu próprio modelo de ginásio – este, sim, visando à formação para o trabalho.

Os Ginásios Orientados para o Trabalho (GOTs) corresponderam a um modelo de ensino ginasial, gestado desde o início dos anos de 1960, que se pressupunha moderno e adequado às demandas de um país que se industrializava (AMADO, 1964; 1969; BIZZOCCHI, 2022). Em meados de 1967, enquanto, nos GVs e no SEV, as equipes se preparavam para implantar o 2º Ciclo, os cursos noturnos e as transformações necessárias para adequar o dia a dia escolar a essas mudanças, os agentes do Estado Militar organizavam e colocavam em prática o plano de implantação e expansão dos GOTs (BIZZOCCHI, 2022).

Maria Nilde Mascellani, como coordenadora do SEV, fora até convidada a participar da comissão que implantaria os GOTs em São Paulo. No entanto, ao se deparar com o que acontecia, decidiu retirar-

se do grupo, encaminhando uma carta para a presidenta da comissão na qual afirmou seu posicionamento ter sido duplamente motivado (MASCELLANI, 1968). Em primeiro lugar, Mascellani não identificou naquela comissão o interesse em discutir os parâmetros de instalação dos GOTS e avaliá-los para, então, decidir sobre sua implantação. Conforme relatou, a decisão já havia sido tomada; os GOTS seriam, irremediavelmente, executados. Em segundo lugar, a coordenadora do SEV afirmou que os objetivos previstos para aquele modelo de ginásio já vinham sendo desenvolvidos nos GVs e, melhor, com um sentido filosófico, o qual ela não observa nos GOTS (LIMA, 2024; MASCELLANI, 1968).

Diante disso, conforme relataram os militares no IPM, Mascellani, em 1968, reuniu as equipes dos GVs e do SEV para discutir sobre o risco que os GOTS representavam (BRASIL, 1971). Escolas daquele tipo, impostas como seriam, poderiam suplantam os GVs. Mesmo assim, as atividades do 2º Ciclo começaram e mudanças foram aplicadas visando-se à expansão da experiência. Também em 1968 os Planos Pedagógicos e Administrativos (PPAs) foram elaborados e difundidos, documento no qual as equipes descreveram as atividades executadas ao longo dos sete anos de funcionamento dos GVs e sistematizaram os aprendizados acumulados (SECRETARIA [...], 1968). Ou seja, apesar da ameaça, as equipes dos GVs e o SEV expandiam e divulgavam a experiência.

Entretanto, no fim daquele ano, os membros de algumas equipes foram afastados de seus cargos, isto é, devolvidos para a Secretaria de Educação ou tiveram seus contratos encerrados. Essa era uma prática comum, afinal os GVs eram escolas experimentais. Não era surpresa que alguns docentes não se adaptassem ao modo de trabalho ou simplesmente decidissem deixar a equipe. Dentre os que foram afastados de suas funções, estavam os professores Francisco Cid e Wladir dos Santos. Em entrevista concedida ao jornal *O Liberal*, de Americana, em 1988, Mascellani relatou que Cid chegou a informar à

direção do GV de Americana, ao qual estava vinculado, que, se afastado, delataria as escolas e o SEV (CHIOZZINI, 2010).

Essa informação chegou a Mascellani, já que a última palavra sobre o afastamento ou a manutenção de um funcionário era dela, posto que ela era a coordenadora. A ameaça não funcionou, pelo contrário. Mascellani certificou-se ainda mais de que Cid fosse afastado. Então, Cid cumpriu sua promessa e delatou as práticas que ocorriam nos GVs como subversivas e o SEV como um órgão controlado por uma mulher autoritária, rígida e centralizadora (BRASIL, 1971; CHIOZZINI, 2010).

Não tardou até que os efeitos fossem sentidos. Em junho de 1969, Maria Nilde Mascellani foi afastada do cargo de coordenadora do SEV, bem como Áurea Cândida Sigrist o foi do de diretora do GV de Americana – o GV ao qual Cid estava vinculado. Entre junho e dezembro de 1969, as equipes foram coordenadas por alguns interventores nomeados pelo Governador do Estado, até que, em 12 de dezembro, as unidades foram invadidas e a experiência, encerrada.

Logo após os acontecimentos daquele mês, instaurou-se o IPM a fim de averiguar as práticas subversivas daquelas escolas e do SEV, bem como de outras instituições de ensino de São Paulo. Nesse documento, os agentes do Estado Militar não pouparam esforços para atribuir a cada uma das práticas que singularizaram e tornaram os GVs na “escola de amanhã” (RIBEIRO, 1967) o significado de subversivas, “esquerdizantes”, “comunizantes” (BRASIL, 1971).

Tome-se como exemplo os Estudos do Meio. Considerado o corolário das práticas pedagógicas nos GVs, eles serviam para que as e os alunos enxergassem, na prática, a realidade social e conseguissem aplicar nela os conhecimentos adquiridos na escola, com o objetivo de transformá-la (CHIOZZINI, 2003; 2010; LIMA, 2024; MASCELLANI, 2010; NEVES, 2010; TAMBERLINI, 1998). Para os militares, contudo, eles não passavam de meios de “[...] predispor a mente dos alunos favoravelmente à modificação do sistema político-social do país,

explorando as contradições sociais e os desníveis econômicos encontrados na vida brasileira” (BRASIL, 1971, p. 23).

O IPM concluiu pelo indiciamento de Mascellani, Sigris e outros membros dos GVs, além de profissionais vinculados às outras instituições de ensino. Entretanto, Mascellani somente viria a ser presa em 1974, e relativamente por pouco tempo, vindo a ser posta em liberdade e absolvida, apesar de não ter tido reconhecidos os direitos que lhe foram retirados com o afastamento de 1969. Ao longo de toda década de 1970, Mascellani foi observada por agentes militares que produziram um extenso dossiê sobre suas atividades (OLIVEIRA, 2023).

Quando entrevistada em 1979 por ocasião dos dez anos de extinção dos GVs, Mascellani refletiu que o que sobrou dessas escolas não passava de uma caricatura do que se chamou de ensino profissionalizante e supletivo à época (CLASSES [...], 1979). Para a educadora, as mudanças impostas pelos militares à educação, somadas àquelas impostas ao aparelho jurídico estatal, geraram um cenário no qual ela não enxergava mais ser possível existir uma nova proposta de educação (CLASSES [...], 1979). Ela relatou, enfim, que “[...] ‘caberia pensar numa escola eficiente, mas, não me sinto inclinada a voltar para a escola’” (CLASSES [...], 1979).

Soma-se ao fim abrupto da experiência dos GVs e do SEV e à perseguição político-ideológica da qual foram vítimas membros de suas equipes, sobretudo Mascellani e Sigris, a destruição dos arquivos e o sumiço de muitas documentações. Tudo isso dificulta, mas não impede, acessar e narrar a história dessas instituições (LIMA; OLIVEIRA, 2024). Nesses termos, narrar essa história é buscar constituir sentido para a orientação da vida humana na contemporaneidade que vá além dos sentidos estabelecidos pelos militares. Trata-se de enxergar nessa experiência significados que inspirem e ajudem a repensar os caminhos da educação pública brasileira.

Isso, no entanto, depende de que se reconheça, em primeiro lugar, a ditadura militar como um trauma histórico. Um trauma, portanto, uma experiência crítica de tipo catastrófica (RÜSEN, 2001), a qual interrompe o prosseguimento de futuros que estavam no horizonte. Pensando-se dessa forma, porém, qualquer experiência de crise poderia ser catastrófica, não fosse o fato de crises especificamente desse tipo impedirem a constituição histórica de sentido (ainda que somente por algum tempo). Sem sentido, não se elabora narrativa. Sem narrativa, não há história, isto é, não é possível elaborar uma relação entre passado e presente que projete o futuro (LIMA, 2016; RÜSEN, 2001; 2010; 2015).

Analisando-se a história dos GVs e do SEV, observa-se que suas equipes projetaram um futuro de expansão e de aprofundamento. Em 1969, por exemplo, o 2º Ciclo já vinha sendo objeto de reflexão, previa-se ampliá-lo para além da unidade da capital, ao mesmo tempo em que os cursos noturnos se consolidavam. Diferentemente do que o IPM permite perceber, 1969 foi um ano de disputas internas e externas pela expansão e pelo aprofundamento da experiência dos GVs.

Nenhum desses futuros pode acontecer, contudo. E não puderam, reforça-se, não porque a experiência havia fracassado, mas porque ela foi interrompida por agentes do Estado brasileiro. Esses mesmos agentes empenharam-se em difamar a experiência, reduzir sua efetividade à de uma formação política de esquerda, sendo que, na verdade, o que se praticava naquelas escolas era a formação de pessoas capazes de se autodescobrir e de se realizar no mundo do trabalho (MASCELLANI, 2010). A constituição de sentido histórico com base em documentos da própria experiência encontrou-se durante muitos anos impedida de ser elaborada, muitos haviam sido tomados pelos militares durante as devassas documentais concomitantes às invasões.

Não por acaso, a maior parte dos trabalhos existentes sobre os GVs e o SEV baseou-se sobretudo em testemunhos. Tamberlini (1998, p. 6) atribuiu essa necessidade ao modo com que experiências de ensino renovado foram destruídas naquele período, isto é “[...]marcada[s] pela violência, pela ocupação militar com a destruição de boa parte dos documentos e material pedagógico [...]”. Certamente, recorrer a testemunhos é válido e uma estratégia reconhecida na pesquisa histórica. Contudo, reforça-se que o uso desse tipo de documentação, tendo em vista a devassa documental promovida pelos militares e a maneira com que essas escolas foram destruídas, fizeram com que, por muito tempo, a história dos GVs e do SEV fosse contada muito mais com base na memória do que na experiência do passado em si – uma memória marcada pelo trauma histórico.

A documentação existente sobre os GVs e o SEV encontra-se, atualmente, disponível em dois arquivos: no Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC) da PUC-SP, e no do Centro de Memória da Educação (CME), da Universidade de São Paulo (USP). Estes, contudo, ainda estão em fase de organização e acessá-los mostra-se uma tarefa demorada e difícil. A existência dessas documentações, inclusive, deve-se à resistência de ex-funcionários e de Maria Nilde Mascellani, que reuniram e guardaram documentações à despeito dos riscos (NEVES, 2010). Mascellani, por seu turno, após décadas coletando-as, disponibilizou-as aos referidos centros documentais.

Enxergar a ditadura militar por meio do conceito de trauma histórico permite interpretar a interrupção perpetrada por seus agentes à experiência dos GVs e do SEV como uma crise de tipo catastrófica. Significa poder acessar o passado da história da educação brasileira e do ensino de história ciente de que algo houve ali que poderia ter sido, que tinha condições de continuar desenvolvendo-se, mas que não foi, não se desenvolveu, porque foi *violentamente* encerrado.

Significa, ademais, acessar esse passado dotado da crença de que acontecimentos traumáticos perdem a força com o tempo e com o surgimento de documentações que outrora estavam inacessíveis. Significa, enfim, superar o entrave imposto pelo autoritarismo estatal típico daquele período, reabrindo o horizonte da educação pública brasileira contemporânea para os futuros que não puderam ser no passado.

Conclusões

A experiência de ensino inovador dos GVs, sob a coordenação de Maria Nilde Mascellani, no SEV, foi uma das tantas experiências interrompidas abruptamente pelos militares. Não somente no âmbito educacional, deve-se enxergar a ditadura militar como um período de interrupção de projetos de futuro gestados há décadas e que tiveram que deixar de ser pela força de um Estado autoritário.

Por meio do conceito de trauma histórico, portanto, é possível atribuir como singularidade desse período a perpetuação de crises catastróficas instauradoras de traumas. Estes, por sua vez, silenciam a narrativa histórica, impossibilitando-a, ainda que somente por algum tempo, de constituir sentido e significado a partir do passado. Isso faz do tempo pretérito uma espécie de entulho, de problema impossível de ser solucionado.

Além disso, o trauma histórico faz com que passado e presente se misturem, se confundam. Os problemas da educação pública brasileira contemporânea, nesses termos, apresentam-se como “novos” e, mais do que isso, as soluções para eles parecem encontrar-se no futuro, posto que o passado não dispõe de experiências que ajudem a resolvê-los. O caso dos GVs é simbólico exatamente por isso. Escolas inovadoras que existiram e resistiram à ditadura militar, suas equipes fizeram parte de um complexo contexto de discussões por uma educação crítica, democrática e transformadora da realidade. No

entanto, sua lembrança no presente geralmente é associada à perda, quando não ao idealismo de seus agentes.

Lembrar os GVs e a figura de Maria Nilde Mascellani como propositores de uma educação possível para o período, em franca expansão, mas que não continuou existindo devido a uma interrupção abrupta por parte de agentes do Estado é fundamental para superar o sentido de perda (e idealismo) que geralmente lhe é atribuído. Ainda, enxergar a ditadura militar como um trauma histórico abre espaço para acessar novamente essa e outras experiências que não puderam continuar sendo, constituindo novos sentidos para as ações humanas na contemporaneidade.

Referências bibliográficas

AMADO, Gildásio. Ginásio Moderno. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 93, jan./mar. 1964. Disponível em:

<https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/475>.

Acesso em: 31 jul. 2024.

AMADO, Gildásio. Ginásio Orientado para o Trabalho (Ginásio Polivalente). In: Ministério da Educação e Cultura. **Subsídios para o estudo do ginásio Polivalente**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1969.

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado?:** História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí, São Paulo: Paco, 2017.

BIZZOCCHI, Carlos Eduardo. **Ginásios Orientados para o Trabalho (GOTs):** caminhos e descaminhos de um modelo educacional a serviço do desenvolvimento econômico. 2022. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação Cultura Filosofia e História da Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2022.

BRASIL. Ministério do Exército. **Relatório de Inquérito Policial Militar**. Brasília, DF: Ministério do Exército, 1971.

CAVALHEIRO, Maria Rosa. Uma experiência educacional da equipe de educadores do G.E.V. João XXIII, Americana. II – a participação do aluno e da equipe de educadores no processo educacional. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 69-74, 1970. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003069&p>

esq=%22gin%C3%A1sios%20vocacionais%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=8483. Acesso em: 21 jan. 2024.

CUNHA, Nádia; ABREU, Jayme. Classes secundárias experimentais – balanço de uma experiência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, RJ, v. 40, n. 91, p. 90-152, jul./set 1963.

CHIOZZINI, Daniel Ferraz. **Os ginásios vocacionais: a (des)construção de uma experiência educacional transformadora (1961-1969)**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
CHIOZZINI, Daniel Ferraz. **História e memória da inovação educacional no Brasil: o caso dos Ginásios Vocacionais (1961-1969)**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CLASSES vocacionais, extintas há 10 anos, ainda são recordadas. **Diário da Noite**, São Paulo, ano LIV, n. 16522, 11 de outubro de 1979. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093351&p_esq=%22gin%C3%A1sios%20vocacionais%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=80274. Acesso em: 18 jan. 2024.

FICO, Carlos. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 239-262, jul./dez., 2013.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, Caio Rodrigo Carvalho. **Além dos muros da academia: sentido da história e trauma histórico na obra de Jörn Rüsen (1983 - 2013)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

LIMA, Caio Rodrigo Carvalho. “A educação que nos convém”: apagamento da memória e resistência pedagógica dos Ginásios Vocacionais de São Paulo sob o regime militar (1956-1971). **Revista Historiar**, v. 16, n. 31, p. 143-162, jul./dez. 2024.

LIMA, Caio; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Da importância dos arquivos escolares para a história e para a garantia de direitos: o caso dos Ginásios Vocacionais de São Paulo (1961-1969). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 3, p. 1-24, set./dez. 2024.

MASCELLANI, Maria Nilde. **[Correspondência]**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, 1968.

MASCELLANI, Maria Nilde. **Uma pedagogia para o trabalhador: o ensino vocacional como base para uma proposta pedagógica de capacitação profissional de trabalhadores desempregados**. São Paulo: IIEP, 2010.

NEVES, Joana. **O Ensino Público Vocacional em São Paulo: renovação educacional como desafio político (1961-1970)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NUNES, Z. Clarice R. M. **A modernização do ginásio e a manutenção da ordem**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Departamento de Filosofia e Educação, Fundação Getúlio Vargas, 1979.

OLIVEIRA, Lucas Barbosa de. **Renovadora e perseguida: Maria Nilde Mascellani – a trajetória profissional e intelectual de uma educadora paulistana (1941-1999)**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira; FREITAS, Itamar. Políticas e práticas da história escolar no ensino médio do Brasil: a interdisciplinaridade em debate. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 32, n. 2, p. 429-451, maio/ago. 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RÜSEN, Jörn. Holocaust Experience and Historical Sense Generation from a German Perspective. In: DIAWARA, Mamadou; LATEGAN, Bernard; RÜSEN, Jörn (Orgs.). **Historical memory in Africa: dealing with the Past, Reaching for the Future in an Intercultural Context**. New York: Berghahn Books, 2010, p. 165-184. (Making Sense of History, v. 12).

RIBEIRO, José Hamilton. Já existe a escola de amanhã. **Realidade**, São Paulo, ano 1, n. 11, p. 98-106, fev. 1967. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213659&pesq=%22gin%C3%A1sios%20vocacionais%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=1536>. Acesso em: 21 jan. 2024.

ROVAL, Esméria. **As cinzas e a brasa: Ginásios Vocacionais**. Um estudo sobre o processo de ensino- aprendizagem na experiência pedagógica do Ginásio Estadual Vocacional “Oswaldo Aranha” – 1962/1969. 1996. Tese de Doutorado. PUC. São Paulo.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história: uma teoria da história como ciência**. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

RÜSEN, Jörn. **Zerbrechende Zeit**: über den Sinn der Geschichte. Köln: Böhlau, 2001.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negócios da Educação. **Lei nº 6.052 de 3/2/1961**. São Paulo, SP: SENE, 1961a.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negócios da Educação. **Decreto nº 38.643 de 27 de junho de 1961**. São Paulo: SEDUC, 1961b.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO (São Paulo). Serviço do Ensino Vocacional. **Planos Pedagógicos e Administrativos dos Ginásios Estaduais Vocacionais do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP: SENE, 1968.

TAMBERLINI, Angela Rabello Maciel de Barros. **Os Ginásios Vocacionais**: a dimensão política de um projeto pedagógico transformador. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PERFORMANCES E EXPERIMENTAÇÕES ARTÍSTICAS COM CRIANÇAS EM CONTEXTO DE MIGRAÇÃO

Camila Damas¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a contação de histórias, em diálogo com outras práticas artísticas, e sua contribuição na integração de crianças e jovens imigrantes venezuelanos residentes no Centro de Acolhida Casa Bom Samaritano, localizado em Brasília. No decorrer da pesquisa, realizada durante o ano de 2023, foram propostos ambientes de acolhimento, diálogo e escuta de narrativas com crianças em contexto de migração. A pesquisa, colaborativa e multidisciplinar, foi realizada no âmbito da Rede de Pesquisa Infâncias Protagonistas: migração, arte e educação, coordenada pela professora Luciana Hartmann. A metodologia da nossa pesquisa foi pautada nos estudos da performance aliados aos estudos antropológicos brasileiros que auxiliam na compreensão da mobilidade e experiência migratória pelo ponto de vista das crianças.

Palavras-chave: Narrativas; Crianças; Migração.

Abstract: This article aims to discuss the storytelling in dialogue with artistic practices and their contribution to the integration of immigrants into the Casa Bom Samaritano in Brasilia during the year 2023. Throughout the investigation, environments of shelter, dialogue and listening were identified of different narratives with children in a migratory context. We also continue with collaborative and multidisciplinary research in alliance with the Childhood Protagonists research network. We methodologically base our investigation on performance studies, in dialogue with Brazilian anthropological studies that help to understand movement and the experience of migratory movements.

Keywords: Narratives; Children; Migration.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir la narración de historias en diálogo con las prácticas artísticas y su contribución a la integración de inmigrantes en la Casa Bom Samaritano en Brasilia durante el año 2023. A lo largo de la investigación, se identificaron ambientes de acogida, diálogo y escucha de diferentes narrativas con niños en un contexto migratorio. También continuamos con la investigación colaborativa y multidisciplinaria en alianza con la red

¹ Graduanda em licenciatura no curso de História pela Universidade de Brasília (UnB). Faz parte do grupo de pesquisa, Imagens e(m) Cena, no departamento de artes cênicas na UnB. Desenvolveu PIBIC como bolsista durante o ano de 2022-2023 sob orientação da professora Luciana Hartmann. Atualmente atua como mediadora histórica no Museu do Catetinho em Brasília. Email: camilaades@hotmail.com

de investigación Protagonistas de Infâncias. Basamos metodológicamente nuestra investigación en estudios de performance, en diálogo con estudios antropológicos brasileños que ayudan a comprender la movilidad y la vivencia de los movimientos migratorios.

Palabras clave: Narrativas; Niños; Migración.

*Por enquanto sou pequeno, mas vou aprender a ler: já sei ler
palaavra inteira,
leio pra cima, e pra baixo, e plantando bananeira!
Por enquanto sou pequeno, uma coisa vou dizer, com certeza e
alegria:
sei que nunca vou esquecer da beleza da poesia !
(Por enquanto sou pequeno – Pedro Bandeira)*

INTRODUÇÃO

Como será ter a necessidade de sair do seu país de origem, deixando para trás os marcos da história de vida enquanto criança para viver em outro país? Quais ações existem para o acolhimento destas pessoas? Como se dá o atendimento em espaços não formais de ensino? Dadas as perguntas, o artigo tem como objetivo refletir sobre a contação de histórias perspectivando-as a partir de práticas artísticas e sua contribuição na integração de imigrantes, discorrendo, também, sobre as vivências, narrativas, percepções de crianças em contexto de migração, bem como as trocas realizadas entre elas e os/as pesquisadores/as ao longo dos encontros presenciais realizados na Casa Bom Samaritano, instituição sem fins lucrativos situada no Lago Sul, em Brasília-DF.

Em 2023, trabalhamos com crianças, adolescentes e pré-adolescentes recém- chegados do seu país de origem, Venezuela, com diferentes histórias e percepções de mundo, compondo múltiplas identidades dentro do grupo. Nesse cenário, a pesquisa foi guiada e, para além de resultados técnicos a serem expostos no decorrer do texto, em todo o processo houve a preocupação de que os/as participantes se sentissem como parte integrante do processo desta, construindo caminhos regados de afeto, acolhimento, diálogo, troca e

aprendizagem². Durante a pesquisa, foram estabelecidas parcerias que desbravaram caminhos ricos e plurais, através de proposições com bolsistas de Iniciação Científica de Ensino Médio (PIBITI – FAPDF): Emilly de Britto Dutra, Manuelys Del Valle Quiaragua Pericana, Ruth Nohemi Rodriguez Montano e Sofia de Oliveira Felício da Silva³. Foi possível ainda, contar com a parceira Cristina Leite, grande aliada em todo processo. O agenciamento de diferentes pesquisadores e pesquisadoras possibilitaram a consolidação de um ambiente orgânico na pesquisa, na partilha de desejos, ajudas e descontentamentos, formando uma rede colaborativa de pesquisadoras que estavam juntas nas temáticas que tangenciam a pesquisa.

CONTEXTO DA PESQUISA

Na Casa Bom Samaritano (CBS), é feito o acolhimento de famílias em processos migratórios em que se oferece auxílio no que tange à busca por escola, emprego e moradia. Trata-se de um espaço de educação não formal, posto que as famílias possuem uma rotina neste espaço e o projeto levava as dinâmicas socioeducacionais até a Casa Bom Samaritano. Portanto, os processos de ensino-aprendizagem são caracterizados por atividades que não necessariamente seguem uma proposta hierárquica e cronológica da sistematização do conhecimento como é previsto em instituições de ensino formal. A intenção deste movimento é transcender os tradicionais planejamentos de uma aula, como: delimitação de tempo, espaço bem definido, atividades, propondo às crianças diferentes universos. Afinal, conforme defende Gadotti:

² A presente pesquisa foi realizada no âmbito do Projeto “Crianças Protagonistas: artes cênicas e diversidade cultural em espaços de educação formal e não formal”, coordenado pela Profa. Luciana Hartmann, do Departamento de Artes Cênicas da UnB, foi aprovada pelo Comitê de Ética sob o parecer No. 4.371.252, emitido pelo CEP/CHS/UnB.

³ Como as jovens participaram como pesquisadoras e, em conjunto com seus respectivos responsáveis, assinaram o Termo de Assentimento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), optamos por manter seus nomes reais no texto.

O tempo da aprendizagem na educação não-formal é flexível, respeitando as diferenças e as capacidades de cada um, de cada uma. Uma das características da educação não-formal é sua flexibilidade tanto em relação ao tempo quanto em relação à criação e recriação dos seus múltiplos espaços (Gadotti, 2005, p.2).

Nesse sentido, as especificidades do espaço, dos diferentes contextos, em diferentes tempos caracterizam o trabalho realizado em colaboração com outras e outros pesquisadores na casa, a qual propõe diferentes parcerias:

A iniciativa faz parte do projeto “Acolhidos por meio do trabalho”, implementado pela AVSI Brasil e Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) /Irmãs Scalabrinianas e financiado pelo Departamento de População, Refugiados e Migração (PRM), do governo dos Estados Unidos, para fortalecer as ações da força tarefa humanitária Operação Acolhida, liderada pelo Governo Federal (CNBB, 2021).

Para as famílias acolhidas, a Casa Bom Samaritano significa moradia, ainda que por um período provisório. Neste contexto, a pesquisa teve como público-alvo as crianças, pré-adolescentes e adolescentes acolhidos. Cada espaço de educação não formal traz consigo seus desafios, especificidades, potencialidades e fragilidades, os quais foram sendo descobertos ao longo do processo de pesquisa. As experimentações em outros campos das ciências humanas aprofundam nossas partilhas de conhecimentos nesses intercâmbios culturais. Assim, as dinâmicas para que as crianças trouxessem suas experiências foram bastante profícuas no sentido da criação de um espaço de imersão nas subjetividades dentro das narrativas de migrantes. Nesta pesquisa em especial, a contação de diferentes narrativas trouxe o despertar de novas possibilidades para além da história hegemônica: levou-se em consideração a historicidade por trás de cada sujeito na pesquisa. Todos temos e fazemos história, logo, partilhamos nossas vivências, experiências e trocas sendo escutadas e

escutando o outro. Nesse sentido, enfocamos o protagonismo de cada participante na pesquisa, em concordância com Helena Singer, quando diz: “para que o protagonismo do estudante se realize é preciso que seu educador também seja protagonista do próprio trabalho” (2017, p. 19).

Como ferramenta metodológica, usaremos o conceito de *performances culturais*⁴, o qual servirá de aliado ao longo das proposições feitas, que evidenciam diferentes formas de expressões para os envolvidos na pesquisa. A escolha metodológica que norteia um trabalho é também uma escolha do pesquisador, da pesquisadora de como perceber as relações humanas e como são evidenciadas a partir das diferentes formas de expressões culturais. Para Robson: As performances culturais são formas simbólicas e concretas que perpassam distintas manifestações revelando aquilo não evidenciado pelos números, entrevistas, mas atingidos plenamente pela experiência, pela vivência, pela relação humana, pelo afeto na obra e da obra como o queriam Langer/Geertz (Robson, 2013, p.2).

Dessa forma, aproximamos as experimentações artísticas para desenvolver espaços plurais, essenciais para o desenvolvimento e aprendizado infantil. Ao incluir a participação ativa dos participantes, criamos conjuntamente espaços para que suas narrativas historiográficas pudessem ser “performadas”, possibilitando ainda a inserção desses indivíduos em outros caminhos para se expressar no mundo.

A construção de ambientes de acolhimento vai ao encontro da validação das narrativas (adotamos aqui as diversas formas de verbalização) dos participantes. Ao proporcionar um ambiente de

⁴ Performances Culturais é um conceito que, primeiramente, está inserido numa proposta metodológica interdisciplinar e que pretende o estudo comparativo das civilizações em suas múltiplas determinações concretas; visa também o estabelecimento do processo de desenvolvimento destas e de suas possíveis contaminações; assim como do entendimento das culturas através de seus produtos “culturais” em sua profusa diversidade, ou seja, como o homem as elabora, as experimenta, as percebe e se percebe, sua gênese, sua estrutura, suas contradições e seu vir-a-ser. (Camargo, 2013, p. 01).

escuta e diálogo com as crianças e adolescentes, é possível trabalharmos com trocas ricas e plurais. Na formação dessas pontes de afeto e acolhimento construídas com várias mãos entre os participantes e as pesquisadoras, criam-se espaços em que todos são assistidos e escutados. Acolhemos, na pesquisa, infâncias que protagonizam suas histórias em diversas formas de narrativas, e utilizamos para tal, diferentes mecanismos. Estabelecer com os envolvidos a confiança para definir parcerias nas diferentes experimentações artísticas é o que projetou encontros que abraçassem a todos. É como pontua a coordenadora do projeto: “Nesse processo colaborativo, cada instituição e cada sujeito participaram de forma singular, com diferentes níveis de envolvimento e intervenção nas atividades realizadas” (Hartmann, 2020, p.26).

A leitura de referenciais que fizessem sentido ao nosso trabalho com as crianças e adolescentes, os processos de curadoria na escolha de atividades artísticas e estudos que significassem as demandas deste grupo formam o quadro de trocas colhidas ao longo da pesquisa. Uma atividade muito presente, ensinada por Luciana Hartmann, era feita com o grupo sentado em roda, passando um limão e cantando a seguinte canção:

O limão entrou na roda Ele passa de mão em mão Ele vai
ele vem. Ele ainda não chegou E no meio do caminho A
pessoa pegou!
(Canção de domínio público)

A partir dessa brincadeira, criamos uma roda de escuta de histórias com todes que estavam na casa. A proposta era que as e os participantes pudessem mergulhar no processo investigativo como pesquisadores que ajudariam na construção do trabalho. Para Luciana Hartmann: “A noção de protagonismo infantil é acionada aqui porque garante uma relação mais horizontal com as crianças e a compreensão de que elas são produtoras de cultura, com agência na sociedade” (Hartmann, 2018 p. 3). Assim, reconhecemos o potencial existente na construção de um coletivo de crianças que contam suas próprias

histórias, seus desejos e anseios em suas caminhadas; é nesse protagonismo infantil que pautamos nossa pesquisa.

DETALHAMENTO DE AÇÕES DA PESQUISA

Algumas vezes, quando chegamos à casa, notamos que as crianças já estavam realizando suas próprias atividades, individuais ou coletivas; e o nosso “chamado” ou era ignorado ou poucas delas se interessavam. A partir disso, começamos a integrar as nossas propostas com as atividades que eles faziam. A casa contava com um espaço físico amplo, o que possibilitou a troca de brincadeiras ao ar livre, em contato com terra, ar, animais e árvores. As crianças e adolescentes estavam brincando, alguns de bola, outros de pique-esconde, alguns conversando. Diante desse cenário, pedimos para brincar com eles, e brincamos. Após a brincadeira, foi feito o convite para realizarmos outra brincadeira: de contar histórias. Este é apenas um exemplo de como a escuta e observação das crianças estavam integradas à execução da pesquisa.

Contamos histórias e as histórias contam sobre a gente. Durante nossos encontros, a contação de histórias começou a fazer parte da nossa rotina. Recebemos um convite da casa: trabalharmos na biblioteca que estava fechada. A partir disso, assumimos que os processos educacionais surgem no bojo da experiência de cada criança, para que sua interpretação de mundo seja construída. Assim como para Martín-Barbero: “a mediação fundamental que permite pensar historicamente a relação da transformação nas condições de produção com as mudanças no espaço da cultura, isto é, as transformações do *sensorium* dos modos de percepção, da experiência social” (Martín-Barbero, 1997, p.36). Acreditamos na educação como uma mão de via dupla nos processos de ensino-aprendizagem e adotamos para nossa pesquisa o papel de mediadores culturais nas propostas que realizamos.

Nos encontros iniciais, pudemos notar que as crianças se sentiram estimuladas com os livros e com o espaço físico que a biblioteca ofertava. O estímulo à apropriação do ambiente, o interesse pelos empréstimos de livros, a identificação com a leitura traz consigo a democratização do saber. A garantia e continuidade de uma biblioteca é a esperança de um organismo vivo e contínuo do conhecimento, assim como para UNESCO: “Biblioteca Pública, enquanto força viva para a educação, a cultura e a informação, e como agente essencial para a promoção da paz e do bem-estar espiritual nas mentes dos homens e das mulheres” (UNESCO, 1994, p.1).

Durante as observações e construindo um diário de bordo, começamos a compartilhar nossas experiências a cada encontro com os participantes. Não existe pesquisa sem parcerias, especialmente com as crianças e adolescentes acolhidos na Casa Bom Samaritano, as quais são a causa maior desta pesquisa. O convite às crianças e aos adolescentes para serem co-pesquisadores, representa a “desobediência” de uma pesquisa acadêmica, pois abandonamos o objeto de pesquisa e abrigamos os sujeitos históricos que permeiam a pesquisa: incluímos o protagonismo infantil, outras escutas, espaços que façam sentido para todos para guiarmos nosso projeto, em diálogo com Alderson:

A participação das crianças envolve uma mudança na ênfase dos métodos e assuntos de pesquisa. Reconhecer as crianças como sujeitos em vez de objetos de pesquisa acarreta aceitar que elas podem “falar” em seu próprio direito e relatar visões e experiências válidas. (Alderson, 2005, p.5).

Assim sendo, a contação de histórias adota outras ferramentas de intersecção. Em um dos encontros, convidamos as crianças a desenharem enquanto contamos a história. Nesse dia, recebemos um adulto (pai) que embarcou na nossa proposta. Notamos que a presença de um dos integrantes da casa proporcionou diferentes caminhos, se comparamos com os encontros anteriores. Ele conseguiu nos auxiliar fazendo as pontes linguísticas que muitas das vezes afastam as

crianças das atividades no que se refere ao entendimento de outra língua. Fazendo esse intercâmbio com as crianças, pudemos perceber que elas mergulharam nas histórias com os desenhos que contamos (ao total foram contadas 3 histórias). A partir disso, elas produziram suas próprias histórias, regadas à imaginação criadora.

Figura 1. Caderno com histórias produzido pelas crianças



Fonte: Arquivo da autora, 2023

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa, os pesquisadores e pesquisadoras desempenharam um papel de mediadores culturais para com as crianças e adolescentes. A fomentação de diálogos plurais era um objetivo: os processos de ensino-aprendizagem, afinal, incorporam

outra forma e conteúdo em seu processo de pesquisa em espaços não formais de ensino.

Em convergência com os diálogos múltiplos em circulação, consideramos a potência dos variados locais de análise, possibilitada pelos diferentes pesquisadores e pesquisadoras, os quais contribuem com a formação de uma rede de pesquisa que percorre estados e países. Junto com as crianças e adolescentes, compartilhamos e produzimos diferentes materiais que constroem nosso repertório na rede de pesquisa.

Partindo de uma compreensão da educação, na qual ela é produzida e produto das trocas entre relações, a função normativa do pesquisador passa a adquirir novas formas. Essa resignificação de locais históricos de autoridade na educação é pertinente, uma vez que reconhecemos na educação a capacidade de superar as vulnerabilidades sociais.

Desta forma, a imersão na força performática subjetiva de cada jovem foi alcançada valendo-se da contação de histórias como recurso central.

Ao longo da pesquisa trabalhamos como mediadores culturais com as crianças e adolescentes. A ideia foi propor e fomentar os diálogos pluralizados com eles; afinal os processos de ensino-aprendizagem incorporam outra forma e conteúdo ao longo da pesquisa em espaços não formais de ensino. Concordamos com Paulo Freire quando diz: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo” (Freire, 1987). A função de pesquisador vai tomando outras formas quando começamos a pensar a educação por meio das trocas entre relações uns com os outros. Todos se constroem na sua identidade individual e coletiva na educação.

Desta forma, a contação de histórias possibilitou imergir na força performática subjetiva de cada um dos participantes atravessados pelo contexto da migração. Outro fator de relevância é

que as dinâmicas de expressão dos sentimentos e anseios presentes nos caminhos de cada um foram feitas de forma não só verbal, mas por meio de desenhos, músicas e brincadeiras que se conectam com suas memórias e tradições. Assim, as crianças da Casa Bom Samaritano não se restringiram à uma posição de “objeto de pesquisa”, ao contrário, foram agentes ativos que floresceram e colheram os frutos da produção científica de pequenos pesquisadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDERSON, Priscilla. As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 26, n. 91, p. 419-442, 2005.

CAMARGO, Robson Corrêa de. Milton Singer e as performances culturais: um conceito interdisciplinar e uma metodologia de análise. *Revista Karpa*, n. 6, Los Angeles, 2013.

CASA BOM SAMARITANO, EM BRASÍLIA (DF), ACOLHE O PRIMEIRO GRUPO DE 19 MIGRANTES VENEZUELANOS. CNBB, Brasília, 20/05/2021. Disponível em : <https://www.cnbb.org.br/casa-bom-samaritano-em-brasilia-df-acolhe-o-primeiro-grupo-de-19-migrantes-venezuelanos/>. Acesso em: 15/05/2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 213 p.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/ não formal. Institut International des Droits de l'Enfant (IDE) *Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution?* Sion (Suisse), 18 au 22 octobre 2005.

HARTMANN, L.; VIEIRA, D. C. S. C. “Não fala o nome dele, senão ele vai aparecer aqui”: interseccionalidade e performance em narrativas de crianças pequenas. *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, v. 13, p. 1-23, 2023.

HARTMANN, Luciana. Eles brincam de guerra mundial: protagonismo infantil em narrativas de crianças imigrantes. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 23, p. 923-943, 2018.

HARTMANN, Luciana. Como fazer pesquisa com crianças em tempos de pandemia?: perguntemos a elas. *Revista NUPEART*, Florianópolis, v. 24, p. 29-52, 2020. DOI: 10.5965/23580925242020029

MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRJ, 1997.

SINGER, HELENA. Pelo protagonismo de estudantes, educadores e escolas. In: LOVATO, A; YRULA, C. P.; FRANZIM, R. (orgs.). *Protagonismo – a potência de ação da comunidade escolar*. São Paulo: Ashoka/Alana, 2017, p. 14-21.

UNESCO - *Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas*, 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf> Acesso em: 28/05/2024.

O ANTILUSITANISMO NOS SAMBAS DE NOEL ROSA E NOS TEXTOS DE ORESTES BARBOSA: A DISCUSSÃO SOBRE A MÚSICA NACIONAL E O AFASTAMENTO DA EX-METRÓPOLE

Carolina de Moraes Souza¹

Resumo

A música urbana, especialmente o samba, entre os anos 1930, foi considerada um símbolo da brasilidade, mas surgiram controvérsias sobre suas origens e influências culturais. Nesse processo, houve um esforço de expoentes culturais, como Orestes Barbosa e Noel Rosa, de desvincular a música brasileira das influências portuguesas, associando-a principalmente à herança africana, bem como reforçando os estereótipos do português imigrante no Brasil. A rejeição dos laços culturais com Portugal visava construir uma nova imagem do país, livre das marcas de sua colonização, e fortalecer a ideia de uma cultura nacional distinta. Assim, o samba passou a desempenhar um papel fundamental na busca por uma nação unificada e autônoma, em um contexto político, social e cultural de afirmação da identidade brasileira ao longo do regime varguista.

Palavras-chave: identidade nacional brasileira; samba; antilusitanismo.

Introdução

O debate sobre a formação da música popular brasileira se intensificou, sob o aspecto da produção historiográfica, entre os anos 1920 e 1930. Segundo Contier (1991), os discursos modernistas de Renato Almeida, de Mário de Andrade e de Graça Aranha perpassavam pela preocupação de definir o contexto musical

¹ Universidade de Brasília. E-mail: cmoraesouza@gmail.com

brasileiro a partir das perspectivas de brasilidade, de identidade nacional e cultural e do folclore como elemento nacional e popular.

Como explica o autor,

esses intelectuais almejavam declarar a independência musical do Brasil em face dos pólos culturais europeus no momento da concretização do projeto modernista. A fase nacionalista caracterizou-se conforme Renato Almeida e Mário de Andrade pela criação "coletiva" de um grupo de compositores preocupados esteticamente e culturalmente com esse "momento-síntese", definido como o ponto culminante de toda a História da música no Brasil (CONTIER, 1991, p. 153).

Os sons, que esses pensadores consideravam serem representações do povo — como aqueles cantados em cantigas de roda, folias de reis, cantos de trabalho e bumba-meu-boi —, foram decodificados com a proposta de serem símbolos de um projeto utópico de construção da música popular tipicamente brasileira. Esse plano tinha como objetivo a implementação de uma reforma pedagógica nas escolas de música, a motivação dos empresários para inclusão desses tipos de música nos espaços culturais, a introdução do ensino dessas músicas nos programas pedagógicos das escolas primárias e secundárias e o incentivo da divulgação desses sons pela imprensa. A busca do som nacional e seus projetos estéticos e estruturais continuaram até os anos 1960 e 1970, mas possuíam, naquele momento, enfoques teóricos e metodológicos diferentes quanto às suas linhas de pesquisa historiográfica.

Paralelamente a esse projeto de construção da música popular nacional — que segundo pensadores modernistas, caracterizava-se pela sintonia das imensas florestas virgens, das variedades das bacias fluviais, das riquezas minerais e da diversidade da fauna e flora brasileira — surgia e tomava força um estilo musical que representava menos a vida selvagem e mais a realidade da vida cotidiana nas grandes cidades brasileiras: o samba. A música urbana não fazia parte do material cultural projetado por esses intelectuais. Mário de Andrade, por exemplo, considerava que o samba era um ritmo

produzido pelo centro do país e voltado para o consumo, de forma ligeira, e, por isso, não podia ser considerado uma música nacional por excelência (CONTIER, 1991).

A origem da música urbana, no entanto, também foi debate entre os pensadores na construção cultural do elemento nacional representativo da identidade brasileira. Entre esses que consideravam o samba como símbolo da brasilidade, havia uma polêmica sobre quais ritmos estariam no rol da formação original dessa música popular. Francisco Guimarães – conhecido como Vagalume –, autor de *“Na roda do samba”* (1933), determinou os princípios básicos para caracterizar o lugar social do samba e seus fundamentos estéticos. Para ele, o samba nasce no morro, não é cateretê, não é batuque e não é jongo, porque esses ritmos são africanos. O samba é brasileiro e é feito no

coração amoroso de um homem rude, cuja muza embrutecida não encontra tropeços para cantar as suas alegrias e as suas maguas em versos mal alinhavados, que traduzem o sentir de um poeta que não sabe o que é metrificação nem tem relações com o dicionário (Guimarães, 1933, p. 35).

Diferente do que era produzido pela indústria fonográfica, o samba-autêntico possuía um território mítico, a roda, que oferecia à cena musical um caráter popular e puro, onde o Brasil era representado de forma espontânea e onde a originalidade do grupo social formado e constituído pelo morro era visto como um rito de origem.

O samba, segundo Soihet (1998), desenvolvia-se naquele período por três principais fatores: suas melodias populares, apresentadas tanto na parte instrumental quanto nas tradições que as rodeavam; composições de origem africana e negra que estavam vinculadas ao cotidiano das grandes cidades brasileiras; e o reconhecimento da etnia africana na formação da cultura e sociedade nacional, estimuladas pelo discurso nacionalista típico da década de 1920.

O período varguista foi crucial para consolidar o samba como um elemento central da identidade nacional, especialmente por sua associação com o projeto de modernização do Brasil e a construção de um imaginário coletivo de unidade nacional. Como destaca Soihet (1998), durante o governo de Getúlio Vargas, o samba foi gradualmente institucionalizado como um símbolo cultural, utilizado para fortalecer a ideia de uma brasilidade única e popular, capaz de unir as diversas classes sociais e regiões do país. O Estado, através de sua política cultural e das ações do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), procurou promover o samba como uma manifestação autêntica e nacional, que refletia as características "viris" e "populares" da cultura brasileira. Essa valorização do samba teve implicações diretas na forma como ele foi percebido pela sociedade e como as elites, inicialmente resistentes, passaram a incorporar esse ritmo como parte de sua própria identidade, ainda que, muitas vezes, de maneira romantizada. O samba, então, passou a ser visto como a música de um Brasil unido, apesar de suas diversidades, e se consolidou como uma das principais expressões da cultura nacional.

Para Paranhos (2003), o samba, ao mesmo tempo que refletia as tensões sociais e raciais da época, também serviu como uma estratégia de afirmação da identidade negra e popular no cenário nacional. Em um momento em que o Brasil buscava se projetar internacionalmente, o samba foi transformado em um produto cultural que não apenas representava o país, mas também ajudava a construir a imagem de uma nação moderna e integrada. Dessa forma, o samba se tornou um dos principais meios de construção da identidade nacional no período varguista, sendo apropriado tanto pelo Estado quanto pelos próprios sambistas, que viam na música uma forma de expressar suas vivências e sua luta por reconhecimento. Ao contrário de outras formas de expressão musical, como o jongo ou o cateretê, o samba passou a ser visto como um produto genuinamente brasileiro, cuja autenticidade

estava intimamente ligada à sua origem nas comunidades populares do Rio de Janeiro e aos seus laços com a cultura afro-brasileira.

O pensamento de Orestes Barbosa

Orestes Barbosa, ao lado de outros expoentes intelectuais da música brasileira como Alexandre Gonçalves Pinto, Mariza Lira, Edigar de Alencar, Jota Efegê e Lúcio Rangel, foi considerado por Moraes (2007, p. 121) como “uma espécie de primeira geração de historiadores da “moderna” música urbana”. Jornalista e nacionalista convicto, Orestes tem as suas obras entendidas como uma visão inovadora e percursora, capaz de compreender “representações acerca do universo social e estético da música popular brasileira, como, por exemplo, a relação entre ‘samba’ e ‘morro’, que se tornou um mito fundador da nossa identidade musical” (NAPOLITANO, 2006, p. 136).

A obra *Samba: sua história, seus poetas, seus músicos, seus cantores* (1933), escrita por Orestes Barbosa, revela não só os aspectos da criação de um novo estilo musical, mas sobretudo demonstra a valorização da capacidade do país de sobrepor os valores nacionais em relação aos padrões culturais importados. O vício da imitação dos padrões europeus, principalmente dos portugueses, deveria ser combatido e superado em nome do progresso brasileiro.

O autor, portanto, esforça-se para desvelar as singularidades e características socioculturais próprias brasileiras demonstrando serem estas o grande trunfo na formação da identidade nacional do país. A miscigenação, a miscelânea cultural e social e o sincretismo religioso são traços particulares do Brasil que, segundo Orestes Barbosa, ao mesmo tempo que estão impressos nas regiões habitadas por diferentes colônias de imigrantes, transformam o país em uma unidade multicultural com feição própria.

O Brasil, triturador de temperamentos, tem hoje a sua feição própria, que varia no nordeste, no centro, no norte e no sul, mas é, nessa

variedade, muito diferente dos outros povos que se transportaram para a antiga terra de Santa Cruz.

O brasileiro tritura tudo.
Não sei porque.
Mas tritura.
Enquanto em cidades cosmopolitas como New York e Paris, os estrangeiros conservam suas feições, aqui imprimem seus traços apenas às zonas que habitam.
Mas a alma fica logo no Brasil (BARBOSA, 1933, p. 109).

Assim como destacou Aluísio de Azevedo em *O cortiço* por meio do personagem Jerônimo — o português que foi assimilado pela cultura brasileira, se apresentando como o típico malandro carioca —, Orestes Barbosa também revela a capacidade do país, em especial do Rio de Janeiro, de absorver as idiossincrasias estrangeiras e impor a sua essência àqueles e àquilo que chega no país.

A nossa personalidade vae se definindo nitidamente dia a dia, especialmente a do carioca que, recebendo todas as influencias do mundo, impõe a sua natureza a todos, absorvendo e plasmando o que é do Brasil e do exterior.
Um sulista com seis mezes de Meyer muda até o modo de falar.
Para um nortista, basta ter mezes de Penha para acarioca-lo de uma vez.
Assim, judeus de Moscow e da Sofia aparecem no samba onde a ciganagem também já tem o seu lugar (BARBOSA, 1933, p. 110).

Com essas afirmações, o cronista revela um discurso de afastamento em relação a Portugal, não só criticando as cópias e reproduções dos modelos europeus, especificamente dos portugueses, como também propondo uma mudança definitiva do vínculo com a antiga metrópole, por meio da formação de uma cultura própria e nacional. Para isso, o autor utiliza alguns exemplos de elementos nacionais que demonstram a capacidade do brasileiro de se diferenciar das outras nacionalidades.

O caso da língua é eloquente.
Colonizado por portugueses, o nosso povo fala um idioma que se distingue de Estado a Estado.
Mas não há um único recanto do Brasil onde se fale á moda de Portugal... (BARBOSA, 1933, p. 16)

O caso do fado é ilustrativo.
 Portuguez, ele nasceu no Brasil.
 Foi a lamuria do forasteiro quem o creou.
 Mas, ele era tão portuguez que não ficou aqui.
 Foi para Portugal, lá fez ambiente, e é hoje a musica
 classica daquela gente de além mar.
 No Brasil o fado só é aceito no meio de luzitanos que vêm
 cavar a vida nas terras do Cruzeiro do Sul (BARBOSA,
 1933, p. 19).

Nos trechos nota-se a necessidade do escritor de mostrar um processo de desprezo do que é português e do que representa Portugal na construção daquilo que é tipicamente brasileiro. O autor, dessa forma, explicita a sua vontade de relegar os elementos identitários portugueses na formação da identidade nacional brasileira.

Para além dessa postura antiestrangeira, que contraria o vício da imitação, Orestes destaca na narrativa, inserido no cenário da história da criação do samba, a sua posição a respeito da colonização.

O carioca, aliás, é originalmente musico, desde as tabas dos seus indios.

O rio Carioca, que a mentalidade colonial encobriu, aterrando-o, e que passa por baixo da rua das Laranjeiras, era tido, entre os tamoiros, como fazedor de beleza nas mulheres que nele se banhavam, e eficaz para clarear a voz dos cantores. Os tamoiros viviam voltados para os seus instrumentos rudes, eximios tocadores de inubia – uma flauta feita do osso das pernas dos inimigos.

Ha um pequeno bahú de folhas, na igreja dos Barbadinhos, que guarda os despojos de Estacio de Sá. Mas falta lá um osso da perna esquerda do invasor. Possivelmente a canela desse luzitano, flechado lá na praia do Flamengo, acabou na boca de algum Pixinguinha do tempo... (BARBOSA, 1933, p. 21).

O violão tem, entre seus eximios cultores, na alta esfera do Basil, o sr. Eptacio Pessôa, que foi presidente da Republica.

A mentalidade retrograda que dominou o Brasil até o segundo Imperio, considerava o violão um instrumento degradante.

Ouve mesmo contra ele uma legislação especial (BARBOSA, 1933, p. 47).

O carioca assim como combate a mascara sem graça, espiritualiza o entrudo, pilheria só possível na mentalidade colonial.

Depois da bacia dagua, veio o limão de cheiro. Ia melhorando. Em seguida a bisnaga relógio, que os carnavalescos enchiam com agua florida ou da bica.

O lança-perfume, elegante e higienico, aboliu aquelas brutalidades lisboêtas, estando nos seus ultimos instantes o tróte, que na garantia das mascarar diz inconveniencias causadoras, ás vezes, de crimes de rumor (BARBOSA, 1933, p. 34).

Usando adjetivos como “invasor e inimigo”, o escritor assume uma postura de crítica à colonização portuguesa, bem como, diferentemente do que faz com as características e com os costumes portugueses, sinaliza a aceitação das práticas históricas indígenas na edificação de elementos nacionais, como na criação de instrumentos do samba. Orestes Barbosa também não aceita os hábitos portugueses influenciando no cotidiano carioca, no samba e na festa que “não apresenta os temas endeuzadores de outros tempos, mas aparece sagrando a história nacional” (BARBOSA, 1933, p. 38), que é o carnaval.

A mentalidade colonial, à qual se refere o escritor, propõe o debate sobre a relação filial entre Brasil e Portugal. Segundo Orestes, o Brasil e os brasileiros não devem se submeter, nos aspectos econômicos e culturais, à Portugal e aos portugueses apenas pelo seu vínculo histórico e, por isso, devem buscar constantemente uma evolução e progresso diferenciando-se da sua ex-metrópole, seja por meio da língua, seja por meio da música.

O que afirmo, entretanto, com um certo orgulho nativista, é que o Rio realiza uma novidade na sua fisionomia propria que a tradição lusitana não conseguiu interromper [...].

O passado de outros povos não interessa ao Brasil.

Se a America do Norte cultuasse a velhice da Inglaterra e se a Argentina adubasse com o mofo espanhol, a sua civilização, esses dois paizes não se teriam imposto á admiração do mundo, creando as suas artes singulares, a sua ciencia admiravel, e, na musica, o fox e o tango que o velho mundo zangado embora, foi obrigado a aceitar.

O Brasil de começo rifou logo o fado.

Fez muito bem (BARBOSA, 1933, p. 54).

Essa historia de origem, de raiz, de etimologia é para os trouxas.

Porque devemos conservar o portuguez que já não falamos, se Portugal não conserva o latim? Em nome de que lei, de que principio, se o portuguez evoluiu do latim nós não podemos evoluir do portuguez?

Gramatica e dicionario são catalogos de linguagem.
O resto é tapeação (BARBOSA, 1933, p. 122).

Nada mais necessario do que corromper a língua de Portugal.

A respeito da lingua diz Monteiro Lobato: “Assim como o portuguez evoluiu do latim, pela corrupção popular desta lingua, o brasileiro está saindo do portuguez. O processo formador é o mesmo: corrupção da lingua mãe. A candida ingenuidade dos gramaticos chama corromper o que os biologistas chamam evoluir. Aceitemos o labéo e corrompamos, de cabeça erguida, o idioma luzo, na certeza de que estamos a elaborar obra magnifica.

Novo ambiente. Nova gente. Novas coisas. Novas necessidades de expressão. Nova lingua. E’ ridiculo o esforço do carrança curto de idéas e incompreensivel, que deblatera contra esse fenomeno natural, e tenta paralizar a nossa elaboração linguistica em nome de um respeito supersticioso pelos velhos tabús portuguezes que corromperam o latim (BARBOSA, 1933, p. 152).

O escritor também condena o fato de a memória e de a história brasileira ser contada a partir da perspectiva portuguesa, desvalorizando os atos e o protagonismo do povo brasileiro.

A luta no Brasil pelo Brasil tem sido grande.

A nossa historia, sufocada pelo interesse de outros povos, tem trechos longos de mentiras que nos arrazam de um modo integral.

Não temos um dicionario. O Brasil adota servilmente os dicionarios de portugueses como o de Jaime Seguiet, onde aparece debochada até a gloria de Santos Dumont.

Nas ultimas comemorações a Pedro Alvares Cabral, um navegador bagunça que ia pra India e deu com os costados na Bahia (isso depois de terem passado pelo Brasil Diogo de Lepe e Pinzon) varios brasileiros foram á Extremadura visitar-lhe o tumulo. E falou-se em tudo. Menos no brasileiro Varnhagem que descobriu o descobridor. Foi Varnhagem quem disse a Portugal onde estava enterrado o navegante da Pinta (BARBOSA, 1933, p. 167).

As desaprovações de Orestes apresentadas, até agora, referenciaram os aspectos de Portugal, da cultura portuguesa, dos hábitos e dos laços históricos entre o Brasil e Portugal. Assim, o personagem, até aqui criticado, era o próprio país e suas representações de nacionalidade. No entanto, o autor também se dispõe a fazer julgamentos a respeito do imigrante português e reforçar imagens estereotipadas sobre esses, como apresentados nos fragmentos que seguem.

Sabe-se qual é o fraco de um português.

A razão de ser dos patricios de Camões são estas coisas: um pratarraz de bacalháu, um caneco de vinho; uma mulata e o Vasco [da Gama] (BARBOSA, 1933, p. 85).

Se fôr levantada uma estatística, veremos que a maioria dos criminosos processados estão soltos e que essa maioria é de posição.

Dos outros criminosos da classe trabalhadora, a maioria é de estrangeiros.

E nessa maioria avulta, em todas as classes de crime, o portuguez.

Tive a paciência de levantar esta ultima estatística oficial, para responder a qualquer contestação. De modo que a nossa situação social é, como diz Luz Pinto, uma operação algebrica com os sinaes trocados: não póde dar certo... (BARBOSA, 1933, p. 103).

O leitor póde ve-los nas portas dos frêges, esperando a caridade industriosa dos lusitanos, e segui-los depois aos cabarets.

Estou vendo gente surpreendida com aquela caridade industriosa a que aludi.

E' industriosa, sim.

Os donos de hoteis não são generosos como alardeiam aos freguezes inesperientes.

Os portuguezes dos restaurantes dão o resto de comida aos mendigos para lesar o fisco (BARBOSA, 1933, p. 132).

O primeiro fragmento mostra o perfil preconcebido do português imigrante que tem seus desejos e suas características resumidas; à culinária regional (vinho e bacalhau); ao relacionamento com a mulata, que remete sua cedência à sedução da mulher tropical – também verificada no personagem da obra de Aluísio de Azevedo; e ao seu orgulho pernóstico e nostálgico pelas grandes conquistas ultramarinas de tempos idos, que, de acordo com Orestes, podem ser questionadas. O segundo fragmento demonstra outro estereótipo do imigrante português, aquele responsável pela desordem nacional, que desorganiza o ambiente de trabalho carioca e que, eximindo a atuação dos brasileiros nas transgressões, é o culpado pelo aumento na criminalidade das grandes cidades brasileiras. No cenário desse fragmento está o debate sobre o preconceito contra o malandro, o típico morador do morro que compõe os sambas. Orestes tenta persuadir o leitor com dados da “ultima estatística oficial” para afirmar que o verdadeiro infrator é o imigrante, especialmente o

português. Já o último fragmento mostra o fortalecimento da representação do português avaro, ludibriador e astucioso, como mostrado nos personagens das obras de Adolfo Caminha, Aluísio de Azevedo e Luís Edmundo.

Por último, Orestes afirma de maneira enfática o seu desagrado a tudo aquilo que representa a presença física e simbólica dos portugueses no Brasil. Por isso, faz constantemente julgamentos e críticas a respeito dos costumes, hábitos e, por conseguinte, dos elementos nacionais portugueses. Essa narrativa de condenação do português e de comparação entre as “coisas brasileiras” e “as coisas portuguesas” pode ser percebida nas seguintes passagens da obra:

quando a R. C. A. Victor, com o objetivo de agradar a colônia portuguesa, não satisfeita com as cores que inaugurou no Brasil – verde e encarnado (que é uma espécie de esquisitice nos códigos de transporte, posto que o verde é para avançar, o encarnado para parar e as duas assim juntas deixam estacionado um veículo ou uma nação); quando a R. C. A. Victor, dizia eu, para agradar a colônia portuguesa, publicou, num dos seus suplementos, a nacionalidade luzitana de Carmen Miranda, houve um choque de tristeza entre os apreciadores dessa cantora de valor.

Tão carioca na sua pronúncia meiga e brejeira; tão viva e tão própria no seu grande sucesso de Tá hi, não passava pela cabeça de ninguém que Carmen Miranda tivesse nascido em Portugal, porque Portugal não nos envia sensações. Tudo quanto nos vem de lá é chilo, anêmico e cacheiral.

Embora ela de portuguesa só tenha o fato do nascimento, tão perversa reclame arrefeceu o entusiasmo que lhe fazia uma escolta de rumor.

Mas não deve ser considerada absurda a inclusão de Carmen Miranda nesta coletânea, porque ela, em verdade, é uma autêntica figura do meio, do meio que lhe absorveu, do ambiente que a plasmou dando-nos mais um exemplo da força trituradora do Rio que refina, como numa usina, os elementos aportados ao nosso torrão.

E considerando Carmen Miranda uma sambista carioca, tal o seu prodígio de adaptação, justo é destacá-la, sem favor (BARBOSA, 1933, p. 99).

A inteligência do malandro carioca. Um malandro do morro, sentindo que ia morrer, fez um samba que começa assim:

“Amigos, quando eu morrer Não quero choro nem nada: eu quero é ouvir um samba ao romper da madrugada”.

Vejamos, na hora da morte, o que deseja, num fado, o malandro português:

“Rapazes, quando eu morrer, levae-me devagarinho, pondo em cima do caixão azeitona, pão e vinho”.

O fado é um arrôto!

O fado só fala em miseria. Em cadélas de rua. Em bacalháu. Em catres de hospital. E’ sempre a mesma lamuria:

“Minha mãe, minha mãe, minha mãe”.

Rimando com tambãe. A diferença entre um e outro é chocante. Isso prova a influencia do chuveiro nas almas...

(BARBOSA, 1933, p. 137).

Geraldo Magalhães tentou com algum exito a cançonêta. Genero parisiense, viveu nos tablados do Passeio Publico e do Parque Fluminense. Geraldo, estilo europeu, foi para Lisboa.

Voltou ao Brasil mais tarde, com uma portugueza gorda.

Seus duetos desagradaram.

Desapareceu (BARBOSA, 1933, p. 71).

A posição de Orestes Barbosa sobre o samba sob o seu aspecto antilusitano, é que essa música era patrimônio da cidade do Rio de Janeiro e sintetizava a brasilidade. Com um discurso nacionalista, o jornalista afirmava que o samba era carioca e nascia no morro, que era uma síntese da inteligência, por seu caráter pátrio, popular e cultural. Definia-se, portanto, a importância da definição do lugar social do samba, revelando que o debate sobre esse estilo musical à época perpassava pela edificação da identidade cultural e social do país. Nesse contexto de construção da cultura identitária nacional por meio do samba, percebe-se a disseminação de um discurso de distanciamento em relação ao que representava Portugal e o vínculo filial entre os países.

Em Orestes Barbosa, como explica Adalberto Paranhos, transparecia a sua lusofobia também a partir do antifadismo.

Às suas inflamadas declarações contra tudo o que remetia a Portugal, somava-se o seu desprezo pelo fado, por ele achincalhado como um gênero musical vil, que, apesar ou por causa mesmo da sua ressonância no Brasil, conspirava contra o que existia de melhor, musicalmente falando, neste país (PARANHOS, 2017, p. 45).

A necessidade do jornalista e poeta em ocupar-se da destruição da imagem do fado no Brasil tinha uma motivação clara: a produção fonográfica do estilo musical no país, entre os anos 1930 e 1939,

corresponde ao seu momento de maior difusão. “Na contabilização que efetuei dos fados transpostos para os discos entre 1930 e 1939, eles alcançaram a cifra de 172 fonogramas, considerando-se a identificação dos gêneros musicais nas etiquetas dos 78 rpm” (PARANHOS, 2017, p. 40). Para Orestes, esse era o resultado de um processo de macaqueação, expressão por ele utilizada para se referenciar à imitação que parte da sociedade brasileira fazia da cultura estrangeira. Esse servilismo era, de acordo com ele, ainda mais prejudicial quando vinha de Portugal e da sua representação musical nacional que era o fado. O samba surge, assim, como uma espécie de escudo protetor da nação, em relação a esse processo de macaqueação.

Os sambas de Noel Rosa

Noel de Medeiros Rosa foi cantor, compositor, violinista e sambista. Nasceu em uma família de classe média e, por isso, foi um ferrenho defensor da comunicação mais ativa entre o samba do morro e o do asfalto. Sobre esse vínculo, ressaltava Adalberto Paranhos que

na corrida do samba para afirmar-se como produto nacional, era preciso saltar outros obstáculos dispostos pelo caminho. Ao enfocar aqui a área da produção musical, chamo a atenção para a necessidade de o samba incorporar outros grupos e classes sociais, promovendo assim um deslocamento relativo de suas fronteiras raciais e sociais. Esse avanço em direção a outros territórios encontra a sua figuração simbólica mais acabada nas relações Estácio - Vila Isabel e na parceria Ismael Silva - Noel Rosa (PARANHOS, 2003, p. 86).

Nesse sentido, Noel Rosa afirmava, de forma categórica, que o samba não pertencia à Estácio ou à Vila Isabel, mas era um produto tipicamente carioca, definindo claramente a sua posição em relação ao debate sobre o pertencimento do estilo musical e sobre a oposição entre o morro e a cidade.

Cumprindo o papel de uma espécie de mediador cultural, Noel Rosa encontrou na relação com Orestes Barbosa a concordância de opiniões a respeito da atuação do samba enquanto símbolo musical da

identidade nacional. Por meio do samba, portanto, para esses pensadores da música brasileira, era possível proteger-se da ameaça dos estrangeirismos disseminados pelo Brasil. O seu nacionalismo popular rondava o universo da mulher brasileira, do pandeiro, do batuque, do violão e do cotidiano carioca, seja no morro, seja na cidade.

Assim como os caricaturistas, Noel representava humoristicamente os costumes e hábitos da sociedade carioca, entre eles o gozo e o sarcasmo quanto ao imigrante português.

Seu português agora foi-se embora,
Já deu o fora e levou seu capital.
Esqueceu quem tanto amou outrora,
Foi no Adamastor pra Portugal,
Pra se casar com uma cachopa,
Mas agora com que roupa?
Com que roupa que eu vou
Pro samba que você me convidou? (ROSA, 2022 [1930]).

Logo na primeira estrofe da composição de *Com que roupa?* (1930), o músico — utilizando como cenário o casamento do português e falta da roupa para ocasião — faz uma crítica à postura comum dos imigrantes portugueses no Brasil: usar o país como local apenas para amealhar dinheiro e retornar para a sua terra. Na música, Noel Rosa reforça o estereótipo da crença dos portugueses sobre o Brasil como “árvore das patacas”, onde se ganhava dinheiro, mas não se construía uma vida pessoal, por isso o regresso do luso a Portugal para casar. O imigrante também se esquece do país, o usa como um lugar descartável, sem vínculos emocionais, sem remorso ou saudades daquilo que construiu na nação tropical.

Quem dá mais por uma mulata que é diplomada
Em matéria de samba e de batucada
Com as qualidades de moça formosa
Fiteira, vaidosa e muito mentirosa?
Cinco mil réis, duzentos mil réis, um conto de réis!

Ninguém dá mais de um conto de réis?
O Vasco paga o lote na batata
E em vez de barata
Oferece ao Russinho uma mulata

Quem dá mais por um violão que toca em falsete

Que só não tem braço, fundo e cavalete
 Pertenceu a Dom Pedro, morou no palácio
 Foi posto no prego por José Bonifácio?
 Vinte mil réis, vinte e um e quinhentos, cinquenta mil
 réis! (ROSA, 2009 [1930], p. 105).

Em *Quem dá mais* (1930), o compositor expõe outros estereótipos sobre o português: o comerciante, que por ter um relacionamento com a mulata a oferece como moeda de troca por um lote de batatas, e a representação do atraso, por meio de figuras importantes da monarquia. Utilizando um nome que faz referência a Vasco da Gama – um dos navegadores e exploradores de maior expressão em Portugal – utilizando-se do sarcasmo, Noel ironiza a conduta do comerciante luso e explora a imagem de aproveitador, mesquinho e avaro existente sobre esse tipo na sociedade carioca. Ao trocar as batatas pela mulata, revela também que o relacionamento entre a mulata e o luso é baseado nos interesses e na troca de favores. Sobre o violão que pertenceu a D. Pedro, o sambista faz uma metáfora sobre a vida e o comportamento da família real e seus apoiadores, como José Bonifácio. Um violão que toca em uma frequência acústica não habitual, mas não possui braço, fundo e cavalete faz referência à hipocrisia, à falácia e à falsidade da postura monárquica. Ao fazer esse julgamento sobre a monarquia, revela uma postura de afastamento histórico e memorial entre os países, bem como associa a imagem da família real ao atraso e retrocesso moral e político.

Tudo aquilo que o malandro pronuncia
 Com voz macia é brasileiro, já passou de português
 Amor lá no morro é amor pra chuchu
 As rimas do samba não são I love you (ROSA, 2013
 [1933], p. 12).

Na obra *Não tem tradução* (1933), Noel Rosa provocou outra discussão de caráter nacionalista que desvalorizava as relações históricas, memoriais e culturais entre brasileiros e portugueses. O samba, na sua composição completa, tinha como objetivo mostrar a sua importância para a caracterização da cultura brasileira, a partir da impugnação das músicas estrangeiras presentes nas rádios brasileiras,

como o foxtrot, o tango e o fado. Sua posição, como a de muitos outros sambistas, era de que esse ritmo era a representação musical do Brasil por excelência e, por isso, os ouvintes brasileiros deveriam valorizá-la, rejeitando os estilos musicais estrangeiros. O compositor ao afirmar “com voz macia é brasileiro, já passou de português”, intencionava mostrar que a língua utilizada pelos brasileiros e pelos portugueses não era a mesma, que o português do Brasil ultrapassava o português trazido pelos lusos ao longo do processo de colonização. Na discussão sobre o idioma, Noel Rosa utiliza-se da metáfora para revelar uma característica do brasileiro superior ao português: a meiguice e a delicadeza. A afabilidade do brasileiro, para Noel, excede em relação aos lusos.

O compositor foi um dos grandes responsáveis pelo movimento de transregionalização do samba carioca, ou seja, estimulou a migração do estilo musical do morro para outras áreas do Rio de Janeiro, e até para outras cidades do Brasil. Como “sinfonia nacional”, o samba para Noel Rosa se converteu na principal peça de artilharia contra as influências culturais, nomeadamente, estrangeiras. Para isso, os sambistas desse período além de valorizarem as características e particularidades do brasileiro, da vida e do cotidiano carioca — definida como brasilidade — que refletiam no samba, também se esforçavam para mostrar as inconveniências de enaltecer os costumes do exterior. Como forma de se diferenciar do que vinha de fora do país, principalmente da Europa e dos Estados Unidos, houve no samba carioca a massiva valorização dos aspectos africanos e indígenas em detrimento às influências portuguesas no ritmo, tanto na instrumentação quanto nos aspectos estéticos. Por isso, houve a edificação de um projeto memorial que definia a origem do estilo musical no recôncavo baiano, reduto representativo da mestiçagem.

Conclusão

A construção do samba como símbolo da identidade nacional brasileira nos anos 1930 não se deu apenas em torno da valorização de suas raízes afro-brasileiras, mas também foi acompanhada de uma forte estratégia de distanciamento das influências coloniais, especialmente as portuguesas. A visão antilusitana, ou a crítica ao legado português, desempenhou um papel crucial nesse processo, refletindo-se de maneira explícita em várias produções culturais da época, incluindo os sambas de artistas como Noel Rosa. As interpretações antilusitanas sobre o samba de Noel Rosa, embora de forma indireta e muitas vezes sutis, estiveram presentes no contexto cultural de um Brasil que procurava, discursivamente, se desvincular das amarras do colonialismo português. Ao focar na construção de uma cultura nacional e moderna, muitos intelectuais e músicos da época, como Orestes Barbosa, buscaram criar uma imagem do samba que rejeitasse qualquer relação com a herança lusitana, promovendo uma visão mais purista e afro-brasileira do gênero.

Noel Rosa, embora muitas vezes considerado um dos maiores representantes do samba carioca e uma figura-chave na modernização do gênero, também contribuiu para essa narrativa de afastamento das influências portuguesas. Sua obra, carregada de um humor irônico e sarcástico, expressava muitas vezes uma crítica velada à sociedade brasileira e suas contradições, incluindo a relação com a cultura portuguesa. Em canções como "*Com Que Roupa?*" (1930), Rosa não apenas satirizava as questões sociais e as desigualdades do Brasil, mas também fazia uso da ideia do "extrangeiro", especialmente o português, como um símbolo de um atraso cultural, moral e até estético. Na letra de Rosa há a referência ao desejo de se distanciar dos padrões e valores da elite tradicional, que, em grande parte, ainda se via associada à herança portuguesa. Essa crítica, embora não explícita de forma direta, tem um fundo antilusitano, ao associar a "simbologia" do português com a ideia de algo ultrapassado ou

estagnado, um entrave ao desenvolvimento de uma identidade nacional autêntica e moderna.

No samba "*Quem Dá Mais?*" (1930), a ironia de Noel Rosa também toca em questões relacionadas à cultura de consumo, ao status social e, de maneira subentendida, às relações entre o Brasil e a Portugal. Nesse caso, a crítica ao comportamento da classe média brasileira, muitas vezes associada aos valores de origem portuguesa, reflete um distanciamento das normas culturais e sociais que vinham dessa herança. O estereótipo do português, que aparece de maneira recorrente na obra de Rosa, funciona como um reflexo de uma sociedade que procurava, através da música, afirmar sua identidade ao mesmo tempo em que renegava os traços de sua formação colonial (Rosa, 1930b).

A visão antilusitana, que foi difundida principalmente por intelectuais como Orestes Barbosa, ao afirmar que o samba era um produto genuinamente brasileiro, também encontrou eco nas canções de Noel Rosa, cujas letras frequentemente tratavam do samba como um gênero que deveria ser livre de qualquer influência estrangeira. Noel Rosa e Orestes Barbosa contribuíram, portanto, para a ideia de que o samba não poderia ser "contaminado" por elementos da música portuguesa, mas sim exaltar suas raízes populares e afro-brasileiras. Essa "purificação" do samba, dentro de um discurso nacionalista que excluía as heranças europeias, estava diretamente ligada à construção de uma nova identidade brasileira, distanciada das marcas da colonização. Assim, ao adotar e ampliar esses discursos, Noel Rosa não apenas desafiava a cultura dominante portuguesa, mas também ajudava a consolidar o samba como o verdadeiro som do Brasil moderno, enraizado nas classes populares urbanas e nas suas interações culturais (GASPAROTTO, 2022).

A defesa do samba como símbolo de uma brasilidade autêntica e a rejeição das influências portuguesas refletem, portanto, a ambiguidade presente no processo de construção da identidade

nacional (SOUZA, 2023). Enquanto o samba era cada vez mais visto como um símbolo do Brasil moderno e progressista, ele também se tornava um campo de luta cultural, no qual as tensões entre as heranças indígenas, africanas e portuguesas eram mascaradas ou simplesmente negadas. Noel Rosa, com seu humor afiado e crítica social, foi um dos músicos que ajudou a consolidar essa visão, contribuindo para a formação de um samba nacional, que em grande parte se distanciava de sua origem multifacetada e cosmopolita.

Referências Bibliográficas

CONTIER, Arnaldo. Música no Brasil: História e Interdisciplinariedade Algumas Interpretações (1926-80). In: **História em debate: problemas, temas e perspectivas**. Anais do XVI Simpósio da Associação Nacional dos Professores de História. Rio de Janeiro, 1991.

GASPAROTTO, Lucas André. A cidade temperou a alma do morro: A receita de Orestes Barbosa para nacionalizar o samba carioca (1933). *Estudos Ibero-Americanos*, v. 48, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/42423>. Acesso em: 23 dez. 2024.

GUIMARÃES, Francisco. *Na roda do samba*. Rio de Janeiro: Typografia São Banedicto, 1933.

SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MORAES, J. G. Os primeiros historiadores da música popular urbana no Brasil. *ArtCultura*, v. 8, n. 13, 2007. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/40231>. Acesso em: 23 dez. 2024.

BARBOSA, Orestes. *Samba, sua história, seus poetas, seus músicos*. Rio de Janeiro: Funarte, 1933.

PARANHOS, Adalberto. A invenção do Brasil como terra do samba: os sambistas e sua afirmação social. *História*, v. 22, n. 1, p. 86, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/pt5J7FmCbfqbMmsSry4xczr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 dez. 2024.

ROSA, Noel. *Com que roupa?* In: **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2022 [1930]. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra69190/com-que-roupa>. Acesso em: 23 dez. 2024.

ROSA, Noel. *Quem dá mais?* In: CHEDIAK, Almir (Org.). **Songbook: Noel Rosa**. Vol. 2. São Paulo: Lumiar, 2009 [1930]. p. 105.

ROSA, Noel. *Não tem tradução*. In: ALMEIDA, Carlos. *Música nas décadas de 1920 e 1930 como construção de uma identidade nacional: Villa-Lobos, Ary Barroso, Noel Rosa e Lamartine Babo*, 2013 [1933]. p. 13. Disponível em: <https://bityli.com/RmKyf>. Acesso em: 23 dez. 2024.

SOUZA, Carolina. *Os discursos antilusitanistas na formação da identidade nacional brasileira (1890–1930)*. 2023. Tese de doutoramento em História. Universidade de Coimbra, Coimbra, 2023.

GÊNERO, RAÇA E CLASSE NO AUDIOVISUAL: UM OLHAR INTERSECCIONAL PARA O CINEMA NOVO

Carolinne Mendes da Silva¹

Resumo: Este trabalho é derivado de minha pesquisa de doutorado, concluída em 2020, na qual analisei as personagens de alguns filmes do Cinema Novo brasileiro entre 1959 e 1969, tendo em vista as perspectivas de gênero, raça e classe. Aqui me concentro no filme *Barravento* (Glauber Rocha, 1961). Objetivo compreender de que modo a narrativa define o lugar das duas personagens femininas principais, a branca Naína (Lucy Carvalho) e a negra Cota (Luiza Maranhão), e configura certas relações sociais na estrutura dramática. Buscamos investigar como ocorre a abordagem sobre as questões de gênero e raça, considerando o engajamento político e estético do cineasta e a conjuntura geral de ampliação dos debates feminista e antirracista na época de realização da obra.

Palavras-chave: Cinema Novo; gênero; raça; classe.

Contextualização

Minha pesquisa de doutorado, concluída em 2020, teve como objetivo analisar as personagens femininas nos filmes do Cinema Novo realizados entre 1959 e 1969. Considerando o engajamento político e estético dos cineastas do movimento e a conjuntura geral de ampliação do debate feminista na década de 1960, objetivei compreender de que modo as narrativas fílmicas definem o lugar dessas personagens e configuram certas relações sociais na estrutura dramática. Para isso, elenquei alguns filmes do período de maior articulação do movimento que permitiram interpretar determinada experiência histórica a partir da análise fílmica: *A Grande Feira* (Roberto Pires, 1961), *Barravento* (Glauber Rocha, 1961), *Porto das Caixas* (Paulo Cesar Saraceni, 1962), *Os Cafajestes* (Ruy Guerra, 1962), *Ganga Zumba* (Carlos Diegues, 1964), *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (Glauber Rocha, 1964), *A Falecida* (Leon Hirzsmann, 1965), *O Desafio*

¹ Pós-doutoranda pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). E-mail: carolinne.silva@alumni.usp.br

(Paulo Cesar Saraceni, 1965), *O Padre e a Moça* (Joaquim Pedro de Andrade, 1966), *Terra em Transe* (Glauber Rocha, 1967), *Capitu* (Paulo Cesar Saraceni, 1968), *O Bravo Guerreiro* (Gustavo Dahl, 1969) e *O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro* (Glauber Rocha, 1969).

A tese pretendeu demonstrar que as personagens femininas do Cinema Novo compõem um diagnóstico geral de insatisfação da mulher com o modelo tradicional de feminilidade, que a circunscreve no âmbito doméstico, enquanto esposa, dona-de-casa e mãe. Porém, enquanto as demandas das mulheres de classe média e alta foram representadas como futilidades de um grupo privilegiado, as necessidades das mulheres pobres foram representadas como parte de uma luta maior contra a desigualdade social. Diante da impossibilidade de um coletivo feminino que as reunisse, essas mulheres foram marcadas individualmente por aspectos de modernidade e conservadorismo que se combinaram de forma ambígua.

Envolvido em um contexto de efervescência sociocultural e na proposta de transformação do campo cinematográfico, o Cinema Novo brasileiro procurou articular experimentação estética e análise social. Se, por um lado, houve por parte do movimento uma preocupação em não se reproduzir o modelo hollywoodiano também no que se refere à representação das mulheres, por outro lado, no geral, seus filmes deram pouco espaço para as demandas do engajamento feminista que se colocavam na época. Em relação à raça, *Barravento* é um dos poucos filmes do movimento que traz o tema diretamente à tona, já que no geral os filmes mostram a população negra como pertencente ao segmento mais pobre, porém não aprofundam na discussão sobre o racismo.

***Barravento* (Glauber Rocha, 1961)**

O primeiro longa-metragem de Glauber Rocha conta a história de uma comunidade de pescadores negros que vivem da pesca em

Buraquinho (Bahia). Embora os personagens masculinos (Firmino e Aruã) sejam os protagonistas, as personagens femininas Cota (Luiza Maranhão) e Naína (Lucy Carvalho) têm importância fundamental para o desenrolar da narrativa. As duas são contrapostas em sua caracterização. Nesse sentido, questionamos como as mulheres estão representadas no filme; quais as diferenças entre essas duas personagens coadjuvantes; o que essas diferenças nos revelam sobre a questão racial; e como as representações e os debates trazidos pelo filme dialogam com a sociedade da época. Essas são algumas das perguntas que essa comunicação visa responder.

Embora os personagens masculinos (Firmino interpretado por Antonio Pitanga e Aruã interpretado por Aldo Teixeira) sejam os protagonistas, as personagens femininas Cota e Naína têm importância fundamental para o desenrolar da narrativa. As duas são contrapostas em sua caracterização. Naína é branca, o que já a diferencia de todas as outras personagens que são negras. Enquanto as baianas usam as vestes tradicionais – vestido branco, cabelos cobertos por um lenço – ela usa uma saia e uma blusa recatada de botões, seus cabelos lisos estão sempre soltos ao vento, seus olhos claros se destacam em vários *close ups*. A personagem é discreta e passa boa parte do filme circunspecta em torno de suas questões identitárias. Ela resguarda a inocência e pureza e precisa passar pelo ritual do candomblé para entender sua história e se integrar, de fato, à comunidade.

Cota também não se integra, embora seja negra como a maior parte dos habitantes de Buraquinho e afirme que “fez o santo”. Ela não participa dos rituais do candomblé e não se veste como as mulheres que frequentam o terreiro. Tem os cabelos curtos e usa um vestido branco decotado que delineia seu corpo e expõe parte de seus seios. Ela é uma mulher forte e independente. Firmino a admira porque “ela não se abaixa para ninguém”. Sugere-se, ao longo da narrativa, que ao contrário das outras mulheres da aldeia Cota não precisa do trabalho

dos homens, pois se prostitui. Em diálogo com Firmino, ela afirma que não depende de ninguém, pois “a carne é minha e quem faz o preço sou eu”.

Naína, ao contrário, é frágil e dependente. Em conversa com Aruã, um homem sugere que ela precisa se casar para ser, de fato, inserida na comunidade: “o negócio é homem de coragem pegar a moça, casar e pronto”. O próprio Aruã tem uma postura de cuidado em relação a ela. Quando ela tenta fugir, ao fim do filme, ele pede: “volta que eu tomo conta de você”.

Cota não é “para casar”. Os personagens masculinos que se aproximam dela só estão interessados em usufruir de seu corpo. Em momentos de intimidade com Firmino na praia, por exemplo, a mão dele percorre seu braço, costas e quadris. Ela tenta convencê-lo a começarem uma vida juntos, com um trabalho de pesca em comum, mas ele se diz preocupado com outras questões. “Se as coisas fossem diferentes, até que me arrumava”, afirma Firmino. Cota estaria alienada dos problemas que acometem a comunidade. Quando Firmino menciona que inventaram a palavra “subversivo”, desinformada Cota declara que “pelo nome parece coisa importante”. Ela parece desconhecer a conjuntura político-social que ele tanto fala. No entanto, tem consciência sobre sua própria situação, sabe que os homens a querem apenas na cama, como indica ao contar um episódio de sua vida: “Agora eu lembrei do homem que um dia me convidou para trabalhar na cidade. O serviço era na cama. Um dia o camarada abriu a boca e falou que me amava. Mas cadê coragem para casar? Para ser cachorro de dia e mulher de noite prefiro comer peixe aqui mesmo”.

Se para Firmino viver na cidade foi a solução para se afastar da opressão vivida pelos pescadores, para Cota nem isso seria possível. Nessa cena a narração permite brevemente um espaço para a expressão da subjetividade da personagem, porém o companheiro, que não se importa muito com o que ela fala, logo começa a cantar e a

câmera faz uma panorâmica em direção ao mar, ficando apenas com o canto dele. Assim, o interesse maior dos personagens masculinos pelo corpo de Cota é, também, o interesse da câmera. Firmino a convence a atrair Aruã na tentativa de quebrar seu feitiço. Ela teme morrer, mas diante da chantagem emocional dele (“se você gosta de mim, faça o que estou te pedindo”), aceita. Nenhum elemento demonstra que ela acredita que o plano dele é o melhor para a comunidade, portanto conclui-se que ela age por amor a ele.

A profanação de Aruã

A sequência da profanação de Aruã, com a exibição ostensiva de Cota nua na praia, é o momento de destaque dessa personagem feminina, sua ação mais importante para a narrativa. A câmera em *contra plongée* acompanha desde o momento em que ela chega na praia; Aruã está só olhando o mar. Em um plano mais próximo, ela desabotoa o vestido enquanto Firmino observa de longe, satisfeito e sorridente. Cota, totalmente despida, entra no mar, no contra plano há um *close up* de Aruã que fecha os olhos para resistir à tentação. Em seguida, vários planos de Cota se banhando, de costas, de frente, em pé, abaixada, sendo observada pelos dois homens. Em alguns momentos ela também devolve o olhar, o que denota sua intenção em saber se Aruã a observa. Por fim, se deita na areia e a câmera se aproxima levemente.

Cota é tomada como objeto de desejo pelo olhar de Firmino, de Aruã e pelo olhar do espectador. Ainda que a sequência seja noturna, seu corpo é bem visível por meio dos planos sucessivos de nudez. Apesar de devolver o olhar em alguns momentos, a grande ação de Cota na narrativa (a profanação de Aruã) se concretiza porque ela se deixa ver, em um jogo de sedução que depende, em primeira instância, do esquema de Firmino e, em última instância, da iniciativa de Aruã. Ela se banha no mar e se deita, esperando por ele.

Essa sequência enfatiza um interesse no registro fílmico pelo corpo de Cota que já se verificava em planos anteriores, por exemplo, no favorecimento da câmera para o olhar sobre seus seios, através do decote; na sequência da roda de samba, enquanto outras personagens são focalizadas principalmente pelos pés, em Cota interessa o movimento dos quadris, em enquadramentos que ignoram seu rosto para favorecer o olhar sobre seu corpo. Até a trilha sonora chama atenção para as formas da personagem, pois justamente quando ela vai para o centro da roda, a música muda para: “Que mulata bela, mas que natureza...”.

A montagem também se interessa pela beleza de Naína, mas no caso da mulher branca, o foco da câmera são seus olhos claros. Paralelo às imagens de Cota e Aruã na praia, são introduzidos os planos de Naína no terreiro, quando seu olhar assustado é enfatizado pelo *zoom in* da câmera. Enquanto ela tenta fugir do local, Cota e Aruã se beijam na areia. As mulheres dançam no ritual do candomblé. O clímax da relação sexual que se desenrola na praia é associado na montagem ao sangue de uma ave que é degolada no ritual e ao som de atabaques que proporcionam um clima de tensão. Por fim amanhece e Aruã acorda na praia, vários planos de seu rosto mostram sua satisfação na descoberta da sexualidade, mas em nenhum momento contempla-se seu corpo nu.

A diferenciação no figurino dos personagens é marcada pelo gênero. Os pescadores são mostrados frequentemente sem camisa – os homens que tocam nos rituais do candomblé também – enquanto as mulheres usam vestidos. Firmino também se destaca pelo visual típico do malandro: calça e camisa brancas, em alguns momentos um chapéu. Embora os homens apareçam com o peito nu, o interesse da câmera pelo corpo masculino não se compara ao registro do corpo de Cota. A cena de Aruã andando na praia após sua primeira experiência sexual é o maior exemplo disso. O plano em que ele está deitado na

areia é distante demais para ver seu corpo e depois, no plano mais próximo, só aparece seu rosto.

A sequência seguinte traz um movimento ascensional da raiz ao topo do coqueiro e depois até o céu, que anuncia a tempestade. Segundo Ismail Xavier (1983, p. 31), essa passagem estabelece a convulsão da natureza como resposta à profanação de Aruã, sendo a imagem do coqueiro “uma mediação entre o céu a terra, se quisermos entre microcosmo (a comunidade e seu solo natal) e macrocosmo (a natureza)”. De fato, produz-se o sentido da experiência sexual de Aruã como causa do barravento. Mas, além disso, destaca-se como o motor da transformação e se concretiza por meio da afirmação da potência sexual masculina conotada pela presença do coqueiro simbolizando o falo.

Dessa forma, há um reforço à ideia de atividade do homem e passividade da mulher, seja na relação sexual ou na transformação social. Ainda que Cota tenha sido responsável por seduzir Aruã e, dessa forma, desencadear o barravento, na forma como a sequência foi construída ela obedeceu ao plano de Firmino, mostrou-se nua e esperou Aruã agir. A personagem feminina é desprovida de qualquer consciência ou intenção de atuar sobre os problemas do coletivo, uma vez que sua ação apenas obedece ao companheiro.

Quando a tempestade começa, Cota corre em meio aos coqueiros, rola em uma duna de areia e é lançada ao mar; a profecia de que a mulher que se relacionasse com Aruã seria morta se cumpre. Sua trajetória repete a história da mãe de Naína – morta sob as ondas do mar após ter seduzido Joaquim, jovem que, assim como Aruã, era escolhido de Iemanjá. Ismail Xavier (1983, p. 36) conclui: “a ficção de *Barravento* comporta-se segundo o modelo das repetições cíclicas, onde o presente segue uma lógica já estabelecida pelo sistema simbólico”.

Porém, é importante notar que seria esperado que a história de Isabel (mãe de Naína) se repetisse com sua própria filha. Quando

uma das senhoras da vila lhe conta a história e conclui que agora Aruã deve ser protegido para que o mesmo não se repita, Naína a enfrenta afirmando que gosta dele. E, como ela não é iniciada no candomblé, seria possível que ignorasse a profecia e se envolvesse com Aruã, repetindo a história de sua mãe. Porém, Naína se mantém pura; é Cota quem seduz Aruã e se oferece em sacrifício. Assim, Naína pode ter um desfecho feliz ao lado de seu amado.

Cota, mesmo com medo, aceita se relacionar com Aruã por amor a Firmino. E a narração indica sua morte como resultado de seus atos. Outros dois pescadores, entre eles o pai de Naína, também morrem no momento do barravento. Aruã traz o corpo de Chico do mar, explica que não conseguiu resgatar o outro, e Chico é velado pela comunidade. O mesmo não ocorre com Cota; ninguém comenta sua morte. Isso pode acontecer porque ela já não se integrava de fato à comunidade ou também porque ela foi a responsável pela profanação de Aruã, algo ruim para todos. De qualquer forma, cumprida sua função, a personagem deixa de interessar à narrativa e nem é mais mencionada.

Naína, mesmo com medo, aceita “fazer o santo” para poder ficar com Aruã. Nesse sentido, assim como Cota, sacrifica-se por amor. A sua angústia diante dos rituais do candomblé volta a ser marcada na cena em que a mãe de santo corta seu cabelo e ela chora. A religião a amedronta. No desfecho do filme Aruã declara que vai para a cidade, mas promete voltar para ficar com ela. O beijo e o sorriso selam seu final feliz. A mulher branca, disputada pelos dois personagens principais – na roda de samba, Aruã e Firmino brigam por ela –, termina com quem realmente amava. A mulher negra que não conquista definitivamente nenhum dos dois – eles só se relacionam com ela sexualmente – é morta como castigo.

O candomblé e as mulheres

Embora seja problemática a forma pela qual a narração trata as duas personagens, há um retrato do poder das mulheres negras por meio da religião. Afinal, são as mães de santo que comandam o candomblé; elas estão sempre ao centro no terreiro, são responsáveis pelos rituais, mesmo que existam homens tocando ao fundo. Quando Firmino procura uma delas para realizar o despacho contra Aruã, a mulher não aceita e ele então recorre ao Pai Tião, mas o trabalho feito pelo homem não tem resultado.

Conceição de Maria Ferreira Silva (2010) destacou o papel de “Mãe Dadá”, da musicalidade e da mitologia dos orixás como indicadores da ambiguidade, já observada por Ismail Xavier, entre a negação do candomblé como alienação e sua afirmação pela composição do filme. A autora afirma que a mãe de santo é um elemento fundamental daquela comunidade de pescadores, visto que sua esfera de influência ultrapassa o espaço do terreiro e recai diretamente sobre a vida de todos. Nesse sentido, Mãe Dadá é reverenciada como autoridade máxima.

Por serem centrais no candomblé, as mulheres se tornam encarregadas pelo bem-estar espiritual do grupo. Já os homens são responsáveis pelo aspecto econômico e material. No filme, ainda que a religião interfira na atividade produtiva da pesca, quem faz essa mediação é uma figura masculina, o Mestre, que se encarrega de proteger a interdição sexual de Aruã – garantia espiritual da abundância de peixes.

Com exceção de Firmino, em geral, os moradores da comunidade, homens ou mulheres, são marcados pela fé, mas também não deixam de refletir racionalmente. Quando Firmino rasga a rede e o Mestre ordena a pesca com a jangada, homens e mulheres discutem a situação em rodas de conversas separadas. Eles conversam sobre o perigo de se arriscarem no mar daquela forma; elas falam sobre a impossibilidade de os homens trabalharem na cidade, já que não sabem fazer nada além de pescar. De qualquer forma, é imperativa

uma separação de gênero nas atividades cotidianas e a exclusão das mulheres da esfera produtiva, mas isso não significa que elas não pensem sobre os problemas sociais e econômicos do grupo como um todo.

Nas declarações de Glauber (apud LIMA JÚNIOR, 1962), seu filme estaria contra a religião entendida como fator fundamental na alienação da comunidade retratada: “Fiz um filme contra candomblés, contra misticismos e, num plano de maior dimensão, contra a permanência de mitos numa época que exige lucidez, consciência crítica, ação objetiva”. A interpretação de Ismail Xavier evidencia que isso não se concretiza totalmente; a narrativa é ambígua, pois embora a religião seja vista como alienante, as crenças se cumprem efetivamente e são o motor da transformação. A maior parte dos autores que se sucedeu à análise de Xavier perpetuou essa visão: José Gatti (1987), Celso Prudente (1995) e Gilberto Vasconcellos (2001), entre outros.

Todavia, a opinião expressa por Glauber, ao relacionar diretamente religião e alienação, foi endossada por alguns críticos da época. Walter Lima Júnior (1962) afirma que a crença na religião africana talvez seja a pior forma de submissão dos negros. Um outro crítico aponta como “uma falha de Glauber permitir o desaparecimento da mulher confirmando a lenda” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1963). Sendo assim, é importante examinar mais a fundo como a questão racial surge no filme, principalmente por meio da personagem feminina negra.

Thiago Florêncio (2011) retoma a discussão levantada por Xavier dando maior atenção à questão específica da corporeidade negra e de sua dimensão performática. Segundo ele, se a narração de *Barravento* reduz o negro à alienação mística ela também eleva-o à condição positiva pela mediação da sensibilidade corporal. Porém, questiona se ao condenar o misticismo dos afro-brasileiros à irracionalidade e exaltar a força plástica de sua corporeidade, o diretor

não estaria fetichizando o próprio corpo negro e afirma que Glauber parece manter um olhar nostálgico e primitivista sobre essa população.²

Tal afirmação é comprovada pelo autor, mais pelas declarações de Glauber sobre o filme do que pela própria narrativa. Em carta enviada a Paulo Emílio Salles Gomes, durante as filmagens de *Barravento*, Glauber afirmou: “Estou usando atores negros, fabulosos, vivos, flexíveis, quentes e cheios de violência plástica & sensualismo. O *mise en scène* está fundamentado na coreografia popular dos passos e gingas daqueles capoeiristas latentes”.³

A associação dos corpos negros à sensualidade na frase de Glauber de fato remete a estereótipos racistas. De qualquer forma, independentemente das intenções e visões de mundo do diretor há no filme uma exaltação estética da negritude, ambígua, pois vem acompanhada de questionamentos e reverências a suas práticas culturais. A presença de um elenco majoritariamente negro assumindo o protagonismo rompe com a ideologia da mestiçagem como representante da identidade nacional.⁴ Há uma valorização pelos movimentos corporais dos atores negros, seja no samba, na capoeira ou no candomblé. Esse enaltecimento do elenco como um todo, portanto, não ocorre apenas na chave da sensualidade. Porém, em relação à personagem Cota especificamente, é essa a característica mais acentuada.

Ismail Xavier destaca um momento marcante de invasão da corporeidade negra justamente na sequência que considera emblemática para se entender o barravento quando, após a profanação de Aruã, a câmera acompanha sua caminhada até que seu corpo

² O autor afirma que a performance negra é fundamental para a busca de uma linguagem cinematográfica própria por parte da realização de Glauber e o que se vê de uso da força plástica do universo corporal negro em *Barravento* é ainda mais intenso em *O leão de sete cabeças* (Glauber Rocha, 1970).

³ Carta enviada para Paulo Emílio de Salvador em 02/11/1960. In: BENTES, 1997.

⁴ Sobre a ideologia da mestiçagem, ver MUNANGA, 1999.

preencha todo o quadro. Trata-se exatamente da sequência que permite a comparação sobre o interesse distinto da câmera pelo corpo do homem negro e da mulher negra. Nesse momento nu, Aruã só é enquadrado dos ombros para cima; já Cota teve sua nudez mostrada de forma marcada a incitar o prazer visual masculino.

A sequência em que Cota se banha nua no mar lembra inclusive um movimento semelhante de Leda em *Os Cafajestes*. Pode não ser coincidência que os dois filmes tenham sido fotografados por Tony Rabatony. Em ambos a mulher se encontra nua na praia, filmadas como objetos do olhar de dois personagens masculinos e do espectador. Nas duas obras, também, a nudez do corpo feminino foi usada para atrair o público.⁵ Porém, há uma diferença significativa: Leda age em nome de sua autonomia; Cota, em obediência ao plano de Firmino. Ou seja, apenas a mulher branca pode ser sujeito da liberação sexual. Leda expressou seu desejo de decisão sobre seu próprio corpo e por isso foi castigada. Essa autonomia não é concebível para a mulher negra, que só se afirma como dona do seu corpo quando menciona o preço que lhe atribui, ou seja, a prostituição é a única forma de liberdade possível para ela.

Glauber, que atuava desde o início na produção de *Barravento*, refez o roteiro do filme e assumiu a direção após Luís Paulino dos Santos – roteirista e diretor no início do projeto – ter se desentendido com a equipe. Glauber criticou o fato de o roteiro de Paulino dos Santos destinar muitos planos para a atriz Sônia Pereira, pela qual ele estaria apaixonado, e os dois saíram do filme. Não se sabe ao certo qual personagem seria interpretada pela atriz, mas no roteiro inicial a personagem Cota (definida como “negra bonitona e sensual”) tem mais destaque, construindo-se inclusive como vilã – ela se indis põe com a comunidade antes mesmo da chegada de Firmino. Ainda que

⁵ Em carta a Paulo Emílio, Glauber afirma que tem discutido com o fotógrafo Tony Rabatony, discípulo de George Stevens (diretor, produtor e roteirista de cinema norte-americano). Essa referência é significativa para pensar a forma como a mulher é fotografada nos trabalhos do fotógrafo.

com algumas mudanças, a nudez da personagem durante a profanação de Aruã já estava prevista. Ao ter algumas ações e falas diminuídas no resultado do filme de Glauber, a personagem é ainda mais reduzida à beleza plástica de seu corpo.⁶

Tania Montoro e Ceíça Ferreira (2014) afirmam que enquanto a Cota do roteiro de Paulino era deliberadamente má, a do filme de Glauber é apenas vítima, um fantoche de Firmino. Segundo Conceição de Maria Ferreira Silva (2010, p. 95-96) a exposição e erotização do corpo feminino em *Barravento* revela uma continuidade da objetificação da mulher negra, reafirmando os estereótipos já existentes e “contribui para a manutenção de sua visibilidade apenas como um corpo consumível/desejável nas representações sociais”. Para Sylvie Pierre (1996, p. 249), o desfecho do filme aponta que após a interferência de Cota e Firmino, Naína e Aruã podem fazer “nascer a esperança de uma maturação revolucionária”.

Considerações finais

De fato, ainda que o filme conte a história de uma comunidade predominantemente negra, por fim, o casal inter-racial indica a possibilidade de mestiçagem. Firmino e Cota cumprem seu papel na transformação do vilarejo e já não interessam mais à narração. Cota é sacrificada e nem mesmo Firmino se importa com isso, reiterando uma trajetória de solidão da mulher negra, para além da narrativa fílmica (PACHECO, 2008).

Mesmo que a mulher negra fosse valorizada pela narrativa ela também é transformada em objeto de prazer para os outros personagens e para o espectador. Não é possível a afirmação de sua subjetividade, de seu desejo de autonomia sobre o próprio corpo.

⁶ Em carta a Paulo Emílio (1986, p. 124)), Glauber fala que assumiu a direção após um “bafafá sentimental entre diretor e atriz”, a quem se refere ironicamente como Greta Garbo. E ainda critica: “no roteiro definitivo de Luiz Paulino existiam 180 planos da referida estreante sensual: que eram desnecessários além de enfáticos, pois que, num dos diálogos entrelinhados: Como é bela”. Para uma comparação dos dois roteiros, ver: NUNES, 2011.

Mesmo como prostituta ela é agenciada por outro homem. No conjunto com as outras personagens negras presentes nos filmes do Cinema Novo analisados em minha tese, considero possível afirmar que são mulheres marcadas mais pelos aspectos instintivos e emocionais do que pela racionalidade. Elas agem sem pensar, o amor ao outro é o que é esperado delas.

Fontes

“40 anos de Barravento. A consagração de Glauber Rocha no continente europeu”. *Jornal da Jornada*. Salvador, setembro de 2002, p. 9.

“Produção de filmes na Bahia”. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 06/05/1961.

WILSON, David. “Barravento”. *Monthly Film Bulletin*. Vol. 39, n. 463, agosto/1972, p. 155-156.

SHATOWSKY, Alberto. “A Bahia tem cinema também”. Rio de Janeiro, *Manchete*. 1961, p. 99-100.

ESTÈVE, Michel. “Note sur Barravento”. *Études Cinématographiques*. N. 97/99, 1973, p. 37-40.

AMENGUAL, Barthélemy. “Glauber Rocha ou les chemins de la liberté”, p. 41-91

FALCONE, Fernando Trevas. “Sinfonia de Imagens”. *Revista TVA*. Março/1998.

L.A.B.L. “Cinema Nosso”. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 28/06/1962.

“‘Barravento’ exibido na Checoslováquia”. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 24/06/1962.

JÚNIOR, Walter Lima. “Barravento no cinema brasileiro”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 17/04/1962.

“Anteestreia hoje de ‘Barravento’”. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 12/10/1962.

“O cinema surge na Bahia”. *Diário da Noite*. São Paulo, 16/05/1961.

“Mulher é sempre notícia”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 05/17/1961.

"Barravento traz Luiza". Revista O Cruzeiro, n. 17, 1961.

"Barravento". *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 19/08/1961.

ROCHA, Glauber. "Experiência 'Barravento': confissão sem moldura". *Diário de Notícias*. Salvador, 26/12/1960.

"Na Bahia a coisa é séria". *Visão*. Rio de Janeiro, 16/03/1962, p. 58.

"Filme de Glauber é atração da semana". *Notícias Populares*. São Paulo, 28/09/1967.

"Barravento". *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 29/09/1967.

"'Barravento', de Glauber Rocha, o filme que Moravia elogiou". *Diário da Noite*. São Paulo, 29/09/1967.

"'Barravento' estreia no Belas Artes". *Folha de São Paulo*. São Paulo, 29/09/1967.

"Entra hoje Barravento". *Jornal da Tarde*. São Paulo, 29/09/1967.

"'Barravento': Glauber Rocha valoriza cinema brasileiro". *Diário da Noite*. São Paulo, 30/09/1967.

"Barravento". *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 01/10/1967.

"Eu sou Luiza Maranhão, a bárbara". *Uh*. São Paulo, 21/10/1967.

LIMA, Antônio. "Cláudia e Luiza Maranhão são as belas mulheres dos bons filmes da semana". *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 03/10/1967.

"Barravento". *Folha de São Paulo*. São Paulo, 21/07/1968.

"A Grande Feira". *O Estado de São Paulo. Suplemento literário*. São Paulo, 29/09/1962.

"Barravento". *Visão*. Rio de Janeiro, 07/10/1960.

VIANY, Alex. "'Barravento': o problema é comunicação". *Senhor*. São Paulo, julho/1962.

"Caminhos VI". *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 24/03/1963.

"Notícias de casa". *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 28/04/1963.

GASTAL, P. F. "Prognósticos da semana". Porto Alegre, 08/10/1963.

MORAVIA, Alberto. "ritos voluptuosos dos magicos brasileiros". *Última Hora*. São Paulo, 26/10/1963.

ALBERTO, Luiz. "Enfim, Barravento". *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 01/11/1963.

"Alberto Moravia gostou muito de 'Barravento'". *Folha de São Paulo*. São Paulo, 1963 (s.d.)

"Palhaço assassino faz ponta em fita". *Última Hora*. 13/03/1964.

XAVIER, Ismail. "Barravento". *Diário de São Paulo*. São Paulo, 26/07/1968.

Referências Bibliográficas

BENTES, Ivana (org.) **Glauber Rocha**. Cartas ao Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORÊNCIO, Thiago. Corpo negro-africano no cinema de Glauber Rocha. In: XI Congresso Luso Afro brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, 2011. **Anais do XI Congresso Luso Afro brasileiro de Ciências Sociais**. Salvador, 2011. Disponível em: <<http://ficine.org/corpo-negro-africano-no-cinema-de-glauber-rocha-parte-1/>>. Acesso em: 10 Dez. 2024.

GATTI, José. **Barravento**: a estréia de Glauber. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

GOMES, João Carlos Teixeira. **Glauber Rocha, esse vulcão**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

GOMES, Paulo Emílio Salles. **Cinema**: trajetória no subdesenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: FUSP/Editora 34, 2002.

hooks, bell. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

MONTORO, Tania; FERREIRA, Ceíça. Mulheres negras, religiosidades e protagonismos no cinema brasileiro. **Galaxia**, São Paulo, n. 27, p. 145-159, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gal/v14n27/12.pdf>>. Acesso em: 10 Dez. 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: Identidade nacional versus identidade negra. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

PACHECO, Ana Claudia Lemos. **Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar**: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

PIERRE, Sylvie. **Glauber Rocha**. Textos e entrevistas com Glauber Rocha. Campinas: Papirus Editora, 1996.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

PINTO, Céli Regina J. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRUDENTE, Celso Luiz. **Barravento - o negro como possível referencial estético no Cinema Novo de Glauber Rocha**: antropologia do cinema. São Paulo: Nacional, 1995.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **Glauber pátria Rocha livre**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

SILVA, Carolinne Mendes da. **O negro no cinema brasileiro**. São Paulo: Liberars, 2017.

SILVA, Conceição de Maria Ferreira. **Barravento, Orí e Santo Forte**: representação das religiões afro-brasileiras no cinema. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás, 2010.

XAVIER, Ismail. **Sertão Mar**: Glauber Rocha e a estética da fome. Rio de Janeiro: Embrafilme, 1983.

_____. **Alegorias do subdesenvolvimento**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

_____. **O cinema brasileiro moderno**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

ENTRE O PASSADO E O IMAGINÁRIO: A “NAÇÃO” NA RETÓRICA DA NOVA EXTREMA-DIREITA

Cássio Lopes Aquino¹

Resumo: Este estudo investiga como os conceitos de “nação” e “nacionalismo” são instrumentalizados por líderes de extrema-direita no século XXI para legitimar seus projetos políticos em meio à crise das democracias liberais. Esses líderes utilizam o nacionalismo como eixo normativo para promover a exclusão do “outro” e reforçar uma identidade nacional homogênea, baseada numa interpretação teleológica da história que glorifica o “Estado-nação”. O nacionalismo é entendido como uma construção ideológica flexível, adaptada a interesses autoritários, com o uso estratégico do passado sendo central na criação de narrativas que justificam projetos de reconstrução nacional. Exemplos como Jair Bolsonaro e Donald Trump ilustram como discursos políticos mobilizam esses conceitos para engajar apoiadores e reafirmar uma visão exclusivista da “verdadeira nação”. A pesquisa adota uma abordagem crítica para explorar o papel contemporâneo do nacionalismo e suas relações com o passado.

Palavras-chave: Nação; Nacionalismo; Nova Extrema-Direita; Bolsonaro; Trump.

Os conceitos de “nação” e “nacionalismo” são complexos e desafiadores de definir. Suas naturezas semânticas estão inseridas em um amplo processo de desenvolvimento organizacional humano, cuja máxima expressão e representatividade se concretizou na criação do “Estado-nação” no século XIX. Essa associação entre “Estado” e “nação” é central para compreender os alcances teóricos dos termos analisados neste trabalho.

A literatura científica sobre esses conceitos é extensa e abrange uma miríade de interpretações. Assim como ocorre com qualquer conceito, “nação” e “nacionalismo” possuem uma historicidade própria. A história dos conceitos, tal como formulada por Reinhart

¹ Mestre em História, Relações Internacionais e Cooperação pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (U. Porto). E-mail: cassiolopesaquino@gmail.com.

Koselleck, revela um rico espectro de reflexões que influenciam a compreensão atribuída a esses termos (KOSELLECK, 2008, p. 388).

Os deslocamentos conceituais promovidos por atores históricos são recorrentes nas discussões políticas. Nesse contexto, torna-se essencial considerar a multiplicidade de “linguagens” em que o debate político se manifesta. John Pocock (2003, p. 25 e 31) argumenta que essas “linguagens” refletem as reações dos participantes do jogo político em diferentes contextos linguísticos e históricos. Isso acrescenta uma dimensão crucial para a análise do contexto político em que se inscrevem tanto a “nação” quanto o “nacionalismo”.

Assim, historicizar os discursos políticos exige reconhecer que eles emergem como formas de argumentação intrínsecas ao próprio processo político. Tal abordagem implica compreender que o político não é uma esfera separada, mas sim uma modalidade da prática social. Essa perspectiva é fundamental para elucidar as antinomias da experiência moderna (RÉMOND, 2003, p. 35-36; ROSANVALLON, 2010, p. 52).

Os debates sobre as definições de “nação” e “nacionalismo” na literatura científica são amplos e se intensificaram especialmente a partir da segunda metade do século XX. Essas discussões exploram as origens histórico-culturais desses conceitos e os impactos de sua incorporação ao ordenamento estatal (BOURDIEU, 2014, p. 21 e 26). De modo geral, tais debates podem ser agrupados em duas grandes correntes teóricas: a modernista e a primordialista/perenialista. As convergências e tensões entre essas abordagens moldaram as principais reflexões sobre as origens e desdobramentos da conceituação de “nação”.

A perspectiva modernista sustenta que a nação é uma construção típica da modernidade, fruto de fatores diversos que convergiram nesse período histórico. Em contraste, a vertente primordialista/perenialista encara a nação como uma entidade original, perene e teleológica. Apesar de suas diferenças, ambas as

abordagens tendem a reforçar a ideia de uma nação como uma comunidade homogênea, destacando os elementos unificadores que foram cruciais para sua formação.

Contudo, é igualmente fundamental reconhecer o papel do fator de exclusão na consolidação do projeto nacional. Jürgen Habermas (2002) aponta que essa exclusão foi amplificada por meio da disseminação precipitada da consciência nacional, frequentemente sustentada por recursos propagandísticos que a desconectaram de sua realidade histórica. Nesse sentido, a nação se apresenta como uma comunidade política construída com base em uma suposta ascendência comum, historicamente consolidada por sua associação ao Estado.

A origem nacional, por sua vez, sempre esteve intrinsecamente vinculada a uma delimitação negativa entre o “nós” e o “outro”. Essa construção frequentemente se fundamenta na ideia de superioridade de um povo em relação a outros, transformando a promoção da consciência nacional em um mecanismo de defesa contra influências externas. Assim, a exaltação positiva da nação também gerou formas de exclusão, marginalizando grupos sociais que não se adequavam ao projeto nacional idealizado.

Esse viés excludente é precisamente o que a extrema-direita do século XXI utiliza como fundamento para a definição de seu programa político. O movimento internacional de restauração do nacionalismo busca reposicionar valores conservadores e tradicionalistas no centro do debate político. A ideologia conservadora desempenha um papel essencial na construção de um ideal político que frequentemente resgata aspectos autoritários, enfatizando a distinção entre “nós” e “os inimigos”. A negação do passado e a naturalização da desigualdade são características intrínsecas de governos autoritários que utilizam narrativas de promoção nacional como ferramenta para consolidar o poder. É nessa disputa pela narrativa histórica que o conceito de nação

se torna um instrumento crucial para manipular e monopolizar a verdade (SCHWARCZ, 2019, p. 16-18).

O nacionalismo promovido pela extrema-direita contemporânea baseia-se em valores culturais e étnicos com forte inclinação autoritária, especialmente ao centralizar o poder político e simbólico em um líder supremo. Esse líder frequentemente se converte em uma figura mítica, legitimada para falar em nome de um grupo específico (SCHWARCZ, 2019, p. 234; CIOCCARI E PERSICHETTI, 2019, p. 138-139). Além de reforçar a visão primordialista e perene da nação, o discurso da extrema-direita também incorpora um viés instrumentalista. Conforme argumentado por John Coakley (2017, p. 7), apoiando-se nas reflexões de Anthony D. Smith, a solidariedade nacional é frequentemente concebida como fruto dos esforços de elites que destacam seletivamente elementos culturais para estabelecer fronteiras claras entre o grupo e os “outros”. Essa estratégia é coerente com a lógica de desenvolvimento racional que caracteriza a nova extrema-direita.

Adicionalmente, a disseminação dessa visão rejeita a perspectiva construtivista da nação, amplamente defendida por Eric Hobsbawm (1990). Tal abordagem desconsidera o entendimento de que as nações são, essencialmente, construções sociais moldadas pelas elites para formar coletividades modernas. Esse processo, frequentemente baseado na invenção de tradições e na manipulação das percepções do passado, reflete um esforço constante para instrumentalizar a história em função das agendas políticas do presente (COAKLEY, 2017, p. 7).

No caso brasileiro, a ascensão política de Jair Bolsonaro exemplifica concretamente a vertente autoritária do nacionalismo em sua afirmação no cenário doméstico e internacional. Ao longo de seu mandato presidencial, suas declarações sobre o nacionalismo refletem uma visão da sociedade brasileira como dividida em dois campos antagônicos: de um lado, os “verdadeiros brasileiros”, defensores dos

valores morais cristãos e libertários; de outro, os "marginais vermelhos" ou "corruptos", identificados principalmente com a esquerda política, notadamente o Partido dos Trabalhadores (PT). Essa dicotomia alimenta uma concepção conveniente de "nação", fundamentada em um viés autoritário que molda narrativas de resgate de uma ordem supostamente perdida (JÚNIOR E CASARÕES, 2023, p. 676-677).

Bolsonaro frequentemente evoca um passado idealizado, especialmente o regime militar instaurado pelo golpe político de 1964, como justificativa para sua ideia de ordem e segurança nacional contra as forças de esquerda. Em uma de suas declarações mais polêmicas, ao exaltar o ex-general Carlos Brilhante Ustra, conhecido por torturar opositores durante a ditadura militar, Bolsonaro afirmou: "Um herói nacional que evitou que o Brasil caísse naquilo que a esquerda hoje em dia quer" (citado por G1, 2019). Por meio desse constante temor do "inimigo político", Bolsonaro constrói uma narrativa que mobilizou amplos setores da sociedade e contribuiu para sua ascensão ao poder. O elogio ao regime militar reforça marcadores de exclusão social, promovendo um "nacionalismo" que manipula o passado para justificar uma visão de autoridade, hierarquia e controle.

Esse projeto de nação busca homogeneizar a identidade brasileira, fabricando um discurso de unidade que ignora a diversidade cultural, étnica, histórica e linguística do país. Bolsonaro reserva o papel de "verdadeiros brasileiros" apenas àqueles que compartilham sua visão de valores cristãos e conservadores, excluindo grupos que não se enquadram nesse ideal. O slogan de sua campanha presidencial – *"Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!"* – reflete essa visão, vinculando o nacionalismo a uma supremacia religiosa cristã.

Essa associação religiosa reforça o caráter nativista de seu projeto político, que tenta afastar-se das influências culturais das matrizes africanas e indígenas. A construção do "verdadeiro Brasil"

promove a exclusão social de grupos que não pertencem à matriz europeia cristã (ROCHA ET AL., 2021; JÚNIOR E CASARÕES, 2023; WEBBER, 2020). Bolsonaro apresenta um ideal patriótico inseparável de valores religiosos, em contraste com as políticas secularizadas de governos anteriores. Para ele, o Brasil deveria ser pautado por crenças cristãs, enquanto o secularismo é interpretado como uma estratégia da esquerda para desestabilizar as tradições judaico-cristãs e doutrinar as novas gerações.

É perceptível como Jair Bolsonaro manipulou os conceitos de "nação" e "nacionalismo" de maneira arbitrária, utilizando-os para promover um contínuo processo de diferenciação e exclusão do "outro". Essa instrumentalização é possível graças à natureza elástica e politicamente construída desses conceitos, que podem ser adaptados de acordo com o contexto. Por serem artificiais e maleáveis, os conceitos de "nação" e "nacionalismo" são suscetíveis a manipulações que visam homogeneizar uma identidade, frequentemente em detrimento de ideologias ou grupos que destoam da narrativa dominante. No caso de Bolsonaro, o caráter arbitrário dessa manipulação é inerente à gênese dos próprios termos, permitindo que eles sejam operacionalizados em torno de uma ideia de antagonismo com o "outro".

Bolsonaro encontrou inspiração explícita em outro líder da extrema-direita nas Américas: Donald Trump. A administração de Trump nos Estados Unidos marcou um novo momento na política do continente, com impactos profundos. Como argumentam Daniel Pinéu e José Manuel Pureza (2021, p. 30), o governo Trump desempenhou um papel propulsor na internacionalização de partidos de extrema-direita. Tanto Trump quanto Bolsonaro compartilham estratégias semelhantes de abordagem e instrumentalização dos conceitos de "nação" e "nacionalismo", ao mesmo tempo em que despolitizam o debate público. Essa despolitização ocorre pela naturalização de problemas sociais e pela transferência da

responsabilidade governamental para um discurso personalista centrado na figura do líder (BAPTISTA ET AL., 2022, p. 106).

Nos Estados Unidos, Trump explorou questões identitárias ao reforçar a ideia de quem seriam os “reais americanos”, marginalizando opositores políticos como traidores de uma identidade majoritariamente branca e cristã (OLIVEIRA E LEITE, 2021, p. 56). De maneira semelhante, Bolsonaro apresentou seus apoiadores como legítimos representantes de um povo homogêneo, que ele descrevia como os verdadeiros representantes da “nação”. Ambos recorreram à narrativa de “resgate nacional”, um elemento presente nos lemas de suas campanhas: enquanto Trump usava “*Make America Great Again*”, Bolsonaro reiterava a ideia de um Brasil cristão e moralmente conservador. Ambos reforçaram uma oposição dicotômica entre “nós” e “eles” (BAPTISTA ET AL., 2022, p. 111-112).

Essa estratégia compartilha a característica de homogeneizar o povo em torno de um ideal político conservador, ancorado na preservação de valores “tradicionais” e na defesa da matriz cristã, frequentemente acompanhada de uma conotação racial. Tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, sob Trump e Bolsonaro, a ideia de identidade nacional e coletiva está profundamente ligada à promoção dos valores cristãos como pilares fundamentais da nação. Essa visão estreita da cultura ou da civilização ocidental como algo homogêneo e superior ignora a multiculturalidade e suprime as diversidades locais (PINÉU E PUREZA, 2021, p. 25).

Dessa forma, fica evidente como o nativismo, ao criar uma dicotomia entre “nós” e o “outro”, está intrinsecamente ligado à gênese do conceito de nação. Ele reforça um senso de unidade fundamentado na inclusão de alguns e na exclusão de outros. Esse viés excludente é a força motriz do nacionalismo promovido pela extrema-direita internacional, direcionando-se tanto contra agentes internos quanto externos, e gerando uma constante necessidade de defesa e preservação da identidade nacional.

O crescimento desse movimento político liderado por figuras de extrema-direita, que instrumentalizam a plataforma nacionalista, deve ser amplamente estudado. Essa análise é essencial para compreender os métodos empregados por aqueles que minam as bases da democracia, manipulando conceitos como o de nação para fins autoritários. Além disso, é fundamental reconhecer que a característica de exclusão, inerente ao conceito de nação, não é apenas um subproduto, mas um elemento deliberadamente instrumentalizado. A própria ideia de nação envolve a construção de uma identidade homogênea que, inevitavelmente, se define em oposição a outra.

Reduzir o uso desses antagonismos nacionais a uma característica exclusivamente populista é uma visão superficial e insuficiente. O nativismo está profundamente enraizado na ideia de nação e nacionalismo, desempenhando um papel central na construção do sentimento de comunidade. Ele legitima a defesa nacional ao criar fronteiras simbólicas que incluem aqueles considerados parte da "cultura original", enquanto excluem e marginalizam os que não se encaixam nesse ideal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, E. A.; HAUBER, G.; ORLANDINI, M. G. Despolitização e populismo: as estratégias discursivas de Trump e Bolsonaro. *Media & Jornalismo*, v. 22, n. 40, p. 105-119, 2022. DOI: 10.14195/2183-5462_40_5.

BOURDIEU, P. *Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CIOCCARI, D.; PERSICHETTI, S. A campanha eleitoral permanente de Jair Bolsonaro: o deputado, o candidato e o presidente. *Lumina*, v. 13, n. 3, p. 135-151, 2019. DOI: 10.34019/1981-4070.2019.v13.28571.

COAKLEY, J. Primordialism in nationalism studies: theory or ideology? *Nations and Nationalism*, v. 24, n. 2, p. 1-21, 2017. DOI: 10.1111/nana.12349.

G1. Bolsonaro chama coronel Brilhante Ustra de "herói nacional". Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/08/bolsonaro-chama-coronel-ustra-de-heroi-nacional.ghtml>. Acesso em: 24 jun. 2024.

HABERMAS, J. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HOBSBAWM, E. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JÚNIOR, R. B.; CASARÕES, G. Statecraft under God: radical right populism meets Christian nationalism in Bolsonaro's Brazil. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 50, n. 3, p. 669-699, 2023. DOI: 10.1177/03058298221110922.

KOSELLECK, R. A historiografia constitucional e a história dos conceitos. In: KOSELLECK, R. *História de conceitos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. p. 377-414.

OLIVEIRA, T. G. G.; LEITE, L. A. B. O futuro não pertence aos globalistas: Donald Trump e a instrumentalização política do nacionalismo. *Conjuntura Austral: Jornal of the Global South*, v. 12, n. 57, p. 51-67, 2021. DOI: 10.22456/2178-8839.106661.

PINÉU, D.; PUREZA, J. M. Antiglobalistas globais: a extrema-direita e a ordem internacional. In: HONÓRIO, C.; MINEIRO, J. (Org.). *Novas e velhas extremas-direitas*. Lisboa: Parsifal, 2021. p. 23-34.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EdUSP, 2003.

RÉMOND, R. Uma história presente. In: RÉMOND, R. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.13-36.

RICCI, P.; VENTURELLI, G. Connections between populism and nationalism: evidence from Jair Bolsonaro's speeches. *Nations and Nationalism*, p. 1-19, 2023. DOI: 10.1111/nana.12949.

ROCHA, C.; SOLANO, E.; MEDEIROS, J. *The Bolsonaro paradox: the public sphere and right-wing counterpublicity in contemporary Brazil*. Cham: Springer, 2021. DOI: 10.1007/978-3-030-79653-2.

ROSANVALLON, P. *Por uma história filosófica do político*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

SCHWARCZ, L. M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

WEBBER, J. R. A Great Little Man: the shadow of Jair Bolsonaro. *Historical Materialism*, v. 28, n. 1, p. 3-49, 2020. DOI: 10.1163/1569206X-12342801.

A PRODUÇÃO DE TECIDO DE ALGODÃO NAS AMÉRICAS: UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA¹

Daniel Moreira de Souza²

Resumo: A presente pesquisa propõe uma revisão historiográfica da produção de algodão nas Américas, com foco em obras que abordam o mercado interno colonial. A partir da leitura crítica de autores como Carlos Sempat Assadourian e Silvia Palomeque, buscamos problematizar a forma como a historiografia tem abordado essa temática, evidenciando a necessidade de se ir além da análise macroeconômica para compreender o impacto social da produção de algodão nas colônias espanholas.

Palavras-Chaves: Algodão; Produção; Circulação; Historiografia

Abstract: This article proposes a historiographical review of cotton production in the Americas, focusing on works that address the internal colonial market. Through a critical reading of authors such as Carlos Sempat Assadourian and Silvia Palomeque, we aim to problematize the way historiography has approached this topic, highlighting the need to go beyond macroeconomic analysis to understand the social impact of cotton production in Spanish colonies.

Keywords: Cotton; Production; Circulation; Historiography

Introdução

Pensar nos acontecimentos da Revolução Industrial e os seus desdobramentos é alvo de inúmeras pesquisas e diversas abordagens historiográficas. Seja uma história social, voltada para a formação de uma classe operária após o volumoso número de pessoas que precisam trabalhar e se adaptar à nova realidade imposta à produção industrial, uma história agrária e pensar os espaços que produziam as matérias-primas necessárias para as indústrias acontecerem, também

¹ Relatório final de iniciação científica, orientado pelo professor Dr. Tiago Luis Gil, referente ao edital 2023/2024.

² Graduando em História pela Universidade de Brasília, endereço eletrônico: daanielmoreira@gmail.com.

uma história econômica que trata justamente desse desenvolvimento do capitalismo nesse período. Entre outras inúmeras possibilidades, pensar as matérias-primas que foram essenciais para esse desenvolvimento dessa rede inicial de industrialização também é uma possibilidade. Sendo assim, pensa-se no algodão já que ele está presente na história da vida humana e necessário de diversas formas.

A indústria algodoeira foi, segundo Sven Beckert em seu livro *El Imperio del Algodón*, o que desenvolveu a noção de fábrica como uma instalação, não o contrário (BECKERT, 2015, p. 20). Ou seja, pensar que o desenvolvimento industrial levou a produção e a construção da indústria algodoeira é, segundo ele, equivocada, pois foi o processo reverso: a alta produção de algodão levou o desenvolvimento fabril para suprir a produção que estava cada vez mais alta. É interessante como ele pontua que *“más tarde, esos mismos europeos empezarían a valerse del dinamismo de su industria algodonera como de un trampolín con el que crear otras industrias. De hecho, el algodón acabó convirtiéndose en la pista de despegue de la Revolución Industrial como tal”* (BECKERT, 2015, p. 14). Para além dela ser o pontapé inicial para se pensar o desenvolvimento fabril, é também um dos principais fatores que alavancam outras formas deste mesmo desenvolvimento. Dessa forma, é necessário pensar como esse produto foi essencial para o desenvolvimento da Revolução Industrial e a sua importância para a sociedade humana.

A produção de algodão é marcada como um ato que acompanha o processo da história, em torno de todo o globo. Nas Américas, presente nos Estados Unidos e nas colônias espanholas e portuguesas. No continente asiático muito presente na China e, principalmente na Índia. Até mesmo no continente africano existe uma produção bastante considerável no território do Egito, além da própria Europa (BECKERT, 2015). Entretanto, com o processo industrial e as questões impostas pelo colonialismo, as regiões das Américas, colonizadas por países europeus, foram uma força direta na

produção algodoeira. Sociedades inteiras foram impactadas por essa imposição e ocorreram inúmeras reorganizações nos territórios colonizados para atender as produções impostas das metrópoles.

Além de entender que o algodão foi essa marca primordial da Revolução Industrial, deduz-se, também, que ela alterou diversas estruturas sociais e reordenou outras. É necessário entender que as regiões colonizadas foram alteradas profundamente, não somente para pensar essa produção voltada para a produção externa, mas também como as sociedades das Américas, internamente, foram modificadas. Entender a alta produção impactou diretamente as estruturas das colônias hispano-americanas e como a historiografia observou essas dinâmicas é uma das chaves de leitura deste trabalho.

Este presente trabalho é fruto de um projeto principal que se interessa por estudar não somente a produção de algodão, no contexto colonial, seja ele português ou espanhol, mas também as relações sociais nas quais foram desencadeadas por meio deste produto. Ou seja, entender que a matéria-prima isolada do contexto social que ela está inserida ainda diz muito pouco sobre as estruturas que moldam essas sociedades. Portanto, realizar uma revisão historiográfica acerca das produções acadêmicas sobre esse período e sobre esse momento torna-se de extrema importância, seja tanto para compreender como os autores até então compreendiam como funcionava a inserção dessa matéria-prima dentro do contexto do mercado interno colonial, quanto para poder esmiuçar melhor essas relações.

Na busca de materiais que ajudassem a realizar tal revisão sobre o período citado, a produção de algodão nas Américas, mais específico a produção nas colônias espanholas, encontrou-se algumas obras passíveis de fazer essas leituras. A primeira delas é o livro de Carlos Sempat Assadourian que é uma referência primordial em compreender o mercado interno colonial, o *“El Sistema de la Economía Colonial: mercado interno, regiones y espacio económico”*, que retrata justamente essa desmistificação que o espaço colonial era voltado

totalmente para a metrópole e como existe essa produção voltada para o abastecimento do mercado interno e as necessidades das pessoas que habitavam esse espaço. Outra obra interessante que retrata sobre esse assunto, acrescentando temas de ocupação do território, Silvia Palomeque em *“Cuenca en el siglo XIX: la articulación de una región”*. Sendo assim, após a análise das leituras desses dois livros, pensa-se em questões, trazendo o ângulo da produção algodoeira, que podem ser apontadas nas bibliografias e como novas abordagens podem ser retratadas após essas leituras.

Sempat e a produção colonial interna

Na leitura do livro de Carlos Sempat, a obra tem por objetivo esmiuçar as relações comerciais que aconteciam dentro do espaço colonial, principalmente no que se refere ao mercado interno. Segundo o autor, é necessário realizar este trabalho de entender melhor as relações que aconteciam neste território, porque o entendimento do espaço colonial sempre foi estabelecido por relações de dependência entre metrópole e colônia e desta forma, fragmenta uma realidade que é muito mais complexa (SEMPAT, 1982, p. 19). Dentre esse processo, o autor apresenta diversas matérias-primas que imprimiram relações complexas, como o próprio autor citou. Neste caso, o enfoque é retratado na produção de algodão na região conhecida como o espaço hispano-americano colonial.

No que se refere a produção de algodão, o autor se debruça neste assunto ao longo do seu livro. O primeiro capítulo apresentado retrata a relação que foi estabelecida entre a região de Córdoba e de Potosí, presentes no Vice-Reino da Prata dentro do período colonial, compreendidas hoje na Argentina e Bolívia, respectivamente. É interessante analisar como a área conhecida como Tucumán, uma província que fazia parte da jurisdição de Córdoba, estabeleceu laços com Potosí devido a demanda que a região em ascensão necessitava devido ao intenso fluxo migratório após a descoberta de um número

extraordinário de ouro. Também o autor salienta, no capítulo seguinte, como o algodão é a força motriz de Tucumán, entendida como o “ouro” desta terra e que a perda da sua colheita desencadeia uma crise total nesta região (SEMPAT, 1982, p. 59-60). O capítulo intitulado “*Sobre un elemento de la economia colonial: produccion y circulacion de mercancias en el interior de un conjunto regional*”, Sempat segmenta em diversos subtópicos a circulação de variados bens para demonstrar a importância que esse processo carrega dentro do espaço colonial e ajuda num processo investigativo de entender o caráter regional da colônia. Desta forma, um destes bens retratados é justamente da produção de algodão. É mencionado ao longo do texto sobre a importância do uso deste material, até mesmo como formas de distinção social, no qual compreendia o algodão como um material a população comum, enquanto outras vestimentas feitas de materiais como *cumbi*, *chaquira* e de pluma era destinado a estratos considerados superiores (SEMPAT, 1982, p. 191).

Tendo em vista o vislumbre retratado na obra, fica claro que o autor cerceia o assunto baseando-se nas relações de interdependência das regiões conhecidas do espaço colonial hispano-americano, como a clara relação apresentada anteriormente entre Córdoba e Potosí. Como a obra é voltada para essa visão acerca da quantidade de material que é produzido, processos de ascensão e declínio, substituição de uma matéria-prima, como é o próprio caso do algodão. Segundo a leitura, a produção de algodão se torna bastante secundária até entrar em declínio com a substituição para a lã. Entretanto, pontos que chamam atenção com a leitura é que ele destaca o grau de importância que esse produto teve para essas sociedades, até como um objeto de distinção social como ele cita: “*los tejidos alcanzaron un alto grado de excelencia y arte, reconocido por los arqueólogos expertos, siendo las materias básicas el algodón en la costa y la lana de alpacas y llamas en la sierra*” (SEMPAT, 1982, p. 191), mas é muito raro as suas menções a quem produziu tais produtos. Ou seja, o enfoque do autor se debanda

para as interações voltadas ao âmbito econômico, sua circulação e outras interações dentro da América Colonial hispano-americana.

Através da leitura, entende-se que a produção de algodão era realizada nos denominados *obrajes*, donde *“impera un sistema de división del trabajo que especializa a los indígenas en una operación parcial distinta, típica forma de cooperación compleja, y donde las técnicas aplicadas corresponden al nivel histórico europeo del siglo XVI”* (SEMPAT, 1982, p. 193). Portanto, a mão-de-obra indígena impera nestes locais. Fazendo uma busca simples no livro, palavras-chaves que retratam o processo de manusear o algodão para transformá-lo em outro produto são pouco mencionadas. O próprio termo *“hilar”*, traduzindo significa fiar que retrata esse processo de transformar o algodão, e *“hilado”*, que remete ao próprio fio, são bastante escassos.

Palomeque e o caso Cuenca

Já no livro de Silvia Palomeque traz um estudo bastante interessante acerca do processo de formação histórica da região de Cuenca, localizada no Equador. Este processo pode ser retratado de diversas maneiras, mas a sua intenção é *“concentrar nuestra atención en la dinámica interna de la vida regional tratando de conocer cómo se va conformando históricamente este espacio”* (PALOMEQUE, 1990, p. 13). Ou seja, ela busca compreender as dinâmicas internas do território equatoriano e como este processo de identidade nacional vai se formando. A partir desse processo, ela desmembra diversos temas que atravessam essa noção de formação histórica do território pós-colonial. Um dos maiores temas é relacionar o desenvolvimento regional através das relações econômicas.

Compreender a formação do espaço a partir da perspectiva econômica é uma das tarefas adotadas por Palomeque. Como a própria cita na introdução do seu trabalho, assimilar *“los distintos períodos económicos de la región a través de las transformaciones en la esfera de la circulación mercantil y las especializaciones productivas regionales”*

(PALOMEQUE, 1990, p. 15) é um dos seus objetivos. A partir deste prisma de observação, a autora esmiúça como se deu o desenvolvimento do território a partir da perspectiva econômica, entendendo o processo de formação regional através do comportamento da população sob as diferentes demandas do mercado internacional com as diversas matérias-primas presentes. Dada essa noção, processos de importação e exportação, substituição de suas matérias-primas para poder integrar-se ao mercado internacional e outros temas que tangenciam tais assuntos, são os enfoques retratados neste primeiro momento.

Observa-se que a autora trata das matérias-primas que ajudaram a desenvolver o território cuenco e o detalhe que esse trabalho pretende analisar é justamente a produção de algodão na região e os paralelos que podem ser traçados após a leitura. É sabido que a autora retrata esse processo de formação após o fim do pacto colonial, ou seja, trata-se do processo de formação da unidade e identidade nacional e a necessidade de se inserirem no mercado internacional, como forma de participar dos processos econômicos que vinham surgindo. Sendo assim, a autora demonstra, nestes primeiros momentos, os períodos que vão acontecendo esse processo de substituição se dão em três momentos: *Primer período: 1825-1850, Segundo Período: 1850-1885, Tercer Período: 1885-1900*. Compreender esses períodos é uma chave para entender os diversos processos de mudança econômica no território.

Como a chave de leitura se propõe a compreender o processo de produção de algodão, entende-se que o enfoque será em compreender como essa matéria atravessou esses três momentos da formação do território e as implicações que podem ser expostas como problemas de pesquisa. A produção de algodão é vinculada basicamente “*con el mercado interno colonial a través de la producción textil (de algodón principalmente) cuyos mercados consumidores se encuentran en el norte del Perú o en distintos puntos de la costa pacífica, sobre todo en Lima*”

(PALOMEQUE, 1990, p. 17). Assim dizendo, a produção de algodão é associada ao mercado interno das colônias hispano-americanas.

Relacionado aos momentos estabelecidos pela autora, o primeiro momento, datado entre 1825 e 1850, retrata esse momento da independência da região e o fim do pacto colonial. O controle estatal sobre as produções são desestabilizados e afeta as produções que eram feitas até então. O impacto também impacta a produção têxtil, mostrando como *“la producción artesanal textil [...] sufren una lenta decadencia y transformación de sus rubros. Hay una retracción de las importaciones del algodón y de la exportación de tocuyos [...] , al mismo tiempo, se da un crecimiento de otros tipos de textiles”* (PALOMEQUE, 1990, p. 21). Esse processo que transforma a produção e os processos de importação e exportação é associada a presença de produtos têxteis ingleses na zona do Pacífico, esta *“declinación muy clara de los tejidos de algodón que sin duda puede vincularse a toda una desarticulación del sistema de mercado interno colonial”* (PALOMEQUE, 1990, p. 22) dada a integração do mercado interno explorada anteriormente.

Já no *Segundo Período* e *Tercer Período*, existe o declínio sobre os algodões. A autora demonstra que entre os anos de 1850-1885 existe um novo processo de mudança acerca de exportação de matérias-primas consideradas mais essenciais tomam esse espaço e no caso destas produções de atividade artesanal vem sendo gradativamente substituída por *toquilla*, na confecção dos populares sombreros (PALOMEQUE, 1990, p. 37). Enquanto no último período, compreendido entre 1885 e 1900, é presenciado um novo ciclo de crise dado pela falta de exportação a matéria-prima central, *cascarilla*, existe um processo que evidencia os diversos circuitos internos regionais e a não-menção de algodão neste momento.

Novamente, numa leitura panorâmica sobre a produção de algodão no território cuenco, a menção das pessoas que realizavam esses processos que tornavam a matéria-prima em um produto manufaturado são pouco mencionadas, em outros casos nem menção

possuem. Isso levanta alguns questionamentos que podem ser realizados acerca dessa bibliografia selecionada sobre como ambos os autores pensavam sobre a produção de algodão nas Américas.

Considerações

Como é notado ao longo de toda a análise das obras selecionadas que retratam esse mercado interno colonial existem algumas considerações a serem feitas a estas obras. Ambos os livros fazem retratações semelhantes acerca da produção algodoeira em seus respectivos espaços analisados. A correspondência entre ambos se detém basicamente na análise macroeconômica realizada pelos os autores. No primeiro, Sempat compreende essa relação entre Córdoba, Tucumán (província que a sua jurisprudência estava sobre a região de Córdoba) e Potosí e o algodão é dada basicamente a vias econômicas e como as relações estabelecidas entre essas regiões estavam muito mais ligadas no sentido macroeconômico do espaço. Enquanto no segundo, Palomeque faz um voo panorâmico acerca desses períodos, entendidos por ela, de desenvolvimento do território pós-colonial e apresenta as matérias-primas produzidas neste espaço que ajudasse a alavancar a região e a tornasse próspera. O algodão foi um desses produtos abordado e denota o tom imperativo econômico que esse produto possui na região.

Dessa forma, entende-se que a bibliografia selecionada como fonte de análise de uma produção de tecido de algodão nas Américas trás esse recorte historiográfico muito envolto dessa névoa econômica. As relações aqui abordadas do mercado interno colonial com a produção algodoeira são intimamente ligadas a esse aspecto macroeconômico da historiografia e acaba tirando espaço de outras abordagens nas quais poderiam ser tecidas com outras áreas do conhecimento histórico. Portanto, enxergar que as relações estabelecidas pelos autores para retratar esse momento, nesse caso

pelo meio econômico, não é um problema, entretanto se torna uma problemática quando a chave de leitura se baseia somente por essa via.

Um ponto instigante que percorreu toda a leitura realizada da bibliografia é justamente a retratação de um produto tão importante para todo o contexto que ele está inserido, de uma forma tão unilateral. Como esse processo de compreender a nível macro as relações econômicas entre as regiões que estavam se estabelecendo, enquanto território, em detrimento a outras abordagens que nas quais poderiam ser estipuladas, projetando essa ideia, pensar uma história social das pessoas que produziam essas manufaturas ou até mesmo que realizavam todo o processo árduo da produção de algodão é um tópico na qual poderia ser discutido. Entretanto, o vínculo que aqui se eleva é o econômico em detrimento das relações interpessoais.

O problema que essa revisão bibliográfica quer apontar é justamente esse. Contudo, é necessário salientar que a época que fora realizado era considerado renovador, tendo em vista que até então as obras que retratavam o espaço colonial compreendiam esse local como somente um ponto de exportação e fornecedores de matérias-primas para as suas retrospectivas metrópoles e esquecem que o espaço colonial possui suas dinâmicas próprias, um número de pessoas que habitavam o território americano e que dinâmicas sociais internas obviamente aconteciam. Entretanto, atenta-se justamente a perpetuação desses assuntos sob a mesma ótica que era retratada anteriormente: macro-história econômica.

Quando se fala de produção de algodão e esse produto manufaturado, compreende que foi empregada mão-de-obra para exercer esse trabalho. Dentro de um contexto colonial e escravocrata, diversas análises sociais desses elos, que foram estabelecidos, podem ser estudados. A falta de menção das pessoas que realizavam esse trabalho é algo marcante em ambas obras, e mesmo quando existe alguma nomeação dessas pessoas, não são vínculos estabelecidos diretamente com a produção algodoeira. Um exemplo no livro da

Palomeque são as menções das *hilanderas*, as mulheres que realizavam esse processo de fiar essa matéria-prima, porém é basicamente para retratar como essas profissionais ocuparam o território cuenco, através de fluxos migratórios realizados pelo espaço que veio se estabelecendo. Ou seja, entende-se mesmo por uma falta uma abordagem mais social acerca da produção algodoeira.

Tendo toda essa ideia posta, perspectivar as visões relacionadas ao espaço colonial e as pessoas nas quais aqui habitavam é um trabalho interessante de se pensar com base nessas leituras. Compreender todo esse ecossistema que fora estabelecido, de como esses indivíduos supostamente esquecidos dentro de um sistema econômico que são dados como fundamentais para o seu funcionamento pode ser uma via que ajude a complexificar o debate histórico. Procurar ampliar a compreensão do porquê esses indivíduos são tão afastados do processo historiográfico, de notabilizar essas pessoas consideradas “não notáveis” também é uma das possibilidades presentes nessa revisão historiográfica.

Portanto, existem diversos caminhos a serem tratados sobre esses materiais ainda tão centrados nas estruturas econômicas do mercado interno colonial e é papel do historiador voltar-se a olhar para essas obras com novas visões e outras perspectivas, para que dessa forma enriqueça a produção historiográfica e que outros tipos de histórias possam ser retratadas nos ambientes acadêmicos e não acadêmicos.

Referências Bibliográficas

ASSADOURIAN, Carlos Sempat, **El sistema de la economía colonial : mercado interno, regiones y espacio económico**, 1982.

BECKERT, Sven. **El imperio del algodón. Barcelona: Planeta**, 2015.

PALOMEQUE, Silvia, **Cuenca en el siglo XIX: la articulación de una región**, Quito, Ecuador: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales : Abya-Yala, 1990.

A REPARAÇÃO HISTÓRICA ENQUANTO IMPOSSIBILIDADE: O CONCEITO DE SOBREVIDA DA ESCRAVIDÃO EM SAIDIYA HARTMAN

Daniela Oliveira da Silva¹

Resumo: Essa comunicação se origina da minha pesquisa de mestrado, ainda em andamento². Estudo como a escrita historiográfica de Saidiya Hartman na obra *Perder a Mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão* (2021) se compõe enquanto “fabulação crítica”, em resposta ao que a autora chama de “sobrevida da escravidão”. Objetivo estabelecer aqui o que Hartman define enquanto sobrevida da escravidão: “um cálculo racial e uma aritmética política que foram entrincheirados séculos atrás” (HARTMAN, 2021, p. 13) e que desvalorizam e ainda mantêm vidas negras sob perigo (HARTMAN, 2021). Busco também investigar como Saidiya Hartman discute a perspectiva da reparação histórica em relação à escravidão, considerando o conceito de sobrevida da escravidão. Conclui-se então que Hartman vai entender a reparação histórica como uma impossibilidade.

Palavras-chave: Saidiya Hartman; Sobrevida da escravidão; Escrita da história; Fabulação crítica; Reparação histórica.

Apresentando a historiadora estudada

Saidiya Hartman é uma historiadora afroestadunidense que nasceu e foi criada em Nova York, em 1961. É doutora pela Universidade de Yale e docente titular da Universidade de Columbia. Ela mantém pesquisas na área de literatura e de história cultural afro-americana. Sua obra tem sido cada vez mais lida e reconhecida no Brasil, a partir do ano de 2020, com traduções de livros e artigos de sua autoria. Algumas de suas obras traduzidas atualmente no país incluem os ensaios *Vênus em dois atos* (2020), *Tempo da escravidão* (2020),

¹ Mestranda na linha de Ideias, Historiografia e Teoria, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB). Email para contato: dani092008@gmail.com.

² Esse texto retoma trechos do meu relatório de qualificação da dissertação do mestrado intitulado “A fabulação crítica diante da sobrevida da escravidão: a proposta historiográfica de Saidiya Hartman”, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília e realizado sob a orientação do Professor Doutor Tiago Santos Almeida.

O fim da supremacia branca (2021), *A trama para acabar com ela* (2022) e os livros *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão* (2021) e *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais* (2022).

A fabulação crítica como proposta historiográfica e o livro *Perder a Mãe*

Essa comunicação se origina da minha pesquisa de mestrado, ainda em andamento. Estudo o conceito de sobrevida da escravidão no trabalho da historiadora afroestadunidense Saidiya Hartman, mais especificamente na obra *Perder a Mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão* (2021). Junto a essa obra, também trabalho com os seguintes artigos da mesma autora: *Tempo da Escravidão* (2020), *Vênus em dois atos* (2020) e *Intimate History, Radical Narrative* (2020). Ao discutir o conceito de sobrevida da escravidão, busco também entender como Hartman percebe a questão da reparação histórica em relação à escravidão como uma impossibilidade.

Porém, de forma geral, minha pesquisa aborda como a escrita historiográfica de Saidiya Hartman na obra *Perder a Mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão* (2021) se compõe enquanto “fabulação crítica”, em resposta ao que a autora chama de “sobrevida da escravidão”. Tanto fabulação crítica como sobrevida da escravidão são conceitos cunhados pela própria autora estudada. Então, o objeto da pesquisa é conceituar e compreender cada um desses conceitos e entender como eles se relacionam, construindo o que chamo de “proposta historiográfica” de Saidiya Hartman.

O livro *Perder a Mãe* é uma narrativa autobiográfica sobre a viagem que Hartman fez à Gana e ao Senegal, durante o final dos anos 1990, com o objetivo de dissertar sobre o comércio de escravizados e sobre a rota atlântica da escravidão. Enquanto pesquisadora da história da escravidão, Hartman decide escrever uma autobiografia por duas razões: 1. porque ela existe enquanto descendente de escravizados na condição de sobrevida da escravidão; 2. porque não

encontra no arquivo da escravidão informações que descortinassem a vida desses escravizados e que trouxessem algo de sua subjetividade, sem a violência da escravidão envolvida.

Hartman se põe com e contra a violência do arquivo da escravidão – repleto de palavras escritas por “testemunhas falhas” (HARTMAN, 2020, p. 14), os escravizadores – para acessar os únicos caminhos que sobraram para o mundo histórico dos e das escravizadas, que só chegam a habitar os arquivos a partir de seu encontro com o poder. Para preencher as lacunas deixadas pelo arquivo, em relação às subjetividades dos e das escravizadas, Hartman sugere uma atitude indisciplinar em relação à História, com o objetivo de “desordenar e transgredir os protocolos do arquivo e a autoridade de suas afirmações” (HARTMAN, 2020, p. 25). A autora aumenta e intensifica as ficções do arquivo a partir de um exercício historiográfico que chama de fabulação crítica, um dispositivo ético, crítico e metodológico de escrita da História diante da sobrevida da escravidão.

Fabulação crítica é um método historiográfico proposto por Saidiya Hartman no qual ela assume explicitamente uma relação entre escrita da história e ficcionalização. As lacunas deixadas pela violência do arquivo em relação aos escravizados, tornados mercadorias e não agentes históricos, são preenchidas pela escrita de uma “história especulativa” (HARTMAN, 2020b), termo também utilizado por Hartman. Essa história “explora as capacidades do subjuntivo (um modo gramatical que expressa dúvidas, desejos e possibilidades), ao moldar uma narrativa, que se baseia na pesquisa de arquivo” e faz “uma leitura crítica do arquivo que mimetiza as dimensões figurativas da História”, contando tanto “uma história impossível” quanto amplificando “a impossibilidade de que seja contada” (HARTMAN, 2020, p. 28). Nas palavras de Hartman, qual a sua intenção ao realizar esse método historiográfico?

A intenção aqui não é tão miraculosa como recuperar as vidas das pessoas escravizadas ou redimir os mortos, mas

em vez disso trabalhar para pintar o quadro mais completo possível das vidas de cativos e cativas. Este gesto duplo pode ser descrito como um esforço contra os limites do arquivo para escrever uma História cultural do cativo e, ao mesmo tempo, uma encenação da impossibilidade de representar as vidas dos cativos e cativas precisamente por meio do processo de narração. [...] Jogando com os elementos básicos da história e rearranjando-os, rerepresentando a sequência de eventos em histórias divergentes e de pontos de vista em disputa, eu tentei comprometer o status do evento, deslocar o relato preestabelecido ou autorizado e imaginar o que poderia ter acontecido ou poderia ter sido dito ou poderia ter sido feito. Lançando em crise “o que aconteceu quando” e explorando a “transparência das fontes” como ficções da História, eu queria tornar visível a produção de vidas descartáveis (no tráfico atlântico de escravos e também na disciplina da História), descrever “a resistência do objeto”⁵⁰, mesmo que por apenas imaginá-lo primeiro, e escutar os murmúrios e profanações e gritos da mercadoria (HARTMAN, 2020, pp. 28-29).

Dessa forma, o livro mescla os gêneros diário de viagem com autobiografia, romance e historiografia. Porém, a historiografia realizada ali é o primeiro exercício de fabulação crítica executado na obra de Saidiya Hartman. A escolha de Hartman por utilizar o gênero autobiográfico para contar a história da escravidão acontece porque essa autora compreende o “emaranhamento temporal” que envolve o passado, o presente e o futuro. Sobre emaranhamento temporal e sobrevida da escravidão, Hartman vai dizer que

a sobrevida da escravidão produz um certo conjunto de desafios estéticos, intelectuais e conceituais, acho que um deles para mim é em torno da temporalidade, e como narramos o tempo? Uma das coisas que eu acho que é verdade, que é uma maneira de pensar sobre a sobrevida da escravidão em relação a como habitamos o tempo histórico, é o senso de emaranhamento temporal, onde o passado, o presente e o futuro não são discretos e separados um do outro, mas sim que vivemos a simultaneidade desse emaranhamento. Isso é quase senso comum para os negros. Como alguém narra isso? (HARTMAN, 2018).

Dessa forma, a sobrevida da escravidão é enfrentada por Hartman como um desafio estético e intelectual ao qual ela responde com a proposta historiográfica da fabulação crítica. Ela decide por indisciplinar a prática historiográfica convencional, desafiando as

fronteiras disciplinares da História para borrar os entremeios que separam essa disciplina do fictício. Ela vai dizer que a empreitada que realiza se deu da seguinte forma: “amplifiquei a instabilidade e a discrepância do arquivo, desprezei a ilusão realista usual na escrita da História e produzi uma *contra-História* na intersecção do fictício e do histórico” (HARTMAN, 2020, p. 30, grifo meu).

A sobrevida da escravidão como conceito

O conceito de sobrevida da escravidão é uma proposição teórica que interpela presente e passado, ao mesmo tempo. Hartman, enquanto descendente de escravizados, escreve a partir dessa condição de sobrevida da escravidão, que nos afeta e nos condiciona em uma relação de contemporaneidade com as experiências dos e das escravizados. O conceito de “*afterlife of slavery*” foi traduzido para o português como sobrevida da escravidão (HARTMAN, 2021), vidas após a morte da escravização (SHARPE, 2023) e vidas póstumas da escravidão (QUEIROZ, 2024). Sobre seu projeto historiográfico, ela vai afirmar que

Para mim, narrar contra-Histórias da escravidão tem sido inseparável da escrita de uma História do presente, ou seja, o projeto incompleto de liberdade e a vida precária do ex-escravo, uma condição definida pela vulnerabilidade à morte prematura e a atos gratuitos de violência (HARTMAN, 2020, p. 17).

O parâmetro estabelecido por Saidiya Hartman quando ela alude a uma “condição definida pela vulnerabilidade à morte prematura e a atos gratuitos de violência” é a conceituação do que ela vai chamar, no livro *Perder a mãe*, de sobrevida da escravidão. Essa condição afetou não só o imediato pós-abolição, mas se configura como uma presença que condiciona e subjuga vidas negras também no presente.

A primeira vez que essa conceituação aparece é no artigo *Tempo da Escravidão* (HARTMAN, 2020a), publicado originalmente em 2002. Hartman se debruça em descrever o conceito de sobrevida da escravidão, mas sem ainda utilizar esse nome, o que só acontecerá a

partir do livro *Perder a Mãe*. Nesse mesmo artigo, Hartman apresenta a escolha metodológica de seu trabalho como uma proposta de

explorar o tempo da escravidão, ou seja, relação entre o passado e o presente, o horizonte de perda, o legado existente da escravidão, as antinomias de redenção (um princípio salvador que nos ajudará a superar a ferida [injury] da escravidão e a longa história de derrota) e a irreparabilidade. O “tempo da escravidão” também nega a intuição do senso comum em torno do tempo como continuidade ou progressão, antes e agora coexistem; somos contemporâneos com os mortos. (HARTMAN, 2020a, pp. 929-930).

Saidiya Hartman esboça no exceto acima o que ela vai nominalmente definir como sobrevida da escravidão em *Perder a Mãe*, declarando que sua pesquisa tinha como desejo um envolvimento

com o passado, sabendo que seus riscos e perigos ainda nos ameaçavam e que ainda agora existem vidas por um triz. A escravidão estabeleceu uma medida humana e um ranking de vida e valor que ainda têm de ser desconstruídos. Se a escravidão persiste como uma questão na vida política dos afro-americanos, não é por causa de uma obsessão antiquada com o passado ou o peso de uma memória muito longa, mas porque as vidas negras estão ainda sob perigo e ainda são desvalorizadas por um cálculo racial e uma aritmética política que foram entrincheirados séculos atrás. Esta é a sobrevida da escravidão – oportunidades de vida incertas, acesso limitado à saúde e à educação, morte prematura, encarceramento e pobreza. Eu também sou a sobrevida da escravidão (HARTMAN, 2021, p. 13).

Dessa forma, Saidiya Hartman define a sobrevida da escravidão como “um cálculo racial e uma aritmética política que foram entrincheirados séculos atrás” e que ainda estabelecem “uma medida humana e um ranking de vida e valor que ainda têm de ser desconstruídos”. Isso ainda mantém “vidas negras sob perigo”, o que a faz declarar que, enquanto mulher negra, ela “também” é a sobrevida da escravidão.

A reparação histórica enquanto impossibilidade para o pensamento de Saidiya Hartman

Saidiya Hartman discute em *Perder a Mãe* a perspectiva da reparação histórica em relação à escravidão como uma impossibilidade, considerando essa experiência como ainda em

acontecimento, a partir do conceito de sobrevida da escravidão. Como reparar os danos de um “evento que ainda não terminou?” Como reparar as lesões quando elas “não apenas perduram, mas são infligidas de uma nova maneira”? Como considerar a violência como reparada se a despossessão “ainda não deixou de acontecer” (HARTMAN, 2020a, p. 243-244)?

Para Hartman, a reparação da violência da escravidão é impossível, tanto que ela vai usar a palavra “irreparabilidade” (HARTMAN, 2020, p. 930). A história e sua escrita se fundamentam justamente nessa impossibilidade de reparação, porém também na busca de atingir esse “objetivo impossível”. Sobre isso, a autora declara que escrever histórias da escravidão é escrever

uma história fundamentada na impossibilidade – de escutar o não dito, traduzir palavras mal interpretadas e remodelar vidas desfiguradas – e decidida a atingir um objetivo impossível: reparar a violência que produziu números, códigos e fragmentos de discurso, que é o mais próximo que nós chegamos a uma biografia da cativa e da escravizada (HARTMAN, 2020, p. 15).

Porém, apesar da reparação ser um objetivo impossível e das histórias serem fundamentadas nessa impossibilidade de reparação, ainda assim Hartman vai defender que

a narrativa pode ser a única forma disponível de reparação pelo crime monumental que foi o tráfico transatlântico de escravos e o terror da escravidão e do racismo. Essa é uma longa maneira de dizer que as histórias que contamos ou as músicas que cantamos ou a riqueza de recursos imateriais são tudo com que podemos contar (HARTMAN, 2018).

Como explicar um ponto de vista tão contraditório como o de Hartman em relação à reparação histórica pelo crime da escravidão, considerando a importância desse debate para o acesso às políticas afirmativas, tanto nos Estados Unidos, como no Brasil?

Para Hartman, o discurso das reparações perdeu a sua força na era pós-racial que se vive nos Estados Unidos. Para ela, esse discurso é um apelo que assume a ignorância ou a inocência do mundo branco quanto a forma como a população negra tem vivido e tem morrido na

atualidade. Hartman nos alerta para as reparações serem uma forma de dissimulação que mascara que a escravidão ainda produz desastres em vidas no presente, a partir da antinegritude. Como ela vai dizer:

Não seriam as reparações uma maneira de disfarçar os desastres do presente sob o pretexto do passado porque mesmo os nossos oponentes não podem defender a escravidão agora? [...] As demandas dos escravos no presente têm tudo a ver com cumprir a promessa da abolição, que requer muito mais do que o fim da propriedade de escravos. Cumprir essa promessa exige a reconstrução da sociedade como o único caminho para honrar nossa dívida com os mortos. Nosso tempo está vinculado com o deles – trata-se de uma luta não terminada. Com que finalidade alguém evoca o fantasma da escravidão se não para incitar as esperanças de transformar o presente? Ao considerar todas essas relações me recuso a acreditar que as reivindicações políticas mais amplas dos escravos, suas fantasias mais audaciosas, fossem pelo pagamento de salários retroativos ou alívio de dívidas. Há vidas demais em perigo para reciclar formas de apelo que, na melhor das hipóteses, resultaram na limitada emancipação contra a qual nós atualmente lutamos (HARTMAN, 2021, p. 209 e 213-214).

Desse modo, ela defende que a abolição ainda está incompleta, assim como o movimento negro brasileiro apontava, na comemoração do centenário da abolição nos anos 80, que vivíamos uma falsa abolição. Hartman nos pergunta se “é preciso que o futuro da abolição seja performado primeiro na folha de papel” (HARTMAN, 2020, p. 26), pois a “promessa da abolição” ainda está para ser cumprida. Alcançar “o futuro da abolição” é algo que requer muito mais do que o fim da propriedade de escravos. Reparação apenas não é o suficiente, como o pensamento dessa autora defende. O necessário é (ainda) a abolição e para “cumprir essa promessa” exige-se “a reconstrução da sociedade como o único caminho para honrar nossa dívida com os mortos”

Conclui-se então que Hartman se coloca como agnóstica quanto às reparações, pois teme

que petições por reparação sejam formas de apelo político que perderam a sua utilidade. A proposta de fazer um apelo legal ou político em uma sociedade oficialmente “pós-racista” não exige de nós a construção de argumentos em uma linguagem moral que apele para uma consciência abolicionista das pessoas brancas, que aceitam

que a escravidão foi um erro e acreditam que o racismo acabou? (HARTMAN, 2021, p. 209)?

Na era pós-direitos civis e de *colorblindness* na qual vive os Estados Unidos, Hartman questiona: “O que pode ser possível quando nossos sonhos de liberdade não estiverem mais acorrentados a velhas formas?” (HARTMAN, 2024, p. xxii). Minha hipótese de pesquisa, ainda a ser confirmada, é de que existe uma vinculação ou uma aproximação de Hartman com o pensamento anarquista, mais especificamente com o anarquismo negro.

Essa hipótese se baseia no fato de que ela escreveu o prefácio do livro *A nação fora do mapa: anarquismo negro e abolição* (2024), de Willian C. Anderson. Hartman também escreveu um capítulo em seu livro *Vidas Rebeldes, Belos Experimentos* (2022) intitulado “A anarquia de garotas de cor reunidas na desordem”.

Esse capítulo explora a vida de jovens mulheres negras nos Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX e analisa suas resistências às normas sociais e a criminalização que elas tiveram que enfrentar. Hartman examina como essas mulheres, muitas vezes classificadas como “rebeldes”, “vadias” ou “problemáticas”, costumavam desafiar a ordem social através de atos de insubordinação. Nesse texto, Hartman utiliza o método da fabulação crítica ao relatar como essas mulheres, muitas vezes classificadas como “rebeldes”, “vadias” ou “problemáticas”, desafiavam a ordem social por meio de pequenos atos de insubordinação e reivindicações de liberdade, que eram vistas como ameaças à moralidade e à estrutura de poder da época.

Nas referências desse capítulo, vemos leituras clássicas do pensamento anarquista, como o texto de Emma Goldman “*Anarchism: What It Really Stands For*” (1910) e o livro de Piotr Kropotkin, *Ajuda Mútua: um fator de revolução* (2009). Esses dois teóricos são, inclusive, personagens da fabulação crítica de Hartman, que conta sobre a vida de Esther Brown, cujo “modo de vida não ficava devendo em nada

para a anarquia” (HARTMAN, 2022, p. 244). No próprio capítulo já se vê uma crítica ao pensamento anarquista clássico, quando Hartman aponta que Esther Brown e “Emma Goldman se cruzaram, mas não se reconheceram” (HARTMAN, 2022, p. 243). Isso aconteceu porque

O que os militantes não experimentados e ideólogos presunçosos sabiam de [Sojourner] Truth e [Harriet] Tubman? Diferentemente das mulheres de cor desobedientes, eles fracassaram em reconhecer que *a experiência era algo capaz de abrir novos caminhos, de render mil novas formas e improvisações*. Eles seriam algum dia capazes de entender os sonhos de outro mundo que não perturbassem a distinção entre Estado, lei, colonizador e senhor? Ou narrar a luta contra a servidão, o cativo, a propriedade e a clausura que tiveram início no barracão e continuaram no navio, de onde alguns pularam, alguns lutaram e alguns se recusaram a comer? Outros ainda incendiaram a plantation e os campos, envenenaram o senhor. Eles nunca tinham ouvido Lucy Parsons; nunca tinham lido Ida B. Wells. Nem imaginaram a revolta como um grito de guerra e recusa de uma vida fungível. Apenas uma interpretação equivocada dos principais textos anarquistas poderia imaginar um lugar para garotas de cor rebeldes. Não, Kropotkin nunca descreveu sociedades de ajuda mútua de mulheres negras, nem o coro, em seu livro *Ajuda Mútua*, embora ele tenha imaginado uma sociabilidade animal em sua rica diversidade e as formas de cooperação e mutualidade encontradas entre formigas, macacos e ruminantes (HARTMAN, 2022, pp. 245-246).

Percebe-se então que Hartman tem familiaridade com o pensamento anarquista clássico e realiza nesse capítulo, enquanto conta a história de mulheres negras rebeldes, algumas críticas ao apagamento da rebeldia negra dentro da história do pensamento da esquerda radical. Ela afirma que essas histórias “não estavam no campo de visão dele [de Kropotkin] e nem de mais ninguém” (HARTMAN, 2022, p. 246). Isso demonstra uma relação teórica de Hartman com o anarquismo, o que explica a escrita do prefácio de um livro de anarquismo negro.

No prefácio do livro de Willian C. Anderson, Hartman argumenta que a população negra sempre foi um povo “relegado para fora do Estado e do contrato social” (HARTMAN, 2024, p. xx). Assim, “o anarquismo da Negritude emerge da condição de sem-Estado

experienciada pela população negra nos Estados Unidos” (HARTMAN, 2024, p. xxi).

Hartman propõe a partir dessa reflexão que o Estado deixe “de ser o horizonte da possibilidade ou o télos da luta” (HARTMAN, 2024, p. xx), pois

não é mais uma questão de tentar responsabilizá-lo ou torná-lo atraente ou se esforçar para assumir o seu poder. Nós somos mais espertos que isso. Há muita história, muito sangue para pensar que o aparato do terror e violência talvez se abstenha para nossa libertação ou que preste para outro uso além do policiamento e extração, militarismo e morte (HARTMAN, 2024, p. xx).

Ao prefaciar Anderson, Hartman destaca que a obra desse autor “sugere que outros projetos de futuro emergem quando não estamos atolados repetindo as exauridas e fracassadas estratégias do passado” (HARTMAN, 2024, p. xxii). Ela propõe então, para alcançar o futuro da abolição, uma “reconstrução da sociedade como o único caminho para honrar nossa dívida com os mortos” e para “cumprir a promessa da abolição, que requer muito mais do que o fim da propriedade de escravos” (HARTMAN, 2021, p. 213). Hartman também vai definir o Anarquismo Negro como um “anarquismo de outra maneira” e vai ressaltar que “seu objetivo é a reconstrução de tudo” (HARTMAN, 2024, p. xxii) e o que pode significar isso? Ela esclarece: a criação de uma sociedade no qual a “abundância e a segurança (safety) nos governem, e não a violência” (HARTMAN, 2024, p. xxiii), nas palavras de Anderson citadas por ela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOLDMAN, Emma. “Anarchism: What It Really Stands For”. In: *Anarchism and Other Essays*, 2. ed. rev. Nova York: Mother Earth Publishing Association, 1910

HARTMAN, Saidiya. On working with archives. Entrevista com Thora Siemsen. **The Creative Independent**, 2018. Disponível em: <<https://thecreativeindependent.com/people/saidiya-hartman-on-working-with-archives/>>. Acesso em: 29 dez. 2024.

_____. **Perder a mãe:** Uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Trad. José Luiz Pereira da Costa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

_____. Vênus em dois atos. **Revista ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, pp. 12-33, 2020. Trad. Marcelo R. S. Ribeiro e Fernanda Silva e Sousa. Disponível em: <<https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27640>>. Acesso em 21 dez. 2021.

_____. Tempo da escravidão. **Contemporânea:** Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 10, n. 3, p. 927-948, 2020a. Trad. Carolina Nascimento De Melo. Disponível em: <https://doi.org/10.31560/2316-1329.v10n3.4>. Acesso em: 31 dez. 2024.

_____. Intimate History, Radical Narrative. **Black Perspectives**, 22 maio, 2020b. Disponível em: <<https://www.aaihs.org/intimate-history-radical-narrative/>>. Acesso em 29 jan. 2022. _____. **Vidas rebeldes, belos experimentos:** Histórias Íntimas de Mulheres Negras Desordeiras, Mulheres Encrenqueiras e Queers Radicais. Tradução: Floresta. São Paulo: Fosfóro, 2022.

_____. Negro em Anarquia. ANDERSON, William C. **A nação fora do mapa:** Anarquismo Negro e Abolição. Rio de Janeiro: Escurecendo o anarquismo, 2024, pp. xix-xxiv.

HARTMAN, Saidiya. **The anarchy of colored girls assembled in a riotous manner.** Disponível em: <https://mumbletheory.com/wp-content/uploads/2019/10/the-anarchy-of-colored-girls.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2025.

KROPTKIN, Piotr. Ajuda Mútua: um fator de revolução. Trad. De Waldyr Azevedo Jr. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

SHARPE, Christina. **No Vestígio: Negridade e Existência.** São Paulo: Ubu Editora, 2023.

QUEIROZ, Marcos. **Assombros da casa-grande:** A Constituição de 1824 e as vidas póstumas da escravidão. São Paulo: Fósforo, 2024.

O MASSACRE DO PARALELO 11: UMA LEITURA CRÍTICA

Davi Serra da Conceição¹

Resumo: Esse relato impactante, marcado por detalhes trágicos e extremamente violentos, reflete a brutalidade dos abusos contra as populações indígenas no Brasil, especialmente evidenciado pelo Relatório Figueiredo. O massacre do Paralelo 11, ou massacre dos Cintas-Largas, expõe uma violência sistemática perpetrada contra essas comunidades, muitas vezes com a conivência e o descaso das autoridades da época. O contexto de impunidade e silenciamento ao redor desses eventos adiciona uma camada sombria à história, revelando o quanto essas populações sofrem pela exploração de suas terras e pela violação de seus direitos humanos.

Palavra-chave: Massacre indígena, Cinta Larga, Violência no Paralelo 11 e Genocídio no Paralelo 11.

Após a leitura de alguns trechos do Relatório figueiredo², revelou uma série de crimes horrendos cometidos, muitos dos quais foram ignorados ou abafados pela sociedade e pelo sistema judicial brasileiro. Em particular, o relatório detalha abusos graves contra as populações indígenas, incluindo violências físicas e sexuais, perda de terras e destruição de patrimônio³. Relatório Figueiredo é arquivo

¹ Universidade de Brasília. daviserradejesus@gmail.com

² O Relatório Figueiredo é resultado de uma investigação conduzida pelo procurador Jader de Figueiredo Correia entre 1967 e 1968, em plena ditadura militar no Brasil. Com mais de 7 mil páginas, o documento contém denúncias de abusos e violências contra os povos indígenas, expondo uma realidade de exploração, negligência e crimes sistemáticos. Atualmente, o relatório está sob a guarda do Museu do Índio/FUNAI, no Rio de Janeiro. O documento descreve torturas, assassinatos, exploração sexual e vários tipos de violência praticados por latifundiários brasileiros e por funcionários do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), ao longo dos anos de 1940, 1950 e 1960. O documento ficou muito tempo perdido, pois o governo acreditava que tinha sido queimado no excedido que ocorreu no museu, porém foi localizado em 2013 por Marcelo Zelic, está atualmente algumas páginas digitalizados e disponíveis no armazém memória.

³ AC Vançan, MV Rodrigues. RELACult-Revista L3atino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, 2021 • scholar.archive.org.

criado por Jade Figueiredo Correia a pedido do governo federal em março de 1968, no qual denunciava que cerca de 150 inquéritos administrativos que em seu papel principal era denunciar má administração por parte dos servidores públicos e os crimes cometidos por esse servidor, dentre eles nós podemos citar os espancamentos Independentes do sexo e idade, trabalho forçado e até abusos sexuais, que era proibido a relação sexuais entre índios e servidores que tinha entre o servidor e outros crimes também que podemos citar: como crime contra a pessoa, contra a propriedade do índio, prostituição de indígenas, trabalhos escravos e desvio de recursos destinado aos índios, vendas de terras indígenas pelos servidores aos fazendeiros e seus gados e desvios de recurso destinados aos indígenas (⁴RESENDE, 2015).

Um dos casos mais impactante é o caso conhecido como "Paralelo 11", narrado por Jade Figueiredo no Relatório e está disponível no poder judiciário do Estado de Mato Grosso. Este caso relata um ataque brutal perpetrado contra uma tribo indígena, onde seringueiros, com o uso de metralhadoras, dizimaram quase toda a comunidade e uma mulher e um menino que sobreviveram, foram mortos de maneira violenta, a mulher foi cortada ao meio com um facão e a criança viu a cena e depois mataram com tiro na cabeça. Esse detalhe macabro me deixou especialmente perturbado e motivou-me a aprofundar minha pesquisa sobre o tema. Assim, a partir do relato impactante e da minha inquietação com os eventos descritos, desenvolvi esta pesquisa. (AC Vançan, MV Rodrigues, 2015).

O artigo se baseia em uma extensa análise de leituras, relatos históricos e fontes biográficas, buscando compreender a gravidade dos crimes relatados e o contexto de impunidade que os cerca. Esta pesquisa visa principalmente discutir temas relacionados aos direitos indígenas no Brasil, com ênfase em alguns eventos e documentos

⁴ Ana Catharina Rezende fez uma divisão dos crimes e divido em camadas.

marcantes na história dessa luta. A organização da pesquisa se dará de forma sequencial, abordando diversos aspectos de relevância para a compreensão do tema.

A pesquisa está voltada no campo historiográfico que investigar documentos dos eventos relacionados ao massacre da Cinta Larga e o contexto dos abusos sofridos pelos povos indígenas, conforme descrito no relatório de Jader Figueiredo e o caso jurídico do Estado de Mato Grosso, Brasil, esse processo jurídico está disponível de forma gratuita ⁵ e diversos arquivos jurídicos com o foco no caso, e. E com isso vamos analisar o conteúdo do Inquérito policial e outros documentos relevantes, contextualizar o massacre dentro do quadro histórico e político da época e avaliar o impacto do massacre na comunidade indígena e na política ⁶pública sobre povos indígenas.

Demonstrar de forma clara o Caso do Massacre do paralelo 11 e a impunidade dos praticantes de caso, mostra as respostas do poder judiciário em relação ao ocorrido e seu esquecimento ao longo do tempo. Essa pesquisa tem por base colaborar com a questão das terras indígenas e reafirmar o seu direito legal por suas terras.

Diante disso este artigo busca a relevância Histórica e Social, Contribuição para a Justiça e a Memória (dá voz a sociedade marginalizadas pela historiografia), impactar na Construção de Políticas Públicas, no contexto Atual e Ampliar o Conhecimento Acadêmico sobre o caso do Paralelo 11, tornado, evidência o caso novamente.

O termo "Cinta larga" é utilizado para designar os indígenas não pacificados da região do alto Aripuanã e dos afluentes superiores ao oeste do rio Juruena. Embora classificados sob o mesmo nome, é provável pertencerem a diferentes tribos. Os Cinta-Largas foram

⁵AMARZEM MEMÓRIA :Título da pesquisa CINTA LARGA, na pasta: Processos Judiciais na subpasta Cinta Larga - massacre do Paralelo 11 - processo, inquérito, Ação Ju.

historicamente denominados como “Tupi bravos”⁷, sob uma mesma denominação, “Cinta Larga” ou “Cinturão Largo”, confundiam-se de início vários grupos indígenas que habitavam a região em tela, uma vez que todos usavam algum tipo de cinto de casca de madeira e construíam grandes malocas oblongas.⁸

Em 8 de maio de 1966 em Cuiabá, que deu origem a um inquérito que revelou detalhes desse crime, ocorrido em uma área ao longo do Paralelo 11. O episódio foi motivado por interesses econômicos relacionados à exploração de terras indígenas, especialmente em busca de minérios. O massacre foi realizado por funcionários da empresa que atuavam na região, utilizando táticas cruéis para eliminar os indígenas, como o envenenamento de alimentos e ataques armados. O caso tornou-se emblemático da violência contra os povos indígenas no Brasil durante o século XX.

Em 1963, a expedição organizada pela empresa Arruda & Junqueira Cia. Ltda. Foi oficialmente destinada à busca de recursos naturais na região do alto Aripuanã, no norte do Estado de Mato Grosso. Contudo, investigações posteriores revelaram que o verdadeiro objetivo da expedição era exterminar os indígenas que habitavam o território, especialmente os Cinta-Larga.

A denúncia sobre o massacre dos Cinta-Larga foi feita por Ataíde Pereira dos Santos, ex-funcionário da empresa Arruda & Junqueira, que estava envolvida na exploração de recursos naturais na região do norte de Mato Grosso. A empresa, financiada pelo Banco da Amazônia, atuava na exploração de borracha na região da Serra Morena, próximo ao Rio Aripuanã, na área conhecida como Paralelo 11⁹. Os sócios da empresa, eram Antônio Mascarenhas Junqueira e

⁷ Rodrigues, Aryon Dall’Igna (1966). “Cinta-Larga”. In: Revista de Antropologia, 14: 27-30. São Paulo.

⁸ Pereira, P. Adalberto Holanda SJ (1966). “Pequeno vocabulário da língua dos índios Cinta- Larga”. In: Revista de Antropologia, 14: 25-26. São Paulo.

⁹ RODRIGUES, Milena Valle. As violações de direitos dos povos indígenas mato-grossenses: 2023.Tese (Pós-graduação em Direito) -Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Sebastião Palmas de Arruda, eram líderes da Associação dos Seringais e gozavam de grande prestígio junto ao Estado, o que lhes conferia influência nas decisões políticas e econômicas da região.

No inquérito policial nº 24/66, o senhor Ataíde Pereira Dos Santos, relatou que, em 1963, participou de uma expedição que partiu da sede da empresa que ele atuava, em direção ao Rio Junqueira. A empreitada foi organizada por Francisco Amorim Brito, a pedido dos sócios Mascarenhas e Arruda, e liderada por Francisco Luís, conhecido como "Chico Luiz", acompanhado de mais cinco homens. Ataíde foi contratado sob a justificativa de realizar buscas por uma planta chamada Poia. Contudo, após percorrer uma longa distância, Chico Luiz revelou o verdadeiro objetivo da expedição: "caçar índios",¹⁰ segundo Ataíde, ele recursou, porém, Chico Luiz deixou claro que se ele se recusasse poderia ser morto, diante disso, eles prosseguiram na caçada.

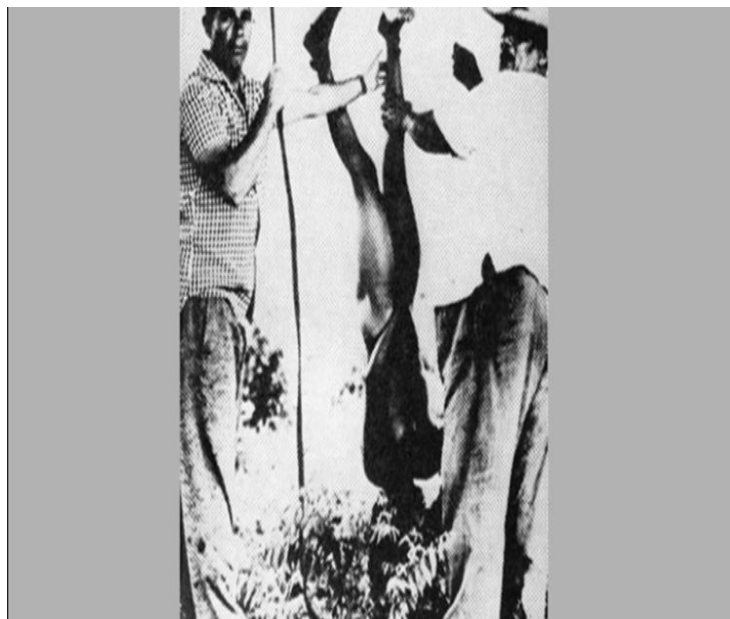
Após alguns dias de caminhada, o grupo recebeu suprimentos e armamentos lançados de um avião fretado pela empresa. Junto ao material, havia um bilhete de Amorim indicando a localização de um grupo indígena a beira do rio. O bando atravessou o rio e localizou os indígenas e sob as ordens de Chico Luiz, Ataíde atirou no líder indígena, e o restante do grupo começaram a disparar tiro contra os indígenas desprevenidos.

A cena de violência culminou com a execução de uma mulher e seu filho, que haviam sobrevivido ao ataque inicial. A mulher foi cruelmente pendurada de cabeça para baixo em uma árvore e cortada horizontalmente até sair as vísceras com um facão por Chico Luiz. A criança após testemunhar a cena de crueldade foi morta com um tiro na cabeça. Após confirmarem que não havia sobreviventes, o grupo retornou à sede da empresa ¹¹.

¹⁰ MATO GROSSO, 1966. Relatório Final do Inquérito nº 24/1968. 28 marc. 1968

¹¹ MATO GROSSO, 1966. Relatório Final do Inquérito nº 24/1966. 29 jun. 1966

Figura 1: Mulher indígena pendurada pelos tornozelos. Foto atribuída ao Massacre



Quando eles chegaram na empresa, estava acontecendo uma revolta dos funcionários, na qual mataram Amorim (mandante da chacina) e chamaram o Padre Edgar Schmidt ¹²para mediar o conflito o senhor Ataíde Perreira do Santos aproveitou e confessou o crime ao padre e informou que não tinha recebido o dinheiro prometido por Amorim pela expedição e o Padre gravou o depoimento e o padre Edgar solicitou que ele se apresentasse na sede do serviço de proteção ao Índio (SPI) em Cuiba e assim Ataíde fez, e foi ouvido por José Geraldo batista (capital do exercício) e Ramis Bucair do SPI, em 1963 n. 1964 em janeiro Hélio Bucher da 6 inspetoria do SPI formalizou a denúncia na Procurador Geral da República.

Paralelo 11¹³

Em 20 de março de 1964 o ofício ao Ministério da Justiça teve por conhecimento da chacina e a gravação do depoimento, porém o

¹² Apesar das longas pesquisa não foi encontrada a gravação e nem o padre Edgar Schmidt e o mesmo também não foi localizado para testemunhar.

¹³ A imagem acima, da mulher indígena pendurada pelos tornozelos é apontada como registro do Massacre do Paralelo 11 tanto por entidades de defesa dos povos tradicionais: <https://www.survivalbrasil.org/ultimasnoticias/9197>,

governo federal não promoveu a apuração na mesma data, somente após uma série de reportagem o jornal o globo como título "massacre do paralelo 11". (RODRIGUES, Milena Valle. 2023).

Em 1966 é aberto um inquérito de n 24/1966 e ação penal n 55/1968 e Grenala Riograndino general diretor-geral do departamento federal de segurança e nomeia o Job Maio salgado para instaurar inquérito policial¹⁴.

No ano de 1968 o promotor Zélio Guimarães¹⁵ denunciou todos os envolvidos, exceto os sócios da empresa Arruda, pois segundo ele, "os sócios não fariam isso". Ao ser dada a publicidade das ocorrências de que trata este processo, a firma Arruda & Junqueira, através de seus sócios gerentes, Sebastião Palma de Arruda e Antônio Mascarenhas Junqueira se dirigem à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso e rebatem, de forma vigorosa e crível, a isenção de suas responsabilidades nos fatos apontados pela imprensa. São, de fato, elementos que desfrutam do mais elevado e digno conceito na coletividade da Capital do Estado, sendo considerados como homens probos e cremos nós, incapazes do ato".

Em 25 de março do mesmo ano o juiz Cralis Avalone determinou a prisão por homicídio Ataíde Pereira dos santos, Ramiro costa, Francisco Luís da costa (Chico Luís) e Manoel de almeida e Silva. (Chico Luiz não foi mais encontrado) e Ataíde ficou sobre a custódia do estado em outra região do estado para evitar uma morte dele.

Em março de 1970 o júri decide que Ataíde Pereira dos Santos sofreu uma coação irresistível e assim o absolve do caso. Em 27 de julho de 1970 o processo foi anulado, pois segundo o magistrado Benito Augusto Tiezzi o Ministério Público (MP) deixou de lado os mandantes do crime e anularam os atos, sendo necessário um novo

¹⁴ Após grande repercussão no Brasil devido ao jornal o Globo.

¹⁵ Infelizmente o arquivo não tem numeração, devido ser digitalizado, ou seja, não é possível citar a página e, além disso, algumas páginas dele estão em estado de conservação péssima, comida, corta ou mochadas.

editais. Após um ano, em fevereiro, Ramiro Costa foi preso, foi ouvido novamente e confirmou que o massacre foi financiado pela empresa, porém em dois meses ele retificou o depoimento e negou o fato de a empresa estar envolvida por medo de ser morto pelos antigos chefes. Em 1973 a primeira sessão de julgamento, o Réu Ramiro solicitou um requerimento de Insanidade mental e o ministério aceitou e adiou a sessão e em 13 de maio de 1975 Ramiro realizou uma petição, após 4 anos já preso e no mesmo ano o júri decidiu pela condenação de 11 anos do Réu. Após 3 anos da sua condenação, entrou na relação dos presidiários que receberam o indulto natalino pelo presidente Ernesto Geisel¹⁶ (RODRIGUES, Milena Valle, 2023).

O Crime foi muito bárbaro, repercutiu na mídia brasileira, porém talvez se Ataíde tivesse sido pago como foi combinado hoje não teriam conhecimento, diante da pesquisa foi observado que a justiça só se manifestou após o jornal, o Globo e outros jornais pressionar por resposta por parte do governo federal, que posteriormente substituiu a SPI pela FUNAI, que também na época não foi localizado nenhuma manifestação sobre o caso.

Embora o caso tenha sido formalmente denunciado em 1964, a justiça só tomou medidas após a pressão midiática em 1966. A ação penal resultou na prisão de alguns envolvidos, mas atrasos e atos anulados por falhas no processo, como a exclusão de mandantes da acusação. Ataíde foi absolvido por "coação irresistível" em 1970, e outros réus receberam penas brandas. Em 1975, Ramiro Costa foi condenado aos 11 anos, o massacre destacou a missão estatal e a impunidade. A demarcação das terras indígenas Cinta Larga só ocorreu em 1991, pelo Decreto n.º 262, garantindo áreas tradicionais. Somente na década de 1990, os Cinta-Larga tiveram suas terras demarcadas, pelo Decreto n.º 262/1991, que demarcou a Terra Indígena Roosevelt. Atualmente a população habita as quatro terras

¹⁶ Infelizmente as condenações dos outros envolvidos não foram localizadas até a data da produção do artigo.

indígenas contíguas dentro do território habitado pelos Cinta Larga. São elas: Parque Aripuanã, Terra Indígena Roosevelt, Terra Indígena Serra Morena e Terra Indígena Aripuanã.

Art. 1º Fica homologada, para os efeitos do art. 231 da Constituição Federal, a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio FUNAI da Área Indígena Roosevelt, localizada nos Municípios de Aripuanã, Espigão do Oeste e Pimenta Bueno, Estados de Mato Grosso e Rondônia, respectivamente, caracterizada como de ocupação tradicional e permanente indígena e habitada pelos Grupos Tribais Cinta Larga e Suruí, com a superfície de 230.826,3008ha (duzentos e trinta mil, oitocentos e vinte e seis hectares, trinta ares e oito centiares) e perímetro de 322.401,98m (trezentos e vinte e dois mil quatrocentos e um metros e noventa e oito centímetros). BRASIL. Decreto n.º262/1991

Os parlamentares registraram o sofrimento histórico dos Cinta Larga, agravado pela exploração de suas terras e pela falta de planejamento e apoio do Governo Federal, especialmente da Funai. A missão estatal perpétua as dificuldades vividas pelo povo, que permanece vulnerável a interesses externos.

NÓS, parlamentares e representantes do Povo Brasileiro, reconhecemos Que o Povo Indígena Cinta Larga, habitante do território tradicional localizado nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, há muito sofre em decorrência da exploração de recursos naturais de suas terras. Que esse sofrimento, se não foi causado, ao menos tem sido aumentado, em larga medida, pela forma não condizente com que o Governo Federal tem cuidado das inúmeras questões que se apresentam. Que desde quando o garimpo de diamantes no território Cinta Larga foi impulsionado, a ausência de estratégias adequadas, a falta de método e planejamento, a escassez de recursos e de suporte técnico administrativo são algumas mazelas que podem ser imputadas ao poder público. A Que a ineficiência ou mesmo omissão do Governo Federal há de ser tributada grandemente a seu braço indigenista – a Fundação Nacional do Índio – Funai, que não tem conseguido se desincumbir, satisfatoriamente, com um mínimo de estratégia e organização, de suas mais relevantes atribuições. Que o vazio decorrente do pouco compromisso do Estado Brasileiro com a causa do Povo Cinta Larga tem sido preenchido por pessoas interessadas em lucrar às expensas da miséria do grupo indígena; arcando, toda a comunidade, com o ônus decorrente desse contato. Que esse estado de coisas já deu causa a inúmeras violências, com o sacrifício de dezenas de vidas humanas; sem esquecer da possibilidade, real e iminente, de desintegração física e/ou cultural do Povo Cinta Larga. Essa tragédia precisa, e pode, ser evitada. Que um problema dessa envergadura exige, para freá-lo ou aboli-lo, o efetivo compromisso do Governo Federal e a vontade política necessária para retirar os

índios de sua condição atual, reféns do descaso e abandonados à própria sorte. Que a Funai tem um papel relevante na construção de dias melhores para os índios, devendo, por isso mesmo, ter seu trabalho adequadamente reverenciado e ser contemplada em recursos humanos, técnicos e estruturais suficientes para bem desempenhar sua missão. Que a política do Governo Federal, ao primar excessivamente por medidas repressivas, em contraste com as de cunho protetivo. (BRASIL, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA. 2015)

A demarcação das terras dos Cinta Larga, reconhecida apenas em 1991 pelo Decreto nº 262, foi um marco tardio, garantindo parte dos direitos territoriais do povo, que atualmente ocupa quatro terras indígenas. O caso simboliza a luta contínua dos povos indígenas contra a exploração e pela justiça, em um contexto histórico de negligência. A investigação inicial expôs a cumplicidade de empresários e a omissão de autoridades locais. No entanto, devido ao contexto político da época, marcado pela repressão e pelo desrespeito aos direitos indígenas, o caso não resultou em punições significativas para os responsáveis. O massacre dos Cintas-Largas permanece como uma ferida aberta na história dos povos originários do Brasil, simbolizando a luta contínua por justiça e pelo reconhecimento de seus direitos.

REFERÊNCIA

AMARZEM MEMÓRIA: Título da pesquisa CINTA LARGA, na pasta: Processos Judiciais na subpasta Cinta Larga - massacre do Paralelo 11 - processo, inquérito, Ação Ju. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ProcJudiciais&pesq=cinta%20larga&hf=armazemmemoria.com.br&pagfis=58333>

- Acessado 16 de set de 2024.

AC Vançan, MV Rodrigues. RELACult-Revista L3atino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, 2021 • scholar.archive.org. Acessado em 16 de set de 2024.

BELTRÃO, Jane Felipe (org.) Relatório Figueiredo: Atrocidades

Contra Povos Indígenas em Tempos Ditatoriais. Rio de Janeiro: Laboratório de Pesquisas em Etnicidade (LACED), disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/ciencia/cintaslargas-garimpeiros-e-o-massacre-do-paralelo-11/>. 9 acessado 16 de set de 2024.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV), Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Volume II, Textos Temáticos 5, Violações dos direitos humanos dos Povos Indígenas, Brasília: CNV, 2014, p. 237 – 239. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 16 de set de 2024

CAPOZZOLI. Ulisses. Cinta- largas garimpeiros e o massacre do Paralelo 11. Observatório da Imprensa disponível em <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/ciencia/cintaslargas-garimpeiros-e-o-massacre-do-paralelo-11/>. acessado 16 de set de 2024

MINISTÉRIO DO INTERIOR, RELATÓRIO FIGUEIREDO, 6a Câmara da Procuradoria Geral da República, Grupos de Trabalho, GT Violação dos Povos Indígenas e Regime Militar. Disponível em: http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/institucional/grupos-de-trabalho/gt_crimes_ditadura/composicao. acessado 16 de set de 2024.

NA JUSTIÇA o inquérito da chacina dos Cinta-Larga. O Globo. Geral, p.2, 27 ago. 1966. NOVO choque armado entre Índios e brancos em Mato Grosso. Folha da Tarde, 21 ago. 1968.

NETO, Joanoni Vitale. Amazônia, políticas governamentais, práticas de colonização e controle do território na ditadura militar (1964 -85). Polícia Federal. Inquérito nº 24/1966. 1966.

O Globo. Missionário Jesuíta reforça acusação de que genocídio dos índios continua. 25 de janeiro de 1966, p. 15.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração das Nações Unidas sobre os povos indígenas: perguntas e respostas. 2008. Disponível em:

<https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/Q&A_Declaracao.pdf>. Acesso em: 1º out. 2022.

RESENDE, Ana Catarina Zema de. O Relatório Figueiredo, as violações dos direitos dos povos indígenas no Brasil dos anos 1960 disponível

em:https://www.researchgate.net/publication/331136036_O_RELATORIO_FIGUEIREDO_AS_VIOLACOES_DOS_DIREITOS_DOS_POVOS_INDIGENAS_NO_BRASIL_DOS_ANOS_1960_E_A_JUSTA_MEMORIA .acessado 16 de set de 2024

RIBEIRO, Darcy (1996). Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras.

RODRIGUES, Milena Valle. As violações de direitos dos povos indígenas mato-grossenses: 2023.Tese (Pós-graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

SOUZA, Felipe. Indígena é assassinada em conflito com fazendeiros no sul da Bahia, CNN Brasil, disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/indigena-e-assassinada-em-conflito-com-fazendeiros-no-sul-da-bahia/> . Acesso em: 16 de set de 2024.

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Processo nº 11-18.1967.811.0042. 1972

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Processo nº 39-70.1972.811.0042. 1973

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA RURAL COMO FONTE DE PESQUISA: ANÁLISES E REFLEXÕES SOBRE SUA EVOLUÇÃO AO LONGO DE 17 ANOS

Eliane Silva Santos Rodrigues¹

RESUMO

Esse artigo tem por objetivo analisar o PPP de 2007 da Escola Classe Sonhém de Cima, situada na Zona Rural de Sobradinho/DF. O documento foi utilizado como fonte de pesquisa para identificar elementos e compreender um pouco sobre a historicidade da escola e sobre os critérios priorizados para a construção desse projeto, bem como perceber como se davam o contexto, o local, as ações da escola e de seus sujeitos em um determinado espaço e tempo. Para isso, foram feitas considerações sobre o documento, analisando algumas de suas dimensões, as legislações, os princípios em que se ampara e por fim, fazer uma breve comparação desse PPP de 2007 com o último documento da escola de 2024, a fim de analisar as evoluções ocorridas, bem como as diferenças e semelhanças entre os projetos, contrapondo suas formas de construção, o contexto e as práticas educacionais da escola mais antiga com a mais recente.

Palavras-chaves: Projeto Político Pedagógico – Fontes – História – Educação.

INTRODUÇÃO

Muitas vezes, ao se escolher uma fonte de pesquisa tem-se a facilidade de manuseá-la, mas não a teoria necessária para analisá-la. A interdependência entre prática, metodologia e teoria produz o conhecimento histórico, mas é a teoria vai oferecer os meios para refletir, embasar e orientar o trabalho de um historiador/pesquisador (FERREIRA, 2012). Além disso, para se compreender melhor uma fonte, é essencial também que se analise as fontes que a criaram, embasaram ou outras que a possam complementar, esse cruzamento de fontes é uma parte importante para a análise de materiais de

¹ PPGE- MP - Universidade de Brasília - UNB. liapordosol@hotmail.com

pesquisa, servindo para confirmar, contestar ou aprofundar o conhecimento já acumulado (RAGAZZINI, 2001). Sobre essa ideia de complemento, Ulpiano nos traz que:

A complementaridade das fontes é sempre bem-vinda, mas a expectativa de convergência, contudo, nem sempre é útil ou desejável – salvo no nível empírico elementar. O que torna a complementaridade legítima e benéfica é o respeito à lógica específica que rege cada fonte e que deve orientar a análise crítica a que tem de se submeter qualquer tipo de fonte (MENEZES, p.253, 2012).

Ainda sobre essa importância de se relacionar textos e contextos, estabelecendo relações entre uma fonte e outra, Bacellar (2008) também nos orienta:

Ao se escolher uma fonte é importante que o pesquisador tenha alguns cuidados ao prosseguir na análise e interpretação de suas fontes, não se limitado a apenas uma fonte como pesquisa, mas coletando mais informações, justapondo documentos, relacionando textos e contextos, estabelecendo constantes e identificando mudanças, verificando a origem e veracidade da fonte, aprimorando técnicas de seleção e anotação do que é relevante, (BACELLAR, 2008).

Nesse sentido, para se compreender melhor a fonte selecionada é imprescindível que se tenha em mente as várias possibilidades de análises, bem como que se considere também a fonte que lhe deu origem e/ou outras fontes pertinentes ou que se faça uma “investigação minuciosa dos textos e contextos” (THOMPSON, 1988, p.325).

A escolha da fonte

O Projeto Político Pedagógico (PPP) ou Proposta Pedagógica (PP) é um documento obrigatório, instituído por lei, que deve ser elaborado pelas unidades de ensino e entregue às secretarias de educação em prazos determinados. Segundo Kuhlmann (2005) a legislação atribui às unidades a autonomia para a elaboração do seu projeto pedagógico e para garantir o profissionalismo exigido para o exercício dessa autonomia, são necessários instrumentos e procedimentos que possibilitem questionar e aprimorar as práticas.

Como fontes que embasam o PPP, temos, dentre outros, a LDB, Lei de Diretrizes e Bases (1996), as DCN's – Diretrizes Curriculares Nacionais (2009), a Base Nacional Comum Curricular (2018) e o PNE (Plano Nacional de Educação), que são documentos criados para definir, direcionar e organizar o sistema educacional brasileiro e que traz nos seus textos uma série de determinações voltadas para a descentralização e autonomia das escolas, atribuindo responsabilidades a todos os sujeitos envolvidos no âmbito escolar, incluindo assim, a elaboração de suas propostas pedagógicas.

Assim, ao se delimitar e definir qual fonte seria analisada para esse trabalho, primeiro priorizou-se o contexto educacional e a região do Distrito Federal (DF), em seguida começou-se uma busca pelo PPP mais antigo que se pudesse encontrar dentre as instituições públicas do DF para depois se fazer uma análise comparativa com o documento atual da mesma escola e observar os processos de evolução. As buscas foram feitas em sites, em visita pessoal a uma escola para manusear o arquivo morto e em solicitações em grupos de gestores, o que foi um processo difícil porque a maioria dos projetos disponíveis são recentes, essa dificuldade, segundo relato dos gestores, é porque antigamente as ferramentas de produção e armazenamento desses documentos não eram tão modernas, muito menos acessível a todos, ao mesmo tempo em que não havia maiores cobranças por parte da Secretaria para que esses documentos estivessem disponíveis para consultas públicas. Nessa busca o PPP mais antigo encontrado foi o da Escola Classe Sonhém de Cima, com data do ano de 2007. Tal documento faz parte do arquivo pessoal de um ex-funcionário da escola que fazia parte da gestão escolar na época, que se dispôs a compartilhá-lo.

Compreendidos alguns dispositivos legais que embasam a fonte e os motivos de sua escolha, vamos analisá-la em seguida, com mais atenção e descobrir o que ela nos revela sobre a historicidade dessa escola.

Análises iniciais do PPP

A Escola Classe Sonhém de Cima é uma instituição pública da zona rural de Sobradinho, uma Região Administrativa do Distrito Federal, que atende crianças da Educação Infantil e Ensino Fundamental I e tem o PPP de 2007 como seu primeiro documento construído com essa finalidade. A análise inicial do documento nos permite perceber que ele foi escrito em formato e linguagem simples, sem referenciais teóricos ou de legislação e em sua maior parte fazendo descrições do ambiente e da realidade local. O documento inicia de forma simples e direta com título e introdução, onde já se traz algumas características da escola e seu percurso de construção, da população que atende, do perfil das famílias dos estudantes e dos funcionários, da realidade atual na qual se encontra e alguns objetivos da escola, temáticas que vamos analisar mais detalhadamente a seguir.

Ao tratar do percurso histórico da escola o PPP (SEEDF, 2007) não traz uma data específica da sua criação, mas menciona que:

“existem registros do funcionamento da escola classe desde o início da década de 60, quando esta funcionava em um prédio construído pela FEDF num terreno cedido por uma fazenda. No entanto, com a reforma agrária nos anos 90, a população da região migrou para as proximidades do assentamento do INCRA, e a escola ficou muito distante dos alunos, provocando evasão escolar” (PPP, 2007, p.2).

É interessante notar que a história da escola e seu fluxo de alunos estão intimamente relacionados tanto à história local, como a marcos históricos nacionais relacionados aos movimentos de reforma agrária e pelo parcelamento de terras feitos pelo INCRA, no entanto, ela não cita nenhuma referência para consultas relacionadas a esses fatos históricos, de notória importância, ocorridos na época.

Aqui, também é possível perceber o entrelaçamento da História da Educação como um campo mais amplo e geral e a História da Escola como campo mais restrito e específico, onde a Escola Classe pode ser vista como um componente importante para a História da

Educação e vice-versa e onde ambas podem se interrelacionar ou se complementarem em vários aspectos. Sob essa perspectiva, o PPP se materializa, dentre outras funções, como uma fonte de registros que revela o alinhamento da escola com outros contextos, o que também nos permite fazer uma interrelação entre a História em geral e a História da Educação, ao mesmo tempo em que revela aspectos peculiares de seu contexto e da sua história em particular.

Sobre esse percurso de transição, o PPP também nos revela que a escola migrou do assentamento antigo para um outro assentamento em 1997, onde funcionou até 2005 em um casebre simples e precário cedido por posseiros da região e onde tinha poucos alunos, pois o índice de evasão foi grande devido às mudanças na localização (p.3). Nota-se também nessa descrição, as precariedades peculiares da zona rural e da vida humilde de seus moradores que repercutiam nas práticas da escola:

Até essa data a escola vinha funcionando em condições extremamente precárias, onde por exemplo, a falta de água era constante, obrigando servidores, alunos e professores a buscarem água em baldes, numa bica próxima a escola, dentre outras fragilidades como falta de vigilante, ausência de policiamento na região e furtos e roubos constante de materiais do local (PPP, 2007, p.2).

No entanto, ainda em 2005 a Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF), entregou um novo prédio, totalmente reformado, na mesma região para ser o novo local da escola. Com um ambiente mais agradável e com mais recursos, ela passou a atender, exclusivamente, os filhos dos trabalhadores rurais do local e outros de comunidades do entorno, totalizando nesse período 100 crianças atendidas (SEEDF, 2007, p.3). A descrição desse novo local também nos permite imaginar as melhorias físicas e pedagógicas do ambiente.

Ademais o PPP, ainda na introdução, nos diz que a renda e o grau de instrução dos familiares das crianças eram muito baixos, que a equipe da escola era reduzida, contando com 11 funcionários, dentre os quais 5 eram professores e que na escola tinha apenas cinco turmas

que atendiam o total de 100 alunos, incluindo-se aí alunos “portadores de necessidades educacionais especiais (PNEE), todos atendidos no turno matutino” (SEEDF, 2007, p.3). O documento também ressalta que os professores que atendiam estes alunos não possuíam nenhuma especialização voltada para o Ensino Especial (SEEDF, 2007, p.4). O que é compreensível, pois nessa época a Educação Inclusiva já era mencionada, mas as informações e as formações ofertadas aos profissionais ainda eram muito precárias nos ambientes educacionais.

Quanto a estruturação do documento, a escola menciona apenas que “está calçada nas diretrizes do currículo aprovado pela SEE” e que “está apoiada em competências básicas para a inserção de nossas crianças na vida social e acadêmica” (SEEDF, 2007, p.4), mas não cita nenhuma legislação ou referenciais, embora já tivesse documentos norteadores a respeito na época, como por exemplo, a própria LDB. Logo após, a escola descreve os valores em que se apoia, a sua visão e missão, em seguida traz no tópico “Histórico e legislação” (SEEDF, 2007, p.7) mais detalhes e informações sobre o percurso histórico da escola até ali e embora traga no título do tópico a palavra “legislação”, da mesma forma, nenhuma legislação é mencionada.

Ainda nesse tópico e no tópico seguinte intitulado “Diagnóstico” (SEEDF, 2007, p.10), algumas descrições mais detalhadas do ambiente nos permite, mais uma vez, imaginar como era a escola antes e depois do prédio novo e as dificuldades de trabalho, pois o próprio texto nos diz que “a descrição do ambiente físico é importante porque serve para exemplificar o quanto a estrutura escolar pode influir positiva ou negativamente no aprendizado dos alunos e no trabalho de professores” (SEEDF, 2007, p.8). Em seguida, a proposta elenca seus princípios norteadores epistemológicos, didático-pedagógicos, éticos e estéticos, depois apresenta sua Organização Administrativa, a Organização Curricular e o detalhamento dos seus 11 projetos que serão desenvolvidos ao

longo do ano, finalizando o documento sem conclusão e sem referências bibliográficas.

Outros aspectos importantes evidenciados através da fonte

As fontes não falam por si, são vestígios, testemunhos que respondem às perguntas que lhes são apresentadas (RAGAZZINI, 2001). Sob essa perspectiva, outras observações puderam ser feitas durante a análise do PPP, nos permitindo compreender melhor aspectos importantes sobre a Escola Classe Sonhém de Cima, os quais serão mencionados a seguir.

A falta de referenciais

Como já mencionado, ao apresentar seu percurso histórico a escola nos fornece no PPP relatos que nos permitem compreender alguns elementos importantes sobre o contexto na qual foi estabelecida, como por exemplo: aspectos históricos (reforma agrária e divisão de terras que repercutiram em seu percurso); educacionais (os recursos e a atenção disponibilizados para aquela comunidade ter acesso à educação); sociais (as características peculiares da sociedade, de zona rural, humilde e precária, que compunha a escola); e políticos (diretrizes que garantiam um local específico para que a escola pudesse funcionar e continuar funcionando), porém deixando algumas lacunas por falta de referências e abrindo precedentes para que se busque outras fontes caso se deseje complementar, compreender, contrastar ou ratificar as informações prestadas

Quanto à ausência legislação, essa seria outra articulação importante que possibilitaria uma interpretação mais sólida sobre o percurso da escola, visto que nesse processo de produções e transformações, a legislação, o contexto social e as práticas sociais entram como pontos essenciais para se compreender melhor a

construção da história e transformações que ocorrem dentro de uma escola. Sobre essa importância da legislação como mola propulsora da prática social e vice-versa, Faria Filho (1998) nos diz que a lei, surgindo de necessidades existentes ou emergentes, pode ser definida como criadora, inspiradora ou ordenadora de novas práticas, até porque, são essas leis, que atreladas às práticas do contexto social que acabam delineando novos contextos e novas realidades sucessivamente, na esfera educacional.

A articulação da educação com outros setores

Sobre a importância de uma amplitude nas relações da escola, Kuhlmann e Leonardi (2017) destacam que se as concepções, as formas, as propostas educacionais são históricas, então a compreensão da sua história não poderia restringir-se aos limites escolares, isolando a educação das suas relações com outros setores. Sob essa perspectiva, no documento não há muitos indícios da articulação da escola com outros setores da sociedade, ao contrário, os descritores nos mostram uma escola precária e carente de recursos, investimentos e atenção, que tinha que lidar com seus problemas de forma mais isolada e limitada, sendo privada da importante articulação com outros setores para seu desenvolvimento.

O papel das relações sociais e dos sujeitos para a construção do documento

As relações sociais e as interações entre os sujeitos que compõem a escola e a comunidade escolar são outros fatores essenciais para o sucesso de todos os envolvidos nesse ambiente, como também nos trazem Kuhlmann e Leonardi (2017) quando dizem que “os fenômenos educacionais são elementos constitutivos das relações sociais e se produzem no interior dessas relações e não de forma isolada, à parte, ou sobrepostos a elas” (p.209), sendo assim, é interessante perceber que a escola demonstra valorizar os sujeitos que compõem sua comunidade em vários sentidos, mas que no entanto,

não são mencionados como a escola faz para que esses sujeitos, funcionários, pais e alunos se tornem ativos e co-construtores dessas ações, se participaram da elaboração do documento ou que tenham sido ouvidos para que suas opiniões e contribuições fossem registradas, evidenciando assim, um PPP elaborado mais de forma descritiva, unilateral e não dialógica.

O PPP de 2007 e o PPP de 2024 – pontos e contrapontos

O atual PPP da escola está disponível no site da SEEDF como é exigido, é um documento público e de acesso livre. Ao se fazer uma breve análise desse documento é possível fazer algumas comparações interessantes com o documento de 2007, a começar pela estética do documento, seguida de uma boa organização e de mais aprofundamento das informações.

No texto inicial, o PPP (SEEDF, 2024) traz que a escola de agora tem mais funcionários, vigilantes e continua atendendo as mesmas modalidades de ensino, tendo 08 turmas e cerca de 175 alunos, dentre os quais alguns são considerados ANEE (SEEDF, 2024, p.16), os quais estão inseridos em Classes Comuns Inclusivas e recebem atendimento diferenciado por meio de adequação curricular.

É possível notar no texto a atualização de termos relacionados ao ambiente educacional diferentes do PPP de 2007, como SEEDF antes FEDF, ANEE antes PNE, bem como a inserção de novos termos que surgiram ao longo dos anos, como Educação em Tempo Integral, Educadores Sociais Voluntários (ESV) e Educação Inclusiva, dentre outros. Tal atualização está relacionada com os avanços e atualizações de concepções ocorridas na História da Educação, não apenas local, mas dentro e fora do país.

No tópico “Missão” (SEEDF, 2024, p.3), a escola diz priorizar a interação com todos os membros da comunidade escolar e também com outros setores públicos para que sua gestão seja democrática, participativa e integrada a outras esferas do governo e nos tópicos

“Histórico e Diagnósticos da unidade escolar” (SEEDF, 2024, p. 11 e 17) trazem o histórico da escola acrescentado detalhes e os pressupostos que fundamentam a prática educativa são seguidos de referenciais e citações que nos permitem consultar outras fontes para conhecer melhor esse percurso e compreender as leis e ideologias que embasam o documento.

Outro fator interessante é que o PPP de 2024 traz em seu corpo algumas fotografias de atividades realizadas dentro e fora da escola. As imagens, como fontes, são importantes porque são outras formas de registros que podem ser consideradas tanto “evidência de história, como a própria história” (BURKER, 2004, p.29). Assim, independente dos objetivos e das intenções de quem as registrou, elas nos permitem fazer análises e tirar novas conclusões, bem como visualizar partes do contexto mais moderno da escola de 2024, saindo assim do campo imaginário o qual nos limita o PPP de 2007, do qual não consta nenhuma imagem.

Nesse sentido, seguem abaixo algumas imagens selecionadas do documento que nos permitem observar parte do contexto, do ambiente físico e de algumas práticas pedagógicas realizadas na instituição com as crianças.



Figura 1: Festa Cultura (p. 159)



Figura 2: Salas de aula (p. 136)



Figura 3: Passeio fora da escola (p. 188)



Figura 4: Visita de ex-alunos a escola (p. 173)



Figura 5: Cartão feito para a mãe (p.133)



Figura 6: Crianças participando de entrevistas (p.170)

Fonte: PPP: Projeto Político Pedagógico da Escola Escola Classe Sonhém de Cima, 2024

Nas figuras 1 e 2 vemos as crianças envolvidas nas atividades escolares, esse envolvimento revela um conjunto de ações realizadas e comprometidas com as crianças, uma dinâmica importante, como destacam Barbosa e Voltarelli (2020) quando dizem que é preciso se realizar nos contextos educacionais propostas desenvolvidas com as crianças e não somente para elas.

Nas figuras 3 e 4 percebemos interações das crianças em espaços fora da escola e a interação com pessoas da comunidade dentro da escola, elementos que enriquecem a História da Educação, a qual se abre aos mais diversos objetos da escola, quando nos permite observar os procedimentos e práticas metodológicas experimentadas em sala de aula e fora dela (CUNHA, 2013).

E nas figuras 5 e 6 vemos um material confeccionado por uma criança e outras crianças participando de um projeto de entrevistas, o que as configura como protagonistas nas atividades da escola, permitindo que as crianças tenham voz nos espaços educativos, participando dos planejamentos e das ações da escola. Tais ações são importantes porque valorizam as produções escolares infantis, visto que, em alguns contextos não se é possível identificar o papel das crianças como produtores de cultura quando há supressão, intensa mediação ou intervenção de adultos nesse processo (RAMOS, 2012).

Por fim, as imagens nos permitem perceber aspectos do contexto que estão além do que está escrito ou servir de respostas a diversos outros questionamentos, visto que as fontes visuais e as fotografias são tipos de registros importantes de práticas institucionais e evidências valiosas de uma cultura escolar (Burke, 2004) que, somados aos demais registros, demonstram que a Proposta Pedagógica atual foi elaborada utilizando procedimentos mais atualizados, democráticos e participativos, contendo planejamento flexível, reflexivo e coletivo, envolvendo toda comunidade escolar na tomada de decisões.

Atualizações importantes que demonstram os avanços ocorridos na escola em vários sentidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar e compreender fontes como suprimentos para pesquisas parece ser uma tarefa simples, mas requer uma série de cuidados e conhecimentos. Nesse sentido, ter conhecimentos práticos e teóricos sobre análise e manuseio de fontes históricas podem ser úteis desde a escolha da fonte, até aos processos mais específicos de estabelecer critérios, fazer considerações e inferir ou fazer análises importantes para o desdobramento e estruturação de um trabalho de pesquisa.

Assim, ao se finalizar esse artigo, pode-se dizer que os objetivos foram alcançados, pois foi possível aplicar na prática, de forma simples, mas positiva, alguns conceitos teóricos sobre manuseio de fontes históricas que possibilitaram o encontro de respostas para várias perguntas que foram feitas durante as análises do Projeto Político Pedagógico de 2007 da Escola Classe Sonhém de Cima, bem como praticar uma compreensão mais ampla acerca de vários elementos explícitos e implícitos presentes na fonte, fazer comparações de textos e contextos, contrapor o documento de 2007 com o atual de 2024 e identificar alguns vestígios culturais, políticos e históricos e outros mais intrínsecos, a partir dos quais os referidos documentos foram produzidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACELLAR, Carlos. **Fontes documentais; uso e mau uso dos arquivos.** In: Fontes históricas. Org: PINSKY, Carla Bassanezi. 2.ed. São Paulo - Editora Contexto, 2008.

BARBOSA, Etienne Baldez Louzada; VOLTARELLI, Monique Aparecida. **Participação das crianças em projeto político-social elaborado por adultos: a Plenarinha no Distrito Federal**. Educação e Pesquisa, v. 46, p. e236680, 2020.

BRASIL, Secretaria de Educação. **Projetos Pedagógicos das escolas**. DF. Disponível em:
<https://www.educacao.df.gov.br/pedagogico-projetos-pedagogicos-das-escolas/>

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL I. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 : Linha de Base**. – Brasília, DF : Inep, 2015.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2009.

BURKE, Peter. **A História Cultural das Imagens**. In: Testemunha Ocular: história e imagem. Peter Burke. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **Das mãos para as mentes: protocolos de civilidade em um jornal escolar/SC (1945-1952)**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 49, p. 139-159, jul./set. 2013. Editora UFPR.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História oral: velhas questões, novos desafio**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.

FILHO, Luciano M. de Faria. **A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação**. In: Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a História da Educação Oitocentista. Luciano Mendes de Faria Filho (organizador). Belo Horizonte: Autêntica, 1998.p. 89-125, 1998.

KUHLMANN JR., M. . **Currículo e projeto pedagógico na educação infantil**. Educação & Linguagem , São Bernardo do Campo, SP, v. 8, n.12, p. 135-147, 2005.

KUHLMANN JR., M.; LEONARDI, Paula. **História da educação no quadro das relações**. Porto Alegre, 2017.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. **História e imagem: iconografia/iconologia e além**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.

RAGAZZINI, Dario. **Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação?** Editora da UFPR. *Educar*, Curitiba, n.18, p.13-28. 2001.

RAMOS, Norma Escobar. **Niños redactores e ilustradores de periódicos: Un acercamiento a las producciones escolares en la escuela nuevoleonense posrevolucionaria**. *Relaciones. Estudios de historia y sociedad*. v. 33, n. 132, p. 53-94, 2012.

SEEDF; Secretaria de Educação do Distrito Federal. **PPP: Projeto Político Pedagógico da Escola Escola Classe Sonhém de Cima, situada na Zona Rural de Sobradinho**. Distrito Federal. 2007.

SEEDF; Secretaria de Educação do Distrito Federal. **PPP: Projeto Político Pedagógico da Escola Escola Classe Sonhém de Cima, situada na Zona Rural de Sobradinho**. Distrito Federal. 2024. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/projeto-politico-pedagogico-2023/>.

THOMPSON, E. P. **A venda de esposas**. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MEMÓRIA COLETIVA E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES: UMA ANÁLISE SOBRE MEMÓRIA COLETIVA E LUGARES DE MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

Enize Neves Lopes¹

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo trazer reflexões sobre a memória coletiva da ditadura civil-militar (1964-1985) no Brasil pós 1988. Considerando que as políticas de memória e reparação encontraram empecilhos para serem executadas, e o silêncio sobre este passado corrobora para que a violência às vítimas do regime se perpetue, este ensaio se debruça sobre como a construção de centros de memória, ou transformação dos locais identificados pela Comissão Nacional da Verdade em lugares de memória da ditadura militar poderia proporcionar maiores debates relacionados dentro da população e legitimar a homenagem e o respeito à memória das vítimas. A partir de análise de fontes e revisão bibliográfica, pretendo entender os impactos que a criação de centros de memória podem causar na sociedade brasileira, do ponto de vista dos aspectos político-sociais.

Palavras-chave: Memória. Ditadura militar. Democracia. Direitos Humanos.

A memória é a incrível capacidade humana de guardar informações do passado. Tais informações podem ser experiências vividas, sentimentos marcantes, ideias ou qualquer outra coisa especial, e que faça algum sentido de ser lembrada. Ao se afirmar que um sujeito possui “boa memória”, acredita-se que ele é capaz de lembrar de muitos acontecimentos; ou, pelo menos, de mais do que as pessoas “comuns” geralmente conseguem. Esta pode ser a maior característica da memória: com o passar do tempo, sua fragilidade

¹ Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais - FGV CPDOC.
enizelopes@gmail.com

aumenta, e a distância temporal torna o seu exercício ainda mais desafiador.

No mundo todo, em diversas áreas do conhecimento, pesquisadores se debruçam sobre a memória e suas complexidades já há algum tempo. No campo das ciências sociais, são vastos os estudos sobre memória e sociedade. O sociólogo Maurice Halbwachs, por exemplo, entendia a memória coletiva como um produto de um grupo situado em determinado espaço e tempo. E, com o passar do tempo, este grupo construiria consciência de sua própria identidade². Assim, perpetuam-se ali, naquele contexto específico, os sentimentos e as lembranças em comum.

Algumas sociedades que sobreviveram a experiências traumáticas compartilham, ativamente, lembranças desse passado em comum. O passar dos anos não necessariamente enfraquece o seu exercício de memória coletiva. É o caso de países que foram abalados com regimes ditatoriais e promoveram determinadas ações políticas após esses períodos, no intuito de preservar aquele trecho de sua história. Ergueram museus e monumentos em referência a estes eventos; e assim impulsionaram a formação de uma “memória viva” deste passado em sua população.

É o caso da Alemanha, com o Memorial do Holocausto e os diversos museus que retratam a mancha nazista em suas exposições; ou de Portugal, com o Museu Nacional Resistência e Liberdade. Viajando para o Cone Sul, região que sofreu golpes militares no contexto da Guerra Fria, encontra-se o Museu Sítio de Memória ESMA em Buenos Aires, sediado num local que fora utilizado por perpetradores nas inúmeras violações de direitos humanos ali cometidas. Em Santiago, o Museu de Memória e Direitos Humanos

² HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990, p. 86-88.

homenageia as vítimas da sangrenta ditadura chilena. Ainda, há o Centro Cultural Museu da Memória no Uruguai e o espaço Museu de Memórias: Ditadura e Direitos Humanos, no Paraguai³.

Já no Brasil, percebe-se muitas resistências quando o assunto é execução de políticas públicas de memória. A ditadura civil-militar (1964-1988) fez inúmeras vítimas em suas mais de duas décadas de vigência, e quase quatro décadas após o seu fim, não se tornou ainda um evento que sensibiliza a maior parte da população com a devida seriedade.

No artigo “O Pesadelo da Amnésia Coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado”, Myrian Sepúlveda dos Santos alertou sobre como os conflitos de poder presentes numa determinada sociedade são refletidos nas políticas de memória formuladas naquele contexto. Para a autora, a memória é construída socialmente, ao mesmo tempo em que pode construir a própria sociedade (SANTOS, 2022, p. 146-152). Ao entender a memória como uma parte do processo de construção social, é possível denunciar ou endossar práticas de controle, de manutenção de privilégios e tradições, inerentes a aspectos já existentes⁴.

A chamada ‘justiça de transição’ exige do Estado a tomada de algumas medidas fundamentais para a sua efetiva implementação. Pode-se considerar como centrais a garantia do direito à memória, à

³ JARDIM, Giovane Rodrigues. Os museus de memória como um conceito em aberto: política de memória simbólica, reparatória e de justiça. **Escritas do Tempo**, v. 4, n. 12, p. 109-133, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/download/1921/983>. Acesso em 28/06/2023.

⁴ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. O Pesadelo da Amnésia Coletiva: Um Estudo Sobre os Conceitos de Memória, Tradição e Traços do Passado. **Cadernos De Sociomuseologia**, 19(19), 2002.

justiça, à verdade, a reparações (materiais ou não) e a reestruturação ou reconstrução dos órgãos institucionais.

No contexto brasileiro pós 1985, algumas ações de reparação às vítimas foram efetivadas pelo governo federal. Uma que merece destaque é a Lei 9.140/95, que criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Dentro do Ministério da Justiça, também foi instaurada a Comissão de Anistia. Ainda, cabe citar a instalação da Comissão Nacional da Verdade, em 2012⁵, cujo trabalho foi relevante também para se entender os acontecimentos dos anos que se sucederam na política do país.

Porém, pensando em espaços de memória e identidade coletiva, objeto principal deste trabalho, vale ressaltar que a criação de museus ou lugares que possam preservar a memória da ditadura militar é uma das ações que encontrou (e encontra) muitos obstáculos nessas últimas décadas. Existe, todavia, um lugar importante em São Paulo, onde funcionava o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP) durante o regime. Conhecido como Memorial da Resistência, e localizado numa instalação historicamente reconhecida por ter sido um centro de tortura, o Memorial recebe milhares de visitantes por mês.

Além das exposições e ações no âmbito cultural, o Memorial também oferece, através de seu núcleo educativo, atividades que visam a “construção de um pensamento consciente e crítico sobre a história republicana do Brasil por meio da educação”⁶. Considerando os espaços de memória como ambientes cruciais num contexto pós ditatorial, não somente em vias de reparação e preservação, mas

⁵ A partir de uma condenação na CIDH.

⁶ Mais informações no site: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/educacao/>.

também levando em conta o diálogo com a sociedade e instituições, pode-se afirmar que os centros de memória são elementos fundamentais de uma justiça de transição eficiente; e indispensáveis na construção de uma democracia sólida.

Para Campos e Gontijo (2012), a memória possui uma dimensão pragmática. Ela opera a partir do presente, conferindo ao passado um significado que seja útil no agora. A depender de quando e quem existe neste momento presente, é variável também a narrativa responsável por organizar esta memória⁷. Cabe trazer a esta reflexão os “dilemas éticos e morais” mencionados por Sepúlveda, como uma maneira de representação do passado no presente através da memória⁸.

Porém, mesmo que a memória seja seletiva e esteja eternamente em disputa por diversos grupos sociais, ela é formadora de identidade coletiva, como observou Michael Pollak (1992). Se a memória está fragmentada, naturalmente será alvo maior de questionamentos, que podem evidenciar uma necessidade de sua reconstrução. Contudo, se a memória e a identidade estão bem constituídas e solidificadas, elas seguem seu próprio curso sozinhas; no que o autor delimita como “conjunturas e períodos calmos, em que diminui a preocupação com a memória e a identidade”⁹.

Seguindo este raciocínio, Campos e Gontijo constataram, inclusive, que é preciso temporalizar o passado para se construir uma narrativa que faça o devido julgamento dos fatos, demarcando os

⁷ CAMPOS, Eduardo Lopes de Almeida; GONTIJO, Lucas de Alvarenga. **A memória como direito:** o fenômeno jurídico como experiência de aprendizado e o papel do direito na construção da memória coletiva. In: XXI Encontro Nacional do CONPEDI/UFU, 2012, Uberlândia/MG.

⁸ SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. O Pesadelo da Amnésia Coletiva: Um Estudo Sobre os Conceitos de Memória, Tradição e Traços do Passado. **Cadernos De Sociomuseologia**, 19(19), 2002.

⁹ POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10. Rio de Janeiro, 1992.

respectivos papéis e responsabilidades de cada personagem. Deste modo, é possível extrair do trauma uma experiência educadora. Porém, se não há a capacidade de julgar um passado traumático, é porque este não foi ainda completamente superado¹⁰.

Como bem explorado por Pierre Nora, a memória se consolida no concreto, no espaço e nos lugares. Por isso é tão importante que se mantenha arquivos, para interromper ou dificultar o(s) processo(s) de esquecimento¹¹. Os lugares de memória imortalizam acontecimentos e seus personagens, sendo também símbolos do entendimento que um grupo social possuiu ou possui de si próprio em determinado contexto. A ausência desses lugares, no entanto, pode demonstrar uma prevalência da intenção de minimizar a relevância daquela memória (NORA, 1993).

Neste sentido, a idealização de um espaço que concentre conteúdos, relatos, imagens, dados e até reconstruções de lugares históricos da época da ditadura é uma maneira de manter viva esta página cruel da história recente do Brasil. É uma forma de não só homenagear, mas, especialmente, humanizar e conceder às vítimas diretas do regime e suas famílias uma chance de se pronunciar. É fazer com que estas histórias sejam ouvidas; que essas vidas interrompidas de diversas formas sejam conhecidas por outros ângulos.

O esquecimento e o silenciamento que rondam os crimes do regime ditatorial militar se consagram em mais um indício da brutalidade do Estado. Além de ser uma manifestação de seletividade da memória, a ausência de políticas desse caráter ou os entraves na execução das mesmas perpetua, por exemplo, o equívoco de que na

¹⁰ CAMPOS, Eduardo Lopes de Almeida; GONTIJO, Lucas de Alvarenga. **A memória como direito: o fenômeno jurídico como experiência de aprendizado e o papel do direito na construção da memória coletiva.** In: XXI Encontro Nacional do CONPEDI/UFU, 2012, Uberlândia/MG.

¹¹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, n. 10. São Paulo, 1993.

ditadura houve “apenas excessos”, mascarando o fato de que a tortura era uma política de Estado. Também endossa narrativas revisionistas que menosprezam o sofrimento das vítimas e a gravidade dos acontecimentos.

A escrita de Sepúlveda, ainda que de décadas atrás, adverte para mais um distúrbio da atualidade: uma sociedade de consumo marcada pela velocidade das informações, onde “a competitividade, racionalidade e informatização substituem sentimentos, práticas coletivas e vínculos interpessoais”¹². As pessoas então não conseguiriam defender seus direitos, visto que, para isso, é fundamental conhecer o seu passado; ação ausente neste “mundo da amnésia coletiva”¹³.

A memória coletiva enquanto um meio de aglutinar experiências passadas de um determinado grupo social acaba se tornando uma ferramenta de produção identitária. Essa ação se estende não somente ao próprio grupo em si, mas a suas gerações. Logo, os sujeitos pertencentes a este grupo devem ser capazes de reconhecer tais experiências em comum; e saber que passaram por esses eventos, mesmo que não o tenham presenciado de fato.

No momento de escrita deste trabalho, o país enfrenta uma conjuntura de transição entre o fim de um mandato presidencial de extrema-direita e o princípio de uma gestão mais propícia a governar seguindo a Constituição. Neste cenário, o golpe de 1964 completa 60 anos, e algumas políticas públicas voltadas para a memória da ditadura militar estão sendo implementadas. É o caso do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério de Direitos Humanos e Cidadania e a Ordem dos Advogados do Brasil em São

¹² SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. O Pesadelo da Amnésia Coletiva: Um Estudo Sobre os Conceitos de Memória, Tradição e Traços do Passado. **Cadernos De Sociomuseologia**, 19(19), 2002, p. 141.

¹³ Idem, p. 141.

Paulo, com o intuito de se criar um Memorial no prédio da antiga sede da Auditoria Militar. O Ministério também está trabalhando com a Prefeitura de Petrópolis para transformar a Casa da Morte em um centro de memória. Ainda, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos retomou os trabalhos em agosto de 2024, após ter sido extinta no governo anterior¹⁴.

Em 2023, um trabalho colaborativo entre pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas encontrou vestígios de sangue e alguns objetos em um prédio onde funcionava o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna) de São Paulo; um dos principais centros de repressão e tortura nos anos ditatoriais¹⁵.

Os materiais encontrados nesta escavação são de extrema relevância para se apurar os ocorridos naquele local. Desde a rotina dos perpetradores até possíveis identificações das coletas biológicas, esse tipo de investigação pode ajudar a elucidar questões históricas, reconhecer vítimas diretas do regime, trazer novas pistas sobre a atuação dos agentes públicos, e endossar debates sobre a memória coletiva da ditadura civil-militar.

Estudos que investiguem a repressão do Estado brasileiro colaboram para a conquista dos direitos básicos à justiça, memória e verdade. Assim como o prédio mencionado, outros edifícios podem guardar ainda evidências das violações de direitos humanos e das políticas de extermínio. Esses indícios são histórias que precisam ser

¹⁴ Mais informações em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/retomada-historica-da-comissao-sobre-mortos-e-desaparecidos-politicos-e-classificada-como-201cmomento-de-cura201d-para-o-brasil>. Acesso em 29/11/2024.

¹⁵ LIMA, Ana Gabriela Oliveira. Escavação no DOI-CODI acha inscrições na parede, objetos antigos e vestígios de sangue. **Folha de São Paulo**, São Paulo, agosto de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/08/escavacao-no-doi-codi-acha-inscricoes-na-parede-objetos-antigos-e-vestigios-de-sangue.shtml>. Acesso em 20/05/2024.

contadas, para que se complete a justiça de transição no Brasil efetivamente. Sem memória não há democracia; esta caracterizada por Lopes e Gontijo como um “fenômeno cultural”, no qual a memória possui papel fundamental. Imposições de “conciliações” políticas sem o enfrentamento necessário dos crimes cometidos pelo Estado brasileiro apenas afastam a sociedade de um projeto maduro de nação pautada na dignidade humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. O Pesadelo da Amnésia Coletiva: Um Estudo Sobre os Conceitos de Memória, Tradição e Traços do Passado. **Cadernos De Sociomuseologia**, 19(19), 2002. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/370>. Acesso em: 26 dez. 2024.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos (org). **Memória coletiva e justiça social**. Editora Garamond Ltda. Rio de Janeiro, 2021.

CAMPOS, Eduardo Lopes de Almeida; GONTIJO, Lucas de Alvarenga. **A memória como direito**: o fenômeno jurídico como experiência de aprendizado e o papel do direito na construção da memória coletiva. In: XXI Encontro Nacional do CONPEDI/UFU, 2012, Uberlândia/MG. Anais do XXI Encontro Nacional do CONPEDI/UFU, 2012.

JARDIM, Giovane Rodrigues. Os museus de memória como um conceito em aberto: política de memória simbólica, reparatória e de justiça. **Escritas do Tempo**, v. 4, n. 12, p. 109-133, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/download/1921/983>. Acesso em: 28 jun. 2023.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HOFFMAN, Felipe Eleutério. **Museus e memórias da repressão e da resistência no Brasil**: um estudo sobre documentos, justiça de transição e os espaços de rememoração. Tese de doutorado. Escola de

Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/45240> . Acesso em: 07 ago. 2023.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os museus e a ambiguidade da memória: a memória traumática. Encontro Paulista de Museus – Memorial da América Latina. São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2023/03/ulpiano-bezerra-de-meneses_museus-e-ambiguidades-da-memoria.pdf . Acesso em: 15 jul. 2023.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 34, p. 09-23, 1992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497/73267>. Acesso em: 19 jul. 2023.

MUDROVCIC, María Inés. Por que Clio retornou a Mnemosine? In AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, n. 10. São Paulo, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 09 out. 2024.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino de história. **Revista Brasileira de História**, v. 30, p. 143-154, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/kzjDrTkL3qCWxkpX7bnwYdd/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 20 jul. 2023.

PERSINO, María Silvina. Memoriales, museos, monumentos: la articulación de una memoria pública em la Argentina posdictatorial. **Revista Iberoamericana**, v. 64, n. 222, 2008. Disponível em: <https://www.liverpooluniversitypress.co.uk/doi/10.5195/reviberoamer.2008.5293> . Acesso em: 12 ago. 2023.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>.

SOARES, Inês Virgínia Prado; QUINALHA, Renan Honório. Lugares de memória no cenário brasileiro da justiça de transição. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, v. 10, p. 75-86, 2011.

POR UMA HISTÓRIA DE ÁFRICA NO ENSINO MÉDIO: INFERÊNCIAS SOBRE O TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS E O COMÉRCIO DE PRODUTOS

Francilazaro Santos Duarte¹

Resumo: Este ensaio é dedicado aos(as) professores(as) de História, sobretudo, do Ensino Médio. A inquietação que suscitou a produção deste ensaio esteve centrada na dificuldade ou omissão na aplicação da Lei nº 10.639/2003, que determina a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da Rede de Ensino. Essa lei, após 21 anos, continua sendo negligenciada, inclusive na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Por isso, proponho uma outra maneira de retratar, no Ensino Médio, a história africana, pensando, sobretudo, no comércio de artigos entre os países africanos e os países europeus e no tráfico de escravizados. Percebe-se que, ao contrário do que é comumente difundido e ensinado, os africanos resistiram ao processo de colonização e escravização e impuseram seus termos ao comercializar artigos com os países europeus. Nesse sentido, houve resistência e agência.

Palavras-chave: Lei nº 10.639/2003. História africana. Escravização. Resistência. Agência.

Introdução

Ao analisar o Ensino de História no Ensino Médio nos deparamos com empecilhos, sobretudo, quando pensamos o ensino de História de África. Entre eles, estão a formação dos professores nos cursos de licenciatura e a carência dos conteúdos relativos à História de África, ou, mais especificamente, a uma história de África que não seja contaminada pelas teorias europeias. Muitas vezes, a Lei nº 10.639/2003, que determinou a inclusão do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na rede de ensino nacional, não é aplicada ou é aplicada de maneira superficial e/ou inclinada às ideologias eurocêntricas.

¹ Graduando em História pela Universidade de Brasília (UnB) – Campus Darcy Ribeiro. E-mail: francilazarosantosduarte@gmail.com.

Em um artigo publicado no mesmo ano da aprovação da lei, Anderson Oliva faz uma interessante provocação acerca do ensino de História de África. Diz ele:

temos que reconhecer a relevância de estudar a História da África, independente de qualquer outra motivação. Não é assim que fazemos com a Mesopotâmia, a Grécia, a Roma ou ainda a Reforma Religiosa e as Revoluções Liberais? Muitos irão reagir à minha afirmação, dizendo que o estudo dos citados assuntos muito explica nossas realidades ou alguns momentos de nossa História. Nada a discordar. Agora, e a África, não nos explica? Não somos (brasileiros) frutos do encontro ou desencontro de diversos grupos étnicos ameríndios, europeus e africanos? Aí está a dupla responsabilidade. A História da África e a História do Brasil estão mais próximas do que alguns gostariam (OLIVA, 2003, p. 423-424).

Os problemas constatados por ele são os estereótipos e o racismo que existe com o continente africano. O continente é enxergado como um continente pobre e inferior. Estamos reproduzindo essa constatação do autor, porque esses estereótipos perduram. Além disso, o autor mostra que os pensadores do século XIX entendiam as sociedades africanas como sociedades sem história, isso pois a História fazia referência aos “inventários cronológicos dos principais fatos políticos dos Estados europeus [...]” e ao “[...] movimento retilíneo e natural rumo ao progresso tecnológico e civilizacional” (OLIVA, 2003, p. 437).

O pan-africanismo e a negritude enquanto ideologias que defendiam a identidade africana (APPIAH, 1997 *apud* OLIVA, 2003, p. 440) foram importantes porque permitiram a compreensão de que os estudos sobre África deveriam estar focados em África e em sua própria trajetória. Assim, de acordo com Oliva (2003, p. 440), “As histórias dos reinos e civilizações africanas foram utilizadas como exemplo da capacidade de organização, transformação e produção africanas”. Alguns autores mostram que esses estudos caíram no mesmo erro dos estudos europeus, trocando o eurocentrismo pelo afrocentrismo (OLIVA, 2003). No final dos anos 70 e anos 80, surgem

novos historiadores africanos. Naquele momento, percebeu-se que “as fontes escritas não eram tão escassas para a África” (OLIVA, 2003, p. 441). Ainda, metodologias na tradição oral foram sofisticadas.

Ao analisar como são as abordagens sobre o continente africano no livro “Nova História Crítica” para 6ª série do Ensino Fundamental, de Mario Schmidt, Oliva percebe que a bibliografia é limitada e que o espaço destinado a África pré-colonial curto (dez páginas), ao passo que a Reforma Religiosa europeia possui quatorze páginas. Ainda, Schmidt não fala sobre a escravidão tradicional africana, como se a escravidão tivesse sido inventada pela Europa - apesar das diferenças, o autor não menciona. Além disso, trata a escravidão como um mal a ser combatido, perdendo “os limites temporais e os critérios do relativismo, fazendo com que o aluno visualize uma história na qual todos devem ter como valores e referências de vida os padrões ocidentais atuais” (OLIVA, 2003, p. 448). Schmidt também não fala sobre os africanos traficantes, mencionando somente os comerciantes portugueses, espanhóis, ingleses e brasileiros. Schmidt também comete o mesmo erro citado anteriormente, de procurar os “grandes” impérios e civilizações africanas, da mesma forma que a Europa faz consigo mesma e impede a análise dos próprios alunos, porque antecipa essa etapa, fazendo “arriscadas afirmações” (OLIVA, 2003, p. 451).

Nesse sentido, Anderson Oliva destaca os limites para o ensino da História da África, de acordo com ele, “As limitações transcendem - ao mesmo tempo em que se relacionam - os preconceitos existentes na sociedade brasileira, e se refletem, de um certo modo, no descaso da Academia, no despreparo de professores e na desatenção de editoras pelo tema” (OLIVA, 2003, p. 455).

Na apresentação do dossiê “A construção de epistemologias insubmissas e os caminhos possíveis para uma educação antirracista e anticolonial: reflexões sobre os 20 anos da Lei 10.639/2003”, publicado recentemente, Anderson Oliva e Maria Telvira da Conceição (2023)

fazem reflexões acerca dos 20 anos da Lei nº 10.639/2003. Os autores destacam:

No caso da Lei 10.639/03, apesar dos inúmeros avanços e das pequenas fissuras afrocentradas causadas nos currículos brasileiros, temos dois destaques importantes a realizar acerca de seus limites. O primeiro refere-se ao difícil trabalho de descolonizar os nossos currículos e livros didáticos. A inclusão de conteúdos sobre as histórias africanas, afro-brasileiras e, posteriormente, dos povos originários nos manuais e programas escolares, não foi suficiente para “arrancar o colonizador de nossas mentes” (FANON, 2022 *apud* OLIVA; CONCEIÇÃO, 2023, p. 22).

O outro aspecto é o combate ao racismo religioso, que é apontado “como um dos grandes entraves para que temáticas africanas ou afro-brasileiras sejam trabalhadas nas salas de aula” (OLIVA; CONCEIÇÃO, 2023, p. 23).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei nº 10.639/2003

Se o livro didático, do Ensino Fundamental (6ª série), que foi publicado em 1999, antes da Lei nº 10.639/2003, e é analisado por Oliva (2003) apresenta informações errôneas sobre o continente africano, o que dizer da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio, aprovada 15 anos depois da referida lei, que baseia os currículos estaduais e o currículo distrital e os livros didáticos? Considero importante fazer um parênteses nesse sentido: espera-se que o Ensino Médio seja uma etapa em que os conteúdos sejam trabalhados com mais complexidade e aprofundamento. Ainda, gostaria de frisar que, mesmo que este trabalho esteja mais focado no Ensino Médio, ele é aplicável ao Ensino Fundamental.

Publicada depois de 15 anos da referida lei, a BNCC² é insuficiente, pois não aborda as leituras da história de África, da

² Importante pontuar que a ideia inicial da BNCC era focar na história brasileira, “com destaques importantes para as histórias das populações afro-brasileiras, indígenas e africanas”, entretanto, as reações à primeira versão do documento “foram devastadoras” (OLIVA; CONCEIÇÃO, 2023, p. 21).

escravização e da colonização sob uma ótica contracolonial. Ao contrário disso, a BNCC prioriza e opta por leituras europeias e ocidentais. Este ensaio pretende, portanto, pensar uma história do período colonial escravista em África a partir das agências dos africanos, ou seja, colocando-os em um lugar de sujeitos ativos e não, apenas, como símbolos de passividade, neutralidade e inércia. Assim, neste ensaio, mostrei uma forma de trabalhar as temáticas da colonização e da escravização, como resposta ao trabalho “A educação das relações étnico-raciais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): desafios e possibilidades para a História e a Sociologia no ensino médio”.

É muito comum que se fale do período colonial e da escravização de pessoas africanas com uma lente parcial e inclinada para os interesses europeus. A partir disso, duas noções são muito difundidas. A primeira é que a história de África se resume ao período da colonização, como se as civilizações de diversos países do continente africano não existissem ou não fossem importantes antes da invasão europeia. A segunda é de que, frente ao processo de colonização e escravização promovido pelos europeus e às violências cometidas, as populações africanas tenham ficado numa posição fixa de passividade e subjugação. Essa segunda noção esconde a agência das populações africanas e as resistências feitas por elas. Este ensaio está destinado a desconstruir a segunda noção a partir do tráfico de escravizados e do comércio de artigos entre países africanos e europeus.

Ao analisar as relações estabelecidas entre o continente africano e o continente europeu no que se refere ao comércio de produtos diversos, como ferro e tecidos, e ao tráfico de escravizados, nos séculos XVII e XVIII, costumamos pensar na “natural” submissão e subjugação dos países africanos em relação aos países europeus. Portanto, me debrucei sobre essas questões para compreender qual é a posição dos países africanos no comércio de artigos com a Europa e

qual a posição do tráfico de escravizados entre Portugal, Brasil e o continente africano na economia atlântica, destacando os processos de resistências contra a escravização e a captura de cativos e as ações tomadas pelos líderes africanos para limitar e determinar como seria feito o comércio de artigos com os países europeus.

O tráfico de escravizados: marginalidade ou centralidade?

Começaremos esse ensaio destacando que o tráfico de escravizados era importante para Portugal. Os escravizados eram enviados predominantemente para o Brasil. De acordo com Joseph C. Miller (1996, p. 151), foi no século XVIII que Portugal passou a figurar como um dos maiores países europeus no que diz respeito ao tráfico. O fracasso na exploração do ouro africano e das especiarias asiáticas foi o que impulsionou o interesse português nos escravizados em Angola (MILLER, 1996, p. 156). Além disso, nesse período, muitos fazendeiros e comerciantes estavam endividados com Portugal, já que o capital produtivo utilizado nas negociações desses era emprestado de Portugal, por isso, recorreram ao tráfico, que cobria parcialmente as suas dívidas (MILLER, 1996, p. 167). Dessa maneira, o que se percebe é que o tráfico de escravizados sustentava setores econômicos fracos e não competitivos (MILLER, 1996, p. 151). Para Miller (1996, p. 154), entretanto, isso não significa que os comerciantes bem estabelecidos não participassem dessa atividade; eles participavam de maneira indireta, com investimentos no financiamento e na administração. Naquele momento, a configuração do sistema econômico colocou a Grã-Bretanha, o norte europeu e os Estados Unidos no centro, enquanto Portugal, Brasil e o continente africano ficaram situados em posições marginais (MILLER, 1996, p. 149). Os traficantes dessas regiões periféricas e marginais recebiam os ganhos provenientes do tráfico de escravizados “em bens de consumo” e escravizados, já nos países centrais, os ganhos eram recebidos em moeda e tecnologia. A “carência de moeda” nas periferias, somada às

características econômicas das mesmas, como a “produtividade mais baixa”, os “riscos mais elevados”, os “menores custos de entrada” e as “taxas de crescimento mais lentas”, consequentemente, fizeram com que essas regiões periféricas prosperassem pouco perto dos países centrais (MILLER, 1996, p. 150). É importante lembrarmos que, ainda que não participassem diretamente do tráfico, os países centrais lucravam com a atividade.

Em Benguela, Angola, no século XVIII, o tráfico de escravizados era uma atividade muito importante. Inclusive, de acordo com Rosa Cruz e Silva (2016, p. 83-84), a população de Benguela era mantida pelo tráfico de escravizados. Lá, as estruturas do poder colonial eram instaladas por militares, que se tornavam governadores para fortalecer o projeto português “[...] de ocupação efetiva dos territórios africanos” (SILVA, 2016, p. 80). Naquele século, era alta a demanda do Brasil por escravizados, para que esses trabalhassem nas minas de ouro, mais especificamente na lavagem dele e dos túneis e covas, nas plantações e nas fazendas de gado (SILVA, 2016, p. 79; MILLER, 1996, p. 159). Ademais, Portugal estava interessado em manter o monopólio do tráfico, por causa do lucro (SILVA, 2016, p. 79). Por esse motivo, os poderes políticos africanos eram atacados pelos portugueses, que visavam capturar e escravizar cativos. Para capturarem cativos e escravizá-los, os portugueses provocavam conflitos entre os povos locais (SILVA, 2016, p. 77). As autoridades africanas, os sobas, resistiam a essas tentativas de captura de cativos - elas violavam os termos firmados com o governo português. Entre 1791 e 1795, os conflitos entre os sobas e o governo de Benguela se intensificaram. Por esse motivo, o governador Francisco Paim foi investigado sob a acusação de realizar desmandos e extorsões, das quais os sobas dos estados de Kakonda e Kilengues eram vítimas, e de violar os termos firmados (SILVA, 2016, p. 87). Ainda que a política portuguesa determinasse que as autoridades africanas fossem respeitadas, tal respeito e moderação não foram

postos em prática, sendo o objetivo dos governadores exterminar a autoridade dos sobas. Inclusive, os comandantes de presídios acusavam os sobas de deslealdade e rebeldia, reconhecendo que eles não iriam simplesmente abdicar de seus poderes sem resistência. As resistências se davam sutilmente, ou por meio de rebeliões e violências (SILVA, 2016, p. 89). Como exemplo, Silva (2016, p. 86) cita as ações tomadas pelos sobas de Kilengues e Kakonda. Tendo em vista a argumentação fundamentada dos sobas, Francisco Paim foi destituído e preso (SILVA, 2016, p. 90). Assim, percebe-se que as autoridades resistiram, exigindo respeito aos direitos que constavam nos contratos de vassalagem. Silva (2016, p. 93) pontua que esses conflitos entre portugueses e africanos facilitavam a captura de cativos e a escravização dos mesmos. Miller (1996, p. 170) confirma essa informação, destacando que nas décadas de 1780 e 1790, Benguela foi levada ao auge das exportações de escravizados. Conforme explica Abdias do Nascimento, ao falar sobre a escravidão no Brasil:

Desde o início da escravidão os africanos confrontaram a instituição, negando factualmente a versão oficial de sua docilidade ao regime, assim como sua hipotética *aptidão natural* para o trabalho forçado. Eles recorreram a várias formas de protesto e recusa daquela condição que lhes foram imposta, entre as quais se incluíam o suicídio, o crime, a fuga, a insurreição, a revolta (NASCIMENTO, 1978, p. 58-59).

A partir do que foi apresentado anteriormente, se percebe que o tráfico de escravizados representava uma atividade importante, entretanto, sua relevância está relacionada ao fato de ser uma atividade marginal quando comparada às principais correntes de crescimento econômico (SOLOW, ENGERMAN, 1987 *apud* MILLER, 1996, p. 149). Destacamos que o crescimento “ocorria no centro da economia atlântica”, e a África central-ocidental se afastou mais do crescimento “[...] do núcleo da economia atlântica” quando comparada aos traficantes portugueses e brasileiros (MILLER, 1996, p. 172). Alguns setores das economias de África eram não mercantis, com

“uma tecnologia baseada sobretudo na força dos braços e ombros humanos e uma profunda carência de recursos financeiros para expandir o comércio ou para investir em dispendiosa tecnologia material” (MILLER, 1996, p. 173). Em África, as riquezas eram baseadas em pessoas dependentes, como escravizados e pessoas penhoradas (MILLER, 1988 *apud* MILLER, 1996, p. 173). Isso evidencia a associação do tráfico com a marginalidade econômica, no sentido de se constituir como uma atividade que visa sustentar grupos economicamente fracos (MILLER, 1996, p. 173). Tal marginalidade de Portugal é algo central na obra de Sérgio Buarque de Holanda, que explica que o território de Portugal era um “território-ponte” por meio do qual a Europa se comunicava com outros mundos. Era, portanto, uma “zona fronteiriça, de transição, menos carregada, em alguns casos, desse europeísmo que, não obstante, mantêm como um patrimônio necessário” (HOLANDA, 1995, p. 31), portanto uma transição entre Europa e África.

Foi a partir da época dos grandes descobrimentos marítimos que os dois países entraram mais decididamente no coro europeu. Esse ingresso tardio deveria repercutir intensamente em seus destinos, determinando muitos aspectos peculiares de sua história e de sua formação espiritual. Surgiu, assim, um tipo de sociedade que se desenvolveria, em alguns sentidos, quase à margem das congêneres européias, e sem delas receber qualquer incitamento que já não trouxesse em germe (HOLANDA, 1995, p. 31).

Esse tipo de ideia também se aplicava à Espanha, mas não podemos nos enganar com esse tipo de ideia, porque apesar de Portugal ocupar uma posição marginal em relação a outros países europeus, eles promoveram muitas crueldades com os povos indígenas e africanos.

Analisando o envolvimento da África central-ocidental no comércio atlântico com os europeus, destacamos que as autoridades iniciaram-no com produtos diversos, não com escravizados (MILLER,

1996, p. 173). Entretanto, não havia força o suficiente para produzir mercadorias para exportação, por isso, a África continuou importando e contraindo dívidas com os europeus. Tal situação de endividamento contribuiu para que os africanos recorressem ao tráfico de escravizados para defenderem conquistas políticas e econômicas. A África é trazida, assim, para a “órbita do sistema atlântico” (MILLER, 1996, p. 178). Miller (1996, p. 181) lembra que o tráfico de escravizados era economicamente marginal, por causa da inexistência de moeda, e socialmente marginal, porque não era respeitado. Além disso, o tráfico era uma atividade que rendia, mas não precisava de tanto investimento monetário, considerando que os escravizados não recebiam salários. Foi o tráfico que permitiu a sustentação de novas indústrias durante suas primeiras fases de experimentação, ao menos na Grã-Bretanha, fazendo com que elas crescessem, “avançando para o mercados nacional e os mercados intra-europeus e norte-americanos”, que possuíam riquezas suficientes para realizar a “revolução industrial”. Em Portugal e nas periferias da economia atlântica, “interesses econômicos em declínio e ameaçados recorreram à escravatura e ao tráfico de escravos como meios de adiar o colapso iminente” (MILLER, 1996, p. 187). Ainda, o continente africano investiu em escravizados e em produtos comerciais e permitiu a concentração dos bens valiosos para o capitalismo - a prata e o ouro - em Londres. Em outras palavras, o tráfico contribuiu para que a Grã-Bretanha pudesse se industrializar e pagar salários, enquanto Portugal, as colônias e África ficaram em dívida com a Europa. Nesse sistema, conforme explica Miller (1996, p. 188), os escravizados estavam em posição marginal.

O comércio de produtos: submissão ou soberania?

Em relação ao comércio de produtos, é importante lembrar que em Angola, eram vendidos outros produtos, como o marfim, madeiras tintureiras e ceras, entretanto, o tráfico de escravizados era o principal

recurso. Outras regiões, menos marginais, continuaram comercializando outros produtos. No lado atlântico de África, o fato de haver muitas mercadorias as quais os europeus pagariam pela mão-de-obra facilitou a adesão ao tráfico de escravizados (MILLER, 1996, p. 175-176). Entretanto, as limitações de capital, as instituições marginais e a capacidade produtiva limitada, fizeram que os africanos ficassem incapazes de fazer concorrência. Muitos autores, como Walter Rodney (1974; 1970 *apud* THORNTON, 2004, p. 87) e Ralph Austen (1987 *apud* THORNTON, 2004, p. 88) destacam a posição marginal e submissa dos países africanos em relação aos países europeus no que diz respeito ao comércio, bem como a sua condição de dependência. Entretanto, de acordo com Thornton (2004), estas posições não se sustentam.

Conforme mostra John Kelly Thornton, a manufatura africana era capaz de suprir as necessidades do continente. Então, antes de 1650, eram importados produtos não essenciais, além disso, conforme explica Thornton (2004, p. 89), os produtos importados também eram produzidos no continente. Ainda, não havia necessidade do comércio, ele foi feito “pelo prestígio, modismo, gostos diferentes e um desejo de variar [...]” (THORNTON, 2004, p. 90). Os africanos gostavam das mercadorias sem tanto valor da Europa e utilizavam dessas para trocas nas suas economias (MILLER, 1996, p. 180). O que impulsionou a importação de ferro europeu, por exemplo, ainda que a qualidade dele fosse inferior à do ferro produzido em África, era o seu preço e o fato de que “podia ser utilizado em artefatos que não necessitavam da qualidade do aço” (GOUCHER, 1981, p. 179-189; POOLE, 1982, p. 503-513 *apud* THORNTON, 2004, p. 91-92). Tecidos também eram importados. A importação dos tecidos europeus não tinha relação com a falta de material em África, com sua qualidade superior ou, ainda, com o seu preço, até porque os tecidos da África ocidental eram bons, tanto que foram muito elogiados pelos viajantes europeus (FERNANDES, 1507, fol. 110v, 115; PEREIRA, p. 86-88 *apud*

THORNTON, 2004, p. 94). O uso dos tecidos europeus era “uma maneira de demonstrar prestígio, pois seu uso principal era mais para enfeitar o corpo do que para protegê-lo” (THORNTON, 2004, p. 96). Seu preço, inclusive, estava atrelado ao valor do prestígio. Portanto, o comércio não era uma atividade que visava suprir a economia africana e “não espoliou nenhuma linha de produção africana nem impediu o desenvolvimento fornecendo produtos que poderiam ter sido manufaturados na África [...]” (THORNTON, 2004, p. 98, p. 99).

Os europeus podem ter tido mais lucro ou forçado os africanos a aceitarem determinada condição comercial (RODNEY, 1970, p. 83-94, p. 122-152; AUSTEN, 1987, p. 90-95 *apud* THORNTON, 2004, p. 100). No entanto, conforme mostra Thornton (2004, p. 102), é sabido que o comércio só era realizado por meio de “negociações complexas” exigidas pelos africanos. Eram necessários presentes, visitas de cortesia, tributos entre outros. Assim, por um lado, as potências europeias controlavam a navegação. Por outro, Thornton (2004, p. 103) explica que os governantes africanos também exigiam procedimentos para que os europeus pudessem praticar o comércio. Por exemplo, na Costa do Ouro, eram necessários presentes regulares oferecidos pela Coroa. Destaca-se que os presentes funcionavam como “taxa anual de aluguel, embora sempre com conotação de presente” (DAAKU, 1970 *apud* THORNTON, 2004, p. 116).

Apesar de várias tentativas europeias de controlar o comércio, os Estados africanos mantiveram sua soberania (THORNTON, 2004, p. 111). Essas necessidades de negociações incomodavam os europeus, porém, era só a partir dessas relações que conexões eram estabelecidas (THORNTON, 2004, p. 117) e o comércio se tornava possível. Ainda, segundo Thornton (2004, p. 118), as relações comerciais e a duração das mesmas eram definidas pelos governantes africanos. Logo, o comércio não era controlado por nenhum dos Estados (africanos e europeus) e era muito competitivo, não favorecendo nenhuma das partes (THORNTON, 2004, p. 121).

Considerações

A partir do que foi apresentado neste ensaio, podemos depreender a importância do tráfico de escravizados promovido por Portugal. Os escravizados eram trazidos do continente africano, sobretudo, de Benguela para o Brasil, para trabalharem, nas minas de ouro, conforme mostram as obras de Miller (1996, p. 159) e Silva (2016, p. 79). Ambos os autores destacam a importância dessa atividade para Portugal. Silva (2016) está dedicada a entender como se dava esse tráfico, levando em consideração a reação das autoridades africanas, os sobas. Além disso, a autora destaca que a população de Benguela era sustentada por essa atividade (SILVA, 2016, p. 83-84). De acordo com ela, os sobas resistiam às violações e às violências cometidas por autoridades portuguesas, por meio de ações mais pacíficas ou rebeliões mais violentas. De acordo com Silva (2016, p. 91), os sobas foram responsáveis, inclusive, pela prisão e destituição do governador de Benguela. Além disso, os portugueses tinham noção que os sobas resistiriam (SILVA, 2016, p. 89).

Diferentemente da autora, Miller (1996) está dedicado a compreender a posição que essa atividade ocupava na economia atlântica. Conforme mostra o autor, o tráfico era uma atividade marginal, que visava mitigar as dívidas de comerciantes e fazendeiros brasileiros (MILLER, 1996, p. 167). Os grandes comerciantes também participavam do tráfico, investindo no mesmo, de maneira indireta (MILLER, 1996, p. 154). O autor ainda explica que o sistema econômico afastou Portugal, Brasil e o continente africano do centro da economia atlântica, tendo em vista que eram esses locais que participavam do tráfico de escravizados diretamente. Miller (1996, p. 150) mostra que os países considerados centrais - a Grã-Bretanha, os Estados Unidos e os países do norte europeu - ganhavam toda a riqueza advinda dessa atividade, em moeda. Frisamos que foi o tráfico que permitiu a

revolução industrial nesses países, em especial, na Grã-Bretanha (MILLER, 1996, p. 187).

Miller (1996, p. 175) mostra que, além de tráfico de escravizados, também era realizado o comércio de produtos, principalmente, em regiões menos marginais. Alguns autores apostavam na espoliação de África por parte dos europeus no que se refere ao comércio. Thornton mostra que essa não era a realidade, já que os africanos só importavam produtos não essenciais, que eles mesmos produziam, inclusive (THORNTON, 2004, p. 89). Além disso, os materiais produzidos pelos africanos, sejam tecidos ou ferro, eram de melhor qualidade (GOUCHER, 1981, p. 179-189; POOLE, 1982, p. 503-513 *apud* THORNTON, 2004, p. 91-92; FERNANDES, 1507, fol. 110v, 115; PEREIRA, p. 86-88 *apud* THORNTON, 2004, p. 94). Os únicos motivos para comprar tais produtos europeus era o preço e o prestígio concedido pela utilização deles (GOUCHER, 1981, p. 179-189; POOLE, 1982, p. 503-513 *apud* THORNTON, 2004, p. 91-92; THORNTON, 2004, p. 96). Thornton também pontua que mesmo tentando, nem os Estados africanos nem os Estados europeus conseguiram controlar o comércio. Nesse sentido, é relevante entender que os Estados africanos não foram espoliados, porque eles impuseram limites e condições para a realização do comércio, exigindo negociações complexas, que envolviam presentes e visitas (THORNTON, 2004, p. 102, p. 103). O comércio só poderia se concretizar caso essas negociações fossem feitas. Ainda, eram os governantes africanos que decidiam como seriam as relações comerciais e a sua duração (THORNTON, 2004, p. 118).

Mas o que isso nos diz sobre o ensino de História de África no Ensino Médio?

Essas considerações nos levam a refletir que tudo que aprendemos sobre a realidade africana, sobre o tráfico de escravizados africanos e sobre o comércio com África é intencionalmente

desvirtuado no intuito de subjugar as populações desse continente e sua capacidade. Ao contrário do que se difunde, os africanos não foram permissivos e passivos diante da captura de cativos e do tráfico de escravizados. Eles possuíam agência e eram ativos na resistência contra essas violências, o que resultou inclusive na destituição de figuras importantes que pertenciam ao governo português. Os próprios portugueses sabiam que as autoridades não aceitariam as truculências de maneira pacífica. Ademais, pode ser depreendido que, apesar do comércio de escravizados ser uma atividade importante, ela era uma atividade marginal, que beneficiava indiretamente os países “centrais”, realizada, sobretudo, por comerciantes endividados. A maior parte do lucro financeiro e monetário dessa atividade era transferida para esses países. Por fim, mais uma vez, agora sobre o comércio de produtos entre o continente africano e o continente europeu, é possível perceber que os africanos não eram submissos e não foram submetidos às vontades europeias. Na realidade, os governantes africanos mantiveram sua soberania perante o comércio, exigindo condições e regras para que o comércio fosse realizado.

Assim, infere-se que o tráfico de escravizados ocupava uma posição marginal na economia do sistema atlântico. Infere-se também que os líderes africanos resistiram ao processo de escravização e ao tráfico de escravizados e impuseram regras para que o comércio de artigos fosse realizado sem que os europeus lucrassem em cima deles. Importante considerar que deve ser encontrado um equilíbrio entre as ponderações: de um lado, não se pode colocar o continente africano como passivo, permissivo e inerte, diante do processo de escravização e do comércio de escravizados e artigos; por outro lado, não se deve idealizar ou romantizar o processo de resistência desses povos frente à violência cometida pelos europeus. Entretanto, é sempre importante elucidar que os africanos resistiram e se impuseram diante de tamanha violência da escravização e do tráfico de escravizados e das tentativas de controlar o comércio por parte dos europeus.

Reflexões finais

Este ensaio mostra que os ensinamentos e aprendizados excluem parte da história de África e os reflexos da colonização e da escravização. Em sua célebre obra “O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado”, Abdias do Nascimento mostra a importância e a indissociabilidade entre academia e atividade política. Por esse motivo, ao final do seu livro, o autor propõe recomendações para o governo brasileiro, que continuam vivas. A quarta recomendação preconiza que:

Este Colóquio recomenda que o Governo Brasileiro inclua um ativo e compulsório curriculum sobre a história e as culturas dos povos africanos, tanto aqueles do continente como os da diáspora; tal *curriculum* deve abranger todos os níveis do sistema educativo: elementar, médio e superior (NASCIMENTO, 1978, p. 138-139).

A Lei nº 10.639/2003 é importante para a concretização desta recomendação. Questionamos, assim como fizeram Oliva e Conceição, “será que conseguimos cumprir o chamado de Frantz Fanon e expulsamos os colonizadores, o racismo e o eurocentrismo de nossos currículos, de nossa educação e de nossas mentes?” (OLIVA; CONCEIÇÃO, 2023, p. 26-27). Termino este ensaio com as indagações dos autores:

Como podemos avançar na construção de um currículo afrocêntrico e indígena centrado? As epistemologias africanas, afrodiaspóricas, indígenas e quilombolas passaram a dividir os espaços de formação com as epistemologias europeias? Como libertar nossas mentes dos efeitos do colonialismo e do racismo? (OLIVA; CONCEIÇÃO, 2023, p. 27).

Não é possível oferecer respostas objetivas para perguntas tão complexas, mas espero que o presente ensaio possa contribuir no avanço da construção de um currículo que considere a história de

África, fugindo dos ideais eurocêntricos e dos efeitos do colonialismo e do racismo.

Espero que este ensaio possa inspirar professores(as) de História do Ensino Médio ou do Ensino Fundamental, e ser utilizado por eles(as) em suas aulas, como maneira de mostrar uma história africana e uma história afro-brasileira desligada dos preceitos eurocêntricos que denominam nossos currículos e nossa cultura.

Referências bibliográficas

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MILLER, Joseph C. O tráfico português de escravos no Atlântico sul no século XVIII: uma instituição marginal nas margens do sistema Atlântico. **Fontes & Estudos**: Revista do Arquivo Nacional de Angola, n. 3, p. 147-188, 1996.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**, Uberlândia, v. 25, n. 3, p. 421-461, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n3/a03v25n3.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2024.

OLIVA, Anderson Ribeiro; CONCEIÇÃO, Maria Telvira da. A construção de epistemologias insubmissas e os caminhos possíveis para uma educação antirracista e anticolonial: reflexões sobre os 20 anos da Lei 10.639/2003. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 12, n. 25, p. 6-38, 2023. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/1080/517>. Acesso em: 04 nov. 2024.

SILVA, Rosa Cruz e. A saga de Kakonda e Kilengues: relações entre Benguela e seu interior, 1791-1796, In: LIBERATO, Carlos; CANDIDO, Mariana P.; LOVEJOY, Paul; SOULODRE-LA FRANCE, Renée (orgs.). **Laços Atlânticos**: África e africanos durante a era do comércio transatlântico de escravos. Luanda: Ministério da Cultura, 2016. p. 77-96.

THORNTON, John Kelly. O Desenvolvimento do comércio entre europeus e africanos. In: THORNTON, John Kelly. **A África e os**

Africanos na Formação do Mundo Atlântico, 1400-1800. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. cap. 2, p. 87-121.

**A OBRA MEMORIALISTA E OS DIÁRIOS PUBLICADOS DE
CELSO FURTADO: APONTAMENTOS PARA UMA PESQUISA
SOBRE O TESTEMUNHO E A ELABORAÇÃO DE TRAUMAS A
PARTIR DA ESCRITA RETROSPECTIVA DURANTE A
REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA (1979-1989)**

Gabriel Cruz Queiroz¹

Resumo

O artigo traz apontamentos para uma pesquisa sobre a narrativa memorialista de Celso Furtado, através de seus livros-testemunho publicados em vida e a recente publicação de seus diários, após a sua morte. A escrita em diários foi bastante intensa durante a fase de redemocratização, período que coincide com as publicações de seus livros memorialistas. O objetivo é abordar a intenção do autor em elaborar as memórias de um período traumático em sua vida, justamente durante a fase de redemocratização no Brasil. Como introdução ao artigo, estabeleço um debate teórico sobre os conceitos de trauma e testemunho, com enfoque na historiografia brasileira que discute o uso desses conceitos para o período do regime militar, destacando a contribuição das pesquisas de Carlos Fico e Márcio Sellingman-Silva. A hipótese que exponho nas duas partes seguintes do artigo é a de que há um processo de elaboração psicanalítica de memórias traumáticas, tanto em uma narrativa testemunhal (contidas nos livros publicados), como em uma narrativa de si, elaboradas em seus diários, sendo que, o mesmo vale ao contrário, ou seja, os diários também podem ser compreendidos como um testemunho e documento.

Palavras-Chave: Celso Furtado, Memória, Testemunho, Ditadura Militar, Trauma.

**Trauma e testemunho durante a redemocratização
brasileira (1979-1989): uma breve introdução ao debate
teórico**

¹ Mestre em História pela UFG. Gabriel.queiroz.cruz@gmail.com

Como introdução ao artigo, gostaria de iniciar um resumido debate teórico acerca de dois conceitos centrais abordados por mim nesse texto: primeiro, a questão que se coloca ao posicionar a experiência da ditadura militar brasileira nos quadros dos grandes eventos traumáticos do século XX. Para esse propósito, me fundamento nos artigos do professor e pesquisador Carlos Fico², que questiona a categoria de trauma como definidor do período do governo militar no Brasil, em oposição ao conceito de trauma proposto por Domick La Capra. Em segundo lugar, apresento uma discussão acerca da singularidade do testemunho na América Latina, baseado em dois artigos do professor Sellingman-Silva³, em que ele propõe uma distinção entre o tipo de testemunho produzido na Europa pós-guerra, para os produzidos na América Latina após o fim dos regimes militares.

Seria possível situar a ditadura militar brasileira no quadro das grandes catástrofes que ocorreram no século XX? E mais, podemos considerar o período do regime militar como um evento traumático na história recente do Brasil? Para o historiador Carlos Fico, é incoerente tratar o período do governo militar brasileiro no bojo das grandes catástrofes do século XX, principalmente quando as referências são a II Guerra Mundial e o Holocausto, uma vez que, para melhor compreensão do período, “seria preciso considerar as especificidades nacionais e evitar um discurso genérico sobre perdas.” (FICO, 2013, p. 2).

² Os artigos usados foram: FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista brasileira de história*, v. 24, p. 29-60, 2004. _____. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 14, p. 239-261, 2013. _____. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia história*, v. 28, p. 43-59, 2012. _____. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas [1]. *Revista Tempo e Argumento*, v. 9, n. 20, p. 5-74, 2017.

³ Os textos de Sellingman-Silva usados foram: SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 30, 2005. _____. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia clínica*, v. 20, p. 65-82, 2008.

Para Carlos Fico, a perspectiva da violência é evocada quase que umbilicalmente quando o debate é sobre a memória em relação a ditadura militar brasileira, porém, para o autor: “a noção de frustração, antes que a de violência, é a mais adequada ao seu entendimento” (2013, p.1). Fico chega a essa hipótese através de um estudo comparado das ditaduras militares que ocorreram na Argentina e no Brasil, concluindo que a memória partilhada pela população da Argentina sobre o período militar era marcada pela impressão da violência, enquanto, no Brasil, através de um enorme esforço do aparato repressivo do regime militar, toda essa violência que o regime produzia não era percebida assim pela maioria da população.

O uso do conceito de trauma para análise da ditadura militar é questionado por Carlos Fico, muito em função da metodologia usada por ele, que propõe uma análise comparativa entre as ditaduras militares ocorridas na América Latina, explicitando a singularidade do uso e das práticas de violência exercidas e percebidas em cada país. “A palavra ‘trauma’ soa algo grandiloquente quando se trata de analisar a ditadura militar brasileira.” (FICO, 2012, p. 50).

Diferentemente da abordagem de Carlos Fico, que aproxima a definição de trauma muito ligada a uma perspectiva comparada dos usos e percepções da violência por parte das sociedades que a experimentaram. Na proposta que defendo nesse artigo, o conceito de trauma que utilizo é mais ligado à abordagem psicanalítica do conceito.

É da perspectiva do sujeito que me utilizo do conceito de trauma. O sujeito que após experienciar uma ação traumática, como o Golpe Militar de 1964, tem a sua vida transtornada e modificada, uma experiência que da percepção estrita do indivíduo (seja ele um militante, professor, advogado ou guerrilheiro) configura-se como um trauma, uma ruptura: “acontecimientos que implican brechas,

distorsiones y limitaciones al menos respecto de la experiencia del trauma en si" (LaCapra, 2009, p. 210).

No presente artigo, usarei essa definição de trauma, como uma "experiência do trauma em si", justamente por ser mais apropriada para abordar a história de um intelectual que teve de se exilar do Brasil em 1964, como foi o caso de Celso Furtado. A questão acerca do debate se podemos ou não dizer se houve um "trauma" sobre a experiência dos anos de ditadura militar no Brasil é bastante necessária, porém, não invalida a tese a ser defendida nesse artigo, ou seja, a experiência de um trauma é suficiente para que um evento indeterminado marque a trajetória de um indivíduo como um "evento traumático", sem que, necessariamente, seja socialmente assim percebida por outros cidadãos (uma perspectiva mais sociológica do conceito de "trauma").

Apesar de ser contra o uso do conceito de "trauma" para caracterizar a experiência da sociedade brasileira durante o regime militar, Carlos Fico apresenta uma outra perspectiva que marca a memória sobre o período da ditadura: "o traço marcante da memória sobre a ditadura militar brasileira não é o trauma pela violência, mas a frustração das esperanças. Naturalmente, trauma e frustração não são a mesma coisa, mas integram o vocabulário psicanalítico que predomina no debate que estamos mencionando." (FICO, 2012, p. 51).

O conceito de "frustração das esperanças", como traço marcante da memória e do testemunho sobre o regime militar, é importantíssimo para compreender a narrativa da obra memorialista e dos diários de Celso Furtado. A "frustração" do projeto nacional desenvolvimentista, consolidada com o Golpe de 1964, marca a obra memorialista de Furtado, que narra passagens da construção do projeto desenvolvimentista ainda no Governo Vargas, passando pelo governo de Juscelino e enfrentando várias críticas e oposição durante os derradeiros anos democráticos do governo João Goulart.

Para os propósitos da minha investigação, tanto o conceito de trauma (observado pela experiência do indivíduo), como o conceito de

“frustração das esperanças” (como traço marcante da memória sobre a ditadura), serão complementares para a compreensão da produção da obra memorialista de Celso Furtado nos anos de redemocratização. O segundo debate teórico é bastante complexo e envolve o conceito de testemunho e as suas aplicações na política retrospectiva, principalmente após eventos traumáticos.

O século XX foi o tempo de várias catástrofes, o que proporcionou a alteração do status do testemunho na operação narrativa da história. Durante o século XIX, “a rejeição do subjetivismo em favor da busca pelo historiador de uma pretensa neutralidade ou imparcialidade” (FICO, 2012, p. 46), pôs em dúvida o rigor científico que o testemunho teria como documento histórico: “desde então, assumiu preponderância heurística o documento escrito, sobretudo o oficial, especialmente aquele nobilitado pela pátina do tempo” (FICO, 2012, p. 47).

O testemunho, na concepção de Sellingman-Silva, é um “vértice entre a história e a memória, entre os fatos e as narrativas, entre, em suma, o simbólico e o indivíduo” (2005, p. 82). O testemunho reivindica o seu status de objetividade, assim como a história o faz frente a ficção, na sua relação simbólica com a memória. Em momentos de conflito e catástrofes absurdas, como foi o século XX, o testemunho adquire um protagonismo, tanto em sua dimensão de objetividade como documento histórico, como em seu caráter de “prova documental”, o que eleva o testemunho ao status de “prova jurídica” em julgamentos de violação de direitos humanos; movimento que após a dissolução da URSS e das ditaduras na América Latina, Central e África, ficou conhecido como “justiça retrospectiva”⁴.

⁴ Sobre o debate acerca da justiça retrospectiva, indico os textos de FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Cadernos de Campo (São Paulo-1991), v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006; e BEVERNAGE, Berber. Caminhos para a Teoria da História. Vitória: Milfontes, 2020. (Fronteiras da Teoria).

Na teoria de Sellingman-Silva sobre o testemunho, o autor destaca a distinção da narrativa testemunhal elaborada em países europeus e latino-americanos, apresentando o conceito de *testimonio*: “se, na Europa e Estados Unidos, a psicanálise e a teoria e a história da memória têm desempenhado um papel central, na América Latina, o ‘testimonio’ era pensado a partir da tradição religiosa da confissão, da hagiografia, do testemunho bíblico e cristão” (2005, p. 86). Essa característica da necessidade de confissão, advinda de uma influência católica, é determinante para o estabelecimento de uma “narrativa de si”.

O *testimonio* latino-americano possui três características que o distingue e o define perante a comparação com outros tipos de testemunho. Primeiramente, o *testimonio* é uma espécie de “guardião da memória”⁵, preservando a memória dos “vencidos” no intuito de se opor a uma memória coletiva que o corra o risco de sucumbir a um “fundamentalismo da memória”⁶. Em segundo lugar, o *testimonio* atua como um elemento mobilizador na política partidária da América Latina, derivando em uma “convergência entre política e literatura”⁷. Em terceiro lugar, o *testimonio* possui uma função identitária, dando coesão narrativa a “populações, etnias e classes em torno de uma mesma luta”⁸.

É esta terceira característica do *testimonio*, como narrativa identitária, que mais percebemos na obra memorialista de Celso Furtado. *A fantasia organizada* e *A fantasia desfeita* são dois livros que tentam recuperar as memórias do projeto nacional-desenvolvimentista da geração de Furtado. Desta maneira, elaborar narrativamente essa memória, é garantir a coesão da luta em prol de um projeto de desenvolvimento genuinamente nacional, derrotado

⁵ Seligmann-Silva (2005)

⁶ Seligmann-Silva (2005)

⁷ Seligmann-Silva (2005)

⁸ Seligmann-Silva (2005)

pelo Golpe militar de 1964, mas que percebia no momento da redemocratização uma tímida oportunidade de ser retomado.

Os militares que ascendiam ao poder com o apoio do governo norte americano, inicialmente expulsaram todos os grandes políticos e intelectuais do projeto nacional-desenvolvimentista do país, seja através da cassação de direitos políticos (caso de Celso Furtado), perseguições, afastamentos de cargos públicos, entre outras práticas, evidenciando que o “fantasma” nunca foi somente o comunismo, mas sim, também o pensamento estruturalista latino-americano e os desenvolvimentistas, que propunham uma abordagem do problema econômico-social latino-americano através de um viés emancipatório para a região.

Tanto a obra memorialista de Furtado, como os seus diários, evidenciam o caráter “interminável” que o trauma produzido pelos anos de regime militar deixou nos indivíduos que de alguma maneira tiveram suas vidas transtornadas pela consolidação do golpe militar de 1964. “Os eventos traumáticos possuem esse caráter ‘interminável’ justamente em função de sua constante reelaboração através das memórias” (FICO, 2012, p. 48). É essa “constante reelaboração” que percebemos tanto na obra memorialista como nos diários de Furtado.

Por fim, é importante demarcar o período em que Celso Furtado decide escrever sobre o passado de sua geração desenvolvimentista: o período da redemocratização no Brasil, principalmente após a campanha derrotada das *Diretas Já* (1984/1985). O texto tem no sentimento de frustração uma característica fundamental. Todo o processo de abertura política, iniciado com a Lei de Anistia (1979), foi marcado pelo signo da frustração, como define Carlos Fico:

No caso do Brasil, os traços fundamentais de sua transição são a impunidade e a frustração causadas pela ausência de julgamento dos militares e de ruptura com o passado — que, por assim dizer, tornaram a transição inconclusa, em função da conciliabilidade das elites políticas. (FICO, 2013, p.10).

1. Os diários publicados de Celso Furtado: testemunho e elaboração

A publicação dos diários de Celso Furtado, através do livro *Diários Intermitentes* (1937 – 2002), organizado por sua viúva, a escritora, jornalista e tradutora Rosa Freire D'Aguiar, veio a somar aos três livros memorialistas⁹ publicados por Celso ainda em vida e possibilitaram aos leitores da sua extensa obra acesso a uma dimensão da intimidade do autor que até então estava restrita àqueles que se propunham a pesquisar o seu extenso acervo, doado em 2020 para o IEB-USP.

A organização dos diários, publicados em 2019, sucinta uma série de questões para os historiadores. Destaco aqui dois problemas nessa publicação: primeiro, o livro que se apresenta é uma edição compilada de vários cadernos, nos quais Celso Furtado, ao longo de 65 anos, registrou suas impressões sobre os acontecimentos cotidianos, portanto, não se esclarece na apresentação do livro, escrita pela organizadora, se estes cadernos foram publicados na íntegra ou se houve alguma espécie de edição nos textos. Um segundo problema é a intencionalidade do autor em não publicar este material ainda em vida, uma vez que enquanto vivo publicou livros de caráter memorialista e guardou estes diários para o seu foro íntimo. Essa diferença me parece essencial na tese que defenderei neste artigo: enquanto a sua obra autobiográfica publicada possui um caráter, defino pelo autor, como um testemunho; os seus diários são o espaço para registro de encontros, apontamentos para escritas de livros e de uma revisão do passado em que o sujeito “narrador de si” elabora memórias dos traumas de sua vida.

O recorte que proponho nesse artigo, 1979-1989, advém de algumas questões que me intrigaram ao longo da leitura do livro em

⁹ *A Fantasia Organizada* (1985), *A Fantasia Desfeita* (1989) e *Os Ares do Mundo* (1991),

sua íntegra. Em primeiro lugar, o recorte sugerido é o de maior volume dentro de todos os diários publicados, dado que a escrita destes diários era feita de maneira intermitente e, segundo a organizadora: “as notas que se seguem foram escritas ora num ritmo quase diário, ora espaçadas por meses, anos; ora se resumem a poucas linhas, ora se estendem por duas ou três páginas” (FURTADO, 2019, pg.8). Esse longo espaçamento não é percebido nesse recorte, que ocupa o maior volume dentro da publicação, ocupando 150 das 391 páginas publicadas, quase metade do volume total publicado. Em segundo lugar, foi a partir de 1985 que Furtado deu início à produção de uma obra memorialista. Justamente neste momento de redemocratização da sociedade brasileira, Celso sentiu a necessidade de tornar público o seu testemunho sobre o período pré e pós golpe militar de 1964.

A intensa atividade de registros em diários feitas por Celso Furtado no período do recorte acima exposto, apontam para um sujeito em processo de elaboração de um duplo trauma: os quinze anos em que ficou exilado do Brasil, entre 1964 e 1979, foram anos de isolamento e mudanças que marcaram esse indivíduo em exílio. O primeiro trauma significativo é do rompimento da ordem democrática, em abril de 1964, que leva Celso a uma fuga repentina do Brasil, passando por Chile, EUA, até se estabelecer na França, no segundo semestre de 1965¹⁰. O segundo trauma, mais conectado ao sentimento de uma “frustração da esperança”, é o de seu retorno ao Brasil e a percepção do quadro desolador no qual a sociedade brasileira encontrava-se após 15 anos de governo militar. A partir de 1974, Celso Furtado inicia uma série de viagens ao Brasil, até retornar em definitivo, no fim do ano de 1979, após a publicação da Lei de Anistia.

¹⁰ Sobre a fuga de Celso Furtado em 1964, ver Furtado (1989)

Existe assim um duplo trauma na trajetória de Celso Furtado. Tanto o golpe militar e o exílio em 1964, quanto a sua volta ao país 15 anos após a sua retirada, configuram-se como traumas, na concepção definida por Dominick La Capra: o trauma como um rompimento, que deixa marcas na memória e na imaginação dos afetados. A “frustração da esperança” é o tom que fica mais aparente nos diários, entre 1979 e 1989, como podemos perceber nesses trechos, datados de 25 e 26 de dezembro de 1979 e escritos no Rio de Janeiro:

Que quadro tão melancólico é o que nos apresenta este país. A situação econômico-financeira é extremamente grave, mas o governo não faz outra coisa senão enganar o povo. [...]. Tudo é falso: o tal “modelo” econômico, o liberalismo que encobre uma intervenção sob a forma de subsídios que alcançam níveis inconcebíveis. O despudor em permitir o assalto aos cofres públicos não tem qualificação. E ninguém dá maior atenção a tudo isso. O objetivo único é conservar o poder e dar a impressão de que o país somente irá adiante se essa impostura de política econômica liberal é mantida. [...]. Agora as coisas ainda são piores do que na fase pré-64 porque o centro da cena está ocupado por militares ignorantes ou maquiavélicos e por tecnocratas travestidos de estadistas e aventureiros disfarçados em tecnocratas. Engana-se o povo da maneira mais descarada. (FURTADO, 1989, p. 263-265).

Como podemos perceber pelo trecho acima, o processo de elaboração de traumas e de frustrações é exercido por Furtado em sua escrita de diários. Entendemos a elaboração a partir da concepção psicanalítica defendida por La Capra¹¹, ou seja, como uma espécie de trabalho psíquico que permite ao sujeito liberar-se da pressão dos mecanismos de repetição. Escrever sobre o trauma permite a Furtado liberar-se do equívoco de se resignar e repetir uma atitude melancólica perante o luto¹² representado pelo choque que foi voltar ao seu país de origem e se deparar com uma condição social significativamente mais precária do que aquela existente quando o autor se exila do Brasil em

¹¹ La Capra (2012)

¹² La Capra (2012)

1964. A escrita sobre o trauma funciona como um antídoto, que permite ao autor livrar-se de uma postura estritamente melancólica e resignada e partir para a ação, no intuito de reconstruir as bases partidárias que possibilitariam a sociedade brasileira a retomada do estado democrático.

São diversos os trechos em seus diários nos quais Furtado questiona-se qual poderia ser a sua contribuição na redemocratização do país e quase sempre o pessimismo toma conta do narrador. Apesar de perceber a limitação que a sua influência poderia exercer sobre os rumos da política econômica de um futuro governo do PMDB, Celso Furtado atuou diretamente com o alto escalão do partido no processo de eleição em 1984, sendo uma figura chave na articulação política interna do partido, muito em função do seu facilitado trânsito entre as alas mais conservadoras do partido (representadas por Tancredo Neves), a ala mais progressista, representada por Dr. Ulysses Guimarães e a ala mais à esquerda do partido, representadas por Fernando Henrique Cardoso, Maria da Conceição Tavares, entre outros.

Celso Furtado registra com detalhes diversas reuniões e os bastidores que marcaram o período de articulação política em apoio à candidatura de Tancredo Neves. Estes trechos marcam um segundo aspecto da narrativa elaborada em seus diários: o testemunho. Para o pesquisador que se interessar pelo período da redemocratização brasileira, Furtado nos legou um testemunho bastante rico em detalhes que marcaram o autor em diversos encontros que determinaram os rumos do PMDB durante o período de formação da candidatura de Tancredo.

Os diários publicados de Celso Furtado, conjuntamente com a publicação de um extenso volume de correspondências¹³, nos revelam um sujeito que mantinha um cuidado meticuloso com o próprio

¹³ *Correspondência Intelectual* (2020)

acervo. Apesar de tantas mudanças e países em que viveu, o volume de material publicado nessas duas edições é bastante volumoso e ocupa um período significativo da trajetória de Furtado. Essa preocupação com a manutenção de seus arquivos indica mais um traço desse sujeito moderno que está atento à historicização da própria vida: a organização do mundo e do indivíduo através da manutenção de um arquivo pessoal, como observam de Campos e Santiago (2021): “é imperativo na nossa sociedade manter arquivos domésticos, documentar tudo, classificar, ordenar, em uma tentativa de organização do mundo e do eu.”

A narrativa contida nos diários publicados de Celso Furtado aponta para uma dupla dimensão dos diários enquanto documento histórico: por um lado, o diário é o espaço da intimidade de um sujeito, que busca na escrita e no simbólico da linguagem uma maneira de elaborar os seus traumas e sublimá-los através da escrita, evitando assim a repetição melancólica do trauma¹⁴. Por outro lado, o diário possui uma dimensão testemunhal, mesmo que essa não seja a intencionalidade primeira de seu autor, ele pode assim ser percebido pelo historiador ou pesquisador que o compreenda como um documento histórico e o problematize assim como tal.

2. A obra memorialista de Celso Furtado: mais testemunho, menos autobiografia.

Celso Furtado escreveu três livros de caráter memorialista no período entre 1985 e 1991: *A fantasia organizada*, lançado em 1985, traz as memórias de Furtado em um período que compreende desde a sua

¹⁴ La Capra (2009)

primeira viagem à Europa como pracinha da FEB, no final da II Guerra Mundial, passando pelos anos em que ficou a serviço da CEPAL, até 1958, quando Furtado vai à Inglaterra fazer um pós-doutorado no *King's College*. *A fantasia desfeita* (aqui o próprio título já indica a melancolia e a frustração), de 1989, compreende o período em que Celso esteve mais ativo na vida política do Brasil, que vai de sua nomeação para o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, em 1959, passa pela sua nomeação como superintendente da SUDENE, atravessa o período em que esteve como Ministro do Planejamento e termina com o exílio e a cassação de seus direitos políticos por 10 anos, ainda em abril de 1964. O terceiro volume, intitulado *Os Ares do Mundo*, é lançado em 1991 e compreende o período de exílio e as suas andanças pelo Mundo como professor titular e convidado de Universidades de todo o globo, terminando o livro com a sua volta ao Brasil após a anistia, em 1979.

A intenção do autor o afasta daquilo que Pierre Bordieu classificou como “a ilusão biográfica”, ou seja, o pressuposto de que “o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis” (BORDIEU, 2006, p. 184). A proposta de Celso diverge sobre essa perspectiva retrospectiva, que tenta dar um sentido inteligível à vida e a história, e se aproxima muito mais de um caráter testemunhal, no estilo “eu estive lá”¹⁵, como podemos perceber na introdução do livro *A fantasia organizada* (1985):

As páginas que seguem originaram-se de notas sobre o grande debate dos anos 50 em torno do subdesenvolvimento, fenômeno que acabava de ser descoberto e causava perplexidades. As notas evoluíram para um ensaio de história das ideias, mas no caminho transformaram-se em reflexão sobre as circunstâncias em que uma sociedade toma consciência das opções que tem

¹⁵ Mendes (2016)

diante de si, empreendendo que o destino também depende dela mesma. Contudo, esse desvio ambicioso foi corrigido a tempo, canalizando-se o discurso para simples testemunho pessoal. O risco de desvio para o autobiográfico também foi atalhado. (FURTADO, 1985, p. 11).

A historiadora Maria da Glória de Oliveira define um contraponto à definição de “ilusão biográfica” de Pierre Bordieu, estabelecendo uma relação entre a “ilusão biográfica” e o estatuto científico da disciplina historiográfica, mostrando como a biografia confronta o caráter científico da História através de sua reivindicação como um documento. A denúncia da “ilusão biográfica”, contribui “para a escrita de uma história sem nomes ou sujeitos e, portanto, desprovida de impressões digitais” (OLIVEIRA, 2017, p. 437).

O historiador empenhado na afirmação do estatuto científico da disciplina se afastou da biografia como fonte, justamente por duvidar de seu caráter objetivo para o conhecimento histórico. Porém, o século XX foi o tempo de uma elevada produção de literatura testemunhal, seja ela feita através de biografias, autobiografias, testemunhos oficiais, romances testemunhais e diários publicados. O notável aumento na produção desse tipo de narrativa revela a sua confecção como “instrumentos de reconstrução das identidades sob o impacto do trauma” (OLIVEIRA, 2017, p. 436) e alteraram o seu estatuto como fonte de pesquisa historiográfica.

Esse afastamento do historiador das fontes biográficas é bastante pertinente com o tipo de historiografia produzida na obra de Celso Furtado. A influência do positivismo foi bastante forte na sua formação, o que explica o porquê de Celso querer se afastar da “ilusão biográfica” e se aproximar de um testemunho vinculado a uma ideia religiosa de “confissão da verdade”¹⁶. Furtado revela essa sua formação positivista em um artigo intitulado *A longa marcha da utopia*¹⁷:

¹⁶ De Lima e Santiago (2010)

¹⁷ Publicado em *O Capitalismo Global* (1998)

Fui inicialmente seduzido pelo positivismo, a ideia de que a ciência fornece o conhecimento em sua forma mais nobre. Não era o contismo primário, mas a confiança na ciência experimental como meio de descobrir os segredos da natureza. (FURTADO, 2007, p.9).

O testemunho oferecido por Furtado reivindica um aspecto fiduciário em sua produção: é como se o autor ao mesmo tempo em que oferece um testemunho ao público, reivindicasse do leitor uma credibilidade do tipo “eu estive lá, confie em mim”¹⁸. É uma operação historiográfica que confronta o conhecimento histórico oficial através de uma dimensão fiduciária:

Existe uma estrutura básica nos depoimentos que trilha um processo epistemológico a partir da memória declarativa, passando pelo arquivamento e culminando com a produção de prova documental. Sua estrutura fundamental é uma fala que relata algo visto e pede crédito: “Eu estava lá; acredite em mim ou não, acrescenta ele; e se não acredita em mim, pergunte a outrem” (RICOEUR, 2000, p. 737). A dimensão fiduciária faz corpo com o testemunho. (MENDES, 2016, p. 22).

O testemunho proporcionado por Furtado em sua obra memorialista contribui para uma desarticulação da “máquina do esquecimento”¹⁹ operada pelo estado brasileiro, no intuito de produzir uma cultura do esquecimento acerca da memória do período ditatorial. O processo de redemocratização conduziu uma política do tipo “Perdoar e Esquecer”²⁰, o que legou à conservação da memória uma importância política decisiva, principalmente para as gerações mais jovens terem acesso a informações sobre os diversos crimes praticados pela Ditadura Militar.

¹⁸ Mendes (2016)

¹⁹ Expressão cunhada por Márcio Selligman-Silva (2003).

²⁰ La Capra (2009)

Desde a década de 1980, com a dissolução dos governos militares na América Latina, culminando com a desarticulação dos regimes comunistas dos países do Leste europeu em 1989, a questão das “injustiças históricas” entrou na pauta do debate público em países que atravessaram períodos de regimes ditatoriais²¹. A política retrospectiva foi o campo de debate preferencial em torno da questão do que se fazer em relação aos crimes cometidos em períodos de regimes militares, o que incentivou diversos setores da sociedade a se organizarem em grupos sociais retrospectivos, como por exemplo, o grupo das *Mães da Praça de Maio*, na Argentina, que através de suas manifestações e participação em grupos de transição, possibilitou que houvesse na Argentina um julgamento civil dos militares envolvidos em crimes durante o período que estiveram no poder.

No Brasil, ao contrário do caso argentino, não houve nada parecido com o julgamento feito na Argentina, muito pelo contrário, a política do “perdoar e esquecer” conduziu o debate durante o período da redemocratização e a comissão da verdade brasileira só foi instalada em 2012, não mais com o intuito de punir os militares pelos crimes cometidos, mas sim em uma perspectiva de elucidar e revelar os crimes cometidos, sem qualquer punição válida para os seus perpetradores. Essa demora em revisar o passado macabro da ditadura militar brasileira não impediu que ainda na década de 1980 diversos testemunhos fossem coletados e produzidos por grupos ou indivíduos da sociedade civil²², no intuito de preservarem uma memória do período, na esperança de que em um momento futuro houvesse alguma possibilidade de julgamento, ou mesmo simplesmente que essa memória não se perdesse com a morte das vítimas.

Percebo na obra memorialista de Celso Furtado a intenção em produzir um testemunho que legasse ao pesquisador do período, ou

²¹ Fraser (2006)

²² Campos e Alves (2021)

aos condutores de possíveis comissões da verdade, um documento que viesse a somar conjuntamente com outros depoimentos, no intuito de se produzir um conjunto de testemunhos que operassem contra a máquina do esquecimento patrocinada pelo estado brasileiro:

Compreende-se que a desarticulação deste maquinário do esquecimento é uma condição para a consolidação do Brasil como um Estado democrático, ao mesmo tempo que se entende o testemunho como chave para tal processo, ainda que se reconheça o esquecimento como chave indispensável para a sedimentação da memória coletiva. (CAMPOS e ALVES, 2021).

Considerações Finais

A obra memorialista e os diários publicados de Celso Furtado oferecem ao leitor contemporâneo acesso a um rico testemunho sobre o período pré-ditadura militar, exílio e sobre o processo de redemocratização conduzido na década de 1980. Pesquisadores notáveis de sua obra, como Vera Alves Cepêda, chegam a destacar esse momento de produção da obra memorialista como uma fase distinta da produção de Furtado: “A terceira fase trata da recuperação da memória individual e coletiva da trajetória desenvolvimentista.” (CEPÊDA, 2015, p. 164).

Percebo que exista uma diferença fundamental entre as obras memorialistas e a publicação de seus diários íntimos. Enquanto na primeira o caráter de testemunho é ressaltado pelo autor, a publicação de seus diários revela um outro aspecto duplo: enquanto os diários foram de acesso íntimo de Celso Furtado, eles tinham uma função muito mais psicanalítica, ligada à produção de um sentido sobre a trajetória de sua vida e à elaboração simbólica de traumas através da linguagem. Porém, a partir do momento em que se tornam públicos os diários, uma outra camada se viabiliza: o diário como um documento, um testemunho, que ao pesquisador do período ou de sua

obra, podem vir a se somar a outros testemunhos para a compreensão de um período marcado pelo esquecimento promovido pelo estado.

Referências

BEVERNAGE, Berber. Caminhos para a Teoria da História. Vitória: Milfontes, 2020. (Fronteiras da Teoria).

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; PORTELLI, Alessandro. Usos & abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 183-191.

CAMPOS, Yussef; ALVES, Wesley Ribeiro. Da máquina do esquecimento à cultura da memória. Revista Diversidad de las Culturas, [San Salvador de Jujuy], v. 1, p. 202-213, 2021.

CEPÊDA, Vera Alves. Contextos e funções da democracia no pensamento furtadiano (1944-1964). Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 46, 2015.

CEPÊDA, Vera Alves; GUMIERO, Rafael Gonçalves; PINTO, Gustavo Louis Henrique. A ideia de desenvolvimento, Aliança para o Progresso e a Sudene. Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política, v. 18, n. 01, p. 29-59, 2022.

DE LIMA, Nádia Laguárdia; SANTIAGO, Ana Lydia Bezerra. O diário íntimo como produto da cultura moderna. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 62, n. 1, p. 22-34, 2010.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. Varia história, v. 28, p. 43-59, 2012.

_____. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. Topoi (Rio de Janeiro), v. 14, p. 239-261, 2013.

_____. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas [1]. Revista Tempo e Argumento, v. 9, n. 20, p. 5-74, 2017.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Revista brasileira de história, v. 24, p. 29-60, 2004.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Cadernos de Campo (São Paulo-1991), v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

FURTADO, C. *A Fantasia Desfeita*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Os Ares do Mundo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *Diários Intermitentes (1937-2002)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. *Correspondência Intelectual: 1949-2004*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

_____. *O Capitalismo Global*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.

LA CAPRA, Dominick. *Historia y Memoria después de Auschwitz*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS. *Vocabulário de Psicanálise*. Trad. Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LOUREIRO, Felipe Pereira. *A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra*. São Paulo: Unesp, 2020. 206 p.

MENDES, B. *Memória, testemunho e escrita da história nos arquivos da ditadura militar brasileira*. *Literatura e Autoritarismo*, [S. l.], n. 16, 2016. DOI: 10.5902/1679849X21502. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/21502>. Acesso em: 18 jan. 2023.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida*. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 18, p. 429-446, 2017.

ROSA, Lilian da. *Celso Furtado, o Golpe de 1964 e a Ditadura Militar*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, p. 63-83, 2022.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes*. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 30, 2005.

_____. *Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas*. *Psicologia clínica*, v. 20, p. 65-82, 2008.

_____. *Literatura e trauma*. *Pro-Posições*, v. 13, n. 3, p. 135-153, 2002.

ARQUITETURA MODERNA E A DESIGUALDADE EM BRASÍLIA

Guilherme Goulart Teixeira Santos¹

Resumo:

A Revolução Industrial transformou a relação com a espacialidade nas cidades e impactou profundamente a arquitetura do século XX, permitindo o desenvolvimento da arquitetura moderna. O Estilo Internacional, com seu foco na simplicidade, funcionalidade e racionalidade, se destacou como vanguarda, refletindo o espírito das sociedades industriais. No Brasil, a arquitetura moderna foi influenciada por Le Corbusier e teve nomes importantes como Oscar Niemeyer e Lucio Costa. Contudo, o planejamento urbano brasileiro, especialmente o Plano Piloto de Brasília, refletiu uma modernização conservadora que acentuou a desigualdade social. Esse artigo pretende mostrar as limitações do pensamento urbanístico moderno, que em muitos casos, serviu mais para perpetuar a desigualdade no país do que trazer uma alternativa mais humanizadora para toda a sociedade.

Palavras-chave: Arquitetura, moderna, desigualdade, Brasília e urbanismo.

É difícil negar, mas a história de Brasília é uma história de mais-valia. Levas de inúmeros migrantes trabalhavam dia e noite para concluir o sonho de uma nova capital. Mas apesar do trabalho árduo e extenuante dos candangos, infelizmente, não puderam morar em sua criação. Podemos achar que trata-se de um caso único. Mas de fato quais das construções ilustres de nosso país, reconhecemos ou damos o devido valor a seus construtores? A verdade é que a célebre frase de Marx "Se a classe operária tudo produz, a ela tudo pertence" parece não se levar tanto em consideração em nossa história. Mas o ponto focal deste artigo é saber como a arquitetura moderna influencia na perpetuação das desigualdades? Para isso, é importante saber a história da arquitetura moderna no mundo e no Brasil. O recorte

¹ Universidade de Brasília – UnB. guigoulart.santos2611@gmail.com

temporal vai acatar até o final do início da década de 1970, o qual há uma alteração no planejamento regional do Distrito Federal.

Pode-se dizer que durante bom tempo na humanidade, discutiu-se pouco o tema da urbanização. A necessidade de debruçar-se sobre o assunto, surgiu fortemente no período da Revolução Industrial. À época, houve um incremento colossal na demografia dos primeiros países que iniciaram sua industrialização. Tanto Inglaterra como a França, houve um aumento populacional enorme que trouxe problemas nunca antes vistos para as grandes cidades europeias. (CHOAY, 1998). Em menor expressão, ocorreu um processo similar na Alemanha e nos Estados Unidos. Isso deve-se ao fato que a revolução industrial é definitivamente urbana. Foi durante o século XIX, que as transformações urbanísticas tornaram-se mais acentuadas e romperam, em certos aspectos, com a herança medieval e barroca vigente nas cidades. Primeiramente, vieram as mudanças no meio de comunicação e nos transportes. Em seguida, ressaltava-se uma gama de características que redefiniram o espaço na cidade, popularizadas pelo prefeito de Paris durante o III reinado de Napoleão III, o Barão Haussmann, e replicadas, posteriormente, no mundo inteiro como: A racionalização das vias de comunicação, com a abertura de grandes artérias"; a criação de estações; a especialização dos setores urbanos (quarteirões de negócios, capitais em torno da Bolsa, novas igrejas, bairros residenciais na periferia). Contudo, também essas reformas caracterizam um aspecto bastante negativo: o processo de periferização. A indústria deslocou-se para o arrabaldes e a classe média e operária foram deslocadas para fora do centro, já marcando algo que seria comum no processo de remodelação urbanas no Brasil (PORTO, 2007).

Com o decorrer dos anos, a Europa presenciou também o surgimento de várias vanguardas que formariam o que chamamos atualmente, de arquitetura moderna. Foram gerados novos conceitos para a cidade, mas também para a forma de planejar edificações. Essa

mudança de paradigma, também tem raízes na profunda alteração dos processos produtivos, a progressão tecnológica que trouxe o desenvolvimento fabril e novas técnicas construtivas. Os materiais tradicionais como a olaria e o madeiramento foram produzidos em maior escala e com qualidade superior. Além disso, novos materiais, como o vidro e o aço, começaram a ser utilizados. Em geral, o barateamento dos insumos para a construção ajudaram significativamente no crescimento das cidades (FRAMPTON, 1992).

Essas mudanças significativas reverberaram em uma nova geração de arquitetos que almejavam construir outro modelo de compreender o mundo. A arquitetura moderna, em linhas gerais, visava criar um estilo próprio e legítimo, desvinculado de seu passado barroco e medieval. Pretendiam ser capazes de expressar as aspirações das sociedades industriais e de refletir o espírito de seu tempo, buscavam a pureza da forma, a autenticidade, priorizando a simplicidade, racionalidade e sobretudo a funcionalidade. (CURTIS, 1982).

A corrente principal desse movimento, o Estilo Internacional, protagonizado por Le Corbusier, Mies van Der Rohe, Walter Gropius e Frank Lloyd Wright foi o grupo mais influente do movimento modernista e inspirou bastante os países asiáticos e latino-americanos no período pós-guerra, que almejavam atingir a industrialização e competir com as nações desenvolvidas. Esse foi o caso da primeira geração de arquitetos modernos no Brasil como: Lucio Costa, Afonso Eduardo Reidy, Oscar Niemeyer, Carlos Leão, Rino Levi, Vilanova Artigas, possuía uma produção bastante influenciada pelas ideias de Le Corbusier (CAVALCANTI, 2006).

No Brasil, a primeira manifestação da arquitetura moderna que se tem registro foi a Casa Modernista da Rua Santa Cruz em 1927. De autoria de Gregori Warchavchik, o arquiteto ucraniano, naturalizado brasileiro, foi um dos primeiros intelectuais a trazer as ideias modernistas para o Brasil, juntamente com a figura de Lúcio Costa.

Apesar de ser divulgado nos jornais como um grande exemplar da arquitetura moderna, a Casa da Rua Santa Cruz, em São Paulo, possuía uma série de improvisos e soluções não adequadas, devido à escassa mão de obra qualificada e à falta de materiais apropriados. Dentre elas, foi construída uma platibanda ocultando o telhado, referência do ecletismo; as janelas não foram produzidas em série; os tijolos auxiliavam a concepção estrutural; diferente dos pilares de concreto que compõem uma estrutura autônoma e particularmente o terraço não propício ao clima da capital paulista que ora poderia receber o sol ou a garoa típica da região. Embora apresentasse imperfeições estruturais quando se põe o modernismo como baliza, tal obra chamou a atenção de Le Corbusier, que chamaria Gregori para ser o delegado brasileiro no Congresso Nacional de Arquitetura Moderna (CIAM). No ano de 1931, Gregori recebeu visita do notável arquiteto americano, Frank Lloyd Wright, de seu outro domicílio: a Casa Nordschild, situada na rua Toneleros, no Rio de Janeiro. O estadunidense elogiou a edificação e enviou uma foto com dedicatória e é possível que tenha servido de inspiração para sua obra clássica: a Casa da Cascata, na Pensilvânia (BITTAR,2005).

Já Lúcio Costa, outro precursor do modernismo brasileiro, detém uma trajetória diferente. Nascido em Toulon, na França, em 27 de fevereiro de 1902, passou boa parte de sua vida na Europa. Obteve sua formação básica e fundamental em escolas tradicionais da Inglaterra e Suíça. Realizou diversas viagens, em razão do ofício de seu pai, engenheiro naval, que necessitou deslocar-se em diversas ocasiões. Mas fixou-se no Brasil somente quando tinha 14 anos de idade, se maravilhou com a beleza natural e as casas do Rio de Janeiro e obteve pela primeira vez contato com a herança cultural paterna. Durante o período de 1917-1924, Costa estudou na tradicional Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Aprendeu a desenhar, pintar e projetar com excelência, e teve contato com figuras importantes como Grandjean de Montigny, Araújo Viana,

Archimedes Memória e Morales de los Rios. Aprofundou-se no universo da arquitetura eclética, produzindo conjuntos de prédios que mesclavam diferentes estilos do passado (SCHLEE,2003). Desse contato histórico somado à busca por uma arquitetura identificadora da nacionalidade, leva a migração de Lúcio ao movimento neocolonial. Essa corrente reverbera o esforço constante dos intelectuais latino-americanos de construir sua nacionalidade no início do século XX. Impactados pela onda nacionalista presente na Europa pós-primeira guerra mundial, essa tendência na América trouxe um grande diferencial a arquitetura moderna brasileira, a admiração pela arquitetura colonial.

Manifestação evidente desse paradigma, é a Semana de Arte Moderna em 1922, esse evento buscava “descobrir” ou “redescobrir” o Brasil, reimaginando e desvinculando esteticamente o país das amarras que ainda prendiam a Europa, era uma reflexão fruto do ano de centenário da independência do país que pretendia pensar sobre que país era o Brasil? e que país deveria ser? A mostra visava prover uma crítica à arte brasileira e renovar o estado de estagnação que se encontrava. Esse acontecimento ocorreu nos dias 11 e 18 de fevereiro, no Teatro Municipal em São Paulo, contando com a participação tímida de dois arquitetos estrangeiros, oriundos do estilo neocolonial: Antonio Garcia Moya e Georg Przyrembel. (KESSEL, 2002).

No entanto, ao longo da década de 20, há uma nítida contradição entre a aspiração de pesquisa estética constante dos modernistas de 22 com a tentativa de legitimar o estilo neocolonial como oficial da nação brasileira. Já havia uma série de concursos e projetos da classe dos arquitetos e do poder público que culminaram na tentativa de outorgar um novo e rígido cânone arquitetônico fechado no neocolonial (KESSEL,2002).

Contudo, em 1925, surgiram novas visões de arquitetura, que apesar da baixa repercussão foram pioneiras na divulgação da arquitetura moderna. Warchavchik, que cursou na Academia de

Belas-Artes de Roma entre 1918 e 1920 e após dois anos de experiência em solo brasileiro, escreveu o texto "Futurismo", o qual clamava pela necessidade de adequação da arquitetura com as novas técnicas construtivas e o uso dos novos materiais presente no velho continente, como o concreto armado. Mesclava as ideias de Corbusier (em seu livro "Vers une architecture", de Marinetti em seu manifesto Futurista (1909) e do Manifesto da Arquitetura Futurista de Antonio Sant' Elia (1914). O manifesto de nada tratou sobre urbanismo, diferentemente de Rino Levi (chegou a estudar na mesma escola de Warchavchik) que em seu artigo "Arquitetura e Estética das Cidades", escrito em seu período de estadia na Itália, sofreu pesada influência de seu mestre Piacentini, inovador intelectual que fundou uma das primeiras escolas de urbanismo no mundo e inspirou uma geração de arquitetos que constituíram futuramente o racionalismo italiano. A esse estudantes foi apresentado as ideias de Corbusier, Mies e Gropius. Piacentini inspirado nas vanguardas criou o conceito de arquiteto integral que teria como objetivo a intervenção urbanística. Baseado em Corbusier, Levi anunciou a chegada de um novo movimento e espírito dos tempos que exigiam uma arquitetura de volumes, linhas simples e poucos elementos decorativos. No final, defende a busca da "estética da cidade com alma brasileira". Nota-se que a chegada das ideias modernistas, ainda pouco definidas, atingiram o cenário brasileiro a partir do contato do debate italiano trazido por Warchavchik e Levi. Esse último não obteve relação direta com os participantes de 22, entretanto, devido a permanência em solo italiano. Porém, não será o caso de Gregori. (ANELLI, 1999)

Em 1929, o renomado arquiteto Le Corbusier, começa sua empreitada pela América do Sul. Depois de sua viagem a Buenos Aires, aporta no Brasil. Em território nacional, é apresentado ao meio artístico paulistano e carioca por Paulo Prado. Aproveita a oportunidade e visita a Casa Modernista de Santa Cruz e outras casas de Gregori, satisfeito com o trabalho dele, considera propício convidá-

lo por carta no dia 27 de novembro de 1929, com aval do secretário do CIAM, para ser o encarregado de representar o Brasil e coordenar os arquitetos modernos brasileiros, função que estendeu-se para todos os sul-americanos. Naquele momento, o CIAM já havia realizado sua primeira edição no Castelo de La Sarraz, propriedade pertencente a mecenas da arquitetura moderna Hélène de Mondreau, na Suíça. O evento foi organizado por Le Corbusier, Gabriel Guévrekian, arquiteto armênio e pelo historiador de arte Siegfried Giedion. Participaram deste ocorrido 24 arquitetos oriundos da: Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália, Áustria, Suíça e Espanha. Alguns estudos importantes foram apresentados, evidenciando o aspecto "acadêmico" que levava as discussões, o ponto-chave foi a elaboração da "Declaração de La Sarraz", que condensou as ideias apresentadas na reunião, o documento declara a importância da arquitetura adequar-se às transformações da ordem econômica e social e fugir do academicismo vigente que valoriza apenas a o elemento estético, pregavam a padronização e racionalização a partir dos novos métodos e técnicas, evitando os imensos gastos da antigos estilo aplicados nos domicílios e nas instituições públicas do Estado. Em suma, os participantes buscavam o processo de institucionalização da vanguarda arquitetônica, como uma forma de se blindar da oposição que sofriam, visavam se estabelecer por meio de uma organização internacional, no sentido diplomático. Foi determinado que os próximos encontros seriam um encontro de trabalho, que teria colaboradores ativos, os próximos encontros passariam a ser temáticos. (CAPELLO, 2019)

Em Frankfurt, na Alemanha no ano de 1929, surgiria a próxima reunião com o tema "Habitação Mínima", recebidos por Ernst May, principal urbanista da cidade, todos os membros apresentaram projetos seguindo o método adotado pelo escritório municipal de arquitetura de Frankfurt. Participaram pela primeira vez, Walter Gropius, Alvar Aalto e José Luis Sert, os quais tiveram um papel

importante dentro dos CIAM. Já Corbusier não estava presente apesar de mandar seu trabalho, pois a reunião foi concomitante a sua viagem à América do Sul. É nesse segundo encontro, que é criado o *Comité International pour La Résolution des Problèmes de l'Architecture Contemporaine* (CIRPAC), composto por delegados dos grupos nacionais, dentre eles, Gregori Warchavchik, com a função de preparar os temas para os congressos seguintes. Por mais que Gregori tivesse também a função de recrutar os arquitetos modernos na América do Sul, de fato o Ciam, nunca obteve um representante 'sulamericano' 'presencialmente' nestes encontros. Apesar disso, a troca de cartas entre Warchavchik e o secretário do CIAM, Siegfried Giedion é constante e seria útil para estabelecer uma ponte entre os conceitos gerados nas atas das reuniões e sua devida divulgação no cenário brasileiro, caso da Declaração de La Sarraz. Além disso, Gregori em suas correspondências constantes faz importantes diagnósticos acerca da realidade brasileira e chega a publicar em uma revista estrangeira sobre a arquitetura na América do Sul, com reproduções de algumas de suas obras em 1931. (DOS SANTOS, 2009)

Neste ínterim, aconteceria uma reviravolta na política brasileira, a revolução de 1930. Ao assumir o poder a partir de um golpe, Getúlio Vargas vai inserir parte da intelectualidade em cargos públicos. Nessa transição, Lucio Costa assume a direção da Academia de Belas Artes e transforma o currículo da instituição, naquele momento, o arquiteto abandonou o neocolonial e estava à frente da arquitetura moderna. Reestruturou o ensino (tanto do ponto de vista de sua organização quanto de sua orientação), contratou novos professores como Gregori Warchavchik e Affonso Eduardo Reidy. Entretanto, seu relacionamento conturbado com seus colegas, causou sua demissão 9 meses depois. (SCHLEE, 2003)

Em 1933, acontece o Ciam IV, que seria realizado originalmente na União Soviética, contudo foi decidido ser feito em um barco em alto mar. O tema desse Ciam era demasiadamente relevante, era sobre a

cidade funcional. Foi produzido um documento chamado Carta de Atenas que definia as funções básicas da cidade como: habitar, trabalhar, recrear e circular. O novo modelo de cidade urbano contrapunha-se à obsolescência do tecido urbano existente. A Carta de Atenas teve grande adesão em várias regiões do mundo, inclusive no Brasil (KANASHIRO,2004).

Neste mesmo ano, surgiu um grande marco para a arquitetura brasileira, o prédio do Ministério da Educação e Saúde (MES). Foi aberto um edital para selecionar o melhor projeto para o novo Ministério, presidido por Gustavo Capanema. Repleto de polêmicas, o vencedor foi Archimedes Memória, arquiteto vinculado ao neocolonial. Fato é que, em geral, os trabalhos apresentados em geral não foram tão conviventes. Todavia, como o edital previa que não seria obrigatório a comissão acatar o projeto do ganhador, foi decidido pelo ministro que chamaria um arquiteto estrangeiro. A decisão polarizou-se entre dois nomes, o italiano Marcelo Piacentini e o já conhecido Le Corbusier, essa decisão estava envolto entre o embate do facismo e do antifascismo, em tempos de guerra. Por insistência de Costa e de Carlos Drummond de Andrade, Capanema optou pela última opção. Quem coordenou a equipe que sucedeu a recusa de Archimedes, foi Lúcio Costa com outro conjunto de arquitetos modernistas. Corbusier, que faria sua segunda viagem ao Brasil, deu suas orientações mas partiu brevemente do projeto e deixou o trabalho para os brasileiros concluíram, dentre os mais destacados foi o jovem Oscar Niemeyer que trouxe grandes contribuições. Parecia que estava tudo resolvido, todavia, o Ministério da Educação e Saúde teve um processo de edificação foi bem conturbado, precisando de vários editais para adquirir mais recursos, necessitando também de materiais de construção que à época não eram produzidos em larga escala no país, precisando de sua importação, algo dispendioso para o país que passava por restrições econômicas causados pela segunda guerra mundial, sendo concluída apenas em 1947. (BITTAR, 2005)

Concomitantemente, outro evento foi memorável para a consolidação da arquitetura moderna, a feira internacional de Nova York em 1939. O governo promoveu um concurso para quem iria construir o Pavilhão Brasileiro, o ganhador foi Lucio Costa, agora já afastado da equipe ministerial, consolidou-se como um grande articulista da arquitetura moderna, divulgando diversos trabalhos teóricos. Em segundo lugar no concurso, estava Oscar Niemeyer que obteve um desempenho tão satisfatório que agradou Costa, o qual decidiu chamá-lo para compor a equipe e o resultado foi fantástico. Com oito milhões de visitas, em sua maioria americanos, o pavilhão foi aclamado pela crítica. A edificação demonstrou um trabalho bem mais maduro, uma nova dimensão estética que superou o racionalismo demasiadamente rígido e produziu espaços que não fossem apenas rebatimento da função sobre a forma (SEGAWA, 2010).

O sucesso do prédio do MES e do Pavilhão Internacional rendeu uma boa posição ao Brasil no cenário internacional, nossa arquitetura obteve espaço nas revistas internacionais. Até mesmo, ocorreu uma exposição no Museu de Arte Moderna (MoMa) denominada “Brazil Builds” em 1943, a mostra teve tanta notoriedade que o MoMa criou versões itinerantes circulavam por galerias e museus nos Estados Unidos, México e, inclusive o Brasil atingindo o grande público (SCOTTÁ, 2017). Nesse mesmo ano, foi criada uma publicação homônima da mostra, elaborada por e organizada por Philip L. Goodwin e George E. Kidder Smith, considerado o primeiro grande inventário da arquitetura nacional, que mostrava a arquitetura brasileira no período compreendido entre 1652-1942, apresentando tanto as raízes coloniais e de imigração, quanto sua produção moderna (DURAND, 1991). Essas duas ações, por mais que mostrasse um certo interesse dos Estados Unidos para com o Brasil, particularmente em soluções para o combate ao calor e o efeitos da luz sobre as grandes superfícies de vidro na parte externa das construções, é preciso pontuar que estava latente a questão geopolítica

Era a política da boa vizinhança, que visava a guinada dos brasileiros para o lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial.

Durante os anos 40, Lucio Costa conseguiu atingir seu objetivo de adaptar o modelo corbusiano para a realidade brasileira, criando um estilo mais próximo do almejado por seus colegas. Havia uma mistura do conhecimento dos processos produtivos modernos com a sabedoria construtiva da arquitetura civil colonial (ARANTES, 2004). Essa aprendizagem foi adquirida por Costa em seu envolvimento com o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sendo uma figura essencial na preservação do patrimônio edificado no Brasil (DINIZ, 2006), sob esse material, Costa realizou estudos intensivos que incrementaram seu saber e reafirmaram sua posição moderna. Essa situação, mostrava o aspecto incomum de um grande nome do Modernismo, ser justamente o responsável por apoiar a conservação de edifícios coloniais.

Oscar também teve grandes anos prolíficos e em sua grande empreitada em Belo Horizonte. Aproveitando-se da obra da construção da barragem do Lago da Pampulha, obra interrompida em 1938, inspirada nos conceitos da Cartas de Atenas, na gestão de Otacílio Negrão de Lima. Juscelino teve o plano de criar um conjunto arquitetônico concebido na estética moderna, que tivesse como o centro, a água. A Pampulha nasceu com a ideia de solucionar o problema do fim de semana dos belo-horizontinos. A Pampulha seria uma paisagem social e atenderia a necessidade de recreação da coletividade. Para tal objetivo, Juscelino abriu um concurso para escolher o novo projeto, insatisfeito com o resultado, uma vez que a maioria dos projetos tinha um estilo convencional, decidiu convidar Oscar e se surpreendeu com o resultado e decidiu contratá-lo. Ao todo, o complexo da Pampulha envolve: Cassino (atualmente, Museu de Arte da Pampulha (MAP), a Casa de Baile, o Clube e a Igreja de São Francisco de Assis, também conhecida como Igreja da Pampulha (RAGGI, 2020). Essa obra foi enigmática para a arquitetura nacional,

visto que catapultou, de vez, Oscar Niemeyer no cenário internacional o que levou ele a projetar, juntamente com outros arquitetos estrangeiros, o Edifício da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York em 1947 (ALVES,2012). A experiência em Minas Gerais foi emblemática, pois estabeleceu a primeira parceria entre Niemeyer e Juscelino e de outros nomes que participaram da construção.

Contudo, um aspecto desagradável se repetiria tanto na Pampulha como em Brasília, as desapropriações e os despejos. No caso da Pampulha, o bairro de lazer para a comunidade atendeu, preferencialmente, a elite que foi incentivada a construir residências de luxo ao redor da lagoa. Juscelino já mostrava seu aspecto higienista ao afirmar que na construção dos postos de assistência municipal, iria eliminar o “degradante aspecto da esmola”. Seguindo os próprios princípios da Carta de Atenas, que pregava a demolição de cortiços em áreas próximas de monumentos históricos para a construção de áreas verdes. Kubitschek desapropriou a Pedreira Prado Lopes, área próxima da Pampulha, a qual era habitada por um aglomerado de operários que extraíam pedras para a construção de Belo Horizonte, tornou-se um hábitat para a população de trabalhadores e também de desempregados. Juscelino acabou com as 483 cafuas da Pedreira Prado Lopes e determinou a construção, em colaboração com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, de um edifício em blocos com capacidade para três mil pessoas, entre elas, industriários e funcionários da prefeitura. Consequentemente, essa operação deixou pessoas que já estavam em situação de precariedade, em maior vulnerabilidade, agora afastados do centro, mas distantes do trabalho. Em contraponto, o prefeito mineiro assegura aos mais abastados as residências para a classe média e ricos, ação similar à ocupação das superquadras de Brasília. Infelizmente, essa seria a tônica na remodelação urbana da cidade moderna, discriminatória quanto os setores populares, ao praticar o saneamento das áreas pobres e

remoção de habitantes, provocou um afastamento da população mais pobre ao centro (CEDRO, 2006).

Essa ação expressa algo comum em nosso período republicano, a modernização conservadora, tal denominação remete ao pacto político existente entre a burguesia industrial e os latifundiários, no processo de industrialização do Brasil, que trouxe mudanças modernizadoras, contudo mantendo a estrutura fundiária, altamente concentrada, nas grandes unidades de exploração agropecuária. Ou seja, são realizadas as mudanças produtivas e avanços tecnológicos sem alterar a estrutura social desigual que assola nosso país a séculos. (DE SOUZA PIRES, 2009)

Com a mudança capital, pouco mudou a relação fundiária, persistindo a modernização conservadora. Ao ganhar as eleições presidenciais em 1955 e anunciar a transferência de capital. Juscelino criou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), insulamento burocrático, a partir da Lei Nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, que visava facilitar o processo administrativo de planejamento e execução das obras da construção de Brasília (COUTO, 2006). No final do mês, no dia 30 de setembro de 1956, foi publicado o Edital do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil. O concurso visava obter o melhor plano urbanístico, uma vez que Oscar já seria o selecionado para fazer palácios institucionais por escolha do Juscelino. Foram vários projetos apresentados, alguns com planejamentos regionais bem arrojados, mas o vencedor foi Lucio Costa, que mesmo com sua estrutura mais simples, e feito às pressas, teve uma ideia que atraiu o júri por ser simples e original. Os dois eixos que se cruzam juntamente à disposição dos dispositivos urbanos na cidade, conciliavam o funcional com a beleza arquitetônica (IPHAN, 2018).

O projeto do Plano Piloto teve como inspiração nos princípios fundamentais do urbanismo moderno estabelecidos pela Carta de Atenas, a cidade-jardim de Ebenezer Howard, o conceito de unidade

de vizinhança de Clarence Perry e a ideia de zoning (zoneamento) elaborado por Park e Burgess da universidade de Chicago (MASCARENHAS, 2004). Criado com os últimos preceitos urbanísticos, em voga, no CIAM, acabou ironicamente sendo junto com Chandigarh, na Índia, as duas únicas cidades a seguir quase fielmente a Carta de Atenas, após ocorrer intensa revisão dos modelos urbanísticos no CIAM X, por um grupo de jovens arquitetos conhecidos por Team X, que fez a Carta de Atenas ser bastante questionada (BARONE, 2002).

As obras iniciaram em 2 de outubro de 1956, antes mesmo do resultado do concurso para o Plano Piloto, no começo, privilegiaram a construção do que seria sua periferia e não o centro. Construída em uma região escassamente povoada e de difícil acesso, Brasília contava com poucos pontos de apoio e bem longínquos: Anápolis, onde desembocava a estrada de ferro de ligação ao Sul, foi interligada por novas vias foram abertas e construiu-se um campo de pouso; Planaltina, centro mais próximo de Brasília, dotado de uma certa estrutura institucional, como cartório, dava apoio às obras de forma mais presente. Foram iniciadas as obras do Catetinho para residência provisória do presidente; o represamento do rio Paranoá e, no ano seguinte, o Palácio da Alvorada, o Hotel Brasília Palace e o aeroporto. Nos últimos meses de 1956, foi instalada a sede da Novacap, na Candangolândia (antes chamada de Lonalândia) e construída áreas para alojamentos de trabalhadores. Além disso, foi criada uma área destinada ao comércio e serviços fornecidos pela iniciativa privada, a chamada Cidade Livre ou Núcleo Bandeirante. Essas duas regiões, inicialmente de caráter temporário, constituíram o centro urbano dos primeiros anos da construção (DERNTL, 2016).

Brasília, praticamente, foi realizada em três anos, a condição dos trabalhadores, nesse tempo, não era nada favorável, morando em sua maioria em alojamentos coletivos precários até para pessoas humildes, pela urgência da obra e por razões logísticas, surgiram

acampamentos pioneiros em volta dos canteiros de obras. Os trabalhadores selecionados eram majoritariamente: homens jovens, com saúde e sem família. Embalados em um ritmo alucinante de produção que resultou em uma exploração incomum da força de trabalho, os turnos eram diurnos e noturnos, com pouco descanso, o foco realmente era o trabalho. Com condições precárias de moradia e alimentação, a instalação dos trabalhadores com família passavam dificuldade para assentar seus parentes nas escassas moradias. Muitas vezes tinha que recorrer aos altos alugueis na Cidade Livre ou em “invasões”, geralmente composta de barracos. (RIBEIRO, 1980)

Com essa situação habitacional drástica, surgiu às pressas, a necessidade de construir cidades-satélites. Anteriormente no texto presente do Edital do Concurso Nacional do Plano Piloto, já previa a necessidade de estabelecer equilíbrio e estabilidade econômica na região, provendo oportunidades de trabalho para toda a população. Além disso, havia a obrigação da distribuição conveniente da população nas aglomerações urbanas e nas zonas de produção agrícola, já deixando subentendido a demanda pela criação de novas cidades. Fato é que essa imposição foi absorvida pela maioria dos candidatos que, em alguns casos, fizeram planos regionais arrojados. Diferentemente de Lúcio Costa, com um dos planos menos expressivos acerca do planejamento regional, sobre esse assunto, afirmava que deveria focar no mais importante, a construção de Brasília. O desenvolvimento regional seria desenhado a partir de seu modelo. Sem nenhuma citação ao termo cidades satélites, apenas mencionou que a gradação social existiria em pequeno grau, sem contudo, gerar uma estratificação social. Ressaltou que a diferença de padrão entre quadras, não iria afetar o conforto social a que todos têm direito, porque seria neutralizado pelo próprio desenho urbanístico. No ponto 17 de seu plano, já ressalta seu aspecto higienista remetente da Carta de Atenas, ao pregar o combate a proliferação de favelas no meio urbano e rural, e delega a Novacap a elaboração de um esquema

de acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população. Inclusive, o Júri apontava pela limitação da quantidade de pessoas no Plano Piloto, originalmente previsto para atingir no máximo 500 mil habitantes. Os membros da comissão alertaram que em 20 anos haveria forte ocupação nas penínsulas e nas cidades-satélites, avisaram também sobre a falta de estradas regionais que desembocaram nas cidades-satélites (IPHAN,2018).

Originalmente, o conceito de cidade-satélites veio dos comentadores da obra de Ebenezer Howard, o criador das cidades-jardins. Para Howard, quando uma cidade atingisse o seu limite populacional, um conglomerado de cidades menores deveria se formar ao redor, com sua própria administração. As novas cidades estariam separadas do núcleo principal por um cinturão verde (belt of Green), em uma rede unificada por um transporte rápido que ligaria a comunidade em poucos minutos. Quem efetivou esse planejamento regional de forma ordenada e sistêmica foi o célebre Plano de Londres, (Greater London Plan) apresentado por Patrick Abercrombie ao ministério de Planejamento da Cidade e do Campo em 1944, no contexto da reconstrução pós-guerra. Vale ressaltar, que o resultado gerado acabou sendo de mais dependência do núcleo central, do que havia sido proposto anteriormente por Howard, Abercrombie atribuiu um papel mais fundamental ao Estado nesse processo. Segundo Jaime Zettel, os planos das primeiras cidades satélites vieram dos conceitos da cidade jardim, o Plano de Reconstrução de Londres (de Patrick Abercrombie) e as tabelas de dimensionamento do Giorgio Rigotti (DERNTL,2019).

Ao contrário do que o senso comum leva a acreditar, as RAs do DF, obtiveram um planejamento urbano, contudo, foi bem menos arrojado do que o Plano Piloto, apesar de seguir alguns dos princípios de Brasília. No contexto brasiliense, na década de 50 e início de 60 foi iniciado a política de assentamento de migrantes pobres nas cidades-satélites. Os planos urbanísticos eram elaborados pela equipe de

técnicos e arquitetos da Novacap. Sendo a primeira construída nesses moldes antes mesmo da inauguração de Brasília, a cidade de Taguatinga. Posteriormente foram construídas: Gama, Sobradinho e Guará. As cidades suportes da construção que eram para ser demolidas, persistiram depois de lutas intensas de moradores para sua permanência, caso de Núcleo Bandeirante e Candangolândia. (DERNTL, 2016)

Contudo, é necessário dizer que esse “modernismo periférico”, trazia traços problemáticos e muitas não obtinham qualidades expressivas. Os traçados são caracterizados por superquadras com longas sequências contínuas de lotes para casas unifamiliares e apresentam frequentes espaços livres de caráter residual, por vezes decorrentes de acréscimos futuros de novos setores habitacionais. O conceito de unidade de vizinhança estava presente nos planos, mas o problema central resumia-se: na demora para instalação de equipamentos urbanos (escolas, hospitais, creches e etc) que demoraram muito para serem construídas. Era extremamente evidente a disparidade na distribuição de serviços de infraestrutura no núcleo central e nas cidades-satélites. Estima-se que até a década de 1970, redes de esgoto em larga escala só existiam no Plano Piloto e seu entorno imediato.

Por fim, pode-se concluir que a forma operada pelo planejamento urbano típico da arquitetura moderna da época, contribui para a desigualdade que temos hoje no Distrito Federal. Carregando traços desse modernismo conservador, que exclui as camadas mais pobres e inclui as classes mais abastadas à modernidade, o planejamento regional elaborado por Costa, baseou-se em um modelo europeu que visava a o descongestionamento da atividade industrial e reerguer zonas em decadência, além de desconcentrar a população. A contradição reside que a região, à época, era escassamente povoada, o que resultou na formação de uma metrópole dispersa e polinucleada. A região metropolitana de Brasília

acabou por se caracterizar por uma forte concentração de serviços públicos e oportunidades de trabalho na capital, desfalcando as outras cidades e prejudicando o desenvolvimento das regiões ao redor (PAVIANI, 1997). As cidades satélites, infelizmente não atendem satisfatoriamente a qualidade de vida para os trabalhadores consistindo mais em subúrbio-dormitório, do que cidades de fato. Dessa maneira, o planejamento regional, calhou de ser o contrário da descentralização planejada com centros autônomos no modelo teórico inglês (DERNTL, 2019).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, J. Biografia **Oscar Niemeyer [1907 - 2012]**. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-77626/biografia-oscar-niemeyer-1907-2012>. Acesso em: 13 set. 2016, às 13h00min.

ANELLI, Renato Luiz Sobral. 1925-Warchavchik e Levi: dois manifestos pela arquitetura moderna no Brasil. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, n. 7, p. 6-11, 1999.

ARANTES, O. Esquema de Lucio Costa. In: NOBRE, A. L., et al. **Um modo de ser moderno**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p. 84-103.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Brasília: IPHAN, 2018.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. **Team 10: arquitetura como crítica**. Annablume, 2002.

BITTAR, William. **Formação da arquitetura moderna no Brasil (1920-1940)**. Anais do 6º Seminário do Co. Mo. Mo. Rio de Janeiro: UFRJ e UGF, 2005.

CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo. Interlocução entre a Europa e o Brasil: Os CIAM e os Arquitetos brasileiros. **Seminário DOCOMOMO Brasil**, v. 13, 2019.

CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo. **Oscar Niemeyer pelo Complexo Arquitetônico de Pampulha: Uma Análise à Sua Recepção na Imprensa Nacional e Internacional**.

CAVALCANTI, Luciana. **Moderno e Brasileiro: A História de uma Nova Linguagem na Arquitetura (1930-60)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CEDRO, Marcelo. A administração municipal do prefeito Juscelino Kubitschek: estética e planejamento da cidade de Belo Horizonte na década de 1940. **Oculum Ensaios**, n. 5, p. 80-91, 2006.

COUTO, Ronaldo Costa. **Brasília Kubitschek de Oliveira**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

CURTIS, W. J. R. **Modern architecture since 1900**. New Jersey: Prentice-Hall, 1982.

DERNTL, Maria Fernanda. Além do plano: a construção das cidades satélites e a dinâmica centro-periferia em Brasília. In: **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, XIV, São Carlos, Brasil. São Carlos: USP, 2016. Disponível em: <http://www.iau.usp.br/shcu2016/anais/wp-content/uploads/pdfs/37.pdf>.

DERNTL, Maria Fernanda. **Brasília e seu território: a assimilação de princípios do planejamento inglês aos planos iniciais de cidades-satélites**. **Cadernos Metrópole**, v. 22, n. 47, p. 123-146, 2019.

DE SOUZA PIRES, Murilo José; RAMOS, Pedro. **O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil**. *Revista econômica do Nordeste*, v. 40, n. 3, p. 411-424, 2009.

DINIZ, F. Lucio Costa: **Tradition in the Architecture of Modern Brazil**. *National Identities*, Oxfordshire, 8, n. 3, Setembro 2006. 259-275.

DOS SANTOS, Daniela Ortiz; MAGALHÃES, Mário Luis Carneiro Pinto; PEIXOTO, Priscilla Alves. **Cartas sobre cartas: a contribuição silenciosa brasileira na construção dos primeiros Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna**. Verlag nicht ermittelbar, 2009.

DURAND, J. C. **Negociação Política e renovação arquitetônica: Le Corbusier no Brasil**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 6, n. 16, 1991. 5-26.

FRAMPTON, Kenneth. **Modern Architecture: A Critical History**. Londres: Hudson & Thames, 1992.

KANASHIRO, Milena. **Da antiga à nova Carta de Atenas– em busca de um paradigma espacial de sustentabilidade From ancient charter to the new Charter of Athens– a search of a spatial paradigm of sustainability**, 2004.

KESSEL, Carlos. Vanguarda efêmera: arquitetura neocolonial na Semana de Arte Moderna de 1922. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 30, p. 110-128, 2002.

LINS RIBEIRO, Gustavo. **O Capital da Esperança: Brasília, Estudo sobre uma Grande Obra da Construção Civil**. Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1980.

MASCARENHAS, Giselle Moll. **O comércio local de Brasília: projeto e configuração da rua da igrejinha**. 2014.

PAVIANI, A. **Brasília: moradia e exclusão**. *Estudios Geográficos*, v. 58, p. 725, 1997.

PORTO, Aline LG et al. A influência “haussmanniana” nas intervenções urbanísticas em cidades brasileiras. **Encontro Latino-Americano de Pós-graduação**, v. 7, 2007.

RAGGI, Mariana Guedes. A espetacularização do modernismo espacial: A idealização da Pampulha na trilha dos códigos modernos.

SCHLEE, Andrey. **Lucio Costa, o senhor da memória**. LEITÃO, F. (org.). 2003.

SCOTTÁ, L. **Brazil Builds: releitura crítica**. Porto: Universidade de Porto: tese de doutorado, 2017.

SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

O PAPEL DAS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO E DAS ACISO AO LONGO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

Guilherme Rodrigues Maia Pimenta¹

Resumo

Este trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, fomentada pela CAPES, cujo objeto são as Ações Cívico-sociais (ACISO) e as Operações de Formação e os seus impactos durante a Guerrilha do Araguaia. O objetivo geral é analisar como as ACISO influenciaram na Guerrilha; objetivos específicos são: saber sobre o carácter da população local; os conflitos já existentes na região; o planejamento dos guerrilheiros; e o uso do poder pelo Estado brasileiro. Para tanto, são analisados documentos do Exército Brasileiro disponibilizados pelo Acervo Nacional, relatório da Comissão Nacional da Verdade, entrevistas com camponeses que viveram o conflito e documentos do PC do B. O referencial teórico basilar são as produções de Mechi (2014) e Guimarães (2014).

Palavras-chave: Guerrilha do Araguaia. ACISO. Camponeses. Militantes.

Introdução

As ACISO consistiam em programas feitos pelo Governo Militar com o objetivo prestar assistência para a população brasileira, em particular, a população do sertão. Elas contavam com ações como a vacinação da população, atendimento na área da saúde, distribuição de alimentos, construção e pontes, entre outras.

Assim como outros programas do Governo durante a ditadura, as ACISO tinham um outro objetivo além da prestação de serviços à população, o de propaganda para o Governo Militar. Essas ações, que aconteciam em todo o país, queriam promover uma impressão positiva da população em relação ao governo, criando o sentimento patriótico e de acolhimento, o que dificultaria o caminho para uma possível revolta popular.

¹ Universidade Federal de Goiás – PPGH-UFG. guilherme.maia@discente.ufg.br

Mesmo assim, durante a Ditadura Civil militar no Brasil, surgiram movimentos de esquerda com o intuito de derrubar o sistema vigente, principalmente a partir de 1966, em que movimentos como a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) se consolidaram. Alguns desses movimentos, como o da guerrilha organizada pelo PC do B, no Araguaia, passaram para a luta armada.

A decisão do Partido Comunista do Brasil de partir para luta armada foi materializada em um documento intitulado “Guerra Popular: O caminho da luta armada no Brasil”, publicado pelo comitê central do Partido Comunista do Brasil (PC do B) em janeiro de 1969. Porém, já era claro que o partido resistira à ditadura de maneira mais ativa, visto que foi um dos motivos pelo racha com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, porque, segundo a Comissão Nacional da Verdade, o partido já desenvolvia atividades relacionadas a guerrilha desde 1966, quando os seus primeiros membros, futuros guerrilheiros, chegavam no Sul do Pará.

Nesse sentido, afim de esclarecer e analisar como as ACISO influenciaram na Guerrilha, conseqüentemente, saber sobre o caráter da população local; os conflitos já existentes na região estudada; como os guerrilheiros se planejaram para lutar contra a ditadura; e como o Estado brasileiro se utilizou do poder para dar um fim a Guerrilha, se faz necessário contextualizar a Guerrilha do Araguaia (1972-1974).

A Guerrilha do Araguaia

Durante a Ditadura Civil militar no Brasil surgiram movimentos de esquerda com o intuito de derrubar o sistema vigente, principalmente a partir de 1966, em que movimentos como a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) se consolidaram. Alguns desses movimentos, como o da guerrilha organizada pelo PC do B, passaram para a luta armada.

A decisão de partir para a luta armada fica bem clara no documento do partido intitulado: “Guerra Popular: O caminho da luta

armada no Brasil”, publicado pelo comitê central do Partido Comunista do Brasil (PC do B) em janeiro de 1969. Segundo o Partido:

A ditadura que se instalou no país com golpe do primeiro de abril coloca-se frontalmente contra os interesses nacionais. Nenhum governo como o atual foi tão despótico e entreguista. Os movimentos democráticos e patrióticos são duramente perseguidos (Coletivo Bandeira Vermelha, 1969, s/p).

O partido reforça que, desde 1962, defende-se a ideia de que o caminho para a revolução no Brasil seria através da luta armada, pois as classes dominantes tornavam inviável o caminho pacífico para a revolução:

Desde fevereiro de 1962, em seu Manifesto-Programa, o Partido Comunista do Brasil afirmava que as classes dominantes tornavam inviável o caminho pacífico da revolução. Os comunistas estão convencidos de que o povo, mais dia menos dia, terá que recorrer à luta armada. Não por amor à violência ou pelo desejo absurdo de derramar sangue. Mas sim como resposta à política terrorista da reação interna e do imperialismo norte-americano. Onde há opressão, torna-se inevitável a luta revolucionária. [...] Aos brasileiros não resta outra alternativa: erguer-se de armas nas mãos contra os militares retrógrados e os imperialistas ianques ou viver submissos aos reacionários do país e aos espoliadores estrangeiros. (Coletivo Bandeira Vermelha, 1969, s/p).

Embora partir para a luta armada não era uma opção unânime entre os grupos mais à esquerda que faziam oposição para a ditadura, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que defendia a tese do *etapismo*, em que para ocorrer a revolução haveriam etapas prévias, em que o Brasil ainda precisava passar pela “revolução burguesa” para depois partir para uma revolução proletária, o PC do B, além de se opor diretamente a ditadura militar, queria se colocar como vanguarda diante dos outros partidos marxistas no Brasil. Isso fica claro nesse trecho do documento sobre o caminho da luta armada no Brasil:

Atua no país um partido marxista-leninista, o Partido Comunista do Brasil, que acumulou experiência revolucionária e que passou pelo crivo de uma acirrada luta ideológica contra o oportunismo e o revisionismo. Seu programa corresponde às tarefas da atual etapa da revolução brasileira, possui clareza de objetivos e orienta-se por uma teoria de vanguarda. Tem condições para dirigir com êxito a luta emancipadora do povo brasileiro (Coletivo Bandeira Vermelha, 1969, s/p).

Para chegar na conclusão que era viável o caminho da luta armada, o PC do B elencou características físicas e políticas do Brasil que favoreciam uma guerrilha rural, começando pelo fato do Brasil ser um país subdesenvolvido, em que existe uma monopolização da propriedade da terra por um pequeno grupo de pessoas e por uma crescente dominação imperialista norte-americana que, segundo o partido, estava se fazendo cada vez mais presente.

Outra questão muito importante era que o partido compreendia o Brasil dividido em dois “brasis”, “o Brasil das grandes cidades, com relativo desenvolvimento econômico e cultural, e o Brasil do interior, quase totalmente abandonado.” (Coletivo Bandeira Vermelha, 1969, s/p). Esse seria um dos pontos chaves para o sucesso de uma guerrilha rural, pois o partido iria ouvir essas pessoas que foram “abandonadas” pelo Estado brasileiro, ajudá-las e, assim, ganhar apoio para o sucesso da guerrilha.

Por causa dos pontos elencados acima, o PC do B acreditava fortemente que a construção de uma guerra prolongada no âmbito rural seria o caminho para uma revolução Brasileira, porém seria um caminho demorado visto que, segundo o partido, o movimento revolucionário no interior do país era fraco:

[...] O movimento revolucionário no interior que, presentemente, ainda é fraco, transformar-se-á, no quadro de uma luta prolongada, em poderoso e combativo movimento de massas. [...] Os fatores favoráveis, ao contrário, atuam de maneira permanente e tendem a influir de forma sempre mais favorável. A existência do monopólio da terra, por exemplo, fará com que os camponeses se voltem cada vez mais para o lado da revolução (Coletivo Bandeira Vermelha, 1969, s/p).

O local escolhido para realização da guerrilha foi a região do Sul do Pará, que englobava, inicialmente, as cidades de Xambioá, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São Sebastião, Araguatins, Tocantinópolis e Brejo Grande do Araguaia. Essa era a área em que os guerrilheiros estavam espalhados na chegada ao território em 1972. No total eram 69 guerrilheiros espalhados em uma área de 6.500 km² (Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 685).

Para escolher a região, o PC do B levou em conta aspectos políticos e territoriais que atendiam a cartilha publicada em 1969. A região do Bico do Papagaio era “perfeita” em termos estratégicos e políticos, pois era uma região que favorecia muito a guerra de guerrilhas, estratégia na qual o partido se escorava para o sucesso da revolução. Também era uma região em que haviam muitos embates entre a população local e os latifundiários/agentes do estado, fato que facilitaria a aproximação dos camponeses com os militantes e futuros guerrilheiros.

Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), mesmo que o documento indicando a participação do PC do B na luta armada tenha sido publicado em 1969, o Partido já desenvolvia atividades relacionadas à guerrilha há cerca de três anos.

Em 1966 e 1967 os primeiros membros do partido chegaram ao sul do Pará, sendo o primeiro o próprio Oswaldo Orlando da Costa, já sob o codinome de Oswaldão, seguido por Nelson Piauhy Dourado, João Amazonas, João Carlos Haas Sobrinho, Maurício Graboís, Líbero Giancarlo Castiglia, Ângelo Arroyo e Elza Monerat – a qual se tornou a responsável pelo trânsito de outros guerrilheiros para a região. (Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 683)

A partir de 1972 começaram os conflitos entre os guerrilheiros e os militares na região, conflito esse que teve como seus principais agentes os camponeses do Araguaia, os militantes do PC do B e o Estado Brasileiro representado pela polícia e as forças armadas.

Caracterização dos camponeses

A população da região era formada por pessoas que migraram de outras regiões, como nordeste e centro-oeste, para o Araguaia em busca de uma vida com condições melhores. Essas pessoas viviam em pequenas cidades ou vilas que dependiam do rio Araguaia para a sobrevivência.

Devido ao abandono dessas populações pelo Estado brasileiro, elas viviam em constante combate com os poucos agentes do Estado que passavam pela região, a Polícia Militar do Estado de Goiás², e também em constante luta com os grileiros de terra que se aproveitavam desse abandono para invadir e oprimir os camponeses.

Durante o conflito, o papel dos camponeses era central. Os militantes do PC do B buscavam adquirir a confiança dos moradores do Araguaia através do trabalho de base, com o objetivo de transformar os camponeses no exército popular para a guerra popular prolongada. Em depoimento, Danilo Carneiro, militante do PC do B no Araguaia, para a Comissão Nacional da Verdade descreve um pouco dessas ações que eram consideradas trabalho de base:

[...] Dentro deste contexto de conhecer e tal, o que nós fizemos? Aqui dá para montar uma escola. Chamava os caras, discutia e tal, a Cristina dava aula. Eles não têm dinheiro: paga com galinha, paga com arroz, moranga. [...] E dávamos preferência a quem? [...] Às famílias que têm filhos jovens que podem servir para a luta (Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 684)

A população local também era ponto chave para as forças armadas, pois, após a descoberta de atividades do Partido na região, consideradas como “terroristas”, as Forças Armadas, além das ações truculentas, criaram várias operações com o intuito de trazer essas pessoas para o “seu lado”. Essas ações eram denominadas de Ações

² Neste período o Estado de Goiás ainda ocupava o que hoje delimita-se como Estado do Tocantins.

Cívico-Sociais (Aciso), com o intuito de enfraquecer a influência dos guerrilheiros sobre a região.

A respeito dos Militantes

Outro agente muito importante nesse conflito foi os militantes do PC do B que foram para o Araguaia. Como dito anteriormente, desde 1966 militantes já estavam se estabelecendo na região com o plano de ganharem a confiança da população local. Dentre essas figuras, um guerrilheiro que ficou muito conhecido durante o conflito foi Osvaldão que, além de ter sido bem importante nos conflitos armados, era muito bem visto pela população local.

A presença de militantes na região não estranhava tanto os moradores, devido o auto fluxo de migração para o Araguaia, mesmo assim os futuros guerrilheiros ficaram conhecidos como “paulistas”. Muitos deles eram mandados para prestar serviço a população local, construíram escolas, hospitais e davam um apoio que até então a população não estava acostumada.

Ao longo da guerrilha foram enviados mais de 70 militantes do PC do B de todo o Brasil que, ao chegarem na região eram realocados para destacamentos. Inicialmente existiam três destacamentos, A, B e C, mas com o andamento da Guerrilha esse número diminuiu até a derrota dos guerrilheiros, em 1974.

A respeito do Estado: Exército e Polícia Militar

Durante esse conflito, o Estado brasileiro, que teve seus representantes no exército e na polícia militar, foi o principal antagonista dos militantes e de grande parte da população. Na região, antes da descoberta dos guerrilheiros, o Estado se fazia presente na figura da Polícia Militar do Estado de Goiás, que agia junto aos latifundiários para oprimir os moradores locais.

Segundo relatório das forças armadas (CNV, 2014b), a ação da polícia era bastante truculenta, chegando a prender civis sem motivo aparente, para esses, enquanto detidos, realizarem tarefas braçais que eram responsabilidade da própria polícia. Outro exemplo foi a prisão

do prefeito de uma das cidades da região justamente por questionar o abuso de autoridade exercido pelos representantes do Estado.

Com o desenvolvimento da guerrilha, as forças armadas estiveram à frente da representação do Estado, tornando-se responsáveis por operações de espionagem, de reconhecimento, como a operação Papagaio e operação Marajoara, criando programas de auxílio à população local como a Aciso e, também, foram responsáveis por torturas à militantes e camponeses.

A Doutrina Francesa da Guerra Revolucionária e as ACISO

Pode-se dizer que a preocupação dos militares brasileiros com as ideias revolucionárias vem desde a Revolução Bolchevique na Rússia, e que se intensificou na chamada Intentona Comunista de 1935. Porém, a partir da década de 1950, com a solidificação da República Popular Chinesa, sob liderança de Mao Tsé-tung, e com revoluções populares começando a eclodir no mundo todo como a Revolução Cubana de 1953. que eclodiu na América Latina, uma possível Revolução Brasileira se tornou pauta central no imaginário do Exército Brasileiro.

Então, a partir desse momento, a Escola Superior de Guerra (ESG), instituto que tinha como fim desenvolver estudos para aprimorar a Defesa Nacional, começou a procurar no mundo formas de se defender contra essas insurreições que vinham de dentro do próprio país. Uma doutrina que chamou bastante atenção foi uma com origem nas guerras coloniais da França, que apareceu na América Latina na Argentina em 1956:

No processo de importação das ideias francesas, o pioneirismo coube à Argentina. Como mostrou Ernesto López, o então coronel Carlos J. Rosas, que acabava de regressar da França, assumiu em 1956 a subdireção da Escuela Superior de Guerra, em Buenos Aires, dando início a um processo de redefinição doutrinária calcado nos ensinamentos de veteranos

franceses da Indochina e da Argélia. (Martins Filho, 2008, p.40)

Essa nova doutrina ficou conhecida como Guerra Revolucionária. Com origem francesa, ela repercutiu entre os meios militares, pois foi usada na repressão da Revolução Argelina em 1954³. A Guerra Revolucionária consistia em um estilo de combate voltado para revoltas e insurreições internas, dentro do próprio país, com estratégias voltadas para neutralizar guerrilhas ruais e urbanas.

Era uma doutrina mais atrativa para países em desenvolvimento do que a doutrina norte-americana de luta contra a insurreição, pois tanto a ESG argentina, quanto a ESG brasileira, posteriormente, entenderam que o foco no combate deveria ser um novo tipo de guerra que estava surgindo, a guerra por uma revolução, não um combate voltado para uma guerra nuclear, como defendido pela doutrina norte-americana.

Generais franceses tornaram da doutrina da Guerra Revolucionária o centro do seu pensamento militar, pois era muito importante saber lidar com esse tipo de revolta popular para, conseqüentemente, lidar com as futuras guerras revolucionárias que surgiriam, pois esse novo pensamento “oferecia um diagnóstico e um remédio para aquilo que um influente grupo de militares de carreira franceses via como a doença principal do mundo moderno – a falência do Ocidente em enfrentar o desafio da subversão comunista atéia” (Shy; Collier, 1986, p. 852, tradução nossa).

Sabemos que a doutrina francesa da Guerra Revolucionária chegou na América Latina em 1957 através de alguns generais

³ A Revolução Argelina consistiu em um conflito entre a *Front de Libération Nationale* (FLN), uma organização revolucionária argelina, e o Estado Frances e teve início em 1º de dezembro de 1954. Os revolucionários adotaram uma organização partidária leninista-maoísta inspirada nos Vietcongs, utilizando assassinato e terror contra funcionários franceses e ao mesmo tempo começaram a fornecer serviços de saúde, bem-estar e educação para a população local. A luta armada durou até 1962, com a derrota do Estado Frances e a independência da Argélia 4 meses depois. (Maisey, 2021)

franceses que foram para a Argentina compartilhar essa nova forma de combater um “novo” tipo de guerra. Também sabemos que em 1959 o Brasil teve contato com a DGR a partir de uma palestra do então Coronel Augusto Fragoso, que tempo depois se tornaria General das Forças Armadas. Porém, antes de analisar o conteúdo presente na palestra do Coronel, é fundamental retomar que a preocupação dos militares brasileiros com o comunismo é anterior à essa palestra e também anterior a Doutrina francesa.

Como exposto no início do capítulo, a preocupação dos militares brasileiros com a ameaça do comunismo se intensificou em 1935 com a chamada intentona comunista, que aconteceu em Natal, Pernambuco e no Rio de Janeiro. Desde então, o debate no interior das Forças Armadas de como evitar a ascensão do comunismo no Brasil se intensificou e, em 1949, houve a criação da Escola Superior de Guerra brasileira que foi inspirada na *National War College* (Guimarães, 2014), uma espécie de ESG americana, que consolidou uma aliança entre as forças armadas brasileira e americana contra o comunismo:

Os oficiais americanos, juntamente com staff de oficiais brasileiros, “propagaram a ideia de uma colaboração americano-brasileira contra o comunismo”. “Os oficiais americanos reforçavam essa orientação”, e depois de 1947, simultaneamente com o contínuo martelar americano na América Latina a todos os níveis, alertando contra os perigos do comunismo, eles podem ter apoiado uma definição mais abrangente de comunismo por parte dos militares brasileiros, assim como a apreensão desses últimos onde quer que ele fosse percebido. (DREIFUSS, 2006, p.87)

Desde então, o estudo sobre como parar o avanço do comunismo no Brasil sempre esteve presente na ESG brasileira através do financiamento de estudos e a promoção de eventos e palestras sobre novas maneiras de manter a segurança nacional. Desses eventos, várias ideias apresentadas, mais tarde foram assimiladas pelas Forças Armadas do Brasil, como, por exemplo, uma nova maneira de

combater um estilo de guerra que havia surgido há pouco tempo, a Guerra Revolucionária.

O primeiro contato com a Doutrina Francesa da Guerra Revolucionária no Brasil foi através da conferência “Introdução ao estudo da guerra revolucionária” ministrada pelo então Coronel Augusto Fragoso, em 1959. Essa palestra, que mais tarde foi transformada em um manual sobre a GR, pode ser considerada um marco divisório nos estudos da ESG sobre as formas de guerra (Martins Filho, 2008).

Durante todo o texto, o conceito de Guerra Psicológica não é especificado como outros conceitos abordados, como o conceito de GR, mas sim tratado como algo já entendido pelos militares, um postulado que não precisaria de uma conceituação. Porém, após leitura e análise da palestra, consegue-se entender Guerra Psicológica como toda ação que não envolve embate físico, seja decorrente dos subversivos ou do exército, e que tem como objetivo conquistar alguma vantagem no decorrer do conflito, isso engloba, por exemplo, ações como propaganda, ameaças e persuasão.

A Guerra Psicológica estaria presente em todos os momentos da GR, desde o momento pré-revolucionário até o fim da luta armada, ela seria o meio com o qual os subversivos enganariam a população e a chave para o sucesso da revolta armada. Fragoso expõe, em uma das suas conceituações de GR que esse é a “luta armada de uma massa adestrada progressivamente por uma minoria” que daria motivos para essa massa agir “contra o regime que ela (a minoria) visa derrubar” (Fragoso, 1959, p.11).

Percebe-se que durante toda a fala do Coronel o Estado democrático e a liberdade individual são colocados em xeque para combater um inimigo que ainda não era expressivo no Brasil. Fragoso deixava nas entrelinhas que, para se obter a “segurança nacional”, as Forças Armadas deveriam ser cada vez mais presentes dentro da

política brasileira e que, se necessário, deveriam ultrapassar os limites colocados pela democracia para combater os subversivos.

A Parada, teoricamente, ancora-se muito nessa junção dos poderes para uma ação, vide que ela acontecia no período de preparação para a GR. Essas ações contavam com a “formação” de cidadãos para impedi-los de cair na ideologia revolucionária:

Ação de formação dos cidadãos, principalmente dos jovens – os estudantes, que, pelo seu caráter ainda maleável, são explorados a fundo pelos revolucionários e se tornam seus militantes mais ativos –, fortalecendo seu sentimento cívico, assim reagrupando a opinião pública em torno do regime estabelecido. (Fragoso, 1959, p.41)

O exército como instituição, não conseguiria, individualmente, efetuar essas ações de formação do cidadão brasileiro, pois ela deveria ser uma ação de caráter nacional, algo que custaria muito dinheiro e não era papel do exército tais ações à época. Porém, as Paradas foram muito utilizadas como estratégia de combate aos subversivos na Ditadura militar, como por exemplo nas ACISO, em que houve uma grande gama de ações de caráter formativo em todo o Brasil.

Nesse sentido, as ACISO foram ações com que auxiliaram a população local, mas tinham como principal objetivo a desmoralização das ações de trabalho de base dos guerrilheiros e a coleta de informações. Acontecendo desde 1972, essas operações estiveram presente em toda a guerrilha, mas sempre com um caráter duplo, como diz o relatório da CNV:

Desse relatório, destaca-se o caráter duplo das Aciso realizadas no Araguaia: em primeiro lugar, garantir o apoio dos regionais às ações das forças do Estado – isolando “socialmente” os guerrilheiros, como ensinam os manuais de contraguerrilha do Exército; em segundo lugar, garantir a estabilização de uma rede de informações sobre as ações dos guerrilheiros. Com efeito, tais ações eram parte de uma manobra maior, sendo antecedidas e sucedidas pela infiltração de agentes disfarçados no meio da população (CNV, 2014a, p.22)

Essas ações vinham em formas de ajudas médicas, como campanhas para a vacinação contra a malária, também com auxílios nas demarcações de terra dos camponeses, algo que era de interesse da população local. Com isso, também vinha o fortalecimento dos órgãos estatais na região, visto que antes sua presença era praticamente nula, isso trouxe mais possibilidade de controle da região pelos órgãos governamentais:

As Aciso incidiram, principalmente, sobre o fortalecimento de órgãos administrativos estaduais e municipais que pudessem não apenas dar um alento à população regional, mas também auxiliar as forças repressivas em sua empreitada de estabelecer uma rede de informação e controle. Nesse contexto, foram instalados em Xambioá e Araguaatins, no segundo semestre de 1972, postos médicos, de vacinação, sanitários, de assistência social, laboratórios, farmácias, entre outros serviços, que chegaram a atender quase 6 mil pessoas (CNV, 2014a, P.19)

A estratégia, apresentado no relatório, era isolar socialmente os guerrilheiros, tentar neutralizar o trabalho de base que havia sendo feito até então, visando assim enfraquecer o vínculo que se criava entre os “paulistas” e os camponeses. Segundo relatório das forças armadas, presente no texto da Comissão Nacional da Verdade (CNV), um dos pontos levantados foi a “necessidade urgente do governo federal atuar na região com assistência médica e social no sentido de neutralizar a ação de recrutamento” (CNV, 2014a, p.19)

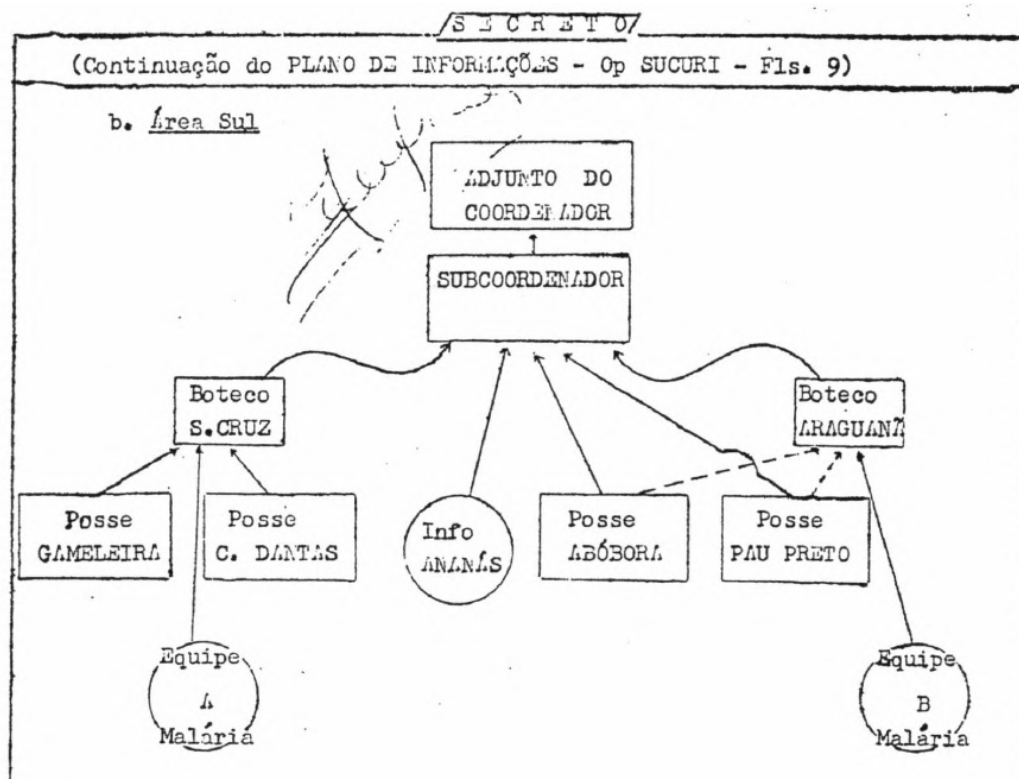
As ACISO também fizeram parte da Operação Sucuri, que foi uma operação realizada pelas forças armadas em meados de 1972 com o objetivo coletar informações sobre os guerrilheiros. As ações dessa operação iam desde infiltrar agentes do exército como moradores da região, como agentes do governo, até a compra de estabelecimentos como bares para maior circulação de informação:

No planejamento da Operação Sucuri, realizado pelo CIE, há a indicação da instalação de dois “botecos”, um em

Araguanã ou Caiano e o outro em Santa Cruz. Essas “bodegas” estavam destinadas a funcionar “como pontos de controle e coleta de dados da área, sendo, por esse motivo, as primeiras a serem instaladas” (CNV, 2014a, p. 22)

Podemos ver, a seguir, na Figura 1 como era organizadas redes de informação disfarçadas de programas governamentais:

Figura 1. Redes de informações disfarçadas de programas governamentais.



Fonte: Comissão Nacional da Verdade, Nota 86, 2014c.

Toda essa estrutura e redes de informações desenvolvidas pelo exército brasileiro tinha como finalidade dar fim aos objetivos dos guerrilheiros. Em um dos relatórios feitos pelo exército, chegou-se a mapear a relação de grande parte dos camponeses com os guerrilheiros. Esses apoios, segundo o relatório, se dividiam em “apoios circunstanciais”, “apoios por interesse” e “apoio ideológico”:

[...] a partir de 1972, no que se referia ao apoio aos guerrilheiros, quase a totalidade dos camponeses poderia ser enquadrada nos seguintes grupos: 1) “apoios circunstanciais”, regionais que, “dentro do hábito de hospitalidade da área, ou premidos pela presença do grupo armado”, forneciam alimentação ou prestavam pequenos favores aos guerrilheiros; 2) apoios por interesse, regionais que, “pelas mesmas razões dos anteriores”, mas, também,

por “promessas de cargos e função de destaque no futuro governo que já está se implantando”, colaborariam de maneira mais sólida com os guerrilheiros; 3) apoios ideológicos, ou seja, pessoas que compartilhavam da ideologia dos guerrilheiros. (CNV, 2014a, p. 22)

Após a coleta dessas informações, as forças armadas tinham mais meios para acabar com a guerrilha. Na operação Marajoara, que ocorreu em 1973, as forças armadas usaram as informações referentes aos camponeses para oprimi-los e, conseqüentemente, na terceira campanha, vários desses camponeses foram sequestrados e torturados com base nas informações coletadas nas operações de informação.

Ao reprimir o camponês no Araguaia, o exército também isolava ainda mais os guerrilheiros, o que facilitou a aniquilação da guerrilha. Além disso, vários desses camponeses, que conheciam mais a mata, foram obrigados a servirem de guias para as forças armadas na procura dos guerrilheiros.

Conclusão

Nesse sentido, até o presente momento, foram analisados diversos documentos, tanto dos militares do Exército Brasileiro, entrevistas dos camponeses que viveram o conflito e alguns documentos do Pc do B, como o “Guerra Popular: O caminho da luta armada no Brasil” o “Relatório Arroyo” e o “Diário do velho Mauro”. Todos estes documentos emergem na busca por tentar analisar a importância das ações de cunho assistencialista das Forças Armadas sobre os camponeses do Araguaia.

Mediante a análise dos documentos mencionados, entende-se, até o presente momento da pesquisa, que as ACISO tinham algum efeito sobre a população local, porém, segundo relatório da Comissão Nacional da Verdade, esses resultados acabariam caso as ações tivessem um fim:

Diversos relatórios fazem referência às dificuldades encontradas pelas Forças Armadas para trazer a população local para o seu lado, afirmando que as operações de Ações Cívico-Sociais (Aciso) obtiveram sucesso apenas

temporário, e que, tão logo o Exército retirasse suas tropas, as chamadas “condições favoráveis para a guerrilha rural” – concentração de terras, alto índice de analfabetismo, elevada parcela da população vivendo em extrema pobreza etc. – reapareceriam, possivelmente, de maneira mais aguda. (CNV, 2014a, p. 12)

O Estado brasileiro não estava preocupado em melhorar a qualidade de vida da população local, muito menos em se fazer presente numa região onde nunca fez questão. As chamadas “condições favoráveis para a guerrilha rural”, que voltariam caso o exército recuasse, seriam as dificuldades decorrentes da pobreza, dos latifúndios e da falta de postos médicos, por exemplo. Portanto, para o Estado brasileiro era mais fácil exterminar os guerrilheiros com a operação Marajoara, que seguiu as operações de informação, do que atender as reivindicações dos camponeses.

Referências Bibliográficas

ARROYO, A. **Relatório Arroyo (1974)**. 2009. Disponível Em: docplayer.com.br/1726340-Relatorio-arroyo-1974.html

COLETIVO BRANDEIRA VERMELHA. **Guerra Popular: O caminho da luta armada no Brasil**. Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. Transcrição Fernando A. S. Araújo. 1969. Disponível em: www.marxists.org/portugues/tematica/1969/01/luta.htm GRABOIS, M. **Diário da Guerrilha – Maurício Grabois**. Carta Capital. 2013. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/grabois/1973/12/diario.pdf>

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Volume 1. **Documentos sobre a Guerrilha do Araguaia**. 2014a. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/todos-volume-1/658-documentos-sobre-a-guerrilha-do-araguaia.html#:~:text=Durante%20seus%20dois%20anos%20e,do%20Volume%201%20do%20Relatório>.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Capítulo 14. Arquivo CNV, 00092.001629/2013-18: "**Contraguerrilha na selva**", elaborado pelo CIE; e Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_CNF_54903_73. 2014b. Disponível em:

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/todos-volume-1/41-documentos-citados-no-volume-i-do-relatorio/619-documentos-citados-capitulo-14.html>.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Capítulo 14 Nota 86 - Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0021_d, p. 5. 2014c. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/todos-volume-1/41-documentos-citados-no-volume-i-do-relatorio/619-documentos-citados-capitulo-14.html>

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 6a ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2006.

FRAGOSO, Augusto. **Introdução ao estudo da Guerra Revolucionária**. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. 1959.

GUIMARÃES, Plínio F. **Outras Formas de Enfrentar a Ameaça Comunista: os Programas Assistenciais do Exército Brasileiro como Estratégia de Combate à Guerra Revolucionária (1964-1974)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em História, Belo Horizonte, 2014, 300f.

MARTINS FILHO, João Roberto. A Influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciência Sociais**, vol. 23, n. 67, junho, 2008, p. 39-50. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/gShkcQ5c7qL3kqbP4p4DnyS/abstract/?lang=pt>

MECHI, P. S. **Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)**. 2012. 401 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SHY, John. COLLIER, Thomas W. Revolutionary war. In: Peter Paret (org). **Makers of Modern Strategy**, Princeton, Princeton University Press, 1986.

DA ARGENTINA AO BRASIL: O MOVIMENTO DAS MÃES DA PRAÇA DE MAIO NO JORNAL DO BRASIL EM 1980¹²

Helen Rocha de Oliveira³

RESUMO

Este artigo analisa a cobertura do movimento das Mães da Praça de Maio pelo *Jornal do Brasil* em 1980, durante a ditadura argentina (1976-1983). Busca compreender as representações construídas pela imprensa brasileira sobre a luta dessas mulheres por justiça e verdade. Contextualiza o impacto do golpe militar argentino, marcado por repressão e graves violações de direitos humanos, e apresenta as Mães como símbolos de resistência contra o terror de Estado. A pesquisa examina como o jornal interpretou o movimento no contexto da abertura política no Brasil e aborda a dimensão internacional da mobilização, com destaque para a visita das Mães a Porto Alegre e o papel da Igreja Católica diante de suas demandas.

PALAVRAS-CHAVE: Mães da Praça de Maio; Ditadura Militar; Argentina; *Jornal do Brasil*; Mobilização Internacional.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar o contexto do golpe militar argentino de 1976 e a repressão violenta que se seguiu, com um enfoque especial na repercussão internacional no movimento das Mães da Praça de Maio no Brasil. A análise será dividida em quatro

¹ O presente artigo foi desenvolvido como relatório final do Programa de Iniciação Científica 2023/2024 da Universidade de Brasília, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal, do Departamento de História (HIS/UNB).

² Dedico este artigo às Mães da Praça de Maio, que, durante a ditadura militar argentina, perderam entes queridos e, com coragem incansável, transformaram sua dor em luta por justiça e memória. Que suas histórias continuem a ecoar, lembrando-nos da importância de resistir à injustiça e de honrar aqueles que perderam suas vidas. Em especial, recordamos aquelas que partiram sem encontrar seus filhos e netos. Nossa profunda admiração e respeito às Mães e Avós, símbolos de força e perseverança.

³ Departamento de História – UnB. helenrocha@live.com

capítulos, abordando desde o contexto do golpe até a internacionalização da luta dessas mulheres por justiça.

O primeiro capítulo, intitulado O Golpe, revisita os eventos de 24 de março de 1976, quando a Junta Militar tomou o poder na Argentina, liderada por Jorge Rafael Videla, Emilio Massera e Orlando Agosti. Este capítulo examina as justificativas usadas pelos militares para legitimar o golpe, como a crise econômica e o crescimento da violência política, e investiga o apoio de setores da sociedade civil, da Igreja e da mídia à ditadura, retratando o início de uma das fases mais violentas da história argentina.

O segundo capítulo, Desaparecimentos e Terror de Estado, mergulha na política de desaparecimentos forçados conduzida pelo governo militar, que resultou em mais de 9 mil vítimas. A prática de censura, a repressão violenta contra a oposição e o "triênio sombrio" são explorados em detalhe, com base nas contribuições de historiadores como Luis Alberto Romero e relatos da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP). Esse capítulo destaca como a ditadura consolidou um governo de terror, que eliminou fisicamente os opositores e instaurou um ambiente de medo na sociedade argentina.

O terceiro capítulo, Da Dor à Luta, foca no surgimento das Mães da Praça de Maio, um dos movimentos de destaque da resistência à ditadura. Formado por mães e avós que buscavam respostas sobre o paradeiro de seus filhos desaparecidos, o movimento foi uma resposta ao terrorismo de Estado. A seção explora a evolução da organização desde sua formação, a adoção dos lenços brancos como símbolo de luta e a transformação da dor individual em um ato de resistência política coletiva, desafiando as normas patriarcais e a repressão da ditadura.

O quarto e último capítulo, *Jornal do Brasil* (RJ) e a Cobertura Internacional, analisa a cobertura midiática internacional do movimento das Mães da Praça de Maio, com destaque para a visita do

grupo a Porto Alegre em 1980. Esse evento foi coberto pelo *Jornal do Brasil*, e o capítulo explora como o periódico se posicionou sobre o governo argentino, bem como o papel da imprensa brasileira durante o período. A análise também contempla a relação entre a Igreja Católica e a ditadura militar, sublinhando o papel ambíguo de figuras como o Cardeal Vicente Scherer no contexto da luta das Mães por justiça.

Assim, o artigo visa oferecer uma visão do golpe militar argentino, da repressão estatal e da resistência das Mães da Praça de Maio, evidenciando como sua luta perpassou fronteiras e mobilizou a atenção internacional para as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura.

O GOLPE

Em 24 de março de 1976, a Argentina foi palco de um golpe de Estado que instaurou um governo militar, denominado pela Junta Militar como “Processo de Reorganização Nacional”. O golpe foi liderado por altos comandantes das Forças Armadas, incluindo o comandante geral do Exército, Jorge Rafael Videla, o almirante Emilio Massera e o brigadeiro Orlando Agosti. Com o apoio das três Forças Armadas: Marinha, Aeronáutica e Exército. A Presidente María Estela Martínez de Perón foi deposta, e a Junta Militar assumiu o controle do país. Poucos dias após o golpe, Videla foi nomeado presidente da Argentina.

A crise econômica e social que assolava a Argentina na época foi um dos principais fatores que fundamentaram o golpe. A instabilidade política, a inflação descontrolada e a crescente violência, inclusive entre grupos guerrilheiros, com destaque para os mais

influentes, como os Montoneros e o Exército Revolucionário do Povo (ERP), criaram um cenário de caos que fez com que a promessa de "reorganização" do país fosse percebida como uma chance de restabelecer a ordem. Segundo o historiador Quiroga (2005), diversos segmentos da sociedade, incluindo uma grande parcela da população civil, apoiaram o golpe, estabelecendo a ditadura civil-militar:

"Por otro lado, recibió un respaldo casi unánime de los medios de comunicación, de la cúpula eclesiástica, de múltiples asociaciones empresariales, así como también de diversos sectores de la sociedad civil que rescataban la supuesta restitución del orden político y social no importa cuál fuera el costo." (QUIROGA, 2005, p. 5)

"Por outro lado, recebeu um apoio quase unânime dos meios de comunicação, da cúpula eclesiástica, de múltiplas associações empresariais, assim como de diversos setores da sociedade civil que exaltavam a suposta restituição da ordem política e social, independentemente do custo." (Tradução livre)

Havia, para muitos, uma esperança de que a Junta Militar fosse capaz de resgatar a Argentina da crise, mesmo que o custo fosse a liberdade. Contudo, o que a princípio era uma esperança, transformou-se em um pesadelo para a população argentina, já que a ditadura é até hoje vista como uma das mais violentas da América Latina durante o século XX.

DESAPARECIMENTOS E TERROR DE ESTADO

Durante esse período, as forças militares sequestravam pessoas, levando-as a centros clandestinos de detenção, onde eram submetidas a torturas e, frequentemente, executadas. Muitas dessas vítimas jamais foram vistas novamente. O historiador argentino, Luiz Alberto Romero (2005), descreve esse processo como uma operação

de terror organizada pelo Estado⁴, com o objetivo de eliminar os chamados “subversivos” .

Os desaparecimentos atingiram seu auge entre 1976 e 1978, um período marcado por um aumento massivo de desaparecimentos, conhecido como o "triênio sombrio". A repressão, no entanto, não se limitava apenas à eliminação física dos opositores. Como observa Romero, o objetivo principal da ditadura era controlar toda a sociedade argentina. O terror foi empregado para dominar os vivos, instaurando uma cultura do medo que paralisou a população. O Estado, em sua faceta pública, apoiava-se em uma ordem jurídica que impunha o silêncio e a censura, enquanto, nos bastidores, operava de forma clandestina, sem deixar rastros ou responsáveis por seus atos de violência.

Embora a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) tenha documentado cerca de nove mil casos de desaparecimentos⁵, é amplamente aceito que o número real possa ser muito maior, chegando a mais de 30 mil mortos, conforme estimativas de organizações de direitos humanos⁶.

⁴ Desde que a vítima era classificada como "subversiva", seu nome era registrado em uma ficha e em um prontuário. Em seguida, realizava-se uma supervisão e uma análise de sua situação, com a decisão final sendo sempre tomada pelo mais alto escalão militar. Assim, a repressão foi uma ação organizada pelo Estado de forma sistematizada.

⁵ A Comissão Nacional de Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) foi criada pelo governo argentino em 1983 para investigar as violações dos direitos humanos durante a ditadura militar, recebendo denúncias, realizando entrevistas e coletando dados sobre os desaparecidos. Em 1984, a CONADEP publicou o relatório Nunca Más, que compila as conclusões das investigações, detalhando casos de desaparecimento, tortura e assassinato. Este documento é uma das principais fontes sobre os crimes da ditadura e representa a luta das famílias das vítimas por justiça.

⁶ Apesar dos avanços da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) desde 1984, o número total de vítimas da ditadura argentina continua incerto. Organizações de direitos humanos estimam que cerca de 30 mil pessoas desapareceram entre 1974 e 1983, um número que simboliza a luta por "Memória, Verdade e Justiça". Documentos foram destruídos para encobrir as violações de direitos humanos, especialmente durante a transição para a democracia e os julgamentos nas décadas de 1980 e 1990. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cm5p4zk0jm2o>. Acesso em: 15 out. 2024.

Além dos desaparecimentos, a ditadura estabeleceu um controle rigoroso de censura, inclusive nos meios de comunicação. Qualquer referência ao terrorismo de Estado ou às suas vítimas era vetada. A política estava desprovida de significância, com a supressão dos partidos, o fim dos sindicatos e a constante observação sobre artistas e intelectuais. A única voz que perdurou foi a do próprio Estado, que falava a uma sociedade atomizada, desprovida de espaços de resistência coletiva. A insegurança se disseminou por toda a Argentina, deixando a sociedade isolada e paralisada, vulnerável perante as autoridades estatais.

Assim, nesse contexto, muitos se refugiaram em um “exílio interno”, isolando-se em suas próprias casas e aguardando um momento seguro para emergir novamente. Outros escolheram deixar o país ou foram forçados ao exílio, fugindo da repressão em busca de abrigo no exterior. No entanto, parte da sociedade optou por desconsiderar o que estava acontecendo ao seu redor, defendendo a repressão sob a alegação de que era imprescindível para a reestruturação da sociedade e escolhendo ignorar o horror que se desdobrava diante deles.

Dessa forma, a Argentina se encontrava como um país aterrorizado, silenciado e fragmentado, onde o medo se tornava a ferramenta mais eficaz de controle social. A repressão não se limitou a eliminar os opositores, mas buscou também sufocar qualquer possibilidade de resistência, isolando indivíduos e desintegrando as instituições democráticas.

DA DOR À LUTA

Durante a ditadura, diversas organizações surgiram em defesa dos direitos humanos, entre as quais se destacam as Mães da Praça de Maio. Esse movimento emergiu de forma independente, sendo oficializado em 1977, no auge da repressão, liderado por mulheres

como Estela de Carlotto, Hebe de Bonafini, Mirta Baravalle, entre outras. As mães perceberam que seus casos não eram isolados, mas que havia muitas outras em busca de respostas sobre o paradeiro de seus filhos e netos, muitos dos quais haviam nascido em centros clandestinos de detenção durante a repressão, sem que houvesse qualquer informação sobre eles.

Segundo Ananda Simões Fernandes (2011), o sequestro de crianças e a apropriação de suas identidades durante as ditaduras, especialmente na Argentina, representaram uma forma extrema de terrorismo de Estado. Durante a ditadura argentina, mais de 500 crianças tiveram suas identidades confiscadas, com apenas 105 delas recuperando sua verdadeira história até 2011. Essa prática fazia parte de uma política de Estado, na qual as crianças eram retiradas de seus familiares e adotadas ilegalmente por pessoas ligadas à repressão, muitas vezes após seus pais serem assassinados ou desaparecerem nos centros clandestinos de detenção.

Além disso, há registros de mulheres grávidas que foram mantidas em cativeiro até o nascimento de seus bebês, que eram retirados e dados para adoção, enquanto as mães eram executadas. Essas ações não se restringiram à Argentina, pois há evidências de que o sequestro de crianças foi praticado também em outros países do Cone Sul.

As Mães, organizadas, reuniam-se e marchavam todas as quintas-feiras na *Plaza de Mayo*, situada em frente à *Casa Rosada*, o centro do poder político na Argentina. Essas marchas simbolizavam a resistência ao governo militar, e essas mulheres ocupavam um espaço público para exigir respostas e visibilidade para as violações de direitos humanos que estavam ocorrendo. Além das marchas, o grupo organizava vigílias e protestos em locais de alta visibilidade, como praças públicas e instituições governamentais e religiosas. As reivindicações do movimento eram claras e diretas: esclarecimento

sobre o paradeiro dos desaparecidos e justiça para os responsáveis pelos crimes.

Como Elizabeth Jelin (2002) descreve, o movimento das Mães transformou a dor da perda em um ato político de resistência, elevando o papel de mãe a um símbolo de luta por justiça e verdade. Esse processo, que começou de forma individual e isolada, rapidamente evoluiu para uma organização coletiva com grande poder de mobilização e impacto social, abrangendo também a crítica ao sistema político que praticou tais atrocidades.

Um dos símbolos mais reconhecíveis do movimento, foram os lenços brancos que as Mães e Avós usavam na cabeça, com o nome dos filhos desaparecidos e a data de seu desaparecimento bordados em vermelho. Esses lenços não apenas serviam como um meio de identificação nas marchas, considerando que eram frequentemente alvo de repressões e perseguições por parte do governo militar, mas também como parte da identidade dessas mulheres, sendo símbolo de sua luta por justiça e verdade.

O governo argentino adotou uma postura de repressão e negação⁷ diante dos questionamentos das Mães sobre os desaparecidos. A prática do desaparecimento forçado era central nas ações do Estado, e o termo "desaparecido" tornou-se um eufemismo conveniente para encobrir as atrocidades cometidas, permitindo ao governo evitar qualquer responsabilidade direta. Essas ações tinham o objetivo de eliminar qualquer vestígio dos crimes, tornando impossível para as famílias não apenas recuperar os corpos de seus entes queridos, mas também obter qualquer informação sobre seus destinos finais, já que o governo se dedicava de forma sistemática a não deixar indícios em suas ações⁸.

⁷Jorge Rafael Videla, em um de seus pronunciamentos mais famosos, afirmou: "Os desaparecidos não estão nem vivos nem mortos; eles são apenas desaparecidos".

⁸"Mas, na maioria dos casos, os cadáveres eram ocultados, enterrados em cemitérios como indigentes, queimados em valas coletivas cavadas pelas próprias vítimas antes de serem fuziladas, ou lançados ao mar presos a blocos de cimento, após serem

JORNAL DO BRASIL (RJ) E A COBERTURA INTERNACIONAL

À medida que o governo argentino silenciava as Mães no âmbito nacional e reprimia suas demandas por justiça, essas mulheres buscavam por apoio internacional, lutando para que suas vozes fossem ouvidas em um cenário de repressão estatal.

O *Jornal do Brasil*, em 1980, cobriu uma visita do grupo a Porto Alegre, destacando sua tentativa de mobilizar a sociedade civil e a comunidade internacional. O *Jornal do Brasil* (RJ), fundado no Rio de Janeiro em 9 de abril de 1891 por Rodolfo Dantas e Joaquim Nabuco, desempenhou um papel central na história da imprensa brasileira, estabelecendo-se como um dos mais importantes veículos de comunicação do país à época. O JB, como também é conhecido, representava principalmente a elite intelectual e econômica do Rio de Janeiro, a capital do Brasil, até então, que foi transferida para Brasília em 21 de abril de 1960, mas apesar da transferência, algumas instituições permaneceram no Rio de Janeiro.

O *Jornal do Brasil* foi um dos veículos importantes da imprensa brasileira à época. O Jornal, em questão, passou por diversas mudanças editoriais ao longo de sua história, apresentando diferentes posições políticas dependendo do contexto e dos proprietários, tendo passado por diversas fases nos seus mais de cem anos de história.

Inicialmente recebeu o golpe de 1964 aceito com reservas, apoiou o governo de Castelo Branco, especialmente em questões econômicas. Posteriormente, criticou o AI-5 e, durante a presidência de Médici, ainda que alinhado ao governo em aspectos econômicos, o jornal manteve espaço para colunas críticas ao governo ditatorial. Na reabertura política promovida por Geisel, enfrentou represálias, mas

postos para dormir com uma injeção. Assim, não houve mortos, apenas “desaparecidos” (ROMERO, Luis Alberto. História contemporânea da Argentina p.198-199.)

defendeu a transição democrática. Ainda assim, o periódico manteve uma postura crítica, defendendo a necessidade de uma transição democrática, o que evidenciou seu papel de resistência, mesmo sob as restrições impostas pela censura oficial.⁹

Além disso, é relevante considerar que em 1980, o Brasil vivia um processo de abertura política considerada lenta e gradual do regime militar para a democracia¹⁰, o que, de certo modo, possa ser que tenha influenciado o *JB* a dedicar considerável atenção à cobertura internacional sobre outros países latino-americanos que enfrentavam ditaduras, como a Argentina.

AS LOUCAS DE MAIO APELAM

Em 1980, o *Jornal do Brasil* destacou em sua manchete "*Locas de Mayo Apelan*" (Loucas de Maio Apelan) - (tradução livre), a visita de 18 mães de desaparecidos argentinos a Porto Alegre, no Brasil, buscando apoio internacional. Qual seria a concepção do *Jornal do Brasil*, durante esse período, sobre o movimento das Mães da Praça de Maio?

A reportagem relata o esforço dessas Mães em entregar um documento ao Cardeal Vicente Scherer, pedindo a intervenção do Papa João Paulo II junto ao governo argentino para esclarecer o destino de mais de 30 mil desaparecidos.

O movimento das Mães da Praça de Maio, enfrentou significativa repressão e desprezo por parte do governo militar

⁹ Na Hemeroteca Digital, é possível acessar o artigo que explora a trajetória e análise dos posicionamentos do *Jornal do Brasil* em relação aos diferentes governos na História do Brasil. (Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/>>. Acesso em: 15 Out. 2024.)

¹⁰ O historiador Marcos Napolitano aponta que a flexibilização do regime durante o governo Geisel (1974-1979) foi limitada, com a continuidade das perseguições. No governo Figueiredo (1979-1985), a retórica de abertura política coexistiu com ações arbitrárias do governo e grupos paramilitares que defendiam a manutenção do regime militar.

argentino, que buscava deslegitimar sua atuação ao rotulá-las como "loucas". A tática de ridicularização fazia parte de uma estratégia maior de silenciamento das vozes e de negação sistemática das atrocidades cometidas pelo governo.

“Porto Alegre- Com lenços brancos na cabeça, nos quais estavam costurados , em linha vermelha, o nome dos filhos e a data do seu desaparecimento, 18 mães de presos políticos da Argentina, conhecidas como Las madres (ou locas) de la Plaza de Mayo, estenderam uma faixa de de 30 metros em frente à Catedral Metropolitana. Elas entregaram um documento ao Cardeal Vicente Scherer, dirigido ao Papa João Paulo II, para que esse apele ao Governo argentino, a fim de que esclareça sobre os mais de 30 mil desaparecidos naquele país.” (*Jornal do Brasil*, 1980, p. 16)

A historiografia tradicional frequentemente destaca os homens como protagonistas nos relatos sobre as ditaduras, subestimando ou ignorando a contribuição das mulheres. Entretanto, no contexto da ditadura argentina, as mulheres são descritas como figuras centrais na história, desafiando as represálias e a tentativa de invisibilização.

Joan Scott¹¹ aborda sobre a necessidade de interseções entre história, memória e gênero, e sua influência na construção das narrativas históricas. A inclusão do gênero como categoria analítica permite uma revisão crítica das narrativas dominantes, enfatizando as contribuições das mulheres tanto na resistência ao governo ditatorial quanto na contestação às normas de gênero vigentes.

A partir dessa perspectiva, é possível refletir sobre as diferentes formas de resistência desenvolvidas pelas mulheres durante a ditadura militar, destacando como suas experiências e ações não

¹¹ Historiadora e teórica feminista norte-americana, Joan Scott é conhecida por seu trabalho sobre gênero como categoria de análise histórica. Formada em História pela Brandeis University. Joan Scott é professora da Escola de ciências Sociais do Instituto de altos Estudos de Princeton, Nova Jersey. É especialista na história do movimento operário no século XIX e do feminismo na França. Scott defende que o gênero, além de uma construção social, é uma ferramenta crítica para compreender as relações de poder. Sua obra contribuiu para a historiografia ao enfatizar a necessidade de revisar as narrativas tradicionais, incluindo as contribuições das mulheres em eventos históricos.

apenas desafiaram o governo opressor, mas também os limites impostos pela estrutura patriarcal da sociedade da época. Além disso, a presença silenciosa das Mães, caminhando em círculos com cartazes e fotos de seus filhos desaparecidos de forma pacífica, contradizia as alegações do governo, que tentava invalidar suas reivindicações, e provavelmente repercutiu em outros países.

Ulises Gorini, em *La rebelión de las Madres* (2006), descreve a trajetória do movimento desde sua fundação até o fim da ditadura, destacando o confronto direto com o governo militar e a consolidação da identidade política das Mães. Para ele, essas mulheres constituíram um novo sujeito político, desafiando as autoridades não apenas com sua presença física nas marchas, mas também por meio de uma luta que transcendia o papel tradicional de mãe. As Mães não reivindicavam apenas a identidade de seus filhos, mas também exigiam o reconhecimento de seus próprios direitos políticos e sociais, estabelecendo uma nova forma de resistência.

A matéria também destaca, logo em seguida, a recusa do Cardeal Scherer em conceder audiência às Mães, argumentando que os problemas de cada país deveriam ser resolvidos internamente, sem apelos externos. Essa postura, comum em setores da Igreja Católica na época, refletia um distanciamento das questões de direitos humanos na Argentina. O Cardeal, sem esconder a irritação, classificou como “deselegante”, de acordo com o jornal, a atitude das Mães ao insistirem no apelo ao Papa.

“Dom Vicente Scherer recebeu o documento , mas negou o pedido das 18 mães (outras duas, adoentadas, ficaram no hotel) para que tivessem cinco minutos para conversar com o Papa. Sem esconder sua irritação, D. Vicente Scherer considerou “deselegante” a atitude das “Locas de la Plaza de Mayo”, por considerar que os problemas de cada país devem ser resolvidos internamente.” (*Jornal do Brasil*, 1980, p. 16)

A tentativa de deslegitimação, neste momento, não parte mais do governo, mas da Igreja, que se preocupava principalmente com sua

imagem externa. Emílio Mignone (2006)¹², aborda sobre a relação entre a Igreja e a ditadura militar argentina, aponta que a alta hierarquia eclesial decidiu apoiar a ditadura Argentina desde o início, uma escolha política motivada pela busca de privilégios. Essa aliança demonstra um afastamento dos princípios ditos cristãos, que exigem a denúncia dos crimes e a proteção das vítimas¹³, mesmo sob o risco de perseguição.¹⁴

A postura da Igreja, conforme destacado por Mignone, foi uma escolha deliberada de ocultar a verdade, favorecendo tanto seus próprios interesses quanto os do governo militar. Em vez de se posicionar contra as violações à dignidade humana promovidas pelo governo, a Igreja optou por silenciar, levantando profundas questões sobre seu papel durante esse período, especialmente no que tange à defesa dos direitos humanos.

“Segundo a Sra Herve de Bonafini, “ nós queremos apenas cinco minutos para falar com o Papa, mas o Cardeal (D Vicente Scherer) nos disse que era isso impossível. Então entregamos a ele o documento dirigido ao Papa em toda a sua visita. Queremos que o Papa recolha todas as suas

¹² Emilio Fermín Mignone (1922-1998) foi um advogado e educador argentino, nascido em Luján, Buenos Aires. Formado em Direito pela Universidade de Buenos Aires, especializou-se em direito público, política, gestão educacional, direitos humanos e história contemporânea da América Latina. Após o sequestro de sua filha Mónica durante a ditadura militar (1976-1983), tornou-se um líder no movimento de direitos humanos, cofundador do Centro de Estudos Jurídicos e Sociais (CELS) e atuando como vice-presidente da Assembleia Permanente dos Direitos Humanos (APDH). Mignone foi fundamental na documentação das violações do regime e na criação da Comissão Nacional sobre Pessoas Desaparecidas (CONADEP), deixando um legado significativo na luta por justiça e memória.

¹³ Em contraste com a postura de distanciamento da Igreja Católica em relação às violações de direitos humanos na Argentina durante a ditadura, as Escrituras enfatizam a necessidade de defesa dos oprimidos: “Abre a tua boca a favor do mudo, pela causa de todos que são designados à destruição. Abre a tua boca; julga retamente; e faze justiça aos pobres e aos necessitados.” (Provérbios 31:8-9, ACF).

¹⁴ Essa citação bíblica ressalta a responsabilidade moral de agir em defesa dos oprimidos e alerta sobre as consequências da omissão diante das injustiças, um princípio que contrasta com a postura da Igreja durante a ditadura na Argentina “E tu deixares de livrar os que estão sendo levados para a morte, e aos que estão sendo levados para a matança; Se disseres: Eis que não o sabemos; porventura não o considerará aquele que pondera os corações? Não o saberá aquele que atenta para a tua alma? Não dará ele ao homem conforme a sua obra?” (Provérbios 24:11,12, ACF)

esperanças das mães argentinas, para que João Paulo II fale e seja escutado pelo governo argentino que se diz ocidental e cristão." (*Jornal do Brasil*, 1980, p. 16)

A reportagem também destaca a persistência das Mães da Praça de Maio em denunciar as atrocidades, mesmo diante da repressão. Suas ações internacionais, como a viagem a Porto Alegre, eram esforços contínuos para mobilizar a opinião pública e pressionar instâncias internacionais a intervir no caso argentino. O ato simbólico no Brasil reforça a dimensão da luta dessas mulheres, que, apesar das adversidades, garantiram que as violações de direitos humanos na Argentina não fossem esquecidas. O *Jornal do Brasil* se consolidou como um instrumento de denúncia ao expor esses crimes, dando voz às Mães e revelando o nome dos filhos desaparecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou examinar a complexa trajetória da ditadura militar argentina, com ênfase especial no movimento das Mães da Praça de Maio e sua representação na mídia brasileira, exemplificada pela cobertura do *Jornal do Brasil* em 1980. A partir dessa análise, constatou-se que a ditadura argentina utilizou o terror de Estado para silenciar opositores e eliminar qualquer forma de resistência, criando uma atmosfera de medo que paralisou grande parte da sociedade.

As Mães da Praça de Maio, entretanto, desafiaram esse contexto opressor. Ao transformar a dor de suas perdas em um ato de resistência política, essas mulheres tornaram-se símbolos de luta pela verdade e justiça. Elas enfrentaram não apenas o governo, mas também setores da sociedade e da Igreja que tentavam deslegitimá-las. O termo "loucas", empregado para ridicularizá-las, foi ressignificado, e suas marchas silenciosas tornaram-se um poderoso símbolo da busca por justiça e dos direitos humanos, transcendente às fronteiras argentinas.

A cobertura do *Jornal do Brasil*, em um contexto de transição democrática no Brasil, revela o papel da imprensa na construção de uma narrativa sobre o movimento, destacando a solidariedade internacional em um contexto de repressão nacional. Ao reconhecer o movimento das Mães da Praça de Maio, o Jornal contribuiu para a visibilidade de suas reivindicações a partir das publicações no periódico.

Por fim, a história dessas mulheres e sua luta por respostas durante um dos períodos mais sombrios da América Latina demonstra a importância de revisitar os papéis que diversos atores sociais desempenharam durante as ditaduras. Ao questionar e refletir sobre as narrativas pela perspectiva do gênero, é possível perceber como as mulheres desafiaram as estruturas patriarcais, tanto na esfera pública quanto na privada, e como suas ações moldaram a história contemporânea.

O estudo dos desaparecimentos e da repressão durante a ditadura militar argentina continua a ser relevante, pois a memória histórica de tempos sensíveis é um campo de disputas, e a luta por justiça e reparação permanece inacabada. A luta das Mães da Praça de Maio, não se limitou ao período da ditadura. Seu legado se estendeu por décadas, e continua a inspirar movimentos por justiça social e direitos humanos ao redor do mundo.

FONTES:

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, ano XIX, n. 7174, 10 jun. 1980. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 1 set. 2024.

JORNAL DO BRASIL: 1891-2010. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/>. Acesso em: 15 set. 2024.

TELEVISIÓN PÚBLICA. #NuncaMás - 24 de marzo - Discurso de Jorge Rafael Videla sobre los desaparecidos. YouTube, 22 mar. 2016. Disponível em:

https://youtu.be/PbK85XGa7EE?si=yBS_AdGGAWaW1W27.
Acesso em: 19 set. 2024.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica (coord). **América Latina: tiempos de violencias**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ariel, 2014.

CAPELATO, Maria Helena. **Memória da ditadura militar argentina: um desafio para a história**. *Revista Clio*, p. 64, 2006.

CAPELATO, Maria Helena; DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente**. História do tempo presente, p. 299, 2014.

FERNANDES, Ananda Simões. “ **Esta guerra nos es contra los niños”: o sequestro de crianças durante as ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul**. In: PADRÓS, Enrique Serra; NUNES, Cármen Lúcia da Silveira; LOPES, Vanessa Albertinence, p. 47-64, 2011.

GONÇALVES, Renata. **De antigas e velhas loucas: Madres e Mães de maio contra a violência de Estado**. *Lutas Sociais*, n. 29, p. 130-143, 2012.

GOÑI, U. Judas: **la verdadera historia de Alfredo Astiz, el infiltrado**. Buenos Aires: Sudamericana, 1996.

JELIN, E. “**Los Derechos Humanos entre el Estado y la Sociedad**”. In: SURIANO, J.: *Dictadura y Democracia – 1976 – 2001*, Colección Nueva Historia Argentina, Tomo 10, Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

MIGNONE, Emilio Fermín. **Iglesia y dictadura: el papel de la iglesia a la luz de sus relaciones con el régimen militar**. Ediciones Colihue SRL, 2006.

MORALES, María Virginia. **De la cocina a la plaza: La categoría "madre" en el discurso de las Madres de Plaza de Mayo y su repercusión en la esfera de lo político**. Eduvim, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. Editora Contexto, 2015.

PAULA, Adriana das Graças de. **Pensar a democracia: o Movimento Feminino pela Anistia e as Mães da Praça de Maio (1977-1985)**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

QUIROGA, H. **El Tiempo del Proceso**. In: SURIANO, J.: Dictadura y Democracia – 1976 – 2001, Colección Nueva História Argentina, Tomo 10, Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

QUIROGA, H. **La reconstrucción de la democracia argentina**. In: SURIANO, J.: Dictadura y Democracia – 1976 – 2001, Colección Nueva História Argentina, Tomo 10, Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SURIANO, J. **Una Argentina Diferente**. In: SURIANO, J.: Dictadura y Democracia – 1976 – 2001, Colección Nueva História Argentina, Tomo 10, Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

ZARCO, A. **Maternalismo, identidad colectiva y participación política: las Madres de Plaza de Mayo**. Revista Punto Género, [s.l.], n. 1, 2011.

O STF NA ABERTURA E NA CONSTRUÇÃO DA NOVA REPÚBLICA (1979-1988)

Isabella Nascimento Machado¹

Desde a instauração na República no Brasil, o Supremo Tribunal Federal (STF) assumiu a função de corte constitucional, sendo a mais alta instância judicial responsável pela interpretação da Constituição. Esse papel coloca o STF como um ator central na manutenção do equilíbrio entre os poderes e na definição dos limites constitucionais de atuação do Estado.²

Embora seja reconhecido que todo juiz, ao avaliar a constitucionalidade de normas, exerce um papel político – mesmo que de forma incidental e com efeitos restritos às partes envolvidas, e com decisões que podem ser revisadas por instâncias superiores – é no STF que se concentra a maior carga de responsabilidade política do Judiciário.³

Feita esta breve consideração, apesar do trabalho versar sobre a atuação do STF entre 1979-1988, ou seja, entre a Lei de Anistia de 1979 e a abertura democrática, coroada pela Constituição de 1988, é importante destacar que o Supremo Tribunal Federal não é uma mera continuação do Supremo Tribunal de Justiça do Império.⁴

Especialmente no período autoritário de 1964-1985, o STF teve sua competência e funcionamento profundamente alterados, nos moldes do padrão descrito por Neal Tate. Segundo ele, em situações de regimes autoritários ou de transição para a ditadura, o Poder Judiciário é frequentemente alvo de intervenções que objetivam

¹ Mestranda pelo PPGHIS/UFES. isabellanmachado38@gmail.com

² PAIXÃO, Leonardo André. *A função política do Supremo Tribunal Federal*. 2007. 258 f

³ Ibidem, p. 150.

⁴ Ibidem, p. 155.

diminuir sua independência e restringir sua competência para lidar com questões politicamente diversas.⁵

Essa abordagem busca assegurar que o Judiciário não atue como um obstáculo às decisões políticas e, em casos extremos, inclui a modificação da própria competência da Corte, enfraquecendo sua capacidade de revisar ações do Executivo e garantir direitos fundamentais. Nesse cenário, o período ditatorial no Brasil foi caracterizado justamente por essa lógica intervencionista. A atuação do STF foi gradualmente limitada por meio de alterações em suas atribuições constitucionais e por mudanças em sua composição, com vistas a torná-lo um ator menos influente em questões sensíveis ao regime.⁶

O controle da atuação judicial e a modificação das competências da Corte faziam parte de um projeto maior de manutenção do poder, no qual se buscava garantir que o Estado pudesse operar sem enfrentar resistências jurídicas, minimizando os custos políticos de governar sob uma estrutura de exceção. Dito isto, a conjugação entre a produção normativa e sua aplicação foi crucial para assegurar o controle da legalidade, resultando em um arranjo institucional que dificultava qualquer resistência judicial ao poder autoritário.⁷

No entanto, algumas das alterações promovidas no STF durante esse período não surgiram de forma isolada. Elas estavam inseridas em um contexto mais amplo de debates sobre o papel do Judiciário, discussões que já estavam em curso desde o início do século XX. Esses debates foram ressignificados no contexto ditatorial, adquirindo novos contornos em função das exigências do regime.⁸

⁵ TATE, C. Neal; VALINDER, Torbjörn. *Courts under authoritarian regimes*. New York: Cambridge University Press, 2010.

⁶ Paixão, *A função política do Supremo Tribunal Federal*, p. 36.

⁷ *Ibidem*, p. 39.

⁸ CÂMARA, Heloísa Fernandes. *STF na ditadura militar brasileira: um tribunal adaptável?* 2017. 305 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

Desde sua criação, a atuação do STF esteve sob constante análise, tanto em momentos politicamente críticos, como durante períodos de estabilidade institucional. A quantidade de ações e recursos que passaram a ser de sua competência, especialmente após a Constituição de 1937, segundo Heloísa Fernandes Câmara, levantou questionamentos sobre a capacidade do tribunal de atuar como uma instância final de revisão judicial e como garantidor dos direitos fundamentais.⁹

O STF foi originalmente concebido na República para atuar como um mediador de grandes conflitos políticos. Assim, ao mesmo tempo em que foi convocado a lidar com esses conflitos, consolidou-se como uma instituição jurídica e politicamente relevante, dotado de autonomia institucional e autoridade para mediar conflitos e proteger os direitos dos cidadãos.

Dito isto, em meio a uma história marcada por percalços e múltiplos caminhos narrativos, optou-se por iniciar a análise do STF pelo eixo da “crise”. Essa escolha se justifica porque, embora as sucessivas mudanças no tribunal durante períodos autoritários tenham sido fundamentadas por crises específicas, o conceito de crise no STF remonta ao início do século XX. Isso oferece uma oportunidade para examinar os argumentos e justificativas utilizados em diferentes momentos históricos para intervir na Corte.

Nesse cenário, antes de dissertar sobre o conceito de crise no STF, é essencial destacar o significado desse termo na perspectiva da ciência política. Nos termos de Norberto Bobbio e Gianfranco Pasquino:

Chama-se crise a um momento de ruptura no funcionamento de um sistema, a uma mudança qualitativa em sentido positivo ou em sentido negativo, a uma virada de improviso, algumas vezes até violenta e não prevista no módulo normal segundo o qual se desenvolvem as interações dentro do sistema em exame.

⁹ CÂMARA, Heloísa Fernandes. *STF na ditadura militar brasileira: um tribunal adaptável?*, p. 45.

As crises são habitualmente caracterizadas por três elementos. Antes de tudo, pelo caráter de subitaneidade e por vezes de imprevisibilidade. Em segundo lugar, pela sua duração normalmente limitada. E, finalmente, pela sua incidência no funcionamento do sistema.¹⁰

A utilização desse conceito e dessa narrativa é proveniente do fato de que o diagnóstico da crise no STF e a necessidade de reformas foram apresentados em contextos políticos distintos, cada um alinhado a diferentes projetos e ideologias. Por exemplo, o lamento de Seabra Fagundes¹¹, em 1967, sobre a perda de oportunidade para implementar reformas mais profundas - conforme sugerido pelo “Congresso para Reformas de Base” de 1962 - reflete não apenas uma visão pessoal, mas também um sentimento coletivo de urgência por mudanças estruturais no Judiciário brasileiro. Esse congresso propunha reformas abrangentes que buscavam modernizar as instituições e adaptá-las às demandas sociais da época.

Mesmo com uma projeção política menor se comparada ao período pós-1988, o STF não permaneceu inerte diante das propostas de alteração em sua estrutura. Pelo contrário, o tribunal buscou influenciar e protagonizar o debate público, tanto por meio de pronunciamentos oficiais, quanto por meio de manifestações na imprensa. Essa postura ativa demonstra a consciência institucional do STF sobre seu papel fundamental na manutenção do equilíbrio entre os poderes e na defesa dos princípios constitucionais.¹²

¹⁰ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Tradução de Carmen C. Varriale et al. 13. ed. Brasília: Editora UnB, 2007. 2 v.

¹¹ Seabra Fagundes (1910-1993), natural de Natal, foi um dos maiores nomes do direito administrativo no Brasil. Destacou-se como Procurador Eleitoral no Rio Grande do Norte aos 22 anos, desembargador aos 25, interventor federal e presidente do Tribunal de Justiça potiguar. Exerceu ainda a presidência do Conselho Federal da OAB e do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), posições em que se opôs à ditadura militar e defendeu a legalidade democrática. Renunciou à presidência da OAB para ser Ministro da Justiça de Café Filho. Advocou pela reestruturação do habeas corpus e pela convocação da Assembleia Constituinte de 1987.

¹² CÂMARA, Heloísa Fernandes. *STF na ditadura militar brasileira: um tribunal adaptável?*, p. 67.

As referências a já intitulada “crise do Supremo Tribunal Federal” surgiram já no início do século XX. Mais precisamente, em 1912, quando o *Jornal do Commercio* promoveu debates públicos sobre a reforma da Justiça Federal. Naquele momento, a preocupação central era o excesso de processos que chegavam ao STF.

Em 1913, o então ministro Guimarães Natal¹³ manifestou-se sobre a “perpetuação das causas no STF”. Já em 1922, em um artigo, o ministro Epitácio Pessoa apresentou considerações acerca da importância do recurso extraordinário em um regime federativo. Esse recurso foi abordado a partir do conflito entre os princípios da independência da justiça local e a unidade do direito.¹⁴

Em fevereiro de 1931, Getúlio Vargas promulgou o Decreto nº 19.656, que introduziu mudanças significativas no STF. O primeiro artigo desse decreto reduziu o número de ministros de quinze para onze. Ademais, foram estabelecidas as turmas, ou câmaras, com o objetivo de lidar com o crescente volume de processos.¹⁵

Dando continuidade ao processo de reorganização do STF, o Decreto nº 19.711 de fevereiro do mesmo ano, determinou a aposentadoria compulsória de uma série de ministros. A justificativa apresentada para esse decreto, além da redução do número de ministros, foi baseada em “imperiosas razões de ordem pública [que] reclamam o afastamento de ministros que se incompatibilizaram com suas funções por motivo de moléstia, idade avançada ou outros de natureza relevante”.¹⁶

¹³ Joaquim Xavier Guimarães Natal (1860–1933), natural de Goiás, formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1882. Foi promotor público, juiz substituto e membro da Junta Governativa (1889). Exerceu os cargos de juiz federal, vice-governador de Goiás, deputado, e integrou a comissão que elaborou a Constituição estadual. Nomeado ministro do STF em 1905, também foi Procurador-Geral da República (1909–1910). Aposentou-se em 1927 e faleceu no Rio de Janeiro em 1933, sendo homenageado pelo STF na ocasião e em seu centenário, em 1961.

¹⁴ CÂMARA, Heloísa Fernandes. *STF na ditadura militar brasileira: um tribunal adaptável?*, p. 68.

¹⁵ *Ibidem*, p. 70.

¹⁶ *Ibidem*, p. 78.

Paralelamente ao processo de intervenção no STF, houve uma estratégia de restringir a competência do tribunal em questões relacionadas à repressão política – o que também aconteceria na ditadura civil-militar. Em 1936, foi criado o Tribunal de Segurança Nacional (TSN) como um órgão vinculado à Justiça Militar, destinado a funcionar durante a decretação do estado de guerra. Sua competência incluía julgar civis e militares acusados de crimes contra instituições militares e contra a segurança externa da República, de acordo com o art. 3º da Lei nº 244/1936.¹⁷

Entre setembro de 1936 e dezembro de 1937, o TSN julgou 1420 pessoas (CPDOC, s/d). Em 1937, o tribunal deixou de estar subordinado à Justiça Militar, tornando-se um órgão permanente. Sua extinção ocorreu em 1945 (CPDOC, s/d).

Ainda no contexto da crise, em 1943, o ministro Philadelpho Azevedo comparou os dados do STF entre os anos de 1926 e 1942, solicitando reformas para enfrentar o “congestionamento” de processos. Nesse mesmo ano, foi publicado o artigo intitulado *A Crise do Supremo Tribunal e dos Tribunais de Apelação* de autoria de Noé Azevedo.

Nesse texto, Azevedo questiona a percepção de uma crise no STF ao comparar o número de processos julgados por esse tribunal com o volume de casos decididos pelo Tribunal de Apelação de São Paulo. Ele argumenta que um dos fatores responsáveis pela elevada quantidade de demandas no STF é a ausência de restrições claras em suas competências constitucionais. Além disso, sugere que o aumento de casos submetidos aos tribunais decorre das transformações ocorridas no Estado:

Com o crescimento assombroso das funções do Estado moderno, que deixou de ser o “Estado de Direito”, adstrito a manter a segurança interna e a defesa no exterior, para se tornar o Estado-Providência e Providência, intervindo em todos os setores da atividade econômica e social, as

¹⁷ Ibidem, p. 80.

causas dessa natureza vão aumentando assustadoramente, quer para a execução e obras, quer para a realização de serviços públicos (AZEVEDO, 1943, p. 821).

A análise de sistemas judiciários estaduais, em particular o de São Paulo, o autor minimiza a percepção de uma crise no STF, posicionando-a principalmente nos Tribunais de Alçada em nível estadual.

Em 1944, José Saboia Viriato de Medeiros, então Procurador-Geral da Fazenda Nacional, publicou a obra *A Alteração da Competência do Supremo Tribunal Federal*. Nele, argumenta que a crise era antiga e decorria de uma preocupação excessiva com detalhes minuciosos que pouco ou nada contribuíam para as decisões judiciais. Viriato de Medeiros recorreu a uma metáfora relacionada à água para enfatizar a desproporção entre o volume de casos recebidos e a capacidade de julgamento do tribunal:

Devo advertir que o mal não é de hoje. Se é permitido aplicar ao caso uma imagem de mecânica hidráulica, o que fui notando na minha já longa experiência de advogado, é que, no Supremo Tribunal Federal, a seção de vazão foi sempre desproporcionada à capacidade do recipiente; que as causas que lhe era dado julgar eram em número sempre muito inferior às que para ele se encaminhavam e mesmo, o que é muito de notar, as que os eminentes magistrados, que o constituíam, conseguiam examinar, estudar e dar prontas para o julgamento que tarde, se retardava, e iam ficando pelo caminho. Destas o número é avultado nos arquivos do Supremo Tribunal Federal (Viriato de Medeiros, 1944, p.2).

Concluindo, evidencia-se que a percepção de crise no STF ao longo do século XX foi um fenômeno recorrente, alimentado por diferentes fatores em distintos momentos históricos. Desde as primeiras manifestações no início do século, com debates sobre a sobrecarga de processos e a necessidade de reforma da Justiça Federal, até as intervenções diretas do Poder Executivo durante o Estado Novo, o STF enfrentou desafios que colocaram à prova sua autonomia e eficiência.

Autores como José Saboia Viriato de Medeiros destacaram a disparidade entre o volume de casos recebidos e a capacidade de julgamento da Corte, apontando para a urgência de reformas estruturais que pudessem equilibrar essa equação. As medidas adotadas, porém, nem sempre foram suficientes ou adequadas para sanar os problemas identificados, muitas vezes resultando em soluções paliativas ou em intervenções que comprometeram a independência judicial.

A análise das diversas tentativas de reforma e dos argumentos apresentados pelos juristas da época revela uma constante tensão entre a necessidade de modernização do Judiciário e as pressões políticas que buscavam controlar ou limitar a atuação do STF. Essa dinâmica evidenciou a importância de se repensar não apenas as estruturas e competências do Tribunal, mas também o papel que ele desempenha na consolidação do Estado Democrático de Direito.

A partir disso, verifica-se que a trajetória do Supremo Tribunal Federal (STF) ao longo do século XX, especialmente nos períodos de crise institucional e autoritarismo, revela um quadro de desafios estruturais e tensões políticas que marcaram a atuação do principal órgão do Poder Judiciário brasileiro. Desde sua origem como mediador de conflitos políticos e garantidor dos direitos constitucionais, o STF enfrentou contínuos questionamentos sobre sua capacidade de cumprir sua missão institucional, principalmente em contextos de excepcionalidade, como o período ditatorial e os regimes de transição.

O conceito de crise, central para a análise histórica da Corte, evidencia como mudanças no volume de processos, pressões políticas e reformas legais foram utilizados tanto para limitar sua autonomia quanto para adaptá-lo às necessidades de diferentes governos. A partir do Estado Novo, até o período ditatorial iniciado em 1964, o STF foi submetido a intervenções que reduziram significativamente sua independência e capacidade de revisão

judicial. Essas intervenções, muitas vezes justificadas por argumentos de modernização e eficiência, esconderam uma lógica de controle político sobre o Judiciário, essencial para a manutenção do poder autoritário.

O diagnóstico da crise do STF não se restringe a um período histórico específico. Ele perpassa momentos críticos, como as reformas do início do século XX, a introdução do Tribunal de Segurança Nacional em 1936 e a consolidação da ditadura civil-militar. A análise desses eventos demonstra que a crise do STF é um fenômeno multifacetado, que reflete não apenas deficiências estruturais, mas também a complexa relação entre o Poder Judiciário e os demais poderes do Estado.¹⁸

A atuação do STF como órgão central no sistema de justiça brasileiro foi impactada por reformas estruturais, como a redução do número de ministros e a criação de turmas para agilizar o julgamento de processos, bem como por medidas mais drásticas, como a aposentadoria compulsória de ministros e a limitação de suas competências. Essas mudanças, embora justificadas pela necessidade de modernização e racionalização do Judiciário, frequentemente resultaram na subordinação do STF aos interesses do Executivo, enfraquecendo sua função de controle constitucional.

Apesar das restrições impostas ao STF em momentos autoritários, a Corte demonstrou resiliência ao protagonizar debates públicos e participar ativamente de discussões sobre sua própria reforma. Essa postura, embora limitada pelas circunstâncias políticas, evidencia a consciência institucional do STF sobre seu papel essencial na manutenção do equilíbrio entre os poderes e na defesa dos direitos fundamentais.

A análise histórica do STF revela que os desafios enfrentados pela Corte não se limitam ao excesso de processos ou à necessidade

¹⁸ CÂMARA, Heloísa Fernandes. *STF na ditadura militar brasileira: um tribunal adaptável?*, p. 150.

de reformas estruturais. Eles estão intrinsecamente ligados à dinâmica política e às relações de poder que moldaram o Estado brasileiro. Nesse sentido, é fundamental compreender o STF não apenas como um tribunal técnico, mas como um ator político relevante, cuja atuação reflete e influencia os rumos do país.

Por fim, a experiência histórica do STF oferece importantes lições para a consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil. A necessidade de garantir a independência do Judiciário e de fortalecer suas instituições é um imperativo para assegurar que crises futuras possam ser enfrentadas com maior legitimidade e eficácia. A constante tensão entre modernização e autonomia, evidenciada ao longo do século XX, permanece como um desafio atual, destacando a importância de se repensar o papel do STF no contexto contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PAIXÃO, Cristiano Otávio. *Supremo Tribunal Federal: Poder Judiciário e Constituição*. São Paulo: Saraiva, 2007.

CÂMARA, Heloísa Fernandes. *O STF e a Ditadura Militar: Uma análise crítica*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

TATE, Neal. *Courts under Authoritarian Regimes*. New York: Cambridge University Press, 2010.

BRASIL. *Ato Institucional nº 2 de 1965*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 26 nov. 2024.

BRASIL. *Ato Institucional nº 5 de 1968*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 26 nov. 2024.

REPRESENTATIVIDADE FEMININA NEGRA NA HISTÓRIA EM AULA OFICINA

Jaqueline Monteiro Medeiros Nascimento¹

Resumo

Este artigo descreve a criação de uma oficina de história que retrata histórias possíveis de mulheres negras que participaram e participam da história. Com o uso modelo de aula oficina criado pela historiadora Isabel Barca, criou-se uma oficina de História na qual a representatividade feminina negra é apresentada aos estudantes como forma teatral, levando os ao conhecimento mulheres negras que participaram de forma marcante a sociedade. O intuito de elevar a autoestima dos alunas negras e conhecimento a todos os alunos com fatos reais de quem são e os atos dessas mulheres. Conscientização da existência de lugares possíveis para mulheres negras na sociedade e que este sentimento traz empoderamento e pertencimento a estudantes. Contar histórias que não estão no centro da história patriarcal e branca, traz uma proximidade como a realidade da maioria desses/as estudantes.. Contar Histórias mulheres negras como Maria Felipa, Coralina Maria de Jesus, Maria Firmina dos Reis, Beatriz Nascimento, Benedita da Silva, Maria Júlia Coutinho, Vênus Williams e Marielle Franco com intuito de trazer para perto das estudantes realidades possíveis.

Palavras-chaves: Aula oficina; Representatividade Biografia; Mulheres negras

INTRODUÇÃO

Este relato de experiência é o resultado de uma Oficina de História realizada durante a semana da Consciência Negra em uma escola de ensino médio localizada no Gama. A oficina ocorreu no dia 20 de novembro de 2022, a convite da escola, que contou com a presença de diversas pessoas da comunidade. A proposta foi apresentar algumas personalidades negras que marcaram a história

¹ jackcomunic@gmail.com

do Brasil durante os séculos XIX e XX. O questionamento que norteou tal proposta foi o seguinte: por que é necessário conhecer a história das mulheres negras no Brasil?

Este artigo objetiva explorar esse questionamento com o objetivo de explorar as questões de raça e gênero abordadas na oficina de História, com a teatralização de biografias de mulheres negras que marcaram sua época. Essas mulheres tem seus nomes, muitas vezes, apagados da história oficial, precisam de maior visibilidade, e os professores de História têm a possibilidade de dar-lhes destaque não apenas no dia da Consciência Negra, mas ao longo de todo o ano letivo. A relevância deste trabalho está na possibilidade de servir como modelo para outras oficinas com a temática antirracista, decoloniais e afrodescendentes. Para os professores, esse momento é uma oportunidade de aplicar conhecimentos e promover reflexões sobre o papel do povo negro na história, especialmente no ambiente escolar.

O objetivo geral deste trabalho é desenvolver uma abordagem histórica com base em fontes bibliográficas de mulheres negras para estudantes do ensino médio. Para tanto, tem-se como objetivos específicos: demonstrar a representatividade das personalidades femininas negras na autoestima das alunas negras e verificar a eficiência da metodologia da aula oficina de história.

A oficina também se baseia nas prerrogativas das leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornam obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. A aula oficina buscou com isso “erguer a voz” e a história de pessoas negras que geralmente são silenciadas e apagadas da história do Brasil. Para isso, apresentou-se personalidades negras femininas que fazem parte da história do país estimulando a autoestima e capacidades dos/as alunos/as de também serem sujeitos de histórias possíveis e uma possibilidade de modelo oficina de história como temática antirracista.

Trabalho histórico com fontes biográficas de mulheres negras

As biografias são de fundamental importância para a apresentação e representação de mulheres negras e sua participação na sociedade. A biografia é um gênero da historiográfico tradicional, sem problematização, com foco político e fortemente marcado pelo positivismo. No entanto, no século XX, historiadores começaram a questionar esse positivismo em relação aos personagens retratados. Dentro uma visão Marxista e da Escola do Annales, começou-se a investigação mais ampla e conjuntural sobre aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos. Apesar disso, temas como Literatura e Artes foram, por muito tempo, deixados de lado, apesar de sua popularidade.

Nesse sentido, o estudo das biografias passou a ser indispensável para análise das estruturas sociais e dos costumes coletivos, passando a estudar não apenas grandes nomes – geralmente homens brancos –, mas também múltiplos indivíduos e suas vivências em diversos contextos sociais. Nesse momento, o interesse passou a incluir não apenas a pessoa, mas também o local, a época em que viveu e a diversidade de suas experiências (SÔNEGO, 2022, p 123).

Durante muito tempo não era possível encontrar, nas bibliotecas das escolas, biografias sobre as vivências de homens e mulheres negras ou dos povos indígenas. Essas histórias foram invisibilizadas e silenciadas. Apesar disso, desde o período pós-abolicionista surgiram pesquisas e produções historiográficas sobre esses povos com a atuação e criação de movimentos antirracistas em vários momentos da história em todo território brasileiro. Esse estudo se expandiu nos séculos XX e XXI, trazendo à tona suas experiências sociais, suas lutas por liberdade e cidadania, e resistência ao preconceito e discriminação racial.

. Entre 1892 e 1930, diversos jornais se apresentavam como representantes da *Imprensa Negra*, buscaram a representatividade da

comunidade negra e a publicidade de eventos sociais e os desafios enfrentados pelas pessoas negras em um ambiente estruturado pelo racismo. Esse movimento na imprensa destacou o potencial, intelectualidade e profissionalismo negro no Brasil, bem como colaborou com a construção identitária de pessoas comuns

A historiadora Maria Angélica Zubaran denominou esse processo como “Pedagogias da Imprensa Negra” que “(...) ao nomear e visibilizar o protagonismo negro na sociedade brasileira da época, desestabilizou o silêncio e o ocultamento sobre os intelectuais negros e as suas contribuições à cultura nacional” (2016, p. 217). O movimento negro carrega um caráter social e pedagógico, assumindo o papel educador ao promover conhecimentos emancipatórios sobre as questões raciais e a implementação de políticas públicas favoráveis à população negra (GOMES, 2017, p. 14.) Essa função educadora busca adentrar as realidades dos sujeitos negros, que vivenciam a estereotipação racista, mas não aceitam mais a história única contada sobre eles por outros.

Com essa nova perspectiva educacional, surgiram novas formas de produzir conhecimento científico, que assumiram e assumem a responsabilidade por uma epistemologia dos saberes políticos e sociais de homens e mulheres negras. Uma das conquistas alcançadas pelos movimentos negros foi a Lei 10.639/03, que estabeleceu a inclusão obrigatória no currículo escolar oficial das redes de educação pública e privada, voltadas aos ensinos fundamental e médio, da história da cultura afro-brasileira, assim como história e cultura dos povos indígenas. Legislação sofreu ampla discussão sobre a aplicabilidade na prática desde sua criação, além de fomentar debates em universidade e espaços públicos.

Esse movimento social trouxe as discussões sobre racismo, discriminação racial crítica à democracia racial, gênero, juventude, ações afirmativas, igualdade racial, africanidades, saúde da população negra, educação das relações étnico-raciais, intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras, violência, questões quilombolas

e antirracismo para o cerne das discussões teóricas e epistemológicas das Ciências Humanas, Sociais, Jurídicas e da Saúde, indagando, inclusive, as produções das teorias raciais do século XIX disseminadas na teoria e no imaginários social e pedagógico (GOMES, 2017, p. 17).

O movimento negro tem como tema central a educação antirracista, com o propósito de combater a discriminação e o preconceito racial nas escolas e na sociedade com práticas transformadoras. Essas práticas estão alinhadas com os princípios da “Pedagogia do Oprimido”, proposta por Paulo Freire, professor e teórico brasileiro, e seguida por bell hooks, professora e escritora americana. Para hooks (2017, p.26-27) o professor deve sair da educação bancária e propor a educação libertária na qual educador e estudantes sejam participantes ativos que possuem uma consciência e engajamentos críticos com conhecimentos significativos que liguem os saberes educacionais e os da vida prática.

Nesse sentido, Sônego, Medeiros, Oliveira (2022, p. 124) ao propor o uso das biografias negras em sala de aula observa que docentes contribuem com a reflexão sobre a origem e valorização das lutas pela cidadania e contra o racismo, tanto no passado quanto no presente. Ainda segundo as autoras, a apresentação de personalidades negras pode ser realizada de maneira interdisciplinar, destacando suas diversas contribuições em variadas áreas do conhecimento, e integrando-as em todas disciplinas.

A inclusão de biografias negras no ambiente escolar pode estimular discussões sobre a representatividade negra em diferentes contextos e espaços, além de fomentar uma reflexão crítica sobre os mecanismos que levam à invisibilização de uma parcela tão significativa da população. Ao trabalhar com essas biografias, valoriza-se as identidades e trajetórias das diversas populações que contribuíram para a construção do Brasil, rompendo com a visão centrada no colonizador como protagonista da História. Dessa maneira, revelam-se diferentes perspectivas sobre o passado.

Além disso, cria-se oportunidades para que docentes e discentes dialoguem sobre as vivências de pessoas negras, cujas histórias podem ser biografadas e transformadas em livros ou verbetes de uma Enciclopédia Negra. Tal atividade fortalece a ligação entre as lutas históricas e contemporâneas, tanto regionais quanto nacionais, promovendo o reconhecimento da cidadania e a luta contra o racismo estrutural (Sônego, Medeiros, Oliveira, 2022, p. 129). A partir de uma ampla pesquisa histórica, antropológica, sociológica, literária e arqueológica, a obra aborda as vivências individuais e coletivas de homens e mulheres negras no Brasil, desde o período da escravidão até o pós-Abolição e os dias atuais. Compreendendo diferentes contextos regionais, temporais e geracionais, o trabalho traça um panorama diversificado de protagonistas negros e negras, incluindo intelectuais, ativistas, líderes religiosos, artistas, profissionais liberais, políticos, abolicionistas, engenheiros, quilombolas, educadores, entre outros. (Sônego, Medeiros, Oliveira, 2022, p. 130)

A biografia como recurso didático desenvolve o sentimento de pertencimento nas crianças e adolescentes no espaço escolar. Este recurso pode ser utilizado durante todo o conteúdo do ano letivo de diferentes temporalidades na disciplina de história e não apenas no dia da Consciência Negra (Sônego, Medeiros, Oliveira, 2022, p. 131). O professor exercendo esta prática assume uma atitude historiadora e aplica a leis 10.639/03 e 11.645/08 que se encontram nas Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, que obrigam as temáticas História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, respectivamente são apresentadas nas competências contidas na BNCC.

O estudante negro sente-se sujeito participante, reconhecendo-se como agente histórico; há aumento da autoestima e recusa em aceitar determinismos sobre sua história, entra em contato com sua herança cultural e passa a ter uma educação antirracista que rompe a história única dos livros didáticos de um povo negro escravizado. A

utilização de biografias negras como recurso de metodologia ativa na sala de aula é uma práxis libertadora, apresentando personalidades negras e suas diversas experiências plurais que venceram o pacto da branquitude e suas violências. (Sônego, Medeiros, Oliveira, 2022, p. 128).

Para além do da invisibilidade negra a crítica à invisibilidade negra feminina, tem aumentado. A afirmação das mulheres como sujeitos autônomos foi e ainda é dificultada pelos vários tipos de violências e silenciamento investidos contra elas. Na atualidade é possível vê-las atuando em diversos espaços, inclusive ocupando lugares que a pouco tempo a sociedade dizia não pertencer a mulher a partir de uma perspectiva de empoderamento.

Pode-se observar no trecho do livro Empoderamento feminismos plurais de Joice Berth quando cita a conceituação sobre o empoderamento na perspectiva feminista de Cecilia M. B. Sardenberg:

O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até a resistência, protesto e mobilização coletivos, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos (Sardenberg, 2018 apud Berth, 2019, p.19).

Para isso, foram utilizadas biografias de mulheres negras que marcaram a história, oferecendo às alunas uma oportunidade de identificação com essas figuras inspiradoras. Esse processo busca gerar um sentimento de possibilidade e empoderamento. A iniciativa permite que os/as alunos/as conheçam mulheres negras que tiveram e ainda têm um impacto significativo na história, incentivando-os a divulgar essas histórias em suas comunidades, promovendo reconhecimento, admiração e respeito. O objetivo principal é

empoderar os estudantes, incentivando uma postura crítica e assertiva diante da sociedade patriarcal e racista. Cada indivíduo tem seu valor e potencial para promover mudanças em sua comunidade, contribuindo para uma transformação coletiva em diferentes contextos.

A representatividade das personalidades femininas negras na autoestima de alunas negras

As personalidades apresentadas deixaram um legado para gerações posteriores e uma resposta ao preconceito. Para tanto, analisou-se como a sociedade funciona em relação às mulheres negras e como a sociedade patriarcal as coloca em um lugar que não lhes dá voz, nem acesso aos mesmos direitos, mantendo-as sempre em desvantagem em relação aos homens e até mesmo em desleal concorrência com as mulheres brancas, que têm lutas comuns, mas ainda assim enfrentam desafios diferentes dos da mulher negra. (Borges, 2008).

Segundo bell hooks (2019), a associação do racismo e do machismo age diretamente como forma de opressão e dominação sobre estudantes e professoras negras. As mulheres negras devem erguer sua voz sem medo, divulgando suas experiências como um objeto de transformação de si mesmas em sujeitos, utilizando ações concretas para romper com o silenciamento imposto pelos atos de opressão. Isso significa defender uma prática de autorrecuperação de mulheres negras oprimidas, por meio da educação libertadora de Paulo Freire, para que haja mudança de consciência. A criação desse lugar de fala é essencial para a luta libertadora, necessária para que mulheres oprimidas e exploradas alcancem a liberdade de maneira não apenas individual, mas também coletiva na comunidade onde vivem.

O protagonismo de mulheres negras na história serve de parâmetro e de modelo para direcionar e inspirar as meninas negras. Essa educação antirracista contribui para a reflexão e o combate ao

racismo no Ensino fundamental e Médio. A escola funciona como um ambiente social que possibilita a inserção de representatividades femininas negras em diversas áreas dos saberes como na literatura, mídia, política e vários outros lugares, nos quais essas mulheres sejam apresentadas sem o peso do preconceito e da subalternidade (Medeiros, 2021).

No livro *Torna-se negro* de Neusa Santos Souza, pode-se observar o quanto é doloroso para uma pessoa negra ocupar lugares altos no Brasil:

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas expectativas, submetida a exigências, compelida a expectativa alienada. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (Souza, 1983, p. 17-18).

Segundo Medeiros (2021), as mulheres sofreram e sofrem preconceito, violência e desumanização durante o percurso da história. Fanon se refere a uma zona do não ser, na qual as mulheres negras são colocadas, porém existem aquelas que resistem e conseguem forjar-se como heroínas. As histórias dessas mulheres dão voz a tantas outras. Esse processo pode ser pensado na educação antirracista dentro da escola gerando assim uma identificação étnico-racial. A representação negra na rotina escolar, na sociedade, nos veículos de comunicação e redes sociais constrói a identidade das meninas negras apesar da constante luta contra o preconceito no Brasil. O empoderamento e a voz de mulheres negras se constroem no dia a dia na escola apresentando o desenvolvimento de pessoas negras no ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

O ensino antirracista pode ser trabalhado desde a educação infantil com livros de literatura que tratem da autoestima, como os que abordam cabelos, cor da pele, e a realidade africana para que a criança cresça com estímulos positivos a respeito da raça e cor, história e cultura. O ato de olhar-se no espelho e saber de sua história, forma sua

autoimagem com base na educação e na psicologia. Isso gera assim, uma identidade que dever ter continuidade no ensino fundamental e médio com a apresentação de pessoas negras que fizeram parte da história, a cultura, a religião e todos os aspectos que compõem esse grupo da sociedade em todas as áreas. A educação decolonial além de transformar o conteúdo curricular pode ser apresentada com metodologias ativas ou dinâmicas que coloquem o aluno como protagonista do saber. Ela visa conhecimento e sensibilidade para colaborar na diminuição do preconceito, saindo, assim, do processo colonial e eurocentrado para um estudo decolonial (Medeiros, 2021).

A Oficina de História como metodologia ativa para o ensino de história

O uso de diversas metodologias de ensino é essencial e a aula-oficina, que incentiva os estudantes a analisar fontes históricas, compartilhar seus conhecimentos, dialogar com seus colegas e, ao final, construir novas interpretações a partir do conhecimento adquirido. A utilização da metodologia ativa, como a aula oficina, coloca o aluno no centro do ensino, o professor como mediador e as fontes como indícios a serem investigados.

Nesse sentido, cabe destacar o papel do professor nessa metodologia que abrange tanto a pesquisa quanto a prática de ensino, buscando conduzir os estudantes a um pensamento crítico, reflexivo e investigativo. Esse processo envolve o estudo da História em toda a sua complexidade, utilizando uma ampla gama de fontes, registros, métodos, além de explorar macro e micro-histórias. A inclusão do ensino antirracista no currículo é mais uma evidência de que o ensino é um campo vivo, em constante evolução, pesquisa e aprimoramento, acompanhando as demandas da sociedade.

As experiências coletivas organizadoras do passado, formam um modo significativo de pensar o presente. Nesse sentido, Cainelli sugere que há três elementos para o entendimento histórico dos estudantes. O primeiro é a habilidade de dar importância à informação

histórica e estabelecer critérios pelos quais se pode julgar a significância de várias narrativas do passado, frequentemente competindo entre si. O segundo elemento é a abordagem epistemológica pela qual as interpretações são revistas através da inclusão de nova evidência ou opinião. Este elemento envolve as habilidades de análise de fonte, a integração de opinião secundária e a aplicação de molduras pelas quais se pode julgar a confiabilidade da cacofonia de vozes que falam do passado e do presente. O terceiro elemento incorpora ação, empatia e julgamento moral (Seixas, 2006 apud Cainelli, 2021, p. 50).

As oficinas ocorrem por meio de atividades práticas que envolvem tanto o professor quanto os participantes, que exercitam reflexões teóricas a partir da realidade. Esse espaço oportuniza aos estudantes um ambiente fértil para uma reflexão significativa do que é estudado na sala de aula de maneira prática e profunda. A organização das oficinas produz experiências, integração entre a teoria e a prática, e desenvolve os estudantes com autonomia. Essas práticas têm o objetivo de proporcionar experiências, por meio de oficinas de ensino que, se configuram assim como abaixo:

[...] uma forma de ensinar e aprender, mediante a realização de algo feito coletivamente. Salienta-se que oficina é uma modalidade de ação. Toda oficina necessita promover a investigação, a ação, a reflexão; combina o trabalho individual e a tarefa socializadora; garantir a unidade entre a teoria e a prática. (Vieira e Volquind, 2002, p. 11 apud Junior, 2015, p. 125)

Para Cainelli (2021), o ensino de história por meio da oficina valoriza a empatia na relação entre os sujeitos históricos, com o respeito necessário para entender o outro e seus feitos. Dessa forma, promove a inclusão de estudantes, levando-os a entender o seu lugar no mundo como sujeito e contribuindo para a formação do pensamento crítico. Esse processo estabelece um diálogo entre o presente e o passado permeado pelo ensino de história que envolve

orientação temporal, análise de fontes e o uso das mesmas. Durante uma aula-oficina, é possível investigar profundamente as fontes e compreender a mudança de entendimento sobre como usá-las.

As ações históricas, podem ser individuais ou coletivas, e causam impacto na narrativa histórica com resultados intencionais ou não-intencionais, o que requer olhar o passado com empatia. A empatia, é uma habilidade que vai além do tempo, da cultura e dos valores. Já a habilidade de entendimento admite a entrada de uma parte do passado ao presente por meio de retrospectivas de narrativas históricas significativas que são construídas. Deve-se usar a imaginação histórica para explicar a ação ou inação do indivíduo ou do coletivo histórico, buscando as inter-relações. Simultaneamente, constrói-se um novo conhecimento junto com as narrativas existentes. Ao refletir juntamente com uma avaliação confiável, chega-se a interpretações e entendimentos que levam à atividade do pensamento histórico do passado com questionamentos do presente. Assim torna-se possível uma compreensão crítica e autônoma por parte do estudante quanto ao fato histórico apresentado na aula-oficina. (Cainelli, 2021).

Isabel Barca é referência dessa nova forma de ensinar, a aula-oficina. Essa didática é baseada na educação e reflexão histórica. O professor deve selecionar o conteúdo com fontes e perguntar o que sabem sobre o assunto com uma escuta atenciosa, logo após fazer com que os estudantes analisem o material e façam suas observações, opiniões e comparações (Cainelli, 2021). Todos os envolvidos no processo produzem conclusões históricas. O aluno produz conhecimento e o professor direciona para que não saiam da perspectiva proporcionada na aula-oficina. Durante a discussão, as ideias são valorizadas, motivadas, avaliadas, reconceitualizadas e aproximadas aos conceitos de historiadores.

Os estudantes são autônomos no que aprendem, no que já sabem e no que ainda desejam saber sobre determinado fato histórico.

O que orienta este estudo é a investigação científica dentro da educação, a forma de ensinar História relacionada a cognição e a epistemologia encontrados na narrativa e disciplina de história. Busca-se, com esse processo, tornar as ideias históricas visíveis. Para construir o conhecimento necessita-se de várias características como a conversação, as observações, as intervenções intrínsecas e extrínsecas, a averiguação das ideias de discentes e docentes, o ato do exercício da profissão do professor, os instrumentos e fontes históricas. O conhecimento prévio deve existir para que haja um alinhamento entre o conteúdo, os conceitos, os saberes do professor e as ideias apresentadas (Cainelli, 2021).

Segundo Bresciani (2012), as categorias definidas pela educação histórica elaboram instrumentos de investigação que evidenciam as ideias históricas de discentes e como é possível perceber a progressão destas ideias no âmbito da disciplina de história. A observação e a investigação dessas ideias proporcionam o diálogo com as ideias e as interferências cotidianas externas e internas na produção do conhecimento histórico. Este modelo de investigação qualitativa revela, para o ensino de história, o pensar dos sujeitos sobre questões como: o sentido da história, o sentido do passado, as verdades históricas e a provisoriedade do conhecimento. Estes conceitos são categorias centrais para se pensar o ensino de história.

Para Bresciani (2012), aulas e diálogos anteriores sobre o tema a ser trabalhado na aula oficina são um fator positivo para estimular os estudantes. O trabalho com fontes, nesse caso, biografias, empregadas na oficina de História são o foco da análise de estudantes às histórias apresentadas e a realidade do cotidiano em um debate sobre as conexões entre as fontes e o presente, apresentado assim respostas e pensamento complexo. A proposta de aula oficina de Isabel Barca atinge a transformação no pensamento histórico de estudantes, por ser uma metodologia ativa em que interagem de forma autônoma no aprendizado.

Levantar e trabalhar de forma diferenciada as ideias iniciais que estudantes manifestam tacitamente, tendo em atenção que estas ideias prévias podem ser mais vagas ou mais precisas, mais alternativas à ciência ou mais consentâneas com esta. Propor questões orientadoras problematizadoras, que constituam um desafio cognitivo adequado aos alunos em presença, e não apenas um simples percorrer de conteúdo sem significado para os jovens. Desenhar tarefas adequadas ao desenvolvimento das competências em foco, que ultrapassem uma interpretação linear das fontes ou a compreensão simplista de qualquer versão histórica sobre o passado. Integrar as tarefas em situações diversificadas, não esquecendo a potencialidade de os alunos trabalharem em pares, ou individualmente, oralmente e por escrito. Avaliar qualitativamente, em termos de progressão de aprendizagem, o nível conceptual dos alunos, em vários momentos da (s) aula (s). (Bresciani, 2012 apud. Barca, 2004, p. 136-137).

A mudança de arquétipo metodológico na forma de ensinar história permite que as aulas sejam planeadas com base em pesquisas históricas e não mais em um conteúdo engessado. Na aula oficina, é possível seleccionar o recorte de dados que deseja ampliar a discussão reflexiva. O aluno é um ser pensante, autónomo, com ideias prévias, que analisa as fontes históricas apresentadas, que possui criticidade e desenvolve conhecimento e pensamentos em debate com seus pares e tendo o professor como orientador. O professor tem a missão de desenvolver um educar histórico, desafiando-os com problemas relevantes, preocupando-os com o desenvolvimento humano e social, ensinando-os ser independentes em seu agir, ter criticidade e saber arguir em debates (Barca, 2004).

A Aula Oficina: Mulheres negras - Histórias possíveis

Inicialmente realizou-se uma aula sobre as leis abolicionistas, na qual, se destacou a Lei Áurea (1888), com a libertação dos escravos.

Dessa forma a aula enfatizou como se deu essa liberdade, que deixou milhares de pessoas negras sem casa e trabalho, acusados de vadiagem, sem direito a expressão cultural e religiosa. O objetivo foi levar alunas e alunos ao entendimento sobre o pacto da branquitude para extermínio das pessoas negras no Brasil.

Como parte desta aula, fora solicitado que cada aluno produzisse um trabalho de pesquisa biográfica. Para tanto, os/as estudantes sortearam nomes de homens e mulheres negras que fizeram parte da história durante o século XIX e XX. Após a pesquisa, em uma roda de debate, cada aluno apresentou à turma a personalidade que foi sorteada com dados de onde nasceu, o que fazia, seus projetos e sua relevância histórica. Ao final, houve uma discussão sobre o porquê não há estudos mais aprofundados sobre essas pessoas nos livros, além disso, os/as alunos/as puderam debater sobre quais outras pessoas deveriam receber destaque.

Ao conhecerem um pouco da história e a importância dessas pessoas, os/as alunos/as apresentavam uma mistura de espanto, outros se identificaram, notavam semelhanças, admiração. Assim, no direcionamento da aula foram apresentados o funcionamento das leis para exclusão do negro na sociedade, o embranquecimento o que ocorreu com os negros depois que foram libertos, os enfrentamentos, como viviam e comparações com a atualidade dos negros no país. Isso gerou participação, engajamento e entendimento nos/as estudantes.

Em um segundo momento apresentou-se a oficina, que foi desenvolvida na escola durante a Feira da Consciência Negra com o tema “Mulheres negras - Histórias possíveis”. Seguindo os conceitos da pedagogia histórico crítica para estruturar a oficina de história nos moldes que Isabel Barca

Como historiadoras e historiadores temos o dever de escutar os silêncios da história, as produções sociais e de gênero que ditam o que se deve ou não ser feito, o que pode e o que não pode ser dito e os excessos de discurso e os inúmeros pontos de vista (SWAIN,1999, p.3).

O conteúdo apresentado foi História de mulheres negras que marcaram o seu tempo, realizando feitos considerados “impossíveis”, demonstrando a força da mulher negra na militância, a influência na literatura, na educação, na política pública, em movimentos e destaques de profissionais que ocupam cargos que só por pessoas brancas.

Assim, a oficina deu-se da seguinte forma: primeiro um diálogo inicial com estudantes sobre o que sabiam sobre o empoderamento negro, da importância de assumir nossos lugares na sociedade. Nesse momento, explicou-se que se tratava de uma oficina de História, na qual os/as alunos/as seriam responsáveis por analisar e teatralizar as fontes apresentadas. Foram disponibilizados objetos, roupas e acessórios previamente organizados, juntamente com biografias (mini textos), fotos e descrições que relatavam a vida de mulheres negras, apresentando-as como protagonistas de histórias possíveis.

Os estudantes, organizados em duplas ou trios, tiveram um tempo para estudar a biografia do personagem escolhido. Cada grupo selecionou um colega para se caracterizar e apresentar a personagem ou optou por narrar a história em primeira pessoa, com base nas informações fornecidas e na pesquisa complementar realizada na internet. Ao final de cada apresentação, os outros estudantes tentavam adivinhar a identidade da personalidade representada. Caso ninguém acertasse, o professor revelava quem era a figura histórica falando sobre a importância dessa mulher para a sociedade e quando necessário - ou perguntado - fazia algumas contribuições. Por fim, os/as estudantes elaboraram um painel com suas reflexões e fontes intitulado “O céu é o limite”

Nesse momento realizou-se a problematização como forma de estimular novas práticas sociais. Dentre as problemáticas abordadas, os/as estudantes refletiram sobre os desafios que essas mulheres tiveram ou têm na atualidade? O período em que viveram era favorável? A resistência faz parte das histórias possíveis? Quais as

contribuições e engajamento das mulheres pretas nos movimentos e lutas nos movimentos negro? Como se sentir representado em um país de modelos brancos? Como superaram o racismo? O que fizeram de diferente para alcançar seus objetivos? A luta das mulheres brancas são as mesmas das mulheres negras? Entre outros trazidos e articulados junto aos estudantes.

Isso levou a uma nova elaboração teórica, que favorece uma nova postura mental com relação à totalidade concreta. Ao final da oficina foi sugerido aos/as alunos/as que apresentasse o nome e a profissão da mulher negra que admira de seu convívio, que tenha uma história possível, ou que admire porque lutou e luta para ter seu espaço na sociedade ou coloquem o próprio nome e a profissão ou o feito que gostaria de realizar na sociedade como forma de se perceberem como sujeitos da e na história.

Conclusão

A partir desta experiência, foi possível trazer para a realidade da sala de aula, o ensino da história afro-brasileira, africana e indígena, tornando as Leis 10.639/03 e 11.645/08, praticáveis nas escolas - tanto para que as pessoas negras sintam-se representados quanto para que discentes, de maneira geral, saibam de história de suas origens e se orgulhem delas.

Conclui-se que o objetivo foi alcançado com a oficina, visto que os estudantes adquiriram conhecimento sobre personalidades negras, sobre importância social, cultural, política e artística, que necessitam de maior publicidade nas aulas. Além disso, foi possível gerar inspiração a partir da representatividade.

O trabalho pedagógico com o uso de biografias leva estudantes negros a criarem valores de representatividade, identidade, voz, auto estima e, principalmente, a visualizar modelos a serem seguidos para construir histórias possíveis (SWAIN, 1999), nas quais, eles são sujeitos protagonistas de suas vidas, sem se espelhar em falsos estereótipos antiquados que ainda perduram fortemente. Até os dias

atuais, os movimentos lutam para desconstruir esse perfil distorcido do negro. O professor, atuando com a pedagogia antirracista, aliada a metodologias como a apresentada neste relato utiliza uma aula oficina de história para expor, de maneira histórica e teatral, personalidades negras femininas. A intenção é tanto para as alunas negras se sentirem representadas quanto para os alunos de forma geral saberem que existiram e existem pessoas negras que fizeram a diferença na sociedade e para se colocarem no lugar delas

Desta forma, o objeto da oficina foi mostrar mulheres negras que fizeram história na sociedade, promover uma dinâmica lúdica para a aprendizagem da importância dessas pessoas na história, demonstrar que essas mulheres construíram histórias possíveis na sociedade. Além disso, buscou-se desfazer o estereótipo patriarcal que divide a sociedade em masculino e feminino, no qual, nas características femininas são limitadas a ocupar somente um lugar delimitado pelo fato de serem mulheres. Nesse sentido, visibilizar mulheres em lugares nunca pensados para ela antes, gerar empoderamento e respeito pela luta das mulheres negras.

Referências:

BARCA, Isabel (2004) – Aula Oficina: do Projecto à Avaliação. In BARCA, Isabel, org. – Para uma Educação Histórica com Qualidade: Actas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: CIEd/ Universidade do Minho; Instituto de Educação e Psicologia/Universidade do Minho, p. 131-144. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6727/672774364006/672774364006.pdf>. Acesso em: 09.nov.2024.

BERTH, Joice. Empoderamento feminismos plurais. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

BRESCIANI, Henrique. Novela em sala de aula: a utilização de “Escrava Isaura” em uma proposta de aula-oficina. História & Ensino, [S. l.], v. 18, n. esp., p. 31-53, 2012. DOI: 10.5433/2238-3018.2012v18nespp31. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/13264>. Acesso em: 16 out. 2024.

CAINELLI, Marlene. A aula-oficina como possibilidade de mudança metodológica na forma de ensinar História no Brasil. LA Alves, M. Gago, & M. Lagarto (2021), Vinte Anos das Jornadas Internacionais de Educação Histórica, p. 45-56, 2021. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/18600.pdf>. Acesso em: 16.out.2024.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Flores, 2017.

_____. Erga a voz: pensar como feminista, pensar como negra. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

MEDEIROS, Jeane Cristina. A Construção da Identidade das Meninas Negras na Escola: Mídias e Representatividade. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/37771>. Acesso em: 05.nov. 2024.

SÔNEGO, Aline; MEDEIROS, Alícia Quinhones; OLIVEIRA, Gabrielle de Souza.. O potencial educativo das biografias negras no ensino básico a partir da obra Enciclopédia Negra. Revista Tópicos Educacionais, v. 28, n. 2, p. 120-134, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6727/672774364006/672774364006.pdf>. Acesso em: 09.nov.2024.

SWAIN, Tânia Navarro. Amazonas Brasileiras? Os discursos do possível e do impossível. *Recherches qualitatives*, v. 19, p. 1-16, 1999.

ZUBARAN, M. A. Pedagogias da Imprensa Negra: entre fragmentos biográficos e fotografuras. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 60, p. 215-229, abr./jun. 2016. Disponível em: scielo.br/j/er/a/vx35zwtVptrQc5BdKcTsLTm/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15.nov.2024.

INSTRUMENTALIZAÇÃO DA PRÁTICA CENSÓRIA AO TEATRO NO BRASIL, DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)

João Pedro Galeno de Sousa¹

RESUMO

O trabalho apresenta nossa pesquisa durante o Programa de Iniciação Científica, que objetivou entender como a Ditadura Militar Brasileira instrumentalizou-se para o exercício da prática censória aos meios midiáticos, particularmente o teatro, recorte de nossa análise. Orientados pelos princípios teóricos da Nova História Política e pela historiografia acerca da produção teatral, pesquisamos os dossiês censórios das peças teatrais, inseridos no Fundo documental “Divisão de Censura de Diversões Públicas” - Arquivo Nacional, cotejando-os com a legislação censória que foi sendo sancionada paralelamente à estruturação do órgão responsável pela censura moral às diversões públicas: o SCDP, e depois, o DCDP.

Palavras-Chaves: Censura ao Teatro, Censura Moral, Censura Política, Ditadura Militar

O trabalho “Instrumentalização da prática censória ao teatro no Brasil, durante a Ditadura Militar (1964-85)” inseriu-se na pesquisa coordenada pela Professora Léa Carrer Iamashita: “Censura na Ditadura Militar” (1964-85).

A mim coube pesquisar como a censura foi instrumentalizada pelo regime autoritário no âmbito do teatro. Uma vez que a censura é um dos pilares repressivos de toda Ditadura, primeiramente eu precisava entender como ela foi sendo organizada, que instituições a realizavam, que leis foram sendo criadas para embasá-la, ao longo dos vinte e um anos do regime. Depois, eu procurei entender como o teor da legislação autoritária se expressou na prática repressora dos censores de teatro.

¹ Universidade de Brasília (UnB). joaopedrogaleno1234@gmail.com

Sabemos que no contexto internacional da Guerra Fria, as Teorias da Guerra desenvolveram a ideologia da segurança nacional, ou seja, uma noção de segurança nacional que se articulava à compreensão do combate ao inimigo interno e ao “perigo comunista”, dos problemas nacionais e à prevenção de guerras revolucionárias. (LENTZ, 2022, p. 104)

Essa preocupação com a segurança interna da nação, de suspeição do próprio cidadão nacional, que poderia ser cooptado por uma ideologia estrangeira e perigosa, foi fomentada pelo projeto de hegemonia dos EUA, que inclusive criaram a Escola Militar para as Américas (1946) para expandi-la. A criação no Brasil da ESG – Escola Superior de Guerra (1949), simboliza a incorporação pelo Brasil dessa nova concepção de guerra, que priorizava a Segurança Interna da Nação acima de tudo, preocupada em defender-se do “inimigo interno”, ou seja, construía-se a suspeição contra qualquer cidadão, percebido como elemento potencialmente perigoso de desestabilizar a nação.

Como uma das instâncias do policiamento político, a censura incide de maneira singular sobre cada meio midiático, levando em consideração o seu alcance, o tipo de influência nos seus respectivos públicos alvos e suas redes de vinculação. Nosso objetivo específico foi então estudar a instrumentalização da prática censória no Brasil durante o regime autoritário, procurando esclarecer especificidades para a atuação sobre o teatro, compreendendo a complexidade dentro das dinâmicas censoras. Assim, contribuímos para atender ao objetivo geral da pesquisa, o de alargar o entendimento sobre a conjuntura repressiva da censura em geral durante a Ditadura Militar.

Para subsidiar nossa discussão científica orientamo-nos pelos princípios teóricos da “Nova História Política”, consolidada na década de 1980, e que legitimou o retorno do âmbito político às pesquisas acadêmicas, uma vez que este havia sido desvalorizado nas décadas de 1950-60 com as críticas da história social.

Desde então, a dimensão do político tem se mostrado privilegiada por se articular com o todo social, ou, com as dimensões do social, da cultura e da economia. Também porque, na perspectiva renovada, a história política tem buscado na longa duração a história das formações políticas e das ideologias, ou seja, das culturas políticas, integrando a variedade de atores da vida social. (FERREIRA, 2003, p. 7)

A metodologia de trabalho consistiu na articulação entre os textos teóricos, a produção historiográfica acerca da produção teatral brasileira durante o regime militar e a análise de nossas fontes de pesquisa, a saber: 1) a legislação censória, e 2) os dossiês censórios das peças teatrais inseridos no Fundo documental DCDP- Divisão de Censura de Diversões Públicas, Seção “Censura Prévia”, Subsérie “Teatro”. Os dossiês consistem nos processos de submissão das peças teatrais à DCDP, nas justificativas de veto ou de liberação produzidas pelos censores do regime. Como trata-se de documentação ainda não digitalizada, a pesquisa foi feita presencialmente, na sede do AN- Seção Brasília, que custodia a documentação.

A princípio, o Regime Militar praticou a censura política de forma camuflada, mantendo uma fachada de democracia. A prática desta censura propriamente política cabia à Divisão de Segurança e Informações, do Ministério da Justiça, e ao SIGAB, Setor de Imprensa do Gabinete, do Diretor do Departamento de Polícia Federal. (FICO, 2011, p. 10).

Em separado, manteve a censura à moral, que sempre fora praticada no Brasil de forma ostensiva e que sempre contou com grande apoio social. As leis que embasavam a censura moral no momento do Golpe de 64, tal como prescrita na Constituição de 1946 e no Decreto nº 20.493/1946,² continuaram a ser utilizadas pelo Regime Militar e serviu para normatizar boa parte da censura moral

² O Decreto nº 20.493/1946 estabeleceu o funcionamento do Serviço de Censura a Diversões Públicas (SCDP).

no Brasil até o final da década de 1960. Esclarecemos que por censura política estamos nos referindo às críticas ao regime militar e às suas autoridades constituídas, pois, claro, toda censura moral é também política.

O Regime Militar manteve também a instituição responsável pela censura moral antes de 1964, o SCDP - Serviço de Censura de Diversões Públicas, criado em 1945, por José Linhares,³ e que fazia a vigilância quanto à moral e aos bons costumes, censurando as peças de teatro, revistas, filmes, programas de TV e livros. Destacamos, porém, que, em 1972, o SCDP foi melhor instrumentalizado, ganhando o prestígio de uma Divisão, por isso, mudou seu nome para DCDP.

Tratamos agora de como o Regime foi “aprimorando” a legislação e a instituição censória, de modo a melhor controlar, a melhor reprimir a sociedade. A censura propriamente política foi sendo intensificada até que assumida pelo Regime com o AI-5, em 1968, que marca a fase de endurecimento do regime e que inclusive respaldava a censura à imprensa. Como recortamos para pesquisa a censura ao teatro, trataremos apenas da censura no âmbito da moral, uma vez que o teatro se insere na categoria das diversões públicas.

Como vimos, o Decreto nº 20.493/1946 criou o SCDP, órgão para cuidar da censura moral e a regulamentava. Vejamos, por exemplo, o Art. 41 deste decreto que explicita bem o seu objetivo. O artigo negava a autorização sempre que a representação, exibição ou transmissão radiofônica:

a) contiver qualquer ofensa ao decoro público; b) contiver cenas de ferocidade ou for capaz de gerir a prática de crimes; c) divulgar ou induzir aos maus costumes; d) for capaz de provocar incitamento contra o regime vigente, a ordem pública, as autoridades e seus agentes; e) puder prejudicar a cordialidade das relações com outros povos; f) for ofensivo as coletividades ou as religiões; g) ferir, por qualquer forma, a dignidade ou o interesse nacional; h) induzir ao desprestígio das forças armadas.⁴

³ Presidente da República em exercício (29/10/1945-31/01/1946).

⁴ Art. 41 do Decreto nº 20.493/1946.

Este artigo era bastante utilizado para embasar a censura, como observamos no caso da peça “O misterioso roubo da fórmula do novo super sabão Limpa-Limpa contra a parafernália da democracia”, de Mauro Braga, submetida à censura em 1968.⁵ A comédia achincalhava autoridades e instituições do regime. Como era de praxe, três censores a examinaram. Foram unânimes em classificá-la como pornográfica.⁶ No seu parecer censório, Jose Augusto Costa, afirmou que a pornografia em palavras e gestos serviam de fundo para a intenção do autor de ridicularizar o povo e as instituições.⁷ O chefe do SCDP, Aloysio Muhlethaler de Souza, concluiu o processo com a interdição do texto por ferir a moral, baseando-se no Art. 41 do referido decreto.⁸

Porém, à medida que o regime endurecia, o SCDP foi agregando à sua prática a censura política, mesmo que não tivesse amparo legal para isso. Por exemplo, a peça da dramaturga Consuelo de Castro, “À Prova de Fogo ou Invasão dos Bárbaros”,⁹ foi submetida à censura em 1968 e foi interditada pelo seu cunho político, com base no mesmo Art. 41 do Decreto 20.493/46.

O texto girava em torno da luta estudantil contra a ditadura militar. No parecer técnico o censor justificou: “a peça tem forte conotação política, pregando a revolução armada, usando chavões tais como ‘o povo organizado derruba a ditadura’. Toca-se a ‘internacional’ e prega-se a guerra de todos os costumes atuais de nossa sociedade”.¹⁰

⁵ Dossiê BR DFANBSB NS. CPR. TEA. PTE. 144, **O MISTERIOSO ROUBO DA FORMULA DO NOVO SABÃO LIMPA-LIMPA**, Mauro Braga, 1968.

⁶ *Idem*. Pareceres dos censores Carlos Lúcio, em 30 de setembro de 1968, e Jose Augusti Costa, em 2 de outubro de 1968, p. 140-143.

⁷ *Idem*. Parecer do censor Jose Augusto Costa, em 2 de outubro de 1968, p. 142.

⁸ *Idem*. Parecer conclusivo do Chefe do SCDP, Aloysio Muhlethaler de Souza, em 17 de outubro de 1968. p. 144.

⁹ Dossiê BR DFANBSB.CPR.TEA.PTE.0627, **À PROVA DE FOGO OU INVASÃO DOS BÁRBAROS**, Consuelo de Castro, 1968.

¹⁰ *Idem*. Parecer de um censor não identificado em 20 de setembro de 1968, p. 92.

Mas a prática do órgão para censura moral fazer censura política trouxe problemas ao SCDP, como o da suspensão da censura de textos feitos pelo órgão por não existir embasamento legal. É o que se evidencia no Ofício nº 381/68, de 9/10/1968, assinado pelo Diretor da DPF-Departamento de Polícia Federal, Raul Lopes Munhoz, ao Secretário do Conselho de Segurança Nacional.¹¹

Neste ofício, o diretor da DPF fez duras críticas à Justiça Federal que liberou para apresentação peças consideradas subversivas e proibidas pelo SCDP. Denunciava o diretor que peças estavam sendo “liberadas, sumariamente, através de recursos impetrados à justiça”,¹² citando o caso da peça “I Feira Paulista de Opinião”, cuja interdição foi suspensa pelo juiz Américo Lacombe, da Vara da Justiça Federal de São Paulo, alegando que: “a Censura Federal não tem competência para apreciar textos teatrais, declarando inconstitucional, qualquer atividade censora sobre obras de arte”.¹³

Em linhas gerais é possível interpretar a apelação de Raul Lopes Munhoz a partir da função primeira do órgão censor. Como previsto na legislação sobre a censura, era cabível aos órgãos responsáveis pela esfera da moralidade a seleção do que era ou não permitido à sociedade, ou seja, delimitar o que era considerável boa moral. No imaginário dos órgãos censores era como se eles fossem os “guardiões da moral”. Miliandre Garcia diz:

Não bastante a atuação imbricada nesses dois campos distintos, os agentes censórios assumiram o papel de ‘guardiões’ da sociedade brasileira, incorporaram a função saneadora da censura de costumes e opinaram sobre a qualidade artística do material examinado. (GARCIA, 2008, p. 257)

Com isso, alega Raul Munhoz, enquanto a Justiça Federal tinha o poder de permitir a exibição de peças “flagrantemente subversivas”,

¹¹ BR.DF.ANBSB.NS.AGR.COF.ISI.03, Ofício nº 381/68 – SCDP; do Diretor da DPF, Raul Lopes Munhoz, ao Secretário do Conselho de Segurança, Brasília, 9 out. 1968, p.1.

¹² *Idem*, p.1.

¹³ *Idem*, p. 2.

os instrumentos legais do órgão censor não eram suficientes para superar essa adversidade. Segundo Munhoz, a censura se encontrava num estado de fragilidade em relação à opinião pública, levando à ideia de sua inutilidade, como também de sua ineficiência.

Após ser pressionado pelo SCDP, o Ministro da Justiça Gama e Silva criou um grupo de trabalho para revisar a legislação sobre a censura. O resultado do trabalho foi a Lei nº 5.536, de 21/11/1968, que dispôs sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas e criou o Conselho Superior de Censura.

A lei inovou ao estabelecer a formação do Conselho Superior de Censura (CSC), composto por diversas representações de diferentes setores da sociedade civil para “rever, em grau de recurso, as decisões finais, relativas à censura de espetáculos e diversões públicas” (BRASIL, 1968). O CSC seria formado por representações do Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores, Ministério das Comunicações, Conselho Federal de Cultura, Conselho Federal de Educação, Serviço Nacional do Teatro, Instituto Nacional do Cinema, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, Academia Brasileira de Letras, Associação Brasileira de Imprensa, autores teatrais, autores de filmes, produtores cinematográficos e artistas e técnicos em espetáculos de diversões públicas. O CSC só foi formalizado de fato em 1979, quando Petrônio Portela assumiu o Ministério da Justiça.

Outra inovação da Lei 5.536, de 21/11/1968 foi a inclusão da “segurança nacional” como preocupação da censura praticada pelos órgãos de censura moral. Observemos a definição de “segurança nacional” dada no Decreto-Lei nº 314, de março de 1967, Art. 3º: “a segurança nacional compreende as medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive à prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva”.

14

¹⁴ Coleção de Leis do Brasil. Decreto-Lei nº 314, de março de 1967, Art. 3º.

Em sintonia com este Decreto de 1967, a Lei 5.536/1968 proibiu em seu Art. 2º, Inciso I, II e III obras que atentassem contra a segurança nacional e o regime representativo e democrático, que ofendessem coletividades ou as religiões ou incentivasse preceitos de raça ou luta de classes e, por último, que prejudicasse a cordialidade das relações com outros povos.¹⁵ Portanto, neste Art. 2º da nova Lei encontrava-se o embasamento para enquadrar ampla gama de práticas ou intenções que pudessem, conforme a interpretação do censor, ser classificada como risco à segurança da nação e, portanto, praticar a censura política.

Dois anos depois, no então governo de presidente Garrastazu Médici, sendo Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, publicou-se o Decreto-Lei nº 1.077 em 26/01/1970, que declarava o objetivo de “proteger os valores éticos-morais da sociedade”, estabelecendo logo em seu Art. 1º: “Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação” (BRASIL, 1970). Assim, apesar do decreto explicitar direcionar-se para a censura de publicações, ao incluir “quaisquer que sejam os meios de comunicação”, permitia também censurar a produção teatral. Porém, o mais importante neste decreto quanto à censura política foi que no preâmbulo dele constava:

CONSIDERANDO que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira;
CONSIDERANDO que o emprêgo dêesses meios de comunicação **obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional.** [grifo nosso]¹⁶

Vemos acima outro texto legal que deixava espaço para a articulação entre censura moral e política, porque segundo a ideologia da segurança nacional do contexto da Guerra Fria, o comunismo estava sempre à espreita para infiltrar-se em outras sociedades a fim

¹⁵ Art. 2º da Lei 5.536 de novembro de 1968.

¹⁶ Preâmbulo do Decreto-Lei nº 1.077 em 26/01/1970.

de subverter os seus regimes políticos. E mais, difundia-se que uma das estratégias do comunismo internacional era atuar minando “as forças morais das nações”. O discurso anticomunista da Doutrina de Segurança Nacional subentendia a existência de teses conspiratórias onde o comunismo era representado como o grande perigo, a ideologia sempre pronta a invadir e degenerar nações por meio de guerras psicológicas ou de outra forma traiçoeira. Podemos entender a noção de “guerra psicológica” pela definição presente no Decreto-Lei N° 314/1967, Art. 3°, § 2°:

A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos políticos, econômicos, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.¹⁷

Observamos o quanto a proibição de “provocar opiniões, emoções contra a consecução dos objetivos nacionais” é algo abstrato e que deixa ampla margem de interpretação para atuação da repressão.

Para a historiadora Miliandre Garcia, o Decreto n° 1.077/70 foi um marco para a instauração da censura política nas diversões públicas. (2008, p. 79-80) Ou seja, uma censura feita a partir dos seus aspectos políticos que podem apresentar algum perigo ao regime ou a segurança nacional, a ponto de o órgão de censura moral inverter as estatísticas entre censura por questões morais ou políticas, isto é, houve mais peças censuradas por questões políticas do que por questões morais após este decreto, e durante os anos mais repressivos. (2008, p. 261)

Quando o Decreto n° 1.077/70 entrou em vigor, muito do que se considerava atentado à moral passou a ser enquadrado como subversão. No apostilado “Glossário de Informações (1960)” que

¹⁷ Decreto-Lei N° 314/1967, Art. 3°, § 2°.

orientava a Comunidade de Informações (SNI) consta a definição de subversão como: “(1) Ação tendente a enfraquecer a lealdade de uma pessoa ao seu governo ou organização como prelúdio à defecção ou ao trabalho de recrutamento; (2) Esforço para alterar o caráter ou fidelidade de uma organização”.¹⁸

Novamente destacamos a gama de ações ou sugestões que poderiam ser enquadradas como “falta de lealdade ou de fidelidade a uma organização, a um governo ou a uma nação”, o que dava ampla margem para interpretações e enquadramento legal para os censores.

Observemos agora na leitura de alguns dossiês censórios a prática da censura política no âmbito da censura moral.

Em março 1968, o autor Plínio Marcos submeteu a peça “Jornada de um Imbecil até o Entendimento”, que tinha cunho marxista e uma forte crítica às desigualdades sociais. A peça foi liberada pela censura prévia com cortes, e apenas para maiores de 18 anos.¹⁹ No parecer, o censor Carlos Lúcio Menezes indicou o trecho a ser cortado:

a classe operária triunfará e assumirá o poder, quer queira, quer não a decadente burguesia. O imperialismo norte americano e seus títeres internos serão esmagados pela dialética universal da história.²⁰

Segundo o censor, o trecho poderia ameaçar as relações com os Estados Unidos. A justificativa não explicitou o embasamento legal, que poderia ser tanto o Decreto nº 20.493, Art. 41, alínea “e”, ou a Lei nº 5.536, Art. 2º, inciso II.²¹

Em 1972, quando já estava em vigor o Decreto nº 1.077/70, que permitia uma censura mais rigorosa, a mesma peça foi novamente

¹⁸ BR RJANRIO X9.0.TAI.1/13. **apostila “glossário de informações”**, contendo os “termos técnicos” empregados pela “comunidade de informações” em três idiomas, assim como a equivalência entre eles, 1960, p. 38.

¹⁹Dossiê BR DFANBSB NS. COR.TEA.PTE.0430, **JORNADA DE UM IMBECIL ATÉ O ENTENDIMENTO** (Dossiê), Plínio Marcos, 1968.

²⁰ *Idem*. Parecer do Carlos Lúcio Menezes em 25 de março de 1968, p. 44.

²¹ *Idem*.

submetida à censura prévia e desta vez foi interditada. Desta vez, segundo o parecer da censora Vilma Duarte do Nascimento, a peça apresentava “cunho subversivo, incitando a luta de classes, criticando autoridades constituídas, o regime vigente no país e o povo norte americano, bem como contrariando os bons costumes e os interesses nacionais”. Duarte opinou “pela sua interdição com base no Decreto-Lei 1.077, Art. 1º e 7º; e no Decreto 20.493, artigo 41 letra b,c,d,f,g”.²²

Cabe então interpretar a liberação da peça em 1968 e a interdição em 1972 em decorrência dos instrumentos legais disponíveis. No caso da submissão em 1968, o respaldo legal era explicitamente para coibir aquilo que ferisse a moralidade e os bons costumes. Assim, a peça foi liberada, pois se enquadrava nos parâmetros morais esperados pelos órgãos censórios, apesar do seu forte cunho político.

Após o Decreto nº 1.077/70, o que é interpretado como imoral pode ser associado ao subversivo, o que fica evidenciado na justificativa de interdição dada pela censora Vilma Duarte do Nascimento, que interpretou o texto de Plínio Marcos como ataque a moral e aos bons costumes, como um acinte “contra a segurança nacional”.²³

No contexto da Distensão Política,²⁴ o Ministro da Justiça do Governo de João Baptista Figueiredo, Petronio Portella (entre 15/3/79 a 6/1/80), desativou o Decreto nº 1.077/70, significando que a atuação do DCDP deveria voltar ao âmbito da moral.

De fato, no ano de 1979 observamos que várias peças interditadas no auge da repressão eram liberadas, mesmo que com

²² *Idem*. Parecer da censora Vilma Duarte do Nascimento em junho de 1972. p. 108.

²³ De acordo com o preâmbulo do Decreto 1.077/70, “considerando que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre, e ameaçam destruir os valores morais da sociedade; considerando que o emprego desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional” (BRASIL, 1970).

²⁴ Distensão política ou abertura política foi o projeto de transição de um governo militar para um governo civil iniciada por Ernesto Geisel e continuado por João Figueiredo.

cortes. É o caso de “Liberdade, Liberdade”, de Millôr Fernandes e Flávio Rangel. A peça, estreada em 1965, passou por várias objeções da censura até que foi interdita em todo o território nacional no ano de 1969, com base na Lei nº 5.536/68. Em 1977 e 1978, “Liberdade, Liberdade” foi novamente submetida à censura prévia, mas não obteve sucesso. Somente em 1979 a peça conseguiu ser liberada para maiores de 16 anos.²⁵

Como escreveu o censor Domingos Sávio Ferreira no parecer de liberação do texto: “no contexto atual esse confronto foi esvaziado face à suspensão da censura aos meios de comunicação, dentro de uma orientação política caracterizada pela abertura julgamos que tal medida vem de encontro às novas diretrizes estabelecidas pela DCDP, no que concerne aos textos de natureza política”.²⁶

Contudo, com a morte do Ministro da Justiça Petronio Portella, em 1980, foi nomeado para o mesmo cargo Ibrahim Abi-Ackel, que reativou o Decreto 1.077/70, indicando o recrudescimento da censura ao final da ditadura, particularmente no âmbito da moral, que mantinha o seu respaldo legal e consenso social mesmo no contexto da Abertura Política.

O caso da peça “À Prova de Fogo”, de Consuelo de Castro,²⁷ exemplifica essa oscilação entre liberação/interdição de textos teatrais pela censura, ao final do processo de distensão política. A peça havia sido interdita em 1968. Com a distensão política, foi submetida à censura em 1979 e foi liberada com cortes, para maiores de 18 anos. Mas quando foi novamente submetida em 1984, foi interdita, enquadrada na Lei nº 5.536/68 e no Decreto nº 20.493/46, porque, segundo o Chefe do Gabinete, Geraldo José Chaves do DG/DPF:

Levando-se em consideração a presença de elementos na obra em questão que atentam contra o regime

²⁵ Dossiê BR DFANBSB NS.CPR.TEA.PTE 0449, **LIBERDADE, LIBERDADE OU SELEÇÃO DE TEXTOS**, Flávio Rangel e Millôr Fernandes, 1965.

²⁶ *Idem*. Parecer do censor Domingos Sávio Ferreira em 14 de maio de 1979, p. 364.

²⁷ Dossiê BR DFANBSB.CPR.TEA.PTE.0627, **À PROVA DE FOGO OU INVASÃO DOS BÁRBAROS**, Consuelo de Castro, 1968.

representativo e democrático, ofendem a religião, incentivem lutas de classes, ferem o decore público são capazes de gerir a práticas de crimes, contrariam o interesse nacional e induzem ao desprestígio das forças armadas.²⁸

Considerações finais

A censura durante a ditadura militar se estruturou em torno de instituições e leis antecedentes ao golpe de 1964. O decreto nº 20.493 de 1946 é a base legal para a constituição da censura durante o período militar, em especial, o Art. 41. Com a publicação da Lei nº 5.536, em 1968, insere-se na legislação da censura moral a questão da segurança nacional.

O segundo decreto no âmbito da censura moral, o decreto nº 1.077/70, marca a prática da censura política articulada à censura moral, pois a partir desse decreto, assuntos que se circunscreviam à esfera da moral e dos bons costumes puderam ser interpretados como um atentado à esfera política, ao serem associados à subversão, ao comunismo, a um perigo à segurança nacional.

No começo da ditadura militar, observamos que havia uma certa margem de tolerância para com críticas políticas no teatro, tendo em vista que a preocupação do censor para as diversões públicas era a ofensa à moral.

Contudo, ao final da década de 1960, houve um recrudescimento da censura e a prática de censura política inclusive no âmbito da censura moral. Vimos que a legislação foi “aprimorada” para atender à demanda do serviço de censura moral, que era pressionado para fazer censura política e não tinha base legal para fazê-lo.

Ao final da década de 1970 houve uma abertura significativa, concomitante ao processo de distensão política, mas, ainda assim, na

²⁸*Idem*, Parecer do Chefe do Gabinete do DG/DPF Geraldo José Chaves em 13 de junho de 1984, p. 305.

primeira metade da década de 1980, ocorreu um ímpeto de censura, que não podendo mais ser declarada política, foram justificadas como necessidade de se evitar a degeneração moral da sociedade.

FONTES:

Dossiês Censórios do Fundo DCDP - Divisão de Censura de Diversões Públicas, Subsérie Teatro, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal (COARQ-DF). Documentação não digitalizada.

BR DFANBSB NS. COR.TEA.PTE.0430, **JORNADA DE UM IMBECIL ATÉ O ENTENDIMENTO** (Dossiê), Plínio Marcos, 1968.

BR DFANBSB NS. CPR.TEA.PTE. 144, **O MISTERIOSO ROUBO DA FÓRMULA DO NOVO SABÃO LIMPA-LIMPA**, Mauro Braga, 1968.

BR DFANBSB NS.CPR.TEA.PTE 0449, **LIBERDADE, LIBERDADE OU SELEÇÃO DE TEXTOS**, Flávio Rangel e Millôr Fernandes, 1965.

BR DFANBSB.CPR.TEA.PTE.0627, **À PROVA DE FOGO OU INVASÃO DOS BÁRBAROS** (Dossiê), Consuelo de Castro, 1968.

BR RJANRIO X9.0.TAI.1/13. **APOSTILA “GLOSSÁRIO DE INFORMAÇÕES”**, contendo os “termos técnicos” empregados pela “comunidade de informações” em três idiomas, assim como a equivalência entre eles, 1960.

BR.DF.ANBSB.NS.AGR.COF.ISI.03, **Ofício nº 381/68 - SCDP**; do Diretor da DPF, Raul Lopes Munhoz, ao Secretário do Conselho de Segurança, Brasília, 9/out./ 1968.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de jan. 1970**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03//Decreto-Lei/1965-1988/Del1077.htm#:~:text=DECRETA%3A,sejam%20os%20meios%20de%20comunica%C3%A7%C3%A3o.. Acessado em: 27 de set. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/decreto/1930-1949/D20493.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2020.493%2C%20DE%2024%20DE%20JANEIRO%20DE%201946.&text=Aprova%20o%20Regulamento%20do%20Servi%C3%A7o,Departamento%20Federal%20de%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%BAblica .Acessado em: 27 de set. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 314, de 13, de março de 1967.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 23 de set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.546, de 21 de nov. 1968.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/15536.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.536%2C%20DE%2021%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201968.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20a%20censura%20de,Art.. Acessado em: 27 de set. 2024.

BIBLIOGRAFIA:

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural.** Lisboa: Estampa, 1998.

COSTA, Iná Camargo. **A Hora do Teatro Épico no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

FARIA, João Roberto (dir.). **História do teatro brasileiro, volume 2: do modernismo às tendências contemporâneas.** São Paulo: Perspectiva: Edições SESC-SP, 2013.

depois (1964-2004). São Paulo: Edusc, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação da obra RÉMOND René (org.) **Por uma História Política.** Rio de Janeiro: FGV, 2003. 2ª ed., 2003.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura-regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

_____. Prezada Censura: cartas ao regime militar. **Topoi:** Revista de História: programa de Pós-graduação em História Social do UFRJ / 7 letras, p. 251-283, setembro de 2002.

_____. In: MARCELINO, Douglas Átila. **Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

GARCIA, Miliandre. **“Ou Vocês Mudam ou Acabam”:** Teatro e Censura na Ditadura Militar (1964-1985). Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

_____ **Quando a moral e a política se encontram:** a centralização da censura de diversões públicas e a prática da censura política na transição dos anos 1960 para os 1970. *Dimensões*, vol. 32, 2014, p. 79-110.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda:** Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988. 1. ed. São Paulo: Boi Tempo, 2004.

LENTZ, Rodrigo. **República de Segurança Nacional: militares e política no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular/ Fundação Rosa de Luxemburgo, 2022.

MAGALDI, Sábato. **Panorama do Teatro Brasileiro.** 5. ed. São Paulo: Global Editora, 1997

MAGALDI, Sábato. **Um Palco Brasileiro.** São Paulo: Editora Brasiliense s.a., 1984.

MARCELINO, Douglas Atila. **Subversivos e pornográficos:** censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

MOBY, Alberto. **Sinal fechado:** a música popular brasileira sob censura. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1994.

RODRIGUES, Carlos; MONTEIRO, Vicente; GARCIA, Wilson de Queiroz. **Censura federal.** 1. Ed. Brasília: C.R. Editôra Ltda., 1971.

VIEIRA, Nayara da Silva. **Entre o imoral e o subversivo:** a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) no regime militar (1968-1979). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade de Brasília, 2010.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL EM OLIVEIRA VIANNA: OS CAMINHOS PARA A “DEMOCRACIA AUTORITÁRIA”

José Sarto Fulgêncio de Lima Filho¹

RESUMO

Este artigo analisa a articulação da proposta de organização sindical na obra de Oliveira Vianna para a concretização de seu projeto de Estado autoritário. Os objetivos específicos são: identificar os fundamentos da “democracia autoritária” defendida pelo autor; analisar a ideia de organização corporativa sindical presente nos livros *Problemas de direito corporativo* e *Problemas de direito sindical*; e compreender o papel da organização sindical na concretização do Estado autoritário proposto por Vianna. Trata-se de uma pesquisa explicativa na História das Ideias, analisando os dados de forma qualitativa, a partir de uma investigação bibliográfica sobre a obra Vianna. Verifica-se que o intelectual defende o sindicato como um instrumento de “organização das opiniões democráticas” e atendimento aos interesses do Estado autoritário.

PALAVRAS-CHAVE: Oliveira Vianna; Autoritarismo; Corporativismo; Sindicato.

INTRODUÇÃO

No início do século XX, efervesceu no Brasil um debate ideológico que buscava propor formas de organização política alternativas àquelas predominantes na Constituição de 1891, de base fortemente inspirada no liberalismo político de países como França, Estados Unidos e Reino Unido. Inúmeras perspectivas emergiram nesse período, no entanto, a instauração do Estado Novo em 1937 é sintomática da força que as ideias denominadas *autoritárias*² ganharam nesse período.

¹ Doutorando em Direito pela Universidade de Brasília. E-mail: sarto_filho@outlook.com

² Por ideias “autoritárias”, estou seguindo uma perspectiva semelhante à adotada por Rogério Madeira Pinto (2018) e Luís Rosenfield (2021), que se referiam a perspectivas intelectuais predominantes na década de 1930 caracterizadas por uma

Um dos principais difusores dessas ideias foi Oliveira Vianna (1939), sociólogo e consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio entre os anos de 1932 e 1940. Amparado em uma perspectiva de que a população não estava preparada para participar da vida política, como acontecia em países como França, Reino Unido e Estados Unidos, esse intelectual chegou a defender que o Estado Novo instaurou uma “democracia autoritária” como caminho possível para a unidade política para uma suposta realidade brasileira.

Suas ideias serviram tanto para fundamentar o funcionamento do Estado Novo, como também ocuparam papel central na construção da legislação trabalhista brasileira³. Em dissertação de mestrado defendida em 2023⁴, verifiquei que Vianna, a partir da sua atuação no Ministério, enxergava nos sindicatos uma entidade que poderia contribuir para dar um espaço importante para a concretização das suas ideias políticas. Por essa razão, procuro debater neste texto como essas ideias se articulavam e ganhavam forma nos seus livros.

O objetivo geral deste artigo é investigar a articulação da proposta de organização sindical presente na obra de Oliveira Vianna para a concretização de seu projeto de Estado autoritário. Os objetivos específicos são: identificar os fundamentos daquilo que ele

maior centralização do poder político nas mãos do Estado, menor “rigidez” da separação dos poderes e fortalecendo do poder do chefe do Executivo para regular a vida civil. Essa contextualização é necessária porque, embora uma das consequências dessas ideias seja o enfraquecimento da participação popular, a expressão *autoritarismo* não assumia na época o mesmo tom pejorativo verificado nos dias atuais. Para seus defensores, tratava-se de um modelo de organização político-jurídica em que vigorava o princípio da prevalência da “autoridade” do Estado sobre a vida civil. Não à toa que, conforme discuto no texto, Oliveira Vianna (1939) utilizava a expressão “democracia autoritária”, argumentando que era possível uma “democracia” sem ampla participação popular e contrapondo-se à “democracia liberal” praticada em países como Reino Unido, Estados Unidos e França.

³ Biavaschi (2005) menciona a centralidade do papel de Oliveira Vianna na elaboração da legislação trabalhista. Há um estudo importante elaborado por Fontana (2017) sobre os pareceres desenvolvidos nessa fase de consultor jurídico.

⁴ A dissertação mencionada discute a articulação do conceito de corporativismo nos livros de Oliveira Vianna e como esse conceito se projetava nos pareceres publicados no Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio entre os anos de 1934 e 1940, período em que a circulação do documento coincidiu com a permanência do intelectual no cargo de consultor jurídico (Lima Filho, 2023).

denominava “democracia autoritária”; analisar a ideia de organização corporativa sindical presente nos livros *Problemas de direito corporativo* e *Problemas de direito sindical*; e compreender o papel da organização sindical na concretização do Estado autoritário proposto por Vianna.

O trabalho se faz a partir de um estudo na História das Ideias, adotando Skinner (2017) e Pocock (2003) como principais referenciais metodológicos para compreender o contexto em que as ideias do autor se produziam e o que ele buscava fazer a partir dessa perspectiva. Trata-se de uma pesquisa explicativa, que analisa dados primários e secundários de maneira qualitativa. Esses dados são colhidos por meio da revisão bibliográfica focada em três trabalhos de Oliveira Vianna: *O idealismo da constituição*, *Problemas de direito corporativo* e *Problemas de direito sindical*.

O artigo se desenvolve em três etapas. Na primeira etapa, procuro debater os fundamentos do Estado autoritário em Oliveira Vianna a partir da expressão “democracia autoritária”, adotada pelo autor na segunda edição aumentada do livro *O idealismo da constituição*. Em seguida, demonstro o modelo de organização sindical proposto pelo autor nos livros *Problemas de direito corporativo* e *Problemas de direito sindical*. Por fim, discuto o papel que o sindicato apresentava para a concretização desse modelo de organização estatal para o autor.

UMA NOVA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: A “DEMOCRACIA AUTORITÁRIA”

Para além do desconforto que a combinação dessas duas palavras gera, a expressão “democracia autoritária” sinaliza um pouco de como Oliveira Vianna queria apresentar a sua proposta de organização política do Estado durante os anos 1930. A simples junção desses vocábulos sugere que, na visão do autor, havia pelo menos dois tipos de democracia: uma autoritária e uma não-autoritária. O uso

desse termo está presente no seu principal escrito político da década de 1930: a segunda edição aumentada do livro *O idealismo da constituição*, publicada em 1939.

Amadurecendo um pouco mais ideias que já se faziam presentes ainda nos anos 1920⁵, Oliveira Vianna (1939) demonstra seus pontos de defesa da ampliação e centralização dos poderes do Estado, fortemente inspirados em autores como Euclides da Cunha, Silvio Romero e Alberto Torres⁶. No texto, o termo é utilizado para se contrapor à ideia de “democracia liberal”⁷. O emprego da expressão parece sinalizar uma tentativa de elastecer o conceito de “democracia”, com o objetivo de pensar em outros modelos de organização estabelecidos fora das bases do liberalismo político. Em outras palavras, o autor defende que é necessário pensar formas de organização política que parem de problematizar a organização do voto para discutir as “fontes da opinião”⁸, tendo em vista um

⁵ *O idealismo na constituição* foi publicado primeiro na forma de um artigo em 1924 e, posteriormente, como livro em 1927. No entanto, em 1939, foi ampliado e contextualizado ao momento do Estado Novo, caracterizando-se por uma das principais apologias da época.

⁶ A influência do pensamento de Alberto Torres é reconhecida por Vianna (1947) em *Problemas de política objetiva*, cuja primeira edição foi publicada em 1930. Já a influência de Euclides da Cunha e Silvio Romero é indicada pelo autor em *Instituições políticas brasileiras*, publicado originalmente em 1949 (Vianna, 1999).

⁷ Na nota de rodapé, o autor está falando do Estado Novo instituído em 1937 e explica: “Esta expressão ‘Estado Autoritário’ não me parece das mais felizes. No fundo, ha qualquer cousa de pleonastico nesta denominação – porque o conceito de Estado implica, de si mesmo, a idéa [sic] de auctoridade. O que se instituiu foi a Democracia Auctoritaria, isto é, a democracia fundada na **autoridade** e não mais na **liberdade**, como princípio essencial. Esta expressão ‘democracia auctoritaria’ foi empregada pela primeira vez por Goebbels (v. Mankfwicz – *Le national-socialisme allemand*, 1937, pg. 113)” (Vianna, 1939, p. 149, grifo do autor).

⁸ De acordo com o autor: “No Brasil, o problema fundamental da organização [sic] democratica não pode ser este [o problema eleitoral, do voto, dos modos da manifestação da opinião popular], não póde ser o mesmo [dos Estados Unidos] da America e da Europa. O nosso problema político fundamental não é o problema do voto – e sim o problema da organização das fontes da opinião. Temos que suprir pela acção consciente do individuo e do Estado, e até onde fôr possível, aquillo que a nossa evolução histórica ainda não nos poudé dar: estrutura, organização [sic], consciência collectiva. O problema da organização do voto só seria o problema capital da nossa democracia, se aqui, á maneira da Europa ou da America, a opinião já estivesse organizada. Ora, não há maior ilusão do que suppôr que no Brasil existe uma opinião organizada [...]” (Vianna, 1939, p. XIV-XV).

problema histórico de formação social brasileira que supostamente seria o motivo das problemáticas enfrentadas na época.

Não é difícil imaginar a razão disso. Vianna era um ferrenho crítico das problemáticas evidenciadas na Primeira República, caracterizadas pelas instabilidades políticas que redundaram em mobilizações militares, como o tenentismo, bem como nas crescentes revoltas populares e mobilizações sociais, como foi o caso da Greve Geral de 1917. Movimentos como esses eram sintomas de uma forte falta de consciência de pertencimento a uma mesma nação.

Sua preocupação com a organização política se justificava por motivos “científicos”. Na dissertação de mestrado, verifiquei que a influência do pensamento de Silvio Romero em Oliveira Vianna serviu para que o autor se inspirasse nos estudos sociológicos de Le Play e seu método monográfico, investigando grupos sociais distintos e suas particularidades, para se chegar a conclusões sobre seu processo de formação social (Lima Filho, 2023). Segundo Vianna (1939), uma investigação desse desenvolvimento permite perceber que o latifúndio serviu de base para a própria organização das populações brasileiras que se faziam agregadas em tornos de clãs familiares dos proprietários de terras.

A política brasileira era, para o autor, estruturada em torno desses clãs, que agregariam em torno de si os grupos populacionais dedicados a defender o seu poder político e econômico. Ele acreditava que a concentração de poder das oligarquias estaduais se devia justamente ao controle político desses grupos poderosos sobre as populações desprovidas de recursos econômicos, ao mesmo tempo em que as instabilidades políticas derivavam das disputas de poder.

Em *O idealismo da constituição*, Vianna (1939) tece críticas contundentes ao sistema de representação partidário e ao voto individual. Sua fala sobre o assunto está centrada principalmente na ideia de que o partido político ganhava um tom distorcido no Brasil, por servir como forma de agregar a população em torno desses clãs

políticos. Muito mais do que uma ferramenta para reunir sujeitos com ideologias semelhantes entre si, o partido político servia como instrumento de captação de eleitores para se manter sob o domínio de grupos oligárquicos locais. De acordo com ele:

No Brasil, não acontece a mesma coisa [que em países como Estados Unidos, Reino Unido e França, onde os partidos políticos aglutinam interesses comuns de um determinado grupo]. Os partidos políticos nunca representaram, nem representam, interesses colectivos, quer economicos, quer de classes: *os motivos de aglutinação dos individuos em partidos são apenas interesses pessoas em busca de satisfação ou de protecção [...]* (Vianna, 1939, p. 182-183).

A partir desses elementos, a conclusão de Vianna (1939) é que há no Brasil uma formação social pautada em uma perspectiva de proteção ao clã político. É necessário destacar, no entanto, que isso não é apontado pelo autor somente como fruto de fatores de organização social, mas também por fatores geográficos e raciais. Seu estudo político parte do pressuposto de que a diversidade de organização geográfica e uma suposta inferioridade racial das populações brasileiras em relação à europeia seriam as condicionantes para essas problemáticas na organização política⁹.

Com isso, seu objetivo é argumentar que havia no Brasil, diferentemente das experiências do Reino Unido, da França e dos Estados Unidos, um suposto despreparo da população para participar ativamente da vida política. Esse despreparo era motivo para que a instituição dos partidos políticos e do voto individual fosse utilizado de forma distorcida por oligarquias locais para ampliar suas condições de poder e seus mecanismos de controle sobre a população.

⁹ Em *Instituições políticas brasileiras*, para além dos elementos geográficos e raciais, Vianna (1999) também acrescenta o elemento cultural como determinante para um suposto despreparo para que a população participe da vida política. No entanto, o fator cultural ainda não estava presente em textos políticos publicados antes da década de 1940, como *O idealismo da constituição* e *Problemas de política objetiva*. Angela de Castro Gomes (2009) classifica essa mudança como uma virada no pensamento do autor, caracterizada pelo contato com a Escola Sociológica de Chicago e os textos de Robert Park.

Em sentido semelhante ao que procuro discorrer neste artigo, Rogério Madeira Pinto (2021) indica que a característica central do pensamento de Oliveira Vianna é a sua *demofobia*. Isso significa que sua construção teórica buscava pensar em um modelo de organização política em que a participação popular fosse reduzida em razão de uma suposta incapacidade de tomada de decisão. A política deveria ser assunto das elites intelectuais formadas por pessoas com conhecimento técnico para tomar decisões que refletissem os “interesses reais da nação”.

Ao que parece, o uso do conceito de “democracia autoritária” é uma forma de elastecer a ideia de democracia para conseguir abarcar uma forma de organização que permita a reduzida participação popular e, assim, legitimar o golpe do Estado Novo em 1937. Uma leitura atenta da segunda edição aumentada de *O idealismo da constituição* permite perceber que o discurso de Vianna (1939) argumenta constantemente que o apego às formas jurídicas liberais predominantes na Constituição de 1891, com destaque para o sufrágio universal e para o partido político, não se adequa a uma suposta realidade nacional. Essa suposta realidade seria caracterizada pelo despreparo decorrente não somente da formação social, mas também de condicionantes “naturais” como a geografia e a “inferioridade racial”.

Por essa razão, seu texto defende uma ideia de organização democrática com base não nos partidos políticos, mas em instituições que procurem reunir os interesses de classe de diversos grupos da sociedade brasileira. No entanto, essas ideias parecem ganhar corpo somente no final dos anos 1930 para início dos anos 1940, época da publicação das obras *Problemas de direito corporativo* e *Problemas de direito sindical*, dando ênfase sobretudo aos sindicatos.

A ORGANIZAÇÃO SINDICAL CORPORATIVA

A busca por abolir os modelos de organização política instituídos pelo liberalismo político predominante na Constituição de 1891 parece ser uma constante nos textos de Oliveira Vianna. Amparado em uma explicação de como se deu a formação social brasileira, o autor vê nos clãs políticos locais o principal problema responsável pelas instabilidades vivenciadas no início do século XX. A sua ideia de fortalecimento da “autoridade” do Estado em uma “democracia autoritária” tem por objetivo fazer com que as diferentes populações brasileiras consigam se reconhecer como uma unidade nacional, eliminando as diferenças identitárias causadas pelo localismo¹⁰.

Na sua perspectiva, o partido político era uma instituição que agregava interesses comuns de um determinado grupo populacional. Porém, diferentemente das experiências dos Estados Unidos, do Reino Unido e da França, para Vianna (1939) o partido teve a sua experiência distorcida para defender interesses particulares. Era necessário portanto pensar em outra forma de agrupamento da população com base em interesses comuns de uma determinada região. Inspirado na efervescência dos debates predominantes na época, a saída para isso estava nas corporações¹¹, entidades vistas por Oliveira Vianna para

¹⁰ Rogério Madeira Pinto (2021) menciona o *localismo* como a característica de descentralização do poder na Primeira República, na qual as oligarquias estaduais conseguiam estruturar seu controle político sobre as populações locais. Oliveira Vianna procurava pensar em formas de organização do poder caracterizadas pela centralização, como maneira de assegurar a unidade política e a identidade nacional.

¹¹ O corporativismo é uma categoria que permite múltiplas interpretações e precisa ser manejada com cuidado, para evitar anacronismos. A maior parte das propostas de organização corporativa do período encontra, em maior ou menor medida, inspiração na Carta Encíclica *Rerum Novarum*, escrita por Leão XIII (1891) para defender uma forma de agregação de pessoas com base nos interesses econômicos comuns. Essa proposta do documento religioso vem em tom de defesa das antigas corporações de ofício da Idade Média. No entanto, Viscardi (2018) salienta que é necessário tomar cuidado com essas aproximações. Muito embora essas ideias encontrem inspiração nos modelos da Idade Média, na prática as experiências do século XX acontecem em outro contexto e procuram responder problemas distintos. Isso porque elas não defendiam somente interesses do grupo de trabalhadores. As experiências corporativas da modernidade se caracterizaram por estabelecer entidades que atuam em processos decisórios relativos aos interesses das categorias que representam, mediante atuação definida por norma estatal e também por ter

agregar interesses comuns, principalmente de natureza econômica e profissional.

A maneira como Vianna pensa a organização corporativa no Brasil considera tanto inspirações teóricas, sobretudo em Manöillesco¹², no *New Deal*¹³ dos Estados Unidos, como também a sua experiência enquanto consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Fontana (2017) chama a atenção para o fato de que a prática jurídica de Oliveira Vianna no órgão e o conteúdo dos seus livros parecem se inspirar mutuamente. Dessa forma, muito do conteúdo dos pareceres desenvolvidos por Vianna busca confirmar ideias que já eram defendidas nos seus escritos políticos.

Isso se corrobora nos livros *Problemas de direito corporativo e Problemas de direito sindical*. O primeiro, publicado pela primeira vez em 1938, era um compilado de artigos publicados inicialmente no *Jornal do Commercio*, em 1937, e republicados no *Boletim do*

capital de efeito político real ou simbólico sobre os acontecimentos relativos aos interesses de classe.

¹² Em *O século do corporativismo*, esse autor defende que o corporativismo: “É integral porque a idéia de corporação não abrange apenas as formações de natureza estritamente econômica, mas compreende também os órgãos de todas as forças e atividades sociais e culturais da nação, considerando como corporações a igreja, o exército, a magistratura, o corpo de educadores, os núcleos representativos dos interesses da saúde pública, das ciências e das artes. E o corporativismo é puro por julgar que as corporações econômicas e não econômicas constituem a base e a única legítima, sobre a qual se devem estabelecer o poder político e a suprema autoridade legislativa. De acordo com o conceito do verdadeiro corporativismo, as corporações não promanam de qualquer autoridade estranha a elas, mas são a única fonte donde procede todo o poder do Estado” (MANOÏLESCO, 1938, p. XVIII). Essas ideias influenciaram Oliveira Vianna sobretudo por se apresentar como uma forma de integração orgânica das corporações ao Estado. No entanto, Vieira (2010) indica que essa influência não se concretizou na prática, tendo em vista que Manoïlesco tem uma aproximação muito maior com o fascismo e com a mobilização das massas características dos regimes totalitários, o que não se verificava nas pretensões elitistas e tecnocráticas de Vianna.

¹³ A influência do modelo de corporação instituído pelo *New Deal* na obra de Oliveira Vianna é estudada por Melissa Teixeira (2023). A autora defende que o corporativismo estava para além da experiência do fascismo italiano e outras ideias alternativas ao liberalismo político e econômico estavam em circulação e cita como exemplos: o *New Deal*, a doutrina social da Igreja Católica na Carta Encíclica *Rerum Novarum*, o anticapitalismo de George Sorel e o protecionismo de Mihail Manoïlesco. Por isso, ela argumenta que não há como reduzir os elementos de Oliveira Vianna somente às experiências autoritárias, tendo em vista o entrelaçamento com outras experiências.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio¹⁴ no ano seguinte. Já o segundo reflete alguns dos pareceres trazidos por Vianna sobre como deveria ser a organização sindical. Na análise de Costa (1993), em ambos os trabalhos o autor estava procurando utilizar o Direito como instrumento de força moral e mudança social. Era necessário reconhecer novos atores sociais e a legislação deveria acompanhar para incorporar mudanças importantes nesse contexto.

Na tentativa de legitimar as mudanças apontadas como necessárias, Vianna (1983) afirma que havia no período uma tendência mundial verificada não apenas nos países com regimes autoritários e totalitários, mas também nos países em que imperava o liberalismo enquanto ideologia política. Segundo ele, essas experiências apontavam para a necessidade de incorporar corporações integradas ao Estado para a realização de serviços públicos ou de reconhecer a competência delas em corporações já existentes¹⁵.

Sua percepção de realidade, segundo Gomes (1993) partia do pressuposto de haver uma tendência mundial de expansão das atividades estatais, especialmente em matéria econômica e social. A dificuldade de o Estado atender inúmeras demandas implicava na necessidade de uma organização administrativa mais eficiente,

¹⁴ Na dissertação do mestrado, verifiquei que as edições de agosto a outubro de 1937 do *Jornal do Commercio*, bem como as edições de fevereiro a julho de 1938 e de novembro e dezembro de 1938 do *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, já contavam com a presença de textos que mais tarde iriam integrar o livro *Problemas de direito corporativo* (Lima Filho, 2023).

¹⁵ Nas palavras do autor: “Este movimento de caráter descentralizado e que é geral no mundo civilizado, revela-se principalmente no sentido de uma descentralização funcional (ou “funcionalista”, como quer Duguit) das atividades do Estado, paralela, ou mais exatamente, contraposta à descentralização territorial. Descentralização “autárquica”, como chamam os italianos, ou descentralização “por serviço”, como chamam os franceses, ela é, sem dúvida, o aspecto mais ressaltante das novas organizações administrativas. Pode-se dizer que esta descentralização caracteriza a estrutura do Estado moderno. Revista-se de forma institucional, ou da forma sindicalista, ou da forma corporativa, o seu objetivo, como observa La Pradelle, é desembaraçar o Estado de todas aquelas funções, de que ele se incumbia modernamente, mas que não estão de acordo com suas funções tradicionais. Genny vê, neste fato, o desenvolvimento do princípio da colaboração dos particulares com o Estado, colaboração imposta pelas condições mesmas da vida moderna e pelo abandono da concepção, própria à doutrina democrático-individualista, do antagonismo entre a Sociedade e o Estado” (Vianna, 1983 p. 52, grifos do autor).

delegando funções legislativas e judicantes a novas organizações, que ele denominava *autarquias*.

É necessário destacar que as *autarquias* apontadas por Vianna não carregavam o mesmo sentido daquilo que visualizamos nas entidades indicadas pelo Direito Administrativo atual. Seu sentido é mais amplo e não parece ter uma definição muito bem elaborada. Em linhas gerais, ele utiliza essa denominação para falar de entidades que atuam em diversas funções de interesse do Estado, podendo se aplicar não somente a pessoas jurídicas que hoje recebem essa denominação, mas também a outras que apresentam esse papel, como é o caso dos próprios sindicatos¹⁶.

É justamente nesse ponto que os sindicatos ganham relevância para o autor. Para Vianna (1943), apesar de sua natureza jurídica privada, essas entidades eram dotadas de relevância para realizar atividades importantes para o Estado, como a fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista e a participação na elaboração de normas trabalhistas pertinentes aos diferentes setores econômicos. Por isso, caberia ao poder estatal conferir prerrogativas aos sindicatos para que eles pudessem atuar na elaboração da legislação trabalhista.

No entanto, como partidário de uma unidade política conferida pela autoridade estatal, representada pelo chefe do Executivo, ele entendia que esse papel não deveria ser conferido a todo e qualquer sindicato organizado espontaneamente. O Estado precisaria “organizar” as classes em *categorias*, critérios de agregação fundados na semelhança de atividade econômica no âmbito da representação patronal e de profissões e condições de vida no âmbito da

¹⁶ Segundo Costa (1993, p. 136): “[...] Por vezes o termo refere-se às organizações do serviço público destinadas a administrar os conflitos coletivos de interesses. Os Tribunais do Trabalho por exemplo. Outras vezes o termo é utilizado como referência ao Conselho Nacional do Café, ao Instituto do Açúcar e ao Instituto do Café de São Paulo. Outras vezes ainda, é utilizado para falar das comissões e conselhos técnicos norte-americanos e também para fazer referência às Delegacias do Trabalho Marítimo, criadas no Brasil em 1934, nas quais ressalta a sua composição paritária, ao lado das funções legislativas, executivas, jurisdicionais e coercitivas de que eram dotadas [...]”.

representação dos trabalhadores. Dessa forma, sindicatos, para serem reconhecidos, deveria representar somente integrantes de uma mesma categoria do lado empregadores ou dos empregados¹⁷ (Vianna, 1943).

Além disso, somente um sindicato de categoria de trabalhadores ou de patrões poderia ter suas prerrogativas reconhecidas dentro do território de um mesmo município. Assim, Vianna (1943) põe um limite à criação de sindicatos, tanto do ponto de vista dos critérios de agregação dos seus participantes, como também do ponto de vista da quantidade de entidades representativas em uma mesma localidade. Essa limitação se deve justamente em razão da articulação dos interesses dos sindicatos com os interesses do Estado autoritário.

Trata-se de um mecanismo de estabelecer um controle sobre as entidades, sob o pretexto de que caberia ao Estado criar as condições para a participação do povo na vida política. Isso porque os sindicatos seriam uma ferramenta de participação indireta da população na vida política, reservando a atuação mais direta para entidades formadas por elites intelectuais “mais preparadas” para administrar a vida pública.

O PAPEL DO SINDICATO NA “DEMOCRACIA AUTORITÁRIA”

¹⁷ Vianna (1943) defendia que sua proposta de organização sindical apresentava critérios de organização distintos do modelo italiano e, como já mencionado, sua proposta corporativa é inserida em um contexto mais amplo do que a experiência italiana. Para a experiência brasileira, sua posição é a de que o critério de agregação deveria levar em conta o máximo de semelhanças nas condições sociais para estimular o sentimento de solidariedade entre os integrantes de uma mesma categoria. Daí ele menciona: “[...] Dada a pouca diferenciação da nossa estrutura econômico-profissional, esses sindicatos, assim homogêneos e especializados, só se poderiam vir a constituir, seguramente, nos grandes centros metropolitanos, como os do Sul: naturalmente, na capital de S. Paulo e no Distrito Federal. O resto do país – principalmente nas vastas regiões dos municípios do interior, – ficaria praticamente desprovido de organizações sindicais, desde que estas só se poderiam constituir ali, *principalmente as patronais*, pelo critério da similaridade ou da conexidade” (Vianna, 1943, p. 153, grifo do autor).

Muito mais do que uma organização voltada para a defesa de interesses comuns dos trabalhadores, o sindicato era visto por Oliveira Vianna como uma entidade de importante papel político para a concretização das suas ideias autoritárias. No entanto, é necessário destacar que, de alguma maneira, essas ideias já eram uma realidade desde o Governo Provisório e encontrou no autor um ardente defensor, de tal modo que essa forma de organização estatal prevaleceu anos mais tarde.

Em 1931, foi publicado o Decreto 19.770¹⁸, que instituiu uma organização sindical nesses moldes e já tinha sido objeto de críticas¹⁹. A sua forte defesa a esse modelo, cujos elementos manifestaram sua continuidade em 1939, com Decreto-lei 1.402²⁰, foi determinante para que essa ideia conseguisse predominar, tendo em vista que a legislação trabalhista operava um papel da mais alta relevância no Governo Vargas. A fundamentação se sustentava em argumentos “científicos” sobre a formação social e política brasileira e uma preocupação com as “fontes de opinião democrática”.

Essa preocupação com a organização da sociedade civil, ao invés da sua participação, como já visto anteriormente, se deve à sua

¹⁸ De acordo com as principais disposições do Decreto, empregados e empregadores deveriam se filiar aos seus respectivos sindicatos “oficiais” para gozarem dos benefícios oriundos das reivindicações e negociações da classe. Além disso, os sindicatos precisariam de autorização prévia do Ministério do Trabalho e prestar contas anualmente das atividades que realizava (Brasil, 1931).

¹⁹ Em parecer intitulado *Organização Sindical*, publicado no Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no ano de 1935, Oliveira Vianna (1935) respondia a críticas elaboradas pelo intelectual católico Alceu Amoroso Lima quanto aos moldes de organização sindical previstos no Decreto nº 19.770. Os ataques enfatizavam que a unicidade e na divisão em categorias, pontos centrais do decreto e das ideias de Vianna, violavam o direito de associação, discriminava membros das classes, excluía elementos de ponderação e estabilidade e repelia a contribuição do elemento moral e religioso. Para melhor compreensão do debate sobre esta celeuma, recomendo a leitura do artigo *Oliveira Vianna entre a práxis e a teoria: a organização corporativa sindical em face do sindicalismo confessional* (Lima Filho; Cabral, 2023).

²⁰ Publicado durante o Estado Novo, o Decreto-lei 1.402 estabeleceu as bases da organização sindical que reconhecia os sindicatos como entidades responsáveis pela fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista e para o atendimento às reivindicações de grupos patronais e de trabalhadores. Suas determinações centrais confirmavam as ideias de Oliveira Vianna sobre o reconhecimento de um único sindicato por uma base territorial não inferior a um município, enfatizando a importância da sua fundamentação (Brasil, 1939).

forte crítica ao sentimento faccioso presente no processo de formação social e política brasileira. Era necessário, na visão de Vianna (1943), criar mecanismos de combate a esse sentimento de pertença a clãs políticos e fortalecer a ideia de fazer parte de uma mesma nação. Por isso, a representação partidária nos moldes do liberalismo político era vista pelo intelectual como um fator de desagregação. Eram necessárias instituições que permitissem algum grau de participação política atrelada a interesses nacionais, representados pela pessoa do chefe do Executivo, sem que isso implicasse no domínio de uma população supostamente despreparada por fatores geográficos, raciais e culturais²¹.

Nesse sentido, o chefe do Executivo era um líder nacional sobre o qual recaía o ponto em comum que fazia os cidadãos se reconhecerem enquanto pertencentes à mesma nação. Por isso, conferir-lhe autoridade e permitir a ampliação dos poderes era uma forma de ratificar o ponto de convergência dos interesses de toda a sociedade. Os sindicatos, por serem instituições de agregação, também tinham em comum o fato de serem espaços em que demandas semelhantes se encontravam e, para funcionarem de modo a garantir unidade, precisariam de um mínimo de homogeneidade de aspirações.

Daí a necessidade de reconhecimento de sindicatos “oficiais”, vedando a existência de outros sindicatos representativos de uma

²¹ No prefácio de *Problemas de direito sindical*, Vianna (1943) ratifica sua histórica posição de que a falta de solidariedade social era um dado inquestionável na sociedade, cabendo ao poder Executivo solucionar essa demanda. Por isso, ele afirma: “Dêste dado sociológico, desta verdade constatada e irrefragável decorre, em consequência – para uma política vigorosamente orientada no sentido de dar uma verdadeira organização social ao nosso povo – esta conclusão pragmática: de que ao Estado Nacional corre o dever supremo de amparar, estimular e desenvolver tôdas aquelas atividades ou movimentos associativos desinteressados, inspirados em objetivos transindividuais ou extra-pessoais, que representem expressões de solidariedade social ativa. Quaisquer que sejam eles; por menores ou mais rudimentares; onde quer que se manifestem. Salvo, é claro, os que se constituem com fins anti-sociais ou anti-nacionais (hordas do “cangaço”, nos sertões, ou, ao sul, associações estrangeiras com objetivos anti-nacionalizadores, por exemplo)” (VIANNA, 1943, p. V-VI).

mesma categoria em um mesmo município. Também é daí a importância de estabelecer critérios de organização dos sindicatos por meio de condições semelhantes de trabalho e de vida, muito embora não haja uma definição muito bem estabelecida de como essas semelhanças devam ser organizadas. Por isso, o sindicato, apesar de sua origem de natureza privada, associando interesses de trabalhadores, deveria ser elevado à categoria de pessoa jurídica de direito público ao ter o seu reconhecimento operado pelo Estado:

[...] Para que uma política econômica nacional possa ser orientada pelo Estado - é óbvio - faz-se mister que o Governo tenha poder para fazer chegar essa orientação às categorias de produção interessadas - o que só seria possível com o sindicato integrado no Estado, controlado por êle, partilhando da autoridade dêste para os efeitos da direcção e disciplina interna da própria categoria. Ora, isto, como vimos, só seria possível com o sindicato único, elevado à categoria de pessoa jurídica de direito público (Vianna, 1943, p. 13).

Ao propor o caráter publicista, Vianna demarca posições claras e inovadoras sobre o papel do sindicato na “democracia autoritária”. Segundo Gomes (1993), trata-se de uma posição de combinar interesses do Estado com os patronais e de trabalhadores sem se curvar a estes. Com isso, sua organização trazia orientações pragmáticas, como liberdade, mas não autonomia sindical, e a eleição dos dirigentes condicionada ao controle direto do Ministério do Trabalho. Assim, evitava-se uma reação negativa por parte dos trabalhadores, tendo em vista que o controle dos sindicatos pelo Executivo não era totalizante, tolerando algum grau de autonomia.

Esse dado é interessante porque também ilustra como o grau de controle de Oliveira Vianna não se fazia de forma total sobre as classes trabalhadora e patronal. Ao atrelar esses interesses aos do Estado, sua posição ganhava um tom de permitir participação popular de uma forma bastante indireta. O argumento era o de viabilizar as condições para uma participação nos moldes das experiências vivenciadas nos

países em que o liberalismo político funcionava de maneira “orgânica”, como Reino Unido, Estados Unidos e França.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese não ser o único intelectual do início do século XX a tecer críticas às instituições liberais e à sua aplicabilidade a uma suposta “realidade brasileira”, Oliveira Vianna se destaca por pelo menos duas características nos seus escritos: apontar fundamentos “científicos” e propor de uma forma relativamente detalhada instituições alternativas. As severas críticas ao localismo e ao facciosismo político, amparados em supostas justificativas geográficas, raciais e culturais, serviram como fundamento para o autor defender que no Brasil havia uma distorção finalística das instituições liberais, motivo pelo qual deveria ser adotado um outro modelo de “democracia” fundada na “autoridade” do Estado.

Nesse modelo, o povo, na perspectiva de Vianna, deveria ser “preparado” por uma elite técnica e preparada, que compreendesse como atender aos “interesses nacionais”, ainda que não haja uma definição objetiva de quais seriam esses interesses. A saída, fundada na experiência nacional e estrangeira, seria reconhecer o papel de entidades de representação de interesses de natureza predominantemente econômica e integrá-los à atuação do Estado. Sua experiência no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, parecer servir para que os sindicatos tenham um papel de grande relevância nessa missão. Reconhecer a sua importância era não somente uma forma de evitar instabilidades políticas oriundas das reivindicações de trabalhadores, mas atribuir-lhes funções de interesse do Estado.

Dentre as inúmeras funções que o Estado poderia atribuir ao sindicato, Vianna destaca principalmente as de servir como termômetro dos interesses das classes trabalhadora e patronal, como também para fornecer um suposto preparo para que a população

participe da política de forma mais orgânica, desagregada de interesses facciosos. Em suma, essas duas funções defendidas pelo autor servem não apenas para desmobilização dos movimentos de trabalhadores e garantia da unidade política, como também de criar uma estratégia retórica para defender uma possibilidade de organização democrática fora das bases liberais e fundada na autoridade do chefe do Executivo.

REFERÊNCIAS

BIAVASCHI, Magda Barros. **O direito do trabalho no Brasil - 1930/1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas**. 2005. 341 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/369804?guid=1649778746219&returnUrl=%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1649778746219%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d369804%23369804&i=3>. Acesso em: 23 dez. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931**. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1931]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.402, de 5 de julho de 1939**. Regula a associação em sindicato. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1939]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1402.htm. Acesso em: 10 jan. 2025.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Corporativismo e justiça social: o projeto de Oliveira Vianna. In: MORAES, João Quartim; BASTOS, Élide Rugai (Orgs.). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Unicamp, 1993. p. 131-143.

FONTANA, Felipe. **Teoria e prática: Oliveira Vianna como consultor jurídico do ministério do trabalho, indústria e comércio (1932-1940)**. 2017. 480 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10644?show=full>. Acesso em: 23 dez. 2024.

GOMES, Angela Maria de Castro. A práxis corporativa de Oliveira Vianna. In: MORAES, João Quartim; BASTOS, Élide Rugai (Orgs.). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Unicamp, 1993. p. 43-61.

GOMES, Angela Maria de Castro. Oliveira Vianna: um statemaker na Alameda São Boaventura. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Recurso eletrônico.

LEÃO XIII. **Carta Encíclica “Rerum Novarum”**: sobre a condição dos operários. 1891. Disponível em: http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 24 dez. 2024.

LIMA FILHO, José Sarto Fulgêncio de. **Teoria e prática corporativa: a articulação das ideias de Oliveira Vianna no Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1934-1940)**. 2023. 217 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/items/397dc709-8fee-400a-a7d0-628fbc87708>. Acesso em: 23 dez. 2024.

LIMA FILHO, José Sarto Fulgêncio de; CABRAL, Rafael Lamera Giesta. Oliveira Vianna entre a práxis e a teoria: a organização corporativa sindical em face do sindicalismo confessional. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 184, n. 493, p. 94-117, set./dez. 2023. Disponível em: <https://rihgb.emnuvens.com.br/revista/article/view/70>. Acesso em: 10 jan. 2025.

MANOÏLESCO, Mihaïl. **O século do corporativismo: doutrina do corporativismo integral e puro**. Tradução de Azevedo Amaral. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

PINTO, Francisco Rogério Madeira. **A formação do pensamento jurídico-autoritário brasileiro e sua concretização no Estado Novo: Júlio de Castilhos, Oliveira Vianna, Francisco Campos e Carlos Medeiros Silva**. 2018. 293 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32510>. Acesso em: 23 dez. 2024.

PINTO, Francisco Rogério Madeira. Oliveira Vianna e a construção científica do constitucionalismo autoritário. **Revista da Faculdade de Direito**, Porto Alegre, v. 2, n. 46, p. 182-206, maio/ago. 2021.

Disponível em:
<https://www.seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/112811>. Acesso em 23 dez. 2024.

POCOCK, John Greville Agard. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. Tradução de Fábio Fernandez.

ROSENFELD, Luís. **Revolução conservadora**: genealogia do constitucionalismo autoritário brasileiro (1930-1945). Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2021.

SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na História das Ideias. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 358-399. jan./abr. 2017. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017358>. Acesso em: 23 dez. 2024.

TEIXEIRA, Melissa. Em busca de um *New Deal* Brasileiro: Oliveira Vianna e as fontes transnacionais da experiência do corporativismo no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 184, n. 493, p. 234-270, set./dez. 2023. Disponível em: <https://rihgb.emnuvens.com.br/revista/article/view/76>. Acesso em: 24 dez. 2024.

VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Brasília: Senado Federal, 1999.

VIANNA, Oliveira. **O idealismo da constituição**. 2 ed. augm. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

VIANNA, Oliveira. Organização syndical. **Boletim do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 8, p. 108-124, abr. 1935.

VIANNA, Oliveira. **Problemas de direito corporativo**. 2. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.

VIANNA, Oliveira. **Problemas de direito sindical**. Rio de Janeiro: Max Limonad, 1943.

VIANNA, Oliveira. **Problemas de política objetiva**. 2. ed. aum. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

VIEIRA, Evaldo Amaro. **Autoritarismo e corporativismo no Brasil**: Oliveira Viana & Companhia. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

VISCARDI, Cláudia. Corporativismo e neocorporativismo. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 64, p. 243–256, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/XY7HKzjYTGHqHMfKh9YmMzt/?lang=pt>. Acesso em: 24 dez. 2024.

GÊNERO E POLÍTICA: O CORPO DA MULHER NA VISÃO DE MARIA LACERDA DE MOURA

Juliana Santos Alves¹

Resumo: Maria Lacerda de Moura, escritora pioneira e uma grande influência no movimento anarquista e feminista no Brasil, foi uma educadora, escritora e ativista que abordava temas, que, para sua época, desafiavam o conservadorismo e moralismo. A autora tratava de questões sociais e de gênero, como a emancipação feminina e a maternidade consciente, mas também discutia sobre a política, no contexto de um Brasil que sofria com repressões políticas, aumento de desigualdades sociais e ascensão de ideologias autoritárias. Este trabalho explora o pensamento de Maria Lacerda a partir do inventário de suas obras desde o ano 1931 até 1934.

Palavras-chaves: Maria Lacerda de Moura; Feminismo; Maternidade; Sufrágio Feminino; Era Vargas; Política Brasileira.

Introdução

Maria Lacerda de Moura, escritora pioneira e uma grande influência no movimento anarquista e feminista no Brasil, foi uma educadora, escritora e ativista que abordava temas, que, para sua época, desafiavam o conservadorismo e moralismo brasileiros. A autora tratava de questões sociais e de gênero, como a emancipação feminina e a maternidade consciente, mas também discutia a política, no contexto de um Brasil que sofria com repressões políticas, aumento de desigualdades sociais e ascensão de ideologias autoritárias. Seus escritos e obras surgem como uma voz contestadora, já que para Maria Lacerda, o corpo feminino não devia ser relegado apenas ao espaço doméstico e submisso, mas sim, ao espaço público e político, através da emancipação e educação crítica para as mulheres. Com o novo direito de voto conquistado pelas mulheres e a onda nazifascista se

¹ Graduanda em História na Universidade de Brasília. julianaalves5463@gmail.com

aproximando do Brasil, Lacerda escreve sobre a sociedade brasileira e sua jornada ao fascismo liderada por Vargas e sobre o novo papel que a mulher teria que desempenhar nos momentos de crise em que viviam.

Este trabalho explora o pensamento de Maria Lacerda de Moura a partir do inventário de suas obras desde o ano 1931 até 1934, período marcado por grandes mudanças políticas e, conseqüentemente, sociais. A pesquisa se desenvolveu a partir de três eixos estruturantes: o porquê da escolha de Maria Lacerda, suas concepções acerca do corpo feminino e suas ações políticas, e sua participação no circuito de ideias entre mulheres antifascistas na América Latina. Com a conexão destes temas, podemos explorar suas reflexões acerca de diversos temas, já que nem sempre é possível reduzir suas publicações a um único assunto, uma vez que a autora apresenta repertório de ideias contestatórias da sociedade que surgem recorrentemente em seus trabalhos.

Por que Maria Lacerda?

“O meu dever, o dever que a minha consciência me impõe é o dever de me deixar matar, antes que me obriguem, por uma convenção idiota e útil aos poderosos, a me armar para o massacre dos meus irmãos.”
Moura, 1933, p.22

Como comentado anteriormente, Maria Lacerda de Moura foi uma professora, escritora e pioneira da disseminação do movimento anarco-feminista no Brasil, nascida em Manhuaçu-MG em 1887, cresceu e formou-se professora pela Escola Normal Municipal de Barbacena. Lacerda era uma ávida convicta da educação laica e da educação ativa, tema que ela discorre sobre em uma de suas obras “Ferrer, o clero romano e a educação laica” (1934) expressando a necessidade de separar o núcleo religioso do núcleo de ensino, para que os alunos não sejam doutrinados e incapacitados de desenvolver análise crítica e suas próprias opiniões, assim, o tema educação é recorrente em diversas obras e escritos da autora.

Como uma mulher de classe média, suas convicções se voltavam para o movimento feminista e para o movimento sufragista, apenas para abandoná-los pouco tempo depois, já que segundo ela, tais movimentos estavam sendo feitos e usados pelas mulheres burguesas de forma vaidosa e vazia (Moura, 1932).² Assim, após essa experiência, Lacerda se torna uma crítica feroz do feminismo liberal e discorre sobre o movimento em sua obra mais conhecida, ‘A Mulher é uma Degenerada?’ de 1932, discutindo não só a necessidade de incluir as mulheres das classes trabalhadoras, mas também de garantir que todas as mulheres avançassem juntas e de forma igualitária.

Maria Lacerda também era uma entusiasta do amor livre e se opunha ao “milagre” da maternidade, sendo muito bem exposto em seu livro “Amai e... não vos multipliqueis”, além de sempre advogar pela autonomia política e corporal das mulheres, ao mesmo tempo que era contrária à questão do aborto, citada brevemente por ela em uma passagem na obra “A Mulher é uma degenerada”. Além disso, uma de suas maiores contribuições foi o combate à eugenia sanitaria e à eugenia de gênero, que se popularizou em 1920.³

Outra face de Maria Lacerda é sua face pacifista, que ela mesma enfatiza muito nos seus escritos. Em seus escritos “Serviço militar obrigatório para mulheres? Recuso-me! Denuncio!” de 1933, em “Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital” de 1934 e em “Civilização, Tronco de Escravos” de 1931 a autora compila suas ideias pacifistas e argumenta sobre a guerra e suas consequências, citando muitas vezes a falta de autoridade e autonomia que a mulher

² O movimento sufragista ganhou força no Brasil no ano de 1928, após uma mulher ser eleita prefeita no Rio Grande do Norte, Alzira Soriano, tornando-a a primeira mulher a ocupar um cargo público. (Politize, 2021). Maria Lacerda integrou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino por dois anos (1922-24). Saiu por divergências com Bertha Lutz com respeito à pauta de educação.

³ A eugenia brasileira era associada ao movimento sanitaria, que era contra a entrada de imigrantes não europeus e a favor do controle de natalidade dos mais pobres. No Brasil, ficou famosa através do médico eugenista Renato Kehl que escrevia o “Boletim da Eugenia”.

tem em meio à guerra, além de discutir o papel principal do homem como perpetrador da violência.

Assim, as obras de Maria Lacerda tratam dos tópicos gênero e política, delineando os assuntos de forma interseccionalizada. No seu estilo peculiar de exposição de ideias, Moura apresenta percepções únicas e ângulos complexos, tratando não só da mulher na política e na sociedade, mas também dos tabus em torno das mulheres intelectuais como ela, ademais, a autora discute sobre o encaminhamento do Brasil ao fascismo e se posiciona de forma contrária e com intuito de abrir os olhos de seus leitores.

O contexto brasileiro e a concepção de suas obras

Maria Lacerda de Moura se utilizava de seus escritos e livros para alertar sobre os perigos da onda fascista que assolava o mundo e que, inevitavelmente, desembarcariam no Brasil. Com isso, após a Revolução de 1930, Getúlio Vargas chega à Presidência e com ele suas afinidades com o autoritarismo e a repressão ao movimento operário.⁴

Em 1931, após a derrubada da Constituição Brasileira em exercício, Vargas propõe a elaboração de uma nova, tal manobra não foi bem-vista pelos opositores e pelas oligarquias cafeeiras, nem pela elite brasileira, que desgostosos, o denominaram de ditador, o que mais tarde se tornaria apenas um presságio do que estava por vir. Assim, Moura lançou seu livro “Civilização Tronco de Escravos” em meio ao período entre guerras e a ascensão do nazifascismo no Brasil.

Quando o livro foi escrito, Maria Lacerda de Moura havia se mudado para Guararema, no interior de São Paulo, para viver em uma comunidade cooperativa, onde circulavam ideias e práticas anarquistas, além de praticar uma de suas principais características, que seria mais tarde um de seus diferenciais, o isolamento, que para

⁴ Governo provisório que durou de 1930-1934, causado pela Revolução de 30, que acarretou a ascensão de Getúlio Vargas à presidência.

ela, era uma forma de observar e escrever sobre o mundo, sem se envolver diretamente com os conflitos (Leite, 1983).

O livro cobre muitas ideias da autora, sobre a ciência e seu uso aliado ao comércio e a degeneração humana, as guerras e os conflitos que se apresentavam no mundo, mas cobre principalmente os males da civilização moderna e cristã, que dentre eles a autora cita a lavagem cerebral performada pela Igreja nos fiéis, além de culpar o período de guerras pela exaltação exagerada da masculinidade e da competitividade (Moura, 1931). Além de cobrir diversos outros assuntos, como a corrida armamentista, a corrida científica, a propagação do fascismo no mundo e suas vertentes que partiriam disso, a política moralista e até mesmo higienista de Vargas; todos seus pensamentos sobre tais assuntos se encontram de forma dispersa e até mesmo confusa neste livro.

Ademais, Maria Lacerda em “Civilização, Tronco de Escravos” se coloca como a protagonista de sua própria história. A autora dá voz aos próprios pensamentos e denuncia o que vê na sociedade moderna e expressa de modo enfático a sua concepção política antifascista e anti-moralista, além de refletir a sua percepção sobre a vida na cidade e no campo.

Ao início da década de trinta as mulheres brasileiras receberam seu mais novo direito como cidadãs da Nação: o direito ao voto. Em fevereiro de 1932, o decreto de número 21.076 foi emitido e levou o nome popular de Código Eleitoral, nele continha a abolição das distinções de gênero e garantia às mulheres brasileiras o direito de votar e eleger democraticamente seus governantes.

Nesse momento, no Brasil, havia uma circulação de ideias eugenistas advindas de diversos locais do mundo e que desaguavam no Brasil por meio da eugenia de raça e do sexismo. O médico Renato Kehl foi um dos percussores da eugenia brasileira com seu Boletim de Eugenia (1929), que discutia a imigração, a natalidade dos imigrantes e dos mais pobres muitas vezes citando a limitação da natalidade para

essas pessoas, além de argumentar que a elite carregava o “peso morto” dessas classes baixas que reproduziam aos montes (Kehl, 1929). Ademais, o foco principal de Maria Lacerda não era a eugenia racial, mesmo tendo passagens nas quais a autora se volta ao tema, assim, o psiquiatra Bombarda se tornou a base de suas críticas, por tratar das relações de gênero sob a lente eugenista.

Congruente com o advento do voto feminino e a repercussão da eugenia no Brasil, Maria Lacerda trabalhava em seu livro “A mulher é uma degenerada?”, onde discutia sobre o cientificismo, a mulher na sociedade e a maternidade.

Miguel Bombarda, psiquiatra renomado, se torna o foco principal e o pretexto perfeito, como Maria Lacerda o define em seu livro. Ela se utiliza das constatações e de falas de Bombarda para traçar seus argumentos, refutando veementemente o psiquiatra. Lacerda argumenta que Bombarda discorre sobre a degeneração da mulher, mas faz vistas grossas à degeneração dos homens, que se manifestavam em forma de vícios e imoralidades. Além disso, Lacerda contesta ainda mais a veracidade de Bombarda, ao discutir o fato de o autor não consumir estudos feitos por mulheres e atesta: “Ambiente social para o senhor Bombarda é o ambiente masculino.” (Moura, 1932, p.53)

Lacerda trata do movimento sufragista e feminista como uma seita de mulheres da elite que buscavam mais um direito e privilégio, esquecendo-se de que o direito de voto teria que vir para todas as mulheres brasileiras, isso incluía todas as camadas sociais e raciais, como explicita no trecho:

“De que vale a igualdade de direitos jurídicos e políticos
para meia dúzia de privilegiadas, tiradas da própria casta dominante,
si a maioria feminina continua vegetando na miséria da escravidão milenar”
Moura, 1932, p.12

A autora também se dispõe a falar sobre o espaço da mulher na sociedade e como isso afeta o sexo feminino desde os primórdios da humanidade, comparando esse espaço com um tipo de escravidão:

“A escravidão feminina atravessou todas as gerações, repercutiu em todas as civilizações, percorreu as cidades antigas e modernas” (Moura, 1932, p.13), sempre argumentando que a única forma da mulher se livrar das amarras de sua própria subjugação era através da emancipação feminina, que viria apenas da “educação científica, racional para ambos os sexos” (Moura, 1932, p.72).

Maria discorre sobre a maternidade e discute o papel de ser “mãe” seria uma missão e não uma profissão (Moura, 1932) e ainda advoga que a maternidade não é o estágio inicial da felicidade feminina e, logo, não poderia ser o estágio final. A partir disso podemos enxergar a relação de Lacerda com a maternidade, como muitas pensadoras e entusiastas do movimento feminista, a perspectiva adotada por elas em relação à maternidade tem cunho negativo, visto que, no momento em que uma mulher se torna mãe, ela perde sua participação ativa na sociedade e passa a viver somente para os filhos, logo, a maternidade seria a “morte social” das mulheres. Assim, uma de suas reivindicações para o alcance da emancipação feminina total é a maternidade consciente, como ela mesma cita em outro livro “Civilização tronco de escravos” de 1931:

“A conclusão é que se impõe uma educação sexual livre,
a emancipação feminina - para que a mulher só tenha filhos quando quizer e
nunca constrangida,
e se liberte do ídolo da família, para viver a liberdade de amar.”
Moura, 1931, p.216.

Ademais, para Maria Lacerda, a maternidade afastava e limitava mulheres, de todas as esferas sociais, mas principalmente, afastava as mulheres de núcleos mais pobres de seus deveres cívicos e da sociedade em si, além de retirar da mulher sua identidade e transformá-la apenas em “mãe”, apenas um título.

Em 1933, com o fim da República Velha e a necessidade de uma reestruturação, houve a convocação da Assembleia Constituinte, que estava prevista desde 1931, para a elaboração de uma nova

Constituição, que só seria publicada em 1934. Um ponto que entrou em discussão e que Maria Lacerda se sentiu no dever de se expressar sobre, foi a obrigatoriedade do serviço militar para as mulheres acima de 18 anos. Em seu panfleto “Serviço militar obrigatório para mulheres? Recuso-me! Denuncio!”, Maria demonstra sua revolta com a proposta de serviço militar para mulheres e defende que tal ideia era apenas uma das primeiras fases da instauração fascista no país, como ela bem relata nas passagens:

“Caminhamos, também nós, no Brasil, para o fascismo cruel e teatral. [...] A concepção fascista do Estado é a de um ser com direito a tudo, de origem divina. O indivíduo é engolido pelo Estado.”
Moura, 1933, p.9.

“Isso é o fascismo: mobiliza-se todo o Estado no serviço militar obrigatório total; tiram-se todos os movimentos das massas trabalhadoras. “disciplina-se” o indivíduo por meio de uma mordaca”
Moura, 1933, p.10.

De acordo com Umberto Eco em “O Fascismo eterno” uma das concepções e formas de instalação do fascismo em uma sociedade é a deslegitimação do comportamento individualista e a implantação do pensamento coletivo e do patriotismo de forma exagerada (Eco, 2019) assim, Maria Lacerda já se atentava aos perigos da onda nacionalista e coletivista, que acarretaria perseguições e repressões contra suas obras e até mesmo contra ela.

No ano seguinte, 1934, Lacerda lança o livro “Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital”, contrariando e até mesmo desafiando o regime fascista que se instaurava no Brasil com Vargas. Nesse livro, Moura discorre sobre as origens do fascismo no mundo e sua propagação até o Brasil, culpando a junção da Igreja católica e do Estado, chegando a dizer que os principais perpetradores da época, Hitler e Mussolini eram braços do clericalismo, e que este seria o pai do fascismo (Moura, 1934, p.7). No que diz respeito às mulheres, a autora discorre sobre a forma que a Igreja católica as alienava, para que essas se tornassem as “mulheres perfeitas”, através de discursos que colocam a mulher como um demônio que veio a terra para

atormentar, seduzir e explorar o pobre homem casto e puro, além disso, se um homem se desviou da virtude ou cometeu algum crime, a culpa é da mulher que o atormentou (Moura, 1934, p.43).

Assim, a autora encerra apresentando o motivo da conexão entre a Igreja e o Estado para a criação do fascismo, que se dá através do uso dos homens pelo Estado, isto é, com o nacionalismo exacerbado, a obrigação de alistamento e o uso de seus corpos para guerra, enquanto a Igreja se volta para o doutrinamento interno, com crianças e principalmente as mulheres, através da educação religiosa, alienação e da lavagem cerebral promovida nesses espaços.

Congruente, no mesmo ano, a autora lança o livro “Ferrer, o clero romano e a educação laica”, que se conecta diretamente com os argumentos apresentados pela autora anteriormente em “Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital”. Nessa obra, Lacerda discute a importância e o sacrifício de Francisco Ferrer Guardia (1859-1909), um pedagogo anarquista e entusiasta da educação laica e da pedagogia libertária, criador da Escola Moderna, cujo objetivo era ensinar de forma anticapitalista e antiestatal. Lacerda discorre que a execução⁵ de Ferrer o transformou em mártir e que tal ato cometido pela Igreja Católica apenas demonstrava sua intolerância e necessidade de controlar, desde cedo, a população através da fé:

“Ferrer praticou mais um crime inominável
de ser absolutamente sincero e defensor, incondicionalmente, a criança
- contra a escola religiosa e contra a escola oficial.”
Moura, 1934, p.15.

Maria Lacerda também argumentava que a educação laica seria a fundação da salvação do problema educacional no Brasil e no mundo, pois, o foco da Escola Moderna era aprimorar o poder de observações das crianças e introduzi-las ao mundo das ciências, negando todo e qualquer tipo de crença ou preconceitos,

⁵ Ferrer foi acusado de ter instigado a Semana Trágica em Barcelona em 1909, assim, a Igreja ordenou a execução do pedagogo, que se encontrava já preso em Montjuïc.

desabrochando assim, a razão e a consciência de liberdade individual (Moura, 1934).

Circuitos de ideias de mulheres antifascistas na América Latina

“Sua correspondência profissional com mulheres escritoras se referia à condição feminina, situação da mulher-escritora, os perigos do clericalismo, do fascismo e da guerra, as possibilidades e as impossibilidades de educar.”
Leite, 1996, p.6.

Maria Lacerda de Moura não era a única escritora que tratava sobre o fascismo na América Latina. No momento em que esteve mais ativa como escritora, as mulheres latino-americanas sofriam e resistiam pelos seus direitos, como ocorreu no Uruguai, pela luta pelo sufrágio feminino, aprovado em 1917 e pela descriminalização do aborto, que foi aprovado em 1934 após a reivindicação de mulheres que argumentam que a criminalização do ato apenas afetaria as mulheres mais pobres (Cano, 1990).⁶

As correntes feministas que disputavam espaço nos Estados Unidos e na Europa levantavam discussões que não atendiam a realidade das mulheres latinas. Os grupos que aqui surgiram entenderam que poderia haver mais de uma forma de feminismo e, conseqüentemente, mais de uma forma para se alcançar a emancipação feminina (Cuadro, 2018).

Assim, as mulheres antifascistas e anarquistas tem o maior destaque na discussão sobre o feminismo latino americano, por serem consideradas “emancipadoras radicais” (Cuadro, 2018), pois elas, assim como Maria Lacerda, acreditavam que a diminuição da educação religiosa para as mulheres traria apenas benefícios e conseqüentemente a clareza que elas precisariam para se emancipar, além de apelarem para que as mulheres se desvencilhassem dos maridos, do trabalho manual e doméstico e do trabalho sexual. Deste modo, a luta contra o cientificismo que vimos Maria Lacerda travar,

⁶ O voto feminino se tornou um direito das mulheres uruguaias em 1917, porém só foi colocado em prática em 1927, no plebiscito de Cerro Chato. Mais tarde, em 1937, o direito seria revogado pelo ditador Gabriel Terra, retornando em 2012 para a pauta do plenário e sendo restaurado em 2013.

não foi apenas dela, mas sim de muitas mulheres do movimento anarquista que compilaram seus argumentos, demonstrando perspicácia em desmentir e dismantelar os estereótipos da servidão feminina, cunhando assim o movimento anarquista como um dos que mais lutou pela emancipação feminina, de acordo com Juan Suriano, mesmo não havendo unanimidade (Suriano, 2001), por conta de sua mensagem e pauta principal não ser classista e sim universal.⁷

Ademais, a conexão e esse circuito de ideais entre as mulheres latino-americanas apenas enriquece o debate sobre a emancipação feminina, a participação de mulheres na política e na esfera pública, além de contribuir diretamente para a descentralização da política voltada para o âmbito masculino, uma construção feita a partir do silenciamento da mulher e da exaltação da masculinidade (Valobra e Bisso, 2013).

Considerações finais

“E se o homem voa além do macho, até o incognoscível,
porque há de a mulher se conservar exclusivamente,
eternamente, inevitavelmente acorrentada ao papel de fêmea?”
Moura, 1932, p.26.

Para muitos, Maria Lacerda de Moura era uma mulher que estava à frente de seu tempo, trazendo em seus escritos temas que eram tabus e advogando pela mulher e seu espaço. Na realidade, Maria Lacerda era uma mulher de seu tempo, que escrevia para seus contemporâneos e para mudar o mundo em que vivia. Apesar disso, tendemos a nos projetar em sua escrita e suas opiniões porque seus pontos de vista ecoam em situações que vivemos no hoje.

Uma de suas maiores contribuições para o movimento feminista liberal, que ela tanto criticava, eram as discussões baseadas na interseccionalidade entre gênero e classe social, discutindo sobre o

⁷ A partir do século XX a eugenia de gênero se espalhou pelo continente americano, causando um abalo no apoio do movimento anarquista à emancipação feminina (Cuadro, 2018).

anarquismo, feminismo e as dificuldades de ser uma mulher intelectual em seu tempo. A autora serve como base para estudos de gênero, de cunho social e político, discutindo sobre mulheres e seus espaços no Brasil de Vargas e no mundo que vinha sendo tomado pelo fascismo.

Essa figura crucial e seus escritos ainda ecoam, mesmo que despercebidamente nas lutas contemporâneas: sua forma de falar sobre a desigualdade racial e social no movimento feminista, em 1932, nos choca com a atualidade do tema, já que a autora entendia que diferentes desafios eram enfrentados pelas mulheres, dependendo de sua posição social e raça, além de discutir sobre o patriarcado, o homem e sua “masculinidade tóxica”, termo que só se popularizou anos após sua morte, mas que Lacerda explica de forma tão clara e sucinta. A autora desafiou o regime de Vargas, atentando-se aos sinais da instalação fascista no Brasil, discutindo sobre o plano de Brasil que Vargas queria colocar em prática, suas buscas incansáveis por algo inerentemente brasileiro e suas mudanças na Constituição. As críticas feitas por Moura motivaram a censura à sua obra e a perseguição à sua pessoa, porém, a autora seguiu de forma discreta seu propósito de espalhar seus conhecimentos e preocupações sobre o autoritarismo e o fascismo que crescia no Brasil e no mundo.

Do mesmo modo, a autora criticou ferozmente o crescimento dos estudos sobre a eugenia. Lacerda refutou os intelectuais masculinos que insistiam em colocar o corpo e a mente femininos como inferiores, pautando sempre o fato de tais intelectuais, e homens no geral, se sentirem ameaçados pelas mulheres, como ela descreve na passagem:

“Ele a deseja sempre com o pé no abismo,
deseja-a frágil, inconsciente, vigiada, leviana até,
para crescer no seu papel de protetor, de guarda, para aconselhar, para ser
respeitado, temido.”

Moura, 1932, p.54.

A diligência pela emancipação e libertação feminina estava intrinsecamente ligada, para ela, à transformação radical da sociedade, incluindo seu modo de ensino, como a autora menciona em “Ferrer, o clero romano e educação laica”, que apenas a educação ativa e positiva poderiam libertar a mulher da “servidão milenar” na qual a natureza biológica feminina a condicionou e que definiu o seu campo de atuação na sociedade (Cuadro, 2018).

A partir da linha do tempo elaborada que conecta a concepção de suas obras e os eventos pelos quais o Brasil passava, sua contribuição se torna inquestionável, já que a autora demonstra que a luta pela emancipação feminina, pela autonomia corporal feminina e suas críticas à maternidade e o papel da mãe na sociedade são sim uma luta política, que diz respeito a todos, mas que, era luta que se iniciaria apenas com a clareza feminina sobre sua própria condição.

Bibliografia

CANO, Gabriela. “Una perspectiva del aborto en los años treinta: la propuesta marxista”. *Memoria*, 1990.

COLLING, Ana Maria. “A construção histórica do corpo feminino”. *Caderno Espaço Feminino*, v. 28, n. 2, p. 180-200, 2015.

CUADRO-CAWEN, Inés. *Feminismos y política en Uruguay del Noveciento (1906-1932): internacionalismo, culturas políticas e identidades de género*. Montevideo: Asociación Uruguaya de Historiadores; Ediciones de la Banda Oriental, 2018.

DEUTSCH, Sandra McGee. “Mujeres, antifascismo y democracia: la Junta de la Victoria, 1941-1947”. *Anuario IEHS*, v. 28, p. 157-175, 2013.

ECO, Umberto. *O fascismo eterno*. São Paulo: Editora Record, 2019.

GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA SOCIAL. Maria Lacerda de Moura: Serviço militar obrigatório para mulheres? Recuso-me! São Paulo: GHES, 2007.

SURIANO, Juan. *Anarquistas: cultura y política libertaria en Buenos Aires 1890-1910*. Buenos Aires: Manantial, 2001.

KEHL, Renato. "Limitação da natalidade". *Boletim de Eugenia*, São Paulo, ano I, n. 42, dez. 1929, Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15/09/2024.

LEITE, Miriam Moreira. *Caminhos de Maria Lacerda de Moura*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

LEITE, Miriam Moreira. *Outra Face Do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.

MOURA, Maria Lacerda. *A mulher é uma degenerada?* São Paulo: Civilização Brasileira, 1932.

MOURA, Maria Lacerda. *Civilização: tronco de escravos*. 1931.

MOURA, Maria Lacerda. *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital*. 1934.

MOURA, Maria Lacerda. *Ferrer, o clero romano e a educação laica*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1934.

NAVARRO, Ofélia Dominguez. *El aborto por causas sociales y económicas*. Ponencia presentada a la Convención de Unificación Penal, Futuro, jun. 1936.

VALOBRA, Adriana; BISSIO, Andrés. "Antifascismo y género: perspectivas biográficas y colectivas". *Anuário IEHS*, v. 28, p. 151-155, 2013.

TELA ALIADA: O PAPEL DA GLOBO NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE LEGITIMIDADE DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Klabston Herbston do Nascimento¹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo examinar as relações entre mídia e autoritarismo no Brasil, com enfoque no papel do Grupo Globo na legitimação da ditadura militar entre 1972 e 1974. Esse período, marcado pela repressão política e pelo crescimento econômico, conhecido como “milagre econômico brasileiro”, destaca a atuação estratégica da mídia na construção de uma narrativa de estabilidade e legalidade do regime. Para a análise, foi examinado o Programa “Amaral Netto”, bem como a novela “Os ossos do Barão”. Por fim, o trabalho discute até que ponto os benefícios econômicos obtidos pelo Grupo Globo, como a concessão de novas afiliadas, consolidaram seu papel como líder de audiência e como essa expansão favoreceu o governo ao ampliar o alcance da propaganda positiva de suas ações.

Palavras-chave: Ditadura militar, Grupo Globo, mídia, autoritarismo, Brasil.

Introdução

É cediço que as ditaduras, de forma geral, buscam transmitir uma imagem de legitimidade para o regime que é imposto à sociedade. Uma das estratégias para alcançar esse objetivo é o uso da mídia, em especial a televisiva. No caso da ditadura militar brasileira, instalada com o golpe de 1964, procurou-se, desde o início, projetar uma aparência de legalidade e estabilidade, tanto para o público interno quanto para o cenário internacional, de modo a facilitar a aceitação do regime e, ao mesmo tempo, neutralizar críticas.

Embora o controle da mídia televisiva pela ditadura militar brasileira tenha se dado, em grande medida, por meio da censura, que consistia no controle do que poderia ser publicado ou transmitido, sobretudo a partir de 1968 com a decretação do Ato Institucional

¹ Graduando em História – UnB. E-mail: klaher61@gmail.com

número 5 (AI-5), verificou-se, também, que o regime militar se valeu do monopólio estatal de alguns meios de comunicação e da colaboração de grupos midiáticos como o Grupo Globo (CALEJON; RONCAGILIA, 2024, p. 33-34).

Nesse diapasão, evidencia-se que o tema deste trabalho diz respeito às relações entre mídia e autoritarismo no Brasil. Para isso, pretende-se analisar especificamente o papel desempenhado pela Rede Globo de Televisão na legitimação da ditadura militar brasileira entre 1972 e 1974, período final da gestão do General Emílio Garrastazu Médici, marcado pela intensa repressão política e pelo rápido crescimento econômico, conhecido como “milagre econômico brasileiro”. Ademais, como objetivos específicos, pretende-se examinar especificamente o “Programa Amaral Netto” como veículo de propaganda governamental durante a ditadura militar e o papel da novela “Os ossos do Barão” como difusora dos ideais propagados pelo regime militar, além da análise dos benefícios auferidos pela Rede Globo de Televisão em razão da atuação como instrumento de legitimação da ditadura militar.

Verifica-se que o estudo da televisão tem atraído a atenção dos historiadores e demais pesquisadores da área de ciências humanas. Já na década de 70, realizavam-se estudos acerca do papel desse importante meio de comunicação, como o trabalho desenvolvido por Raymond Williams, que publicou em 1974 “Televisão: tecnologia e forma cultural”. Além disso, nesse mesmo período, vários centros começaram a desenvolver estudos acerca da mídia, como o Centro de Estudos Culturais Contemporâneos (Centre for Contemporary Cultural Studies – CCCS), o Centro de Pesquisa em Comunicação de Massa da Universidade de Leicester e o Grupo de Mídias de Glasgow, da Universidade de Glasgow.²

² A partir da observação feita por Graeme Turner no Prefácio à edição brasileira da obra *Televisão: tecnologia e forma cultural*, de Raymond Williams.

No que tange à vertente historiográfica abordada por este trabalho, pretende-se alinhar-se à nova história política, bem como ao estudo do tempo presente. A partir da década de 70, sabe-se que a história política passou por um processo de renovação, o que a fez desgarrar-se da postura tradicional, a qual se dirigia exclusivamente para a política dos Estados e de seus grandes líderes. Nesse sentido, importante foi a renovação historiográfica proporcionada pelos *Annales*. (MEDEIROS, 2017, p. 259).

Com a mudança de paradigma da história política tradicional, surgiram novas possibilidades de estudo das relações de “poder”. Nesse sentido, passou a ter destaque as relações políticas envolvendo grupos sociais, e não somente as relações que envolviam Instituições estatais. (BARROS, 2013, p. 107). Ainda nesse contexto de reformulação da história política, ganha relevo os estudos relativos à opinião pública, como os desenvolvidos por René Rémond, principalmente na sua obra intitulada “Por uma história Política”. Nesse trabalho, há 1 (um) texto que traz à lume essas questões: A opinião pública, escrito por Jean-Jacques Becker. (RÉMOND, 1996, p. 185).

Quanto ao problema de pesquisa deste trabalho, apresento a seguinte indagação: até que ponto os benefícios obtidos pelo Grupo Globo, como a concessão de novas afiliadas, consolidaram seu papel como líder de audiência e como essa expansão favoreceu o governo ao ampliar o alcance da propaganda positiva de suas ações? Nesse sentido, o eixo principal para a verificação deste problema assume a hipótese de que a Televisão, desde o momento em que surgiu no Brasil, em 18 de setembro de 1950, assumiu um papel relevante, transformando-se no maior e mais popular veículo de comunicação do Brasil (RICCO; VANNUCCI, 2017, p. 11), a tal ponto de influenciar diretamente a opinião pública, inclusive no que tange à percepção que se tinha da ditadura militar instalada no Brasil.

Com o objetivo de melhor dispor o estudo do tema, o presente artigo está dividido em tópicos. Dessa forma, inicialmente será apresentado um tópico versando sobre o contexto histórico e político, com um breve panorama da ditadura militar brasileira, com ênfase no período de 1972 a 1974, marcado pela repressão política e pelo “milagre econômico brasileiro”.

Em seguida, será realizado um breve histórico da Rede Globo de Televisão, com ênfase no processo de expansão por meio da concessão de afiliadas durante a ditadura militar brasileira.

Posteriormente, haverá um tópico voltado para o “Programa Amaral Netto”, no qual será realizado um histórico e formatação do programa, analisando os temas abordados, bem como o alinhamento com a propaganda do governo.

O último tópico desta apresentação realizará um breve histórico da teledramaturgia brasileira no período da ditadura militar, abordando o papel das telenovelas produzidas pela Globo, particularmente a novela “Os ossos do barão”, verificando a sua temática central, bem como os valores relacionados ao progresso, que se coadunava com os valores defendidos pelo regime militar.

Contexto histórico e político

Em 31 de março de 1964, os militares, com apoio de setores civis da política e do meio empresarial, derrubaram o presidente João Goulart. Um dos principais motivos que levaram a essa aliança deu-se em razão da oposição às reformas sociais, econômicas e políticas implementadas por Jango e que objetivavam tornar o país menos desigual (NAPOLITANO, 2021, p. 7).

Prometendo ser apenas uma intervenção rápida a fim de afastar uma pretensa ameaça comunista, os militares acabaram permanecendo no poder por longos 21 anos. Ao longo desse período, 5 (cinco) generais do Exército ocuparam a presidência, a saber: Castelo Branco (1964-67), Costa e Silva (1967-69), Garrastazu Médici (1969-74),

Ernesto Geisel (1974-79) e João Figueiredo (1979-85). Ademais, no período de agosto a outubro de 1969, uma Junta Militar, composta pelos Ministros das 3 (três) Forças Armadas, assumiram o poder, a fim de evitar que o Vice-Presidente Pedro Aleixo assumisse a presidência diante do impedimento de Médici após um problema de saúde. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 449).

Inaugurando o regime militar brasileiro, o marechal Castelo Branco, considerado por uma parcela da historiografia como pertencente à ala moderada do Exército, implementou uma série de medidas de exceção como a cassação de diversos políticos, o expurgo de servidores públicos, além da detenção em massa por meio de operações policiais-militares. A fim de conferir legitimidade às ações da ditadura, foram editados Atos Institucionais (AI), instrumento jurídico que visava conferir legitimidade ao regime que se instalava. O Ato Institucional 1 (AI-1), que possibilitou as primeiras medidas tomadas por Castelo Branco, inicialmente era válido até 31 de janeiro de 1966, data do término do mandato presidencial. Porém, em outubro de 1965, foi editado o Ato Institucional 2 (AI-2), que sepultava de vez a ilusão de eleições presidenciais e o fim da intervenção militar. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 456 e 457).

Em 1967, assume o poder o general Artur da Costa e Silva, considerado da ala radical do Exército, o qual teve o mandato abreviado em razão do afastamento em março de 1969, vitimado por um derrame cerebral. Embora tenha permanecido por apenas 2 (dois) anos na presidência, o período de seu governo foi considerado um dos mais violentos da ditadura militar. Foi durante o seu mandato que, em dezembro de 1968, foi editado o Ato Institucional 5 (AI-5), que previa, dentre outras medidas, o fechamento do Legislativo, suspensão dos direitos políticos e das garantias constitucionais, além da possibilidade de decretação do estado de sítio sem autorização do Congresso. Registre-se, também, que, em janeiro de 1967, foi outorgada uma nova Constituição e, em março de 1967, foi decretada

a Lei de Segurança Nacional, que visava enfrentar principalmente setores da oposição que partiram para a luta armada. (MOTA; LOPEZ, 2016, p. 782).

Após o afastamento de Costa e Silva, uma Junta Militar formada pelos ministros das 3 Forças Armadas assume o poder por 3 meses a fim de evitar a assunção do Vice-Presidente Pedro Aleixo, que, segundo a Constituição de 1967, deveria assumir a presidência. Em substituição à Costa e Silva, as Forças Armadas escolhem o general Garrastazu Médici, que governa o país de 1969 a 1974.

O governo do general Médici foi marcado pela forte repressão política, aproveitando-se para isso dos mecanismos disponibilizados pelo AI-5 e pela Lei de Segurança Nacional. Usando como justificativa o combate aos setores da oposição que optaram pela luta armada a partir de 1969, Médici intensificou o uso da tortura e das execuções sumárias. Ademais, nesse período surge em São Paulo a Operação Bandeirantes (Oban), que, em seguida, foi substituída pelos DOI-Codi, siglas do Destacamento de Operações e Informações e do Centro de Operações de Defesa Interna, que se destacavam como os principais centros de tortura. (FAUSTO, 2013, p. 410 e 411).

O período de Médici na presidência também vai ser marcado pelo crescimento econômico, conhecido como “milagre econômico brasileiro”, caracterizado por elevado crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e relativas taxas baixas de inflação. É preciso ressaltar, porém, que o governo se aproveitou da situação de bonança da economia mundial e que os números do PIB não exprimiam a distribuição de renda. Ademais, outro aspecto da política econômica comandada pelo então ministro Delfim Netto é que houve o quase abandono de programas sociais, evidenciado por indicadores baixos de saúde, educação e habitação. (NAPOLITANO, 2021, p. 149 e 150).

Aproveitando-se dos índices de crescimento econômico, o governo Médici, habilidosamente, começa a utilizar a arma da propaganda. Por meio de slogans “Ninguém segura este país”,

“Nunca fomos tão felizes” e da marchinha “Pra frente Brasil”, que embalou a Copa do Mundo de 1979, atinge-se a massa da população. Nesse sentido, aproveita-se da expansão das telecomunicações, principalmente do meio televisivo. À guisa de exemplificação, em 1960, 9,5 % das residências urbanas contavam com televisão, percentual que aumentou para 40 % em 1970. É nesse contexto que se dá a atuação estratégica da Rede Globo de Televisão, que, no papel de porta-voz do regime, ajuda na construção de uma narrativa de estabilidade e legalidade da ditadura militar, objeto do presente trabalho. (FAUSTO, 2013, p. 413).

Rede Globo de Televisão: origem e expansão na ditadura militar

A implantação da TV no Brasil deu-se graças à Assis Chateaubriand, dono dos Diários Associados e que era considerado na época o maior magnata da imprensa brasileira. A primeira transmissão de TV no Brasil ocorreu em setembro de 1950, representando na época uma incógnita. A década de 50 marca a estruturação desse meio de comunicação, bem como a emergência de um público televisivo. As primeiras emissoras da década de 50 foram a TV Tupi, TV Paulista, TV Record e TV Rio. Já na década de 60, onde a televisão encontrava-se em ritmo de popularização, surgem as emissoras TV Excelsior, TV Bandeirantes, bem como a TV Globo. (RIBEIRO; SACRAMENTO; ROXO, 2018, p. 9)

Foi às 11h35 do dia 26 de abril de 1965, que a ZYD-81, TV Globo, canal 4, entrava no ar ao som do Hino Nacional. (RODRIGUES, 2024, p. 27). Nesse ano de 2025, portanto, comemora-se 60 anos da existência de uma emissora, que, apesar da inegável força no meio midiático, sempre esteve envolta em polêmicas, a começar pelo inegável apoio à ditadura militar brasileira, que lhe permitiu se tornar uma rede nacional e ter o controle do setor de emissoras. (FAUSTO, 2013, p. 413).

Embora a Globo tenha iniciado suas atividades somente em 1965, Roberto Marinho, que já detinha a Rádio Globo e o Jornal O

Globo, já se movimentava muito antes no sentido de ter o seu canal de Televisão. Em 1951, houve o pedido ao Governo Eurico Gaspar Dutra para que fosse autorizada a concessão de um canal a ser operado no Rio de Janeiro. Tendo assumido o poder em 1951, Getúlio Vargas revogou a autorização concedida no final do governo anterior, que somente sairia em 1957, já no governo de Juscelino Kubitschek. (RICCO; VANNUCCI, 2017, p. 258).

Prevendo a iminência do início das operações, Roberto Marinho começou a se movimentar no sentido de obter recursos necessários à montagem da nova emissora. É nesse contexto que aparece o polêmico acordo com o grupo de comunicação dos Estados Unidos Time-Life, que previa o aporte financeiro de aproximadamente US\$ 6 milhões. Segundo o art. 160 da Constituição de 1946, que vigia na época, era proibido capital estrangeiro na gestão ou propriedade dos veículos de comunicações do país. (RICCO; VANNUCCI, 2017, p. 258).

Dada a repercussão negativa do acordo e, principalmente, em razão da pressão exercida pelos demais veículos de comunicação, em 1965 foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de apurar a possível irregularidade do acordo firmada entre a Globo e a empresa norte-americana. (RICCO; VANNUCCI, 2017, p. 258). Em 22 de agosto de 1966, foi aprovado o relatório final da referida CPI, indicando que o contrato firmado pela Globo e o grupo norte-americano realmente havia violado o art. 160 da Constituição. Após o referido relatório ter sido encaminhado para o Poder Executivo para que as providências devidas fossem tomadas, acabou que não houve nenhuma responsabilização da Globo pela referida parceria. (RODRIGUES, 2024, p. 69).

Já no início da década de 70, a Rede Globo de Televisão passa a representar o carro-chefe das Organizações-Globo, período que coincide com o declínio das TVs Tupi e Excelsior e, principalmente, com a colaboração mais efetiva em relação à ditadura militar.

(MATTOS, 2005, p. 270). Fruto dessa colaboração, segundo Daniel Herz, a Globo “passou a absorver mais de 40% das verbas publicitárias disponíveis no País e, desse modo, condicionou todo o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa”. (HERZ, 1987, p. 17).

Além do recebimento da maior parcela das verbas publicitárias, a Rede Globo de Televisão expandiu-se a partir da década de 70 para todo o território nacional, principalmente por meio do sistema de afiliadas. À guisa de exemplificação, verifica-se que em 1971, a então TV Triângulo³, de Uberlândia, torna-se a primeira afiliada da Rede Globo, participando da criação do sistema de afiliadas da emissora. Em 1972, a TV Difusora, de São Luís, e a TV Tuiuti⁴, de Pelotas, também se tornam afiliadas. Já em 1973, é a vez da TV Sergipe, de Aracaju.

Com o sistema de afiliadas, que lhe proporcionava a operação em rede nacional, a Rede Globo passa a lançar produtos televisivos em horário nobre a fim de atingir grande parcela da sociedade brasileira. Dessa forma, surge o telejornalismo, bem como as telenovelas, que, além de proporcionar o crescimento da Globo, serve de poderoso instrumento de propaganda da ditadura militar. (SIMÕES; MATTOS, 2005, p. 44). Visando analisar de que forma ocorrerá essa propaganda, passa-se a examinar o Programa “Amaral Netto”, bem como a telenovela intitulada “Os ossos do Barão”.

Programa Amaral Netto, o Repórter

O Programa “Amaral Netto, o Repórter” começou a ser exibido em 1968 na extinta TV Tupi, tendo permanecido no ar nessa emissora por apenas 6 (seis) meses. A partir de 1969, passou a ser transmitido na Rede Globo de Televisão, onde perdurou até o ano de 1985. (KRAUSE, 2016, p. 15).

³ Atualmente, o nome da emissora é TV Integração

⁴ A partir de 1979, recebe a denominação de RBS TV.

O referido programa foi criado e produzido por Fidélis dos Santos Amaral Netto (1921-1995), jornalista e político brasileiro. Amaral Netto, como era conhecido, atuou inicialmente como jornalista desde 1947 no Correio da Noite, Correio da Manhã, Diário da Noite, O Jornal, Gazeta de São Paulo e no Tribuna da Imprensa, onde ajudou Carlos Lacerda a fundar o jornal. Ao lado de Orígenes Lessa, foi um dos primeiros a escrever textos para a televisão. A partir de 1960, começou a atuar na política com a eleição para Deputado Estadual do antigo Estado da Guanabara, pela União Democrática Nacional (UDN) e, a partir de 1963, exerce o mandato de deputado federal por sete mandatos.

Político polêmico, que sempre atuou no espectro da direita, Amaral Netto sempre teve o seu nome ligado à ditadura militar, principalmente em razão da atuação ao longo de seu programa. (KRAUSE, 2016, p. 19). Defensor da pena de morte e do golpe militar de 1964, sempre teve uma postura conservadora. (CHIARIONI; SACRAMENTO, 2022, p. 101).

Inicialmente, o Programa Amaral Netto, que tinha o mexicano Chucho Narvaez como Diretor-Geral, era transmitido aos domingos. A partir de 1970, passa a ser exibido aos sábados às 22h30, com 1 (uma) hora de duração. O Programa era produzido pela própria produtora de Amaral Netto, a Plantel Editora e Publicidade, que, além de responsável pelo conteúdo da atração, era responsável pelas vendas publicitárias durante os horários comerciais. A partir de 1970, a referida produtora começou também a produzir uma revista mensal com o mesmo nome do programa apresentando um resumo, em imagens coloridas, daquilo que tinha sido veiculado na televisão. É preciso registrar que a referida produtora, responsável pela produção do programa, possuía contratos de publicidade com estatais, o que denota os interesses econômicos envolvidos. (CHIARIONI; SACRAMENTO, 2022, p. 100).

Segundo o site Memória Globo, a memória oficial da TV Globo, o programa “era marcado por um forte tom de aventura e pela exaltação ufanista dos temas abordados, afinado com o ideal de Brasil Grande”. (MEMÓRIA GLOBO, 2021).

Ao afirmar que o Programa Amaral Netto estava afinado com o ideal de “Brasil Grande”, um dos principais slogans utilizados pela ditadura militar, na realidade a Rede Globo reconhece, implicitamente, que o programa servia como instrumento de propaganda da ditadura militar. Corroborando esse entendimento, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boninho, que exerceu a direção de programação da Globo no período de 1967 a 1997, durante uma entrevista em maio de 1968 para a Folha de São Paulo, reconhece que era obrigado a aceitar o Programa de Amaral Netto. (CHIARIONI; SACRAMENTO, 2022, p. 97).

Na obra “O repórter na TV: uma história dos programas de grande reportagem no Brasil”, Bruno Chiarioni e Igor Sacramento, apresentam o trecho da referida entrevista, aqui reproduzido:

Folha:

Programas como o do Amaral Netto eram decididos pela Globo ou impostos pelo Governo?

Boni:

Eram impostos. Era uma negociação com os militares. Deixa eu fazer tal novela, libera um pouco mais o “Jornal Nacional”. Os militares diziam: “Tudo bem se vocês fizerem um programa que mostre as boas coisas do Brasil”. Foi o Edgardo⁵ que negociou e eu recebi ordens de colocar no ar. Tive um atrito muito grande com o Amaral Netto, quase físico, mas depois descobri que ele era uma excelente pessoa que estava fazendo uma coisa que acreditava. Tivemos que engolir aquilo, para transformá-lo em aventura. (FOLHA DE S. PAULO, 19/05/1998).

O surgimento do Programa Amaral Netto está inserido no contexto de transformação sofrida na programação das emissoras de televisão a partir do início da década de 70, que afetou principalmente a TV Globo. Durante a década de 60, prevalecia os programas de auditórios, os quais eram criticados por vários setores como os jornalistas, pelo governo e, também, por instituições ligadas à moral e

⁵ Edgardo Ericson, um coronel da reserva, atuava como uma espécie de assessor informal dos militares nas instalações da Rede Globo.

aos bons costumes, que acusavam esses programas de disseminadores do “mundo cão”. No tocante à programação da Globo, verifica-se que, a partir da década de 70, a emissora passou a investir em programas jornalísticos que promoviam “um certo tipo de brasilidade” e que, a exemplo do Programa Amaral Netto, promovia a mudança do ambiente dos estúdios para o contato com a natureza. À guisa de ilustração, cite-se o programa em que captou o encontro das águas do mar com o rio Araguari, que o tornou conhecido como o “repórter pororoca”. (CHIARIONI; SACRAMENTO, 2022, p. 99, 106, 107).

O programa Amaral Netto conferia um grande destaque à natureza e ao meio ambiente, mas não no sentido de preservação como, num primeiro momento, se poderia imaginar. A ideia é que esse espaço ambiental deveria ser desbravado, a fim de que as riquezas fossem aproveitadas em proveito da nação. (CHIARIONI; SACRAMENTO, 2022, p. 103). É diante disso que se justifica o destaque dado a inauguração de obras como a Transamazônica, bem como qualquer matéria que dissesse respeito à conquista da Amazônia.

Em 1969, o governo Médici lançou o Plano de Integração Nacional, que previa a realização de grandes obras de infraestrutura, como, por exemplo, rodovias, pontes e hidrelétricas. (KRAUSE, 2016, p. 19). Não por acaso, a partir do início da década de 70, observa-se que o Programa Amaral Netto começa a conferir grande destaque a construções do governo ligadas à infraestrutura como a inauguração da Transamazônica em 1972 e da Ponte Rio-Niterói em 1974, além da construção de aeroportos, hidrelétricas.

O programa Amaral Netto, além de propagandear as grandes obras dos governos militares, também exibia programas que davam destaque às Organizações Militares das Forças Armadas. À guisa de exemplificação, Kátia Krause elenca o programa exibido que apresentava a história do Batalhão do Imperador, uma unidade militar que, posteriormente, passou a se chamar 1º Batalhão de Guardas, bem

como “um programa sobre os aviões Catalina da FAB – Força Aérea Brasileira, conhecidos como pata-choca. (KRAUSE, 2016, p. 179). Registre-se, também, a elaboração de um curta-metragem documental produzido pela produtora de Amaral Netto em 1972 comemorando o Sesquicentenário da Independência em 1972. (SELIPRANDY, 2024, p.1).

Fruto do apreço e do reconhecimento da ditadura militar aos serviços prestados ao regime pelo Programa Amaral Netto, por ocasião da comemoração dos 5 anos do programa em 14 de agosto de 1973, Bruno Chiarioni e Igor Sacramento informam que “no dia, uma edição foi exibida no Palácio da Alvorada, a convite do presidente, para uma plateia de autoridades civis e militares, e suas esposas, contabilizando 160 pessoas”. (CHIARIONI; SACRAMENTO, 2022, p. 116).

Telenovelas e a ditadura militar: uma análise da novela “Os ossos do Barão”

Desde a década de 1950, quando surgiram as primeiras emissoras de TV no Brasil como a TV Tupi e a Excelsior, que se observa a presença marcante das telenovelas nas programações diárias, as quais gozavam de grande aceitação e fidelidade junto ao grande público. Porém, é na Globo, já a partir de sua criação em 1965, que as telenovelas vão se consolidar, adquirindo assim uma grande força no meio televisivo brasileiro, a ponto de se conceber a ideia de horário nobre, no qual havia um telejornal, Jornal Nacional, entre 2 (duas) novelas, a das 7 e das 8 horas. (BORELLI, 2005, p. 187).

No presente trabalho, tem se discutido o papel desempenhado pela Rede Globo de Televisão na legitimação da ditadura militar brasileira, comprovado principalmente por meio de programas como “Amaral Netto, o Repórter”. Diante dessa constatação, é tentador a ideia de se atribuir também esse mesmo papel às telenovelas, até pela grande penetração que esse gênero televisivo possuía junto à opinião

pública. Porém, é necessário que haja uma certa cautela nessa análise, até porque trabalhos desenvolvidos por historiadores como Emília Grizende Garcia, que apresentou uma tese versando sobre censura nas telenovelas de Dias Gomes na Rede Globo, mostram que, nesse quesito, não havia um alinhamento automático entre a Globo e a ditadura militar. Nesse diapasão, registre-se a censura realizada a 36 capítulos da novela *Roque Santeiro*, que foi proibida de estreiar em 27 de agosto de 1975, o que resultou, inclusive, na elaboração de um editorial que foi lido no *Jornal Nacional* “que pela primeira vez escancarava uma divergência entre a maior emissora de televisão do país e a ditadura militar”. (QUINTAS, 2019, p. 9).

Embora não se possa afirmar que as telenovelas fossem apenas ferramentas utilizadas no papel de legitimadora da ditadura militar, é inegável que algumas telenovelas abordavam temáticas e promoviam valores tradicionais que interessavam à ditadura militar, já que estimulavam o apoio da opinião pública ao regime. Abordando a questão da opinião pública, Jean-Jacques Becker, citando Alain Girard, assevera:

‘A opinião pública não faz a política externa, assim como não faz a interna, mas nenhuma política, ao que parece, pode ser feita nem contra, nem sem ela.’ E acrescentava: ‘A opinião pública talvez não atue diretamente nos acontecimentos, não tem poder de decisão, mas tem o poder, ao que parece, de tornar ou não possível a política de seus representantes’. (GIRARD apud BECKER, 1996, p. 203).

Dessa forma, é inegável que, para a ditadura militar, interessava a existência de uma televisão voltada para o entretenimento do público, papel que seria muito bem desempenhado pelas telenovelas. Ademais, esse tipo de gênero televisivo tiraria o foco dos principais problemas sociais que afetavam o país, bem como da intensa repressão política que se vivia no período da ditadura. Nesse sentido, a novela “*Os ossos do Barão*”, exibida no período de 8 de outubro de 1973 a 31 de março de 1974, se enquadrava nesse perfil desejado pela ditadura.

Segundo o guia ilustrado da TV Globo, que apresenta um compilado de todas as novelas e minisséries, A novela “Os ossos do Barão” teve ao todo 120 capítulos, com a autoria de Jorge Andrade e Direção de Régis Cardoso. A referida produção surgiu a partir de uma adaptação de duas peças teatrais (A escada e Os ossos do Barão), também do próprio Jorge Andrade. (PROJETO MEMÓRIA GLOBO, 2010, p. 64).

Numa apertada síntese, a trama narra a história de Antenor, representado por Paulo Gracindo, filho do barão de Jaraguá, que teve o seu patrimônio dilapidado pela crise financeira de 1929. Apesar de não ter mais proeminência financeira, se comporta como se ainda tivesse projeção, mantendo assim os preconceitos de classe oriundos de seus antepassados. De outro lado, há o italiano Egisto Ghirotto, representado pelo Lima Duarte, que era antigo colono na fazenda do barão de Jaraguá, vindo a se tornar rico, embora não tenha título de nobreza e nem projeção social. A fim de alcançar essa projeção e, assim conseguir o respeito da sociedade paulistana, tenta casar o seu filho Martino, representado por José Wilker, com Isabel, uma das bisnetas do barão e que é representada por Dina Sfat. (PROJETO MEMÓRIA GLOBO, 2010, p. 64).

Por trás dessa trama, a novela aborda a ideia de um Brasil ligado ao progresso, ambientada numa metrópole industrial, a cidade de São Paulo. Além disso, a novela, ao apresentar a decadência da aristocracia rural e a ascensão social de novos grupos sociais, como o dos imigrantes, ajudava na valorização da ideia de modernidade, que, segundo os militares, teria sido implantada pelo regime. Outra questão abordada e que interessava à ditadura seria a possibilidade de ascensão econômica, independente da origem social do indivíduo. Para o espectador que assistisse à novela, passava-se a ideia de que se vivia um momento de prosperidade e que toda mudança seria possível, principalmente em razão do “milagre econômico brasileiro”. (SIEGA, 2006, p. 1).

Considerações finais

Por tudo o que foi exposto, é inegável que a Rede Globo contribuiu decisivamente para a construção de um ideário de legitimidade da ditadura militar brasileira, iniciada com o golpe de 1964 e que, somente após longos 21 anos, encerrou-se com a eleição de um presidente civil, embora eleito ainda pelo processo de eleições indiretas. Verificou-se, também, que esse apoio tinha por finalidade apresentar um cenário de estabilidade tanto para o público interno quanto para o cenário internacional, facilitando assim a aceitação do regime. Além disso, visava-se a neutralização das críticas, principalmente no que tange às violações dos direitos humanos observadas durante todo o regime.

Corroborando o apoio prestado à ditadura militar, em editorial escrito por Roberto Marinho no jornal “O Globo” em 1984, reconhece-se essa colaboração à implantação e sustentação do regime ao longo desses 21 anos. Ressalte-se que, apenas em 2013, a Globo admite, de forma comedida, que esse apoio foi um erro. Eis um trecho do editorial de 1984, cujo título é “Julgamento da Revolução”:

“Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada. Quando a nossa redação foi invadida por tropas antirrevolucionárias, mantivemo-nos firmes em nossa posição. Prosseguimos apoiando o movimento vitorioso desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura, que se deverá consolidar com a posse do novo presidente”. (JORNAL O GLOBO, 07/10/1984).

Ao longo do presente trabalho, verificou-se que esse apoio à ditadura proporcionou uma rápida expansão de seu conglomerado televisivo, principalmente com a facilitação na concessão de novas afiliadas a partir da década de 70. Além disso, a Globo contou com a omissão do Poder Executivo federal na tomada de providências em relação ao contrato irregular firmado com o grupo de comunicação dos Estados Unidos Time-Life, mesmo após a conclusão de uma CPI que comprovou que o referido contrato violava dispositivo

constitucional. Ademais, constatou-se que essa expansão da Globo também atendia aos interesses da ditadura militar, pois ampliava o alcance da propaganda positiva sobre suas ações, alcançando um maior número de lares brasileiros.

Por fim, esta apresentação buscou não apenas explorar como a Rede Globo de Televisão utilizou seu poder midiático para moldar a opinião pública sobre a ditadura militar, mas também buscou a compreensão das relações entre mídia e autoritarismo no Brasil, examinando inclusive os interesses econômicos envolvidos.

Referências

BARROS, José D'Assunção. O campo da história: especialidades e abordagens. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública in RÉMOND, René. Por uma História Política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ – Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BORELLI, Silvia Helena Simões. Telenovelas: padrão de produção e matrizes populares in BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (orgs.). *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005.

CALEJON, Cesar; RONCAGLIA, André. *Poder e desigualdade: o retrato do Brasil no começo do século XXI*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

CHIARIONI, Bruno; SACRAMENTO, Igor. *O repórter na TV: uma história dos programas de grande reportagem no Brasil*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

GARCIA, Emilla Grizende. *Censura negociada: as telenovelas de Dias Gomes na Rede Globo entre 1969 e 1979*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2022.

HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. 5. ed. Porto Alegre, RS: Tchê Editora Ltda, 1987.

KRAUSE, Kátia Iracema. *O Brasil de Amaral Netto, o Repórter: 1968-1985*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2016.

MATTOS, Sérgio. As organizações Globo na Mídia impressa in BRITTOS, Valério Cruz;

MEDEIROS, Fabrício Ferreira. *A nova história política*. Temporalidades – Revista de História, Edição 25, V.9, N.3 (set/dez.2017), 258-269.

MEMÓRIA GLOBO. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/amaral-netto-o-reporter/noticia/amaral-netto-o-reporter.ghtml>, acesso em nov. 2024.

MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. *História do Brasil: uma interpretação*. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

PROJETO MEMÓRIA GLOBO. *Guia ilustrado TV Globo: novelas e minisséries*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2010.

QUINTAS, Laura Mattos Soares. *Herói mutilado: Roque Santeiro e os bastidores da censura à TV na ditadura*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ – Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Revista Amaral Netto, o Repórter. Números 3, 4, 6, 9. Rio de Janeiro: Plantel Editora e Publicidade Ltda.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. (org.). *História da Televisão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018.

RICCO, Flávio; VANNUCCI, José Armando. *Biografia da Televisão Brasileira*. Volumes 1 e 2. São Paulo: Matrix, 2017.

RODRIGUES, Ernesto. *A Globo: hegemonia:1965-1984*. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2024.

SACRAMENTO, Igor. *Depois da revolução, a televisão: cineastas de esquerda no jornalismo televisivo dos anos 1970*. Rio de Janeiro: Pedro & João Editores, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SELIPRANDY, Fernando. *Circuitos da propaganda oficiosa: Amaral Netto comemora os 150 anos da Independência (1972)* in Revista Estudos Históricos, Vol. 37, N° 82, 2024, 1-24.

SIEGA, Paula. As novelas da ditadura in Observatório da Imprensa, edição 387, 2006.

SIMÕES, Cassiano Ferreira; MATTOS, Fernando. Elementos Histórico-Regulatórios da Televisão Brasileira in BRITTOS, Valério Cruz; BOLANO, César Ricardo Siqueira (orgs). *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. São Paulo: Paulus, 2005.

WILLIAMS, Raymond. *Televisão: tecnologia e forma cultural*. São Paulo: Boitempo; Belo Horizonte, MG: PUC Minas, 2016.

PARA ALÉM DAS TRANÇAS: UM MAPA

Layla Maryzandra Costa Silva¹

Resumo

Este estudo constrói um mapa das práticas e dos saberes tradicionais que envolvem o ofício de trançar cabelos afros, presente em territórios negros como quilombos e periferias. Mais do que estética, trançar é uma prática de resistência social, gerando renda e fortalecendo identidades de mulheres negras enquanto resgata narrativas marginalizadas por discursos coloniais. A pesquisa utiliza mapeamentos e cartografias sociais colaborativas para destacar a dimensão espacial desses saberes. Com base na experiência da autora como trancista e em sua linhagem materna de trançadeiras que atravessa territórios negros junto a outras coletividades de trancistas presentes em periferias do Distrito Federal, o artigo posiciona as trançadeiras e trancistas em um corpo-território como discurso cartográfico, que defende políticas de reparação e salvaguarda para preservação dos seus saberes.

Palavras-chave: trançadeira afro, mapas colaborativos, cartografia social, saberes tradicionais

Introdução

Os saberes tradicionais podem ser definidos como um conjunto de conhecimentos e práticas herdados, moldados pela história e cultura de cada grupo social. (DIEGUES, 2000; ARRUDA, 2001 apud FONSECA, 2022). Esses conhecimentos, compartilhados predominantemente pela oralidade, expressam a identidade e os modos de vida de comunidades quilombolas, indígenas, povos de terreiros, benzedeiros, ribeirinhos e outros. Além disso, contrapõem-se às formas culturais hegemônicas, conectando-se profundamente ao território e às dinâmicas ancestrais que os moldam, enquanto fontes de significado, memória e resistência.

Entre os saberes tradicionais, destaca-se o ofício de trançar cabelos afros, uma prática de matriz africana, majoritariamente exercida por mulheres negras, conhecidas como

¹ Universidade de Brasília. laylamcs@gmail.com

trançadeiras/trancistas no Brasil. Esse ofício transcende a dimensão estética: é a materialização dos saberes ancestrais, onde:

[...] “envolve muitas técnicas de entrelaçamento dos fios do cabelo a partir de três pernas. Entre as mais tradicionais, está o trançado bem rente ao couro cabeludo, chamado de Trança Raiz/Trança Nagô, usando um movimento nas mãos para cima e por baixo formando fileiras contínuas e elevadas no cabelo” (SILVA, Layla Maryzandra Costa. *Trançando Territórios e Saberes Tradicionais. Salvador e Suas Cores*, nº 6, outubro de 2024, <https://revbaianaenferm.ufba.br/index.php/ssc/article/view/63804>.

Mais do que preservar tradições culturais, a prática configura-se como um ofício tradicional, essencial para o sustento econômico e fortalecimento identitário de comunidades negras. Esses ofícios, como os das benzedeiras, quebradeiras de coco, catadoras de mangaba, parteiras, marisqueiras entre outros, exemplificam como os saberes tradicionais são transformados em práticas concretas que sustentam estratégias de pertencimento e resistência cultural, entre povos e comunidades tradicionais, onde em sua maioria figuram territórios negros.



Figura 01. Conjunto de fotografias etnográficas realizada durante a pesquisa, com a trancista Laudicéia Nascimento, proprietária do Salão Apselar em Santa Maria – DF, registro de Beatriz Andrade, Fonte: Acervo do Projeto Tranças no Mapa, 2024.

O ofício de trançar, assim como outros saberes tradicionais, é amplamente praticado em territórios negros – leia-se quilombos e periferias –, que são espaços de vivência e resistência, guardando as devidas proporções históricas (CAMPOS, 2013). Para Campos, os

quilombos não são apenas refúgios de resistência histórica, mas também territórios de construção de vínculos sociais e referências culturais afrodescendentes. De acordo com Nogueira (2020), os territórios negros são espaços simbólicos e geográficos criados a partir da ancestralidade e da luta da população negra. Eles são conectados por práticas socioculturais que se entrelaçam à memória coletiva e às estratégias de sobrevivência. Complementando essa visão, Alex Ratts (2004) afirma que os territórios negros são marcados por espacialidades construídas em meio a encontros e confrontos sociais, definidos não apenas pela geografia, mas também por códigos e símbolos compartilhados, sendo elas a territorialidade. Esses territórios mantêm saberes e ofícios tradicionais, como a trançagem afro, que carregam narrativas de resistência e preservação cultural.

Neste sentido, apresento como os mapeamentos afetivos e cartografias sociais colaborativas destacam a dimensão espacial de saberes tradicionais como trançar cabelos afros em territórios negros.

Os Mapas

Nas últimas décadas, diversos grupos e comunidades têm lutado por diferentes espaços e narrativas, buscando alcançar justiça social. Esse processo demandou novas maneiras de refletir, interpretar e entender os territórios e os variados modos de vida que neles se manifestam.

Gouveia (2021) ressalta a importância dos mapas na construção da identidade de grupos sociais, argumentando que "[...] as representações espaciais desempenham um papel crucial na territorialidade de qualquer grupo social" (p. 8). Entretanto, a lógica colonial, instituída a partir do final do século XV, consolidou uma linguagem específica que funcionou como instrumento de dominação e subalternização por meio dessas representações (GOUVEIA, 2021).

O autor ainda aponta que mapas considerados não convencionais (como os rupestres e antigas cosmografias) foram, ao longo da história, desconsiderados pela chamada cartografia

moderna, desqualificando outras formas de representação socioespacial através da linguagem visual.

Apesar disso, observa-se que, a partir da década de 1990, diversos grupos marginalizados passaram a questionar o direito exclusivo de órgãos oficiais na elaboração de representações espaciais – ou seja, os mapas – e começaram a reivindicar o direito de criar suas próprias versões de mapas, como aponta Acselrad (2013, apud GOUVEIA, 2021).

Em um movimento que aproxima histórias de vida das metodologias da cartografia social e dos mapeamentos colaborativos e afetivos, a pesquisa utiliza essas ferramentas para destacar a dimensão espacial de trançar, fundamentada na experiência do meu trabalho enquanto trancista a partir da minha linhagem materna de trançadeiras que atravessa quilombos e periferias, assim como de uma coletividade de outras trancistas, para identificar as características deste ofício enquanto saber tradicional, que constitui referências socioculturais (GOMES, 2006) para territórios negros.

Metodologia

Inspirada pelas perspectivas de Katherine McKittrick (2006) sobre espacialidades negras e pelos "arquivos corporificados" de Saidiya Hartman (2020), a primeira parte da pesquisa adota uma abordagem cartográfica que articula documentos familiares (fotografias, certidões de nascimento e batismo) e arquivos públicos. Esses materiais serviram para reconstruir a linhagem de trançadeiras da minha família materna, inserida nos territórios negros, compondo um inventário sociocultural onde a história espacial de uma família, conta a história de um saber, de um ofício tradicional.

Mapa de Histórias Trançadas



Figura 02. Mapa de Histórias Trançadas. Imagem: Família Martins, linhagem de trançadeiras. Fonte: Acervo do Projeto Tranças no Mapa, 2024.

Assim, baseada neste “Mapa de Histórias Trançadas” que se organiza pelo tempo histórico em que se situaram as práticas e ofícios exercidos pela minha bisavó, Pureza Adalgiza Martins, considerando seus modos de vida no final do século XIX na Baixada Ocidental Maranhense, da minha avó Raimunda Martins Nascimento no pós - abolição no quilombo de Damásio, da minha mãe, Maria de Nazaré Martins Costa, no Quilombo Urbano da Liberdade em São Luís, em meados dos da década de 60 quando se intensifica os primeiros movimentos de insubordinação por meio da estética negra com movimento *Negro é lindo*, e na minha história de vida nas periferias do Distrito Federal quando a prática de trançar já é um ofício, e se torna uma fonte de renda em minha família.

Identifico em nossas espacialidades os primeiros traços de uma ancestralidade que se manifesta de forma capilar. Essa herança, que é ao mesmo tempo biológica e sociocultural, tece de maneira artesanal fios de cabelo nas cabeças de crianças, jovens e mulheres adultas da comunidade de Damásio, onde nasce pelo menos três gerações de trançadeiras. Minha avó, trançada por minha bisavó, perpetuou essa

prática transmitida de forma oral no cotidiano da comunidade, que ocorria nas celebrações de tambor de crioula e no bumba-meu-boi, mas também em momentos de cuidado íntimo, como entre mãe e filha, enquanto histórias, lendas e cantigas eram compartilhadas.

Esses momentos não apenas ensinavam as habilidades manuais, mas também criavam memórias de beleza, autoestima, autocuidado e afeto. Segundo Goffman (1986), práticas culturais como essas desempenham um papel central na construção da identidade e na formação de uma visão de mundo coletiva.

A ancestralidade, nesse sentido, não é apenas uma herança estática, mas um fluxo dinâmico que liga passado, presente e futuro. O jeito que minha mãe me trançava o cabelo já nas periferias do Distrito Federal, está diretamente relacionado à forma como a mãe dela a trançava no Quilombo Urbano da Liberdade em São Luís, revelando uma continuidade que vai além da técnica e toca na essência da organização social desse grupo, pois ancestralidade é aquilo que nos remete à nossa história cultural, expressa nas práticas cotidianas, nos gestos e nos rituais que mantêm vivas nossas memórias coletivas.

Essa herança capilar evidencia uma dimensão cultural e histórica que transcende o ato de trançar, conectando corpos, territórios e temporalidades. O cabelo, nesse contexto, torna-se um arquivo vivo, onde se inscrevem narrativas espaciais, que se organiza como uma cartografia, que não se limita a documentar trajetórias; ela se enraíza na imaginação, um espaço em que, como defendem McKittrick (2006) e Hartman (2020), os negros sempre conceberam outros modos de ser e pensar. Imaginação, memória, pesquisa e arquivo convergem, então, como pilares centrais desta investigação. Esses elementos evidenciam a potência de corpos e territórios como narrativas vivas e insurgentes, que falam de vida e criação, indo além das marcas de interdição e violência.

Mapa Colaborativo Digital de Trancistas

O mapeamento digital refere-se ao uso de ferramentas computacionais para coletar, armazenar e representar informações geográficas de forma precisa e dinâmica. De acordo com Goodchild (2007), em sua obra *Citizens as Sensors: The World of Volunteered Geography*, os mapas digitais combinam informações espaciais com dados tabulares, permitindo análises complexas que vão além da simples visualização geográfica. Esses sistemas respeitam elementos técnicos fundamentais, como projeções geodésicas, datum e sistemas de coordenadas, garantindo a precisão da representação. Além disso, os mapas digitais desempenham um papel crítico na análise e apresentação de fenômenos territoriais, contribuindo para o planejamento e a tomada de decisões, especialmente em contextos socioculturais, como o mapeamento de práticas tradicionais, a exemplo a prática de trançar.

Nesse contexto, realizo na segunda parte da pesquisa o Mapa Colaborativo Digital de Trancistas, uma iniciativa voltada para mapear trancistas negras no Distrito Federal e Entorno, fornecendo dados quantitativos, territoriais e socioculturais que ampliam a compreensão desse saber e seu impacto nas periferias urbanas, sendo elas territórios negros, isso por meio do projeto de formação e pesquisa Tranças no Mapa.

O mapeamento colaborativo se destaca por sua capacidade de combinar dados geográficos precisos com o conhecimento profundo que as comunidades locais possuem sobre seus territórios. Ao incentivar a participação voluntária dos cidadãos, essa metodologia possibilita a criação de mapas mais ricos e detalhados, que refletem de forma mais fiel as realidades locais. A utilização do conceito de informação geográfica voluntária garante que grupos como as trancistas tenham voz ativa no processo de pesquisa e mapeamento, contribuindo para a construção de representações mais justas e equitativas.

A etapa de mapeamento com a plataforma Ushahidi foi realizada entre abril e agosto de 2023 e destacou a importância da participação das próprias transcistas na coleta de dados, que ocorreu pela página do instagram: <https://www.instagram.com/fios.da.ancestralidade/> em um formulário. Esse processo incluiu mobilização social, identificação de territórios e disseminação da plataforma, permitindo que as transcistas se sentissem parte da pesquisa e convidassem outras mulheres a contribuir. Como apontam Acselrad e Coli (2008), a produção de mapas que utilizam ferramentas avançadas, como Sistemas de Informação Geográfica (SIG), muitas vezes distancia as comunidades do processo cartográfico. No entanto, o mapeamento colaborativo, ao contrário, promove o engajamento direto, valorizando o conhecimento local e reforçando a autonomia dos grupos participantes, (SILVA, 2023).

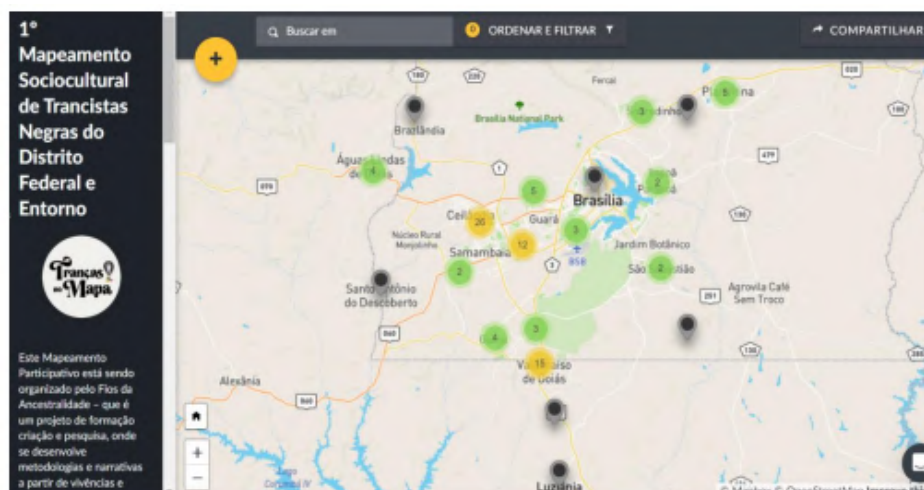


Figura 03. Mapa Colaborativo Digital na plataforma Ushahidi. Fonte: Acervo do Projeto Tranças no Mapa, 2023

Diagnóstico Territorial e Sociocultural das Transcistas

O Mapa Colaborativo Digital registrou 95 transcistas negras em 17 regiões administrativas do DF englobando ainda 07 cidades aos arredores, conhecidas como “Entorno”, demonstrando a amplitude da atuação dessas profissionais. Os dados mostram que 81,05% das transcistas atuam no Distrito Federal, enquanto 18,95% estão em

cidades limítrofes, evidenciando uma territorialidade dinâmica que transcende os limites do Plano Piloto. Esses resultados desafiam a visão de Brasília como "uma cidade isolada no seu próprio avião", revelando uma identidade geográfica que abrange não apenas o DF, mas também o Entorno, incluindo cidades de Goiás.

Esse mapeamento não apenas quantifica a presença das transistas, mas também destaca a importância de sua atuação na construção de redes de resistência e pertencimento. Segundo McKittrick (2006), as geografias das mulheres negras questionam as hierarquias racistas e permitem imaginar novas possibilidades de organização social e espacial.

Neste sentido o mapa colaborativo também revela que existem grandes movimentos de migrações internas entre as cidades realizadas pelas transistas, que buscam melhores condições de trabalho e moradia. Essa mobilidade é uma estratégia de sobrevivência que reflete as desigualdades estruturais do Distrito Federal e reforça essa relação com as cidades do Entorno, onde grande parte das transistas vivem e trabalham. Eu mesma morei em pelo menos três periferias antes de fixar moradia em Santa Maria – DF. Além disso, o deslocamento dessas mulheres reforça a conexão entre territórios capilares e territoriais, evidenciando também uma resiliência cultural e econômica das transistas. Os dados sugerem que essas migrações transcendem o imaginário fixado na década de 1960, quando Brasília foi construída, e apontam para uma nova dinâmica em que as periferias e áreas urbanas do Entorno se tornam fundamentais na manutenção do ofício de trançar.

Os dados levantados pelo Mapa Colaborativo Digital evidenciam que as transistas não apenas ocupam territórios físicos, mas também constroem redes culturais e sociais que reconfiguram os espaços urbanos. A cidade mais mapeada foi Ceilândia, o que reflete seu papel central como território de resistência negra no DF. Outras cidades mapeadas, como Samambaia, Recanto das Emas e Planaltina,

também demonstram a diversidade de atuação das trancistas em áreas periféricas.

A análise mostra que a prática de trançar é um marcador de identidade cultural e resistência, conectando as trancistas às suas raízes afro-brasileiras e aos desafios cotidianos de ocupar espaços urbanos excludentes. Segundo McKittrick (2006) essas práticas criam "geografias alternativas" que rompem com hierarquias espaciais coloniais, permitindo a existência de territórios negros vivos e dinâmicos.

Além de sua função técnica, os mapas colaborativos assumem um papel político ao dar visibilidade a práticas e ofícios tradicionalmente marginalizados. Como afirma Harley (2009), "os mapas são sempre um ato ou uma declaração política". No caso das trancistas, o Mapa Colaborativo Digital não apenas identifica as profissionais e suas localizações, mas também evidencia a importância do ofício para a economia e cultura das comunidades negras do DF e Entorno.

Mapas Afetivos

O mapa afetivo é uma ferramenta valiosa que representa as relações emocionais de indivíduos ou grupos com determinados espaços, ambientes ou contextos. Ele vai além da geografia física, mapeando percepções, sentimentos e vínculos simbólicos associados a lugares específicos. Sua aplicação é reconhecida em áreas como psicologia ambiental, urbanismo, antropologia e design, pois possibilita compreender como os aspectos físicos e subjetivos de um espaço influenciam as experiências humanas. Dessa forma, contribui para decisões de planejamento ou intervenções mais alinhadas às necessidades e desejos das comunidades.

De acordo com Lynch (1960), em sua obra *The Image of the City*, os mapas mentais refletem como as pessoas percebem e atribuem

significado aos ambientes que habitam. Embora a abordagem de Lynch seja centrada em elementos estruturais (como caminhos, bordas e marcos), ela dialoga com a ideia de mapas afetivos ao considerar que os indivíduos atribuem valores emocionais a esses elementos. Já Bailly (1999) amplia essa discussão ao enfatizar que os mapas afetivos podem representar sentimentos como segurança, conforto, ansiedade ou apego a determinados espaços, evidenciando a dimensão subjetiva e cultural da relação com o território.

Esses mapas não apenas mapeiam emoções, mas também revelam dinâmicas sociais, culturais e políticas. Segundo Massey (1994), os espaços são construídos por relações sociais que integram passado, presente e futuro, e o mapeamento afetivo permite evidenciar essas camadas temporais e afetivas. Isso é particularmente relevante em contextos de resistência cultural, como o caso das trançadeiras negras do Distrito Federal, onde o território, o ofício e as relações comunitárias se entrelaçam, criando geografias afetivas que conectam identidades e práticas ancestrais.

Entre maio e agosto de 2023, organizei a Oficina de Mapa Afetivo, utilizando a educação patrimonial como metodologia central. A educação patrimonial, conforme Fonseca (1997) é um processo educativo que visa sensibilizar indivíduos e comunidades para o reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio cultural e natural. Trata-se de uma ferramenta pedagógica que promove o sentimento de pertencimento e responsabilidade, aproximando as pessoas de seus patrimônios culturais e incentivando a reflexão crítica sobre seu papel na construção de identidade.

A UNESCO também destaca a educação patrimonial como essencial para a preservação da diversidade cultural, promovendo a transmissão de valores entre gerações. Neste contexto, o mapa afetivo foi uma ferramenta-chave para integrar as vivências das trançadeiras às dinâmicas territoriais e culturais do DF e Entorno, conectando suas práticas ancestrais ao reconhecimento de suas histórias e saberes.

O Mapa Afetivo foi construído por meio de percursos pedagógicos organizados em oito etapas, resultando em quatro mapas temáticos. Os objetivos incluíram:

- Identificação da transmissão geracional e comunitária do ofício de trançar, reconhecendo como as trançadeiras ensinam e formam aprendizes.
- Mapeamento dos espaços de atuação, revelando que, em sua maioria, as práticas ocorrem em casas das trançadeiras e não em salões afros tradicionais, destacando o ofício como um saber tradicional que também gera renda familiar.
- Reflexão sobre a apropriação cultural e o esvaziamento de códigos sociais originários pelo sistema hegemônico, problematizando como práticas culturais tradicionais são muitas vezes comercializadas de forma descontextualizadas.

As oficinas foram realizadas nas regiões administrativas onde as trançadeiras mapeadas residiam, permitindo uma abordagem localizada e inclusiva. Das 95 trançadeiras mapeadas, entre 8 e 9 participaram diretamente das atividades do mapa afetivo. Essas mulheres, com idades entre 23 e 68 anos e mais de 10 anos de experiência em sua maioria, compartilharam histórias de vida, trocaram experiências e mapearam seu ofício, construindo uma consciência coletiva e política enquanto detentoras e mestras de saberes tradicionais.

O processo de mapeamento afetivo não apenas registrou dados, mas também fortaleceu a organização social e cultural das trançadeiras, resultando na formação da Associação Nacional de Trancistas Negras – ASHANTI. A criação da associação representa um marco histórico para o reconhecimento do ofício no Brasil, destacando a importância das trançadeiras na preservação e transmissão de saberes ancestrais.

De acordo com Hooks (1992), práticas culturais negras como o trançar são formas de resistência e reafirmação identitária em contextos de opressão. Nesse sentido, o mapeamento afetivo e a formação da ASHANTI refletem um movimento político que não apenas fortalece a autoestima e o empoderamento das trançadeiras, mas também reivindica seu lugar como protagonistas na história do Brasil. Além disso, a associação possibilita o desenvolvimento de políticas públicas que valorizem o ofício de trançar como patrimônio cultural imaterial, alinhando-se às diretrizes da UNESCO para a preservação da diversidade cultural.

Considerações Finais

Neste estudo, compreendi os territórios analisados como “corpo-territórios”, cujas dinâmicas socioculturais se revelam em discursos cartográficos próprios. Inspirada na reflexão de Harley (2009), para quem “os mapas são sempre um ato ou uma declaração política”, desenvolvi uma cartografia social que combina mapas colaborativos e afetivos para explorar os percursos das trançadeiras e trancistas da minha linhagem familiar, assim como das comunidades negras no Distrito Federal.

Por meio dos mapeamentos afetivos e das cartografias sociais colaborativas, busquei destacar a dimensão espacial dos saberes tradicionais, como o trançar de cabelos afro, que está profundamente enraizado nos territórios negros. Essas ferramentas me permitiram construir novas narrativas espaciais e, ao mesmo tempo, retomar o controle sobre os mapas, desconstruindo representações hegemônicas. A produção de mapas emocionais, coletivos e baseados em vivências revelou-se uma estratégia essencial para ressignificar espaços e valorizar práticas de grupos historicamente marginalizados, como as trancistas. Nesse sentido, entendi que a cartografia vai muito além de ser uma simples representação territorial; ela se torna uma ferramenta

poderosa para preservar histórias, visibilizar ofícios tradicionais e fortalecer a memória coletiva e a resistência dos territórios negros.

Ancorada na minha experiência como trancista e na trajetória da minha linhagem materna de trançadeiras, posicionei essas práticas como parte de um discurso cartográfico que reivindica políticas de reparação e salvaguarda dos saberes ancestrais. Ao cruzar territórios físicos e simbólicos nas periferias do Distrito Federal, as trançadeiras e trancistas afirmam nossa territorialidade e identidade cultural.

Os mapas afetivos e colaborativos que apresentei nesta pesquisa demonstraram a importância de ferramentas cartográficas para a valorização de práticas culturais, como o ofício de trançar. Ao conectar espaços físicos e simbólicos, essas cartografias ressignificam os territórios urbanos e fortalecem a memória ancestral das trançadeiras negras. Acredito que o trançar transcende a estética e se transforma em um marcador de identidade cultural, resistência e fortalecimento de laços comunitários. Com isso, reafirmo o papel essencial da cartografia social na valorização e preservação das práticas culturais dos territórios negros.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. **Disputas territoriais e disputas cartográficas**. In: *Cartografias Sociais e Território*. Henri Acselrad (org.). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/IPPUR, 2008.

BAILLY, Antoine. *Les concepts de la géographie humaine*. Paris: Armand Colin, 1999.

CAMPOS, Andreilino. **Quilombos, favelas e os modelos de ocupação dos subúrbios: algumas reflexões sobre a expansão urbana sob a ótica dos grupos segregados**. 2013. Disponível em: <https://nucleopiratiniga.org.br/quilombos-favelas-e-os-modelos-de-ocupacao-dos-suburbios-algumas-reflexoes-sobre-a-expansao-urbanas-sob-a-otica-dos-grupos-segregados/%3E>. Acesso em: 08 de jan.2025

FONSECA, Diego Leonardo de Souza. **Os saberes tradicionais na Ciência da Informação: um olhar para a inovação social**. In: CONGRESSO BRASILEIRO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 30, 2022, Belo Horizonte. Anais... Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2562> . Acesso em: 10 jan. 2025.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GOODCHILD, M. F. Citizens as Sensors: The World of Volunteered Geography. *GeoJournal*, v. 69, p. 211-221, 2007.

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolo da identidade negra*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOFFMAN, Erving. *A apresentação do eu na vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1967.

GOUVEIA, Matheus. **Ativismos cartográficos em Abya Yala: o resgate dos mundos que nos foram negados**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

HARLEY, John Brian. **Mapas, saber e poder**. *Confins* [Online], v. 5, 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/5724>. Acesso em: 01 jan. 2025.

HARTMAN, Saidiya. **Vênus em dois atos**. *Revista ECO-Pós*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020b. Trad. Marcelo R. S. Ribeiro e Fernanda Silva e Sousa. Disponível em: <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27640>. Acesso em: 11 jan. 2025.

HOOKS, Bell. *Black looks: race and representation*. Boston: South End Press, 1992.

LYNCH, Kevin. *The Image of the City*. Cambridge: The MIT Press, 1960.

MASSEY, Doreen. *Space, Place and Gender*. Cambridge: Polity Press, 1994.

McKITTRICK, Katherine. *Demonic Grounds: Black Women and the Cartographies of Struggle*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. A construção e apagamento de territórios negros. *Revista da ABPN*, v. 12, n. 34, p. 157-181, 2020.

RATTS, Alex. **As etnias e os outros: as espacialidades dos encontros/confrontos.** *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro: UERJ, n. 17-18, jan./dez., 2004, p. 77-88.

SILVA, Layla. M. C. **Trançando territórios e saberes tradicionais.** *Salvador e Suas Cores*, n. 6, 2024. Disponível em: <https://revbaianaenferm.ufba.br/index.php/ssc/article/view/63804>. Acesso em: 01 jan. 2025.

MATERNIDADE NA SOCIOEDUCAÇÃO: PROBLEMATIZANDO OS INDICADORES DO DISTRITO FEDERAL

Laysa Lima de Azevedo¹

Nayara Ribeiro de Moraes Vilas Boas²

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo investigar como o sistema socioeducativo atua diante das vivências da maternidade adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa no Distrito Federal. A priori possui natureza qualitativa para o alcance dos objetivos propostos, foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental, acompanhadas de estratégias de sistematização e síntese dos conteúdos estudados, cuja aponte os indicadores para a análise das categorias maternidade, parentalidade e socioeducação. Com a análise de produções realizadas acerca do Sistema Socioeducativo, sobretudo do Distrito Federal, fica explícita a falta de representação de dados e indicadores que incluem a maternidade e a parentalidade, e a necessidade de jogar na direção dessa realidade o sentido de estratégias e intervenções no campo do sistema de garantia de direitos para adolescentes.

Palavras chave: Maternidade; Parentalidade; Sistema Socioeducativo; Distrito Federal.

Introdução

O presente artigo é fruto de uma pesquisa fomentada pelo Programa de Iniciação Científica (ProIC-UnB) em andamento e orientada pela Professora Doutora Hayeska Costa Barroso, foi idealizada a partir das reflexões realizadas nos encontros do grupo de estudo da Universidade de Brasília sobre Maternidade e Políticas

¹ Universidade de Brasília – UnB. laysa.limaaz@gmail.com

² Universidade de Brasília – UnB. nayaramorais177@gmail.com

Sociais, o GMATER (Grupo de Estudos sobre Maternidades, Parentalidade e Sociedade), nos semestres 2022.2 até 2025.1. No âmbito da linha de pesquisa do grupo, que tem como objetivo aprofundar estudos e pesquisas que abordam a maternidade situada no cerne das políticas sociais, de modo a analisar como tais políticas apreendem, ou não, as particularidades das mulheres mães desde o seu planejamento, execução, monitoramento e avaliação, surgiu a temática sobre socioeducação e emergiu como uma possibilidade de pesquisa.

A relevância social, política, teórica e metodológica desta pesquisa evidencia-se pela sua capacidade de aprofundar o debate sobre o entrelaçamento entre maternidade, parentalidade e socioeducação, um tema ainda carente de investigações sistemáticas e de dados robustos. Ao abordar essa lacuna, a pesquisa visa não apenas construir indicadores que permitam uma leitura mais detalhada e fundamentada dessa realidade, mas também fomentar a produção de conhecimento crítico e reflexivo sobre os desafios enfrentados nesse contexto. Além disso, ao problematizar as intersecções entre essas dimensões, pretende-se contribuir com subsídios que fortaleçam a formulação, o planejamento, a implementação e a avaliação de políticas públicas mais eficazes e sensíveis às especificidades desse público. Assim, o estudo se propõe a consolidar-se como uma ferramenta teórico-prática que amplie a compreensão e qualifique a intervenção socioeducativa, com vistas à promoção de uma justiça social mais equitativa e inclusiva.

Algumas perguntas preliminares configuram o ponto de partida das inquietações que mobilizaram este estudo, tais como: Quais os desafios encontrados no sistema socioeducativo no trabalho com adolescentes em cumprimento de alguma medida socioeducativa diante do exercício da maternidade e da parentalidade juvenil por parte desses sujeitos? Como o sistema socioeducativo lida com as situações de meninas adolescentes e/ou jovens que estão cumprindo

medida e estão, ao mesmo tempo, gestantes, ou que já possuem filhos/a/s? Quais tipos de intervenções profissionais são acionadas em se tratando dos rapazes adolescentes e que são e/ou se tornaram pais antes ou durante o cumprimento da medida? Quais são os indicadores sobre maternidade/paternidade e parentalidade juvenil no sistema socioeducativo no Brasil e no Distrito Federal, e como eles são utilizados para subsidiar políticas institucionais? Como os marcadores sociais de classe, raça, gênero e geração atuam na realidade de mães e pais adolescentes do socioeducativo?

A partir destes questionamentos, e reconhecendo os limites e as possibilidades para a realização de pesquisa de campo no sistema socioeducativo, a presente pesquisa tem como objetivo geral investigar como o sistema socioeducativo atua diante do complexo contexto das vivências da maternidade e da parentalidade de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa no Distrito Federal.

Foram cumpridos os objetivos específicos de analisar os indicadores sobre maternidade, paternidade e parentalidade no sistema socioeducativo no Brasil e Distrito Federal, de construir o estado da arte das categorias teóricas maternidade, parentalidade e socioeducação, de desvendar os limites e as possibilidades da atuação do sistema socioeducativo frente às demandas da maternidade e da parentalidade em seu contexto institucional, a partir de pesquisas bibliográficas e documentais nos semestres 2023.2 e 2024.1. No segundo momento (semestres 2024.2 e 2025.11) os objetivos geral e específicos permanecem, entretanto, prevendo entrevistas com profissionais que atuam no sistema socioeducativo do Distrito Federal, prioritariamente com os chamados agentes/especialistas socioeducativos.

Dessa forma, o artigo se inicia construindo o estado da arte das categorias teóricas de maternidade, parentalidade e socioeducação a partir de referências bibliográficas como Silvia Federici, Vera Iaconelli,

Paulo Freire e outros. Seguido de uma análise dos dados a partir de fontes secundárias como registros administrativos, relatórios de pesquisas de Organizações não Governamentais, bases de dados governamentais e outros, posteriormente, as considerações finais e segmentos para a continuidade da presente pesquisa.

Categorias de análises: Socioeducativo, parentalidade e maternidade

A socioeducação, conforme delineada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e posteriormente pela Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) de 2012, visa promover, proteger e defender os direitos de adolescentes e jovens que cometeram atos infracionais. Para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), refere-se à fase entre 12 e 18 anos, etapa da vida que deve ser protegida pelos direitos assegurados na Convenção sobre os Direitos da Criança e, no Brasil, pela Constituição Federal e ECA.

No entanto, o conceito de "socioeducação" foi implementado em um contexto onde o sistema ainda estava fortemente marcado por práticas punitivas e repressivas, herdadas de um legado de políticas autoritárias e de controle social. Apesar do conceito de socioeducação nascer do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no mesmo não se encontra uma definição do que é a socioeducação, ele apenas lança luz sobre as ações para as medidas socioeducativas. Muitos autores como Cunha e Paiva (2016); Brito e Almeida (2014) , Lima e Carloto (2009), entre outros que debatem sobre o assunto, levam a compreensão de socioeducação a partir da concepção de educação social de Paulo Freire, discutindo sobre a ação cultural, que supõe a atuação dos sujeitos trocando cultura, entendida por ele como tudo que o homem construiu em sua relação com a natureza. (Lima e Carloto, 2009)

Freire propõe uma educação libertadora que visa à conscientização dos sujeitos, promovendo o diálogo, a reflexão crítica e a ação transformadora, o que oferece um referencial teórico valioso para se analisar o conceito na prática. Na perspectiva freiriana, a educação deve ser uma prática de liberdade, na qual educadores e educandos aprendem juntos em um processo de construção mútua de conhecimento, rompendo com as práticas bancárias de ensino, que veem o aluno como um recipiente passivo de conteúdo. É a partir dessa compreensão que este artigo faz a análise das ações socioeducativas. Na prática, o sistema socioeducativo brasileiro tem sido criticado por não incorporar plenamente os princípios da educação libertadora de Freire.

Em muitos casos, as medidas socioeducativas ainda são implementadas de forma coercitiva e punitiva, sem promover o protagonismo e a autonomia dos adolescentes em conflito com a lei, principalmente na medida de internação, pois representa a estrutura organizacional e física de um presídio. A crítica central é que, ao invés de atuar como um espaço de formação cidadã e de emancipação social, o sistema reproduz lógicas de exclusão, estigmatização e controle social, refletindo e perpetuando as desigualdades sociais já existentes, como as de classe, raça e gênero.

Na qual, em vez de questionar criticamente essas desigualdades, o sistema frequentemente reforça estereótipos e discriminações, tratando os adolescentes infratores de maneira uniforme, sem considerar suas trajetórias individuais e contextos sociais. Em 2006 com a resolução nº 106 do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (Conanda) e logo depois com a lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo de 2012, é quando se começa uma identificação com o intuito de esclarecer as bases e princípios que intermediam as medidas socioeducativas.

“Contudo, ainda assim, há que se destacar que a lei do Sinase apresenta um direcionamento para a organização estrutural e para o funcionamento das instituições de

atendimento, entretanto, não é um referencial teórico.”
(BISINOTO,p.575,2015)

A partir de 2006, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) passou a exercer um papel central no acompanhamento das medidas socioeducativas, e, em 2012, a Lei nº 12.594 (Lei do SINASE) consolidou um marco regulatório para o sistema, estabelecendo diretrizes claras para a execução dessas medidas em todo o território nacional. Conforme Cunha e Paiva (2016), as medidas socioeducativas são classificadas em dois tipos principais: as **medidas em meio aberto**, que incluem a liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade, caracterizadas por serem menos restritivas e promover maior integração social, e as **medidas de privação de liberdade**, como a internação em unidades socioeducativas, que impõem uma restrição maior à liberdade dos adolescentes.

Embora o CONANDA e a Lei do SINASE estabeleçam que todas as medidas devem ser orientadas pelos princípios da proteção integral e da reintegração social, na prática, essas medidas nem sempre refletem o ideal de uma educação social transformadora, conforme proposta por Paulo Freire. Em vez de promover uma prática educativa dialógica e emancipadora, o sistema frequentemente reproduz práticas punitivas e excludentes, distanciando-se de seu objetivo de reintegração social e formação cidadã. Portanto, para que o sistema socioeducativo realmente cumpra seu papel, é essencial que suas práticas sejam reorientadas para promover uma educação libertadora, capaz de conscientizar e empoderar adolescentes, respeitando suas trajetórias e potencialidades como sujeitos de direitos.

Tendo discutido o conceito de socioeducação e suas implicações teóricas e práticas no contexto das medidas socioeducativas, é crucial avançar para uma análise mais aprofundada das categorias de parentalidade e maternidade. Dessa forma, Silvia

Federici, uma teórica marxista e feminista, oferece uma crítica à maternidade a partir da perspectiva histórica e econômica. Em "*O Ponto Zero da Revolução*", Federici discute como a maternidade foi apropriada pelo capitalismo e transformada em um trabalho reprodutivo não remunerado. Ela argumenta que, desde o período da acumulação primitiva, a maternidade foi instrumentalizada para controlar o corpo das mulheres e garantir a reprodução de uma força de trabalho, sem que o trabalho materno fosse reconhecido ou valorizado economicamente.

Em complemento desta análise, Vera Iaconelli em suas reflexões psicanalíticas, propõe que a maternidade não é um instinto ou uma vocação natural, mas uma construção social carregada de expectativas culturais. E a parentalidade, no texto "*O Manifesto Antimaternalista*", apresenta um conceito que se contrapõe à idealização da maternidade tradicional.

“Definimos a parentalidade como a produção de discursos e as condições oferecidas pela geração anterior para que uma nova geração se constitua subjetivamente em uma determinada época. Isso implica considerar os sujeitos que se incumbem dessa tarefa (parental) no plano singular e o campo social que os enlaça. [...] Tomamos a parentalidade, portanto, como um campo no qual os discursos (sociais, políticos, científicos, religiosos, jurídicos e outros) criam embates, consensos e novas formas de pensar o cuidado com as próximas gerações.” (Iaconelli, p. 159, 2022)

Para ela, a parentalidade deve ser entendida como uma responsabilidade compartilhada entre todos os envolvidos no cuidado e educação das crianças, e não exclusivamente da mãe, criticando a visão que coloca a mãe no centro do cuidado infantil, ressaltando que essa idealização sobrecarrega emocional e psicologicamente as mulheres, além de excluir outras figuras parentais, como o pai ou outros cuidadores, de suas responsabilidades. A parentalidade, nesse sentido, seria uma função coletiva, onde o cuidado é distribuído entre diversos atores, e não algo determinado por gênero ou biologia. O estado da arte da maternidade e parentalidade revela que esses conceitos estão em constante transformação, à medida que novas

configurações familiares e demandas sociais emergem. A crítica à idealização da maternidade e à desvalorização do trabalho reprodutivo, como exposto por Iaconelli e Federici, sugere a necessidade de políticas mais inclusivas e de uma mudança cultural que valorize o cuidado como um trabalho compartilhado.

No campo do sistema socioeducativo, conforme normatizado pelo ECA e pela Lei do SINASE, onde se objetiva promover a reeducação e a reintegração social dos adolescentes em conflito com a lei, raramente se consideram, de forma adequada, as dimensões da parentalidade e da maternidade. Muitos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas também enfrentam a complexa realidade de serem pais e mães, e suas experiências são frequentemente negligenciadas pelas políticas e práticas institucionais.

Natureza institucional da pesquisa de campo - Unidade de Internação Feminina do Gama (UIFG)

A Unidade de Internação Feminina do Gama (UIFG) é uma unidade socioeducativa exclusiva para meninas localizada na cidade do Gama, no Distrito Federal. Ela é destinada à internação de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas entre 12 e 21 anos, com a capacidade de assistir 52 jovens. Essa unidade faz parte do Sistema Socioeducativo do DF, com o objetivo de atender as necessidades específicas da população feminina. A UIFG oferece a essas jovens uma estrutura que estimula a socioeducação, visando promover atividades de reeducação social com o suporte de programas educacionais, culturais e de capacitação profissional. Assim, o foco não está apenas na perspectiva punitivista, mas também na garantia de possibilitar a reintegração das socioeducandas à sociedade de forma mais eficaz.

A escolha da unidade de internação feminina para a realização desta pesquisa se deu pela possibilidade de delimitar os dados

institucionais, principalmente pelo público-alvo ser composto por adolescentes do sexo feminino, o que torna essa unidade a mais adequada para a coleta de dados. Além disso, a natureza da pesquisa, que se concentra no campo da maternidade, se caracteriza em um ambiente que ofereça condições específicas e apropriadas para abordar as experiências, desafios e necessidades das adolescentes no contexto da gestação, parto e pós-parto. Dessa forma, a unidade feminina permite que a pesquisa se realize de maneira mais pertinente e alinhada com os objetivos de compreender a realidade vivida pelas adolescentes nesse cenário, proporcionando dados mais precisos e representativos.

O segundo momento da pesquisa de campo tem por objetivo realizar uma pesquisa na UIFG, com foco na maternidade de jovens mães privadas de liberdade, por meio de uma abordagem voltada para o trabalho socioeducativo, visto que durante o estudo, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com os Agentes e Especialistas Socioeducativos, para se entender as vivências das adolescentes que são mães ou têm filhos, para compreender seus desafios e necessidades. As entrevistas terão um formato flexível, permitindo que os participantes compartilhem suas vivências de forma mais espontânea, ao mesmo tempo em que garantem a coleta de informações sobre temas específicos relacionados à maternidade e parentalidade, como a separação dos filhos, a frequência e qualidade das visitas, e o apoio recebido para lidar com a maternidade no contexto institucional.

Portanto, a pesquisa de campo tem o intuito de contribuir para a qualificação e o aprofundamento do debate teórico-conceitual da maternidade e parentalidade no âmbito das medidas socioeducativas da privação de liberdade, a fim de servir como mecanismo precursor para a construção de indicadores científicos sob tal realidade. De modo a analisar quais os limites institucionais que são reverberados a respeito dos direitos reprodutivos de adolescentes-mães, a fim de

analisar como se dá os processos de trabalho no Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, e quais as implicações desta realidade para a atuação na garantia de direitos e no fomento de políticas públicas mais abrangentes.

Problematização dos indicadores de maternidade no socioeducativo do Distrito Federal

No contexto socioeducativo, os indicadores de maternidade podem ajudar a compreender como as condições e desafios enfrentados pelas mães impactam a educação e o desenvolvimento de suas crianças. A inexistência desses dados específicos cria um vazio crítico na compreensão das necessidades e desafios enfrentados por mães e pais na região. O Distrito Federal possui um núcleo de atendimento integrado, nove unidades de internação, das quais seis são de internação estrita, uma de internação provisória e uma de saída sistemática. Apenas no ano de 2020 foi inaugurada a primeira unidade socioeducativa exclusiva para meninas, na região administrativa do Gama. A instituição tem capacidade para 52 adolescentes na faixa etária de 12 a 21 anos. Antes disso, as adolescentes em cumprimento de medida de privação de liberdade do Distrito Federal eram acolhidas na unidade mista localizada na região administrativa de Santa Maria.

O estudo realizado na Unidade de Internação de Santa Maria por Vilarins (2016) para sua tese de doutorado, em 2016, deixa evidente o perfil das meninas que vivenciam essa realidade. A autora relata que as meninas que estão cumprindo medidas socioeducativas de internação na unidade de Santa Maria são predominantemente negras, provenientes de áreas periféricas e empobrecidas de Brasília. Elas têm registros de passagens anteriores pelo sistema socioeducativo e foram sentenciadas por delitos relacionados ao tráfico de drogas e

outras infrações associadas ao mercado de drogas. Este perfil revela a interseção entre questões de raça, classe social e criminalidade, que deve ser considerada ao analisar a eficácia e as abordagens das medidas socioeducativas (Vilarins, 2016).

De acordo com o Instituto Alana, que fez um relatório sobre o quantitativo de jovens e adolescentes mães dentro das medidas socioeducativas no Brasil nos anos de 2019, 2020 e 2021, apontou que o maior número desses casos acontece na medida de internação, ao todo, foram 35 meninas, sendo 10 em 2019, 15 em 2020 e 10 em 2021. Importante ressaltar que esses dados incluem todo o Brasil e é o mais recente encontrado no período de pesquisas. O relatório revela que o Distrito Federal está dentre as cinco unidades federativas em que mais se encontram adolescentes e jovens mães na medida de internação, sendo um número de 15 no total.

Em vista de que a gravidez na adolescência é um problema social crítico que afeta milhares de jovens a cada ano, há uma notável falta de dados específicos e políticas direcionadas às meninas que estão em medida socioeducativa. Essas adolescentes, que frequentemente vêm de contextos de extrema vulnerabilidade, estão sob risco significativo de gravidez precoce, porém, não há informações suficientes ou políticas públicas específicas para atender a essas necessidades no sistema socioeducativo. A ausência de dados detalhados e políticas adequadas para este grupo específico perpetua a invisibilidade do problema e a falta de suporte adequado.

A partir da análise dos dados que se encontram no Anuário Estatístico do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, nos anos bases de 2020/2021, sendo este o mais recente publicado pela Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejus), fica explícito a falta de representação de dados e indicadores que incluem a maternidade e a parentalidade. Verifica-se, dessa forma, a existência de um “apagão” dentro dos dados do socioeducativo no Brasil e no Distrito Federal no

que se refere à maternidade e à parentalidade dentro do Sistema Socioeducativo.

Os dados existentes no Anuário Estatístico do Sistema Socioeducativo apontam que desde o ano de 2017 até o ano de 2021, foram de 22.515 apreensões de adolescentes em situação de flagrante e 13.332 entradas no NAI (Núcleo de Atendimento Integrado) no Distrito Federal. Sendo desse total de 2021, 239 mulheres e 2.554 homens. O Anuário tipifica e classifica, ainda, os tipos de medidas socioeducativas, trazendo os dados e estatísticas dessa temática separados por tópicos, como: Série histórica; Ocupação das unidades de semiliberdade e internação; Perfil sociodemográfico. No entanto, dentre essas classificações, é inexistente a presença de dados em que são levantados no quantitativo de, por exemplo, jovens mães que estão em cumprimento de medida de internação.

Essa falta de políticas específicas e dados sobre a gravidez na adolescência no contexto socioeducativo demonstra uma lacuna significativa na proteção e suporte para essas meninas. É difícil identificar quais áreas precisam de intervenção prioritária sem os dados específicos, o que impede a avaliação adequada da eficácia de programas e políticas existentes, dificultando a realização de ajustes necessários para atender às necessidades das mães e pais dentro desse contexto.

Considerações finais

Dentro do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, encontra-se apenas uma diretriz que é voltada para visitas familiares e íntimas aos jovens, com ênfase na convivência com os parceiros/as, filhos/as e genitores, além da participação da família na condução da política socioeducativa. Porém, ainda é algo muito superficial para a política de direitos para uma maternidade digna. No que tange ao

sistema socioeducativo, têm-se apenas uma referência na lei nº 12.594/20128 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) que lança luz sobre a discussão da maternidade:

“Art. 63. § 1º O filho de adolescente nascido nos estabelecimentos referidos no caput deste artigo não terá tal informação lançada em seu registro de nascimento. § 2º Serão asseguradas as condições necessárias para que a adolescente submetida à execução de medida socioeducativa de privação de liberdade permaneça com o seu filho durante o período de amamentação” (BRASIL, 2012).

Diante dessas análises, é importante destacar que a falta de existência de dados e de políticas voltadas diretamente a esse público, dificultou a realização da pesquisa, e ao mesmo tempo enriqueceu para que se possa pensar a importância dessa temática e alcançar a visibilidade que se faz necessária. Assim, conclui-se que a lacuna desses dados e indicadores refletem uma percepção de que esse fator não é um problema, e por não ser um problema, não existe a elaboração de estratégias de trabalho e ações para o enfrentamento dessa realidade. É como se não existissem meninas que entram no socioeducativo e já tiveram filhos, ou que entram no sistema estando em uma gestação, ou que engravidam durante o cumprimento de alguma medida. Assim como não tem dados sobre os meninos para essa realidade.

Considerando as argumentações aqui apresentadas, indicam-se algumas interrogações de como se pode levar a pesquisa adiante, por exemplo, como levar o impacto da ausência desse debate para a efetiva elaboração de políticas públicas voltadas para esse público da socioeducação? Como essa ausência traz um impacto diretamente para atuação dos socioeducadores? Como essa questão é levada para o Estado? Essas são algumas das indagações que refletem a necessidade da continuação da presente pesquisa, que levará o próximo momento, de coleta de dados e elaboração de ideias para um avanço do debate. A combinação de dados primários e secundários

permitirá a construção de um quadro completo, desde a situação das mães e pais até o impacto das políticas públicas e na atuação profissional de agentes/especialistas socioeducativos.

Referências

BRASIL. LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012. Disponível em: [L12594 \(planalto.gov.br\)](http://L12594.planalto.gov.br)

CRUZ, M. N. A.; PARIZZI, M. **Maternidade e Socioeducação**: parece que estou carregando um tijolo. Revista Saúde em Redes. 2018; 4(Supl.1):243-251.

FEDERICI, S. **O Ponto Zero da Revolução**: Trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

GRILLO, Nathali Estevez. **Atendimento Socioeducativo: Maternidade no Casa**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. Disponível em: [1503434911 ARQUIVO Texto completo MM_FG.pdf \(dype.com.br\)](http://1503434911.ARQUIVO_Texto_completo_MM_FG.pdf). Acesso em: 14 maio, 2023.

G1 DF. **DF inaugura 1ª unidade socioeducativa exclusiva para meninas de 12 a 21 anos**. Brasília: G1. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/10/30/df-inaugura-1a-unidade-socioeducativa-exclusiva-para-meninas-de-12-a-21-anos.ghtml>. Acesso em: 18 de dezembro, 2024.

IACONELLI, Vera. **Mal-estar na maternidade**: do infanticídio à função materna. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.47.2013.tde-07052013-102844. Acesso em: 14 de setembro, 2024.

IACONELLI, Vera. **Manifesto Antimaternalista**: Psicanálise e políticas da reprodução. 2. ed. São Paulo: Editora Appris, 2019.

Nações Unidas Brasil. **UNFPA**: Brasil segue com índices elevados de gravidez na adolescência. Brasília. 2022. Disponível em: [UNFPA: Brasil segue com índices elevados de gravidez na adolescência | As Nações Unidas no Brasil](https://brasil.unfpa.org/pt-br/na-adolescencia). Acesso em 04 de jun, 2023.

OLIVEIRA, M.C.S.L. de; COSTA, D.L.P; CAMARGO, C K. de. **Infração juvenil feminina e socioeducação**: um enfoque cultural e de gênero. Rio de Janeiro: Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia,

2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/38110/27562>. Acesso em: 29 abril, 2023.

PAES, P. C. D.; AMORIM, S. M. F. **Formação continuada de socioeducadores**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, 2008.

PINTO, P. S.; SILVA, R. A. S. **Socioeducação: que prática é essa?** In: PAIVA, I. L.; SOUZA, C.; RODRIGUES, D. B. (org.). *Justiça juvenil: teoria e prática no sistema socioeducativo*. Natal: EDUFRN, 2014. p. 141-160.

OLIVEIRA, C. B. E., Oliva, O. B., Arraes, J., Galli, C. Y., Amorim, G., & Souza, L. A. (2016). **SOCIOEDUCAÇÃO: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo**. *Psicologia Em Estudo*, 20(4), 575-585.

VILARINS, N. P. G. **Meninas de Santa Maria: a precarização da vida na medida socioeducativa de internação**. 2016. 110 f., il. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

**PRODUTO DO MORRO E PARTIDEIRO SEM NÓ NA
GARGANTA: BEZERRA DA SILVA E O RIO DE JANEIRO QUE
NÃO SE VÊ DO PÃO DE AÇÚCAR**

Lellison de Abreu Souza¹

Resumo

O presente trabalho analisa de forma comparativa elementos biográficos de Bezerra da Silva e seu repertório, representado por uma seleção de canções que abordam características específicas da cidade do Rio de Janeiro, citando e discutindo temas que cobrem desde a lógica que rege a política de segurança pública até as questões macroeconômicas e políticas que perpassam a vida de todos os habitantes da cidade, por vezes recorrendo nas letras das canções ao humor e a ironia como formas de expressão, com o repertório de um expoente da Bossa Nova, gênero musical cuja memória coletiva construída e a historiografia tradicional invisibilizaram o pioneirismo de músicos negros, projetando em várias canções um Rio de Janeiro lúdico, pacato e movido a amor, mar e flor, inexistente ou não acessível a grande maioria da população.

Palavras-chave: Bezerra da Silva, Bossa Nova, Samba.

Na história da música popular brasileira, os sambistas negros enfrentaram diversas tentativas de enquadramento e controle de suas criações, sofrendo pressões de toda ordem, incluindo as oriundas do mercado fonográfico. A forma de retratar a cidade do Rio de Janeiro sofreu influência dessas pressões, com gêneros musicais diferentes projetando representações diferentes da cidade e do cotidiano dos seus moradores.

Enquanto músicos associados à Bossa Nova, gênero musical cuja memória coletiva construída e a historiografia tradicional

¹ Doutorando no programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. lellisonas@hotmail.com

invisibilizaram o pioneirismo de músicos negros, projetou em várias canções um Rio de Janeiro lúdico, pacato e movido a amor, mar e flor, o cantor, compositor e instrumentista pernambucano Bezerra da Silva, cuja biografia inclui alguns anos morando nas ruas do Rio de Janeiro e uma passagem como ritmista na orquestra da Rede Globo, demonstrou preferência por canções que destacavam outros aspectos da cidade, cantando e contando diversas situações socioeconômicas comuns a milhões de habitantes dos subúrbios e comunidades cariocas.

As diferenças de ênfase e temas dos repertórios da Bossa Nova e de Bezerra da Silva evidenciam diferenças significativas na forma de interpretar e retratar a cidade do Rio de Janeiro e o cotidiano de seus habitantes, cujas raízes passam por questões raciais, geográficas e econômicas.

Rio de Janeiro: cidade bastante representada no cancioneiro popular

A cidade do Rio de Janeiro é bastante citada em canções, de vários gêneros musicais. Todavia, no Samba e na Bossa Nova as referência à cidade são mais frequentes. De modo que observar como representantes destes dois gêneros musicais retrataram o Rio de Janeiro e projetaram representações da cidade constitui uma oportunidade de refletirmos sobre como músicos de diferentes gêneros e classes sociais pensam a capital carioca.

Modelo de Análise

Para analisar e compreender o impacto das origens socioeconômicas e raciais dos músicos em sua produção artística, vamos recorrer a um modelo de análise utilizado pelo sociólogo Sergio Miceli. Ao estudar a intelectualidade brasileira na Primeira República, os modernistas paulistas e os modernistas mineiros, o sociólogo

propôs um modelo de interpretação das ligações entre origens de classe e condição econômica e produção artística. Por exemplo, ao analisar a atuação dos intelectuais brasileiros de 1920 a 1945, Miceli aponta as “relações entre intelectuais e a classe dirigente” (MICELI, 2001, p. 76) e no fato de que o

desenvolvimento das instituições culturais, das organizações políticas e da máquina burocrática traduz, em ampla medida, as transformações por que passavam então as relações entre os diversos grupos dirigentes e, de outro lado, reflete as demandas dos produtores e consumidores de bens culturais, cujo mercado estava em vias de se consolidar (MICELI, 2001, p. 76)

Miceli, analisando a trajetória dos modernistas paulistas, afirma que “a história social e intelectual do movimento modernista prioriza o enlace de componentes (...) tendentes a modelar os projetos autorais” (MICELI, 2022, p. 139), argumento que se aplica à perspectiva de que as origens socioeconômicas e raciais dos músicos influencia sua produção artística, como veremos na análise de letras de canções mais à frente no presente texto.

É possível transpor elementos desse modelo para integrantes de movimentos musicais, como Bossa Nova e Tropicalismo. Como exemplo, Miceli analisa a expansão do mercado do livro, expondo uma série de índices e tabelas com dados que confirmam tal expansão, falando do “surto editorial da década de 1930” (MICELI, 2001, p. 148-159). Por meu turno, discuto em outro texto, com uma série de dados, a expansão do mercado fonográfico no Brasil (SOUZA, 2022, p. 92-107), sendo um indício o crescimento de 843% na venda de aparelhos toca-discos no Brasil entre 1967 e 1980 (ORTIZ, 1988, p. 127).

Bossa Nova e Samba

A Bossa Nova é um gênero musical oriundo da Zona Sul do Rio de Janeiro, surgido no final da década de 1950, manteve relação

simbiótica com o discurso de modernidade que tomou o Brasil entre o Governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) e a primeira década após o Golpe Militar (1964-1974), discurso reforçado pelo sentimento de euforia com resultados esportivos (como os títulos mundiais das seleções masculinas de futebol e basquete, respectivamente em 1958 e 1962 e 1959 e 1933) e com a construção de Brasília e o sucesso (questionado por alguns escritores, como José Ramos Tinhorão) da Bossa Nova nos EUA.

O Samba, gênero musical de ancestralidade negra, pobre e afrorural (LOPES, 2008, p. 17 e 29-100), corresponde a significados culturais profundos, diferente da Bossa Nova, que por vezes se assemelha mais a um modo de tocar. O Samba, bem como outras manifestações culturais oriundas da diáspora negra, tem significado

um esforço por parte da população negra de resistir às tentativas de colonização cultural que suas identidades sofriam, pois ao tentar controlar a negociação entre suas práticas e às que sociedades racistas lhes tentavam a todo custo impor, os escravizados (e seus descendentes livres) buscavam proteger sua cultura e influenciar os processos de legitimação. Essa resistência foi fundamental, pois uma das principais características das operações do racismo é a sistemática negação da historicidade e integridade das manifestações culturais de origem negra (SOUZA, 2022, p. 47)

Bossa-novistas

Tendo como referência o modelo de análise do sociólogo Sergio Miceli, ao investigar as origens socioeconômicas e raciais dos músicos bossa-novistas, vemos que a maioria deles tem origem na classe média e em famílias ricas, algumas migrantes de outros estados, como as famílias de Nara Leão e Roberto Menescal que foram de Vitória, capital capixaba, para o Rio de Janeiro quando os futuros artistas eram crianças.

O cotidiano destes artistas era marcado por facilidades econômicas, proximidade do mar, acesso às boas escolas e aos

aparelhos de lazer da cidade. Eram cidadão que habitavam parte da cidade, e integravam o conjunto da população, vista como detentora de direitos e de cidadania. Cresceram sem enfrentar uma série de dificuldade que moradores e artistas de áreas periféricas da cidade encontraram ao longo da vida. Um dos efeitos desse rotina de privilégios foi a construção de um conjunto de canções que idealizam um Rio de Janeiro lúdico e paradisíaco, num cotidiano hiperelitizado possível a pouquíssimas pessoas.

Um exemplo de músico bossa-novista que se encaixa nas situações descritas acima é Roberto Menescal, que ao longo de sua carreira ainda exerceu por muitos anos cargos de produção e direção em gravadoras, tempo poder de determinar a viabilidade de seguimento de carreiras de diversos músicos, tentando inclusive impôr suas visões às dos próprios artistas, como fez ao pressionar o cantor Luiz Melodia a dedicar seu segundo disco a um repertório focado no samba.

Vejamos uma das canções mais famosas de Roberto Menescal e como ela se enquadra na tendência descrita mais acima:

Rio que mora no mar
Sorriso pro meu Rio
Que tem no seu mar
Lindas flores que nascem morenas
Em jardins de sol

Rio, serras de veludo
Sorriso pro meu Rio
Que sorri de tudo
Que é dourado quase todo dia
E alegre como a luz

Rio é mar, eterno se fazer amar
O meu Rio é lua
Amiga branca e nua
É sol, é sal, é sul
São mãos se descobrindo em todo azul
Por isso é que meu Rio da mulher beleza
Acaba num instante com qualquer tristeza
Meu Rio que não dorme porque não se cansa
Meu Rio que balança

Sou Rio, sorriso
Sou Rio, sorriso
Sou Rio, sorriso

Sou Rio, sorriso
Sou Rio, sorriso²

Como é possível notar, em que pese a liberdade de expressão e criação artística de cada artista, a letra projeta um Rio de Janeiro lúdico, algo etéreo, movido pelo balanço do mar, livre dos problemas que assolam a cidade. Esta tendência à idealização aparece em outras canções, conferindo à Bossa Nova, pelo menos em sua primeira fase, a característica de ser possuir um cânone de canções de modo geral despolitizadas e incapazes de refletir sobre a realidade da cidade e de sua população.

Sambistas Negros

Por outro lado, os sambistas negros em sua grande maioria são de origem pobre e periférica, tendo vivenciado múltiplas camadas de exclusão, como a geográfica, enfrentando políticas que resultavam em deslocamento das populações negras para os subúrbios e periferias; e a artística, enfrentando impedimentos para lançar discos individuais (SOUZA, 2022, p. 77-79), montar e manter agendas de shows e ter controle criativo sobre sua própria obra.

Um efeito dessas condições na obra construída por diversos sambistas negros, foi a criação de um conjunto de canções mais comprometidas com a realidade social da população, sendo até instrumentos de denúncia e intervenção no mundo.

O exemplo que escolhi para este trabalho é o sambista Bezerra da Silva. Ainda pouco estudado na academia, Bezerra da Silva foi um pernambucano radicado no Rio de Janeiro, para onde veio em busca do pai. Na então Capital Federal teve uma série de trabalhos e chegou

2 PERY RIBEIRO, Rio (Roberto Menescal e Ronaldo Bôscoli). Rio de Janeiro: Odeon. 1963. Vinil. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=d06eI327chs>>. Acesso em 8 de janeiro de 2025.

a morar na rua por alguns anos, fase da vida em que se aproximou de religiões de matriz africana.

Trabalhou como ritmista da orquestra da Rede Globo de Televisão e no final da década de 1970 lançou seus primeiros discos, cantando basicamente cocos e outros ritmos nordestinos. Na década de 1980 orientou sua carreira fonográfica para o samba, ainda que produzisse uma sonoridade não aceita totalmente por parte dos ouvintes e críticos.

Manteve relação próxima com um conjunto de compositores que moravam em morros e favelas do Rio de Janeiro, se intitulando porta-voz dessas comunidades e lançando canções que descreviam diversas situações cotidianas das populações e por vezes valorizando os moradores destas localidades.

Bezerra da Silva é um dos sambistas de maior sucesso, sobretudo na década de 1980, mas permanece pouco estudado e sequer citado, o que justifica uma reflexão mais detida sobre seu trabalho e pensamento. Vejamos exemplos de algumas de suas canções:

Antes aqueles morros não tinham nomes
Foi pra lá o elemento homem
Fazendo barraco, batuque e festinha
Nasceu Mangueira, Salgueiro, São Carlos e Cachoeirinha
Nasceu Mangueira, Salgueiro, São Carlos e Cachoeirinha

Andaraí, Caixa d'água, Congonha, Alemão e Borel
O Morro do Macaco, em Vila Isabel
Matriz, Tuití e Cruzeiro, Querosene, Urubu
Jacarezinho, Turano, Sossego e o Morro Azul
Jacarezinho, Turano, Sossego e o Morro Azul

É, mas no mesmo embalo
Nasceu Cantagalo, Pavão-Pavãozinho
O Morro da Guarda e Macedo Sobrinho
Tabajara, Providência, Santa Marta e Serrinha
Morro do Pinto, Sampaio, Dendê e a querida Rocinha
Morro do Pinto, Sampaio, Dendê e a querida Rocinha
Ainda tem o Morro do Castro
E o Buraco do Boi, como tem boa gente
Atalaia, Martins, Morro do Oriente
Holofote e Papagaio, todos do outro lado
Areia Grossa, Cavalão, São Lourenço e o Morro do Estado
Areia Grossa, Cavalão, São Lourenço e o Morro do Estado

É, veja bem que nasceu também
 Sacopã, Catacumba e o Vidigal
 Morro da Favela, por trás da Central
 Eu sou muito bem chegado neles, não posso negar
 Gosto de todos, mas o Cantagalo é que é meu lugar
 Gosto de todos, mas o Cantagalo é que é meu lugar³

Logo na primeira estrofe da canção há versos que valorizam o agir das populações periféricas ao dar nomes aos lugares ocupados e para lá levarem formas de sociabilidade.

Aí, rapaziada!
 Cuidado pra não dar mole à Kojak!
 Senão o bambu vai quebrar no meio!

Alô, alô, malandragem
 Não desligue, e se ligue onde estão situadas
 As DPs que comandam o Rio
 Veja bem, fique na sua e nem dê mancada
 Porque os homens da civil não são de brincadeira
 Eles tão sempre filmando a rapaziada
 A polícia civil não é de brincadeira
 Ela está sempre filmando a rapaziada

2º fica na Central
 E a 4º DP perto da Tiradentes
 29 em Madureira, combatendo os morros da área presente
 28 em Campinho, 32 Jacarepaguá
 A 7º fica em Santa Tereza e a 5º DP, ali na Mem de Sá
 A 8º foi desativada e a 1º DP é na Praça Mauá
 A 10º fica em Botafogo que várias vezes dancei pra

averiguação

3º Castelo, 6º na Cidade Nova
 22 na Penha, não dá mole, meu irmão
 Na Av. Brás de Pina tem a 38, ela também comanda o

Largo do Bicão

Na Av. Brás de Pina tem a 38, ela também comanda o

Largo do Bicão

Alô, alô, malandragem
 Não desligue e se ligue onde estão situadas
 As DPs que comandam o Rio
 Veja bem, fique na sua e nem dê mancada
 Porque os homens da civil não são de brincadeira
 Eles tão sempre filmando a rapaziada
 A polícia civil não é de brincadeira
 Ela está sempre filmando a rapaziada

E na Pavuna tem a 39

3 BEZERRA DA SILVA, Aqueles Morros (Pedro Butina). Rio de Janeiro: Sony. 1982. Vinil. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=05xqUzAe2cE>>. Acesso em 8 de janeiro de 2025.

tem grana

36 Santa Cruz, combatendo seu lado
 35 em Campo Grande
 E a 24º é lá no Encantado
 27, Vila Cosmos
 33, Realengo e 30, Marechal
 34, Bangu
 26, Água Santa, onde o seu Ari Franco castiga legal
 A 16º é lá na Barra, dando toda a segurança aqueles que

15º, Gávea
 14, Leblon, que também é área de gente bacana
 A 9º fica no Catete e a 12 e a 13 em Copacabana
 A 9º fica no Catete e a 12 e a 13 em Copacabana

Alô, alô, malandragem
 Não desligue e se ligue onde estão situadas
 As DPs que comandam o Rio
 Veja bem, fique na sua e nem dê mancada
 Porque os homens da civil não são de brincadeira
 Eles tão sempre filmando a rapaziada
 A polícia civil não é de brincadeira
 Ela está sempre filmando a rapaziada

Olha que, lá em Ricardo, a 31 comanda a todo vapor
 23, no Méier
 25, Engenho Novo
 37, é na Ilha do Governador
 17, em São Cristóvão
 Com a 20, na Vila, não tem brincadeira
 19 é lá na Tijuca
 E a 18º na Praça da Bandeira
 21 é em Bonsucesso, naquela jurisdição ela manda e

desmanda

Miranda

E pra finalizar, eu não posso esquecer, a 40 de Rocha

E pra finalizar, não consigo esquecer, olha aí a quatro zero
 de Rocha Miranda!⁴

Nesta canção Bezerra da Silva aborda a política de segurança pública utilizada no Rio de Janeiro, apontado nos versos situações que evidenciam o compromisso das autoridades policiais em defender áreas tidas como nobres e vigiar pessoas vistas como perigosas para tais áreas.

malandro

Aí, meu irmão, vocês não tão com vergonha
 Ainda não aprenderam a botar, só para na pose de

4 BEZERRA DA SILVA, As 40 DPs (Gil de Carvalho). Rio de Janeiro: Sony. 1989. Vinil. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=0XIyBzsvSeA>>. Acesso em 8 de janeiro de 2025.

Ele subiu o morro sem gravata
 Dizendo que gostava da raça
 Foi lá na tendinha bebeu cachaça
 Até bagulho fumou

Jantou no meu barracão e lá usou
 Lata de goiabada como prato
 Eu logo percebi é mais um candidato
 Para a próxima eleição

E lá usou
 Lata de goiabada como prato
 Eu logo percebi é mais um candidato
 Para a próxima eleição

É, e ele fez questão
 De beber água da chuva
 Foi lá no terreiro pedir ajuda
 Bateu cabeça no gongá

Mas ele não se deu bem porque
 O guia que estava incorporado
 Disse: Esse político é safado
 Cuidado na hora de votar

Também disse: Meu irmão
 Se liga no que eu vou lhe dizer
 Hoje ele pede seu voto
 Amanhã manda a polícia lhe bater, podes crer⁵

Na canção, dotada de ironia e humor, Bezerra da Silva retrata o comportamento de candidatos que a cada período eleitoral visitam comunidades em busca de votos, fazendo promessas e adotando gestos populares na tentativa de obter a simpatia dos eleitores, ainda que por vezes não tenham ideia do que estão fazendo ou deixem explícita a farsa que seu comportamento representa.

O cantor por meio dos versos retira os eleitores pobres e periféricos de um lugar de passividade e os alerta sobre o comportamento dos políticos, avisando sobre o possível cenário de violência pós-eleição caso o tipo de candidato retratado na música fosse eleito.

5 BEZERRA DA SILVA, Candidato Caô Caô (Pedro Butina e Walter Meninão). Rio de Janeiro: Sony. 1988. Vinil. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=UQWmJKZdHVE>>. Acesso em 8 de janeiro de 2025.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LOPES, Nei. **Partido-alto: Samba de Bamba**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICELI, Sergio. **Lira Mensageira: Drummond e o Grupo Mineiro**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2022.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SOUZA, Lellison de Abreu. **Balança que o Samba é uma Herança: sambistas, mercado fonográfico, debates culturais e racismo nas décadas de 1960 a 1980**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022.

A ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO (ASI) NA UNB: UMA LEITURA HISTORIOGRÁFICA

Levy de Oliveira Porfírio¹

Resumo

Este trabalho tem por objetivo discutir a atuação de um dos braços repressivos da Ditadura Militar chamado de Assessoria de Segurança e Informação da Universidade de Brasília (ASI/UnB). A ASI/UnB era um órgão administrativo da UnB que tinha como objetivo coletar informações e vigiar a comunidade acadêmica da instituição além de atuar como um elo entre os escalões de segurança e a universidade. Essa assessoria atuou dentro das universidades controlando, vigiando, filtrando e censurando professores, alunos e técnicos-administrativos. O objetivo desse artigo é fazer uma revisão bibliográfica a partir de uma pesquisa de caráter qualitativo com aplicação do método histórico com o intuito de compreender como essa assessoria atuava dentro dessa instituição.

Palavras-chave: Ditadura militar; comunidade de informações; ASI/UnB; universidades; assessorias de segurança e informação.

A finalidade do presente trabalho é compreender a atuação de um dos braços repressivos da Ditadura Militar chamado de Assessoria de Segurança e Informação da Universidade de Brasília (ASI/UnB). Essa assessoria era um órgão administrativo que pertencia ao quadro burocrático da UnB e tinha como objetivo vigiar e controlar a comunidade acadêmica da instituição. Essa unidade era uma pequena “engrenagem” que pertencia a uma rede muito maior de espionagem e vigilância conhecida pela literatura como “Comunidade de informações”. Além disso, a ASI/UnB faz parte de um conjunto maior de órgãos de informação que agiam dentro das universidades chamadas de “assessorias universitárias”.

¹ Graduando do curso de História (Licenciatura) na Universidade de Brasília. Universidade de Brasília (UnB). levyporfirio@gmail.com.

Este artigo busca compreender como essa assessoria atuava dentro da UnB por meio de uma revisão bibliográfica sob uma pesquisa de caráter qualitativo com aplicação do método histórico. Para isso, primeiramente, o artigo se debruçará sobre o surgimento das assessorias universitárias com o endurecimento do regime em fins da década de 1960 afim de compreender as origens contextuais da criação da ASI/UnB. Logo em seguida, o artigo, a partir da bibliografia levantada, descreverá as ações e atividades empreendidas pelo órgão dentro da instituição. Ao final, constataremos que a ASI/UnB era um dos braços repressivos que atuavam dentro das universidades. Era, portanto, mesmo que de forma miúda, parte ativa de todo um sistema de segurança e informação que atuou dentro da instituição praticando ações de censura e repressão política como, por exemplo, a expulsão de alunos e professores e a censura a eventos e palestras durante a Ditadura Militar de 1964.

O golpe civil-militar que finda o período da experiência democrática no Brasil e instaura a Ditadura ocorre em 1964, quando sobe ao poder o General Castelo Branco. Três anos mais tarde, em 1967, o grupo político-militar de oposição à Castelo, chamado hoje de “linha-dura”, ascende ao poder com a eleição do Presidente Costa e Silva. Esse grupo era formado por militares mais “exaltados” que defendiam o fechamento do Congresso e a implantação de uma limpeza política com a cassação de mandados e expurgos de servidores públicos e militares (Fico, 2001).

Agora vitoriosos e com o poder do Executivo, a linha dura passou a intensificar² um projeto político-estatal permanente de “caça às bruxas” com a finalidade de promover uma limpeza política³. Para

² O uso do verbo “intensificar” não é por acaso. Essa “caça às bruxas” foi inaugurada assim que a Ditadura foi instaurada em abril de 1964 com alguns expurgos ocorrendo já nos primeiros dias do regime. Mas esses movimentos não foram suficientes para agradar os anseios punitivos de grupos mais “radicais” (Fico, 2001; Motta, 2014).

³ Essa “limpeza política” tinha um viés anticomunista. Como sugere Motta, o Anticomunismo após o ano de 1935, “[...] não significa apenas um conjunto de opiniões divergentes em relação a um projeto político, mas um movimento, uma

conquistar esse objetivo, esses militares reformularam todo o sistema de segurança e informação até então existente e criaram, assim, um sistema de vigilância e repressão nunca antes visto na história do Brasil. O grupo não somente criou um sistema de informação que alimentasse o Presidente da República com dados essenciais e estratégicos para a tomada de decisões, mas também criou um sistema que passou a atingir mais intensamente a esfera particular da vida dos cidadãos. Essas mesmas informações seriam utilizadas para alimentar uma polícia política (como por exemplo os CODI/DOI⁴ e o CENIMAR⁵) que reprimiria os opositores de forma implacável (Fico, 2001).

É nesse momento, portanto, que o regime passa a monitorar parcela considerável da sociedade por meio dos seus serviços de inteligência, hoje denominados pela literatura como “Comunidade de Informações”, que pode ser definida pelo conjunto de órgãos federais estruturados em uma grande “teia” com abrangência nacional com o objetivo de coletar, produzir e difundir informações relevantes entre seus membros com intuito de fornecer os melhores dados para as lideranças militares (Ishaq; Franco; Sousa, 2012 e Fico, 2001). Faziam parte dessa grande estrutura órgãos federais como o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e um segmento da Polícia Federal.

Com efeito, é nesse contexto político que “nasce” esse grande aparato repressivo que começa a tomar corpo a partir de 1967 e definitivamente em 1971, quando há outra reformulação que cria

causa que mobilizou aderentes fervorosos, crentes que a salvação do país (e do mundo) dependia da repressão ao comunismo” (MOTTA, 2012, p. 134).

⁴ Os CODIs eram os “Centro de Operações de Defesa Interna” e os DOI eram os “Destacamento de Operações de Informações” criados nos primeiros anos de 1970 a partir da experiência bem sucedida da Operação Bandeirantes em São Paulo.

⁵ O CENIMAR era o órgão de inteligência da Marinha. Foi criado em 1955 e é um dos órgãos de repressão suspeitos de prenderem e assassinar Honestino Guimarães (CATMV, 2015).

novos “braços repressivos”, como as DSIs e as ASIs, os quais falaremos mais adiante.

É importante deixar claro ao leitor que não foi em 1967 que de fato esse aparato repressivo é inventado. Antes dessa data, já existiam alguns órgãos de espionagem e de censura como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), criado nos anos 30 por Vargas; o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SCIFI), criado no governo de Juscelino Kubitschek; as seções de segurança nos ministérios civis; e o próprio Serviço Nacional de Informação (SNI) em 1964. Mas é a partir desse contexto que ocorre uma reestruturação tão expressiva que confere uma feição completamente nova aos aparatos que já existiam antes de 1967. Dessa forma, nota-se que esse aparato não surge “do nada” em 1967. No entanto, foram tantas modificações que podemos observar o nascimento de algo novo (Fico, 1997 apud Fico, 2007, p. 199).

Esses “braços repressivos” alcançaram vários âmbitos da sociedade como, por exemplo, atividades artísticas, culturais e recreativas (espetáculos, shows, músicas, livros, imprensa e tv), censura que se materializava por meio da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). Tais braços estiveram presentes também na vida política por meio dos Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e os Centros de Operações de Defesa Interna (Codi) juntamente com vários órgãos de segurança e informação como CIE, CENIMAR e muitos outros responsáveis por prender, torturar, assassinar e ocultar cadáveres de opositores políticos. E, por meio do Sistema Nacional Informações (Sisni), o Regime se mostrava presente em vários órgãos da Administração Pública, inclusive nas universidades por meio das Divisões de Segurança e Informação (DSIs) e das Assessorias de Segurança e Informação (ASIs) ou das Assessorias Especial de Segurança e Informação (AESIs). Nesse trabalho, usaremos a designação “ASI” por ser a mais recorrente na literatura sobre o tema.

Esses dois órgãos foram criados com o objetivo de manter a Administração Pública e seus servidores a salvo de elementos subversivos (Ishaq e Franco, 2001). Esses órgãos atuavam em ministérios, autarquias, fundações e empresas estatais vinculadas ao Poder Executivo com a missão de vigiá-los. Nesse caso, dentro de cada ministério existia um órgão central de informação, a DSI, que se espalhava por dentro da pasta por meio de várias assessorias de segurança e informação, que poderiam estar presentes em vários órgãos de um único ministério. Assim, dentro de uma pasta, existia uma DSI e várias ASIs/AESIs subordinadas a ela (Fico, 2001).

Com isso, existiram DSIs nos vários ministérios⁶. A título de exemplo, menciona-se o Ministério da Saúde (DSI/MS)⁷, do Trabalho e Emprego (DSI/MT) e da Agricultura (DSI/MA) (Ishaq; Franco; Sousa, 2012), mas a maior e a principal, segundo Motta (2014), foi a Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação (DSI/MEC). Dentro dela, havia o que chamamos de “assessorias universitárias”, um conjunto de ASIs que foram instaladas dentro de universidades federais e estaduais.

Segundo Paulo Parucker (2013, p. 16), o objetivo desses órgãos era

[...] de um lado, o monitoramento do movimento de oposição, estudantil sobretudo, com vistas à sua eliminação. De outro lado, o objetivo era impor espesso controle ideológico que buscava identificar críticas à ordem ou comportamentos alternativos, fossem políticos, artísticos, no campo da droga ou do sexo, como algo sempre associado à subversão.

Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2008, p. 38) ao analisar um documento da AESI/UnB⁸, diz-nos que haviam 43 ASIs da DSI/MEC ativas no ano de 1973. Algumas eram pertencentes a órgãos e departamentos do MEC e outras 33 eram de universidades. Há uma

⁶ Ishaq; Franco; Sousa (2012), em levantamento nos vários acervos hoje em posse do Arquivo Nacional, constataram a existência, até agora, de 250 DSIs e ASIs.

⁷ O acervo da DSI/MS está hoje sob custódia do Arquivo Nacional (Dibraq, [s.d]a)

⁸ Motta não nos faz o favor de citar o documento em seu artigo

certa confusão quanto à real quantidade de ASIs universitárias existentes. Ishaq; Franco (2011, p. 36) citam a existência de 34 enquanto Motta cita um número diferente. Essa querela, na realidade, não tem muita relevância. O que importa é a atuação dessas assessorias dentro das instituições universitárias as quais foram responsáveis por vários impactos negativos na produção científica e na vida pessoal da comunidade acadêmica.

Nesse sentido, verificou-se a presença de ASIs, por exemplo, nas universidades federais da Bahia (ASI/UFBA), da Universidade de São Paulo (ASI/USP), no Rio de Janeiro (ASI/UFRJ), de Minas Gerais (ASI/UFMG), do Espírito Santo (ASI/UFES) e em outras universidades federais e estaduais⁹. Mas a que nos interessa é a Assessoria de Segurança e Informação da Universidade de Brasília, a ASI/UnB.

Em consonância com as demais assessorias, ela pertencia à burocracia administrativa da universidade, como sugere Aparecida (1998, p. 14). Portanto, era mantida com recursos e servidores da Fundação Universidade de Brasília (FUB). Os dois servidores, por exemplo, que atuaram nessa ASI, pertenciam ao quadro administrativo da UnB¹⁰ (Parucker, 2015a). A ASI/UnB foi criada em fevereiro de 1971 como parte de uma nova reformulação do aparato repressivo juntamente com outras assessorias (Motta, 2008, p. 35). Manteve-se ativa dos anos de 1971¹¹ até mais ou menos 1985 quando

⁹ Segundo o site do Diretório Brasil de Arquivos (DIBRARQ, [s.d]) do Arquivo Nacional, o Fundo da ASI/UFBA está hoje sob posse da própria universidade e ainda está desorganizado. Já o da ASI/UFMG está sob posse do Arquivo Nacional.

¹⁰ O primeiro chefe da repartição foi Joselito Eduardo Sampaio, servidor da Câmara dos Deputados, mas cedido para a UnB onde prestava serviços na Assessoria Jurídica (CATMV, 2015; Parucker, 2015a, 2015b). Francisco Pedro de Oliveira, segundo chefe da ASI/UnB a partir de 1974, e Miguel Joaquim Bezerra, escriturário, eram servidores do quadro da instituição. O primeiro foi advogado da UnB e se aposentou como procurador federal em 1991. O segundo, depois de escriturário, tornou-se também advogado da UnB e se aposentou como procurador federal em 1998. Todas essas informações foram levantadas a partir de uma busca minuciosa pela internet. Fontes estão linkadas na bibliografia.

¹¹ A professora Geralda Dias Aparecida (1998) nos diz que, antes da institucionalização oficial da ASI/UnB em 1971, já funcionava uma assessoria informal que fornecia informações a pedido dos órgãos da comunidade. Portanto,

da Democratização Brasileira e se localizava no que é hoje a Faculdade de Educação, que nos anos 70 era sede da antiga Reitoria da universidade dentro da Assessoria Jurídica da UnB.

A peculiaridade desse órgão e de outros como ele é que foram instalados dentro das universidades e fizeram parte da burocracia interna dessas instituições, diferentemente de outras entidades como o CIE, o CISA, a PF (que inclusive foi das entidades que mais atuou dentro da UnB), e o CENIMAR por exemplo, que não mantinham estruturas vinculadas dentro da instituição. Elas entravam nas universidades, exerciam suas ações e depois saiam. Os servidores eram, em alguns casos, civis vinculados a universidade e que desempenhavam suas funções dentro da instituição de ensino. No caso da ASI/UnB, os servidores dividiam uma sala com a Assessoria Jurídica da Universidade. Mas em outros casos, a assessoria tinha espaços independentes como, por exemplo, a ASI/UFBA, que tinha uma casa como sua sede e que seria, mais tarde, como um ato simbólico, ocupada pela associação dos professores para se tornar sede da entidade (Motta, 2014).

A designação “assessoria” não era por acaso. Elas eram formalmente subordinadas ao reitor com a função de assessorá-lo em assuntos acadêmicos de segurança. Mas na prática desempenhavam a função de supervisionar a universidade para a DSI e para o SNI. Por essa razão, acabavam por exercer pressão e controle sobre as reitorias. Há casos documentados, segundo Motta (2014), de reitores que tiveram atritos com chefes de ASIs que interferiam demais em suas funções.

Em outras palavras, a ASI/UnB, como outras, servia de posto avançado da Ditadura dentro da universidade e uma das suas principais atividades era coletar informações para alimentar uma

há a presença de documentos datados de antes da criação oficial da ASI, já a partir de 1967, o que pode ser constatado com a consulta ao Fundo ASI/UnB no site do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

grande estrutura de segurança e informação. Em um relatório da ASI/UnB enviado ao DSI/MEC sobre suas atividades, é relatado que os principais clientes eram a própria DSI juntamente com o Comando Militar do Planalto/11ª Região Militar (CMP/11ª RM), o SNI e o Departamento de Polícia Federal (DPF). De fato, a ASI/UnB era parte ativa de uma estrutura extensa e bem organizada de informação no qual ela era uma pequena engrenagem. No Encaminhamento nº 5885/SS1/DSI/MEC, de 14 de dezembro de 1973, resta claro essa grande estrutura quando diz que

“[...] a DSI liga-se com todas as Universidades Federais, Estaduais, Municipais e Particulares, bem como aos Órgãos da Administração Direta e outros da Administração indireta do MEC, e aos Órgãos de Informações do mesmo nível e superiores, numa atividade que abrange o território nacional.” (Arquivo Nacional. Fundo ASI-UnB. BR_AN_BSB_AA1_LGS_031, p.3 apud Parucker, 2015a).

Em suas ações cotidianas, essas assessorias coletavam informações, atendiam a Pedidos de Busca (PB) e a Pedidos de Informação (PI). Além disso, exerciam o controle, a vigilância e a triagem de pessoal através da intervenção no quadro docente e discente e mantinham vigilância sobre o movimento estudantil e sobre qualquer outra articulação política. Também exerciam a censura a apresentações, reuniões estudantis, circulação de panfletos, palestras, passeatas e etc. (Motta, 2008, 2014).

A ASI/UnB, por ter somente dois servidores em seu quadro administrativo, tinha uma missão muito grande para um quadro tão pequeno. Dessa forma, recebeu ajuda de todo complexo administrativo da instituição. Ela recorria ao Serviço de Pessoal para obter informações de professores e funcionários técnico-administrativos e à Diretoria de Assuntos Educacionais (DAE) para informações sobre alunos. Ela solicitava ajuda de vários outros chefes de repartição da burocracia da instituição como os chefes de

departamento e diretores de unidades para saber sobre professores. Consultava também o secretário administrativo de cada unidade para saber sobre alunos. Quando a suspeita estava sobre alguns desses chefes de repartição, a ASI recorria ao Vice-reitor (Parucker, 2015a, 2015b). Essas colaborações não querem dizer que foram feitas por livre e espontânea vontade. Poderia ser considerada, para esses servidores, um trabalho burocrático ou uma colaboração por “coerção”, quando eles se sentiam na obrigação de prestar relatórios apesar de não concordarem com as ações.

Podemos observar isso na análise dos perfis dos reitores universitários empreendida por Motta (2008). Segundo ele, há três perfis de reitorias: colaboração irrestrita, colaboração com limites e colaboração com tentativas de resistência. (Ibidem). No primeiro, há casos de reitores que apoiavam o regime e cooperavam com os órgãos de segurança por afinidade ideológica. Nota-se que muitos deles eram militares. Por outro lado, na colaboração com limites, há casos moderados de reitores que atuaram de forma afinada com o governo militar, mas, para evitar atritos com a comunidade acadêmica, limitavam-se a aplicação das ordens. Por fim, a colaboração com tentativas de resistência, abrangia reitores que não apoiaram o governo, mas não o faziam de forma pública e direta, optando por táticas que evitassem confronto direto. Estes se aproveitavam da burocracia e da aparência legal do regime para retardar a implantação de determinações autoritárias. (Ibidem).

Então,

Não existiu a figura do Reitor ou do Diretor crítico em relação ao regime militar, pois eles seriam afastados imediatamente. No máximo houve algum espaço para jogos ambíguos e sutis de negociação, em que alguns dirigentes universitários se empenharam em proteger certos membros da comunidade universitária, mas sempre protestando apoio ao Estado (Motta, 2008, p. 33)

Portanto, podemos observar que colaborar com as atividades de repressão não se traduzia exatamente em uma colaboração por

razões ideológicas, embora colaboração por razões ideológicas podem, sim, ter ocorrido. Outro exemplo pode reforçar o argumento. Na USP, um aluno confessou que havia sido recrutado como espião por um funcionário administrativo que era agente do Dops e recrutava informantes. Todavia, disse que não o fez por convicção e sim por necessidade, uma vez que seria remunerado com uma bolsa que o permitiria permanecer estudando. Segundo o relato, o espião era aluno do professor e ganhava carona dele talvez para coletar informações (Motta, 2014).

Para delimitar e conceituar melhor o papel dessas assessorias, é necessário mencionar que “repressão”, no caso das ASIs universitárias, limita-se a censura, ao controle ideológico e ao expurgo. Outras formas de repressão como prisão e tortura sofridas por membros da comunidade estudantil foram praticadas por outros órgãos como CODI/DOI e o CENIMAR. Em regra, o objetivo era atuar como órgão de informação e contrainformação. Portanto, não eram órgãos com poder de polícia e era determinadamente proibido se envolver em operações ostensivas, o que poderia expor suas ações de caráter sigiloso (Motta, 2008, 2014). Apesar da regra, algumas ASIs tiveram sua atuação mais ostensiva quebrando o sigilo de suas ações ao se tornar conhecidas pelos estudantes e pelos jornais como, por exemplo, o caso da ASI da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ASI/UFRN) em que o jornal “Tribuna do Norte” publicou algumas reportagens com depoimentos de alunos e professores que denunciavam a atuação da assessoria e de seu titular, Adriel Cardoso, denunciando censuras e intervenções políticas na vida universitárias de vários tipos como censura à filmes e coação de líderes estudantis sendo acusado de implantar clima de terror na universidade (Motta, 2011).

As ações cotidianas da ASI/UnB serão descritas a seguir a partir dos trabalhos de Parucker (2015a, 2015b), da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV, 2015) e de Motta (2008;

2011; 2014). Esses autores pesquisaram e escreveram seus trabalhos a partir de incursões ao Fundo ASI/UnB, que hoje está sob custódia do Arquivo Nacional¹² e que antes, até 2008, estava sob posse da UnB por meio do Centro de Documentação da Universidade de Brasília (CEDOC/UnB)¹³.

No seu dia a dia, essa assessoria poderia coletar informações, atender a Pedidos de Busca e a Pedidos de Informação. A ASI era um órgão de informação por excelência. Por isso, sua função era coletar informações sobre os acontecimentos dentro da UnB e transmiti-los para seus superiores. Há uma vasta papelada no Fundo ASI/UnB com relatórios ou informes sobre vários assuntos. Aqueles que se destacam estão ligados a ações de espionagem empreendidas dentro do campus. Parucker (2015a; 2015b) e a CATMV (2015) descrevem um exemplo muito bom que evidencia a natureza dos serviços empreendidos dentro da instituição. O Setor de Protocolo e Arquivo (SPA/UnB), em 1976, violou uma correspondência enviada para o Diretório Acadêmico do curso de Engenharia Florestal e enviou seu conteúdo para a ASI/UnB. A carta foi enviada pela Comissão Universitária da USP e pela Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos da Universidade de Campinas, que os convidava para uma “reunião de entidades estudantis em São Paulo para discutir a luta contra a legislação repressiva, as prisões, as torturas e os assassinatos políticos, bem como para buscar a mobilização em prol da anistia política, da liberdade de organização, manifestação e expressão etc”. (CATMV, 2015, p. 243).

Outro exemplo são os vários relatórios redigidos por Sindulfo Chaves Filho, chefe do Serviço de Proteção ao Patrimônio (SSP/UnB),

¹² O leitor pode encontra-lo no site do Arquivo (<https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>) sob o código BR DFANBSB AA1.

¹³ Estava sob posse do (CEDOC/UnB), que hoje está sob o nome de Arquivo Central – ACE/UnB, até 2008 quando o Arquivo Nacional, em obediência ao decreto nº 5.584 de 2005¹³, começa a reunir os “arquivos da repressão” como parte de um processo mais amplo de justiça de transição.

que produziu vários relatórios com informações coletadas por meio das atividades de espionagem empreendidas por seus guardas em assembleias, passeatas, reuniões e em outras manifestações estudantis. Segundo a CATMV (Ibidem),

Servidores dessa unidade coletavam todo tipo de informação que pudesse relacionar-se a tais atividades, como nomes de lideranças e demais participantes, inclusive reproduzindo em relatórios suas intervenções orais; identificavam pessoas que circulavam pelo campus; recolhiam cartazes afixados e panfletos distribuídos e, quando possível, apontavam os responsáveis por sua divulgação etc.

Engana-se quem acha que a vigilância recaía somente sob os alunos. Com efeito, o movimento estudantil era um dos principais grupos a serem vigiados. Mas professores e técnicos-administrativos não ficavam isentos. Parucker (2015a) nos apresenta um conjunto documental que mostra o SPP/UnB e a ASI/UnB atenta às movimentações políticas ligadas à Fundação Universidade de Brasília (FUB), à Associação dos Servidores da Fundação Universidade de Brasília (ASFUB) e à Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB)

Um dos casos mais interessantes é do UnBGate, que faz alusão ao Escândalo *Watergate* em relação ao Presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon. Por oportuno, segue o relato dos acontecimentos, resumido pela CATMV (2015, p. 200-201):

No dia seguinte, 24/05 [de 1978], por volta das 14 horas, um estudante de Engenharia Elétrica estava no estacionamento próximo ao Diretório Universitário, ouvindo rádio no carro, com alguns colegas. Ao girar o botão do dial em busca de uma estação FM com música, sintonizou nada menos do que as vozes do grupo que fazia uma reunião na sala do D.U. para discutir o processo de criação do DCE Livre (naquele momento, em torno de 50 estudantes). De imediato, foram ao local e, passado o alvoroço decorrente da notícia e após uma busca pelo interior do recinto, acabaram descobrindo uma aparelhagem de rádio-escuta escondida acima do forro móvel do teto da sala. Pouco depois, conforme relataram os estudantes à imprensa, chegaram algumas pessoas, apresentando se como funcionários do SPP/UnB, e solicitaram o equipamento para averiguação. Aos gritos

de “Abaixo a Repressão!”, os estudantes se recusaram a entregar as peças e, diante disso, os supostos vigilantes se retiraram.

De acordo com o relatório, como se esperava, conforme diziam os alunos à época, o processo de sindicância aberto para averiguar o caso se deu como inclusivo pela ausência de provas que identificasse a autoria, além da inexistência dos dados que comprovassem a existência do aparelho e da versão narrada pelos alunos.

Fora a coleta de informações, rememora-se, a ASI/UnB atendia regularmente a Pedidos de Busca e a Pedidos de Informação. A DSI/MEC e outros órgãos de informação enviavam uma solicitação pedindo informações de um professor ou de um aluno. A ASI respondia com as devidas informações profissionais, ideológicas ou outros dados relevantes.

Haja vista que as assessorias também exerciam controle, vigilância e triagem do quadro pessoal das universidades. A comunidade acadêmica estava submetida a um filtro ideológico que decidia se os sujeitos poderia ou não se manter nos quadros da instituição de ensino. Os professores, por exemplo, poderiam passar por um controle de contratação. Nesse caso, a respectiva assessoria enviava informações profissionais e pessoais do cogitado à DSI/MEC através do preenchimento de uma ficha de “Levantamento de Dados Bibliográficos” (LDB), que era utilizada de modo geral para analisar perfil ideológico para cogitados a cargos públicos. Essa ficha “[...] deveria discriminar, necessariamente, posição ideológica, atitude em relação ao golpe, eventuais atividades subversivas, probidade administrativa, eficiência funcional ou profissional e conduta civil.” (Fico, 2001, p. 98). Esses vetos eram sigilosos e nenhuma justificativa e nem possibilidade de recorrer era dada ao solicitante. Essas práticas não deixaram de chamar atenção dos professores e da imprensa e acabaram por ser chamadas de “cassações brancas” (Motta, 2014).

Um caso ocorreu na UnB em 1976. Segundo o relatório da CATMV (2014), em maio de 1976, o professor Victor Leonardi, do Departamento de Filosofia e História, foi afastado do seu cargo por conta das suas “inclinações marxistas”. O professor foi acusado de distribuir livros marxistas aos alunos e de pesquisar temas como o sindicalismo, partidos e organizações operárias e a atuação das organizações e manifestações socialistas.

Essa política de limpeza foi adotada pela primeira vez a partir de 1968 pela Universidade Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS), que passou a exigir atestado de bons antecedentes ou atestado ideológico para as novas contratações. Mais tarde, descobriu-se que essa prática era insuficiente porque os cogitados poderiam falsificar ou utilizar de outros meios para burlar o sistema. A partir então de 1971, a DSI/MEC passou a exigir a ficha LDB para suas assessorias (Motta, 2014).

Esses professores passavam também por outro tipo de controle. Havia uma vigilância sobre docentes que solicitavam afastamento para viagens ao exterior para congressos, eventos, pesquisas ou cursos de pós-graduação. A autorização só era concedida após uma criteriosa investigação. A prática foi adotada oficialmente em 1973, momento em que os reitores foram informados de um novo procedimento para autorizar essas viagens. Essa novidade era semelhante ao que foi descrito anteriormente. A ASI enviava uma ficha LDB à DSI com uma antecedência de 60 dias. Ela recebia os documentos e então procurava por informações relevantes que desabonassem a conduta do investigado (Motta, 2014). Apesar de ser uma prática adotada em viagens para qualquer país, ela foi concebida especialmente para os países do bloco socialista. Nesse caso, a Comunidade de Informações mantinha, por exemplo, estrita vigilância sobre alunos egressos de países socialistas que, ao voltarem ao Brasil, procuravam as universidades brasileiras para revalidar diplomas que obtiveram em países socialistas. Muitos desses sujeitos seriam perseguidos após sua volta sendo demitidos de seus cargos públicos ou impedidos de

revalidar seus diplomas. Era, em suma, uma forma da Comunidade manter o país longe da influência “maligna” do “Movimento Comunista Internacional” (Motta, 2008). No documento do Fundo ASI/UnB “BR_DFANBSB_AA1_0_INF_0101, que está sob custódia do Arquivo Nacional, há vários exemplos. Nas 50 páginas, o DSI/MEC envia à UnB vários Pedidos de Busca de docentes de algumas universidades federais como da Bahia, de Sergipe, de Goiás e de outras instituições da Brasil que solicitam a prerrogativa. Nesses documentos, a DSI informa que o sujeito solicita o afastamento para uma viagem e, em seguida, anexa uma ficha LDB com dados já conhecidos e pede que a ASI/UnB informe os antecedentes do nominado naquela instituição. A assessoria, posteriormente, responde-os se existem ou não antecedentes que desabonem a sua integridade de moral.

A comunidade discente também era suscetível ao controle ideológico. A CATMV (2015), em suas investigações em torno das várias violações aos direitos humanos dentro da Universidade de Brasília, cita que a ASI/UnB recebeu uma informação da DSI/MEC em fevereiro de 1978 que informava que o discente Samuel Bracarense Costa, líder estudantil solicitou transferência da Universidade Federal do Paraná (UFPR) para a UnB. Na capital, ele residiria com seu pai, tido como comunista. A ASI/UnB responde dizendo que o reitor tomou ciência e indeferiu seu pedido. Fica clara a motivação política por trás do processo. O irmão de Honestino Monteiro Guimarães, Luiz Carlos Monteiro, também teve sua matrícula negada na instituição mesmo que tenha sido aprovado no vestibular em 1970.

Além das ações mencionadas acima, as assessorias praticavam censura a apresentações, reuniões estudantis, circulação de panfletos, palestras e passeatas.

Os órgãos de informação vigiavam seminários e palestras com o objetivo de evitar que os seminaristas tocassem em temas inconvenientes ao regime ou que professores ou intelectuais inimigos

do regime pudessem fazê-lo. Dessa forma, os órgãos tomavam providências para que esses sujeitos fossem desconvidados (Motta, 2014). Por exemplo: em 1975, a Representação Estudantil do Curso de Comunicação da UnB convidou Ulysses Guimarães para palestrar sobre a "Participação Política do Estudante e a Realidade Brasileira". Mas foram barrados pelo Decanato de Assuntos Comunitários (DAC).

Deram tanta importância ao controle desses eventos universitários que, em agosto de 1973, o ministro Jarbas Passarinho, do MEC, editou uma resolução sigilosa (mantinha sigilo pelo medo da receptividade acadêmica) que obrigava as reitorias a comunicar a DSI, com 60 dias de antecedência, eventos organizados pela universidade para que o órgão pudesse ter tempo hábil para verificar a existência de subversão. Isso se aplicava a eventos de qualquer natureza até mesmo os esportivos. Alguns alunos e professores não toleraram a censura e afrontaram regime organizando eventos e palestras sem a anuência dos órgãos. Isso causou muita frustração já que não conseguiam controlar esses eventos e punir os culpados (Motta, 2008; 2014).

Censuras ocorreram também em cerimônias de colação de grau. A censura a esse tipo de evento não pode ser considerado paranoia. De fato, em um contexto em que o regime reprimia e retirava a participação política dos alunos, a comunidade discente passou a utilizar outros meios para protestar. Uma alternativa era fazer das colações de grau eventos políticos. Esses sujeitos, portanto, aproveitavam o momento e convidavam personas acadêmicas que questionavam o regime e que perderam seus cargos públicos em decorrência disso. Na UFMG, nos anos de 1961 e 1973, houve casos de "inconvenientes" que foram barrados de participar dessas cerimônias por conta da sua ficha suja, como é o exemplo do Comando do Exército em Belo Horizonte que impediu que os formandos em jornalismo homenageassem Carlos Heitor Cony. (Motta, 2008; 2014).

Além disso, havia censura nos conteúdos ministrados dentro de sala de aula. Na documentação encontrada no fundo da ASI/UFMG da Federal de Minas Gerais, por exemplo, um encaminhamento da DSI/MEC cita um conjunto de 205 livros proibidos pelo regime que vão de autores como Che Guevara a Lênin e outros títulos considerados como um risco a moralidade como a obra do Marques de Sade, o que evidencia o caráter moralista do anticomunismo da Comunidade de Informações (Muller; Fagundes, 2014).

No Fundo ASI/UnB, também encontramos um exemplo. Em uma circular confidencial, a DSI/MEC em 1971 notifica a ASI/UnB que o uso da obra de Nelson Werneck Sodré intitulada “História Militar do Brasil” era desaconselhado e sua divulgação era proibida (CATMV, 2015).

As universidades também sofriam com o controle de pesquisa científica. As assessorias eram mobilizadas para obter informações de pesquisas com ideias inconvenientes ou que ameaçavam os valores do regime ou no qual os pesquisadores, de alguma forma, já tivessem um histórico subversivo. Os assuntos de maior interesse giravam em torno de temas de segurança nacional com ênfase na energia nuclear e energética (pesquisas, equipamentos e reservas minerais) de modo esses pesquisadores eram mantidos sob vigilância. A intenção, em alguns casos, era de utilizar as pesquisas em proveito da segurança nacional. Havia também vigilância sobre pesquisas e pesquisadores esquerdistas principalmente da área das ciências humanas e sociais. Mas a área das ciências naturais sofreu também. Toda essa paranoia girava em torno do medo de financiar pesquisadores e projetos de esquerda (Motta, 2014).

Motta (2014) achou um exemplo interessante nos documentos da ASI/UnB. Nesse caso, em 1974, a DSI/MEC envia a ASI/UnB um Pedido de Busca para averiguar a presença de pesquisadores da UnB no município goiano de Arraias sob justificativa de uma pesquisa à

comunidade negra da localidade. A solicitação pedia que a assessoria verificasse a veracidade das informações bem como uma ficha LDB de uma aluna que acompanhava sua professora na pesquisa, que anteriormente havia respondido a IPM por suspeita de ligação com a Ação Popular Marxista-Leninista (APML). A DSI/MEC desejava verificar se a pesquisa era parte de algum plano de militância política.

Vale ressaltar que os governos militares não gostavam de se assumirem publicamente como “Ditaduras”. Desse modo, evitavam exercer essas censuras de forma direta já que não havia amparo legal que legitimassem essas ações em um Estado Democrático de Direito. Essa falta de respaldo jurídico decorre da tentativa dos governos ditatoriais em construir uma imagem de uma gestão plenamente democrática. Portanto, as ações da DSI/MEC eram limitadas pela clara falta de legalidade. Para contornar essa limitação, o MEC editava normativos sugestivos, indiretos e de forma sigilosa às reitorias (Motta, 2008; 2014).

Esse “vácuo” permitiu manobras de resistência. Há casos interessantes de diretores e reitores que utilizaram justamente essa falta de legalidade como justificativa para barrar ou retardar as medidas impostas mediante estratégias de resistência às pressões governistas (Motta, 2008; 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ASI/UnB foi um dos postos avançados da Ditadura Militar dentro das instituições universitárias. Como ela, muitas outras existiram. O Arquivo Nacional, por exemplo, está em posse dos arquivos das assessorias da federal do Pará (ASI/UFPA), da federal de Sergipe (ASI/UFSE) e da Federal de Minas Gerais (ASI/UFMG), um dos fundos documentais que Rodrigo Patto Sá Motta utilizou para escrever seus trabalhos sobre a relação entre Ditadura Militar e as universidades (o principal é “As universidades e o regime militar:

cultura política brasileira e modernização autoritária”). Os acervos mais completos são da ASI/UnB e o da ASI/UFGM.

A peculiaridade em relação a outros órgãos de repressão como a Polícia Federal, o CIE, o DOPS e outros é que essa assessoria foi um órgão de repressão que residiu dentro das universidades. O que significa que ela pertencia ao quadro administrativo da universidade. Portanto, era provido por servidores da UnB que exerciam suas funções em espaços que pertenciam a instituição.

De modo mais específico, a ASI/UnB era um dos braços repressivos da Ditadura dentro da Universidade. Era, portanto, mesmo que de forma miúda, parte ativa de todo um sistema de segurança e informação que praticava ações de censura e de repressão política.

Destaco, por fim, que a dita assessoria foi uma das múltiplas formas pelas quais o regime militar se fez presente na sociedade.

BIBLIOGRAFIA

APARECIDA, Geralda Dias. Os olhos e os ouvidos da repressão na Universidade de Brasília. **Quadrilátero: Revista do Arquivo Público do Distrito Federal**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 13-26, 1998.

Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (ANAFE). Nota de Pesar – Francisco Pedro de Oliveira. ANAFE. 2019. Disponível em: <https://anafe.org.br/nota-de-pesar-10/>. Acesso em: 25 out. 2024.

Arquivo Nacional do Brasil. Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal - COREG / Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN/AN). Fundo ASI/UnB.

BEZERRA, Miguel Joaquim. **A Cartilha: UnB - 50 anos com Brasília 1962-2012**. Brasília: Editado pelo autor, 2012. 431 p.

BRASIL. Portal da Transparência. Consulta de Servidores. Miguel Joaquim Bezerra. Disponível em <https://portaldatransparencia.gov.br/servidores/678917>. Acesso em 03 de jan. de 2025

BRASIL. Fundação Universidade de Brasília. Atos, de 11 de março de 2019. Conceder pensão a Maria Auristela Sampaio de Oliveira, em razão do falecimento de Francisco Pedro de Oliveira, servidor pertencente ao quadro de pessoal permanente da Fundação Universidade de Brasília. **Diário Oficial: N° 48 - seção 2, 12 mar. 2019.** Disponível

em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=529&pagina=44&data=12/03/2019&captchafield=firstAccess>. Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 5.584, de 18 de novembro de 2005. **Diário Oficial da União:** Seção Edição Extra, 18 de novembro de 2005, ano 2005, p. 1. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=5584&ano=2005&ato=50fcXQ65UMRpWTb42#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20O%20RECOLHIMENTO%20AO,AG%C3%8ANCIA%20BRASILEIRA%20DE%20INTELIG%C3%8ANCIA%20%2D%20ABIN..> Acesso em: 24 ago. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei n. 477, de 26 de fevereiro de 1969. **Diário Oficial da União:** Seção 1, 26 de fevereiro de 1969, ano 1969, p. 1706. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRILHANTE, Neuma ; JÚNIOR, José Inaldo Chaves . **Nota de Pesar - Prof.^a Geralda Dias Aparecida.** HIS Departamento de História. 2021. Disponível em: <http://www.his.unb.br/noticias/90-nota-de-pesar-pelo-falecimento-da-professora-geralda-dias-aparecida>. Acesso em: 7 jul. 2024.

COMISSÃO Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV): Relatório. Brasília: FAC Livros, 2015. 363 p. Disponível em: <https://www.comissaoverdade.unb.br/relatorio>. Acesso em: 7 jul. 2024.

DIRETÓRIO BRASIL DE ARQUIVOS (DIBRARQ). **Arquivo Nacional (Brasil). Coordenação Regional no Distrito Federal.** DIBRARQ, [s.d]a. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/arquivo-nacional-brasil-coordenacao-regional-no-distrito-federal>. Acesso em: 27 jul. 2024.

_____. **Fundo/Coleção AA1 - Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília.** DIBRARQ, [s.d]b. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/assessoria->

de-seguranca-e-informacoes-da-universidade-de-brasil. Acesso em: 27 jul. 2024.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 295–316, 2013. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013295>. Acesso em: 24 jul. 2024.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 269 p.

_____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: ALMEIDA, Jorge (Org.); DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo da Ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2007. 432 p, p. 167-206. (O Brasil Republicano).

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo. Os Acervos dos Órgãos Federais de Segurança e Informações do Regime Militar no Arquivo Nacional. *Acervo*, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 29–42, 2011. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/293>. Acesso em: 24 mar. 2024.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo; SOUSA, Tereza. **A escrita da repressão e da subversão: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. 340 p.

JACQUES, César Augusto Freitas. **O patrimônio documental da ditadura militar brasileira**: o papel das assessorias de segurança e informações no contexto das universidades. 230 p Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSM_8e1c9019bf9844c9186da6023f77264d. Acesso em: 6 ago. 2024.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, 429 p.

_____. Incômoda Memória: Os arquivos das ASI universitárias. *Acervo*, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 43–66, 2011. Disponível em: <https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/294>. Acesso em: 24 fev. 2024.

_____. O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. **Contemporânea: historia y problemas del siglo XX**, [S.I], v. 3, p. 133-148, 2012. Disponível em: <http://www.geipar.udelar.edu.uy/index.php/2017/05/06/rodrigo-patto-sa-motta/>. Acesso em: 19 mai. 2024.

_____. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi: As assessorias de segurança e informação das universidades. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p. 30-67, jan-jun 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/zMNpct3W9cjyrNbQdVWbZTs/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

MÜLLER, Angélica, FAGUNDES, Pedro Ernesto, 2014. O trabalho das comissões da verdade universitárias: rastreando vestígios da repressão nos campi durante a ditadura militar. *Ciência e Cultura [em linha]*. 2014. vol. 66, no. 4, p. 44-47. [Acesso em 23 julho 2024]. doi: <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252014000400014>

MULLER, Angélica . Violações de direitos humanos na universidade. *In: BRASIL. Relatório: Textos Temáticos*. Brasília: CNV, v. 2, 2014. 416 p. cap. 6, p. 265-298. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade). Disponível em: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 30 set. 2024.

OLIVEIRA, Francisco Pedro de (Org.). **Memórias Indeléveis**. Brasília: APOSFUB, 2016. 163 p.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. **Notas sobre um passado logo ali: a UnB na teia de segurança e informações (1964-1985)**. Academia Edu. 2013. 28 p. Disponível em: https://www.academia.edu/42835643/Notas_sobre_um_passado_logo_ali_a_UnB_na_teia_de_seguran%C3%A7a_e_informa%C3%A7%C3%B5es_1964_1985. Acesso em: 11 set. 2024.

_____. A UnB na teia de segurança e informação. *In: MARI, Marcelo (Org.); RUFINONI, Priscila Rossinetti (Org.). Ditadura, modernização conservadora e universidade: debates sobre um projeto de país*. Goiânia: Editora UFG, v. 1, 2015a. 356 p, p. 221-252. (Coleção Síntese). Disponível em: <https://aparecidospoliticos.com.br/pesquisas/>. Acesso em: 09 set. 2024.¹⁴

_____. Veneno em dose dupla: ASI e SSP, espionagem, controle e repressão na UnB. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*,

¹⁴ A versão original deste texto foi publicada em 2013 no seguinte link, que está hoje fora do ar: www.asselegis.org.br/articles/unb-na-teia-de-seguranca-e-informacoes-1964-1985. Hoje se encontra disponibilizado pelo próprio autor no site Academy Edu. A versão publicada em 2015 no livro organizado por Rufinoni e Mari é uma versão modificada e adaptada.

n. XXVIII. 2015. Anais eletrônicos [...] Florianópolis-SC, 2015b. 9 p. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares#P>. Acesso em: 14 mar. 2024.

RIBEIRO, Ana Cláudia. Repressão política nas universidades: a busca das fontes de informação pela Comissão Nacional da Verdade. Liinc em revista, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, nov 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/376149225_Repressao_politica_nas_universidades_a_busca_das_fontes_de_informacao_pela_Comissao_Nacional_da_Verdade. Acesso em: 21 jul. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. No fio da navalha: ditadura, oposição e resistência. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: Uma biografia**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 694 p. cap. 17, p. 437-466.

Universidade de Brasília. Gabinete do Reitor. Ofício, 24 de junho de 1974. O. FUB nº 16/74. Brasília: 1974 (Arquivo Nacional do Brasil-AN/COREG, BR_AN_BSB_AA1_AGR_0039, pp. 1). Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Acesso em: 03 jan. 2025.

FIGUEIREDO EM MANCHETE: A TRANSFORMAÇÃO DO GENERAL EM HÉROI SALVADOR DA DEMOCRACIA (1979-1983)¹

Lucas de Souza Melo²

Resumo

Durante este artigo será analisada a figura de João Figueiredo, o último presidente da ditadura militar brasileira nas páginas da Revista Manchete e o uso desta revista como aparelho ideológico, responsável pela divulgação e elaboração de uma nova imagem para o último Presidente-general, durante os anos de 1979 a 1983.

Palavras-Chave: Mitologia política; Democracia; Herói; João Figueiredo; Revista Manchete;

Introdução

O contexto abordado durante este artigo (1979-1983) é marcado pelo processo de abertura sendo este, um período repleto de avanços e retrocessos na política e por instabilidades na sociedade civil e no comando das forças militares. No governo de João Figueiredo, acontecia o estabelecimento do projeto da lei da anistia, o fim do bipartidarismo e durante os anos finais, as manifestações populares em prol de eleições diretas.

¹ O presente artigo foi elaborado como relatório final do Programa de Iniciação Científica 2023/2024 da Universidade de Brasília, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal (HIS/UnB). vidigal@unb.br. Agradeço ao Professor Carlos Eduardo Vidigal pela oportunidade e pelos conselhos que recebi, durante a orientação para o desenvolvimento do presente artigo. Agradeço também aos meus amigos e familiares pelo apoio. Dedico este artigo à todas as vítimas da ditadura militar brasileira.

² Graduando do curso de Licenciatura – História pela Universidade de Brasília (UnB). Departamento de História – UnB. Lucas29melo@gmail.com

Inicialmente, com a aprovação do projeto referente a lei da anistia no ano de 1979, pode-se ver que o governo se beneficia de certo fôlego para o regime, e com ajuda dos meios de imprensa, entre eles a Revista Manchete, políticas como a anistia, passam a ser utilizadas para aumentar a popularidade do presidente (SKIDMORE, 1988, p.424). Porém, do mesmo modo que conseguiam aumentar a popularidade na sociedade civil, aconteciam ataques por parte dos militares da “linha-dura” que não concordavam com a aceleração do processo de abertura, sendo favoráveis a uma abertura “lenta, gradual e segura” como a pensada por Geisel e Golbery, pois temiam a possibilidade de revanchismos por parte da população e dos líderes de oposição.

Será analisado então, de que forma a Manchete, agindo como aparelho Ideológico do Estado, transformou o “General Figueiredo” na figura do “João” Herói da democracia. Iniciando com um comparativo realizado através de documentação levantada e depoimentos de militares sobre o General Figueiredo, para posteriormente analisarmos o “João” que se encontra presente nas páginas da Manchete.

O General João Figueiredo

O general João Figueiredo, de família tradicional militar, possuía a fama de ser grosseiro e temperamental, durante um episódio ocorrido em 1978 por exemplo, após ser indicado por Ernesto Geisel como seu sucessor, em entrevista realizada com o tema sobre seu apreço à cavalos e ao hipismo, um repórter perguntava à Figueiredo se o futuro presidente gostava do “cheiro do povo”, tendo o mesmo respondido “prefiro cheiro de cavalo”.

O mesmo episódio é comentado pelo General Gustavo Moraes Rego Reis em depoimento, colhido entre 1992 e 1995.

“O presidente Figueiredo disse certa vez que preferia cheiro de cavalo a cheiro de povo. Era do estilo dele fazer comentários desse tipo?

Era. E isso parece que não é raro em pessoas que se julgam inteligentes e que querem aparecer como tal, inclusive quando fazem graça. Figueiredo é dessas pessoas que têm obsessão por fazer graça. O sujeito que é espirituoso tem sempre fama de ser inteligente, e há quem pense que a recíproca é verdadeira. Junte-se a isso a linguagem desabrida, inconveniente, irreverente e as vezes chula, com o palavrão substituindo a pontuação”³

Além de seu temperamento grosseiro, antes de se tornar Presidente, João Figueiredo teria sido um dos conspiradores de primeira hora⁴ durante o governo João Goulart e um dos articuladores do golpe de 1964, durante os anos seguintes da ditadura militar, tornou-se figura importante dentro do regime, sendo cotado para postos de comando nos órgãos de repressão. Sendo no período Médici nomeado chefe do Gabinete militar da Presidência, e no período Geisel, chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações) cargos que por si só, já demonstram a influência que o mesmo possuía nas discussões e na tomada de decisões da ditadura.

Influência esta que também pode ser vista, por exemplo, no memorando secreto da CIA de 1974, destinado ao então secretário de estado Henry Kissinger⁵, o memorando em questão, trata sobre a decisão do Presidente Geisel em dar continuidade as execuções

³ A VOLTA aos quartéis: a memória militar sobre a abertura/ Introdução e organização Gláucio Ary Dillon Soares, Maria Celina D'Araújo, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1995. p. 83

⁴ SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P.409

⁵ Central Intelligence Agency, Office of the Director of Central Intelligence, Job 80M01048A: Subject Files, Box 1, Folder 29: B-10: Brazil. Secret; [handling restriction not declassified]. According to a stamped notation, David H. Blee signed for Colby. Drafted by Phillips, [names not declassified] on April 9. The line for the concurrence of the Deputy Director for Operations is blank.

sumárias de subversivos caracterizados como perigosos, iniciadas no governo Médici, sendo ainda exposto neste documento o número de 104 execuções que teriam sido realizadas no ano anterior.

No mesmo documento João Figueiredo, então diretor do SNI aparece demonstrando apoio à continuidade da política, que com o aval do então presidente Ernesto Geisel, deveria ser realizada pelo Centro de Inteligência do Exército (CIE) de modo que, quando subversivos fossem apreendidos e enquadrados na categoria de perigosos, o General Figueiredo deveria ser consultado pelo chefe do CIE, sendo o General Figueiredo, o responsável pela aprovação ou não da execução sumária dos suspeitos.

Apenas cinco anos após a emissão deste documento, o então presidente Geisel, demonstraria apoio à candidatura de Figueiredo a presidência. Tendo assumido cargos de comando nos governos Médici e Geisel, João Figueiredo era visto como uma ponte⁶ que ligava a linha-dura aos Castelistas, alçando a responsabilidade de concluir o processo iniciado por Geisel e Golbery durante sua candidatura, sendo intitulado como o candidato da abertura, contra Frota, que era visto como um dos nomes da linha-dura e do “endurecimento” do regime.

Sua candidatura era iniciada pela primeira vez desde 1964 com uma maior abertura ao público, abertura que teria sido planejada por Geisel, para que garantisse a sucessão escolhida. Desde seus primeiros momentos João Figueiredo já possuía então, o apoio de Adolpho Bloch e da Revista Manchete como é apresentado a seguir, por (Duarte,1982).

“O major Heitor Aquino, secretário particular de Geisel, começa a distribuir à imprensa, em nome pessoal, kits biográficos e fotográficos do general Figueiredo,

⁶SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P. 410

preparados nos laboratórios da revista Manchete (Editora Bloch) em Brasília".⁷

Iniciando assim após a corrida presidencial, um processo de elaboração da figura do "João", por parte dos grandes canais de imprensa que apoiaram a ditadura ao serem utilizados como aparelhos ideológicos do Estado, entre eles, a Revista Manchete.

O "João" da Manchete

O General Figueiredo, responsável pela assinatura das execuções sumárias e marcante pela sua grosseria e temperamento agressivo, sai de campo nas páginas da Revista Manchete durante os anos analisados, entrando em cena o "João"⁸, figura criada para distanciar-se do General Figueiredo, o militar temperamental, e aproximá-lo da população.

O que vemos nas páginas da revista, é justamente como intitulara Gesner Pádua, a "Metamorfose"⁹ de Figueiredo no herói da democracia. Como teria se sustentado então a transformação do General-Presidente, que como exposto anteriormente preferia o cheiro do cavalo, ao cheiro do povo, na figura de líder do povo e principal responsável pela garantia da continuidade do processo da abertura democrática, discurso embasado por Figueiredo através de frases como "É para abrir mesmo. E quem quiser que não abra, eu prendo. Arrebento. Não tenha dúvidas", sendo analisado sua projeção nas páginas da revista, a figura do Herói Salvador.

Em diversas matérias durante os anos iniciais do governo, a Revista Manchete, buscava mostrar ao leitor o João Figueiredo, como

⁷ Dados vol. 26 n. 2 Duarte, Celina Rabello. Imprensa e Redemocratização no Brasil. Rio de Janeiro. 1983. P. 193

⁸ Depoimento do Gen. Octávio Costa: "Figueiredo tudo fez, no primeiro tempo de seu governo, para conquistar a opinião pública. Assim como Costa e Silva viveu seu tempo de "Seu Artur", Figueiredo gozou a popularidade do "João". Essa imagem foi bem trabalhada pelo Said Farhat e chegou a sensibilizar a opinião pública. O João, com seu jeitão estabonado, sua inteligência repentista, sua autenticidade, conseguiu conquistar a confiança de muita gente."

⁹ PÁDUA, Gesner Duarte. A "metamorfose" do militar: a construção positiva da imagem do presidente João Figueiredo nas revistas Veja e Manchete. 2012.

o líder atlético, elemento mostrado através das imagens (o cargo chefe da revista) e matérias sobre sua rotina de treinos de halterofilia e hipismo. Com o discurso elaborado, de que para cumprir a tarefa, e estabelecer a abertura, o presidente e a nação precisariam de muita saúde.

“É preciso manter o braço forte. **A abertura deve ser lenta e gradual.** Uma vez **assumida** qualquer **posição**, o importante é **conduzi-la** às **últimas consequências**. Não se trata de **plausíveis pensamentos políticos de João Baptista Figueiredo**, mas da valente e invejável rotina de ginástica do **cidadão** João Baptista, conforme aqui se vê. Na granja do Torto, em Brasília, diariamente, antes do almoço, ele mantém a forma física com essa sessão de



Figura 1. Capa Manchete 23/06/79

exercícios
numa
demonstração
de que a
solução dos
problemas
brasileiros de
fato requer
muita



Figura 2. Manchete 24/03/79

saúde." (Manchete, 23/06/1979, grifos meus)

Posteriormente, o discurso da saúde é novamente utilizado, porém não mais como o do líder praticante do halterofilismo e hipismo, mas sim, ao tratarem de seu ataque cardíaco, “Em 18 de setembro daquele ano de 1981, sobreveio **o infarto** que **assustou a nação**. De repente, todos perceberam que **João era o condutor do processo de abertura**” (Manchete, 20/11/1982, grifos meus).

Também vemos diversas vezes o esforço na produção de textos, como o exposto acima, buscando trazer um caráter mais humano, o

descolocando da posição de Presidente, por exemplo e o colocando na posição de cidadão, que se preocupava com os problemas do país e com o processo de abertura. Também vemos tentativas de aproximar os leitores ao presidente, através de diversas matérias que exploram sua rotina pessoal e na presidência.

Um grande número de matérias com apelo popular é visto ao longo dos anos analisados, pois ao contrário do general visto em 1978, o “João” que é mostrado nas páginas da Manchete, se encontra rodeado de pessoas, com inúmeras imagens enfatizando o apoio popular que o presidente possuía, na cobertura da posse, por exemplo, as imagens que vemos, são de uma multidão em frente ao Palácio do Planalto. Em matérias posteriores sobre os comícios de candidatos apoiados ou sobre viagens presidenciais, segue sendo mostrado, o “João” junto ao povo, sorridente, assumindo assim na revista uma postura totalmente diferente da que vimos anteriormente.



Figura 3. Manchete 13/10/79



Figura 4. Manchete 15/12/79

Já os episódios de protesto que deixavam escancarados o descontentamento da população com a ditadura, eram expostos na revista como episódios à parte, e enfatizado como fruto de “baderna” (Manchete 15/12/79), sendo informado ainda que os protestantes noticiados seriam enquadrados nos dispositivos da lei de segurança nacional.

Ao tratar sobre a anistia, a Revista Manchete atribuía à “João” o discurso emocional que evocava quase sempre a figura de seu pai, o Gen. Euclides Figueiredo que também teria sido um dos beneficiados

pelas leis de anistia. Sendo a anistia de 1979¹⁰ em suas páginas, noticiada como uma política “concedida”¹¹ pelo presidente, que restabelecia os direitos políticos¹² que foram tomados durante os atos institucionais, “Nos doze primeiros meses de mandato, que agora se completam, o Presidente da República **extinguiu o AI-5, concedeu a anistia, permitiu a volta dos exilados e fez a reforma partidária**” (Manchete, 22/03/1980, grifos meus).



Figura 5. Manchete 22/03/1980

O descontentamento da linha-dura em relação ao projeto inicial da lei da anistia é percebido em diversos atentados que foram realizados durante o período. Entre eles, a carta bomba enviada à sede da OAB, que vitimou a secretária Lyda Monteiro. E a explosão de uma bomba nas proximidades de um show beneficente, o conhecido atentado do Rio Centro, vitimando um sargento e deixando um capitão gravemente ferido, acontecimento bastante divulgado e que teve sua investigação suprimida¹³ pelo estado. Tais eventos são

¹⁰ O Brasil possui ao longo de sua história diversos processos de anistia.

¹¹ A divulgação da lei da anistia como uma concessão realizada pelo governo, praticamente ignora e omite a existência dos protestos que eram realizados pelos movimentos populares. Como o movimento pró-anistia que mesmo com a aprovação deste projeto, “não estava satisfeito com a nova lei. Queria que fossem chamados à responsabilidade os que deram sumiço a 197 brasileiros que se acreditava terem sido assassinados pelas forças de segurança desde 1964.” (SKIDMORE, 1988, p.424).

¹² Entre as figuras beneficiadas com reestabelecimento dos direitos políticos se encontravam Miguel Arraes e Leonel Brizola. Tal reestabelecimento de direitos também acaba sendo atribuído como concessão realizada por Figueiredo.

atribuídos ao “medo dos militares de que uma investigação judicial algum dia tentasse fixar responsabilidades pela tortura e morte de prisioneiros. ”¹⁴ Os atentados seriam então combatidos por “Figueiredo, com provas, esmagará os terroristas” (Manchete, 16/05/81).

Após a inclusão da definição de praticantes tanto de “crimes políticos” quanto de “crimes conexos na lei da anistia” diminuía-se o número de atentados, pois dava abertura para a inclusão dos torturadores. Sendo assim, tal definição traz consigo uma enorme carga de ambiguidade, do mesmo modo que tornava os crimes políticos cometidos pela oposição cobertos pela anistia, cobria-se também os torturadores dos aparelhos repressivos do estado.

Por fim, é na edição da manchete de nº1596 (20/11/82) que Figueiredo ascende ao posto de Herói da democracia, em “Figueiredo, A escalada da democracia” como é apresentado o título de sua capa, trata-se de cerca de oito páginas que trazem em seu discurso, a democracia como mecanismo que voltava a funcionar, “PELA vontade de Figueiredo e para alegria do povo” P.3.

Na capa vemos o nome Figueiredo em vermelho, cor que além de ser bastante chamativa, também está associada ao poder, que este então possuía como o Presidente do país. Encontra-se rodeado por uma multidão e sobre os ombros de um trabalhador que o carrega, ficando acima dos demais, sendo o foco da fotografia, o personagem principal, um herói.

A democracia chega a ser comparada durante as páginas seguintes à usina de Itaipu, que o mesmo inaugurava, sendo tratada como uma obra de maior magnitude que o mesmo se responsabilizava em construir. “a **atenção** de mais de 300 jornalistas do mundo inteiro que vieram **cobrir a inauguração de Itaipu** se voltava talvez **menos**

¹⁴ SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P. 425.

para o fato em si e mais para o homem que, com a mesma obstinação com que administradores, engenheiros e barrageiros ergueram a represa, **lutou pela abertura política.**” P.4 grifos meus.

O enobrecimento, feito nas páginas tornam “João”, no homem que, mais do que a nação, estaria disposto a trazer de volta a democracia, ao ponto de colocar sua própria vida em prol de seu estabelecimento, como vemos nos seguintes trechos “Ninguém neste país está mais determinado do que eu no sentido da volta à normalidade democrática”, “A democracia é uma aspiração de todos os brasileiros. Um direito e uma conquista de todos. Mas foi este homem, João Figueiredo, quem empenhou sua palavra – e literalmente – seu coração, para podermos todos desfrutar deste direito”.

Desta forma a construção realizada nas páginas da Manchete, do “João” Herói da democracia, tenderia a ser um reflexo das necessidades que a população brasileira possuía na época, sendo eles, o desejo da abertura, a democracia e o julgamento dos crimes cometidos durante os anos de repressão, sendo então condensados e atribuídos a figura de Figueiredo.

"Todo processo de Heroificação implica, em outras palavras, uma certa adequação entre a personalidade do salvador virtual e as necessidades de uma sociedade em um dado momento de sua história. O mito tende, assim, a definir-se em relação à função maior que se acha episodicamente atribuída ao herói, como uma resposta a



Figura 5. Capa Manchete 20/11/82

uma certa forma de expectativa, a um certo tipo de exigência." (Girardet, p. 82)

O aparelho ideológico, Manchete

O uso da revista Manchete, como aparelho ideológico do Estado, durante os anos analisados do governo figueiredo 1979-1982 é visto através da divulgação e elaboração de discursos sobre as políticas do governo nas páginas de suas revistas, além de contribuir, junto à outras revistas como a *Veja*, para a formação desta nova persona, o João, idealizado, como o defensor da democracia e responsável pela abertura do regime, alçando-o à figura de Herói salvador.

Figura 6. Manchete 20/11/82

Sendo um, dos interlocutores deste governo que buscava a “conciliação” e a abertura, a Revista Manchete de Adolpho Bloch, possuía grande interesse em participar deste processo, desde sua fundação a revista já apresentava um caráter volátil ao qual buscava se alinhar conforme às figuras que se encontravam no poder, por exemplo ao ter apoiado Vargas durante sua ditadura ou ao ter elaborado discursos elogiosos no período desenvolvimentista de JK e não sendo diferente quando instaurado o golpe de 1964, através do “apoio ao regime militar desde o princípio e assim o manteve até o final, reproduzindo a ideia de um Brasil grande que necessitava do autoritarismo para se desenvolver” (PÁDUA, 2012).

A relação entre a revista e o governo, teria se sustentando assim, através da troca de favores. O governo buscando adquirir o apoio popular para sua legitimação, realizando assim, a criação do “João” o herói da democracia, e utilizando para embasar esta persona, o próprio processo de abertura. E a revista buscando através desta colaboração, como aparelho ideológico do Estado, uma maior aproximação com o governo, que lhe rendeu frutos posteriores, como

por exemplo a concessão de investimentos e a concessão de operação recebida para formação da “TV Manchete”¹⁵.

Considerações Finais

Analisar a construção do “João” herói da democracia pela revista manchete, assim como a realizada pela revista Veja (Pádua,2012), torna-se um exercício de grande importância que contribui para a compreensão dos usos dos meios de informação, neste artigo, a Revista Manchete é vista, não somente como um meio de entretenimento, mas também como instrumento utilizado para a divulgação e legitimação de um discurso ideológico da ditadura militar, discurso este que não se sustentou, pois Figueiredo não é lembrado como o herói que é exposto na manchete, mas apenas como o último presidente da ditadura militar.

Esta análise busca também, ir além dos meios tradicionais de informação (canais de televisão e revistas), abre a discussão sobre o poder de influência que os meios atuais (sites e redes sociais), possuem em nosso cotidiano, expor o caso discutido durante este artigo é então a abertura de um longo debate, sendo este debate, também um exercício crítico, sobre a construção do discurso de figuras heroicas em nossa sociedade, neste caso, o herói construído nas páginas da Manchete, serviria como um exemplo do que Raoul Girardet expõe, ao discutir a formação dos mitos e mitologias políticas, pois “Para toda sociedade, um estudo um pouco atento da imagem de seus heróis salvadores e de seu legendário histórico faria aparecer com evidente nitidez os “modelos de autoridade” inerentes a essa sociedade e característicos dela.” (Girardet, 1987, p. 85).

¹⁵ Sobre esta concessão ver a matéria, “Manchete agradece Figueiredo”. Em Manchete 18/04/81 p.40 e 41.

Referências Bibliográficas

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil, Revista Manchete. Bloch Editores.

PÁDUA, Gesner Duarte. O herói conciliador: a construção da imagem de Tancredo Neves nas revistas Veja e Manchete (1982-1985). 2011. 252f. (Dissertação) Mestrado em Comunicação e Semiótica- PUC, São Paulo, 2011.

A VOLTA aos quartéis: a memória militar sobre a abertura/ Introdução e organização Gláucio Ary Dillon Soares, Maria Celina D'Araújo, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1995.

PÁDUA, Gesner Duarte. A “metamorfose” do militar: a construção positiva da imagem do presidente João Figueiredo nas revistas Veja e Manchete. 2012.

DUARTE, Celina Rabello. Dados vol. 26 n. 2. Imprensa e Redemocratização no Brasil. Rio de Janeiro. 1983.

Central Intelligence Agency, Office of the Director of Central Intelligence, Job 80M01048A: Subject Files, Box 1, Folder 29: B-10: Brazil. Secret; [handling restriction not declassified]. According to a stamped notation, David H. Blee signed for Colby. Drafted by Phillips, [names not declassified] on April 9. The line for the concurrence of the Deputy Director for Operations is blank.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GIRARDET, Raoul. Mitos e Mitologias Políticas. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 1987.

TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO CONE SUL: AS ELEIÇÕES DE 1983 NA ARGENTINA SOB A PERSPECTIVA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL¹

Luiz Gustavo Assunção Silva²

RESUMO

As eleições presidenciais de 1983 na Argentina encerrou um dos períodos mais repressivos da história do país, marcados pela censura e violações de direitos humanos. Assim como em outras ditaduras latino-americanas apoiadas pela Doutrina de Segurança Nacional e impulsionadas pela Guerra Fria, a ditadura argentina (1976-1983) usou métodos autoritários para controlar a sociedade, incluindo tortura e desaparecimentos forçados. No entanto, a crise econômica, o fracasso na Guerra das Malvinas e pressões internas e internacionais permitiram a retomada democrática, culminando nas eleições de 1983, que elegeu Raúl Alfonsín (UCR) presidente da República, simbolizando a busca por justiça e reconciliação. Este estudo, baseado em telegramas do ano de 1983, da Embaixada do Brasil em Buenos Aires, analisa a percepção e interação do governo brasileiro com a transição argentina.

PALAVRAS-CHAVE: Transição Democrática; Ditadura argentina; Itamaraty.

INTRODUÇÃO

*“Tantas veces me mataron, tantas veces me morí
Sin embargo, estoy aquí, resucitando
Gracias doy a la desgracia y a la mano con puñal
Porque me mató tan mal
Y seguí cantando”*

¹O presente artigo foi elaborado como relatório final do Programa de Iniciação Científica 2023/2024 da Universidade de Brasília, sob a orientação do Prof.Dr. Carlos Eduardo Vidigal (HIS/UnB).

Agradeço ao Professor Carlos Eduardo Vidigal pela paciência e pela orientação valiosa na pesquisa e desenvolvimento deste artigo. Dedico este trabalho às Mães da Praça de Maio, que carregam a liberdade no coração e, com sua luta incansável, nos ensinam o verdadeiro significado de coragem e perseverança. **Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal. Departamento de História – UnB. vidigal@unb.br.**

²Graduando em Licenciatura em História pela Universidade de Brasília (UnB). Departamento de História – UnB. luizsilvahistoriaunb@gmail.com.

A eleição de Raúl Alfonsín, candidato da União Cívica Radical (UCR), em 1983, marcou o fim de um dos períodos mais dolorosos da história recente da Argentina, caracterizado pela repressão política, censura e violações sistemáticas dos direitos humanos, o regime militar que governava a Argentina desde 1976 fazia parte de um fenômeno mais amplo de ditaduras militares que se instalaram em diversos países latino-americanos nas décadas de 1960 e 1970, impulsionadas pela Doutrina de Segurança Nacional⁴, que, com o apoio dos Estados Unidos na conjuntura da Guerra Fria, buscava combater a “ameaça comunista” na região.

Assim como no Brasil (1964), Bolívia (1964), Chile (1973) e Uruguai (1973), a última ditadura argentina iniciada em 1976, implementou um regime autoritário que suprimiu as liberdades civis, perseguiu opositores políticos e utilizou a tortura e o desaparecimento forçado como instrumentos de controle social. No entanto, a crise econômica, o fracasso na Guerra das Malvinas e a pressão interna e internacional por justiça abriram caminho para o retorno à democracia, culminando nas eleições de 1983, que representaram não apenas a escolha de um novo governo, mas também a busca por reconciliação e justiça em um país traumatizado pela violência do Estado.

Analisando telegramas enviados pela Embaixada do Brasil em Buenos Aires ao Ministério das Relações Exteriores no Brasil durante o ano de 1983, disponíveis no Sistema de Informação do Arquivo Nacional do Brasil (SIAN), busca-se compreender como o Brasil, também em transição, percebeu e interagiu com esses eventos e como os telegramas e informes do Ministério das Relações Exteriores do

³Foi uma cantora argentina, uma das mais famosas na América Latina, cuja música tem raízes na música folclórica argentina.

⁴A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi uma ideologia que orientou regimes autoritários na América Latina entre os anos 1960 e 1980. A DSN foi formulada nos Estados Unidos e difundida por toda a América Latina.

Brasil interpretaram a transição democrática na Argentina em 1983 e o que essas fontes revelam sobre a postura brasileira diante do processo de redemocratização.

Autores como o historiador Pio Penna Filho (2019) e a internacionalista Alessandra Castilho (2015) sugerem que o Itamaraty, longe de se manter neutro, esteve envolvido em atividades de espionagem e repressão durante as ditaduras no Cone Sul⁵, o que torna importante a análise de suas ações diplomáticas nesse período de transição.

Sendo assim, este trabalho foi estruturado em cinco (5) itens, sendo eles: esta introdução, em que são abordadas as questões de discussão do estudo; o item intitulado “Transição e consolidação democrática na América Latina”, que discute os conceitos de transição e democracia na América Latina; o item “O Processo de Reorganização Nacional (1976 - 1983)”, que apresenta a visão da historiografia em relação a última ditadura argentina; o item “As eleições presidenciais de 1983”, que apresenta um breve panorama do processo eleitoral argentino em 1983; o item “O Itamaraty e a transição democrática na Argentina” em que são analisados os telegramas oriundos da Embaixada do Brasil em Buenos Aires; as considerações finais, que buscam arrematar a análise dos telegramas objeto de estudo; e as referências bibliográficas. Espera-se que esta pesquisa contribua para novos estudos sobre o processo de redemocratização na Argentina, ampliando o conhecimento sobre as interações diplomáticas e os impactos dessas transições nas relações internacionais do Cone Sul.

TRANSIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA NA AMÉRICA LATINA

⁵O Cone Sul é uma região da América do Sul situada ao sul do Trópico de Capricórnio, abrangendo uma península que define o sul do subcontinente, incluindo os países: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

O filósofo francês Jacques Rancière (2014), explica que o ódio à democracia é tão antigo quanto o próprio conceito. A palavra democracia era utilizada como uma expressão de ódio, inventada na Grécia antiga por aqueles que viam a ruína de toda ordem legítima no inominável governo da multidão. Assim, a análise de Rancière nos leva a refletir sobre a persistência desse sentimento ao longo da história, destacando como a democracia sempre enfrentou resistência e críticas. Ao refletir sobre as origens e as críticas históricas à democracia, abre-se espaço para refletir a própria ideia de democracia e suas transformações ao longo do tempo. Nesse sentido, a socióloga Verónica Giordano e o historiador Waldo Ansaldi (2012) apontam que o conceito e a prática da democracia não possuem, em todos os contextos e momentos históricos, um significado único e uniforme. Isso ocorre porque a democracia representa um fenômeno histórico de natureza complexa e multidimensional que, além disso, nas sociedades ocidentais, é frequentemente vinculado a um valor considerado positivo e universal, especialmente a partir de 1945.

Assim, enquanto 10 de dezembro⁶ simboliza a vitória da democracia na Argentina com a posse de Raúl Alfonsín como presidente eleito democraticamente, é importante considerar que esse retorno não ocorreu isoladamente; ele foi parte de um movimento mais amplo de redemocratização na América Latina nas décadas de 1980 e 1990. Entendemos por transição o intervalo que se estende entre um regime político e outro. De acordo com O'donnell (1988) as transições se delimitam, por um lado, pelo início da dissolução do regime autoritário e, por outro, pela implementação de uma estrutura democrática. Esse processo complexo foi impulsionado por uma combinação de fatores internos e externos, como a crescente mobilização de movimentos sociais, a pressão internacional por democratização e a deterioração econômica dos regimes autoritários.

⁶Neste dia é celebrado na Argentina o dia da democracia e dos direitos humanos.

Para o historiador Daniel Faria (2018) o conceito *transição*, antes de tudo, nega a ideia de *ruptura*, de *revolução*. A transição democrática foi pensada como algo a ser feito, mediante negociações, dentro do próprio aparelho do Estado ditatorial. A consolidação democrática, por sua vez, exigiu a criação e fortalecimento de instituições políticas, a promoção de eleições livres e justas, e a superação de legados autoritários, como a impunidade e as violações de direitos humanos. Embora a democracia tenha se estabelecido em muitos países da região, os desafios persistem, com frequentes crises institucionais, desigualdades sociais e a persistência de forças políticas que buscam minar as conquistas democráticas.

Nessa conjuntura histórica, surge a questão: o processo vivido pela Argentina no início dos anos 1980 representou, de fato, uma ruptura com o regime estabelecido em 1976, ou tratou-se de uma transição cuidadosamente negociada?

PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO NACIONAL (1976 - 1983)

A década de 1970 foi um período de grande turbulência na Argentina. Desde a morte de Juan Domingo Perón em 1974, sua sucessora e viúva, Isabelita Perón, enfrentava uma grave crise política, econômica e social, com alta inflação, desemprego e um crescente clima de violência política. De acordo com o historiador Carlos Eduardo Vidigal (2009) a situação da Argentina no início de 1976 era caótica, com inflação anual de 1.000%, déficit fiscal de 13% do PIB e reservas internacionais esgotadas. Além disso, o governo de Isabelita não conseguiu controlar as atividades de guerrilhas de esquerda como os Montoneros e o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP), ao mesmo tempo em que setores da extrema-direita e grupos paramilitares, como a Aliança Anticomunista Argentina (Triple A), intensificavam a repressão violenta contra militantes e ativistas de esquerda. Essa polarização crescente foi o pretexto para a intervenção das Forças Armadas, que naquele momento se apresentaram como “salvadoras

da nação” como afirmam as historiadoras Gabriela Pellegrino e Maria Ligia Prado (2019).

Em 24 de março de 1976, María Estela Martínez de Perón, presidente da República Argentina, também conhecida como Isabelita Perón, sofreu um golpe de Estado liderado pela junta militar composta pelos comandantes das três forças armadas: general Jorge Rafael Videla, almirante Emilio Eduardo Massera e pelo brigadeiro Orlando Ramón Agosti, resultando em uma ditadura militar que durou sete anos e foi autodenominada Processo de Reorganização Nacional. Os militares justificaram o golpe alegando a necessidade de restaurar a ordem e eliminar a ameaça representada pelos grupos guerrilheiros de esquerda.

O Processo de Reorganização Nacional foi estruturado com uma forte centralização do poder nas mãos das Forças Armadas, com a liderança dividida entre as três principais forças militares: o Exército, a Marinha e a Força Aérea. O governo foi caracterizado pela suspensão das liberdades civis, a dissolução do Congresso, o banimento dos partidos políticos e a censura à imprensa. No centro do regime estava o uso sistemático do terrorismo de Estado como método de repressão. As autoridades militares implementaram uma política de sequestro, tortura, desaparecimento forçado e assassinato de qualquer pessoa considerada inimiga do regime, especialmente militantes políticos, estudantes, intelectuais, sindicalistas e ativistas de direitos humanos. Essa repressão brutal fez com que o período fosse marcado como a "guerra suja" (ou *La Guerra Sucia*), um eufemismo usado pelos militares para justificar os crimes cometidos em nome da "luta contra o terrorismo". O historiador argentino Luis Alberto Romero (2006) mostra que em investigação realizada em 1984, a Comissão Nacional sobre o desaparecimento de pessoas (CONADEP), identificou nove mil casos de desaparecimentos, mas admitiu que o número pode ter sido maior. Organizações de defesa dos direitos humanos como a

asociación de las Madres de la Plaza de Mayo afirmam que o número chegou a 30 mil.

Um dos símbolos mais importantes da resistência contra essa repressão foram as *Madres de la Plaza de Mayo*, grupos de mulheres que, semanalmente, protestam exigindo informações sobre o paradeiro de seus filhos e netos desaparecidos. Essas mulheres se tornaram figuras emblemáticas da luta pelos direitos humanos na Argentina.

Em 1982, o regime militar tentou recuperar sua legitimidade com uma ação nacionalista: a invasão das Ilhas Malvinas, território sob domínio britânico desde o século XIX. O objetivo era galvanizar o apoio popular ao governo através de uma causa histórica que unisse o país. No entanto, a estratégia foi desastrosa. A Guerra das Malvinas durou apenas dois meses, de abril a junho de 1982, e terminou com uma derrota esmagadora para a Argentina, que perdeu o controle das ilhas para o Reino Unido.

A derrota militar e o fracasso na guerra aceleraram a desintegração do regime. O governo militar, já profundamente desgastado pela crise econômica e pela crescente mobilização social em prol da redemocratização, perdeu completamente o apoio popular após o desastre das Malvinas. Sob intensa pressão, os militares finalmente permitiram a realização de eleições democráticas em 1983, encerrando o Processo de Reorganização Nacional.

AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1983

A edição do *Jornal do Brasil* (RJ) do dia 1 de novembro de 1983, uma terça-feira, dois dias após às eleições presidenciais na Argentina trazia em sua capa a seguinte manchete: “Alfonsín com maioria absoluta propõe união nacional”:

Buenos Aires — Raúl Alfonsín, um advogado de 56 anos, líder da União Cívica Radical (UCR), é o novo presidente da Argentina. Ele conseguiu maioria absoluta no Colégio Eleitoral, uma eleição que marcou com a derrota do peronismo, uma surpreendente mudança na política do país nos últimos anos. Durante a madrugada, discursou para milhares de boinas-brancas e estendeu a mão aos adversários, convidando a um governo de união nacional. — Aqui fomos a uma

eleição: ganhamos, mas não derrotamos ninguém. Foi uma vitória de toda a Argentina — afirmou Alfonsín (...) (*JORNAL DO BRASIL*, p. 13, 1983)

Raúl Ricardo Alfonsín Foulkes (1927-2009) foi uma das figuras centrais na redemocratização da Argentina. Advogado e membro da União Cívica Radical (UCR), ele iniciou sua trajetória política como vereador em sua cidade natal, *Chascomús*, e posteriormente ocupou cargos legislativos na província de Buenos Aires. Durante as décadas de 1960 e 1970, Alfonsín se destacou como um defensor dos direitos humanos, especialmente durante a última ditadura militar argentina (1976-1983), quando se posicionou firmemente contra a repressão do regime e fundou a Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos.

Em 1983, com o fim da ditadura e a convocação de eleições, Alfonsín foi eleito presidente da Argentina, tornando-se o primeiro líder democraticamente eleito após o regime militar (1976 - 1983). Seu governo (1983-1989) foi marcado pela transição democrática, pela restauração das instituições e, notavelmente, pelo *Juicio a las juntas* responsáveis pelas violações dos direitos humanos. Estes julgamentos foram históricos na América Latina, mas também geraram pressões dos militares, culminando em leis como a Lei de Ponto Final e a Lei de Obediência Devida, que limitavam as investigações sobre crimes da ditadura.

Dois partidos principais disputaram o pleito: a União Cívica Radical (UCR), liderada por Raúl Alfonsín, e o Partido Justicialista (PJ), também conhecido como o partido peronista, cujo candidato era Ítalo Lúder. A União Cívica Radical havia sido tradicionalmente um partido forte na política argentina, mas o peronismo, fundado por Juan Domingo Perón, dominava o cenário político desde os anos 1940. Muitos esperavam que o peronismo, com sua base sólida entre os trabalhadores e setores populares, venceria facilmente as eleições. No entanto, o desgaste do partido com os militares e a falta de renovação em suas propostas abriram espaço para Alfonsín.

Raúl Alfonsín emergiu como o líder da oposição à ditadura militar, com um discurso focado na reconstrução democrática, na necessidade de responsabilização dos crimes cometidos pelos militares e na promessa de mudanças institucionais profundas. Sua campanha apelava fortemente aos valores democráticos e ao fim da violência política que havia assolado o país nas décadas anteriores.

Um dos principais temas de sua campanha foi a defesa dos direitos humanos e a necessidade de julgar os responsáveis pelos crimes da ditadura. Isso foi um ponto de destaque, já que muitos temiam que os militares pudessem escapar impunes com a transição para a democracia.

Ítalo Lúder, por outro lado, representava o Partido Justicialista e mantinha uma postura mais cautelosa em relação ao julgamento dos militares. Lúder era visto como um candidato moderado dentro do peronismo, mas seu partido carregava o peso de estar dividido e de não ter uma liderança carismática como Perón ou sua esposa, Isabelita, que havia sido deposta pelo golpe de 1976.

Raúl Alfonsín venceu com 51,7% dos votos, enquanto Lúder obteve cerca de 40%, um resultado surpreendente⁷, dado o histórico de força do peronismo. A vitória da UCR refletia o desejo da população por uma nova liderança, comprometida com a democracia e a justiça. Alfonsín foi empossado em 10 de dezembro de 1983, marcando assim o início da restauração da democracia na Argentina.

TELEGRAMAS DO ITAMARATY

Assim como na Bolívia (1964), Chile (1973), Uruguai (1973) e Argentina (1966 e 1976), o Brasil também viveu um período de ditadura que durou 21 anos, marcado por intensa cooperação entre os serviços de segurança nacional desses países. No caso brasileiro, a ditadura tinha como objetivo principal manter-se sempre à frente dos

⁷*Jornal do Brasil*, p. 9, 1983.

movimentos de oposição ao regime, utilizando-se amplamente do aparato informacional. O Centro de Informações do Exterior (CIEX), por sua vez, desempenhava um papel essencial nessa estratégia, monitorando, vigiando e acompanhando de perto os passos dos exilados políticos, como aponta Pio Penna Filho (2009).

As fontes utilizadas nessa pesquisa tratam-se de um dossiê disponível no Serviço de Informação do Arquivo Nacional que é composto por telegramas da Embaixada do Brasil em Buenos Aires correspondente ao período de dezembro de 1982 à dezembro de 1983 que abordam a política interna da Argentina, especialmente no período de transição para a democracia.

Os telegramas tratam de temas centrais dessa transição, como a reorganização das Forças Armadas argentinas, que enfrentavam uma perda de influência e críticas severas devido a violações dos direitos humanos cometidas durante o regime militar. A atuação do Partido Justicialista (peronista) e do governo da União Cívica Radical (partido de Alfonsín) também são abordadas, revelando tensões políticas e o desafio de controlar setores militares ainda influentes, assim como partidos tradicionais que buscavam se posicionar politicamente.

O contexto também abrange a questão nuclear, já que a Argentina mantinha um programa de enriquecimento de urânio, o que gerava preocupações internacionais, especialmente em relação à corrida armamentista na América do Sul. Outros assuntos incluem a questão sindical, com movimentos trabalhistas que historicamente se associaram ao peronismo e buscavam seu espaço político no novo governo, além de leis relacionadas à anistia e à repressão (como a "lei antissubversão"), que foram polêmicas devido às cicatrizes deixadas pelo terrorismo de Estado.

Esses documentos refletem, portanto, a complexidade e as dificuldades enfrentadas pela Argentina para consolidar uma democracia que, ao mesmo tempo, tivesse que lidar com as pressões

do passado autoritário e as demandas de mudança, em um contexto em que a influência dos movimentos sindicais, a pressão por justiça contra crimes do regime militar e as direções políticas do governo Alfonsín marcavam o momento histórico. A análise

da relação entre Brasil e Argentina durante a redemocratização nos anos 1980 revela um processo de superação de rivalidades históricas, conforme argumentam os historiadores Francisco Doratioto e Carlos Eduardo Vidigal (2021). Este período foi marcado por esforços conjuntos que buscavam garantir a estabilidade política e promover o desenvolvimento econômico na região. A assinatura do Acordo Tripartite em 1979 e a visita do presidente brasileiro João Figueiredo à Argentina em 1980, a primeira após 35 anos, foram momentos decisivos, resultando em acordos de cooperação, inclusive na área nuclear. As visitas recíprocas entre líderes, como a do general Jorge Videla ao Brasil em 1981 e o encontro entre Figueiredo e seu sucessor, Roberto Eduardo Viola, destacam o comprometimento dos países em estreitar laços.

Além disso, o papel do Brasil durante a crise das Malvinas e a representação dos interesses argentinos em Londres, somados à cobertura da mídia brasileira em relação à redemocratização argentina, que culminou na eleição de Raúl Alfonsín em 1983, refletem as expectativas positivas em relação ao futuro político do Brasil. Esse cenário complexo será enriquecido pela análise de documentos e telegramas que evidenciam as nuances e dinâmicas dessa importante fase da diplomacia sul-americana.

Em um telegrama enviado ao Ministério das Relações Exteriores pela Embaixada do Brasil em Buenos Aires no dia 10 de julho de 1983⁸, intitulado “Contatos com Políticos Argentinos”, é relatado que o pré-candidato à presidência da República, Angel Federico Robledo, representante da direita peronista e líder da

⁸BR DFANBSB Z4.REX.IPS.45, p. 538.

corrente anti-verticalista “Ação Coordenadora Justicialista”, foi recebido para um almoço em 8 de junho daquele ano. Um aspecto relevante a ser destacado são os detalhes apresentados, que revelam que Robledo enfrentava sérias limitações físicas devido a uma grave doença nas articulações, comprometendo significativamente sua coordenação motora e movimentos. Essa informação não apenas contextualiza a condição do político, mas também sugere uma análise minuciosa por parte do Itamaraty em relação aos pré-candidatos à presidência.

No quadro das candidaturas presidenciais que surgiam na Argentina, em um telegrama datado de 17 de junho de 1983⁹, sob o título “Política interna / Argentina / candidatura peronista à presidência Ítalo Luder”, o interlocutor relata que, durante um jantar na Embaixada do Brasil, Ítalo Luder confirmou a veracidade das informações sobre sua candidatura à presidência. Contudo, ele ressaltou a necessidade de aguardar a definição oficial do Partido Justicialista em favor de sua candidatura.

Complementando essa dinâmica eleitoral, em 1º de agosto de 1983¹⁰, um novo telegrama informava sobre o lançamento da chapa presidencial da União Cívica Radical (UCR), que contava com Raúl Alfonsín e Víctor Martínez. O interlocutor afirmou que o lançamento, realizado em um clima de entendimento entre as alas radicais, confirmou a crescente importância de Alfonsín na política interna argentina.

Ainda na mesma linha de análise das mudanças políticas, no dia 19 de agosto de 1983¹¹, outro telegrama enviou ao Brasil um resumo de um relatório atribuído a um serviço de informações do Estado, intitulado “Alternativas e provável evolução da situação política argentina”, que consistia em uma série de previsões sobre o

⁹BR DFANBSB Z4.REX.IPS.45, p. 533.

¹⁰BR DFANBSB Z4.REX.IPS.45, p. 505.

¹¹BR DFANBSB Z4.REX.IPS.45, p. 502.

futuro político do país durante esse período de transição. Entre os sete pontos abordados, destacam-se os dois primeiros: 1) a vitória dos peronistas nas eleições, provavelmente liderados por Luder; e 2) o desgaste das Forças Armadas, resultante do fracasso na Guerra das Malvinas, insucessos econômico-administrativos e métodos violentos utilizados para reprimir o terrorismo. Essa situação, segundo o interlocutor, deixaria os militares sem margem de manobra política e em desacordo com a sociedade civil.

No telegrama seguinte, datado de 22 de agosto de 1983¹², o interlocutor informou ao MRE que o comando do Exército emitiu uma nota desmentindo a autoria do relatório, alegando que essas previsões seriam manobras para vincular os militares a uma contenda eleitoral e reafirmando seu compromisso com a imparcialidade no processo de normalização constitucional.

Em continuidade a essa análise da política interna argentina, o telegrama datado de 26 de setembro de 1983¹³, sob o título “Repercussões da promulgação da lei da anistia”, trazia um panorama da repercussão da promulgação da lei da anistia. De acordo com o interlocutor, a promulgação provocou uma unânime e intensa reação negativa nos mais diversos setores da sociedade argentina. O interlocutor afirma ainda que não será fácil para o futuro governo deixar de ceder às pressões para que, por via legislativa ou judiciária, a lei venha a ser revogada.

Em 31 de outubro de 1983¹⁴, um dia após as eleições presidenciais na Argentina, a Embaixada do Brasil em Buenos Aires enviou ao MRE no Brasil um telegrama com os dados biográficos de Raúl Alfonsín e seu vice, Victor Martínez, reconhecendo a vitória do líder da União Cívica Radical.

¹²BR DFANBSB Z4.REX.IPS.45, p. 501.

¹³BR DFANBSB Z4.REX.IPS.45, p. 481.

¹⁴BR DFANBSB Z4.REX.IPS.45, p. 441.

Por fim, em um telegrama enviado em 16 de novembro de 1983¹⁵, é feita uma análise prospectiva em relação ao novo governo e à sua política externa. De acordo com o interlocutor, a política exterior do governo radical deverá beneficiar-se das condições favoráveis criadas pela redemocratização do país. Ele afirma que o novo quadro político-institucional abriu de imediato a possibilidade da Argentina projetar-se na esfera internacional com uma imagem positiva e superar o isolamento e o desgaste sofrido durante o regime militar.

O último telegrama analisado, enviado em 28 de dezembro de 1983¹⁶, trata-se do remanejamento dos comandos no exército por parte do presidente Raúl Alfonsín. A análise das fontes revela uma transição significativa na política argentina, marcada pela redemocratização e pelo fortalecimento das relações com o Brasil. Os telegramas demonstram uma preocupação do Itamaraty em acompanhar de perto o cenário político argentino

Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves foi eleito presidente da República pelo colégio eleitoral. Por complicações de saúde, faleceu em 21 de abril de 1985. Seu vice, José Sarney, assumiu a presidência em 15 de março do mesmo ano, dando fim a 21 anos de ditadura no Brasil. Neste mesmo ano, na Argentina, aconteceu o *Juicio de Las Juntas* por ordem do presidente Raúl Alfonsín, responsável por julgar e condenar os membros das três juntas militares do Processo de Reorganização Nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os telegramas e informes do Ministério das Relações Exteriores do Brasil oferecem uma visão detalhada sobre como o governo brasileiro interpretou a transição democrática na Argentina em 1983. Esses documentos revelam que o Brasil acompanhava atentamente o processo de redemocratização, adotando uma postura de

¹⁵BR DFANBSB Z4.REX.IPS.45, p. 430.

¹⁶BR DFANBSB Z4.REX.IPS.45, p. 423.

neutralidade e evitando interferências diretas nos assuntos internos argentinos. Essa escolha reflete uma preocupação em manter a estabilidade na região, evidenciada pela ênfase nas divisões políticas internas da Argentina, como a relação do governo de Raúl Alfonsín com o Partido Justicialista (peronismo) e as negociações com sindicatos.

Embora os telegramas não demonstrem um apoio explícito ao governo Alfonsín, a figura do presidente argentino é vista como um elemento de moderação, especialmente em relação às Forças Armadas. A estabilização da Argentina era considerada positiva para a região, uma vez que poderia fortalecer laços diplomáticos e econômicos entre os dois países em um cenário de redemocratização conjunta. O interesse do Brasil na condução da política externa argentina, incluindo a disputa pelas Ilhas Malvinas e a estratégia nuclear, ilustra uma preocupação com as possíveis implicações dessas questões para a segurança e a ordem regional.

Ademais, o Brasil, também em um processo de transição política, via na Argentina um exemplo que poderia inspirar sua própria abertura democrática. A observação da trajetória argentina reforçava a percepção de que a redemocratização poderia influenciar positivamente os vizinhos e ajudar a consolidar um ambiente mais estável no Cone Sul.

Assim, os telegramas e informes do MRE não apenas evidenciam uma preocupação com a estabilidade política interna da Argentina, mas também refletem a imagem que o Brasil desejava projetar como um mediador discreto e um país em transição. Ao observar atentamente a Argentina, o Brasil se posicionava como um aliado tácito do processo democrático, reconhecendo a importância da redemocratização na construção de um futuro comum para a região. Essa postura de apoio indireto ao processo democrático no Cone Sul destaca a interdependência das transições políticas entre os países da

América do Sul, sublinhando a relevância da solidariedade regional em tempos de mudança.

BIBLIOGRAFIA

ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica. América Latina. **La construcción del orden**. Ariel Argentina, 2012.

CASTILHO, Alessandra Beber et al. **Diplomacia e repressão política: a atuação do Centro de Informações do Exterior e da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores no Chile (1968-1973)**. 2015.

FARIA, Daniel Barbosa Andrade de. Baderneiros, arruaceiros, guerrilheiros: um acontecimento na transição democrática. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 31, n. 63, p. 49-70, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/YJvrVKMkpXBMLYzyPmZMZ8s/a/bstract/?lang=es>. Acesso em: 28 de out. de 2024.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. Transiciones desde un gobierno autoritario, tomo 4. **Conclusiones tentativas sobre las democracias inciertas**. 1989.

PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). **Revista brasileira de política internacional**, v. 52, p. 43-62, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/PCPzqC94LnT5dzXCg974zXQ/?lang=pt>. Acesso em: 28 de out. de 2024.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2019.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Boitempo Editorial, 2014.

ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

VIDIGAL, C. E.; DORATIOTO, F., DE OLIVEIRA, H. A., & LESSA, A. C. **História das relações internacionais do Brasil**. São Paulo: Saraiva Educação SA. 2021.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. **Relações Brasil-Argentina: A construção do entendimento (1958 - 1986)**. Curitiba: Juruá editora, 2009.

FONTES:

Alfonsín com maioria absoluta propõe união nacional. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 de nov. 1983, Internacional, p.13. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=%22Ra%C3%BA1%20Alfonsin%22&pagfis=108583. Acesso em: 28 de out. de 2024.

Alfonsin assume o governo um mês antes do prazo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 de nov. 1983, Internacional, p.9. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=%22Ra%C3%BA1%20Alfonsin%22&pagfis=108613. Acesso em: 28 de out. de 2024.

Telegramas recebidos, Argentina: política interna, Arquivo Nacional do Brasil, Brasília, Brasil. Disponível em:

https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1358654&v_aba=1, Acesso em 31 de jan. de 2024.

O PROCESSO DE RETERRITORIALIZAÇÃO E ESTABELECIMENTO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE (DO NORTE) (1597 - 1633): HIPÓTESES PRELIMINARES

Marcelo Igor de Araujo Oliveira¹

Resumo:

Este trabalho constitui a etapa inicial de uma pesquisa de mestrado em andamento. O objetivo geral do projeto é investigar o processo de reterritorialização da Capitania do Rio Grande (do Norte) durante a dinastia Filipina, com ênfase no uso dos mecanismos coloniais de sesmarias e aldeamentos, os quais entendemos como essenciais para o estabelecimento dos colonizadores na região. Para isso, foi utilizado como método o georreferenciamento desses núcleos, a fim de trazer uma análise problematizadora do espaço estudado para além das fontes escritas. Ademais, partimos da premissa de que esse processo foi, na verdade, uma reterritorialização, realizada por meio da desterritorialização de um território já existente, do povo potiguara.

Palavras-chave: Brasil Colônia. territorialização. aldeamento. sesmaria. Rio Grande do Norte.

1 - Conquista do Rio Grande e o processo de reterritorialização

O território do Rio Grande foi inventado a partir de 1535 na forma de Capitania Hereditária concedida a João de Barros. Até então, esse território apenas existia no papel, quando na verdade os legítimos “donos” das delimitações territoriais almejadas pela Coroa Portuguesa, eram os diversos grupos indígenas existentes na região espalhados principalmente entre as etnias potiguara e tarairiú. Nesse sentido, João de Barros foi incentivado a adentrar as terras dos povos indígenas, especialmente pelo litoral, onde era mais viável essa empreitada, para conquistar, ou tomar, aquilo que estava escrito para ser dele.

No entanto, o fidalgo português, mesmo após sucessivos esforços, não obteve sucesso para se consolidar nas delimitações

¹ Universidade de Brasília. marcelo.igor10@gmail.com

delegadas, pois se deparou com uma forte resistência de grupos Potiguara, que se aliavam comercialmente com corsários franceses extrativistas de Pau-brasil. Após o falecimento de Barros, a capitania passou para o controle régio e, em 1597, o rei Filipe II de Espanha ordenou expedições composta por diversos indivíduos provenientes de outras capitanias, encabeçada principalmente pelos capitães-mores da Paraíba e de Pernambuco, que desestruturaram a aliança franco-potiguara e dominaram boa parte do litoral (Pereira, 2018).

Esse processo de conquista foi permeado por mortes de indígenas Potiguara, habitantes originários de boa parte do litoral, e está inserido no conjunto de batalhas contra essa população que culminaram no processo de conquista de outras Capitanias do Norte no final do século XVI, como Paraíba e Itamaracá, sob a utilização da argumentação jurídica da Guerra Justa (Silva, 2020). Os indígenas que se rebelaram, quando não mortos por epidemias ou em batalhas, foram presos e escravizados para trabalhar nas lavouras açucareiras de Pernambuco e Paraíba, além de servirem aos colonizadores do Rio Grande. Outros, eram designados a se estabelecerem em aldeamentos jesuíticos, tanto como forma da Coroa deslocar a população autóctone à núcleos de povoação fundamentais para funcionamento da capitania, quanto como meio de sobrevivência e resistência dos potiguaras (Lopes, 1999).

Mediante esse cenário, os potiguaras se depararam com uma nova conjuntura, imposta pela colonização a partir de uma lógica ocidental de apropriação material e simbólica do espaço. Após a conquista, em 1597, foi iniciado um longo processo daquilo que iremos referir como reterritorialização, por meio do controle de terras indígenas e da fundação de instituições da Coroa, as quais modificaram o espaço. Logo em 1598, foi edificada a Igreja Matriz da recém-criada freguesia de Nossa Senhora de Apresentação e uma fortaleza militar, denominada como “Fortaleza dos Reis Magos”,

construída às margens do rio Potengi, com o intuito de assegurar o domínio do território conquistado (Galvão, 1994).

Para os filósofos Félix Guattari e Gilles Deleuze (1980), um processo de territorialização pode ser compreendido em dois núcleos: desterritorialização e reterritorialização. O primeiro ocorre de maneira inicial, quando uma prática, uma ideia ou uma forma de vida se desvincula de seu contexto original. Na reterritorialização, então, é quando essa prática, ideia ou identidade volta a se organizar ou é inserida em um novo território, mas já modificado por sua passagem pelo processo de desterritorialização.

Podemos compreender, portanto, o estabelecimento da Capitania do Rio Grande como um processo de reterritorialização. A partir da conquista dos ibéricos, desterritorialização, inicia-se um longo processo de reconfiguração do espaço, reterritorialização, anteriormente constituído somente pela organização e cosmovisão indígena.

Atualmente, necessita-se de mais análises voltadas para se compreender como o povo potiguara compreendia seu território, tal condição precisa ser melhor aprofundada futuramente para o desenvolvimento desta pesquisa. Por ora, iremos utilizar os conceitos desenvolvidos por Antônio Carlos Robert Moraes (2005). Para o autor, território e espaço são concebidos de maneira material e simbólica, pautados nas relações sociais. Compreende-se o espaço material como uma construção do ser humano, que se utiliza das matérias-primas do meio natural para transformá-las em estruturas artificiais, de acordo com as demandas de moradia, convívio, militares, econômicas, políticas e jurídicas. De maneira simbólica, a partir do momento em que um grupo se sente pertencente a esse espaço, reconhecendo-o como o seu lugar, o espaço se torna território (Moraes, 2005, p. 42 - 43).

Essa concepção, portanto, é adequada para compreender tanto a visão de território dos indígenas quanto dos europeus, pois não restringe o conceito de território a uma delimitação racional, visto que

ele é fruto de um espaço apropriado para cada tipo de demanda social. Ademais, é importante para compreendermos a reterritorialização da capitania do Rio Grande como o resultado de interações sociais. Interações essas, geradas por demandas materiais do processo colonizador, mas também da resistência dos povos indígenas, por meio de sua agência, para se adaptarem nesses novos espaços.

2 - Estabelecimento de fronteiras: a importância da conquista do Rio Grande

Em paralelo, pelo ponto de vista europeu, esse processo de conquista foi significativo, pois a Capitania do Rio Grande não representava mais um espaço desconhecido, mas a nova fronteira do sentido norte e leste da América Portuguesa e Hispânica. Ademais, tornou-se o novo limite de terras ainda não povoadas pelos espanhóis e portugueses no início do século XVII, ocupando uma localização fundamental para a conquista de outros territórios.

Logo nos primeiros anos do século de reterritorialização, a Fortaleza dos Reis Magos e a cidade do Natal tiveram uma função primordial no projeto colonizador, consolidando a presença portuguesa ao norte e servindo como ponto de apoio para as tropas que ocuparam o Ceará entre os anos de 1603 e 1612 (Abreu, 1998). Enquanto isso, os franceses, que se estabeleceram primeiramente no Rio Grande, encontraram refúgio na ainda não conquistada Capitania do Maranhão e fundaram a cidade de São Luís. Em 1612, no entanto, o Cabo de São Roque, localizado no Rio Grande, serviu como ponto de partida de Jerônimo de Albuquerque, capitão-mór da capitania, para a conquista e expulsão dos franceses no Maranhão (Araújo Júnior, 2019). Como também, do capitão-mor Francisco Caldeira Castelo Branco para a conquista do Pará e da foz do rio Amazonas em 1615 (Cardoso, 2017).

Essas fronteiras, portanto, precisam ser compreendidas não como limites interterritoriais estáticos e definidos, mas sim como áreas

de conflitos e negociações, que são continuamente estabelecidas e reconfiguradas por meio das interações entre os diferentes agentes que compõem a formação do território (Herzog, 2019), como a defesa dos povos indígenas do interior, a presença de franceses no Maranhão e neerlandeses no Ceará e interior do Rio Grande.

Ademais, podemos interpretar o processo de reterritorialização como fundamental para a Coroa, pois servia como “mola propulsora” para os avanços expansionistas da metrópole. De acordo com Moraes (2005), o processo de colonização só era possível somente a partir de “zonas de difusão”, espaços que propiciaram o assentamento físico e avanço contínuo dos colonizadores sobre territórios ainda desconhecidos e ocupados por distintos povos originários. Não por acaso, a reterritorialização do que viria a se tornar o Brasil, foi construída lentamente a partir da expropriação do território indígena pelo litoral, para apenas depois conseguirem adentrar o interior do continente.

A garantia destes núcleos de povoação conectava-se em uma rede, com o povoamento contínuo de seus entornos e a definição de caminhos, criando a região colonial (Moraes, 2005, p. 69). Essa região, portanto, foi expandida a partir da conquista da Capitania do Rio Grande, que propiciou uma grande rede de circulação de religiosos, colonizadores e indígenas de diversas capitanias do território, sobretudo entre as capitanias do Norte.

Por fim, como dito anteriormente, no início do século XVII, ainda havia territórios desconhecidos pelos portugueses, os chamados sertões, conceituado como “fundos territoriais”, os quais ainda precisavam ser conquistados para assegurar os limites de seu território na América (Moraes, p. 69, 2005). Nesse contexto, a capitania do Rio Grande, além de uma zona de difusão colonial, representava o estabelecimento de uma nova fronteira entre o território da América luso-hispânica e os fundos territoriais.

3 - A questão agrária como algo central: a política de sesmarias e aldeamentos no Rio Grande

Outro ponto importante para o estabelecimento dos colonizadores na capitania, foi a instituição do ordenamento jurídico das sesmarias, uma herança medieval adaptada para a colonização do Atlântico, que serviu como o principal meio de distribuição de terras na América Portuguesa, a partir de 1534 (Alveal; Motta, 2023). Os sesmeiros - indivíduos que recebiam sesmarias - eram incumbidos de realizar a devida exploração da terra, cultivando-a, desbravando-a e povoando-a para a Coroa (Alveal; Motta, 2005). Alguns desses indivíduos, conseguiam vantagens para o acúmulo de terras por meio desse aparato jurídico, o que conseqüentemente culminou no abuso da força e mandonismo em volta de um poderoso “senhorio colonial” (Alveal, 2022).

Nesse sentido, diversos moradores das capitanias adjacentes e que auxiliaram na conquista do Rio Grande, solicitaram terras ao rei como recompensa por seus esforços. Muitas dessas concessões, representam as origens de diversas famílias da elite local, como no caso dos herdeiros do já citado capitão-mor Jerônimo de Albuquerque Maranhão, natural de Pernambuco, mas que se estabeleceu na capitania a partir de uma concessão de sesmaria em 1604 (Moraes, 2022).

A implementação do sistema sesmarial na capitania do Rio Grande, estava no contexto da unificação das coroas portuguesa e espanhola. Durante esse período, a Lei de Sesmaria foi reforçada pelas Ordenações Filipinas (1603), que simplificaram a escrita da Lei, mas não provocaram mudanças jurídicas significativas em relação às Ordenações anteriores. A unificação das coroas, porém, significou mudanças na administração, pautadas em uma ideia de “modernização” pela coroa espanhola, em oposição à gerência lusitana mais apoiada nas matrizes tradicionais do sistema político europeu (Hespanha, 1989). Nesse sentido, a capitania passou por uma

tentativa de fiscalização mais assídua das posses de terra, por meio de ordenações régias (Pereira, 2014). Essa fiscalização culminou em uma devassa, produzida em 1614, que abarcava todas as sesmarias concedidas, até então, no território, a fim de verificar se estavam em conformidade com as condições básicas da Lei de Sesmaria.

A demanda por esse documento surgiu após uma denúncia anônima sobre grandes porções de terras inativas que resultou no documento do Auto de Repartição de Terras do Rio Grande. De acordo com a historiadora Elenize Pereira (2014), o padre vigário Gaspar Gonçalves da Rocha, o maior possuidor de terras da capitania do Rio Grande no início do século XVII, possivelmente estaria vinculado à denúncia que gerou a devassa, evidenciando o poder dos religiosos naquela sociedade e os conflitos entre clero regular e secular na questão agrária. Essa documentação é a principal fonte da pesquisa que aqui está sendo desenvolvida, pois até o momento é o documento mais completo sobre a questão agrária na Capitania do Rio Grande da dinastia Filipina.

Concomitantemente à adaptação da Lei de Sesmaria pela Dinastia Filipina, as políticas indigenistas atrelaram-se à distribuição de terras no Brasil. Nesse sentido, os alvarás de 1596 e as leis de 1609 e 1611 foram outorgadas, estabelecendo a garantia dos indígenas possuírem certas terras (Perrone-Moises, 2000). A Lei de 1609, instituída por Mem de Sá, permitiu a doação dessas terras para aldeamentos, garantindo aos indígenas o direito de cultivo, o qual possibilitava o sustento desses grupos e a resistência deles perante o processo colonizador (Lopes, 2003). Essa legislação, no entanto, foi executada mediante o controle do colonizador. As terras passariam a ser validadas quando a Coroa as reconhecesse como tal e, na maioria dos casos, essas posses ligavam-se aos aldeamentos administrados por missionários. Ademais, para a formação de uma boa parte desses aldeamentos, foi utilizado o deslocamento forçado dos indígenas para habitarem núcleos estratégicos do território ou onde havia maior

controle dos europeus (Alencastro, 2000). Os espaços, que antes eram ocupados pelos povos originários, foram desocupados forçadamente para que essas áreas pudessem ser concedidas como sesmaria e para que, conseqüentemente, fossem criados novos aldeamentos (Perrone-Moises, 2000).

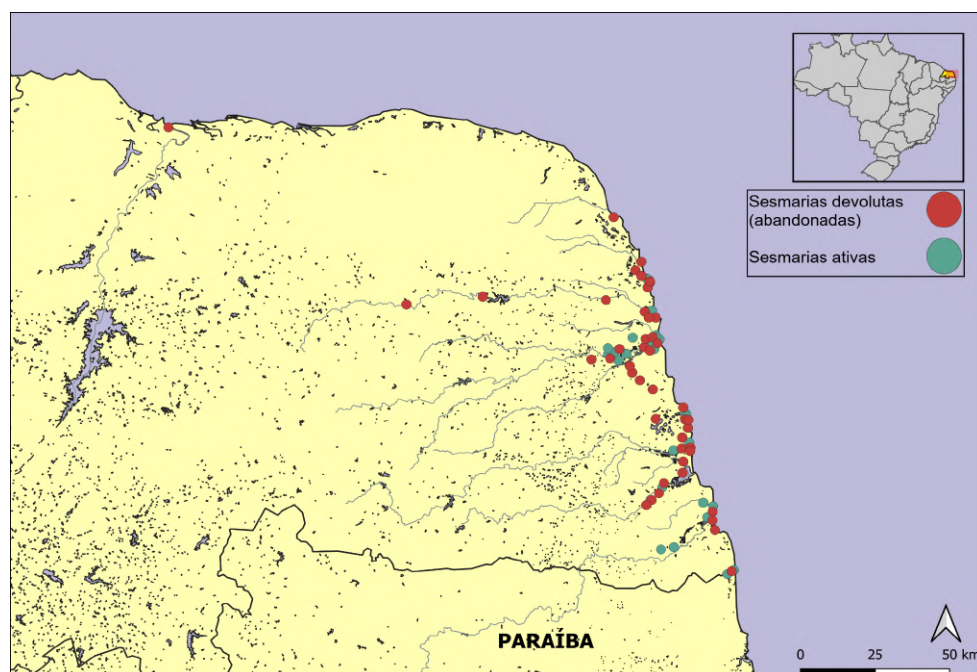
4 - Hipóteses preliminares da pesquisa

4.1 - Sesmarias e aldeamentos, instrumentos para determinação de novas fronteiras

Como abordado anteriormente, a conquista da Capitania do Rio Grande foi fundamental para expandir as fronteiras do território luso-hispânico no continente em disputa. Nesse sentido, inferimos que as sesmarias e aldeamentos, como instrumentos de caráter agrário, foram essenciais para a efetividade do projeto expansionista.

Na tentativa de georreferenciar o Auto de Repartição de Terras, foi possível obter a localização de 70% das sesmarias. Nele, foi observado que os limites da área de ocupação de sesmarias na capitania, do sentido Sul ao Norte, começavam do rio Guajú, atual divisa dos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, e se estendia até o atual município de Macau. Já no extremo Oeste, havia uma sesmaria localizada nas imediações do atual município de Jardim de Angicos, no Agreste Potiguar. Todas essas terras, no entanto, encontravam-se devolutas em 1614. Embora não seja informado com exatidão nas fontes escritas, podemos inferir a partir do georreferenciamento, que o alto número de terras devolutas se devia ao fato destas estarem situadas em zonas fronteiriças, conflituosas e distantes dos principais núcleos de sesmarias ativas.

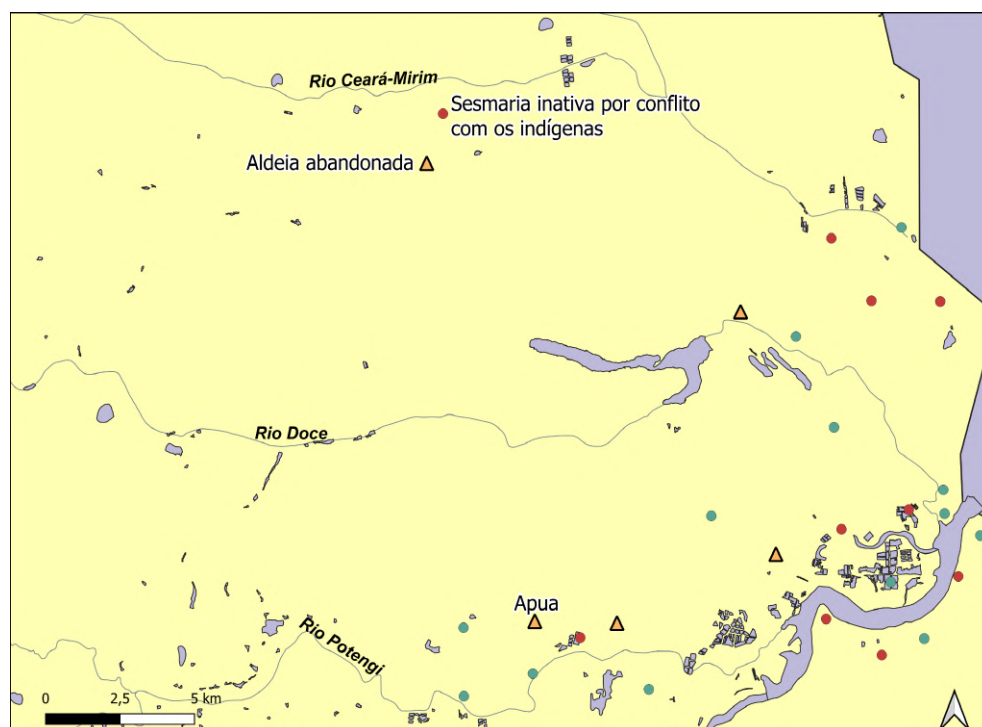
Mapa 1 - Georreferenciamento geral das sesmarias do Auto de Repartição de Terras do Rio Grande (1614)



Fonte: Georreferenciamento e cartografia elaboradas pelo autor.

Essa espacialização nos oferece um caminho para a investigação dos motivos de terem tantas terras devolutas e sobre os limites do poder da Coroa no território, que possivelmente ainda não estava consolidado em grande parte do litoral. Além disso, se considerarmos os aldeamentos registrados no mapa de Georg Marcgraf (1643) e na dissertação de Fátima Lopes (2003), a região mais ao norte da área de ocupação da capitania, era a que possuía o maior número de aldeamentos concentrados, cerca de quatro sob às margens do rio Potengi, em detrimento de outras 4 dispersas ao Sul da capitania.

Mapa 2 - Georreferenciamento dos aldeamentos localizados ao norte da Capitania do Rio Grande (1598 - 1647)



Fonte: Cartografia elaborada pelo autor com base no georreferenciamento do mapa “Brasília qua parte paret Belgis” (1647) realizado pelo engenheiro Levy Pereira.

Esses aldeamentos, representados na forma de triângulos laranjas no mapa, chamavam-se Iaragoa, Igapó, Guajirú e Apua. Esse último, em um primeiro momento, ficava ainda mais ao norte da capitania, sob às margens do rio Ceará-Mirim, mas no período de domínio dos neerlandeses encontrava-se abandonada e realocada às margens do Potengi.

As motivações para esse realocamento ter ocorrido ainda não foram resolvidas na historiografia até porque, até o momento, não se encontraram informações sobre ela relatada nas fontes. Contudo, para além do fato do aldeamento estar localizado em uma zona de fronteira, ao observarmos o mapa 2, percebe-se que próximo de algumas sesmarias em vermelho se localizavam alguns aldeamentos, sobretudo o aldeamento Apua na sua posição geográfica inicial no rio Ceará-Mirim. No registro de duas sesmarias, incluindo a devoluta ao lado do aldeamento abandonado, é citado que os sesmeiros não conseguiram cumprir com atividades econômicas por conta de “[...] os yndios as tolherem, e ho ferirem [...]” (Anônimo, 1909, p. 144) e “[...]”

lho impedio ho gentio das aldeias vizinhas por respeito de suas roças [...]” (Anônimo, 1909, p. 136).

A partir da problematização do georreferenciamento e da análise de fontes escrita, portanto, é cabível inferirmos que, além de condições geográficas, outro impeditivo crucial à efetividade econômica dos colonizadores no litoral riograndense ocorreu por conta da resistência dos Potiguara na região, desconstruindo a ideia de que o processo de reterritorialização, após a conquista, foi completa e pacífica. Portanto, o processo de disputa pelas terras ainda estava em ação. Compreende-se que a resistência indígena dos potiguaras não acabou no processo de conquista.

Os indígenas tentavam barrar possíveis abusos contra seus direitos diante da implementação de um empreendimento agropecuário em seu território. Direito esse que, mesmo assegurado pela legislação dos aldeamentos, estavam sendo infringidos por práticas ilegais dos sesmeiros que expandiram suas criações e plantações para cima de demarcações de terras indígenas. Afinal, por mais que muitos dos aldeamentos fossem construídos e administrados por colonizadores, os indígenas não eram agentes passivos na formação desse espaço, tendo em vista que muitos construíam os aldeamentos e participavam ativamente de questões que as envolvessem (Almeida, 2010).

Os colonizadores, representados na forma de sesmeiros e sertanistas, tinham certos cuidados ao infringir a legislação de terras vigente no século XVII. A situação de escravizar os indígenas ou de mantê-los aldeados era um dilema, principalmente após a influência de Manuel da Nóbrega nas políticas de Mem de Sá. No final do século XVI e ao longo do século XVII, se produziu diversos documentos que compreendia que os indígenas considerados rebeldes tinham que ter seus direitos de ir e vir restringidos por meio da escravização, visto que não estava obtendo uma efetividade completa na catequização e

disciplinarização desses povos por meio dos aldeamentos jesuíticos (Eisenberg, 2000; Monteiro, 1994).

O Auto, como abordado anteriormente, pode ter surgido devido ao conflito de interesses entre as elites locais, visto que se originou a partir de uma denúncia anônima sobre grandes lotes de terras devolutas. Contudo, mediante o cenário conflituoso entre sesmarias e aldeamentos, aqui exposto, é possível que o Auto de Repartição de Terras tenha servido como instrumento para justificar a escravização de indígenas, pois nele está contido uma tentativa explícita de atribuir a hostilidade de alguns indígenas como motivo da inatividade de algumas sesmarias, sem necessariamente colocar em perspectiva a visão dos indígenas acerca desse processo. Portanto, é provável que o Auto de Repartição de Terras tenha sido utilizado para não somente justificar a baixa produtividade da capitania por conta de fatores geográficos, mas também por conta da luta do povo Potiguara.

4.2 - Rio Grande, uma capitania pobre?

Ao analisarmos o Auto de Repartição de Terras, percebemos que logo em 1600, dois anos após a conquista, foi concedida a primeira sesmaria na Capitania do Rio Grande, marcando o início da expansão econômica da colônia luso-hispânica na região, especialmente com o objetivo de expandir as posses de terra para a monocultura da cana-de-açúcar.

“Primeiramente, acharam no livro primeiro uma data de terra de 2500 braças ao longo do rio Potengi que deu o capitão-mor Manoel Mascarenhas Homem a João Rodrigues Colaço capitão-mor desta capitania em 09 de janeiro de 1600. A qual terra disseram foi confirmada por sua majestade e disseram os dois informantes que a possuía hoje por título de compra o padre vigário desta capitania Gaspar Gonçalves Rocha que a tinha cultivando de roçarias de mantimentos de que muito inteiramente pagava os dízimos de sua majestade e que ia roçando outra parte dela para plantar canas e ver se era capaz delas e de um trapiche.” (Anônimo, 1909, p. 120)

O cultivo de cana-de-açúcar e a sua exportação eram as principais atividades incentivadas pela Coroa desde 1535, quando

explorada inicialmente por Martim Afonso de Souza na Capitania de São Vicente (Brandão, 1984). Durante o período colonial, a sociedade das Capitanias do Norte do Estado do Brasil, em especial em Pernambuco, se estruturou em torno de uma economia agrícola voltada para a produção de açúcar, que dependia do trabalho escravo. Essa organização econômica foi determinante nas relações sociais da época. (Morais, 2022).

O êxito da produção açucareira estava intimamente ligado ao acesso às melhores terras, que deveriam ser férteis e com solo argiloso escuro ou vertissolo, conhecidos localmente como "massapê". Além disso, era essencial que essas terras estivessem próximas à floresta, para a extração de lenha, utilizada nas fornalhas que processavam o caldo da cana-de-açúcar, e aos rios, facilitando o transporte do açúcar até o porto para sua exportação (Barreto, Drummond, 2016). Portanto, podemos interpretar que a política de sesmaria no século XVII desempenhou um papel fundamental para incentivar os colonizadores a procurarem terras férteis e, conseqüentemente, gerar mais lucros a partir, sobretudo, da plantação e exportação do açúcar para os rendimentos da Coroa. Contudo, o território da Capitania do Rio Grande não apresentava boas condições de solo para plantio da cana-de-açúcar (Dias, 2021, 292 - 293) e apenas 3 engenhos simples são encontrados na cartografia produzida por Georg Marcgraf na década de 30, uma baixa quantidade se comparada ao número de engenhos de outras Capitanias do Norte, sobretudo Paraíba e Pernambuco. Ademais, no texto do Auto de Repartição, assim como observado na primeira sesmaria concedida, quase sempre era analisado se a terra produzia potencial para o plantio de cana-de-açúcar até mesmo naquelas que não era possível, isso demonstra que o Auto não serviu somente para fiscalizar as posses de terras, mas também para se observar o potencial econômico da capitania para os fundos da Coroa (Pereira, 2014; Teixeira,).

É muito influente nos estudos sobre o Rio Grande do Norte colonial, a ideia de que a capitania era pobre devido suas características geográficas (Torres, 2020; Dias, 2021; Cascudo, 1999). Tal concepção possui sentido e tem que ser levado em consideração ao se analisar o passado da sociedade colonial da capitania, principalmente pelo fato de que a baixa efetividade no plantio de cana-de-açúcar pode ter gerado uma elite local mais enfraquecida se comparada a outras. No entanto, compreendemos que tal visão deve ser problematizada, pois nela se escanteia a perspectiva indígena sobre o território que estava se formando. Inferimos, portanto, que tal concepção econômica parte de uma perspectiva ocidental acerca do uso da terra, pautada pelos interesses mercantilistas no território colonial. Nesse sentido, cabe a pergunta: até que ponto serviria para se entender o território no seu sentido mais amplo?

A partir da dualidade entre as concepções de territórios, podemos inferir que a capitania se tornou pobre; e a ideia que reforçava essa noção foi racionalizada pela ideologia mercantilista de território, não ocorrendo de maneira natural, determinada geograficamente. A partir da expansão colonial moderna venho a devastação ambiental de boa parte da mata atlântica do litoral nordestino (Barreto, Drummond, 2016), assim como também viera a pobreza. De fato, as explicações geofísicas sobre a baixa fertilidade da terra explica a ineficiência da monocultura da cana-de-açúcar e estabelecimento de engenhos na região, porém até que ponto essa explicação serve para definir um solo e hidrografia ruim para roça de mantimentos ou caça de animais aquáticos? Afinal, ao analisarmos o Auto de Repartição de Terras, foi observado que a maior parte das terras ativas economicamente estavam servindo para sustento da população por meio da pesca e plantações de subsistência.

Frei Vicente de Salvador, embora tenha escrito com intenções de valorizar a terra para o projeto açucareiro na América (Dias, 2021), é também em seu tratado “História do Brasil de 1627, que ele apontou

diversas outras características da terra do Rio Grande que demonstraram sua riqueza natural. Afirmou que no Rio Grande havia grandes “salinas, onde naturalmente se coalha sal em tanta quantidade que podem carregar grandes embarcações todos os anos, porque assim como se tira um, se coalha, e cresce continuamente outro” (SALVADOR, 1903, p. 38).

Por fim, é provável que os potiguaras com suas técnicas agrícolas e concepção de território única, antes da chegada dos ibéricos na região, conseguiam usufruir da terra como uma boa fonte de recurso para sobreviverem, porém com a usurpação de suas terras por senhorios e limitações impostas pela política de aldeamentos, a pobreza teria surgido como condição do sistema desigual que estava emergindo. Nesse sentido, Gabriel de Sousa Soares já apontava:

Este gentio é muito belicoso, guerreiro e atraído, [...]. São grandes lavradores dos seus mantimentos, de que estão sempre muito providos, e são caçadores bons e tais flecheiros que não erram flechada que atirem. São grandes pescadores da linha, assim no mar como nos rios de água doce. [...] (Souza, 1851, p. 266 - 267)

5 - Conclusão

Esta etapa inicial da pesquisa de mestrado se desenvolveu a partir do Auto de Repartição de Terras do Rio Grande, do georreferenciamento das terras registradas nele e de uma breve discussão bibliográfica sobre o recorte proposto. Por meio disso, conseguimos inferir que o documento de 1614 serviu para justificar a ineficiência econômica das sesmarias da Capitania do Rio Grande não somente por condições geográficas, mas também para contestar a organização dos indígenas aldeados, colocando-os como empecilhos para efetivação da colonização. Documentos dessa natureza eram necessários, visto que os aldeamentos e a temática da escravização indígena eram uma questão da época e que estavam sendo discutidas.

Por esse ponto de vista econômico, entendemos que o que gerou a Capitania do Rio Grande foi um processo de colonização atrelado à desterritorialização e reterritorialização do território

indígena. Esse processo, desencadeado pelos ibéricos, ordenou uma modificação do espaço habitado pelos potiguaras e impôs uma nova noção de território que se diferenciava da perspectiva indígena, tornando o Rio Grande um território contraditório em sua gênese. A reterritorialização, baseada na expansão mercantilista europeia, preocupada com a produção de cana-de-açúcar, determinou a pobreza para os habitantes do Rio Grande a partir da expropriação do território na mão de poucos e do alocamento da população autóctone em núcleos específicos. Portanto, concluímos que deve se problematizar a ideia de capitania pobre, pois a pobreza não foi determinada por condições geográficas da terra, como muito é repetido pela historiografia.

Tal contradição, também traz à tona a resistência dos povos potiguaras, o qual não foi esgotada após uma suposta “pacificação” durante o início do processo de reterritorialização. Neste trabalho, podemos perceber uma relação entre o georreferenciamento e as informações contidas no auto, onde o número de sesmarias devolutas estavam relacionadas com a posição espacial de certos aldeamentos e na ofensiva dos indígenas, para asseguramento de suas terras, contra o avanço de fazendas de sesmeiros na região, como no caso do aldeamento Apua.

Por outro lado, inferimos que a organização dessa população em aldeamentos possa ter servido de maneira estratégica para os ibéricos assegurarem as fronteiras de sua colônia, visto que alguns aldeamentos se localizavam a uma certa distância dos principais núcleos de povoação, longe de sesmarias ativas economicamente e vilas. Os efeitos dessa “situação de fronteira”, ou seja, um território ainda em disputa e não definido, pode ser observada, de maneira mais nítida, também no caso do aldeamento Apua, onde é referido como abandonado pela cartografia neerlandesa, quando se encontrava mais ao norte da capitania, sob às margens do rio Ceará-Mirim, e vista como realocada na década de 30, sob às margens do rio Potengi.

Por fim, todas essas hipóteses deverão ser elaboradas e aprofundadas na dissertação de mestrado, bem como uma melhor articulação e extensão da bibliografia de História Indígena e historiografia sobre o Rio Grande do Norte do início do século XVII. Sobre esse último, convém frisar os trabalhos de Ana Lunara Moraes, Elenize Pereira, Fátima Lopes, Maria Emília Porto, Rubenilson Teixeira, Lívia Brenda Barbosa, Pedro Araújo Júnior. O desenvolvimento deste trabalho, portanto, visa complementar as discussões já existentes acerca do período filipino no Rio Grande, enfatizando a questão agrária e os indígenas, e visa extrapolar os muros acadêmicos, contribuindo com o conhecimento contemporâneo do povo norte-riograndense acerca de seu território e com a demarcação de terras para a população indígena atual do estado.

Referências bibliográficas:

ANÔNIMO. **O Trelado do auto e mais diligências que se fizeram sobre as datas de terras da capitania do Rio Grande, que se tinham dado.** Fortaleza: Revista do Instituto do Ceará, 1909, Ano XXIII. p. 112-159.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil Atlântico Sul.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ALMEIDA, Maria Regino Celestino de. **Metamorfose indígenas: identidades e cultura nas aldeias do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. **Os índios na História do Brasil.** FGV, Rio de Janeiro, 1a ed. 2010.

ALVEAL, C.M.O; MOTTA, Márcia. Sesmarias. In: MOTTA, Márcia (org). **Dicionário da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

ALVEAL, C.M.O. **Senhorios Coloniais: direitos e chicanas forenses na formação da propriedade na América Portuguesa.** 1a ed. Leiria: Editora Proprietas, 2022.

ARAÚJO JÚNIOR, Pedro Pinheiro de. **"Não é terra de préstimo e nunca foi povoada": a territorialização dos sertões do Cabo de São**

Roque. 2019. 184f. Dissertação (Mestrado em História) - CCHLA, UFRN, Natal, 2019.

BARRETO, Cristiane Gomes; DRUMMOND, José Augusto. **Com açúcar e sem afeto: a cana e a devastação da Mata Atlântica Nordestina.** In: CABRAL, Diogo de Carvalho; BUSTAMANTE, Ana Goulart (org.). *Metamorfoses florestais: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica.* Curitiba: Prismas, 2016.)

BRANDÃO, A. **Cana-de-açúcar, Álcool e açúcar na história e no desenvolvimento social do Brasil: Séc. 16-20.** Brasília, Ed. Horizonte INL, 269p. 1984 223-239p.

CARDOSO, Alírio. **Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos Tempos da União Ibérica (1580-1655).** São Paulo: Alameda Editorial, 2017.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal.** 3.ed. Natal: IHG/RN, 1999.

DIAS, Thiago Alves. **Exploração colonial, extrativismo e produção escravista: aspectos gerais de História Econômica da Capitania do Rio Grande do Norte.** In: ALVEAL, C. M. O.; FAGUNDES, J. E.; ROLIM, L.; DIAS, T. A. (Org.). *História do Rio Grande(do Norte): história e historiografia.* 1. ed. Mossoró: EDUERN, 2021. v. 1. 545p .1.

EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

FARIA, Ivani Ferreira de. **Território e Territorialidades indígenas no Alto Rio Negro.** Manaus: EDUA, 2003.

GIL, Tiago Luís. **Recuperando terreno: o espaço como problema de pesquisa em história colonial.** *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 183-202, 2014.

HERZOG, Tamar. **Fronteiras da Posse: Espanha e Portugal na Europa e nas Américas.** Tradução de Thiago Hansen e Gustavo Cabral. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2019.

HESPANHA, António M. **“O Governo das Áustrias e a Modernização da Constituição Política Portuguesa”.** Penélope. *Revista de Ciências e História Social*, Lisboa, No 2, p. 49-73, fevereiro de 1989.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande.** Mossoró: Fundação Vingt-

Um Rosado: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.

MELLO, José Antônio Gonsalves de; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. **Cartas de Duarte Coelho a El Rei**. 2ª ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1967.

MONTEIRO, John Manuel. **Escravo índio, esse desconhecido**. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). **Índios no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994, p. 105-120.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAIS, A. L. S. **Acumulação e manutenção patrimonial da família Albuquerque Maranhão na capitania do Rio Grande: engenhos de cana-de-açúcar e sesmarias (do século XVII ao XIX)**. Revista de História, v. 24, n. 44, p. 80-105. Dourados: jul. / dez. 2022.

_____. **A formação e consolidação de um grupo de produtores de açúcar da nobreza da terra. Capitania de Pernambuco, séculos XVI-XVIII**. Dossiê - A história ambiental do capitalismo no mundo colonial, séc. XV-XIX. Tempo v. 28, n. 1. p. 178 - 197. Niterói: Jan-Apr 2022

PEREIRA, Elenize Trindade. **Das terras doadas ouvi dizer: doação de sesmarias na fronteira do império, capitania do Rio Grande (1600-1614)**. Historien (Petrópolis). Ano 5. n. 10, 2014.

_____. **De capitania donatária à capitania régia: o senhorio de João de Barros na "Terra dos Potiguaras": século XVI**. 159f. Dissertação (Mestrado em História) - CCHLA, Programa de Pós-graduação em História, UFRN, Natal, 2018.

PERRONE-MOISES, Beatriz. **Terras indígenas na legislação colonial**. Revista da faculdade de direito da USP. São Paulo, 2000.

SALVADOR, Frei Vicente de. **Fragmento da História do Brasil de 1627**. In: RIHGRN, vol. 1, nº1, jan. 1903.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **Guerra Indígena como Guerra Colonial na América Portuguesa do sec. XVI: Táticas e Estratégias Tupi na Conquista da Paraíba e do Rio Grande do Norte**. NUEVO MUNDO-MUNDOS NUEVOS, p. 1, 2020.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.

VALORES AXIOLÓGICOS NA EDUCAÇÃO: UM OLHAR ATRAVÉS DO ESTÁGIO

Marcelo Augusto Ferreira Andrade¹

Marcos Vinicius de Souza Marcelino²

Roseli Martins Tristão Maciel³

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar como a escola, frequentemente, reforça e transmite ideologias burguesas. A partir do relato de experiências vivenciadas durante o Estágio Supervisionado, refletiremos também sobre a burocratização do ensino, resultado desse processo de incorporação das ideologias burguesas no processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, entra em cena a disputa de valores no ensino, que envolve a axiologia e a axionomia. A dinâmica escolar é, portanto, moldada para atender a valores que visam, principalmente, preparar os alunos para o mercado de trabalho. Essa lógica, alinhada com os valores do mercado de trabalho, desconsidera a importância da cooperação, da solidariedade e do desenvolvimento integral dos estudantes.

Palavras-chave: Axiologia; Educação; Estágio.

Introdução

A escola observada foi um CEPI (Centro de Ensino em Período Integral) localizado no bairro Vila Industrial, em Anápolis, Goiás. As turmas acompanhadas foram as do 1º, 2º e 3º anos do ensino médio. As aulas observadas são, em sua maioria, de História, mas também acompanhamos aulas de Filosofia, ministradas pela mesma professora, que também é responsável pelas aulas de eletiva. A escola

¹ Marcelo Augusto Ferreira Andrade. Graduando do curso de História. Marceloandrade0603@outlook.com

² Marcos Vinicius de Souza Marcelino. Graduando do curso de História. 8marcos8vinicius8@gmail.com

³ Roseli Martins Tristão Maciel. Licenciada em História pela Universidade Católica de Goiás, mestre em História pela Universidade Federal de Goiás e doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente, efetiva, do curso de história da UEG e colaboradora do Mestrado em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado. Ministra, atualmente, as disciplinas Didática e Metodologia do Ensino de História I e II e orienta o Estágio Supervisionado em História. roseli.macieli@ueg.br

conta ainda com provas todas as segundas-feiras. Ou seja, além de nove aulas diárias, a professora também se encarrega de elaborar provas para todas essas disciplinas mencionadas no início de cada semana, o que resulta em aulas pouco ou quase nada elaboradas, não promovendo, assim, a reflexão e o pensamento crítico que são marcos no ensino de História. Isso mecaniza e engessa o processo de ensino e aprendizagem, limitando-se ao uso do livro didático como o principal instrumento didático pedagógico. É nesse contexto que o trabalho se torna relevante para a formação docente, na medida em que reflete sobre como o processo burocrático - fruto de um ensino axiológico - visa manter o *status quo* da sociedade.

Ao refletir sobre a axiologia no processo de ensino e aprendizagem, questionamos os objetivos, métodos e conteúdos abordados na educação de crianças e adolescentes. A partir de uma perspectiva axiológica do sistema educacional, o estágio evidenciou a presença marcante desse conceito no cotidiano escolar. A falta de infraestrutura, a excessiva burocracia e o ensino tradicional, caracterizado por uma rigidez metodológica, emergem como os principais pontos a serem analisados neste trabalho.

A Axiologia na educação

Toda sociedade é regida por valores e, em uma sociedade de classes, os valores máximos a serem observados são os da classe dominante. No caso da sociedade capitalista atual, esses valores são os da burguesia, que visam, propositadamente, uma maior produção. Dessa forma, nenhum elemento essencial para a manutenção do poder da classe dominante escapa da influência desses valores. A educação formal é um dos maiores exemplos.

Para a burguesia, a educação possui uma grande função: a formação da mão de obra. O capitalismo não existiria sem trabalhadores; os burgueses, por si sós, nada produzem. Assim, a mão de obra precisa ser educada e "moldada" desde os primeiros anos de

vida, de modo a atender às necessidades do capital. Uma sociedade em desenvolvimento industrial, por exemplo, necessita que esses trabalhadores aprendam, de forma ordenada, a respeitar a hierarquia.

Nota-se, portanto, a presença de uma luta de valores entre a axiologia e a axionomia.

A axiologia é uma determinada configuração dos valores dominantes, inautênticos, particularistas e axionomia uma determinada configuração dos valores autênticos. Obviamente que os valores dominantes podem assumir diversas formas (pode, inclusive, mesclar-se com valores autênticos, mas tornando-os subordinados). É por isso que a axiologia é uma determinada configuração, e podem existir diversas configurações dos valores dominantes. Assim, o poder pode ser o valor fundamental e subordinar todos os demais valores para uma determinada formação axiológica, enquanto que em outra pode ser o dinheiro. O mesmo ocorre com a axionomia, pois, apesar de manifestar valores autênticos, os indivíduos que o fazem estão submetidos à sociedade capitalista e não estão livres da influência da cultura e dos valores dominantes. (VIANA, 2016. P.6)

Nesta batalha de valores, o sistema educacional, ainda que resistente, encontra-se em constante luta devido ao trabalho de educadores corajosos que buscam transmitir valores que contrapõem aqueles privilegiados pela burguesia. É claro que essa é uma batalha árdua, pois a luta contra um sistema como o capitalismo não é fácil.

Passemos à análise de como essa luta de valores se manifesta no colégio observado. Avaliaremos se há resistência ou se os valores axiológicos se mostram quase unânimes.

A falta de infraestrutura é um dos principais desafios enfrentados pelo colégio. Além da limitação do espaço, que impacta diretamente a qualidade do ensino, a instituição apresenta outras deficiências. As salas de aula, por exemplo, apresentam condições precárias, com paredes rachadas, falta de ventilação adequada e

equipamentos obsoletos. Embora todas estejam equipadas com televisores, o tamanho reduzido destes nas salas dificulta a visualização para os alunos nos fundos.

A localização do colégio, próximo a bairros como o Central e o Jundiaí, poderia ser um ponto positivo, mas a aparência externa da instituição transmite uma imagem negativa. O prédio, pintado apenas do lado da avenida, e a entrada pouco convidativa e inacessível, geram uma primeira impressão negativa.

A própria escola, enquanto prédio, é um lócus voltado para atividades especializadas (ensino, aprendizagem, segundo a ideologia dominante) que revela valores e imposição disciplinar. Além da organização espacial, a ação extrapedagógica também busca efetivar disciplinamento (filas, cantar hino nacional, locais especializados para atividades especializadas, etc.). A forma e o conteúdo do ensino também visam efetivar controle, tal como os horários e procedimentos de controle dos alunos, que reproduzem as formas efetivadas no processo de trabalho nas empresas capitalistas. A legislação produzida pelo estado institui o sistema de exames e presença obrigatória, mais uma forma de exercer o controle. (VIANA, 2016. P.8)

Quanto à questão burocrática da escolha do colégio, o contato com a direção e coordenação mostrou-se bastante difícil. Foi necessário um grande empenho para que a escola aceitasse desenvolver o estágio. A forma de acolhimento foi bastante ríspida.

Acredito que essa dificuldade se deva à forma burocrática como as escolas são cobradas. Aquelas que não demonstram, ou melhor, não “maquiam” os índices de educação de acordo com as exigências governamentais, não recebem o reconhecimento ou a verba necessária para desenvolver a infraestrutura.

Dessa forma, a escola demonstra maior preocupação com os índices estatísticos do que com a oferta de um ensino que promova a emancipação e a reflexão dos alunos. Consequentemente, a aceitação

de novos estagiários não se configura como um fator positivo na visão da instituição. Não se observa uma necessidade de incorporar novos projetos ou perspectivas a um modelo de ensino já consolidado pela direção.

O cenário do Novo Ensino Médio pode ser um dos grandes vilões nesse processo, pois ele torna disciplinas como História, Geografia e Sociologia opcionais, substituindo-as por aulas de empreendedorismo. A escola em questão, embora resista à utilização dos livros didáticos do Novo Ensino Médio, ao utilizar materiais antigos, não demonstra uma alternativa eficaz para combater um ensino positivista.

Pelo contrário, o ensino praticado na escola segue a linha do tradicional, que não incentiva o diálogo e a reflexão ativa. As aulas são marcadas pela exposição e pela preparação para provas, o que pouco prende a atenção dos alunos. Eles vivem em um ciclo repetitivo de cobranças semanais para obter bons resultados nas chamadas “provas de bloco”.

Assim, a educação transmitida aos alunos baseia-se, fundamentalmente, na obtenção de resultados, em um sistema que prioriza a prova do ENEM como principal porta de entrada para o ensino superior. Desde o 1º ano do ensino médio, tudo se resume à obtenção de um bom resultado nessa prova. Aqueles que não são aprovados no ENEM ou em outros vestibulares tendem a se tornar trabalhadores de baixa qualificação, perpetuando um ciclo de desigualdade.

A pressão exercida sobre esses alunos é enorme, levando muitos à desmotivação. Ao se perceberem incapazes de aprender determinadas matérias, os estudantes internalizam essa crença. A metodologia utilizada em sala de aula, muitas vezes, não contribui para reverter esse quadro.

Sobre as aulas

As aulas observadas correspondem aos dias 20/09/24, 27/09/24 e 04/10/24. Vale ressaltar que, antes do período mencionado, fomos à escola observar algumas aulas; a questão burocrática da escola travou nossas observações, pois, segundo eles, faltavam documentos. Duas de nossas colegas de estágio chegaram até mesmo a ser ‘expulsas’ do colégio, por causa de questões burocráticas que teoricamente já estavam resolvidas.

A questão burocrática axiológica da escola muitas vezes, ou quase sempre, ‘trava’ o ensino. Por exemplo, em uma das aulas observadas, após o fim da última aula antes do almoço (11h55), estávamos conversando com a professora sobre a aula, e ela teve que sair correndo para bater o ponto, pois só teria 5 minutos para tal após bater o sino do último horário da manhã, o que tirou a oportunidade de algum aluno esclarecer suas dúvidas sobre o tema exposto durante a aula. Esse exemplo explicita bem como a questão burocrática ligada à axiologia interfere e limita o processo de ensino e aprendizagem. E não só isso, é a partir dela que o ensino se ergue e continua caminhando no Brasil.

No dia 27/09, observamos a aula e notamos algumas falas da professora que reforçam a ótica do capital sobre a educação. A professora estava dando uma aula sobre; As Grandes Navegações e notou que apenas um grupo pequeno de alunos (4) estava prestando atenção. Ela chamou a atenção dos demais e, após isso, virou-se novamente para o grupo e disse: “para vocês, é melhor que eles não prestem atenção; logo mais, eles serão seus competidores no mercado de trabalho.” Essa fala, além de fomentar a competitividade — que é uma das bases do sistema capitalista — ainda reforça a ideia de que a educação só serve como ferramenta para se ter um ‘bom emprego’ e ‘ser bem-sucedido’, repassando e difundindo a ótica burguesa e capitalista entre crianças e adolescentes.

Assim, a escola reproduz a divisão social e repassa os valores dominantes, incluindo o da ascensão social. O indivíduo é preparado para uma adesão à sociedade capitalista, através da disciplina, dos saberes e valores repassados pela escola. A própria educação, como meio de ascensão social, reproduz um valor dominante. (VIANA, 2016. P. 9 e10)

A rigidez metodológica da professora também é digna de análise. Esse tradicionalismo metodológico é fruto do projeto de ensino do colégio, focado na formação do aluno para ser um futuro trabalhador. O projeto referido também visa preparar o aluno para provas como a SAEGO-GO, com o objetivo de aumentar a nota do colégio e ganhar um destaque regional maior. A partir do ano que vem, o colégio também aceitará alunos do oitavo ano, para, nas palavras do próprio diretor da escola, “prepará-los melhor para a SAEGO”, prova essa feita pelos alunos do 9º e 3º ano. Voltando para a professora, o que vimos foi um ensino tradicional focado na memorização dos conteúdos, visando um melhor resultado nas provas. A professora faz pouco uso de slides ou outras ferramentas didáticas pedagógicas além do livro didático. O que observamos foi uma professora sem muita autonomia em suas aulas, engessada nas burocracias que a cercam e que encurralam a escola e seus métodos de ensino, resultando, assim, em aulas sem qualquer tipo de reflexão e muito ligadas ao ensino tradicional e rígido.

Na nossa última visita à escola, no dia 04/10, participamos do conselho de classe dos professores. Antes de serem colocadas pautas sobre os alunos, metodologias a serem usadas em determinados casos, alunos atípicos, entre outros assuntos abordados nesse conselho de classe, o diretor do colégio falou um pouco. Tal discurso sustentou todas as ideias axiológicas abordadas neste artigo. Antes de seu discurso, o diretor escreveu no quadro, em letras grandes: “Acredite no seu potencial. Voe alto, conquiste.” Logo após, deu início à sua fala.

Seu discurso baseava-se em uma perspectiva totalmente empresarial da educação; valores como o trabalho em equipe foram os mais disseminados. Suas falas vão totalmente de encontro aos valores axiológicos; através da ótica empresarial, os professores não são vistos como formadores de pessoas, como educadores; são vistos apenas como mais uma engrenagem nessa grande roda do capital que favorece a burguesia e seus valores.

Considerações finais

Em suma, a situação da educação encontra-se, em grande parte, dominada por valores axiológicos específicos. Nesse contexto, faz-se necessária uma resistência por parte dos educadores, buscando os verdadeiros valores universais que são defendidos pela axionomia. Enquanto existir uma sociedade de classes, os valores da classe dominante tenderão a prevalecer. “No entanto, o papel do educador nunca deve ser o de desistir. Lavar as mãos do conflito entre os poderosos e os impotentes significa ficar do lado dos poderosos, não ser neutro. O educador tem o dever de não ser neutro.” (FREIRE, 2000, p. 50).

Assim, uma educação com bases axionômicas levaria os alunos a uma melhor reflexão sobre os temas abordados em sala de aula e permitiria ao professor maior autonomia para desenvolver suas aulas e métodos de ensino, rompendo com o mecanicismo muitas vezes observado em sala de aula.

Referências

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2000.

SIMAN, Lana Mara de Castro, Marco Antônio. Livro didático de História: um objeto de interesse público, WEB Artigos, julho de 2009.

VIANA, Nildo. Educação e Valores: da Axiologia à axionomia, sobre teorias, teóricos e temas relevantes em Educação. São Carlos, 2011.

MEU CORAÇÃO, MINHA PLANALTINA: UMA INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA PLANALTINENSE

Maria Gabriella Amaral Badu¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é abordar a Educação Patrimonial como um importante instrumento para o resgate e valorização da cultura e da história local e, principalmente, na luta contra o apagamento da história de Planaltina-DF, ocorrido com a transferência da capital. O estudo destaca a desconexão entre a educação e a identidade cultural da região, buscando enfatizar a importância do estudo da História Local para o fortalecimento do sentimento de pertencimento dos moradores da região. Ao reconhecer os patrimônios de Planaltina como elementos fundamentais da resistência e da memória planaltinense, buscou reconhecer, através da minha trajetória formadora como moradora de Planaltina-DF e futura pedagoga, como esses espaços podem ser usados para contribuir para a valorização da identidade planaltinense, promovendo a preservação da memória através da educação como base para a história e cultura da região.

Palavras-chave: Planaltina; Educação Patrimonial; História Local; Identidade Cultural; Patrimônio Cultural.

1. Guardiões da Memória e do Patrimônio: Território Cultural em Planaltina

A educação patrimonial é carregada de simbologias, por isso considerar seus elementos construtivos como a história regional, o espaço, a cultura e o meio ambiente são determinantes na abordagem do que chamamos de Território Cultural. De acordo com a professora Iassana Rodrigues (2023, p.51), esses fatores citados desempenham um papel relevante no processo de desenvolvimento humano, já que “cada vez mais os saberes locais, os saberes não estabelecidos nos

¹ Universidade de Brasília – UnB. mariagabriella.badu@gmail.com

paradigmas acadêmicos são situados como lugar das novas dinâmicas territoriais e culturais no horizonte planaltinense”.

O lugar, ao expressar cultura, assume a condição de mediador do processo de desenvolvimento do indivíduo histórico. Logo, se o indivíduo compreende o seu contexto histórico, ele cria a oportunidade de analisar a importância das construções antigas com suas singularidades estruturais, sendo assim, o significado simbólico da comunidade é ser guardião do patrimônio cultural (RODRIGUES, 2023, p.48).

É a partir dessa construção identitária do lugar com o sentimento do cidadão que o ocupa que surge o significado simbólico do termo Território Cultural (RODRIGUES, 2023, p.56). Segundo a autora, o patrimônio cultural local planaltinense deve apresentar a relação entre os elementos naturais e socioculturais. Sendo assim, os Territórios Culturais são projetos desenvolvidos que “objetivam reconhecer, valorizar, e se apropriar ativamente dos bens culturais, por meio dos processos de mediação cultural e integração, entre os espaços vivenciais da região, categoricamente educativos e culturais” (IPHAN *apud* RODRIGUES, 2023, p.58).

Para aprofundar um pouco mais, o professor Fernando Siviero em seu texto “Patrimônio Cultural e Educação: perspectivas cidadãs para outra esfera pública” (2014, p.18), discute que os bens culturais são pensados a partir do conceito de referências culturais, materiais ou imateriais. Segundo ele:

Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer; São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão distantes, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidades, são o que popularmente se chama de ‘raiz’ de uma cultura.” (IPHAN, 2000, p.29 *apud* SIVIERO, 2014, p.18)

Sendo assim, patrimônio cultural seria, portanto, um instrumento de cidadania. Considerar os sujeitos como detentores, atores e autores dos bens culturais é afirmar sua condição de cidadão como um membro ativo de uma sociedade ou grupo social (SIVIERO, 2014, p.18). Afirmar o protagonismo de seus bens culturais acarreta responsabilidades sociais, tais como: processos de autoconhecimento (individual e coletivo), fortalecimento da autoestima local, e a abertura de outros horizontes de vida (pública e privada).

A preservação do patrimônio cultural é um exemplo de exercício de cidadania, entretanto, ele só se torna um quando todo o processo preservacionista - de identificação, valoração, reconhecimento, proteção, preservação e salvaguarda de um bem - for realizado de forma corresponsável entre os detentores dos bens e o Estado (SIVIERO, 2014, p.19). Se a prática preservacionista se manter-deslocada, especializada e socialmente cega, surda e muda, segundo o autor, não condiz com a perspectiva da cidadania. A participação da vida pública, no que gere o patrimônio cultural é, por completo, uma condição para o exercício da cidadania.

Nesta visão, a educação patrimonial pode ser um instrumento para a realização do exercício de formação cidadã. Contudo, precisamos desfazer a ideia da educação patrimonial como um processo de alfabetização cultural, um projeto de conscientização ou uma ação de promoção (SIVIERO, 2014, p.19). Consoante o autor, ao perpetuar a educação patrimonial como processo de alfabetização cultural, estaremos promovendo uma práxis pedagógica da educação bancária, definida pelo pedagogo Paulo Freire:

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro (FREIRE *apud* SIVIERO, 2014, p.19).

À vista disso, o jurista Marcos Paulo de Souza (*apud* SIVIERO, 2014, p.19) reforça que as ações de educação patrimonial devem envolver a comunidade na gestão do patrimônio pelo qual ela é responsável, fazendo com que se apropriem e usufruam dos bens e valores que o constituem. É a partir do reconhecimento e valorização de referências pelas próprias comunidades detentoras que o processo coletivo e democrático de autoconhecimento e empoderamento criam laços de articulação social e local com os seus bens culturais.

A vida cotidiana, portanto, é uma prática pedagógica, pois encarar a aprendizagem é um processo que acontece para além dos muros da escola, um pilar importante da educação integral no que rege a educação patrimonial. Assim, promove o desenvolvimento integral dos sujeitos, “ao longo de seu processo de escolarização valendo-se de uma jornada escolar expandida, de espaços que ultrapassam os muros escolares e de conhecimentos, habilidades e competências que extrapolam os definidos pelos parâmetros curriculares” (SIVIERO, 2014, p. 20).

Ao admitir que as pessoas e os espaços são educadores, pois envolvem trocas de conhecimentos, valores e gestos, admitimos que os territórios são espaços onde se desenvolve cultura. Os territórios, segundo o geógrafo Milton Santos (1987), não são recortes geográficos, mas sim, espaços que se constituem socialmente pelas trocas de informações. A historiadora e comunicadora social Regina Pazzanese reforça:

Usar e compartilhar os territórios geram pertencimento e relação de comunidade entre as pessoas, que dialogam para construir suas subjetividades. Por meio da aprendizagem comunitária, os sujeitos desenvolvem autonomia para ocupar os espaços e se percebem criadores de cultura e não apenas espectadores. Defendida pelos situacionistas como antídoto para a espetacularização da vida, a participação ativa dos indivíduos em todos os campos da vida social pode ser uma saída para a fragmentação e o distanciamento comunitário (PAZZANESE *apud* SIVIERO, 2014, p.20).

Assim, as referências culturais se manifestam nos territórios através de signos e práticas, fortalecendo os laços comunitários e territoriais. Tomar o conceito de referências culturais, através do patrimônio cultural, é uma forma de ler o território e nele atuar. Assim, é possível torná-lo instrumento de mobilização que estimule o diálogo e a interação entre a diversidade de sujeitos que o abrange (SIVIERO, 2014, p.20).

Pensando nisso e no contexto planaltinense, o exercício da educação museal deve ser pensado como um processo de formação democrático e plural. Segundo os museólogos Carlos Daetwyler Xavier De Oliveira e Newton Fabiano Soares, no capítulo “O ABC dos Museus: relatos e experiências de sala de aula” (2014, p.23), no final da década de 1980, educadores do Museu da República iniciaram uma metodologia de trabalho voltada para educação patrimonial, na qual as crianças pudessem entender a conceituação e o trabalho dos museus relacionado ao patrimônio. O museu, resumidamente, é um dos palcos da relação homem/sujeito com o objeto/bem cultural, sendo assim, ele é uma consequência dessas relações com o espaço/território.

Ao se pensar nos museus, devemos pensá-los como campos multidisciplinares voltados para o trabalho com a memória social, pois é a partir deles que a construção do discurso deve ser determinada através da escolha de seus heróis, de suas histórias, crenças e lutas (OLIVEIRA, SOARES, 2014, p.24).

O ecomuseu, por sua vez, se torna um conceito onde o prefixo “eco” vem do entorno natural e social da ecologia. Criado nos anos 1970 na França, a concepção de ecomuseu é de aliar o homem, a natureza e a cultura, buscando valorizar o território e as relações que ali se desenvolvem. Partindo disso, e pelo ritmo de destruição do Cerrado, a criação simbólica de uma área territorial que abranja áreas de reservas, fragmentos e leitos de rios representando um laboratório da história do Distrito Federal, é necessário para produzir um espaço

territorial histórico social com a natureza, nutrindo o espaço pedagógico a partir do exercício da observação para a cidadania ambiental.

A proposta da criação do Ecomuseu da Pedra Fundamental em Planaltina, que abrange a região do Alto da Bacia do Rio Bartolomeu, foi fundamental como parte de um instrumento que “possibilita, fortalece e valoriza a beleza cênica, o equilíbrio ecossistêmico e ecológico e os resultados históricos do processo de ocupação” (TAMAIIO, 2017).

Como citado acima, segundo o professor de História, Irineu Tamaio (2017), o ecomuseu é um território cultural com o objetivo de conectar o social e a inclusão democrática, partindo do conceito ecológico, promove a educação do respeito ao meio ambiente, a formação da cidadania e a educação para a paz, o conhecimento e a ética como prática da promoção popular e progressista. Assim, sua dinâmica permite que a comunidade se sinta representada culturalmente e o ambiente possa ser preservado.

Tamaio (2017) reforça:

Para a criação do Ecomuseu a própria comunidade contribui na definição do território e se compromete a preservá-lo em suas características físico-ambientais e culturais. A partir dessa concepção a história da comunidade e seu patrimônio deixa de ser parte de coleções formalmente instaladas em espaços fechados (prédios) para ganhar uma dimensão pública, onde o acervo são as experiências vivenciadas no tempo e no espaço, em sua dinâmica. Diante do alarmante ritmo de destruição do Cerrado, é primordial a criação simbólica de uma área territorial já constituída de áreas de reservas, fragmentos e leitos de rios que representam um laboratório vivo de significações ambientais para a História do DF (TAMAIIO, 2017, Portal Cerratense).

Se o ecomuseu configura-se como um espaço territorial onde sua área representa a história sociocultural das relações humanas com a natureza, portanto, é um espaço pedagógico para o exercício da observação e contemplação. Em Planaltina, a proposta de criação do Ecomuseu da Pedra Fundamental, que abrange a região do Rio São

Bartolomeu, é um instrumento que possibilita e fortalece os valores citados.

A região do Ecomuseu abrange o obelisco da Pedra Fundamental sobre o Morro do Centenário em Planaltina-DF, sendo um espaço único na região do Distrito Federal. A área para a criação do Ecomuseu da Pedra Fundamental percorre um rico patrimônio material, além dos arredores da Pedra Fundamental, conta com o Morro da Capelinha - cenário utilizado como parte da Via Sacra, patrimônio imaterial de Planaltina - o Vale do Amanhecer, a Escola Técnica Federal - antigo Colégio Agrícola, hoje Instituto Federal de Brasília - a Fazenda Velha - área de repouso da Missão Cruls - e a Estação Ecológica de Águas Emendadas.

O Ecomuseu também abrange os patrimônios imateriais como objetos de estudo, como as festas religiosas, eventos importantes valorizados pelo povo tais como: A Festa do Divino, Via Sacra ao Vivo, Dia do Doutrinador e a Festa do Carro do Boi.

Segundo Rodrigues (2023, p.50):

O Ecomuseu da Pedra Fundamental do Distrito Federal abrange os núcleos rurais e visa a preservação e a valorização do monumento e do ambiente que ele foi edificado. Representantes de movimentos populares, ambientalistas e educadores constituíram um grupo, no intuito de viabilizar sua criação, buscando agregar indivíduos em torno de causas comuns, vinculado ao território e com a sustentabilidade socioambiental, local e regional. Em suas parcerias, o grupo almeja construir o entendimento e o reconhecimento dos territórios culturais, como lugares de potência educativa e criativa, atrelados à carga patrimonial (RODRIGUES, 2023, p.50).

Na prática, o território do Ecomuseu constantemente tem recebido professores e alunos de escolas públicas de várias regiões do DF, a fim de propiciar uma aula ministrada em um ambiente rico em história e beleza natural. A prática pedagógica, em suma, transformou o território para novas implementações, uma delas é a proposta de tombamento da Pedra Fundamental como parte do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que busca reconhecer o patrimônio de

forma significativa, valorizando e garantindo ao nosso povo “um lugar de honra na história” (TAMAIO, 2017).

Os desafios para a construção de uma sociedade que valorize seu bem cultural são imensos, por isso, para que isso seja possível, é necessário que o jovem seja inserido nessa discussão. Em concordância com Rodrigues (2023, p.63), a partir da análise dos conceitos como ecologia, história e patrimônio, é essencial que os jovens planaltinenses problematizem e se reconheçam dentro da dinâmica territorial de seus bens culturais.

Ao concluir este subtópico, estabelecemos uma base para o entendimento da importância do reconhecimento e valorização do território cultural em Planaltina-DF. No próximo subtópico, adentro em um estudo de caso sobre o centenário da Pedra Fundamental em Planaltina-DF, buscando analisar o projeto cultural dos alunos da escola CED Stella dos Cherubins Guimarães Trois juntamente com o Ecomuseu sobre a importância de reconhecer e celebrar o território cultural do Ecomuseu da Pedra Fundamental.

2. Uma Mensagem para o Futuro: O CED Stella dos Cherubins Guimarães Trois de Planaltina-DF Fazendo História

A transversalidade da Educação Patrimonial no Currículo em Movimento do Distrito Federal, assim como citado anteriormente, é fruto do reconhecimento dos saberes escolares tendo como base a História como um dos pilares para a Educação Integral. Partindo disso, ao promover uma política pública de Educação Patrimonial, vinculada aos conceitos do currículo, evidenciar temas e conceitos ligados à importância do Patrimônio Cultural é destacar o mesmo em sua perspectiva da História Regional (RODRIGUES, 2023, p.101).

Desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), em 1937, conhecido hoje como IPHAN, houve uma manifestação de documentos, iniciativas e projetos a respeito de ações educativas como “estratégias de proteção e preservação do

patrimônio sob sua responsabilidade, dentro dos campos de discussões teóricas e conceituais sobre a metodologia de atuação que se encontram na base das políticas públicas do Estado” (FLORÊNCIO, 2019, p.1). Ao se consolidar o entendimento da educação como processo de uma construção coletiva e dialógica do conhecimento, considerando os educandos como sujeitos históricos e transformadores de suas realidades territoriais, de acordo com Florêncio (2019, p.5), foi necessário também reconhecer o princípio da efetividade da política pública sobre a capacidade da sociedade participar, decidir e avaliar ações e serviços sobre o reconhecimento da educação patrimonial como um processo permanente a partir da abordagem dialógica e construtiva das políticas de identificação, proteção, apropriação e valorização do patrimônio cultural.

Um marco importante foi a Portaria Iphan n. 137/2016, que estabeleceu diretrizes de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio que “tem como objetivo instituir um conjunto de marcos referenciais para a educação patrimonial enquanto prática transversal aos processos de preservação e valorização do patrimônio cultural” (FLORÊNCIO, p.7, 2019). O artigo 3º da portaria traz:

Incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais; integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas; valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais; favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural, evidencia aspectos fundantes à ação no campo (IPHAN *apud* Florêncio, 2019, p.7).

As políticas educativas, ao se afastarem de ações centradas dos acervos museológicos e restritas, como afirma Florêncio (2019, p.11), passam a compreender os espaços territoriais como um documento vivo, sendo possível realizar variadas leituras e interpretações por meio de estratégias educacionais, potencializando a

interseccionalidade entre os espaços tradicionais de aprendizagem aos equipamentos públicos, tais como praças, bibliotecas, centros comunitários e entre outros.

Outro marco importante na construção das políticas públicas é o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB 9394/1996, prevê em seu art 1º:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Outras portarias importantes para a construção das políticas de transversalidade e interseccionalidade da Educação Patrimonial são: a Portaria Nº 265, de 16 de Agosto de 2016 da Secretaria de Estado de Educação, que dispõe em seu parágrafo único que, “a Educação Patrimonial engloba práticas político-pedagógicas transformadoras e emancipatórias capazes de promover a ética global e a cidadania sociocultural” (SEEDF, 2016), o art 4º destaca seus objetivos, na qual ressaltamos que é fundamental:

IX - fortalecer a cidadania, a autodeterminação dos povos e a solidariedade como fundamentos para o futuro sustentável da humanidade; e

X - inserir essa temática nos Projetos Político-Pedagógicos das Unidades Escolares de forma multi, inter e transdisciplinar. (SEEDF, 2016)

A Portaria Conjunta Nº 17, de 19 de outubro de 2017, também da Secretaria de Estado de Educação, ao considerar as ações referentes à Política de Educação Patrimonial da SEEDF da Portaria Nº 265, de 16 de agosto de 2016, estabelece em seu art 1º que:

I - Promover visitas mediadas e ações pedagógicas, na perspectiva da Educação Integral, para que os estudantes da Rede Pública possam superar a visão fragmentada da realidade e construir redes de saberes por intermédio da construção e reconstrução do conhecimento do patrimônio material e imaterial artístico e cultural do Distrito Federal;

II - Oportunizar à comunidade do Distrito Federal a participação em atividades orientadas que proporcionem condições para o diálogo com as áreas das linguagens artístico culturais e com os diferentes atores envolvidos com a Política de Educação Patrimonial; (SEEDF, 2017)

Ao pensar nesta dimensão da educação, juntamente com o processo de ensino-aprendizagem e da transversalidade, a escola CED Stella dos Cherubins Guimarães Trois, que carinhosamente irei chamar de CED Stella ao longo deste capítulo, foi parte de um projeto ativista crucial da agenda do Centenário da Pedra Fundamental, juntamente do Ecomuseu da Pedra Fundamental, para uma contribuição rica e única da valorização da História Regional planaltinense no exercício da formação cidadã dos alunos e de proteção do bem cultural da cidade.

O projeto iniciou-se no ano de 2022, a partir da ideia de participação das comemorações do Centenário da Pedra Fundamental fundamentada pelas conversas entre a coordenadora da escola, Mara Müller, e o professor, historiador e coordenador do Ecomuseu, Robson Eleutério. Segundo a professora Jhenifer Santos (2023, p.102), assumindo o protagonismo da comemoração, a equipe teve como objetivo fazer com que diferentes grupos e gerações se conhecessem e compreendessem melhor uns aos outros, promovendo o respeito às diferenças e o reconhecimento da pluralidade e alteridade entre eles.

A organização da participação escolar foi realizada pelo professor Eleutério. Inicialmente, a intenção era realizar um passeio ciclístico, mas a escola acabou se envolvendo profundamente na celebração. Santos (2023, p.105) indica que, no itinerário das Ciências Humanas, a escola fez um planejamento pedagógico acolhendo o Baú das Artes. Neste cenário, ocorreram visitas em territórios culturais, oficinas sobre o patrimônio e aulas de História Regional. Segundo a autora, o projeto só foi possível pela participação dos estudantes do Ensino Médio em Tempo Integral, ligados à disciplina de Escrita Criativa, sob orientação dos professores de Língua Portuguesa, professora Jhenifer Santos, e do professor de História de Planaltina,

professor Geraldo Ramiere. Sob o olhar dos estudantes, o projeto mostrou que “é possível fazer uma conexão da história regional com a história do Brasil tendo como base a Eco-História, desenvolvida pelo pesquisador Paulo Bertran (2011)” (SANTOS, 2023, p.105).

A participação da comunidade estudantil foi de grande importância na conexão do público com a cidade. O projeto contou com visita de locais históricos da região, palestras sobre as unidades de conservação e do território cultural e suas diversidades, além de contar com um concurso de redação com o tema “Centenário da Pedra Fundamental - Uma Carta para o Futuro” dos alunos do CED Stella.

Figura 1. Mosaico do Centenário da Pedra Fundamental (2024)



Fonte: Patrimônio e Memória Planaltina. 2024. SINPRO/DF

A coordenadora Mara Müller, do CED Stella, enfatiza que as atividades realizadas durante esse período desenvolveram aprendizagens significativas e possibilidades de promoção de aulas com dinâmicas e valores exploratórios. Assim como Santos (2023, p.106) exemplifica, a atividade representou o rompimento da lógica formal da educação restrita dentro dos muros da escola, atingindo

para que o estudante consiga contextualizar o currículo com a compreensão da territorialidade, identidade, pertencimento que ele possui sobre a região, a si, sua vivência e, principalmente, sobre sua própria história.

As palavras da discente Sarah Crispim do CED Stella, exemplificam a importância desse sentimento puro que buscamos ao falar sobre patrimônio local:

A primeira vez que fui à Pedra Fundamental ficou marcada em minha memória, mas eu pensava: “é só uma pedra, por que é tão importante?”. Eu continuava pensando a mesma coisa até a visita técnica, pelo projeto “Baú das Artes”, pois mesmo estudando sobre a história do Brasil, a história daqui, vivendo aqui a minha vida toda, eu não me interessava e nem “queria” me interessar pelo que forma minha identidade. Lá, na oficina, eu comecei a entender um pouco mais da importância e da relevância da história da cidade que também é minha. Desde de pequena, eu e muitas pessoas fomos influenciadas a apreciar mais a cultura e a história dos países estrangeiros, em detrimento das nossas. Acho que era por isso que eu não me dedicava tanto a aprender nossa história. Tenho plena consciência que, no dia da oficina, eu não dei devida atenção sobre a história de Planaltina. Mas o que foi dito me tocou de alguma maneira. Mas o que me prendeu, me surpreendeu, foi a relação, um encontro que eu não imaginava: o da minha escola com a história da Pedra Fundamental, com a história que conecta Planaltina-Brasília-Brasil. Fiquei muito orgulhosa que a minha família do CED Stella está fazendo parte deste projeto. Planaltina eu te entendo agora! Tu és um verdadeiro baú de arte. (SANTOS, 2023, p.106)

A transversalidade do projeto transparece cada vez mais no depósito da cápsula do tempo, depositado no dia do Centenário da Pedra Fundamental. O depósito da cápsula partiu da iniciativa de ativistas que defendem o patrimônio cultural do DF, contendo materiais do mundo atual para serem reconhecidos pelas gerações daqui a 100 anos. Entre esses materiais foi depositada a carta vencedora do concurso de redação dos alunos do CED Stella. A iniciativa da cápsula do tempo, conforme Rodrigues (2023, p.40), pretende estimular o estudo da História Regional e da valorização da memória coletiva, além de dar enfoque na importância do

monumento histórico como parte do incentivo da ocupação do interior das terras goianas e da construção social do que é ser cerratense.

O projeto realizado pelos alunos do CED Stella é rico sobre o que falamos sobre transversalidade, educação e território cultural. Para os múseólogos Oliveira e Soares (2014, p.25), a educação hoje “não pode continuar a ser vista apenas como canal de transmissão de conhecimentos estabelecidos e sem ligação com a realidade do educando, sua maneira de ser, de viver, de pensar, de se comunicar, isto é, sem ligação com a sua cultura”. Partindo disso, o projeto Baú das Artes, junto com a Cápsula do Tempo, evidencia o que justamente devemos pensar ao conectar o jovem na proteção do bem cultural da cidade.

Ao utilizar da escrita e da cápsula do tempo, a escola conecta setores do currículo com a sua história, partindo do princípio da escrita. A partir dessa proposta, o estudante consegue compreender o seu papel no mundo como sujeito histórico, promovendo sua autorreflexão no mundo; identificar e documentar diferentes formas de fontes históricas; e valorizar a individualidade, a partir das lembranças e memórias vividas.

Ter uma história para lembrar e documentar é um disparador não só social, como também é emocional. Desabafar angústias, incertezas, momentos, memórias ajuda a construir uma noção do que queremos para o futuro. Constituir um processo de experiência rica em aprendizagens significativas é construir juntos um senso de responsabilidade para as gerações que estão por vir.

Assim como a mestra em memória social Milena Oliveira (2019, p.8) fortifica, se o patrimônio estabelece vínculos com as emoções e afetividade, podemos pensar na memória como um bem para ser preservado, nas suas formas de lembranças e narrativas. Corroborando:

Desse modo, o patrimônio pode ser também reivindicado como vínculo memorial, afetivo, em que as lembranças gravadas no passado sejam atualizadas a partir do

trabalho de memória de modo que o reconhecimento se dê como forma de preservar a si próprios no presente (OLIVEIRA, 2019, p.9).

Ao finalizar o projeto de educação patrimonial e tudo o que foi produzido a partir dele, fica a certeza de que “compreendemos que todos os sujeitos devem trabalhar em conjunto, a partir da troca de experiências e informações, com a meta de criar oportunidades de aprendizagem para todos os jovens, adultos e idosos” (DISTRITO FEDERAL *apud* SANTOS, 2023, p.109).

Finalizo por aqui ressaltando que o projeto, feito em parceria com o CED Stella, o Ecomuseu da Pedra Fundamental e o projeto Baú das Artes, é um marco no que falamos sobre História Regional. Ao reconhecer que nossos bens culturais, no contexto que estamos inseridos, tem seus significados associados à memória local, os estudantes aplicam a mediação proposta para uma construção coletiva do conhecimento, vinculado intrinsecamente ao poder da comunidade sobre sua importância de identificar, inventariar e produzir saberes locais na proteção e preservação do nosso patrimônio cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do processo de escrita deste trabalho, busquei explorar como a educação pode impactar na construção de valores e proteção da cultura e da memória, neste caso em específico, como o ensino da história local pode ser um importante instrumento para a proteção da memória planaltinense. Com base no que pude apresentar, concluo que projetos educacionais voltados para preservação da memória local devem ser considerados um recurso fundamental para garantir a mobilização social em prol do patrimônio cultural, pois, com base neles, é possível assegurar que a participação da comunidade incentive a formulação, implementação e proteção desse bem.

Ao dar espaço para a participação local, é possível construir uma coletividade onde - a partir da valorização da diversidade cultural, do fortalecimento da identidade local e da afirmação do sujeito - a comunidade, como produtora do seu saber cultural, reconhece suas referências e seus contextos vinculados à memória social local. Corroborando com Florêncio (2019, p.8), ao priorizar esses processos de escuta de diferentes narrativas dentro do território sobre os valores atribuídos ao patrimônio cultural, onde há uma grande expressão em diferentes dimensões, tanto físicas ou afetivas, é um resultado de processos de ressignificação desse patrimônio.

A partir da bibliografia estudada e das ações apresentadas, pude observar que essas ações educativas de promoção do patrimônio local devem se misturar a propostas educativas continuadas, e que as dinâmicas de projetos e encontros com a comunidade local são importantes ferramentas para a prática significativa da construção da identidade cultural e, principalmente, do reconhecimento dos sujeitos como parte de um coletivo. A perspectiva que almejo é que, somando esforços, possamos conquistar uma maior inserção da Educação Patrimonial como parte da formação escolar na realidade de Planaltina, principalmente no que diz respeito à postura e valorização dos seus espaços culturais.

Vygotsky fala em seu livro “A formação social da mente”, de 1998, que a ação do homem tem efeitos que são capazes de mudar o mundo e sobre o próprio homem através dos elementos e do processo de mediação, a partir da cognição, que ele chama de PPS (processos psicológicos superiores). Esses processos se desenvolvem durante a vida em situações de interação social, utilizando de instrumentos e signos que organizam e estruturam o ambiente e o pensamento. Esses instrumentos e signos, são socialmente e historicamente produzidos, que, pelo processo de mediação, incorporam a cultura, o domínio de modos culturais de agir e pensar, e de se relacionar com o outro e consigo mesmo.

Esse conceito é fundamental para o entendimento da atuação do educador no campo patrimonial. Entender que o campo do patrimônio se constitui de uma ação participante de atuação sócio-política, em contextos sócio-históricos de realidades e conflitos, envolve tomada de decisões somados ao desejo de projetar um futuro desses sujeitos em seus próprios territórios.

O campo da Educação Patrimonial não é apenas uma metodologia, ela deve ser utilizada com diversas abordagens para garantir que os processos de construção coletiva e planejamento de ações sejam implementadas. As experiências educativas são efetivas quando integradas na dimensão dos sujeitos que partilham desses espaços, o empenho em identificar e fortalecer vínculos com a comunidade e seu patrimônio cultural deve ser feito muito além do que preservar seus lugares e edificações, mas sim, em processos onde as políticas públicas devem associar os bens culturais como símbolos para a circulação de significados dentro da comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27883, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.html . Acesso em: 16 jul. 2024

DUARTE, Daiane Romio et al. Conexão entre pessoas e ambiente: uma revisão de literatura sobre topofilia. *Oculum Ensaio*, v. 18, 2021.

FLORÊNCIO, Sônia. Política De Educação Patrimonial No Iphan: Diretrizes Conceituais E Ações Estratégicas. *Rev. CPC, São Paulo*, n.27 especial, p.55-89, jan./jul. 2019.

OLIVEIRA, Carlos. SOARES, Newton. O ABC dos Museus: relatos e experiências de sala de aula. In: IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do Iphan na Paraíba. Casa do Patrimônio da Paraíba. Educação patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade. João Pessoa: Iphan, 2014.

PORTARIA 265 DE 16/08/2016. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/b8793aeb6e8e4bc5aa7817849384073f/Portaria_265_16_08_2016.html>. Acesso em: 16 jul. 2024.

PORTARIA CONJUNTA Nº17 DE 19/10/2017. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/b62dc092cd604ce98ee4667cfc45265c/Portaria_Conjunta_17_19_10_2017.html> Acesso em: 16 jul. 2024.

RODRIGUES, Iassana. Eleutério, Robson. A cápsula do tempo da pedra fundamental do DF: uma mensagem para o futuro. Brasília, DF: Ed. dos Autores, 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA (ED). Territórios Culturais. Disponível em: <[https://www.cultura.df.gov.br/territorios-culturais/#:~:text=O%20nome%20%E2%80%9CTerrit%C3%B3rios%20Culturais%E2%80%9D%20vem,pertencimento%20de%20um%20lugar%2Fterrit%C3%B3rio!](https://www.cultura.df.gov.br/territorios-culturais/#:~:text=O%20nome%20%E2%80%9CTerrit%C3%B3rios%20Culturais%E2%80%9D%20vem,pertencimento%20de%20um%20lugar%2Fterrit%C3%B3rio!>)>. Acesso em: 16 jul. 2024

SIVIERO, Fernando Pascuotte. Patrimônio Cultural e Educação: perspectivas cidadãs para outra esfera pública. In: IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do Iphan na Paraíba. Casa do Patrimônio da Paraíba. Educação patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade. João Pessoa: Iphan, 2014.

TAMAIÓ, Irineu. Ecomuseu da Pedra Fundamental. Portal Cerratense. Disponível em: <<http://cerratense.com.br/ecomuseupedra%20fundamental.html>>. Acesso em: 24 jun. 2024.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. A formação social da mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

“A REPRESENTAÇÃO DOS MOVIMENTOS AFRO-AMERICANOS DURANTE A DITADURA MILITAR: UMA ANÁLISE DO JORNAL CORREIO DA MANHÃ (RJ) ENTRE 1964 E 1968”¹

Mariana Lopes Lima²

RESUMO:

A pesquisa investiga a representação dos movimentos raciais afro-americanos no jornal *Correio da Manhã* (RJ) durante a ditadura militar no Brasil (1964-1968). O estudo analisa como o jornal se comportou com relação a essa temática, explorando a cobertura da luta pela igualdade e justiça social, com destaque para figuras emblemáticas como Martin Luther King Jr. Em um contexto de repressão e censura, busca-se compreender as tensões e silêncios na abordagem do jornal. Além de enfatizar a importância de uma narrativa crítica sobre a condição do negro e a resistência diante da opressão racial.

PALAVRAS CHAVE: Segregação racial; Estados Unidos, Ditadura Militar; Década de 1960.

Metodologia

A metodologia da pesquisa foi desenvolvida com base na análise de materiais disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital, plataforma que reúne um extenso volume de publicações jornalísticas importantes para a história brasileira. O processo de pesquisa envolveu a seleção criteriosa de palavras-chaves relevantes ao tema em estudo, as quais foram organizadas e analisadas de forma sistemática. O uso delas possibilitou a criação de uma planilha

¹ O artigo foi elaborado como relatório final do Programa de Iniciação Científica 2023/2024 da

Universidade de Brasília, sob a orientação do Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes do departamento de história da Universidade de Brasília.

² Departamento de História – UnB marianalopes.his@gmail.com. Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes. Departamento de História – UnB. arraes@unb.br

detalhada, que serviu para a catalogação e posterior consulta dos dados coletados, garantindo maior precisão na interpretação das informações.

Paralelamente, o acesso a fontes secundárias foi fundamental para aprofundar a compreensão do contexto histórico e social dos eventos, permitindo a construção de uma análise mais abrangente. Essas fontes possibilitaram um amplo escopo sobre o que acontecia nos Estados Unidos durante o período analisado, oferecendo uma base sólida para interpretar os dados primários e orientar a busca por informações pormenorizadas e pertinentes. Esse recurso ampliou a capacidade de identificar conexões relevantes entre os fatos históricos, contribuindo para uma interpretação mais precisa e fundamentada da pesquisa.

O cruzamento das informações coletadas permitiu uma visão mais completa do objeto de estudo, além de possibilitar a identificação de padrões recorrentes ao longo das publicações analisadas. As ocorrências foram organizadas de maneira metódica, favorecendo o fechamento das questões centrais da pesquisa e permitindo uma análise coerente com os objetivos estabelecidos.

Introdução

Os movimentos afro-americanos têm uma rica e complexa história, entrelaçada com as lutas por liberdade, igualdade e justiça social. Desde a Revolução Americana, que expôs as contradições entre os ideais de liberdade e a prática da escravidão, até as intensas batalhas dos direitos civis nas décadas seguintes, a trajetória da comunidade negra nos Estados Unidos é marcada por resistência e resiliência. Neste contexto, o *Correio da Manhã*, um influente jornal brasileiro, emerge como um veículo de comunicação que, embora operando sob o rígido controle da ditadura militar, buscou refletir e discutir as questões raciais contemporâneas.

Esta análise examina como o jornal retratou os movimentos raciais afro-americanos, destacando não apenas a figura emblemática de Martin Luther King Jr., mas também as tensões e silêncios que permeavam sua cobertura, especialmente em um período de repressão e censura. Angela Davis³ afirma que "a luta pela liberdade e justiça social não é uma luta apenas para os afro-americanos, mas uma luta que deve ser abraçada por todos que desejam uma sociedade justa." Essa perspectiva ressalta a universalidade das lutas por direitos, refletindo a necessidade de um discurso que una diferentes vozes e experiências.

Além disso, ao investigar essas representações, busca-se entender as complexidades da relação entre a imprensa e os movimentos sociais, bem como as implicações dessa dinâmica no contexto brasileiro. A análise proporciona uma compreensão mais profunda sobre a condição do negro e a luta contra a opressão racial. Frantz Fanon⁴ argumenta que essa luta transcende a simples busca por igualdade; trata-se também da construção de uma identidade própria em face da marginalização:

"O negro não é um homem. O negro é uma figura. O negro não tem história. O negro é uma história. A luta do negro, portanto, não é apenas uma luta por igualdade ou direitos, mas uma luta por reconhecimento, dignidade e identidade." (FANON, Frantz 1967)

O objetivo do artigo é contar uma historiografia a partir da representação adquirida nas páginas do *Correio da Manhã*, além de fornecer uma breve contextualização acerca da ditadura militar e do próprio jornal. Para melhor compreensão, este artigo foi dividido em dois blocos: "O contexto Brasileiro" e "Os Movimentos Afro-Americanos" e seus subtítulos.

³ Intelectual, filósofa e ativista americana pelos direitos civis e feminismo negro.

⁴ Psiquiatra e filósofo martinicano, conhecido por sua análise da descolonização e do impacto do colonialismo sobre a identidade e a psique dos colonizados.

1. O CONTEXTO BRASILEIRO

1.1 REPRESSÃO E RESISTÊNCIA: A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

O Golpe Militar de 1964 no Brasil foi um marco significativo na história do país, inaugurando um período de ditadura que perdurou até 1985. Entre os dias 30 de março e 9 de abril de 1964, militares e civis conservadores, insatisfeitos com o governo de João Goulart⁵, tomaram o poder de modo violento, marcando o início de duas décadas de repressão e censura. Esse momento histórico foi caracterizado por uma série de eventos que mudou profundamente a sociedade brasileira, impactando a vida política, econômica e social do país. A instalação do regime militar trouxe uma nova ordem, onde a liberdade e os direitos civis foram suprimidos em nome da segurança nacional e da estabilidade política, resultando em um período de grande turbulência e incerteza para o povo brasileiro.

João Goulart, presidente eleito em 1961, enfrentava crescente oposição devido às suas políticas progressistas, que incluíam as reformas de base, que visavam à desapropriação de terras e à nacionalização de setores estratégicos da economia, medidas que gerariam resistência entre os setores mais conservadores da sociedade. A situação foi exacerbada pela crescente influência dos Estados Unidos, que viam Goulart como uma potencial ameaça comunista. A presença de uma polarização ideológica no cenário internacional,

Nós do CORREIO DA MANHA defendemos intransigentemente em agosto e setembro de 1961 a posse do sr. João Goulart, a fim de manter a legalidade constitucional. Hoje, como ontem, queremos preservar a Constituição. O sr. João Goulart deve entregar o Governo ao seu sucessor, porque não pode mais governar o país. A Nação, a democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defendê-las. Nós continuaremos a defendê-las.

⁵ Conhecido como "Jango", foi presidente do Brasil de 1961 a 1964, sendo deposto pelo golpe militar de 1964.

impulsionada pela Guerra Fria⁶, que desempenhou um papel crucial na dinâmica política do Brasil. A combinação desses fatores criou um ambiente propício para o surgimento de um golpe militar, que foi justificado como uma medida supostamente necessária para salvar o Brasil do comunismo e da desordem.

Durante o regime militar, a censura e a repressão tornaram-se ferramentas comuns para manter o controle sobre a população e silenciar qualquer forma de dissidência. Segundo Gaspari⁷ em *A Ditadura Envergonhada*: "Os jornais foram alvo de censura sistemática, e muitos jornalistas foram perseguidos, presos e torturados" (GASPARI, 2002, p. 215). A repressão aos meios de comunicação foi uma das primeiras medidas adotadas pelo regime, visando controlar a narrativa pública e garantir que a oposição fosse silenciada. A liberdade de expressão foi severamente restringida, e qualquer tentativa de questionar ou criticar o regime era rapidamente sufocada. Esse controle rígido sobre a informação tinha como objetivo criar uma sensação de conformidade e consenso, onde a oposição política era marginalizada e deslegitimada.

Kushnir⁸, em *Censura, Imprensa, Estado Autoritário, Brasil*, destaca: "A repressão aos meios de comunicação foi uma estratégia deliberada para controlar a narrativa e silenciar qualquer forma de oposição" (KUSHNIR, 2004, p. 158). A censura se tornou uma prática comum, com a liberdade de imprensa sendo severamente restringida. Os jornais não apenas sofreram com a censura prévia, como também

Imagem 2: Manchete

O golpe de abril de 64 teve como principais resultados a contenção do ritmo do desenvolvimento nacional e a submissão do capital brasileiro ao capital estrangeiro. Atingiu em cheio a burguesia paulista. O Brasil inteiro sofreu com a instauração da ditadura militar que suprimiu a democracia e se voltou contra toda e qualquer manifestação de tendência nacionalista. Mas São Paulo foi, evidentemente, a unidade da Federação que saiu mais prejudicada.

Fonte: Correio da Manhã

⁶ Período de tensões geopolíticas entre os Estados Unidos e a União Soviética (1947-1991), marcado por disputas ideológicas, militares e tecnológicas, como a corrida espacial, mas sem confrontos diretos entre as superpotências.

⁷ Jornalista e escritor ítalo-brasileiro. Autor de uma série de livros sobre a ditadura militar no Brasil, considerada uma das mais detalhadas e amplamente pesquisadas.

⁸ Historiadora brasileira conhecida por seus estudos sobre censura e repressão no Brasil com destaque para seu trabalho sobre a censura no Estado Novo e na ditadura militar.

foram pressionados a seguir diretrizes rígidas impostas pelo governo militar. Os veículos de comunicação eram constantemente vigiados e, muitas vezes, obrigados a alterar ou omitir informações que poderiam ser consideradas subversivas ou contrárias aos interesses do regime. Além disso, a autocensura se tornou uma prática comum entre os jornalistas, que temiam represálias caso se envolvessem em matérias sensíveis.

1.2 DO APOIO AO CONFRONTO: O *CORREIO DA MANHÃ* NA DITADURA

O *Correio da Manhã* foi um dos mais influentes jornais do Brasil, com uma longa história que começou em 1901 e se estendeu até 1974. Fundado por Edmundo Bittencourt⁹, o jornal sempre se destacou por sua postura independente e por suas posições críticas em relação aos governos, o que se acentuou durante o período da ditadura militar.

Com a instauração do regime militar em 1964, o jornal, inicialmente, havia apoiado o golpe, acreditando que a intervenção seria uma solução para a instabilidade política e econômica do país. No entanto, à medida que o regime se consolidava e as práticas autoritárias se intensificaram, o *Correio da Manhã* começou a adotar uma postura crítica em relação ao governo militar.

“O jornal fez oposição cerrada ao presidente João Goulart. Os seus dois editoriais mais famosos são desse período: o "Basta!" (de 31 de março de 1964), que fez uma crítica violenta à política de Jango, e o "Fora!" (de 01 de abril), que exigia a renúncia do presidente” (Ribeiro,2000).

Suas manchetes e editoriais eram conhecidos por criticar abertamente a repressão, a censura e a violação dos direitos civis e humanos. Essa postura resultou em pressões constantes, desde a

⁹ Fundador do jornal *Correio da Manhã*, que foi um dos jornais mais influentes do Brasil no início do século XX, conhecido por suas posições políticas independentes e críticas aos governos.

censura prévia, ameaças diretas a jornalistas e donos do jornal até uma bomba jogada em sua sede em 1968:

Imagem 3: Ação terrorista no rio atinge correio da manhã (Título de

AÇÃO TERRORISTA NO RIO ATINGE CORREIO DA MANHÃ

Fonte: Correio da manhã (Hemeroteca Digital)

Apesar das dificuldades, o *Correio da Manhã* continuou a divulgar notícias e análises que questionavam as ações do governo militar. Sua coragem em manter uma linha editorial crítica fez com que o jornal se tornasse um símbolo de resistência e liberdade de expressão no Brasil. No entanto, a pressão constante e a perseguição acabaram levando ao fechamento do jornal em 1974, marcando o fim de uma era no jornalismo brasileiro.

2. OS MOVIMENTOS AFRO-AMERICANOS

2.1 DA INDEPENDÊNCIA À DIVISÃO: A ECONOMIA E A ESCRAVIDÃO NA AMÉRICA REVOLUCIONÁRIA

A Revolução Americana (1775-1783) inaugurou uma nova era para os Estados Unidos, evidenciando profundas divisões regionais, particularmente no tocante à escravidão. Enquanto o Norte desenvolvia uma economia industrial e comercial, o Sul permanecia dependente da agricultura e do trabalho escravo. Essas divergências econômicas e sociais foram um terreno fértil para tensões crescentes que culminariam na Guerra Civil Americana (1861-1865). A escravidão tornou-se um dos principais pontos de controvérsia, gerando debates intensos e polarizando a sociedade.

No Norte, a economia diversificada e a crescente industrialização fomentaram um movimento abolicionista cada vez mais influente. Argumentava-se que a escravidão era moralmente indefensável e economicamente retrógrada. Em contraste, no Sul, a

economia agrária dependia quase exclusivamente do trabalho escravizado para a produção de algodão, tabaco e outras culturas lucrativas. A elite sulista defendia a escravidão como essencial para sua prosperidade econômica e estilo de vida.

A Declaração de Independência dos Estados Unidos¹⁰ afirmava que "todos os homens são criados iguais", um ideal que se mostrava contraditório diante da realidade da escravidão. Esse contraste levantou debates intensos sobre a moralidade e a sustentabilidade dessa prática, expondo a contradição de uma nação que lutava por liberdade enquanto mantinha milhões em cativeiro. Somente décadas mais tarde, a 13ª Emenda¹¹ da Constituição, ratificada em 1865, aboliu formalmente a escravidão e o trabalho forçado em todo o território americano, exceto como punição para crimes. Essa emenda marcou o fim legal da escravidão, corrigindo uma longa história de hipocrisia nacional e trazendo o país um passo mais próximo do ideal de igualdade proclamado em sua fundação. Apesar disso, os crimes raciais continuaram de diferentes formas.

2.2 ALÉM DA ABOLIÇÃO: AS LEIS JIM CROW E A MARGINALIZAÇÃO DOS AFRO-AMERICANOS

Pós a Guerra Civil e a abolição da escravidão, os afro-americanos enfrentaram novas formas de opressão por meio das Leis Jim Crow¹². Implementadas no final do século XIX e início do século XX, essas leis institucionalizaram a segregação racial no Sul dos Estados Unidos. Impunham a separação entre brancos e negros em espaços públicos, como escolas, transportes e restaurantes, e restringiam severamente os direitos civis dos afro-americanos.

¹⁰ Declaração de Independência dos EUA (1776): documento que anunciou a separação das Treze Colônias da Grã-Bretanha e afirmou que todos têm direitos iguais e inalienáveis.

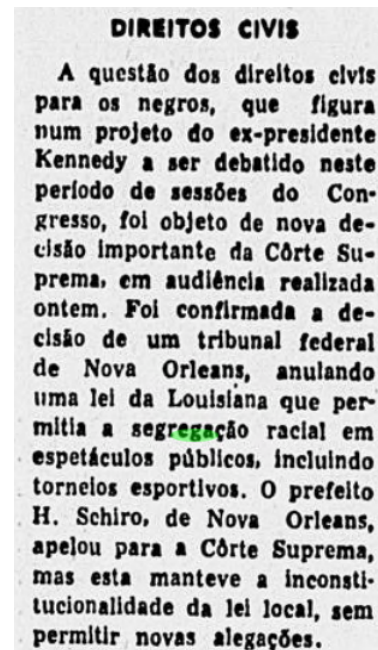
¹¹ 13ª Emenda da Constituição dos Estados Unidos, aprovada em 1865, que aboliu a escravidão no país após a Guerra Civil

¹² Essa expressão se refere ao personagem de mesmo nome criado por Thomas D. Rice que se inspirou em uma cantiga cantada por escravos durante seus períodos de descanso para criar uma figura que utilizava do *blackface* para ridicularizar as pessoas negras. (Herculano, A., & Alves, K.)

Segundo o historiador C. Vann Woodward¹³, as Leis Jim Crow foram uma resposta dos estados sulistas à reconstrução e ao avanço dos direitos civis dos negros. Perpetuaram a desigualdade racial e reforçaram a supremacia branca, estabelecendo um sistema de *apartheid* que durou até a década de 1960.

Além de segregar fisicamente os afro-americanos, essas leis também os marginalizaram econômica e socialmente. Frequentemente, eram impedidos de votar por meio de testes de alfabetização, taxas de votação e outras táticas discriminatórias. A segregação nas escolas públicas resultou em uma educação menor para os negros, perpetuando um ciclo de pobreza e desigualdade. Jill Lepore¹⁴, afirma que “Os segregacionistas preferiam fechar suas escolas que admitir negros”. Ademais, a violência racial, incluindo linchamentos, era uma ferramenta comum para manter a supremacia branca e intimidar a população negra.

Imagem 4: Matéria Direitos



Fonte: Correio da manhã

2.3 SUPREMACIA E OPRESSÃO: UM LEGADO DE VIOLÊNCIA

A década de 1960 nos Estados Unidos foi um período de profundas transformações sociais, especialmente para a comunidade afro-americana. Martin Luther King Jr., pastor batista, tornou-se o símbolo da resistência pacífica. Suas marchas e discursos, como o famoso "Eu Tenho um Sonho", inspiraram milhões a lutar por um futuro de igualdade racial por meio do pacifismo e do diálogo. King enfatizava que "a injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça

¹³ Historiador americano, especializado em história do sul dos Estados Unidos, conhecido por suas obras sobre segregação racial e pela interpretação das Leis de Jim Crow em uma perspectiva crítica.

¹⁴ Historiadora e escritora americana, autora de obras de divulgação histórica e crítica da política e sociedade dos EUA, abordando temas como desigualdade e história da nação.

em todo lugar". Por outro lado, Malcolm X¹⁵, associado à Nação do Islã¹⁶, advogou uma postura mais radical, que incluía a autodefesa e, em muitos casos, a separação dos brancos para alcançar a verdadeira liberdade e igualdade. Seus discursos incendiários destacavam a brutalidade policial e a violência sistêmica contra os negros.

Leandro Karnal¹⁷, em *História dos Estados Unidos*, discute como esses movimentos dos anos 60 foram moldados por um passado de violência racial. A violência contra afro-americanos tem raízes

Imagem 5: Matéria violência racial aumenta



Fonte: Correio da manhã (Hemeroteca)

profundas, remontando ao período da escravidão e continuando através das eras de segregação e das leis de Jim Crow. A violência era uma ferramenta para manter a supremacia branca e suprimir a busca por igualdade dos afro-americanos. Linchamentos, ataques de grupos como a Ku Klux Klan¹⁸ e a brutalidade policial eram métodos empregados sistematicamente para intimidar e

controlar a população negra. A década de 1960, com todas as suas lutas e conquistas, permanece como um testemunho da resistência e da coragem da comunidade afro-americana em face da opressão,

¹⁵Ativista e líder afro-americano, defensor do nacionalismo negro e dos direitos civis, associado à Nação do Islã antes de seu rompimento com a organização.

¹⁶ Organização religiosa e política afro-americana fundada nos EUA na década de 1930, que busca promover o empoderamento econômico e social dos negros, inicialmente sob uma perspectiva de separação racial.

¹⁷ Historiador e filósofo brasileiro, conhecido por seu trabalho em ética, filosofia e história, além de sua presença em programas de divulgação cultural e acadêmica.

¹⁸ Grupo extremista de supremacia branca nos EUA, formado após a Guerra Civil e conhecido por sua oposição violenta aos direitos civis dos afro-americanos e ao avanço da igualdade racial.

reforçando a contínua necessidade de vigilância e ação contra o racismo e a violência.

2.4 PROTESTOS E MARCHAS: A FORÇA DA AÇÃO COLETIVA

As marchas e protestos foram estratégias cruciais do Movimento dos Direitos Civis. A Marcha sobre Washington em 1963, que reuniu mais de 250.000 pessoas, foi um marco na luta pelos direitos civis e ajudou a pressionar o governo a aprovar a Lei dos Direitos Civis de 1964. Essa lei proibiu a discriminação baseada em raça, cor, religião, sexo ou origem nacional, marcando uma vitória significativa para o movimento. Outro evento importante foi a marcha de Selma a Montgomery, que expôs a violência e a repressão enfrentadas pelos afro-americanos no Sul. As imagens de manifestantes sendo atacados pela polícia com cassetetes e gás lacrimogêneo chocaram a nação e galvanizaram o apoio público para a causa dos direitos civis.

As marchas e protestos não apenas chamaram a atenção para as injustiças enfrentadas pelos afro-americanos, mas também demonstraram o poder da ação coletiva. Esses eventos mostraram que, quando as pessoas se unem em prol de uma causa comum, podem provocar mudanças significativas. As marchas também serviram como uma plataforma para líderes do movimento, como Martin Luther King Jr., expressarem suas demandas e inspirarem outros a se juntarem à luta. A coragem e a determinação dos manifestantes, muitos dos quais vítimas de violência e prisão injusta, foram fundamentais para o sucesso do movimento. Essas ações ajudaram a criar um senso de solidariedade e propósito entre os participantes, fortalecendo o movimento e aumentando sua eficácia.

Imagem 6: Selma Alabama.

SELMA (Alabama), NOVA YORK e COPENHAGUE (AP-FP-CM) — Quinhentos manifestantes negros, entre os quais se encontravam freiras, um sacerdote católico e 20 pastôres protestantes, todos de raça branca, partiram, ontem, de uma pequena igreja de Selma, Alabama, para se dirigir ao tribunal da cidade, mas à pouca distância foram detidos pelo prefeito da cidade, Joseph Smitherman, que havia comunicado pessoalmente pela manhã que qualquer manifestação estava proibida.

Fonte: Correio da manhã

2.5 O PACIFISMO DE UMA FIGURA

Martin Luther King Jr. emergiu como uma das figuras mais proeminentes do Movimento dos Direitos Civis na década de 1950. Inspirado pelos princípios da não-violência de Mahatma Gandhi¹⁹, King liderou campanhas pacíficas contra a segregação e a discriminação racial. Conhecido por seus discursos, ele acreditava que a desobediência civil pacífica era a chave para alcançar mudanças sociais. Foi responsável por organizar e participar de várias marchas e protestos, incluindo a famosa marcha de Selma a Montgomery em

1965, que destacou a brutalidade policial contra manifestantes pacíficos e levou à aprovação da Lei dos Direitos de Voto de 1965. Em 1964, King ganhou o Prêmio Nobel da Paz por seus esforços incansáveis na luta contra a segregação e a injustiça racial.

A liderança de King foi crucial para o avanço dos direitos civis nos Estados Unidos. Ele não apenas mobilizou milhares de pessoas para protestar contra a injustiça, mas também conseguiu



atrair a atenção internacional para a causa dos direitos civis. Através de suas ações e discursos, King conseguiu unir pessoas de diferentes raças e origens em uma luta comum pela igualdade. Sua abordagem pacífica e sua capacidade de inspirar esperança e determinação em seus seguidores fizeram dele uma figura central no movimento. A trágica morte de King em 1968

¹⁹ Líder indiano que promoveu a independência da Índia do domínio britânico através da filosofia de resistência não-violenta, ou *satyagraha*.

foi um golpe devastador para o movimento, mas seu legado continua a inspirar ativistas em todo o mundo.

Imagem 8: Morte de king (Título de manchete).



Fonte: Correio da manhã (Hemeroteca Digital).

Conclusão

Ao longo da pesquisa, constatou-se que o *Correio da Manhã* continuou a cobrir os movimentos raciais de forma esporádica, sendo a figura de Martin Luther King Jr. a mais destacada no tratamento do tema. O nome do líder ativista se configura como a palavra-chave de maior recorrência ao longo do levantamento, o que evidencia sua centralidade na abordagem das questões raciais pelo periódico. Durante a década de 1960, Martin Luther King Jr. era considerado uma figura de grande notoriedade, comparável a uma celebridade internacional.

Um aspecto digno de atenção é a ausência da notória fotografia de Tommie Smith²⁰ e John Carlos²¹, que haviam levantado o punho em saudação ao movimento *Black Power*²² no pódio das Olimpíadas de 1968, na cidade do México. O gesto, que se tornou um ícone de resistência política contra o racismo, foi excluído das páginas do *Correio da Manhã*, que apenas emitiu uma breve nota após os atletas serem penalizados por suas manifestações políticas. Tal omissão reflete as tensões existentes no tratamento do tema por parte da

²⁰ Atleta americano, vencedor da medalha de ouro nos 200 metros nos Jogos Olímpicos de 1968, no México.

²¹ Atleta americano e vencedor da medalha de bronze nos 200 metros nos Jogos Olímpicos de 1968, no México.

²² Movimento político e social que surgiu nos EUA nos anos 1960, enfatizando o orgulho negro, a resistência contra o racismo e o empoderamento econômico e cultural da comunidade afro-americana.

imprensa brasileira, particularmente em um período de intensa repressão.

Ao analisar a trajetória do *Correio da Manhã*, observa-se que o apoio do jornal à ditadura pode ser interpretado como uma decisão

Imagem 9: Olimpíadas no México..



Fonte: John Dominis/The LIFE Picture Collection via Getty Images

que, à época, parecia ser fruto de uma postura ingênua, sem antever os desdobramentos autoritários que se acentuariam nos anos seguintes. Assim, noticiar os movimentos negros nos Estados Unidos, embora representasse uma atitude ousada, permitiu ao jornal carioca expor, ainda que de maneira limitada, parte das lutas e repressões enfrentadas pela comunidade afro-americana, estabelecendo um interessante paralelo com a própria conjuntura política e social brasileira daquele

período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLO, J. D. (2018). À espera da política: a intervenção do crítico de arte Mário Pedrosa no debate político entre 1945 e 1968 na imprensa. ANPOCS.

CORREIO DA MANHÃ. Correio da Manhã: o jornal da capital federal desde 1901. Disponível em: <<https://www.correiodamanha.com.br/especiais/2024/07/147191-correio-da-manha-o-jornal-da-capital-federal-desde-1901.html>>. Acesso em: 27 out. 2024.

CORREIO DA MANHÃ. A trajetória do Correio da Manhã contada pelos fatos históricos. Disponível em: <<https://www.correiodamanha.com.br/especiais/2024/07/147282-a-trajetoria-do-correio-da-manha-contada-pelos-fatos-historicos.html>>. Acesso em: 27 out. 2024.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KARNAL, Leandro et al. *HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS: DAS ORIGENS AO SÉCULO XXI*. Contexto, 2011

Herculano, A., & Alves, K. (2020). O BLACKFACE NO CARNAVAL BRASILEIRO E A LEGITIMAÇÃO DO RACISMO RECREATIVO. *Das Amazônias*, 3(1), 04-15. Recuperado de <https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/3483>

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos Anos 50*. Rio de Janeiro, E-papers, 2000, 362p. <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/10420>

LEAL, Carlos Eduardo. "Verbetes Correio da Manhã". In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós 1930*. FGV-CPDOC, [2001?]. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>

FOLHA DE SAO PAULO. O silenciamento do "Correio da Manhã". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/10/11/caderno_especial/4.html. Acesso em: 27 out. 2024.

OLYMPIC GAMES. *Jogos Olímpicos de Verão Cidade do México 1968*. Disponível em: <https://olympics.com/pt/olympic-games/mexico-city-1968>. Acesso em: 27 out. 2024.

LEPORE, Jill. *Estas Verdades: A História da Formação dos Estados Unidos*. Tradução de André Czarnobai e Antenor Savoldi Jr1. São Paulo: Intrínseca, 2020.

DAVIS, Angela. *Women, Race, & Class*. Vintage Books, 1983.

FANON, Frantz. *Black Skin, White Masks*. Grove Press, 1967.

DAVIDSON, James W. *Breve História dos Estados Unidos*. L&PM, 2016.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. Editora Intrínseca, 2002.

LINHARES, Maria Yedda. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

STONE, Oliver; KUZNICK, Peter. *A História Não Contada dos Estados Unidos*. Faro Editorial, 2015.

"ENTRE A PESQUISA E A PRÁTICA: DESAFIOS NA DIVULGAÇÃO HISTÓRICA EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS"

Izabel March Mieto de Sá¹

Mariana Lopes Lima²

RESUMO

O texto discute os desafios e os resultados de uma pesquisa histórica conduzida pela equipe de História do Centro Cultural do TCU sobre o acervo museológico do Tribunal de Contas da União (TCU), com ênfase na coleção de mobiliário. A investigação teve como objetivo principal analisar a relevância cultural e histórica das peças, considerando os contextos social, político e econômico em que estão inseridas, além de contribuir para a documentação museológica. Organizado em duas categorias, coleção histórica e coleção moderna, o estudo identificou padrões de aquisição, estilos e significados atribuídos aos objetos, culminando na elaboração de um catálogo que reforça a memória institucional e a importância do design brasileiro. Ademais, o texto destaca o papel estratégico das redes sociais e de ferramentas digitais na ampliação do alcance das ações de divulgação histórica, favorecendo maior engajamento público.

Palavras-chave: Acervo mobiliário; Divulgação histórica; Memória institucional; Museus; Instituições públicas.

1. Contexto institucional: o Centro Cultural TCU e o Museu do TCU

A presente comunicação tem como objetivo discutir os desafios enfrentados no processo de pesquisa histórica realizado no acervo museológico do Museu do Tribunal de Contas da União (TCU), com ênfase em sua coleção de mobiliário. Esse trabalho foi conduzido ao

¹ Universidade de Brasília. izabelmarch.m@gmail.com

² Universidade de Brasília. marianalopes.his@gmail.com

longo do ano de 2024 pela equipe de História do Centro Cultural TCU, culminando na publicação de um catálogo. A equipe foi composta por duas estagiárias, Izabel March e Mariana Lopes Lima, ambas graduandas em História pela Universidade de Brasília (UnB), sob a coordenação do historiador Lucas Guilherme, mestrando também pela UnB.

A pesquisa buscou investigar os significados e valores dos objetos musealizados pelo TCU, estabelecendo comparações com itens da mesma categoria e contextualizando-os em sua época, considerando as conjunturas política, social e econômica em que estão inseridos. Paralelamente, o estudo contribuiu para o processo de documentação museológica, uma atividade essencial e contínua desenvolvida pelo Museu. Compreendemos que esse acervo possui grande potencial como fonte de pesquisa sobre a história institucional da Corte de Contas. Ao mesmo tempo, em que é composto por artefatos que fizeram parte de sua trajetória secular, o acervo também fornece pistas sobre a vida cotidiana no TCU.

Para compreender os desafios enfrentados nessa pesquisa, é fundamental contextualizar a instituição que originou e abriga o acervo. A Corte de Contas foi criada em 1890 por meio do Decreto nº 966-A, graças ao empenho de Ruy Barbosa, então Ministro da Fazenda do governo provisório de Deodoro da Fonseca. No entanto, apesar de estar prevista em lei, o Tribunal não entrou em funcionamento imediato devido à resistência do presidente da República da época, Floriano Peixoto, que temia a diminuição de seus poderes frente a um órgão fiscalizador. O objetivo do Tribunal era atuar como intermediário entre a administração pública e o Legislativo, fiscalizando as contas da União. Foi somente em 1893 que o então Ministro da Fazenda, Serzedello Corrêa, garantiu a efetiva operacionalização do Tribunal de Contas.

Ao longo de seus 130 anos de história, o Tribunal formou um vasto acervo documental e material, que reflete as transformações político-administrativas do Brasil. O Tribunal de Contas da União consolidou-se como órgão essencial para a fiscalização e o controle dos gastos públicos, desempenhando um papel crucial na garantia da transparência e da responsabilidade administrativa. Para preservar e divulgar a história do Tribunal, o Museu do TCU foi criado em 17 de fevereiro de 1970, por meio da Portaria TCU Nº 19. No entanto, foi apenas em 2004 que o museu recebeu um espaço expositivo (NOGUEIRA, 2015). Atualmente, o Museu divide espaço com a Galeria Marcantonio Vilaça, compondo o Centro Cultural do TCU no Instituto Serzedello Corrêa (ISC), localizado no Setor de Clubes Esportivos Sul (SCES).

O contexto institucional do Museu Guido Mondim impõe desafios específicos por estar vinculado a um órgão público cuja principal finalidade não é a preservação, pesquisa ou comunicação de bens culturais. Por vezes, os objetivos do museu estão subordinados a uma unidade hierarquicamente superior, têm sua gestão e orçamento dependentes de prioridades que nem sempre favorecem práticas de pesquisa histórica e museológica. Diante disso, apesar dos 20 anos de museu, a pesquisa e documentação sobre o acervo ainda precisava de um olhar mais atento e foi nessa percepção que o projeto de pesquisa se iniciou.

2. Pesquisa no Acervo Mobiliário

A pesquisa desenvolvida no acervo mobiliário do Centro Cultural do TCU teve como objetivo compreender a relevância histórica e cultural das peças que compõem essa coleção. Ao tratar o mobiliário como testemunho material de transformações sociais e estéticas, o estudo revelou a importância desses objetos para a compreensão das relações entre cultura e sociedade. Fundamentado

nos estudos de cultura material, o trabalho considerou os móveis como portadores de significados que transcendem sua materialidade, alinhando-se à visão de Ulpiano T. Bezerra de Menezes (1998), segundo a qual é necessário superar a dicotomia entre cultura material e imaterial, visto que os objetos não apenas refletem as condições sociais, mas também participam ativamente de sua construção.

O processo metodológico envolveu diversas etapas. A análise física das peças, a documentação fotográfica e a avaliação de vestígios materiais foram realizadas em parceria com a equipe de conservação e restauro do Centro Cultural TCU. Essas ações permitiram identificar marcas de uso, técnicas de produção e materiais empregados, aspectos que se mostraram essenciais para guiar a investigação histórica. Paralelamente, o estudo incorporou informações provenientes de fontes externas, como documentos institucionais e bibliografia especializada. Esse cruzamento de dados possibilitou uma leitura mais ampla dos objetos e de seus contextos, evidenciando que “é o trabalho do historiador, movido pelas preocupações do presente, que faz emergir dos objetos as informações, através da investigação, do confronto e análise de seus dados” (JULIÃO, 2006).

O acervo foi classificado em duas categorias principais: a coleção histórica e a coleção moderna. A coleção histórica, composta por móveis produzidos entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, exigiu uma análise focada em estilos, como o neoclássico e a art déco, uma vez que os registros sobre essas peças eram escassos. Já a coleção moderna, por dispor de maior documentação, permitiu uma investigação mais detalhada, com destaque para a identificação de autores e para o impacto dessas peças no design brasileiro.

A pesquisa enfrentou desafios significativos, sobretudo na identificação da origem e no processo de aquisição das peças. A documentação disponível era limitada, particularmente no caso dos

móveis mais antigos. Apesar dessas dificuldades, foi possível identificar padrões relevantes, como a transferência de móveis do Rio de Janeiro para Brasília durante a mudança da sede do Tribunal. Além disso, marcas e assinaturas presentes nos objetos contribuíram para o rastreamento de sua procedência. As imagens apresentadas a seguir ilustram essa realidade, destacando exemplos de peças que evidenciam essas características.

Figura 1 - Cadeira presidencial, primeira metade do século XX. Madeira e palhinha. Coleção Museu do TCU. Fotografia: Jean Peixoto (Estúdio 7um13).



Figura 2 - Cadeira Juiz, Jorge Zalszupin. Design: c.1960. Madeira e couro. Coleção Museu do TCU. Fotografia: Jean Peixoto (Estúdio 7um13).



Figura 3 - Relógio de parede, final do século XIX. Madeira. Coleção Museu do

Figura 4 - Cadeira Brno, Mies van der Rohe. Design: c. 1930. Aço inox e couro

TCU. Fotografia: Jean Peixoto (Estúdio vermelho. Coleção Museu do TCU. 7um13).

Fotografia: Jean Peixoto (Estúdio 7um13).



A cronologia das peças foi construída com base em elementos estilísticos e materiais, buscando determinar datas de produção ou, quando possível, datas precisas. Nas peças de design, a associação entre o ano de criação do projeto e o início de sua fabricação permitiu uma análise mais detalhada dos processos produtivos. Essa abordagem destacou o impacto da modernização tecnológica e do design industrial na produção moveleira, evidenciando mudanças na estética e na funcionalidade dos objetos.

Seguindo um cronograma estruturado, o estudo priorizou a análise de três peças por semana, iniciando pelos objetos em exposição no Museu do TCU e no espaço memória do gabinete da presidência. Posteriormente, avançou para os objetos conservados na reserva técnica de couro e madeira, garantindo uma visão abrangente do acervo. Essa metodologia permitiu consolidar uma base de informações essencial para futuras ações de preservação e difusão do patrimônio no museu.

O resultado do estudo foi a produção de um catálogo que sistematiza as informações reunidas sobre as peças do acervo mobiliário, além de abordar a história do TCU. Esse catálogo representa uma contribuição significativa para os estudos de cultura material e história do design no Brasil, além de reforçar o compromisso do Centro Cultural do TCU com a preservação de seu patrimônio. O material amplia o acesso do público e valoriza o mobiliário como parte integrante da memória histórica e cultural brasileira, dialogando com a trajetória do Tribunal. Como afirma Julião (2006), “a pesquisa com os objetos, a exemplo de qualquer outra fonte histórica, implica necessariamente concebê-los como documento/monumento”, ressaltando a importância de se reconhecer esses itens como portadores de memória e significado.

3. Desenvolvimento e objetivos do catálogo

Como supracitado, o catálogo “Narrativas de um acervo” foi desenvolvido com o propósito de preservar, documentar e divulgar o acervo de mobiliário, estabelecendo uma conexão entre os objetos e a trajetória histórica e cultural do TCU. Esse processo foi resultado de uma pesquisa contínua no acervo, fundamentada em um olhar interdisciplinar que valoriza tanto os aspectos materiais quanto os imateriais associados aos objetos musealizados. A escolha de produzir um catálogo veio da necessidade de documentar, preservar e divulgar abrangentemente a pesquisa realizada sobre objetos que carregam a memória institucional e histórica do Tribunal. A publicação foi pensada para ser uma ferramenta educativa e acessível, capaz de ampliar o alcance do acervo ao público geral e a pesquisadores, enquanto contextualizava os móveis em sua dimensão histórica e cultural.

O catálogo aborda os móveis do acervo em duas seções: mobiliário neocolonial e móveis de estilo; e mobiliário moderno de

Brasília. Na primeira, foram retratadas as peças produzidas, sobretudo, no Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XX. Essa produção faz parte de um importante capítulo na história do mobiliário brasileiro, marcando um momento de reflexão sobre o estilo nacional. A segunda parte foi dedicada ao mobiliário moderno de Brasília, contando com peças de renomados designers, como, por exemplo, Sérgio Rodrigues e Jorge Zalszupin. Esses dois conjuntos permitiram que a História do Tribunal de Contas fosse contada desde os seus primeiros anos de funcionamento, no Rio de Janeiro, até a sua transferência para Brasília. A partir desse olhar mais atento, conseguimos também trabalhar a história da transferência da capital e seu desenvolvimento nos primeiros anos de existência.

Reconhecendo a diversidade de público visitante do CCTCU, optou-se por adotar uma linguagem acessível e, ao mesmo tempo, cativante, que conseguisse dialogar com esses diversos perfis, obtendo um amplo alcance. A proposta foi equilibrar uma linguagem acessível e atrativa, sem abdicar da riqueza de conteúdo que a pesquisa pode proporcionar. O foco da escrita se deu em elementos narrativos e descrições detalhadas que trouxessem o mobiliário à vida para o leitor, incorporando as peças estudadas com o contexto histórico e social.

Além do texto, a identidade visual e a diagramação do catálogo foram desenvolvidas para complementar a narrativa do catálogo. As escolhas gráficas, das cores, tipografias, imagens e layout, foram pensadas para chamar atenção e conversar com o conteúdo apresentado. Essas escolhas guiaram também a divulgação nas redes sociais no período de lançamento do catálogo, tema que será abordado a seguir.

4. Divulgação Histórica: Desafios e Estratégias

A divulgação histórica apresenta diversos desafios no cenário contemporâneo, especialmente no âmbito da comunicação institucional. Um dos principais entraves está na dificuldade de articulação entre instituições, como museus, universidades e centros culturais, que operam muitas vezes de maneira isolada, dificultando a construção de redes colaborativas e o compartilhamento de conhecimentos. A falta de comunicação integrada entre instituições culturais prejudica a construção de narrativas históricas que poderiam ser enriquecidas por diferentes perspectivas. Além disso, a linguagem técnica frequentemente adotada por essas instituições acaba por restringir o alcance das ações de divulgação, afastando públicos que poderiam se beneficiar das iniciativas. Assim, a limitação no diálogo interno e externo compromete o impacto potencial das práticas de preservação e valorização do patrimônio cultural.

Outro desafio significativo está na atualização dos meios de comunicação. Muitas instituições ainda dependem de métodos tradicionais, como exposições físicas e publicações impressas, que, embora relevantes, não conseguem competir com a velocidade e o dinamismo proporcionados pelas plataformas digitais. A comunicação no século XXI é marcada pela convergência de mídias e pela interatividade, exigindo uma adaptação das práticas institucionais para atender a um público cada vez mais conectado e habituado ao consumo de conteúdos digitais. Ignorar essa transformação significa arriscar a perda de relevância, especialmente para as gerações mais jovens, que acessam informações majoritariamente por meio de dispositivos digitais.

Nesse contexto, as redes sociais surgem como ferramentas indispensáveis para a democratização do conhecimento histórico. Entre as plataformas mais populares, o Instagram destaca-se pela possibilidade de criar conteúdos visuais e dinâmicos, como *reels*, carrosséis de imagens e *stories*. Essas ferramentas permitem apresentar

o patrimônio histórico de forma atrativa, alcançando públicos diversos e promovendo maior engajamento. O uso estratégico das redes sociais pelas instituições culturais contribui para a construção de narrativas mais acessíveis e inclusivas, além de favorecer a interação com os usuários. Por exemplo, a produção de reels que mostrem o processo de restauração de peças do acervo ou curiosidades sobre objetos históricos pode captar a atenção de um público amplo, ao mesmo tempo, em que reforça a imagem institucional de compromisso com a preservação cultural.

A revolução digital, abordada pelo historiador Serge Noiret, transformou profundamente as práticas dos historiadores e das instituições culturais. A adoção de tecnologias digitais na história pública, como mapeamentos digitais, bancos de dados interativos e narrativas multimídia, ampliou as possibilidades de acesso e participação do público na construção do conhecimento histórico. Noiret destaca que essa "virada digital" não apenas modificou os métodos tradicionais, mas também provocou a necessidade de reavaliar o papel das instituições como mediadoras entre o passado e o público. O uso de ferramentas interativas, como plataformas de colaboração coletiva, exemplifica como a história pode ser construída de maneira colaborativa, reforçando o papel das redes digitais na democratização do acesso à memória coletiva (NOIRET, 2015).

A definição do público-alvo é uma etapa crucial no planejamento das ações de divulgação. No caso do Centro Cultural do TCU, as estratégias visam atingir a comunidade acadêmica, formada por pesquisadores e estudantes interessados em história, artes e patrimônio cultural, e profissionais de instituições museais, que podem se beneficiar do intercâmbio de práticas e conhecimentos. Contudo, é igualmente importante considerar o engajamento de públicos mais amplos, como entusiastas de história e design, que representam um segmento relevante para a valorização do acervo. A

segmentação do público permite a criação de conteúdos direcionados, aumentando a eficiência das ações de comunicação e facilitando o alcance de objetivos institucionais.

Por fim, a interação com o público deve ser vista como um elemento central nas estratégias de divulgação. Recursos como enquetes, jogos e publicações interativas se mostraram eficazes para promover a participação dos usuários, promovendo um diálogo ativo entre o Centro Cultural TCU e os seus seguidores. Essa interação não apenas amplia o alcance das publicações, mas também cria um senso de pertencimento entre os usuários, fortalecendo sua relação com o patrimônio histórico. O envolvimento do público é fundamental para o sucesso das ações de divulgação cultural, por contribuir para a construção de um vínculo com o conteúdo histórico.

A superação dos desafios na divulgação histórica requer o alinhamento entre os objetivos institucionais e as práticas comunicativas contemporâneas. A utilização estratégica das redes sociais possibilita não apenas maior visibilidade para as ações institucionais, mas também promove a democratização do conhecimento histórico, conectando diferentes públicos ao patrimônio cultural de maneira inovadora e acessível. Ao adotar essas estratégias, as instituições podem transformar os desafios em oportunidades, ampliando sua relevância e impacto no cenário cultural contemporâneo.

5. Reflexões Finais

Mediante ao discutido, observa-se que o trabalho desenvolvido pela equipe de História do Centro Cultural do TCU durante a pesquisa no acervo mobiliário contribuiu significativamente para discussão sobre o papel das instituições na preservação, documentação e

comunicação do patrimônio histórico. Esse processo reafirma o local que o historiador ocupa nessas instituições, evidenciando sua importância não apenas como pesquisador, mas também como mediador de narrativas que conectam o passado ao presente, contribuindo para a construção de uma memória coletiva mais rica e consciente.

Ao sistematizar e contextualizar informações sobre o mobiliário, nos deparamos com desafios inerentes ao trabalho com fontes materiais, como a fragmentação de registros históricos e a necessidade de adaptações metodológicas. No entanto, esses desafios também trouxeram oportunidades valiosas, sobretudo ao integrar metodologias interdisciplinares e estratégias inovadoras no processo de pesquisa. Tais recursos ampliaram as possibilidades de análise e interpretação, permitindo a construção de narrativas históricas mais robustas e acessíveis, que valorizam o patrimônio cultural do centro cultural e fortalecem sua relação com diferentes públicos e contextos sociais.

A construção do catálogo “Narrativas de um Acervo” representou um marco significativo para a promoção da pesquisa histórica no TCU, consolidando esforços na preservação e divulgação do patrimônio museológico do Centro Cultural do TCU. Mais do que uma simples descrição das peças do acervo, o catálogo deu protagonismo aos objetos mobiliários, integrando-os a uma narrativa que conecta a velha capital, Rio de Janeiro, e a nova capital, Brasília. Por meio dessa abordagem, foi possível contextualizar os móveis em seus aspectos culturais, sociais e históricos, permitindo que o público acessasse a história institucional do Tribunal de Contas de forma clara e envolvente, promovendo, assim, a democratização do conhecimento histórico.

Além disso, o catálogo desempenhou um papel estratégico na divulgação do trabalho realizado pela equipe de História do CCTCU, reforçando, para outras áreas do Tribunal, a relevância da cultura material como fonte histórica. A experiência de divulgação nas redes sociais foi particularmente inovadora, demonstrando o potencial da comunicação institucional ao adotar estratégias interativas, como conteúdos multimídia e divulgações digitais. Essas ferramentas ampliaram o alcance e o impacto dos materiais produzidos internamente, demonstrando como a combinação de tecnologia e História pode enriquecer a compreensão do patrimônio cultural e engajar diferentes públicos.

Os historiadores desempenharam um papel central ao contextualizar os móveis em suas épocas e estilos, relacionando-os a eventos históricos como a transferência da capital federal e a modernização do design brasileiro. Ao trabalhar com diferentes fontes, como vestígios materiais e registros documentais, contribuíram para resgatar a memória institucional de maneira clara e organizada. Assim, sua atuação não apenas preserva o passado, mas também o torna compreensível para diferentes públicos, reafirmando a função da História como ponte entre o patrimônio cultural e a sociedade.

Referências Bibliográficas

AFFONSO, Sebastião Baptista. Retrospecto e evolução do Tribunal de Contas da União: aspectos peculiares e curiosidades ao longo do tempo. Brasília: Thesaurus, 2007.

JULIAO, Letícia. Pesquisa histórica no museu. In: IPHAN. Caderno de diretrizes museológicas. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

MENESES, Ulpiano, T. B. de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, [s.l.], n. 115, p. 103-117, 1983.

MENESES, Ulpiano T. B. de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998.

NOGUEIRA, Daniele Galvão Pestana. A preservação da memória do Tribunal de Contas da União por meio de seu museu (1970-2010). 2015. 493 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2015.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 28-51, maio 2015.

A IMPUNIDADE MILITAR NO URUGUAI: A “LEY DE CADUCIDAD”

Matheus Cosme de Souza¹

Resumo

O presente trabalho tem como foco o estudo sobre a transição democrática uruguaia e os avanços e desafios frente a *Ley de Caducidad*. Objeto de longos debates políticos e sociais, esta lei foi promulgada no ano de 1986 pelo presidente Julio Maria Sanguinetti. Uma das causadoras da impunidade militar no território uruguaio, em diversos momentos ela foi alvo de questionamento pela população. Assim, a proposta foi trazer uma visão histórica dessa norma, passando não somente pelo seu contexto de criação, mas também pelos momentos de tentativa de sua anulação. Com essa construção histórica, é possível explicitar as mudanças e permanências na sociedade uruguaia. Até os dias atuais existem casos sem investigação e crimes sem punição, por a população ainda luta em busca de respostas e para que esse tema não seja esquecido.

Palavras-chave: Impunidade; justiça transicional; Lei 15.848; memória; Uruguai.

Introdução

A Lei 15.848/86, mais conhecida como “Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado” tem uma enorme importância para a transição democrática uruguaia. Ela possibilitou a passagem da ditadura para um período democrático, apesar de trazer a impunidade aos militares. Promulgada no ano de 1986, no governo de Julio María Sanguinetti Coirolo, ela dificultou a punição pelo Estado a militares e policiais pelos crimes cometidos durante a ditadura militar uruguaia. Além disso, foi resultado de uma política de negociações entre a instituição militar e políticos uruguaiois que temiam a possibilidade de um revanchismo da população.

Em seu primeiro artigo, é declarado que como consequência de acordo firmado em agosto de 1984 entre partidos políticos e as

¹ Universidade de Brasília. matheuscosme11.mc@gmail.com

Forças Armadas, os policiais e militares que atuaram de acordo com os exercícios de sua função e praticaram infrações até o dia primeiro de março de 1985, teriam suas medidas punitivas prescritas². Esta lei é um exemplo de impunidade militar. Consequentemente, pode-se ver em tempos atuais algumas iniciativas contra a “Ley de Caducidad”, elas vêm principalmente de familiares de vítimas da ditadura, mas também por meio de juízes que reclamaram ao judiciário para que ela fosse considerada inconstitucional.

A partir disso, para um melhor esclarecimento, faz-se necessário estabelecer a construção de um contexto que percorra por importantes momentos em torno da “Ley de Caducidad”. Será analisado primeiramente o contexto de sua criação e promulgação. Além das várias tentativas de revogação ou anulação parcial, por meio de referendo ou plebiscito. No ano de 1989, decorridos três anos de sua promulgação, o Referendo sobre a Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado, pretendeu alcançar a sua revogação.

Já em outubro de 2009, houve a tentativa de sua anulação definitiva com o Plebiscito sobre a Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado. Além disso, serão explorados os casos em que foram permitidos uma investigação complexa devido ao fato de que alguns crimes cometidos não foram abrangidos pela lei, como por exemplo os infringidos fora do território uruguaio. Outro ponto de extrema importância, é a análise de como a impunidade está sendo tratada recentemente pela população. Neste viés, entre os anos de 2010 e 2020 vários trabalhos historiográficos sobre essa temática foram desenvolvidos. Isto ocorreu, pois no ano de 2016 se passaram trinta anos desde a promulgação da lei em referência.

Dentre os artigos que revisitam o tema após essa data, são três as principais ramificações. Muitos propuseram-se a estudar os avanços e desafios pendentes na luta pela verdade e pela justiça pelos

² URUGUAY. Ley nº 15. 848. Funcionarios militares y policiales. Montevideo: Poder Legislativo, 1986.

crimes de ditadura de 1973 a 1985. Por outro lado, alguns artigos centralizaram sua observação na maneira como as memórias sobre esse passado recente do Uruguai são analisadas e historicizadas. Essas vertentes, podem construir uma vasta compreensão da maneira como a “Ley de Caducidad” influenciou e influencia a sociedade uruguaia, principalmente na cultura da impunidade. Por conseguinte, concentrar esforços para um estudo específico da lei, sobretudo sua efetividade, pode traçar um panorama mais completo sobre justiça, verdade, memória e reparação.

Contexto de criação

Como um dos momentos mais emblemáticos da Ditadura civil-militar uruguaia, o Plebiscito Constitucional de 1980 marcou a derrocada do regime. No objetivo de criar uma reforma constitucional que legitimasse o governo militar no poder foi realizada no dia trinta de novembro de 1980 uma consulta popular para aprovar ou reprová-la esta proposta. Os militares, com a intensa propaganda em todos os meios de difusão pelo voto “Por SÍ el proyecto de Reforma Constitucional”, já contavam com um triunfo no plebiscito para que houvesse a continuidade de comando.

Tratando-se de um período em que estavam suspensas a liberdade individual e o direito de reunião, os opositores tiveram grande dificuldade para que fossem realizados debates abertos em torno desse projeto. Entretanto, parte da população que se posicionava a favor do voto “Por NO el proyecto de Reforma Constitucional” se organizou e realizou manifestações por meio de panfletos, adesivos e divulgação “boca a boca” de maneira clandestina. Além disso, alguns editoriais com assinatura no diário *El Día*³ e revistas que difundiam ideias opositoras ao regime ditatorial fizeram propaganda para o voto que negava a reforma constitucional. Há de ser destacado também, o

³ *El Día* é um influente jornal diário uruguaio. Foi fundado em 1886 pelo proeminente político do Colorado José Batlle y Ordóñez.

debate televisivo no “Canal 4”⁴ de televisão aberta do Uruguai no dia 14 de novembro de 1980 proposto pelo jornalista Avedis Badanián, que foi transmitido com atraso, porém sem cortes. Nele, houve a participação de Néstor Bolentini⁵ e Enrique Viana Reyes⁶ — conselheiros de Estado — em defesa do voto pelo sim, enquanto Eduardo Pons Etcheverry⁷, do Partido Nacional, e Enrique Tarigo⁸, do Partido Colorado, saíram em defesa do voto pelo não. Este debate, é considerado pelos pesquisadores como um dos momentos chave para a virada no Plebiscito.

Nesse processo, foi notória a participação tanto do Partido Colorado, representado nesse momento por Jorge Battle⁹, Enrique Tarigo e Julio María Sanguinetti¹⁰, quanto do Partido Nacional, de Jorge Silveira Zavala¹¹ e Luis Alberto Lacalle¹². Esses tradicionais partidos políticos foram fundados ambos no ano de 1836, remontando

⁴ Canal 4 é também conhecido como Monte Carlo TV, devido ao grupo proprietário “Grupo Monte Carlo”. Este canal realiza suas transmissões do bairro “La Aguada” em Montevideo.

⁵ Néstor J. Bolentini (1923 - Montevideu, Montevideu, 22 de novembro de 1984) foi um militar, advogado e político uruguaio. Ele teve uma atuação notória na época da ditadura civil-militar.

⁶ Enrique Viana Reyes (Montevideu, CA. 1940 - 26 de julho de 2015) foi um jurista e político uruguaio, membro do Conselho de Estado em várias ocasiões durante a ditadura civil-militar (1973-1985)

⁷ Eduardo Pons Etcheverry (1915 - 1987) foi um advogado e político uruguaio pertencente ao Partido Nacional. Carinhosamente apelidado de “Tatán”.

⁸ Enrique E. Tarigo Vázquez (Montevideu, 15 de setembro de 1927 — Montevideu, 14 de dezembro de 2002) foi um advogado, jornalista, professor universitário e político uruguaio, pertencente ao Partido Colorado. Foi vice-presidente do Uruguai (1985-1990) após a ditadura.

⁹ Jorge Luis Battle Ibáñez nasceu em Montevideu em 25 de outubro de 1927 numa família política tradicional do Uruguai. Foi membro do tradicional Partido Colorado e o quarto de sua família a alcançar a presidência da República Oriental do Uruguai, no período de 2000 a 2005.

¹⁰ Julio María Sanguinetti Coirolo (Montevideu, 6 de janeiro de 1936) é um político do Partido Colorado, além de advogado, jornalista e historiador. Foi o primeiro presidente do Uruguai após a ditadura, no período de 1985-1990. Após 5 anos retornou a cadeira da presidência e ficou até 2000.

¹¹ Nascido em Tacuarembó, Montevideu, em 6 de janeiro de 1930, foi um político uruguaio pelo Partido Nacional. Faleceu no ano de 2005.

¹² Também nascido em uma família de grande tradição política, Luis Alberto Lacalle Herrera (Montevideu, 13 de julho de 1941) é um político filiado ao Partido Blanco, também conhecido como Partido Nacional. Foi presidente entre 1990 e 1995.

a criação do Estado uruguaio. O Partido Colorado, fundado por Fructuoso Rivera, abarca o espectro político de centro-esquerda, entre seus integrantes pode-se visualizar tendências que vão da social-democracia ao liberalismo. Enquanto o Partido Nacional, fundado por Manuel Oribe, se define como liberal, nacionalista, pan-americanista e humanista, apesar de também haverem integrantes mais ligados ao espectro centro-esquerdista.

Para a incredulidade dos militares, no dia do plebiscito o que pode ser visto foi a proposta ser altamente rechaçada pela população. O voto pelo NÃO obteve um excelente resultado com um número expressivo de 57,2% dos votos, enquanto os votos pelo SIM ficaram somente com 42,8%. Com esse desenlace no plebiscito, as Forças Armadas admitiram o resultado, e o que ocorreu foi um processo de abertura cada vez maior para a restauração da democracia no Uruguai.



Imagem 1 - Mapa do Uruguai mostrando os resultados do Plebiscito Constitucional de 1980 por Departamentos

Depois de um longo período de negociações entre militares e políticos, ocorreu no ano de 1984 outro momento de extrema importância para um retorno democrático. O chamado “Pacto del Club Naval” proporcionou uma forma de “saída negociada apostando

no diálogo e na tolerância”¹³ após um acordo entre as hierarquias do comando militar e alguns dos mais importantes partidos políticos. Como resultado desse acordo, foi convocada uma eleição para presidente da República no dia vinte e cinco de novembro de 1984. Líber Seregni¹⁴, candidato pela Frente Ampla¹⁵, e Wilson Ferreira Aldunate¹⁶, candidato pelo Partido Nacional tiveram suas participações proibidas. Ambos se destacavam por serem os principais críticos à ditadura, Wilson denunciou os crimes da ditadura para vários organismos internacionais. Apesar de libertos, eles tiveram suas candidaturas proscritas. Assim, saiu vitorioso para governar a partir do ano de 1985, o candidato do Partido Colorado Julio Maria Sanguinetti.

Esse modo de restauração criou um sentimento de sucesso, pois sem a necessidade de disputas e derramamentos de sangue foi restabelecida a institucionalidade democrática tradicional que era a realidade anterior ao Golpe de Estado de 1973. Este sentimento pode ser visualizado no discurso de Jorge Battle – senador durante 1985-1999 – no dia primeiro de março de 1985, “el día de hoy es el broche de oro que el pueblo le ha dado al proceso que se inició en el plebiscito constitucional de 1980 [...] el Uruguay vive uno de los momentos de mayor gloria y de expresión más serena y firme de sus tradiciones de libertad” (El Diario, 1º de marzo de 1985, p. 4).

¹³ GIORGI, Álvaro de. Las defensas blanca y colorada de la ley: entre el mal menor y el “broche de oro” de la “restauración modelo”. In: MARCHESI, Aldo. **Ley de Caducidad un tema inconcluso: momentos, actores y argumentos**. Montevideo: Trilce/CSIC, 2013.

¹⁴ Líber Seregni nasceu em Montevideu em 13 de dezembro de 1916, foi um militar e político uruguaio, além de fundador da Frente Ampla. Permaneceu preso durante a ditadura por confrontar a ideologia nacionalista golpista desde a década de 1960. Faleceu no ano de 2004, aos 88 anos.

¹⁵ Coalização política fundada e liderada por Líber Seregni, fundada no ano de 1971. Se autodefine como Populista, democrática, anti-oligárquica, anti-imperialista, antirracista, de centro-esquerda e esquerda. No ano de 2004, seu candidato à presidência Tabaré Vázquez saiu vitorioso.

¹⁶ Wilson Ferreira Aldunate nascido em Montevideu, no dia 28 de janeiro de 1919, foi um político uruguaio, um dos principais líderes do Partido Nacional desde os anos 1970 até 1988, até sua morte. Foi um dos principais críticos da ditadura no uruguai, chegou a se exilar na Argentina e na Europa.

Dessa maneira, os cidadãos uruguaio celebravam a libertação da ditadura, além de buscar a reparação de seus direitos. Por outro lado, o Estado buscava recolocar em ordem todo o sistema governamental. Encontraram uma economia que havia passado por uma crise, os salários dos trabalhadores eram precários, além da necessidade de reparação às famílias de vítimas da ditadura. As medidas tomadas pelo governo uruguaio buscavam acabar com as últimas marcas do regime militar na sociedade.

Las primeras medidas del gobierno entrante, inmediatamente a asumir, consistieron en legalizar a instituciones de izquierda que continuaban proscriptas de los más diversos ámbitos —el Partido Comunista, la CNT, El Galpón, etcétera—, la reanudación de relaciones con países extranjeros que se habían interrumpido durante la dictadura —Venezuela, Cuba—, anulación de expedientes de la justicia militar y restitución de fuero militar a personalidades emblemáticas de la persecución dictatorial—Wilson Ferreira Aldunate, Líber Seregni, Víctor Licandro—. También, inmediatamente, el Poder Ejecutivo presentó un proyecto de ley sobre la situación de los últimos presos políticos que aún permanecían recluidos. Tal conjunto de medidas fueron definidas por el gobierno como una política de “pacificación nacional” orientada a resolver tales problemáticas concebidas como los últimos lastres del régimen dictatorial, los cuales no presentaban mayores inconvenientes que sus especificidades técnicas y diferencias políticas menores puesto que la democracia tenía todas sus potestades inalienables y ningún condicionamiento puesto que estaba totalmente restaurada. (GIORGI, 2013, p. 19)

Após algumas discussões entre o Parlamento e o Poder Executivo, foi aprovada no dia oito de março de 1985 a “Ley de Amnistía, nº 15.737”. Entre seus principais artigos, ficou aprovado que o Estado uruguaio se submeteria a Convenção Americana de Direitos Humanos e seguiria a jurisprudência da Corte Interamericana de Derechos Humanos. Essa lei foi uma junção do projeto de lei denominado “Ley de Pacificación Nacional” enviado pelo Executivo e do projeto enviado por representantes da Frente Ampla, do Partido Nacional e parte do Partido Colorado a Cámara dos Diputados designado “Amnistía General e Irrestricta”

En marzo de 1985 el Parlamento tuvo a consideración varios proyectos de ley de amnistía que contenían soluciones más o menos amplias con relación a los delitos y personas alcanzados; algunos excluían los delitos cometidos por civiles o militares y policías, otros excluían o incluían los “delitos de sangre”, o bien, establecían limitaciones del beneficio para esos delitos; algunos no incluían en su redacción la expresión “delito político” o tomaban diferentes fechas (y por tanto, diferentes hechos penalmente relevantes) para establecer el comienzo del período abarcado por la amnistía. (BARDAZANO, 2013, p. 139)

Nesse período, foram enviadas várias denúncias por violações aos direitos humanos cometidas durante a ditadura. Assim, vários militares foram convocados a comparecer à justiça para depor, gerando uma animosidade nas Forças Armadas. O clima de êxito do retorno da democracia deu lugar a uma crise institucional. Apesar de a saída negociada ter sido uma etapa de sucesso num primeiro momento, a diferença de opiniões dos partidos políticos sobre o julgamento aos militares mostrou como a transição democrática estava incompleta.

Grande parte do Partido Colorado defendia a ideia de que a condição para haver um futuro tranquilo para o Uruguai seria que as feridas abertas durante a ditadura militar fossem fechadas. Por outro lado, a Frente Ampla e o Partido Nacional eram opostos a qualquer tipo de concessão realizada para o benefício da impunidade aos militares. Quando a data em que os militares deveriam comparecer à justiça estava próxima, 22 de dezembro de 1986, houve uma intensificação das negociações entre o governo e os partidos políticos tradicionais. Nesse momento, liderado por Aldunate, a maior parte do Partido Nacional teve uma mudança de posição e sustentou que durante as negociações do “Pacto del Club Naval” ficou implícito a possibilidade de uma anistia aos militares. Nesse sentido, os partidos políticos que estiveram presentes no Clube Naval deveriam se responsabilizar pelas escolhas assumidas no passado.

Além disso, um possível risco de desacato dos militares ao poder judiciário foi anunciado pelo presidente Sanguinetti. Apesar de

que essa ameaça não tenha conseguido ser exatamente dimensionada pelos pesquisadores, é certo que ela foi uma forma muito eficaz de fazer com que a “Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado” fosse aprovada em 22 de dezembro de 1986.

Referendo sobre a Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado

Passado um ano de sua sanção, essa lei já foi combatida por alguns setores da sociedade, principalmente aos vinculados à esquerda. Dessa maneira, foi constituída no ano de 1987 a “Comisión Nacional Pró-Referendum”, lideradas pela organização Madres y Familiares de Detenidos Desaparecidos¹⁷. Essa comissão reuniu várias organizações e lideranças militantes para anular a *Ley de Caducidad* e combater a impunidade militar pelos crimes cometidos contra os direitos humanos. A CNPR deveria coletar várias assinaturas para que fosse realizado o referendo.

A campanha pelo referendo começou muito intensa com a participação de trabalhadores e estudantes, que fizeram um trabalho de diálogo com a população buscando alcançar o convencimento daqueles que ainda estavam em dúvida. Assim, em 17 de dezembro de 1987, foi entregue à Corte Eleitoral 634.702 assinaturas. Durante quase todo o ano de 1988, foi realizada a verificação das assinaturas pela corte, foram validadas 529.110 assinaturas e mais de 75 mil haviam sido anuladas. Com o sucesso alcançado nesta primeira etapa, o referendo foi marcado então para o dia 16 de abril de 1989.

Ficou estabelecido que o voto verde seria para aqueles que queriam derrogar a lei, enquanto o voto amarelo para aqueles que desejavam mantê-la. O principal motivo de votação na cor amarela vinha da ideia de que o futuro poderia ser perigoso e incerto para a democracia. O resultado foi a vitória pela continuação da lei 15.848,

¹⁷ Essa organização surgiu no ano de 1983 a partir de três grupos familiares de desaparecidos. Elisa Delle Piane (viúva de Zelmario Michelini), María Ester Gatti (avó de Mariana Zaffaroni, que foi sequestrada e estava desaparecida) e Matilde Rodríguez (viúva de Héctor Gutierrez)

com 57% dos votos amarelos e 43% verdes. Este resultado trouxe o reconhecimento de que a soberania popular resolveu o conflito e, assim, a Ley de Caducidad obteve mais legitimação.

A “interpretación perforadora” da Ley de Caducidad

Durante o Governo de Tabaré Vázquez¹⁸ (2005-2010), vários casos foram declarados como não abrangidos pela lei e os critérios utilizados para esse julgamento foram variados. Analisando seus artigos, foram percebidas várias brechas em que seria possível a investigação dos crimes cometidos. Em primeiro lugar, é mostrado que cada caso terá um julgamento individual pelo Poder Executivo. Portanto, a denúncia seria feita em um setor da justiça criminal, mas quem julga se o caso é ou não abrangido pela lei seria o próprio governo. Como pode ser visto no artigo terceiro,

A los efectos previstos en los artículos anteriores, el Juez interviniente en las denuncias correspondientes, requerirá al Poder Ejecutivo que informe, dentro del plazo perentorio de treinta días de recibida la comunicación, si el hecho investigado lo considera comprendido o no en el artículo 1º de la presente ley. Si el Poder Ejecutivo así lo comunicare, el Juez dispondrá la clausura y el archivo de los antecedentes. Si en cambio, no contestare o informa que no se halla comprendido dispondrá continuar la indagatoria. [...] (Ley de Caducidad, artículo 3º)

Além disso, algumas das possibilidades de burlar essa lei são demonstradas no artigo segundo. Ele diz que a “Ley de Caducidad” não compreende: “[...] b) Los delitos que se hubieren cometido con el propósito de lograr, para su autor o para un tercero, un provecho económico.(Ley de Caducidad, artículo 2º). Outro exemplo em que é possibilitada a investigação de alguns casos, ocorre quando o crime foi cometido fora do território uruguaio. Como é o caso do sequestro do cidadão uruguaio Gerardo Gatti. O julgamento desse processo como

¹⁸ Nascido em 17 de janeiro de 1940, em Montevideu, Tabaré Ramón Vázquez Rosas foi o primeiro Presidente da República Oriental do Uruguai da coalizão eleitoral da Frente Ampla, vitoriosa nas eleições de 2004. Voltou ao cargo da presidência no ano de 2015 e permaneceu até 2020. No mesmo ano de 2020, faleceu aos 80 anos no mês de dezembro.

não incorporado pela lei foi dado em decorrência de ser um crime extraterritorial,

Portanto, em matéria de crimes extraterritoriais - isto é, aqueles cometidos no exterior - não se pode afirmar a caducidade da pretensão punitiva do Estado, pois isso significaria ignorar o referido princípio da territorialidade, bem como a validade da lei. (a lei do país onde o crime foi cometido) (tradução livre). (Mensaje N°. 088, 2005, p.3)

O que é ainda mais interessante sobre esse caso, é que ele foi por duas vezes declarado como passível de investigação pela “Ley de Caducidad”, uma pelo seu caráter extraterritorial, e outra pelo fato dele se encaixar na exceção do Art. 2º da lei, quando o crime cometido durante a ditadura foi orquestrado com o fito de ter um proveito econômico, para si ou para um terceiro.

Simultaneamente, no caso da denúncia de sequestro do cidadão Gerardo Gatti, ocorre a exceção prevista no artigo 2º, literal b) da Lei nº 15.848, pois seria crime cometido “com a finalidade de alcançar, para seu autor ou para terceiro, um benefício econômico”, o que ajuda a excluir a aplicação da caducidade da ação penal estatal e impede a declaração do caso previsto no artigo 1º da lei precipitada (tradução livre). (Mensaje N°. 088, 2005, p. 4)

Plebiscito sobre a Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado e a “Ley 18.831”

Essa mudança na interpretação da Lei de Caducidade durante o governo de Vázquez propiciou um novo cenário na sociedade. Alguns ativistas pelos direitos humanos buscaram a possibilidade de questionamento da lei 15.848, e objetivaram sua anulação. Iniciou-se assim, no ano de 2007, novamente uma busca por assinaturas para que fosse realizado um novo plebiscito. Essa campanha pelas assinaturas deveriam coletar 10% do eleitorado nacional (252 mil). No ano de 2009 esse número conseguiu ser ultrapassado e apresentado à Assembléia Geral. Assim como no referendo de 1989, os indivíduos que ansiavam pela anulação da lei foram derrotados novamente. Para que fosse obtido sucesso, deveria ser superado a quantidade de 50% dos votos, e o resultado foi de apenas 47,5% deles.

Apesar da derrota, seis dias antes do plebiscito, a Suprema Corte de Justiça havia mudado a jurisprudência da Ley de Caducidad e declarou inconstitucionais os artigos 1º, 3º e 4º. Um dos fundamentos para essa anulação veio do fato de que a regularidade da lei estava afetada pois era resultado de pressões militares do ano de 1986. Além disso,

Invocó también infracción al principio de separación de poderes, así como el derecho de las víctimas y familiares y el principio de igualdad. También desestimó que el pronunciamiento implícito en el recurso de referéndum tenga incidencia en la cuestión, pues se trata de un pronunciamiento político y no jurisdiccional, que no tiene entre sus efectos el saneamiento de vicios jurídicos que pueda presentar la ley. (RISSO, 2023, p.5)

No ano de 2011, a Corte Interamericana de Direitos Humanos sentenciou o Estado uruguaio com as prerrogativas de que a Ley de Caducidad era incompatível com a Convenção Americana de Direitos Humanos e a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas. A CIDH recomendou que as violações aos direitos humanos não tivessem dificuldades para sua investigação, além da responsabilização dos autores dos crimes.

253. Para ello, dado que la Ley de Caducidad carece de efectos por su incompatibilidad con la Convención Americana y la Convención Interamericana sobre Desaparición Forzada de Personas, en cuanto puede impedir la investigación y eventual sanción de los responsables de graves violaciones de derechos humanos, el Estado deberá asegurar que aquella no vuelva a representar un obstáculo para la investigación de los hechos materia del presente caso ni para la identificación y, si procede, sanción de los responsables de los mismos y de otras graves violaciones de derechos humanos similares acontecidas en Uruguay.

Com essa sentença, o parlamento uruguaio se viu obrigado a cumprir com essa decisão judicial. Esse novo contexto trouxe uma nova possibilidade para a anulação da lei. Assim, os partidários da Frente Ampla estruturam um novo projeto de lei que declarava que os crimes cometidos contra a humanidade seriam imprescritíveis. A Ley 18.831, publicada no dia primeiro de novembro de 2011 restabeleceu a pretensão punitiva do Estado para os crimes cometidos na aplicação do terrorismo de estado até 1º de março de 1985. Porém, no ano de 2013, a Suprema Corte de Justiça declarou a inconstitucionalidade

desta norma. Para essa decisão, eles se embasaram no argumento de que a lei violava o princípio da não retroatividade. Esse foi o último momento em que foi discutida a possibilidade de derrogação ou anulação da Ley de Caducidad.

As discussões atuais

No ano de 2016, quando se completou trinta anos da promulgação Ley de Caducidad, vários acadêmicos revisitaram o tema. Cada um à sua maneira, o que nos trazem é o sentimento de persistência da impunidade no Uruguai, como uma consequência da lei 15.848. O artigo escrito em 2017, *A 30 años de la ley de caducidad uruguaya ¿Qué y cómo debemos conmemorar?*, de Ana Buriano e Silvia Dutrénit, por exemplo, expressa que a “cultura de impunidade” não é mais um remanescente transitório, mas sim um componente intrínseco da sociedade uruguaia. Desta maneira, o combate à impunidade militar não se resume agora somente ao combate a essa lei. Mas sim na luta por uma mudança na conscientização da população, visto que esta norma sempre contou com um respaldo dos cidadãos.

Já no ano de 2020, foi apresentado um projeto de lei pelo senador do partido *Cabildo Abierto* (CA) e ex-comandante do exército, Guido Manini Ríos que pretendeu reinstalar a Ley de Caducidad. Para ele, “con esta ley se violan sistemáticamente los principios del derecho. No se trata de defender dictadores ni torturadores -como muchas veces quieren endilgar para mezclar los tantos-, se trata de defender el estado de derecho”, disse na Radio Montecarlo. (La Diaria, 2020)

Assim, é notório que ainda hão de haver muitos avanços para que esse assunto da impunidade seja tratado com a seriedade que merece. Desse modo, o excelente artigo de Francesca Lessa, denominado “¿Justicia o impunidad? Cuentas pendientes a treinta años del retorno a la democracia”, 2016, organizado em quatro eixos principais: justiça, verdade, memória e reparação; analisa a trajetória do Uruguai de 1986 a 2016, fazendo um balanço dos avanços e desafios pendentes na luta pela verdade e justiça pelos crimes da ditadura de 1973 a 1985.

Considerações Finais

Neste artigo, abordei a maneira como ainda pode ser vista a impunidade militar na sociedade uruguaia. A maioria dos crimes cometidos durante a ditadura civil-militar ainda permanecem sem investigação e sem criminosos punidos. No entanto, apesar do cenário de injustiça e da tentativa de apagamento desses crimes, a luta contra a impunidade ainda permanece. Essa disputa de memória pode ser

vista justamente na colaboração de pesquisadores que realizaram vários artigos sobre os trinta anos da promulgação desta lei. Além dos familiares de vítimas da ditadura que ainda reivindicam a verdade e justiça por seus entes queridos.

O Estado uruguaio deve se comprometer a tratar de maneira impostergável a memória em torno da luta por justiça e verdade em seu passado recente. É impertinente que uma lei que trouxe a impunidade militar por tanto tempo para uma sociedade não seja debatida para que sejam dadas respostas há muito esperadas às famílias das vítimas, aos sobreviventes e à sociedade em geral, sobre os crimes cometidos durante a ditadura.

A punição ou até mesmo a falta dela a oficiais que promoveram crimes políticos, torturas, sequestros e outros atos em nome de Estados Latino-Americanos é um tema muito questionado dentro dos países da região. Faz-se necessário gerar conhecimento acerca dessa temática, no fito de alavancar e atualizar ainda mais esse debate, para que a impunidade não seja mais uma realidade na América latina.

Referências

ALLIER, E. *Batallas por la memoria*. Los usos políticos del pasado reciente en Uruguay. Montevideo-Ciudad de México. Ediciones Trilce-UNAM. 2010.

ALLIER, E. De historias y memorias sobre el pasado reciente en Uruguay: treinta años de debates. *Caravelle*, 104. 2015.

BURIANO, Ana; DUTRÉNIT, Silvia. A 30 años de la ley de caducidad uruguaya¿qué y cómo debemos conmemorar? **Revista Antíteses**. Universidade Estadual de Londrina, 2017. Disponível em:<[A 30 años de la ley de caducidad uruguaya¿qué y cómo debemos conmemorar? \(redalyc.org\)](https://redalyc.org)>. Acesso em: 22 de setembro de 2024.

GUIANZE, M. La impunidad más allá de la Ley de Caducidad. Construcción de un marco jurídico nacional de derechos humanos vs. persistencia de la cultura de impunidad. **Revue de l'Institut des langues et cultures d'Europe, Amérique, Afrique, Asie et Australie**. ILCEA, 26. 2016.

LESSA, Francesca. ¿Justicia o impunidad? Cuentas pendientes a treinta años del retorno a la democracia. **Revue de l'Institut des langues et cultures d'Europe, Amérique, Afrique, Asie et Australie**. ILCEA, 26. 2016.

Manini Ríos propuso “reinstalar” la Ley de Caducidad. La Diaria, 2020. Disponível em: <[Manini Ríos propuso “reinstalar” la Ley de Caducidad | la diaria | Uruguay](#)>. Acesso em: 22 de setembro de 2024.

MARCHESI, Aldo. **Ley de Caducidad un tema inconcluso: momentos, actores y argumentos**. Montevideo: Trilce/CSIC, 2013.

RISSO FERRAND, Martin et al. Cumplimiento de la sentencia Gelman vs. Uruguay de la Corte Interamericana de Derechos Humanos. Especial referencial punto resolutive 11 y al Poder Judicial. **Rev. Derecho**, Montevideo, n. 27, e3222, jun. 2023. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2393-61932023000101201&Ing=es&nrm=is>. Acesso em: 22 de setembro de 2024.

Jurisprudência

Corte Interamericana de Derechos Humanos. (2011, 24 de fevereiro). Caso Gelman vs. Uruguay. Sentencia del 24 de febrero de 2011 (Fondo y Reparaciones). https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_221_esp1.pdf

Suprema Corte de Justicia. (2013b, 8 de março). Sentencia n.º 87/2013. AA. AA Denuncia. Excepción de inconstitucionalidad ley 18.831 y en especial sus artículos 1, 2 y 3 (Ficha IUE 316-10015/1987). <http://bjn.poderjudicial.gub.uy/BJNPUBLICA/busquedaSelectiva.seam?cid=354>.

Normativa

URUGUAI (1985, 08 de março). Ley n.º 15737: Ley de amnistia. Aprobacion de la Convención Americana sobre Derechos Humanos llamada pacto de San Jose de Costa Rica. Creación de la Comisión Nacional de Repatriación.

<https://www.impo.com.uy/bases/leyes/15737-1985>

URUGUAI (1986, 22 de dezembro). Ley n.º 15848: Ley de caducidad de la pretensión punitiva del Estado. <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/15848-1986/1>.

URUGUAI. (2011, 27 de outubro). Ley n.º 18831: Restablecimiento de la pretensión punitiva del Estado para los delitos cometidos en aplicación del terrorismo de Estado hasta el 1º de marzo de 1985. <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/18831-2011>.

URUGUAY, *Mensaje N.º 088*, de 5 de outubro de 2005. Exclusión de los casos Simón Riquelme y Gerardo Gatti.

A CONSTRUÇÃO DO PELÉ COMO UM MITO E O FORTALECIMENTO DO NACIONALISMO NA SELEÇÃO BRASILEIRA ATÉ A COPA DE 1970

Matheus Siqueira Lobão Moraes¹

RESUMO

A ideia deste projeto é desenvolver e contextualizar a realidade que Pelé estava inserido, as condições que o levaram a se tornar um garoto propaganda da Ditadura Militar. Além de buscar compreender como os militares enxergaram no esporte um meio para dar voz ao nacionalismo, empregando características já utilizadas por Mussolini com o fascismo² italiano para fortalecer sua imagem tanto nacionalmente quanto internacionalmente.

PALAVRAS-CHAVE: Pelé, Ditadura Militar, Militares, Esporte e Futebol.

INTRODUÇÃO

Primeiramente, Pelé ou Edson Arantes do Nascimento veio ao mundo em 1940. Nasceu no meio de um contexto *caótico*³ tanto internacionalmente, como nacionalmente. O Brasil estava em uma Ditadura com Getúlio Vargas e internacionalmente a forte ascensão de regimes autoritários como o fascismo e nazismo, ganhavam forças na

¹ UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

² A definição de fascismo no texto será utilizada a ideia apresentada por Robert Paxton, sobre o fascismo ser a combinação do conservadorismo, o nacional socialismo e a direita radical. O conceito de culto a unidade, energia e pureza, utilizando disso e fortalecendo um discurso contra as minorias, ao mesmo tempo em que aplica uma vitimização do maior grupo sobre essas minorias. Reafirmando ideais nacionalistas, tirando ideias democráticas, além de perseguir minorias utilizando até mesmo da violência, sempre destacando a supremacia de seus ideais. Mesmo que o fascismo sofra de constantes mudanças de filosofia, entretanto, o fascismo dependia do apoio popular. (PAXTON, 2007. P. 335-361)

³ A palavra "*caótico*" que está sendo apresentada, deriva da palavra "*caos*". Seu significado pode ter mais de uma interpretação, segundo Roberto de Andrade Martins o significado de "*caos*" vem do grego "*khínein*", em um dos significados a palavra traz o sentido de abismo, podendo também ser algo indefinido. Nesse sentido foi utilizada a palavra para representar um abismo sem definição política. (MARTINS, 2012. p. 20.)

América do Sul. O Brasil é um país com bastante dificuldade em conseguir se consolidar com um sistema político, as constantes ameaças ao sistema democrático é algo recorrente no país. Durante o século XX, as ditaduras se tornaram comuns no Brasil.

Desde Mussolini o futebol é visto como um fenômeno sociocultural, que poderia ser utilizado como propaganda de governo. Passando a figura de força e “virilidade” dos jogadores. Já que Mussolini destacava os jogadores campeões da Copa do mundo em 1934 e 1938, como exemplo de “heróis fascistas”, sendo necessários que esses “heróis” fossem homens já que para Mussolini, o homem devia sempre buscar ser um herói de guerra, segundo a ideia pregada pelo fascismo “A guerra é para os homens o que a maternidade é para as mulheres⁴”. A construção de um “herói” dentro do modelo autoritário, parte do princípio planejado por Mussolini desde a década de 1920 e consolidado na década de 1930. Seu objetivo era a construção de uma comoção nacional, trazendo a concepção do “novo homem” reformulando seus valores, seus pensamentos e comportamento, almejando o homem com ideais dos antigos romanos destacando sua força física, vigor e seu espírito guerreiro. Sendo exemplos para a Itália, carregando a bandeira do nacionalismo e fascismo italiano. (OLIVEIRA, 2004, p.38). Para a Copa do Mundo de 1934, sediada na Itália, a ideia para essa copa era trazer estádios que destacassem a “romanidade⁵”, lembrando os locais que traziam a batalha de gladiadores. Já que o intuito era trazer os aspectos dos antigos romanos na figura dos jogadores de futebol. Sempre remetendo aos ideais dos gladiadores, para que dessem seu melhor em campo carregando os ideais nacionalistas.

⁴ Essa é uma fala de Benito Mussolini, na qual Mussolini declara o papel do homem e a idealização da guerra no Fascismo Italiano. Em seu discurso essa fala destaca bem como a guerra era romantizada no Fascismo Italiano.

⁵ Romanidade era a ideia de trazer conceitos da antiga Roma, com referências que remetem sua história através de aspectos ligados as diferentes áreas da sociedade como, por exemplo, a cultura e a arquitetura.

BRASIL E AS COPAS DO MUNDO DE 1950 A 1954

No ano de 1950, o Brasil fez a Copa do Mundo em casa. Trazendo um time recheado de bons jogadores. Não conseguiu ter o resultado esperado, mesmo com todo o investimento feito e a grande esperança do povo naquela seleção. O presidente Eurico Gaspar Dutra, apostava no mito construído por seu antecessor que governava acreditando na “Democracia Racial”⁶, mito esse que constrói a ideia do Brasil ser um país miscigenado sem preconceito de raças, que prega a igualdade e deveria se tornar um exemplo de democracia, sendo esse um discurso bastante usado para destacar o país durante a política da boa vizinhança.

Entretanto, essa Copa mostra como esse mito nunca existiu no Brasil, a seleção escalada para a Copa era formada por grandes nomes como Ademir Menezes, Barbosa, Nilton Santos e Zizinho. Essa forte seleção liderada pelo técnico Flávio Costa, fez com que acontecesse o fato que iria provar a ideia de mito na “Democracia Racial”, quando o Brasil perde a final da Copa para a seleção do Uruguai por 2x1, em pleno Maracanã com o maior número de torcedores registrados no estádio de 199.854 pessoas⁷. Essa derrota causou a revolta das pessoas que automaticamente culpavam os jogadores negros do time pela derrota, como foi o caso do goleiro Barbosa, o meio campo Bigode e Juvenal Amarijo que eram bastante criticados pelo técnico Flávio Costa. Segundo o jornalista Mauro Filho, no livro *O Negro no Futebol Brasileiro* “-Enquanto dependermos de negros vai ser assim.” Os

⁶ O mito da “Democracia Racial” era um discurso bastante usado por Getúlio Vargas, na qual queria passar a figura do Brasil como um país unido sem divergências raciais, sendo que não era bem assim. Com o país tendo grande desigualdade social. ALVES, Jean Sulyvan Silva. **Nacionalismo, censura e propaganda: o samba carioca na Era Vargas (1930/45).** 2017.

⁷ Número retirado de uma reportagem do jornal *O Globo* de 2013, essa reportagem mostrando os maiores públicos do Maracanã, acesso em 13 de março de 2024 e pode ser encontrada no site: </https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/final-da-copa-de-1950-registrou-maior-publico-no-maracana-199854-pessoas-10488080/>. Acesso em 17 de junho de 2024.

jogadores negros sofreram toda culpa da derrota, foi uma derrota triste para os brasileiros como Pelé que afirma ter visto seu pai chorando pela derrota do Brasil, como para o mito da “Democracia Racial”, que mostrou o quanto o racismo se mantinha forte na sociedade.

Na Copa do Mundo de 1954, a CBD chega para a disputa da Copa extremamente pressionada pelo povo, pois tinham em mente que apenas a vitória importava. Por causa da pressão exercida sobre os jogadores, esse foi o Mundial que a Seleção ficou conhecida por sua violência em campo, quando o próprio treinador reclamou com os jogadores sobre isso antes do jogo contra a Iugoslávia ainda na fase de grupos. O Brasil passou da fase de grupos, sendo segundo colocado pelo fato de ter empatado com a Iugoslávia e um regulamento confuso⁸. Nas quartas de finais o Brasil acaba enfrentando a Hungria, seleção que era a favorita para vencer a Copa com seu craque Ferenc Puskás que acabou se lesionando na fase de grupos e não jogou contra o Brasil. Entretanto, mesmo sem o Puskás a Hungria ainda era favorita para avançar às semifinais. O técnico Zezé Moreira acreditava ser capaz de superar a Hungria com “patriotismo”, então fazia antes dos jogos os jogadores beijarem a bandeira, cantarem o Hino Nacional e afirmava que aquilo era uma vingança pelos mortos da Força Expedicionária Brasileira em Pistoia⁹. Afirmações desse tipo

⁸ O regulamento da Copa do Mundo de 1954 foi conhecido por ser bem confuso, eram 4 grupos e esses grupos possuíam 2 cabeças de chave e 2 seleções mais fracas em relação aos cabeças de chave. Sendo que as seleções cabeças de chave não se enfrentariam, mas enfrentariam as seleções de menor expressão. O Brasil era considerado uma forte seleção pelo vice-campeonato na Copa do Mundo de 1950. A informação sobre o regulamento está disponível no link: <https://infograficos.estadao.com.br/esportes/copa/2018/historia-das-copas-do-mundo-de-futebol/1954/#:~:text=As%20sele%C3%A7%C3%B5es%20foram%20divididas%20em,a%20segunda%20fase%20da%20competi%C3%A7%C3%A3o./>>. Acesso em 17 de junho de 2024.

⁹ Informações de como os rituais feitos antes dos jogos foram retirada da reportagem **Copa de 1954: Batalha que entrou para a história**. Disponível no link: <https://oglobo.globo.com/esportes/copa-de-1954-batalha-que-entrou-para-historia-12570576/>>. Acesso em 17 de junho de 2024.

aumentava a pressão sobre os jogadores que já estavam se sentindo sobrecarregados.

O jogo contra a Hungria foi uma guerra anunciada que recebeu o nome de “Batalha de Berna”, vindo de um estresse constante e pressão sobre o jogo, os jogadores demonstraram todo o seu nervosismo em campo, durante a partida ocorreram dois pênaltis e três jogadores foram expulsos. Sendo dois brasileiros e um húngaro, a partida terminou com o placar de 4 x 2 para a Hungria. O maior problema aconteceu após o apito final quando começou uma batalha na saída de campo, com Puskás acertando uma garrafada em Pinheiro e Zezé Moreira acerta uma “chuteirada” em um ministro suíço. A imprensa brasileira culpou o campo molhado e a péssima atuação do árbitro inglês¹⁰.

A ERA PELÉ (1958-1970)

Na Copa do Mundo de 1958, o Brasil vai a Suécia com uma equipe renovada, fazendo diversas alterações entre os titulares. Algo que a CBD inovou durante essa Copa foi ao montar uma equipe com médicos, olheiros, psicólogos e preparador físico, esse projeto da CBD nomeado de Plano Paulo Machado de Carvalho (PPMC). Esse projeto surge após o contexto violento da Copa do Mundo de 1954, uma clara tentativa de “civilizar” os jogadores da seleção. Principalmente, onde afirmavam que os jogadores deveriam ter uma obediência absoluta¹¹. Essas ideias surgem com o intuito de afastar o Brasil do ideal de país “subdesenvolvido”, já que foi algo bastante criticado pela mídia

¹⁰Reportagem que traz a imprensa brasileira apresentando o árbitro e o campo molhado como culpados pela derrota. Em reportagem pelo **Jornal dos Sports (RJ)**, 1954. Disponível no link: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=112518_02&pagfis=5431/>. Acesso em 17 de junho de 2024.

¹¹ O conteúdo utilizado para trabalhar o Plano Paulo Machado de Carvalho(PPMC), foi encontrado no artigo: JUNIOR, M.A.F. . **Plano Paulo Machado de Carvalho: um projeto modernizador ou uma tentativa de civilizar os jogadores brasileiros?**. Recorde: Revista de História do Esporte , v. 7, p. 1-25, 2014.

internacional na Copa de 54, a forma como os jogadores agiram na “Batalha de Berna”. Forçando os jogadores a padronizarem seu comportamento, utilizando de diferentes áreas para o acompanhamento dos atletas. Nesse meio conflituoso surge a figura de um garoto de 17 anos chamado Edson Arantes do Nascimento (Pelé), que era dúvida para a Copa. Pois tinha se lesionado, entretanto, Pelé foi convocado.

Pelé e outro grande jogador de 25 anos Manoel Francisco dos Santos (Garrincha) tiveram de passar pelo psicólogo João Carvalhaes, nessa avaliação foi colocado que ambos tinham o comportamento “infantil” para a seleção e que Garrincha não possuía garra¹². O técnico Vicente Feola foi escolhido para ser o treinador da seleção na Copa do Mundo de 1958, depois de uma longa seleção com sete trocas de técnico até Feola ocupar novamente o cargo na seleção. Assim, ocorreu um período de estabilidade no comando técnico, pois fazia parte da ideia planejada por Paulo Machado de Carvalho.

Os jogadores convocados eram fortes, possuindo ótimos nomes. No entanto, a seleção não sofria a mesma pressão de 1954, já que na Copa de 54 a campanha da seleção não foi boa. Mas o rigor com a seleção e o foco na vitória por parte dos dirigentes da seleção, que mantinham o controle com “mãos de ferro¹³”.

Interessante destacar o ambiente em que Pelé é inserido na Seleção Brasileira, um ambiente baseado em rigor e aplicação de uma disciplina militar, assegurando total poder aos dirigentes e colocando o adolescente que era considerado “infantil” pelo psicólogo Carvalhaes. Pelé afirmava ter visto o pai chorando após o Maracanazo e prometeu ao pai que seria campeão da Copa do Mundo¹⁴. Um ponto

¹² Informações sobre o relatório dos jogadores mencionados pode ser encontrado no artigo: HERNANDEZ, J. A. E. . **João Carvalhaes**, um psicólogo campeão do mundo de futebol. Estudos e pesquisas em psicologia (Online), v. 11, p. 125-140, 2011.

¹³ “Mãos de Ferro” foi a palavra apresentada no texto com a ideia de representar o caráter rigoroso dos dirigentes, que cobravam uma obediência rigorosa por parte dos jogadores, além da cobrança constante que ocorriam por parte dos dirigentes.

¹⁴ Pelé afirma que será campeão para seu pai após o ver chorando. Informação encontrada no link: </https://www.cbf.com.br/selecao-

importante para essa Copa foi à lesão de Pelé sofrida em um amistoso no dia 22 de maio de 1958, próximo a Copa, na vitória de 5 a 0 da Seleção Brasileira contra o Sport Club Corinthians Paulista¹⁵ essa lesão acaba afetando Pelé que se preocupa com uma possível não convocação para a Copa.

O início da Copa do Mundo de 1958 para a Seleção Brasileira foi ótima, um excelente resultado contra a Áustria de 3 a 0. No segundo jogo o Brasil conseguiu um feito até aquele momento inédito, o primeiro empate em 0 x 0 em Copa do Mundo, o fato ocorreu no jogo entre Brasil e Inglaterra¹⁶, esse jogo causou um certo desconforto nos brasileiros, pelo fato de contarem com a vitória e obtiveram apenas uma atuação considerada ruim. No último jogo o Brasil enfrenta uma das seleções favoritas da Copa, a União Soviética que havia sido campeã nas Olimpíadas de Melbourne em 1956¹⁷. A Seleção Brasileira diferente dos outros dois jogos, inicia com a entrada de Pelé e Garrincha. Esse jogo teve seu início denominado como fantástico em jornais da época¹⁸, foi algo mágico o entrosamento em campo, Pelé e

brasileira/noticias/index/da-promessa-a-realeza-a-trajetoria-de-pele-pela-selecao-brasileira/>. Acesso em 17 de junho de 2024.

¹⁵ A informação sobre a lesão do jogador Pelé e do jogo foram retiradas da edição do dia 22 de maio de 1958 do jornal **Folha de São Paulo**, na página 10. Detalhe no jornal que o Corinthians é chamado de Corinthians sem o “h”. Essa edição se encontra no link:

</https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=31052&keyword=CORINTHIANS&anchor=4588377&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=1e50a13d04c3914049a02b392fd7f68d/>. Acesso em 17 de junho de 2024.

¹⁶ A informação do empate em 0 x 0, no jogo Brasil e Inglaterra. Pode ser encontrada no link: </https://ge.globo.com/futebol/selecao-brasileira/noticia/2022/11/23/numeros-de-partidas-sem-gols-na-primeira-rodada-e-o-maior-desde-a-copa-do-mundo-de-1982.ghtml/>. Acesso em 17 de junho de 2024.

¹⁷ A União Soviética vinha de um título de Olimpíadas, sendo Lev Yashin a principal estrela daquela competição na qual triunfaram sobre a Iugoslávia nas finais. Informação disponível no link: </https://www.fifa.com/pt/tournaments/olympicgames/paris2024/articles/list-a-medalhistas-torneio-olimpico-masculino-futebol/>. Acesso em 17 de junho de 2024.

¹⁸ Jornais retrataram a atuação do Brasil como algo fantástico, mágico. Algumas pessoas afirmavam que os minutos iniciais foram os mais belos da história do futebol. Reportagem **O início fabuloso do XI verde-amarelo acabou com os soviéticos**. Disponível no link: </https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=104140&pesq=%

Garrincha deram um novo rosto para aquela seleção que havia empatado com a Inglaterra. O Brasil fez um jogo mágico com bolas na trave de Pelé e Garrincha, além disso, 2 gols de Vavá e uma atuação que entrou para a história das Copas, sendo considerada uma das melhores de todos os tempos.

A partir das quartas de finais, eram jogos únicos. O Brasil enfrentou a Seleção do País de Galês, Pelé mostrou sua estrela nesse jogo. Decidindo o jogo para a seleção fazendo o único gol da difícil partida¹⁹, sendo assim o Brasil se classifica para enfrentar uma “temível França”, que era uma das favoritas ao título durante a competição. O Brasil com sua defesa “invulnerável” enfrentaria um dos melhores ataques com Kopa que recebeu o apelido de “Napoleão do Football”, além do forte jogador Just Fontaine considerado um dos melhores jogadores franceses, justificavam a alcunha da França como uma das seleções favoritas²⁰. Para os amantes de futebol que foram ver Kopa, Fontaine e Piantoni, aconteceu o inesperado: um show do ataque brasileiro que até aquele momento se destacava pela melhor defesa. O jovem de 17 anos Pelé faz um gol atrás do outro durante o segundo tempo, marcando seus três gols contra a forte França e nos jornais destacavam o feito do jovem Pelé²¹. Pelé em sua primeira Copa

22os%203%20minutos%20futebol%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br &pagfis=15408/> . Acesso em 17 de junho de 2024.

¹⁹ Jornal dos Sports(RJ), traz a notícia do “goal sofrido” feito pela Seleção Brasileira contra a Seleção Galesa e as “temíveis” seleções da França e Suécia, que eram fortes candidatas a taça da Copa do Mundo de 1958. Disponível em: </https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112518_02&pesq=Pa%C3%ADs%20de%20Gales&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=22043/>. Acesso em 17 de junho de 2024.

²⁰ Reportagem do Jornal dos Sports(RJ) sobre o jogo Brasil x França, pela semifinal da Copa do Mundo de 1958, a reportagem destaca o forte ataque francês e a defesa “invulnerável” do Brasil. Além disso traz outra matéria, que destaca o feito da seleção brasileira contra a Rússia, ainda na fase de grupos. A reportagem destaca “O maravilhoso football brasileiro”. Disponível no link: </https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112518_02&pesq=%22Brasil%20x%20Fran%C3%A7a%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=22059/>. Acesso em 17 de junho de 2024.

²¹ Reportagem que destaca como as pessoas que foram ver o trio francês e encontraram o jovem Pelé dando um show na Copa do Mundo, com seus três gols nas semifinais contra a França. Disponível no link: </https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112518_02&Pesq

do Mundo com 17 anos, depois de sua atuação contra a França ganha à alcunha de “incomparável” e classificando o Brasil para a final contra a Suécia com sua atuação sendo considerada “diabólica e inigualável”²².

A forte seleção sueca enfrentou o Brasil, tendo um início ótimo marcando seu gol aos 4 minutos. O nervosismo dos jogadores era grande, levando em conta que era a segunda final de Copa do Mundo que o Brasil enfrentava e o fracasso contra o Uruguai ainda pairava a mente dos jogadores. No entanto, o time soube lidar com a pressão quando Vavá reage marcando seus dois gols, Pelé novamente aparece marcando dois gols na partida, sendo um deles um dos gols mais bonitos de todas as copas e Zagallo também marcou a favor da seleção. O Brasil ganha por 5 X 2 da Suécia, sagrando-se campeão do torneio pela primeira vez em sua história. Fato interessante que ocorreu nessa Copa aconteceu na comemoração os jogadores brasileiros estenderem a bandeira da Suécia, esse fato vai contra a ideia de os jogadores brasileiros serem apenas “baderneiros” e mostrava um espírito competitivo e respeitoso por parte dos jogadores²³.

Após a conquista da Copa do Mundo, nenhum jogador da seleção ficou rico com a conquista, quem enriqueceu foram os clubes com diversos convites para excursões no exterior. Na conquista e durante a Copa, Juscelino Kubitschek que era presidente do Brasil no período, viu uma oportunidade de fazer política, fazendo promessas aos jogadores, se reunindo com pessoas próximas aos jogadores,

=%22Brasil%20x%20Fran%c3%a7a%22&pagfis=22080/>. Acesso em 17 de junho de 2024.

²² Reportagem que destaca Zito, Vavá e Pelé como figuras incomparáveis. Além de destacar a grande atuação de Pelé contra a França e destacar seus feitos infernizando a defesa da forte seleção francesa. Disponível no link: </https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112518_02&Pesq=%22Brasil%20x%20Fran%c3%a7a%22&pagfis=22082/>. Acesso em 17 de junho de 2024.

²³ A imagem que retrata os jogadores brasileiros balançando a bandeira da seleção sueca está disponível no link: </https://infograficos.estadao.com.br/esportes/copa/2018/historia-das-copas-do-mundo-de-futebol/introducao//>. Acesso em 17 de junho de 2024.

bebendo champanhe na taça²⁴, canções que exaltavam o nacionalismo brasileiro também surgiram como a canção “A taça do mundo é nossa²⁵” gravada pelo grupo Os Titulares do Ritmo em 1958, trazendo versos que exaltavam o feito da Seleção Brasileira, diversas marchinhas e canções da época exaltavam a conquista, além de Pelé ser bastante citado nas canções que exaltavam as conquistas da seleção.

Após a Copa do Mundo de 1958, Edson Arantes do Nascimento é convocado a servir o Exército Brasileiro, sendo o recruta 201. Edson não estava interessado em servir ao exército, sentia que já tinha servido na Copa do Mundo de 1958, já que na época ser convocado pela seleção era considerado como servir ao exército²⁶. Pelé recebia pouco dinheiro durante esse período com descontos no exército recebia cerca de Cr\$ 733,00²⁷ livres sem os descontos. Pelé jogou seu futebol no exército, no entanto, parecia uma forma de chamar a atenção da juventude para o futebol, tanto que não são citados na entrevista Zito e Gilmar, que passaram pelas forças armadas também. O jogador veio a ter seu auge por clubes posteriormente ao período que serviu as forças armadas, vindo a fazer parte daquele que por

²⁴ As informações citadas no parágrafo podem ser encontradas na referência: GUTTERMAN, Marcos. **O futebol explica o Brasil**: uma história da maior expressão popular do país. São Paulo: Editora Contexto, 2010. p. 148-151

²⁵ A letra da canção pode ser encontrada na reportagem produzida pelo UOL, **No embalo da Seleção: lembre músicas que contaram cada título do Brasil na Copa do Mundo**. Disponível no link: </https://www.terra.com.br/esportes/brasil/no-embalo-da-selecao-lembre-musicas-que-contaram-cada-titulo-do-brasil-na-copa-do-mundo,c8d627b54f3e6352a90b287429c8b4289m0co3fj.html/>. Acesso em 17 de junho de 2024.

²⁶ Reportagem sobre o recruta 201, que foi feita pela Revista O Cruzeiro em 1959. Nela destaca a figura de Edson Arantes do Nascimento em seu período no Exército Brasileiro, além de valor recebido no período e outras experiências em seu período servindo. Disponível no link: </https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&Pesq=pe1%c3%a9%20no%20ex%c3%a9rcito&pagfis=123355/>. Acesso em 17 de junho de 2024.

²⁷ Aproximadamente 237 Reais em 2020, sendo convertido segundo o IGP-DI. Considerando os valores da época para os valores mais atuais disponíveis, levando em conta a inflação. Disponível no link: </https://arquivofee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/>. Acesso em 17 de junho de 2024.

muitos é o melhor time da história, o Santos Futebol Clube no período de 1961 a 1965. Durante esse período Pelé fez magia não apenas nos campos brasileiros, como também, nos campos internacionais.

Nesse período o jogador conquistou cinco campeonatos brasileiro, quatro campeonatos paulista, duas Libertadores da América e duas Copa Intercontinental. Na final contra a forte equipe do Benfica que havia sido campeã da *Coupe des Clubs Champions Européen*²⁸, do craque português Eusébio, Pelé era bastante exaltado pela mídia. Afirmando que Pelé “vale o espetáculo”, Santos como favorito e que Pelé já era considerado ‘Rei’ até no Egito. Mostrando uma charge que Pelé estava acima de Alfredo Di Stéfano²⁹ com outros jogadores e segurando uma coroa³⁰. Isso mostra como o Santos era colocado perante aos Europeus, o Santos era o time a ser batido. Após o jogo contra o Benfica em Lisboa, Pelé ganhou uma figura mítica. Jornais afirmavam que Pelé deu um “show”, brilhava em campo fazendo seus três gols que foram exaltados ao máximo, sua atuação era dita como “lusos nunca viram coisa igual³¹” e a partir desse jogo Pelé ganha a alcunha de ser um “mito”, assim como os deuses, Pelé é descrito como um “negro divino”, descreve também como a grande atuação do time do Santos foi aplaudida pelos torcedores do Benfica. Além disso, traz uma definição interessante que “a pessoa é inferior ao próprio mito”, sem dúvidas Pelé sabia disso as regras do jogo não

²⁸ Atualmente chamada de *Champions League*.

²⁹ Ícone do futebol mundial, campeão diversas vezes pelo Real Madrid. Ganhador de cinco Taças dos Clubes Campeões Europeus, atual Liga dos Campeões da UEFA, além de ter conquistado a Ballon d’Or. Jogou pela Seleção da Argentina e Espanha.

³⁰ Reportagens sobre os temas que se referem no parágrafo, além da charge com Pelé acima de Di Stefano, já em 1962 estão no Jornal dos Sports(RJ). está disponível no link:

</https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112518_03&pesq=%22Santos%20Benfica%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=11865/>. Acesso em 17 de junho de 2024.

³¹ Reportagem que destaca atuação de Pelé contra o Benfica, Jornal dos Sports(RJ). Disponível no link:

</https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112518_03&Pesq=%22Santos%20Benfica%22&pagfis=12120/>. Acesso em 17 de junho de 2024.

serviam pra ele³². Pois ele era mágico, estando em campo Edson Arantes do Nascimento sumia e apenas a figura do jogador Pelé prevalecia. Com Pelé fora em 62, Garrincha brilha e faz mágica em campo, se sagrando como herói do bicampeonato da Copa do Mundo, Brasil era mais uma vez campeão do mundo. A diferença era que Pelé não foi decisivo, pelo fato de jogar apenas dois jogos³³ e Garrincha coloca seu nome entre os melhores da história do esporte, fazendo sua melhor Copa do Mundo.

No ano de 1966 aconteceria uma nova Copa do Mundo, na qual estavam os olhos do mundo novamente voltados ao Brasil. O torneio foi executado na Inglaterra, as principais seleções estavam com ótimos elencos. O Brasil internamente enfrentava a Ditadura Militar, com o ditador Castello Branco no poder, que descumpre sua promessa de devolver o poder ao povo naquele mesmo ano. Na seleção as coisas pareciam estar complicadas, Gérson o “canhotinha de ouro” estava lesionado e não jogou o primeiro jogo. Mas o Brasil ainda tinha Pelé e Garrincha, Mané não estava no mesmo nível de 1962, ele já tinha saído do Botafogo e ido para o Corinthians. A dupla lendária e invicta³⁴ era a esperança da seleção canarinho que pegou um grupo difícil com Portugal de Eusébio, a forte Hungria de Ferenc Bene que havia sido campeã olímpica em 1964 e a modesta Bulgária.

No primeiro jogo o Brasil ganhou por 2 x 0 e um dos gols foi feito pelo Pelé de falta, com essa vitória o Brasil completou 13 jogos sem perder em Copa. No entanto, novamente Pelé se lesiona, pois ele

³² As informações da construção do jogador Pelé como um “mito”, além da descrição dos aplausos pelos lusos. Disponível no link: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112518_03&Pesq=%22Santos%20Benfica%22&pagfis=12139/. Acesso em 17 de junho de 2024.

³³ Reportagem destacando Pelé não jogando a finalíssima, texto retrata como a seleção conseguiu lidar com a ausência do “Rei”. Disponível no link: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112518_03&Pesq=tcheca&pagfis=10768/. Acesso em 17 de junho de 2024.

³⁴ Pelé e Garrincha tem o feito de nunca terem sido derrotados, enquanto estivessem jogando juntos em campo. Disponível no link: <https://ge.globo.com/futebol/times/botafogo/noticia/2022/12/29/rei-e-mane-pele-nunca-perdeu-jogando-com-garrincha-idolo-do-botafogo.ghtml/>. Acesso em 17 de junho de 2024.

tinha sido “caçado” pelos jogadores búlgaros em um jogo que sofreu com muitos pontapés³⁵. Mesmo com Gérson e Garrincha a seleção não aguentou a forte Seleção da Hungria liderada por Bene e perdeu por 3 x 1. A seleção estava por um fio, dependia da vitória sobre Portugal no último jogo da fase de grupos. Portugal vinha de duas vitórias e com uma forte equipe, ao contrário do Brasil que Garrincha teve sua lesão agravada contra a Hungria e Gérson acaba sentindo novamente sua lesão. Pelé tem seu retorno contra Portugal e se torna a principal esperança brasileira contra a forte seleção de Portugal. Foi criada uma construção mítica na figura do Pelé, frase como “Pelé, jogai por nós!”³⁶. As esperanças estavam sobre Pelé e Pelé até lutou, mesmo sofrendo com lesões arriscou, mas a seleção de Portugal com um futebol agressivo conseguiu parar Pelé com duras faltas, Pelé volta ao segundo com a perna direita enfaixada³⁷ e não consegue ter suas atuações que o consagraram como “Rei do futebol”.

A atuação de Pelé foi considerada uma “Luta solitária do Rei ferido que não teve glória”³⁸, Pelé foi para essa Copa de 66 com o “Rei do futebol” e voltou sendo chamado de “jogador comum”, mostrando mais uma vez que a única coisa que importava aos brasileiros era vencer e não importava a garra apresentada em campo, caso perdesse

³⁵ Reportagem que afirma a forma como Pelé estava sendo caçado e sofrendo com os pontapés e a marcação da Seleção da Bulgária. Disponível no link: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112518_03&Pesq=tcheca&pagfis=28664/. Acesso em 17 de junho de 2024.

³⁶ Reportagem do jornal Cidade de Santos (SP), de 1968. Apresenta falas que foram ditas, quando a Seleção Brasileira estava desacreditada na Copa do Mundo de 1966. A frase citada é “Pelé, jogai por nós”. Disponível no link: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=896179&pesq=%22Pel%C3%A9,%20jogai%20por%20n%C3%B3s%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=5268/>. Acesso em 20 de junho de 2024.

³⁷ Reportagem retratando os acontecimentos da partida, pelo Jornal dos Sports (RJ). Disponível no link: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112518_03&pesq=%22Brasil%20x%20Portugal%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=28758/. Acesso em 20 de junho de 2024.

³⁸ Frase colocada pelo Jornal dos Sports (RJ) para descrever a situação do “Rei do futebol” no jogo contra a seleção de Portugal. Disponível no link: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112518_03&pesq=%22Brasil%20x%20Portugal%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=28793/. Acesso em 20 de junho de 2024.

seria duramente criticado. Buscando culpados, a busca pelos culpados era focada principalmente nos jogadores negros, quando se fala do fracasso da Copa do Mundo de 1966 costuma citar o nome do Pelé e ele foi perseguido em campo. Isso pesou para as falas de Havelange ao dizer que não contava mais com Pelé para a Copa de 1970³⁹.

Durante os quatro anos subsequentes a Copa do Mundo de 1966, ganha força o debate se Pelé jogaria a próxima Copa, na seleção pelo fator do fracasso ocorrido em 66 voltam a ocorrer alterações no planejamento da seleção, principalmente por figuras que reaparecem na Seleção com Paulo Machado de Carvalho, que propõe alterações no planejamento esportivo da preparação. Em 1969 o ditador Emílio Médici assume o poder, antes disso o técnico João Saldanha assume a Seleção Brasileira no período do ditador Costa e Silva⁴⁰. Saldanha sofria pressão externa pela escalação de jogadores, como o preferido de Médici que era fanático por futebol e viu no futebol uma forma de “popularizar” seu governo, buscava controlar de certo modo a Seleção Brasileira, tentando colocar nomes dentro do elenco, sendo um exemplo o jogador Dadá Maravilha que estava no Atlético Mineiro, sendo que Saldanha era conhecido por ter uma personalidade forte e era comunista, algo que fazia com que sofresse ainda mais perseguição no comando da seleção canarinho. Através dos atritos e por não aceitar interferência de Médici na Seleção, Saldanha é demitido do cargo⁴¹.

³⁹ Fala de João Havelange no Jornal dos Sports (RJ), em 1966. Disponível no link: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112518_03&pesq=%22Brasil%20x%20Portugal%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=28772/>. Acesso em 20 de junho de 2024.

⁴⁰ João Saldanha coloca que Costa e Silva morreu estranhamente no meio do período em que estava na Seleção. Saldanha também é contra o ditador Médici, declarando ser um “usurpador do poder”, em seus atritos sobre a interferência de Médici na seleção, Saldanha declara o governo de Médici como o “Mais assassino da história do Brasil.” Essas informações foram retiradas de uma entrevista recuperada pelo locutor-que-vos-fala, de 04 de julho de 1983. Disponível no link: <https://g1.globo.com/platb/geneton/2010/06/09/joao-saldanha-manda-lembrancas-um-encontro-com-o-tecnico-que-incendiou-a-selecao-brasileira/>>. Acesso em 26 de junho de 2024.

⁴¹ Informação sobre a demissão de Saldanha foi retirada do Arquivo Nacional. Disponível no link: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/imagens-e-documentos-do-periodo-de-1964-1985/imagens-correio-da-manha/joao-saldanha-tecnico-da-selecao-brasileira-de-1970-demitido-poucos->

A COPA DO PARADOXO 1970

A Copa do Mundo de 1970 no México pode ser considerada a Copa mais complexa da história, tal Copa consolidou de vez a figura do Pelé como um mito, fortaleceu o período de maior repressão da ditadura no período em que Médici estava no poder. Pelé estava sendo questionado como o rosto da Seleção, Tostão havia sido artilheiro das eliminatórias para a Copa do Mundo e a mídia enxergava que a equipe poderia ter uma nova face⁴², o torneio foi algo positivo tanto para Pelé que buscava reverter o fracasso de 1966 como para Médici que contava com a Copa para “legitimar” suas atitudes durante a ditadura cívico-militar. Trazendo novamente ideias semelhantes às utilizadas por Mussolini, Médici torna a Copa do Mundo de 1970 a “Copa do Paradoxo”.

A esquerda sabia a importância de se opor contra os ditadores, mas era difícil disputar as atenções com uma das melhores seleções de todos os tempos. Os militares focaram neste período nas propagandas com a AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas), o foco de relacionar as vitórias em campo como se fosse um sucesso do regime, a Copa do Mundo representava um campo de batalha e a cada vitória da seleção, os militares associavam tais vitórias a Pátria e à identidade nacional. O medo dos indivíduos que eram resistência a ditadura era a vitória do Brasil, a resistência estava nas ruas lutando contra o regime, mas a cada vitória da seleção o povo saía para as ruas comemorar a vitória e ofuscava a luta contra a repressão que estava acontecendo. No entanto, o futebol encantador da seleção canarinho enchia os olhos até mesmo daqueles que pediam a derrota da

meses-antes-da-copa-do-mundo-por-nao-aceitar-a-interferencia-do-general-emilio-gastarrazu-medici-na-escalacao-da-equipe/>. Acesso em 20 de julho de 2024.

⁴² Entrevista de João Saldanha sendo questionado sobre Pelé ou Tostão. **O Pasquim**, 3 a 10 maio 1970, número 45, p. 13. Disponível no link: </https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=124745&pagfis=935/>. Acesso em 20 de julho de 2024.

seleção⁴³. A vitória da seleção para Médici se tornou um trunfo no período em que o ditador esteve no poder, mesmo apaixonado por futebol, Médici sabia que com o foco da mídia e da população na vitória da seleção, as barbáries que os militares cometeram enquanto estava no poder seriam ocultadas. De certo modo a Copa do Mundo serviu para Médici “legitimar” para os civis toda a violência que era praticada no período em que esteve à frente da ditadura.

Pelé fez uma Copa do Mundo digna de redenção, com gol e assistência na final contra a Itália. Fazendo assim de jogador criticado antes do torneio para novamente merecedor da alcunha de “Rei do Futebol”, a diferença é que a partir dessa Copa se tornou definitiva. Médici cresceu sua popularidade com a conquista do troféu, recebendo homenagens junto aos jogadores⁴⁴, a população entrou em êxtase⁴⁵.

CONCLUSÃO

Algo que é importante destacar era o fator racial, no Brasil alguns times de grande relevância tiraram as restrições de não possuir jogadores negros no elenco, no início da década de 50. Um exemplo de time com grande relevância que removeu tais restrições é o Grêmio Foot-ball Porto Alegrense que tornou possível a entrada de jogadores negros no elenco no ano de 1952⁴⁶. Além de que jogar na Seleção

⁴³ Tirinha no jornal que retrata o paradoxo da copa. O Pasquim, 11 a 17 jun. 1970, número 51, p. 11. Disponível no link: </https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=124745&pagfis=1141/> Acesso em 20 de julho de 2024.

⁴⁴ Reportagem destacando as homenagens recebidas pelas Seleção Brasileira com a participação do General Emílio Médici. Disponível no link: </https://oglobo.globo.com/esportes/nos-40-anos-da-copa-de-70-guadalajara-vive-ate-hoje-passagem-da-selecao-brasileira-3001552/> Acesso em 26 de julho de 2024.

⁴⁵ Reportagem sobre a comoção com a chegada da seleção após a Copa. Disponível no link: </https://m.acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,diario-da-copa-de-70-a-hora-da-festa,70003342289,0.htm/>. Acesso em 26 de julho de 2024.

⁴⁶ O Grêmio teve jogadores negros anteriormente à Carta Magna. No entanto, por mais de uma década o time não teve nenhum jogador negro, até o ano de 1952. As informações utilizadas no texto foram encontradas no texto: SILVA, G. F. ; BALZANO, O. N. Futebol Gaúcho: Questões Étnico-Raciais E Culturais Na

Brasileira para um homem negro, após o “Maracanazo” era algo amedrontador, lembrando-se do caso que os jogadores negros foram “crucificados” ao final da partida e se tornou um fardo que os jogadores negros eram obrigados a carregar mesmo após o campeonato. Para entender a figura “Pelé” é necessário compreender o contexto em que Edson Arantes do Nascimento foi inserido na Seleção Brasileira, a ideia de obediência absoluta e a construção do nacionalismo que acontecia no futebol.

O mito construído sobre o Pelé acontece junto com o fortalecimento do nacionalismo na Seleção Brasileira, Pelé surge como a oportunidade daqueles que utilizavam o mito da “Democracia Racial” consolidar seu jogador perfeito que representasse o Brasil como um país que respeita as diversidades algo pregado desde a “política da boa vizinhança”. Inserindo o jogador no meio militar desde cedo, tomando decisões por ele, como sua entrada no Exército. Isso fez do maior jogador de futebol de todos os tempos, um objeto para o crescimento do sentimento nacionalista no país, sendo utilizado por diferentes presidentes e ditadores. Pelé foi o “herói” ideal do nacionalismo brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORDEIRO, Janaína M. ; MAGALHÃES, Livia G. *O Poder na Torcida: consenso, futebol e ditadura no Brasil (1970) e na Argentina (1978)*. Revista Faces do Clio , v. 2, p. 1-19, 2016.

FILHO, Mário. *O negro no futebol brasileiro*, Rio de Janeiro, Mauad, 2003, p. 100-160.

GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país*. São Paulo : Contexto, 2009. p. 30-228.

GUTERMAN, M. (2012). *Médici E O Futebol: A Utilização Do Esporte Mais Popular Do Brasil Pelo Governo Mais Brutal Do Regime Militar*.

Educação Física Escolar. In: Porto Alegre. IV SIPASE: Seminário Internacional Pessoa Adulta, Saúde e Educação, 2017. p, 6-7.

Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 29(01). Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/9958/>>. Acesso em 20 de julho de 2024.

HERNANDEZ, J. A. E. . João Carvalhaes, um psicólogo campeão do mundo de futebol. Estudos e pesquisas em psicologia (Online), 2011. p. 125-140.

JUNIOR, M.A.F. *Plano Paulo Machado De Carvalho: Um Projeto Modernizador Ou Uma Tentativa De Civilizar Os Jogadores Brasileiros?* Recorde: Revista de História do Esporte , v. 7, p. 1-25, 2014.

MARTINS, Roberto de Andrade . *O universo: teorias sobre sua origem e evolução*. 2. ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012. p. 20.

PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007. P. 335-361.

OLIVEIRA, Pedro Paulo Martins de ; *A Construção Social da Masculinidade*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

SAMPAIO, G. A. *Mens sana in corpore sano?* Os Estádios Monumentais De Mussolini, Salazar E Getúlio Vargas. Artis On , v. 7, p. 111-122, 2018.

DO OURO À MARMELADA: A ECONOMIA DE ABASTANÇA E A PRESERVAÇÃO CULTURAL DE SANTA LUZIA-GO¹

Milena Juliana do Nascimento²

Resumo

Durante o declínio da mineração em Goiás, entre o final do século XVIII e o início do XIX, a produção de marmelada tornou-se uma alternativa econômica para o arraial de Santa Luzia. O marmelo, introduzido no período colonial, encontrou na região condições ideais para o cultivo, viabilizando a exportação da marmelada para outros centros econômicos, como, por exemplo, o Rio de Janeiro. Apesar de não substituir o ouro em valor econômico (e sem a intenção de compará-los), o doce destacou-se como símbolo de resistência e identidade cultural. Atualmente, os quilombolas do Quilombo Mesquita preservam essa tradição artesanal, reconhecida em 2022 como Patrimônio Cultural e Imaterial de Goiás.

Palavras-chave:

Declínio minerador, marmelada, Santa Luzia, patrimônio cultural, economia colonial.

Embora a colonização de Goiás tenha sido impulsionada pela mineração, essa atividade não se manteve como a principal em caráter permanente. Tal processo de diminuição da arrecadação do ouro não foi restrito apenas ao território goiano, porém foi vivenciado de forma mais intensa pelos goianos e mato-grossenses. Além das características geográficas do território, bem como as especificidades da extração do ouro de aluvião, outros motivos associados a este contexto facilitaram o decréscimo em questão. Segundo Kelerson Semerene Costa, o “progressivo esgotamento das minas superficiais e

¹ Este texto é uma versão adaptada de parte da minha dissertação intitulada *Em todos os locais da América portuguesa: a estrutura de posse de escravos por meio dos registros de batismos de Santa Luzia, Goiás (1749-1788)*, defendida em 2023 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/47625>.

² PPGHIS-UnB. milenajuliana25@gmail.com

a insuficiência de técnicas disponíveis para aprofundar a exploração, [...] à descapitalização dos mineiros devido ao sistema fiscal e ao constante endividamento junto aos comerciantes” (COSTA, 2013, p. 43) são fatores que explicam tal processo.

Tal cenário pode ser melhor percebido a partir de meados de 1800, quando as estruturas comerciais são atingidas com mais intensidade. Porém, a transformação econômica pode ser identificada antes deste momento. Em 1779 foi a primeira vez que o quinto não alcançou quinze arrobas. A partir de então, com raros momentos de recuperação, o rendimento foi cada vez menor.

Nos dez anos seguintes, o quinto experimentou nova redução à metade - 10.033 oitavas em 1812, ou duas arrobas e meia. Em 1820, às vésperas da independência, não chegava sequer a uma arroba; a mineração praticamente tinha desaparecido como atividade econômica significativa. Continuavam alguns míseros faiscadores lavando e relavando o cascalho acumulado nos dias passados e removendo as areias que foram auríferas, como aqueles quatro ou cinco negros encontrados por Saint-Hilaire em Santa Luzia, que conseguiam salários de quatro vinténs, uns 150 réis por dia no tempo das águas, mas apenas 1 vintém durante a seca. (PALACIN, 1979, p. 132).

No relato do governador Delgado Freire, de 1813, também é possível observar o mesmo cenário:

A extração do ouro nesta Capitania vai correndo à sorte daquela dos demais produtos minerais com tão vantajosos passos que em breve será reduzido a nada o seu quinto, tendo diminuído quase progressivamente desde o ano de 1778, que marcou época fim de sua abundância e princípio de sua decadência. Isto certamente não é devido ainda pela falta deste metal, pois creio bem estar intacta a sua matriz, por não haver aqui memória de mineração regular, e metódica, nos montes onde a devo supor, e muito abundante pela grande quantidade que dela tem afluído aos campos e rios, donde até agora tem sido extraído sem mais pequeno princípio mineralógico, tanto por se descobrir e encontrar com mais facilidade, como por não ter havido alguém com os conhecimentos e posses para um semelhante trabalho, e o que é agora absolutamente impossível, pois a maior parte dos habitantes chamados mineiros semelhantes ao jogador que nem sabe nem tem outro ofício nem aplica algum ganho mais que as coisas supérfluas ou a ver se pelo mesmo caminho faz outro maior; finalmente perde tudo, fica pobre e sem ressursa, assim eles vivem na maior miséria, lavando ainda terra, já

muitas vezes lavada, ou vagando a ver se encontram alguma riqueza, ou descoberto, como vulgarmente chamam, isto é, alguma mancha, ou pinta, que ainda não fosse encontrada, e que tem feito para sua desgraça. (PALACIN, 1979, p. 134).

Na descrição feita pelo governador alguns motivos são apontados para o decréscimo da produção e conseqüentemente da arrecadação, tais como a falta de conhecimentos técnicos para a exploração. O relato também destaca que a população vivia em miséria, tentando quase que em vão achar algo na terra lavrada, assemelhando-se ao cenário encontrado por Saint-Hilaire em Santa Luzia.

Tal quadro pode ser traduzido em números:

Do total aproximado de 131 toneladas de ouro extraídas de 1726 a 1822, 80 toneladas, ou 61%, foram produzidas entre 1736 e 1765. A arrecadação do quinto atingiu, em 1753, 40 arrobas, o equivalente a uma produção total de 3 toneladas naquele ano. Essa arrecadação manteve-se acima de 30 arrobas até 1760. Decresceu ano a ano, atingindo 15 arrobas em 1773. 10 em 1781, virou o século com 5, para chegar em 1822, a apenas meia arroba, correspondente a produção de 37,5 quilos. (COSTA, 2013, p. 43).

O declínio pode também ser identificado na redução das trocas comerciais, que a partir de então, por conta do crescente isolamento, gradualmente se dissiparam, com as redes de comunicação já não apresentando a mesma vitalidade de antes. Esta situação também pode ser percebida pelo número reduzido de tropas e viajantes que passavam pelas fronteiras, o que indica o declínio das importações e do fluxo de mercadorias: “em 1809, passaram apenas sete tropas pela Contagem de São João; em 1810, seis tropeiros pobres; e na década seguinte (1810-1820) não se excedeu a 12 viajantes ao todo” (LEONARDI, 2016, p. 338), em contraste com o movimento observado na década de 1780, quando foram registrados 111 tropeiros.

Por conseguinte, Luiz Palacin destaca que a redução na arrecadação do mineral teve um impacto significativo no aumento das distâncias no território goiano, intensificando o processo de

isolamento dessa região. Conforme observado pelo autor, essa situação deixou as populações locais “como náufragas, sem possível retorno” (PALACIN, 1979, p. 13).

Para uma compreensão adequada das estruturas que sustentavam o comércio no interior, é necessário contemplar as condições em que essas transações ocorriam. Percorrer o território colonial em busca de trocas comerciais representava um desafio considerável. Inúmeros fatores influenciavam essas viagens, tais como as condições climáticas, a natureza das mercadorias envolvidas, o tamanho do grupo de comerciantes e até mesmo os animais envolvidos no transporte.

O preço e a carência dos animais de carga eram outras das ameaças ao transporte e às viagens. Pohl põe como uma das causas primeiras, determinante da decadência de Goiás, imediatamente depois da morte de muitos escravos, a morte das bestas por causa das epidemias, causadas ou favorecidas pela falta de sal. De fato, ele mesmo observa, noutro lugar, que em Goiás era difícil encontrar animais de carga fora do tempo da seca, em que chegavam de São Paulo ou se encontravam de passagem para Mato Grosso. (PALACIN, 1979, p. 137).

As tropas comercializavam uma diversidade de produtos que em geral não eram encontrados nesta região, sendo um bom exemplo o algodão descaroçado. Segundo Palacin, Meia Ponte costumava pagar, por uma arroba deste algodão, um frete de três mil réis. Tais produtos foram comercializados com mais ênfase quando a mineração ainda rendia bons lucros; porém, após este período, muitas mercadorias deixaram de adentrar ao território goiano. Diante deste cenário, qual produto poderia substituir o ouro e fomentar a economia local?

Saint-Hilaire sugeria, como único remédio, o cultivo e exportação de produtos agrícolas especializados de alto valor comercial, cujo preço compensasse os custos de transporte: algodão, açafrão, café e chá. Poderia ter sido, talvez, uma solução, mas, no estado de prostração em que se encontrava a capitania, era pouco menos que impossível encontrar quem dirigisse a produção em grande escala de tais produtos, e cuidasse depois de sua comercialização. (PALACIN, 1979, p. 137).

Maria Augusta de Sant'Anna Moraes e Luiz Palacin também compartilham dessa perspectiva. De acordo com os autores, a superação dessa crise econômica só ocorreria caso um novo produto básico surgisse no mercado consumidor europeu, como havia acontecido com o açúcar, o ouro e o algodão do Brasil.

Outra pergunta se faz importante: por que o comércio desempenha um papel tão crucial nessas regiões e serve como um indicador de mudanças no panorama econômico? Além do sistema fiscal (método de capitação e arrecadação do quinto), que garantia à Metrópole o controle destas regiões, o comércio era um indicativo das relações que interligavam o interior do Brasil às outras regiões. Essas cidades haviam se formado por conta da mineração e, por mais que existissem outras atividades produtivas, o grande esforço ainda estava centralizado na extração mineral. De acordo com Kelerson Semerene Costa,

o comércio de importação sempre acompanhou a sociedade mineradora, pois essa, ao orientar seus fatores de produção totalmente para a busca do ouro, dependia quase totalmente de gêneros produzidos em outras regiões para se abastecer, seja de alimentos, seja de ferramentas, seja ainda de tecidos ou de bens mais suntuosos. Ora, grande parte do comércio colonial era praticado nos limites do exclusivo metropolitano e, como havia poucas manufaturas na colônia – finalmente proibidas em 1785 –, quase todos os bens consumidos na zona mineradora eram comercializados pela burguesia mercantil da metrópole, tendo como mediadoras as casas de comércio do litoral do Brasil, o que, ao lado do sistema fiscal, constituía-se num outro mecanismo de apropriação pela metrópole da produção colonial. Assim, havia uma transferência progressiva da renda auferida pelos mineradores para os comerciantes locais, destes para os negociantes do litoral e, finalmente, para a burguesia lusitana, configurando, segundo Alcir Lenharo, uma “troca desigual de comércio”. (COSTA, 2013, p. 111).

O cenário era este: devido às políticas fiscais e comerciais implementadas, os mineradores vivenciaram uma generalizada crise de endividamento que revelou a incapacidade de manter a produção de ouro. A falta de insumos e de mão de obra, aliada à ausência de técnicas especializadas para explorar novas áreas, tornou necessária a

adoção de uma nova dinâmica econômica. A diminuição da produção de ouro teve repercussões significativas em toda a capitania de Goiás. De acordo com Costa, essas novas dinâmicas representaram uma reestruturação na economia local, transformando a mineração de um ramo produtivo fundamental em uma atividade ocasional e secundária.

A administração portuguesa, em certa medida, até empreendeu esforços para reativar a produção aurífera em Goiás, porém sem sucesso. Como resultado, o autor indica que

teve início um movimento de reordenamento das forças produtivas, até então empregadas primordialmente na mineração, com dois objetivos básicos: o primeiro, compensar a capacidade de importar perdida, que era assegurada pelo metal, buscando-se produzir alimentos como forma de substituição de parte considerável das importações; o segundo, encontrar um novo lugar para a capitania, integrante de uma colônia exportadora de produtos agrícolas e do extrativismo, no sistema colonial, e, dessa forma, recompor a capacidade de intercâmbio. (COSTA, 2013, p. 115).

Entre as principais medidas tomadas por Dom João, pode-se destacar:

a isenção dos dízimos por dez anos aos lavradores dos rios Tocantins, Araguaia e Maranhão que estabelecessem atividade agrícola nas margens dos mesmos; ênfase na catequização de indígenas para utiliza-los como mão de obra na agricultura; criação de colônias militares de povoamento (presídios) às margens dos rios com os objetivos de proteger o comércio, auxiliar na navegação e trabalho dos que ali estavam para o cultivo da terra. Além de tais medidas, a Coroa incentivou a navegação dos rios do sul de Goiás com a finalidade de facilitar a comunicação com o litoral; “revogou-se o alvará de 5 de janeiro de 1785, que proibia e extinguiu fábricas e manufaturas em toda a Colônia. Esta revogação foi seguida de estímulos à agricultura do algodão e a criação de fábricas de tecer”, sendo essa medida válida para todo o Brasil. (NASCIMENTO, 2020, p. 18).

Um bom exemplo desse reordenamento é Meia Ponte, que em casos específicos reorganizou suas estruturas econômicas e centralizou em apenas uma personagem uma diversidade de atividades produtivas: “assim, o grande comerciante, que importa tecidos, ferragens e bebidas do litoral, dedica-se também à agricultura, seja para complementar seu comércio e manter sua capacidade de

importação, seja para produzir alimentos e reduzir os custos” (COSTA,2013, p. 117). Porém, essas peculiaridades não podem ser vistas como padrões de reordenamento econômico em toda a capitania goiana, mas sim como iniciativas específicas de agentes particulares.

Sem pormenorizar, o novo arranjo econômico de Goiás tendeu à ruralização. A atividade econômica predominante na região passou a ser pautada pela dinâmica da produção agropastoril, não com o objetivo principal de ser um grande centro exportador, mas sim de garantir a produção de alimentos para atender às necessidades locais. É importante destacar que tais atividades já coexistiam com a mineração, porém a maior arrecadação da economia goiana estava anteriormente fundamentada na atividade aurífera; agora, neste novo cenário, a produção agropastoril passa a desempenhar um papel de destaque. Em Santa Luzia,

as terras estavam destinadas ao gado solto no pasto e a agricultura era para o abastecimento do fazendeiro, família e agregados. A população distribuída pelas fazendas do município encontrava-se a grandes distâncias da cidade de Santa Luzia e a disponibilidade de sacerdotes era muito pouca para atender a tão vasto território. Tal situação permitia que os moradores rurais desenvolvessem mecanismos adaptativos que atendessem às suas condições de vida. (VIEIRA JÚNIOR 2011, p. 05).

Colaborando para tal entendimento, Kelerson Semerene Costa também destaca que

a ruralização da população em busca de terras para o cultivo também fez parte desse reordenamento [...]. Em algumas áreas da província, sobretudo no norte, a pecuária passou para o primeiro plano, mas só se consolidou como principal atividade exportadora em meados do século XIX. (COSTA,2013, p. 115).

Em geral, por mais que várias alternativas fossem vislumbradas, o panorama resultante desta crise financeira se dava pela vertente da "economia de abastança". Essa terminologia, cunhada por Paulo Bertran, dá ênfase à perspectiva da economia voltada para o próprio sustento, com o protagonismo do pequeno produtor, de sua

família e agregados que, juntos, atuam em uma pequena unidade produtiva sem pensar na lógica de um mercado externo, mas sim no enaltecimento de uma economia familiar e na valorização da simplicidade da vida sertaneja. Segundo o autor, o cenário goiano, neste momento de adaptação econômica, se apresenta com “sítios de subsistência familiar, uma forma simples, de dois ou três homens plantando um pequeno trato de terra, que fornecia os alimentos do ano. A economia rural de abastança” (BERTRAN, 2011, p. 361).

Em Santa Luzia a realidade não era diferente. Os viajantes que passaram por essa localidade descreveram cenas que se assemelhavam muito ao contexto geral da capitania. No ano de 1819, Auguste de Saint Hilaire, naturalista e explorador francês, registrou o seguinte:

À época de minha viagem, não existia em Santa Luzia uma única pessoa que se dedicasse em grande escala à exploração das minas, e apenas uns quatro ou cinco negros, quando muito, ainda iam procurar palhetas de ouro nos córregos. [...] Atualmente, com exceção de um pequeno número de artesãos e mercadores, todos os habitantes de Santa Luzia dedicam-se ao cultivo da terra e só vão ao arraial aos domingos e nos dias de festa. [...] A descoberta das minas teve o inconveniente de atrair para longe do litoral e da capital uma população considerável, a qual, agora que as minas estão esgotadas e só poderiam ser exploradas com grande dispêndio de dinheiro, se acha reduzida à mais extrema indigência. Já não se encontram em Santa Luzia mais do que umas poucas e mal providas lojas. Tudo é comprado a crédito. Os trabalhadores braçais encontram grande dificuldade em receber o seu salário, embora este não passe de 600 réis por semana, e alguns negros me disseram que preferiam ganhar um vintém por dia catando ouro no córrego de Santa Luzia do que receber quatro vinténs trabalhando nas fazendas, onde o pagamento é feito em mantimentos, os quais eles não conseguem vender. Alguns agricultores chegaram a um tal estado de penúria que passam meses comendo alimentos sem sal, por não poderem comprá-lo. E quando o vigário percorre as fazendas, para fazer a confissão pascal, acontece muitas vezes que todas as mulheres da mesma família se apresentam diante dele, uma de cada vez, usando o mesmo vestido. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 26-27).

O que se pode observar como uma saída encontrada pelo arraial é o cultivo do marmelo, que em certos aspectos extrapolou a

economia local. Saint Hilaire e Johann Emanuel Pohl concordam sobre a importância desse produto para Santa Luzia. De acordo com o último, “os moradores de Santa Luzia vivem em parte de suas plantações, um pouco da criação do gado e do comércio e, principalmente, de uma famosa marmelada que vai até a cidade do Rio de Janeiro” (BERTRAN, 2011, p. 208). A título de comparação, em 1804 registrou-se a produção de três mil quilos de marmelada no valor de 960\$000, equivalente a 2,3 quilos de ouro, “expressão de toda a riqueza a que se resumia agora Santa Luzia: 1% do ouro extraído em 1764” (BERTRAN, 2011, p. 365).

Originário da Ásia Menor e do sudeste da Europa, o marmelo, fruto do marmeleiro, muito provavelmente foi trazido ao Brasil pelos portugueses. Santa Luzia, que estava localizada em uma região elevada, tinha as condições ideais para o cultivo dessa fruta, o que levou ao estabelecimento dessa cultura na região. Seu doce de marmelo ganhou fama e reputação, sendo que até mesmo o Imperador D. Pedro II tinha grande predileção pelo doce produzido no arraial de Santa Luzia. Até os dias de hoje esse doce continua sendo um símbolo cultural importante na região, sendo fabricado de forma artesanal pelos descendentes quilombolas do Quilombo de Mesquita. Esta prática tradicional é transmitida de geração em geração, preservando sua autenticidade e valor cultural.

Para que se possa compreender a importância de tal cultura para Santa Luzia, em 5 de abril de 2022 foi sancionada a Lei Estadual nº 21.278, que reconhece a marmelada de Santa Luzia como Patrimônio Cultural e Imaterial de Goiás. O doce é produzido na região desde o século XVIII, porém ganhou maior destaque no contexto de adaptação econômica citado anteriormente. A tradição de sua produção se manteve em todas as etapas, desde o cultivo do fruto e o preparo do doce até a confecção das caixinhas de madeira onde ele é acondicionado. Todo o processo é artesanal e simbólico, com grande

significado cultural para o Quilombo Mesquita e para o atual Município de Luziânia-GO.

Figura 1: Apurando o ponto da marmelada no grande tachó da Fazenda Pindaibal



Fonte: LAVRAS, Paulo da. Apurando o ponto da marmelada, no grande tachó da Fazenda Pindaibal. 2016. [Fotografia]. Disponível em: <http://contosdaslavras.blogspot.com/2016/01/quilombo-do-mesquita-e-o-doce-de.html>. Acesso em: 2 jul. 2023.

Por mais que estas iniciativas tenham tentado recuperar ou ao menos estabilizar a economia local, nenhuma delas conseguiu reestabelecer os padrões econômicos vivenciados pela capitania no período em que a mineração era a atividade principal. Em Santa Luzia, além da marmelada, a produção de couro e a criação de gado constituíam a “fonte de renda mais segura dos fazendeiros” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 26), porém estas relacionavam-se muito mais a uma economia de abundância, sem grandes preocupações com o mercado externo.

Assim como a criação de gado, a produção de alimentos como trigo, feijão e arroz estava limitada à escala familiar, já que “seria inútil que os colonos plantassem [...] em maior quantidade do que a necessária para alimentar suas famílias, pois [...] esses produtos não encontravam comprador”. O açúcar e a aguardente eram utilizados como produtos de troca, em geral, trocados pelo sal proveniente de São Romão. (NASCIMENTO, 2020, p. 21).

Neste momento, o arraial, outrora conhecido por sua riqueza, passou a vivenciar um contexto de penúria. A partir dos relatos de Saint Hilaire é possível identificar que a situação econômica dos fazendeiros “chegou a tal ponto, em muitos deles, que dispondo praticamente de toda a terra que lhes convém, eles não chegaram a cultivar o suficiente nem mesmo para o seu próprio sustento” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 26). É importante lembrar, contudo, que as leituras e interpretações dos registros destes viajantes devem ser feitas com cautela, já que se trata de um europeu descrevendo as dinâmicas do interior da Colônia; porém, é possível reconstruir tal cenário associando tais relatos com outras fontes, como fizemos anteriormente.

Vale destacar que a construção da dicotomia entre esses dois cenários da economia goiana (da mineração à penúria) não se deu de forma repentina e nem pode ser analisada apenas por esse viés. Segundo Luiz Palacin, este panorama foi construído a partir das características da mineração em Goiás, tais como: a insuficiência das técnicas para exploração mineral, o desinteresse governamental em promover a modernização de tais técnicas, a desqualificação profissional dos mineiros, bem como de bons administradores, e até mesmo o descaso com a educação.

Mais grave e sintomático era o descaso em que se encontrava a educação. Até 1788, não houve em Goiás escola alguma, de qualquer nível, verdadeiro atentado contra a filosofia das luzes. Em 1774, começou a ser cobrado, também em Goiás, o subsídio literário, criado por lei em 1772, para subvencionar as escolas, mas (novo atentado), por não haver escola nenhuma na capitania, os vinte contos que rendia eram remetidos sistematicamente para a mesa de exames e censura de livros. Só em 1788, por providência de Luís da Cunha Menezes, vieram para Goiás os primeiros professores: três de primeiras letras para Vila Boa, Meia Ponte e Pilar, dois de latimidade e um de retórica. No governo de dom João Manuel, foram criadas novas cadeiras até completar oito professores de primeiras letras e três de latim. Na capital, funcionava também uma cadeira de filosofia racional, desempenhada pelo secretário de Governo, bacharel por Coimbra. (PALACIN, 1979, p. 149).

Para outros autores, a imposição deste cenário se deu por forte influência dos impostos, principalmente o quinto (imposto sobre vinte por cento de todo o ouro extraído das minas) e o dízimo (imposto de dez por cento sobre a produção rural). Em Santa Luzia estes impactos podem ser observados a partir da análise dos registros de impostos de 1810, feitos por Luciano Rodrigues, que contabilizou 288 sítios. Paulo Bertran analisa tais dados da seguinte forma:

sessenta por cento das propriedades foram taxadas pela módica quantia de $\frac{1}{8}$ de ouro (4 gramas) e só uns escassos 10 por cento tiveram impostos acima de $\frac{2}{8}$, incluindo-se aí uma meia dúzia de engenhos, que a tanto reduziam-se, uma geração depois, os 17 grandes estabelecimentos do ano de 1783. (BERTRAN, 2011, p. 366).

Gilka de Salles também contribui para esta argumentação no que se refere ao dízimo. De acordo com a autora, “de todos os impostos, talvez fosse o menos grato aos laboristas, por lhes parecer injusta a divisão de produtos tão laboriosamente obtidos em safras muitas vezes incertas” (SALLES, 1992, p. 148). Para acentuar ainda mais este cenário,

a quinta cláusula do contrato de arrematação de impostos de 1739-41 estabelece que “as lavouras não avençadas levariam o lavrador a pagar uma oitava de ouro por pessoa da casa”, sendo esse o quantitativo mais expressivo (60%) cobrado pelo lançador de impostos, Luciano Rodrigues em Santa Luzia em 1810. (NASCIMENTO, 2020, p. 22).

Na observação dos dois principais produtos (ouro e marmelada) destas duas fases distintas (mineração e abastança), que, contudo, coexistiram, podemos perceber o quão impactantes são as mudanças econômicas estabelecidas neste novo cenário. De acordo com Paulo Bertran sobre esta arrematação de impostos, em 1804 “era cobrado no julgado de Santa Luzia quase pelo mesmo valor do que rendia, ainda em boa fase, a Contagem de São João: 867\$000, valor equivalente a toda marmelada exportada por Santa Luzia” (BERTRAN, 2011, p. 365).

Essa constatação reforça a descrição desse cenário que passa por um processo de reorganização das estruturas econômicas, achando no processo de acentuada ruralização os caminhos para a manutenção de sua abastança. Nesse contexto, a produção de marmelada em Santa Luzia destaca-se como uma alternativa da comunidade diante do declínio da mineração. Embora não substitua o valor econômico do ouro, o doce carrega um profundo legado simbólico e histórico, evidenciando a capacidade do arraial de se adaptar às transformações econômicas e de preservar sua identidade cultural por meio da produção artesanal em um cenário ruralizado e em processo de reestruturação.

Referências Bibliográficas

BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal (do indígena ao colonizador). 3. ed. Brasília: EDUnB, 2011.

COSTA, Kelerson S. Meiaponte: história e meio ambiente em Goiás. Brasília: Paralelo 15, 2013.

LEONARDI, Victor. Entre árvores e esquecimento: a modernidade e os povos indígenas no Brasil. História social dos sertões. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília/ Paralelo 15, 2016.

NASCIMENTO, Milena Juliana do. Batizei e pus os santos óleos: análise do grau de ilegitimidade nos registros de batismos de Santa Luzia, GO (1749-1778). 2020. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

PALACIN, Luiz. O Século do Ouro em Goiás. Goiânia: Ed. Oriente; Brasília: INL, 1979.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à província de Goiás. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

SALLES, Gilka V. F. de. Economia e escravidão na capitania de Goiás. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992.

VIEIRA JÚNIOR, Wilson. Trigant des Gennetes e a Carta da freguesia de Santa Luzia de Goyaz (1883-1884). 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Paraty-RJ, 2011.

ESTADO, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO: NARRATIVAS SOBRE POLÍTICA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Miquéias Baruque do Nascimento Souza¹

Resumo

O livro didático do ensino de história no campo da educação básica, para fins de fácil compreensão do aluno, é utilizado há bastante tempo, esta área das ciências humanas norteia o uso do passado, da representação e da forma da escrita da história no presente. O livro escolhido para a análise: Diálogo – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Relações de Poder: Território, Estado e Nação, e o tema subsequente, baseia-se em uma examinação de como o conteúdo sobre política – relações de poder, território, estado e nação – do ensino de história está sendo abordado na prática docente e, sobretudo, em sua perspectiva enquanto formação crítica dos alunos.

Palavras-Chave: Livro Didático, Ensino de História, Política, Estado.

Abstract

The history textbook in basic education has long been used to facilitate students' understanding. This field of human sciences guides the use of the past, present, and future directions. The book chosen for the analysis, Dialogue – Human and Social Sciences: Power Relations: Territory, State, and Nation, and its subsequent theme, is based on an examination of how content related to politics—power relations, territory, state, and nation—is being addressed in teaching practice, especially from the perspective of fostering students' critical thinking.

Keywords: Textbook, History Education, Politics, State.

1.0 - Introdução

Entender a importância da análise do livro didático, seus impactos nas relações entre discente e docente e na revolução intelectual do estudante é entender como as temáticas presentes

¹ Discente de Graduação. 231023786@aluno.unb.br

interferem no que se refere aos processos de ensino-aprendizagem do currículo de história nas escolas públicas do Brasil, nas narrativas sobre Estado, sociedade e educação e como, de acordo com o espectro político do governo vigente e as políticas educacionais, sejam elas progressistas ou liberais, tal narrativa pode ser transformada. E, não menos importante, uma formação intelectual no campo das ciências humanas e sociais nas etapas de ensino fundamental e médio garante ao aluno a oportunidade de reconhecer o mundo e as relações humanas sob sua perspectiva crítico-reflexiva.

Por fim, compreender a dimensão das produções dos conteúdos sobre relações de poder – território, Estado e nação – nos livros didáticos de história da educação básica pode ser uma chave para a resolução de diversas questões. Dentre essas, questionar os estudantes sobre os anseios por parte do Estado neoliberal de formar cidadãos especializados em participar das eleições de dois em dois anos, submeter a classe trabalhadora a condições de reformas trabalhistas precárias e transformar a educação em uma mercadoria, dificultando, assim, o acesso dos alunos do ensino médio ao ensino superior.

Desenvolvimento

2.0 - A democracia nas ruas

As formas de Estado e política abordadas neste livro estão atreladas a diversos fenômenos que ocorreram no Brasil desde o ano de 2016. Fenômenos que impactaram a administração pública nas esferas das instituições políticas eleitas e que, posteriormente, levariam ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Após esse espaço de experiência, as políticas públicas voltadas para o MEC começaram gradativamente a diminuir e dar espaço a políticas neoliberais implementadas pelo governo Temer, especialmente na etapa do chamado “Novo Ensino Médio”.

Ademais, a regulamentação do Novo Ensino Médio e a acentuação das ferramentas privatistas na pasta da educação, observadas no governo Bolsonaro, são algumas das causas para as produções de conteúdos supérfluos, que tangem, em sua maior parte, a área das ciências humanas e das ciências sociais nas etapas do ensino fundamental e médio. A seguir, analisemos textos que corroboram a tese de que, em determinados cenários políticos e econômico-sociais, as produções dos livros didáticos e os conteúdos ministrados por intermédio deles obtêm narrativas e representações com teor hegemônico.

A democracia nas ruas na última década, o Brasil foi palco de acirrada disputa entre diferentes correntes políticas. As ruas foram tomadas por multidões exibindo cartazes com reivindicações dirigidas aos governantes. Os jornais estamparam continuamente manchetes destacando o cenário de crise econômica e política. Os aparelhos celulares foram inundados por mensagens compartilhadas à exaustão por meio de aplicativos, denunciando riscos à liberdade e a valores caros aos brasileiros. Pessoas se alarmaram, acreditando que este ou aquele poder do Estado preparava um golpe para solapar a democracia. Para alguns, o Brasil caminhava para o fascismo; para outros, o país estava prestes a se tornar comunista" (...) "Nas redes sociais, discutiu-se continuamente qual deve ser o papel e a dimensão adequada do Estado: ele deve ser forte e fiscalizar o setor privado ou precisa ser reduzido e deixar o mercado se autorregular? O Estado deve ter o monopólio do uso da força? Cabe ao Estado assegurar oportunidades iguais a todos? (ROMEIRO, Julieta; APOLINÁRIO, Maria Raquel; MELANI, Ricardo; JUNQUEIRA, Silas Martins. 2020. p.10)

Analisar as narrativas dentro do livro didático de história requer mais que um olhar crítico; requer analisar como o conteúdo presente na BNCC, encomendado pelo Estado para compra e implementação do PNLD, é maleável. O trecho acima cita um período recente da história do país, em que o cenário político estava efervescente e as relações interpessoais se estreitaram em uma espécie de campo minado.

Além disso, o espaço temporal em que se encontravam os profissionais que participaram da produção do livro didático é não só um fator determinante para o lançamento de conteúdos categóricos e

rasos do discurso histórico ministrado no ensino básico das escolas da rede pública, mas também uma vontade institucional de reduzir os níveis de conhecimento intelectual dos estudantes nas ciências humanas e nas ciências sociais.

No trecho “A democracia nas ruas”, os autores progridem no espaço histórico brasileiro e apontam que a heterogeneidade subjetivamente presente no país era, de certa maneira, sinônima dos blocos de massas defensores e opositores do cenário político vigente. Em síntese, defendem que, em cada uma das pontas opostas, havia um terror radicalista e extremista, além de conceituar que a onda de medo penetrada na população foi resultante do alarme causado pela mídia e transferido por redes sociais.

Em seguida, na segunda parte do texto, os pesquisadores dissertam sobre a máquina pública, as relações entre o setor privado e o papel do Estado no panorama da fiscalização do mercado. De forma reducionista, discorrem acerca de qual deve ser o papel do aparato estatal no monopólio do uso da força e questionam ainda se cabe a ele assegurar oportunidades iguais para todos.

Nessa primeira face do capítulo, que se denomina “Cidadania e formação política”, os autores abrem uma discussão que é abordada de forma universal e geral e que contextualiza ao estudante uma “verdade” não receptiva à contestação. Desse modo, a transmissão do conhecimento histórico fica a cargo de um reducionismo teórico que atravessa todo o conjunto pedagógico, dificultando assim os processos de ensino-aprendizagem, ao passo que fortalece uma narrativa homogênea e que não deixa espaço para contradições ou dúvidas para uma possível reflexão e/ou análise histórica:

A problematização da narrativa nos livros didáticos de história é o fio condutor que costura as discussões na segunda parte da obra. Questão de importância ímpar, por colocar no centro da análise a forma como as diversas

narrativas que compõem o livro didático de história representam, apresentam e significam as experiências dos homens no tempo. (CAVALCANTI, Erinaldo, 2019, p.564)

Ademais, devido à conjuntura do espaço histórico em que foi realizada a produção desse livro, o favorecimento da pluralidade dentro dos conteúdos foi diminuído em detrimento das políticas educacionais neoliberais já abordadas no segundo parágrafo do desenvolvimento. Entretanto, é importante ressaltar que o livro didático é fruto da força de trabalho, como qualquer outro tipo de produção que se insere no mundo da classe trabalhadora.

2.1 - O jovem e a participação política

Entre os componentes abordados para a análise deste livro didático, destaco a insurgência de uma forma teórica abraçada no campo da historiografia, apontada para uma formação da autonomia crítico-cidadã: os conteúdos sobre participação cidadã na política e a abordagem simples sobre correntes ideológicas atreladas ao eixo histórico.

Os jovens têm uma importância inegável como agentes de transformação. Organizados em grêmios, associações estudantis e coletivos, eles têm participado ativamente de muitos dos principais debates da atualidade. Levando isso em consideração, este livro tem como uma de suas metas contribuir para que você possa assumir protagonismo com autonomia, tornando-se capaz de fazer ponderações e agir de maneira reflexiva no cenário político. Cada capítulo oferece a você oportunidades de entender e dominar conceitos básicos e essenciais de política, reconhecer matrizes teóricas das diferentes correntes ideológicas, conhecer os contextos históricos a partir dos quais se constituíram as democracias modernas, bem como as ameaças que ainda poderão vir a destruí-las. Terá ainda a oportunidade de refletir sobre a natureza do poder e suas manifestações e sobre princípios como o da liberdade e o da justiça. (ROMEIRO, Julieta; APOLINÁRIO, Maria Raquel; MELANI, Ricardo; JUNQUEIRA, Silas Martins. 2020. p.11)

O presente trecho apresenta para o aluno uma gestação de conceitos sobre a participação juvenil na área da política. Entretanto, em seu desenvolvimento, os autores puxam os conceitos para o campo da institucionalidade e deixam em escanteio a existência das

reivindicações radicais e das lutas sociais, criando uma atmosfera republicana e eleitoreira que, ainda que traga elementos que possam vir a despertar reflexões éticas, respeito à diversidade e a construção de valores humanos, torna a obra petrificada aos parâmetros estatais institucionais e subjetiva uma ideia de conciliação das classes antagonistas:

Como não há uma explicitação quanto ao entendimento do PNLD acerca desses "problemas notáveis", não há como não reconhecer que esse talvez seja o maior problema. Com efeito, embora a cidadania seja um dos eixos centrais da formação escolar pretendida, trata -se de concepção e prática política raramente historicizada e problematizada. Tal como a ideia mestra do progresso na história, a cidadania tem sido a ideia mestra da educação e das políticas públicas mais recentes, tomada, porém, como conceito acabado, a -histórico, inerente à ordem das coisas e não como resultado de lutas sociais e políticas. (SANTOS, Jorge Artur Caetano Lopes dos. 2008 p.136)

2.2- Estado e participação política

A participação política é fruto de um longo processo de transformações históricas, que garantiram à população o direito de atuar direta ou indiretamente na esfera pública, resultando no que conhecemos hoje como direitos políticos. Em uma democracia esses direitos garantem a todos a chance de participar da política, seja por meio do voto, das organizações populares, dos sindicatos ou dos partidos políticos. Os partidos políticos podem ser compreendidos como grupos formados por indivíduos que compartilham objetivos e ideologias similares, cujo principal objetivo é fazer com que seus interesses sejam representados e garantidos nas esferas das decisões políticas. Eles agem dando suporte ou se opondo aos governos estabelecidos, o que faz com que sejam peças fundamentais na dinâmica dos Estados democrático. Apesar de os direitos políticos estarem garantidos legalmente nas sociedades democráticas, o exercício efetivo da política ainda é limitado por muitas questões, como as desigualdades sociais, por exemplo. As desigualdades de classe, a concentração de renda nas mãos de pequenos grupos e as assimetrias nas relações de poder interferem diretamente no processo de composição dos grupos políticos e, conseqüentemente, nas decisões políticas. Como resultado, nem todos os indivíduos têm acesso de forma igualitária à vida pública, e as decisões políticas raramente atendem às demandas específicas desses grupos minoritários. (ROMEIRO, Julieta; APOLINÁRIO, Maria Raquel; MELANI, Ricardo; JUNQUEIRA, Silas Martins. 2020.p.68)

No texto acima, os elaboradores do livro analisam o cenário político contemporâneo das consideradas democracias e seus componentes populares que as fazem ser consideradas “democracias”. Em primeiro momento, debruçam-se sobre o conceito que denominarei aqui de “democracia burguesa”. As ações descritas nesse parágrafo fazem parte do corpo do chamado Estado burguês, no qual a classe capitalista detém o monopólio do poder econômico e político.

Dadas essas condições, o conteúdo trabalhado nesse livro seguirá o meio homogêneo no qual está inserido, como exemplo descrito no seguinte trecho: “Em uma democracia, esses direitos garantem a todos a chance de participar da política, seja por meio do voto, das organizações populares, dos sindicatos ou dos partidos políticos.” (Romeiro et al., 2020)

Existe, ainda no desenvolvimento do texto, uma ideia que expressa componentes que trazem à luz a formação de partidos e grupos que não só representam a vontade e os objetivos dos indivíduos, mas também atuam no papel de oposição ou amparo do governo vigente. Isso pode ser afirmado, porém a discrepância em relação ao papel dos partidos e coletivos políticos não extingue a ideia de que essas forças vanguardistas contemplam, em sua maioria, a vontade eminentemente controlada da massa. Visto que, em uma democracia burguesa, a vontade será controlada para representar o interesse das instituições privatistas.

Contudo, ao final do trecho, a autora traz à tona a realidade política e socioeconômica das democracias burguesas e o controle social por elas ofertado. Assim, abordando a dinâmica capitalista e ainda esclarecendo a concentração de capital nas mãos da classe que detém o monopólio do poder e da dominação. Portanto, a explicitação feita no texto marca, possivelmente, uma tentativa de desenvolver o

senso crítico do leitor e inferir as contradições do sistema capitalista. Por fim, ainda que o poder de influência exercido pela elite afete o conteúdo do livro didático, ele não deixa de ser uma ferramenta pedagógica importantíssima.

3.0 - Conclusão

A análise crítica dos livros didáticos de história desempenha um papel fundamental na educação, pois ajuda os alunos a estabelecerem conexões entre o passado e o presente. Estudar o passado não é apenas uma jornada pela história, mas também uma maneira de compreender como eventos, tendências e decisões do passado moldaram o mundo em que vivemos. Nesse contexto, é essencial identificar elementos de continuidade e ruptura ao longo do tempo, ou seja, entender o que permaneceu inalterado e o que mudou.

No entanto, os livros didáticos não são meras compilações de fatos históricos, mas são influenciados por cenários políticos com narrativas homogêneas. Essa influência política pode distorcer a representação do passado, levando a narrativas tendenciosas. Por isso, molda a perspectiva dos alunos de acordo com a vontade das elites predominantes, o que pode limitar sua capacidade de análise crítica.

Além disso, destaco a importância de uma formação crítica dos alunos, especialmente no campo das ciências humanas e sociais. Os livros didáticos que apresentam uma narrativa homogênea e relativa, sem espaço para contradições ou dúvidas, podem dificultar o desenvolvimento do pensamento crítico e enfraquecer a evolução intelectual do aluno. A educação deve capacitar os alunos a questionarem, analisarem e avaliarem informações de forma independente.

A análise crítica dos livros didáticos também deve estimular a reflexão sobre o presente. Os eventos históricos não são

acontecimentos isolados, mas continuam a influenciar o mundo atual. Ao entender as raízes históricas de questões contemporâneas, os alunos estão mais capacitados para lidar com desafios políticos, econômicos e sociais.

Em síntese, a análise crítica dos livros didáticos de história é crucial para uma educação de qualidade. A análise ajuda os alunos a entenderem como o passado e o presente estão interligados, a reconhecer influências políticas e ideológicas, a desenvolver o pensamento crítico e a refletir sobre questões atuais. Essa abordagem equilibrada e informativa é essencial para formar cidadãos bem-informados e capazes de contribuir de maneira significativa para a sociedade.

Referências:

1. BITTENCOURT, Circe Maria. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.
2. CAVALCANTI, Erinaldo. Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas. Rocha, Helenice; Reznik, Luis e Magalhães, Marcelo de Souza (org.). Rio de Janeiro, FGV, 2017. História & Ensino, v. 1, pág. 561, 2019.
3. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
4. ROMEIRO, Julieta; APOLINÁRIO, Maria Raquel; MELANI, Ricardo; JUNQUEIRA, Silas Martins. Diálogo – Ciências Humanas e Sociais aplicadas: Relações de poder: território, estado e nação. Terceiro ano do novo ensino médio. São Paulo: Moderna, 2020.
5. SANTOS, Jorge Artur Caetano Lopes dos. Concepções de história e de cidadania nos livros didáticos e nas diretrizes curriculares: leituras e sentidos (1996 – 2005). 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

UMA ALEGORIA CHAMADA COMÉDIA HISTÓRICA, OU PENSAR A HISTÓRIA ATRAVÉS DO HUMOR¹

Míriam Silvestre Limeira²

Resumo

De que maneira a comicidade e o humor se articulam na elaboração de um olhar a respeito da História e sua veiculação através do cinema? Proponho a reflexão sobre o conceito desenvolvido por Hannu Salmi (2017) em relação a um tipo específico de filme, dentro do abrangente gênero histórico, a chamada comédia histórica. Aqui, a articulação entre dois gêneros cinematográficos (a comédia e o filme histórico) como meios que veiculam imagens vinculadas a formas de percepção sobre a história é perceptível em títulos das mais diversas cinematografias nas mais variadas épocas.

Palavras-chave: Cinema – Filmes Históricos – Comédias Históricas – Teoria da Comicidade – Teoria da História

1. Comédia, cinema e história: breves considerações iniciais

É possível que a comicidade e o humor se articulem na elaboração de um olhar a respeito da História e de sua veiculação através do cinema? O historiador finlandês Hannu Salmi (2017) desenvolveu o conceito de *comédia histórica* em relação a um tipo específico de filme, dentro do abrangente gênero histórico. A

¹ Os conteúdos propostos para a apresentação no Simpósio Temático presente neste texto constituem uma breve abordagem desenvolvida em minha Tese de Doutorado que teve por título *Entre o épico e o cômico: o cinema brasileiro, o humor e a história*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília em 2022. O texto completo da tese encontra-se disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/47582> (Acesso em janeiro de 2025).

² Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal – SEEDF. silvestrelimeira@gmail.com

articulação entre dois gêneros cinematográficos (a comédia e o filme histórico) como meios que veiculam imagens vinculadas a formas de percepção sobre a história é perceptível em títulos das mais diversas cinematografias nas mais variadas épocas: seja em *A general* (1926, de Buster Keaton), *Se Versalhes falasse* (produção franco-italiana de 1954, dirigida por Sacha Guitry). Obras que contrapõem a perspectiva da História em outro espectro que não o da tragicidade, mas sim do cômico. A cinematografia nacional também possui títulos que alegoricamente com humor trouxeram outra leitura sobre a História, trazendo comicidade como eixo norteador dessa perspectiva sobre o passado, como foram os casos de *Xica da Silva* (1976, direção de Carlos Diegues), *Carlota Joaquina* (1994, direção de Carla Camurati) ou *Chatô* (2015, direção de Guilherme Fontes).

O conceito de gênero cinematográfico e suas diversas ramificações nos remete à riqueza do que se configura por trás do modelo histórico e as possibilidades narrativas quando de sua conexão com a comédia. Quais as percepções sobre a história estão sendo veiculadas nesse formato de comédia, de farsa? O que se apresenta como objeto de riso a respeito da história no cinema? Dentre os autores que forneceram subsídios para costurar esta teia de possibilidades de percepção sobre o passado, Hayden White (1994 e 1995), Hannu Salmi (2017), Robert A. Rosenstone (2010) e Elias Thomé Saliba (2002) articulam-se neste diálogo para pensar o cinema, através da comédia, como uma forma de pensamento histórico. Em outras palavras, refletir sobre a narrativa histórica através de um subgênero do filme histórico: a comédia histórica.

Ao abordar uma percepção humorística da história, o mote para o riso, dentre outros fatores a serem tratados mais adiante, os filmes escolhidos fazem chacota com a história tradicional, patriótica e monumental, e proporcionam ao espectador reflexões particulares que possibilitam um olhar sobre o passado reconstruído sob a ótica e

o contexto do período em que foram realizados. Nesse sentido, busco pensar também a comédia fílmica como uma fonte historiográfica, perspectiva semelhante ao que Hilda Machado (2001) apresentou em sua tese de doutoramento.

Quando se leva em consideração nossa cinematografia, esse humor, que impulsiona a contar de variadas formas a história do país, acaba por se tornar um ingrediente narrativo que traduz diversas maneiras do brasileiro ver-se e colocar-se no mundo. Crítica, deboche, riso caminham juntos em narrativas fílmicas que brindam o público com boas risadas, mas que também fazem pensar. O riso por vezes inverte valores. O país que não se faz sério é também o que pelo riso se faz astuto, perspicaz. Nesses jogos, que vão da reafirmação de estereótipos à inversão de sentidos, o humor se coloca como possível índice de brasilidade, levado em distintas linguagens, como a que remete a enredos carnavalescos, abordados em dois dos três filmes aqui analisados.

Lançar luz para os acontecimentos históricos pelas lentes da piada e do aspecto cômico, no entanto, não exclui todo o elemento trágico e a carga de conflito que permeia os mais diversos momentos da história retratados na tela. Até mesmo a tragicidade inerente a vários fatos históricos pode reverter-se em uma narrativa engraçada, que faz rir, mas que também aponta, critica e faz do deboche uma forma de perceber a complexidade da realidade retratada na tela, forma esta muitas vezes mais eficiente e informativa do que a narrativa clássica e tradicional. Alcides Freire Ramos, ao reconfigurar o lugar da chanchada na historiografia do cinema brasileiro, em virtude de uma “concepção teleológica de história” ressaltou que

(...) nossa cinematografia passaria a dialogar de modo profícuo com as vanguardas europeias (russa, italiana e francesa). Além disso, cabe destacar que o vocabulário utilizado pelos críticos de época, no momento de emitir juízos de valor estético e qualificar/interpretar as comédias cariocas (“baixo nível”, “humor chulo”, “grosseira”, “primarismo”, entre outros), carrega o peso

de uma concepção oriunda da antiguidade clássica (Grécia) e que foi perpetuada ao longo da História do Ocidente. Ao criar fronteiras, separando claramente os gêneros, esta faceta da tradição ocidental valoriza a tragédia ou o drama em detrimento do cômico. (RAMOS, 2005, p. 2)

O historiador norte-americano Hayden White (1994 e 1995) também analisou certas categorias relacionadas ao riso (ironia, sátira, comédia) de maneira a associar a estrutura narrativa de determinados pensadores como Hegel, Burckhardt e Ranke, respectivamente. São nuances do realismo e do imaginário histórico, construindo uma outra leitura destes autores na tentativa de debater o que vem a ser o conhecimento histórico. A própria adoção da narrativa humorística para se pensar a História permite uma associação ao conceito de *carnavalização* definido por Mikhail Bakhtin (1993) em seu estudo sobre a cultura popular na Idade Média uma vez que a crítica e a leitura da sociedade feita nos filmes selecionados quebraram o aspecto solene da representação histórica e, ao mesmo tempo, articularam visões questionadoras do *status quo*.

Como bem lembrou o historiador norte-americano Robert A. Rosenstone (2010, p. 17), o cinema é capaz construir relações com o passado como uma espécie de suporte para a divulgação da narrativa histórica e também veículo para a construção da memória coletiva. Em termos da historiografia nacional é valiosa a análise de Mariza Carvalho Soares e Jorge Ferreira (2011) sobre o tema:

Às vésperas do século XXI, constituímos sociedades datadas não apenas de textos escritos e falados, mas de um vasto conjunto de imagens. Um filme não é um livro. No entanto, estática ou em movimento, uma imagem pode ser 'lida' de maneira similar a um texto escrito. Quando um filme é apresentado ao público, ele surge como resultado de uma intertextualidade que combina diferentes linguagens: textos orais – a palavra falada ou cantada –, escritos – letreiros e legendas – e visuais – a própria imagem projetada, os cartazes, a propaganda nos jornais, entre outros. Na intersecção entre elas surgem nos filmes personagens que muitas vezes podem ser fictícios, mas onde as cenas vividas são 'reais', pois as relações sociais e

o mundo representado na tela foram retirados da própria sociedade. (SOARES; FERREIRA, 2001, p. 11)

Já na década de 1970 Marc Ferro (1992) alegava que as produções cinematográficas proporcionavam inúmeras possibilidades para o historiador, basicamente podendo seguir dois aspectos em especial: “a leitura histórica do filme e a leitura cinematográfica da história” (FERRO, 1992, p. 19). Segundo Ferro, a própria especificidade da linguagem cinematográfica dispõe de elementos que transcendem uma “simples transcrição da escrita literária” (FERRO, 1992, p. 16).

As fontes fílmicas, como quaisquer outros discursos, constroem e veiculam representações sobre o mundo social. As palavras permanecem, mas seus significados mudam porque estão sempre associados aos usos de uma comunidade linguística e ao imaginário social de uma época. Além do caráter intervencionista o cinema também pode ser visto como um agente histórico capaz de abordar narrativas e fatos que não foram destacados e aprofundados pela História tradicional. Jacques Rancière (2018), por exemplo, mencionou o quanto o cinema conta uma história do século XX que não está nos manuais de história. Uma história esquecida ou pouco explorada pelos estudos tradicionais que, de alguma maneira, se torna um referencial sobre uma época. Para Rancière (2018, p. 31), “o cinema não registra simplesmente o acontecimento histórico, mas cria esse acontecimento. Acrescentemos que, se ele o cria, talvez seja por seu poder de tornar histórica qualquer aparição por trás de uma janela”.

Em contrapartida, a historiadora Natalie Zemon Davis, em *O retorno de Martin Guerre* (1997, p. 10), relatou que sua experiência em um set de filmagem a ajudou a construir uma espécie de laboratório histórico. Ao observar os atores compondo suas personagens, ela passou a perceber questões do estudo que desenvolvia. Diálogos desse aporte alimentam a perspectiva do cinema não apenas como uma

fonte, mas como uma linguagem que dialoga com a história e que pode, inclusive, trazer à tona múltiplas percepções da realidade. No cerne destas considerações sobre pensar a história através da linguagem cinematográfica, surgem outros questionamentos necessários para a compreensão de como se articulam determinados gêneros audiovisuais. O que caracteriza um filme histórico? Qual a mensagem que ele pretende transmitir? Até que ponto o entretenimento se integra a uma percepção de suposta veracidade sobre o evento descrito na película? Todas essas questões permeiam considerações que envolvem um gênero desde sempre muito popular na história do cinema mundial.

José D'Assunção Barros nos propôs três percepções distintas que nos mostram essa relação entre cinema e história: os *filmes históricos*, que representam eventos específicos; os filmes de *ambientação histórica*, criados livremente, mas narrados em um contexto e delimitado e os *documentários históricos*, que buscam tratar de fatos específicos. De acordo com Barros,

para o âmbito das relações entre *Cinema e História*, interessa particularmente a possibilidade de a obra cinematográfica funcionar como um meio de representação ou como veículo interpretante de realidades históricas específicas, ou ainda, como linguagem que se abre livremente para a imaginação histórica. (BARROS, 2008, p. 44)

Em seus trabalhos sobre a relação entre cinema e história, Barros também destacou o quanto uma obra fílmica pode ser considerada uma forma de representação ou de interpretação de uma realidade histórica específica:

A partir de uma fonte fílmica, e a partir da análise dos discursos e práticas cinematográficas relacionados a diversos contextos contemporâneos, os historiadores podem apreender de uma nova perspectiva a própria história do século XX e da contemporaneidade. De igual maneira [...] os historiadores políticos e culturais podem examinar diversos usos, recepções e apropriações dos

discursos, práticas e obras cinematográficas. (BARROS, 2008, p. 43)

Tal argumentação se alinha com as considerações elaboradas pelo historiador e crítico de cinema francês Pierre Sorlin (1985) na década de 1970. Segundo Sorlin, “a tarefa do historiador consiste em determinar que tipos de construção estão em uso durante os períodos aos quais se dedica; ou seja, a definir segundo que regras se transcreve o mundo em imagens sonorizadas” (SORLIN, 1985, p. 252), especialmente dadas as forças representativas da televisão e do cinema –considerando suas diferenças de alcance de público e estrutura visual - como principais meios de expressão do século XX, inclusive no sentido de formar nossa bagagem intelectual por meio de suas composições imagéticas e sonoras.

Ainda conforme Sorlin, o filme é um produto cultural, pensado como um processo que abrange todo um conjunto de fatores sociais que acompanham as condições de produção dessa obra, desenvolvida totalmente no contexto do capitalismo industrial, assim como a televisão. Ao voltar-se para o potencial dessa fonte, qualquer filme pode ser objeto de estudo do historiador, independente de gênero e do público alcançado, uma vez que as obras cinematográficas também são fontes que constroem representações no campo das mentalidades e da ideologia. E, dentro de toda essa perspectiva, é possível seguir com a análise da categoria “gênero cinematográfico” para englobarmos as noções do que seja a comédia histórica.

2. Sobre os gêneros cinematográficos

Poucos são os trabalhos em língua portuguesa voltados especificamente para este aspecto dos estudos sobre cinema³. Dois autores norte-americanos estão entre os nomes de maior destaque na área, Rick Altman (2000) e Barry Keith Grant (2007). Pesquisas mais recentes buscaram utilizar-se das considerações destes autores, especialmente o trabalho de Altman, com o intuito de constituir uma reflexão específica para o cinema brasileiro e seus gêneros⁴. De acordo com Rafael Luna Freire,

(...) mais do que simplesmente tentar enquadrar os filmes brasileiros em padrões genéricos a-históricos e transculturais, talvez seja mais interessante aprofundar a reflexão sobre como os gêneros foram e são constantemente reinterpretados, reavaliados e reformulados no Brasil para, a partir daí, analisar como os filmes brasileiros vêm participando deles. (FREIRE, 2013, p. 16)

Em linhas gerais, de acordo com Barry Keith Grant (2007), o gênero no cinema pode ser analisado pela premissa de que se tratam de histórias contadas para o público com elementos que lhes são familiares, associado às grandes audiências, muito presente no estilo comercial. Leia-se aqui “comercial” em oposição ao que se consideraria um cinema mais experimental ou de arte.

Ao tratar especificamente das chanchadas e pornochanchadas, inseridas no grande espectro do gênero cômico nacional, Bernardette

³ Destaco especialmente uma tese (de Rafael de Luna Freire) e duas publicações voltadas a essas questões (a edição número 61 da *Filme Cultura*, além de uma edição especial da *Revista USP*, sobre cinema brasileiro). Cf. FREIRE, Rafael de Luna. *Carnaval, mistério e gangsters: o filme policial no Brasil (1915-1951)*. Tese (doutorado), UFF, 2011. Cf. *Filme cultura: o cinema de gênero vive!* Nº 61, nov/dez 2013, jan/2014. Cf. *Revista USP: dossiê cinema brasileiro*. São Paulo: nº 19, set. / out. / nov., 1993.

⁴ A este respeito, a edição 61 da revista *Filme Cultura*, que teve por título *O cinema de gênero vive!* Voltou-se especificamente para esta problemática de análise, mostrando os gêneros mais presentes na cinematografia nacional, análises de mercado e a contraposição com a linha de abordagem que se contrapõe às teorias sobre o “cinema de autor”. In: *Filme cultura: o cinema de gênero vive!* Nº 61, nov/dez 2013, jan/2014, p. 5. Em relação a trabalhos acadêmicos referentes aos gêneros no cinema nacional, cf. FREIRE, Rafael de Luna. *Carnaval, mistério e gangsters: o filme policial no Brasil (1915-1951)*. Tese (doutorado), UFF, 2011.

Lyra (2007) ressaltou o quanto essas estruturas narrativas organizaram nossa produção e estreitaram a relação com o grande público, produzindo obras que permitiram um maior alcance no decorrer das décadas:

Os gêneros foram emergindo como possibilidades de organização e estruturação cinematográfica dentro de nossas possibilidades e precariedades, e foram se organizando com o fim de garantir as expectativas do público. Gênero no Brasil é a experiência que resulta desse enlace institucional que une a indústria do cinema com o modo de combinar as imagens e os sons. (LYRA, 2007, p. 158)

José Mário Ortiz Ramos (1993) ofereceu uma percepção sobre os gêneros cinematográficos na cultura de massa e sua circulação, acionando um repertório de identificações e projeções de um imaginário que, em 1993, ainda era considerado uma perspectiva menor no meio acadêmico para pensar o cinema nacional. Os gêneros não são categorias rígidas, mas apresentam nuances em suas estruturas narrativas que permitem ao seu espectador reconhecer e identificar o propósito de suas mensagens mais imediatas. Suas classificações são variáveis entre diferentes épocas e por vezes nos deparamos com vivências específicas em diversas regiões. Carlos Alberto Mattos (2013), ao situar as principais estilos e gêneros cinematográficos tidos como tipicamente brasileiros, reforçou este aspecto ao mencionar que:

A existência de gêneros nacionais é fortemente comprovada na história do cinema. Alguns exemplos incontornáveis são o *western* americano, os filmes de artes marciais de Hong Kong, as comédias conjugais italianas dos anos 1960 e 1970, o 'cinema de lágrimas' mexicano e argentino na década de 1940, os *bollywood films*, os filmes de tourada espanhóis e os de samurai japoneses. Em todos esses casos, características de produção e interesses de consumo se conjugam na formação de paradigmas narrativos e estéticos capazes de cristalizar em gênero. (MATTOS, 2013, p. 17)

Ainda segundo Ortiz Ramos, em defesa do cinema de gênero no Brasil,

Analisar os gêneros numa perspectiva dinâmica e histórica, sem pressupostos preconceituosos ou julgamentos rígidos apegados a um gosto que se quer universal, significa tanto interpretar um fato cultural com possibilidades antropológicas, podendo se descortinar novas visões sobre as formas de pensar das diversas classes populares, como também compreender melhor um fato audiovisual, auxiliando a balizar a produção cinematográfica na busca de caminhos que articulem os filmes e seus públicos segmentados. (RAMOS, 1993, p. 113)

Entender a dinâmica desse aspecto dos estudos sobre cinema através dos gêneros permite-nos empreender uma outra forma de abordagem a respeito de nossa cinematografia. E, no que concerne à proposta deste artigo, contribuir com considerações que agreguem à compreensão deste aspecto do filme histórico que interpela o passado por meio do humor, da comicidade, com a “comédia histórica” que trataremos a seguir.

3. Uma junção de conceitos e surge um gênero: a chamada “comédia histórica”

O historiador Elias Thomé Saliba (2017, p. 29) sustenta que, levantar possibilidades teóricas de reflexão sobre fatos históricos através da comicidade - explicitando as relações entre ficção e realidade em uma escrita audiovisual da história - talvez seja uma das principais questões para a história cultural do humor. É a incrível capacidade da comicidade de conferir realce à trama histórica, tornando-a mais inteligível, acessível e palatável para o grande público.

Qual é o papel do riso na construção de um futuro político e social? As narrativas humorísticas, nas suas mais diversas formas ao longo do tempo foram, em seu âmago, alteração de sentido, reversão de significado e, afinal, reconstituição do elemento de futuro presente na linguagem. Mas, certamente, não é aquele futuro próximo, um pouco curvado para frente (SALIBA, 2017, p. 37). Em um interessante artigo, Sônia Cristina Lino (2000) ressaltou a força da comédia no cinema nacional e o quanto que sua presença era parte do cotidiano. Conforme a autora “o humor e a capacidade dos brasileiros rirem de si mesmos”, quase que como uma característica nacional, alinharia nosso cinema junto ao público com mais facilidade.

O que caracterizaria a comédia histórica? O conceito de gênero cinematográfico e suas diversas ramificações remetem à riqueza do que se configura por trás do modelo histórico e as possibilidades narrativas quando de sua conexão com a comédia. Quais as percepções sobre a história estão sendo veiculadas nesse formato de comédia, de farsa? O eixo narrativo alinhado a essa perspectiva de enfoque mesclando humor e história de maneira que permite uma aproximação ao conceito de *comédia histórica*, conforme a terminologia desenvolvida por Hannu Salmi (2011) no livro *Historical comedy on screen*. Não se trata de uma abordagem simples, conforme destacou o próprio Salmi. Ao estudar essa perspectiva cômica na representação audiovisual do passado, um outro tipo de enfoque é colocado a respeito de um gênero também complexo em sua definição: o de filme histórico, que possui diversas ramificações.

A forma como certos filmes contribuem para a apreensão e entendimento de um conhecimento histórico por si só é instigante. E isto de tal maneira que a História por vezes é contada e assimilada de maneira mais significativa pela experiência do cinema do que pelos manuais escolares, algo já destacado pelo historiador norte-americano Robert A. Rosenstone (2010). Se consideramos apenas os filmes

cômicos essa capacidade de assimilação parece ter uma abrangência maior, talvez pelo aspecto lúdico e popular do humor que subverte com o canônico. Em outras palavras, com o humor cinematográfico a relação entre a História tradicional/oficial e a monumentalização do passado passa a ter uma outra configuração. Pensando especificamente em produções brasileiras, talvez o filme que melhor exemplifique esse outro olhar (e que à época de seu lançamento em alcançou uma considerável bilheteria) seja *Carlota Joaquina, princesa do Brasil* (1995) dirigido por Carla Camurati ou então *Caramuru – a invenção do Brasil* (2001, dirigido por Guel Arraes).

A respeito da representação humorística, o historiador Elias Thomé Saliba considerou que

As representações humorísticas, nas suas inúmeras formas e procedimentos, forjam-se nos fluxos e refluxos da vida, no tecido histórico e social, a atitude humorística é vista como parte indistinta dos processos cognitivos, pois ela partilha, como o jogo, a arte e o inconsciente, o espaço do indizível, do não-dito e, até, do impensado. (SALIBA, 2002, p. 28)

E, ao enveredar pelo campo da história humorística, Saliba (2018) destacou justamente este aspecto (a razão do riso) e o quanto seu material (a piada) nos oferece:

Piadas não são feitas apenas para rir, mas para também criar distância, para sair de dentro de nós mesmos e de nossa melancolia e visualizar, ainda que por um breve momento – o sublime momento do riso –, nossa própria impotência junto com nossa própria humanidade. (SALIBA, 2018, p. 34-35)

De volta às considerações de Hannu Salmi (2017), temos a possibilidade de uma narrativa que desconecte a história do trágico (ou que se convencionou usualmente como o histórico por excelência), concebendo o passado como algo sóbrio e majestoso. Não se trata de algo efetivamente novo, quando consideramos, por exemplo, o

conteúdo das tragédias de Sófocles, Ésquilo e Eurípides, ambientadas em uma época de feitos heroicos. Em contrapartida, as peças cômicas de Aristófanes tiveram seus temas centrados na vida política cotidiana de seu tempo. Nesse sentido, Salmi destacou o quanto há uma continuidade nessa percepção sobre a história que se estenderia tanto entre historiadores, como também entre cineastas.

O humor, no entanto, sempre confere uma certa leviandade que nos dá a liberdade de recuar e avançar no tempo e de transcender as barreiras entre as eras. A comédia histórica nos dá a oportunidade de perceber o passado como algo pré-determinado e entidade pré-fabricada. A história é, em última análise, uma terra de oportunidades tão opulenta quanto o presente e o futuro. (SALMI, 2017, p. 29)

Não implica em dizer, aqui, que se trate de uma categoria de fácil definição (da mesma forma que existem dificuldades em categorizar o filme histórico). No entanto, esta forma de reconstituir outras épocas, utilizando-se do elemento cômico confere críticas e observações aguçadas que talvez somente através do humor poderiam saltar aos olhos de seu espectador. E, reforço, que os filmes com essa perspectiva cômica, mesmo que embasados em pesquisas históricas, flertam com narrativas ficcionais, muitas das vezes romanescas. No entanto, em sua estrutura audiovisual, acessam o imaginário de seus espectadores, de forma a alimentarem estereótipos, utilizarem-se de críticas referentes mais ao período de quando foram realizadas com essa ambientação histórica. E o uso do anacronismo em sua maneira de contar a história efetua em seu espectador momentos de riso por meio do inusitado – algo, aliás, bastante característico da comédia histórica.

Entretanto, no que implica o riso? No caso da comédia histórica, o que se encontra por detrás do riso? Há um elemento paródico muito forte em diversas obras, mais ainda por seus diálogos com filmes e temáticas conhecidas de seu público. O que nos leva também ao que o próprio Salmi (2017, p. 12) destacou quando se deve dar atenção ao

tipo de passado que se torna material para a comédia e, nesse sentido, as comédias históricas nos mostram curiosos artefatos para a reflexão de como lidamos com esse outro tempo. No decorrer do tempo, o que antes poderia ser um tabu, à época de constituição de uma obra pode não mais ser... a comédia histórica pode, a princípio, ser mais difícil de ser definida dada a sua junção muitas das vezes com outros gêneros, como o musical ou a comédia de costumes brasileira. Conforme já mencionado, elas se enquadrariam na categorização de obras experimentais que Robert Rosenstone (2010) utiliza para classificar os filmes históricos: além de não haver necessariamente a necessidade de colocar o passado de uma forma o mais “realista” possível.

4. Considerações finais

A junção cinema, humor e história configurando essa forma de representar o passado permite uma análise bastante aprofundada sobre o que, em uma sociedade busca ser objeto que se configure com imagens em movimento. Ao pensar o conceito de “comédia histórica” há que se levar em conta a possibilidade de, por meio do cinema, elaborar um olhar de um tempo a respeito de uma temática. As possibilidades são inúmeras dentro desse campo de estudos voltados para o humor e que aqui foram apenas elencadas de maneira a apresentar a diversidade desse conceito que procurei abordar pelo cinema, mas que também poderia ser analisado pelo prisma de outras formas de arte. Sua riqueza reitera o quanto que o riso (nem sempre libertário, por vezes conservador) pode acessar camadas analíticas que nem sempre se revelam por outros enfoques.

Referências

ALTMAN, Rick. *Film / Genre*. London: BFI, 2000.

- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 1993.
- BARROS, José D'Assunção. "Cinema e história: entre expressões e representações". In: NÓVOA, Jorge; BARROS, José D'Assunção (orgs.). *Cinema – História: teoria e representações sociais no cinema*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.
- FERRO, Marc. *Cinema e história*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Rafael de Luna. "Adjetivo brasileiro: a problemática definição de gêneros nacionais". In: *Filme cultura: o cinema de gênero vive!* Nº 61, nov/dez 2013, jan/2014.
- _____. *Carnaval, mistério e gangsters: o filme policial no Brasil (1915-1951)*. Tese (doutorado), UFF, 2011.
- GRANT, Barry Keith. *Film genre: from iconography to ideology*. London: Wallflower Paperpbback, 2007.
- LINO, Sônia Cristina. "'A tendência é para ridicularizar': reflexões sobre cinema, humor e público no Brasil". In: *Tempo*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, n. 10, 2000, p. 1-17. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg10-4.pdf. (Acesso em: 23 ago. 2021).
- LYRA, Bernardette. "A emergência de gêneros no cinema brasileiro: do primeiro cinema às chanchadas e pornochanchadas". In: *Conexão, comunicação e cultura*. Caxias do Sul, vol. 6, n. 11, jan-jun 2007, p. 158.
- Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/197/188>. Acesso em: 18 ago. 2021.
- MACHADO, Hilda. *As cem cadeiras: comédia fílmica como fonte historiográfica*. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.
- MATTOS, Carlos Alberto. "Coisas nossas: notas sobre alguns gêneros tipicamente brasileiros". In: *Filme cultura*. Nº 61, nov. / dez. 2013 – jan. 2014.
- RAMOS, Alcides Freire. "Historiografia do cinema brasileiro diante das fronteiras entre o trágico e o cômico: 'redescobrimos' a chanchada". In: *Fênix: revista de história e estudos culturais*. Uberlândia: UFU, vol. 2, ano 3, n. 4, outubro / novembro / dezembro 2005, p. 1-15. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/869> (Acesso em 25 de agosto de 2021).

RAMOS, José Mário Ortiz. "A questão do gênero no cinema brasileiro". In: *Revista USP: dossiê cinema brasileiro*. São Paulo: n° 19, set. / out. / nov., 1993, p. 108-113.

RANCIÈRE, Jacques. *A fábula cinematográfica*. Campinas: Papirus, 2012.

_____. *Figuras da história*. São Paulo: UNESP, 2018.

ROSENSTONE, Robert A. *A história nos filmes, os filmes na história*. São Paulo: Paz & Terra, 2010.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. "História cultural do humor: balanço provisório e perspectivas de pesquisas". In: *Revista História*. São Paulo, n° 176, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.236-9141.rh.2017.127332> (acesso em mar. 2019)

SALMI, Hannu (org.). *Historical comedy on the screen: subverting History with humour*. Chicago: Intellect, 2011.

SOARES, Mariza de Carvalho; FERREIRA, Jorge. *A história vai ao cinema: vinte filmes brasileiros comentados por historiadores*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SORLIN, Pierre. *Sociologia del cine: la apertura para la historia de mañana*. Tradução: Juan José Utrilla. México (DF): Fondo de Cultura Económica, 1985.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EdUSP, 1994.

_____. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Tradução de José Laurênio de Melo. São Paulo: EdUSP, 1995.

SOBRE A SEMIOSE DOS CORPOS ABJETOS¹ REPRESENTAÇÃO *QUEER* NOS SEMINÁRIOS CATÓLICOS

Pedro dos Santos Veras²

Resumo

Este texto apresenta resultados de uma pesquisa de Iniciação Científica realizada no projeto “Discurso e sistema colonial-moderno de gênero: letramentos críticos” (UnB), no campo dos Estudos Críticos do Discurso. A investigação utiliza a Análise de Discurso Crítica orientada textualmente, com foco nas agendas decoloniais latino-americanas, para compreender a representação da corporeidade queer entre seminaristas católicos e as dinâmicas de poder influenciadas pelo sistema sexo-gênero no contexto clerical. Com base em Grosfoguel (2008) e Segato (2012), o estudo problematiza como ideologias hegemônicas no sistema mundo colonial-moderno reproduzem colonialidade por meio de valores e práticas sociais no interior dos seminários e do clero católicos.

Palavras-chave: Corpos queer, discurso, gênero social, sexualidade, seminaristas.

Introdução

Este trabalho teve início no Projeto “Rede de Pesquisa em Discurso e Gênero: cartografia para integração Brasil e América Latina”, do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS/CEAM/UnB), do Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC/IL/PPGL-UnB) e da Associação Latino-americana de Estudos do Discurso (ALED). Inicialmente, realizamos pesquisa para a articulação de uma Rede de Pesquisa em Discurso e Gênero para integrar os grupos de pesquisa em

¹ Este trabalho de Iniciação Científica foi realizado com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF).

² Graduando em licenciatura em Letras Português e bolsista da FAPDF. E-mail: pedro.veras_21com@fac.unb.br. Orientadora: Profa. Dra. Viviane Cristina Vieira, Programa de Pós-Graduação em Linguística - PPGL, Universidade de Brasília - UnB. pedro.veras_21com@fac.unb.br

gênero social sob a perspectiva teórico-metodológica da análise de discurso nas cinco regiões do Brasil e nos países latino-americanos que compõem a estrutura da ALED. O objetivo inicial foi levantar e analisar dados sobre os grupos e as pesquisas em discurso e gênero realizadas no continente, e como a meta final de articulação de uma rede na ALED internacional. Na finalização desta primeira parte, apresentei meu subprojeto dentro da temática de discurso e gênero social-sexualidade no II Encontro do Redige (29 a 30 de novembro de 2023).

No segundo momento, a pesquisa apresentou resultados de Iniciação Científica, no âmbito do projeto Discurso e sistema colonial-moderno de gênero: letramentos críticos (Vieira, 2019), no Programa de Pós-Graduação em Linguística, sobre a representação de corpos *queer* nos seminários católicos, a partir da análise crítica discursiva dos livros de pesquisa jornalística etnográfica “No armário do Vaticano”, de Frédéric Martel (2019), que será utilizado como fonte para análise da prática discursiva, e “Devassos no Paraíso”, de João Silvério Trevisan (2018), material utilizado para a análise da prática social.

A pesquisa qualitativa e documental seguiu os pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso Crítica de vertente decolonial latino-americana (Vieira, 2019, Vieira e Resende, 2016). Interessou, portanto, a esta pesquisa o estudo da relação entre a posicionalidade representativa dos corpos *queer* e seu processo de abjetificação identificacional sócio-histórico-discursivo (Butler, 2003). Para isso, realizou-se análise de conjuntura social de produção e de circulação dos livros analisados na pesquisa bibliográfica, bem como análise textual a partir das categorias sociodiscursivas de Atividade social e semiótica; Tecnologias e modos de comunicação-interação; Pessoas, agentes, relações, posições sociais e evento da interação; Dinâmica, controle e negociações interacionais; Presunção e pressupostos; Híbridos de discursos – interdiscursividade, metáforas; Representação de eventos e interação-representação de atores sociais; Ethos e Metáfora

Os objetivos de pesquisa são: pesquisar a representação da corporeidade *queer* dos seminaristas católicos e analisar dinâmicas de poder operantes sob a influência do sistema sexo-gênero no contexto seminarístico-clerical católico representado nos livros estudados.

1. Metodologia e Constituição do Corpus de Pesquisa

A Metodologia foi qualitativa crítica documental, com base na obra “Análise de Discurso (para a) crítica: O Texto como Material de Pesquisa” (Vieira; Resende, 2016). Dessa maneira, é qualitativa pelo caráter significativo representacional do discurso, possibilitando a descrição e a interpretação e a explanação do problema de estudo. É crítica por ser característica fundamental da ADC, dadas suas raízes marxistas, por, além de interpretar o mundo, agir também na delapidação de hegemonias dominantes operadas em sociedade. Finalmente, o caráter documental advém da forma como os dados serão integrados, sobretudo por meio da obra principal em formato de reportagem investigativa. Dessa maneira, as questões de pesquisa são as seguintes: Quais são as representações sociais dos corpos seminarísticos *queer*? E de qual forma opera a pressuposição de poder sob as dinâmicas do sistema sexo-gênero no contexto dos seminários católicos?

Para respondê-las, foram estudadas as categorias sociodiscursivas: Práticas sociais particulares: “As análises da conjuntura e da prática particular garantem a contextualização da análise discursiva, ou seja, garantem que os textos analisados sejam relacionados a suas causas mais amplas e a seu contexto social particular, o que está de acordo com o princípio da profundidade ontológica.” (Vieira; Resende, 2016, p. 109); Representação de atores sociais: “representações de práticas sociais são particulares, ou seja, construídas por pessoas particulares e a partir de determinados pontos de vista, e, por isso, representam atores envolvidos nas práticas de diferentes maneiras.” (Vieira; Resende, 2016, p. 151); Ethos: “a imagem-subjetividade-identidade (enunciativa, social,

funcional, institucional, política) que o sujeito constrói para si na interação-texto por meio de ações em seus propósitos retóricos (Dominguez, M.G.A.; Lima, R.F.M.L., 2023, p. 115); Metáfora: “A essência da metáfora é, segundo Lakoff & Johnson (2002), “compreender uma coisa em termos de outra”. As metáforas moldam significados identificacionais em textos, pois, ao selecioná-las num universo de outras possibilidades, o/a locutor/a compreende sua realidade e a identifica de maneira particular.” (Vieira; Resende, 2016, p. 148).

2. Discussão e Resultados: por uma Desobediência Estético-corporal

Seria incompleto, sobretudo estando no eixo de pesquisa da ADC, não trazer o frescor de proposições de um “novo projeto político” (Cano, 2024) para além da “economia libidinal” (Cano, 2024) que nos foi imposta pela instituição colonial, que

edificou-se a partir da pilhagem de corpos indígenas, negros e femininos brutalmente assassinados, desencantados, desmantelados e blindados cognitivamente. O corpo, como um suporte que monta outras sabedorias, um inventário e mola propulsora de ações táticas firma como um assentamento de outros modos de racionalidades, opostos aos praticados pelo Ocidente. Dessa forma, o corpo se consagra como a própria instituição que compreende a existência do ser em integralidade com a comunidade e o universo. (Rufino, 2019, p. 66).

Não obstante, engana-se quem pensa em soluções práticas e rápidas para problemáticas já deveras entranhadas pela violência colonial. Para Foucault (1976), a história da sexualidade é a história da sua inevitável deflagração pública, apesar dos inumeráveis esforços para fazê-la esconder. Nesta pesquisa, a história do corpo faz desse elemento, que ainda serve à “pilhagem”, a forja de novos “assentamentos” (“Plantar o axé”, em religiões de matriz africana)

possíveis de desobediência às respostas prontas, a fim de serem criadas em “comunidade” novas e insurgentes perguntas.

A histórica inabilidade do cristianismo em conhecer e dialogar pelas concomitâncias, fez da branquitude um sistema de poder alicerçado no monoteísmo, na monogamia e na monocultura (Núñez, 2024). Dessa maneira, quando “A Santa Inquisição Descobre o Paraíso (Trevisan, 2018, p. 116), está formado o embate entre cosmovisões divergentes onde a violência simbólica do colonizador, expressa em Butler (2003), é exercida ativamente por seus dispositivos de controle sobre os corpos violentados (Foucault, 1976).

Assim, “O divino é o único que tem poderes criativos e o divino criou o masculino e o feminino” (Butler, p.46, 2024) para o cristianismo de Francisco, Bento e João Paulo. Dessa maneira, a imutabilidade defendida por Agostinho em seu Platonismo, impede qualquer movimento criativo do ser material. Na raiz do discurso do cristianismo está a fonte da “inexistência” das pessoas *queer*. Ao “desviar-se” do prescrito, nega-se a criação em seu cerne patriarcal e binário. Confere, nesse pensamento, na perspectiva da ADC, o aspecto discursivo particular talvez mais primitivo do cristianismo, forjado por meio da metáfora ontológica “[...] em que compreendemos nossas experiências em termos de entidades, objetos e substâncias.” (Vieira; Resende, p. 149, 2016).

Romper a rigidez estético-corporal faz parte, para Geni Núñez (2024), do processo anticolonial de acolher as “concomitâncias”, muitas vezes caras ao binarismo, fonte indissociável da monocultura, do monoteísmo e da monogamia. Apesar da tristeza ao imaginar as milhares de pessoas que viveram de forma palpável a violência clerical, não há tempo para o desespero e a autocomiseração, como lembra Toni Morrison (2015), precisamos fazer linguagem, pois é assim que os tempos se curaram e continuam se curando.

A tarefa complexa reside em compreender ativamente a relação do “cisheteropatriarcado” com o “capitalismo”, reflexão esta,

proposta pela pensadora Carla Akotirene (2019), na obra *Interseccionalidade*. A partir desta compreensão, nos movemos pela práxis da “resistência e reexistência” nas trilhas traçadas pelas “energias ancestrais [que] protestam lágrimas sob o oceano.” (Akotirene, 2019, p. 11, 14), mas não somente, também pela memória da primeira pessoa LGBTQIAPN+ indígena da qual se tem registro, nomeada Tybyra, morta por um frei capuchinho no auge da era colonial em solo Brasileiro pela sua “expressão de gênero” (2018); por Chica Manicongo, trazida de África e obrigada a “virar homem” para sobreviver; A Febrônio, preso em um sanatório por sua sexualidade; a Marielle Franco, mulher preta e LGBTQIAPN+ morta covardemente pela violência política de gênero deste país.

Nossos mártires são incontáveis; representam a gramática de morte do sistema operante, mas são memórias de possibilidades de novos mundos e, oxalá, de sintaxes corporificadas pela diversidade.

**Exemplos de análise do livro de pesquisa jornalística etnográfica
“No armário do Vaticano”, de Frédéric Martel (2019)**

Atividade social e semiótica	Relações de Poder entre o clero e aqueles que, para Martel, “não passam de uma antessala” (MARTEL, 2019, p. 368) do sistema clerical: os seminaristas. O corpus foi desenvolvido, sobretudo, pelo jornalista francês Frédéric Martel, doutor em Ciências Sociais e autor de No Armário do Vaticano, obra polêmica eleita como best-seller pelo The New York Times, vendida em 12 países e traduzida para 20 idiomas. Livro esse que expõe a homossexualidade do clero católico e de seus seminaristas.
Tecnologias e modos de comunicação - interação	A prática social acontece nos locais de formação masculinos da Igreja Católica onde a discursividade é verticalizada. Além da oralidade impositiva, documentos escritos provocam a abjeção das corporeidades diversas por meio de intenso apelo estético e metafórico, como se vê na “Instrução sobre os Critérios de Discernimento Vocacional acerca das Pessoas com Tendências Homossexuais e da sua Admissão ao Seminário e às Ordens Sacras”(2005) e em “Família,

	Matrimônio e “Unões de Fato”(2000). — A obra analisada, enquanto prática textual, alcançou diversos públicos pelo livre acesso em sites de venda como a Amazon e a Companhia das letras. Sua interação acontece sobretudo pela escrita, e a circulação está presente em vídeos e demais conteúdos de fácil acesso na internet.
Pessoas, agentes, relações, posições sociais e evento da interação	Entre os agentes sociais estão os integrantes dos diversos níveis clericais e os seminaristas. A discursividade é hierarquicamente verticalizada, como se pode ver na primeira parte do livro intitulada “Francisco” (Martel, 2019, p. 17), por exemplo, onde o autor traça um dos quatro organogramas do livro que trata sobre a hierarquia dos três papados mais recentes. As camadas representadas por seminaristas, nessa perspectiva, sequer alcançam turnos de fala relevantes. — A textualidade agente e reguladora chega por meio de documentos como encíclicas, instruções e <i>ratio formationis</i> acompanhadas de uma semiose pretensamente reificante (2016). Aqueles que para a Igreja são apenas a “antessala” desse sistema de poder, são estrategicamente pensados para o “apagamento” (Vieira; Resende, 2016, p. 30), o que fica claro na obra de Martel. — Por meio da legitimação, realizadas pela narrativização, a exemplo de Jean Guitton quando esse é citado por Martel dizendo que “Há algo de superior ao amor do homem pela mulher, a camaradagem. O amor de Davi por Jônatas, de Aquiles por pátroclo... Um jesuíta pode ter por outro jesuíta um amor de camarada bem superior ao amor que esse homem sentiria se fosse casado...” (Martel, 2019, p. 170). Apoiados nos dois mil anos de história eclesial, fazem da dissimulação em nome do voto de obediência, por exemplo, um valoroso mecanismo de opressão discursivo no qual a eufemização e o tropo da metáfora ganham amplos usos, como no caso já citado de Marcial Maciel (Martel, 2019). — Dessa maneira, o autor valoriza a intertextualidade e enriquece o texto com elementos trazidos do aporte teórico intrínseco da Igreja, como do filósofo católico e francês, Guitton.

Dinâmica, controle e negociações interacionais	As dinâmicas de poder seguem o fluxo verticalizado, antes citado, em práticas sociais em que os seminaristas representam a baixa cadeia das relações de poder e são coercitivamente dominados por chantagens e disputa de status quo (2019) como na relação do cardeal Trujillo com os seminaristas exposta na parte “Arautos dos Costumes” deste trabalho. A performatividade funciona pela rigidez da lógica heteronormativa onde “A tolerância anda de mãos dadas com a descrição” (Martel, 2019, p. 21) movimento empreendido tanto para casos de abusos sexuais quanto para o apelo de escamotear trejeitos ou estereótipos homossexuais — A obra resulta em regras tácitas, uma delas já citada na parte três deste trabalho, intitulada “A ‘Sintaxe do Fantasma’”. Estas regras são fundamentais ao entendimento do texto visto que traçam de forma direta e exemplificada o ethos da interação social analisada.
Presunção e pressupostos	As presunções são valorativas e proposicionais quando há naturalização e eternalização de figuras do clero enquanto detentores de “santidade” por serem “castos”. O pressuposto disso é reificado pela diretrizes cristológica, escatológica, e eclesiológica na cosmologia católica. Ao falar de “uniões de fato” (2000), por exemplo, diz respeito à proposição de que apenas um modelo familiar é factual, o heterossexual e monogâmico, o pressuposto está na deslegitimação de todas as outras formas de uniões. — A obra traz presunções contra-ideológicas na medida em que se opõe às elites religiosas católicas e expõe o “poder, hipocrisia e homossexualidade” (Martel, subtítulo) dessa camada.
Hibridismos de discursos – interdiscursividade, metáforas	Os discursos exteriores ao discurso religioso, vêm por meio da negação da diversidade sexual e de gênero carregado de metáforas como àquelas referentes às “uniões de fato” (2000) ou “sodomia” (2019). Nessas metáforas, o Outro é reiterado no campo do que Butler (2003) entende como “irrepresentável”. Aqui, o deslocamento semântico acontece pela operação da dissimulação onde diversos estilos e gêneros discursivos são utilizados em simultaneidade. —

	No Armário do Vaticano, Martel traz desde falas do papa Francisco como “por trás da rigidez, há sempre alguma coisa escondida: em inúmeros casos, uma vida dupla.” (Martel, 2019, p. 11), até falas encontradas no filme <i>O Poderoso Chefão</i> (Martel, 2019, p. 21) com potencial para fazer-se pop a ponto de ser notado pelo The New York Times.
Representação de eventos e interação-representação de atores sociais	Nomes como “Paróquia” e “lobby gay” são evidenciados por Martel (2019) como parte do jargão dos prelados, sobretudo no Vaticano. Nessa cosmovisão, pratica-se a homossexualidade, mas jamais pleiteia-se “ser homossexual”, uma vez que a defesa desse lugar toca em pontos nevrálgicos do sistema sexo-gênero prescrito. O desvio semântico, nesse caso, se configura no fato de que a própria homossexualidade está atrelada em sua raiz epistêmica à prática que informa as identidades no ocidente. Diferentemente da Igreja, o autor se atentou em dar voz aos atores sociais que não alcançaram turnos de falas, mas aumentou a voz também àqueles que já tinham. Nos dois casos, houve a denúncia, ora pelas vozes dos excluídos como se observa no 19º capítulo, “Os Seminaristas”, ora pelas vozes dos que excluem, presentes em toda a obra nas figuras de João Paulo II, Bento XIV, Francisco (em menor grau) e seus pupilos, em sua maioria predadores sexuais e moralistas veementes.
Ethos	O ethos tem vastos deslocamentos por meio da estratégia de eufemização. A valoração positiva dos mais de dois mil anos da instituição eclesiástica é reforçado por diversos mecanismos anteriormente discutidos. O apelo discursivo é profundamente estético e carregado de poder enquanto dominação, a arquitetura da mansão de Trujillo e as roupas extravagantes de Sodano, descritas nas entrevistas feitas por Martel (2019) são parte da imposição de um poder muito maior: o poder por dominação. O livro traz à luz o ethos eclesiástico por meio de centenas de entrevistas, percepções e interações de um autor que carrega em si o secularismo institucional francês, com uma seriedade ácida diante da realidade que se apresenta.

Metáfora	O vasto campo simbólico da Igreja permite metáforas retiradas de textos bíblicos como “sodomitas” ou do contexto capitalista como “lobby gay”. Nos seus diversos usos, reiteram a universalização e o concomitante expurgo do outro. A obra começa com a escolha de uma metáfora instigante: No Armário do Vaticano. O interior desse “armário” reforça sua conotação “gay” logo no subtítulo, onde lê-se “poder, hipocrisia e homossexualidade”, as páginas seguintes elucidam com outras metáforas esse suspense. “O Círculo de Luxúria”(Martel, 2019, p. 232), “A Cruzada Contra os Gays”(Martel, 2019, p. 251) e “A Filha Mais Velha da Igreja” (Martel, 2019, p. 330) são algumas delas utilizadas com vasto aporte teórico da ideia de pecado como no caso da primeira e com conhecimentos históricos como nas duas últimas.
----------	--

Considerações finais

Compreende-se, portanto, a magnitude do poderio ideológico e moral da Igreja Católica no mundo, e o seu *modus operandi* interno, vale dizer, repleto de “poder, hipocrisia e homossexualidade” (Martel, subtítulo, 2019) . Apesar do esforço dessa instituição milenar em formatar rígidos padrões psíquico-corporais, a sua rigidez carrega fissuras das quais a presente pesquisa expõe e analisa. A saber, entendeu-se a vasta presença de corpos queer nos seminários católicos, onde diversos eventos sociais das práticas particulares e de conjuntura ajudaram a provar um fato importante: esses corpos são dotados de sexualidade apesar de repetidos movimentos disciplinadores. Dessa maneira, a inabilidade no entendimento da própria sexualidade desses jovens, formam prelados adoecidos e preconceituosos, danosos às sociedades em que estão inseridos e a todas as comunidades de fala a que se dirigem.

Por fim, esta pesquisa traz consigo relevância própria ao reiterar pela óptica da ADC, unida à Teoria Queer, aparelhos de

análise representacional de corpos inseridos intrinsecamente aos contextos eclesiásticos. Corpos esses, carregados de sentidos ideológicos e morais rigidamente difundidos pelo catolicismo ainda colonizatório. As pesquisas futuras referentes ao tema buscarão trazer ao debate a metáfora como dominação dessas subjetividades, o adoecimento psíquico dos jovens seminaristas, a relação latente entre o catolicismo e o neo-liberalismo e a reprodução da ideologia dominante em concomitância com a abjeção.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANO, Paco. **“As ideias que não tocam os corpos deixam o mundo igual”**. Entrevista com Amador Fernández-Savater. CTXT. 7 abril 2024. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/638364-as-ideias-que-nao-tocam-os-corpos-deixam-o-mundo-igual-entrevista-com-amador-fernandez-savater>. Acesso em 29 de maio. 2024.

DOMINGUEZ, Michelle Gomes Alonso; LIMA, Ruan Felipe Madela. **Contemporaneidade em discurso**: Contribuições da Análise do Discurso sobre Questões do Nosso Tempo. Rio de Janeiro: Dialogarts. 2023

FOUCAULT, Paul-Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. França: Gallimard, 1976.

MARTEL, Frédéric. **No Armário do Vaticano: Poder, Hipocrisia e Homossexualidade**. Rio de Janeiro: Scharcz, 2019.

MORRISON, Toni. **Não há lugar para autopiedade, não há espaço para medo**. The Nation, 2015. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/archive/no-place-self-pity-no-room-fear/>. Acesso em: 03 jun. 2024.

NÚÑEZ, Geni. Descolonizando afetos: outras formas de amar, com Geni Núñez. Youtube: **Café Filosófico CPFL**, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=srNybYUr9Fc>. Acesso em: 25 abr. 2024.

RUFINO, Luiz. **O que pode Elegbara? Filosofias do corpo e sabedorias de fresta.** Voluntas: Revista Internacional de Filosofia, p. 65-82, 2019.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: A Homossexualidade no Brasil, da Colônia à Atualidade.** 4°. ed. Rio de Janeiro: Schwarcz S.A., 2018.

VIEIRA, Viviane.; RESENDE, Viviane de M. **Análise de Discurso (para a) crítica:** O Texto como Material de Pesquisa. 2°. ed. Campinas: Pontes, 2016.

VIEIRA, Viviane. Perspectivas decoloniais feministas do discurso na pesquisa sobre educação e gênero-sexualidade. In: RESENDE, Viviane de M. (Org.). *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. Campinas: Pontes, 2019, p. 83-115.

1964, UMA REVOLUÇÃO DE “SUCESSO”: COMPARANDO USOS DO CONCEITO DE REVOLUÇÃO POR REGIMES AUTORITÁRIOS E TOTALITÁRIOS

Rafael Bernardes Lucca¹

RESUMO:

Para Lucca (2025), a semântica jurídica construída em torno do conceito de revolução, usado nos Atos Institucionais, permitiu à ditadura militar brasileira dispor de poderes ilimitados, incondicionados e permanentes. Talvez, essa juridicização do conceito possa ter transformado a ditadura brasileira em um “*case* de sucesso” em perspectiva comparada. Esta pesquisa se propõe a responder duas questões: que elementos nos tornariam esse caso de sucesso quanto ao uso do conceito de revolução? O que diferenciaria e aproximaria o caso brasileiro de outros regimes autoritários e totalitários? Para isso, se realiza uma investigação de história constitucional comparada (Bloch, 1998; Barros, 2007; Hirschl, 2014) sobre quatro regimes autoritários/totalitários: a ditadura brasileira, o nazismo na Alemanha, o fascismo na Itália e a ditadura militar do Chile.

Palavras-chave: Poder constituinte; Revolução; Autoritarismo; Totalitarismo; História Comparada.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa é desdobramento de uma dissertação de mestrado aprovada pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade de Brasília (Lucca, 2024), recentemente publicada como livro (Lucca, 2025), no qual se investigou as razões da mobilização do conceito de revolução como elemento central do discurso oficial da ditadura militar brasileira a partir do golpe de 1964. No livro, buscou-se explicar por que, dentro de um manancial de conceitos disponíveis, a partir do Ato Institucional de 9 de abril de 1964 (depois chamado de Ato Institucional nº 1 ou simplesmente AI-1), a ditadura militar mobilizou justamente o de revolução como sua designação oficial (Brasil, 1964).

¹ UniAraguaia. prof_rlucca@yahoo.com.br

Segundo Lucca (2025, p. 70), Paixão (2020, p. 231) e Motta (2021, p. 49), essa mobilização por um movimento reacionário e patrocinado por grupos de direita, como a ditadura militar brasileira (1964-1985), poderia ser considerada algo, no mínimo, contraintuitivo. Isso porque, à época do golpe de 1964, o conceito de revolução era altamente identificado com as esquerdas e com a subversão da ordem. Além disso, os documentos revelam (Lucca, 2025, p. 70-83) que os militares brasileiros eram, na realidade, treinados e doutrinados para combaterem a revolução e a chamada “guerra revolucionária” – não para promovê-las –, o que torna a mobilização do conceito de revolução algo passível de ainda mais estranhamento, sobretudo aos olhos do presente.

Sabe-se que, logo depois de perpetrado o golpe de 1964 (entre 2 e 8 de abril de 1964), a demanda por expurgos e toda sorte de medidas de exceção foi forte em diversos setores militares e da sociedade civil (*Ibid.*). Contudo, o próprio Comando Supremo da Revolução, mesmo se dizendo “revolucionário”, demonstrava grande receio quanto à tomada de medidas de exceção, pois haveria neles dúvidas ou escrúpulos de consciência quanto à sua legalidade e constitucionalidade (*Ibid.*).

Como demonstra Lucca (2025), foram os juristas – principalmente Bilac Pinto e os *ghostwriters* do AI-1, Francisco Campos e Carlos Medeiros Silva -- que asseguraram aos militares a possibilidade de baixarem as medidas de exceção que almejavam, com investidura em poderes ilimitados, desde que o conceito de revolução fosse mobilizado em articulação com o conceito de poder constituinte. A semântica jurídica construída em torno do conceito de revolução, mobilizado nos Atos Institucionais de maneira pragmática por juristas adaptáveis (Seelaender; Castro, 2010) e cínicos (Pinto, 2018), como Campos e Medeiros, que permitiria ao regime dispor de poderes ilimitados, incondicionados e permanentes, pela sua efetividade (no sentido kelseniano) e pela afirmação de que se tratava de uma

revolução autêntica, vitoriosa e permanente (Lucca, 2025). Portanto, os sentidos jurídicos reiteradamente atrelados ao conceito de revolução na teoria constitucional ao longo do tempo teriam sido determinantes para essa mobilização (*Ibid.*).

Por esses motivos, propõe-se então chamar o golpe de 1964 de uma “revolução à brasileira”:

A mobilização do conceito de revolução por militares e civis conservadores de direita, justamente para significar um movimento de combate à revolução brasileira, como se viu, poderia, de um lado, encerrar um paradoxo; ao mesmo tempo em que também poderia ser tida como algo muito natural, dadas as experiências de atores políticos e juristas brasileiros com esse conceito e com diversos conceitos constitucionais a ele atrelados. Designa-se assim o golpe de 1964 como uma “revolução à brasileira”: essa revolução peculiar que, tal qual uma personagem de novela, “foi sem nunca ter sido”; que anunciou a mudança para manter a ordem e o poder nas mãos daqueles que sempre o exerceram. Essa “revolução à brasileira” tem como traços marcantes ser fruto da assessoria direta de juristas e ter sua fundação ancorada no discurso e na linguagem típicos do campo jurídico (*Ibid.*, p. 159).

Ao lado dessas conclusões, Lucca (2025) afirma que haveria indícios de que o Brasil seja um “*case* de sucesso” – se é que um golpe de Estado seguido de uma ditadura pode assim ser denominado – em perspectiva comparada, quanto à mobilização do conceito de revolução por regimes autoritários. E propõe, como agenda de pesquisa, responder às seguintes questões: que elementos tornariam o Brasil esse caso de sucesso quanto ao uso do conceito de revolução entre regimes autoritários? O que aproximaria e o que diferenciaria o Brasil de outros países em que, sob contextos autoritários e totalitários, o conceito de revolução também fora mobilizado, mas em extensão e profundidade diferentes?

Esta pesquisa almeja, portanto, concretizar a agenda proposta ao final do livro (Lucca, 2025), tentando buscar respostas para as perguntas acima. Para isso, se realiza uma investigação de história constitucional comparada, na qual se propõe comparar a mobilização

do conceito de revolução em quatro regimes autoritários/totalitários: a ditadura militar brasileira, a ditadura militar de Pinochet no Chile, o regime totalitário nazista na Alemanha e o regime totalitário fascista na Itália. O interesse nessa comparação se evidencia ainda mais, uma vez que o conceito de revolução também foi mobilizado em todos os outros três regimes objeto de comparação, porém com similitudes e, ao mesmo tempo, diferenças na forma, profundidade e intensidade da utilização do conceito pelos juristas e pelo regime.

Essa “história constitucional comparada”, será construída a partir da mobilização do método histórico-comparativo (por todos, Bloch, 1998; Barros, 2007) ou da estratégia de abordagem da comparação (Greco; Albernaz, 2019) e, ao mesmo tempo, do recurso a princípios de comparação geralmente utilizados nos estudos constitucionais comparados (Hirschl, 2014), buscando trazer uma possível explicação para a singularidade da mobilização do conceito de revolução pela ditadura militar brasileira.

A comparação ainda deve se valer das lentes da história dos conceitos (Koselleck, 2004, 2012), visando investigar a semântica jurídica e os sentidos atribuídos aos conceitos de revolução e poder constituinte nesses quatro regimes, a partir de diversos usos pragmáticos em textos acadêmicos/doutrinários e na prática política e jurídica. Pretende-se verificar os pontos em comum, além de como e em quais desses regimes o conceito de revolução eventualmente teria ganhado maior ou menor densidade de aplicação jurídica, inclusive para a resolução de casos concretos dentro de processos estatais (judiciais, legislativos e/ou administrativos). Essas análises serão articuladas à contextualização da realidade em que os conceitos foram empregados em cada regime, a partir de pesquisa sistemática em historiografia e fontes primárias, como acervos de jornais, livros e artigos de doutrina jurídica, processos, entre outras fontes, naquilo que se entender pertinente.

Como apontou Bloch (1998, p. 121), para que haja, “historicamente falando, comparação” são necessárias duas condições básicas: “uma certa semelhança entre os factos observados – o que é evidente – e uma certa dissemelhança entre os meios onde tiveram lugar”. Em sentido parecido, Barros (2007, p. 10) coloca que aquele que aprofunda a prática comparativa dispõe-se a “fazer analogias, a identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, a perceber variações de um mesmo modelo”. Ademais, os casos eleitos para serem analisados na pesquisa podem ser o que Hirschl (2014, p. 256) chama de “*prototypical cases*”, isto é, casos emblemáticos que reúnem diversas características que poderiam ser encontradas em vários outros regimes autoritários e totalitários – Brasil e Chile no caso dos regimes autoritários latino-americanas e Alemanha e Itália como os casos mais representativos dos regimes propriamente totalitários.

Assim, longe de realizar equivalências a-históricas entre regimes cujos processos de formação, contextos (nacionais e internacionais) e características são sabidamente diferentes, pretende-se fazer um esforço de análise de similitudes e diferenças entre regimes que, apesar das marcantes diferenças, podem apresentar “parentescos curiosos” (Paixão, 2020, p. 232), tendo em comum as marcas da autocracia, do desprezo por direitos fundamentais, do manejo de atos de exceção/ e da mobilização do conceito de revolução em alguma medida; além de uma possível influência dos regimes totalitários europeus nos regimes autoritários latino-americanos posteriores. Seria assim, possível enquadrar a comparação aqui proposta na hipótese que Bloch (1998) e Barros (2007) apontaram como um dos casos preferíveis para a utilização do método histórico-comparativo: o de se comparar sociedades próximas no tempo e no espaço, numa situação em que uma influencie a outra.

As comparações propostas, com o cuidado para não se realizar equiparações acríticas, podem evidenciar os riscos que os usos

jurídicos e políticos dos conceitos de revolução e poder constituinte podem trazer para o Estado de Direito.

Em todo caso, trata-se de uma pesquisa ainda em andamento, que hoje dispõe somente de resultados parciais, e que se pretende, futuramente, transformar numa pesquisa de maior fôlego em eventual doutorado.

2. OS USOS DO CONCEITO DE REVOLUÇÃO POR REGIMES AUTORITÁRIOS E TOTALITÁRIOS

Desde já, muito embora se trate ainda de resultados parciais de uma pesquisa em andamento, é possível afirmar que, ao contrário do caso brasileiro, a mobilização do conceito de revolução, por exemplo, nas experiências da Alemanha e do Chile foi um tanto diferente na forma, além de mais limitada em duração e intensidade. Isso pode ter ocorrido nesses países pelo caráter de identificação do conceito de revolução com a esquerda, identificação essa que, no Brasil, apesar de ser verificada (Lucca, 2024, 2025; Motta, 2021; Paixão, 2020), terminou por ter menos peso que os aspectos jurídicos.

Diversos autores alemães classificaram a ascensão do partido Nacional-Socialista alemão ao poder em 1933 como uma revolução, falando muitas vezes de uma “revolução nazista” ou uma “revolução jurídica” ou uma “revolução legal”². Bracher (1971, p. 192), inclusive, alça o conceito ou *slogan* da “revolução jurídica” ou “revolução legal” como um elemento central para a rápida e eficiente consolidação da ascensão do nazismo, principalmente em comparação com a revolução bolchevique e com a tomada de poder pelos fascistas na Itália.

² Ver, por todos, Lowenstein (1936, 1937) na década de 1930, Bracher (1971) na década de 1970 e mais recentemente Stolleis (1998), além de Snell (1959), Wheaton (1969) e Hulbert (1975) nos EUA e mais recentemente Williamson (2002) no Reino Unido. Rechaçando o conceito de revolução jurídica e colocando-o como um mito nazista, ver Fraenkel (2017).

Contudo, Pauer-Studer (2020) relata que essas noções teriam sido mobilizadas pelos juristas alinhados ao regime nazista, como Otto Koellreutter, e até mesmo pelo próprio Hitler, mas de forma mais limitada – afirmando-se a conclusão do processo revolucionário em 1933. Ou seja, diferentemente do caso do Brasil, em que o conceito de revolução foi esteio de legitimação do regime por 21 anos e além³; na Alemanha nazista, a utilização permanente do conceito de revolução, aparentemente, não serviria aos interesses do regime e, assim, terminou por não acontecer. Cabe então ainda investigar posteriormente na pesquisa proposta: por quê?

Em todo caso, pontos comuns curiosos podem ser identificados entre o regime totalitário alemão e a ditadura brasileira, como, por exemplo: (i) a prática de atos de exceção contrários à ordem constitucional sem que a constituição pretérita fosse formalmente revogada, na Alemanha pela ativação do art. 48 da Constituição de Weimar e no Brasil por meio dos Atos Institucionais; (ii) conseqüentemente, uma tensão controlada entre normalidade e exceção; e (iii) ao mesmo tempo, uma certa “aura legalista” e um certo “fetiche legalista”⁴.

Ao mesmo tempo, pretende-se ainda investigar se no caso brasileiro e em outras ditaduras da América do Sul é possível identificar elementos de um Estado Dual, em forma que se aproxima ao diagnosticado por Fraenkel (2017) quanto ao III Reich na Alemanha. O Estado Dual existente na Alemanha nazista, segundo Fraenkel (*ibid.*), seria um Estado em que coexistiriam um Estado-Prerrogativa, com poderes ilimitados e atuação à margem da legalidade formal e estrita; e um Estado-Normativo, adstrito à legalidade e submetido aos seus procedimentos e constrangimentos. No caso do Brasil, seria interessante tentar aplicar a analogia do

³ Vale lembrar que as Forças Armadas brasileiras e alguns grupos conservadores e de extrema direita ainda denominam o golpe de 1964 de revolução até hoje.

⁴ Ver, por todos, Barbosa (2012) sobre o Brasil e Lowenstein (1936, p. 787-802, 1937, p. 542-545) sobre o caso alemão.

Estado Dual quando se trata, por exemplo, da manutenção em paralelo de aparatos/estruturas formais e informais de repressão (clandestinos/ilegais e legais), como apontado por Joffily (2008); e da coexistência de uma legalidade normal com uma legalidade revolucionária (Barbosa, 2012; Lucca, 2025; Paixão, 2020; Pereira, 2005).

No caso do Chile, quando da perpetração do golpe de Estado que derrubou Allende e levou Pinochet e a *junta militar de gobierno* ao poder, há também relatos sobre a mobilização do conceito de revolução, a partir do discurso jurídico. O conceito de revolução, porém, apesar de suscitado por juristas, teria sido rechaçado em um primeiro momento pelo próprio regime (Rebolledo, 2017, p. 81; Paixão, 2015, p. 86), cedendo lugar à designação oficial como restauração, logo após o golpe, quando da instituição da junta militar.

Como relata Paixão (2015, p. 96), o jurista Cruz-Coke teria enviado a Pinochet um memorando com um artigo acadêmico seu em que afirmava que o que acontecera em 11 de Setembro de 1973 teria sido uma “revolução triunfante” – o triunfo sobre o marxismo e a oportunidade para se estabelecer as diretrizes de um novo Estado. Essa tese, porém, não foi adotada pelo regime, que tinha uma outra visão: para a ditadura chilena o que teria acontecido seria uma restauração da institucionalidade; e esse seria, a partir daí o discurso oficial do regime.

No âmbito da legalidade autoritária, observe-se que o *Decreto Ley* nº 1 de 11 de setembro de 1973 (Chile, 1973a), que constituiu a junta militar (de maneira genérica), não mobilizou, nesse primeiro momento do golpe de Estado chileno, nem o conceito de revolução nem o de poder constituinte, seja nos considerandos, seja na parte normativa; ao contrário do AI-1 brasileiro (Brasil, 1964), cujo preâmbulo fundamentava o ato inaugural da ditadura militar brasileira nesses dois conceitos (Lucca, 2024, 2025; Paixão, 2020). Somente o *Decreto Ley* nº 128 de 12 de novembro de 1973 (Chile,

1973b), baixado posteriormente ao *Decreto Ley* nº 1 de 11 de setembro de 1973 (Chile, 1973a), para esclarecer o alcance dos poderes da *junta militar de gobierno*, veio a conceder a ela o poder constituinte (além dos poderes legislativo e executivo), todavia sem recorrer em momento algum ao conceito de revolução.

Quanto a isso, é interessante novamente estabelecer uma diferenciação com o caso brasileiro: no Brasil, os atos institucionais se encadeavam, fazendo referência aos atos de exceção anteriores, apresentando como gancho e motivação justamente a mobilização textual do conceito de revolução nos seus preâmbulos – o que já pode ser verificado a partir do segundo Ato Institucional – o Ato Institucional nº 2/1965 ou AI-2 (Brasil, 1965; Lucca, 2024, 2025; Paixão, 2020). Além disso, o primeiro Ato Institucional, o AI-1 (Brasil, 1964), ao contrário do primeiro decreto-lei chileno, mais genérico, já era bastante específico e trazia expurgos e medidas de força muito detalhados, além de uma delimitação do alcance dos poderes do regime, inclusive com declaração de uma suposta autocontenção e a manutenção da Constituição de 1946; o que, na prática, só reforçava ainda mais os poderes ilimitados da ditadura (Lucca, 2025, p. 132).

Curiosamente, no Chile, posteriormente, após desdobramentos do processo constituinte iniciado após o golpe, o conceito de revolução foi ressuscitado por juristas para legitimar o exercício do poder constituinte, parecendo ter caído nas graças da doutrina (Rebolledo, 2017, p. 93-111). Como se vê, a mobilização do conceito de revolução no Chile parece um tanto vacilante em termos doutrinários e, sobretudo, revela uma não incorporação oficial pelo regime; talvez pela carga semântica do termo, identificado à época com as esquerdas.

Já o caso da Itália fascista, por enquanto, foi o menos aprofundado na presente pesquisa. Contudo, pelos dados que se pôde levantar, trata-se de um caso que parece se aproximar ao do Brasil pela mobilização do conceito de revolução, inclusive de maneira oficial

pelo regime; porém, que se afasta do caso brasileiro pela não articulação do conceito de revolução com o de poder constituinte.

Primeiramente, é comum ver em livros e manifestos da época a mobilização do conceito de revolução com mais vigor e como designação pública principal do movimento fascista, até mesmo com alguma densidade jurídica.

É interessante observar usos marcantes do conceito de revolução dentro da esfera pública pelo próprio Mussolini (1963). No âmbito da doutrina jurídica, tem-se, por exemplo, a mobilização do conceito de revolução pelos juristas Alfredo Rocco (1927), Carlo Costamagna (1938), Sergio Panunzio (1933, 1937) e outros juristas de apoio ao regime.

Entretanto, segundo Pietro Costa (2011, p. 125), apesar de a publicística do regime ter mobilizado o conceito de revolução, afirmando uma revolução fascista, que chamara de “conservadora”; o conceito de poder constituinte ou de assembleia constituinte não foi mobilizado, pelo menos não oficialmente, ao lado do conceito de revolução, entre outros fatores, pela carga semântica liberal arraigada ao momento fundacional constituinte.

Por fim, no Brasil, entre 1964 e 1985, a mobilização do conceito de revolução teria como uma de suas razões a atuação de juristas ligados ao regime, como é caso de Francisco Campos, e, mais que isso, a própria semântica jurídica construída tanto pela doutrina jurídica quanto pela própria jurisprudência do STF pré-64, em torno do conceito de revolução articulado ao de poder constituinte (Lucca, 2025).

Por um lado, a semântica constitucional relacionada ao conceito de revolução afunilaria as possibilidades de designação do golpe militar, tornando a sua caracterização como revolução algo natural na perspectiva de um jurista ou de políticos com formação jurídica, como era comum na época. Por outro, em perspectiva pragmática, os efeitos jurídicos e jurídicos esperados de uma

revolução, que resultaria invariavelmente na atribuição de poderes ilimitados por conta da ativação do poder constituinte originário, seriam interessantes para o regime.

Nada obstante, chegou-se até à aplicação do conceito de revolução para se resolver casos concretos, como o caso Slaviero, que tramitou perante a Comissão Geral de Investigações (Arquivo Nacional, 2018; Lucca, 2025).

Tratava-se do processo nº 51/69 (Arquivo Nacional, 2018, 2019), oriundo da Subcomissão-Geral de Investigações do Paraná, que envolveu a afirmada aquisição de terras indígenas (do toldo ou gleba de Mangueirinha) de forma fraudulenta (com grilagem de terras) pelo Deputado Estadual Aníbal Khury, o servidor da Assembleia Legislativa do Paraná Ailton Costa Loyola, o Deputado Federal Jorge Cury e o intermediador Oswaldo Fortes, com suposta facilitação pelo Governador do Estado do Paraná à época, Moysés Lupion (detentor do grupo econômico Lupion), e a posterior alienação dessas terras à família Slaviero, titular do grupo econômico Slaviero, encabeçado pela *holding* F. Slaviero e Filhos S/A Indústria e Comércio de Madeiras. De acordo com o relatório do SNI que iniciou o processo (Arquivo Nacional, 2019), as pessoas ligadas ao grupo econômico Slaviero deveriam ser também alvo do confisco de bens, uma vez que teriam enriquecido ilicitamente por conta de terem adquirido as terras objeto da fraude.

O que é mais interessante no caso Slaviero é que, tendo em vista se tratar de um processo cujo objeto era a propriedade sobre terras – um bem de alto valor econômico –, a família Slaviero, em sua defesa, contratou pareceres de ninguém menos que Carlos Medeiros Silva, Vicente Ráo e José Frederico Marques (os dois primeiros diretamente envolvidos com a elaboração de diversos atos institucionais).

Como demonstrou Lucca (2025), nos pareceres que recheiam esse processo de investigação sumária, o conceito de revolução é

tratado de maneira central, muito embora o caso trate basicamente do direito de propriedade. No processo analisado foi possível identificar aplicações práticas do arcabouço conceitual revolucionário da ditadura militar, refletindo os sentidos jurídicos consolidados sobre o conceito de revolução, a partir dos atos institucionais, pelos juristas alinhados ao regime.

Todos esses elementos parecem demonstrar a centralidade do conceito de revolução dentro do panorama jurídico do regime ditatorial que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985, principalmente a partir da sua previsão no preâmbulo do AI-1 e da sua repetição e encadeamento em forma de narrativa em vários dos atos institucionais posteriores, como é o caso do AI-2 e do AI-5.

3. A CAMINHO DE ALGUMAS CONCLUSÕES

No caso brasileiro, como demonstrou Lucca (2025), o conceito de revolução perpassou todos os 21 anos do regime como sua designação oficial, informou atos institucionais e processos constituintes e foi aplicado para a resolução de casos concretos, sendo levado juridicamente, digamos, até suas últimas consequências. Mais que isso, a suposta revolução vitoriosa permanece no imaginário de uma parcela da população até hoje. Isto é, no Brasil, o conceito de revolução “pegou” – o que parece não ter acontecido, ao menos não tão agudamente, nas outras ditaduras analisadas.

Os resultados parciais da pesquisa demonstram indícios de que a mobilização dos conceitos de revolução e poder constituinte no Brasil tenha sido diferente dos outros regimes autoritários e totalitários analisados, sobretudo pela densidade e aplicabilidade jurídicas que aqui se conferiu ao conceito de revolução. A centralidade desse conceito dentro do panorama jurídico do regime ditatorial parece ter sido muito mais acentuada no Brasil, principalmente a partir da sua previsão no preâmbulo do AI-1, da sua repetição e

encadeamento em forma de narrativa em vários dos atos institucionais posteriores, como é o caso do AI-2 e do AI-5.

O conceito de revolução, de uma simples parte do preâmbulo – elemento normalmente visto como destituído de força normativa pela doutrina constitucionalista –, passou a ser um conceito jurídico denso e aplicável até mesmo para a resolução de casos concretos. Isso difere significativamente do que foi verificado nos demais regimes analisados, em que a mobilização do conceito de revolução se mostrou mais limitada.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação Regional no Distrito Federal. Base de dados (DSpace). Fundo/Coleção 1M - Comissão Geral de Investigações. Comissão Geral de Investigações (Brasil) II. **Processo nº 51/69 - Apenso Volume VIII**. Defesa preliminar de Moyses Lupion e Rubens Slaviero – Pareceres Jurídicos. Arquivo digitalizado. Código de Referência: BR DFANBSB 1M. Dossiê: BR DFANBSB 1M.0.0.5671. Última Atualização: 25 jun. 2018. Disponível em: <<https://sian.an.gov.br/sianex/>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

_____. Coordenação Regional no Distrito Federal. Base de dados (DSpace). Fundo/Coleção 1M - Comissão Geral de Investigações. Comissão Geral de Investigações (Brasil) II. **Processos da Comissão Geral de Investigações**. Processos de investigação sumária para confisco de bens por enriquecimento ilícito no exercício de cargo ou função pública da União, estados, Distrito Federal, territórios ou municípios, inclusive de empregos em autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista. Arquivos digitalizados. Código de Referência: BR DFANBSB 1M. Última Atualização: 26 fev. 2019. Disponível em: < Acesso em: 11 jan. 2025.

BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. **História constitucional brasileira**: mudança constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós-1964 Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BARROS, José D'Assunção. História Comparada: da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social**, vol. 11, nº 13, janeiro de 2011, p. 7-21.

BLOCH, Marc. Para uma história comparada das sociedades europeias. BLOCH, Marc. **História e historiadores**: textos reunidos por Étienne Bloch. Lisboa: Teorema, 1998. p. 119-150.

BRACHER, Karl Dietrich. **The German Dictatorship**: the origins, structure, and effects of national socialism, traduzido por Jean Steinberg. Nova Iorque: Praeger Publishers, 1971.

BRASIL. **Ato Institucional de 9 de abril de 1964**. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Brasília-DF. Presidência da República. Publicado no Diário Oficial da União de 09/04/1964 e republicado em 11/04/1964 [1964b]. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

_____. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965**. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Brasília-DF. Presidência da República. Publicado no Diário Oficial da União de 27/10/1965 e republicado em 28/10/1965 e 05/11/1965. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

CHILE. Ministerio del Interior. **Decreto Ley nº 1 de 11 de setembro de 1973**. Congreso Nacional de Chile. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Acta de constitucion de la junta de gobierno. Santiago de Chile, a 11 de Septiembre de 1973a. Disponível em: <<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=237897&idParte=>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

_____. Ministerio del Interior. **Decreto Ley nº 128 de 12 de novembro de 1973**. Congreso Nacional de Chile. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Aclara el sentido y alcance del articulo 1º del Decreto Ley nº 1, de 1973. Santiago, 12 de Noviembre de 1973b. Disponível em: <<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=5787>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

COSTA, Pietro. Il problema del potere costituente in Italia fra risorgimento e repubblica. In: BAMBI, Federico. **Un secolo per la costituzione (1848-1948)**: concetti e parole nello svolgersi del lessico costituzionale italiano, Atti del Convegno, Firenze, Villa Medicea di Castello, 11 novembre 2011. Firenze: Accademia della Crusca, 2012.

COSTAMAGNA, Carlo. **Storia e dottrina del fascismo**. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1938.

FRAENKEL, Ernst. **The dual state**: a contribution to the theory of dictatorship, traduzido por E. A. Shils, Edith Lowenstein e Klaus Knorr. Oxford: Oxford University Press, 2017.

GRECCO, Gabriela de Lima; ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. Em que pensam os historiadores ao fazer história comparada? **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 240 - 260, set./dez. 2019.

HULBERT, Roy Joseph. **Hitler's Idea of "Legal Revolution" and the Triumph of Nazism**: A Study of Politics and Moral Anarchy. Tese (Doutorado). História Moderna, Universidade de Washington (EUA). Ph.D. Washington, DC, 1975.

HIRSCHL, Ran. **Comparative Matters**: The Renaissance of Comparative Constitutional Law. Oxford: Oxford University Press, 2014.

JOFFILY, Mariana Rangel. **No centro da engrenagem. Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. **Futures past**: on the semantics of historical time; translated and with an introduction by Keith Tribe. New York: Columbia University Press, 2004.

_____. **Historia de conceptos**: estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social; tradução de Luis Fernández Torres. Madrid: Editorial Trotta, 2012.

LOWENSTEIN, Karl. Law in the third Reich. **The Yale Law Journal**, vol. 45, n. 5, Mar. 1936, p. 779-815.

_____. Dictatorship and the German Constitution: 1933-1937. **The University of Chicago Law Review**, vol. 4, n. 4, jun. 1937, p. 537-74.

LUCCA, Rafael Bernardes. **Juristas da ditadura**: os usos do conceito de revolução pelo regime militar brasileiro (1964-1969). Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Programa de Pós-graduação em Direito. Brasília, DF, 2024.

_____. **Revolução à brasileira**: como os juristas da ditadura e a teoria do poder constituinte ajudaram a transformar um golpe de Estado numa revolução. Londrina: Thoth, 2025.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MUSSOLINI, Benito. **Opera Omnia**, Vol. 34, a cura di Edoardo e Duilio Susmel. Firenze: La Fenice, 1963.

PAIXÃO, Cristiano. Entre regra e exceção: normas constitucionais e atos institucionais na ditadura militar brasileira (1964-1985). **História do Direito**, vol. 1, nº 1, dezembro de 2020, p. 227-241.

_____. Past and future of authoritarian regimes: constitution, transition to democracy and amnesty in Brazil and Chile. **Giornale di Storia Costituzionale**, Issue 30, 2015, p. 89-105.

PANUNZIO, Sergio. **Rivoluzione e Costituzione: problemi costituzionali della rivoluzione**. Milão: Fratelli Treves, 1933.

_____. **Teoria generale dello stato fascista: appunti di lezioni**. Padova: CEDAM, 1937.

PAUER-STUDER, Herlinde. **Justifying injustice: legal theory in Nazi Germany**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

PEREIRA, Anthony W. **Political (in)justice: authoritarianism and the rule of law in Brazil, Chile, and Argentina**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2005.

PINTO, Francisco Rogério Madeira. Francisco Campos e o cinismo constitucional. **REJUR - Revista Jurídica da UFERSA**, Mossoró, v. 2, n. 4, jul./dez. 2018, p. 39-66.

REBOLLEDO, Victor Manuel. **Desarrollo Constitucional Chileno desde la Constitución de 1980**. Tese (Doutorado). Faculdade de Direito da Universidade Complutense de Madrid. Programa de Pós-graduação em Direito. Madrid, Espanha, 2017.

ROCCO, Alfredo. **La trasformazione dello stato: dallo stato liberale allo stato fascista**. Roma: La voce, 1937.

SEELAENDER, Airton Cerqueira-Leite; CASTRO, Alexander Rodrigues de. Um jurisconsulto adaptável – Francisco Campos (1891-1968). In: MOTA, Carlos Guilherme; SALINAS, Natasha Schmitt Caccia (coords.). **Os Juristas na formação do estado-nação brasileiro: de 1930 aos dias atuais**. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 255-291.

SNELL, John L. Introduction. In: SNELL, John L (ed.). **The nazi revolution**: Germany's guilt or Germany's fate? Boston: D. C. Heath and Company, 1959.

STOLLEIS, Michael. **The law under the swastika**: studies on legal history in Nazi Germany, translated by Thomas Dunlap, foreword by Moshe Zimmermann. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

WHEATON, Eliot Barculo. **Prelude to Calamity**: with a background survey of the Weimar era. Garden City, NY: Anchor Books, 1969.

WILLIAMSON, D. G. **The third reich**, 3^a ed. London: Pearson Education, 2002.

OS PASSADOS SENSÍVEIS E OS EFEITOS DO NEGACIONISMO NOS DISCURSOS HISTÓRICOS ATRAVÉS DAS PLATAFORMAS DIGITAIS DE COMUNICAÇÃO. O CASO DO INSTAGRAM

Rafaella Karem Silva Ribeiro¹

Resumo

A presente pesquisa se propõe a discutir as contribuições e análises das epistemologias africanas, afrodiaspóricas e pós-coloniais críticas acerca dos efeitos do racismo, colonialismo, sexismo e dos negacionismos nos discursos históricos, além de refletir sobre como os discursos de ódio e o eurocentrismo propagados através das plataformas digitais, em especial o Instagram, impactam a construção das identidades coletivas e das representações sociais. Por fim, busca-se compreender como os passados sensíveis ressurgem a partir das experiências do presente que estão associadas a eventos traumáticos e violentos como a escravidão, as experiências coloniais e os genocídios/epistemicídios.

Palavras-chave: memes; racismo; negacionismo; Instagram; representações

Introdução

A evolução das tecnologias tem gerado profundas transformações na forma como nos comunicamos, especialmente pelos meios digitais conectados à internet. Neste sentido, é notável que o uso dessas ferramentas tecnológicas tem se tornado algo regular dentro da sociedade brasileira, que conta com cerca de 90% de seus componentes tendo acesso diário a internet e usufruindo de suas redes como fonte primária para pesquisas entre outras atividades², e o crescimento das plataformas de comunicação estão transformando a forma de relato e registro da história não apenas

¹ Universidade de Brasília. rafaellakarem09@gmail.com

² Atividades ligadas ao entretenimento e lazer, além da comunicação e compartilhamento de ideias.

do país, mas de todo o mundo. Isto porque as redes sociais digitais demonstram uma extraordinária capacidade dos indivíduos em gerar, difundir e trocar significados na comunicação interpessoal coletiva, em um sistema massivo de rede e em tempo real, no qual tudo tende a estar ligado.

À medida em que os acessos e interações virtuais se intensificam, os conteúdos consumidos e compartilhados nesses ambientes também, fazendo com que seja fundamental atentar-se para o modo como esses conteúdos são processados, interpretados e como influenciam as formas de compreensão do mundo. Essa nova abordagem exige o desenvolvimento de um senso crítico-reflexivo, permitindo que os indivíduos identifiquem os significados implícitos nos gêneros discursivos e demais artefatos culturais impregnados de ideologias que circulam na rede.

Dessa forma, as interações virtuais fomentam a disseminação de uma grande diversidade de textos, impulsionados por discursos de diferentes grupos sociais, que representam aspectos do mundo sob a perspectiva de coletivos hegemônicos, especificamente em preservação e fortalecimento do status quo³ que lhes garantem privilégios. Ao mesmo tempo, essas interações se aproximam para a naturalização de uma visão de mundo predominantemente preconceituosa, pouco aberta a questionamentos críticos, mesmo quando fundamentados em dados científicos e verificáveis que podem desafiar e transformar o atual cenário.

Dentro desse contexto, são utilizados diversos recursos para dar concretude aos discursos e representar o mundo nas interações virtuais. Entre esses recursos, destacam-se os memes verbo-

³ O conceito significa “o estado das coisas”, à situação existente ou ao estado de coisas estabelecido. A expressão latina é usada para descrever a maneira como as coisas são atualmente e como elas têm sido historicamente, indicando a ausência de mudanças ou interrupções significativas nesse estado e, geralmente implica uma estabilidade ou continuidade nas relações, ou estruturas existentes

imagéticos⁴ (CHAGAS, 2020), produtos culturais híbridos amplamente divulgados pela internet, que surgem como ferramentas humorísticas comuns em diálogos digitais. Esses memes, embora não sejam novos em termos de prática cultural, refletem práticas socioculturais recentes, elaboradas por usuários do mundo digital a partir dos elementos disponíveis em seus contextos específicos (LIMA-NETO, 2020).

É essencial, portanto, que se intensifiquem os debates sobre a importância e a urgência de desenvolver o senso crítico-reflexivo entre aqueles que participam da comunicação, com o objetivo de exportar relações assimétricas de poder tanto nas instituições quanto nas interações sociais. Sob esse prisma, é crucial abordar o racismo epistêmico no Brasil, reconhecê-lo como uma característica estrutural e combatê-lo, além de adentrar em questões oriundas a ele, como o sexismo, negacionismos científicos e históricos⁵, ideias defendidas comumente por visões eurocêntricas e divulgada por meios de comunicação de massa, que impactam qualidades na vida de pessoas negras, muitas vezes julgadas com base em preconceitos e estereótipos.

A partir desta argumentação, esta pesquisa analisa os impactos do racismo e do colonialismo sobre as representações e discursos históricos elaborados sobre a história africana, a África, os africanos e as populações afrodiaspóricas, bem como os debates sobre o negacionismo histórico, os discursos de ódio e as memórias históricas, através de um mapeamento da produção e circulação de memes e discursos sobre a África, em uma das principais redes

⁴ Como textos multimodais, servem como meios de expressão de convicção, valores, atitudes e ideologias excludentes e supremacistas.

⁵As estruturas do pensamento histórico continuam a ser hegemonicamente brancas e colonizadoras/colonizadas, mais do que isso, os sentidos da História continuam alicerçados nos silêncios e racismos/colonialismos epistêmicos, com algumas destacadas exceções.

sociais na internet, o Instagram⁶. Para isto, a pesquisa estrutura-se a partir dos métodos da pesquisa bibliográfica, da investigação acerca das crescentes propagações negacionistas e estereotipadas que cercam as sociedades africanas e afrodiaspóricas, da revisão da literatura, análise crítica dos discursos (DIJK, 2005) e da análise de imagens e representações (HALL, 2017).

A seleção dos memes se deu devido à sua popularidade no Instagram e em suas redes relacionadas⁷ e, principalmente, pela forma como apresentam opiniões, atitudes e discursos alinhados a ideologia racista. Este é um debate recorrente diante do atual cenário onde as pessoas negras são as principais vítimas de opressão, exploração e desigualdade no Brasil, onde enfrentam uma disparidade socioeconômica em relação às pessoas brancas, além de um aumento nos casos de feminicídio de mulheres negras, e a juventude negra sendo alvo preferencial de violência, e a superlotação das prisões, com mais de 60% da população carcerária composta por negros e pardos.

O crescente uso das plataformas digitais: O Instagram

O Instagram teve uma trajetória “meteórica” desde o seu lançamento, em 2010 no território brasileiro, e a simplicidade foi uma de suas principais características. A interface intuitiva, por exemplo, aliada à facilidade de capturar e compartilhar momentos, atraiu uma ampla gama de usuários, independentemente de sua experiência em redes sociais. Ao longo dos anos, o Instagram não se contentou em ser apenas uma plataforma de compartilhamento de fotos e, na última década, tem feito um esforço extra para se atualizar com base no histórico de preferência das novas gerações:

⁶ Uma das plataformas digitais mais populares da atualidade com 134,6 milhões de usuários brasileiros ativos, segundo dados publicados nas ferramentas de planejamento da Meta, empresa responsável pelo gerenciamento da plataforma.

⁷ Threads, rede social lançada pelo conglomerado Meta, que também é responsável pelo Instagram e Facebook.

os vídeos. Por isso, passou a introduzir uma série de recursos como os Stories, o IGTV e foco em e-commerce. Essas atualizações mantiveram a plataforma em alta e atraíram ainda mais audiência. O Instagram passou a ser visto como um terreno fértil para o surgimento dos famosos influenciadores digitais, criando uma comunidade global de criadores e consumidores de conteúdo, dinâmica que contribuiu significativamente para o sucesso da plataforma.

Justamente a crescente inserção dessa plataforma digital como um espaço colaborativo de difusão contínua de ideias, tem impactado no campo de produções históricas de maneira brutalizada, pois as pessoas usam seus perfis na rede digital para relatar, compartilhar ideias e difundir conceitos sobre determinados assuntos, retratando sua opinião sobre eles, gerando uma onda que estabelece parâmetros, identidades e posicionamentos sociais. E é partindo desse meio que instauram-se os negacionismos científicos e históricos, um fenômeno histórico e social emergente que tem contribuído para os efeitos de longa duração do racismo e do colonialismo, pois no caso específico da produção de discursos históricos, diversas estratégias são empregadas por agentes e agências ligados às práticas políticas e discursivas revisionistas/minimizadoras/negacionistas envolvendo as responsabilidades históricas ligadas à escravidão moderna colonial, aos colonialismos, ao racismo e aos genocídios contemporâneos.

Sendo uma das plataformas digitais mais populares atualmente, o Instagram foi consolidado como a 3ª rede social mais usada no Brasil no ano passado, com cerca de 113,5 milhões de usuários (IBOPE repucom, 2023). Esta ferramenta digital, que conta com um histórico de transformações em seu formato, tem resultado em uma maior visibilidade para pautas bastante pertinentes na sociedade atual, já que comunicação em massa por meio de discursos textuais e imagéticos cria possibilidades para extensos

diálogos que incluem nichos de conhecimento como o feminismo, as relações de classe social, o eurocentrismo, o racismo e o negacionismos históricos, fazendo desta plataforma uma ágora global digital e “termômetro social e político” (SANTAELLA; LEMOS, 2010, p. 66).

Consequentemente, o Instagram tem potencializado a construção de um imaginário intolerante e discriminatório a respeito de culturas e identidades afrodiaspóricas, uma prática que vem se materializando na produção e circulação de memes, em razão de eles serem frequentemente empregados por forças hegemônicas como poderosos artifícios para a instauração, sustentação e universalização de discursos particulares mobilizados por ideologias excludentes, profundamente pautadas em concepções eurocêtricas do mundo, marcadas pelo negacionismo e uma gama de preconceitos que oprimem, exploram, subvalorizam, silenciam e matam indivíduos marginalizados e em situação de vulnerabilidade social. Essa prática, que se mostra recorrente nesta plataforma digital, recentemente tem ganhado mais força devido a um reforço em suas bases de interação com surgimento de uma nova rede atrelada a ela.

A eminência do Threads

O Threads é uma rede social desenvolvida e lançada pelo Instagram em 2023. A plataforma tem como principal objetivo oferecer um espaço para que usuários compartilhem atualizações de texto e participem de conversas públicas. O ingresso na plataforma requer uma conta no Instagram, que é a empresa responsável pelo desenvolvimento do Threads, facilitando os usuários habituais da rede primária a migrarem seus diálogos para um novo espaço.

Com funcionamento similar ao de serviços como X (antigo Twitter) e Bluesky⁸, o Threads permite que você crie textos de até 500 caracteres, com opção de incluir links, fotos, carrosséis, vídeos e mensagens de voz. Também é possível curtir, responder, republicar ou compartilhar tópicos de discussão. Sua atual popularidade se deu ao fato de recentemente o ministro Alexandre de Moraes do Supremo Tribunal Federal (STF) ter determinado a suspensão do X no Brasil. A decisão, que gerou grande comoção na sociedade brasileira, acarretou em uma crescente onda de usuários que migraram para esta plataforma, a tornando a quarta rede mais acessada no Brasil no mês de setembro, segundo dados estatísticos realizados em um estudo pela Universidade Metodista de São Paulo.

Conceitos de análise

No campo da produção e circulação de imagens, o teórico da cultura e sociólogo jamaicano Stuart Hall (2016) lembra que muitas imagens expostas na cultura popular e nas mídias de massa estão alicerçadas nos estereótipos raciais vinculados aos imaginários da escravidão, do colonialismo e do racismo. As imagens produzidas pelo cinema, pelas propagandas comerciais, literatura, imprensa, expressões artísticas e fotografias, quando voltadas para a construção de discursos sobre determinados grupos sociais ou sociedades racializadas, devem ser analisadas, neste caso, como “regimes ou políticas de representação”. Hall afirma ainda que “as imagens não carregam significado ou significam por conta própria”, elas acumulam ou eliminam seus significados face às outras por meio de uma variedade de textos e mídias.

Cada imagem tem seu próprio “significado específico” (HALL, 2016, p. 50), no entanto, no caso das populações africanas e afrodiaspóricas, essas representações produzidas a partir das

⁸ Ambas são redes sociais que se assemelham na estrutura e funcionalidade, diferenciando-se em alguns aspectos ligados ao design.

sociedades europeias e americanas, acompanhadas na ideia de sátira ou humor ácido, na realidade estão marcadas por estereótipos racistas e ideologias ofensivas. Esse processo de estereotipagem do outro “é parte da manutenção da ordem social e simbólica” criando fronteiras entre os grupos. Elas reproduzem e sustentam desigualdades e exclusões. Já para a psicóloga e pesquisadora Valeska Zanello, “as imagens, como supostas representantes da realidade, deixam pouco espaço para a dúvida ou a reflexão, como seria o caso das palavras, e têm um poder persuasivo muito maior”. A autora defende que mesmo no “caso de imagens nitidamente criadas, como são alguns memes, opera-se a construção de uma metáfora visual, retoricamente mais poderosa e convincente do que aquela falada”. Dessa forma, as imagens “são instrumentos potentes para manejar e manipular emoções. E é, sobretudo nessa esfera, da guerra psicopolítica, que tem se dado o que se considera hoje em geopolítica como guerras indiretas” (ZANELLO, 2022).

A partir desta argumentação, foi possível observar os impactos do racismo e do colonialismo sobre as representações e discursos históricos elaborados sobre a história africana, a África e populações afrodiaspóricas, bem como analisar os debates sobre o negacionismo histórico, os discursos de ódio, memórias históricas e sexismo, além de compreender e salientar como o debate público sobre alguns fenômenos e eventos históricos - a escravidão moderna colonial, os genocídios contemporâneos (genocídios coloniais em África e o genocídio de Ruanda) e o racismo estrutural - influenciam as políticas de reparação e justiça. Através de análise e mapeamento da produção e circulação de memes, comentários discriminatórios e discursos sobre a África, os africanos e a imigração africana no Brasil, em uma das principais redes sociais na internet, o Instagram, tornou-se aparente a maneira que o negacionismo histórico influencia a produção dessas representações e notícias sobre os impactos da escravidão atlântica moderna em África, os efeitos do colonialismo

para os africanos, o racismo e a misoginia que circulam nas plataformas digitais.

Análise dos memes

Os memes a seguir foram selecionados a partir de uma investigação e mapeamento fundamentados na quantidade de acessos, compartilhamentos e comentários acerca de sua publicação. Buscava-se verificar como mensagens de memes, que operam em favor de discursos que naturalizam o racismo e as demais práticas discriminatórias, podem influenciar a mobilização de consciência histórica de sujeitos nos espaços digitais, já que as marcas da dominação racial histórica se materializam em mensagens desses memes. Operando no nível da produção humorística ou do entretenimento, as expressões, discursos de ódio e negacionismos históricos se fazem presente nas representações. Quando postas numa interpretação social histórica, revelam uma espécie de movimento de contração do tempo histórico que aproxima passado e presente e revela conexões com os significados da existência de mais de 300 anos de escravidão que influenciou a formação da mentalidade racista na sociedade brasileira.



Imagem 1- Postagem publicada em uma sequência de diálogos no Threads (<https://www.threads.com/>)

O meme, que contém elementos visuais e textuais a respeito do caso do ex deputado estadual de São Paulo⁹ e a polêmica envolvendo o ex ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil¹⁰, sugere uma narrativa racista acerca da violência contra mulheres, além de naturalizar essa prática, já que se trata de uma figura feminina negra. O texto nos quadrantes e as escolhas das imagens refletem um discurso carregado de estereótipos raciais e de gênero, com insinuações depreciativas.

O primeiro par de imagens sugere que Arthur do Val, o homem nitidamente branco, "caiu" devido à ação de um grupo de mulheres brancas. Esse posicionamento insinua inicialmente que mulheres brancas são "causadoras" de problemas ou responsáveis por expor homens ao erro, o que retrata um estereótipo de

⁹ O deputado Arthur do Val teve seu mandato cassado em 2022 após comentar em suas redes sociais que as mulheres refugiadas da Ucrânia, país em situação de guerra, seriam "fáceis e atiradas" ao se depararem com um homem branco da alta classe, por serem pobres e interesseiras. O caso repercutiu na época por se tratar de uma violação ética e moral.

¹⁰ No dia 5 de setembro de 2024, a coluna de Guilherme Amado no portal Metrôpoles publicou que Silvio Almeida era alvo de acusações de assédio moral e sexual, que chegaram à ONG Me Too Brasil. Uma das vítimas seria a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, em 2023.

manipulação feminina. No segundo par de imagens, temos a presença de Silvio Almeida, um homem negro, ao lado de Anielle Franco, uma mulher negra, com a insinuação de que ele "vai cair" devido à ação dela. Este quadro reforça um estigma histórico de "inimização" ou "ameaça" entre pessoas negras, sugerindo um conflito racial interno.

A imagem como um todo explora estereótipos e reproduz preconceitos e violências, especialmente raciais e de gênero, pois retrata a ideia de que assédio a mulheres seria justificado quando se dirige a um grupo denominado como belo, que é entendido pela população hegemônica como sendo mulheres brancas. Mas, ao se tratar de uma mulher negra, ela seria colocada em uma situação de inferiorização, pois o discurso em torno da imagem sugere que seria inadmissível assediar Anielle, pois ela não estaria dentro dos padrões de beleza defendidos pela branquitude colonial. Além disso, o uso da frase "já sei de qual lado fico", deixa claro que o espectador deve escolher entre os personagens apresentados com base em sua aparência. Essa abordagem superficial tende a promover um discurso discriminatório e violento baseado na racialidade e no gênero, pois ao associar a "queda" ou o "fracasso" de um homem branco a um grupo de mulheres brancas seria algo compreensível e natural devido as suas características eurocêtricas encaradas como atrativas, mas ao se tratar de um homem negro, que já carrega o estereótipo de violento e agressivo, sendo "derrubado" de sua posição de poder por uma mulher negra retrata algo injustificável e incabível, já que esta é vista inferior esteticamente aos padrões de beleza feminina na sociedade brasileira, ressaltando as práticas do racismo estrutural e legitimando estereótipos que desumanizam e criam divisões dentro da própria comunidade negra.

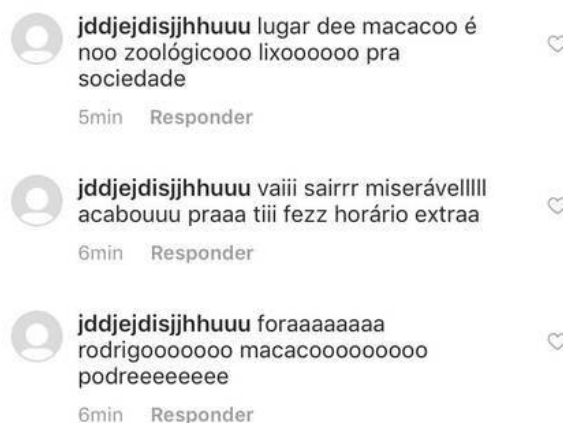


Imagem 2- Comentários publicados em uma foto no Instagram (<https://www.instagram.com/>)

Esta imagem contém comentários extremamente ofensivos e racistas direcionados ao Rodrigo, um homem negro participante do reality show no ano de 2023. Ao utilizar a palavra "macaco" como insulto o usuário, de perfil anônimo, recorre a um estereótipo racista historicamente utilizado para desumanizar pessoas negras, comparando-as a animais e tentando desqualificá-las em termos de valor humano. Esse tipo linguagem, além de preconceituosa, reflete uma tentativa de inferiorizar e desumanizar a pessoa alvo.

Esse tipo de ataque verbal possui uma carga de violência simbólica muito forte, que vai além da ofensa individual, já reforça o racismo estrutural que persiste na sociedade, ao tratar pessoas negras como inferiores ou indesejáveis, e naturaliza o uso desse termo, pois sugere uma associação da negritude com o selvagem, o primitivo, desvelando o imaginário da branquitude a respeito da humanidade das pessoas negras. Tal associação pode, ainda, ser tomada como uma declaração política de consciência racial, por meio da qual, são estabelecidos padrões dominantes de beleza, que advogam o padrão eurocêntrico como norma, rebaixando outros padrões à primitividade.

A outra expressão "lixo para a sociedade" sugere uma tentativa de exclusão e marginalização, com o propósito de desumanizar uma

pessoa e justificá-la como "fora" da norma ou "inadequada". Além disso, o uso de termos como "zoológico" perpetua a ideia racista de que pessoas negras não pertencem a espaços sociais ou comunitários, reforçando uma visão de exclusão social.



Imagem 3- Postagem publicada em um perfil no Instagram (<https://www.instagram.com/>)

Neste meme, é retratado um ambiente escolar onde a figura do educador é um homem negro. Ao ter dúvida sobre determinado ponto da aula, o aluno comenta "poderia ser mais claro?". Essa expressão, dentro do contexto linguístico e imagético, faz uma alusão puramente racista ligada a racialidade do professor, já que, no sentido literal, o "ser mais claro" implica na impossibilidade de uma mudança na cor da pele.

O trocadilho faz um apelo ofensivo e violento, já que se refere que o professor não pode atender ao pedido do aluno por sua cor não poder ficar mais "clara", além evocar estereótipos raciais que associam uma raça negra à incompetência ou à incapacidade de ensinar de forma clara e eficaz. Isso pode reforçar a ideia colonialista de que os professores negros precisam de sua prescrição e competência de maneiras que outros educadores não necessariamente enfrentem. Esse tipo de representação pode perpetuar a desconfiança nas habilidades dos educadores negros.



Imagem 4- Postagem publicada em um perfil no Instagram (<https://www.instagram.com/>)

Neste meme, a imagem utiliza crianças africanas jogando bola junto a um personagem fictício, com a seguinte legenda: "O ruim de jogar bola na África é que os cara são tudo fominha." Esse trocadilho textual, alinhado a cena representada, reforça estereótipos negativos e discriminatórios, retrata as crianças de forma desumanizada.

O uso da palavra "fominha", faz referência a uma expressão popular brasileira no mundo dos esportes coletivos, que descreve jogadores com atitudes competitivas e egoístas. Já no caso da imagem, o humor está em associar a expressão ao estereótipo de que os jogadores, neste caso as crianças africanas, são agressivos, já que seria um problema praticar atividades com esta população devido a possibilidade de violência. Essa abordagem desconsidera o contexto sociocultural, minimiza a identidade africana e afrodiasporica, e reforça uma visão generalista e preconceituosa, tratando as crianças como uma massa dinâmica e reforçando uma ideia de comportamento negativo associada à África e aos africanos.

Além disso, o meme reforça uma visão estereotipada da África como um lugar de pobreza, onde as crianças estão sempre brincando em ambientes precários. Essa representação visual contribui para o

imaginário social que vê o continente africano como "carente", em vez de considerar a diversidade, a riqueza cultural e as realidades variadas que existem em seus diferentes países e comunidades.

Por fim, a utilização de uma figura animada, provavelmente vinda de um contexto ocidental (como a caricatura de uma marca), em contraste com as crianças africanas, parece destacar uma dicotomia entre o "outro" e o "eu", o exótico e o familiar, reforçando a ideia de alteridade e distanciamento cultural. A imagem, assim, trivializa uma cultura e seus indivíduos, promovendo estereótipos racistas que são direcionados para a perpetuação de preconceitos estruturais e simbólicos.

Considerações Finais

Observar e analisar as produções imagéticas e textuais possibilitaram uma reflexão acerca dos impactos profundos no campo da comunicação causados pela revolução tecnológica, que culminou em desafios dentro dos estudos da linguagem e da construção de identidades devido às profundas alterações nas interações virtuais. Como produto e consequência desse processo, destacam-se os memes de cunho humorístico que circulam nas plataformas digitais, que têm servido de repositórios ideológicos a serviço de forças hegemônicas consolidadas nas relações assimétricas de poder entre as estruturas sociais em que o racismo, sexismo e negacionismo histórico acerca da África, populações africanas e afrodiasporicas mantém, com protagonismo, o privilégio de uns em detrimento de outrem.

A circulação desses memes, como também de algumas produções textuais, trazem à tona a necessidade de refletirmos sobre como os sistemas das plataformas digitais podem não apenas revelar uma prática tangível na sociedade, mas instrumentalizá-la e reforçá-la, pois que o livre compartilhamento dessas imagens possibilita a instauração massiva de discursos de ódio, intolerância e naturalização de uma prática violenta de representação, o que afeta na produção de

verdades, implicando nos processos de subjetivação dos sujeitos, principalmente tratando-se de sujeitos que são historicamente acometidos pelo racismo e preconceito na sociedade.

As investigações aqui propostas possibilitaram concluir que é assertiva a afirmação de que há uma influência latente do racismo e colonialismo sobre as representações e discursos históricos elaborados sobre a história africana, a África, os africanos e as populações afro diaspóricas, bem como um grande impacto nos processos de construção de um imaginário social comum discriminatório, já que tornou-se os estereótipos culturais, de gênero e, principalmente, raciais se tornaram efetivamente reais, não por ser um fato biológico, mas porque o racismo funciona através do discurso.

É essencial, portanto, que se intensifiquem os debates sobre a importância e a urgência de desenvolver o senso crítico-reflexivo entre aqueles que participam da comunicação, com o objetivo de expor as relações assimétricas de poder tanto nas instituições quanto nas interações sociais. Sob esse prisma, é crucial abordar o racismo epistêmico no Brasil, reconhecê-lo como uma característica estrutural e combatê-lo, além de adentrar em questões oriundas a ele, como o sexismo, os negacionismos científicos e históricos, ideias defendidas comumente por visões eurocêntricas e divulgadas por meios de comunicação de massa, que impactam a qualidade de vida de pessoas negras, muitas vezes julgadas com base em preconceitos e estereótipos.

Referências

ALMEIDA, S. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020, 264p.

BAUCKHAGE, C. Insights into Internet Memes. In: *Proceedings of the international AAAI conference on web and social media*, [S. l.], v. 5, n. 1,

2011. Disponível em:
<https://ojs.aaai.org/index.php/ICWSM/article/view/14097>. Acesso em: 18 setembro 2024.

CHAGAS, V. (Org.). *A cultura dos memes: aspectos sociológicos e dimensões políticas de um fenômeno do mundo digital*. Salvador: EDUFBA, 2020. 544p.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora-MG, Ed. UFJF, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. "The work of representation". In: HALL, Stuart (org.) *Representation. Cultural representation and cultural signifying practices*. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997.

HORTA, Natália Botelho. *O meme como linguagem da internet: uma perspectiva semiótica*. 2015. 191 f., il. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

IBGE; MCom (2022). 90% dos lares brasileiros já tem acesso à internet no Brasil, aponta pesquisa. Disponível em:
<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/90-dos-lares-brasileiros-ja-tem-acesso-a-internet-no-brasil-aponta-pesquisa#:~:text=Conectividade-,90%25%20dos%20lares%20brasileiros%20j%C3%A1%20tem%20acesso,internet%20no%20Brasil%2C%20aponta%20pesquisa&text=Em%202021%2C%20o%20n%C3%BAmero%20de,mais%20do%20que%20em%202019>. Acesso em: 03 jun. 2023.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, 248p.

LE MOS, André; LÉVY, Pierre. Da opinião pública à inteligência coletiva. IN: _____. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010. p. 85-100.

LIMA-NETO, V. de. Meme é gênero? Questionamentos sobre o estatuto genérico do meme. *Trab. linguist. apl.*, Campinas, v. 59, n. 3, p. 2246-2277, set. 2020. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132020000302246&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 outubro 2024.

PORTO, D. Silvio Almeida: veja a cronologia da crise que derrubou ministro. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/silvio-almeida-veja-a-cronologia-da-crise-que-derrubou-ministro/>. Acesso em: 30 out. 2024.

SANTAELLA, Lucia; LEMOS, Renata. Inflow vs. Outflow: Twitter e microdesign de ideias. IN: _____. Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter. São Paulo: Summus, 2010. p. 63-88.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário. São Paulo, Enigma, 2012

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. vol. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

VAN DIJCK, J. La cultura de la conectividade: una historia crítica de las redes sociales. 1 ed. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, 2016.

ZANELLO, Valeska; RICHWIN, Iara Flor; BAÉRE, Felipe de. Memes machistas em tempos de pandemia. In: WARD, Rodolfo (org.). Arte e invocação em tempos de pandemia. Brasília: Universidade de Brasília, 2022. (Cadernos do CEAM, v. 3, n. 38). P. 116-133.

“TERRITÓRIO LIVRE”: UMA EXPERIÊNCIA DE PERCURSOS, MEMÓRIA E ESPAÇOS UNIVERSITÁRIOS

Marcela Carvalho de Jesus¹

Raphael Oliveira Sipriano²

Resumo

O presente trabalho objetiva relatar a experiência tida pelos grupos de pesquisa e extensão “Pé na Estrada” (FAU UnB) e “Outras Brasília” (PPGHIS UnB) na atividade de extensão universitária com visitas para estudantes e professores da rede pública de educação básica do Distrito Federal, guiadas por discentes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e de História, que possibilitou a reflexão sobre os espaços de memória da ditadura e resistência no Campus Darcy Ribeiro da UnB. Para tanto, foram realizadas pesquisas históricas, de caráter qualitativo, e mapeamento dos espaços de interesse memorial no campus universitário. Além disso, usou-se o material de apoio produzido a partir das pesquisas para embasar a atividade de visita e mediação, e ressaltando o caráter de resistência a partir de práticas de “memória” e patrimônio de forma didática e participativa.

Palavras-chave: “Território Livre”, percursos, memória, educação patrimonial, campus universitário.

O “estado de recessão” e o “território livre”

Durante o período da Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985), a UnB foi uma contestadora do regime, primando pelo Estado Democrático, respeito aos direitos individuais, à livre expressão e aquisição de conhecimento. Instituição essa que já nascera com a premissa de um vanguardismo acadêmico afluído por Darcy Ribeiro, seu idealizador, e Anísio Teixeira, articulador e autor da proposta

¹ Aluna do curso de graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU UnB). Email: dejesusmarcela@gmail.com

² Aluno do curso de graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU UnB). Email: raphaoliveracontato@gmail.com

pedagógica pioneira da universidade, o que favorecia uma “atmosfera de otimismo” e empolgação em todo o corpo docente, técnico, operário e estudantil diante da “universidade da nova capital” (SALMERON, 1998, p. 103). Assim, o sonho de uma universidade do livre saber é abruptamente interrompido, já a apreensão diante da realidade política-social toma a todos, gerando diferentes níveis de reação - desde demissões em massa, ora por mando institucionalizado sob a justificativa de “conveniência da Administração” ou como “medida disciplinar”, ora por ações coletivas e espontâneas de solidariedade aos colegas perseguidos, como deixou claro Roberto Salmeron (2001) em seu depoimento no documentário *Barra 68 - Sem perder a ternura*, de Vladimir Carvalho.

Foram inúmeros os embates entre a comunidade acadêmica — representada por membros do movimento estudantil, corpo docente e técnico — e as autoridades da administração pública e de diferentes esferas governamentais. Esses conflitos deram origem a acontecimentos simbólicos de luta, opressão e resistência, consolidando o espaço universitário como um “Território livre”. Entre os episódios marcantes, destacam-se práticas de vigilância institucional e controle de indivíduos considerados “subversivos”. Um exemplo emblemático é o dossiê de investigação protocolado pela Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI) sobre José Antônio Prates, então estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB (FAU/UnB) e presidente recém-eleito do Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (DAFAU), datado de 1968. Por sua vez, a prisão preventiva de Prates, ocorrida em 6 de agosto de 1968, poucos meses após sua eleição, foi ordenada juntamente com a de outros importantes líderes do movimento estudantil universitário, como Honestino Guimarães, à época presidente da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB). Esses eventos culminaram na terceira e mais violenta invasão militar à UnB, em 29 de agosto de 1968, episódio profundamente

marcante na história da universidade. Ademais, ainda surge o caso de uma escuta radiofônica encontrada no Diretório Universitário, organização máxima do movimento estudantil dentro do reconhecimento estatutário da universidade, pelos próprios discentes, que solicitaram a instauração de inquérito por parte da reitoria, mas o relatório final fica inconclusivo devido a falta de evidências e “colaboração”, mesmo sido escutados depoimentos que apontam algum tipo de conivência das forças da segurança institucional com o ocorrido.

Partindo dessa premissa de repressão, surge um senso de resistência tão forte quanto a força de opressão como reação a essas situações, tudo isso ocorrendo no mesmo espaço delimitado: o *campus* universitário. Este que também foi profundamente afetado pelo regime autoritário, tendo seu traçado e plano de urbanização modificados, descontinuação das linguagens arquitetônicas, modificação da organização e implantação de novas edificações no campus - evitando-se a aglomeração de massas. Desse modo, a espacialidade perde o simples aspecto de cenário histórico e ganha traços de um sujeito, um objeto que sofreu com as interferências da ditadura e que guarda em seus edifícios, descampados e quadras as memórias daqueles que viveram em outro tempo, que tomaram para si aquele local que era sonho, apossando-se do espaço e fazendo-o seu, propriedade compartilhada pelos estudantes, docentes, técnicos, operários, brasilienses, migrantes, candangos. Como apontou Lúcio Costa (1987):

“Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. Foi uma bastilha. Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras, reais, não é uma flor de estufa como poderia ser, Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade, o sonho foi menor do que a realidade. A realidade foi maior, mais bela”

Não poderia ser distinto para a Universidade, uma flor que fora afetada por uma realidade feroz, mas que ainda assim, continua contando em sussurros uma história em seus edifícios, sendo um patrimônio memorial esquecido. Diante desse contexto e do inerente processo de apagamento do movimento de resistência e dos nomes dos que lideraram grupos de estudantes contra as investidas autoritárias, bem como aqueles que foram vítimas do cruel método de desaparecimento - combinado com sequestros, torturas e homicídios - e do “crime de esquecimento”, viu-se a necessidade de recontar essas histórias que foram cotidianas nesse panorama sociopolítico e histórico, especialmente para a atual comunidade acadêmica da UnB e os discentes do ensino básico - este último inserido na competência do Art. 27, inciso I da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, “a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática” (BRASIL, 2024), e com o intuito de aproximar a comunidade externa com a vivência universitária. Portanto, se trata de uma proposta de memória, resgate de biografias e narrativas contraculturais de uma época obscura da história nacional e do Distrito Federal, exposição de nomes, histórias contadas e participação de uma coletividade contemporânea nas práticas de resgate do “Território livre”.

Da atividade

A atividade é uma parceria entre os coletivos extensionistas Outras Brasília (PPGHIS) e Pé na Estrada (FAU), da Universidade de Brasília, que se desdobra em diversas ações. O projeto é particularmente focado na realização de visitas para estudantes e professores da rede pública de educação básica do Distrito Federal, guiadas por discentes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e de

História, possibilitando a reflexão sobre os espaços de memória da ditadura e resistência no Campus Darcy Ribeiro da UnB e prevendo a participação em produção colaborativa de material orientador e intervenções espaciais artísticas. Os roteiros de visitas guiadas e ações educativas foram planejadas e desenvolvidas em consonância com o Projeto “*Pé na Estrada - viagem, vivência e patrimônio*”, que visa aproximar a formação discente em Arquitetura e Urbanismo da população do Distrito Federal, fomentando o debate sobre o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Partiu-se da necessidade de uma comunicação clara com o público, não se prendendo ao vocabulário estritamente acadêmico e deixando o percurso interessante, demandando sensibilidade devido à faixa etária e ao tema. Portanto, o planejamento educativo e a pesquisa prévia foram ferramentas essenciais para a execução da atividade. Durante o planejamento da ação, os coletivos organizaram uma série de encontros para alinhamento e pesquisa. A bibliografia básica incluiu o *Relatório da Comissão Anísio Teixeira da Memória e Verdade da UnB* (2015), o livro *A Universidade Interrompida* (1998), de Roberto Salmeron, e, como fonte audiovisual, o documentário de Vladimir Carvalho (2001), previamente apresentado. Após discussões, concluiu-se ser pertinente a criação dos seguintes produtos para a realização da atividade de visitação:

- 1) “Mapa da memória”: trata-se de um referencial gráfico do campus Darcy Ribeiro no qual foram mapeados pontos e locais historicamente marcados durante o regime, seja por serem espaços de constante resistência (como a FEUB) ou opressão (tal como a FE 3, a antiga reitoria) ou por serem lugares com episódios brutais de violência institucional. O intuito do material é de, além de ser um apoio visual durante as visitas para melhor compreensão, também servir como possibilidade para que as pessoas possam, posteriormente, realizar visitas

autonomamente, explorando o campus e os espaços de memória listados.

- 2) Estêncil artístico: surge como sendo a escolha para intervenção a ser feita durante os percursos de visitação, servindo de oportunidade para que os visitantes - estudantes e professores - atuem na prática de construção do trajeto e do resgate dessas histórias. A fim de levar as biografias de discentes desaparecidos - Ieda Santos Salgado, graduada em Ciência Jurídicas e Sociais pela UnB em 1969 e desaparecida em 1974, e Paulo de Tarso Celestino da Silva, graduado em Direito pela UnB em 1967 e desaparecido em 1971 - para o debate com o público, pensou-se, a partir do estêncil, trazer seus retratos e nomes como “marcas do território livre” e, aproveitando a concretização desses marcos, trazendo suas histórias e vidas para o conhecimento público.

Das visitas e o debate

No total, foram realizadas 3 visitas dentro do período de uma semana que foram feitas as atividades, sendo 1 exclusivamente com estudantes de ensino fundamental do Centro de Ensino Fundamental (CEF) Caseb e as demais com turmas do ensino médio abertas para discentes de graduação da UnB. Cada visita contou com uma contextualização inicial, tanto do projeto, quanto do “Território livre” da UnB e o cotidiano repressivo durante o regime. Após prévia explicação, parte-se para a execução do roteiro das visitas, sendo ele:

- 1) FE-3 (Faculdade de Educação - prédio 3): desde a inauguração do Campus Darcy Ribeiro até a segunda metade dos anos 1970, a reitoria permaneceu alocada na Faculdade de Educação (FE-

- 3) que é composto por um conjunto de três edificações projetadas pelo arquiteto e professor Alcides da Rocha Miranda. No prédio, também estava implantada a Assessoria de Segurança e Informação (ASI), que era subordinada à Divisão de Segurança e Informações do MEC, sendo colaboradora do SNI, fornecendo informações sobre os estudantes e professores ao aparelho repressivo.
- 2) OCA II: projetado para ser, em conjunto com o OCA I, um prédio temporário de apoio aos operários, posteriormente se tornou o local em que se fizeram as primeiras salas de aula do campus e alojamento temporário de alunos e professores, até que a obra do Conjunto Habitacional para Professores - Colina Velha - fosse concluída. Por ter sido a casa de muitos discentes aflorados pelo movimento estudantil, o OCA II tornou-se um centro de resistência política durante a ditadura. Em 1969, Luiz Werneck de Castro foi preso por atividades subversivas, conforme o SNI, fazendo com que o local se tornasse um alvo de vigias e operações do DOPS e do Exército.
- 3) Quadra de Basquete: a quadra era uma local de recreação próximo ao conjunto dos OCAs, sendo um espaço para o desporto e descontração dos alunos e professores. Contudo, durante as invasões militares à universidade (1964, 1967 e 1968) a quadra de basquete se torna um ponto de triagem dos apreendidos, chegando, no episódio de 1968, a conter mais 200 pessoas, sendo uma parte apreendida e a outra composta por pessoas que, por senso de solidariedade aos demais, invadiram a triagem. Tal situação acabou por resultar na libertação de todos devido à dificuldade de identificação daqueles que eram cotados como “subversivos”.
- 4) Serviços Gerais (Instituto Central de Artes, Arquitetura e Urbanismo): os prédios dos Serviços Gerais (SGs) contam com

uma tecnologia de pré-modulação que, na época de suas construções, eram vanguardistas no Brasil, fazendo com que o projeto de Oscar Niemeyer colaborado por João Filgueiras Lima fosse uma experimentação pioneira. Nestas edificações, foram instaladas as salas de aula do então IcA-FAU - Instituto Central de Artes, Arquitetura e Urbanismo - cujos alunos, durante a terceira invasão, permaneceram trancados no seu interior para conseguir gravar, por entre as paredes pré-moldadas e a laje, com a aparelhagem de gravação e fotografia do curso de Cinema e Audiovisual a ação da Polícia Militar. Tal registro foi aderido por Carvalho em seu documentário.

- 5) Restaurante Universitário (RU): projetado pelo arquiteto e professor José Galbinski, o RU é um exemplo notável da modificação da implantação de edificações no sítio universitário durante o período, devido à grande concentração de estudantes que são usuários do RU, decidiu-se a alocação do edifício o mais longe possível da administração institucional, impedindo qualquer ação de agitação das massas uma vez aglomeradas no restaurante. Além disso, em 2001, foi instalado um painel de mosaicos com o retrato de Honestino Guimarães e com os seus dizeres, “se não achar o meu caminho, basta-me crer, procurá-los de coração”, sendo um monumento à memória do estudante desaparecido pela ditadura.
- 6) Instituto Central de Ciências (ICC): sendo o edifício mais icônico e símbolo da universidade, o ICC ainda estava em construção quando ocorreu a terceira incursão militar no território da UnB, havendo somente a parte sul do prédio, enquanto o lado norte estava em obra. Durante a mesma invasão, estudantes, que fugiram perseguidos pela Polícia Militar, adentraram ao prédio em construção, neste momento, o aluno Waldemar Alves sai da sua sala, apoia-se no guarda-

corpo de concreto do mezanino para ver o que ocorria e recebe um tiro na cabeça, a munição - de calibre .38 - perfurou o lado direito do crânio. A princípio, o corpo militar não permitiu com que os demais discentes ajudassem o colega ferido, segundo relatos, a ajuda só foi liberada a mando de um oficial de patente superior.

- 7) Teatro de Arena: O espaço aberto, localizado entre a Biblioteca Central e o ICC, possui capacidade para cerca de 3.000 pessoas e foi palco de memoráveis assembleias, apresentações musicais e teatrais. Em 1977, um ano marcado por intensa mobilização estudantil em resposta às punições aplicadas pelo reitor José Carlos Azevedo ao movimento estudantil, o local sediou diversas assembleias e ficou conhecido entre os estudantes como “Teatro da Minoria”. Após a redemocratização, o mesmo espaço foi cenário da cerimônia de outorga do título de *doutor honoris causa* ao professor Darcy Ribeiro pela universidade. No mesmo evento, o campus foi oficialmente nomeado em homenagem ao seu idealizador.

Durante a realização das visitas, uma série de debates e conversas foram realizadas com os estudantes, que traziam questionamentos e análises próprias sobre as situações de repressão e a importância do movimento estudantil para resistir a essa realidade, por vezes assimilando-se com seu próprio cotidiano. A prática dos “marcos” artísticos foi muito importante, principalmente devido à materialização da história e das narrativas contadas, por vezes, compreendidas como sendo de personagens, beirando o ficcional, mas com os estênceis e o surgimento dos rostos a partir da pintura foram essenciais para o entendimento de que se tratam de pessoas reais. Além disso, há um apelo para uma didática mais lúdica, por meio de atividades não-convencionais, para que houvesse essa aquisição do conhecimento crítico, que foi amplamente demonstrado pelos

estudantes no decorrer das atividades. Ademais, durante o percurso do primeiro dia, houve a participação de indivíduos que experienciaram a universidade interrompida, juntamente com o seu otimismo e exercício da democracia, o que enriqueceu a experiência, trazendo uma oportunidade única de relato oral.

Logo, denota-se a demanda para o tratamento dessa temática para com esse público, que, apesar da pouca idade, demonstraram domínio e interesse pelas proposições das atividades.

Conclusões

A Universidade de Brasília, símbolo de esperança de um futuro onde a educação transformaria a realidade sociopolítica do país e palco de tamanha resistência contra as forças repressivas do período militar, não pode deixar que sua memória, e daqueles que por ela lutaram, seja perdida. Em um período em que se vê cada vez mais o surgimento de verdades alternativas que objetivam a alteração da memória brasileira sobre sua história, é vital a fomentação do diálogo não apenas com a comunidade acadêmica, mas com a sociedade como um todo.

Assim, a parceria dos coletivos e atividades propostas foram a chance encontrada de expor a realidade de brutalidade e tentativas de desmoralização da instituição e de seus frequentadores, atendendo a necessidade de defesa e apropriação da história da universidade, da memória estudantil e da própria democracia brasileira. Diálogos e trabalhos que contribuam com a luta democrática são fundamentais na perspectiva de uma universidade federal, por serem capazes de devolver à sociedade civil o espírito e senso de luta por direitos individuais básicos.

Desse modo, a busca e defesa da memória ultrapassa a simples noção de lembrar-se ou fazer ser lembrado. Trata-se de um direito a ser exercido, que perpassa a ideia de que conhecer a história nacional

e local é um exercício da democracia, rememorar para celebrar ou prestar respeito são demandas sociais que devem ser atendidas - mesmo que, por desatenção das instituições públicas e políticas, estas não são identificadas. Portanto, parte também das entidades públicas trazer a pauta do direito à memória junto com sua população, visto que a falácia do “direito ao esquecimento” vem ganhando notoriedade e força política no cenário contemporâneo. “Esquecer” não deve ser exercido, mas “lembrar-se” sempre será uma necessidade.

Referências:

BARRA 68 - Sem perder a ternura. Direção: Vladimir Carvalho. Roteiro: Vladimir Carvalho. Brasília: RioFilme, 2001. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nzq9l3Eu7i4>. Acesso em: 18 nov. 2024.

COSTA, Lúcio. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1957. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/lucio_costa_miolo_2018_reimpressao.pdf. Acesso em: 17 dez. 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Agência Central do Serviço Nacional de Informações. *Dossiê informacional sobre José Antonio Prates*. 1970. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/70018455/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AA_70018455_d0001de0004.pdf. Acesso em: 17 dez. 2024.

SALMERON, Roberto A. *A universidade interrompida*.: Brasília 1964-1965. 2. ed. rev. Brasília: Editora UnB, 1998. 488 p. ISBN 978-85-230-0966-3.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade. *Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade*. Brasília: FAC-UnB, 2016. Disponível em: https://www.comissaoverdade.unb.br/images/docs/Relatorio_Comissao_da_Verdade.pdf. Acesso em: 19 out. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Decanato de Assuntos Comunitários. Comissão de Inquérito. *Relatório do inquérito de escuta radiofônica na Universidade de Brasília*. 1975, Brasília. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_A_A1/0/AGR/0199/BR_DFANBSB_AA1_0_AGR_0199_d0001de0001.pdf. Acesso em: 17 dez. 2024.

SESSENTA ANOS DE MEMÓRIA: O LEGADO SOMBRIO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

Robério da Silva de Andrade¹

Resumo

O presente artigo analisa o período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), com o objetivo de destacar os mecanismos de repressão e controle social empregados pelo regime, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Ato Institucional nº 5 (AI-5). A pesquisa aborda os impactos dessas ferramentas autoritárias sobre a sociedade brasileira, com ênfase nas perseguições a estudantes, professores e à comunidade científica, além da institucionalização da tortura como prática sistemática. A metodologia adotada baseia-se em pesquisa bibliográfica, com consulta a livros e artigos científicos que discutem o autoritarismo e suas consequências para os direitos humanos e a democracia no Brasil. Essa abordagem permitiu uma análise crítica das práticas repressivas e de seus desdobramentos, reforçando a importância de preservar a memória histórica como forma de evitar a repetição de violações do passado. O estudo também sublinha a relevância de transmitir às novas gerações o conhecimento sobre esse período, garantindo o fortalecimento dos valores democráticos e dos direitos humanos. O artigo busca contribuir para a construção de um Brasil mais justo, livre e comprometido com suas instituições democráticas.

Palavras-chave: Ditadura Militar, repressão, direitos humanos.

Abstract

This article analyzes the period of the Military Dictatorship in Brazil (1964-1985) with the aim of highlighting the mechanisms of repression and social control employed by the regime, such as the National Information Service (SNI) and Institutional Act No. 5 (AI-5). The research examines the impacts of these authoritarian tools on Brazilian society, emphasizing the persecution of students, teachers, and the scientific community, as well as the institutionalization of torture as a systematic practice. The methodology adopted is based on bibliographic research, consulting books and scientific articles that discuss authoritarianism and its consequences for human rights and democracy in Brazil. This approach enabled a critical analysis of

¹ Mestrando em Ensino de História pelo Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Universidade Federal de Sergipe UFS. roberioadustina@academico.ufs.br. roberio.adustina@yahoo.com.br.
Orcid: <https://orcid.org/009-0003-3106-8171>

repressive practices and their outcomes, reinforcing the importance of preserving historical memory as a means to prevent the repetition of past violations. The study also underscores the relevance of transmitting knowledge about this period to younger generations, ensuring the strengthening of democratic values and human rights. The article seeks to contribute to the construction of a fairer, freer Brazil committed to its democratic institutions.

Keywords: Military Dictatorship, repression, human rights.

INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), também mencionada como "O Regime Civil-Militar", representou um golpe de Estado e um dos períodos mais conturbados e repressivos da história do país. Foi caracterizado por uma série de medidas autoritárias que suprimiram direitos civis e políticos, resultando em um retrocesso significativo em várias áreas da sociedade. A imposição de um governo ditatorial foi marcada por práticas de censura, perseguição política e repressão violenta contra qualquer forma de oposição. O autoritarismo se consolidou por meio de um aparato de repressão e propaganda que buscava não apenas silenciar, mas também controlar a população.

A censura e a perseguição a intelectuais e o uso sistemático da tortura foram algumas das ferramentas empregadas pelo regime para manter o controle social e político. Universidades e centros de pesquisa foram alvo constante, visando a neutralização de qualquer movimento crítico. Ao longo desses 21 anos, o Brasil vivenciou um estado de medo constante, onde a dignidade humana foi frequentemente violada e os direitos fundamentais foram amplamente desrespeitados.

Os meios de comunicação também sofreram intensa vigilância e controle, com jornais, revistas, rádio e televisão sendo frequentemente censurados e manipulados pelo governo. A propaganda oficial buscava construir uma imagem de progresso e ordem, enquanto a realidade cotidiana era marcada pela repressão e

pelo silenciamento de vozes dissidentes. A resistência ao regime, embora perigosa, manifestou-se através de movimentos estudantis, sindicatos e grupos de oposição, que lutavam pela redemocratização e pelos direitos humanos. Este período deixou cicatrizes profundas na sociedade brasileira, cujo impacto é sentido até os dias atuais, com a luta constante pela memória, verdade e justiça em relação às atrocidades cometidas durante a ditadura.

Para garantir o controle e a vigilância da população, o regime militar criou diversos mecanismos repressivos, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS). Esses órgãos eram responsáveis por monitorar, intimidar e perseguir qualquer indivíduo ou grupo que expressasse ideias contrárias ao regime. A interceptação de comunicações, infiltração de agentes em organizações civis e a prática sistemática de tortura contra presos políticos foram algumas das medidas adotadas para silenciar a oposição e violar os direitos humanos. Esses mecanismos contribuíram para a perpetuação do medo e da censura, restringindo severamente a liberdade de expressão e outros direitos fundamentais.

Contudo, com o fim da ditadura e o ressurgimento da democracia, as cicatrizes desse período ainda permanecem na sociedade brasileira, influenciando os debates contemporâneos sobre direitos civis e democracia. Passadas seis décadas, é essencial recapitular e refletir sobre as atrocidades cometidas durante o regime, a fim de evitar a repetição desses erros e promover uma cultura de respeito aos direitos humanos e às liberdades democráticas. Estudar esse período é fundamental para que as novas gerações compreendam a importância de defender esses valores e se tornem guardiãs de uma sociedade mais justa e igualitária.

Um capítulo de nossa história que ainda não acabou.

A Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), que alguns insistem em chamar de Regime Civil-Militar, representou um período sombrio na história do país, marcado por profundos retrocessos em diversas esferas da sociedade. Durante essas duas décadas, as liberdades foram brutais e sistematicamente aliciadas. O autoritarismo se impôs de forma implacável, silenciando vozes dissidentes e promovendo uma repressão massiva contra a sociedade. O governo militar utilizou uma combinação de repressão e propaganda para consolidar seu poder, enquanto as garantias democráticas eram desmanteladas. A censura tornou-se uma ferramenta cotidiana, sufocando a liberdade de expressão e controlando rigidamente os meios de comunicação, a fim de moldar a narrativa nacional conforme os interesses do regime.

A repressão atingiu diversas camadas da sociedade brasileira. Estudantes, professores e cientistas foram alvos de perseguições intensas, com universidades e centros de pesquisa sendo infiltrados e controlados. Entre os mais vulneráveis, os pobres, já fragilizados e esquecidos pelo sistema, destacaram-se como as maiores vítimas das políticas repressivas. A tortura e a violência tornaram-se instrumentos comuns para a obtenção de confissões e a intimidação de opositores políticos. Prisões arbitrárias, desaparecimentos e execuções extrajudiciais eram práticas recorrentes, perpetuando um estado de medo constante. A dignidade humana foi vilipendiada, e a resistência, embora heroica, muitas vezes resultava em sofrimento extremo. As cicatrizes desse período são profundas e continuam a reverberar na sociedade brasileira, lembrando-nos constantemente da importância da democracia e dos direitos humanos.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Em seu preâmbulo declara,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que mulheres e homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem

a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

Passados 60 anos desde o início do golpe, é imperativo que não se permita o esquecimento desse período nefasto e aterrorizante. Trazer à tona as atrocidades cometidas durante a ditadura é essencial para a construção de uma sociedade que valorize a memória, a verdade, a justiça e a importância primordial da democracia. Somente por meio do reconhecimento e da reflexão sobre os erros do passado podemos evitar a repetição dos mesmos. O aprendizado sobre esse período deve ser sólido e contínuo, garantindo que as novas gerações compreendam a importância de defender as liberdades democráticas e os direitos humanos. A lembrança do sofrimento e da resistência daqueles que enfrentaram a ditadura serve como um farol, guiando-nos para um futuro onde a democracia seja fortalecida e os valores humanitários prevaleçam."

Os jovens de hoje, com acesso a vastos meios de conhecimento e um pensamento mais crítico, têm um papel fundamental em manter viva a memória desse regime de exceção arbitrário. Mesmo após décadas, os ecos desse período ainda ressoam nos dias atuais, refletindo-se em debates sobre direitos civis, liberdades individuais e o papel do Estado. É crucial que os jovens compreendam profundamente a gravidade das ações do regime militar para que se tornem defensores fervorosos da democracia, garantindo que as lições do passado não sejam esquecidas. Meios de comunicação, mídias e redes sociais desempenham um papel vital na disseminação dessa conscientização. O engajamento ativo dessa geração é essencial para a construção de um Brasil mais justo, livre e respeitador dos direitos humanos.

Lynn Hunt (2012) argumenta em *A invenção dos Direitos Humanos*, "os direitos humanos só puderam florescer quando as pessoas aprenderam a pensar nos outros como seus iguais, como seus

semelhantes em algum modo fundamental”. (HUNT, 2012, p. 58). Essa lição é particularmente relevante ao refletirmos sobre a Ditadura Militar no Brasil. O reconhecimento da igualdade e da humanidade compartilhada constitui a base para a promoção e a proteção dos direitos humanos. Durante o regime, essa visão foi sistematicamente negada, resultando em violações brutais e generalizadas. Ao educar as novas gerações sobre esse período, promovemos uma cultura de empatia e respeito mútuo, essencial para prevenir futuros abusos e fortalecer a democracia.

Lilia Schwarcz (2018) observa: “Uma ditadura é formada por mandantes arbitrários, oposicionistas tenazes e uma população que precisa sobreviver – parte dela atravessa em silêncio, com medo ou apenas conformada o tempo do arbítrio”. (SCHWARCZ, 2018, p. 453). Essa conformidade e silêncio foram elementos-chave para a perpetuação das atrocidades cometidas durante a Ditadura Militar. Enquanto uma parcela resistia bravamente, a maioria da população vivia sob o peso da repressão, adaptando-se às duras realidades impostas pelo regime. A ausência de uma resistência massiva proporcionou um terreno fértil para a instalação e disseminação de práticas bárbaras, como a tortura, que rapidamente se tornou um método padrão de controle e intimidação.

O filósofo francês Voltaire², em seu Dicionário filosófico, mencionava a tortura como, “A maneira mais estranha de interrogar as pessoas”. Já Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu Artigo 5º, expressa: “Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”. Apesar dessas condenações, a insanidade dessa prática tornou-se uma constante nos porões da ditadura. Conforme destaca Schwarcz (2018),

A prática da tortura instalou-se nos quartéis ainda no início do governo Castelo Branco, e se espalhou como um vírus graça ao silêncio conivente dos participantes do núcleo do poder – civis e militares. Ao se converter em

² VOLTAIRE. Dicionário Filosófico. Tradução Pietro Nassetti. Coleção obra-prima de cada autor. São Paulo: Martin Claret, 2002. p. 478.

política de Estado, entre 1964 e 1978, a tortura elevou o torturador à condição de intocável e transbordou para a sociedade. (SCHWARCZ, 2018, p. 460).

Essa política institucionalizada de violência não apenas violou direitos humanos fundamentais, mas também corrompeu as instituições e desumanizou aqueles que participaram direta ou indiretamente dessas ações. O legado de dor e trauma deixado por essa prática é um lembrete constante da necessidade de vigilância e compromisso contínuo com a defesa dos direitos humanos e a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e justa.

Elio Gaspari (2003), em sua obra, *A Ditadura Envergonhada*, escreveu: “Existiu uma identidade, uma relação e um conflito entre o regime instalado em 1964 e a manifestação mais crua de essência repressiva que o Estado assumiu na sua obsessão desmobilizadora da sociedade: a tortura”. (GASPARI, 2003, p. 129,). A tortura tornou-se a expressão máxima da repressão estatal, revelando a face mais cruel e desumana do regime. Esse método, central na estratégia de desmobilização social, transformou-se em um pilar do aparato repressivo. Compreender essa relação evidencia que a tortura não foi apenas uma prática isolada, mas parte integrante e fundamental do regime, refletindo sua obsessão pelo controle e pela eliminação de qualquer forma de oposição

O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi um dos principais órgãos da Ditadura Militar no Brasil, desempenhando um papel central na repressão e no controle social. Este órgão tinha a missão de centralizar e coordenar as atividades de inteligência do regime, tornando-se uma ferramenta essencial na manutenção da ordem e na perseguição a opositores.

Elio Gaspari (2002) descreve a relevância do SNI ao destacar que,

A “4ª Delegacia” viera para ficar. Sua cabeça, na ditadura, viria a ser o Serviço Nacional de Informações ou para os íntimos, o Serviço. Fundou-o o general Golbery do Couto e Silva, dez anos antes, na Escola Superior de Guerra, a criação de um “Serviço de Informações, centralizado, bem dotado de meios de recursos, valendo-se de agentes e

órgãos de busca de toda espécie”. Dezesete anos depois de tê-lo criado, viria a chamá-lo de “monstro” (GASPARI, 2002, p. 153).

O SNI operava com uma vasta rede de informantes e recursos, atuando em todas as esferas da sociedade para identificar e neutralizar qualquer ameaça ao regime. Sua atuação ia além da coleta de informações, envolvendo-se diretamente em ações de repressão e tortura, contribuindo para a perpetuação do clima de medo e controle absoluto imposto pela ditadura.

A doutrina de segurança nacional, adotada durante o regime, justificava a criação de organismos repressivos oficiais, como o Departamento de Operações de Defesa Interna – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Esses órgãos eram apresentados como instrumentos para a manutenção da ordem e o combate à subversão, mas, na prática, tornaram-se símbolos de arbitrariedade e violência. Valdecir Mello (1985), em sua obra *Um relato para a história: Brasil Nunca Mais*, afirma que: “A perseguição política era efetuada por esses órgãos criados pela ditadura. Estes tinham a função de vigiar e exercer controle sobre a sociedade, além de conseguir informações sobre as subversões, informações estas muitas vezes conseguidas a custo de vidas”. (MELLO, 1985, p. 73).

Criado em 1970, o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) exerceu controle sobre organismos estaduais e federais, tornando-se uma ferramenta central das Forças Armadas para consolidar a repressão e silenciar vozes opositoras. A ausência de mecanismos eficazes de fiscalização permitiu que o Estado agisse impunemente, violando direitos humanos em nome de uma suposta segurança nacional. Esse “sucesso” na luta contra a subversão consolidou o clima de opressão e aprofundou as marcas de um regime autoritário que violou os princípios básicos da dignidade humana.

O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi um dos principais órgãos de repressão durante a Ditadura Militar, operando no âmbito estadual com o aval dos generais, para cometer atrocidades consideradas “necessárias” à manutenção da ordem. A estratégia repressiva do regime visava eliminar qualquer ameaça ideológica, utilizando a violência como principal ferramenta de controle social. Segundo Valdecir Mello (1985), “As Forças Armadas se preparam seriamente para combater qualquer espécie de revolta popular contra o regime imposto pelo direito da força” (MELLO, 1985, p. 72).

A resposta violenta do governo militar às ações da esquerda, marcada pela repressão sistemática e brutal, gerou um ciclo vicioso de violência e retaliação. À medida que o regime endurecia suas práticas, a resistência também se intensificava, com grupos organizando-se em movimentos ideológicos e de guerrilha. Esse conflito exacerbado reforçou a repressão estatal, tornando a violência uma constante nas relações entre o governo e os movimentos opositores.

A intervenção militar na política brasileira não foi um fenômeno exclusivo da Ditadura Militar, mas sim uma constante desde a Proclamação da República. Essa presença recorrente moldou a percepção de um “brasileiro conformado, acomodado, submisso, que sempre se procurou vender...” (MELLO, 1985, p. 72). O regime militar perpetuou essa visão ao consolidar uma cultura de medo e obediência forçada, minando a capacidade de mobilização popular e enfraquecendo a resistência democrática. Ao sufocar a dissidência, a ditadura fortaleceu seu poder autoritário, respaldado tanto pelas Forças Armadas quanto por aliados civis.

O período da Ditadura Militar no Brasil, especialmente durante os chamados “anos de chumbo”, foi marcado por uma intensificação das medidas repressivas e arbitrárias do regime. Esse período foi marcado por uma escalada na violência e na repressão estatal jamais

vista no Brasil república, culminando com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), assim descreve Schwarcz (2018),

Às dez da noite de 13 de dezembro de 1968, o ministro da Justiça, Gama e Silva, em cadeia nacional de rádio e televisão, fizera uma rápida introdução de cinco minutos e passara a palavra a Alberto Curi, que durante dezoito minutos havia apresentado num tom monocórdico e solene, o texto do Ato Institucional nº 5. (SCHWARCZ, 2018, p. 455).

Este ato representou um golpe devastador às liberdades civis e aos direitos fundamentais, colocando o país em um estado de exceção sem precedentes, na história de nossa jovem República. Como descrito por Schwarcz (2018),

O AI-5 suspendia a concessão de habeas corpus e franquias constitucionais de liberdade de expressão e reunião, permitia demissões sumárias, cassações de mandatos e de direitos de cidadania, e determinava que o julgamento de crimes políticos fosse realizado por tribunais militares sem direito a recurso. Foi imposto no país uma conjuntura de inquietação política e movimentos oposicionista: manifestações estudantis, greves operárias, articulações de lideranças políticas do pré-1964, e o início das ações armadas por grupos da esquerda revolucionária. (SCHWARCZ, 2018, p. 455).

O AI-5 representou o período mais nocivo da história recente do Brasil, caracterizando-se por uma repressão sistemática e institucionalizada que deixou marcas profundas na sociedade brasileira. Esse período exacerbou a violência institucional e a repressão política, consolidando o poder dos militares e sufocando qualquer forma de oposição. A suspensão do habeas corpus, a censura generalizada, e a perseguição sistemática a opositores políticos transformaram o Brasil em um estado policial, onde a violação dos direitos humanos se tornou a norma. O AI-5 não apenas simbolizou a radicalização da ditadura, mas também institucionalizou a violência como uma ferramenta legítima de controle social e político.

A implementação do AI-5 marcou um dos períodos mais sombrios da história nacional, manchando o país com sangue e vergonha e deixando cicatrizes sociais e políticas que perduram até hoje. Refletir criticamente sobre esse episódio é indispensável para compreender os impactos devastadores de regimes autoritários e reafirmar o

compromisso com a proteção das instituições democráticas. O estudo desse período é essencial para evitar a repetição de erros e injustiças, além de fortalecer ações que promovam justiça e reparação às vítimas da repressão estatal. Conforme aponta Gaspari (2002),

Por uma fatalidade histórica, começou em 1964 no Brasil um período de supressão de liberdades públicas precisamente quando o mundo vivia um dos períodos mais ricos e divertidos da história da humanidade. Nesse choque, duas rodas giram em sentido contrário, moendo uma geração e vinte anos de vida nacional. (GASPARI, 2002, p. 211).

Durante o regime autoritário, o Brasil vivenciou um contraste gritante em relação ao cenário mundial, onde floresciam movimentos culturais, sociais e políticos. Enquanto outros países celebravam conquistas democráticas, avanços nos direitos civis e revoluções culturais, a Ditadura Militar sufocava liberdades individuais e coletivas, instaurando uma atmosfera de medo e repressão. A censura restringia a criatividade artística e a expressão de ideias, enquanto perseguições políticas, prisões arbitrárias e torturas tornaram-se mecanismos comuns de silenciamento. Essa desconexão privou o país de vivenciar plenamente uma era de transformações que moldaram o mundo contemporâneo, deixando lacunas irreparáveis em seu desenvolvimento social e cultural.

A geração brasileira daquela época foi duplamente atingida: privada de participar da efervescência cultural global e brutalizada por um regime que ceifou sonhos e expectativas. Jovens que poderiam ser protagonistas de um período de inovação e liberdade tornaram-se vítimas de uma máquina repressiva que extinguiu vidas e censurava esperanças. A perda de talentos, ideias e perspectivas ecoa na memória coletiva da nação, servindo como um alerta constante sobre os perigos do autoritarismo. Compreender e refletir sobre essa dicotomia histórica é essencial para preservar a memória e os valores democráticos, evitando que retrocessos semelhantes se repitam no futuro.

A preservação da memória histórica e a educação sobre os eventos da Ditadura Militar são fundamentais para garantir que as lições do passado não sejam esquecidas. Promover a valorização dos direitos humanos e das liberdades individuais é crucial para construir um futuro onde a justiça e a democracia sejam protegidas. Nesse contexto, é inadmissível que figuras responsáveis por atrocidades, como alguns “brilhantes ustras”³, sejam exaltadas em espaços que deveriam representar o povo e a democracia.

Considerações Finais

A análise do período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) revela um dos capítulos mais dolorosos e trágicos da história do país, cujas repercussões ainda ecoam na sociedade contemporânea. A brutalidade e a repressão sistemática perpetradas pelo regime deixaram marcas profundas na memória coletiva do país, ressaltando a importância vital de defender a democracia e os direitos humanos.

Durante essas duas décadas de autoritarismo, a repressão atingiu níveis alarmantes: a liberdade de expressão foi severamente restringida, a censura controlou os meios de comunicação, e a tortura e a violência tornaram-se práticas institucionalizadas contra opositores do regime. Estudantes, professores, cientistas e as camadas mais vulneráveis da população foram especialmente alvos de perseguições, prisões arbitrárias, desaparecimentos e execuções extrajudiciais. Apesar da coragem de muitos que resistiram, o custo

³ "Brilhantes ustras": Referência ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna) durante a Ditadura Militar brasileira, acusado de comandar práticas sistemáticas de tortura e violações de direitos humanos. Ustra foi exaltado pelo então deputado Jair Bolsonaro em 17 de abril de 2016, durante a votação do impeachment da Presidente Dilma Rousseff, quando Bolsonaro dedicou seu voto à memória do coronel, chamando-o de "o pavor de Dilma Rousseff". Esse episódio gerou ampla controvérsia, destacando as tensões entre a preservação da memória histórica e a apologia a figuras associadas a violações de direitos humanos.

humano foi devastador, com vidas ceifadas e outras permanentemente marcadas pela violência.

O legado sombrio da Ditadura Militar destaca a necessidade de preservar a memória histórica e de promover uma reflexão contínua sobre os erros desse período. Apenas por meio de uma educação robusta e do reconhecimento das atrocidades cometidas será possível construir uma sociedade que valorize a verdade, a justiça e os direitos humanos. As palavras de Lynn Hunt, em *A Invenção dos Direitos Humanos*, sublinham a importância de reconhecer o outro como igual, uma lição essencial quando refletimos sobre esse passado.

Autores como Lilia Schwarcz e Elio Gaspari oferecem análises profundas sobre a repressão e a institucionalização da tortura como política de Estado, demonstrando, através de suas obras, como a violência foi sistematizada e utilizada como instrumento de controle político e social. Instrumentos como o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Departamento de Operações de Defesa Interna – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) demonstram a dimensão e a eficiência da máquina repressiva do regime. O AI-5, marco do autoritarismo, suspendeu direitos fundamentais e consolidou o estado de exceção, institucionalizando a violência como ferramenta de controle social e político.

A crítica a esse período é imperativa para compreender os impactos nefastos de regimes autoritários e reforçar a necessidade de fortalecer as instituições democráticas. Conscientizar e engajar as novas gerações é essencial para evitar que os erros do passado sejam repetidos, garantindo um Brasil mais justo, livre e comprometido com os direitos humanos. A educação sobre a Ditadura Militar deve ser contínua, assegurando que o compromisso com a democracia e os valores humanitários prevaleça.

Por fim, ao refletir sobre esse período sombrio, reafirma-se a necessidade de uma sociedade vigilante e comprometida com a defesa

dos direitos humanos. A construção de um futuro mais democrático e justo depende do reconhecimento crítico dos erros do passado, assim como da preservação da memória das vítimas. Somente assim será possível evitar que as atrocidades cometidas durante a Ditadura Militar se repitam, promovendo a justiça e a reparação necessárias para superar as feridas históricas e fortalecer o pacto democrático no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: (1964-1985)**. 2ª. Ed. Bauru: Edusc, 2005.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acessado em 26 de julho de 2024.
- GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HUNT, lynn, **A invenção dos direitos humanos: uma história**. Tradução Rosaura Eicheberg. – 1ª ed. – Curitiba-PR: A Página, 2012.
- MELLO, Valdecir. **Um relato para a história: Brasil Nunca Mais**. – 20ª Ed. – Petrópolis – RJ: Vozes, 1988.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil uma biografia**/Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel – 2ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

QUERIDA LIBERDADE, A ESCRITA FEMININA EM CARTAS COMO FORMA DE RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR¹

Sarah Mylles Alves de Oliveira²

Resumo:

O livro *Querida Liberdade* expõe as cartas enviadas por Flávia Schilling enquanto presa pela ditadura Uruguaia, alguns anos após a autora das cartas ser libertada, as cartas foram reunidas e organizadas pela família e pelos amigos de Flávia, o conteúdo dessas cartas é diverso mas uma das palavras recorrentes dentro destas é a liberdade, desejo que fica explícito e implícito em muitos dos escritos tendo a própria autora trabalhado ela mesma sobre o tema resistência em sua tese alguns anos mais tarde, abordando o assunto por diversas perspectivas relevantes a esse trabalho. O que pouco se aborda é que Brasil e Uruguai tiveram relações aproximadas antes e durante a ditadura dos dois países envolvidos na prisão de Flávia, esse trabalho aborda a análise conjunta desses eventos atrelados a presença das resistências e liberdades através das cartas escritas por Flávia enquanto esteve presa.

Palavras-Chave: Cartas, Resistência, Ditadura, Flávia Schilling, Liberdade

“Pela liberdade do povo brasileiro e de todos os povos da AL. Viva a democracia e unidos venceremos!” (Discurso na UNE)

Os encarcerados conhecem melhor que seus carcereiros o gosto do ar livre (CIXOUS, 2022, p. 69)

Parte 1 – Uma breve exploração

¹ Relatório final de iniciação científica, orientado pelo professor Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria referente ao edital PIBIC 2023/2024

² Graduanda em História pela Universidade de Brasília (UnB).
Universidade de Brasília - UnB sarahmylles78@gmail.com.

“Afirmou ter sido o BRASIL quem exportou a cevi cia. a tortura, o pau-de-arara o choque elétrico, o trono-dodragão, etc., para todos os sistemas de repressão existentes nas ditaduras sulamericanas.” (Documento feito pelo SNI RJ sobre ato público em solidariedade ao Uruguai, 1972, pg. 3.)

A citação acima vem de um dos documentos feitos na época durante uma das diversas reuniões com os membros da esquerda realizadas sob o conhecimento dos membros da direita. Esse em específico traz em seu conteúdo além do conhecimento do que ocorria no Uruguai, o reconhecimento do papel do Brasil como influência no país vizinho por parte dos membros dos partidos da esquerda. A fonte, uma descrição pelo ponto de vista da repressão dessa reunião da UNE que contou com a presença de figuras carimbadas do movimento da esquerda da época tais como Darcy Ribeiro e Luis Carlos Prestes, entre outros, e com agentes do governo.

As conexões entre Brasil e Uruguai são pouco exploradas quando entramos no tema ditadura; em sentido factual de comparação entre as duas ditaduras, temos uma ditadura declarada primeiro no Brasil, somente depois é que temos o início de uma ditadura Uruguiaia, por isso Flávia é levada até o país por seu pai, mas, as fontes nos trazem informações que, mesmo antes de ser declarada uma ditadura também no país vizinho, já havia colaborações entre os dois países “não muito mais tarde, o governo brasileiro estreitou as relações com o Uruguai. Mesmo com uma ditadura ainda não instaurada, o Uruguai foi o braço de apoio para o Brasil na efetivação da repressão em relação às atividades de oposição (MARQUES, 2006) in Langnor e Rocha.” Nesse sentido, tratando brevemente de como a ditadura se instaurou no país vizinho tem-se as semelhanças com o Brasil do medo do comunismo e a desestabilização da economia e da política partidária no país:

Os antecedentes ao golpe de Estado de 1973 remontam a um cenário de conflito interno, até 1972, entre as forças do Estado e o grupo guerrilheiro denominado “Movimiento de Libertación Nacional - Tupamaros” (MLN-T),

organizado pelo militante Raúl Sendic no início da década de 1960. Até então, as Forças Armadas não tinham caráter intervencionista, nem sequer moderador, com relação à política do país. Porém, a luta contra os Tupamaros e a orientação da política externa antissubversiva estadunidense fizeram com que os militares gradativamente abandonassem esse perfil passivo, apenas profissional e burocrático, e se instalassem no poder. Disponível em: (memresist.webhostusp.sti.usp.br/?page_id=294)

É a repressão contra os Tupamaros, que vai afetar junto a vida de Flávia, que a essa altura já fazia parte do partido “Em 1973, teve início o regime de rehenes, que duraria até 1984. Flávia foi uma das vítimas.” (CASSOL, 2009, pg. 10). Punta Rieles, o presídio onde Flávia passou mais tempo presa nos diversos momentos ao longo dos sete anos e onde mais menciona em grande parte das cartas presentes em *Querida Liberdade*. É o primeiro presídio após sua saída do hospital, mas as diversas locomoções entre presídios pelo país é mais uma das características dos anos de prisão de Flávia.

Antes de entrar em uma breve exploração da questão das cartas, pontuar algumas características da ditadura e da história do Uruguai é necessário, o Uruguai já vinha passando por um período turbulento na política e na economia com problemas com a principal fonte econômica do país já então, o pastoreio do gado, comunou no agrave dos já existentes problemas políticos e econômicos. O movimento Tupamaro, junto a esses desafios políticos e econômicos que vinham sendo enfrentados já antes da unificação das forças buscava apoio sobre o movimento, estes se definiam como socialistas desde o início “La organización se definió como socialista desde el principio. Con esto se quería significar solamente una sociedad en la cual el centro de la actividad humana fuera el hombre y no la ganancia” (MARENALES, pg. 3) e assim, “Se diferenciaba del resto de la izquierda tradicional en su metodología de acción política. Se realizaron muchas operaciones de copamiento para hablar con los trabajadores y hacer planteos políticos.” (Idem, pg. 5). Com a falta de acordo entre os pastoreiros e o governo Uruguaio, a situação por fim

mancomunou na instauração da ditadura: “Ante el intenso accionar de la organización el gobierno, con el apoyo del Parlamento decretó el Estado de Guerra Interno. Junto con esta medida se unificaron las fuerzas represivas.” (Idem, pg.5)

As duas ditaduras se diferem no quesito dos partidos, enquanto na brasileira houve a presença de dois, no Uruguai não foi permitido que partido nenhum se criasse, independente de pertencer a burguesia ou não. Com a unificação das forças repressivas deu-se início à tortura e à perseguição.

A expressão de um preso por meio do escrito de cartas não é um feito raro, essa expressão já foi lida algumas vezes como resistência por outros autores, mas o caso de Flávia diferencia-se em partes dessa maneira, uma das causas, se não a principal, é o senso de humor visível nas cartas de Flávia, essa característica aparece por exemplo quando ela escreve na carta de 12 de fevereiro de 1973 sua ida ao tribunal de “camelo” e brinca através da escrita que os pais já a podem invejar por ela andar em um transporte que eles “nem imaginaram subir nunca” (SCHILLING, 1980, pg. 15) ou quando a própria menciona esse senso de humor na mesma carta, quando fala do encontro com seu captor “a verdade é que até sorri, e só respondi que “era um homem muito parecido com você...” e ele também sorriu” (Idem, pg. 16).

A repressão aparece em diversas maneiras nas cartas escritas por Flávia, pode-se ver o aumento desta na carta de 6/04/1973 em que ela fala para o pai que não sabem riscar as palavras (rasgaram a carta inteira que ele havia escrito para ela nessa data) e nas cartas seguintes do mesmo mês “já não se pode falar companheiras” “eu por exemplo para meu horror virei concubina do magro” este, foi um mês em que as cartas foram mais curtas.

Dentro do presídio Flávia tinha acesso a algumas notícias da política uruguaia, principalmente porque se transformavam em

atitudes quanto ao aprisionamento dela; a tentativa entre o “governo” e o movimento Tupamaro de um “entendimento” por exemplo, levaram a mudanças para ela dentro do presídio, foi permitido que as prisioneiras pudessem trabalhar com funções divididas, momento em que Flávia por exemplo, passou a cuidar da horta. O oposto também aconteceu, após a tentativa de conciliação entre o governo ditatorial e o movimento Tupamaro não ter dado certo, punições mais violentas como a mudança para um cárcere mais severo, os longos períodos sem enviar cartas também foram ocorrendo mais corriqueiramente, principalmente por que após tal tentativa de reconciliação, resultou no efeito oposto, o país se fechou ainda mais.

Quando pensamos em cartas que foram escritas durante períodos no presídio:

“La correspondencia carcelaria posee características peculiares que complementan las de las cartas comunes. Entre ellas, el lugar en que son escritas, un lugar de detención; y su falta de espontaneidad, ya que solo pueden ser escritas cada 15 días o al máximo una vez por semana, con determinada cantidad de renglones y sometidas a la censura de las autoridades carcelarias. Las presas mantienen una vida rutinaria y reprimida, y en algunos casos pasan largos períodos en aislamiento” (Ruiz, 2017)

Dessa passagem podemos extrair algumas perspectivas valiosas, as passagens que Flávia trás que refletem essa concepção traga por Ruiz não são poucas, nelas, além de ser possível perceber algumas vezes a ausência de cartas durante um mês inteiro, as vezes mais, em outras a autora traz escrito diretamente que esteve em isolamento. Em Arendt um dos momentos em que a resistência aparece é quando a autora trata das leis “não por causa de um espírito especificamente revolucionário ou rebelde, mas porque os habitantes das colônias estavam “dispostos pela lei em corporações ou corpos políticos” com o “direito de se reunir [...] nas sedes de seus próprios municípios, para lá deliberar sobre assuntos públicos” (ARENDT, 2018, p. 19)

Em diversos momentos Flávia escreve que as cartas “levantaram seu ânimo”, seja as que foram escritas pela irmã ou pelo Pai, “..., mas acontece que vocês todos são as minhas raízes, o que me ata à terra, ao cotidiano, à vida.” nas palavras dela, as notícias que recebia da família traziam esse sentimento a ela. Entretanto, apesar da existência desse sentimento:

“Acho que nos meus desenhos vão encontrar a típica problemática do preso: ter de reprimir-se em todos os planos, desde o intelectual ao afetivo, passando por outros aspectos da personalidade como a espontaneidade (esta coisa tão formosa e que cada dia é mas rara na gente), a ternura e um monte de outras coisas. Em suma, não poder ser o que se é, não poder expressar o que se sente, não poder dar tudo o que se tem. E o pior é que é preciso reprimir-se e ao mesmo tempo lutar por não se deformar demais. Como me disseram um dia: “pôr tudo o que é lindo enrolado num plástico, para que não se deteriore, e guardá-lo num cantinho do coração, para usá-lo novamente quando surgir a oportunidade”. Também me diziam que a cana amadurece ou destrói.” (Schilling, 1980, pág. 46-47)

Sob a luz dessa perspectiva que Flávia traz nesse parágrafo do livro, tem-se o que se pode ser interpretado como a dicotomia dela em resistir enquanto presa. Sentimento frequente quando se trata de liberdade.

Parte 2 - A liberdade e a resistência

La Boétie traz em Discurso sobre a Servidão Voluntária a ideia de Liberdade ser, ao mesmo tempo que algo natural do ser humano, em contrapartida, algo pelo qual se deve ser lutado, visto que ao mesmo tempo é também algo frágil, facilmente perdido na falta da luta por ela. Apesar do autor se referir a batalha pela liberdade em um período em que quem governava era um monárquico, a discussão existente em seu discurso é possível de se estender ao período contemporâneo, considerando o fato de o texto ser, assim como as cartas de Flávia, um discurso feito na ausência de uma constituição, diante de um estado em que o poder era concentrado na mão de poucos e absolutos, além de os movimentos de resistência e liberdade

não serem bem interpretados não só pelos governantes, como pela camada social das respectivas épocas. Entretanto, ao longo dos séculos a liberdade foi olhada e discutida sob diversas perspectivas, Arendt por exemplo traz o exemplo da Liberdade vista pelos movimentos revolucionários republicanos, que até então tinham a mente completamente afastadas da palavra apesar de estarem lutando pela ideia e sentimento que a palavra traz.

Já Skinner, aborda a liberdade pela perspectiva de uma manifestação individual e pública do sujeito com o apoio de diversos autores da antiguidade e a todo tempo ressalta a falta de liberdade como consequência da presença de monarquistas e parlamentares, em complemento a isso, skinner traz a existência de liberdade em determinada sociedade como o oposto da servidão, por isso a impossibilidade da existência de uma liberdade se ligamos essa ideia traga por ele à Flávia, falamos de regimes políticos diferentes, mas que se cruzam no sentido das faltas de liberdade cotidianas também tragas pelos dois autores, considerando que o regime que Flávia vivia implicava em obedecer, e não manifestar para fora do espaço das cartas suas vontades.

A própria Flávia, anos depois de sua saída da prisão, escreveu sobre o assunto, além de deixar claro em diversas passagens nas cartas compiladas em *Querida Liberdade* a ausência desta, através de manifestar na escrita das cartas, seu desejo em senti-la novamente: “gostaria de poder escrever uma carta de 15 folhas ainda que ninguém a lesse, e de ter segredos, tomar banho três vezes por dia, e muitas outras coisas...” (SCHILLING, 1980, pg. 30) ou ainda “Que vontade de poder escrever assim um dia, com toda a Liberdade!” (Idem, pg. 34)” a ausência de uma liberdade de se fazer o que se quer fazer, de ter privacidade, de ter possibilidades e escolher a que lhe convém, trazida nessa passagem, evidencia a ideia de uma liberdade de escolha do indivíduo.

Chegando, portanto, na resistência que se faz a partir das palavras escritas, e não cantadas ou recitadas, como forma de obter essa liberdade desejada, temos além do exemplo de Flávia, alguns relatos de uma resistência direta do período ditatorial brasileiro, a performance do movimento artístico *Poetasia*, jogando poemas do alto da capital de São Paulo³ é um exemplo raro e claro de como pode se dar essa resistência diretamente por meio das palavras. Entretanto, até onde essa pesquisa chegou, o público não obteve acesso às cartas escritas por Flávia antes da publicação do primeiro livro “Querida Família”, que compilou e disponibilizou para o público as cartas em 1979 portanto, exclui-se a ideia de uma resistência através das palavras que transmitisse a mesma sensação dos poemas que foram jogados do alto da cidade de São Paulo. Ainda que certamente a resistência esteja presente nas palavras das cartas de Flávia Schilling.

Flávia, trazendo junto a ideia do movimento Taylorista na Europa, traz como uma das ideias de resistência ser em parte a defesa de uma certa autonomia, no pensar, no agir, no mundo dos operários, além disso, Bosi, complementa a ideia que a própria autora também traz, de resistência não ser feita de uma maneira única,

“A resistência tem muitas faces. Ora propõe a recuperação do sentido comunitário perdido (poesia mítica, poesia da natureza); ora a melodia dos afetos em plena defensiva (lirismo de confissão, que data, pelo menos, da prosa ardente de Rousseau); ora a crítica direta ou velada da desordem estabelecida (vertente da sátira, da paródia, do epos revolucionário, da utopia). (BOSI, 1977, 144-5)”.

A resistência e a liberdade estão sempre presentes, interligadas até certo ponto, não só em eventos históricos, mas também como causa de um povo “Ao perder a liberdade, o homem perde sua humanidade. Ser humano é ser livre, o homem é um ser-para-a-liberdade. Mau encontro, realmente - que pôde levar o homem a renunciar a seu ser e a lhe fazer desejar a perpetuação dessa renúncia!” (CLASTRES apud LA BOÉTIE, 1999, pág. 111.)

A liberdade, não acontece e não se manifesta somente de maneira individual, ela pode também ser exercida (ou não) de forma coletiva, esta, para cada um dos autores aqui trabalhados vem de um lugar principal diferente, para Arendt tem uma conotação mais política em comum, que a ditadura tira de você como ser humano enquanto pelo pensamento lógico trago em Skinner (2001, pg. 18) de “Mas onde a lei termina, a liberdade principia” a liberdade para Flávia não teria início, visto que a “lei” da ditadura arranjava sua própria maneira de atuar. Unindo as perspectivas ideias de liberdade de cada um desses autores, em junção com as cartas de Flávia percebemos sua consciente falta de liberdade, ainda que em uma das passagens ela diga a família que se sente mais livre do que seus captores graças a sua fidelidade com o movimento e os ideais políticos em que acredita, isso não é uma realidade, aqui, existe uma dicotomia de liberdades, ao mesmo tempo que a autora se sente dessa maneira, também tem consciência plena da sua condição de presa, essa consciência é retratada por ela em quase todas as cartas, nas suas mais diversas maneiras. A exemplo da carta já retratada aqui em outro momento em que ela fala sobre seu desejo de poder tomar um banho demorado, escrever uma carta do tamanho que bem quiser entre outros desejos manifestados que poderiam ser facilmente realizados por uma pessoa livre.

Parte 3 – O alcance da Liberdade.

“O que aconteceu? Não gostaste de me ver com as algemas? Tu sabes que nada disso nos atinge e que na verdade somos mais livres do que a maioria das pessoas, porque estamos livres da maioria das correntes que asfixiam o homem, e fizemos tudo o que nos ditou o coração (...) Flávia em carta endereçada à irmã em 19 de setembro de 73. (Schilling, 1980, pg. 31)

A liberdade, como vista pelos autores Arendt, Skinner e La Boétie tem suas nuances, ao longo dos 7 anos de cartas trocadas entre Flávia e a família Flávia manifesta diversos modos em que se sente

presa, e, curiosamente, reflexões como a de cima, sobre, de alguma maneira, se sentir livre. A dicotomia desses dois sentimentos é no mínimo objeto de atenção. Esse sentimento de liberdade nos entremeios de uma vida de presa foram fôlego para Flávia, ao mesmo tempo, as dicotomias das cartas estão presentes no fato de, ao mesmo tempo serem essa representação de liberdade, é uma liberdade limitada, contida pelo próprio governo ditatorial uruguaio ao colocar regras como: número de linhas máximas que ela podia escrever, palavras que não podia utilizar, cartas inteiras rasgadas e o não acesso eterno a palavras ditas pelo próprio pai, a confiscação de presentes enviados pela família, algumas violências que se incluíam no que era para ser esse respiro, se encaixavam também em um método de tortura.

Por outro lado, Flusser nos ajuda a entender que apesar disso, a possibilidade da resistência pela escrita é maior, ou, pode vir a ser, do que a violência sofrida através dela. Transformar uma forma de tortura direta ou indireta em resistência foi feita de outras maneiras, mas elas se destacam por terem sido feitas por pessoas que não estavam na mesma situação de Flávia, pessoas que estavam fora da situação de presa em que ela se encontrava. Quanto as cartas, uma ideia que se tem é a de que essas representam indiretamente uma esperança “Cartas são coisas por que se esperam – ou que chegam inesperadamente. Naturalmente, esperar é uma categoria religiosa: significa ter esperança. (FLUSSER, 2010) Flávia, em diversas passagens traz questionamentos a sua família, mas também traz reflexões e nestas fica perceptível a força que ela está tendo, levando quem lê a se questionar como foi possível tamanha força para reflexões e amadurecimentos dentro da situação que se encontrava. Quem nos ajuda a compreender como foi possível é Michelle Perrot, que traz que essa resistência nas diversas possibilidades e ângulos “pode aparecer como algo simultâneo, pontual, geral, fragmentário e total”, ou seja, Flávia não estava sempre sendo resistente, ela tinha seus momentos e

estes, foram essenciais para sua sobrevivência resiliente ao longo de todos os anos que passou entre presídios.

A resistência e resiliência que permearam em Flávia graças a seus escritos durante todos os anos podem ser compreendidas ou tidas como fonte de explicação a análise que a autora faz de si mesma em diversas das cartas, esta, é retratada por Foucault como “cuidado de si” nas palavras de Rago: “A partir de aproximações foucaultianas, a historiadora se opõe aos testemunhos confessionais, compreendendo a noção de escrita de si como "cuidado de si" (FOUCAULT, 2014) constituidor da subjetividade e como prática de liberdade, para tanto, fazendo o uso dessa noção para "[...] perceber e analisar as práticas feministas de si" (RAGO, 2013, p.41).” Dessa maneira, é possível interpretar as cartas escritas por Flávia ao longo de todos os seus anos presa como sua própria e potente fonte de resistência.

A experiência do sentimento de falta de liberdade enquanto presa pode ser explicada a partir do ponto de diversos autores, como o próprio título da obra de Hannah Arendt traz e nos faz compreender por exemplo, Flávia possuía a liberdade de mandar uma carta, mas não possuía a liberdade de ser livre escrevendo-a, em diversos momentos, principalmente após o ano de 1975 temos Flávia escrevendo que pedaços de cartas que sua família havia enviado sumiram, que esse conteúdo havia sido “perdido para sempre” palavras de seu pai que ela jamais haveria a ter acesso. Essa forma de falta de liberdade pode ser trazida como mais uma das violências e agressões praticadas pelas ditaduras nas Américas. O estar em constante vigilância. A dicotomia presente em, ao mesmo tempo se ter a liberdade de escrever e enviar a carta e receber a resposta, ao mesmo tempo em que se sabe não ter toda a liberdade para escrever o que bem quiser, a limitação de linhas em alguns presídios, as cartas rasgadas e o efeito disso ser nunca ter acesso à diversas das palavras que seu pai havia escrito para ela.

Um dos pontos em que as ditaduras de maneira comum mexeram nas Américas foi esse quesito da violência sobre a liberdade da população, essa liberdade, como já trabalhada por Skinner, Arendt entre outros, se estende a diversos setores, políticos, econômicos, recreativos, todos ligados à dignidade humana, podendo interpretar essa falta de liberdade como uma agressão em si, inserida dentro de todas as outras cometidas de outras maneiras

Novamente quanto a convivência do governo ditatorial brasileiro com o uruguaio, temos que “Mesmo não tendo ligação direta com a detenção de Flávia, o governo brasileiro pouco ou nada fez em favor de sua libertação, mostrando dessa forma, no mínimo, cumplicidade e convivência com a situação desumana vivida por ela ao longo de praticamente uma década.” (CASSOL, 2009, pg. 11) lendo o decorrer dos eventos através da percepção de Flávia, se torna difícil não concordar com a autora. O objetivo aqui não é discutir a parcela de culpa ou a não existência desta, mas sim destacar o comportamento indiferente manifestado pelo governo da época com a situação de Flávia e, portanto, conivente com a violência praticada a ela pelo país vizinho. Uma prova de tal comportamento é um documento compilado pelo governo onde tem-se diversas entrevistas que Flávia deu após sair da prisão e voltar ao Brasil.

Skinner pode ajudar a entender esse sentimento de falta de liberdade que Flávia diversas vezes descreve sentir “Mas onde a lei termina, a liberdade principia” (SKINNER, 2001, pg. 18.) estar presa, com a própria vida totalmente fora do controle de suas mãos, dependendo de quem estava do lado de fora é uma situação extrema, a passagem do livro de Skinner retrata sobre uma época de um governante monárquico, mas serve para elucidar a situação de Flávia enquanto presa pela ditadura, no sentido de que nesta, a “lei” não tinha esse fim e, portanto, a liberdade não tinha começo. Como o próprio título da obra de Hannah Arendt traz e nos faz compreender,

Flávia possuía a liberdade de mandar uma carta, mas não possuía a liberdade de ser livre escrevendo esta.

Os limites dessa liberdade para as cartas mudava de acordo com o lugar, em alguns presídios ela podia escrever uma vez por semana à família, em outros somente a cada 15 dias, mesmo assim, não são raras as passagens que as datas tem mais de um mês de diferença, La situación de Punta de Rieles durante la dictadura tuvo vaivenes, períodos de represión y de afloje (Ruiz y Sanseviero). Y las presas eran persona corrientes, con momentos de desesperación, de dogmatismo, de cansancio y hasta de colaboración. A passagem nos ajuda a entender, portanto, que a falta de liberdade dentro dos presídios não acontecia linearmente, dependendo do momento político do lado de fora dos presídios, dentro deles se sentia um espaço maior ou menor de repressão. Outro ponto notável são as raras vezes que Flávia alega não estar bem, entretanto, mesmo nesses momentos da escrita ela logo trata de escrever algo positivo, como por exemplo uma reflexão que está lidando com a situação

Ruiz traz a seguinte interpretação sobre o assunto:

“Dentro de un considerable epistolario por ahora desconocido, las pocas cartas de las presas publicadas manifiestan el deseo generalizado de transmitir un cierto “bienestar”, cuya fuente principal es la presencia de las compañeras y el amor de los familiares. Insistentemente vigiladas, acosadas y censuradas, los primeros testimonios llegan a la sociedad a través de los familiares. Porque estos mensajes se difunden a un público compuesto también por vecinos y amigos, y constituyen un foco que irradia una luz difusa pero potente que mantiene el recuerdo de las personas que no están allí físicamente pero que sí podían estarlo en un espacio de sufrimiento y dignidad.” (Ruiz, 2017)

Além disso, através das diferentes perspectivas sobre até onde abrange a liberdade, temos diferentes interpretações sobre até onde essa alcança Flávia, e podemos questionar de qual dessas diferentes liberdades Flávia falava quando escrevia a palavra em suas cartas; todas as liberdades juntas ao mesmo tempo? O fato, é que Flávia não

tinha nenhuma delas. Entretanto, impressiona o fato de nas cartas Flávia não se ater a temas tristes, pouco fala sobre momentos de tortura, seu foco é mais dar notícias à família, fala sobre leituras que fez recente na prisão, mudanças entre os presídios, sobre as companheiras e seu cotidiano junto a elas nas celas, ou dos momentos que ficou em cela só, expressar o quanto os ama e de alguma maneira se sentir próxima a eles através das palavras escritas nas cartas ao longo dos anos. Os momentos em que se queixa pelas cartas são poucos e breves, logo tenta ir para um tema mais leve, mas, apesar de tudo, ela fala à família de seus momentos de solidão, tortura,

A inexistência da liberdade oficialmente durante o período é indiscutível, se esta existisse, Flávia não se encontraria dentro de uma cela, simples assim. Entretanto, o sentimento de liberdade que habita dentro dela, por estar em paz com suas decisões, com o caminho escolhido, com suas ideias fizeram toda a diferença para sua sobrevivência. Assim, podemos dizer por fim que as cartas escritas por Flávia nos ajudam a perceber, entender e visualizar um lado diferente da ditadura, de sentimentos comuns, inerentes e complexos, ainda que também políticos e possíveis de serem caracterizados historicamente. Além de passíveis de fonte de força, inspiração e resiliência ao lidar com períodos difíceis.

Bibliografia:

ARENDT, Hannah, *Liberdade para ser livre*. Ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.

BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. 6.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CASSOL, Gissele. Uruguai “verde-amarelo”: Brasileiros presos em terra estrangeira. *Estudios Historicos*, v. 1, n. 1, 2009.

CIXÒUS, *O riso da Medusa*. 1.Ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

DIVISÃO DE INTELIGÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. Arquivo Nacional. br_dfanbsb_zd_0_0_0003a_0024_d0001de0001, 1978.

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Dossiê. Arquivo Nacional. br_dfanbsb_z4_dpn_pes_pfi_0331_d0001de0001, 1980.

FLUSSER, Vilém. Cartas, pg. 115 - 122 In: Há futuro para a escrita? 1Ed. São Paulo: Annablume, 2010.

GOLDENSTEIN, Eduardo. O amplo sentido da palavra liberdade. Ide, v. 41, n. 67-68, p. 45-53, 2019.

HISTÓRICO DA DITADURA CIVIL-MILITAR DO URUGUAI In: <https://memresist.webhostusp.sti.usp.br/?page_id=294> Acesso em: 13/06/2024.

LA BOÉTIE, Etienne. Discurso da servidão voluntária. (comentários) Pierre Clastres. Claude Lefort, Marilena Chauí. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Elogio da filosofia)

LANGNOR, Carolina; DA ROCHA, Mariani Viegas. “PARA NÃO CAIR NA ÁGUA, CONSTRUI UMA PONTE SOB OS MEUS PÉS”: AS CARTAS DE FLÁVIA SCHILLING E A ESCRITA DE SI. **Sillogés (em atualização)**, v. 6, n. 1, 2023.

MARENALES, Julio. Uruguay, Breve historia del Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros. Disponível em: https://www.archivochile.cl/America_latina/JCR/MLN_T/tupa_sobre/tupasobre0002.pdf

RAGO, Luzia Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Editora da UNICAMP, 2013.

RUIZ, Marisa, « Las cartas que llegaron: resistencias “letradas” en el universo carcelario femenino del Uruguay dictatorial », *L’Ordinaire des Amériques* [En ligne], 222 | 2017, mis en ligne le 19 juin 2017, consulté le 12 juillet 2024. URL : <http://journals.openedition.org/orda/3451> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/orda.3451>

SCHILLING, Flávia. Querida Liberdade, Ed.1 Global, 1980

Estudos sobre Resistência, 1991. 260f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Campinas – SP.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Informação. Arquivo Nacional, Fundo SNI, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_81004839_d0001de0001

SKINNER, Quentin. Liberdade antes do liberalismo. Ed.1.São Paulo: Unesp, 2001.

TALLER (SEGUNDA ÉPOCA) Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina Vol 1, N°1 (octubre de 2012), Ciudad Autónoma de Buenos Aires ISSN: 0328-7726.

ENTRE O CÉU DO CERRADO E O CHÃO: A MÚSICA E A ORALIDADE COMO FERRAMENTAS HISTÓRICAS NO ESTUDO DA DITADURA MILITAR EM BRASÍLIA NO FINAL DOS ANOS 1970

Sofia Bicalho Resende De Brot¹

RESUMO

No período histórico da Ditadura Militar brasileira, artistas e estudantes resistiram à censura buscando subterfúgios na própria arte. Este é o caso do músico de Brasília, Rênio Quintas, e do seu espaço cultural, “Cafofo”. Em busca pela amplidão das perspectivas historiográficas ao estudar um artista e a expressão popular, a História Oral foi o recurso explorado a partir desta pesquisa. A possibilidade do contato verbal atrelado à humanização da História, atribuídos pela História Oral, derivaram no olhar para a canção popular como mais um recurso possível na análise historiográfica. Nesse sentido, a presente pesquisa analisa, também, a canção Cidade Nua, de autoria do músico entrevistado, dialogando, assim, com a subjetividade humana através da arte que atravessa as temporalidades históricas.

Palavras-chave: História Oral. Música e História. Ditadura Militar.

História de Brasília

INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar, ao assolar o Brasil com censura e perseguição, tentava abafar os sons da expressão do povo, considerando os espaços da música popular como coniventes à subversão. Na capital do país, ao fim dos anos 1970, artistas e estudantes, que buscavam reverberar suas canções em espaços públicos, por sugestão do acaso, ocuparam um subsolo de um bar, no centro da Asa Norte, com muita arte e aspiração à liberdade.

Ao estudar esses acontecimentos, entendo a História enquanto elemento vivo, em constante movimento, contrária a um passado esquecido e estático. Realizo esta pesquisa experimentando caminhos a partir da História Oral e da utilização de recursos artísticos na

¹ Graduanda em História na Universidade de Brasília. cantasofiadebrot@gmail.com

relação com o indivíduo e sua memória.

Nesse sentido, a partir de quatro entrevistas, incluindo uma ida ao espaço físico dos acontecimentos, utilizando, durante as entrevistas, poemas e canções, traço uma possível narrativa a respeito da história do Cafofo, espaço de muita relevância para a construção da cultura de Brasília que resvala ao esquecimento.

A HISTÓRIA ORAL

A História Oral tem ganhado espaço na historiografia das últimas décadas, podendo abrir novos campos para a investigação histórica, segundo Paul Thompson, historiador pioneiro no campo da História Oral. Enquanto a pesquisa baseada apenas em documentação pode ocultar sujeitos (ou mesmo fontes), a História Oral amplia o campo da historiografia para pensar possibilidades da história além da escrita. (Thompson, 2002)

Paul Thompson, ao ressaltar a finalidade social da História, aponta criticamente o enfoque das pesquisas factuais em problemas remotos, evitando sua relação com questões contemporâneas, buscando “conhecimento pelo conhecimento”. Contudo, ainda segundo o autor, a história é onde os políticos se apoiam em símbolos. Onde justificam conquistas, guerras, revoluções. Para onde cidades buscam sentido para sua própria natureza. Onde, quando há ausência, há criação de um passado imaginário. Onde as escolas levam as crianças a aceitar ou compreender a sociedade em que se inserem. Por meio de onde as pessoas comuns procuram compreender suas próprias vidas. O passado não pode ser resumido como um lugar ameno, distante, turístico e, especialmente, desumanizado – adjetivo utilizado por Thompson e crucial para o desenvolvimento desta pesquisa. (Thompson, 2002)

A História Oral funcionou como um veículo humanizador na pesquisa com Rênio Quintas. Há pouco, quase nenhum, registro

escrito sobre o que de fato foi o Cafofo. A frieza do vazio documental é oposta às vivências ávidas por arte e liberdade que habitaram o cotidiano do Cafofo. As narrativas de Rênio foram capazes de transpor a memória e demonstrar um passado a partir de músicas, poemas e relatos vivos, humanos e revoltosos. Descobrir sobre o Cafofo com Rênio Quintas foi perceber a permanência da Ditadura Militar nas pessoas, ouvir sobre o passado que perdura no dia-a-dia destas e até nos espaços: Lucília de Almeida Neves Delgado descreve o tempo como uma vivência concreta que implica em sensações. (Delgado, 2009)

A mesma autora, dialogando com Paul Thompson, observa na ativação da memória dos seres humanos, a possibilidade da reconstrução da atmosfera de outros momentos, o que nos traz hábitos, práticas cotidianas, valores, convivências mútuas, correntes ideológicas e até utopias ou embates políticos que marcaram o próprio indivíduo ou uma comunidade. E, ainda, ressalta o desafio de ativar a memória do ser humano. Desafio que, nesta pesquisa, utilizei recursos artísticos para transpor. O uso da escuta da música, do próprio ato de tocar instrumentos, de ler poesias foi fundamental para o decorrer das entrevistas. Além disso, expor o entrevistado ao lugar físico dos acontecimentos, foi também muito importante.

A MÚSICA NA HISTÓRIA

A historiografia clássica trata da história da música no sentido da História da Arte, com enfoque no folclore ou nacionalismo. Sempre atrelada ao tempo linear e ordenado, paradigma tradicional da historiografia. O enfoque da análise é reduzido à própria obra, analisando forma, estrutura, linguagem; há explicações em torno de gêneros ou escolas artísticas, remetendo a uma perspectiva evolucionista. É muito comum também o privilégio da biografia do grande artista, ou seja, daquela figura descrita como extraordinária e única capaz de realizar tal obra, espécie de gênio criador e realizador.

(Moraes, 2000)

Já Alcântara Machado propõe o estudo histórico da música em forma de canção popular. A canção, segundo o autor, pode ser uma fonte para o entendimento dos setores da sociedade subalterna, a partir das realidades demonstradas pela cultura popular. Boa parte das pessoas não domina os códigos musicais, o que torna a produção da música popular capaz de representar a individualidade daquele que a reproduz de acordo com sua própria maneira e exprimindo sua trajetória e experiência.

Pesquisar a música popular, muito além da erudita, num contexto brasileiro, possibilita o encontro com um lugar de fusões entre etnias, classes e regiões do país. Ela foi, especialmente ao longo do século XX, um veículo das utopias sociais e expressão dos dilemas nacionais. Por esse motivo, segundo Marcos Napolitano, o Brasil é lugar de privilégio no ato do *pensar* música. (Napolitano, 2002) Os historiadores Maria Izilda Matos e Fernando A. Faria, por exemplo, analisam um recorte temporal histórico relacionado às questões de gênero a partir das cantoras de rádio de Goiânia na década de 1950, analisando, inclusive, os sentimentos transmitidos pelas canções interpretadas por essas cantoras. (Matos e Faria, 2017)

Em suma, a canção popular de Brasília, unida à pesquisa de História Oral, traçou caminhos muito interessantes na investigação do Cafofo e da realidade da juventude da cidade durante a Ditadura Militar.

RÊNIO QUINTAS E O CAFOFO

Rênio Quintas é pianista, compositor, maestro, arranjador, produtor musical e ativista cultural. Nasceu no Rio de Janeiro e mudou-se para Brasília durante sua infância, no início dos anos 1960. É formado em música pela Universidade de Brasília e pela Escola de Música de Brasília. Participou de festivais de música por todo o Brasil, fundou conjuntos instrumentais, produziu discos, tocou em grandes

apresentações em teatros, casas de show e na rua. Destaco os trabalhos de Rênio com suas apresentações na sala Funarte e na Sala Villa-Lobos, em Brasília, além da Esplanada dos Ministérios. Além disso, realizou seu trabalho como instrumentista e arranjador do grupo Artimanha, com a cantora Cássia Eller, elaborou as composições de trilhas sonoras premiadas nacionalmente para peças teatrais com o diretor Hugo Rodas e trabalhou como produtor e instrumentista no CD Célia porto canta Legião Urbana, com músicas selecionadas por Renato Russo. (Informações biográficas retiradas das entrevistas e disponíveis no Portal da Câmara dos Deputados).

Rênio Quintas, no fim dos anos 1970, foi proprietário do bar e espaço cultural Cafofo, lugar importante na formação de grupos musicais e de outras denominações artísticas da cidade de Brasília. No entanto, o espaço é pouco conhecido, sendo hoje, um imóvel à venda sem qualquer indicação de sua história.

A história contada abaixo foi construída a partir das falas de Rênio Quintas em entrevista:

Rênio Quintas, ainda jovem, com seu grupo de amigos músicos, ensaiava na Universidade de Brasília. Eles ocuparam, com música, a biblioteca, o Restaurante Universitário e diversas salas de aula. Certa vez, confrontaram a proibição de ensaiar no ICC Sul, derrubando uma espécie de tapume que interrompia a passagem. A partir de então, todos os ensaios, tanto de música, quanto de dança ou qualquer outra atividade artística foram proibidos na Universidade. O grupo passou a procurar um novo espaço para ensaio, quando, dentro do “Bar do Poeta”, que ficava próximo à UnB, um homem ouviu a conversa e ofereceu um espaço ao grupo: seria um pequeno bar, bem estruturado, que vendia bebidas e comidas e tinha uma escada para o subsolo, cheio de garrafas quebradas e objetos sem utilidade. Se o grupo limpasse o espaço, poderia usar o quanto quisesse. Então, o dono do bar os levou até o andar de cima, mostrou como funcionava a venda de bebidas e comidas e deixou o bar com eles, enquanto iria atrás da

esposa que havia ido embora para Goiás. O proprietário pediu que eles depositassem um dinheiro que estava na caixa registradora e foi embora. Esse seria, então, o início do Cafofo, bar e espaço cultural, em meados de 1976 ou 1977. (Dados recolhidos em entrevista.)

Depois de 3 semanas de limpeza, pintura e organização, os meninos assumiram o espaço. O irmão de Rênio tinha alguns aparelhos de som, que eles instalaram. Rênio fez uma rifa e comprou um piano barato. Eles desceram com o piano (desmontado) e com uma bateria. Começaram a fazer pequenos shows, cobrando couvert. E, aos poucos, o Cafofo tornou-se um espaço cultural. Todos os dias tinham ensaios. Rênio tocava em uma banda instrumental e oferecia aulas de teoria musical. No Cafofo, aconteciam ensaios e apresentações artísticas. Lá também foi a sede de criação do Cuca, Movimento Candango pela Dinamização Cultural, composto por Rênio Quintas, Maria do Rosário Caetano, Severino Francisco, Ezio Pires, Vladmir Carvalho e outros artistas. Havia núcleos de cinema (mas não havia exposição de filmes, por causa da escassez de equipamentos), literatura, música, jornalismo, teatro e dança. (Dados recolhidos em entrevista.)

O Cuca organizou protestos pedindo apoio financeiro do governo à cultura, sendo criticado na época. Algumas pessoas apontavam: “Cuca contra a música!” especialmente após a ocupação do coletivo em um concerto. Contudo, o coletivo criticava a exclusão da música popular, enquanto a música erudita recebia recursos. O Cuca pensava a cultura popular de Brasília, que crescia muito no período. Era contrário à ideia disseminada pelo então Ministro da Educação e Cultura, Rubem Ludwig, que discursava sobre a “Vitrine vazia” que Brasília deveria ser. Cidade onde a cultura do país seria apresentada por artistas de outros Estados, enquanto nela própria não se produziria cultura. (Dados recolhidos em entrevista.)

O Cafofo foi o precursor das apresentações ao vivo na Asa Norte, sendo apelidado, inclusive, de Beirute do B. Lotado de pessoas

em dias de apresentações, com cerca de 50 a 60 pessoas espalhadas pela calçada do bloco ou dentro do subsolo, boa parte dos frequentadores do Cafofo era de moradores do Plano Piloto, mas também havia um grande fluxo de pessoas vindas de Taguatinga, Gama e Ceilândia. A produção cultural atraía músicos de fora da cidade, que visitavam o espaço. Rênio Quintas fez, inclusive, uma apresentação grande e expressiva tocando piano com a Carroça de Mamulengos. (Dados recolhidos em entrevista.)

Os artistas do Cafofo organizaram, também, o 1º Festival Livre da Música Popular, FLIMPO, em 1980, no Teatro de Arena da UnB. Eles foram ameaçados pelos militares durante a organização, contudo, realizaram o evento mesmo assim. Entre os shows, entoavam a canção: “Avise aos deuses do céu que eu cheguei pra lutar! Digam que eu já cresci e que já posso cantar!”. O Festival foi emocionante e mobilizou centenas de pessoas. (Não há registro audiovisual, mas há pôsteres de divulgação do festival, um deles registrado em vídeo durante a segunda entrevista.) No Cafofo também surgiram grandes bandas do Rock de Brasília. Rênio Quintas ministrava aulas de música no espaço, tendo ensinado teoria musical e baixo elétrico a Renato Manfredini (Renato Russo), que pediu o espaço do Cafofo, livre aos domingos, para ensaiar com sua banda, Aborto Elétrico. Lá também ensaiavam o guitarrista da banda Plebe Rude, o Bateria do Capital Inicial e toda a banda Escola de Escândalos. (Dados recolhidos em entrevista.)

Rênio definiu o Cafofo como “um espaço de escoamento da alma brasileira que morava aqui na capital, totalmente pressionada, apartada pela ditadura. Muita violência, muita gente sumindo, muito amigo meu desapareceu...” (Dados recolhidos em entrevista.)

Em relação à Ditadura Militar, não havia trabalho partidário dentro do Cafofo, mas resistência à Ditadura a partir da cultura. As músicas eram compostas com intuito de oposição. No Cafofo foram abrigadas duas pessoas que fugiam de seus países devido às Ditaduras latinas. Um chileno e um argentino. Ambos moraram por

alguns meses no mezanino do bar. Os militares invadiram o bar e subsolo algumas vezes. Apontavam armas, gritavam, abriam as bolsas e mochilas, ameaçavam. Sempre procuravam drogas, o que nunca encontraram dentro do Cafofo. Para os militares, a cultura popular era fonte de subversão. O Cafofo continuou a existir até meados de 1982. (Dados recolhidos em entrevista.)

Rênio Quintas, apesar de nunca ter sido vinculado diretamente a partidos ou organizações políticas, ajudou várias entidades clandestinas, levando documentos dentro das roupas pela cidade. Dentro da Universidade de Brasília, fundou o Centro Acadêmico de Música e liderou várias manifestações estudantis no campus. O militar e então reitor da UnB, José Carlos de Almeida Azevedo, tentou, forçosamente, que Rênio se formasse no sexto semestre, contudo, o músico mudou a habilitação dentro do curso de música e conseguiu permanecer na Universidade durante o tempo previsto para sua graduação. As músicas de Rênio Quintas foram censuradas e ele foi preso duas vezes. As prisões não foram relacionadas aos trabalhos no Cafofo ou na música, foram prisões arbitrárias e injustificáveis em momentos cotidianos. Ele foi libertado após algumas horas nas duas ocasiões. Não há registros documentais dessas prisões, já que Rênio não forneceu seu nome ou endereço verdadeiro aos militares. (Dados recolhidos em entrevista.)

A partir do relato de Rênio Quintas, obtivemos um olhar da história do Cafofo. O trabalho com a história oral envolve, inclusive, a possibilidade de algumas lacunas. Lacunas que a memória humana não permite preencher. A composição de músicas, as fotos, o convívio com outras pessoas durante o período ilustram ainda mais a narrativa, não permitindo os relatos extrapolarem os limites temporais.

O relato da história é imbuído das percepções individuais de Rênio. A partir de um recorte de gênero, raça e classe, trata-se de um homem branco, advindo da classe média. Sob demais perspectivas, um músico, artista, reprimido pela Ditadura Militar e ativista da

cultura. É importante ressaltar, contudo, que não apenas a história oral é suscetível às influências individuais. O historiador inclui seu olhar, ainda que inconscientemente, em seus trabalhos. A historiadora americana e Professora da Universidade de Rutgers, Bonnie G. Smith, em seu livro *História e Gênero: homens, mulheres e a prática histórica*, analisa a historiografia em sua própria forma, de maneira crítica, observando como os historiadores homens, brancos, europeus, sobrepõem, muitas vezes, sem que essa seja a intenção primeira, a sua própria história em detrimento das demais narrativas históricas.

Os historiadores europeus do século XIX, por exemplo, que tinham sua formação em conservatórios, distantes do cotidiano familiar ou caseiro, envoltos em um ambiente competitivo e pragmático, produziam uma história voltada para conflitos e economia, reproduzindo, assim, em seus trabalhos, o imaginário de suas próprias experiências. (Smith, 2003)

AS ENTREVISTAS

Entrevistar Rênio Quintas extrapolou minhas expectativas para uma pesquisa histórica-historiográfica. Começamos nossa conversa de maneira informal, pelo telefone, para que eu pudesse direcionar minhas perguntas e pesquisas prévias. Eu pretendia pesquisar a música brasileira de maneira ampla, durante a Ditadura Militar, quando Rênio mencionou o Cafofo, mudando os rumos de toda a pesquisa. Notei que há poucos registros do Cafofo. Algumas reportagens resumidas, em que o foco é Renato Russo, quem frequentou também o espaço.

A primeira entrevista aconteceu na casa de Rênio Quintas, onde o maestro me recebeu carinhosamente. Nós já nos conhecíamos previamente. Rênio me esperava pronto para nossa conversa. Não comecei com uma pergunta formulada, optei por apenas indicar o meu interesse pelo Cafofo. Antes da entrevista, preparei uma pequena

lista com dados que eu pretendia obter, tendo em mente a cronologia dos fatos, as pessoas envolvidas, as relações sociais entre elas. Liguei o gravador no canto da sala, o que não alterou em nada a desenvoltura do entrevistado - artista, acostumado com câmeras, palcos e gravadores. Então, Rênio discorreu sobre toda a trajetória do cafofo, cronologicamente.

Fiz poucas intervenções, apenas quando percebia a ausência de algum detalhe que considerava importante para a descrição, como algumas datas ou especificidades. Intervi, por exemplo, ao perguntar sobre a existência de trabalhos políticos no Cafofo ou sobre características socioeconômicas dos personagens da narrativa. Não trabalhar com perguntas formuladas possibilita a fluidez dos relatos do entrevistado. O formato jornalístico de pergunta e resposta não seria o mais interessante para recolher o máximo de informações. Ao tratar o relato oral como uma fonte histórica, considere que me ater unicamente a respostas objetivas pudesse comprometer a obtenção de dados, datas ou acontecimentos. Além disso, essa restrição do relato poderia afetar a espontaneidade da entrevista, que acontecia como uma conversa (onde eu sempre demonstrava meu interesse em dar continuidade). Além disso, é importante ressaltar como o vínculo estabelecido entre mim e Rênio trouxe a subjetividade dele para o relato. Criamos juntos (e inconscientemente) um ambiente onde seus sentimentos associados aos acontecimentos poderiam ser revelados. Observei como os momentos de emoção tornavam a memória mais clara, com um gatilho, trazendo à tona ainda mais relatos.

A segunda entrevista aconteceu no estúdio musical de Rênio Quintas. Para essa entrevista, decidi ir acompanhada de Carol Leão, que atuou como minha cinegrafista, profissional na produção de documentários. Naturalmente, perguntei Rênio previamente sobre a possibilidade de fazer filmagens e obtive uma resposta positiva e entusiasmada. O estúdio é decorado com pôsteres de apresentações (incluindo do período da pesquisa), discos, documentos e, bem em

frente à cadeira onde Rênio se sentou, seu teclado, instrumento principal do músico. Nessa entrevista, cheguei com algumas perguntas um pouco mais direcionadas, que formulei a partir da entrevista anterior. Eu acreditava que já tínhamos praticamente esgotado a narrativa do Cafofo. No entanto, o espaço acentuou a maneira que Rênio relatava as histórias: ao fazer as perguntas direcionadas, por exemplo a respeito da composição da música “Cidade Nua”, Rênio apontou mais detalhes e cada vez que contava algum ponto da história que já havia me relatado na entrevista anterior, suas lembranças tornavam-se quase palpáveis. Em determinado momento, Rênio se emocionou com os relatos e, inevitavelmente, eu e Carol da mesma forma. Ficamos uma manhã inteira juntos, ouvindo músicas, manuseando documentos, observando troféus, fotos e, em alguns momentos, ouvindo Rênio tocar. O contato físico com as memórias, a partir dos objetos, além do ambiente musical, das músicas que ouvimos e, especialmente, do contato com o instrumento e com o próprio fazer musical foi fundamental para os relatos que ouvimos. Ao sair do estúdio, eu e Carol imediatamente nos perguntamos: por que a academia se distancia da subjetividade quando, justamente ela, é capaz de nos revelar tanto?

A próxima entrevista foi uma visita ao antigo espaço do Cafofo. Rênio me escreveu o endereço e encontrei o imóvel à venda. Chegamos juntos, eu, Carol e Rênio e, enquanto esperávamos a dona do imóvel, Rênio relembra o espaço nos anos finais da Ditadura Militar. Nos descreveu a disposição das mesas, as pessoas que mais frequentavam o Cafofo, as características da vizinhança e incluiu ainda mais detalhes à narrativa. Mesmo antes de adentrar no espaço, olhar para o antigo Cafofo, que hoje é um antigo salão de depilação à venda, foi o suficiente para Rênio nos colocar de frente para a história: eu e Carol sentimos como se pudéssemos visualizar, por alguns segundos, como seria uma manhã no Cafofo no fim dos anos 1970.

Quando a proprietária chegou, entramos no térreo e Rênio observou as mudanças do tempo: a ausência do mezanino, onde foram abrigados um argentino e um chileno, ambos fugindo das ditaduras de seus países, a mudança da escada, por onde o piano e demais instrumentos desceram e, finalmente, o subsolo, hoje em dia sem palco ou cortinas. Rênio procurou suas poucas fotos do Cafofo e comparou com a sala vazia; a disposição física dos eventos ficou mais clara. Estar diante da memória, da passagem do tempo, da concretização das imagens criadas pelos relatos me suscitou mais perguntas e ainda mais respostas em Rênio.

Antes de ir ao Cafofo, entrei em contato com Noélia Ribeiro, poeta radicada em Brasília, autora de diversos títulos, premiada e, inclusive, homenageada pela música Travessia do Eixão, gravada no último disco da banda Legião Urbana (letra do poeta Nicolas Behr e música da banda Liga Tripa, ambos brasilienses). Noélia é amiga de longa data de Rênio Quintas e envolvida com a cultura da cidade desde os anos 1970. A poetiza, cuidadosamente, me enviou três poemas de sua autoria escritos durante a Ditadura Militar, entre os anos de 1977 e 1978. Escolhi um deles para transcrever a seguir:

ENTRESSAFRA (1978)
 Recusar a luta é só a espera
 É esperança de viver
 na hipocrisia sem remédio
 É ser um ser sem renascer
 Um corpo forte em meio à morte
 Enfrentar o novo da verdade
 é aceitar por um segundo
 que ainda restam mil covardes lá no alto
 e bem no fundo desse inferno tropical

Corpos desprovidos de amor
 Vultos fatigados de calor
 Mentes retraídas de pavor
 Tudo isso gera o tédio
 com angústia e sem solução

Afastar o mal que existe
 é cobrir-se de mentiras
 tristes imutáveis incansáveis
 à procura do silêncio
 em plena rua transversal

Para a visita ao antigo Cafofo, imprimi os três poemas e, quando estávamos no subsolo, entreguei os poemas para Rênio e pedi que ele fizesse a leitura. O artista, sensível a música e a poesia, encontra, a partir da arte, um canal para suas memórias. A arte é a sua linguagem para a conexão com o tempo e com as emoções. O objetivo da leitura era aproximar Rênio, ainda mais, das lembranças e, naturalmente, enriquecer os relatos. Os poemas também foram capazes de me aproximar das vivências de Rênio, me tornando sensível, não apenas as palavras dos relatos, mas aos gestos e olhares dentro do espaço do antigo Cafofo. Todo o processo relatado foi registrado em gravação audiovisual.

O último encontro com Rênio, em forma de entrevista, aconteceu no estúdio do maestro, com o foco na audição da música de sua autoria, “Cidade Nua”. Rênio procurou o disco de vinil com o primeiro registro da canção, com a interpretação vocal de Goia: Brasília ano 30, Uma Antologia Musical, lançado em 1990. Ouvimos a canção e Rênio se sentou junto ao teclado e tocou várias vezes, relatou não ouvir a versão desde seu lançamento, 34 anos atrás. Conversamos sobre a harmonia da música, pensamos nas diferentes tonalidades adotadas pelos intérpretes e tanto a audição, quanto o tocar e cantar trouxeram à tona o relato do dia em que a música foi composta por Rênio. Ouvimos também a gravação de Célia Porto, renomada cantora brasiliense e esposa de Rênio Quintas. A interpretação de Cidade Nua por Célia Porto está no disco Palhaço Bonito, lançado em 2000. A última gravação da música, que também ouvimos durante a entrevista, é da cantora Vanja Santos, presente em seu disco Virtual BossaJazzSamba, lançado em 2010. Por fim, Rênio tocou e cantou Cidade Nua, remetendo a maneira que a música era interpretada por ele mesmo na época do Cafofo, época que, infelizmente, não foi realizada nenhuma gravação. Fiz algumas perguntas a respeito das interpretações. Todos os intérpretes conheciam a história por trás da

música, sua mensagem contrária à Ditadura Militar. A entrevista foi registrada de maneira audiovisual.

A CANÇÃO

Cidade Nua é uma canção composta por Rênio Quintas, nos anos finais da década de 1970, período de existência do Cafofo. A canção representa o sentimento do eu lírico frente à Ditadura Militar. Rênio relatou, durante a última entrevista, o momento em que começou a composição da música: ele era um jovem, ávido pela vivência da música, da arte, da liberdade de expressão, mas que enfrentava um ambiente de repressão, perseguição e silenciamento. Além disso, ansiava viver de música, o que era financeiramente inviável naquele momento, e precisava fazer pequenos serviços em outras áreas. No dia da composição, o autor estava dentro de um escritório, o que o fazia sentir preso, deslocado e longe de seu espaço de libertação e expressão. A música representa sua transgressão dentro, inclusive, do ambiente acadêmico musical, como a análise harmônica pôde esclarecer.

Durante a existência do Cafofo, não havia recursos tecnológicos acessíveis financeiramente para gravação em áudio ou vídeo das canções ou apresentações artísticas. Portanto, não há registros de Cidade Nua na época de sua composição, quando era tocada e interpretada pelo próprio Rênio Quintas. Optei por analisar duas gravações da música, a primeira, lançada em 1990, interpretada pelo cantor Goia, tocada e arranjada por Rênio Quintas. A segunda, lançada em 2000 e interpretada pela cantora Célia Porto, tocada e arranjada por Rênio Quintas.

A letra de Cidade Nua, primeiro aspecto que analisarei, representa a vivência de Rênio ao crescer em Brasília após o Golpe de 64:

Cidade Nua

Quando meus pés pisaram o chão

Da cor do sangue que corre em minhas veias
 Eu ainda era menino
 Ainda guardava o Sol na cabeça

E brincava no cerrado
 Onde todo menino deve andar

Voo livre
 Voo livre
 Onde não havia esquina
 Voo livre
 Voo livre
 Onde não havia esquina
 Brasília

Entre o céu do cerrado e o chão
 Sobre os homens o planalto e o tempo

Eram mãos eram martelos
 Eram sonhos e cutelos
 Pra cortar

Sonhos livres
 Sonhos livres
 Sonhos livres
 Por trás de cada olhar
 Medo e amor
 Medo e amor
 Medo e amor
 Por trás de cada olhar

Quando o sangue do teu chão
 Mesclou-se ao corpo ao sonho
 às mãos de tua gente

Eu ainda era menino
 E vi chegar o acoite e a morte no vento
 Mas fui brincar no cerrado
 Como todo menino foi brincar

Medo e amor
 Medo e amor
 Medo e amor
 Por trás de cada olhar
 Medo e amor
 Medo e amor
 Medo e amor
 Por trás de cada olhar
 Brasília

O Livro “1964 – Eu era Criança e Vivi”, lançado em 2024, organizado por Márcio Vianna e Rita Nardelli, inclui a transcrição de um relato oral de Rênio Quintas a respeito do dia do golpe militar, em

Brasília. O entrevistado tinha 9 anos quando seu pai, jornalista, chega na casa em que moravam, na quadra 208 da Asa Sul e pede que todos se afastem das janelas e sentem no chão. Rênio relata ter observado os tanques de guerra que atravessavam as ruas da cidade, os homens armados que andavam entre a população. Sua adolescência foi permeada pelo medo dos sequestros dos amigos de sua irmã, pelo medo de vivenciar a cidade e a própria expressão.

A letra da canção demonstra justamente o olhar de um menino sonhador, que brinca do cerrado e tem sua infância interrompida pela consciência da morte, da violência e cresce com medo. O texto trabalha a antítese de uma cidade de amor, sonhos, liberdade, pureza da infância, beleza da natureza face ao medo, morte, armas e interrupção dos sonhos. Cidade Nua conta a experiência individual de Rênio Quintas e retrata seu próprio tempo, seu contexto social e, por sua vez, demonstra questões também coletivas.

O sociólogo Eladio Antonio Oduber Palencia, na dissertação “Que Cidade Mora na Música”, observa os diferentes imaginários que permeiam a descrição de Brasília nas canções compostas sobre a cidade. Partindo de uma estética de exaltação, mítica e até monumentalista, como na música “Brasília Sinfonia da Alvorada”, de A. C. Jobim e Vinícios de Moraes, o autor observa como os jovens da década de 1970 interagem de uma nova maneira com o espaço urbano da cidade, demonstrando o desencontro com a utopia proposta por Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Juscelino Kubitschek. A cidade que representaria o Brasil moderno, com prédios de pilotis para convívio entre diversas classes sociais agora era uma cidade de repressão, sede da ditadura que assolava o país. (Oduber, 2007)

Especialmente na segunda metade dos anos 1970, os músicos de Brasília passaram a escrever canções de protesto, de questionamento e de retrato de uma Brasília de insegurança e injustiças. Cidade Nua é uma dessas canções.

Ao estudar e analisar canções na busca por referências da sua

temporalidade, proponho um olhar atento aos aspectos vocais presentes na interpretação. A música popular brasileira é marcada pelas letras poéticas que abraçam a complexidade da língua portuguesa e o transmissor dessa linguagem textual presente na música é o cantor. Infelizmente, como detalhado anteriormente, não há gravações originais do período da composição da Cidade Nua. Contudo, para realizar a análise vocal, observei tais aspectos em duas gravações que usei como referência, as de Célia Porto e de Goia, além da performance de Rênio Quintas durante a última entrevista, quando, inclusive, conversamos sobre os vocais:

A música popular possui uma ampla possibilidade vocal, sendo em relação aos registros vocais (voz de peito, voz de cabeça ou voz mista) ou em relação aos recursos interpretativos, podendo usar a voz falada, sons emitidos com a boca, vocalizes, improvisos ou quaisquer variações de escolha artística pessoal. As canções dos anos 1970, principalmente produzidas por artistas publicamente posicionados de maneira contrária à Ditadura Militar, possuem algumas características vocais semelhantes. São elas: uso da voz de peito², próxima à fala, com palavras bem articuladas e dinâmica forte. Quando é utilizada a voz de cabeça³, ela aparece pouco soprosa⁴, com bastante adução e pressão nas pregas vocais⁵, como é notável a partir do som mais forte e, em alguns casos, com presença de fryer⁶ nas regiões mais agudas. Esses aspectos vocais envolvem a soltura da voz, ênfase da palavra e do canto, o que, ao observar o contexto das letras e da obra desses artistas, ressalta a necessidade de libertação da

² Voz cantada que reverbera na região do tórax, mais próxima da fala e comumente soando mais forte ou metálica, usada para as notas mais graves ou agudas de caráter mais denso ou encorpado.

³ Voz cantada que pode reverberar na cabeça. Soa mais aguda e suave.

⁴ Voz cantada com muito escape de ar, podendo soar fragilizada e pouco potente.

⁵ Movimento de fechamento das pregas vocais, necessário para a produção da voz. Uma voz potente é resultado da boa adução das pregas vocais.

⁶ Registro vocal que produz um som áspero e baixo. Suas características podem ser aplicadas durante a música adicionando a aspereza a notas específicas. Pode soar como a rouquidão, de maneira proposital.

expressão artística, frente à censura.

Além disso, as canções na voz de peito, com pouco uso de recursos estilísticos, aproximam o canto do artista do canto do povo, que pode entoar as canções, compartilhando do sentimento conferido pela repressão. Algumas canções com as características mencionadas são: Sacramento, de Milton Nascimento, lançada no álbum Milagre dos Peixes, em 1973, Pelas Sombras, de Arthur Verocai, do álbum Arthur Verocai, de 1971 ou Galope, de Gonzaguinha, do álbum Luiz Gonzaga Jr., de 1974. Cidade Nua, na versão de Goia, é interpretada com uso constante da voz de peito, voz próxima à fala e frases bem articuladas. Na versão de Célia Porto, além da voz de peito, a cantora utiliza voz mista forte, um pouco metalizada e com bastante adução das pregas vocais, além de aumentar a dinâmica no refrão. Apesar de não serem gravações originais do período da Ditadura, as duas interpretações trazem as principais características vocais de anseio pela libertação, de entrega vocal à letra e aos limites da voz.

Em uma análise musical harmônica e melódica da canção Cidade Nua, observo sua característica modal, como se nota, por exemplo, quando a introdução da impressão da tonalidade de Fá Sustenido menor (F#m), mas surpreende a audição com empréstimos modais inclusive de tonalidade maior. A música modal é aquela que transita entre tonalidades diferentes, ou seja, não utiliza as funções ou relações convencionais entre as escaladas. É uma música que surpreende a audição e difere das demais em estrutura.

Ou mesmo se repete no fragmento melódico caracterizado pelo cromatismo de segundas menores descendentes, voltando no último trecho com um acorde maior (mesmo após ter começado com um acorde menor). Sendo assim, essa é uma canção sem centro tonal, ou seja, que não obedece a uma estrutura tonal específica, conferindo liberdade à harmonia. A possibilidade dessa liberdade é associada não só a aspectos musicais, mas também ao anseio do eu-lírico em seu contexto sócio político, seu contexto histórico. Além disso, não há, na

canção, repouso na primeira parte do refrão: as frases são emendadas, como se a frase seguinte fosse interrompida, mudando a forma da música. (Voo livre, por trás de cada olhar, voo livre.) Este recurso, sob minha análise, é uma representação da sensação da necessidade da quebra da censura, da urgência da fala, da rapidez com que se precisava lidar com o medo ante a possibilidade da repressão. Os acordes da música frequentemente aparecem com acréscimo da nona, que é uma nota de tensão. A nona adiciona à música uma atmosfera etérea, de suspensão, de espera por um repouso de alguma maneira dentro do ambiente melódico. A sensação de melancolia e espera por resolução dialoga muito com o texto da música e com a própria sensação dentro do contexto político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História é elemento de subjetividade. A partir do passado, o historiador interpreta e dialoga com as possibilidades, nunca desvinculando-se de seu próprio tempo. Nesse sentido, a humanização da história não compromete sua função científica. A humanização é necessária frente a uma sociedade que não trata de suas próprias questões, dentro de um país que esquece da violência das ditaduras. Pesquisar História oralmente requer sensibilidade. Desvincular a emoção do entrevistado que relembra seu passado, é ignorar o processo da memória. E, no caso desta pesquisa, desvincular o ser artista da arte (música) é repelir suas memórias.

Trabalhar com a história de Brasília é como redescobrir uma cidade a qual atravesso cotidianamente. Atravesso, a partir dessa pesquisa, também as temporalidades que constituem o cotidiano da cidade, um cotidiano de esquecimento e memória, simultâneos, que disputam sua prevalência nas decisões políticas e até culturais de uma sociedade. O Cafofo, como tantos espaços da cidade, representa o esforço pelo lugar da arte, que também é físico e palpável. E arte essa que simboliza a voz das pessoas, seja pela liberdade, seja pela

expressão humana. Relembrar este espaço é tomar partido pela existência do convívio artístico na cidade que repele tantos ambientes de música e teatro até os dias atuais.

Esta pesquisa resultou em um singelo documentário com as entrevistas, relatos, documentos e memórias cantadas, recitadas e dependuradas na parede. Além de uma nova gravação da música Cidade Nua que realizei com Rênio Quintas, interpretada por mim e Célia Porto e tocada por Rênio Quintas e pelo violonista Vítor Oliveira, com os recursos vocais interpretativos do meu próprio tempo, mas com a ciência de um passado de resistência sob pano de fundo.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

DA SILVA, Wayne G.: Cantoras de rádio em Goiânia nas décadas de 1950/60. História e Cultura: práticas de pesquisa, Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro (org.). Paco Editorial, São Paulo, 2017.

Delgado, L. de A. N. (2009). História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História Oral*, 6.

MORAES, José Geraldo V.: História e Música: canção popular e história. Revista Brasileira de História, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. História e Música: história cultural da música popular. Autêntica. Belo Horizonte, 2002.

NARDELLI, Rita e VIANNA, Márcio (org.). 1964: Eu era criança e vivi. Caravanna grupo editorial. Brasília, 2024.

PALENCIA, Eladio A. O.: QUE CIDADE MORA NA MÚSICA: Estudo do Imaginário das canções sobre Brasília. Universidade de Brasília, 1997.

THOMPSON, Paul. A VOZ DO PASSADO: História Oral. 2ª Edição. Rio de Janeiro, 1992.

FIOS DE TRADIÇÃO: AS JORNADAS DOS TECIDOS AFRICANOS E SUAS NARRATIVAS DIASPÓRICAS ENTRE OS SÉCULOS XVII-XXI

Thaiane Miranda dos Santos¹

RESUMO

Imprimir e pintar tecidos para uso como vestuário e adornos é uma prática africana ancestral. No continente africano, os tecidos desempenham um papel central como uma das principais manufaturas, com registros arqueológicos indicando a produção têxtil desde o século XII em diversas regiões. A variedade artística e riqueza em invenções que acompanham esses materiais os classificam enquanto marcadores culturais, religiosos e identitários, sendo fontes documentais e iconográficas valiosas para compreender as dimensões políticas e históricas de sociedades tradicionais. Neste artigo, viso analisar a presença e a importância dos tecidos utilizados como indumentária em diferentes culturas africanas e, posteriormente, como essas vestes foram incorporadas na cultura afro-brasileira por meio do processo da Diáspora entre os séculos XVI e XXI.

Palavras-chave: tecidos africanos, diáspora, têxteis

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para fundamentar este estudo sobre preservação e transformação cultural dos tecidos africanos, busquei adotar um quadro teórico que aborda as dinâmicas históricas e as influências coloniais e diaspóricas. Segundo John Thornton (1990), a produção têxtil africana, antes da intervenção europeia, já apresentava uma complexidade técnica e social significativa, refletindo uma profunda ligação entre a produção material e as estruturas sociais locais. Este cenário foi drasticamente alterado com a chegada dos europeus, que introduziram novos tecidos e práticas comerciais, conforme apontado por Collen Kriger (2005), resultando na gradual desindustrialização e

¹ Graduanda em História, UnB. thaianemsantoss@gmail.com

na reconfiguração das práticas têxteis africanas. Em sua tese de doutorado, Telma Santos (2020) oferece um arcabouço crítico para compreender a utilização dos tecidos no período colonial e a maneira com que foram incorporados no Brasil, principalmente como moeda de troca no âmbito do tráfico de africanos escravizados. Robert Duplessis (2010) complementa essa análise ao explorar a incorporação de têxteis africanos no cotidiano brasileiro. Nesse sentido, ancorei-me em Henriques (2004) e Souza (1983) para compreender a construção de identidade e estética no Brasil e como isso afeta a população negra. Contemporaneamente, sobre tecidos, Aymê Okasaki (2021) investiga o mercado de tecidos africanos em candomblés paulistas, enquanto Julia Vidal (2020) analisa a influência das estamparias africanas na cultura afro-brasileira.

Tratando-se dos tecidos abordados no artigo, a dissertação de mestrado de Helena Assunção (2018) aborda a trajetória das capulanas de maneira antropológica, baseada em trabalhos de campo em Moçambique. O livro de E. Asamoah-Yaw e Osei-Bonsu Safo-Kantanka, historiadores ganeses, analisa o Kente no contexto do Império Asante, enquanto o artigo de D. Makinde Olajide (2009) aborda o uso e produção do Aso-Òkè entre os Yorubas na Nigéria. A breve menção à chita é fundamentada na monografia de Shirlei Martarello (2022), que discute sua importância cultural e social na vestimenta afro-brasileira.

É importante observar que o estudo deste campo temático é relativamente recente e começou a ser sistematizado em 1960. Anteriormente, a historiografia sobre tecidos africanos era superficial e simplista, associando o período pré-colonial à ausência de desenvolvimento tecnológico e ignorando as complexidades das sociedades africanas (Smith e Eicher, 1982, p. 28). Além disso, as nomenclaturas e fronteiras utilizadas para os países africanos neste estudo consideram a divisão geográfica atual, imposta durante a Conferência de Berlim (1884-1885), sem levar em conta as

organizações étnicas originais. Por isso, as origens dos tecidos mencionados frequentemente transcendem as fronteiras coloniais e são perpetuados em diferentes regiões, compartilhando semelhanças entre si que podem levar a conclusões simplistas sobre sua origem.

Diante dessas considerações, é crucial reconhecer que a análise dos tecidos africanos exige um olhar atento às intersecções complexas entre cultura, história e política. A visão homogeneizante e superficial, perpetuada ao longo dos séculos, precisa ser desafiada para uma compreensão mais profunda das singularidades culturais que esses tecidos representam em cada sociedade na qual se estabelecem. Assim, este artigo busca desvelar as camadas de significado e resistência presentes nos têxteis africanos, revelando sua importância não apenas como produtos materiais, mas como veículos de memória, identidade e resistência cultural em meio às transformações impostas pela colonização e Diáspora.

2. UTILIZAÇÃO TRADICIONAL

A tecelagem é o principal método empregado na produção tradicional de tecidos, em que utiliza-se um tear de madeira com liços, onde duas ou mais faixas são entrelaçadas para formar a padronização desejada, que varia de acordo com o tipo de tecido e com a cultura originária, com especificidades em relação a “matérias-primas, teares e divisões de trabalho por gênero” (Okasaki, 2021, p. 285). As principais indumentárias vistas são panos de enrolar² que podem ser utilizados como saias, vestidos, para envolver bebês e fazer amarrações de cabelo, sendo os preferidos entre os consumidores africanos (Bishop, 2014, p. 72).

Exemplos de tecidos tradicionalmente produzidos pelo método da tecelagem na África Ocidental antes das trocas mercantis internacionais incluem o *Kente* e o *Adinkra*, produzidos pelo grupo

² Tradução minha do termo “wrappers”, utilizado no texto de Catherine Bishop (2014, p. 72).

étnico Asante em Gana, e o *Aso-Òkè*, feito pelo povo Iorubá na Nigéria (Agbadudu e Ogunrin, 2006, p. 98; Asamoah-Yaw e Safo-Kantanka, 2017, s.p). Esses tecidos eram roupas importantes e valorizadas, utilizadas por chefes de governo e pessoas em altas posições sociais em ocasiões especiais onde o uso de roupas formais e elegantes era necessário (Olajide e Jide, 2009, p. 59).

Para os povos asante, até o século XVII, essa era a indústria predominante em algumas das cidades, onde a elite política mantinha tecelões particulares encarregados de produzir padrões exclusivos (Asamoah-Yaw e Safo-Kantanka, 2017, s.p). No território correspondente à atual Nigéria, de forma semelhante, até o século XVI, o algodão era produzido em abundância, destacando-se enquanto manufatura têxtil e matéria-prima para produzir tecidos que também eram comercializados. Assim, havia uma robusta indústria têxtil de exportação em diferentes localidades do continente africano onde “fiandeiros, tecelões, tintureiros, alfaiates e bordadores” (Kriger, 2005, p. 88) movimentavam o comércio interno a partir de suas produções.

Figura 1 - Tecelão produzindo Kente no tear em 1817



Fonte: Thomas Edward Bowdich (1817)

3. COMÉRCIO INTERNACIONAL E DESINDUSTRIALIZAÇÃO

No século XV, tecidos provenientes da China, Índia e Europa começaram a ser importados em alguns pontos da África a partir de rotas comerciais de europeus, principalmente portugueses, que começaram a estruturar postos com o objetivo de administrar o comércio na região costeira (Vogt, 1975, p. 628). A partir da análise de métodos de produção, tecidos localizados em museus e dados acerca das vendas de tecido em colônias no século XVII, John Thornton (1990, p. 19) sugere que o interesse de africanos na importação de tecido se justifica na maior quantidade de produção têxtil nestes outros países, à medida que desenvolveram-se novas tecnologias. Ao mesmo tempo, escolheram seguir produzindo seus próprios tecidos a partir da tecelagem, visto que os lugares onde havia maior exportação também eram os lugares de maior importação. Com a popularização deste comércio, desenvolveu-se uma rede abrangente e complexa, com uma intensa atividade de mercadores asiáticos na costa leste da África (Santos, 2020, p. 93).

O impacto dessa comercialização e cruzamentos entre a Índia, Golfo Pérsico e Costa Oriental Africana é percebido no âmbito cultural do território que se tornou Moçambique, a partir da adoção de um tecido indiano de algodão nomeado como capulana, que passou a possuir um papel essencial na cultura moçambicana. Refletindo tradições e identidades, seus significados são extraídos pela ocasião em que são empregadas, presentes em cerimônias fúnebres, festividades, transformações políticas e inserções cotidianas (Camargo et al, 2023, p. 924), tornando-se expressões visuais das interações sociais. As capulanas são utilizadas principalmente pelas mulheres, que as preservam como forma de herança familiar e utilizam o tecido como uma linguagem simbólica que possibilita a emissão de discursos e posicionamentos, categorizando-se como uma forma de comunicação não-oral (Meneses, 2003, p. 112).

Figura 2 - Mulheres utilizando capulanas como saia e turbante em Nampula, Moçambique



Fonte: Helena Santos Assunção (2018)

Para além da capulana, essa interseção entre têxteis e manifestações sociais e políticas é vislumbrada também no *Kente* e no *Aso-Òkè*, de modo que a utilização dos tecidos emulam discursos que se transbordam em memória e significado. O método de fabricação de cada têxtil, as pessoas que o produzem, os instrumentos utilizados, as estampas escolhidas e os momentos específicos de uso revelam que a produção de têxteis se trata de um momento ritualístico e cultural para cada sociedade, ressaltando-se sua importância nesse âmbito, para além de um produto para venda (Agbadudu e Ogunrin, 2006, p. 98; Okasaki, 2021, p. 296).

O mercado de roupas era consolidado em muitas regiões e sociedades africanas, com uma rede mercantil internacional instaurada de difícil inserção. Telma Santos (2020, p. 93) e Collen Kriger (2005) apontam algumas iniciativas de apossamento desta rede por parte de europeus que não foram bem-sucedidas: em Moçambique, a tentativa de monopolização do comércio por parte dos portugueses a partir do estabelecimento de uma Companhia de Comércio da Índia, foi fracassada pela pressão dos comerciantes indianos, localmente chamados *baneanes*. Os colonizadores britânicos, que tinham o objetivo de acabar com a indústria local e

transformar a África em uma fonte de algodão para as indústrias têxteis europeias, iniciaram suas atividades pela produção em abundância na Nigéria. Essa inserção foi dificultada devido ao fortalecimento industrial que já havia na região, à medida que fazendeiros e manufatores de tecido não tinham interesse em abrir mão de seus negócios.

Concomitantemente a estas tentativas de dominação mercantil, o tráfico de escravizados já estava em curso desde os primeiros estabelecimentos de Portugal na África Oriental no século XV. Kriger (2005) relata que, nas sociedades orais, os tecidos eram utilizados como moeda corrente para finalizar negociações comerciais. Assim, o tecido será uma das principais moedas de troca no período de colonização para a compra de pessoas escravizadas e para o estabelecimento de parcerias entre reis e traficantes, destacando-se sua utilização frequente também no campo de negociação ilegal (Santos, 2020, p. 114).

Desta maneira, o enfraquecimento da indústria têxtil no continente africano encontra-se na expansão comercial de importação, primeiro pelos tecidos indianos e posteriormente pelos europeus, que progressivamente expulsaram os tecidos nacionais do mercado (Liedholm, 1982, p. 74; Kriger, 2005, p. 95), principalmente conforme desenvolvia-se a tecnologia europeia, impedindo os produtores locais de conseguirem aproveitar o aumento da demanda africana de tecidos. Em consequência a essas dissidências, ao adentrar no período colonial, a exportação do continente baseava-se majoritariamente em algodão cru, e a importação em tecidos de algodão manufaturados (Frederick, 2020, p. 14). Além disso, a alta circulação de tecidos variados com qualidades, origens e padrões diversos ocorria devido às trocas comerciais no tráfico de escravizados, marcando a desindustrialização têxtil africana.

4. RESISTÊNCIA ANTICOLONIAL E IDENTIDADE AFRO-BRASILEIRA

Robert Duplessis (2010, p. 14, 22) aponta os tecidos como a principal mercadoria do comércio Atlântico, sendo utilizados como vestes para pessoas escravizadas, embalagens de produtos e fabricação de anil. Na costa da Bahia, um dos mais importantes pontos comerciais do chamado Império Ultramarino Português, é onde se chega alguns dos tecidos que hoje são de grande importância para a cultura afro-brasileira (Santos, 2020, p. 39).

No século XIV, o *Aso-Òkè*³, ressignificado e renomeado no Brasil como “pano da costa”, torna-se um elemento primordial da indumentária da mulher baiana e do candomblé (Okasaki, 2021, p. 284). A chita, tecido indiano que adentrou o território brasileiro a partir do comércio atlântico, circula entre diferentes grupos mas findou sua utilização majoritária pela população africana escravizada, sendo uma das poucas opções de vestimenta, mas de certa forma apreciada, a partir da semelhança das cores com os tecidos originalmente africanos (Martarello, 2022, p. 23).

Figura 3 - Mulher escravizada, na posição de ama de leite, utilizando xale de chita.

Figura 4 - Mulher escravizada, na posição de ama, utilizando vestido de pano da costa.

³ Os artigos de Julia Vidal e Dyego Arruda (2020) e de Aymê Okasaki (2021) referem-se ao *Aso-Òkè* como o traje completo e “Ofi” como o tecido utilizado na vestimenta. Compreendendo que neste artigo visou analisar primordialmente os significados produzidos pela utilização do tecido, escolho por referenciá-lo apenas como *Aso-Òkè*.



Fonte: Emanuela Francisca Ferreira Silva (2010)

Nesse contexto de Diáspora, o projeto português de aculturação⁴ configurava uma das etapas do processo colonizatório e é orquestrado a partir da descaracterização e padronização do Outro a partir da imposição de uma cultura supostamente dominante, retirando o direito às culturas e tradições de origem. Entretanto, essa renúncia forçada não estabelece agregação, como discorre Henriques (2005, p. 42): “a tensão racista está presente, pois que se por um lado exerce pressão sobre os africanos para os levar a mudar seus comportamentos, pelo outro, considera esta adoção dos modelos dominantes como inteiramente caricatural”. Diante desse contexto, o ideário da identidade brasileira é moldado a partir da dominação de classe, ideologia, expectativas e estéticas brancas, como bem dito por Souza (1982, p. 17), de maneira que as culturas e tradições africanas não se tornam benquistas.

Práticas e estratégias de resistência da comunidade afro-brasileira, perpetradas em diversas esferas, permitem a preservação

⁴ O termo “aculturação” possui grande complexidade à medida que, na historiografia brasileira, já foi atribuído a diferentes significações, sendo um conceito empregado principalmente no âmbito da antropologia sobre povos originários. Neste artigo, utilizo o capítulo “Aculturação”, do livro de Isabel Castro Henriques (2005, p. 42) como segmento metodológico: a aculturação como um processo de assimilação da cultura do dominador pelo dominado, de maneira negativa, à medida que a colonização e o racismo estão intrínsecos nessa relação, tornando a aculturação uma forma de suprimir e apagar as tradições originárias dos povos dominados.

de culturas africanas no país, ao mesmo tempo em que inventa e significa novos elementos, configurando identidades inéditas que se estabelecem a partir do desejo da continuação da ancestralidade. Pinho (2005, p. 128) nomeia esse processo como reafricanização, um processo em aberto da luta política de construir novas representações em torno do negro e marcá-las no sentido identitário.

Semelhantemente, no continente africano, os tecidos foram utilizados como ferramenta anticolonial em favor do retorno da tradição. Em Gana, após a dominação dos britânicos e a dissolução do Império Asante, o kente deixou de ser considerado uma roupa de prestígio devido à migração em massa de tecelões, importação de tecidos internacionais e imposição de vestimentas europeias. Grupos que resistiam contra o poder colonial e visavam retomar o Império formaram uma organização chamada "*Asante Kotoko Society*", utilizando o kente como uma maneira de reivindicar a retomada de tradições (Asamoah-Yaw et al., 2017, s. p.), sendo um importante veículo para a posterior independência política do território dominado como Costa do Ouro. Moçambique, território colonizado desde o século XVI devido ao interesse dos portugueses em controlar o comércio na costa do sul, teve sua independência em 1975, sendo a capulana uma das ferramentas de resistência e criação de discursos utilizada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) para estimular a população a se juntar ao movimento de libertação nacional (Assunção, 2018, p. 46).

Figura 5 - Capulana que comemora 40 anos da Independência de Moçambique



Fonte: National Museums Scotland (2018)

Ainda que houvesse grupos lutando ativamente pela reestruturação dos estados africanos e pela retomada de tradições, não foi o suficiente para interromper ou recuperar a decadência da indústria têxtil do continente, dando espaço para o estabelecimento e fortificação da comercialização dos tecidos de origem europeia nesses espaços. Os impressores holandeses, como mostram Feng e Nosch (2020, p. 239), são creditados com a produção das primeiras produções mecanizadas de têxteis chamados de *wax* no século XIV. Até o século XX, os *wax hollandais* da empresa Vlisco já possuíam o padrão preferido de cada região, produzindo-os e nomeando-os de acordo com a tradição cultural dos territórios em que se estabeleciam. Assim, em Moçambique, por exemplo, a Nova Texmoque⁵, única empresa local que ainda produzia capulanas no século XX, importava os tecidos da Índia por serem mais baratos e atendia a pequenas demandas, de modo que a maior parte do consumo de tecidos no país era feito na Vlisco (Assunção, 2018, p. 75) e, contemporaneamente, mais da metade do mercado de *wax* é dominado por uma empresa chinesa (Okasaki, 2021, p. 291).

⁵ Helena Santos Assunção (2018) relata que, a Nova Texmoque foi comprada por um grupo tanzaniano em 2006 e é gerenciada por indianos. Em pesquisa on-line, identifiquei a rede social da empresa, que continua ativa em 2024, funcionando nos mesmos moldes.

5. O QUE É UM TECIDO AFRICANO?

No Brasil, a utilização de têxteis e estamparias como ferramentas de reafirmação da comunidade afro-brasileira é evidente. Dandara Maia (2018, p. 146), em pesquisa sobre *wax hollandais* no campo da moda, encontra a presença deles em diversas regiões do país, reiterando-os como um dos materiais centrais nesse processo de reconexão cultural.

Em uma pesquisa de campo realizada no Distrito Federal em maio de 2024, encontrei a venda de tecidos com estampas africanas em regiões como Ceilândia, Plano Piloto e Cruzeiro, buscando em feiras, shoppings e salões de beleza. Assim encontrei o Salão Afro N'Zinga, salão afro mais antigo de Brasília, com 30 anos de história. Dona Maria das Graças, proprietária do espaço, me recepcionou e apresentou os tecidos e adornos que vende, com estampas originárias de Angola, Senegal, Moçambique e Gana. Antes mesmo de perguntá-la, Graça, como prefere ser chamada, contou-me que muitos desses tecidos não são produzidos na África, já que na maioria dos países a indústria têxtil é enfraquecida.

Perguntei então o que torna aqueles tecidos africanos, tendo como resposta que são os significados, pois sua atribuição é feita pelos africanos ainda que produzidos em outros continentes. Graça contou que, atualmente, com a quantidade exorbitante de falsificações, é difícil localizar os tecidos originais. Sua técnica é comprar de fornecedores africanos e identificar a qualidade e autenticidade pela sua experiência no mercado. Resposta semelhante às apontadas por Helena Assunção (2018, p. 51-57), ao entrevistar moradores de Moçambique, que não demonstraram se importar com a origem das capulanas, mas sim com os sentidos que eles lhes atribuíam.

Traçar os caminhos dos tecidos africanos na Diáspora já era um processo complexo desde antes da ascensão das tecnologias de comunicação e comércio do século XXI. Atualmente, com o comércio on-line, esse processo se torna mais dificultoso ainda. Alinhado a isso,

encontra-se a abstração do que é um “tecido africano”, que não se remete ao que é originário do continente, mas ao imaginário do que configura estampas e modelos de África, sem necessariamente haver conhecimento do processo de feitura, do tipo de têxtil utilizado no processo ou das culturas que desenvolveram tais simbologias.

Assim, o que é um tecido africano? Se a estampa for o critério, então, mesmo um tecido produzido na Holanda pode ser considerado africano, desde que os significados e o valor cultural atribuídos a ele sejam reconhecidos como tais. A resposta para essa pergunta permanece, em grande parte, subjetiva, pois pode abarcar uma multiplicidade de significados e interpretações. Os tecidos africanos não são definidos apenas pela sua origem geográfica ou pelos materiais com os quais são feitos, mas pelos significados simbólicos e culturais que lhes são atribuídos, podendo ser essa uma consequência da colonização e do declínio da indústria têxtil na África, que adaptou-se às condições impostas ao domínio exercido pelo comércio exterior.

6. CONCLUSÃO

Os adornos e vestimentas, para os povos africanos tradicionais, eram elementos de identidade, territorialidade e hierarquia, possuindo função social demarcada para além da estética. As simbologias são formas de expressar posicionamentos, sendo por si só uma forma de comunicação, de modo que não existem padronizações homogêneas, cada uma se ornamenta de acordo com a identidade de quem os produz e utiliza, expondo tradições e ancestralidades. A relação estabelecida pelo continente europeu com o africano é marcada pela colonização e pela crença de que as culturas africanas eram inferiores, resultando em tentativas de embranquecimento e aculturação. Essa interação colonial resultou no declínio da indústria têxtil na África e, contemporaneamente, na globalização de estampas e tecidos africanos, produzidos e vendidos no mundo inteiro.

Desde a produção tradicional até a resistência anticolonial, esses tecidos africanos revelam-se muito mais do que simples objetos materiais; são veículos de memória, identidade e resistência cultural. A análise da trajetória desses têxteis, especialmente no contexto da Diáspora afro-brasileira, evidencia como eles continuam a ser reinterpretados e ressignificados, mantendo vivos os laços ancestrais enquanto se adaptam às novas realidades.

Por outro lado, todo o processo colonial buscou esvaziar o significado cultural desses tecidos e, alinhado ao capitalismo, transformá-los em produtos comerciais, desconectados de suas origens. A questão sobre o que define um tecido como "africano" permanece aberta, refletindo a complexidade das identidades culturais na contemporaneidade. A atribuição de significados e o reconhecimento cultural são elementos centrais na definição desses têxteis, destacando como as narrativas de resistência e sobrevivência cultural continuam a se entrelaçar com as histórias desses materiais.

Este estudo inicial é apenas o começo de uma investigação mais ampla sobre as múltiplas camadas de significado e o impacto cultural dos tecidos africanos. Ao avançar, desejo continuar desafiando visões homogeneizantes e simplistas, buscando uma compreensão mais profunda das singularidades culturais que esses tecidos representam e do impacto dos processos políticos e sociais perpassados pelo continente africano e pelo Brasil em suas utilizações.

Com o contexto da moda do século XXI, em que as estampas e significados dos tecidos são apropriados por diferentes países e culturas a partir da globalização, é possível realizar o uso consciente e respeitoso desses itens, que remetem a tradições históricas africanas? Na continuidade deste trabalho, a reflexão é voltada para este campo. Além disso, pretendo aprofundar minha pesquisa nas capulanas⁶,

⁶ Em setembro de 2024, participei do programa de intercâmbio "Caminhos Amefricanos: Programa de Intercâmbios Sul-Sul - Edição Moçambique", fomentado pelo Ministério da Igualdade Racial (MIR) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que visa formação de conhecimentos sobre

patrimônio cultural de Moçambique que exprime linguagens, simbologias e compõe o vestuário das mulheres moçambicanas, que as utilizam em seu dia-a-dia para ocasiões variadas.

Bibliografia

ACQUAYE, Richard; SAWYERR, Naa Omai; KUSI, Cynthia Agyeiwaa. *From Tradition to Innovation: Indigenous West African Textiles in Creative Interior Application*. American Journal of Art and Design, v. 3, n. 2, p. 18-25, 2018.

AGBADUDU, A.B; OGUNRIN, F.O. *Aso-Oke: a Nigerian classic style and fashion fabric*. Journal of Fashion Marketing and Management, v. 10, n. 1, p. 97-113, 2006.

ASAMOAH-YAW, E; SAFO-KANTANKA, Osei-Bonsu. *Kente Cloth: History and Culture*. United Kingdom: Xlibris, 2017.

ASSUNÇÃO, Helena Santos. *Falar e guardar segredo: As capulanas de Nampula (Moçambique)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CAMARGO, Janete Santos da Silva Monteiro de. *Significados culturais da capulana: possibilidades para o ensino de História Afro-Brasileira e Africana*. Retratos da Escola. Brasília, v. 17, n. 39, p. 919-938, 2023.

DUPLESSIS, Robert. *Mercadorias globais, consumidores locais: têxteis no mundo atlântico nos séculos XVII e XVIII*. Afro-Ásia, Salvador, n. 41, p. 9-55, 2010.

FENG, Zhao; NOSCH, Marie Louise. *Textiles and Clothing along the silk roads: thematic collection of the cultural exchanges along the silk roads*. China: UNESCO and CNSM, 2022.

HENRIQUES, Isabel Castro. *Os pilares da diferença: relações Portugal-África séculos XV-XX*. Portugal: Caleidoscópio, 2004.

educação étnico-racial e história e cultura afro-brasileira e africana, além de fomentar o diálogo entre o Sul Global, com o objetivo de produzir e socializar conhecimentos. Como pesquisa decorrente do intercâmbio, propus o tema “Teias afro-diaspóricas: capulanas como símbolo de resistência cultural na conexão Moçambique-Brasil”, com o objetivo de aprofundar-me sobre a história do tecido capulana e seus significados culturais.

KRIGER, Collen. *Mapping the History of Cotton Textile Production in Precolonial West Africa*. *African Economic History*, v. 46, n. 1, p. 87-116, 2005.

LIEDHOLM, Carl. *The Economics of African Dress and Textile Arts*. *African Arts*. United States, v. 15, n. 3, p. 71-74+100. May, 1982.

MAIA, Dandara. *O vestir político: as estampas wax hollandais como ferramentas de afirmação da identidade afro-brasileira*. *Dobras*, v. 12, n. 25, p. 144-164, 2019.

MENESES, Maria Paula G. *As capulanas em Moçambique: decodificando mensagens, procurando sentidos nos tecidos*. In: GARCIA, Regina Leite. *Método, métodos e contramétodo*. São Paulo: Cortez, 2003.

NATIONAL MUSEUM SCOTLAND. *Women's Identity, Textiles and Heritage: Coastal Style in Mozambique*. United Kingdom: 2019. Disponível em: <<https://www.nms.ac.uk/collections-research/collections-departments/global-arts-cultures-and-design/projects/with-coastal-style/>>. Acesso em: 1 de julho de 2024.

OKAZAKI, Ayme. *Tecidos africanos e africanizados nos candomblés paulistas*. *Revista de Ensino em Artes, Moda e Design*, v. 5, n. 3, p. 279-300, 2021.

OLAJIDE, D. Makinde; JIDE, Ajiboye Olusegun; JOSEPH, Ajayi Babatunde. *Aso-Oke Production and Use Among the Yoruba of Southwestern Nigeria*. *The Journal of Pan African Studies*, v. 3, n. 3, p. 55-72, September, 2009.

PINHO, Osmundo de Araújo. *Etnografias do brau: corpo, masculinidade e raça na reafirmação em Salvador*. *Estudos feministas*, v. 13, n. 216, p. 127-145, janeiro-abril, 2005.

SANTOS, Telma Gonçalves. *Tecidos europeus e asiáticos nas rotas portuguesas do tráfico de escravizados africanos centro ocidentais para a Bahia entre os anos de 1695-1750*. 2020. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

SILVA; Emanuela Francisca Ferreira. *Encontros de Vista*, Recife, v. 5, n. 1, p. 3-15, Jan. a Jun., 2010.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

THORNTON, John. *Precolonial African Industry and the Atlantic Trade, 1500-1800*. *African Economic History*, n. 19, p. 1-19, 1990-1991.

VIDAL, Julia; ARRUDA, Dyego de Oliveira. *Influência dos tecidos e das estamparias africanas na identidade e na cultura afro-brasileiras*. Dobras, n. 30, p. 92-114, 2020.

VOGT, John. *Notes on the Portuguese Cloth Trade in West Africa, 1480-1540*. The International Journal of African Historical Studies, Boston, v. 8, n. 4, p. 623-651, 1975.

FRANKENSTEIN, NAPOLEÃO E A REVOLUÇÃO (1789-1818)

Thaís da Costa Cardoso¹

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar *Frankenstein*, de Mary Shelley, e as possíveis alusões à figura de Napoleão Bonaparte, apontadas por Linda Colley em *A Letra da Lei*. Identifica a possibilidade do Imperador ser interpretado tanto como criador quanto como criatura, ambas desencadeando um processo de violência. Para isso, foi feito estudo de suas cartas, diários e outras publicações com intuito de identificar menções à Bonaparte e compreender sua inclinação política e diálogos possíveis entre sua produção e a de anteriores e contemporâneos. Além disso, visa demonstrar a diversidade de possibilidades de interpretações do romance, o processo de escrita e arquétipos encontrados. A partir da percepção e representação polarizada de Napoleão, como herói ou monstro, e dos indícios de que a autora participava deste debate é plausível considerar que existam alusões à sua figura.

Palavras-chave: Frankenstein, Napoleão, Shelley, arquétipo, violência.

Abstract

This article aims to analyze *Frankenstein*, by Mary Shelley, and the possible allusions to the figure of Napoleon Bonaparte, indicated by Linda Colley in *The Gun, the Ship and the Pen*. It identified the possibility of the Emperor being interpreted as the creator and the creature, both triggering a process of violence. For this purpose, a study was made of her letters, diaries and other publications intending to identify mentions of Bonaparte and understanding her political inclination and possible dialogues between her past and contemporaries colleagues. Furthermore, it aims to demonstrate the diversity of possible interpretations of the novel, the writing process and archetypes found. Based on the polarized perception and representation of Bonaparte, as hero or monster, and the evidence that the author participated in this debate, it is plausible to consider that there are allusions to his figure.

¹ Universidade de Brasília. thcdoso@gmail.com

Keywords: Frankenstein, Napoleon, Shelley, archetypes, violence.

Introdução

O artigo a seguir se volta para a análise de *Frankenstein*, de Mary Shelley, e as possíveis alusões à figura de Napoleão Bonaparte, apontadas por Linda Colley em *A Letra da Lei*. Ao relatar sobre a participação de Bonaparte na disseminação de constituições escritas pela América do Sul, mesmo com intenções contrárias, Colley aponta o romance de Shelley como uma “avaliação mais exata e matizada do próprio Napoleão”².

Afirma que há uma interpretação possível, feita inclusive por críticos e leitores, da obra em seu cunho político, em duas linhas principais: Bonaparte servindo de inspiração para o monstro, criatura antinatural e cada vez mais violenta, mas possui apreço pela leitura e boa eloquência; e Bonaparte compartilhando características com o cientista Victor Frankenstein, indivíduo furiosamente ambicioso, que acredita estar destinado a grandes feitos, mas assola violentamente diversos territórios³.

O enredo é conhecido: Victor Frankenstein, ambicioso cientista, em sua experiência bem sucedida da criação de uma vida: uma criatura feita da junção de cadáveres e animada por ondas elétricas. Debates envolvendo a temática criador e criatura são os mais associados ao livro, se apropriando de uma narrativa reaplicável que se firmou no âmbito popular, sem considerar as possibilidades de análises mais profundas.

Tendo como finalidade investigar se seria plausível uma interpretação de *Frankenstein* com as alusões indicadas por Colley, cartas, diários e outras publicações de Shelley foram estudadas para

² COLLEY, Linda. *A letra da lei – guerras, constituições e a formação do mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p.191

³ *Ibid.*, p. 191-193.

identificar menções sobre Bonaparte, inclinação política dos escritos da autora e diálogos possíveis entre sua produção e a de anteriores e contemporâneos. Com recorte temporal entre 1789 à 1818, a primeira edição foi escolhida como fonte principal, compreendendo o processo de escrita do livro.

A primeira edição foi publicada em 1º de janeiro de 1818, pela editora *Lackington, Hughes, Harding, Mavor, & Jones*, em três volumes e 23 capítulos, com tiragem de 500 exemplares⁴, de forma anônima. Contada através de cartas de Robert Walton à sua irmã, a narrativa acontece pelo relato de Frankenstein, e traz o segundo volume apenas com capítulos sobre o relato da criatura.

Contudo, a história conhecida e estabelecida na esfera popular é da edição de 1831, publicada pela editora *Bentley's Standard Novels Series (Colburn and Bentley)*⁵ em volume único com a introdução de Shelley clamando sua autoria. Revisada por uma Shelley mais velha, viúva e mãe solo, elementos perturbadores ou potencialmente radicais são retirados⁶. A escolha da edição de 1818, edição bilíngue da editora Landmark, como base da pesquisa se justifica, além do recorte temporal, pela proximidade entre publicação e produção, pretendendo justificar as referências à Bonaparte por uma Shelley daquele momento.

Duas últimas considerações são importantes: o funcionamento da atribuição da autoria no início do século XIX, em que a escrita era um processo coletivo, torna pouco sustentável um *Frankenstein* escrito apenas por Shelley, sem levar em consideração, além de outros fatores, seu marido, Percy B. Shelley, perpassando pela função-autor e originalidade; a criatura será referenciada no artigo com essa

⁴ SMITH, Andrew. *The Cambridge Companion to Frankenstein*. Reino Unido: Cambridge University Press 2016, p.15.

⁵ Ibid.

⁶ ARAÚJO, Alberto Filipe et al. *O mito de Frankenstein: Imaginário & Educação*. Coleção mitos da pós-modernidade vol.1. São Paulo: FEUSP, 2018, pp.49.

nomenclatura para fins práticos na identificação, a não ser em passagens que sejam utilizadas nomeações das próprias personagens, já que a falta de um nome revela a negação de sua humanidade no ato de criação.

Mary Shelley e autoria

Mesmo sendo necessário falar sobre a vida pessoal de Shelley para compreender o processo construtivo de *Frankenstein*, é indispensável ter em mente que sua vida pessoal não é necessariamente espelhada em sua obra. Embora muitas informações se cruzem, e a própria tenha escrito suas motivações e como a criação da história aconteceu, a análise que proponho tem uma ressalva em relação a autoria e a função-autor.

Nesse caso, o nome próprio possui duas dimensões: nome do indivíduo, da pessoa, que pode ou não ser responsável pela maior parte da produção; função-autor, resultante de operações específicas e complexas que “relacionam a unidade e a coerência de alguns discursos a um dado sujeito”⁷. Considerando somente seus relatos pessoais, e ligando-os diretamente ao livro, a pesquisa reforçaria a fetichização da originalidade e a individualização do ato de escrever - uma das características da ordem do discurso vigente desde o século XIX⁸.

Dessa forma, mapear as leituras e escritas pessoais de Shelley servem para investigar se ela possuía algum contato ou falas em relação à Bonaparte a fim de perceber o quão plausível seria um discurso com alusões a ele no livro, reafirmando a hipótese de Colley. Mas, de todo modo, elementos de sua vida pessoal se entrelaçam com *Frankenstein* em alguma medida. O livro *The Life and Letters of Mary*

⁷ CHARTIER, Roger. *O que é um autor?* Revisão de uma genealogia. Tradução: Luzmara Curcino, Carlos Eduardo Bezerra. São Carlos: Edufscar, 2012, p.28

⁸ CHARTIER, Roger. *Editar e traduzir: mobilidade e materialidade dos textos* (séculos XVI-XVIII). Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Editora Unesp, 2022. p.43.

Wollstonecraft Shelley, vol.1, que organiza e explica o que restou de seus diários, alcança um levantamento detalhado dos hábitos e leituras da autora e de seu marido.

Ao final do século XVIII e início do XIX, leituras coletivas e declamadas eram as formas predominantes de leitura, com a leitura individual ainda sendo estabelecida como forma principal. É razoável, então, assumir que algumas obras encontradas apenas na lista de leituras de Percy B. Shelley também foram lidas por Shelley - é comum em seus diários o relato de leituras em voz alta feitas pelo marido - e pertencem à sua bagagem de leitura.

Filha de duas figuras importantes, William Godwin e Mary Wollstonecraft, Shelley cresceu com uma educação diferenciada, tendo contato com as obras dos pais desde cedo⁹. *Political Justice*, de Godwin, e *A vindication of the Rights of Woman*, de Wollstonecraft, foram relidos durante o período de produção de *Frankenstein*, iniciada em 1816¹⁰. Abordando especificamente as leituras feitas de Wollstonecraft, que defendia a feminilidade como histórica e não natural, dialoga com as ideias da mãe de forma própria, sem escrever sobre as temáticas mas incluindo-as em suas produções¹¹.

No trabalho de Eileen Botting, *Mary Shelley and the Rights of the Child*, as diferenças e similaridades de ambas são exploradas. Partindo do ponto dos direitos da criança, como eram entendidos e discutidos no final do século XVIII, Wollstonecraft trava um embate, principalmente com Rousseau, que defendia a importância do papel da mulher reduzida à maternidade e à educação dos filhos. Por esse viés, é possível perceber em *Frankenstein* a criatura como uma criança, com seus direitos negados já no ato de seu nascimento.

⁹ MARSHALL, Julian. *The Life and Letters of Mary Wollstonecraft Shelley*, Volume 1. Project Gutenberg, 2011. E-book, p.46.

¹⁰ BOTTING, Eileen Hunt. *Mary Shelley and the Rights of the Child: Political Philosophy in "Frankenstein"*. University of Pennsylvania Press, 2018, p.31.

¹¹ *Ibid*, p.32.

A leitura de clássicos, como Virgílio, Sêneca, Heródoto e Tucídides, demonstram a volta de elementos clássicos como base para as produções do período. A leitura de seus contemporâneos, como os poemas de *Wordsworth*, Lord Byron, o próprio Percy B. Shelley, permitem inferir que participava, de uma forma ou de outra, dos debates e temas abordados. A presença de leituras de Shakespeare também é notada.

Algumas obras, no entanto, merecem maior destaque: *Paradise Lost*, de John Milton, *Plutarch's Lives*, de Plutarco, *The Sorrows of Werther*, de Johann Wolfgang von Goethe e *Ruins of Empires: Volney*, de Constantin-François Chassebœuf. Além de terem sido lidas por Shelley, são lidas pela criatura em seu processo de aprendizagem, que começa a ter contato com os sentimentos de solidão, curiosidade, entendimento de um mundo que vai do ápice ao declínio, sua semelhança com Adão etc. A criatura fala:

Com as fantasias de Werther, aprendi o desalento e a tristeza, mas Plutarco ensinou-me pensamentos mais sublimes; elevou-me acima da esfera miserável de minhas próprias reflexões, para admirar e amar os herois de épocas passadas. Muito do que li ultrapassava minha compreensão e experiência. Tinha um conhecimento confuso sobre reinos, países muito extensos, rios importantes e mares infindáveis. Mas desconhecia por completo as cidades e as grandes aglomerações humanas. (SHELLEY, [1818] 2016, p.125)

Na introdução da terceira edição, de 1831, Shelley assume a autoria da obra e aborda um acontecimento decisivo para a existência de *Frankenstein*: o desafio de Lord Byron. Em 1816, o casal e a meia irmã de Shelley passam uma temporada na Suíça, perto dos Alpes, tendo Byron como vizinho. Se reuniam com frequência na casa de Byron, mas em uma noite tempestuosa os convidados não conseguem retornar para a estadia e todos decidem ler histórias de terror da antologia *Fantasmagoriana*, tradução francesa do texto em alemão, publicada em 1812, que o anfitrião lhes apresenta.

Então, Byron os desafia a escrever, cada um, uma história de terror baseada naquelas leituras. Essa possível inocente brincadeira

resultou em *Frankenstein* e *O Vampiro*, de John Polidori, consagrados nos gêneros de ficção e terror¹². Shelley destaca, em sua introdução, *History of the Inconstant Lover*, ou *La Morte Fiancée*, que possui um fantasma parecido com *Hamlet*, como sua principal inspiração.

Ao localizar o livro como pertencente da segunda geração romântica, é necessário lembrar que o Romantismo não é um movimento fechado, com regras rígidas e esquemas a serem seguidos pelos autores encaixados como tal, mesmo sendo possível elencar elementos em comum. A primeira aparição da palavra “romantismo” aparece em um texto sobre uma tradução de *Hamlet*, de Le Tourneur, em 1776, usada para englobar uma característica específica da relação da natureza com o emocional, que começou a aparecer nos escritos¹³.

Nos textos de Shelley, pode-se perceber que a natureza acompanha as sensações das personagens, sendo relatada de acordo com a situação, transmitindo paz e aconchego, ou angústia e dificuldade. Alguns trechos podem servir de exemplo:

Lembrava-me do efeito que a vista do imponente glaciar, sempre em movimento, produzira em minha mente quando o vi pela primeira vez. Eu fora tomado então por um êxtase sublime, que dava asas à alma e permitia que ela levantasse voo desse mundo sombrio em direção à luz e à alegria. (SHELLEY, 2016, p.94).

Quando viaja com sua família após o assassinato de seu irmão, ato cometido pela criatura, Frankenstein encontra um conforto na paisagem e natureza do campo, acalmando seus sentimentos.

Viajava apenas à noite, temeroso de encontrar um rosto humano. A natureza decaía ao redor, e o sol se tornava mais frio; chuva e neve caíam à minha volta, e rios caudalosos estavam congelados. A superfície da terra era dura, fria e nua, e eu não encontrava nenhum abrigo. (SHELLEY, 2016, p.135)

Ao sair em busca de Frankenstein, a criatura se depara com uma natureza pouco convidativa, refletindo o amargor de seus sentimentos. A associação de sentimentos com o natural também é

¹² SMITH, Andrew. *The Cambridge Companion to Frankenstein*. Reino Unido: Cambridge University Press 2016, p.41.

¹³ CHARTIER, Roger. *Editar e traduzir: mobilidade e materialidade dos textos (séculos XVI-XVIII)*. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Editora Unesp, 2022. p.293

encontrada em outras escritas de Shelley, até mesmo em cartas pessoais.

Frankenstein, ou o Prometheus moderno

Redigido e publicado no início do século XIX, *Frankenstein* se localiza numa ordem do discurso marcada pela invenção da literatura, da subjetividade, entre outros dispositivos de um sistema estético que ainda está em funcionamento¹⁴. Essa ordem implica três noções primordiais: individualização do ato de escrever; originalidade das obras; e propriedade literária. E podem ser percebidas ao acompanhar as publicações de novas edições da obra, que começa no anonimato, em 1818, e caminha para uma introdução na qual Shelley reivindica a autoria e seu processo criativo.

Em relação às abordagens e temáticas dos romances, o conhecimento do mundo social é reivindicado. Características gerais da humanidade, diferentes temporalidades que atravessam uma sociedade, costumes, opiniões gerais e individuais aparecem como necessários para a escrita do romancista, ocupando o papel de historiador do tempo, enquanto o historiador do século XIX permanece na esfera de grandes personalidades e grandes acontecimentos¹⁵. Ao identificar características frequentes no âmbito social, interpretações de *Frankenstein* que relacionam a narrativa com problemáticas sociais são possíveis, como os direitos da criança em Eileen Botting ou as Guerras Napoleônicas em Linda Colley.

A partir de cartas que Robert Walton, capitão de um navio, envia à sua irmã, o leitor entra em contato com a história de Victor Frankenstein: ambicioso estudante de ciências naturais e alquimia que decide dar vida a um corpo morto, construído a partir de pedaços de cadáveres e animado pela, então recente, eletricidade. Contudo, ao

¹⁴*Ibid.*, p.43.

¹⁵ *Ibid.*, p.45-47.

obter sucesso em seu experimento, aterroriza-se instantaneamente com a criatura, abandonando-a.

Com essa mediação, o narrador não é explicitado, levando o leitor a não saber se o discurso lido é o de Walton, que conta para a irmã, de Frankenstein, que conta para Walton, ou da criatura, que conta sua versão para Frankenstein. A técnica adotada por Shelley dissolve a tela estética, como se os leitores estivessem com as cartas em mãos¹⁶. Há, portanto, um interessante jogo de vozes dentro da narrativa, que permite ao leitor tomar certas liberdades.

Shelley se apropria de diversos elementos de *A Nova Heloísa* para construir seu romance epistolar. Além da escolha de narrar por cartas, dialoga com as ideias de Rousseau, como a intensificação da ideia de uma mentalidade infantil no corpo de um adulto, monólogos de Frankenstein que se assemelham com suas *Confissões*, além da escolha de Genebra como espaço de acontecimento das duas histórias¹⁷.

A narrativa segue contando como a criatura pode ser um perigo para a humanidade, a relação criador e criatura, e como Frankenstein lida com sua criação. A existência da família De Lacey, que a criatura acompanha de longe durante seu processo de desenvolvimento, também permite certas interpretações. A família era composta pelo patriarca e dois irmãos, Félix e Agatha, que viviam em uma casa afastada, exilados em território germânico. A presença de críticas sutis à França pode ser destacada, como o tratamento dado aos estrangeiros e a dinâmica da elite, com a própria origem da família: o pai fazia parte da corte francesa, mas foi banido por se envolver com um estrangeiro árabe (que prejudica a família e não cumpre com o acordo de noivado entre Félix e sua filha, Sophia).

¹⁶ SMITH, Andrew. *The Cambridge Companion to Frankenstein*. Reino Unido: Cambridge University Press 2016, p.150-151.

¹⁷ *Ibid.*, p. 46-48.

Banidos e sem dinheiro, a vida de uma família pobre, suas obrigações e lutas diárias para conseguir comida e conforto (aqui, a criatura ajuda à distância levando madeiras para perto, diminuindo o trabalho de Félix, por exemplo) mostra a discrepância da elite, como a família de Frankenstein, e das classes mais baixas. O leitor acompanha essas questões sendo percebidas junto, e pelo olhar, da criatura, que está descobrindo como o mundo funciona.

Outro papel importante da família na narrativa é quando Sophia se junta à eles e começa a aprender francês com Agatha. A criatura entra em contato com a linguagem, e aprende uma língua, acompanhando os estudos de longe. Isso a mostra como capaz de se comunicar e aprender, com sua força de vontade e curiosidade, sendo então possível a descoberta do mundo, o funcionamento da vida humana em coletividade, através dos livros que consegue, já mencionados acima.

Napoleão Bonaparte, criador ou criatura?

As alusões à figura de Napoleão Bonaparte em *Frankenstein*, indicadas por Colley, são a problemática central da pesquisa. Antes da autoria ser revelada, a obra foi interpretada por muitos por seu viés político e crítico, sendo constantemente associada ao Imperador¹⁸. Sugere duas possibilidades: Napoleão como criatura e Napoleão como criador, chamadas de A e B para fins didáticos, respectivamente. Ambas têm a violência como eixo norteador, realizando ativamente a violência ou produzindo uma consequência violenta, que alastra a humanidade.

Em A, Napoleão serviria de inspiração para a criatura, descrita por Colley como uma criatura antinatural que, mesmo com habilidades de convencimento, vai se tornando cada vez mais

¹⁸ COLLEY, Linda. *A letra da lei – guerras, constituições e a formação do mundo moderno*.

São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p.191

violenta. Encarando Napoleão como uma criação da Revolução Francesa, ou como um desdobramento do impacto da mesma, se torna a consequência de um evento apresentado como positivo para a humanidade mas que desencadeia uma série de violências. Mesmo conseguindo ingressar na Escola Militar de Brienne por acordos políticos de seu pai, sua ascensão só aconteceu porque a constituição militar de 1790 aboliu privilégios na carreira militar, permitindo que um soldado que não pertencesse à nobreza pudesse ocupar cargos de chefia.

Já em B, Napoleão compartilha características com o próprio Frankenstein, ambiciosos e ousados, e acabam criando uma situação favorável para a disseminação da violência. Seu império foi marcado por inúmeras mortes, que atingiram vários lugares do globo - a situação da criatura também é descrita dessa forma -, como sua campanha do Egito¹⁹ ou tentativa de reinstalar a escravidão no Haiti²⁰.

Ambas corroboram com a dualidade que a figura de Napoleão é vista: ou como homem excepcional, diferente dos demais e destinado à grandeza, ou como um ser perverso que incitava o mal de modo desenfreado. A teoria de arquétipos de Jung ajuda a entender porque, muitas vezes, a associação com uma simbologia ou comportamento fechado acaba sendo o caminho mais tendencioso, uma prevalência no inconsciente coletivo²¹.

A representação por meio de arquétipos pode ser uma forma de relação do homem com o mundo, com padrões repetidos e de fácil identificação, variando e dialogando conforme a cultura em questão²². Dessa forma, pode-se encontrar nas representações, opiniões e

¹⁹ CARVALHO, Daniel Gomes de. *Revolução Francesa*. São Paulo: Editora Contexto, 2022, p.159.

²⁰ *Ibid*, p.168

²¹ JACOBI, Jolande. COMPLEXO ARQUÉTIPO SÍMBOLO na Psicologia de C. G. Jung. Tradução; Margit Martincic. São Paulo: Editora Cultrix, 1957. p.37.

²² ANAZ, Sílvio Antônio Luiz. Teoria dos arquétipos e construção de personagens em filmes e séries. Significação: Revista de Cultura Audiovisual, [S. l.], v. 47, n. 54, p. 251-270, 2020, p.256.

interpretações referentes à figura de Napoleão o arquétipo do herói e do monstro, esbarrando sempre na violência resultante.

Contudo, ao fazer uma leitura mais aprofundada da obra, a violência escalonada vinda da criatura parece mais uma ameaça ao seu criador do que um acontecimento. Os primeiros atos de violência da criatura, queimar a cabana da família de Lacey e matar o irmão de Frankenstein, morte que é atribuída a Justine, criada querida da família, ocorrem somente após uma exposição ao perigo ou a vontade de atingir diretamente seu criador.

As violências descritas no livro podem ser entendidas muito mais como uma situação de ação e reação do que uma vontade inerente da criatura, que se mostra ingênua e solidária em diversos momentos. A ameaça de uma violência contra a humanidade vem como chantagem para conseguir uma parceira da mesma espécie, para que tenha alguma companhia no mundo.

Tal nuance permite interpretações que colocam a criatura como representação de camadas indefesas da sociedade, que agem de forma mais incisiva como proteção. Vítimas das guerras revolucionárias e napoleônicas, classe trabalhadora francesa, até mesmo o papel da mulher, podem ser vistos em estudos sobre - os arquétipos de pessoa comum, rebelde ou herói podem ser considerados. Até mesmo o direito da criança, apresentado por Bolting, demonstra como o tratamento dado por Frankenstein a criatura dita seu comportamento posterior, colocando grupos indefesos em uma posição inferior, quase como não humanos.

Outro arquétipo encontrado em *Frankenstein*, que estabelece uma forte conexão entre a personagem e Napoleão, está no próprio título: *o Prometheus moderno*. Apresentando uma nova versão de Prometheus - que rouba o fogo dos deuses para dar aos homens, é condenado e acorrentado sendo atacado por corvos pela eternidade - Frankenstein é um cientista que assume o papel de Deus e vai contra

as leis da natureza, sendo obrigado a conviver com tamanho feito e seus desdobramentos pelo resto da vida²³.

A associação de Bonaparte ao *Prometheus* era algo comum no início do século XIX, por vezes de forma positiva, mas que abre

Figura 01: Napoleão sendo retratado como Prometheus



30. Napoleão como Prometeu: gravura francesa de 1815.

margem para a alusão da figura histórica nas personagens²⁴. Na figura ao lado aparece sob a mesma punição que Prometheus. Além disso, a peça de Percy B. Shelley, *Prometheus Unbound* - Prometheus Desacorrentado, em oposição ao mito grego - mostra que a comparação, ou as duas figuras, estavam

dentro do vocabulário e produção do casal.

A visão inglesa de Bonaparte, compartilhada por Shelley, também corrobora com a sua fama negativa, vista nas

Figura 02: Napoleão de Gillray



caricaturas de James Gillray. O artista constantemente retrata Bonaparte com traços monstruosos e inclinações violentas para com o mundo inteiro.

Como sugerido por Colley e proposto na pesquisa, o estudo de escritos pessoais, como diários e cartas, e de outras publicações de Shelley são necessários para compreender se a presença de Napoleão em sua obra seria ao menos possível.

Mesmo o contexto pessoal não interferindo necessariamente ou diretamente na produção de uma obra, seria possível elencar lugares

²³ RAMSEY, Kalea. *Literary Archetypes Between Universal Myth and Historical Moment: Shelley's Frankenstein*. In: Proceedings of the 12th International RAIS Conference on Social Sciences and Humanities. Estados Unidos: RAIS Conference Proceedings, April 3-4, 2019, p. 344.

²⁴ COLLEY, Linda. *A letra da lei - guerras, constituições e a formação do mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p.192

e situações que Shelley presenciou ou percebeu intervenções francesas. Apresentarei indícios dentro das suas produções, e de seu marido, como elementos que embasam tal alusão.

No ano de 1815, marcado como o fim do império, há duas passagens no diário de Shelley (organizados e selecionados por Marshall):

Wednesday, March 1. – Nurse the baby, read Corinne, and work. Shelley and Clara out all morning. In the evening Peacock comes. Talk about types, editions, and Greek letters all the evening. Hogg comes. They go away at half-past 11. Bonaparte invades France. (Shelley [1815] 2011, p.102)

Nessa data, Napoleão desembarca no Golfo Juan, voltando de seu exílio na Ilha de Elba.

Thursday, March 23. – Read Gibbon. Shelley reads Livy. Walk with Shelley and Hogg to Arundel Street. Read *Le Diable Boiteux*. Hear that Bonaparte has entered Paris. As we come home, meet my father and Charles Clairmont.... C. C. calls; he tells us that Papa saw us, and that he remarked that Shelley was so beautiful, it was a pity he was so wicked. (Shelley, 2011, p. 104)

Dia 22 de Março, Napoleão finalmente chega a Paris e toma uma série de medidas de retomada ao poder. Shelley é bem direta em seus diários, resumindo seus dias e fazendo um controle de suas leituras. Mencionar a volta de Napoleão à França nessa forma de escrita pode significar a importância da figura para a autora.

Em 1816, ao chegar na França, Shelley escreve uma carta para sua meia irmã, descrevendo algumas de suas impressões: costumes franceses, depois da última invasão dos Aliados, aparentam interessantes mas menos atrativos, pelo menos para ingleses; governo que enche o país de guarnições hostis, mantendo uma dinastia odiada no trono, e trata seus súditos com aspereza e indignação, tratamento que apenas o próprio governo deveria receber; sentimentalismo em relação aos oprimidos e a prevalência da liberdade²⁵.

²⁵ MARSHALL, Julian. *The Life and Letters of Mary Wollstonecraft Shelley*, Volume 1. Project Gutenberg, 2011. E-book, p.121.

Ainda em 1816, é publicado um poema de Percy B. Shelley e suas considerações à morte de Napoleão: *Feelings of a republican on the fall of Bonaparte*²⁶.

I hated thee, fallen tyrant! I did groan
To think that a most unambitious slave,
Like thou, shouldst dance and revel on the grave
Of Liberty. Thou mightst have built thy throne
Where it had stood even now: thou didst prefer
A frail and bloody pomp which Time has swept
In fragments towards Oblivion. Massacre,
For this I prayed, would on thy sleep have crept,
Treason and Slavery, Rapine, Fear, and Lust,
And stifled thee, their minister. I know
Too late, since thou and France are in the dust,
That Virtue owns a more eternal foe
Than Force or Fraud: old Custom, legal Crime,
And bloody Faith the foulest birth of Time.

(Percy B. Shelley)

No poema, além de uma comemoração, destaca a virtude como qualidade maior que a força, que carece em Napoleão.

Um livro publicado por ambos, *History of a Six Weeks' Tour*, em 1817 pela editora T. Hookham and C. and J. Ollier, que relatam sobre suas viagens pela França, Suíça, Alemanha e Holanda, menciona Napoleão algumas vezes:

I do not know how it may at present be disfigured by the Gothic barbarism of the conquerors of France, who were not contented with retaking the spoils of Napoleon, but with impotent malice, destroyed the monuments of their own defeat. (SHELLEY, 1817, p.12)

Quando chega a Paris, visita o Jardim das Tulherias e o Porte de Saint Denis. Contempla o local indagando a própria derrota francesa após Napoleão. Se hospedam no mesmo local que Napoleão uma vez se hospedara e comentam sobre em mais de uma obra.

This night we slept at Guignes, in the same room and beds in which Napoleon and some of his Generals had rested dining the late war. (SHELLEY, 1817, p.17)

²⁶ SHELLEY, Mary. Plays, translations, and longer poems. London : J. M. Dent & sons, 1936.

Conclusão

Ao analisar as fontes selecionadas, é possível assumir que um discurso crítico em relação à fama de Napoleão pode sim ser inferido da obra. Além de ser um marco na literatura de ficção, *Frankenstein* permite profundas análises políticas do início do século XIX.

A violência é entendida como condição final da criatura, uma fatalidade para a humanidade, que Frankenstein se arrepende e tenta exterminar. Contudo, uma ressalva a ser feita é que, até o momento que Frankenstein se recusa a dar vida a uma companheira para a criatura, todos os seus atos de violência se relacionam com o ressentimento para com seu criador e defesa pessoal ao ser atacado por sua aparência.

Ao inserir a discussão sobre a fama de Napoleão, ressalto que a violência do período napoleônico é consequência das duas possibilidades, contaminando territórios além da França. Opiniões públicas, como a visão inglesa, biografias contemporâneas e posteriores e outras produções acabam, por vezes, polarizando sua figura em arquétipos de monstro ou herói. Dessa forma, a atribuição da culpa se concentra em um único indivíduo, ou em seu nome, sem levar em consideração a figura histórica em sua complexidade, com seus apoiadores e sistema social que permitiram seu acontecimento.

Lista de Imagens:

Imagem 01: Napoleão como Prometeu, gravura francesa de 1815. Jean-Baptiste Gautier, *Le Prométhée de Îsle Ste. Hélène*, gravura pintada à mão, 1815. © Trustees of the British Museum. In: COLLEY, Linda. *A letra da lei – guerras, constituições e a formação do mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p.193.

Imagem 02: Buonaparte, hearing of Nelson's victory, swears by his sword to extirpate the English from off the Earth [graphic] / Js. Gillray invt. & ft. Yale University Library. Disponível

em:<https://collections.library.yale.edu/catalog/11823880>

29/06/2024.

Bibliografia:

ANAZ, Sílvio Antônio Luiz. *Teoria dos arquétipos e construção de personagens em filmes e séries*. Significação: Revista de Cultura Audiovisual, [S. l.], v. 47, n. 54, p. 251-270, 2020.

ARAÚJO, Alberto Filipe et al. *O mito de Frankenstein: Imaginário & Educação*. Coleção mitos da pós-modernidade vol.1. São Paulo: FEUSP, 2018.

BOTTING, Eileen Hunt. *Mary Shelley and the Rights of the Child: Political Philosophy in "Frankenstein"*. University of Pennsylvania Press, 2018.

CARVALHO, Daniel Gomes de. *Revolução Francesa*. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

CHARTIER, Roger. *Editar e traduzir: mobilidade e materialidade dos textos (séculos XVI-XVIII)*. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

COLLEY, Linda. *A letra da lei – guerras, constituições e a formação do mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

JABLONKA, I. *O terceiro continente*. Tradução. ArtCultura, [S. l.], v. 19, n. 35, 2017. DOI: 10.14393/ArtC-V19n35-2017-2-01. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/41248>. Acesso em: 29 maio. 2023.

JACOBI, Jolande. *COMPLEXO ARQUÉTIPO SÍMBOLO na Psicologia de C. G. Jung*. Tradução; Margit Martincic. São Paulo: Editora Cultrix, 1957.

MARSHALL, Julian. *The Life and Letters of Mary Wollstonecraft Shelley*, Volume 1. Project Gutenberg, 2011. E-book.

RAMSEY, Kalea. *Literary Archetypes Between Universal Myth and Historical Moment: Shelley's Frankenstein*. In: Proceedings of the 12th International RAIS Conference on Social Sciences and Humanities. Estados Unidos: RAIS Conference Proceedings, April 3-4, 2019

SHELLEY, Mary Wollstonecraft: *Frankenstein*. Estados Unidos: Knopf Publishing Group, 2006.

SHELLEY, Mary Wollstonecraft: *Frankenstein ou o Prometeu moderno*. Tradução e notas de Doris Goettems. Edição bilíngue. São Paulo: Editora Landmark, 2016.

SHELLEY, Mary Wollstonecraft: *Frankenstein ou o Prometeu moderno*. Tradução de Adriana Lisboa. 2a edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

SHELLEY, Mary Wollstonecraft. *History of a six weeks tour: through a part of France, Switzerland, Germany, and Holland*. London: Jun T. Hookham e C. and J. Ollier, 1817.

SHELLEY, Mary Wollstonecraft. *Letters of Mary W. Shelley* (mostly unpublished). Forgotten Books, 2018.

SKINNER, Quentin. *Significado e interpretação na História das Ideias*. Revista Tempo e Argumento, v. 9, n. 20, p. 358-399, 2017.

**AS TRADIÇÕES CERAMISTAS DAS COMUNIDADES
INDÍGENAS PRÉ-CABRALINAS E SUAS PRÁTICAS
PRODUTIVAS: FORMULANDO HIPÓTESES A PARTIR DO
SÍLEX E DO BARRO**

Thiago Macedo¹

RESUMO

Este trabalho explora a história e a cultura indígena brasileira, com ênfase no período pré-colonial. Abordando os meios de produção indígena, com produção de utensílios, como fornos, vasos de cerâmica, armas e ferramentas. Explorando a correlação entre a produção desses utensílios como resquícios e achados arqueológicos, principalmente da região do Planalto Central Brasileiro, para assim constituir uma imagem do funcionamento e da organização desses assentamentos, das práticas culturais e produtivas desses grupos. Embasado em estudos antropológicos e arqueológicos, como o livro “Arqueologia e os primeiros habitantes no Distrito Federal”, que será utilizado como fonte de imagens e figuras, organizado pela arqueóloga Dra. Margareth de Lourdes Souza e publicado pelo Iphan. O artigo destaca a importância de elementos arqueológicos na compreensão da ocupação e das realizações desses povos antes do contato com os colonizadores europeus.

Palavras-chave: Agricultura, Antropoceno; Arqueologia; Tradição Ceramista.

1. INTRODUÇÃO

Apesar da abundância de sítios conhecidos, não se pode propor uma síntese para o território nacional porque os dados disponíveis são muito fracionados. Até hoje a maior parte das publicações sobre a arqueologia indígena brasileira trata essencialmente dos sítios de forma isolada, segundo Guidon (1998). Mesmo sítios que se encontram em uma mesma região não são

¹ Graduando em História - Universidade Estadual de Goiás (UEG). thiago.anunciacao@aluno.ueg.br

correlacionados. Não se pratica uma arqueologia em área, com o objetivo de se formar conjuntos arqueológicos, essencial para que se possa oferecer uma reconstituição coerente da evolução dos povos pré-históricos no Brasil e sua dispersão, dando origem às diferentes famílias indígenas. Existindo uma série de desassociações e descontinuidades de práticas, existindo alguns pontos que comprovam a inviabilidade de se elaborar correlações entre os sítios e os povos que atualmente ocupam ou ocuparam até recentemente uma determinada localidade:

- I. Uma associação entre grupos etnográficos específicos e cultura material é apenas viável se há uma comprovada continuidade entre o presente etnográfico e o passado arqueológico;
- II. Tradições ceramistas distintas podem estar relacionadas a povos que, do ponto de vista êmico, se consideram pertencentes a uma mesma sociedade;
- III. Grupos indígenas atuais podem ser resultado de fusões étnicas e culturais, inclusive posterior à Conquista, de modo que não deverão ser considerados como entidades homogêneas;
- IV. As sociedades nativas sofreram mudanças culturais significativas devido ao contato com as sociedades de origem europeia e africana, de modo que o presente etnográfico não deverá ser projetado de forma simplista para o passado;
- V. Os dados etno arqueológicos parecem ser mais úteis quando apenas contrastados com o contexto pré-contato.

Uma vez que não existe uma maior correlação entre cultura material e grupos étnicos, problema. Encontramos, assim, na literatura arqueológica desta área ainda uma frequente correlação entre fases cerâmicas e sociedades etnográficas atuais, sem que, todavia, uma continuidade cultural entre o presente e o passado seja claramente

demonstrada, como relatado desde 1999, pela professora e arqueóloga alemã, Irmhild Wüst:

a pesquisa arqueológica, em áreas nas quais ocorre uma continuidade entre grupos etnográficos e o registro arqueológico, representa um desafio no estudo de processos que envolvem continuidades, rupturas, manutenção ou abandono de tradições e/ou fronteiras estilísticas é uma pesquisa arqueológica, em áreas nas quais ocorre uma continuidade entre grupos etnográficos e o registro arqueológico, representa um desafio no estudo de processos que envolvem continuidades, rupturas, manutenção ou abandono de tradições e/ou fronteiras estilísticas (WUST, 1999, p.303).

2. MEMÓRIAS ESQUECIDAS

A história e a cultura das civilizações ameríndias antes da chegada dos colonizadores europeus, muitas vezes é negligenciada, esquecida ou subjugada em favor da narrativa histórica dos colonizadores. A pesquisa arqueológica acompanha de estudos antropológicos, almeja contribuir para a compreensão da história e da cultura, além de promover o reconhecimento das contribuições das civilizações ameríndias e para a promoção de uma narrativa histórica mais abrangente.

Não é incomum que a história da América, do Brasil e dos povos indígenas, comecem a serem datadas e contadas, somente a partir do momento da chegada dos navegantes vindos da Europa, a história canônica do Brasil começa sempre pelo “descobrimento”. Essa ordem cronológica é disseminada em diversos livros didáticos, portais educacionais e enciclopédias. Essa cronologia gera uma imprecisão, criando a errônea ideia de que os povos que habitavam o "Novo Mundo", não possuíam história e não produziram nada de valor, até o instante que entraram em contato com os europeus. É como se eles não existissem até aquele momento, ocupando apenas alguns capítulos na história dos colonizadores, são os "descobridores" que a

inauguram e conferem aos gentios uma entrada - mas uma entrada de serviço - no grande curso da História (Cunha, 1992).

O esquecimento da história das civilizações ameríndias, acontece por exemplo, quando pensamos na pré-história, pinturas rupestres, construções antigas, ossadas de hominídeos e artefatos arcaicos. É comum lembrarmos das pinturas rupestres da Caverna de Altamira, na Espanha, as diversas ossadas de hominídeos encontradas no continente africano, as majestosas pirâmides do Egito e o megálito de Stonehenge, na Inglaterra. E não nos damos conta da existência de achados arqueológicos similares, igualmente complexos e antigos, quanto aos anteriormente citados, redescobertos no continente americano, como as pinturas rupestres do Parque Nacional da Serra da Capivara no Piauí, as pirâmides Maias, o crânio de Luzia (O fóssil humano mais antigo encontrado na América, com cerca de 12.500 a 13.000 anos), encontrado em Minas Gerais e os megálitos de Calçoene, no Amapá. Servem para comprovar a ocupação de grupos humanos, que atuavam e desenvolveram civilizações nas Américas, produzindo técnicas e histórias simultaneamente, de forma paralela e coexistiram ao longo do tempo, com as demais populações humanas ao redor do mundo. Existindo três pilares para o motivo de se confrontar essas narrativas e de como os elementos materiais, provenientes da arqueologia, servem para sustentar essas hipóteses contrastantes:

- I. Reconstruir a história e a cultura das civilizações ameríndias pré-coloniais, destacando suas realizações, sistemas políticos e culturais;
- II. A análise de documentos e de elementos arqueológicos fornecerá evidências concretas da ocupação e das realizações das civilizações pré-coloniais, antes da colonização europeia;
- III. Refletir sobre como as memórias das civilizações ameríndias e indígenas são, subjugadas, distorcidas, substituídas e esquecidas, durante a construção da memória e da história

nacional, além de examinar as implicações disso ao longo do tempo.

As civilizações ameríndias que habitaram a América antes da chegada dos europeus desenvolveram sociedades complexas, com sistemas sociais, culturais, políticos e econômicos avançados. A reflexão do sociólogo e historiador austríaco, Michael Pollak, sobre memória e esquecimento é relevante para entender como as memórias das civilizações ameríndias são subjugadas em favor da memória “oficial” (POLLAK apud CUNHA, 1989), destacando a necessidade de recuperar e recontar essas memórias subjugadas. Porque ter uma identidade é ter uma memória própria. É esta memória, segundo Cunha (1992), que arqueólogos, antropólogos, linguistas e historiadores tentam resgatar. A história do Brasil que assim emerge é mais rica e mais complexa. Essa reconstrução é de suma importância, para uma compreensão mais completa e precisa da história e da cultura das civilizações ameríndias pré-coloniais, destacando a necessidade de resgatar as memórias esquecidas dessas civilizações, para ser possível reconhecer sua história no continente.

2.1 Um mosaico em constante reconstrução

Ao reconstruir a trama da história indígena brasileira antes da colonização, esta pesquisa revela uma narrativa intrincada de inovação, superação e adaptação dos povos pré-cabralinos, que desenvolveram diversas formas de utilizar e de dominar o ambiente em que viviam. A abordagem arqueológica fornece uma perspectiva enriquecedora, destacando a complexidade das sociedades indígenas e desafiando estigmas historicamente impostos, de culturas inferiores e de povos pouco desenvolvidos. Este olhar busca reconhecer e compreender melhor, os meios e técnicas de produção. Este artigo destaca a sofisticação das práticas produtivas, o trabalho colaborativo

e a riqueza cultural desses povos. Os estudos antropológicos e arqueológicos desempenham um papel vital na reconstrução dessa história. Elementos arqueológicos, como artefatos, estruturas e vestígios de ocupação, fornecem evidências tangíveis das realizações desses povos. Essas descobertas desafiam estereótipos e contribuem para uma visão mais precisa das comunidades que ocupavam o território, que hoje corresponde ao Brasil.

3. FUNCIONAMENTO DE CARÁTER COOPERATIVISTA

As sociedades indígenas brasileiras anteriores à colonização eram caracterizadas por uma economia baseada na cooperação. A mão de obra era compartilhada de forma comunitária, visando atender às necessidades do grupo. A produção de utensílios, desde ferramentas até objetos rituais, era moldada pelas particularidades de cada comunidade. A cerâmica desempenhava um papel vital na vida indígena. Com técnicas distintas, a produção de vasos e artefatos cerâmicos refletia não apenas as necessidades práticas, mas também a expressão artística e cultural desses povos. O trabalho com fornos (conforme a figura 1), muitas vezes comunitários, revelava uma abordagem cooperativa e especializada. A habilidade na produção de ferramentas era uma expressão da adaptabilidade indígena aos diversos ambientes do Brasil pré-colonial. Além disso, a agricultura desempenha um papel central.

Figura 1 - Forno

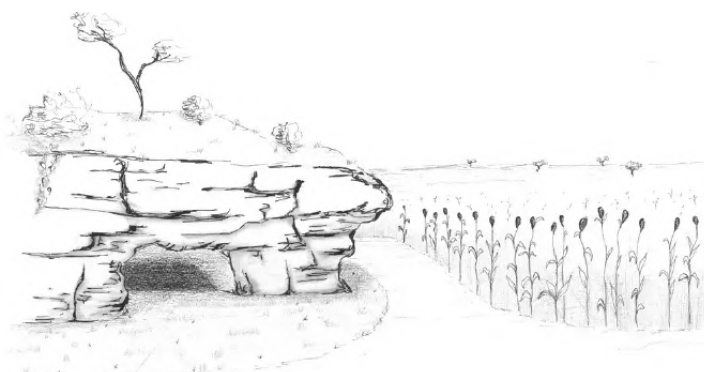


Forno de queima de potes e panelas, que estava enterrado, localizado e registrado durante pesquisas arqueológicas. Sítio Arqueológico Histórico Buracão. Catalão/GO. Foto: Margareth Souza.

4. CULTIVADORES E AGRICULTORES:

Os primeiros sítios cerâmicos do Planalto Central apresentam restos materiais que demonstram que os grupos de caçadores-coletores incorporaram aos seus hábitos de caça e coleta o manejo e o cultivo de plantas. Em torno de 1000 anos d.C, foram registradas as ocupações dos primeiros grupos de cultivadores da Tradição Una, que viviam em grutas e abrigos rochosos (conforme a figura 2), localizados próximos aos leitos de rios ou lagoas, possuíam pequenas plantações e cultivavam milho, cabaça, amendoim e feijões sobre matas ribeirinhas, associados à caça e à coleta de frutos nos cerrados e campos.

Figura 2 - Abrigo rochoso



Exemplo de abrigo rochoso que servia de moradia aos primeiros cultivadores. Em seu entorno começaram a plantar alguns alimentos, como o milho, para sobreviverem, além de praticar a coleta e

a caça. Gravura: Sofia Paiva/ Acervo Iphan-DF.

Entre os séculos VIII e IX, grupos nômades vieram de outras regiões e se assentaram no cerrado, com origem provável do Nordeste e da Amazônia, sociedades agrícolas, cuja caça e coleta tinham a função complementar a dieta alimentar, pois dominavam a técnica do manejo agrícola e fertilização dos solos, viviam em grandes aldeias circulares e fabricavam diversos vasilhames cerâmicos, que utilizavam para processar os alimentos e acondicionar líquidos.

Assim, 700 anos antes da Conquista as populações do Brasil Central já dominavam a agricultura e já estavam familiarizados com técnicas agrícolas, segundo Niède Guidon. Além da extração de materiais, para uma produção variada de objetos e bens. Empregavam o machado polido para derrubar árvores e fabricavam uma gama de cerâmicas utilitárias, bem como carimbos cilíndricos, utilizados para pinturas corporais e cachimbos tubulares. Possuindo a depender dos grupos ou povos, um comportamento sedentário ou seminômade. Utilizando da caça, coleta e pesca, de maneira a complementar o cultivo de subsistência - produção diversificada - com a presença de vasos e utensílios de lítio indicando, um sistema de repartição de trabalho, que se fazia necessário, para o processamento daquilo que era colhido.

4.1 Práticas Ceramistas

As comunidades de agricultores e ceramistas, da Tradição Aratu, por volta de 800 d.C aparecem, vindos do leste da Região Centro-Oeste. Construíram suas aldeias em encostas suaves e alto de colinas, geralmente em ambientes de mata e nas proximidades de cursos de água. Sua dieta alimentar era baseada, principalmente, no plantio de milhos, feijões e tubérculos, acondicionando seus alimentos, em vasos e pratos com bordas reforçadas e bases planas (figura 3) e indicam o processamento da mandioca e a transformação em farinha e beiju (WUST, 1990). Os vasilhames cerâmicos são decorados com incisões contínuas sobre a borda, impressões de unha, pequenos apliques e, ocasionalmente, engobo (pasta de terra que se aplica na parte externa de uma peça de cerâmica para alterar a cor natural). Entre os artefatos líticos polidos destacam-se as lâminas usadas em rituais, flechas e machados polidos, utilizados em derrubadas de árvores, adornos, artefatos lascados e instrumentos fabricados em osso e chifre.

Figura 3:

Vaso de cerâmica, encontrado no Sítio Arqueológico Histórico Buracão. Catalão/GO.
Foto: Margareth Souza.

Segundo Wust (1990, p. 23-25), os vasilhames cerâmicos, com coloração clara, abrangem grandes bacias; as cerâmicas serviam de apoio das vasilhas sobre o fogo; e os jarros com gargalo serviam para o transporte e a estocagem de líquidos. Outros artefatos encontrados nos sítios arqueológicos são as rodela de fuso – que compõem os tortuais– utilizados para fiar o algodão, os carimbos cilíndricos que remetem à prática da pintura corporal. As flechas encontradas são de quartzo (figura 4) e em sua maioria de lítio , as lâminas de machado e os recipientes de pedra-sabão e instrumentos de pedra lascada.

Figura 4:

Ponta de flecha em quartzo hialino, encontrada no Sítio Arqueológico Taguatinga. PA-11).Foto: Ádon Bicalho/ Acervo



pedunculada, elaborada durante uma escavação Distrito Federal (DF- Iphan-DF.

5. A VIAGEM DE DARWIN AO BRASIL

Durante a passagem do naturalista inglês pelo país, o deslumbre absoluto pela diversidade da floresta tropical contrastou

com o choque diante dos horrores da escravidão. Saiba como as observações em território brasileiro foram decisivas nos artigos e livros que ele escreveu pelas décadas seguintes. Em Fernando de Noronha, as análises geológicas prosseguiram. Depois, em Salvador, o naturalista inglês fez a tão aguardada visita à floresta tropical. Em 29 de fevereiro, ele anotou: “A elegância da relva, o inusitado das plantas parasitas, a beleza das flores, o verde brilhante das folhagens e, acima de tudo, a exuberância do ambiente me encheram de admiração”. O trecho demonstra a admiração e o encanto de um naturalista que, pela primeira vez, aventurou-se sozinho em uma floresta brasileira.

“Uma mistura paradoxal de som e silêncio se espalha nas profundezas da mata”, notou. Darwin teve uma formação conservadora. Ele era um cientista que havia estudado Teologia Natural, que reforçava a perfeição do mundo e da natureza. Essa perfeição é concebível num ambiente com poucos elementos. Mas como é possível conceber tal perfeição num contexto da floresta tropical, em que milhares de espécies se concentram num mesmo lugar? Como elas se harmonizam perfeitamente?

5.1 Jardim Tupi

Os povos indígenas desenvolveram técnicas de manejo sustentável que permitiram a coexistência harmoniosa com a floresta. Eles praticavam a agricultura de coivara, que envolve a queima controlada de pequenas áreas de floresta para o cultivo de alimentos. Após a colheita, essas áreas eram deixadas em repouso para se regenerarem naturalmente. Além disso, os indígenas cultivavam uma grande diversidade de plantas, incluindo frutas, tubérculos e ervas medicinais, promovendo e desenvolvendo a biodiversidade a fim de propiciar um ecossistema que oferecesse sustento e saúde.

A história da região de Rondônia, por exemplo, demonstra a importância dos povos que continuamente ocupam a região, destacando as suas ações de preservação recursos naturais e práticas culturais. A região de Rondônia possui uma longa história de ocupação humana. Sendo berço da cultura Tupi, uma das principais famílias linguísticas da América do Sul, demonstrando:

- I. Os povos indígenas da região têm uma longa história de ocupação da terra e de manejo sustentável dos recursos naturais;
- II. A região foi palco de importantes eventos históricos, como a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e a construção das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. A construção dessas obras teve um impacto significativo na região, tanto positivos quanto negativos;
- III. A região é rica em biodiversidade e possui uma grande variedade de plantas e animais, muitos dos quais não são endêmicos;

O documentário “Amazônia, Arqueologia da Floresta” produzido pelo Sesc e as pesquisas realizadas pelo arqueólogo Eduardo Góes Neves, destacam vários aspectos arqueológicos e antropológicos que revelam a antiga ocupação humana na região amazônica. A formação das florestas tropicais pelos indígenas é evidenciada pela presença de sítios arqueológicos como o de Monte Castelo, um sambaqui fluvial na bacia do rio Guaporé, em Rondônia. Este sítio revela uma ocupação humana de pelo menos 6 mil anos e a descoberta de cerâmicas milenares e outros artefatos indica práticas culturais e de manejo avançadas. Os indígenas criaram ilhas artificiais e cultivavam plantas de forma organizada, transformando a floresta em um jardim produtivo e sustentável.

Naturalistas ficaram impressionados com as práticas indígenas ao explorarem a Amazônia. Eles observaram que as florestas não eram apenas áreas selvagens, mas sim paisagens cuidadosamente manejadas e cultivadas. Os achados arqueológicos, como os de Monte Castelo, confirmam que os indígenas tinham um profundo conhecimento ecológico e habilidades avançadas de manejo da terra, que permitiram a criação de um ambiente mais habitável e menos hostil à presença humana. Os povos indígenas demonstraram uma notável capacidade de viver em harmonia com a natureza, podendo ser utilizados como exemplos para orientarem a implementação de práticas de manejo mais sustentáveis. A preservação e análise desses conhecimentos e práticas ancestrais é essencial para a conservação da Amazônia e para o desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis em todo o mundo.

6. A CRISE DO TEMPO E O PAPEL DAS CIÊNCIAS HUMANAS NO ANTROPOCENO

O conceito de Antropoceno não representa apenas uma nova época geológica - não oficial - mas também uma profunda ruptura na maneira como pensamos a relação entre humanidade, natureza e conhecimento. Esse termo, que marca a emergência do humano como uma força geológica capaz de alterar (degradar) os ecossistemas do planeta, como o conceito traz consigo desafios enormes para as sociedades contemporâneas. O Antropoceno convoca uma revisão das categorias, narrativas e metodologias das ciências, incluindo as ciências humanas e sociais, e não deixando de fora o campo da história.

Um dos maiores desafios do Antropoceno para a consciência histórica é a crise da continuidade do tempo (e da própria humanidade). A história moderna foi construída em torno de uma noção de progresso linear, onde a humanidade caminha em direção a

um futuro de desenvolvimento, civilização e controle crescente sobre a natureza. Contudo, o Antropoceno questiona essa trajetória ao revelar as consequências devastadoras de um desenvolvimento baseado na exploração desenfreada dos recursos naturais e as suas consequências, percebemos que a própria continuidade da história humana pode estar ameaçada por essa catástrofe ambiental.

A crise ambiental revela que a natureza, antes vista como algo estável para as ações humanas e sob controle, é finita e está em transformação. Isso demanda dos historiadores uma nova concepção de tempo, que inclua os processos ecológicos e os limites do planeta. Com desafio de integrar o tempo geológico com o tempo histórico, repensando o papel da humanidade não apenas como sujeitos de narrativas sociais e políticas, mas como agentes de mudanças ecológicas e planetárias.

7. RECONFIGURAÇÃO

O Antropoceno questiona a narrativa tradicional de progresso, expondo seus efeitos destrutivos. A ideia de que a história humana é uma sucessão de avanços tecnológicos e econômicos perde força quando confrontada com os danos ambientais irreversíveis que esse progresso causou. A modernidade, que tanto confia na ciência para superar desafios, agora é percebida como parte do problema: o modelo de desenvolvimento moderno é responsável pelo colapso ambiental que enfrentamos.

Para os historiadores, o desafio é reconfigurar a narrativa histórica, integrando a dimensão ambiental e questionando as bases do progresso. Isso implica reconhecer que o avanço técnico-científico, que trouxe muitos benefícios, também foi responsável pela destruição ambiental e é acompanhado por uma crescente desigualdade social. A historiografia precisa desenvolver abordagens que permitam e gerem alternativas para sociedade, ao modelo de crescimento econômico

ilimitado, para permitir uma convivência sustentável que garanta a continuidade do homem e consequentemente da própria história.

O Antropoceno exige um recálculo de rota nas ciências como um todo. E os cientistas sociais são convocados a repensar suas análises e teorias em um contexto onde as questões ambientais se tornaram centrais para a compreensão do presente e a continuidade do futuro. Exigindo meios para superar a dicotomia existente entre sociedade, progresso e natureza, cultura, consumo e ecologia. Como a crise ambiental mostra, essas fronteiras são permeáveis e interdependentes, os cientistas sociais devem adotar uma perspectiva que considere a interação entre os sistemas naturais e sociais.

7.1 Nova Ciência Social

Os cientistas sociais e os historiadores têm um papel central na construção de futuros possíveis. O Antropoceno não é apenas um momento de crise, mas também uma oportunidade para imaginar novas formas de organização social, política e econômica. A historiografia do futuro - urgente no/para o presente - deve ser capaz de examinar as consequências das nossas ações e contribuir para a criação de novas visões de futuro, baseadas na justiça climática, na convivência ecológica e no reconhecimento das interdependências entre a humanidade e a natureza.

No contexto do Antropoceno, a história mais do que nunca, deve deixar de se dedicar exclusivamente na “reconstrução” do passado e torna-se uma ferramenta vital para repensar o presente e projetar o futuro, reassumindo seu papel como mestra da vida (*Historia magistra vitae*). Ao mesmo tempo que confronta sua própria mortalidade e a da humanidade. A história, antes vista como imortal, agora é percebida como mortal devido às catástrofes contemporâneas. A crise climática pede uma reavaliação forçada das metodologias e dos conceitos históricos.

8. DICOTOMIA ENTRE AMBIENTE E NATUREZA

A tradição eurocêntrica tende a separar a natureza da cultura, ao contrário das cosmologias indígenas que concebem a natureza como interconectada com a existência e a experiência humana. O eurocentrismo tende a elaborar e a exportar uma visão de mundo que pretende ser universal, desconsiderando que as outras culturas veem a natureza como algo vivo e dotado de agência própria. Sendo necessário abandonar a ideia, de que a natureza é domável e se mantém inerte ante as ações destrutivas do homem, e adotar uma visão que inclua o não-humano como parte da história e da sociedade.

O esforço de conhecer e entender, que é promovido pela interculturalidade, permitindo a coexistência e o diálogo de diferentes visões de mundo. É fundamental para combater o Antropoceno, pois a crise ambiental exige uma resposta global (descentralizada) que leve em conta os saberes de culturas e povos distintos, ao mesmo tempo em que é respeitado suas necessidades particulares, por meio do desenvolvimento de um sistema baseado na equidade.

O Antropoceno, conceito que identifica a era em que a atividade humana se tornou uma força geológica capaz de transformar o planeta, exige uma reavaliação profunda acerca das concepções (capitalistas, liberais) ocidentais de natureza, ambiente e espaço, bem como sobre as diversas visões de mundo que coabitam e muitas vezes se confrontam. Provocando discussões sobre as propostas de crescimento sustentável, que pretendem preservar a natureza, enquanto se mantém o “progresso”, que paradoxalmente, são moldados por interesses econômicos e pela necessidade de explorar o planeta.

O multiculturalismo levanta outras questões. Há a questão de quais culturas serão reconhecidas. Havendo o temor sobre a competição entre grupos culturais que disputam reconhecimento e

que isso reforce ainda mais o domínio de uma visão de mundo e/ou cultura dominante. O foco por uma disputa de “identidade” reduz a capacidade de movimentos políticos de coalizão e de cooperação. Além da diluição de outras diferenças importantes compartilhadas por membros de sociedades e culturas, que não necessariamente implicam na possibilidade de se implementar uma única cultura compartilhada (universal), como questões de desigualdades econômicas e de gênero, e a resultante negligência de políticas, além de visões e formas de interação com o ambiente que são incompatíveis e antagônicas, como a lógica do consumo e as cosmovisões ameríndias.

A ideia de fabricação da floresta remete à criação de áreas que são resultados de intervenções humanas com objetivos específicos, como por exemplo, os projetos de agrosustentabilidade e os sistemas agroflorestais. Em muitas regiões as florestas estão sendo adaptadas para suportar atividades econômicas, especialmente a exploração sustentável de recursos ou mesmo o turismo ecológico. Essa prática revela uma concepção utilitarista do ambiente: a floresta/natureza como um todo é transformada em um recurso a ser controlado, e não em um espaço autônomo. Isso demonstra uma visão de natureza como algo que deve ser moldado para atender às necessidades humanas, ao invés de respeitado como um sistema complexo e vivo. Até em projetos de reflorestamento que, muitas vezes, desconsideram a biodiversidade nativa. Relevando uma visão tecnocrática e capitalista, que prioriza a manutenção de um certo equilíbrio que beneficie o desenvolvimento humano, sem respeitar a independência dos ecossistemas.

A concepção de espaço e natureza é historicamente marcada (dominada) pela visão de mundo produzida pelo homem europeu, apesar de que de acordo com Pierre Bourdieu, “Toda dominação simbólica supõe, por parte daqueles que sofre seu impacto uma forma de cumplicidade”. Estabelecendo uma dicotomia entre homem e

natureza, onde a natureza é vista como algo separado do ser humano, um objeto a ser explorado e dominado. Na visão ocidental, principalmente a partir do iluminismo e da modernidade, o ser humano se coloca como proprietário e controlador do espaço natural, e não como parte integrante dele. Esse conceito de natureza como algo estático e separado da sociedade cria um espaço de alienação e exploração, onde a natureza existe para servir aos interesses humanos.

Em contrapartida, muitas culturas indígenas e não ocidentais não veem a natureza como uma entidade separada. Para os povos indígenas, como os Yanomami, por exemplo, a floresta para além de um lugar sagrado e ancestral, é uma extensão da própria identidade e da existência humana. Essa relação integrada com o espaço e o ambiente desafia o eurocentrismo, pois implica uma cosmologia relacional em que a natureza possui agência e importância moral própria, que deve ser respeitada e preservada em suas especificidades.

O eurocentrismo não só determina a maneira como a natureza é percebida e tratada, mas também molda a forma como as diferentes visões de mundo são consideradas. A globalização e a expansão da cultura ocidental liberal impõem um único modelo de relação com o ambiente, onde o desenvolvimento e o consumo se sobrepõem a outras formas de conhecimento e práticas culturais. O multiculturalismo, nesse contexto, surge como uma tentativa de valorizar e respeitar a diversidade de saberes e práticas, mas ele é frequentemente superficial, limitado a um reconhecimento que não abala significativamente as estruturas econômicas e sociais que sustentam a exploração do ambiente.

Esse multiculturalismo, ao não rever as bases do eurocentrismo, acaba tratando os conhecimentos indígenas e tradicionais como “exóticos”, ao invés de realmente incorporá-los como saberes válidos e necessários para a de uma reconfiguração social. Desviando-se da verdadeira capacidade da promoção da equidade no debate acerca da elaboração de novas concepções de

mundo, pois os conhecimentos e modos de vida tradicionais não são verdadeiramente incorporados nas práticas de gestão ambiental, nas políticas públicas ou nos modelos produção e consumo. Um dos principais desafios do Antropoceno é o conflito entre os valores e práticas dos povos tradicionais e o ritmo de consumo e produção das sociedades ocidentais liberais.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo de vida e o conhecimento ambiental dos povos indígenas, que são baseados no respeito ao ritmo da natureza, são incompatíveis com o modelo capitalista e industrializado que prioriza uma aceleração cada vez maior, do crescimento econômico orientado para suprir um consumo “ilimitado”. Em contrapartida, os povos indígenas vivem de acordo com ritmos que não são excessivamente acelerados, preservando ecossistemas e evitando a exaustão de recursos. No entanto, essa forma de vida sustentável é frequentemente considerada inviável ou retrógrada dentro da “lógica” dominante, que valoriza o crescimento econômico acima de tudo.

Para que o multiculturalismo seja verdadeiro e a equidade de concepções de mundo seja alcançada, será preciso questionar o modelo de desenvolvimento atual. Isso implica uma disposição para redimensionar o papel humano, reconhecendo a autonomia da natureza e a importância de uma convivência mais harmônica com ela. A crise ambiental do Antropoceno é, em última análise, um chamado urgente para reconsiderarmos - ou não - o papel dos humanos na Terra e para buscarmos uma coexistência não antagônica e que não dependa da dominação, mas da colaboração mútua entre diferentes culturas com a própria natureza.

Referências

CUNHA, Cristina Mary Paes da (Coord.). **Memória, esquecimento, silêncio.** In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

GASMAN, Lyndinéa. **Documentos Históricos Brasileiros.** Ministério da Educação e Cultura: FENAME, 1976.

GÓES, EDUARDO. **Arqueologia da Amazônia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GUIDON, Niéde. **As ocupações pré-históricas no Brasil (excetuando a Amazônia).** In: Cunha, Manuela Carneiro da (org.) História dos índios no Brasil p. 37-52. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP. 1992.

SOUZA, Margareth de Lourdes. **Arqueologia e os primeiros habitantes no Distrito Federal.** Brasília: Iphan-DF, 2019.

TEIXEIRA, Wilson & FAIRCHILD, Thomas & TOLEDO, Maria Cristina & TAIOLI, Fabio. **Decifrando a terra.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

TURIN, Rodrigo. **Tempos Precários: Aceleração, Historicidade e Semântica Neoliberal.** Zazie, 2019.

WUST, Irmhild. **Etnicidade e Tradições Ceramistas: Algumas Reflexões a Partir das Antigas Aldeias Bororo do Mato Grosso.** São Paulo, Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento 3: p.303-317, 1999.

AS CONTINUIDADES DA DITADURA MILITAR: OPOSIÇÃO ENTRE A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA E A REALIDADE DAS PRISÕES BRASILEIRAS DE 1987 A 2017

Valentina de Carvalho Calderon¹

RESUMO

Esta pesquisa se inicia no período de redemocratização do Brasil, buscando compreender o legado da Ditadura Militar no sistema carcerário nacional e como, a partir de 1988, a sociedade brasileira presenciou persistências autoritárias e até recrudescimento das políticas penais. Essas continuidades acabam dificultando a percepção de uma transição democrática para os sujeitos que estão privados de liberdade e a realidade dos apenados se torna visível a nós tão somente quando acontecimentos de dentro das prisões transbordam para o nosso cotidiano, sendo os testemunhos de ex-detentos e funcionários que trabalharam em instituições prisionais a nossa forma mais concreta de aproximação para com esse espaço. A partir daí, esse projeto irá analisar o percurso até a corrida presidencial que elegeu Jair Bolsonaro em 2018, que enfatiza declarações sobre encarceramento e promove hostilidades e violência entre os cidadãos brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: Redemocratização, Sistema Carcerário, Autoritarismo, Encarceramento, Racismo.

INTRODUÇÃO

Para compreender o sistema carcerário no Brasil é preciso iniciar delimitando nosso passado marcado pelo conflito racial e sistematização de políticas que condicionam e segregam os povos originários e negros a condições de inferioridade na hierarquia da sociedade brasileira em desenvolvimento. A professora Larissa Viana em “O idioma da mestiçagem” retoma essa análise primordial da questão racial no desenvolvimento do Brasil e disserta sobre quando

¹ Monografia de Conclusão de Curso - HIS (UnB). E-mail: valentinacalderon99@gmail.com

as ideias de hierarquização das raças foram importadas da Europa para o território brasileiro. No cenário do fim do Império e primeiras décadas de República, foi colocada uma questão central sobre os mestiços: “Seriam esses sujeitos capazes de integrar a ordem liberal, pautada pelas ideias de progresso e modernização?” (VIANA, 2007, p.23)²

A autora segue falando que “a mestiçagem foi debatida pelos principais intelectuais desse período através da mediação primordial da noção “raça”, que reunia aspectos biológicos e sociais de uma visão profundamente hierarquizada sobre a sociedade brasileira”. Gilberto Freyre foi importante no desenvolvimento do olhar brasileiro sobre a mestiçagem quando utilizou sua análise desse fenômeno para “aproximar os violentos antagonismos experimentados na sociedade colonial” (VIANA, 2007).

Segundo Dimas (2016) o desenvolvimento dos escritos de Freyre foram influenciados por sua estadia no Texas, EUA, em 1918. Ao passo que a cidade buscava uma modernização material, ainda havia marcas da Guerra de Secessão (1861-1865). Quando outrora o comércio de algodão da região se beneficiava da migração de mão-de-obra negra, a situação mudou quando os brancos da região passaram a sentir-se ameaçados com a possibilidade de perder seus empregos com o surgimento de uma classe média negra emergente.

“Com isso, nos anos 20, uma outra composição étnica se desenhava naquela região urbana e com ela crescia, junto, a tensão racial” (DIMAS, 2016, p. 137). Esse cenário foi favorável à emergência e atuação da Ku Klux Klan.

De acordo com a “Texas Historical State Association”, ocorreram linchamentos em Waco nos anos de 1905, 1915 e 1916. Numa ocasião, pelo menos,

²Larissa Viana ao trazer o autor Nina Rodrigues, pioneiro em etnologia afro-brasileira e medicina legal, nos explica brevemente sobre o modelo europeu de degeneração adotado pelo autor. As preocupações dos estudos de Nina Rodrigues são relativas às “tendências” do negro. Seriam essas características consideradas inatas e que o tornaram sujeitos “resistentes à modernização e ao progresso” e contava com uma degeneração psíquica nociva à “ordem social brasileira” (VIANA, 2007).

incendiaram uma vítima negra na praça principal da cidade. Nos anos '20, brancos furiosos queimaram ou enforcaram negros, em público. Em 1923, mais de dois mil membros da KKK desfilaram, em protesto, pela cidade, boicotando o comércio dos que não simpatizavam com a causa racista. Comerciantes e políticos apoiavam a organização de forma implícita e um de seus membros se gabava de que a Ku Klux Klan controlava todo o serviço público da cidade de Waco. (DIMAS, 2016, p.137)

Levando em conta a conjuntura de onde Freyre estava, ele relatou profundo espanto com o tratamento dos negros nos Estados Unidos da América, país de religião protestante. Segundo ele, a civilização católica brasileira possuía alguma “superioridade”, apesar de seus defeitos. Esse período em que lá esteve influenciou uma “primeira fase” em sua escrita, carregando consigo o oposto dos valores americanos, tendo em seus textos uma linguagem bastante sensual (ou sexualizada) e reativa às experiências que vivenciou nos ianques (DIMAS, 2016, p. 139).

O problema das obras de Freyre foi a naturalização da realidade racial brasileira, quando exaltava o mestiço como a síntese do que há de melhor entre os três povos formadores do Brasil: europeus, indígenas e africanos. Esse “agrupamento” de raças numa figura central e criadora de uma identificação das etnias que formam o povo brasileiro foi um artifício muito utilizado em discursos que visavam “aproximar os violentos antagonismos experimentados pela sociedade colonial” (VIANA, 2007, p.28).

Os desdobramentos do pensamento de Freyre acabaram suavizando a urgência de se pensar políticas efetivas para a superação da desigualdade racial, pois criou uma realidade fundadora do pensamento de nação em que os povos conviviam democraticamente sem conflitos étnicos. Essas obras repercutiram nas elites acadêmicas do país, influenciaram outros autores que reproduziram essa realidade freyriana nacional e também atingiu líderes políticos, impactando na forma de encarar o racismo no Brasil e atrapalhando a elaboração de medidas que visassem combater essa realidade.

A consolidação desse tipo de pensamento fundador impacta de forma ideológica o desenvolvimento de políticas públicas, pois fornece uma base para que discursos recorram aos mitos de origem propostos por Freyre. Dito isso, temos ainda como base o Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, que ficou conhecido como código penal, produzido durante a ditadura Vargas (1930-1945), que “trouxe consigo duas inovações: o critério da periculosidade e o dispositivo da medida de segurança”. (BRETAS; SANT’ANA, 2014, p.468). De acordo com Ferrari (2001, p.153) apud Lebre (2013)

A periculosidade criminal implica um juízo de probabilidade de o agente vir a cometer novos fatos ilícitos-típicos. É a ‘probabilidade de reiteração criminal’ (...) um risco representado por circunstâncias que prenunciam um mal para alguém, ou para alguma coisa, resultando em ameaça, medo ou temor à sociedade. (2013, p. 275).

A inserção desse tipo de pensamento e preocupação com a reincidência de sujeitos perigosos abriu premissa para mais uma etapa de divisão social na sociedade brasileira. De acordo com a análise de Marcos Luiz Bretas e Marilene Antunes Sant’Anna (2014, p.468) sobre o período das décadas seguintes, anos 50 e 60, é dito que “O crescimento industrial, a expansão do consumo, a disseminação dos meios de comunicação, alteraram a vida social e cultural da população, principalmente das classes médias em expansão, que habitava os grandes centros urbanos.” O assunto “criminalidade” passava a ser uma preocupação de todos e aparecia com destaque na imprensa. Crescia entre as pessoas “o medo dos assaltantes, frequentemente chamados de “maconheiros” e moradores das favelas e da periferia” (BRETAS, 2014, p.469). Passou a fazer parte desse imaginário urbano retratando na imprensa a vilanização dos “bandidos” e moradores de periferias, ao mesmo tempo que a polícia aparecia como artifício necessário para eliminar os criminosos, utilizando de vários artifícios e alimentando a construção de um pensamento sobre violência social e segregação.

Esse tipo de discurso não era novo, mas com essas mudanças, o medo se tornava mais próximo e sensível da vida das pessoas e passa a estruturar as relações de diferentes classes sociais. Com essas noções de periculosidade, violência contra bandidos, leis que estabelecem esse compromisso do Estado para acabar com a criminalidade, vai se criando um diálogo com autores que, nesse mesmo período, focaram em explicar o Brasil, a miscigenação e a estrutura racial que fazem o Brasil ser da forma que é.

Uma outra autora trazida no livro “Encarceramento em Massa” de Juliana Borges (2019) é Ana Flauzina (2006), que fala sobre uma “saudades” de “tempos de segurança” que pairava sobre o Brasil do pós abolição, tendo implícito nesta ideologia um “saudosismo da escravidão”, quando os corpos negros eram controlados por meio da lógica de propriedade e que se torna evidente no campo das leis por uma manutenção do controle, vigilância e repressão policial desses sujeitos históricos.

Encontrei poucos estudos acerca da criminalização e encarceramento que focam especificamente nas transformações estruturais e constitucionais ocorridas durante a ditadura militar de 1964-1985. Mas de acordo com a matéria presente no site Memórias da Ditadura

(...) até o início da ditadura militar de 1964, não havia um número muito grande de penitenciárias e o principal uso destas era para a privação da liberdade. Durante o período ditatorial, as prisões também passaram a ser utilizadas como locais de tortura contra os opositores políticos. Embora presente em períodos anteriores, o uso da tortura de forma sistemática, cotidiana, e sob patrocínio do governo, é uma marca da ditadura. (domínio público Creative Commons Zero Universal)

De acordo com Maria Helena Moreira Alves, “A tortura foi institucionalizada como método de interrogatório e controle político.” (1984, p. 168). “Histórias de violência institucional tornaram-se parte da cultura política quotidiana”. (p.169). Para autora, uma das mais sérias consequências da institucionalização da tortura teria sido a

efetiva participação das Forças Armadas na repressão a partir de 1964, pois pela primeira vez envolvia-se tão profundamente na tortura de presos políticos e na execução de operações militares de repressão à população interna. O treinamento imposto pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento preparou os oficiais e demais cargos a identificarem um inimigo potencial em qualquer cidadão, logo, os oficiais se tornam elemento essencial no funcionamento da engrenagem repressiva, pois temem o desmantelamento do sistema criando um medo de responder por crimes que testemunhou ou participou.

A maioria das pesquisas que encontrei e que me auxiliaram a definir o espaço temporal deste trabalho, abordaram a Constituição de 1988 como um marco essencial para entendermos a atual realidade do sistema carcerário brasileiro. Levando em conta o contexto em que se encontrava à época de sua promulgação, é imprescindível trazer a questão da redemocratização após 21 anos de regime ditatorial.

Foi durante o processo de abertura política nos anos 1980 que ocorreram as principais alterações ao Código Penal. Em 11 de julho de 1984, as Leis nº 7.209 e nº 7.210, que ficaram conhecidas como a Lei de execução penal tinham como objetivo repensar o Direito Penal, que desde essa época já enfrentava problemas de superpopulação carcerária e falta de condições mínimas para que os internos vivessem com dignidade. (GOMES, 2017). Já em 1982, Darcy Ribeiro disse em uma conferência: “Se os governantes não construírem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios.”

Essa pesquisa se situa entre 1987 e segue até 2017, analisando um amplo período de 30 anos, pois leva em conta que a Constituição de 1988 pode ser considerada um marco de início do processo de transição que estabeleceu direitos e garantias sem um marco definidor para o fim desse processo. A escolha pelo ano de 2017 se deu levando em conta o golpe de 2016 e a pré candidatura de Jair Bolsonaro, que veio a ser eleito em 2018.

De acordo com José Carlos Moreira da Silva Filho (2014), no que se refere a políticas públicas e uma justiça de transição, é importante que, se considerarmos a transição como um processo mais amplo, é permitido aferir que essa transição ainda se encontra em construção. Portanto, é relevante que, para melhor compreender a situação carcerária do Brasil, precisamos levar em conta as continuidades autoritárias. Silva Filho (2014, p.72) diz: “Nosso descaso com a democracia chega ao ponto de sermos um país que tem optado pela criminalização cada vez maior de condutas, aumento de penas, ou ainda, justicamento como formas de controle social.”

Ao pensar no ano de 2017 e a realidade do bolsonarismo no Brasil dos últimos 4 anos, a professora e pesquisadora Camila Nunes Dias aponta:

O atual contexto político brasileiro pode ser considerado, neste aspecto, um solo bastante fértil para que discursos e práticas, que apontem para um recrudescimento das condições já precárias das prisões brasileiras, ganham espaço e avancem ainda mais. (DIAS, 2021, p. 6)

Ela segue “Se é verdade que as condições carcerárias atuais expressam uma continuidade autoritária e violadora de direitos de determinados segmentos da população, só podemos compreender se observarmos aspectos históricos da formação do Brasil” (DIAS, 2021, p. 6), levando em conta nossa estrutura social em especial contando com um passado colonial e escravista que estruturam nossas desigualdades e que precisamos também salientar os determinados contextos políticos que se desenrolaram como oportunidades de aprofundar assimetrias sociais fortaleceram mecanismos de opressão. A autora continua:

(...) historicamente o Brasil apresenta traços culturais socialmente disseminados que apontam para uma rejeição do discurso dos direitos humanos, notadamente quando se trata da questão prisional e da atuação policial, com a associação da defesa dos direitos humanos à defesa de “bandidos.” (DIAS, 2021, p.7)

As frases “direitos humanos para humanos direitos”, “está com pena, leva pra casa” são alguns exemplos deste traço cultural

que inúmeras pesquisas apontam como presentes na sociedade brasileira”, logo, para a autora

A eleição do presidente Jair Bolsonaro, em 2018, é emblemática neste sentido e coroa o fortalecimento das narrativas que explicitamente se opõem às políticas de garantias de direitos de várias populações vulneráveis, dentre as quais destaca-se claramente a população carcerária, já tratada pelo presidente como “bandidos” em inúmeras situações. Há dezenas de manifestações públicas do agora presidente que o colocam comopositor às garantias constitucionais aos acusados de praticar crimes ou às pessoas privadas de liberdade. (DIAS, 2021, p.8)

É através de fontes documentais, como o “Estimativa do “déficit” de vagas no sistema penitenciário do Brasil”, “Relatório demonstrativo da situação prisional no Brasil ano de 1987”, relatórios do Infopen (informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro) e alguns relatos, como os contidos na reportagem Maria Teresa Eça sobre a opinião dos detentos sobre a Constituinte³, mas principalmente dos livros “Carcereiros⁴” e “Estação Carandiru⁵” de Drauzio Varella, “Diário de um Detento: o livro⁶” de Jocenir e “Sobrevivendo no Inferno⁷”, obra dos Racionais MC’s, que esta pesquisa busca entender o legado quantitativo e qualitativo em que o sistema carcerário se encontrava após a ditadura.

O autor do Diário de um detento se apresenta e assina sua obra apenas como “Jocenir”, mas se chama Josemir José Fernandes Prado. Ele revela no próprio livro, no capítulo “Um visitante chamado Mano Brown” que quando o rapper o visitou na Casa de Detenção, leu seus escritos e pediu permissão para levar consigo algumas folhas. Naquele momento Jocenir disse que inscrevia seu nome na história do rap

³ EÇA, Maria Teresa. A Constituinte, vista de dentro da prisão. Jornal da Tarde, São Paulo, 13 mar. 1987. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/113158/1987_12%20a%2020%20de%20Marco_041.pdf?sequence=3&isAllowed=y> Acesso em: 30 jan. 2023.

⁴ VARELLA, Drauzio Varella. Carcereiros. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

⁵ VARELLA, Drauzio Varella. Estação Carandiru. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

⁶ JOCENIR, Diário de um detento: o livro. São Paulo: Labortexto editorial, 2001.

⁷ RACIONAIS MC’s, Sobrevivendo no inferno, São Paulo: Companhia das Letras, 2018

nacional, e com um pseudônimo dado sem querer por Brown, que escreveu o nome dele errado e “fiquei sendo Jocenir” (2001, p.101). Assim ele passou a se identificar, tendo assinado o livro dessa forma e, quando foi entrevistado por Jô Soares, foi apresentado como Jocenir Prado. Neste trabalho e em respeito ao acaso e à história, permanecerei me referindo a ele somente como Jocenir, da forma em que seu livro é assinado.

É analisando a partir do contexto de vésperas da Constituinte em 1988 e como a história brasileira se sucedeu, trazendo as vivências de pessoas que passaram pelo cárcere (sendo funcionárias do sistema, ex detentos ou familiares de pessoas encarceradas) que busco contribuir por meio desta pesquisa. É através de obras grandiosas como essas que podemos nos aproximar dessa realidade crua e dolorosa, mas que também faz parte da nossa experiência coletiva de democracia.

O objetivo principal dessa pesquisa é evidenciar contrastes entre a construção da democracia brasileira estabelecida em 1988 e as inconstitucionalidades intrínsecas desse processo evidenciadas pela realidade do nosso sistema carcerário. As fontes desse trabalho nos comunicam em variadas linguagens a dura realidade dos detentos de nosso país, restando a nós o papel de juntar as informações e enxergar, quase que como um mapa de várias dimensões, as múltiplas condições que estabelecem nosso desconfortável contexto histórico e social de democracia.

As minhas principais perguntas ao pensar este trabalho eram e ainda são: A ditadura e o pensamento militar se mantêm em prática de que forma na nossa democracia, especificamente na área de segurança pública? Como a constituição lidou com essa questão? Como foi sentido esse processo de transformação política pelos prisioneiros do nosso país?

Além disso, sobre os dados encontrados, tive uma sensação de que, por mais que eles estejam disponíveis para consulta e amplo

acesso, me parece que ninguém sabe dessas coisas. E quem deveria saber, não tem feito nada a respeito. Como com tantos dados, números, gráficos, relatos e vidas, a situação piora ano após ano? Onde se perdem os trabalhos de investigação e diagnóstico que acessamos? Por que não são usados para pensar as políticas públicas visando a melhora do quadro? Será que mesmo com todas essas informações, há quem acredite que o que vem sendo feito é o ideal? É feito “tudo que é possível”?

Por fim, o elemento que mais me fascina nesse tema, é a aproximação para com essa realidade e essas pessoas. São experiências que eu, enquanto mulher branca, posso enxergar de um lugar de distância extremamente confortável, porém escolhi acolher o meu incômodo com a situação carcerária porque independente disso não dizer diz sobre mim diretamente, tem muito a dizer sobre o nós. Nós, brasileiros, nós mulheres, nós humanos, nós cidadãos, nós que estamos vivendo numa democracia, nós que estamos em um sistema capitalista que alimenta o conflito de classes.

Quando confrontada pela universalidade legal, “todos são iguais perante a lei”, percebo essa falácia e busco enxergar a fragilidade dessa sentença. O que trouxe nessa pesquisa é um recorte composto por uma grande quantidade de números e datas, mas também um espaço de escuta. Deixar que eles falem o que daqui não enxergamos. Temos que dar conta dessa insuportável condição de forma coletiva. “O sintoma mais marcante da política fascista é a divisão. Destina-se a dividir uma população em ‘nós’ e ‘eles’” (STANLEY, 2018, p. 9).

Acredito que algumas dessas questões foram respondidas na medida das informações que acessamos, mas que as conclusões cabem ao leitor, especialmente àqueles que têm a sensibilidade de compreender que são questões que ainda estão em aberto porque a democracia é uma construção diária.

Desta forma, a presente pesquisa irá tratar no primeiro capítulo majoritariamente das fontes que trazem dados quantitativos acerca do Sistema Prisional; esses documentos são fundamentais para compreender o curso de continuidades que o nosso Sistema Penal enfrenta desde a redemocratização em 1988 no que diz respeito à posturas autoritárias, negligências estruturais e condições desumanas que dificultam qualquer possibilidade de cumprir com os objetivos do sistema: a regeneração do condenado visando torná-lo apto ao convívio social.

E o segundo capítulo será dedicado às experiências de sujeitos que tiveram a vida impactada pelo sistema carcerário e como o Estado falhou em garantir a dignidade dessas pessoas. No caso de Drauzio Varella e os relatos de funcionários que trabalharam no sistema de maneira extremamente precária e arriscando suas vidas por salários insignificantes e no caso de relatos como o do Jocenir, condenado a cumprir pena no estabelecimento conhecido como “Caldeirão do Inferno”, o famoso Carandiru. Como, enquanto sociedade, podemos presenciar e ouvir esses relatos sem problematizar as noções de democracia e direitos humanos que devem ser garantidos a essas pessoas pelo Estado brasileiro?

Trechos do Capítulo 1

O coronel Íbis Pereira em sua participação no Podcast “Lado B do Rio” sobre segurança pública ⁸ chamou a atenção para um dos problemas que enfrentamos que é associado diretamente com a nossa Constituição. Por mais que a tenhamos há 35 anos na presente data (e há 31 quando a fala de Íbis foi feita), esta Carta foi a primeira a ter um capítulo sobre Segurança Pública (Capítulo III) mas que este foi regulamentado somente em 2018. A descontinuidade e o abismo entre

⁸ LADO B DO RIO #125: Segurança Pública (Com Íbis Pereira). Entrevistado: Íbis Pereira. Entrevistadores: Alcysio Canette, Caio Belandi, Daniel Soares, Fagner Torres. Rio de Janeiro. Central 3. 1 nov. 2019. Podcast. Disponível em: <https://www.central3.com.br/lado-b-do-rio-125-seguranca-publica-com-ibis-pereira/>. Acesso em 30 jan. 2023.

o aparato legal e a aplicação na realidade acabam produzindo inconsistências estruturantes que verificamos nos relatos daqueles que estão envolvidos na Segurança Pública, seja trabalhando, seja ocupando as celas das penitenciárias.

Coronel Íbis Pereira em sua fala demonstra que a nossa dificuldade é a falta de um sistema. “Se você não tem uma arquitetura institucional através da qual você possa fazer fluir uma política pública, ou seja, ações de curto prazo, médio prazo, de longo prazo, você não resolve nada em termos de segurança pública.” Sobre a forma que temos enfrentado essa questão nos últimos 40 anos, sinaliza os problemas em deixar que as instituições sejam administradas de forma isolada “Você entra com o discurso da guerra, joga esse discurso nas instituições e elas fazem a guerra. Quando dá certo, o mandatário, o governador da vez recolhe os louros, quando dá errado (...) troca o chefe da PM, o chefe da polícia civil”. Complementa dizendo que “Não ter uma política pública também é uma política.” Em acordo com esses trechos, Feitosa (2015) também falou dessa questão o seguinte: “se faz necessário que o país adote políticas públicas para resguardar os direitos dos seres humanos fazendo com que estas normas constitucionais tenham eficácia.”

“O Brasil assinou em 1985 e ratificou em 1990 a Convenção contra a Tortura e outras Punições e Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes (...) assinou em 1986 e ratificou em 1989 a Convenção Intraamericana para Prevenir e Punir a Tortura” (NETO, 2006, p.57). Porém, como visto anteriormente o marco para a adoção dos Direitos Humanos nas políticas públicas foi somente após 1992. Se tanto.

O texto de Túlio Kahn (1999) sobre o custo da violência, afirma que “Somente no município do Rio de Janeiro, segundo o ISER (Instituto de Estudos da Religião), a violência custou aos cidadãos cerca de 2 milhões de dólares, ou 5% do PIB municipal de 1995”. Mas ressalta que quando faz essas estimativas em seu artigo “não leva em conta um valor incalculável, de um bem que não tem preço: o valor da

vida das vítimas da violência e suas famílias; da dor e do sofrimento humano que a violência representa” (Khan, 1999).

Neto (2006) retorna a pergunta “Por quanto tempo é possível sustentar elevados índices de letalidade em ações policiais, como acontece em São Paulo e Rio de Janeiro?” (NETO, 2006, p.61). Por mais que tenhamos todos esses dados e essas etapas de implementação dos Direitos Humanos às normas e condutas brasileiras de administração pública, “é insuficiente para convencer amplas parcelas da população, de políticos e governantes, a incorporá-los às leis e políticas de segurança pública.” (NETO, 2006, p.61) Mas ressalta que os problemas decorrentes da Segurança Pública devem ser atribuídos ao Estado brasileiro e não a governos, partidos e empresas.

Techos do capítulo 2

Em 13 de março de 1987 foi publicado no Jornal da Tarde do Estado de São Paulo uma matéria pela repórter Maria Teresa Eça sobre a Constituinte: “A constituinte vista de dentro da prisão”⁹. A imagem da matéria é uma ilustração em preto e branco de um sujeito de costas, preso em um ambiente escuro, segurando as barras de uma janela que no fundo formam a paisagem do Congresso Nacional. Na imagem há um curto texto, uma breve introdução da experiência da repórter Maria Teresa ao se dirigir à Casa de Detenção para conversar com os detentos.

Nesse texto ela nos comunica sobre a cadência de abertura e fechamento dos portões e dos protocolos necessários para adentrar a maior penitenciária do Brasil, A Casa de Detenção, que à época tinha 6.500 detentos. Ao que ela descreve seu encontro com o diretor “O homem não me pareceu um diretor de presídio. Simpático e comunicativo, poeta (publicou um livro, descrevendo em versos a vida do presídio que dirige) e cavalheiro.” O diretor havia selecionado

⁹ EÇA, Maria Teresa. A Constituinte, vista de dentro da prisão. Jornal da Tarde, São Paulo, 13 mar. 1987. Disponível em: <
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/113158/1987_12%20a%2020%20de%20Marco_041.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 30 jan. 2023.

os detentos para a entrevista, uma conversa que durou mais de quatro horas e que, ainda nesse curto texto de apresentação, questiona: “como podem esses homens, alguns condenados a mais de 10 anos de prisão, demonstrar uma ligação tão intensa com a vida?”

Me surpreende a colocação de Maria Teresa sobre a postura do diretor; não sei bem o que ela esperava, mas essa colocação nos faz pensar que foi surpreendida de alguma forma. Porém, o principal para ela é essa dúvida final. Por que esse espanto ao perceber que detentos demonstram uma ligação intensa com a vida apesar de suas longas penas?

(...) Também Jocenir escreveu em sua obra a visão e experiência no sistema, mas como detento. Para ele estar na cadeia era um movimento de corpo e alma. “Tudo aquilo que aprendi sobre moral, dignidade, respeito, autoestima, honra, amor próprio, covardia, tinha de ser reavaliado, por ali nada disso existia, ou existia de forma diferente.” (JOCENIR, 2001, p. 43). Retomando até a fala de Tarcísio em sua entrevista para o jornal “Não se pode exigir que o juiz cumpra a lei, nem o delegado nem ninguém, quando o próprio legislador que determina a lei do país não a cumpre” (Jornal da Tarde, 1987)

Por que quem legisla, quem pensa a aplicação das leis, não consulta aqueles que estão sofrendo as sanções do que é proposto? Quem elabora as leis têm uma vida, uma realidade social extremamente diferente daquele que se vê ameaçado pela legislação. Porque a autoridade não enxerga o outro, escuta de sua experiência e leva em conta sua realidade ao pensar nas medidas de segurança pública?

A elite que comanda o país procura não enxergar os problemas sociais, joga o povo no abismo, faz com que as pessoas vivam cercadas de violência, sem formação educacional, religiosa e familiar. Como cobrar de um povo dizimado pela miséria que ele se comporte cordialmente frente à vida? (JOCENIR, 2001, p.108)

“Cada detento uma mãe, uma crença, cada crime uma sentença um motivo, uma história de lágrimas, sangue, vidas inglórias,

abandono, miséria, ódio, sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo.” (JOCENIR, 2001, p.97)

Trecho das Considerações finais

Retornemos ao começo do texto de Camila Nunes Dias (2021):

Em 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu um Estado de Coisas Inconstitucional (ECI) no sistema carcerário brasileiro, ao indicar a ocorrência de “violação generalizada de direitos fundamentais dos presos no tocante à dignidade, higidez física e integridade psíquica”. Na mesma declaração, o STF registrou ainda que as “penas privativas de liberdade aplicadas nos presídios converter-se-iam em penas cruéis e desumanas”, ao violar “dispositivos constitucionais”, normas internacionais reconhecedoras dos direitos dos presos e normas infraconstitucionais como a Lei de Execução Penal (LEP 7.210/1984) e a Lei Complementar (LC 79/1994)”. A formalização da inconstitucionalidade do sistema prisional brasileiro corrobora e, de certa forma, ecoa uma longa história de denúncias de violências, abusos, arbitrariedades e violações que há décadas são expostas, dentre outros, por presos, egressos, familiares, ativistas dos direitos humanos e pesquisadores. (Dias, 2021, p.1)

Segundo o texto do professor Marmelstein (2015), o surgimento de ECI (Estado de Coisas Inconstitucional) deu-se através da Corte Constitucional colombiana no contexto de violações sistemáticas de direitos e tem como propósito “permitir o desenvolvimento de soluções estruturais para situações de graves e contínuas inconstitucionalidades praticadas contra populações vulneráveis em face de falhas (omissões) do poder público”. (Marmelstein, 2015)

Quando se declara o Estado de Coisas Inconstitucional,

o Judiciário reconhece a existência de uma violação massiva, generalizada e estrutural dos direitos fundamentais contra um grupo de pessoas vulneráveis e conclama que todos os órgãos responsáveis adotem medidas eficazes para solucionar o problema. Nesse sentido, o ECI é uma forma de dizer que a situação está tão caótica e fora de controle que é necessário que todos os envolvidos assumam um compromisso real de resolver o problema de forma planejada e efetiva. (Marmelstein, 2015)

O documento que busca reconhecimento do ECI por parte do STF e adoção de providências foi assinado pelo relator Ministro Marco Aurélio, em que consta:

Aponta a adequação da via eleita ante o preenchimento dos requisitos próprios: violação de preceitos fundamentais decorrentes de atos do Poder Público e inexistência de outro meio eficaz de sanar a lesividade. Assevera que a superlotação e as condições degradantes do sistema prisional configuram cenário fático incompatível com a Constituição Federal, presente a ofensa de diversos preceitos fundamentais consideradas a dignidade da pessoa humana, a vedação de tortura e de tratamento desumano, o direito de acesso à Justiça e os direitos sociais à saúde, educação, trabalho e segurança dos presos. (BRASIL, 2015)

Mas coisas assim não acontecem de um ano para outro. Temos no presente trabalho relatórios que, desde pelo menos 1987, descrevem a situação degradante do sistema carcerário brasileiro. Temos músicas, filmes e livros de diversos autores que tiveram suas vidas atravessadas pela realidade dos estabelecimentos penais nos expondo a insustentável situação que vivenciaram. Por que essa demanda somente em 2015? Por que a precisou chegar até 2015 para que fossem notados os fatos que existem desde antes do nascimento da nossa atual democracia?

(...) Acho que não há um desfecho ideal para esse trabalho, mas não posso deixar passar o fato de que, na semana que estou concluindo sua escrita, presenciamos a seguinte notícia divulgada por Anna Satie e Gabriela Vinhal para o portal UOL¹⁰ em 17 de janeiro de 2023: “A ministra do STF Rosa Weber suspendeu parte do decreto do ex-presidente Jair Bolsonaro que perdoava os 74 policiais militares condenados pelo massacre do Carandiru, em 1992”. O decreto foi assinado em 22 de dezembro de 2022 e isentaria aqueles que foram sentenciados por crimes cometidos há mais de 30 anos, beneficiando

¹⁰ Anna Satie e Gabriela Vinhal para o portal UOL em 17 de janeiro de 2023;., em São Paulo e em Brasília 17/01/2023 disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/17/carandiru-stf-suspende-parte-de-decreto-de-bolsonaro-que-deu-indulto-a-pms.htm>

diretamente os agentes condenados pelos crimes relativos ao massacre do Carandiru. Isso foi possível pois, além de estarem acima desse prazo, o crime de homicídio não era considerado hediondo (crimes hediondos não prescrevem) em 1992, tendo se tornado somente em 1994.

De acordo com reportagem do G1¹¹ “Em três décadas ocorreram seis julgamentos do Massacre do Carandiru (...) O tenente-coronel Ubiratan Guimarães, comandante das tropas da Polícia Militar, chegou a ser condenado pela Justiça, em 2001, a 632 anos de prisão pelos assassinatos de 102 presos.” Porém, ao se tornar deputado estadual pelo PTB, passou a ter foro privilegiado. Quando julgado pelo Tribunal de Justiça (TJ) em São Paulo, foi absolvido. “Entre 2013 e 2014, ocorreram mais cinco júris populares, com 74 policiais condenados pelos homicídios de 77 detentos. As penas que eles receberam variam de 48 anos a 624 anos de prisão” - se julgam o homicídio de 77 e não 111 como constam nas fontes pois a Promotoria do caso excluiu 34 vítimas do total porque havia dúvida se elas foram alvo de PMs ou se foram atacadas pelos próprios presos, como aquelas feridas por arma branca. A defesa dos policiais pede a redução das penas e, como cinco dos PMs condenados morreram, os outros 69 agentes terão suas penas revisadas.

Como consta na matéria da Folha de São Paulo¹² “Nenhum dos PMs condenados chegou a cumprir pena, em um imbróglio jurídico que se arrasta há anos”. Ou seja, após mais de 30 anos da maior

¹¹ TOMAZ, Kleber; DIAS, Carlos Henrique. Massacre em SP que matou 111 presos no Carandiru completa 30 anos sem prisões de PMs condenados ou desfecho na Justiça. G1, São Paulo, 1 out. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/10/01/massacre-em-sp-que-matou-111-presos-no-carandiru-completa-30-anos-sem-prisoas-de-pms-condenados-ou-desfecho-na-justica.ghtml>>. Acesso em: 02 fev. 2023.

¹² LOPES, Raquel. STF suspende indulto a PMs condenados pelo massacre do Carandiru, Folha de S. Paulo, Brasília, 17 jan. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/01/stf-suspende-indulto-de-perdao-a-todos-os-policiais-militares-condenados-pelo-massacre-do-carandiru.shtml>>; Acesso em: 01 fev. 2023.

tragédia que o sistema carcerário brasileiro presenciou, ninguém obteve a sentença definitiva e começou a cumprir pena.

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1984.

BORGES, Juliana. Encarceramento em massa. São Paulo: Pólen, 2019.

BORGES, Juliana. Prisões: Espelho de nós. São Paulo: Todavia, 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 02 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. departamento penitenciário nacional, divisão de cadastro e processamento. Estimativa do “déficit” de vagas no sistema penitenciário do Brasil. 068474/88. Brasil, Ministério da Justiça, 21 nov. 1988. Data-base Dez/1988. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/88068474/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_88068474_d0001de0001.pdf. Acesso em: 30 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria da Justiça e Segurança Pública. Divisão de base de dados. Estimativa do “déficit” de vagas no sistema penitenciário do Brasil. OF - MJ/SEJUSTP/113/89. Ministério da Justiça, 30 mar. 1989. Data-base dez/1988. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/89070109/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_89070109_d0001de0001.pdf. Acesso em 30 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Brasília, Ministério da Justiça, junho de 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios-e-manuais/relatorios/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017.pdf>. Acesso em 30 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN. Dados de Jul-Dez/2017. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios-e-manuais/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-dez-2017.pdf>. Acesso em 30 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Brasília, Ministério da Justiça, junho de 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios-e-manuais/relatorios/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017.pdf>. Acesso em 30 jan. 2023.

BRETAS, Marcos Luiz; S'antanna, Marilene Antunes. 2014 In: LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (orgs.). Crime, Polícia e Justiça. 1. ed. São Paulo: editora Contexto, 2014. p. 406 – 470.

DIAS, Camila Nunes. Situação carcerária no Brasil: persistências autoritárias e recrudescimento punitivo, 2021. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2021/11/2021-11_TextoNEV-RelatorioDH_CamilaNunesDias.pdf> Acesso em 30 de novembro de 2022.

DIMAS, Antonio. Joaquim Nabuco & Gilberto Freyre: Memorialistas que se encaixam e se continuam - Revista Letras, Curitiba, n. 94 jun./dez. 2016.issn 2236-0999

EÇA, Maria Teresa. A Constituinte, vista de dentro da prisão. Jornal da Tarde, São Paulo, 13 mar. 1987. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/113158/1987_12%20a%2020%20de%20Marco_041.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 30 jan. 2023.

FILHO, José Carlos Moreira da Silva. Entre Gritos e Jeitinhos: A velha sedução das práticas autoritárias e alguns desafios para uma justiça de transição no Brasil, José Carlos Moreira de Silva Filho, 2014. In:

GUILHERME, Vera Maria; ÁVILA, Gustavo Noronha (org.). *Abolicionismos Penais*, 2017. Org: Vera Maria Guilherme e Gustavo Noronha de Ávila. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017. P. 61-75.

FLAUZINA, A.L.P. *Corpo negro caído no chão: O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Dissertação (mestrado em Direito) - Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

GOMES, Efigênia Paulo. *A evolução das punições no Direito Penal brasileiro*. Jus, 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/55630/a-evolucao-das-punicoes-no-direito-penal-brasileiro>>. Acesso em: 02 fev. 2023.

JOCENIR, *Diário de um detento: o livro*. São Paulo: Labortexto editorial, 2001.

KAHN, Túlio. *Os custos da violência: quanto se gasta ou deixa de ganhar por causa do crime no Estado de São Paulo*. A Violência Disseminada. São Paulo Perspec. Dez 1999. Publicada em 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-88391999000400005>>. Acesso em: 02 fev. 2023.

LADO B DO RIO #125: Segurança Pública (Com Íbis Pereira). Entrevistado: Íbis Pereira. Entrevistadores: Alcysio Canette, Caio Belandi, Daniel Soares, Fagner Torres. Rio de Janeiro. Central 3. 1 nov. 2019. Podcast. Disponível em: <https://www.central3.com.br/lado-b-do-rio-125-seguranca-publica-com-ibis-pereira/> . Acesso em 30 jan. 2023.

LEBRE, Marcelo. *Medidas de Segurança e periculosidade criminal: medo de quem? Responsabilidades*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 273-282, set. 2012/fev. 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/observatorio/uploads/Medidas_de_seguranca_e_periculosidade_criminal_medo_de_quem.pdf>. Acesso em 02 fev. 2023.

LOPES, Raquel. STF suspende indulto a PMs condenados pelo massacre do Carandiru, Folha de S. Paulo, Brasília, 17 jan. 2023. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/01/stf-suspende-indulto-de-perdao-a-todos-os-policiais-militares-condenados-pelo-massacre-do-carandiru.shtml>>; Acesso em: 01 fev. 2023

MARMELSTEIN, George. O Estado de Coisas Inconstitucional – ECI: apenas uma nova onda do verão constitucional? Direitos Fundamentais.net, 2015. Disponível em: <<https://direitosfundamentais.net/2015/10/02/o-estado-de-coisas-inconstitucional-eci-apanas-uma-nova-onda-do-verao-constitucional/>>. Acesso em: 02 fev. 2023.

Memórias da Ditadura. DIGNIFICAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/dignificacao-do-sistema-prisional/>>. Acesso em 02 fev. 2023.

NETO, Paulo Mesquita. Segurança, justiça e direitos humanos no Brasil. In: LIMA, Renato Sérgio de; Paula, Liana de. Segurança Pública e violência. São Paulo: Contexto, 2006. P.53-64.

RACIONAIS MC's, Sobrevivendo no inferno, São Paulo: Companhia das Letras, 2018

RIBEIRO, Darcy. Fala em Conferência, 1982. #SOMOSTODOSPELAEDUCAÇÃO: POR UM PAÍS COM MAIS ESCOLAS E MENOS PRESÍDIOS, 2019. Disponível em: <

SATIE, Ana; Vinhal, Gabriela. STF suspende indulto de Bolsonaro a policiais do massacre do Carandiru. UOL, São Paulo e Brasília. 2023. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/17/carandiru-stf-suspende-parte-de-decreto-de-bolsonaro-que-deu-indulto-a-pms.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2023.

Stanley, Jason (2018): Como funciona o fascismo: A política do “nós” e “eles”, São Paulo: L&PM.

Szabó, Ilona; RISSO, Melina. Segurança Pública para virar o jogo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

VIANA, Larissa. O idioma da mestiçagem. Campinas: Editora da Unicamp, 2007

VARELLA, Drauzio Varella. Carcereiros. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

VARELLA, Drauzio Varella. Estação Carandiru. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

**DEMOGRAFIA, GÊNERO E RAÇA: A ESTERILIZAÇÃO
FEMININA, A BIOPOLÍTICA E O DISPOSITIVO DE
RACIALIDADE NO BRASIL DA REDEMOCRATIZAÇÃO (1984-
1992)**

Victoria Carvalho Junqueira¹

Resumo:

O texto explora como censos demográficos influenciados por instabilidades políticas mascararam desigualdades raciais ao suprimir quesitos sobre raça, reforçando o mito da democracia racial. A partir dos anos 1970, dados da PNAD revelaram disparidades na fecundidade entre mulheres brancas e negras, denunciando o controle reprodutivo direcionado às mulheres negras, ao passo que movimentos negros e feministas criticaram essas práticas como genocídio racial. A CPMI da Esterilização (1992) trouxe dados conflitantes, indicando a subnotificação de mulheres negras. A pesquisa relaciona essas práticas aos conceitos foucaultianos de biopolítica e dispositivo de sexualidade, evidenciando como o racismo estrutural perpetua desigualdades no Brasil.

Em 14 de março de 1980, Joelmir Beting publicava na Folha de São Paulo um artigo intitulado “Os 120 milhões”, com o intuito de comentar o Censo Demográfico do IBGE que acabara de ser divulgado:

Pelo relógio demográfico do IBGE, acordamos hoje com 120 milhões e 400 mil brasileiros a bordo da espaçonave Brasil. A marca histórica dos 120 milhões deve ter sido alcançada no dia 17 de fevereiro, domingo de Carnaval. A população brasileira cresce 2,8% ao ano. Para o estoque de 119 milhões e 700 mil habitantes contabilizados na noite de São Silvestre, estamos crescendo de 9.333 brasileiros por dia, 280 mil por mês. Ou 3 milhões e 360 mil até 31 de dezembro. Em matéria de gente, o Brasil cresce um Paraguai por ano.

O Brasil cresce um Paraguai por ano. A retórica do jornalista, lida por olhos contemporâneos, pode gerar algum estranhamento. Joelmir

¹ Universidade de Brasília. victoriacjunqueira@gmail.com

Beting não apresentou mais parâmetros para justificar tal comparação. Os leitores e leitoras podem, inclusive, se questionar: o território do Brasil, em área total, seria capaz de comportar tantos Paraguais? Nossos recursos naturais, considerando inclusive a violenta história da construção da Usina de Itaipu em terras paraguaias e no oeste do Paraná², fariam com que um Brasil engolisse quantas unidades de Paraguai?

Apesar de tais questionamentos acerca da retórica de Beting, podemos pensar que ao menos ela se relacionava a um país vizinho, latino-americano, de passado colonial compartilhado? Ou, mais sardonicamente, pensamos também no quão inadequado é comparar o crescimento populacional brasileiro com o paraguaio tendo em vista que cabe justamente ao Brasil a responsabilidade histórica por reduzir drasticamente a população do Paraguai.

Em outros documentos do período também encontramos comparações populacionais extravagantes. Este trabalho trata, primeiramente, do debate populacional noticiado no *Diário do Congresso Nacional* de 6 de dezembro de 1984, documento em que foi publicado o relatório da CPI para “investigar o aumento populacional brasileiro”, uma comissão cuja conclusão apresentada era de que o crescimento populacional era tão problemático que estava ligado à “mais profunda e mais grave crise” de toda a história da “Nação” brasileira, decorrendo em consequências de cunho econômico e

² A referência é aos atingidos pelas barragens de Itaipu, que sofreram expropriações entre 1978 e 1982. Segundo Judite Schmitt (2008), “a construção da usina de Itaipu provocou um impacto social de grande dimensão. No início da construção, este impacto tentou ser ocultado através do convencimento da população atingida, de que a usina seria a solução para a demanda de energia tão necessária neste período (anos de 1970) em que a industrialização brasileira estava acelerada, mas, no entanto, a modernização resultante da industrialização, apenas serviu à classe dominante para perpetuar sua hegemonia e a maioria da população ficou excluída dos benefícios que a modernização trouxe para o Brasil. Porém, este discurso e a forma de indenização, propostos pelos dirigentes da Binacional, foi contestado e questionado pelos atingidos que não aceitaram as propostas, estabelecendo uma resistência e uma luta organizada na região oeste do Paraná, através do movimento social, constituído pelos expropriados, que elaboraram suas próprias práticas de organização e de mobilização em que reivindicaram direitos e melhores preços pelas terras que seriam indenizadas”.

financeiro. Utilizo, sem em seguida, notícias de veículos de imprensa de maior circulação como a *Folha de São Paulo* e o *Correio Braziliense*, na década de 1980, com foco na análise de como o discurso do “problema do crescimento populacional brasileiro” engendrou práticas de esterilização feminina compulsória que foram racialmente demarcadas.

O relator da CPI de 1984, o senador Almir Pinto (PDS-CE), optou por exercer uma comparação acerca do crescimento populacional brasileiro com países europeus que, à época, pertenciam ao dito “Primeiro Mundo” para embasar seu argumento de que os dados demográficos brasileiros eram preocupantes:

Se observarmos a evolução do crescimento demográfico no mundo e analisarmos o crescimento de um país como a Inglaterra, por exemplo, vamos ver que, de 1800 a 1850, este país levaria 65 anos para dobrar a sua população. No período de 1900 a 1950, levaria 84 anos. Houve portanto um aumento de 19 anos no tempo necessário para a duplicação populacional. Fenômeno semelhante ocorreu com outros países, como França, Itália e Alemanha. Observamos, ao contrário, que o Brasil, no período 1800 a 1850, levaria 51 anos para dobrar a sua população. No período seguinte, ou seja, 1900-1950, esse tempo diminuiu para 38 anos (BRASIL, 1984, p. 5020).

A comparação do relator nesse trecho limita-se à análise do crescimento populacional em relação ao avanço do tempo cronológico. Podemos nos questionar, novamente, acerca da adequação de tal método de comparação. Novamente, indagamos o que há por trás do suposto problema de população: é uma questão de recursos financeiros, naturais, densidade demográfica? Em termos de área, uma comparação mais adequada poderia ser feita entre a França e o estado do Amazonas. No entanto, levando em consideração a degradação ambiental provocada no território francês no século XIX, em razão da revolução industrial, tal comparação em demais quesitos territoriais cairia por terra. Em 2024, os três estados mais populosos do Brasil encontram-se na região Sudeste. Eles são, respectivamente, São Paulo (46 milhões), Minas Gerais (21,3 milhões) e Rio de Janeiro (17,2

milhões).³ Em 1980, a população do município de São Paulo já totalizava 8,5 milhões e o sudeste já era a região mais populosa do país, totalizando 50 milhões de habitantes, seguida pela região nordeste, que indicava ter 35 milhões de habitantes.⁴ Levando em consideração esses dados, e supondo que o pensamento de Almir Pinto resumia-se a um raciocínio numérico, talvez pudéssemos comparar em termos de população, área e recursos estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais com países europeus como França e Alemanha? Meu exercício hipotético, é claro, serve apenas como recurso retórico similar ao do relator da CPI de 1984 para ocultar o real “problema” do crescimento populacional brasileiro. Estamos lidando com uma questão que extrapola uma mera progressão geométrica: tais suposições numéricas, à primeira vista, excluem do raciocínio uma protagonista frequente dos relatos acerca do suposto problema do aumento populacional brasileiro - a mulher nordestina que tem filhos acima da média nacional. O relator, porém, eventualmente chega a esse ponto:

Em 1950, a mulher nordestina teria uma média de oito filhos, contra sete filhos nas regiões Norte e Centro-Oeste, e também nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Nos Estados do Sul, o número médio de filhos, em final de período reprodutivo, teria sido de seis (próximo a média nacional, em 1950), contra 4,5 e 4,4 filhos em São Paulo e no Rio de Janeiro, respectivamente (BRASIL, 1984, p. 5021).

Certamente, o senador Almir Pinto não tinha como prever que, hoje em dia, três estados do Sudeste continuariam sendo os mais populosos do país - de tal forma que podemos elaborar a hipótese de que o medo real acerca do suposto crescimento acelerado da

³ G1, Censo do IBGE: “Sudeste é região que mais ganhou população; veja a distribuição pelo Brasil”. 28 de junho de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/centro-sul/noticia/2023/06/28/centro-sul-do-ibge-sudeste-e-a-regiao-que-mais-ganhou-populacao-veja-a-distribuicao-pelo-brasil.ghtml>. Acesso em: 26 de dezembro de 2024.

⁴ Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1287#n6/3550308/v/591/p/all/l/v,p,t/resultado>. Acesso em 26 de dezembro de 2024.

população brasileira era de que a população nordestina suplantasse a população sudestina. Sabemos, também, que a população que morava no Sudeste, à época, originou-se a partir das migrações ocasionadas pelo processo de industrialização do país.⁵ É possível, contudo, que herdeiros políticos do senador sejam os mesmos que sigam acusando a região Nordeste e os migrantes nascidos nesses estados que moram em cidades do Sudeste por problemas como a pobreza, a desigualdade e a fome no país.

Importa evidenciar algumas características da terminologia demográfica para melhor qualificar o debate acerca do “mito da superpopulação brasileira”. A população absoluta refere-se ao número total de pessoas que vivem em um determinado lugar, enquanto a densidade demográfica, ou população relativa, considera a relação entre o número de habitantes e a área ocupada. Um lugar populoso tem um grande volume de população absoluta, enquanto um lugar povoado apresenta alta densidade demográfica. No Brasil da década de 1980, São Paulo era o estado mais populoso, enquanto o Rio de Janeiro era o mais povoado (Moreira, 1981, p.16). O crescimento populacional pode ocorrer por maior natalidade em relação à mortalidade (crescimento vegetativo ou natural), por maior imigração em relação à emigração (crescimento por imigração) ou pela combinação desses fatores. Durante os anos 1980, o crescimento populacional brasileiro era predominantemente vegetativo, com a imigração estrangeira tendo participação desprezível. É importante distinguir fecundidade, que se refere ao número de nascimentos vivos, de fertilidade, que é a capacidade biológica de procriar (Moreira, 1981, p.17). A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE realizada em 1986 indicava que 44,4% das mulheres brasileiras que utilizavam métodos contraceptivos haviam optado pela

⁵ A segunda metade da década de 1960 marcou, também, o início do processo de industrialização do campo e modernização agrícola no Brasil, acompanhada pelo aumento do êxodo rural (Berquó, Rocha, 2005).

esterilização, ou seja, tornado-se inférteis, num cenário em que estudos diversos ainda apontavam que a mortalidade materna e infantil eram problemas mais graves do que um suposto crescimento populacional exacerbado.

Mais adiante no relatório da CPI, o senador Almir Pinto reconhece que os dados coletados pelos institutos de pesquisa sobre a população brasileira apresentaram uma diminuição no crescimento populacional. A questão, porém, é que a taxa de crescimento continuava elevada em uma comparação global:

No Brasil - como foi visto anteriormente somente a partir de meados da década de 50, *as taxas de natalidade começaram a decrescer*. O declínio das taxas de mortalidade, no entanto, havia começado bem antes, graças à lenta mas progressiva melhoria das condições sanitárias do País. A partir de 1940, a redução da mortalidade acelera, mercê da intensa utilização das conquistas alcançadas no campo da Medicina Preventiva, principalmente vacinas e antibióticos [...]. *Apesar da redução verificada, a taxa de crescimento alcançada em 1980 é, ainda, considerada elevada. Entre os onze países mais populosos do mundo, o Brasil é, em termos percentuais, o que cresce mais rapidamente* (BRASIL, 1984, pp. 5020-5021, grifo meu).

De acordo com Igor Moreira (1981), tais taxas e índices demográficos não deveriam ser utilizados, em seus números absolutos, em comparações feitas entre o crescimento vegetativo brasileiro e de outros países - exatamente como observamos no Relatório da CPI de 1984. A fundamentação por detrás dos argumentos do senador foi produzida em instituições europeias e estadunidenses. Após a Segunda Guerra Mundial, os demógrafos do *Princeton Office of Population Research* apresentaram o modelo da transição europeia para a queda na fertilidade, entre 1850 e 1940, como um modelo para que houvesse progresso no “Terceiro Mundo” (Hopwood, Flemming, Kassel; 2018, p.7). A chamada “teoria da transição demográfica”⁶ apresentava a passagem de uma fertilidade

⁶A teoria de transição demográfica dos cientistas sociais Ron Lesthaeghe e Dirk van de Kaa descrevia o processo de redução do tamanho da família em duas ondas de transição: a Primeira Transição Demográfica (1880-1930), que envolveu boa parte dos países ocidentais

natural não controlada para o planejamento de famílias menores como um processo modernizador que seria a base de um crescimento econômico estável. O planejamento familiar, para quem defendia o controle de natalidade, seria capaz de acelerar o desenvolvimento nacional para esses países, mesmo sem uma mudança econômica e social significativa (Hopwood, Flemming, Kassel; 2018, p.7). Enfim, sabemos que o declínio populacional ocorreu no Brasil sem obedecer a tal modelo teórico e, desde então, o debate demográfico avançou ao reconhecer que não existe uma única teoria de transição demográfica que melhor defina o tempo e a velocidade da transição de fecundidade, voltando sua atenção para o grupo de determinantes de natureza social, cultural, política e econômicas (Lima, 2010, p.3-4). Para o National Research Council (1999), a combinação específica de cada um desses componentes variaria de acordo com a sociedade e o contexto estudados.

De todo modo, legisladores, formuladores de políticas públicas e pessoas capazes de influir no debate público serviram-se de uma teoria da transição demográfica baseada no modelo europeu que desconsiderou uma série de especificidades do caso brasileiro para justificar seu objetivo de controlar o crescimento populacional numa área específica, como a região Nordeste, no nível federal, ou nas periferias urbanas, como no caso da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, ou em algumas cidades do interior que elegeram prefeitos com tais agendas, como Colatina, no Espírito Santo; Cascavel, no Paraná; Ceres, em Goiás, entre outras localidades.⁷ Tais casos estão documentados nas Comissões Parlamentares que se iniciaram ao final da década de 1980 e impulsionaram a criação da Comissão

europeus, e a Segunda Transição Demográfica, ocorrida após o final do babyboom, em meados dos anos 1960 até o século XXI (Lima, 2010).

⁷ FOLHA DE SÃO PAULO. PR promove esterilização de mulheres carentes. 17 de abril de 1991. Disponível em: Acervo Digital. Acesso em: 30 de abril de 2024. BRASIL. Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional. Brasília, Ano XLVII, N. 16, 28 maio 1992a.

Parlamentar Mista de Inquérito na Câmara Federal, em 1992 (BRASIL, 1993).

Nesse sentido, o discurso que se apropria dos estudos demográficos de população e da terminologia empregada no campo, mas convenientemente desconsidera o que a demografia brasileira já ressaltava acerca de nossas especificidades regionais, serviu para a justificação do controle de natalidade através do estímulo à esterilização cirúrgica feminina. Faz-se indispensável, nesse debate, o conceito de dispositivo de sexualidade elaborado por Michel Foucault, e a aplicação feita por Sueli Carneiro ao desenvolver o dispositivo de racialidade.

As sociedades ocidentais modernas inventaram e instalaram, sobretudo a partir do século XVIII, um novo dispositivo que se superpõe ao primeiro e que, sem o pôr de lado, contribui para reduzir sua importância. É o dispositivo de sexualidade: como o de aliança, este se articula aos parceiros sexuais, mas de um modo inteiramente diferente. [...] o dispositivo de sexualidade funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder. [...] O dispositivo de sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global. Devem-se admitir, portanto, três ou quatro teses contrárias à pressuposta pelo tema de uma sexualidade reprimida pelas formas modernas da sociedade: a sexualidade está ligada a dispositivos recentes de poder; esteve em expansão crescente a partir do século XVII; a articulação que a tem sustentado, desde então, não se ordena em função da reprodução; esta articulação, desde a origem, vinculou-se a uma intensificação do corpo, à sua valorização como objeto de saber e como elemento nas relações de poder (FOUCAULT, 1988, pp. 101-102).

Para Carneiro, o dispositivo de racialidade demarca a humanidade como sinônimo de brancura. Aludindo a Isildinha Baptista, a autora ressaltava como a brancura é estabelecida como parâmetro de pureza artística, nobreza estética, majestade moral, sabedoria científica, etc. O dispositivo de racialidade relaciona-se também ao conceito de biopoder em Foucault, engendrando diversos mecanismos de extermínio da população negra no Brasil. Para o

filósofo francês, o biopoder surge com a “estatização do biológico”, no século XIX, e passa a incidir principalmente sobre a vida e a regulamentá-la em diversos aspectos e de modo cada vez mais abrangente (o poder soberano anterior regulava o “fazer morrer e deixar viver”, regulava a morte). Na contemporaneidade, “a morte do outro - que é Outro porque degenerado e de raça inferior - permite ao biopoder promover a vida da raça mais sadia e mais pura” (Carneiro, 2023, p.61).

Havia também um grave e proposital desinteresse que ocasionava a falta de dados acerca de uma principal divergência para o modelo demográfico europeu: o caso da demografia indígena. As etnias indígenas que habitavam o território do Brasil apresentaram uma queda na população total estimada desde a invasão portuguesa, em 1500, que só começou a se recuperar após uma série de massacres e epidemias, na década de 1980. De acordo com Carolina Brito e Bruno Guimarães (2024), houve uma virada epistemológica na área sanitária entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990 que ampliou a descrição e a compreensão dos processos de ocupação, permanências e mobilidades das populações indígenas por todo o território do continente americano. Os mesmos autores também pontuam que:

os estudos sobre a questão demográfica e a contagem populacional indígena pautaram importantes debates nas últimas décadas, como sobre os distintos padrões de comportamento reprodutivo entre indígenas e não indígenas, as iniquidades entre as diferentes categorias étnico-raciais identificadas pelos sistemas oficiais e a prevalência de certas doenças entre grupos minoritários, como no caso da pandemia de COVID-19 (Brito; Guimarães, 2024, p.3).

O prévio apagamento da presença indígena em tais debates decorre de projetos políticos que remontam a distintos períodos da história brasileira. Historicamente, as mulheres indígenas são associadas, sobretudo, aos primeiros momentos da colonização - e podemos dizer que essa associação se dá, inclusive, no imaginário

coletivo brasileiro. Sua difusão ocorreu através de obras clássicas, cujas ideias foram transmitidas a inúmeras gerações pela educação escolar, exposições em museus, e produções culturais diversas, como gibis, filmes, dentre outros, conforme argumentam Elisa Frühauf e Suelen Julio (2024). As autoras, ainda, observam que:

Dava-se destaque ao seu papel na geração de mestiços, por meio de arranjos familiares ou por encontros sexuais fortuitos, baseados numa suposta disponibilidade sexual dessas mulheres [...]. Essa redução das indígenas às funções de mães de mestiços e de esposas (ou de ‘concubinas’) dos europeus ainda não foi totalmente abandonada. [...] No caso do Brasil, ela aparece já no século XIX, no contexto das discussões sobre a construção de uma ‘história nacional’. Em sua influente História geral do Brasil, Francisco Adolfo de Varnhagen escrevia que os colonizadores se adaptaram ‘a muitos usos dos bárbaros’, incluindo as uniões com as índias, apontadas como um importante fator de ‘fusão das nacionalidades tupi e portuguesa’. A ideia de mulheres indígenas, específicas ou de forma geral, como mães de determinadas nações é algo bem disseminado. Análises posteriores, produzidas com o intuito de revisar a visão benéfica da mestiçagem, acabaram por enfatizar o caráter conflituoso de tais relações - muitas vezes baseadas na violência sexual praticada pelos colonizadores. Trata-se, sem dúvida, de um tema importante a ser considerado em qualquer análise sobre a expansão ultramarina. A violência sexual contra as mulheres indígenas foi parte fundamental da conquista e está muito bem documentada nas fontes primárias e na historiografia” (Frühauf; Julio, 2024, p.322-323).

Nesse sentido, Mary Del Priore (1993) também apontou que no Brasil colonial houve a difusão de discursos disciplinadores que ressaltaram a função reprodutora das mulheres brancas, cuja função primordial seria povoar o território, e embranquecer a população. Del Priore (1993) tratou do fortalecimento da imagem da “santa-mãezinha” piedosa, provedora e assexuada, um arquétipo de longa duração que permanece até os dias de hoje na sociedade brasileira. Esse papel era uma forma de realização para o gênero feminino – a única socialmente respaldada e encorajada. Nesse contexto, afirma a autora que ainda nos dias de hoje “o útero segue sendo o critério principal de saúde para o corpo feminino” (Del Priore, 1993, p.17), mas que práticas femininas tradicionais ainda resistem frente ao saber

oficial e masculino acerca da reprodução e do parto. A autora lembra-nos das distintas vivências maternas do Brasil colônia: a mulher negra escravizada, a mulher branca e a mulher indígena. Os conflitos de raça, credo e segmento econômico por vezes suplantavam alguma espécie de solidariedade de gênero, mas a maternidade articulava possibilidade de acolhimento ou recusa (Del Priore, 1993, p.22). As diferenciações por segmento de raça também são uma continuidade no Brasil contemporâneo quando pensamos na preponderância de mulheres que sofrem violência obstétrica, na desvalorização da vida da juventude negra e dos povos indígenas.

Nesse contexto, a domesticação da “santa-mãezinha” foi impulsionada pelo discurso normativo médico sobre o funcionamento do corpo feminino, que reforçava a função do corpo feminino para a procriação. Conforme os estudos de Karoline Carula (2012) acerca dos cursos públicos do Museu Nacional no último quartel do XIX, a hierarquização racial da sociedade e a criação de uma boa mãe de família burguesa estavam no centro do “projeto modernizador da sociedade” dos discursos científicos da época. Jurandir Freire (2008) e Okezi Otovo também acompanharam a produção da ideologia “maternista”, no Rio de Janeiro e em Salvador, através de produções da imprensa e políticas públicas de Estado, respectivamente.

Percebemos que as mulheres indígenas seguiram silenciadas por séculos ao serem relegadas ao papel simbólico de “mães da nação brasileira” enquanto elas e suas comunidades foram relegadas ao extermínio sistêmico. Na primeira República, a chamada Comissão Rondon (1907-1915), teve como objetivos oficiais a inspeção e o controle de fronteiras, a conexão da região Noroeste ao restante do país através da instalação de linhas telegráficas, o incremento da produção agrícola, e o “povoamento da região”. Contudo, também propagava-se o ideário acerca de “vazios demográficos” em territórios habitados por diversas etnias indígenas por diversas regiões do Brasil,

especialmente o Norte e o Centro-Oeste (Brito; Guimarães, 2024, p.4). Na prática, houve a invasão de territórios indígenas, a instauração de trabalhos forçados, retração demográfica e propagação de variados surtos epidêmicos.

Os registros de surtos epidêmicos, a falta de assistência às populações indígenas e a fragilidade do SPI constavam nos relatórios e inquéritos realizados no interior desse Serviço, desde suas origens até os últimos anos de atuação. Os problemas apontados tratavam da falta de material médico, de profissionais da saúde, além de questões referentes ao impacto do convívio entre indígenas e não indígenas [...]. Os recenseamentos demográficos brasileiros, iniciados em 1872, apesar de em algumas ocasiões terem registrado informações sobre os indígenas em território nacional, até então não haviam divulgado dados sobre o contingente absoluto desse segmento populacional. O marco dos censos modernos no país, o de 1940, identificou apenas quatro categorias de “Cor” compondo a população brasileira: “branca, preta, parda e amarela”, esta última referindo-se à população de origem ou ascendência do leste asiático. O registro e a contagem dos indígenas estavam, então, sob a responsabilidade do SPI e, a partir de 1944, de sua Seção de Estudos (SE) (Brito; Guimarães, 2024, p.4).

No estudo da esterilização feminina no Brasil do último quartel do século XX, há uma discrepância nos dados raciais que apontavam qual seria a raça dessas mulheres esterilizadas. Tal distorção indicava que mais mulheres brancas do que negras passaram por esse procedimento, contudo, os dados demográficos a respeito do critério de raça sofreram grandes mudanças na virada para o século XXI, acompanhando o registro de uma maioria entre os indivíduos autodeclarados negros em relação à parcela da população branca. Descrevemos acima quão problemáticos foram, também, os dados acerca da saúde e da demografia indígena registrados no período, ou seja, suspeitamos que tal problemática se espelha nas questões reprodutivas das mulheres indígenas. Conforme o Relatório Final da CPMI da esterilização, de 1992:

Do total das mulheres esterilizadas, 3.646.781 (61,8%) eram brancas, enquanto 2.212.148 (37,5%) eram negras e pardas, sendo inexpressivo o número de mulheres amarelas neste contingente populacional. Do total das mulheres brancas brasileiras, 16,9% estavam esterilizadas,

enquanto entre as negras e pardas o índice de esterilização atingia 14,3%. (Congresso Nacional, 1993, p.34).

O problema no registro da racialidade das mulheres em estudos sobre questões reprodutivas se refletia também em textos feministas do período, que confrontavam análises de gênero e sexualidade com questões de classe social, porém, não faziam referência a autoras e autores que debatiam raça, ou não adicionaram tal critério em seus questionários. Um grupo que reunia feministas do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Pernambuco elaborou um questionário com questões de percepção corporal para ser aplicado a mulheres de diferentes regionalidades e classes sociais:

Fizemos perguntas sobre a percepção corpórea, cuidados corporais, coisas consideradas pelos questionários convencionais, especialmente os feitos por homens, como absolutamente irrelevantes e óbvias. Depois fizemos perguntas sobre a sexualidade propriamente dita, o orgasmo, a virgindade, o adultério, a frigidez, a masturbação, o aborto (Muraro, 1985, p.11).

Pesquisas como a mencionada, publicada por Rose Marie Muraro, feminista de grande relevo nacional e importância política no Partido Democrático Trabalhista (PDT) à época da Redemocratização, bem como editora-chefe da Vozes, coletaram dados valiosos acerca da sexualidade feminina na época, mas também não registraram dados acerca da racialidade dessas mulheres. Estudos mais recentes, como o de Andrea Alves (2014, p. 201), ressaltam a *mulher pobre* como o alvo preferencial da preocupação com o planejamento familiar no Brasil.

Observamos anteriormente as idas e vindas do desenvolvimento da demografia no Brasil e a inclusão do critério de cor nos questionários demográficos. Também o questionamento das pesquisas raciais são parte fundamental da história da demografia brasileira. Acompanhar os avanços da demografia brasileira, junto com a historiografia e as ciências sociais, ajuda-nos a entender movimentos importantes na demarcação da composição racial da população brasileira, e suas reflexões em estudos como a composição

da racialidade das mulheres que sofreram esterilização compulsória. É o caso da análise acerca da mudança no perfil racial da população brasileira realizada em “A Demografia da Cor”, de Sergei Soares, capítulo publicado em um boletim do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Ocorre que na PNAD de 2007 a população brasileira assumiu-se majoritariamente negra: 49,8% dos entrevistados na PNAD identificavam-se como pretos ou pardos (Soares, 2008). O que ocorreu para que tal fenômeno se concretizasse?

O Censo de 1890, possivelmente o primeiro com boa cobertura da população brasileira, apontava que 56% dos brasileiros eram negros. A próxima contagem de cujas informações ainda dispomos é o Censo de 1940, no qual a população negra tinha caído a meros 35,8% da população brasileira total. Esta impressionante queda nada tem de misteriosa: conforme documentado por Levy (1974), de 1890 a 1930, mais de três milhões de europeus brancos imigraram para o Brasil. Isso equivale a 36% da população brasileira em 1890, que era de pouco mais de 14 milhões de pessoas, e foi o suficiente para mudar totalmente a composição racial da população brasileira (Soares, 2008, p.97).

Sob o espectro do “fantasma do suicídio da população branca”, havia círculos eugenistas que, desde o início do século XX, temiam que a diminuição na natalidade da população branca seria suplantada por um crescimento maior entre a parcela negra da população. Como observou Roland, em 1995:

Esperavam inclusive que a população negra (pretos + pardos) no Brasil seria majoritária ultrapassando a população branca. Mas a PNAD de 1990 não confirmou esta expectativa e a população branca até cresceu um pouco. A população preta diminuiu de 6% para 5% e a população parda se manteve praticamente constante [...] A taxa de fecundidade no Brasil, que em 1986, era de 3,5 filhos por mulher, caiu para 2,5 em 1991. No Nordeste, a estimativa da Benfam é de 3,7, em 1991. A importância deste dado pode ser avaliada sabendo-se que, em 1970, a taxa de fecundidade era de 7,5 em 1980, 6,1 e de 5 filhos por mulher em 1984. Sabendo-se que 71% da população do Nordeste é negra este dado significa que houve uma redução substancial na taxa de fecundidade da população negra no Nordeste (Roland, 1995, p. 508).

Observadores do fenômeno questionaram-se: mulheres negras tiveram mais filhos que as mulheres brancas? Os números apontam que a taxa de fecundidade não foi superior num nível necessário para que ocorresse a ultrapassagem numérica observada na declaração do critério de cor. Segundo Soares (2008, p.101):

A PNAD mede fecundidade para mulheres de todas as cores desde 1992. Houve medidas em PNADs anteriores, mas não são totalmente comparáveis com a série 1992 a 2007. [...] Em 1992, as mulheres negras de 16 anos ou mais tinham em média 2,9 filhos contra 2,5 para as mulheres brancas. Em 2007, essa diferença continuava: 2,4 para mulheres negras contra um pouco menos que dois para mulheres brancas. A diferença percentual entre taxas de fecundidade de mulheres negras e brancas é crescente: 15% em 1992, 19% em 1999 e 20% em 2007. A tendência agora é que essa diferença caia, uma vez que há, segundo Beltrão, Camarano e Kanso (2004), uma tendência de convergência nas taxas de fecundidade.

Ainda, o mesmo autor constatou, sobre a identidade racial dos filhos dessas mulheres:

Nem todos os filhos de mulheres brancas são brancos e nem todos os filhos de mulheres negras (pretas ou pardas) são negros (pretos ou pardos). Em outras palavras, a miscigenação e outros fatores que envolvem a identificação racial ao nascer também são relevantes. [...] Finalmente, como no Brasil o critério de identificação racial é a auto-identificação, nada garante que as pessoas mantenham a mesma raça ao longo da vida (Soares, 2008).

O fato é que o perfil racial da população mudou com maior rapidez que a taxa de mortes e nascimentos nos grupos raciais negro e branco no Brasil. Soares (2008) percebeu que, cada vez mais, a identificação racial se transformou em uma opção individual, havendo mudanças na identificação racial ao longo da vida das pessoas.

a identificação racial não é mera consequência da cor dos nossos pais. É uma construção social para a qual contribui o lugar que as pessoas ocupam na sociedade e, também, como as próprias pessoas se vêem. Nada garante que esse modo de construir sua própria identidade seja constante ao longo do tempo. Para os indivíduos, pode depender de mudanças nas suas visões de mundo, ideologia ou até refletir experiências particulares que os afetaram. Do

ponto de vista da sociedade, pode refletir mudanças em como cada identidade racial é construída (Soares, 2008).

Percebe-se que o perfil racial da sociedade brasileira como um todo sofreu uma grande transformação, desde 1992 até 2007, como aponta a análise das PNADs levada a cabo por Soares (2008). A reavaliação da autodeclaração, da identidade racial mutável ao longo da vida dos indivíduos nos leva a questionar: seria confiável o dado de que o perfil majoritário da esterilização feminina no Brasil eram mulheres brancas, como apontou o Relatório Final da CPMI? Uma conclusão de Soares a partir da geração de gráficos de regressão logística multinomial foi a seguinte:

A história até aqui é mais ou menos clara e coerente: a despeito da existência indubitável de efeitos da taxa de fecundidade e da identificação racial ao nascer, há uma avalanche de mudanças na identificação racial. Essa avalanche vem em detrimento da identidade branca e, principalmente, a favor da identidade coletada pelo IBGE como preta, mas muito possivelmente sentida pelos indivíduos como negra. Finalmente, essa avalanche começa com pouca força a partir de meados da década de noventa, mas adquire muito mais movimento a partir da mudança do milênio (Soares, 2008, p.111).

Soares, contudo, de partida observava que dois grupos demográficos foram quase que completamente deixados de fora de sua delimitação analítica: indígenas e amarelos - e essa observação é feita em tom de desculpa, palavra utilizada pelo autor. Soares reiterou que a longa história demográfica dos indígenas no Brasil era de massacre e, mais recentemente, de incrível recuperação demográfica. Por sua vez, os amarelos corresponderiam àqueles indivíduos majoritariamente descendentes da imigração japonesa do início do século XX.

Poderíamos dizer que não documentaremos os movimentos demográficos dessas categorias porque são, em termos relativos, pequenas e, portanto, há problemas com os dados. A alegação seria correta. Mas mais profundamente, o foco sobre negros e brancos ocorre porque são esses os dois grandes protagonistas da novela racial brasileira. [...] Foi para atenuar o “elemento negro” e não o “elemento indígena” que houve o incentivo à imigração de europeus brancos. A grande maioria da literatura científica sobre o tema racial trata de negros e

brancos. Ou seja, por mais importante que tenham sido indígenas e amarelos no desenvolvimento do país, para fins deste capítulo, o foco será sobre brancos de um lado, e pretos e pardos do outro (Soares, 2008, p.100).

A padronização de taxas e estimativas para aplicação em modelos estatísticos e regressões binomiais realizadas pelo autor parecem razoavelmente justificadas. Similarmente, ele justifica no estudo que excluiu os dois grupos da análise. Contudo, não podemos desconsiderar a grave lacuna que se perpetua em todo um campo de estudos, especialmente quando o apagamento racial indígena também ocorreu na prática. Ademais, quando se faz pesquisa em História, acabamos por nos deparar com um documento que é justamente a categoria pequena que atrai nossa curiosidade para um fator que estava, até então, sendo desconsiderado de estudos e análises prévias.

É o caso da denúncia realizada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), publicada em três matérias no jornal *o Correio Braziliense*, nos dias 15, 16 e 18 de julho de 1982, informando a ocorrência de esterilização compulsória de uma mulher indígena da etnia Cayabi, através da realização de uma cirurgia de laqueadura tubária não autorizada pela paciente:

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) afirmou ontem que a “laqueadura tubária” (ligação de trompas) realizada na índia Eworun, que deu à luz a trigêmeas, sábado último, no Hospital de Base do Distrito Federal, foi autorizada pela assistente social da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Hildete Girão Mota. Enquanto isso, o assessor de imprensa do órgão, Odil Telles, negava que a Funai houvesse emitido qualquer autorização.

O diretor do HBDF, Gustavo Arantes, declarou que a “laqueadura” é prevista no código médico e “para isso não depende da vontade da índia, da Funai ou do Papa”. “A mãe corria risco de vida e esse risco foi constatado durante a cirurgia”, afirmou.

“Assim”, disse o assessor Odil Telles, “diante do parecer de uma junta médica, comunicado pelo médico Gustavo Arantes, não temos que contestar. Mesmo porque foi um caso excepcional”.

Por sua vez, o CIMI questiona essas declarações, face as informações prestadas pelos médicos que assistiram Eworun, de que sua saúde era a melhor, inclusive o obstetra Raimundo Cavalcanti, ao afirmar que seu único

problema ao chegar ao HBDF era uma infecção dentária (CORREIO BRAZILIENSE, 1982).

Sueli Carneiro (2023) apontou que o elogio à miscigenação não foi capaz de suplantar o desejo produzido historicamente pelo branqueamento da população. Carneiro (2023, p.61) alude à biopolítica elaborada por Michel Foucault para pontuar como há diferentes usos para as tecnologias de controle sobre a reprodução que dependem da racialidade dos grupos e indivíduos aos quais elas são destinadas. Isso é ilustrado pelos altos índices de mortalidade infantil brasileiros das últimas décadas do século XX, especialmente quando se comparam os diferentes grupos sociais e agrupamentos étnicos/raciais:

no Brasil das últimas décadas, alteraram-se significativamente os índices de mortalidade, por exemplo a infantil, para os diferentes grupos sociais e agrupamentos étnicos/raciais, fazendo o país experimentar uma redução efetiva nas taxas de mortalidade de menores de um ano. Segundo Estela Maria Garcia de Pinho da Cunha, no período de 1977 a 1993, essa redução foi de 57% [...] o índice de mortalidade infantil de brancos menores de um ano diminuiu 43% nesse período, enquanto a redução da mortalidade infantil negra aconteceu em nível significativamente menor, de apenas 25% [...] quase 20 anos depois, esse valor havia aumentado para 40%. Estes achados sugerem que, comparativamente, os filhos de mães negras aumentaram sua exposição ao risco de adoecer e morrer (Carneiro, 2023, p.66).

Historicamente, percebemos que os regimes de poder, saber e sexualidade no Brasil perpetuaram os ideais analisados por Carneiro, Nascimento e Werneck: miscigenação, democracia racial, branqueamento racial. Ainda que os sujeitos não se identificassem enquanto pretos ou pardos na auto-identificação, isso não os impedia de sofrer os efeitos de tais discursos. E ainda que essa denúncia não tenha sido acolhida na hora da redação do relatório final da CPMI da esterilização, mostra-se que tais discursos atuaram no contexto da esterilização em massa de mulheres entre as décadas de 1970 e 1990.

Observamos na CPMI da esterilização federal o silenciamento típico acerca de dados de saúde reprodutiva e demografia da

população indígena que se perpetuaram nas políticas públicas, na demografia, na historiografia, no jornalismo e em demais áreas até os dias de hoje.

Fontes:

BRASIL. Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional. Brasília, Ano XLVII, N. 16, 6 de dezembro de 1984.

BRASIL. Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional. Brasília, Ano XLVII, N. 16, 28 maio 1992a.

BRASIL. Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional. Brasília, Ano XLVII, Suplemento ao n.30, 5 de agosto de 1992b.

BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil. Senado Federal, Centro Gráfico: Brasília, 1993.

CORREIO BRAZILIENSE. Funai diverge, mas índia foi esterilizada. 15 de julho de 1982. Disponível em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em: 16 de maio de 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO. Notas Econômicas: Os 120 milhões. 14 de março de 1980. Disponível em: Acervo Digital. Acesso em: 10 de abril de 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO. PR promove esterilização de mulheres carentes. 17 de abril de 1991. Disponível em: Acervo Digital. Acesso em: 30 de abril de 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO. Deputado admite ter esterilizado 750 mulheres. 19 de abril de 1991. Disponível em: Acervo Digital. Acesso em: 30 de abril de 2024.

Referências bibliográficas:

BERQUÓ, E.; ROCHA, M. I. A Abep no contexto político e no desenvolvimento da demografia nas décadas de 1960 e 1970. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 22(2), 233–246, 2005.

BRITO, C; GUIMARÃES, B. Entre invisibilidade e resistência: saúde e demografia indígenas durante a ditadura militar brasileira. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n.10, 2024. pp.1-10.
<https://doi.org/10.1590/1413-812320242910.02592024>

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. São Paulo: Zahar, 2023.

CARULA, K. Perigosas amas de leite: Aleitamento materno, ciência e escravidão em a mãe de família. *Historia, Ciencias, Saude - Manguinhos*, 19(SUPPL.1), pp.197-214, 2012. <https://doi.org/10.1590/s0104-59702012000500011>

COSTA, J. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

DEL PRIORE, Mary. *Ao Sul do Corpo: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

GARCIA, Elisa F.; JULIO, Suelen S. Trajetórias indígenas. In: ARAÚJO, A. et. al. (orgs). **A Época Moderna**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2024. p.317-333.

HOPWOOD, N., Flemming, R., & Kassell, L. Reproduction in History. In N. Hopwood, R. Flemming, & L. Kassell (Eds.), *Reproduction: Antiquity to the Present Day*. Cambridge University Press, 2018.

LIMA, E. Voto e Fecundidade no Brasil: o efeito do processo eleitoral durante o regime militar sobre a mudança de comportamento reprodutivo brasileiro. Tese (Doutorado em Demografia) 2010. 107f. UFMG/Cedeplar.

MURARO, Rose. *Sexualidade, Libertação e Fé: por uma erótica cristã, primeiras indagações*. São Paulo: Vozes, 1985.

OTOVO, O. *Progressive Mothers, Better Babies: Race, public health and the state in Brazil, 1850-1945*. University of Texas Press, 2016.

SCHMITT, J. Os atingidos por Itaipu: história e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. Dissertação de Mestrado em História (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná), 2008. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/1736>. Acesso em: 26 de dezembro de 2024.

SOARES, S. "A demografia da Cor: A composição da população brasileira de 1890 a 2007", pp. 97-117. In: JACCOUD, L., Osório, R. G., & Soares, S. *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. IPEA, 2008.

“A MEMÓRIA NO MEMORIAL: SOBRE O DIREITO À MEMÓRIA POR MEIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA”

Yuri Barbosa Santos¹

Resumo

A memória ganha diversos sentidos no tempo e espaço, segundo os sujeitos históricos, identidades e culturas. Os museus são espaços de educação que, por meio de seu acervo, formado pela memória e patrimônio de uma sociedade, se reconhecem como um lugar democrático ao receberem diversos públicos. Nesse sentido, o Memorial dos Povos Indígenas (MPI) deve ser um local de reconhecimento de memórias, sujeitos, identidades e culturas, um memorial de povos em seu projeto educativo e museológico. A presente pesquisa teve como objetivo identificar as potencialidades educativas no Memorial dos Povos Indígenas, realizar um diagnóstico sobre as condições atuais do MPI no que diz respeito às suas atividades e ações educativas, elaborar proposições de intervenção visando o aprimoramento da prática pedagógica no museu e escola por meio da pesquisa-ação como cidadão, pesquisador e professor. Essa pesquisa é resultado do projeto “Pesquisa em Educação Museal: Ações Educativas nos Espaços Museais do Governo do Distrito Federal”, desenvolvido na Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília (UnB) por equipe multidisciplinar e a memória é entendida com um direito correlato à educação e cultura em uma perspectiva histórico-crítica e pós-crítica.

Palavras-Chave: Museu; Educação Museal; História; Identidade; Povos Indígenas.

Abstract: Memory takes on different meanings in time and space, according to historical subjects, identities and cultures. Museums are spaces for education through their communication and exhibition formed by the memory and heritage of a people, aimed at school and non-school audiences, society, citizenship and democracy. In this sense, the Memorial of Indigenous Peoples (MPI) must be a place of recognition of these memories, subjects, identities and cultures, a memorial of peoples in their educational and museological project through the cultural heritage of humanity - in particular, the

¹ Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília (UnB), Historiador, estudante de Pedagogia e bolsista (CAPES) do mestrado em Educação (FE/ETEC/UnB), membro do grupo de “Pesquisa em Educação Museal: ações educativas nos espaços museais do Governo do Distrito Federal”. **Orientadora:** Dr^a Renata Silva Almendra. Universidade de Brasília (UnB) yuri.b.santos@hotmail.com.

indigenous population in the construction of Brazil. The research aims to identify the educational potentialities in the Memorial of Indigenous Peoples, conduct a diagnosis of the current conditions of the MPI regarding its activities and educational actions, and develop intervention proposals aimed at improving pedagogical practice in the museum and school through action research as a citizen, researcher, and teacher. This research is the result of the project “Research in Museum Education: Educational Actions in Museum Spaces of the Government of the Federal District”, developed at the Faculty of Education (FE) of the University of Brasília (UnB) by a multidisciplinary team and memory is understood as a right correlative to education and culture in a historical-critical and post-critical perspective.

Keywords: Museum; Museum Education; History; Identity; Indigenous Peoples.

1. Introdução: Educação, Museu e Memória

Tudo o que pudemos aprender, foi rebeldia; rebeldia que se fez, assim, uma das mais fundas e legítimas tradições brasileiras. Mas rebeldia que é senão conformidade negativa? Rebeldia era o desejo de que os privilégios escravocratas, ou outros dos tempos coloniais, viessem competir a alguns nativos (não todos os nativos) em substituição àqueles que nos estavam a todos explorando (Risos.) (Anísio Teixeira apud ROCHA, 2002, p. 37).

O grupo de pesquisa formado por estudantes da Educação, História e Museologia dedicou-se ao estudo do Museu do Catetinho, Memorial dos Povos Indígenas e Conjunto Cultural da Praça dos Três Poderes, museus vinculados à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Distrito Federal (SECEC-DF). Todos são espaços de educação não formal que fazem parte do roteiro de formação no âmbito da História do Distrito Federal (DF), Regional e Nacional, com diversos elementos de memórias individuais e coletivas que constroem a cidadania dos sujeitos e agentes históricos que por aqui vivem ou visitam. A história da Capital Federal (Brasília) é parte da história nacional desde seu nascimento em 1960, por meio de narrativas hegemônicas e contra-hegemônicas, construindo a

trama da narrativa histórica, historicidade e historicismo no tempo e espaço dos brasilienses e brasileiros.

A pesquisa teve como objetivo identificar as potencialidades educativas no Memorial dos Povos Indígenas, realizar um diagnóstico sobre as condições atuais do MPI no que diz respeito às suas atividades e ações educativas, elaborar proposições de intervenção visando o aprimoramento da prática pedagógica no museu e escola por meio da pesquisa-ação como cidadão, pesquisador e professor. Dessa forma, buscamos analisar a relação entre educação e museu por meio da análise da sua proposta, planejamento, execução e avaliação de suas atividades e projetos realizados, organizados no Programa Educativo e Cultural (PEC) dos museus dentro do Plano Museológico da instituição, documentos legais e pesquisas na área de Museologia, Pedagogia e História, dentre outras. Além disso, incentivou-se a vivência no espaço museal pesquisado.

A pesquisa justifica-se por meio da identificação de uma lacuna nos cursos de História, Museologia e Pedagogia no que tange um aprofundamento teórico metodológico e prático relativo aos processos educativos das instituições museológicas, limitando esse entendimento unicamente às ações de mediação/guia nas visitas, invisibilidade e fragilidade da educação museal nos museus e identificação de uma dificuldade das instituições museológicas em elaborar seus Programas Educativos e Culturais (PEC), que devem constar nos referidos Planos Museológicos. Nesse sentido, minha pesquisa dentro do projeto centra-se sobre o Memorial dos Povos Indígenas (MPI) do Distrito Federal. Algumas questões foram o ponto de partida para a pesquisa: Qual o projeto museológico? E o projeto educativo do MPI? Qual o público do Museu? De que forma os povos originários estão tendo suas memórias representadas naquele espaço? De que forma poderia ser? Essas são algumas das perguntas que norteiam esse trabalho em busca da memória no memorial, de suas ações educativas e representações dos diversos povos ali

representados - ou não. A memória é entendida como direito social e político necessário para emancipação do ser humano educado e cidadão, sujeito histórico consciente e agente histórico crítico sobre sua realidade, tal qual apontam os documentos legais de educação e sua perspectiva histórico-crítica e pós-crítica.

Como docente da disciplina de História no Centro de Ensino Fundamental 7 (CEF 7) do Plano Piloto, comunidade escolar que faz o acolhimento de estudantes indígenas na rede pública, trabalho com a história de povos afro-brasileiros e originários. O MPI é um espaço histórico na cidade, no qual tive a oportunidade de visitar em diversos momentos, como durante o Acampamento Terra Livre em 2018, quando fiz uma cobertura colaborativa do evento, como cidadão e pai em diversos eventos voltados para o público adulto e infantil. Como pesquisador, visitei o espaço sozinho e com o grupo de pesquisa, com e sem mediação. Como espaço de convivência, o MPI é um memorial onde são criadas memórias por quem vive naquele lugar.

Fotografia 1 - Memorial dos Povos Indígenas (MPI)



Legenda: Acervo pessoal; Visita ao Memorial dos Povos Indígenas com estudantes do CEF 7 do Plano Piloto, 2024.

2. Metodologia: O caminho da memória

A metodologia é a da pesquisa-ação, “(...) uma forma de investigação-ação que se utiliza de técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática”(TRIPP, 2005, p. 447). Não poderia ser diferente, tendo em vista que os museus e os monumentos de Brasília (cidade consagrada como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO) fazem parte das pessoas que aqui vivem, sendo constantemente revisitados por quem vive à cidade (como Direito, tal qual apontam Henri Lefebvre [2001] e David Harvey [2008]), tal qual o direito à educação e cultura, presente na legislação brasileira e executado pelas escolas e equipamentos museais. Dessa forma, essa é uma pesquisa feita por quem vive na cidade como brasiliense, ao mesmo tempo, como professor, Agente Cultural (SECEC), Historiador, estudante de Pedagogia (UnB) e do mestrado na Faculdade de Educação (FE) na linha de pesquisa de Educação, Tecnologias e Comunicações (ETEC), percurso formativo, de pesquisa e de prática docente que contribui na teoria, metodologia e ações planejadas.

As etapas da metodologia envolveram revisão bibliográfica e debates junto ao grupo de pesquisa em Educação Museal, visita ao MPI e museus da SECEC/DF com o grupo de pesquisa, sozinho, acompanhado com meu filho e como professor do Ensino Fundamental II, análise da documentação, diagnóstico e da pesquisa de público. Por fim, revisão dos conceitos e dados para sistematização da apresentação da pesquisa e artigo resumido e expandido. A proposta de intervenção volta-se para as práticas pedagógicas junto aos estudantes de 6º e 7º ano do Ensino Fundamental, CEF 7 do Plano Piloto. Envolvendo aulas expositivas, documentários, debates, filmes, animações, jogos de videogame, jogos de tabuleiro, dentre outros recursos didáticos junto aos adolescentes-estudantes, culminando, com uma visita ao MPI no terceiro bimestre escolar.

Com o grupo de pesquisa de PIBIC, visitamos museus de forma virtual em projetos como a Exposição Paulo Freire em Brasília² do Museu da Educação do Distrito Federal (MUDE) ou o famoso Museu da Pessoa³ em atuação desde 1991. Em grupo, fizemos vivências locais de estudos como a Praça dos Três Poderes e Panteão da Pátria, acompanhados de mediadores contratados por meio de editais de cultura e professores(as) cedidos pela SEEDF em parceria com a Secretaria de Cultura como ocorre no caso do MPI. Dessa forma, o caminho da memória envolve reflexões teóricas, debates e vivências museais junto ao grupo de pesquisa e vivências pessoais junto a família e escola por meio da atuação como professor de estudantes indígenas. Tal qual sobre a influência da minha própria descendência originária junto a minha família no Piauí, com descendência Akroá Gamella, uma das descobertas ao longo dessa pesquisa.

Fotografia 2 - Memorial dos Povos Indígenas (MPI)



Legenda: Acervo pessoal; Visita ao Memorial dos Povos Indígenas com estudantes do CEF 7 do Plano Piloto, 2024.

3. Desenvolvimento: A Memória no Memorial dos Povos Indígenas

² Disponível em: <https://paulofreireembrasil.com.br/>, acesso em 21 de julho de 2024.

³ Disponível em: <https://museudapessoa.org/>, acesso em 21 de julho de 2024.

A memória é um direito, tal qual indica a legislação educacional brasileira ao reafirmar a identidade e história de povos indígenas e afro-brasileiros (Lei nº11.645/2008). Estes, têm na oralidade uma das grandes marcas de sua presença na História, no contar e recontar do tempo e espaço vivenciado entre as gerações, função essencial no entrelaço entre memórias, identidade e cidadania. Na busca por uma sociedade democrática e menos desigual, a educação brasileira nos leva a valorizar esses povos na sua formação de maneira que reconheçamos o genocídio, etnocídio e preconceito vividos por povos indígenas e negros na atualidade, um problema histórico em nosso país. Na busca pela superação desse problema nacional, escolas, universidades e museus têm trabalhado juntos na construção de propostas educativas e narrativas expográficas.

Na vivências sozinho, senti falta de informações além da descrição do objeto, povo e localização geográfica, um objeto por si só não nos leva a reconhecer as memórias de uma cultura. Com meu filho, uma criança de sete anos, notei que os objetos não podem ser tocados, nem mesmo os brinquedos utilizados por crianças indígenas, o amplo espaço não tem locais para a brincadeira e o brincar. Na visita junto com os estudantes, consegui articular a pesquisa com a ação por meio de uma prática pedagógica direcionada aos estudantes indígenas e a comunidade escolar.

A pesquisa-ação, ou práxis pedagógica, junto aos estudantes do CEF 7, envolveram as diversas aulas sobre História da América⁴ e seus povos originários por meio de aulas expositivas no quadro, slides, utilização de documentários como o “Guerras do Brasil.doc”⁵ (episódio 1 e 2) para falar sobre colonização, povos indígenas e afro-brasileiros. Nessa narrativa de História do Brasil e seu povo, um

⁴ Projeto “História em Casa”. Disponível em: <https://youtube.com/playlist?list=PLM-UyhdjMDEI9AZ9fAZ5a3XINHxsTfeV7&si=Di28PM5p2WS-NNAX>, 28 de novembro de 2024.

⁵ Direção: Luiz Bolognesi. Rio de Janeiro: Curta!, 2019. Televisão, 6 episódios (aproximadamente 25 min).

invasor vem para o paraíso roubar suas riquezas, adoecer o povo originário, escravizá-lo, catequizá-lo, conceitos como genocídio e etnocídio são essenciais para compreender o processo de colonização do Brasil e das Américas.

Ao longo do ano escolar tivemos momentos de pesquisa de povos específicos por meio do site do Instituto Socioambiental (ISA)⁶ que acarretaram em exposições no ambiente escolar, debatemos também o contexto de Brasília por meio do documentário “A Ditadura da Especulação” (2012)⁷, sobre o conflito entre o Santuário dos Pajés e o nascimento do bairro Noroeste em território indígena: um processo de gentrificação e especulação imobiliária. Debatemos o futuro do Brasil e dos povos indígenas a partir da animação “Uma História de Amor e Fúria”⁸. Criamos jogos de tabuleiro ambientados em tempos históricos, muitos deles ambientados entre povos indígenas, africanos e afro-brasileiros, estes, foram expostos na Feira de Ciência da escola junto com o fim desta pesquisa.

Entre passado, presente e futuro, a pesquisa sobre o MPI permitiu que pesquisa e ação pedagógica ao longo do ano escolar caminhassem juntas. No formulário de visita ao MPI realizado com as turmas para pensar sobre o que estudamos em sala e vivenciamos no museu, ficou clara a compreensão dos estudantes sobre os efeitos da colonização sobre a sociedade e sua população. Nas vivências e visitas ao MPI, tive a oportunidade de conhecer seus mediadores indígenas e professores da SEEDF durante a própria mediação e em conversas posteriores. Nesse processo de troca na busca por apresentar uma narrativa dos povos indígenas do Brasil, conseguimos reconhecer as semelhanças e diferenças em nossas apresentações e práticas

⁶ Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal, 8 de outubro de 2024.

⁷ Disponível em: <https://youtu.be/gI3SBN-ikuw?si=s8KHWERwqzFqP0Wy>, 8 de outubro de 2024.

⁸ Direção: Luiz Bolognesi. São Paulo: Buriti Filmes, Gullane e Lightstar Studios, 2013. Cinema (75min).

didáticas. O diálogo, como ação revolucionária, é essencial para o reconhecimento da diversidade e articulação de narrativas históricas e culturais ricas em sentido para memória, identidade e cidadania de quem vivencia o processo educacional escolar ou museal, de quem vive a cidade. Nesse sentido, a intervenção no espaço museal se deu com a visita de todas as turmas da escola ao espaço acompanhado da minha mediação e dos mediadores indígenas do MPI, um questionário foi aplicado ao fim da visita, porém seus dados não puderam fazer fruto dessa análise para dimensionar os possíveis efeitos desta pesquisa-ação frente os prazos de entrega de trabalho e de análise do comitê de ética da UnB.

Fotografia 2 - Memorial dos Povos Indígenas (MPI)



Legenda: Acervo pessoal; Visita ao Memorial dos Povos Indígenas com estudantes do CEF 7 do Plano Piloto, 2024.

3.1 Qual o projeto museológico e educativo do MPI?

O MPI é visto como uma casa pelos povos indígenas, como indicam falas nas pesquisas, vivências e no histórico de luta e ocupação do espaço pelas várias etnias do Brasil. O Museu tem um histórico de instabilidade desde sua idealização, demonstrando a pouca valorização do setor da cultura, educação, museus e de locais que valorizem a presença indígena e negra na formação brasileira. Segundo Berta Ribeiro (1986)⁹, antropóloga e esposa de Darcy Ribeiro, que consolida a etno-museologia junto a seus trabalhos com os povos indígenas e seus acervos no Museu do Índio (Rio de Janeiro), o Museu do Índio de Brasília deveria ter como objetivo “(...) resgatar e divulgar as tradições culturais e o legado do primitivo habitante do Brasil, uma das matrizes básicas da nacionalidade”(p. 2). Sua proposta para o futuro MPI é influenciada por sua compreensão e vivências como antropóloga. Para Berta, o museu deve incluir em suas ações preservar as heranças indígenas, recuperar o patrimônio-cultural milenar do índio, ampliar o conhecimento da etnologia por meio da pesquisa e divulgação científica da cultura indígena, combater a discriminação, conscientizar órgãos públicos e opinião pública sobre as contribuições indígenas para a cultura brasileira e universal.

O projeto arquitetônico e construção avançam com a ajuda de lideranças indígenas como Caciques Raoni, Marcos Terena, Megaron, Aílton Krenak, entre outros. Seu espaço físico tem formato circular como as malocas Yanomami (projeto de Oscar Niemeyer), contendo um hall de entrada, miniauditório para exposições, área expositiva (paredes curvas e suportes), arena com piso de areia e troncos de madeira para sentar, balcão de lanchonete com pias, tomadas, água, banheiros, acessibilidade por meio de rampa, em um espaço sem barreiras de circulação e vaga preferencial. Existem diversos problemas estruturais, além do não funcionamento da sala de

⁹ Museu do Índio de Brasília: Plano Diretor. Rio de Janeiro, 1986. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/museu-do-indio-de-brasilia-plano-diretor>, acesso em 21 de julho de 2024.

restauração e telecentro. A gestão indígena do MPI está atualmente sob a direção de Marcos Terena (etnia Xané), Maria Helena (povo Paraçu) e Álvaro Tukano (nação Tukano do Alto do Rio Negro). O atual gerente é David Terena, segundo ele próprio:

Nasci na aldeia Terena e, com 18 anos, fui para o quartel servir à minha pátria. Por isso, sofri muita discriminação. Mas, quando se tem objetivo, a gente aguenta o galho. Então, estudei. Fiz até o segundo ano do curso de Direito e voltei para minha aldeia no Mato Grosso do Sul, na divisa com a Bolívia. Lá eu via que precisava melhorar a situação da minha aldeia. Por isto, por 30 anos fui indigenista da Funai [Fundação Nacional do Índio] e lá me aposentei. Nesse período todo, me envolvi na luta indígena e no movimento, debatendo no Congresso Nacional a situação dos índios, ajudando muitos deles que chegavam aqui buscando seus direitos fundiários, culturais, atenção à saúde e acesso a escolas. No ano passado, fui convidado para assumir o museu e confesso que não esperava, mas está sendo mais uma chance de ajudar meu povo e o Brasil a entender e valorizar a nossa cultura (GDF, Agência Brasília - Entrevista, 2020)¹⁰.

Atualmente, sua exposição de longa duração envolve os objetos museais e suas legendas, tal qual a mediação para grupos escolares com agendamento prévio. Essa mediação é feita por uma professora da SEEDF por meio de edital interno de seleção para “Educação Patrimonial” dentro da rede e de mediadores indígenas contratados por meio de editais de financiamento cultural como Fundo de Apoio à Cultura (FAC) - por exemplo. O acervo é composto por objetos do acervo de Eduardo Galvão, Berta e Darcy Ribeiro, doados em 1995 (coleção “Darcy-Berta-Galvão”, com 368 objetos, acrescidos de aproximadamente 400 peças em 2020), e pela “arte plumária dos Urubu-Kaapor, bancos de madeira dos Yawalapiti, Kuikuro e Juruna, máscaras e instrumentos musicais da região do Alto Xingu e Amazonas” (GDF, site)¹¹. Tal qual;

¹⁰ GDF, Agência Brasília. David Terena: ‘A cultura do índio é do Brasil’ Diretor do Memorial dos Povos Indígenas faz balanço da gestão e anuncia a chegada de 400 itens do acervo da antropóloga Berta Ribeiro. 2020. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/02/14/david-terena-a-cultura-do-indio-e-do-brasil/>, acesso em 21 de julho de 2024.

¹¹ Disponível em: <https://www.df.gov.br/memorial-dos-povos-indigenas/>, acesso em 21 de julho de 2024.

(...) objetos do cotidiano das comunidades como: de caça e de pesca; objetos de olaria para diversas funções que variam do armazenamento, preparo de alimentos e outros usos do cotidiano; peças do vestuário; mobília, equipamentos de guerra; objetos ritualísticos; instrumentos musicais; cestarias; plumárias, bem como, outros artesanatos indígenas. (PEREIRA, 2018, p.47-48)

Junto desse acervo inicial, o MPI tem recebido doações constantes de objetos produzidos pelos próprios povos indígenas e da sociedade civil. Também fazem parte do acervo atualmente objetos apreendidos pela Operação Pindorama (2021)¹² da Polícia Federal que apreendeu cerca de 8 mil objetos¹³ etnográficos de diversas nações indígenas que seriam comercializados de forma ilegal. Esse acervo está na fase de tratamento, identificação e descrição, com parte do acervo já exposto.

O Plano Museológico (2022-2026) do MPI (CASTRO, 2022), contém o Plano e o sistema de monitoramento periódico do documento - produto que visa o fortalecimento e modernização das Políticas Públicas de Cultura no DF. Dessa forma, a *missão* do MPI é assim descrita no Plano Museológico (2022):

O Memorial dos Povos Indígenas é um espaço simbólico da ancestralidade cultural dos Povos Originários do Brasil com sua multietnicidade presente na capital brasileira. A sua missão é promover a interculturalidade, a representatividade e a pesquisa, por meio da manifestação cultural cosmológica da diversidade dos Povos Originários do Brasil, para além de manter os direitos específicos conquistados pela Constituição Federal, primar pela valorização, o respeito e a dignidade desses povos. (p. 12)

Sua *visão* é “(...) apresentar-se como uma referência de memória dos povos indígenas, por meio de atividades educativas e culturais, na inter-relação com a sociedade não indígena” (*Idem*). Seus *valores* envolvem:

O respeito e reconhecimento da diversidade cultural indígena existente no país. Respeito; transparência;

¹² Parte dos objetos ainda está em fase de pesquisa para sua identificação, datação, descrição e afins, sendo necessário o suporte de outros povos originários nesse trabalho.

¹³ Segundo o Plano Museológico do MPI (2022).

solidariedade; ética; empatia; fraternidade e sustentabilidade. Respeito à diversidade étnica, de gênero, geração, linguística e a cosmovisão de cada Povo. Ética, trabalho coletivo, direitos humanos, cidadania indígena, alegria, prática e valores do bem viver. Luta, diversidade cultural, a relação com a natureza. História, tradição, respeito, conhecimento, diversidade e pluralidade (*Ibidem*).

Fotografia 3 - Memorial dos Povos Indígenas (MPI)



Legenda: Acervo pessoal; Visita ao Memorial dos Povos Indígenas com estudantes do CEF 7 do Plano Piloto, 2024. Ao fundo, pintura de Daiara Tukano, irmã de uma estudante da escola.

3.2 Qual o público do Museu?

O “Acordo de Cooperação Técnica Educação em Contextos Culturais: museus e intersubjetividades”, firmado entre a UnB e a SECEC-DF, possibilitou a elaboração da Pesquisa de Públicos dos Museus da SECEC-DF: Sumário Executivo Memorial dos Povos Indígenas - 2023, 2024b (Miranda, Gomes, Fuenzalida, 2024b, no prelo). O acordo tem como eixo da cooperação a análise das práticas

educativas museais e a compreensão das interações interpessoais relacionadas a tais práticas nos museus da SECEC-DF: o CC3P-EON (Centro Cultural Três-Poderes e Espaço Oscar Niemeyer), o Memorial dos Povos Indígenas, o Museu Vivo da Memória Candanga e o Museu do Catetinho. A metodologia seguiu o Sistema de Coleta de Dados de Público de Museus do Observatório Ibero-Americano de Museus, iniciativa integrada ao Programa IBERMUSEUS e tem como objetivo no MPI:

(...) desvendar as dinâmicas interpessoais que se desdobram entre visitantes, guias/monitores e a equipe de recepção do MPI. Além disso, procura lançar luz sobre as interações entre esses intervenientes e os quatro espaços museológicos, proporcionando compreensão abrangente das relações que moldam a experiência museal. (*Idem*, p.14)

Os dados apontam a presença de adultos e idosos, estudantes, assalariados, aposentados, desempregados, características em acordo com a população do Distrito Federal, que é o principal público. Este, tem uma escolaridade alta com grande parte da população com curso superior e pós-graduação. Além de pessoas do próprio DF, a pesquisa aponta a presença de paulistas, goianos, mineiros, entre tantos outros Estados de origem no país. Existe uma predominância de propósito na visita para conhecer as coleções, tendo como fonte de informação publicações em jornais impressos, online, indicação de pessoas e guias turísticos, outros, aproveitam a visita ao Memorial JK para conhecer o MPI, que fica em frente. A maioria das pessoas visita em grupo, o Museu é um espaço social e de convívio, e, por mais que com pouca mediação para público não-escolar, o atendimento e acolhimento é visto como um ponto positivo. A variável raça/cor adotou as categorias do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): Branca (51,49%), parda (32,41%), preta (9,43%, totalizando 41,48% de pessoas negras), amarela/oriental (2,07%) e indígena (2,76%). A pesquisa indica que a “(...) predominância de visitantes autodeclarados brancos no MPI dialoga com resultados de estudos culturais anteriores no contexto brasileiro” (*Idem*, p. 25).

A pesquisa de público teve como recorte o público acima dos 12 anos de idade, o que limita os dados do público escolar tendo em vista que estudantes da educação infantil e ensino fundamental 1 também visitam o espaço, os povos indígenas são assunto no currículo local e nacional dessas etapas da Educação Básica. A presença de indígenas ao longo do tempo de execução da pesquisa demonstrou uma baixa presença de visitantes indígenas (1,84%), alta se levarmos em consideração o baixo número de moradores indígenas na cidade (0,21% a população do Distrito Federal, 5813 pessoas segundo o Censo de 2022¹⁴). Parte desse público faz parte das pessoas que estudam na universidade (9,43%) ou não (9,66%), tal qual os estudantes da UnB que utilizam políticas públicas como as cotas, ou, os estudantes da própria SEEDF nas escolas que recebem os estudantes indígenas. Além disso, deve haver um aumento da presença indígena em abril nas mobilizações dos povos originários ao longo do mês como na semana do Acampamento Terra Livre (ATL), sempre próximo ao dia 19 de abril - Dia dos Povos Indígenas desde 1942.

A representação dos povos indígenas nos objetos museais do MPI demonstram uma riqueza enorme no acervo, com sérias dificuldades de manutenção e na expografia. A falta de diversidade nos objetos em uma representação mais ampla da diversidade dos povos indígenas do Brasil é uma questão importante, existe uma necessidade de investimento em diversas áreas para possibilitar uma estrutura melhor na manutenção e preservação dos bens, estrutura para sua expografia, acessibilidade para múltiplas idades e públicos. Tal qual, o reconhecimento dos povos social e historicamente invisibilizados, privados de direitos, como o povo Potiguar do Rio Grande do Norte e Akroá Gamella do Piauí que lutam pelo

14

Disponível

em:

<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=4>, acesso em 17 de outubro de 2024.

reconhecimento de seu território e identidade, para acessar o direito e cidadania indígena.

Os objetos museais por si só não nos apresentam as memórias no memorial, melhorar as legendas, comunicação com o público e a presença indígena na mediação é de fundamental importância para dar sentido a este espaço de memória e luta dos povos originários: para que a educação e cultura indígena se façam presentes, alcançando os objetivos e missão do MPI. O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) podem possibilitar diversas formas e mídias de apresentar a memória das atuais 278 etnias do território brasileiro (segundo Instituto Socioambiental, 2024), com uma população indígena de 1.694.836 pessoas (IBGE, Censo 2022). No contexto do MPI, a presença dos povos originários dentro do ambiente museal na mediação, identificação, descrição e manutenção dos objetos museais é essencial para que o Museu possa cumprir com seus objetivos e diretrizes rumo ao direito à memória para os povos indígenas. A presença indígena na mediação mudou totalmente a perspectiva do visitante, que passou a ter contato direto com os povos indígenas apresentado pelo museu em um contato direto com sua história, cultura e processos educativos em sua etnia.

4. Conclusão: Sobre o que a memória ensina

A memória é um direito humano, social, cultural, que possibilita nos posicionarmos no tempo e espaço como sujeitos e agentes da história. Concretizando assim, a cidadania e democracia almejada pela legislação brasileira, o acesso à memória é acesso à informação, identidade, pesquisa histórica, museológica e educacional que nos permitam entender a história do país e de nós mesmos como cidadãos.

Os objetos da cultura indígena expostos no MPI devem ser questionados, se são bens ligados à cultura e memória de um povo, ou se são, objetos artísticos. Um debate no campo da Arte e Museologia.

Além disso, a falta de valorização, financiamento e pessoal nos museus do Brasil é uma questão emergente, no caso do MPI, a participação dos povos indígenas na mediação e manutenção do acervo é essencial. O mês de abril com a mobilização indígena do Acampamento Terra Livre (ATL), é um momento muito rico e importante para construção e manutenção do acervo e do projeto do MPI. A parceria com órgãos do governo como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), sociedade civil por meio do Instituto Socioambiental (ISA) e Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) é essencial para garantir a presença dos diversos povos indígenas nesse espaço de luta por memória. Na UnB, notamos a importância da Educação Museal como legislação, teoria e prática dentro do Museus, espaços que muitas vezes não tem um plano educativo, pessoal, material pedagógico e condições físicas, o que ressalta a importância da Política Nacional de Educação Museal (PNEM, 2017) e suas atualizações. Esse plano, deve incluir a atenção às crianças que vivenciam o espaço com suas famílias e visitas escolares, brinquedos que possam ser tocadas pelas crianças durante as brincadeiras (uma brinquedoteca indígena), além, de uma melhor utilização do espaço livre interno e externo ao MPI por meio de brincadeiras e brinquedos ligados a cultura desses povos.

A memória do memórial, como direito social, perpassa pela reflexão de conceitos essenciais para historiografia como colonialismo, neocolonialismo e decolonialidade. Os estudos sobre os povos indígenas do Brasil e do mundo vem crescendo nos últimos anos, possibilitando que novos materiais didáticos e narrativas sejam possíveis na escola, museu e vida cultural da cidade. Ligando memória, cultura, identidade e cidadania, de sujeitos e agentes da História. Para além das pesquisas científicas e produtos audiovisuais aqui apresentados no desenvolvimento desse texto e da pesquisa-ação junto aos estudantes do CEF 7, podemos pensar e utilizar jogos de

computador e videogame como Tentlan (Lionmoon UG, 2012)¹⁵, um RPG online que possibilita ao estudante desenvolver uma representação da sociedade Maya, ou, *Assassins Creed 4: Black Flag* (UBISOFT, 2013), um jogo ambientado na América Central que possibilita ao estudante visitar as ruínas de uma pirâmide dos povos Maya em Tulum (México). Durante a exploração desse mundo pirata ambientado em 1715, um estudante indígena navegava em um barco à vela e avistou um navio espanhol no horizonte. Um estudante negro gritou: “Mata esses europeus safados! é hora da vingança indígena.”. A fala desse estudante é anti-colonial, nesse momento, o estudante foi crítico e pós-crítico ao processo de colonialismo e formação da América, negociando o signo com sua “vingança indígena” do etnocídio e genocídio dos povos originários na colonização até a especulação imobiliária na atualidade e realidade do Distrito Federal, com o Santuário dos Pajés e o projeto burgues do bairro Noroeste, implantado pelo governo corrupto e condenado do governador Arruda e seu vice Paulo Otávio (empreiteiro, casado com a neta de Juscelino Kubitschek).

Nas terras além da “fronteira sertão” (terras não colonizadas), povos indígenas e afro-brasileiros sobreviveram e rebelaram-se frente ao colonialismo e neocolonialismo, nesse conflito entre hegemonia e contra-hegemonia, fez-se outro Brasil. Não o narrado pela historiografia clássica e eurocêntrica (hegemônica), o negociado em nosso fazer histórico como sujeitos e agentes, pessoas inseridas no tempo e espaço pós-moderno e pós-crítico. Nossa identidade rebelde (segundo Anísio Teixeira), é essencial para um renegociar dos currículos nacionais, estaduais/distrital e municipais, as pesquisas e narrativas sobre nossas memórias, identidade, cultura e afirmação de nosso ser como direito. Direito de memória sobre nossa História,

15

Disponível

em:

<https://br.tentlan.com/?refId=sB0WdWatevvX%2BJYbCIOSDFKuLXXBwHHjQmwSo75KuPE%3D&hl=pt-PT>, último acesso em 27 de novembro de 2024.

identidade, território e cidadania plena, sobre os futuros necessários para resolução dos problemas brasileiros a partir do que vivemos e construímos como seres sociais de cultura e memória. *Memento mori*, a memória vive.

5. Referências

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

_____. Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CASTRO, Ana Ramos Rodrigues. *Plano Museológico para o Memorial dos Povos Indígenas da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SECEC*. Produto 4/4. Total de Folhas: 141. Supervisora: Tathiana Dias Vasconcelos Dal Col. Brasília-DF, GDF. 2022.

HARVEY, David. *Direito à Cidade*. Entrevista publicada pela Editora Boitempo com tradução da Revista Piauí. Publicação original New Left Review. 2008.

TRIPP, Davi. *Pesquisa-ação: uma introdução metodológica*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MIRANDA, Rose Moreira de; GOMES, Ana Lucia de Abreu; FUENZALIDA, Maria Paz Josetti. *Pesquisa de Públicos dos Museus da SECEC-DF: Sumário Executivo Memorial dos Povos Indígenas - 2023, 2024b*. No prelo.

PEREIRA, Rayssa de Souza. *A gestão do memorial dos povos indígenas em Brasília 2016-2017: análise conforme a lei 11.904/2009 (estatuto brasileiro de museus)*. Faculdade de Ciência da Informação, Trabalho de Conclusão de Curso de Museologia. Universidade de Brasília, 2018.

ROCHA, João Augusto de Lima (org). *Anísio em movimento*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. 306 p. – (Coleção biblioteca básica brasileira).